

**II FÓRUM DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO
CENTRO-OESTE E XI SEMINÁRIO DE
PESQUISA UFG/PUC-GOIÁS**



ANAIIS

**GOIÂNIA
2018
ISSN 2176-6738**

**ANAIS DO II FÓRUM DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DO CENTRO-OESTE E
XI SEMINÁRIO DE PESQUISA
UFG/PUC-GOIÁS**

Realizado nos dias 06 e 07 de Agosto de 2018

Fabiana de Souza Fredrigo
Jiani Fernando Langaro
Renata Cristina de S. Nascimento
Thaís Alves Marinho

**GOIÂNIA
2018
ISSN 2176-6738**

ANAIS DO II FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CENTRO-OESTE E XI SEMINÁRIO DE PESQUISA UFG/PUC-GOIÁS

(Realizado nos dias 06 e 07 de Agosto de 2018)

* * *

Realização

Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás
Programa de Pós-Graduação em História da UFG
Programa de Pós-Graduação em História da UNB
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História (UFCatalão)
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História UFMT

Organização Geral

Dr^a Fabiana de Souza Fredrigo
Dr. Jiani Fernando Langaro
Dr^a Renata Cristina de S. Nascimento
Dr^a Thaís Alves Marinho



**PUC
GOIÁS**



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores. Os textos foram extraídos dos trabalhos submetidos sem que tenha havido alterações realizadas pelos organizadores desta publicação.

Fredrigo, Fabiana de Souza; Langaro, Jiani Fernando; Marinho, Thaís Alves; Nascimento, Renata Cristina de S. ANAIS DO II FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CENTRO-OESTE E XI SEMINÁRIO DE PESQUISA UFG/PUC-GOIÁS. Goiânia – UFG/PUC-Goiás, 2018.

ISSN 2176-6738

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
QUEIXAS E DENÚNCIAS CONTRA OS GOVERNADORES DA CAPITANIA DE GOIÁS (1735-1822)	12
<i>Alan Ricardo Duarte Pereira</i>	<i>12</i>
INTERESSE, CONHECIMENTO E ORIENTAÇÃO: AS INTERSEÇÕES DO PENSAMENTO DE JÜRGEN HABERMAS E JÖRN RÜSEN	30
<i>Alex Fernandes Borges</i>	<i>30</i>
GÊNERO E DISCRIMINAÇÃO HISTÓRICA: O TRABALHO A DOMICÍLIO NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES EM GOIÂNIA.....	47
<i>Alline Vieira Porto.....</i>	<i>47</i>
DA ESPERANÇA AO DESENGANO: A IMIGRAÇÃO NA PROVÍNCIA MARANHENSE, A TRANSIÇÃO DO MODELO DE TRABALHO E A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM MEADOS DO SÉCULO XIX	63
<i>Amanda Porto Ribeiro.....</i>	<i>63</i>
FESTAS RELIGIOSAS POPULARES: A MATERIALIDADE DA FÉ NOS FESTEJOS DA FOLIA DE REIS.....	73
<i>Angelo Marcos de Souza</i>	<i>73</i>
AS DERROTAS DE KONDRATIEFF	84
<i>Antônio Gonçalves Rocha Júnior.....</i>	<i>84</i>
ALUCINÓGENOS MESOAMERICANOS, ANDINOS E AMERÍNDIOS E SUA INFLUÊNCIA NO MOVIMENTO HIPPIE ESTADUNIDENSE NA DÉCADA DE 1960	102
<i>Audrival Pereira CôrtesFilho</i>	<i>102</i>
URBS URBIS, OBRAS DE G. FOGAÇA: REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DA METRÓPOLE PÓS-MODERNA.....	120
<i>Bianca Cristina Barreto Casanova</i>	<i>120</i>
A RESSIGNIFICAÇÃO DO EU ATRAVÉS DA ESCRITA: A AUTOBIOGRAFIA DE REINALDO ARENAS (1943-1990)	141
<i>Bruna Alves Carvalho Mendes</i>	<i>141</i>

MEMÓRIA, ENSINO DE HISTÓRIA E PÓS - MODERNIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A DISCIPLINA HISTÓRIA E OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....154

Carolina do Carmo Castro154

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA: A INFLUÊNCIA DA DITADURA MILITAR DENTRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS163

Caroline Gomes Nunes163

MULHERES EM AÇÃO: A LUTA PELO VOTO E EMANCIPAÇÃO FEMININA NAS PÁGINAS DO JORNAL "O LIBERAL", JATHAY (1931-1933)174

Cleidiane Gonçalves França.....174

A “COLONIALIDADE DO SABER” EM MANOEL BOMFIM189

Cleiton Ricardo das Neves189

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO PELO ÂNGULO DA HISTÓRIA GLOBAL.....204

Danillo Alarcon204

“ANTEPASSADO DO FUTURO”: AMÍLCAR CABRAL COMO TEÓRICO DA REVOLUÇÃO AFRICANA.....215

Danúbia Mendes Abadia.....215

MULHERES NO MUNDO DO FUTEBOL: REPRESENTAÇÕES236

Djalma Oliveira de Souza.....236

O CONCEITO DE PROPAGANDA NAZISTA NO FILME “O TRIUNFO DA VONTADE” (1935), DE LENI RIEFENSTAHL (1902-2003)252

Elbio R. Quinta Junior.....252

É PRECISO CUIDAR DO BERÔRIORÉ PARA QUE O BEROHOKÃ VOLTE A EXISTIR: DE MONTANTE A JUSANTE, O RIO PEDE SOCORRO270

Eliete Barbosa de Brito Silva270

MORTE, LUTO E OS EXEMPLA NA CONSOLATIO AD MARCIAM DE SÊNECA (SÉCULO I D.C.)287

Erick Messias Costa Otto Gomes287

SABER POPULAR X SABER MÉDICO: UM ESTUDO DAS PARTEIRAS NA CIDADE DE GOIÁS (SÉCULO XIX)	296
<i>Esneyder I. Manjarrez Arevalo</i>	<i>296</i>
PROTAGONISMO LATINO-AMERICANO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	311
<i>Fernanda Linhares Pereira</i>	<i>311</i>
A ESCRITA DA HISTÓRIA NA FILOSOFIA DE WALTER BENJAMIN	324
<i>Frederico Menezes Brandão</i>	<i>324</i>
EDUCAÇÃO EM GOIÁS: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE	334
<i>Gleison Peralta Peres</i>	<i>334</i>
INTRODUÇÃO À LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: AS IMAGENS EM MOVIMENTO	346
<i>Henrique Martins da Silva</i>	<i>346</i>
A BEM AVENTURADA MORTE DO REI DE BOA MEMÓRIA: AS NARRATIVAS DA MORTE DE D. JOÃO I COMO EVOCAÇÃO DE PODER.....	362
<i>Hugo Rincon Azevedo</i>	<i>362</i>
O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS (1978 A 1985) E A BUSCA POR AUTONOMIA.....	380
<i>Isabella de Faria Bretas</i>	<i>380</i>
A PRESENÇA DE MINERAÇÕES NO MUNICÍPIO DE FAINA-GO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA AMBIENTAL - (1987-2015).....	396
<i>Jaqueline Pereira de Moraes</i>	<i>396</i>
PREÂMBULO SOBRE A CODIFICAÇÃO E AS REDES DE JUSTIÇA ENTRE GOIÁS E PORTUGAL NO SÉCULO XVIII.....	407
<i>Jefferson Roberto Nascimento Acevedo</i>	<i>407</i>
HISTÓRIA CRÍTICA DO NEOLIBERALISMO DA EUROPA PARA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XX	414
<i>José Eustáquio de Almeida</i>	<i>414</i>
COMPREENSÃO DA DINÂMICA DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL: CONCEITO DE AUTONOMIA.....	431

<i>José Fernando Duarte</i>	431
A ORALIDADE DAS CRIANÇAS QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO KALUNGA EM GOIÁS	445
<i>Kalyna Ynanhiá Silva de Faria</i>	445
“A QUEDA DO CÉU”: O POTENCIAL DECOLONIAL DA OBRA DE DAVI KOPENAWA YANOMAMI (1990-2015)	454
<i>Karla Alessandra Alves de Souza</i>	454
TRABALHO DE MEMÓRIA E RESENTIMENTOS: BREVES CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE UMA ENTREVISTA EM HISTÓRIA ORAL	470
<i>Katiusse Florentino da Mota Domingos</i>	470
ÁFRICA: CONTRIBUIÇÕES NA ARTE E CULTURA BRASILEIRA	489
<i>Keli Evangelista da Silva</i>	489
JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM INTELLECTUAL EM LUTA PELA REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA NA HISTÓRIA DO BRASIL	500
<i>Krisley Aparecida de Oliveira</i>	500
GOIÂNIA NA DÉCADA DE 1950, ENTRE DOCUMENTOS OFICIAIS E NOVAS PERSPECTIVAS	516
<i>Leandro Davi Guimarães</i>	516
CESSAMOS O FOGO E PUXAMOS A PALAVRA: LITERATURA ZAPATISTA NO CONTEXTO DE LUTA DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL	
<i>Leidiana Marinho Souza Oliveira</i>	529
A ESCRITA DA HISTÓRIA SEGUNDO LORD ACTON: COMO O HISTORIADOR PODE (OU DEVE) JULGAR O PASSADO	546
<i>Leonardo de Jesus Silva</i>	546
REPRODUÇÃO E SAÚDE DAS MULHERES NA MEDICINA MEDIEVAL (SÉC. XIV)	560
<i>Lidiane Alves de Souza</i>	560
MEMÓRIA E TRAUMA: OS TESTEMUNHOS NOS DOCUMENTOS <i>BRASIL:NUNCA MAIS E NUNCA MÁIS</i>	570
<i>Loudinéia dos Santos Silva</i>	570

HISTÓRIA URBANA DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL DO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA (1979-1982): A ESPOLIAÇÃO URBANA VISTA PELA MÍDIA COMUNITÁRIA E CORPORATIVA	584
<i>Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes</i>	<i>584</i>
ANALISE FÍLMICA: UM ENSAIO SOBRE O FILME AVATAR (2009)	598
<i>Ludmila Carneiro da Silveira</i>	<i>598</i>
A ASCENSÃO DE OTÁVIO: DA INEXPERIÊNCIA POLÍTICA DE 44 A.C. À VITÓRIA DE 31 A.C.....	613
<i>Macsuelber de Cássio Barros da Cunha</i>	<i>613</i>
DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DA TEMÁTICA LGBT NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA HEGEMONIA EDUCACIONAL HETERONORMATIVA	632
<i>Marcos Tadeu Pereira de Queiroz.....</i>	<i>632</i>
OCUPAR ESPAÇOS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA DO ATIVISMO FEMINISTA NO FACEBOOK (2013-2016).....	642
<i>Maria Elisa de Magalhães Santos</i>	<i>642</i>
O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (2008-2012): DEBATES E REPERCUSSÕES.	652
<i>Maria Imaculada Correia de Miranda</i>	<i>652</i>
ENTRE A AMICITIA E O PATRONATO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROPAGAÇÃO DAS OBRAS DE CATULO E DE OVÍDIO NA ROMA DOS SÉCULOS I A.C. E I D.C.....	670
<i>Mariana Carrijo Medeiros</i>	<i>670</i>
O “RETORNO DE MARTIN GUERRE”: A CONSTITUIÇÃO DA NARRATIVA E OS USOS DA IMAGINAÇÃO HISTÓRICA.	684
<i>Mayke Rogerio F. Leite (UFG).....</i>	<i>684</i>
MEDICINA, PSIQUIATRIA E POLÍTICA EM GOIÁS	699
<i>Michel Barbosa Gomes</i>	<i>699</i>
A REVISTA CINQUENTENÁRIA COMO NARRATIVA DE UMA MODERNIDADE EM ANÁPOLIS NA DÉCADA DE 1950	708
<i>Murillo Oliveira Soares.....</i>	<i>708</i>

O AMOR HEREOS SOB A ÓTICA DOS FÍSICOS MEDIEVAIS BERNARDO DE GORDONIO E PEDRO HISPANO (SÉCULO XIII).....	721
<i>Natan Magalhães Silva</i>	<i>721</i>
UMA QUESTÃO DE GÊNERO: O FEMINISMO NA ZONA DO GRAFITE....	732
<i>Nathália de Freitas</i>	<i>732</i>
A ARTE DE REINVINTAR-SE POR MEIO DA ESCRITA: AS MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS DE HERCULINE/ABEL BARBIN (1838-1868).....	750
<i>Patrícia Simone de Araujo</i>	<i>750</i>
OS FUNERAIS DE JÚLIO CÉSAR E AUGUSTO NA OBRA DE SUETÔNIO .	759
<i>Paulo Yoke Oliveira Arima</i>	<i>759</i>
A PROFECIA DA TERRA PROMETIDA QUE MANA LEITE E MEL: DOM BOSCO E O MISTICISMO EM BRASÍLIA	771
<i>Pepita de Souza Afiune</i>	<i>771</i>
AS PRÁTICAS ASCÉTICAS E O IDEAL DE SANTIDADE NA VIDA DE SÃO GODRIC NO NORTE DA INGLATERRA NO SÉCULO XII.....	784
<i>Raimundo Carvalho Moura Filho</i>	<i>784</i>
O LUGAR DA VIDA NA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA EM JULES MICHELET E A ESCRITA DA HISTÓRIA NA FRANÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX... 	792
<i>Renato Fagundes Pereira</i>	<i>792</i>
A CRÍTICA ROUSSEAUNIANA DA CULTURA PRESENTE NOS DOIS DISCURSOS: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE “CADEIA DE FERRO”	811
<i>Ricardo Lenard Alves</i>	<i>811</i>
A INTERAÇÃO ENTRE O HUMANISMO MÉDICO, TRADIÇÃO MÉDICA E EXPERIÊNCIA NA OBRA DE GARCIA ORTA (GOA, 1563)	820
<i>Ronaldo Crispim Ribeiro Filho</i>	<i>820</i>
A CELEBRAÇÃO DE DATAS COMEMORATIVAS NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO DA MANUTENÇÃO DO PENSAMENTO HEGEMONICO .	830
<i>Rúbia Cristina Duarte Garcia Dias</i>	<i>830</i>
<i>Profª. Dra. Lilian Marta Grisolio Mendes.....</i>	<i>830</i>

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES E DOS HOMENS REASSENTADOS.....	839
<i>Samara Letycia Moura Borges</i>	<i>839</i>
VIRTUDE, TERROR E TRAUMA: DO PROJETO POLÍTICO NEOCLÁSSICO AO “ESTILO TARDIO” NAS OBRAS DE JACQUES-LOUIS DAVID	849
<i>Sofia Corso</i>	<i>849</i>
GERARTE: A (RE)INSERÇÃO SOCIAL DO PACIENTE MENTAL EM GOIÂNIA E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA, ATRAVÉS DO TRABALHO	859
<i>Sylvier Moraes Cardoso</i>	<i>859</i>
AUTOGESTÃO E CONTROLE OPERÁRIO EM PORTUGAL	873
<i>Tales dos Santos Pinto</i>	<i>873</i>
SABERES E FAZERES JAVAÉ: ESTUDO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS ALIMENTARES INDÍGENAS, DA DÉCADA DE 1990 À ATUALIDADE	892
<i>Tamiris Maia Gonçalves Pereira</i>	<i>892</i>
ESCRITOS E IMAGENS DE UM POVO: ANÁLISE DO LIVRO “OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA”	904
<i>Vânia Cristina da Silva</i>	<i>904</i>
EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM CAMPINAS (GO): ENTRE A IGREJA E O ESTADO.....	925
<i>Vinícius Felipe Leal Machado</i>	<i>925</i>
A OFICIALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA: O LYCÊO DE GOYAZ	943
<i>Wellington Coelho Moreira</i>	<i>943</i>
A RESGATANDO A HISTÓRIA DO SANATÓRIO EURIPEDES BARSANULFO DE PALMELO (GO) (1953 A 2008)	960
<i>Wesley Lima de Andrade</i>	<i>960</i>

APRESENTAÇÃO

O Seminário dos Programas de Pós-Graduação em História UFG/PUC Goiás foi concebido e realizado anualmente na última década. Durante o evento os (as) discentes dos programas das instituições envolvidas têm a possibilidade de terem acesso às investigações de renomados pesquisadores brasileiros e estrangeiros durante as conferências oferecidas, e também podem apresentar e aperfeiçoar os projetos e resultados parciais de suas pesquisas nas comunicações orais. Todas as edições do evento contam com a publicação de ANAIS (ISSN 2176-6738,) que podem ser acessados pelo link: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-historia/publicacoes/>

Durante as sessões de comunicações orais são convidados (as) professores (as)/pesquisadores(as) das instituições do Centro-Oeste brasileiro, para fazerem a leitura e debate dos trabalhos apresentados, o que proporciona aos(às) discentes contato com futuros membros das bancas examinadoras, além da oportunidade de aperfeiçoarem seu trabalho, que culminarão nas dissertações e teses. Em 2016, em função da ampliação dos Programas de Pós-Graduação do Centro-Oeste, visando fortalecer as redes de solidariedade e pesquisa, foi organizado pelo PPGHIST/PUC Goiás e UFG, o I Fórum dos Programas de pós- Graduação em História do Centro-Oeste, que contou com a participação da UnB, UFMT, UEG e o campus de Catalão da UFG, com a pretensão de realização a cada dois anos. Em função do sucesso do evento, em 2018 organizamos o II Fórum dos Programas de Pós-Graduação em História do Centro-Oeste e XI Seminário dos Programas de Pós-Graduação em História da UFG/PUC Goiás.

Os organizadores

QUEIXAS E DENÚNCIAS CONTRA OS GOVERNADORES DA CAPITANIA DE GOIÁS (1735-1822)

*Alan Ricardo Duarte Pereira*¹

RESUMO: Busca-se analisar e rastrear as críticas e denúncias endereçadas aos governadores da Capitania de Goiás entre 1749 a 1804. Trata-se, mais especificamente, de estudar os casos de ministros que criticaram os governadores. Para tanto, dividimos as queixas em duas categorias que, a nosso ver, mais se sobressaíram na documentação: num primeiro momento, as críticas contra *atos ilícitos* (1749-1778) e, em segundo, reclamações no aspecto essencialmente *jurisdicional* (1778-1804). O primeiro período se refere basicamente a injustiças, violências, desordens e, sobretudo, a corrupção. Por sua vez, o segundo momento de críticas coteja às ações dos governadores sob o prisma de atos despóticos, o extrapolamento de suas funções, abusos, desentendimentos e perseguições. Nesse sentido, consideramos que há no tom ferino e na saraivada de denúncias e críticas contra os governadores, toda uma camada social passível de análise.

Palavras-chave: Império português. Governança. Capitania de Goiás.

1. Introdução

Escrevia em 13 de Setembro de 1756, o governador e capitão-general da Capitania de Goiás, Álvaro José Xavier Botelho de Távora – também conhecido como o Conde de São Miguel – ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. O assunto se referia às cartas que foram enviadas para Portugal dos missionários que estavam evangelizando os índios em Goiás. Embora o governador começasse explicando a importância de catequizar os indígenas, o que se sobressaiu na sua carta foi, no entanto, um aviso: que o secretário da Marinha e Ultramar não desse ouvidos às críticas que os missionários e demais ministros faziam acerca da sua pessoa.

O Conde de São Miguel tinha por certo que, mais do que servir ao *ElRey* português no ultramar e angariar títulos aristocráticos, era manter-se como vassalo honrado diante da sua presença. Assim, admitia “[...] que eu asento comigo q. Vassalo que não logra a fê do seu Rey, não pode ter mayor desgraça [...]”². Como na relação entre o pai e o filho, o Conde de São Miguel se apropriou sabiamente da cultura do Antigo Regime que pressupunha, entre outras coisas, o contato entre rei e vassalo³. A obediência, a honra, o serviço, virtudes cristãs, limpeza de mãos por parte dos vassalos e, de outro, justiça, liberalidade, amor por parte do rei compunham, em Portugal e nas longínquas paragens do ultramar, o mosaico de valores que

¹ Doutorando em História pela UFG sob a orientação da Dr.a Cristina de Cássia Pereira Moraes. E-mail: alanricardoduarte@gmail.com

² AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 803.

³XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, pp. 121-155.

permeavam a cultura política do Antigo Regime português. Tal relação poderia se enfraquecer ou esfacelar-se caso uma das partes, rei ou vassalo, deixasse de cumprir determinadas prerrogativas de seu código de conduta. Na carta enviada pelo Conde de São Miguel, há claramente um destes elementos capazes de criar fissuras na relação entre rei e vassalo: *as denúncias e críticas*. Segundo o governador, eram elas que, uma vez chegando ao trono do rei e sendo acatadas como verdadeiras, poderiam tirar a fé que o monarca tinha no vassalo. Mais do que padecer nas mãos dos inimigos, ser esquecido ou perder os títulos de nobres, a maior desgraça para um governador era, segundo Conde de São Miguel, perder a confiança do rei.

Sabendo do poder das denúncias e críticas, o Conde de São Miguel tratou de minimizar o impacto delas ao longo de seu governo, ora justificando que não tinham fundamentos, ora argumentando que, no fundo, eram inverdades proferidas pelos seus inimigos. Ao escrever para o secretário de estado da Marinha e Ultramar em 1756, afirmava que atuar como governador era, de uma forma ou de outra, conviver com inimigos, pois entendia que por “[...] terray adonde hã ouvidorey tudo se pode temer [...]”. O temor advinha em grande parte se tais denúncias fossem ouvidas como verdadeiras, pois reconhecia que, de fato, era inevitável que as críticas viessem. Não só admitia isso como natural, mas alertava para a procedência daqueles que criticavam seu governo. De tal modo que, na sua compreensão, deveria se atentar para a crítica devidamente fundamentada com “testemunhas juraday” ou com índole reconhecida.

Nesse sentido, Conde de São Miguel advertia ao secretário da Marinha e Ultramar que na leitura das denúncias deveria poupar seu tempo. De um lado, haveria o tempo gasto para ler as cartas que os missionários enviavam, sendo necessário “[...] rezervar hum tarde para ver todas as cartay dos Missionarioy e Administrador da Aldeya, as minhay respostay, [...] do meu tempo, sistema do Governo da Aldeya, e outra tarde responder a tudo afinal [...]”. Por outro lado, o tempo gasto lendo críticas e denúncias seria maior que uma tarde e, portanto, ineficaz na resolução dos verdadeiros problemas da Capitania. Para finalizar sua carta, o Conde de São Miguel confessou que, entre maledicências e desordens que presenciava diuturnamente na capitania, não se arrependia de servir em paragens tão distantes ao rei português. Todo sofrimento e desgaste seriam recompensados na sua volta para Portugal. Acima de qualquer gratificação pecuniária ou de títulos de nobreza, tinha como maior galardão manter a confiança do monarca em seus serviços. Ou seja, conservar incólume a relação entre rei e vassalo. Nas suas palavras, “[...] o que digo a V. Ex. hê que ainda me não arependo de servir a ElRey Dom Jou [João] o Primeyro, nem me arependorey enquanto sua Mag. tiver fê em mim [...]”.

Apesar de o Conde de São Miguel ter tentando silenciar as críticas e denúncias endereçadas a ele, não pode se esconder contra a devassa instalada pelo desembargador Manuel da Fonseca Brandão. Na devassa foi averiguado os seus atos, os roubos e desordens que

praticaram os ministros na Provedoria e Intendências das Casas de Fundação de Goiás⁴. Tal devassa foi detalhadamente estudada pelo historiador Luís Palacin⁵ e esclareceu a intrincada rede de corrupção que o governador da capitania, o Conde de São Miguel, e seus funcionários estavam envolvidos. Ali, as vozes abafadas durante o seu governo foram ouvidas e trouxeram à tona o que o Conde de São Miguel mais temia: a desconfiança do rei e, conseqüentemente, a perda do cargo como governador.

Em linhas gerais, a carta do Conde de São Miguel de 1756 nos apresenta um dado fundamental na atuação dos governadores no ultramar: as críticas e denúncias. Os governadores se importavam com a repercussão de tais denúncias ao ponto de gastarem tinta e mais tinta em cartas para explicar ao rei português, ou ao secretário Conselho Ultramarino, a natureza das acusações. Rebatendo, contra-argumentando, explorando seu ponto de vista, apelando para seus títulos, recorrendo às “testemunhas juraday”, arrolando documentos para comprovar as inverdades, entendemos que os governadores da América portuguesa – e de outras paragens do Império português, como o Estado da Índia, praças no norte da África, Ilhas Atlânticas – sabiam dos efeitos catastróficos de uma única crítica.

Sem embargo, macular a honra de um governador poderia afetar, em maior ou menor grau, sua trajetória no quadro do Império português e, desse modo, obstruir as vias de nobilitação que, após a entronização da dinastia de Bragança⁶, se concentraram majoritariamente nas mãos do monarca português. Compreendemos, assim, que servir ao rei no ultramar ou mesmo em Lisboa era, no século XVIII, uma das principais maneiras de angariar status e rendas para o grupo aristocrático. Ora, ser recusado como vassalo do rei – que, segundo Conde de São Miguel, se traduzia na perda da fé – e impedido de servir como governador representava, naquela conjuntura, conseqüências nefastas para o indivíduo e, sobretudo, a família. Sem dúvida, nas longínquas capitanias os ministros da Coroa portuguesa, sejam governadores ou ouvidores, se enredavam pelos caminhos da intriga e da maledicência. Não se tratava de usar a espada, de realizar perseguições políticas contra os inimigos, proibir a entrada dos adversários nos órgãos da administração – como a Câmara ou as Milícias e Ordenanças –, mas de empregar outro tipo de artifício: a escrita. Era, portanto, uma das armas mais utilizadas pelos vassalos, pois ser alvo de denúncias “[...] funcionou como um freio à conduta dos

⁴ AHU_ACL_CU_008, Cx. 29, D. 1874.

⁵ PALACIN, Luis. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: EdUFG, 1983.

⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 2003.

governadores, que não desconheciam o fato de que, muitas vezes, bastavam os rumores e a murmuração [...] para que reputações fossem destruídas”. (ROMEIRO, 2017, p.277)⁷.

Diante disso, nunca era por demasiado inútil explicar determinado fato, aprofundas questões de ordem administrativa, jurisdicional ou até moral para os secretários e o rei português. O próprio marquês de Lavradio, então governador na Capitania da Bahia, nas suas cartas tratou de expressar o sentimento de preocupação com as críticas sobre a sua conduta ao Conde de São Vicente. Numa das cartas dizia que “[...] queria dizer-me se já por lá principiam a morder-me, ou como ladrão, ou como régulo, e voluntário, ou como perdulário, e cheio de bazófia [...]”⁸.

Há, portanto, escondido no tom ferino e na saraivada de denúncias e críticas contra os governadores, toda uma camada social passível de análise pelo historiador. Semelhante prisma de estudo abre a possibilidade para investigar as práticas administrativas e políticas encetadas pelos governadores e ministros da Coroa portuguesa. Num exaustivo estudo sobre a corrupção no Brasil Colonial, a historiadora Romeiro (2017, p.176-177) chama a atenção para dois elementos importantes no estudo das denúncias contra os governadores: primeiro, o relevante não é apenas discutir a veracidade das críticas contra os governadores, isto é, se eram verdadeiras ou mentiras. Conforme se discutiu anteriormente, ter em mãos uma crítica contra o governador e/ou ministro era, no contexto do Império português, uma das principais armas que os vassallos dispunham. Às vezes se criticava para inflamar os ânimos – a crítica pela crítica – ou se buscava ser ouvido pelo rei em algum assunto. Ora, utilizando-se de pretexto uma queixa era mais fácil de ser ouvido do que fazer uma solicitação direta. Demonstrar zelo com o “bem comum”, propor soluções quando o governador ou algum ministro não conseguiam e apontar caminhos eram, portanto, elementos que poderiam chamar a atenção da Coroa portuguesa.

Em segundo lugar, há uma complexa rede de valores que permeava os dispositivos jurídicos em Portugal – por exemplo, os valores cristãos, liberalidade, obediência, entre outros – e eram expressos nos alvarás, regimentos e ordenações do Reino. No entanto, eram insuficientes para dar conta da pluralidade de contextos que estavam inseridos os governadores. Em outras palavras, não basta se apoiar nas leis elaboradas pela Coroa portuguesa acerca da jurisdição dos governadores e os limites deste cargo. Ao contrário, muitas vezes a realidade da capitania contradizia completamente as diretrizes de Lisboa. Para tanto, conforme assevera Romeiro (2017, p.177), privilegiar as queixas é, ao mesmo tempo, uma forma de superar metodologicamente a visão legalista do cargo de governador e seu exercício no ultramar e abrir

⁷ ROMEIRO, Adriana. Ladrão, régulo e tirano: queixas contra governadores ultramarinos, entre os séculos XVI e XVIII. In: _____. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.175-277.

⁸ LAVRADIO, Marquês de. Cartas da Bahia, 1768-1769. 107.

brechas para o estudo do que “[...] era socialmente aceito e tolerado – isto é, as práticas sociais em estado bruto”.

Em face disso, buscamos analisar e rastrear as críticas e denúncias endereçadas aos governadores da Capitania de Goiás entre 1749 a 1804. Trata-se, mais especificamente, de estudar os casos de ministros que criticaram os governadores. Aqui iremos desconsiderar as denúncias que os governadores elaboraram contra os ouvidores, camaristas, vigários, padres, entre outros. Com efeito, embora seja uma peça essencial no tabuleiro da governança da capitania, só iremos nos apropriar desse tipo de documento na medida em que esclareça ou aprofunde as críticas contra os governadores. Desse modo, mais do que contemplar somente um ponto de vista das queixas – aqueles que denunciavam os governadores – buscaremos entrelaçar, quando possível, as duas visões. Assim, o que nos interessa é, precisamente, apreender os valores morais que orientavam as queixas contra os governadores e os princípios que deveriam pautar a ação destes vassalos.

Para tanto, definimos como ponto de partida a vinda do primeiro governador para a Capitania de Goiás após o desmembramento de São Paulo, isto é, em 1749 e seguimos com a análise até 1804 com a instalação da devassa contra o governador João Manuel de Meneses. Vale lembrar que o recorte de acordo com a administração de cada governador é, tão somente, um feixe da análise que não deixa por encerrar outros elementos. Ao lado dessa temporalidade nos baseamos nos conceitos e críticas elaboradas contra os governadores. Mais exatamente, dividimos as queixas em duas categorias que, a nosso ver, mais se sobressaíram na documentação: num primeiro momento, as críticas contra *atos ilícitos* e, em segundo, reclamações no aspecto essencialmente *jurisdicional*.

Na nossa visão, foram essas duas categorias de denúncias que embalaram a polifonia de vozes dos vassalos contra os governadores na Capitania de Goiás. Subjacente há cada um desses grupos existe, pois, outras categorias. Em outras palavras, abaixo destas duas categorias pulsa, fervorosamente, um mundo de significados miúdos e variáveis acerca do ato de governar. Assim, dentro dos *atos ilícitos* encontramos uma variedade de críticas, a saber: injustiças, violências, desordens e, sobretudo, corrupção. Em resumo, são os sustentáculos de um edifício maior, *os atos ilícitos*, que consubstanciaram esse primeiro momento na Capitania de Goiás. Além disso, temporalmente é marcado pelo governo do Conde dos Arcos, o governador de D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora, o Conde de São Miguel, iniciado em 1755 até 1778 com o Barão de Mossâmedes. São críticas falando de roubo, desvio de dinheiro, os descaminhos do ouro, vez ou outra envolvendo a Casa de Fundição de Vila Boa e a Provedoria da Fazenda Real de Goiás.

Por outro lado, o segundo momento das críticas, *questões jurisdicionais*, inicia-se com Luís da Cunha Meneses em 1778 e arrasta até 1804 com a prisão do D. João Manuel de Meneses. Em linhas gerais, o teor das críticas se referia às ações dos governadores no extrapolamento de suas funções, a usurpação e a perseguição. Portanto, o que estava em jogo nessas críticas era, em essência, os limites das funções de governador. Não por acaso que, entre o panteão de queixas, há notícias de abusos, atos despóticos e violentos, desentendimentos e o aspecto propriamente da jurisdição. Nesse sentido, de 1804 até 1822 há uma “lacuna” no que se refere às críticas e denúncias contra governadores. Não se trata da inexistência das críticas, mas o que observamos na documentação foi que, ao invés de surgir outros tipos de reclamações, apenas reverberou denúncias envolvendo ora questões jurisdicionais, ora atos ilícitos. Assim, poderíamos aventar um terceiro período para as queixas contra os governadores de 1804 até 1822, no entanto, optamos por estabelecer os dois períodos no arco temporal do século XVIII e início do XIX. Acreditamos que a separação em dois períodos aglutine, apesar das limitações, o maior número de queixas e aquelas mais significativas.

Ademais, unir as críticas de acordo com a administração de cada governador e, de outro lado, dividi-las tematicamente abre possibilidades para observar tendências, escrutinar os princípios morais socialmente definidos como aceitáveis pelos ministros da Coroa portuguesa, esgravatar o estudo acerca do cotidiano administrativo das vilas e arraiais na Capitania de Goiás, a relação do governador com os outros vassallos da administração – Câmara, Milícias, Irmandades e Confrarias, a Igreja Católica no contexto do padroado régio, entre outros elementos –, os “partidos” que iam se estabelecendo quando um governador chegava ou saía, as intrigas formadas no âmago da capitania, o cruzamento de trajetória de governadores e ministros do rei português.

Evidentemente que, aqui ou ali, os dois grupos de críticas se mesclam, ao mesmo tempo em que se fala dos atos ilícitos também é citada questões de ordem jurisdicional, às vezes se sobrepõem ou aparecem como situações indistintas. Mesmo assim, fornecem uma visão rica do processo de governação no Império português e, particularmente, na Capitania de Goiás. O *corpus documental* que utilizamos para realizar essas reflexões sobre a administração dos governadores foi, majoritariamente, do Arquivo Histórico Ultramarino. Portanto, são documentos de ordem político-administrativa produzida durante a atuação dos governadores na capitania e que reflete, direta e/ou indiretamente, o cotidiano dos vassallos de *ElRey* no ultramar.

2. Injustiças, violências, desordens e corrupção: os atos ilícitos na Capitania de Goiás (1749-1778).

[...] pois vejo q. V. Ex. já tem noticia das dezordens q. por ca se fazem, e q. [que] S. Mag. lhe quer por o remédio; mas se tal a desgraça desta Cap. q. [que] corrompidos os ministroz pela ambição querem ocultar a verdade [...]. Neste Goyaz he aximo comentar [?] q. toda a pessoa q. [que] p. [por] elle passa sem ser p. [para] levar oiro [ouro] por todos os meyoz q. he pateta, cá não se conhece [...].

Ofício do governador de Goiás, João Manuel de Melo, ao conde de Oeiras, 29 de Maio de 1760.

Percorria pela Capitania de Goiás nos idos de 1755 notícias que um funcionário de alto cabedal, empossado diretamente pelo rei português, saiu de Portugal para procurar ouro nas terras do ultramar. A honra – tão buscada por outros nobres como ele e que deveria pautar, do começo ao fim, a sua conduta – foi suplantada pelo ouro. A cobiça era tanta que se dizia que “[...] não tirava diamante, porque os não havia, nem cavava o ouro, e que o melhor modo de o ter era tirá-lo a quem o cavava”. Para engrossar essa lista, comentava-se que o dito nobre vendia patentes, tinha loja de fazenda, distribuía ofícios aos criados, lavrava ouro na Casa de Fundição e comprava “comboio de escravos” continuamente. A saraivada de queixas e notícias sobre tais práticas se referiam ao Conde de São Miguel, governador em Goiás entre 1755 e 1759.

O desembargador Brandão foi responsável por instalar uma Devassa na Capitania e constatou que, entre tantas críticas e notícias que circulavam pelos arraiais, somente três coisas eram verdadeiras: que o dito governador colocou criados seus na Casa de Fundição, vendeu patentes, comprou e vendeu “negros”. Segundo as testemunhas ouvidas no processo e o próprio governador, João Manuel de Melo⁹, logo que o Conde de São Miguel assumiu o posto de governador na capitania colocou três criados na administração – nomeadamente Miguel da Costa no cargo de escrivão de conferência, Tomás João como escravidão das Forjas e José de Sousa de Vasconcellos como tesoureiro¹⁰. No entanto, o crime realmente imputado ao governador e considerado o mais grave de acordo com o desembargador foi, portanto, a compra e venda de escravos. Algumas testemunhas afirmaram que o governador comprou “dois negrinhos” de pouca idade chegando a pagar – embora não informe o valor exato – mais do que valiam; no Arraial de Pilar agradara de um “escravo cabrenha” e ofereceu 200 oitavas, mas que foi recusado pelo seu dono.

Nesse sentido, a maior compra do governador Conde de São Miguel foi o comboio de “três lotes de negros” – aproximadamente cento e setenta e tantos – que mandou vir da Bahia. Segundo Brandão, a estratégia do governado foi bem sutil, pois comprou estes comboios em

⁹ Em 29 de Maio de 1760, o governador de Goiás, João Manuel de Melo, escrevia conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, que “Saberá V. Ex. q. [que] quando o Com de S. [São] Miguel entrou neste governo logo meteo por officiaes da Real Caza da Fundiçam tres creados seus q. a camera por atençaõ lhos propôs os quaes foram concervados ter anos sucecivos. Miguel da Costa por Escrivão da Conferencia , Thomas João cujo por escrivam das Forjas, e Jozé de Souza de Vasconcelloy por thezoeiro [...].(AHU_ACL_CU_008, Cx. 17, D. 986).

¹⁰ Esses indivíduos não residiam na capitania e que, segundo Brandão, chegaram com o governador.

três tempos diferentes, ou seja, foram enviados em meses diferentes e não de uma única vez. E que, além disso, enviou o Capitão-Mor Francisco Xavier Leite para realizar a compra. Ao chegar à capitania, o dito Francisco Xavier Leite tratou de vender os negros como se fossem “qualquer negociante particular”.

Outra voz ressoaria na Capitania de Goiás queixando-se dos *atos ilícitos* dos governadores. O sobrenome trazia assinado “Brandão”, mas dessa vez não se tratava do desembargador que devassou o governador Conde de São Miguel e seus Ministros. O “Brandão” que levantava sua voz era o bacharel Pedro Bernardino de Souza Brandão que serviu como vereador na Câmara de Vila Boa entre 1777e 1778. Embora o cargo fosse diferente do outro Brandão – um como desembargador e o outro como vereador – permanecia algo em comum: escrever ao rei português e “investigar os factos” ocorridos.

Em 19 de Junho de 1778, o bacharel Pedro Bernardino de Souza Brandão escreveu um requerimento à rainha D. Maria I¹¹. No documento solicitava que procedesse a violeta prisão que o governador de Goiás, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1772-1778), o Barão de Mossâmedes, lhe mandara fazer. Segundo o bacharel, a prisão foi em represália aos protestos dirigidos à pessoa do governador: primeiramente, as “extraordinárias” despesas custeadas pela Câmara na formação de bandeiras com destino à Aldeia do Banal – também chamada de Nova Beira – e, em segundo lugar, os festejos acontecidos em Vila Boa na celebração dos “Despozórios do Serenissimos Principes da Beira, e Brazil” e o funeral de D. José I.

No seu requerimento, o bacharel esclarecia que não era contra essas despesas – aliás, considerava fundamental no serviço à Coroa portuguesa e a expansão das conquistas nos “Certoens” e a celebração das exéquias em memória do rei português–, mas o problema residia no fato de o governador da Capitania não mostrar “ordem alguma expreça de V. Mag”. Nem uma lei ou alvará aprovando as ditas despesas. Ao observar que as despesas contrariava a forma das ordenações, o vereador “previu” que recairia sobre ele e “o mais Republicanos” toda aquela empreitada organizada pelo governador¹². Não é por acaso que, do começo ao fim do documento, o vereador pedía à rainha que aprovasse aquelas despesas da bandeira e dos festejos e, caso isso não fosse possível, sugestionava que o governador, o Barão de Mossâmedes, lhe “[...] pague [pagasse] dos seus próprios bens”. Por fim, dizia que a Câmara não tinha o costume de aprovar nenhuma despesa ordinária e/ou extraordinária sem que lhe mostrassem ordem

¹¹ AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922.

¹² “[...] que sendo como parecia feita injusta e infrutifera-mente sem utilidade a R. Coroa nem ainda dos moradores, e sendo como foi feita contra Direyto sem ley expressa de V. Mag. [...]”. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922).

“expreça de V. Mag” e o fato acontecido era, por conseguinte, resultado das arbitrariedades do governador que burlava as ordenações e não respeitava a autoridade dos camaristas.

Não tardaria para a rainha ler o requerimento do vereador e bacharel em Vila Boa e solicitar uma “justificação” do Barão de Mossâmedes. Isso aconteceu efetivamente cinco meses depois do vereador encaminhar sua representação, ou seja, em 25 de Novembro de 1778. Nessa respectiva data, o ex-governador da Capitania de Goiás, Barão de Mossâmedes, respondia às queixas do vereador e pormenorizava as razões das ditas despesas. Já não se encontrava no governo de Goiás e ocupava, naquela altura, o posto de conselheiro no Conselho Ultramarino em Lisboa. Pode-se subentender que o requerimento e as queixas de Pedro Bernardino de Souza Brandão subiram não somente ao trono da rainha, mas que ganharam notoriedade entre os ministros do Conselho do Ultramar e, portanto, entre aqueles que dividiam o trabalho com o Barão de Mossâmedes no Conselho Ultramarino. É o que deixar transparecer o ex-governador na sua carta ao dizer que “[...] pode admirar a inadvertência, com que se deixarão surpreender os Ministros do Conselho do Ultramar”. Desse modo, urgia responder a tais críticas e “limpar” seu nome¹³.

O teor de sua resposta às queixas do bacharel foi, segundo próprio afirmou, “sumario, e consizos termos” e buscava nas linhas seguintes dar o “justo discernimento” à rainha. Atento ao que o bacharel tinha escrito no seu requerimento, especialmente a preocupação das despesas das bandeiras e o funeral de D. José caírem sobre a Câmara e “o mais Republicanos”, o Barão de Mossâmedes logo tratou de esclarecer essa questão. Explicou que essa demasiada preocupação foi, na verdade, fruto do terror disseminado pelo ouvidor da correição. Para o ex-governador de Goiás, tudo isso correspondia à malevolência de outros ministros que, aproveitando a situação, fomentavam a desordem e o vilipêndio¹⁴.

Ademais, reconhecia como verdadeiro a informação que passou ordem ao alferes de Dragão, Manoel José de Almeida, para prender o bacharel como resultado da petulância com que falava nos protestos e, sobretudo, por atacar o “caráter do general”. Tal caráter evocado pelo ex-governador se referia ao seu cargo de governador e capitão-general responsável por administrar as Minas de Goiás, um cargo que “[...] o Soberano me depositou, e q. [que] eu devia conservar ilezo [...]”. Portanto, os protestos e queixas do vereador Pedro Bernardino de Souza Brandão eram, segundo Barão de Mossâmedes, um ataque direto à sua autoridade em Goiás.

¹³ Mais adiante, o Barão de Mossâmedes afirma que “[...] de todos os meus passos no Governo de Goyâz; porem como seria hua creminoza indolência deixar em silencio a Surpreza dos Conselheiros do Ultramar”. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922).

¹⁴ “Quando a malevolencia de hua parte queizoza, fumentada [fomentada] arteficzamente [artificialmente] pello seu Ministro, não acha outros delitos em que faça carga ao General, que honrâ hé não rezulta, e que velipendio não se ache nos seus inimigos?”. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922).

Chega a argumentar que a prisão foi um recurso plausível e não autoritário, pois entendia que “[...] nunca pode impor excessivamente se nos procedimentos [procedimentos] não há demasia [...]”. Não fazer frente aos protestos do vereador – e, conseqüentemente, não enviar às bandeiras e realizar os festejos – seria um sinal que, no ultramar, a autoridade real é diminuída e que “[...] se achariam os Vassallos em hua [uma] verda. [verdadeira] anarquia [...]”.

Peremptório e claro nas suas palavras, o Barão de Mossâmedes resume sua opinião acerca do requerimento do vereador: era tudo falsidade, malevolência e consequência da ignorância daqueles que “[...] faltos de Luzes da extenção da humanid.de [humanidade], querem indiretamente obstar a redução dos Indios”. De tal maneira que, na acepção do Barão de Mossâmedes, não se tratava apenas de uma queixa, mas de um obstáculo para realizar a pacificação dos índios em Goiás. Além disso, apontava que a emulação e a inveja concorriam diretamente para usurpar a “gloria” que tinha adquirido com o aldeamento, pois se considerava o “[...] primeiro na America Portuguesa, que civilizei e pacifiquei Indios Silvestres [...]”. Enaltecia não só a pacificação dos índios, mas que tal empreendimento foi, de acordo com ele, realizado usando das “propriays forsas”, rendimentos da Câmara e, em alguns casos, do produto das “condenaçoêz da justiça”. Se tal argumento fosse verdadeiro invalidaria, por conseguinte, a queixa do vereador e bacharel Pedro Bernardino de Souza Brandão quando, no seu requerimento, afirmava que foram aplicados gastos excessivos nas bandeiras.

Não bastava apenas afirmar que as bandeiras e demais celebrações foram realizadas sem custo algum para a Câmara. Era preciso provar isso e, para tal, o Barão de Mossâmedes alegou que, se estivesse na Capitania de Goiás, havia de mostrar detalhadamente – e apresentando os documentos comprobatórios – cada gasto que realizou naquela altura. Contentou-se em dizer que, não podendo fazer o cálculo certo e tampouco apresentar os documentos, deduzia que fora gasto um valor ínfimo ao ponto de constituir uma “supérfluas [supérflua] despesas”. Mais do que isso, apostava seus bens que os gastos com as bandeiras da Nova Beira não ultrapassou três mil réis. Essas despesas seriam facilmente pagáveis, uma vez que os rendimentos da Câmara, o produto das Entradas, Dízimos e Passagens seriam mais que suficientes para suprimir os gastos com as bandeiras e celebrações. Sabendo que não bastaria apenas essas alegações, o ex-governador pediu à rainha três dias de audiência para lhe dar todos os seus passos no governo de Goiás.

Seus atos como governador na Capitania de Goiás eram baseados nas ordenações e leis reais. Assim, os festejos foram em resposta da Carta Régia passada em 24 de fevereiro de 1777

e as bandeiras, por sua vez, foram em obediência as “Instruçãoz”¹⁵ entregue pela rainha para civilizar os indígenas. Mais exatamente, as cartas enviados em 2 de Maio de 1775 traziam como resposta ao governador a aprovação da ditas bandeiras. A conclusão de tudo isso era que, segundo Mossâmedes, a representação era mentirosa¹⁶, no entanto, serviu para mostrar à rainha – e, evidentemente, os ministros do Conselho Ultramarino – uma lição: o ambiente que os governadores enfrentavam no ultramar. De acordo com as suas próprias palavras, “Agora Exm. S. vejo [...] de qualq.er [qualquer] leve ocasião p. [para] partir contra os Gov.res [Governadores] autorizando-os a custa da verd.de [verdade] e da lezão, pelo simplez requerim. de hum queixoço”.

3. Abusos, atos despóticos, desentendimentos e perseguição: questões jurisdicionais na Capitania de Goiás (1778-1804).

*Pelo Tejo vai-se para o mundo
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia*

Antonio Carlos Jobim/Fernando Pessoa, O Rio da Minha Aldeia

O segundo período de queixas e críticas contra os governadores em Goiás foi marcado, invariavelmente, por um único sobrenome: os *Cunha Meneses*. Os anos que se seguiram após o governo do Barão de Mossâmedes, a capitania recebeu três governadores – e em períodos subsequentes, isto é, um seguido do outro – desta família. Tratava-se de uma família de alto cabedal nobiliárquico e com larga experiência no serviço militar no ultramar¹⁷. Em Goiás o

¹⁵ Era comum no Império português o governador e capitão-general receber do rei – ou do governador antecessor – um documento chamado Instrução. Ali reunia as principais características do lugar que iria governar – como, por exemplo, o estado civil, religioso, econômico e político – e sugestões para a administração da capitania.

¹⁶ Nesse sentido, Barão de Mossâmedes indagava que, se os seus argumentos não fossem suficientes para comprovar o baixo custo das bandeiras e celebrações, por que o vereado não alegou também que “[...] que eu vendi os postos Militares, os Offícios de Justiça, e da Fazenda, que fiz negocio com escravos, ou outra Mercancia, que tive algua herança, ou outro qualquer interesse defendido por sua Mag. e pelos naturaes sentim.tos de hum homem honrado.”(AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922).

¹⁷ De acordo com Pereira (2016), foi uma família que se destacou no Antigo Regime português no século XVII e XVIII a partir da prestação de serviços ao rei português nos domínios ultramarinos. Os títulos recebidos pela família atestam, por conseguinte, tal estratégia dessa casa de nobres: Conde de Ericeira, Marquês de Lourçal e Conde de Lumiares. No decorrer do século XVIII, esse grupo se concentrou em serviços na América portuguesa, no Estado da Índia e praças africanas. É, por exemplo, o caso de Manuel Inácio da Cunha e Meneses (1742-1791) que atuou como governador na Capitania de Pernambuco e na Capitania de Bahia; Francisco da Cunha e Meneses (1747-1812), serviu como governador na Capitania de São Paulo entre 1782 e 1786, como vice-rei no Estado da Índia e governador na Capitania da Bahia. Ver: PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. *Entre o nome e o sangue: a família Cunha Meneses no Antigo Regime português*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016. APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil Colonial: a administração de Luís da Cunha de Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. São Paulo: Hucitec, 2015. FURTADO, Joaci Pereira Furtado. *Uma república de leitores. História e Memória na recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997. ZÚQUETE, Afonso Henrique Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Enciclopédia, 1960, 3v. Sobre a tese que, durante o século XVII e XVIII, a casas nobres em

primeiro governador desta família foi Luís da Cunha Meneses (1778-1783)¹⁸, o segundo Tristão da Cunha Meneses (1783-1800) e, por último, João Manuel de Meneses (1800-1802).

De acordo com Pereira (2016, p.53), há uma variedade de elementos que tornou a trajetória destes indivíduos estreitamente parecida: a maioria nasceu no século XVIII e no limiar do século XIX, atuaram como governadores na América portuguesa e outros espaços do ultramar (Índia e África), receberam hábitos militares, serviram na mesma capitania – ou seja, em Goiás – em períodos subsequentes, alguns eram irmãos. Podendo-se dizer que “[...] separados temporalmente, mas unidos espacialmente na capitania de Goiás [...]. Trajetórias administrativas que se entrecruzaram num mesmo espaço, e que [...], foram marcadas [...] por atuações diferentes”.

Na historiografia e, sobretudo, no campo da literatura ficaram conhecidos por um documento escrito no final do século XVIII, as *Cartas Chilenas*¹⁹. Embora as Cartas Chilenas se refere ao governo de Luís da Cunha Meneses na Capitania de Minas Gerais, tornou rito de passagem associar a imagem desta família como governadores demasiadamente tirânicos, autoritários e déspotas que usurparão cargos, prenderam ministros, perseguiram pessoas por onde passaram, entre outras coisas. Em face disso, é inegável que tais governadores – assim como os demais deste cargo – entraram em conflitos com os ministros no ultramar (ouvidores, vereadores, negociantes, vigários, etc) e que o resultado disso foi, conseqüentemente, o volumoso número de queixas e representações. No entanto, conforme esclarece Furtado (1997), Aparício (2015), Pereira (2016) e Romeiro (2017), é erro crasso tomar com ponto de partida e chegada somente essas críticas e considerá-las como o reflexo real e verdadeiro da atuação dos governadores no ultramar. Do ponto de vista histórico, não se trata de descartar esse tipo de

Portugal se destacaram pelos serviços prestados ao rei português, ver, por exemplo: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p.191-252. _____. Trajetórias sociais e governo nas conquistas. Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.249-283. _____. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-115. _____. O governo da monarquia e do império: o provimento de ofícios principais durante o período pombalino: algumas notas breves. In: SOUZA, Laura de Mello e. FURTADO, Júnia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda (orgs). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p.507-517. _____. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.

¹⁸ Assim que terminou sua administração em Goiás, o respectivo governador foi assumir a Capitania de Minas Gerais e por lá ficou entre 1783 e 1788.

¹⁹ Em resumo, tratava-se de uma sátira escrita pelo ouvidor de Vila Rica, Tomás António Gonzaga, e procurou metaforizar o governo de Luís da Cunha Meneses na Capitania de Minas Gerais. Desse modo, no respectivo documento, Luís da Cunha Meneses é descrito metaforicamente como o Fanfarrão Minésio e a Capitania de Minas Gerais como Chile. Critilo – que representa, no fundo, Tomás António de Gonzaga – escreveu uma carta para seu amigo Doroteu na Espanha explicando o desgoverno do Fanfarrão Minésio.

fonte, mas, antes, de “[...] não estudar a figura do governador através de um único documento, mas coadunar, através do cruzamento de fontes diversificadas, informações que permitem perspectivá-lo em distintas variáveis”. (PEREIRA, 2016, p.27).

Nesse contexto, entre tantas críticas que foram endereçadas ao governador Luís da Cunha Meneses há a representação feita pelo vigário de Vila Boa, João Antunes de Noronha, em 29 de Maio de 1782²⁰. A carta do vigário expunha a opressão que sofreu nas mãos do governador e o acusava de proteger os que desrespeitavam o clero ao mandar demolir templos e entregar os bens eclesiásticos ao povo. No entanto, o tom ferino de sua carta se concentrou num fato acontecido em Vila Boa: a procissão dos devotos de São Benedito.

Como de costume, os devotos – a maioria de pretos e crioulos libertos – precisavam, antes da procissão, pedir a permissão do vigário de Vila de Boa. Recebendo a licença para realizarem a procissão, os devotos iniciaram o trajeto saindo da Igreja do Rosário quando, em determinado momento, o vigário Noronha percebeu que os devotos começaram a entrar “por becos e outras ruas indecentes”. Desrespeitando a ordem do vigário e obedecendo, antes, ao governador Luís da Cunha Meneses, os devotos continuaram a procissão. Em face disso, o vigário em 29 de maio de 1782 escreveu à rainha com o fito de, além de denunciar os atos despóticos do governador, prover, por outro lado, o “(...) remédio necessário a opressão, em que se acha a Jurisdição eclesiásticas nesta Capitania, pela irreligião, desconcertos, e despóticos procedimentos do Governador (...)”. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2041).

O vigário lembrava na sua carta que não era da alçada do governador mudar, ou mesmo sugerir, o percurso da procissão. Na verdade, segundo o vigário, era facultado somente a ele a licença para aprovar e direcionar a procissão, posto que estava fundado no “[...] direito Canonico, rasão, e Constituiçoens do Bispado [...]”. Com efeito, não era a primeira vez que, durante a procissão, os devotos de São Benedito tinham desobedecido ao vigário e, por “motivos de particulares vontade”, se tinham afastados por “becos e outras ruas indecentes”. Lembra, para tanto, que algo parecido tinha acontecido no ano de 1781 e que, naquela ocasião, não foram castigados “como merecião”. Tudo isso acontecia porque os “irmãos crioulos” e demais devotos tinham a proteção do governador e nela confiavam.

Assim, quando em 1782 aconteceu novamente a procissão, os devotos não hesitaram em mudar o caminho porque sabiam que, de uma forma ou de outra, receberiam a proteção do governador. No entanto, a procissão de 1782 foi a gota d’água para o vigário, pois além de desobedecê-los, os devotos destemidamente se aproveitaram da situação – e, logicamente, salvaguardados pela proteção do governador – para continuarem a procissão sozinhos e

²⁰ AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2041.

levaram, por fim, as “Sagradas Imagens” pelas ruas que quiseram – ruas que, segundo o dito vigário, moravam pessoas da pior estirpe.

Tal procissão mostrou toda a autoridade do governador de Goiás e sua audácia ao se intrometer nos assuntos eclesiásticos, pois, durante a procissão, aconteceu um confronto direito entre Luís da Cunha Meneses e o vigário João Antunes de Noronha. Após a procissão passar pela Igreja da Matriz e a casa do governador, os devotos começaram a entrar por uma rua que não era de costume e, justamente neste momento, o vigário mandou um mensageiro do “Corpo do Clero” avisar que voltassem para outra rua de “costume, p.a [para] as quais so tinham licença”. O mesmo mensageiro voltou e confidenciou ao vigário que, em hipótese alguma, mudariam o trajeto. Em face de tudo isso, o vigário novamente mandou uma mensagem: que se continuassem na desobediência, recolheria o Santíssimo Sacramento. Não tardou para que os devotos respondessem o recado do vigário, só que dessa vez com um teor diferente:

Em resposta desta segunda admoestação veyo hum negro a correr mandado pelo Governador; e chegando defronte do Pallio, sem alguma reverencia ao Divinissimo Sacramento e olhando para mim Parocho, q.e levava a sacrossanta custodia gritou cheyo de atrvim.to: Marche; sua Ex.a manda = E não obstrante o desacato, a irreverencia, a vil qualidade do Mensageiro, e o grande arrojo, com que vinha armando com o recado do Governador, respondi: Filho, sua Ex.a não governa Processoens = eu, como vigário da Igr.a, q.e levo o Sacramento devo obedecer ao despacho do Vig.º da Vara na forma, que está determinado. E tendo também já neste tempo o mesmo G.or da janela, em q.e estava, e da sua vox, mandado marchar o pr.º guião, e andores contra o determinado na licença, Provizão e despacho (AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2041).

Após esse confronto entre o governador e o vigário, a procissão continuou com os devotos levando as “imagens sagradas” por becos e ruas de Vila Boa. O vigário, por sua vez, tratou de se recolher com o clero, com a Cruz e o Divino Sacramento para a igreja. Não restavam dúvidas para o vigário que aquela situação era, no fundo, um pretexto para o governador se mostrar que “sô ele deve ser obedecido” e provar, desse modo, ter “absoluto poder em tudo”. As suas ações atestavam que extrapolava as funções de governador ao ponto de imiscuir pelas questões religiosas. De tal maneira que pairava na capitania uma nuvem de temor, pois, “[...] porque os despotismos deste hê a ley geral do receyo, e temor de todos”. Mais do que isso, na compreensão do vigário, o acontecimento de 24 de Maio de 1782 mostrava decisivamente o estilo governativo de Luís da Cunha Meneses que, ao invés de buscar a paz e o bem público, evidenciava que: “[...] dê bem a conhecer o modo, com que teria o governado esse G.or e a perturbação [...] não sô à Jurisdicção ecclesiastica, mas a todas as mais com gravíssimos prejuízos de muitos oprimidos Vassallos de V. Mag.”.

O conflito não terminou por aí, pois o governador passou ordens aos seus soldados para não deixar ele, o vigário, entrasse na sua casa. Assim, quando o vigário decidiu procurar o

governador e esclarecer os acontecimentos da procissão, foi “inibido de entrar na Casa de hum Governador”. Mais do que o vexame público que fora submetido, a ação do governador relevava outra faceta: a usurpação das funções do vigário. Frente a isso, o vigário chamava a atenção na sua carta que, na condição de “Magistrado ecclesiastico Territorial, e Delegado, e Plenipotenciario em seus limites do R. do Bisco dentro em seu Bispado”, somente ele poderia conduzir uma procissão²¹.

A dita usurpação foi se escancarando cada vez mais no dia a dia da Capitania de Goiás. O vigário cita numerosos casos para mostrar isso. Um dos mais notórios foi o do padre José Simões da Mato Medeiros que foi acusado pelo Visitador Geral de cometer “erros, delictos” e se mostrar de “reprehensivel conduta”. Segunda as recomendações do visitador, o dito padre não poderia, a partir de então, exercer suas funções e que deveria ser preso. Ao saber da decisão do visitador, o padre fugiu para Vila Boa e buscou asilo no governador que lhe deu “salvo-conduto” e ordenou que ninguém o prendesse na Capitania. Além disso, sob a tutela do governador, foi permitido que o padre continuasse com suas atividades e atuava no Arraial de Traíras como pároco e vigário geral.

O governador também interferia nos “bens dos Eclasiastico” sem a devida legalidade. É o que aconteceu com o padre João de Sousa Oliveira que lhe mandou tirar dois escravos e entregou, segundo o vigário, a “hua mollher, que [...] dizia, que lhe devia o dito Padre “[...]; na mesma época, o governador mandou demolir o templo da Senhora da Boa Morte da Irmandade dos Pardos por puro “recreyo, e divertimento” e vendeu partes do templo para “usos profanos”; em outra ocasião, o criado do governador, Roberto Antonio de Lima, aprovou a licença para festejar S. Antonio na casa de Félix Correa Pardo. Segundo o vigário, criou-se um outeiro ao santo e se repetiu em frente ao altar “versos os mais torpões, lacivos, obscenos”; logo depois da festa do Espírito Santo, o criado do governador, o dito Roberto Antonio de Lima, celebrou outras ações misturando a celebração divina com a evocação dos “Bcanaes da Antiguid.e”.

Os atos de Luís da Cunha Meneses traduziam, na acepção do vigário, um governo “sem religião, escandaloso publico pelas defloraçoens, e concubinatos; e que sente mal da disciplina da Igreja”. No bojo de todos os argumentos do vigário, há constantemente a comparação de um governo com e sem religião. Desse modo, Luís da Cunha Meneses cristalizaria o exemplo de governo sem religião que, ao usurpar a jurisdição eclesiástica e agir despoticamente, corria o risco de romper o elo mais forte de todo o Império português: o sacerdócio. Para o vigário, o

²¹ Ainda indagava que “Pelo que fica também patente, que se o d.o Governador chega a promulgar penas tão desordenadas contra os próprios Magistrados ecclesiaticos, como me não estorvava todos os meus actos de Jurisdicção, como pratica todos os dias, e em todos os casos?”. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2041).

“Sacerdocio, e o Imperio” eram inseparáveis na regência dos povos no ultramar e somente através da “União do Mixto Imperio” poderia um governo ter sucessos.

4. Considerações finais

Num clássico trabalho, *A herança imaterial*²², o historiador italiano Giovanni Levi (2000), chega ao final de sua seminal obra argumentando que prefere imaginar que toda essa multidão “[...] que passou diante de nós tenha contado alguma coisa não somente de si mesma. Espero que [...] tenha contribuído para determinar [...] o caráter do Estado moderno [...]”. No mesmo sentido, talvez se possa pensar algo parecido para as críticas e queixas elaboradas no século XVIII na Capitania de Goiás e refletir, sobretudo, o Estado português.

Para tanto, muitas críticas foram lidas e receberam uma resposta do rei português com a instalação de devassas ou residências para apurar a veracidade do conteúdo, outras apenas lidas e ignoradas. De uma ponta há outra podemos perceber, a partir de um estudo metuculoso das denúncias e críticas, as “práticas sociais” que envolviam a atuação de um governador numa capitania, as redes clientelares que foram se constituído durante a administração do governador, os potentados locais ou bandos que já estavam estabelecidos na capitania e sofreram com a chegada do governador, entre outras coisas. Mais do que isso, as queixas deixavam transparecer os princípios morais que deveriam acompanhar a administração do governador ou, em outras palavras, o “bom governo”; por vezes relampejam as linhas divisórias da conduta reta e aquela que era reprovada socialmente. Além disso, subjacente ao conteúdo corrosivo das críticas há, por conseguinte, a posição da Coroa portuguesa em diversos assuntos – corrupção, atos despóticos, problemas de jurisdição, contrabando do ouro, conduta moral dos governadores. Seja como for, fica evidente que as denúncias são essenciais no estudo da governança no contexto do Império português.

O primeiro período de críticas, *os atos ilícitos* (1749-1778), abarcou casos envolvendo injustiças, roubos, extorsão, violências, desordens e corrupção. Marcado pela atuação de três governadores, Conde dos Arcos, Conde de São Miguel e Barão de Mossâmedes, este momento trouxe à baila acusações de natureza predominantemente econômicas. Basta lembrar o exemplo do Conde de São Miguel e os casos investigados na devassa do desembargador Brandão. Ali se constatou que o governador tinha, de fato, comprado na Bahia “três lotes de negros” e os enviou para a Capitania de Goiás a fim de vendê-los.

²² LEVI, G. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Ademais, tal prática era veementemente proibida aos governadores, mas, mesmo diante da comprovação da compra e venda dos escravos, a Coroa portuguesa não se manifestou ou despôs o Conde de São Miguel. Ao que tudo indica, havia uma linha tênue entre o que era considerado lícito e/ou ilícito. Linha que, vezes ou outra, parecia se envergar para um lado ou se curvar para outra direção. Por um lado, realizar negócios era proibido aos governadores – e o Conde São Miguel sabia disso claramente –, mas, de outro, era aceitável esse tipo de enriquecimento na medida em que não prejudicasse os interesses da Coroa. Segundo Romeiro (2017, p.190), em certas situações esperava-se que o funcionário régio acumulasse fortuna para aumentar o cabedal da sua casa e, conseqüentemente, os bens da República. É com base nisso que se pode também compreender as “extraordinárias despesas” do Barão de Mossâmedes no envio de bandeiras. Era crucial o aldeamento dos indígenas na parte norte da capitania e, mesmo que aquelas despesas não fossem aprovadas pela rainha, os benefícios trazidos legitimavam os atos do governador.

Por sua vez, o segundo momento das queixas e críticas contra os governadores foi assinalado pelas *questões jurisdicionais* (1778-1804). Ligado diretamente aos governadores da família Cunha Meneses – Luís da Cunha Meneses, Tristão da Cunha Meneses e João Manuel de Meneses –, o segundo momento encetou discussões sobre os limites da função do governador, isto é, sua jurisdição como também questões relacionadas aos abusos, atos despóticos, violência, entre outros. Sem dúvida, o caso mais sintomático²³ disso foi a carta do vigário João Antunes de Noronha de 1782 criticando o governador Luís da Cunha Meneses e suas ações na procissão dos devotos de São Benedito. Estava em jogo a autoridade do vigário que, diante das atitudes despóticas do governador, o envergonhou e interferiu em inúmeros casos em Goiás. Pode-se perceber, a partir deste caso, que Luís da Cunha Meneses favoreceu determinados grupos (nomeadamente negros, pardos, crioulos e índios) e, ao intrometer na jurisdição de outras instituições regionais, pretendeu coibir o campo de ação dos potentados locais. Portanto, invadir a jurisdição do vigário era uma forma de “neutralizar” seu poder na capitania.

5. Referências bibliográficas

5.1. Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

-OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de

²³ Vale lembrar, nesse contexto, que as críticas contra Tristão da Cunha Meneses e João Manuel de Meneses foram volumosas e ultrapassaram, do ponto de vista quantitativo, as queixas contra Luís da Cunha Meneses. Não por acaso que foi instalado uma devassa para investigar os atos dos dois governadores.

Mendonça Corte Real, recomendando a leitura das cartas do administrador e missionários dos índios e precavendo-o para que não dê ouvidos às notícias acerca de sua conduta.

-OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre os atos corruptos do ex-[governador e capitão-general de Goiás], conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], do ex-ouvidor-geral de Goiás, António da Cunha Sotomaior, mais ministros da Justiça e Fazenda, outros oficiais e eclesiásticos da capitania de Goiás.

-REQUERIMENTO do ex-vereador da Câmara de Vila Boa, bacharel Pedro Bernardino de Sousa Brandão, à rainha [D. Maria I], solicitando que se mande proceder as informações sobre a injusta e violenta prisão que o governador e capitão-general de Goiás, [barão de Mossâmedes], José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, lhe queria fazer, em represália por ter protestado contra as extraordinárias despesas que mandou fazer pela Câmara, com a formação de bandeiras, de que não resultou fruto algum, e a criação da aldeia do Bananal, denominada Nova Beira, a qual nunca foi aldeia, por não ter já há três anos, índio algum.

-OFÍCIO do sindicante, desembargador, Manuel da Fonseca Brandão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre autos de devassa tirada ao conde de São Miguel, [ex-governador e capitão-general de Goiás, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], e outros oficiais que lhe serviam, acusados de extorsões, desvios e descaminhos da Fazenda Real.

-CARTA do vigário da Vara e da Igreja de Vila Boa, João Antunes Noronha, à rainha [D. Maria I], solicitando providência contra a opressão em que se acha a jurisdição eclesiástica, canônica e privativa, em Goiás, devido aos procedimentos administrativos do governador e capitão-general, Luís da Cunha Meneses, protegendo os que desrespeitam o clero, mandando demolir templos, entregando os bens dos eclesiásticos, em desacordo com as leis reais.

5.2. Bibliografia

APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil Colonial: a administração de Luís da Cunha de Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

FURTADO, Joaci Pereira Furtado. *Uma república de leitores. História e Memória na recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LEVI, G. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAVRADIO, Marquês de. *Cartas da Bahia, 1768-1769*. 107.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 2003

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p.191-252.

_____. Trajetórias sociais e governo nas conquistas. Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.249-283

_____. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-115.

_____. O governo da monarquia e do império: o provimento de ofícios principais durante o período pombalino: algumas notas breves. In: SOUZA, Laura de Mello e. FURTADO, Júnia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda (orgs). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p.507-517.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. *Entre o nome e o sangue: a família Cunha Meneses no Antigo Regime português*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016.

PALACIN, Luis. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: EdUFG, 1983.

ROMEIRO, Adriana. Ladrão, régulo e tirano: queixas contra governadores ultramarinos, entre os séculos XVI e XVIII. In:_____. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.175-277.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, pp. 121-155.

ZÚQUETE, Afonso Henrique Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Enciclopédia, 1960, 3v.

INTERESSE, CONHECIMENTO E ORIENTAÇÃO: AS INTERSEÇÕES DO PENSAMENTO DE JÜRGEN HABERMAS E JÖRN RÜSEN

*Alex Fernandes Borges*²⁴

RESUMO: Partindo-se de uma afirmação preliminar acerca da proximidade do pensamento do filósofo Jürgen Habermas e do historiador Jörn Rüsen, o presente texto tem a intenção de mapear brevemente a teoria de ambos acerca dos vínculos entre conhecimento, interesses e orientação dentro das ciências sociais e da história, apontando para uma possível continuidade do pensamento de ambos acerca do papel da reflexão dentro da produção de conhecimento. Para isso, faz-se primeiramente um breve balanço do pensamento de Habermas, desde sua

²⁴ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás - PPGH-UFG, na linha de pesquisa Ideias, Saberes e Escrita da (e na) História. Orientador: Prof. Dr. Francesco Guerra.

caracterização da crise da teoria do conhecimento – especialmente da sua mutação em teoria da ciência promovida pelo positivismo – e de sua análise crítica de pensadores que se propuseram a restaurar a reflexão dentro das ciências, em especial de Kant, Hegel, Marx, Peirce e Dilthey. Em seguida apresenta-se a teoria da história de Rüsén como uma possibilidade reflexiva dentro dos parâmetros apresentados por Habermas, sobretudo na apresentação da matriz disciplinar da história, na qual o reconhecimento e a plena assunção da relação entre interesse, conhecimento e orientação são fundamentais para a constituição da história como saber válido, apontando para uma dimensão integradora que permitiria uma possibilidade de emancipação racional do homem.

Palavras-chave: Teoria da História. Teoria do conhecimento. Rüsén. Habermas.

1. Introdução

As reflexões que se buscará desenvolver no presente texto partem de uma afirmação preliminar complexa: a de que o pensamento de Jürgen Habermas e Jörn Rüsén, o primeiro no espectro mais amplo de uma teoria a sociedade e o segundo no plano mais específico de uma teoria da história, vincula-se a "uma mesma teoria do conhecimento (que afirma a especificidade ontológica dos fenômenos simbólicos com a correspondente singularidade dos procedimentos das ciências socioculturais)" (DUARTE, 2001: 23). Quer-se com isso afirmar que o pensamento socio-filosófico de Habermas, principalmente nas suas investigações sobre as relações entre ciência e metafísica, de um lado, e sobre racionalidade e sociedade, de outro, encontram-se vinculadas a uma compreensão dos fenômenos simbólicos análoga à percebida nas investigações sobre meta-história de Rüsén no que tange à matriz disciplinar da história, especialmente nas relações que estabelece entre carência e orientação dentro do fazer histórico e dentro do mundo da vida.

A essa afirmação substantiva junta-se uma adjetivação, já que também se afirma aqui, preliminarmente, que essa mesma teoria do conhecimento que os vincula evidencia no pensamento de ambos, embora cada um o faça a seu modo, a compreensão do caráter conservador das assim chamadas ciências sociais dentro do nosso tempo. A afirmação é, mais uma vez, do professor Luiz Sérgio Duarte (2001) no texto já citado. Para Duarte esse pensamento seria conservador na medida em que os seus desdobramentos visam a preservação do mundo da vida e a criação de contextos de evicção de violência por via, primeiramente, da restauração perceptiva dos vínculos entre conhecimento e interesses e, depois, pela criação de um plano argumentativo intersubjetivo propenso, ao menos teoricamente, à construção de consensos capazes de orientar as ações, ao passo que estabilizariam identidades. Para se perceber o alcance de tais afirmações é necessária uma breve contextualização.

Um modo de fornecer essa contextualização é por meio da compreensão daquilo que se usou chamar de *crise de paradigmas*. Embora o termo paradigma²⁵ seja complicado de se utilizar quando se fala de ciências não nomológicas, como as ciências sociais e a história (uma vez que tais conhecimentos não são capazes de gerar consensos estáveis por longos períodos de tempo), tal característica não se constituiu em óbice para que Thomas Khun identificasse nas crises de tais áreas a mesma lógica das revoluções científicas *stricto sensu*, já que elas surgem quando um paradigma (ou uma concepção pré-paradigmática relativamente estável) não consegue mais solucionar uma nova ordem de problemas e a comunidade de cientistas não pode mais negar a inadequação do conjunto de conhecimentos de sua ciência para fazer frente a tais problemas. Nesses momentos novas teorias devem ser pensadas; novas descobertas precisam ser feitas e, não raro, novas ciências devem surgir. Assim, "as revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade de ciência normal está ligada" (KHUN, 2001: 25). Nesse sentido, desde o final do século XVIII, ou mais precisamente a partir da publicação obra *Crítica da Razão Pura* em 1781, pode-se falar que o ocidente caminha, em termos de uma teoria do conhecimento, dentro de uma grande crise de paradigmas, ao menos na percepção de Habermas, para quem, desde Kant, a ciência não foi mais pensada seriamente de modo filosófico.

Pois a ciência só se deixa conceber nos termos de uma teoria do conhecimento – e isso significa: como *uma* categoria do conhecimento possível - na medida em que o conhecimento não é equiparado exaltadamente ao saber absoluto de uma grande filosofia, nem às cegas com a autocompreensão cientificista do exercício factual de pesquisa (HABERMAS, 2014a: 28-29, grifos no original).

As investigações de Jürgen Habermas na década de 1960, considerada sua fase mais estritamente filosófica, partem daquilo que Luiz Repa chama de "querela do positivismo", na qual tomam parte também Theodor Adorno, de um lado, Karl Popper e Hans Albert, de outro (REPA, 2014: 14). Basicamente trata-se da discussão acerca da validade do pensamento positivista na consolidação do conhecimento dentro do ocidente, substituindo uma teoria do conhecimento na qual a filosofia promovia a reflexão por uma teoria da ciência na qual a lógica de pesquisa substituíria a própria reflexão. Quanto a isso Habermas é radical: o positivismo é a denegação da reflexão, já que foi capaz de colocar o método como árbitro solo na definição daquilo que seria um conhecimento confiável e, nesse movimento, a capacidade de pensar fins e valores se esvaiu, ficando a razão entregue à brutalidade imanente dos fatos empíricos,

²⁵ Importante destacar que o termo paradigma, como se verá a frente no texto, é utilizado por Jörn Rüsen como sinônimo daquilo que ele chama de matriz disciplinar (RÜSEN, 2001: 29 nota).

transfigurados agora em sua própria norma e incapazes *per se* de enxergar além do horizonte de seus próprios feitos (ROUANET, 1987).

Percebe-se, portanto, que a preocupação de Habermas não é exatamente com o estatuto das ciências em si, mas com aquilo que ele considera uma forma anômala de enxergá-lo: o *cientificismo* ou, posto de forma distinta, o reducionismo capaz de fazer caber toda a gama de conhecimentos considerados válidos dentro do modelo das teorias científicas nomológicas ou empíricas. Essa percepção fez Habermas avançar em suas pesquisas, já que "a reflexão sobre esse tema o levou a constatar a presença de um interesse prático atrás de cada forma de conhecimento, inclusive do conhecimento científico" (PINZANI, 2009: 46-47).

Na sua aula inaugural em Frankfurt, Habermas retoma a crítica desenvolvida por Edmund Husserl ao modo como o fazer das ciências naturais desconsidera o pano de fundo a partir do qual efetua suas realizações: o *lebenswelt*, o mundo da vida. Para Husserl devemos regressar ao mundo da vida, "isto é, ao mundo no qual vivemos desde sempre e que fornece o chão para qualquer realização cognitiva e para qualquer determinação científica (HUSSERL *apud* PINZANI, 2009: 62). A tese central de Habermas nesse momento é a de que o conhecimento deve se justificar não frente a uma metodologia isenta ou autorreferida como quer o positivismo, mas a partir dos interesses aos quais se vinculam, permitindo o afloramento de um saber que, em última instância, sirva à vida. Assim, de acordo com Finlayson (2005; 18), em Habermas há a delimitação de três interesses-guia do conhecimento. O próprio Habermas é quem sistematiza essa visão de modo bastante claro:

Na abordagem das ciências empírico-analíticas irrompe um interesse *técnico* do conhecimento; no âmbito das ciências histórico-hermenêuticas, um interesse *prático*; e no exercício das ciências orientadas pela crítica, um interesse *emancipatório* (HABERMAS, 2014b: 186-187).

A compreensão positivista do conhecimento torna oculta e, portanto, torna não refletida, essa relação entre conhecimento e interesse(s). O que Habermas proporá, nesse momento de sua extensa obra, é justamente a redefinição desse vínculo, sua assunção na definição daquilo que realmente seja considerado um conhecimento válido e confiável - não a sua denegação. A crise evidenciada por Habermas na teoria do conhecimento, subsumida em uma teoria da ciência que passa a ter na racionalidade dos procedimentos sua medida de validade, tem suas consequências mais diretas justamente no mundo moderno dentro das possibilidades que restam à filosofia. À esta não é mais possível um *status* de pensamento capaz de integrar e concluir, o que significa dizer que não é mais possível uma metafísica *stricto sensu*. A ela restaria, de modo distinto, o papel ainda indeciso de mediadora, como protagonista da "mediação interpretadora entre o saber dos especialistas e a *práxis* cotidiana, necessitada de

orientação, é que pode dizer o que resta para a filosofia e qual o seu alcance" (HABERMAS, 1990: 27). Esse é o núcleo do problema para Habermas.

Por seu turno, Rösen também terá o mundo da vida como pano de fundo para o desenvolvimento da primeira parte de sua *historik*, sua teoria da história. Embora possa se afirmar que o problema encontrado por Rösen no seu fazer histórico não seja, ao contrário do enfrentado por Habermas, uma supremacia do método e da lógica de pesquisa mas sim uma crise de tais instrumentos devido ao advento do pensamento chamado de pós-moderno, ele dará uma solução que visa fazer a história científica (ou acadêmica) enraizar-se no mundo da vida, em interesses práticos (mas também emancipatórios, como se tentará demonstrar na nossa pesquisa) que a orienta e perante aos quais ela se justifica enquanto saber útil à vida.

Buscando fundamentar a ciência da história, portanto, dotando-a de um caráter reflexivo, Rösen vai buscar anteparos onde, por suposto, enraíza-se este tipo de conhecimento: o mundo da vida, sempre anterior e externo à constituição científica da história. Ele nos afirma ainda, com base em uma perspectiva antropológica clara, que “esse ponto de partida instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo” (RÜSEN, 2001: 30). Posto de forma distinta, a história acadêmica é uma resposta intelectualmente desenvolvida a uma carência de orientação instaurada no mundo da vida. Consequentemente, esse é justamente o fator principal de justificativa e validade de toda história, narrada de modo científico.

Pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função. Não se pode caracterizar suficientemente o que é a história, em seus fundamentos, como ciência, se não se considerar a especificidade do pensamento histórico também na função de orientação, da qual afinal se originou (RÜSEN, 2001: 34-35).

Assim, ao que nos parece, o problema enfrentado pelos dois pensadores é o mesmo: o encobrimento da relação entre conhecimento e interesse, tanto na orientação da sua lógica de pesquisa, quanto no estabelecimento de parâmetros para definição do que seja um conhecimento válido ou confiável, por parte das ciências, sejam elas nomológicas ou não. Seja pela tentativa de uma crença cega no positivismo como herdeiro natural do iluminismo, seja no esfacelamento da racionalidade presente na conjuntura pós-moderna, o problema é o mesmo: a falta de vínculo refletido entre interesses, a tergo e avante, ao conhecimento. A resposta de ambos, no nosso entendimento, apontam para o que o professor Duarte no afirma em seu texto: para ambos os fenômenos simbólicos não podem ser tratados da mesma forma que se espera que sejam tratados os fatos empíricos e, portanto, seus critérios de validade são distintos e, ao

mesmo tempo, essa assunção de forma consequente tem um caráter de conservação da vida por via da produção de um conhecimento válido de modo intersubjetivo.

Desta feita, com base na teoria da história de Rüsén, principalmente na sua trilogia dos anos 1980²⁶, e na obra *Conhecimento e Interesse*, de Habermas, este texto buscará evidenciar brevemente, mas de modo mais sistemático, os vínculos entre o pensamento de ambos.

2. Conhecimento e interesse: de Habermas a Rüsén

Ao publicar o livro *Conhecimento e Interesse*, em 1968, Habermas não tinha dúvidas acerca de duas coisas. Primeiro que havia um grande contexto de crise e que, segundo, a raiz da crise estaria na raiz da própria modernidade: o início de uma gerou a outra. Para Habermas a crise surge justamente quando a filosofia não foi mais capaz de, por intermédio de sua síntese de mundo, responder às questões emergentes que a ciência nascente metodicamente lhe impunha. Com isso esta filosofia perdeu sua capacidade de refletir consequentemente sobre a produção do conhecimento e, até mesmo, iniciou-se um processo em que, ao invés de orientar a ciência com critérios seus, passou a orientar-se pelos imperativos do método científico, muito embora sem sucesso: a filosofia ficou no hiato de não poder mais ter seu pódio primeiro de um acesso privilegiado ao saber e ao, mesmo tempo, sem a possibilidade de fundar-se num método científico e, com isso, fundamentar-se como disciplina acadêmica.

O problema está, nos mostra Habermas, no fato de que os pós-hegelianos não conseguiram sair, de modo eficiente e consequente, da radicalização crítica de Hegel à Kant (HABERMAS, 2014a). Ponto de partida da história argumentativa de Habermas sobre a teoria do conhecimento, a obra de Immanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, é fundamental para a compreensão da crise.

Ponto de convergência do pensamento filosófico anterior, a obra de Kant constitui, ao mesmo tempo, fonte da qual brota a maior parte das reflexões do século XIX e XX [...] a revolução consistiria em, em vez de admitir que a faculdade de conhecer se regula pelo objeto, mostrar que o objeto se regula pela faculdade de conhecer (CHAUÍ, 2000: 5-8).

Em linhas bem gerais a primeira parte da *Crítica da Razão Pura* trata do problema de *como é possível conhecer algo*. Em sua obra, Kant tenta reconciliar os racionalismos britânico e da Europa continental, em confronto desde o final do século XVI, por intermédio de uma articulação possível entre o empirismo e a metafísica, entre os saberes possíveis pela

²⁶ Refere-se aqui ao conjunto de obras que formam a sua *Teoria da História: os princípios da pesquisa histórica*, cujos volumes *Razão Histórica*, *Reconstrução do Passado* e *História Viva* tiveram publicação original na Alemanha em 1983, 1986 e 1989, respectivamente.

experiência e os acessíveis, a priori, pelo entendimento puro. Nesse caminho, caberia a matemática, saber *a priori* mas que poderia ser confirmado pela empiria, tornar-se o modelo para o conhecimento.

Para isso, na *Crítica*, estão delineadas duas formas de conhecer: a empírica ou *a posteriori* e a pura ou *a priori*. Em seguida Kant distingue, de modo análogo, os juízos ou enunciados sobre o mundo em juízos analíticos, nos quais o predicado está contido no sujeito e os juízos sintéticos nos quais, ao contrário, estão unidos o conceito expresso pelo predicado ao conceito de sujeito. Daí surgiriam os juízos analíticos, os juízos sintéticos *a priori* e os sintéticos *a posteriori*. Os de maior importância para a teoria do conhecimento seriam justamente os juízos sintéticos *a priori*. Por isso, seria justamente sobre eles que deveria debruçar-se o filósofo de modo crítico, já que eram tidos como basilares da própria faculdade de conhecer.

O problema desse pensamento crítico, segundo Hegel, é que ele não é crítico o suficiente e Habermas vai concordar com isso, pois entende que o pensamento kantiano possui pressupostos inconfessáveis uma vez que reivindica para si uma crítica radical que, posta em marcha, minaria as condições de sua própria existência (HABERMAS, 2014a: 41). Nesse sentido, embora somente nesse sentido, Kant não teria ido além de Descartes (PINZANI, 2009: 63). Por isso Hegel vai apontar alguns grandes problemas com a tese Kantiana.

A questão mais importante apontada por Hegel sobre o pensamento de Kant é justamente a pressuposição inconfessável de um conceito normativo de ciência, já que sua argumentação necessita de uma pedra fundamental, um conhecimento prévio e prototípico sobre o qual suas ideias poderiam funcionar de modo articulado. Tal saber é visto por Kant em Newton e na matemática. Para Hegel, contudo, esse saber que entra em cena já é fenomênico, isto é, criticável até a exposição de seu enraizamento no mundo da vida (HABERMAS, 2014a: 43). Assim, é Hegel quem leva o pensamento Kantiano onde ele não quis ir.

Mas se, ao radicalizar a crítica, Hegel demonstra que a teoria do conhecimento de Kant na verdade baseia sua capacidade crítica justamente sobre pressupostos não criticados, ao mesmo tempo Hegel coloca a ciência (em especial a de molde newtoniano) como uma imperfeição frente ao conhecimento que só poderia ser alcançado com o atingimento do espírito ao Absoluto por intermédio da filosofia fenomenológica. Desaparece com isso a possibilidade de um referencial externo seguro: as determinações transcendentais se formariam a si mesmas, por intermédio da reflexão. Contudo, para Habermas, a crítica hegeliana não faz a teoria do conhecimento avançar, mas retroceder aos quadros de uma metafísica (HABERMAS, 2014a: 55).

A partir daí há um distanciamento cada vez maior entre ciência e filosofia, sendo que aquela torna-se o terreno propenso ao positivismo de Auguste Comte e Ernst Mach, capaz

que era de fornecer os elementos teóricos básicos de que a ciência nascente necessitava para avançar. Comte e Mach empreendem uma crítica residual à filosofia do século XVIII, colocando a metafísica (já afetada por Kant e também por Hume) como apenas uma etapa do pensamento humano, logo após uma fase puramente mítico-teológica da humanidade. Por isso sua crítica é total e não apenas reposicional, como no caso dos autores citados.

Comte foi além de tais autores, não apenas em aceitar o sucesso da destruição das ilusões transcendentais, mas na incorporação formal da fase metafísica na evolução da humanidade como fase superada pelo advento do pensamento positivista (GIDDENS, 1998: 171).

É equivalente a dizer que o positivismo, fundando-se em tais bases evolucionistas, não poderia receber uma crítica externa por parte da filosofia metafísica - a não ser na mesma proporção de que poderia receber uma crítica do ponto de vista religioso. Habermas chega a identificar no positivismo uma nova filosofia cientificista da história que viria a substituir a reflexão integradora promovida pela filosofia até, pelo menos, Kant (HABERMAS, 2014a: 122). É o limite do divórcio entre ciência e filosofia.

Em outra senda, as análises que Habermas empreende da obra de Karl Marx e de Charles Peirce, embora mostrem os avanços presentes no conceito de trabalho e interação (como valores referenciais de síntese), por um lado, e da filosofia pragmática e interesses, por outro, ambas com impactos para a teoria do conhecimento, mostram também que ambos não foram capazes de levar a crítica de modo consequente. Marx porque cairia numa “redução do ato de autoprodução humana ao trabalho” reduzindo “o processo de reflexão ao âmbito da ação instrumental (HABERMAS, 2014a: 83; 85). Já o pragmatismo de Peirce, embora se afaste do positivismo clássico ao colocar o progresso científico como caminho não para imposições metodológicas mas para a obtenção de consenso (e a eliminação da incerteza comportamental), inclusive com uma crítica pragmática do sentido, seu foco na inexorabilidade da obtenção progressiva da verdade “chega a convencer-se de que aquilo que a realidade é coincide com aquilo que verdadeiramente afirmamos sobre ela” (HABERMAS, 2014a: 176). Peirce peca também, na visão de Habermas, por privilegiar a ação instrumental e o interesse (técnico) que a orienta, deixando de lado todo o complexo de relações interacionais mediadas de forma linguística, mediado pelas relações intersubjetivas e orientado pelo interesse prático.

Por fim, Habermas volta-se ao historicismo alemão, especialmente em Dilthey, para continuar a reflexão no ponto em que Peirce a abandonou: o complexo vital do qual a ciência é apenas uma parte. Isso tem logo suas implicações: “ora, se o sistema da ciência é tão somente um elemento de um vasto complexo vital, então este último é o domínio das ciências do espírito” (PINZANI, 2009: 64). É justamente com Dilthey que toma sentido toda a argumentação de Habermas, desde Kant até Peirce, pois para as ciências do espírito é neste

momento que ganha força a possibilidade de uma ciência autorreflexiva, isto é, capaz de vincular sua produção aos contextos amplos do mundo da vida com seus intrínsecos interesses vitais. Para o nosso texto é também importante este momento, pois assinala o início de uma reflexão que nos levará à teoria da história de Jörn Rüsen.

Basilarmente, a escola histórica alemã, que reuniu nomes como Humboldt, Schleiermacher e Niebuhr, não estava preocupada em explicar o complexo vital, considerado como pano de fundo do complexo das ciências empírico-experimentais, mas sim compreendê-lo. É famosa a frase de Dilthey “a natureza, nós a explicamos; a vida da alma, nós a entendemos” (*apud* HABERMAS, 2014a: 231). Por meio de uma hermenêutica, considerada como uma forma de “vivência substituta”, tais historiadores estão interessados – de uma forma geral - não com os atos sociais promovidos por seres em interação histórica em si, mas na percepção de que tal interação via ação se reporta a intenções e se encontra sempre mediatizada por um ato que implica a compreensão de (um) sentido que, por sua vez, liga-se a intenções (HABERMAS, 2014a: 234).

O liame básico perseguido é, portanto, aquele que se refere e reflete na junção entre vivência, expressão e compreensão, considerada de modo abrangente a operação basilar da experiência humana vaga. A hermenêutica retira, assim, de forma metódica, esse liame já presente na vivência pré-científica, reconstruindo-o. Dessa forma a produção de um conhecimento, via hermenêutica, vincula-se ao complexo vital presente na vida cotidiana e tem como objetivo a satisfação de um interesse, que Habermas vai situar como prático: a preservação da identidade no fluxo das contingências, a persistência do Eu frente a decomposição das vivências momentâneas (HABERMAS, 2014a: 242-243). Isto é, justamente a fundação, a manutenção e a estabilização da identidade que é possível vislumbrar no horizonte de sentido da teoria da história de Rüsen, como pretende-se mostrar à frente.

Mas, primeiramente, devemos entender que no processo de compreensão das ciências do espírito não se separam, como no positivismo, conhecedor e matéria conhecível. Dentro do historicismo e das ciências compreensíveis segue-se ainda a premissa de Giovan Battista (ou Giambattista) Vico: identificação entre aquele que produz e aquele que conhece a história. Além disso, há o foco no modelo biográfico, embora Habermas acredite que possa bifurcar a sua compreensão: diacronicamente, por meio do diálogo do Eu atual com os Eus passados e, sincronicamente, do Eu isolado com a comunidade intersubjetiva formada na interação vivencial com outros Eus. Dessas múltiplas interseções surgiria a identidade do Eu, referida ao geral e situada no particular.

Essa comunidade é justamente o ponto de partida para a sempre problemática relação entre o universal e o particular, uma vez que, se sua lógica estiver correta, a acumulação

e a ampliação compreensiva levariam, inevitavelmente, a verdades gerais em relação recíproca com os saberes históricos singulares (HABERMAS, 2014: 249ss). Entretanto, é o próprio Habermas quem vai acusar um “positivismo encoberto” em Dilthey, no sentido de ele visar descomprometer as ciências do espírito com o dado etiológico base de sua própria existência produtiva, a saber, o complexo do mundo da vida na sua *praxis* vital cotidiana, mirando um ideal de descrição pura. Em vez da assunção de que “[...] só o interesse condutor do conhecimento determina as condições da objetividade possível do conhecimento [o que dotaria as ciências compreensivas de autorreflexão] Dilthey vê duas tendências em conflito: as tendências da 'vida' com as da 'ciência’” (HABERMAS, 2014a: 278, com comentários nossos).

Embora fundada nos interesses, reconhecidos por Dilthey, seria justamente pela sua supressão que, inversamente, ter-se-ia a almejada objetividade do conhecimento das ciências do espírito. No lugar do sujeito participante e oponente, o sujeito observador, isolado daquilo que observa. O que preocupa Dilthey é a necessidade de que os resultados obtidos pelas ciências hermenêuticas tenham, assim como as ciências explicativas da natureza, uma validade universal independente dos contextos. Sua percepção é a de que todo interesse é parcial, já que historicamente determinado e culturalmente situado, por isso sua assunção plena constituiria uma barreira lógica óbvia para o atingimento do consenso intersubjetivo amplo e durador. Decorre daí que o observador-intérprete não pode se assumir no conhecimento que promove e sim tentar anular-se dele por intermédio de uma imersão revivencial integral das experiências pesquisadas, a ponto de ter uma simultaneidade que garantisse a despersonalização, isto é, permitisse a permutabilidade dos sujeitos que conhecem, como nas ciências naturais.

Para Habermas, contudo, isso seria um erro. Sua compreensão é de que a assunção de tais interesses é justamente a condição transcendental de objetividade do conhecimento das coisas humanas e não sua contradição, e isso não apenas como uma espécie de reflexão pré-científica, senão na corporificação mesma do conhecimento produzido por elas (HABERMAS, 2014a: 279-283). Pois negar isso é ceder ao impulso de se recair no exclusivismo do interesse técnico satisfeito junto ao agir instrumental próprio das ciências empírico experimentais que fazem tacitamente a evicção reflexiva que se reflete na ignorância voluntária do mundo da vida que lhe dá suporte e que tem como consequência mais drástica a colonização do mundo da vida, ou seja, uma espécie de desideologização do mundo por meio da formação de uma “consciência tencocrática, que encobre a diferença entre razão técnico-instrumental e razão prática (STIELTJES, 2001: 325).

A solução, para Habermas, é antevista na psicanálise freudiana, já que ela não recairia de forma alguma nos pressupostos do positivismo e, ao mesmo tempo em que se constrói, fundamenta-se e enraíza-se no mundo da vida por intermédio de uma autorreflexão

constante que nunca tira do horizonte os interesses que motivam sua busca de conhecimento: a estabilização da identidade do Eu. Aqui, no entanto, proporemos uma alternativa: a teoria da história de Jörn Rüsen, desde sua concepção antropológica até sua tipificação ideal do historiador²⁷, com base sempre na sua definição clara de uma matriz disciplinar para a história.

O professor Jörn Rüsen começa sua obra com sua tese de doutorado sobre Droysen, em 1968, e teve sua fase mais sistemática na década de 1980, com a publicação dos volumes que compoariam sua muito bem articulada teoria história. Tornou-se, por isso, um verdadeiro artífice do fazer histórico, pois o que se encontra quando se lê “[...] as páginas de Rüsen é um sincero esforço de pensamento e aprofundamento da operação historiográfica, e não um acúmulo de insights mais ou menos inspirados” (CALDAS, 2008: 1).

A teoria da história de Rüsen coloca para si a tarefa de definir bem seu objeto, que não é outro senão sua *matriz disciplinar*. Sua intenção é colocar em evidência os fundamentos da história como ciência, vinculando-a ao contexto da vida humana cotidiana e, portanto, justificando-a a partir dele. Rüsen entende, assim, que deve ser os fundamentos e os princípios da ciência da história que a teoria da história deve investigar com a intenção de explicitar tais vínculos. Afirma Rüsen, ao descrever esse modo de pensar, citando Thomas Khun: “o termo técnico para descrevê-lo é *matriz disciplinar*. Matriz disciplinar significa “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada” (KHUN *apud* RÜSEN, 2001: 29).

Originalmente, as fases dessa matriz disciplinar dinâmica e viva foram identificadas por Rüsen como compostas pelos momentos: interesses (carências), ideias, métodos, formas e funções.

Representando o pensamento histórico como um processo linear (o que, naturalmente, é unilateral, mas pode, não obstante, caracterizar sua dinâmica evolutiva), os cinco fatores podem ser entendidos como uma sequência. O pensamento histórico é disparado pelas carências de orientação. Em seguida, ele transforma essas carências, no processo de sua satisfação mental, em perspectiva acerca da experiência do passado – em uma perspectiva de interpretação. Nessa perspectiva são inseridos, então, metodicamente, conteúdos experienciais concretos. O saber acerca do que aconteceu no passado, assim obtido, torna-se representação do passado em forma historiográfica. Assim formatado, o saber histórico adquirido torna-se ativo nos processos atuais da orientação histórica (RÜSEN, 2015:74, grifos no original).

Basicamente, a matriz disciplinar da história tem seu ponto de partida em uma concepção antropológica, uma definição de homem como um ser que se instaura no tempo e que basilarmente possui uma capacidade estrutural para agir para além da sua própria temporalidade, isto é, o ser humano é dotado de uma consciência histórica ao passo que,

²⁷ Tivemos a oportunidade de trabalhar esse tema em: Borges, A F. O historiador como intelectual mediador da cultura. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, MS, v. 11, n. 21, jul./dez. 2017

concomitantemente, é instalado nela a partir uma *carência* orientativa surgida do confronto do Eu com seu mundo vital. Aqui mais uma longa, contudo fundamental, citação faz-se necessária.

A partir dessa *carência* é possível construir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação). Pode-se chamar esse ponto de partida da reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de *interesses* [...] A teoria da história abrange, com esses interesses, os pressupostos da vida quotidiana e os fundamentos da ciência da história *justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas*, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado (RÜSEN, 2001: 30 grifos nossos).

A história nasce, segundo essa lógica, de *carências* que se articulam como *interesses*. Esses interesses promovem uma união prototípica entre a ciência da história e o cotidiano do mundo da vida justamente no ponto de articulação fundamental no qual o pensamento histórico orienta o agir humano, pois a compreensão do presente e a inevitável projeção do futuro baseiam-se no conhecimento do passado. O professor Arthur Assis ainda afirma “de acordo com Rüsen, o saber produzido pela ciência da história resulta, em primeiro lugar, do estímulo gerado por carências de orientação” e o pensamento histórico representa uma resposta cultural ao desafio de viver em meio a um mundo povoado de contingências no fluxo do tempo (ASSIS, 2010: 19).

Identificado esse momento, faz-se necessário que tais interesses sejam aceitos e interpretados como necessidades que demandam satisfação por intermédio da produção de um conhecimento específico sobre o passado e isso implica uma busca de sentido que decorre da delimitação de *critérios de sentido*. Trata-se do início do trabalho científico propriamente dito, da pesquisa histórica efetiva e “para Rüsen, a pesquisa histórica consiste em um conjunto de operações cuja finalidade é realizar a validação do conhecimento a ser comunicado pela historiografia” (ASSIS, 2010: 36). Para Rüsen (2001; 2015) estes critérios que regulam o trato reflexivo dos homens com seu mundo são denominados de *ideias*, que constituem o segundo fator da matriz disciplinar da história enquanto ciência. Tais *ideias* formam modelos interpretativos do passado, ou seja, tornam esse passado cognoscível e, portanto, como plausível de um sentido capaz de orientar o presente em relação ao futuro. Entretanto isso ainda não é um conhecer estritamente científico, muito embora enumere algumas pré-condições para isso.

Ter-se-ia um conhecimento histórico em forma de uma ciência da história somente quando esses dois fatores anteriores se efetivam por intermédio de *métodos*, terceiro fator da matriz disciplinar proposta pelo professor Rüsen. Este momento funcionaria como regulador do pensar histórico especificamente científico, pois nem todas as *ideias* podem passar pelo crivo metodológico. Mas, ainda assim, mesmo quando *carências/interesses* são articulados com

ideias e efetivados no *método*, o processo de formação de uma história não está concluído. Falta sua expressão, momento no qual entra a narrativa.

Esse quarto fator da matriz disciplinar denomina-se *forma*, e traduz no meio pelo qual “a obtenção de conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela aplicação do método orienta-se, por princípio, a tornar-se historiografia” (RÜSEN, 2001: 34). Assim, a historiografia, a forma narrativa de sua expressão em histórias, não seria de modo algum uma etapa externa à ciência, mas uma fase intrínseca a esta.

Por fim Rüsen (2001, 2015) analisa o final do processo, o quinto fator da matriz disciplinar que corresponde às *funções* do pensar histórico, ou seja, a orientação da *praxis* humana, resposta às carências que motivaram o pensamento a tornar-se histórico. É em tal função que se encerra o processo de conhecimento histórico e a partir do qual é percebida sua racionalidade. Para que isso aconteça, contudo, é necessário o desenvolvimento de um modo de recepção pleno para que os potenciais de racionalidade promovidos por uma história de base científica possam ser alcançados de modo consequente e sejam, sobretudo, capazes de orientar as demandas por orientação. O termo alemão *historische bildung* (formação histórica) aponta justamente o conjunto de competências que os sujeitos devem possuir para que tais potenciais possam ser efetivados, ou seja, para que sejam úteis para a atribuição, estabilização e consolidação de identidades (ASSIS, 2010: 29ss). Para Rüsen, isso é possível por meio da aprendizagem histórica que promove a capacitação para a construção de sentido, uma vez que “a capacidade de constituir sentido necessita ser aprendida, e o é no próprio processo dessa constituição de sentido” (RÜSEN, 2010: 104).

Dessa forma a matriz disciplinar da história estaria encerrada dentro de um círculo bipartido entre ciência e vida e que teria nos cinco fatores uma circulação contínua, garantindo assim a eterna juventude da história²⁸. Assim apresentada “a interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto volta-se ao primeiro” (RÜSEN, 2001: 35). São fatores encadeados do processo do homem no tempo.

Para Rüsen esta matriz disciplinar tem duas grandes vantagens: primeiro porque permite ver o contexto em que se desenvolve a relação entre a vida prática e a ciência da história. Pode-se perceber em que medida a ciência da história depende do contexto prático de quem a busca. Ou nos termos de Lucien Febvre, “a história era filha de seu tempo” (FEBVRE *apud* SCHWARCZ, 2001: 7). A ciência da história é dependente das carências interpretadas como

²⁸ "Existem Ciências dotadas de eterna juventude. É o caso, por exemplo, de todas as disciplinas históricas, de todas aquelas para as quais o fluxo constantemente progressivo da cultura continuamente suscita novos problemas" (WEBER *apud* RÜSEN, 2015: 75).

históricas, a-científicas e, também, independente delas. Mas, vale ressaltar, as questões tanto de carências quanto de orientação não são *internas* da ciência da história. Internamente à ciência são os métodos, as ideias e a forma de expressão.

A função exercida dentro da pesquisa por essa concepção de matriz disciplinar diz respeito aos avanços da pesquisa em si. O avanço da pesquisa, que em condições normais segue perspectivas orientadoras da experiência do passado (ideias) constantes, aprofunda, naturalmente, o conhecimento destinado e oriundo da *praxis* cotidiana. Quando novas carências geram novas perspectivas com relação ao passado, o conhecimento histórico deve sofrer uma alteração qualitativa de monta. Não se pode dizer, entretanto, que houve aí um progresso, posto que cada mudança traz em si somente uma reestruturação e não necessariamente um aperfeiçoamento (RÜSEN, 2001: 43-44). Isso implica um refazer constante de perspectivas consensuais. “As modificações na matriz disciplinar da ciência da história processam-se, por conseguinte, mediante a comunicação argumentativa entre os historiadores como pesquisadores, e a teoria da história é o âmbito em que essa argumentação se efetua” e, vale ressaltar, essa comunicação argumentativa dá-se de modo racional, num embate de proposições de verdade e contra-verdades, à “força de argumentos melhores” (RÜSEN, 2001: 45).

Esse conceito de matriz disciplinar estende o pano de fundo em que torna-se possível o mapeamento da gênese na história científica na práxis humana cotidiana, tanto como princípio motor quanto fim último do conhecimento (por ela) cientificamente elaborado com pretensão de verdade. Isso porque para Rüsen (2001) a história não é um artifício arbitrário, mas tem, pelo contrário, sua constituição nos elementos gerais da consciência histórica que se enraíza, por sua vez, na vida prática.

Assim, se a história tem como *interesse* motivador de sua constituição um interesse ligado à orientação no mundo presente (o que se constitui como um elemento vital para a manutenção da vida humana) então a validade do que foi produzido, no bojo de uma história acadêmica, tem como validador natural sua aplicação efetiva junto à esses interesses, ou seja, quando efetivamente garantem esta orientação do agir no meio das contingências, sempre atualizadas no decorrer do tempo – o que implica ainda o fator pelo qual o conhecimento histórico se atualiza.

Perceba-se que a história, nos moldes depreendidos da teoria da história de Rüsen, caracterizada pela circularidade de sua matriz disciplinar, não apenas reconhece como ponto inicial de sua produção os interesses traduzidos a partir das carências de orientação identificadas no mundo da vida, em meio ao agir e ao sofrer no tempo, como já o fazia Dilthey segundo a interpretação de Habermas que seguimos alguns parágrafos acima. O pensamento de Rüsen vai além ao assumir (e não os negar como o fizera o positivismo inconfesso de Dilthey – mais uma

vez, segundo a interpretação de Habermas) a efetiva correspondência a esses interesses como uma métrica para o sucesso da história produzida de forma científica.

Não na negação de tais interesses presentes no *lebenswelt* mas justamente na sua assunção do início ao fim do processo de conhecimento histórico; não na separação do historiador dos interesses, numa tentativa frustrante de isenção metódica, mas na delimitação clara do seu lugar de fala, de sua imersão no tempo presente e na sua percepção das carências orientativas de seu tempo. Regulada em um ambiente intersubjetivo constante, tais características dotam a história de autorreflexão e retroligação a interesses presentes na vida prática. A conservação das identidades é um dos parâmetros de sucesso das histórias, pois corresponde ao interesse prático. Poderia-se argumentar que a estabilização de identidades leva ao isolamento das identidades consolidadas e, por conseguinte, a instabilidades transculturais. Contudo, para Rösen o horizonte integrador é a racionalidade prática intersubjetiva que define a própria ideia de humanidade única, pois forma o nexos com por meio da razão compartilhada por todos os seres humanos.

A humanidade única se desenvolve numa diversidade de culturas nos processos temporais de mudança. [...] O modo dessa universalidade é o enredamento [vernetztheit] e a interligação em rede [vernetzung] de muitas culturas. E o modo do pensamento histórico dessa universalidade só pode ser o de uma comunicação intercultural. Um pensamento histórico que segue essa diretiva está a serviço da orientação cultural de uma praxis de vida dedicada à orientação humana das mudanças temporais do ser humano e de seu mundo (RÜSEN, 2014: 53)

Ao mesmo tempo, a aprendizagem histórica pode promover contextos cada vez mais amplos de interação intra e transculturais, cujo horizonte - que Rösen viria a chamar *principle of humankind* ou “princípio da humanidade” (RÜSEN, 2004: 72) - pode levar o homem além dos interesses práticos, e vislumbrar aquilo que Habermas chama de emancipação, interesse característico das ciências crítico-reflexivas. Uma ideia de humanidade que, vinda do pensamento de Kant, supera o eurocentrismo por meio do reconhecimento recíproco, intersubjetivo e racional.

3. Considerações finais

No início de nossas reflexões neste texto partimos de uma afirmação feita pelo professor Luiz Sérgio Duarte (2001), segundo a qual Habermas e Rösen estariam vinculados a uma mesma teoria do conhecimento. Essa teoria pressupõe, basicamente, que todo e qualquer conhecimento se vincula a um contexto mais amplo que o inspira, o julga e o justifica: o mundo da vida. Segundo Habermas, até Kant, a reflexão que permitia colocar a descoberto a relação

entre o conhecimento produzido pelas nascentes ciências empíricas e o contexto vital frente ao qual se formariam era promovida por meio da filosofia, por uma crítica que permitia que o saber puro fosse confirmado pela empiria – seguindo o modelo básico da física newtoniana e da matemática.

Entretanto, a crítica radicalizada de Hegel ao pensamento Kantiano, expondo reflexivamente o fato de que sua crítica da razão pura se baseava em preconceções não confessadas – e, portanto, não criticadas – fizera com que o conhecimento das ciências fosse tido, pela filosofia que visava o atingimento do ser ao Absoluto, como imperfeito. Isso abriu, nos demonstrou Habermas, o fosso entre metafísica e ciência (1990; 2014a; 2014b).

Diante do sucesso fático incontestável das ciências empíricas a partir do século XIX, novas tentativas de reconciliação foram promovidas, tais como as empreendidas por Marx, colocando a categoria do trabalho com um valor de síntese, como um interesse que visava a satisfação e a emancipação humana no nível técnico instrumental e no nível prático das relações interacionais, e por Peirce, na qual a lógica de pesquisa guiaria o interesse emancipatório em busca da verdade. O reconhecimento e a crítica de Habermas aos dois é ter colocado o interesse técnico como central para o projeto de emancipatório da humanidade, relegando a segundo plano os interesses práticos interacionais (ou mesmo os fazendo derivados e não protagonistas nesse processo) (HABERMAS, 2014a).

Nesse ponto o positivismo de Comte e Mach já havia tomado a cena do pensamento ocidental acerca da ciência, promovendo uma substituição da teoria do conhecimento por uma teoria da ciência, sobretudo com os pressupostos da objetividade, do método e da utilidade do conhecimento. É o que Habermas chamou de fim da reflexão. Comte inclusive coloca a filosofia como uma etapa do pensamento, ao lado da religião, superadas pela ciência positiva. Somente com a escola histórica alemã, especialmente com Dilthey, segundo Habermas, os fenômenos simbólicos são tratados de modo específico e o interesse prático ganha destaque, principalmente na gênese do conhecimento. Contudo, após esse reconhecimento dos interesses motivadores iniciais, Dilthey via na negação deles – e não na sua assunção plena – o caminho para a objetividade das ciências do espírito. Para Habermas, isso era uma espécie de positivismo encoberto.

Sobra a psicanálise de Freud como alternativa e Habermas a explora com simpatia, colocando-a como o modelo de uma ciência do espírito dotada de reflexão, uma vez que não apenas reconhece sua gênese em um interesse claro de interação, mas o assume no plano emancipatório para o indivíduo (2014a). Neste texto sugerimos que a história, como apresentada por Jörn Rüsen em suas reflexões, pode cumprir os requisitos habermasianos de um saber autorreflexivo, isto é, que não apenas reconhece mas assume as relação entre

conhecimento e interesse na sua produção de sentido prático-interacional e que, apontada a um horizonte de integração intersubjetivamente consensual (a razão humana, por exemplo), pode promover também o interesse emancipatório.

Para isso produzimos uma breve apresentação da matriz disciplinar sistematizada por Rüsen (2001, 2010, 2014, 2015) apontando para uma bipartição entre mundo da vida e mundo da ciência que se integram no início, com o reconhecimento de que os interesses – traduzidos na história por meio das carências orientativas geradas pela defasagem da tradição em relação ao tempo vivido – e no fim do processo, por intermédio da comunicação das histórias de da aprendizagem histórica que permite uma verificação da validade e adequação do conhecimento frente aos mesmos interesses que geraram sua produção. Isso significa assumir no plano epistemológico o papel fundamental que a relação entre conhecimento e interesse promove intraculturalmente, no sentido de estabilização da identidade de grupo, mas também transculturalmente em um ambiente de discurso intersubjetivo controlado de forma racional, apontando para uma nova instituição de princípios consensuais de humanidade (2004). Isso significa, sobretudo, dotar a história de uma capacidade de reflexão que a coloca como fundamental para o projeto de emancipação humana, queira se aceitar isso como derivado diretamente do iluminismo ou não.

4. Referências

ASSIS, Arthur A. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CALDAS, Pedro S P. **Arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen**. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 5 Ano V, n. 1. Uberlândia, jan/mar 2008. 9p.

CHAUÍ, Marilena S. Vida e Obra. In: KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Valeiro Rohden e Udo Baldur. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

DUARTE, Sérgio. **Ação Comunicativa e Teoria da História**: aproximação de Habermas e Rüsen. História: debates e tendências, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 23-32, dez./2001.

FINLAYSON, James Gordon. **Habermas: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2005.

GIDDENS, Anthony. Comte, Popper e o positivismo. In: **Política, Sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Tradução de Cibele Rizek. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. Unesp, 2014a.

_____. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de Felipe Gonçalves. São Paulo: Ed. Unesp, 2014b.

_____. **O pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

PINZANI, Alessandro. **Habermas: introdução**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REPA, Luiz. “Apresentação à edição brasileira” in: **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

ROUANET, Sergio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **História viva**: Teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2010.

_____. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

_____. **How to overcome Ethnocentrism**: approaches to a culture of recognition by hystory in the 21st century. Taiwan Journal of East Asia Studies. June 2004, p. 50-74

_____. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

STIELTJES, Claudio. **Jürgen Habermas**: a desconstrução de uma teoria. São Paulo: Ed. Germinal, 2001.

SCHWARCZ, L. M. Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.7-12.

GÊNERO E DISCRIMINAÇÃO HISTÓRICA: O TRABALHO A DOMICÍLIO NA INDÚSTRIA DE CONFECCÕES EM GOIÂNIA

*Alline Vieira Porto*²⁹

RESUMO: Este artigo apresenta algumas considerações sobre a pesquisa de mestrado em história da PUC Goiás. Esse texto é parte da pesquisa que está em desenvolvimento, baseada no estudo bibliográfico. O desenvolvimento da produção de vestuário na indústria têxtil revela com grande importância uma trajetória histórica sobre as principais mudanças introduzidas nas

²⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e bolsista da FAPEG. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Sugizaki. E-mail: allinevieira.porto@gmail.com

relações do mundo de trabalho, evidenciando as relações de gênero e divisão sexual do trabalho. O trabalho a domicílio é declarado como modo de produção definido por ocupações designadas por mulheres, reforçando assim uma discriminação histórica no processo de introdução da mulher no mercado de trabalho, titulando as atividades de costura em modelos que estão pré estabelecidos para o emprego da força produtiva feminina. O objetivo do presente artigo busca estabelecer uma relação entre gênero e discriminação histórica, analisando as formas de trabalho a domicílio desempenhadas na indústria de confecções em Goiânia

Palavras-chave: Trabalho a Domicílio, Precarização, Informalidade, Terceirização.

1. Introdução

O acelerado processo de mudanças nas relações de trabalhos ocorrido nos últimos séculos provocou mudanças significativas nos períodos históricos da produção econômica. Como formas de organização social do trabalho, o trabalho a domicílio é uma das formas mais antigas identificadas na indústria doméstica, às atividades produtivas eram executadas de maneira primária com a transformação de matérias primas em bens de utilidade para consumo, contando com a colaboração familiar em suas moradias.

Com o aperfeiçoamento dos meios de produção na era industrial, surge como nova forma de organização do trabalho, a indústria a domicílio, justificada pelo aumento geral da população e o rápido desenvolvimento da produção dominada pelo capital, constituiu-se novas formas de relações de trabalho, inserindo a força do trabalho feminino nas atividades das indústrias têxtil executadas em ocupações de costureiras desempenhando atividades produtivas em domicílios e nas fábricas, cometidas de atividades precarizadas combinando com suas funções no âmbito doméstico. De modo histórico a inserção da mulher no mercado de trabalho, retrata uma “duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril” (ANTUNES, 2005: 108).

Com o processo de reestruturação produtiva são delineados novos formatos nas relações de trabalho, com objetivo de flexibilizar as relações de trabalho e reduzir custos de produção, foi empregado como principal forma estratégica dos meios produtivos, a utilização da terceirização como forma de organizar a dinâmica flexível do processo produtivo. Neste contexto, se insere um aumento no emprego da força do trabalho feminino, entretanto evidenciando diversas formas de precarização das relações de trabalho, acompanhadas pela flexibilização dos contratos de trabalhos, fragilizadas com ausências de direitos sociais, contribuindo diretamente para o desempenho de atividades que se sustentam por meio de exploração do capital, incluindo as mulheres nesta configuração das relações de gênero no trabalho.

Este trabalho é baseado entre as questões que orientam a temática de gênero e discriminação histórica do papel da mulher no meio social, relacionando com questão que definem através de representações sociais a divisão sexual do trabalho. Faz-se uma reflexão histórica sobre o trabalho a domicílio como modalidade de escolha do emprego da força do trabalho feminino na indústria de confecção de roupas em Goiânia.

2. Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

Discorrer sobre os temas gênero e divisão sexual do trabalho emergem várias estudos referentes a diversas áreas de conhecimentos tais como: Sociologia, História, Economia, Antropologia dentre outras. Falar inicialmente sobre o conceito de gênero relacionado às questões sobre a divisão sexual do trabalho nos remete a falar de relações sociais que descrevem de forma universal papéis sobre o que é ser “homem e mulher” desde a era primitiva. Para os autores Marx e Engels mencionam que a “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (1977: 70). Sendo assim, o papel do homem era atribuído a conservação de sua prole, e a mulher responsável pelos cuidados de seus filhos, maridos e trabalhos domésticos.

O conceito de gênero surge a partir de movimentos feministas, nasce com o objetivo de estabelecer direitos iguais entre homens e mulheres, com fortes queixas evidenciando as relações de poder e dominação do sistema de padrões patriarcais, baseados em normas de gênero, onde o sexo masculino mantinha dominação e poder. Scott (1998:115), o conceito de gênero refere-se ao “discurso da diferença dos sexos”, ou “a organização social dos sexos” e reforça que “não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo o que constitui as relações sociais”. Portanto, as relações de gênero estão diretamente interligadas a divisão sexual do trabalho, incluindo por meio da determinação do sexo biológico, descrevendo as diferenças e atribuições de papéis diferenciados para homens e mulheres.

Com mudanças significativas ocorridas no mundo do trabalho, a inclusão da força do trabalho feminino se insere no contexto das principais modificações realizadas no modo de produção do trabalho, adotando de forma flexibilizada novos modelos de produção através da reestruturação produtiva³⁰. A categoria gênero e divisão sexual do trabalho são citadas nos estudos realizados pelo autor Antunes em sua obra *Os sentidos do trabalho*, o mesmo analisa

³⁰Reestruturação produtiva também conhecida como capital flexível, que correspondeu ao processo de flexibilização das relações de trabalho no setor industrial, caracterizados pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, fruto da acumulação flexível e das novas tecnologias.

as transformações ocorridas no mundo do trabalho, evidenciando o trabalho feminino como novas formas de legitimação na centralidade do trabalho.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho, Antunes (2005: 109).

Somente no século XIX, após a Revolução Industrial, que as mulheres tiveram um aumento considerável no percentual da inclusão feminina no trabalho produtivo assalariado, com reconhecimentos definitivos do uso da força do trabalho feminino. Para Scott (1994: 443), “a mulher trabalhadora foi um produto da Revolução Industrial, não tanto porque a mecanização tenha criado para ela postos de trabalho onde antes não existiam (mesmo se esse foi seguramente o caso em algumas áreas), mas porque no decurso da mesma ela se tornou uma figura perturbadora e visível”. Percebe-se que através do aumento da inclusão da força do trabalho feminino nas grandes indústrias, as mulheres como trabalhadoras assalariadas, ganharam forças e capacidades produtivas, objetivando o aumento de reivindicações entre as relações de trabalho, realizadas através de movimentos feministas com intuito de reconhecer e valorizar o uso do trabalho feminino de forma igualitária.

E notório que a mulher passou a ocupar seu espaço no mercado de trabalho após modificações na estrutura do trabalho na era industrial, entretanto suas ocupações estavam direcionadas a atividades dotadas de menor qualificação, geralmente conferidas aos trabalhos manuais e repetitivos, relacionando oposições a cargos ocupados pelo sexo masculinos, e aos homens eram requeridos conhecimentos técnicos definindo assim claramente a divisão sexual do trabalho. Antunes (2005:105) salienta que apesar da expansão do uso da força do trabalho feminino, destaca significado “inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho”. Os salários pagos as mulheres era bem inferior a remuneração recebidas pelos homens, o mesmo também ocorre no que refere aos direitos e as condições relacionadas ao trabalho, marcados fortemente por empregos precários e flexíveis. Leite (2007: 59) salienta que de modo geral, “entende-se como natural a baixa remuneração feminina, cuja justificativa reside no fato de que o salário feminino deve ser apenas complementar ao do homem, da mesma forma que as tarefas domésticas são vistas como “assunto de mulher” ou como uma “vocaçao feminina”. Não obstante, percebem-se claramente a existência da divisão sexual do trabalho, pautada em construções sociais definidas, sobre as ocupações determinadas as mulheres vistas

como vocações de trabalhos femininos, utilizando como justificativa as diferenças relacionadas ao sexo biológico.

No cenário do trabalho flexibilizado, com a introdução de novas formas de organização do trabalho, as mulheres de forma generalizadas foram inseridas inicialmente nas práticas de atividades flexibilizada pelo capital. Para Amorim (2003:19) “no caso particular da indústria de confecção, esta experimentação pautada na força do trabalho feminina parece estar presente nas modalidades de terceirização”, no trabalho realizado por cooperativas e trabalho domiciliar, obtendo predominância do trabalho realizado pelas mulheres. Decorrente ao aumento do trabalho feminino compreende-se como uso de estratégia de exploração do capital, os trabalhos efetuados por mulheres, considerados trabalhos em regime *part-time*³¹, “marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas” (ANTUNES, 2005:108).

Acrescenta-se como fator decisivo a escolha do regime parcial submetido às mulheres trabalhadoras, a possibilidade de conciliar atividades produtivas com os afazeres domésticos, onde havia possibilidade de trabalhar dentro e fora de casa, reproduzindo atividades em duplas jornadas com a exploração do trabalho feminino. Para os autores Neves e Pedrosa (2007:15) “esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido”.

A condição desigual vivida pelas mulheres se expressa de várias formas nas questões relacionadas à divisão social e sexual do trabalho, no âmbito do trabalho a domicílio, a situação desigual se reforça com a execução de altas jornadas de trabalhos praticada pelas mulheres, em que suas atividades produtivas são articuladas com os trabalhos doméstico, portanto, não há separação do tempo estabelecido para práticas produtivas e domésticas. Sendo assim, as atividades produtivas realizadas a domicílio pelas mulheres, favorece mais a exploração da força do trabalho feminino, pois além de executar dupla jornada de trabalho no espaço familiar, as mulheres trabalham em diversos horários sem estabelecimento de regulação e direitos sociais, determinado por trabalhos exaustivos e noturnos.

3. História do Trabalho a Domicílio e Inclusão das Mulheres no Trabalho da Indústria Têxtil

³¹*Part-time* é o emprego com tempo parcial, com horários reduzidos e, portanto, benefícios e salários também menores.

O trabalho a domicílio não é uma prática recente. Sua história inicia-se nos séculos XVI e XVII, relacionada às atividades produtivas da vida familiar do sistema produtivo doméstico, realizado em moradias, com a confecção de tecidos, rendas, calçados e outros artigos que eram utilizados para o consumo familiar e para comercialização, produzidos por maridos, filhos e esposas (Abreu, 1986).

Neste período através do sistema de produção em família, existiam os profissionais nomeados de “artesões”, homens que produziam e comercializavam utensílios básicos, transformando a matéria prima em bens de utilidade, recebendo encomendas para produção de certos artigos, tais como móveis ferramentas e roupas confeccionadas através do artesanato com ferramentas e maquinaria simples.

No final do século XVIII, o trabalho a domicílio sofreu grandes transformações. Com o início da Revolução Industrial e o surgimento da mecanização, as práticas artesanais e a utilização de ferramentas rudimentares foram substituídas por máquinas modernas e sofisticadas. Historicamente definem que as atividades ligadas à indústria têxtil, aconteceram como parte iniciante do sistema que decorreu à Revolução industrial na Inglaterra e no mundo. A indústria têxtil foi o primeiro setor a receber as máquinas com as inovações tecnológicas, máquinas movidas pela força a vapor operando sua produção através da mecanização, gerando maior produção em menor tempo.

O desenvolvimento industrial impactou diretamente os artesões, que realizavam todo o processo produtivo com grande autonomia, pois dominavam todas as etapas de fabricação dos produtos, com a aquisição da matéria-prima, confecção e comercialização. Com o estabelecimento da Revolução Industrial os artesões não possuíam mais o controle do sistema produtivo, com avanço no modo de produção com a utilização das máquinas, os grandes comerciantes donos de fábricas agrupavam vários trabalhadores em galpões, concedendo a matéria-prima, as ferramentas e máquinas para execução das atividades, adaptando as novas condições de trabalho imposta pelo sistema capitalista, controlando toda produção com a subdivisão de tarefas no processo produtivo.

Para Marx, a atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista, constitui historicamente e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista”.
(2008: 375)

Com a dominação do sistema fabril, constitui-se a divisão entre o capital, representado pelos donos das fábricas e de todo sistema produtivo e o trabalho, executado pelos assalariados. Isso estabeleceu uma nova estrutura socioeconômica no período. Com a criação da classe do proletariado, os operários possuidores da força de trabalho foram explorados com longas

jornadas de trabalhos e submetidos a receber salários miseráveis, resultando na inclusão de mulheres e crianças trabalhando nas fábricas.

Com relação ao trabalho feminino, vale ressaltar que a absorção deste pelas indústrias, foi utilizado como estratégia para redução dos custos operacionais de produção, pois os salários pagos às mulheres eram bem inferiores aos salários dos homens no mesmo segmento, desempenhando as mesmas atividades.

Apesar do crescimento econômico realizado por intermédio dos novos meios de produção com máquinas na produção em escala, o trabalho a domicílio manteve-se presente com a produção praticada através dos métodos tradicionais, utilizando à manufatura a produção elaborada de maneira artesanal, em máquinas caseiras nas residências de vários trabalhadores e artesões, contudo subordinados ao controle da produção capitalistas. Marx (2008), nomeia essa organização como indústria a domicílio, que se baseia no plano de divisão do trabalho, com emprego de mulheres e crianças de todas as idades, sem exigência de qualificação destes trabalhadores com exploração desta mão de obra barata, suas atividades eram exercidas nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas, convertendo na seção externa da fábrica.

De acordo com autora Abreu (1986), de modo geral, a introdução das novas máquinas desempenhavam um papel secundário no início da Revolução Industrial, pois não conseguiram reproduzir com perfeição o trabalho manual. Para isso, exemplifica a fiação de linho realizada pelas primeiras máquinas era de qualidade inferior em relação à produção manual. E como justificativa de ordem econômica para manutenção do trabalho a domicílio, enfatiza que ele estabelecida a concorrência com a produção mecanizada, e acarretava ainda menor remuneração a estes trabalhadores.

Na chamada indústria moderna a domicílio, os capitalistas donos das fábricas contratavam crianças e mulheres, pagando salários mais baixos, como enfatiza Hobsbawm, “chegaram a expandir-se sob certas circunstâncias, com o auxílio da nova mecanização em pequena escala especialmente a máquina de costura e de uma força de trabalho notoriamente mal paga e explorada” (1998: 278). No setor de produção do vestuário, a indústria têxtil obtinha proveitos através da utilização de seus meios de produção; o principal era a redução o preço de seus artigos confeccionadas, levando em consideração os salários pagos aos trabalhadores e a jornada de trabalho que sempre ampliada no processo produtivo, com exploração máxima da carga de trabalho a estes trabalhadores.

No fim do século XIX, os homens e mulheres já faziam parte da indústria doméstica, que no passar do tempo suas atividades perderam a característica de manufatura familiar, e a passaram a ser exploradas por grandes indústrias, onde conseguiam absorção da força de

trabalho de homens e mulheres, entretanto percebe-se um aumento cada vez mais da força de trabalho feminina, pois as mulheres podiam trabalhar em casa, quintal ou sótão.

Com o desenvolvimento do sistema fabril, as mulheres também tiveram absorção no trabalho fora de casa, sendo empregadas nas grandes indústrias obtendo salários próprios, considerando uma grande conquista naquele período, pois até então, no período pré-industrial, as mulheres não obtinham nenhum tipo de remuneração, apesar de sempre contribuir ativamente com trabalho dentro do grupo familiar, os salários recebidos eram pagos aos chefes de família aos homens.

A autora Abreu destaca que foi no século XIX, que ocorreram mudanças na percepção social do papel da mulher:

Uma nova visão social da mulher cristalizada na era vitoriana, contribuiu, de certa forma, para a feminização de certas ocupações, e principalmente do trabalho a domicílio à medida que esse se transformou num tipo de organização da produção quase marginal dentro da estrutura econômica do capitalismo (1986: 60)

A classificação de marginalização do trabalhador dessa estrutura econômica categoriza a forma de remuneração e as práticas utilizadas no sistema de produção do trabalho a domicílio. A remuneração paga a esses trabalhadores era bem inferior ao do trabalhador assalariado nas fábricas, eram classificados como trabalhadores do mercado informal e autônomos, e sua forma de produção era organizada com práticas artesanais rudimentares, com a utilização de ferramentas e maquinários simples, não tipicamente utilizados no meio de produção capitalista.

Com o aumento da demanda de comercialização de roupas produzidas do vestuário feminino no fim do século XIX e início do século XX, Abreu (1986: 90), destaca que “isto não implicava necessariamente a produção fabril”. Destaca que o desenvolvimento pioneiro na produção de roupas prontas estavam pautados no trabalho a domicílio, operando máquinas a pedal e confeccionando artigos cortados em oficinas centrais. Entretanto, a produção do vestuário feminino, o trabalho habitualmente da confecção era realizado por costureiras, que trabalhavam nas grandes oficinas ou em suas casas. Trabalho este que era executado na grande maioria em condições insalubres, trabalhando diversas horas, e conciliado com seus afazeres domésticos em suas residências.

No início do século XX, são estabelecidas as regulamentações e reivindicações de melhores condições de trabalhos e salários aos trabalhadores a domicílio. A Inglaterra foi pioneira ao destacar as oportunidades relacionadas às condições sanitárias e de segurança em que atuavam os trabalhadores na indústria a domicílio. Em 1911, tornou-se obrigatório o registro de todas as indústrias que subcontratavam serviços aos trabalhadores a domicílio,

regulamentando as condições do trabalho a domicílio, estabelecendo carga horária e salários padronizados, limitando inicialmente às indústrias de vestuário (ABREU, 1986).

4. A Informalidade no Contexto do Trabalho Domiciliar da Indústria de Confeção

A história da indústria de confecção surge no advento da Revolução Industrial, o seu desenvolvimento evidência vários modos de produção utilizados na organização do trabalho, desde primórdios com o trabalho domiciliar, utilizando como forma de remuneração a produção confeccionada por peças, os trabalhadores a domicílio já exerciam a posição de autônomos e pagos apenas pelo trabalho realizado. Nunes e Campos (2006: 1), destacam que a organização deste segmento, “trata-se de uma indústria tradicional, que requer ocupação intensiva de mão-de-obra e apresenta uma estrutura bastante heterogênea e fragmentada, empregando uma diversidade de técnicas produtivas”. Como característica predominante neste segmento, esta contratação de mão de obra intensiva é realizado por diversas formas de trabalhos informais, sobretudo utilizando o trabalho feminino em grande em escala com a atividade das costureiras inseridas nas diversas áreas da cadeia produtiva.

Na década de 1970, em resposta a crise estrutural do capitalismo, o mundo de trabalho passa por transformações na organização da sua estrutura produtiva do trabalho. Antunes (2006), afirma que a classe trabalhadora sofreu a mais aguda crise deste século, com modificações realizadas em sua estrutura produtiva, com a inclusão de novas formas de organização do trabalho, substituindo a produção em série pela flexibilização produtiva, com objetivo de adequação a produção à lógica do mercado. Como consequência a introdução das novas formas de organização do trabalho, são adotados novas formas de contratos de trabalho parcial e terceirizado. De acordo com LEITE (2007: 35)

Nessa fase do capitalismo, as várias formas de trabalho parcial e terceirizado tornam-se parte constitutiva do processo de produção à medida que a sociedade do capital e sua correspondente lei do valor necessitam cada vez menos de trabalho estável, recorrendo cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho.

A indústria de confecção de roupas se insere nesse contexto de flexibilização das relações de trabalhos, como prática de flexibilizar os modos de produção e organização do trabalho, a terceirização foi adotada como estratégia predominante neste segmento. Amorim (2003:1) destaca que a terceirização “corresponde a uma forma de externalização da produção, pela qual fases do processo produtivo são transferidas para fora da planta industrial para serem realizadas por empresas e oficinas subcontratadas ou trabalhadoras domiciliares”. E predominante neste segmento a utilização intensiva da mão de obra barata, visto que a

transferência da produção com objetivo de reduzir custos trabalhistas, obtendo assim, vários trabalhadores que atuam nesta cadeia produtiva através do trabalho informal, atuando em condições precárias geralmente inseridas na ponta das cadeias produtivas.

De forma esquemática, Abreu (1986:151) abrange quatro etapas que configuram a cadeia produtiva no processo de confecção de roupas, enumerando-as: 1. idealização; 2. preparação (modelagem e corte); 3. montagem e 4. Acabamento. Desta forma, a primeira etapa está relacionada com a criação o design, ficando na responsabilidade dos proprietários a escolha da matéria prima e o modelo a ser confeccionado. A segunda etapa abrange o processo de preparação, a modelagem e o corte, ficando disponível a profissionais especializados nesta etapa, pois não poderá comprometer a qualidade das peças a serem confeccionadas. Já a terceira etapa de montagem, geralmente fica a cargo de contratações externas, é nesta etapa que há o trabalho usual em grande escala. A quarta etapa o acabamento, consiste em pregar botões, fazer bainha, limpar a costura e passar às roupas depois de prontas, nesta etapa a contratação externa pode variar de acordo com a confecção (ABREU, 1986).

Contudo, é importante ressaltar que nas pequenas e micro empresas no ramo de confecção, dispensam a utilização de trabalhos parcelados, não existe organização do fluxo produtivo, geralmente todo sistema produtivo depende somente de profissionais aptos a realizar a montagem de peças inteiras, que em geral são as mulheres costureiras que realizam esta produção externa, atuando com o trabalho realizado a domicílio. Segundo Amorim (2003: 3), o ramo da indústria têxtil é constituído tradicionalmente por mulheres, “mas quando se trata de modernização de postos de trabalhos que impliquem no aumento da qualificação de seus ocupantes, em geral, são os homens que passam a ocupá-los”. Nesse sentido, é identificada a discriminação e a divisão de gênero dos postos de trabalho nesse ramo, onde a força do trabalho feminino é empregada no fim da cadeia produtiva, com predominância do trabalho precário, com execução de jornadas extensas, trabalho sem registros, atuando na informalidade através da terceirização.

O trabalho terceirizado, domiciliar e informal se remete a um sistema de subcontratação na indústria de confecções, e altamente comum a contratação de serviços realizada através da produção por facção, este sistema consiste na realização de atividades que estão na ponta da cadeia evidenciada pela montagem e costura, no qual outras empresas atuantes no mesmo segmento contratam serviços exclusivamente para outras empresas de confecções, “sem nenhum vínculo empregatício e sem emissão de notas fiscais por parte da unidade contratada, que na maioria dos casos é clandestina, burlando assim a legislação trabalhista e fiscal” (NOGUEIRA, 2000:19). Ressalta-se que no ramo de confecção há o predomínio de micro e pequenas empresas. As diversas formas de trabalhos informais contribuem diretamente para a

realização do seu processo produtivo, obtendo assim maior competitividade frente ao mercado. Segundo Pedroso (2008: 99) “geralmente são fábricas de fundo de quintal, terceirizadas por uma empresa de maior porte, que utiliza rudimentares relações de trabalho, bem como de instalações físicas mal elaboradas”, fatores que influenciam diretamente a redução dos custos operacionais na produção, garantindo, através da precarização do trabalho a obtenção de lucros na confecção de seu produto final.

Como estratégia usual no segmento da indústria têxtil, a terceirização da costura e acabamento é realizado por facções, onde predomina o ofício de costureiras a domicílio, como mais uma das atividades domésticas efetuadas por mulheres. Para os autores Neves e Pedrosa (2007: 20) “a terceirização da costura, na indústria da confecção, reforça uma discriminação histórica no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho”, vários estudos apontam os trabalhos executados pelas mulheres no período pré- industrial, onde demonstra existência de sua contribuição para o trabalho do grupo familiar, com execução de atividades produtivas no setor de confecções coexistindo com seus afazeres domésticos. Nesse sentido, o trabalho das costureiras tipicamente a domicílio, proporciona possibilidade de conciliar sua jornada de trabalho com os afazeres domésticos condicionados a função de donas-de-casa, representado pelo trabalho construído socialmente de responsabilidade das mulheres.

Neves e Pedrosa (2007: 15), enfatizam ainda que “esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido”. Portanto, a precarização pode ser identificada como forma de exploração do trabalho feminino adotado pelas empresas de confecções por meio da subcontratação do trabalho de costura, que as mulheres subdividem suas atividades domésticas, tais como lavar, cozinhar, passar, cuidar de filhos entre outras, e ainda conciliam com suas atividades produtivas de costureiras.

É evidente que a indústria têxtil configurou historicamente como forma de representações culturais sobre gênero e a divisão sexual do trabalho, relacionando as atividades confeccionistas como ocupações estabelecidas pelo trabalho feminino, agregando como mais uma das atividades domésticas.

Lima (2010) evidencia que ao relacionar a inserção de homens e mulheres em atividades produtivas confeccionistas, existe visivelmente uma divisão sexual relacionada à ocupação, no qual é definida de modo diferente para costureiras a domicílio e alfaiates.

Mesmo quando a costura é particular e domiciliar, a divisão sexual do trabalho se mantém, como é o caso dos alfaiates. Seu aprendizado é visto como profissão, não como habilidade de “dona de casa”, como acontece com as mulheres. Seu status é

diferenciado e superior. Não é por menos que o sindicato dos trabalhadores mantém uma nomenclatura só para eles. Não são chamados de costureiros, mas de alfaiates (2010: 10).

Essa distinção está relacionada com a construção social de forma naturalizada, evidenciando claramente a divisão sexual definida pela atividade de costura, em que há a valorização do trabalho executado pelos homens como atividade profissional o de alfaiate, e atribuída às mulheres, a atividade de costura associada às atividades domésticas.

5. O Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecções em Goiânia

O trabalho a domicílio foi estabelecido pela lei brasileira de 1938, de acordo com (decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938). Segundo decreto-lei nº 399 entende-se como definição por trabalho a domicílio, o trabalho executado na habilitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o assalarie. Para Moraes Filho (1994: 75), “o domicílio a que se refere a expressão trabalho a domicílio não significa somente a casa, habitação ou moradia do operário, e sim também o domicílio legal”, considerando o local do trabalho executado na maioria das vezes em sua moradia, entretanto, ressalta o autor citado que também declara sob todos os pontos de vista econômico, social e juridicamente, como definido trabalho a domicílio qualquer lugar de escolha do empregado, ou na casa do intermediado.

As primeiras indústrias de confecções em Goiânia surgiram na década de 1970. Os primeiros comerciantes do ramo de confecções de roupas foram se estabelecendo nas imediações dos setores Marista e no Setor Fama, com grandes concentrações de lojas na Avenida Bernardo Sayão³². As primeiras lojas de confecção na Avenida Bernardo Sayão apresentavam um modelo peculiar, na frente loja e fábrica no fundo, identificado pelo trabalho informal, por ser associada ao baixo custo de mão de obras em a necessidade de especialização para produção, à atividade produtiva era exercida por meio da economia informal trabalhando com pessoas da mesma família, por meio de atividades realizada a domicílio.

Nos últimos anos, surgiu uma nova concentração de comerciantes na região da Rua 44 no Setor Norte Ferroviário, diferenciada pela formação de pequenas lojas em galerias, camelódromos e shopping de comércio popular. Sua configuração produtiva é desenvolvida por meio de atividades que empregam um grande número de prestadores de serviços não formalizados neste segmento. Silva evidencia que a configuração do setor de confecções em

³²Avenida Bernardo Sayão é uma avenida situada no setor Fama em Goiânia. A Avenida Bernardo Sayão consolidou-se como polo atacadista e varejista de confecção na capital ainda na década de 80. Seu nome é uma homenagem ao engenheiro Bernardo Sayão que participou da construção da Rodovia Belém-Brasília.

Goiânia e variada pelos elos: “estamparias; lavanderias; facções (de montagem e acabamento); lojas de confecção (varejo e atacado); fornecedor/representantes de matéria-prima (aviamentos, tecidos etc); representante comercial; transportadoras” (2015:8). Sendo assim, é importante salientar que no segmento que se refere à estrutura produtiva do setor de confecções de forma generalizada existe o predomínio de atividades não formalizadas, no qual a terceirização de serviços é utilizada como principal estratégia para se obter a redução de custos de produção e os custos operacionais.

A modalidade de contratação por terceirização surgiu no período da implantação da reestruturação produtiva, como forma de flexibilizar as relações de trabalho, através dos meios de produção, as grandes indústrias começaram a iniciar a transferência de parte de sua produção para outras empresas menores, realizando atividades produtivas fora das dependências da empresa. Nesse sentido, percebe-se que como consequência da utilização dos novos modelos estruturais de relações de trabalho, a terceirização se desenvolveu apoiada nas transformações contemporâneas ocorridas no mundo do trabalho, condicionando “a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho e a diminuição dos direitos sociais” (LEITE, 2007: 34). No contexto relacionado à utilização da terceirização como forma de organização do trabalho no setor de confecção, é salientado o emprego intensivo da mão de obra feminina, sobre tudo nos processos de costura e acabamento. Para Nunes e Campos (2006:3) “a mão-de-obra feminina aparece em toda a cadeia, embora ela seja fortemente predominante no elo em que prevalecem as formas precárias de contratação ou subcontratação, ou seja, no trabalho domiciliar para empresas de confecção”, a etapa de costura e acabamento é comumente realizada por trabalhadoras costureiras a domicílio, onde se estabelece uma relação fragilizada as trabalhadoras que são exploradas por meio das relações definidas pelos contratantes, estipulando as condições de trabalho associadas a formas de pagamentos e prazos de entrega.

O trabalho terceirizado, domiciliar e informal é identificado pela indústria de confecção em Goiânia, no estudo realizado por Silva a autora pontua como se estrutura as práticas habituais realizadas na organização da produção de roupas pelas empresas das indústrias confeccionistas.

do lado da indústria, alguns têm facção em casa, com alguns equipamentos (mesas, tesouras, máquinas), a família realiza a compra do material, faz o corte e leva as peças para a costureira domiciliar costura e fazer o acabamento; outros têm confecção com alguns empregados, utilizando de facção e costureira domiciliar (SILVA, 2015:11).

Esta realidade de contratação de trabalhos realizados a domicílios valida de modo geral, as relações de subcontratação e a precarização deste arranjo produtivo, onde as atividades

confeccionistas são produzidas nos fundos de quintal, como nas fações, de forma precária devido à escassez de recursos, utilizando pouco maquinário sem necessidade de especialização. Ainda de acordo com autora Silva (2015), as formas de organização da produção no que refere a práticas usuais da terceirização na região, estabelecem de maneira central a busca de competitividade e sobrevivência neste segmento produtivo, objetivando a redução de custos por meio de o trabalho domiciliar.

Como elemento importante a ser destacado é a presença majoritária da atuação de mulheres no trabalho domiciliar em Goiânia, identificando como alternativas de emprego à atuação nas atividades pertinentes a montagem e acabamento de roupas exercidas em fações. Para Amorim (2003: 55), “a predominância das mulheres neste tipo de trabalho ocorre devido a vários fatores, entre eles, a dificuldade de acesso aos empregos estáveis, [...]o viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho, assim como a divisão sexual do trabalho”. De modo universal as mulheres forma de trabalho autônomo, que viabiliza de modo parcial, oportunidade de se obter ao optar pela atuação do trabalho a domicílio, acreditam que o trabalho associa-se como uma forma de remuneração, exercida por meio de suas atividades confeccionistas, vinculadas com o exercício de tarefas domésticas, onde ficam subjugadas em ocupações dedicadas exclusivamente aos cuidados da casa, que são definidas historicamente como representações sociais especificando o papel da mulher nas ocupações denominada como donas de casa.

Nesse sentido, é identificado que as mulheres na atuação do trabalho a domicílio na indústria têxtil são desvalorizadas com o trabalho profissional na função de costureiras a domicílio, tornando o trabalho domesticado crescendo com as demais tarefas domésticas, sendo exploradas em condições desiguais em relações aos homens no mundo de trabalho. Para Descarries (2000: 14) “entre estes pólos de reflexão, “um consenso estratégico se destaca para reclamar a atenuação, imediata, da dupla jornada de trabalho, cujo peso é ainda largamente suportado pelas mulheres e a instauração de medidas de apoio à família e às trajetórias profissionais”, que são definidas através da criação de estruturas sociais, a obrigação e gratuidade do exercício do trabalho domestico, e a atuação de atividades profissionais submetidas às condições precárias.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo, realizar uma contextualização histórica sobre gênero e discriminação histórica, relacionando o trabalho a domicílio na indústria de confecções em Goiânia.

A história da indústria têxtil sempre foi evidenciada com extrema importância para o desenvolvimento do setor industrial. No período da Revolução Industrial, a indústria têxtil passou por grandes transformações relacionadas ao modo de produção do trabalho, com a introdução das máquinas que facilitava o aumento da produção de vestuário. Entretanto, como forma mais antiga de meio de produção, o trabalho realizado a domicílio continuou a coabitar com novos meios de produção existentes até os dias atuais.

O desenvolvimento do setor industrial têxtil ao longo dos séculos demarca historicamente a fixação de ocupações reconhecidas pelo exercício de atividades de costura exercida por mulheres, delimitando atividades definidas através da divisão sexual do trabalho, com destaque o modo de produção realizado a domicílio, onde as mulheres exerciam também as funções de trabalhos domésticos impostas pelo sistema patriarcado.

No processo de reestruturação produtiva, o segmento da indústria de confecções contou com a adesão de novas formas de gestão e organização do trabalho, inseridas através da flexibilização das relações de trabalhos, assumindo novas práticas em “diferentes configurações, como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado” (NEVES E PEDROSA, 2007:12). Neste contexto, houve um aumento expressivo da inclusão do trabalho feminino inserido em diversas atividades precarizadas por meio da reestruturação produtiva, as mulheres buscaram esta opção de trabalho como alternativa de conciliar com outras atividades já estabelecidas no que concerne ao papel imposto por representações social, da mulher como dona de casa.

Conforme demonstraram os estudos realizados na indústria de confecções de roupas em Goiânia, existe uma predominância de gênero que se destaca na ocupação do setor produtivo, onde as mulheres são discriminadas ocupando a ponta da cadeia produtiva, com atividades de costureiras a domicílio que revelam ocupações exercidas por modalidade de contratos informais praticadas por modelo de terceirização, expressando a vulnerabilidade no trabalho feminino realizado nas fábricas e oficinas domiciliares.

Referências

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. O avesso da moda, trabalho à domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.
- AMORIM, Elaine Regina Aguiar. No limite da precarização: terceirização e trabalho feminino na Indústria de confecção. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNICAMP. 2003.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. Revista Textos de História. Feminismos: teoria e perspectivas. Brasília: UnB, 2000. vol.8, n.1/2, p. 09-46.

HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios 1875-1914. 10^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEITE, Aline Tereza Borghi. “Precarização do Trabalho” – Uma Abordagem das Desigualdades de Gênero no mercado de Trabalho de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFG. 2007

LIMA; Ângela Maria de Sousa. Gênero, trabalho faccionado e trabalho a domicílio: as faces da subcontratação na confecção de roupas de Cianorte – PR. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 26^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; Engels, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MORAES FILHO, Evaristo. Trabalho a domicílio e contrato de trabalho. São Paulo: LTr, 1994. Ed fac- similada.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria . Gênero, Flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. Artigo Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n.1, p. 11-34, jan./abr 2007.

NOGUEIRA, Maria Lima. Um modelo de Avaliação da Qualidade para empresas de confecções com base no uso de indicadores. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.2000

NUNES, JordãoHorta; CAMPOS, AndréiaFerreira. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. Sociedade e Cultura, vol. 9, núm. 2, julho-dezembro, 2006, pp. 237-255 Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil

PEDROSO, Soraya. Geração De Emprego E Renda Como Fator DeInclusão Social - Confecções No Município DeGoiânia (2000 A 2006). Dissertação (Mestradoem Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT) PUC GO. Goiânia – Go2008

SILVA, Selma Maria da. As Transformações no Mundo do Trabalho e o Setor de Confecção: Terceirização e Informalidade. Disponível em:

<<https://sicsufg.files.wordpress.com/2015/12/silva-selma-maria-da-as-transformac3a7c3b5e-no-mundo-do-trabalho-e-o-setor-de-confecc3a7c3a3o-terceirizac3a7c3a3o-einformalidade.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017

Scott, J. W. (1994). A mulher trabalhadora. In Georges Duby e Michelle Perrot, História das mulheres no ocidente (pp. 443-475). Porto: Afrontamentos.

DA ESPERANÇA AO DESENGANO: A IMIGRAÇÃO NA PROVÍNCIA MARANHENSE, A TRANSIÇÃO DO MODELO DE TRABALHO E A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

*Amanda Porto Ribeiro*³³

RESUMO: A imigração em massa de trabalhadores estrangeiros para o Brasil teve seu primeiro registro com D. João VI. Anos depois do intento do regente português, as políticas de atração e introdução de estrangeiros no século XIX, concentrar-se-ão, principalmente, na constituição de um mercado de trabalho livre para a grande lavoura. A colonização agrícola adotada no Maranhão, através da implantação de núcleos coloniais, em meados do século XIX, permitiu a entrada de um grande número de imigrantes que, segundos os relatórios da época, intentaram “um renascimento” da produção agrícola maranhense. O objetivo deste ensaio, portanto, é compreender o papel e os diferentes modos de aproveitamento do braço imigrante diante da transição do trabalho escravo para o assalariado, bem como os acontecimentos que contribuíram para a implantação dos núcleos coloniais agrícolas, com a participação direta do trabalho do imigrante, instalados no Maranhão a partir de em meados do século XIX.

Palavras-chave: Imigração. Colonização. Maranhão. Século XIX.

Introdução

Historicamente comprovado, o Brasil é um país que por anos recebeu intenso fluxo migratório. Ao lado de países como Estados Unidos, ao Norte, e Argentina, ao Sul, o país adotou políticas de imigração, responsáveis pela admissão de milhões de europeus e asiáticos que chegaram na busca de oportunidades e esperançosos no objetivo de uma relativa ascensão social. A intensificação da chegada de estrangeiros ocorreu, somente, durante e após o decênio de 1850, tendo em vista transformações políticas e econômicas, determinadas pelo fim do tráfico de escravos e, também, quando a responsabilidade pela vinda dos imigrantes passou a ser atribuída aos governos provinciais e iniciativa privada.

A imigração em massa de trabalhadores estrangeiros para o Brasil teve seu primeiro registro logo com a chegada da Corte portuguesa e seu regente D. João VI em terras luso americanas. Iniciado o século XIX, o governante português adota medidas de dinamização do mercado visando o crescimento do reino português na América e, nesse ínterim, manda vir da ilha de Açores mais de mil famílias na tentativa de empreender uma ocupação do vasto território brasileiro. Entretanto, anos depois do intento de povoamento do regente português, as políticas de atração e introdução de estrangeiros no século XIX direcionar-se-ão, principalmente, na

³³ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: amandap.ribeiro@hotmail.com.
Endereço para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4076805044853626>

constituição de um mercado de trabalho livre para a grande lavoura, concentrado nos grandes cafezais do Sul do país.

Em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos do reino, mais propriamente ao Norte do território brasileiro, à exemplo do Maranhão, a entrada massiva de imigrantes terá como propósito estabelecer áreas de colonização agrícola, através da implantação de núcleos coloniais. Esse tipo de imigração permitiu a entrada de grande número de imigrantes que, segundo os relatórios oficiais da época, intentaram “um renascimento” da agricultura maranhense, considerada em franca decadência pelas elites locais.

A historiografia brasileira, nos últimos anos, dedica-se a análise do deslocamento em massa de imigrantes para o Brasil no século XIX. No trato com as fontes, observou-se que o ano de 1850 inicia uma década fundamental para a imigração estrangeira, no entanto, a história da imigração e da colonização estrangeira no Maranhão no século XIX ainda sofre com a falta de trabalhos esclarecedores que abordam especificamente a temática. Tópicos como, quantidade, perfil, modos de ocupação, sociabilidades, espaços comuns, foram pouco ou nunca tocados.

Poucos trabalhos abordam a temática dentro do recorte temporal e espacial aqui analisados, apenas, ocasionalmente, é possível encontrar pequenas menções feitas por autores (as), como é o caso de Faria (2012), Campos (2010) e Arruda (2013). Quando falamos das grandes imigrações, mais comumente encontrarmos trabalhos acadêmicos dedicados à problemática que surgiu no século XIX diante da substituição de braços e a transição do trabalho após a proibição do tráfico de escravos africanos para o Brasil, onde o principal eixo espacial trabalhado é o Sul do país, àquela época logradouro das grandes fazendas de café, produto que, então, despontava como emergente dentro da produção agrícola voltado para o mercado externo.

É importante a análise, também, do Maranhão dentro da política geral de imigração que o país desenvolvia, comparando situações através dos trabalhos acadêmicos que não abordam a mesma perspectiva utilizada neste. Estabelecendo diálogos com intuito de fazer um paralelo desta iniciativa maranhense específica, em um experimento de compreender a discussão da época sobre a imigração estrangeira para o Maranhão, analisando o antes e depois das tentativas coloniais, sem deixar de relacionar ao que acontecia no restante do Brasil, buscando, assim, os pontos de aproximação e distanciamentos. Nesse interim, nos dedicaremos, também, a análises e comparações sobre o discurso referente às políticas de imigração da época, bem como as

discussões acerca do emprego da mão de obra do imigrante, relativizando se o mesmo acompanhava uma tendência nacional.

1.1 O Brasil na rota da imigração

Em detrimento das inúmeras tentativas de povoamento e do esforço do colonizador a ocupação efetiva do Brasil, com seus imensos e férteis territórios, mas “infestados” por gentios bravos, ainda representaria por muito tempo um grande desafio para a elite brasileira. Em face de necessidades que foram produzidas pelas mudanças verificadas no traçado econômico ao longo do século XIX, a classe senhorial atualiza seu discurso acerca da falta de braços, reivindicando políticas de fomento à imigração, sobretudo, após a abolição do tráfico negreiro tendo em vista que o “futuro inevitável da escravidão e as condições peculiares de participação da força de trabalho na agricultura de exportação, implicavam de imediato, na verdade, na formulação de uma política imigrantista”(MARTINS , 1973:50).

A imigração estrangeira seguiu dois grandes eixos principais no Brasil. Um dos eixos, onde se empregou massivamente o braço imigrante, foram as plantações de café do Sul brasileiro, onde o processo imigratório consistiu, inicialmente, na complementação e, mais tarde, na total substituição do braço escravo pelo livre. Lá o imigrante trabalhava nas grandes plantações destinadas à agro exportação, vendendo sua força de trabalho. O segundo eixo foi marcadamente utilizado em menor escala, mais preferencialmente empregado no Norte brasileiro, onde os territórios, principalmente os mais ermos e com dificuldade de povoação, as correntes migratórias associavam-se, mais frequentemente, a um projeto de ocupação. Conhecida como colonização, o imigrante tinha como principal objetivo povoar o território, ao mesmo tempo em que utilizava sua mão de obra na construção de uma agricultura mais fortalecida.

No Maranhão, aproximadamente um século depois do relativo crescimento econômico, possível graças à políticas de incentivos de D. José I e o seu ministro Marquês de Pombal, Diário do Maranhão registrava em 1856 a situação decadente da lavoura maranhense. O mesmo jornal, em um artigo intitulado “Breves considerações sobre a nossa lavoura”, atribui como uma das causas para a alegada decadência a falta de braços para o trabalho, o que apontava para a solução de se investir em políticas de imigração. Entretanto, anos depois, em 1887, ainda era difícil atrair imigrantes para o Maranhão, em função dos fracassos já experimentados com a vinda destes para a instalação de núcleos coloniais, em meados do século. É o que o Presidente da Província, Dr. José Bento de Araújo, tenta explicar com o seguinte pronunciamento:

A imigração entre nós ainda se acha em notável atraso. Já é tempo de attrahir para a província uma corrente de emigração, que venha trazer novos elementos ás industrias, e explorar as riquezas que encerra este sólo abençoado. E' possível que uma propaganda tenaz e inteligente faça cessar o descredito que se tenta lançar sobre a salubridade do clima; e deste modo conseguiremos chamar para os estabelecimentos industriaes, principalmente os habitantes do Sul da Europa, que com facilidade podem se aclimar nas regiões tropicais especialmente em uma província com esta, onde nunca se desenvolve a febre amarela, o espantinho da emigração. Os Italianos, sobretudo, que em grande numero afluem para os paizes da America do Sul seriam optimos colonos nesta província, que está precisando de braços para dar impulso mais animador ao seu progresso³⁴

Apesar das dificuldades na contratação de imigrantes, era possível observar alguns avanços da colonização estrangeira em território maranhense, como foi o caso do “povoado das Pedreiras, à margem do Mearim, que ainda há poucos anos constituía um pequeno núcleo, e é hoje um dos logares que mais relações commerciaes entretem com o alto sertão”³⁵. Assim, consciente dos motivos que haviam levado ao fracasso dos núcleos coloniais de meados do século XIX, o governo elabora um *Guia do Imigrante*³⁶, para assistir melhor o estrangeiro, que a partir de então teria três alternativas de engajamento no território provincial, a saber:

1. Em núcleos coloniais criados pelo governo;
2. Em propriedade particulares;
3. Por sua conta própria;

De acordo com o estabelecido no Guia, escolhendo núcleos agrícolas, os imigrantes encontrariam “lotes medidos, com 10 hectares cada um e com casa regularmente construída”, os quais seriam “vendidos a dinheiro a vista ou a prazo [...]” e neles o imigrante poderia plantar e comercializar seus produtos, garantido assim o seu sustento. Nas propriedades particulares, os imigrantes trabalhariam “mediante salario remunerador” e poderiam “achar collocação immediata” e receber “gratuitamente casa para si e sua familia e terreno para plantação”. Os que se instalassem por conta própria, poderiam comprar terrenos onde julgassem mais conveniente. A política de colonização, como já mencionado, vinha sendo colocada em prática desde inícios do século XIX. Entretanto, a discussão sobre as necessidades geradas pela extinção do tráfico e os interesses envolvidos na política imigração não encontrou um consenso, até que se fez insustentável a manutenção do regime de trabalho escravo.

As tentativas para atrair o imigrante passaram a ser frequentes no Brasil e em províncias mais distantes, como o Maranhão, depois da Lei de Terras, assim, como os intentos pela formulação de uma lei geral que facilitasse a introdução de braços imigrantes, para substituição

³⁴ Relatório de Presidente de Província do Maranhão de 18 de março de 1887. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/391/000027.html>

³⁵Ibid

³⁶ A Província do Maranhão e a imigração: guia do imigrante. 1888. Biblioteca Benedito Leite, Acervo Digital. Disponível: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>

de escravos, garantindo o cultivo dos campos e constituindo um auxílio para a “civilização” dos índios na província, já eram sentidos antes da promulgação da Lei de Terras. E tanto assim era, que ensejavam iniciativas privadas como a do cidadão Francisco Ferreira de Carvalho, que em 1841 formula um projeto de “edificar uma povoação livre no Alto Mearim, na paragem denominada - Inson – afim de domesticar os índios, e por obstáculos às suas correrias”³⁷.

2. A imigração e a transição do regime de trabalho

A transição do regime de trabalho escravo para o livre foi um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade brasileira nos oitocentos. Diante da recusa na utilização da mão-de-obra de outros setores sociais, como é o caso dos livres nacionais, considerados, no momento, incapacitados “ao desenvolvimento econômico da província e à construção de uma sociedade pacífica, ordeira e civilizada” (FARIA, 2003:7), o negro africano ainda era o mais procurado para o trabalho pesado nas lavouras.

Frente à rejeição do trabalho do livre pobre, a escassez de braços escravos e a ineficácia das políticas de “civilização” do indígena à época³⁸, o imigrante europeu despontava como exemplo de trabalhador e a melhor forma de substituição do trabalho escravo (FARIA, 2012:123). A opção pela entrada crescente de imigrantes europeus, através de políticas governamentais ou de iniciativas privadas, assim, foi animada, tendo em mente o “espetáculo do enorme fluxo de população que espontaneamente se dirigia da Europa para os EUA”, o qual parecia “indicar a direção que cabia tomar” (FARIA, 2012:125).

A escravidão africana marcou de forma profunda e indelével o Brasil, onde a coexistência de diferentes culturas, crenças e linguagens fez nascer em solo de tupinambá uma sociedade única e que carrega, em si, parte de cada povo que por cá se entrelaçou, não sem tensões. O africano chega ao Brasil como instrumento exclusivo de trabalho, seja ele nas grandes lavouras coloniais, nas minas ou em cidades; coube a ele, portanto, a obrigação de fazer funcionar a grande engrenagem colonial.

O advento do século XIX, entretanto, despontava com intensas transformações para o país, onde o café, até então de pouca expressividade econômica, em meados do século alcança

³⁷Relatório da Presidência de Província do Maranhão de 3 de julho de 1841, p. 57-58. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/340/000057.html>

³⁸ O Governo Imperial também buscou, através de incentivos, a “civilização do índio”. Foram criadas colônias, ou missões, indígenas com o objetivo de catequizar e “domesticar” o nativo, facilitando, assim, a penetração do “desenvolvimento” muitas vezes dificultado por ações de “gentios bravos” que viviam em grande quantidade no interior do país.

um considerável desenvolvimento e catalisa uma reorientação, deslocando o eixo econômico brasileiro. Assim, a importância do Norte, com suas tradicionais fazendas agrícolas, foi reduzida e os investimentos e esforços vão sendo direcionados ao emergente produto brasileiro que naquele momento despertava mais interesse no mercado internacional. Diante disso, a atividade cafeeira rapidamente transforma o Sul do país no espaço privilegiado de unidades produtivas extremamente lucrativas (CHALHOUB, 2011:22).

Nesse ínterim, no Brasil concomitantemente às primeiras tentativas infrutíferas da política de imigração imperial, a necessidade de mão-de-obra deparava-se, segundo os registros oficiais, na natural ociosidade apregoada pelas elites acerca do trabalhador nacional, que passava a ser visto como arredo ao trabalho. No Maranhão, a preocupação com a dita ociosidade era expressa, em 1849, pelo então Presidente da Província, que em um de seus pronunciamentos clama contra os “vadios” que “infestam parte dos sertões da Província sempre dispostos a cometer malfeitorias”³⁹.

Enquanto nas regiões cafeeiras a utilização do imigrante europeu foi a solução majoritariamente adotada para a substituição do braço escravo, na província maranhense, em meados do século XIX, as esperanças de desenvolvimento agrícola e as tentativas de ampliação do povoamento, através da instalação de núcleos coloniais, também repousavam na utilização do braço imigrante. As tentativas para atrair o imigrante tornaram-se mais frequentes, em território maranhense, depois da Lei de Terras do Império, mas anos antes, precisamente em 1841, a Lei provincial n. 106 de 27 de agosto do corrente ano, autorizava ao Presidente da Província o dispêndio de até seis contos de réis anuais a serem empregados na introdução de colonos no Maranhão.

Em contraposição, o crescente número de livres pobres era pensado e ligado ao que seriam duas de suas características principais: a inutilidade e periculosidade (FARIA, 2012: 218-219) que preocupavam as elites locais, temerosas do atrelamento inevitável dessa “casta” (PRADO JR, 1961:28) ao crime. Esses indivíduos eram, em geral, pensados como despreparados para o trabalho e para a vida em sociedade, pois a escravidão secular não os tinha preparado para a liberdade, que trazia consigo conceitos de justiça, respeito à propriedade e moralidade, até então estranhos a eles (CHALHOUB, 2011:68).

Marginalizado desde os tempos coloniais, o homem livre e liberto tende a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformado num

³⁹ Fala que recitou o Exm. Presidente e comandante das armas da província do Maranhão, o coronel Luiz Alves de Lima, n'abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1840. Maranhão, Typ. de I.J. Ferreira, 1840. In: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acessado em: 25/11/2014

itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho nas fazendas (KOWARICK, 1955:55).

Em meio a tudo isso, a imigração europeia assumiu importante papel no processo de substituição da força de trabalho escravo para o livre no Brasil, entretanto, ela não foi unicamente destinada para abastecer os grandes cafezais do Sul brasileiro. Apesar da oposição dos grandes lavradores com a política de colonização incentivada e adotada pelo governo, buscando o povoamento do vasto território brasileiro, em todo o século XIX é possível enxergar a instalação de núcleos coloniais de imigrantes, como foi o caso no Maranhão, que tinha o objetivo de tornar o solo produtivo e servir de exemplo laborioso aos brasileiros.

No Maranhão, a instalação de núcleos coloniais em meados do século XIX, mais precisamente no decênio de 1850, deu-se, em maior parte, através de acordos entre o governo provincial e os prósperos lavradores da região. A eles, através de acordos com o governo provincial, foi confiada a vinda de um número crescente de imigrantes, que se sustentaria em razão dos recursos despendidos pelo tesouro provincial para os gastos iniciais com transporte e acomodação.

Em meio a essa transição de mão de obra e à chegada de imigrantes em solo maranhense, em correspondência entre políticos e, também, em relatórios de presidente de província é possível constatar o discurso de inaptidão ao trabalho do nacional. Nos documentos da época eram notórias e recorrentes as queixas diante da recusa à utilização da mão-de-obra de livres nacionais, considerados incapacitados “ao desenvolvimento econômico da província e à construção de uma sociedade pacífica, ordeira e civilizada” (FARIA, 2003:17). Frente à rejeição do trabalho do livre pobre, a escassez de braços escravos e a ausência de políticas de “civilização” do indígena à época, era o imigrante europeu que despontava como exemplo de trabalhador e a melhor forma de substituição do trabalho escravo (FARIA, 2012:3).

Em tais circunstâncias, o imigrante europeu despontava como exemplar de trabalhador ideal, a melhor alternativa para a substituição do braço escravo. Nesse ínterim, o imigrante estrangeiro, especialmente o europeu, passou a ser considerado como a alternativa ideal, pois “ao mesmo tempo que substituiria o escravo, contribuiria para difundir hábitos de trabalho, melhores técnicas e a superior cultura europeia” (FARIA, 2012:144). A imigração europeia assumia, assim, para elite importante papel no processo de substituição da força de trabalho escravo para o livre no Brasil, além do amplamente ideológico, havia uma constante preocupação do governo imperial com o avanço de fronteiras visto que boa parte do território

nacional permanecia “infestado de selvagens” e carecia de pessoas que tornassem o solo produtivo.

Porém, diante das primeiras tentativas infrutíferas de emprego do braço imigrante, o trabalho com mão-de-obra do nacional, ou “colonização pátria” (CHALHOUB, 2011:170), foi colocado em discussão. A opinião da maioria dos fazendeiros, no entanto, considerava “o trabalhador livre nacional pouco produtivo e arredo ao trabalho”. À vista da iminente emancipação de numerosos escravos, a mentalidade geral da época, entretanto, não foi alterada e a opinião em relação ao trabalho ainda o tinha como elemento degradante, tanto que

em 1855, ao debater-se na assembleia legislativa provincial a questão, argumentava-se que a população livre se recusava a trabalhar preferindo pescar e caçar: oferecia-se a um roceiro dez, doze e até dezesseis mil-réis para plantar um alqueire de milho e ele se recusava, preferindo viver da maneira mais primitiva [...] Em Minas como em São Paulo ou no Rio de Janeiro, clamavam os proprietários e as autoridades contra a ociosidade da população livre que, segundo dizia, preferia viver no limiar da vadiagem (Chalhoub, 2001:170).

Ante a necessidade de mão-de-obra, que naquele momento não parecia se resolver com a imigração de estrangeiros, leis foram criadas no intuito de forçar o nacional a sair da ociosidade, que tanto prejudicava a economia do país. Exemplos disso podemos encontrar no Maranhão, quando a Assembleia Legislativa Provincial aprovou a Lei n° 85, de 2 de julho de 1839, que estabelecia novas normas para catequese do índio, com o intuito de “domesticá-lo para o trabalho” (FARIA, 2012:209-210)

A catequese indígena, em meados do XIX, atuou como um processo civilizatório que deveria retirar o nativo dos confins das matas e a ele seria “ensinado a ter o amor ao trabalho e à propriedade, a respeitar a justiça e normas sociais “civilizadas”, a ser útil a si e à sociedade nacional” (FARIA, 2012:115). Apesar dos intentos de “domesticação” indígena, a principal preocupação que permeava as discussões dos letrados concentrava-se no fato de que os índios representavam um entrave à expansão da agricultura, pois habitavam o interior da província e constituíam uma constante “ameaça à segurança e tranquilidade das fazendas fronteiriças às áreas habitadas por nações indígenas” (FARIA, 2012:115). Acerca disso, diz Faria que, “em relação aos índios, a prioridade da época não era integrá-lo ao mundo do trabalho e sim contê-los para não atrapalhares a expansão das fazendas de agricultura e pecuária, com auxílio do braço europeu” (FARIA, 2012:115).

No entanto, além das leis que os obrigassem a abandonar a ociosidade, era preciso que essa transformação de livres e libertos em trabalhadores se concretizasse não necessariamente

pelo uso da violência física e obrigatoriedade explícita, mas pela ressignificação e internalização do valor positivo do trabalho. Esses insubordinados seriam educados e se transformariam em bons cidadãos, cientes dos seus deveres e direitos sociais, trabalhariam em prol do bem comum e da civilidade, conceito ausente, para estes, em tempos de escravidão.

Nesse processo de transformação, o trabalho passa a ser visto como um ordenador social, onde o cidadão tem direito à “segurança, direitos individuais, liberdade e honra”. Em contrapartida, esse mesmo cidadão deve retribuir à sociedade o que se recebe, em forma de trabalho, logo a relação estabelecida entre trabalho e moralidade é norteadora da sociedade, pois quanto mais empenho do trabalhador em suas atividades, maior será o seu valor na coletividade social.

No discurso dominante da época, a ociosidade estava tão perto do crime como distante da sociedade civil, precisava ser combatida e reprimida para que não comprometessem a ordem. O imigrante, entretanto, representava para as classes dominantes o “morigerado, sóbrio e laborioso”, cultivando as principais virtudes da ética capitalista, serviria, portanto, de modelo ao trabalhador nacional (CHALHOUB, 2001:77). A implantação do trabalho livre, com a importação de colonos europeus, representaria, assim, não apenas braços necessários para a lavoura, mas exemplo a ser seguido pelo nacional, diante do desprestígio do mesmo.

3. As colônias agrícolas da Província Maranhense

Os núcleos de colonização fundados no decênio de 1850 tiveram seus inícios e caminharam com entusiasmo por alguns anos. Apesar dos contratemplos, seus promotores intentaram empreender a desejada imigração europeia, através da instalação de colônias agrícolas e de operários, buscando com essas iniciativas implementar o processo de substituição da mão-de-obra escrava, resgatar a lavoura decadente, ao mesmo tempo em que procuravam organizar um projeto de ocupação do território maranhense.

Apesar de serem fruto de iniciativas particulares, o governo provincial foi um grande incentivador e aliado da campanha de colonização maranhense, financiando a vinda de colonos e fazendo empréstimos a empresários, a fim de que se concretizasse a instalação de núcleos, que revertessem a situação da lavoura maranhense, que com o decréscimo no preço do algodão e arroz, amargava uma baixa nas exportações. Posto que, quando, finalmente, a lavoura demonstrou um melhor desempenho, em virtude da guerra de Secessão norte-americana, escassearam-se os braços escravos, que foram encaminhados às lavouras de café do Sul. Com

o crescimento da lavoura, o governo preocupou-se em adotar medidas que atraíssem os imigrantes para a província maranhense.

O governo provincial preocupou-se, também, de por contrato, incentivar a instalação de escolas de primeiras-letas, tornando obrigatório a filhos de colonos da idade de seis anos em diante, a aprender a ler, escrever e contar, imputando aos pais, dos mesmos, muitas diárias caso o filho deixasse de frequentar, sem motivo aparente, a escola de primeiras-letas. Ao mesmo tempo, procurou incentivar a vinda cada vez maior de famílias, visto que a imigração fazia-se maior entre o sexo masculino, que emigravam para as colônias, visto que “é uma desproporção extraordinária, que não deve haver, quando se procura estabelecer colônias e não companhias de trabalhadores”⁴⁰

Entretanto, os incentivos do governo Imperial para a vinda de colonos e implantação de colônias agrícolas no Maranhão não foram suficientes para fazer renascer a agricultura destinada à exportação e salvar o projeto colonizador que, à exceção da colônia de Santa Isabel, única dentre todas as colônias que obteve algum resultado positivo e certo, porém com prazo, prosperidade, não atingiu os demais núcleos colônias, que em pouco tempo se desintegraram, encerrando uma brevíssima vida em território maranhense.

Os primeiros registros de uma imigração de grupos de colonos para a província do Maranhão datam de meados do século XIX. De fevereiro de 1853 a julho de 1856, o projeto de imigração fez desembarcar em São Luís 878 imigrantes, que chegaram à Província em meio à euforia e expectativa de animar a colonização e promover o crescimento econômico provincial, através do trabalho livre. Nesse ínterim, foram fundadas seis colônias compostas por imigrantes estrangeiros, destas somente quatro foram colônias fundadas com a finalidade de produção agrícola, com intento de um reflorescimento da lavoura maranhense.

Documentos oficiais e periódicos

Fala que recitou o Exm. Presidente e comandante das armas da província do Maranhão, o coronel Luiz Alves de Lima, n'abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1840. Maranhão, Typ. de I.J. Ferreira, 1840. In: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 25/11/2014

Relatório da Presidência de Província do Maranhão de 9 de junho de 1856. p.55. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/354/000054.html>

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

⁴⁰ Relatório da Presidência de Província do Maranhão de 9 de junho de 1856. p.55. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/354/000054.html>

Diário do Maranhão. 1890, p.5. Disponível: www.hemertocadigital.bn.br. Acesso em: 15/11/14.

Publicador Maranhense. 1859. P. 1. Disponível: www.hemertocadigital.bn.br. Acesso em: 15/12/2014.

Nova Epoque. 1902. P.4. . Disponível: www.hemertocadigital.bn.br. Acesso em: 17/12/2014.

Relatório de Presidente de Província do Maranhão de 18 de março de 1887. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/391/000027.html>

A Província do Maranhão e a imigração: guia do imigrante. 1888. Biblioteca Benedito Leite, Acervo Digital. Disponível: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital>

Relatório da Presidência de Província do Maranhão de 3 de julho de 1841, p. 57-58. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/340/000057.html>

Referências

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prismas da história de Portugal. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: EDUSC, 2001.

CAMPOS, Marize Helena de Campos. **Senhoras Donas**: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822). São Luís: Café e Lápis, 2010.

CHALHOUN, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Unicamp, 2011.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: EDUFMA, 2012.

_____. A transformação do trabalho nos trópicos: escravos, libertos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão Oitocentista. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973. PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.

FESTAS RELIGIOSAS POPULARES: A MATERIALIDADE DA FÉ NOS FESTEJOS DA FOLIA DE REIS

*Angelo Marcos de Souza*⁴¹

RESUMO: As festas religiosas populares refletem a cultura e a tradição do povo, presentes tanto nas práticas de rituais religiosos quanto nas cerimônias festivas. Elas estabelecem laços

⁴¹ Graduado em História e Pedagogia, Especialista em História-socioeconômica do Brasil, Especialista em Orientação Educacional, mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). angelomarcospgtu@hotmail.com. Orientando da professora Dra. Renata Cristina Souza Nascimento.

sociais entre indivíduos, promovem solidariedade, liberam emoções e lembranças. Proporcionam um espaço de inovação, de sedução, de fascínio, de magia e de êxtase. As festas rejeitam a incerteza, a carência, o medo, a precariedade, sem contradizer a realidade. Toda a festa, de caráter profano ou sagrado, possui a dinâmica de empreender uma complexa relação, envolvendo todos os espectadores, consumidores, produtores e atores; sua performance inebria e envolve a todos. A partir da reflexão de alguns autores, é possível alegar que as festas religiosas populares, são espaços que estabelecem novos costumes, novas regras e valores, criam-se novos hábitos que possui a condição de reconstituir e reinventar as tradições. Isso pode ser percebido durante a realização dos festejos de Santos Reis, onde os foliões notam que durante os festejos, que a sua comunidade se recria, se reencontra, se descobre, se reinventa, se revigora. A festa de Santos Reis se constitui num espaço favorável para a construção de identidades, de legitimação e construção de novos valores, essenciais para a vida social dos membros da comunidade.

Palavras-chave: festas religiosas populares; folia de Reis; tradições; identidade.

Introdução

As festas religiosas populares é um fenômeno cultural valioso para a humanidade. Atualmente elas têm sido redescobertas como objeto de estudo científico por diversas áreas do conhecimento. As festas transcendem sua forma evidente e revela crenças e vivências delimitadas por um determinado período, além de revelar identidades de uma coletividade.

A festa é um momento de celebrar a vida, ela rompe com a regularidade da monotonia do habitual, permitindo aos indivíduos experimentarem novas emoções e afetos. Por um momento, o tempo dos relógios é interrompido, os festeiros vivenciam o tempo mítico infinito e da manifestação do sagrado, permitindo a reconciliação entre todos que comungam o momento festivo. Assim, as festas de modo geral expõem a essência fraterna comunitária, colaborando com o fortalecimento da fé, servindo como nutriente das manifestações religiosas e na perpetuação das tradições.

Festa é, por conseguinte, realização, construção, sacrifício, permuta, dádiva, sintonização; consiste em existência, em vivência, em partilha com semelhantes. A festa é uma caixa de memórias; nela, a história é revivida e projetada para o futuro; é assegurada a manutenção das tradições, dos atos iniciáticos que ordenam as regras das comunidades, os elos reguladores das culturas (KODAMA, 2009: 81)

As festas instituem um espaço que minimizam as distâncias entre os indivíduos da sociedade; geram entusiasmo entre os festeiros e contribuem na transgressão das normas sociais impostas na vida cotidiana. Elas fortalecem e revigoram seus componentes das angústias vividas no dia a dia; além de trazerem uma áurea de sossego, e de libertação das tensões e preocupações da vida rotineira.

No decorrer da festa tudo é possível, pois, ela é um ambiente onde tudo é exequível, e propício a novas experiências, convivências, novos afetos, novas relações. Ela pode suprir ou

não as expectativas nela creditada. A festa é um fenômeno libertador das carências individuais ou coletivas. É por meio dela que as expectativas, os desejos, os sonhos, as necessidades e aspirações são consolidadas, e o entusiasmo e a empolgação são experimentados de forma pessoal por cada componente do evento festivo. Nessa direção Kodama (2009: 86) afirma que é nesse frenesi que a festa é instigada em cada pessoa e na sociedade. Como resultado, a ordem social é momentaneamente rompida e o tempo estagnado ou investido; não importa se ela é sagrada ou profana. Nas palavras de Durkheim (1978: 547-548):

Toda festa mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso [...] Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital etc. Enfatiza-se freqüentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. Existem igualmente cerimônias religiosas que determinam como necessidade violar as regras ordinariamente mais respeitadas. Não é certamente que não seja possível diferenciar as duas formas de atividade pública. O simples divertimento [...] não tem objeto sério, enquanto que, no seu conjunto, uma cerimônia ritual tem sempre uma finalidade grave. Mas é preciso observar que talvez não exista divertimento onde a vida séria não tenha qualquer eco. No fundo a diferença está mais na proporção desigual segundo a qual esses dois elementos estão combinados.

Vale ressaltar, segundo o autor, que as principais características de qualquer tipo de festa, seja sagrada ou profana, é a suplantação das distâncias entre os membros de um grupo social, responsável pela organização do evento festivo, é o cultivo de um estado de efervescência entre os integrantes da comunidade festiva, e a “transgressão” das normas sociais. No momento da diversão em grupo, da mesma maneira que acontece nos eventos religiosos, o indivíduo “submerge” e passa a ser controlado pelo coletivo. As crenças do grupo e as normas são reafirmadas, são elas que tornam possível a vida social; dessa maneira, o grupo se revigora constantemente e os indivíduos sociais são reafirmados na sua condição de seres sociais.

Festejos populares: configurações e influências

Desde a antiguidade as solenidades religiosas e as festas populares influenciavam todas as atividades da sociedade. Estas manifestações, já eram previstas e planejadas, como acontecimentos relevantes nessas comunidades. Assim, é possível perceber que a origem das festas é geralmente religiosa e estavam submetidas e ritmadas pelas atividades ligadas à natureza.

De acordo com Hackmann (2006: 869-870), desde os primórdios as sociedades buscaram honrar suas divindades através das festas religiosas. Pois, já reservavam em seus calendários, dias solenes para a realização desses festejos. Indivíduos de comunidades essencialmente agrícolas valiam-se, de seus deuses para obterem êxito em suas colheitas. Os agradecimentos às divindades pela fartura vinham em forma de grandes festejos nessas comunidades rurais. As festas religiosas ocorriam com regularidade para todas as divindades reconhecidas como protetoras dessas comunidades. O trabalho era suspenso, e todos deveriam comungar da alegria fraterna comunitária, dos jogos, dos cantos festivos, além da obrigação de privar-se de cometer o mal ao seu próximo.

A partir de 1990 surgiram importantes resultados de pesquisas sobre festas no Brasil, graças ao empenho de vários programas de pós-graduação ligados às universidades públicas no país. O foco das pesquisas estava direcionado em explorar o século XIX e também as mudanças ocorridas na passagem do período colonial brasileiro para o período republicano. A maioria dos pesquisadores buscava ressaltar a relevância das festas cívicas e religiosas, percebendo estas manifestações culturais benéficas à socialização, bem como enfatizavam em seus trabalhos a importância de resguardar as crenças e valores das culturas dos povos indígenas e africanos.

As festas como formas de expressões tão diversas, vêm atraindo na atualidade, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, de forma especial estudiosos das Ciências Sociais. Em geral, a Antropologia busca destacar a universalidade da festa, a Geografia empenha-se na elucidação das diferentes escalas espaciais, com fundamento em sua territorialização. E a Sociologia procura evidências nas interações sociais que ocorrem entre seus atores durante a ocorrência dos eventos festivos. É interessante notar, que os conceitos elaborados têm oferecido relevantes contribuições para o conhecimento desses importantes festejos populares.

Todavia, é necessário perceber a pluralidade de sentidos que abrange tais manifestações, não devem ser vistas simplesmente como fenômeno universal social, expressão de uma coletividade ou apenas analisar sua estrutura posicionada em um território demarcado.

De acordo com as pesquisas de Léa F. Perez, a festa consente que trafeguemos por territórios pertencentes à vida de uma coletividade, e que ela pode revelar a complexidade da estrutura organizacional, e as singularidades dessa sociedade.

O estudo da festa permite que transitemos por territórios da vida coletiva que, dado seu caráter *extra-ordinário*, *extralógico* e *extra-temporal*, revelam toda a complexidade do fato societal, uma vez que a festa "faz entrar a sociedade em uma relação consigo própria diferente daquela de 'todos os dias'. Para a infirmar ou para a confirmar, para a fazer existir num duplo que poderá ser ela própria ou outra, ela própria e outra" (SANCHIS, 1983: 36).

A festa possibilita, assim, que visualizemos, sob um outro ângulo, o espetáculo plurívoco do elo societal, sobretudo no que tange à acentuação do

afetivo e do sensível. O estudo da festa permite redimensionar essa discussão na medida em que, sendo um "fenômeno vindo do fundo da tradição", e que, em relação à contemporaneidade mais imediata, possa parecer alguma forma de arcaísmo, de sobrevivência, de nostalgia, ou até mesmo de atraso, é, no entanto, vivida, por aqueles que dela participam, como explosão de vida, como revigoração e, portanto, como uma espécie de renascimento, pleno de atualidade, de inovação, de ruptura. Para quem participa dela, a festa não tem idade, é sempre atual. [...] A festa não é um mero produto da vida social, muito menos um simples fator de reprodução da ordem estabelecida pela via da inversão. Tal como o princípio de reciprocidade, não custa repetir mais uma vez, a festa é o ato mesmo de produção da vida. E viva a festa! (PEREZ, 2003: 16).

Dessa maneira, a partir dessa interpretação é possível alegar que através de uma análise cuidadosa de uma manifestação festiva, em uma determinada sociedade, podem-se obter excelentes resultados sobre suas formas de convivência e particularidades dessa coletividade.

As manifestações festivas acentuam a relação afetiva e a sensibilidade entre as pessoas da comunidade; elas revigoram o entusiasmo, provocam rupturas e estimulam inovações. Não importa a idade dos indivíduos integrantes de uma festa, ela acolhe a todos, contagia, alegra e provoca afetividade entre os participantes.

De modo geral, a principal função da festa é de restauração e revigoração da energia de seus componentes, pois, elas interrompem a rotina dos indivíduos sociais, para que elas vivam outro momento: o tempo festivo. Elas são ações da sociedade e estão inseridas no cotidiano das pessoas, nascem como uma obrigação de suspender provisoriamente as atividades corriqueiras, não acontece de maneira aleatória, são planejadas; a comunidade se envolve em sua organização e administração. Tudo na festa é gestado para prover as necessidades dos indivíduos que dela fazem parte: solidariedade, comunicação, símbolos, materiais, músicas, danças, dentre outras.

É possível afirmar que a festa é o reflexo da realidade cultural, social, econômica e política de uma comunidade; ela é um episódio que pode contribuir com a compreensão das relações das pessoas entre si de uma sociedade, além de estabelecer conexão com o mundo que as cerca. Nessa conjuntura a festa cria espaço para ser debatida e avaliada por diferentes áreas do conhecimento na atualidade.

A festa possui a capacidade de refutar ou reiterar a vida social de seus partícipes; ela é capaz de construir ou destruir utopias; além de também erigir um discurso social, sem abdicar seu estilo alegre e devasso. Assim, ela concilia aspectos que lhe são inerentes: rompe com o habitual, mas mantém-se conectado a ele. Nessa direção Oliveira (2007: 23) afirma que a festa "aparenta prazer e desordem; mas contém uma natureza ritual. Isto é, são demonstrações de fé coletiva". Ela é impreterivelmente desordem, pois, interdita os empecilhos cotidianos, mas, não

constitui basicamente, supressão integral de ordem, em razão de determinar na maioria das vezes regras a serem seguidas.

Com relação à complexidade da festa e a confusão entre os pesquisadores sobre um conceito Leonel (2010: 36) afirma:

Ora sendo vistas como mero divertimento, ora como excentricidades da vida social, ou mesmo como sobrevivência de certos arcaísmos tradicionais, as festas, com sua desordem, confusão, indefinição de fronteiras, sempre trouxeram aos estudiosos da sociedade e da cultura certo atordoamento, por não saberem eles como tratá-las e abordá-las. Por isso mesmo as festas permaneceram, por muito tempo, quase que exclusivamente como objeto de estudo de folcloristas e memorialistas. No entanto, pode-se dizer que vem ocorrendo uma grande multiplicação de trabalhos científicos que tomam tais fenômenos como objeto de estudo. Concomitante à tomada das festas como objeto de estudo pelas ciências sociais ocorreu um quadro de mudança substancial nas suas formas de abordagem: sua análise se politizou, colocando-se tais manifestações como formas fundamentais de sociabilidade e palco do desenrolar de conflitos e de tensões sociais.

Nessa visão, é importante compreender os festejos muito além de seus aspectos explícitos. As manifestações festivas geram vínculos sociais, essenciais para os indivíduos que instituem a sociedade. Elas estabelecem um campo inesgotável para se analisar as sociedades em suas agitações ou transgressões, em suas continuidades e descontinuidades, oscilações, ou por transições assinaladas por pequenas ou grandes interrupções.

De acordo com o antropólogo Brandão (1989), as festas estão intimamente ligadas às únicas, raras e repetidas situações da vida. Tais comemorações são realçadas pelas comunidades em menor ou maior grau de importância, dependendo dos motivos de sua ocorrência. Em cidades de porte médio e grande, as festas cívicas, as solenidades de aniversário da cidade, as comemorações históricas, as festas profanas são de grande relevância; nas cidades menores do interior, como os povoados e regiões rurais, as festas religiosas se destacam, elas são consideradas mais importantes para essas populações. Geralmente a festa principal é do santo padroeiro local.

É interessante enfatizar que nenhuma festa religiosa abstém-se de sua característica profana. “Nem sempre é fácil separar, nestes momentos de fé e festa, o sagrado do profano, a diversão da devoção, a celebração religiosa da comemoração da memória” (BRANDÃO, 2009: 127). O sagrado e o profano se imbricam numa configuração dinâmica e mutável, durante todo o desenrolar do evento festivo, em qualquer espaço em que ele ocorra. Durante a festa o passado e o presente se interligam, tornando-os presentes na manifestação festiva.

No contexto brasileiro as festas religiosas estão presentes desde o período colonial, no início da colonização, ligadas às práticas religiosas do catolicismo ou inúmeras outras

relacionadas às culturas dos povos nativos. Considerando que os indígenas dispunham de inúmeras festividades ligadas às suas crenças.

Os festejos se configuram no território brasileiro como extraordinários instrumentos de intervenção na sociedade, não importando seu caráter sagrado ou profano. Nas palavras de Leonel (2010: 39), abordar o assunto sobre as manifestações festivas e religiosas no território brasileiro, requer o entendimento da “profunda multiplicidade” e abundância de suas práticas e formas de organização.

No Brasil Colônia, as missões dos padres jesuítas utilizavam diversos instrumentos considerados eficazes na evangelização dos povos nativos, tais como as músicas, o teatro e as danças; apesar de enfrentarem resistências, os missionários encontraram êxito na maioria das regiões brasileiras. O uso dessas práticas popularizou-se e disseminou-se nas pequenas comunidades, e eram usadas até na ausência dos missionários. Estas marcas da evangelização jesuítica estão presentes na cultura brasileira na atualidade. As homenagens aos santos populares, em forma de celebrações e festas religiosas, a exemplo da festa do Divino Espírito Santo e a Folia de Santos Reis, as festas juninas de São Pedro, São João e Santo Antônio, dentre outras centenas de festas religiosas, estão presentes na maioria dos calendários oficiais dos municípios brasileiros.

É importante ressaltar que no período colonial, o estado português e a Igreja estabeleceram entre ambos um pacto, com o propósito de usar os festejos religiosos como instrumento na consolidação do poder dessas instituições. A Igreja se valia de seu prestígio social, para monopolizar boa parte das festas populares religiosas da colônia, com total apoio do governo português. As festas religiosas, as celebrações de santos, e principalmente os festejos da coroa eram realizadas de forma solene e magnífica.

O rei e a religião, numa aliança colonizadora, estendiam seu manto protetor e repressor sobre as comunidades, manto este que apenas por ocasião das festividades coloria-se com exuberância. Sob a batuta do Estado Moderno, essas festividades passam a ser expressão de uma cultura dirigida, conservadora e, no caso do Brasil Colônia, urbana. O barroco, por sua vez, forjou um conjunto de instrumentos articulados para preservar o sistema absolutista, tendo nas festas um dos exemplos mais espetaculares e persuasivos (DEL PRIORE, 2000: 15).

Del Priore afirma que ambas as instituições, se uniram com o objetivo de adquirir proveitos particulares. Apesar de essa parceria ser avaliada como ilegal por muitos críticos, ela alcançou êxito e firmou-se no decorrer do período colonial e imperial e colaborou na consolidação das estruturas de nossa história sociocultural.

Sem dúvida o catolicismo foi o instrumento mais eficiente de organização e controle social, no decorrer do processo colonizador português no Brasil Colonial. Ele fortaleceu e

concretizou a união entre Estado e Igreja, perdurando até a Proclamação da República brasileira. A partir de 1889, com a Constituição Republicana, foi decretado à extinção do padroado⁴².

Os sacramentos e a moral católica, as regras religiosas, e particularmente as festas em homenagem aos santos devocionais, inspiravam e conduziam a vida dos fiéis no período colonial e imperial. A Ordem dos Jesuítas obteve a exclusividade do monopólio educacional no Brasil, durante três séculos. As cidades se formavam sobre a sombra de uma cruz da igreja ou uma capela local, geralmente localizado no centro da comunidade; e não raramente a religião, influenciava na escolha do nome da cidade.

De acordo com Perez (2000: 10) a religião ocupava o centro de todas as decisões tomadas pela sociedade brasileira no decorrer do período colonial e imperial; os temas essenciais eram abordados no recinto da igreja, “à sombra da cruz, criava-se a solidariedade comunal. O Brasil se construía. A igreja era o espaço dos mexericos e da difusão de notícias”. Geralmente durante ou após as celebrações eucarísticas, ou em seguida nas sacristias, os fiéis se inteiravam das novidades, dos negócios, das traições, dos óbitos, dos matrimônios, dos fatos políticos, de suas colheitas, além de planejarem suas tramas.

Os festejos religiosos populares e as procissões são as atividades que mais envolveram a comunidade urbana e rural durante os três primeiros séculos, até meados do século XIX da história brasileira. Sem dúvida essas atividades, movimentaram as pessoas das cidades e criaram um espaço de solidariedade, de pertencimento e de aproximação entre as populações.

Dessa forma se configuram os festejos populares no contexto brasileiro, desde o início de sua colonização. O ambiente de sociabilidade, para a maioria da população, se desenvolvia afastado do âmbito domiciliar, pois, as interações sociais entre indivíduos de diferentes regiões, eram oportunizadas principalmente nos ambientes das festas religiosas.

Folia de Reis: uma festa popular

A crença na vinda de um mensageiro de boas novas está relacionada a diversas culturas e mitos. A cultura cristã dos países ibéricos revela-se, sobretudo, na festa da Epifania⁴³ e no

⁴² Nome que designa o conjunto de favorecimentos concedidos pela Santa Sé aos reis de Espanha e Portugal. Tais privilégios também foram concedidos aos imperadores do Brasil. Refere-se a um instrumento jurídico particularmente medieval que viabilizava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, de maneira especial nos aspectos financeiros, administrativos e jurídicos.
Fonte: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm. Acesso em 04 de junho de 2018.

⁴³ De acordo com o Catecismo católico (nº 528): A Epifania é a manifestação de Jesus como Messias Israel, Filho de Deus e Salvador do mundo. (Catecismo da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes, 1997).

ciclo natalino; contudo, ao observarmos os estudos de Ferreira (2000) é possível perceber a vinculação da origem desta crença, aos cultos das festas pagãs anterior ao surgimento e difusão do Cristianismo.

A festa de Santos Reis é uma manifestação popular que comemora a visita dos magos ao Deus Menino (considerado pelos cristãos o Salvador da humanidade), nascido na gruta de Belém. Encontramos no evangelho de Mateus, 2, 1-23, a narrativa deste episódio: “Tendo nascido, pois, Jesus em Belém de Judá, em tempo do rei Herodes, eis que vieram do Oriente uns magos a Jerusalém, dizendo: Onde está o rei dos judeus, que é nascido? Porque nós vimos no Oriente a sua estrela: e viemos adorá-lo”.

Os foliões da Folia de Santos Reis inspiram-se nesses versículos, para empreenderem junto aos Santos, uma jornada que inicia no dia 1º de janeiro e encerra com a uma grande comemoração no dia seis de janeiro, data da celebração de Santos Reis. No calendário litúrgico da Igreja Católica, essa data figura a festa da Epifania do Senhor, ou da manifestação de Cristo no mundo. Apesar de não serem reconhecimentos e não fazerem parte do grupo de santos canonizados pela Igreja Católica, os devotos dos Reis Magos os consideram; milhares de fiéis testemunham inúmeros milagres, bênçãos e curas recebidas dos santos.

As festas e as folias em homenagem aos Santos Reis, realizadas em todo território brasileiro, são manifestações populares que evidenciam a religiosidade dessa gente. É preciso percebê-las como ação coletiva das comunidades que as promovem, em razão, de possuírem um importantíssimo papel de integrar pessoas em seus grupos sociais. Essas festas religiosas atuam como promotoras e mantenedoras da solidariedade, além disso, são geradoras de identidade individual e coletiva, e concedem visibilidade às pessoas que exercem funções nos festejos da comunidade.

A folia de Reis por meio de suas representações teatrais, com suas danças e cantos, cooperam na ativação das lembranças, das emoções e da memória dos indivíduos do grupo de foliões. Os símbolos empregados na folia e nos festejos são significativos; elementos que colaboram na promoção de valores, na produção da memória e da identidade do grupo.

É importante ressaltar, que fazer parte de uma companhia de Santos Reis como um folião é antes de qualquer coisa fazer parte de uma missão, é um ato de fé e devoção, pois, a folia é muito mais que uma simples representação. O sentido essencial dessa prática é o místico, é o sentido devocional; compreendido por todos aqueles que participam dos giros da folia de Reis. O sentido religioso difere de um simples festejo comum e registra sua forma dinâmica e peculiar, consentindo que essa manifestação cultural popular, sobreviva nos dias atuais, apesar

de sofrer fortes influências regionais, e das ações impostas pela mídia e pelo mercado globalizado. Sem dúvida tudo isso cooperou para que no decorrer do tempo, as folias de Reis submetessem a diversas alterações em suas atividades, o que pode ser percebida nas manifestações em todo o Brasil. Um exemplo é a folia de Reis do município de Porangatu no estado de Goiás, quando no começo de sua jornada nos anos de 1960 a 1980, os foliões trafegavam em cavalos e carroças, além dos carros conduzidos por bois; nos dias atuais, usam um ônibus custeado pela prefeitura e carros particulares, para o transporte na zona rural e urbana, durante todo o período dos giros da folia e na festa de encerramento dia 06 de janeiro (dia de Santos Reis).

As festas de encerramento dos “giros” da folia de Reis, na maioria dos estados do Brasil, costumam ser movimentadas por muitos curiosos, devotos e foliões. Os almoços, lanches e os jantares, costumam ser abundantes; além dos foliões e da família anfitriã do cortejo, todos podem degustar dos pratos servidos. Com esse gesto de solidariedade, os foliões e a família demonstram gratidão aos Santos Reis pelas inúmeras graças recebidas. Há uma relação estreita entre abundância de bênçãos recebidas, com a abundância de comidas e bebidas nos festejos.

Nessa direção, Brandão observando a Folia de Mossâmedes no Estado de Goiás, alega que “todos podem participar da folia. Em momento algum há convites formais e qualquer morador pode comparecer, a qualquer pouso, ou mesmo na festa” (BRANDÃO, 2004: 394). Essa mesma tradição, de não restringir a participação do povo é percebida em todo o contexto brasileiro, durante a realização dos giros e dos festejos das folias. Pois declaram que o Menino Jesus veio com a missão de Salvador da humanidade, portanto, todos devem adorá-lo assim como fizeram os Reis Magos.

Portanto, a folia de Reis é uma prática de caráter religiosa e coletiva, onde os rituais utilizados durante a sua realização possuem a capacidade de colocar em destaque a solidariedade mútua entre todos os integrantes do grupo. Isso fica evidente no pronunciamento e nas ações do líder e dos foliões. A organização da estrutura da festa de Santos Reis é planejada cuidadosamente, envolvendo toda a comunidade de devotos, o espírito solidário é sedutor, e o resultado independente de apoio público ou da Igreja Católica. Simplesmente a festa acontece.

A festa em homenagem aos Santos Reis, realizada pelos foliões em todo o país, consegue congrega fé, saberes, memórias, identidades, rituais; dentre outras atribuições, tais expressões não podem ser restringidas apenas às questões abordadas neste artigo. Ela é instigante e contagiante, movimentada por sensações, emoções e símbolos significantes para os devotos, e para a historiografia, sua importância como legado cultural se converte em Patrimônio Cultural Imaterial.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. **Tradução dos originais** (Centro Bíblico Católico). 112 ed. São Paulo: Ave Maria, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

_____. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 2004, 412 p.: il.

_____. **Prece e benção: espiritualidades religiosas no Brasil**. Aparecida, SP: Santuário, 2009. (Coleção Cultura e Religião).

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Os antigos rituais agrários itálicos e suas manifestações na atualidade**. Comunicação e política. São Paulo: CEBELA, v. 7, nº 1, nova série, jan - abr, 2000.

HACKMAMANN, Geraldo Luiz Borges. **O sentido das festas religiosas**. Teocomunicação, Porto Alegre v. 36, p. 867-883, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/1766/1299>. Acesso em 15 de junho de 2018.

KODAMA, K. M. R. O. **Iconografia como Processo Comunicacional da Folia de Reis: O avatar das culturas subalternas**. 2009. 229 p. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2009.

LEONEL, Guilherme Guimarães. Festa e sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, p. 35-57, out. 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2010v11n15p35/2412>>. Acesso em: 16 de junho 2018.

PEREZ, Léa F. Breves notas sobre a religiosidade brasileira. Brasil 500 anos, Belo Horizonte, p. 40-58 jun. 2000. Disponível em: < <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a8-lfreitas.pdf> >. Acesso em 30 de junho de 2018.

_____. **Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo**. Espaço virtual da internet: comunidade virtual de antropologia. 2003 (textos publicados). Disponível em: < <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a12-lfreitas.pdf> >. Acesso em 02 de junho de 2018.

AS DERROTAS DE KONDRATIEFF

Antônio Gonçalves Rocha Júnior⁴⁴

RESUMO: Neste capítulo discutiremos sobre uma importante luta política e teórica ocorrida no curso dos anos iniciais da Revolução Russa, década de 1920, que teve como uma importante personagem o economista Nicolai Dimitrievitch Kondratieff. Cabe-nos, na presente exposição, compreender os motivos que o levaram à derrota teórica e política, ao completo esquecimento do seu nome na União Soviética e entre a maior parte dos economistas marxistas ocidentais. Mesmo com a defesa de Schumpeter (1939) e a sua retomada no pensamento marxista durante a década de 1960 com Ernest Mandel (1982), a aceitação de suas teses não são unânimes até hoje, com a permanência de várias críticas sobre os seus limites (Garvy, 1979), (Day, 1979), (Bosserele, 1994). Kondratiev teve o seu nome ligado à teoria dos ciclos econômicos longos. Porém, as suas pesquisas não se limitaram apenas a esse âmbito, tendo se dedicado também à questão agrária russa, principal motivo de se tornar um renegado da Revolução de Outubro. Analisaremos os motivos da sua derrota teórica e política, sendo a primeira relacionada com a não comprovação da existência dos Ciclos Econômicos Longos e a segunda com a colisão com a industrialização intensiva e a sua defesa do gradualismo na coletivização agrícola.

Palavras-chave: Kondratiev; Ciclos Econômicos Longos; Revolução Russa.

1. Da infância à formação acadêmica e política

As origens de Kondratiev aproximaram-no da questão camponesa russa. Ele nasceu no dia 4 de março de 1892, no final do governo conservador do czar Alexandre III, em Galonievskaja, um pequeno aglomerado populacional na região de Kostroma, que também dá nome a uma importante cidade localizada na beira do rio Volga e a cerca de 300 quilômetros de Moscou. Os seus pais possuíam origem Komi, da etnia Urali, povo do norte da Rússia. A sua família era camponesa e ele o mais velho entre dez irmãos. Talvez sejam essas raízes rurais que o marcarão posteriormente e o farão ser reconhecido como um dos grandes estudiosos da questão agrária russa.

Apesar das limitações na prestação de serviços sociais básicos na maior parte das vilas do interior da Rússia, Kondratiev foi escolarizado em seu próprio distrito. O seu percurso educacional é bastante interessante. Recebeu toda a sua instrução formal na escola da sua vila, mas em 1911, provavelmente com 18 ou 19 anos de idade, foi admitido na Faculdade de Direito de São Petersburgo. Nesse espaço acadêmico, em que lecionavam destacados intelectuais russos, Kondratiev participou ativamente de alguns prestigiados cursos na universidade, como o do economista Sviatlovski, do jurista Petrajitski, do economista Sviatlovski, do historiador Kovalevski, de Lappo-Danilevski e do economista Tugan-Baranovski, de cujos cursos e

⁴⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do professor doutor João Alberto da Costa Pinto.

seminários Kondratiev participou. A relação entre as teorias dos dois economistas sobre as crises econômicas é algo evidente, apesar da influência evidente de Lappo-Danilevski e Kovalevski para a elaboração do seu método (Kondratieff, 2014).

Em 1915, em meio à Guerra Mundial, provavelmente com 22 ou 23 anos de idade, Kondratiev concluiu a universidade com a monografia intitulada *O desenvolvimento econômico do Zemstvo de Kinechma da Província de Kostroma*. Como esse estudo foi muito bem recebido no meio universitário de São Petersburgo, Kondratiev também foi convidado a colaborar na área de economia política da universidade.

Em consonância com os seus estudos acadêmicos, em 1916, com 23 ou 24 anos de idade, também se tornou responsável pelo departamento de estatísticas econômicas da União dos Zemstvos de Petrogrado. Segundo Eric R. Wolf (1984), os zemstvos haviam sido criados como uma oposição à centralização do czar Alexandre III. Eram encarregados da administração local e foram idealizados com o suposto objetivo de dar voz aos camponeses. Porém, essa voz nunca foi dada, pois o governo czarista criou uma série de mecanismos burocráticos para impedir as discussões políticas mais amplas.

A sua vinculação com a questão camponesa é também indicada pela sua filiação política. Desconhecemos a participação política de Kondratiev durante a sua formação universitária. Porém, na época da Revolução de Fevereiro era um militante do Partido Socialista Revolucionário, ocupando neste um destacado papel em sua burocracia, particularmente nas questões vinculadas à estrutura agrária. Isso não é algo irrelevante no seio desse partido, cuja principal questão programática era a mudança na estrutura agrária russa, como principal porta-voz do campesinato até a Revolução de Outubro de 1917. Essa força junto ao campesinato só foi perdida quando o Partido Socialista Revolucionário não conseguiu cumprir o seu programa em sua deplorável participação no Governo Provisório.

Como militante do Partido Socialista Revolucionário, Kondratiev defendia uma reforma agrária que suprimisse a propriedade privada e a terra fosse apropriada pelo trabalhador. Também defendia que as cooperativas de trabalhadores deveriam ser constituídas por meio da adesão voluntária de seus membros e não impostas pelo Estado (FONTEVIELLE, 1992). Depois da Revolução de Fevereiro de 1917, participou da Comissão de Reforma Agrária junto com N. P. Makarov e A. V. Chayanov. Escreveu nesse período sobre "a questão agrária" nas publicações da Liga Interpartidária da Reforma Agrária. Participou, desde o seu início, da comissão para o abastecimento do Soviet de Deputados e Trabalhadores e foi empossado como vice-presidente do Comitê de Estado do Abastecimento. Em 5 de outubro de 1917, foi nomeado vice-ministro do Abastecimento, cargo que teve de abandonar com a eclosão da Revolução de

Outubro. Por esse fato e por suas convicções como membro do Partido Socialista Revolucionário, Kondratiev adotou uma postura crítica aos bolcheviques, inclusive publicando um texto intitulado *O caminho da fome*, em que caracteriza o acontecimento instaurador da Revolução de Outubro como um Golpe de Estado.

2. KONDRATIEFF, UM QUADRO TÉCNICO DO NOVO ESTADO

A obra produzida por Kondratiev entre o início de 1918 e o ano de 1921 foi marcada por dois momentos. Primeiro, ele se concentrou nas atividades acadêmicas e viveu um certo ostracismo social após a Revolução. Em um momento posterior, com as necessidades do ingresso de técnicos no aparelho de Estado, incorporou-se à burocracia, o que lhe possibilitou ter as condições necessárias para a realização de suas pesquisas científicas, principalmente no Instituto de Conjuntura.

Em época tão conturbada, da Guerra Civil (1918-1921), Kondratiev adotou um caminho diferente dos seus camaradas de partido. Não entrou em nenhuma conspiração contra os bolcheviques, apesar de se posicionar claramente contrário a eles. Viveu em um certo ostracismo político, dedicando-se às atividades acadêmicas, mas foi pouco a pouco adentrando na burocracia estatal bolchevique, particularmente por seus conhecimentos técnicos, e subindo paulatinamente na escala administrativa do Estado.

A partir de 1920, Kondratiev entrou em uma nova fase da sua vida, marcando-o definitivamente como um dos que apresentariam um caminho para a sociedade e economia soviética. A década de 1920 foi a época mais criativa do autor, passando a fazer parte dos pensadores do primeiro plano nas discussões sobre os rumos da economia soviética.

Em 1920, com cerca de 27 ou 28 anos, criou o Instituto de Conjuntura. Esse Instituto começou como um centro de pesquisas, mas acabou se transformando, dada a habilidade de Kondratiev, em um importante órgão estatal, chegando, em 1923, a tornar-se ligado ao Ministério das Finanças e contando com a participação de cerca de 51 respeitadores pesquisadores de várias áreas. Era objetivo do instituto analisar a conjuntura da Rússia e dos demais países. A respeitável equipe que Kondratiev montou passou a publicar o *Boletim Econômico do Instituto de Conjuntura* e a revista teórica *Problemas de Conjuntura*, que produzia estatísticas econômicas. O instituto é um marco na vida de Kondratiev e lhe permitiu sob a sua tutela formular a tese dos ciclos longos, à qual o seu nome está ligado.

Como resultado desse período do Comunismo de Guerra (1918-1921), temos um período de grande questionamento da política bolchevique e da própria revolução. A destruição da economia, com o conflito prolongado, levou a graves consequências, ameaçando a existência

do recém-criado poder bolchevique. A apropriação dos excedentes camponeses para manter o exército e os operários urbanos quase levou ao fim da aliança entre operários e camponeses. A Rússia vivia um verdadeiro caos, agravado pelos desastres naturais, que resultaram em má colheita. A guerra civil havia destruído a indústria, o sistema de transporte. A crônica escassez de combustível, entre outros fatores, demonstrava como essa situação era caótica.

Além de revoltas abertas contra o poder bolchevique, surgiu também uma oposição no interior do partido, que pretendia mudanças na forma de gestão realizada durante o Comunismo de Guerra. Após a Revolução de Outubro, inúmeras fábricas passaram a ser geridas por conselhos operários, que pretendiam fazer uma gestão autônoma da produção, sem o rígido controle estatal. Disso resultaram debates sobre os sindicatos (TRAGTENBERG, 2007), cujo conteúdo geral era a forma de gestão da economia: ela se daria de modo espontâneo, considerando os interesses individualizados das fábricas, ou de maneira centralizada e estatizada? A vitória foi do segundo modelo, o que levou em 1921, com os retrocessos evidentes do Comunismo de Guerra e o fim do próprio conflito, a um segundo debate: abolir-se-iam as leis do mercado, ou se toleraria e estimularia o mercado para a reconstrução da economia nacional? Todas essas discussões precederam a criação da Nova Política Econômica (NEP).

Esses aspectos de crise do Comunismo de Guerra conduziram aos grandes debates entre 1920 e 1921, resolvidos no X Congresso, que ocorreu em março de 1921. Basicamente, surgiram três posicionamentos políticos. De sua parte, Trotsky defendia a militarização dos sindicatos e do trabalho, além da intensificação da industrialização e coletivização das terras. Lenin, por sua vez, defendia a estatização dos sindicatos, mas como escola de comunismo, além das teses centrais que nortearam a NEP. Já a Oposição Operária defendia a autonomia dos trabalhadores por meio dos sindicatos, o que exigia a criação de um novo órgão central de planejamento a ser realizado pelos sindicatos, além da administração das fábricas pelos sindicatos e pelos comitês de fábrica.

A maior parte dos presentes no X Congresso aprovou as teses leninistas, tanto na questão dos sindicatos como no estabelecimento de uma Nova Política Econômica (NEP). Com base na proposta de Lênin, que justificava esse recuo como momentâneo em direção ao socialismo, era necessário reconstruir a economia devastada pela guerra com elementos do mercado capitalista. Mais tarde essa concepção foi sintetizada no importante livro de Lênin intitulado *Imposto em espécie*, publicado em maio de 1922.

Nesse contexto de reconstrução nacional, o partido passou a aceitar o ingresso de inúmeros especialistas não filiados em importantes órgãos estatais. Graças aos seus conhecimentos técnicos e às ações desenvolvidas no Instituto de Conjuntura, Kondratiev passou

a colaborar cada vez mais estreitamente para o Novo Estado. A confiança do Partido cada vez maior nos técnicos e não nos trabalhadores era vista de maneira crítica pela Oposição Operária. Alguns teóricos afirmam que tal fenômeno permitiu o ingresso de inúmeros quadros técnicos da antiga burocracia czarista, o que acarretou o processo de burocratização do Estado. A respeito disso afirma Davies (1986, p. 87):

O partido tinha muita confiança nos “especialistas não inscritos” e, particularmente, nos dois grupos de pontos de vista conflitantes: os economistas ex-mencheviques, como V. G. Groman, no GOSPLAN, e A. M. Ginzburg, no VESENKHA, e os economistas ex-socialistas revolucionários, como N. D. Kondratiev, assessor tanto do Commissariado para a Agricultura quanto do Commissariado para as Finanças.

Kondratiev trabalhou como assessor no Commissariado para a Agricultura e no Commissariado para as Finanças, o que o colocava em importantes atividades para a própria existência do Novo Estado. Da mesma forma, o economista começou a contribuir com o Conselho Superior da Economia Nacional – VESENKA – e com o Comitê Central de Planejamento – GOSPLAN. Vale assinalar que o VESENKA foi um órgão fundado em dezembro de 1917 com o objetivo de realizar o planejamento econômico, tendo sido fundamental durante todo o período do Comunismo de Guerra. Já o GOSPLAN foi criado em fevereiro de 1921 com o intuito de fazer um plano global para a economia e seus vários setores e contribuir para a reconstrução econômica do país devastado.

Diante de uma economia devastada pela Guerra Mundial e a Guerra Civil, foi tomando força a necessidade de sua recuperação. Para tanto, estimularam-se elementos capitalistas, indo um passo atrás para avançar à frente. Foram essas condições que deram nascimento à Nova Política Econômica (NEP) e ao fortalecimento dos técnicos nos meios burocráticos.

O Vesenka e o Gosplan vão determinar o curso do pensamento de Kondratiev. E é a partir da perspectiva institucional que ele ocupa nesses órgãos que passa a enxergar a economia como um todo e a buscar, por meio da estatística, fundamentar a sua tese sobre a dinâmica da economia mundial.

Mesmo com esse difícil contexto no cenário russo, Kondratiev manteve a sua produtividade teórica e publicou importantes obras no início da década de 1920, continuando, principalmente, os seus estudos agrários. As obras intituladas *A produção e comercialização de sementes oleaginosas no interesse da economia camponesa* (1921); *O mercado de cereais e a regulação durante a Guerra e a Revolução* (1922) e *O mercado mundial de cereais e as perspectivas para nossas exportações cerealíferas* (1923) vinculavam-se ao Conselho de Cooperação Agrícola Unificado.

A necessidade de técnicos no curso da guerra civil e o seu vínculo com os órgãos de planejamento econômico criaram as condições para que nos anos seguintes Kondratiev construísse a sua teoria econômica, como veremos a seguir.

Os anos que vão de 1922 a 1924 foram marcados pela descoberta da existência de ciclos econômicos longos na economia mundial, uma criação teórica original de Kondratiev. Essa descoberta foi apresentada inicialmente de maneira muito cautelosa, apenas como hipótese e no capítulo final de um trabalho exposto em 1922, tendo em vista a fragilidade de comprovação empírica de sua tese. Nos dois anos seguintes, dados os duros ataques dirigidos por importantes economistas do país contra a sua descoberta, Kondratiev teve de defender a sua hipótese contra a investida dos seus opositores.

Em 1922, Kondratiev publicou um dos seus mais importantes livros, em que procura explicar a crise de 1920-1921 e introduz o conceito de ciclos econômicos longos. Intitulado *A economia mundial e a conjuntura antes e depois da Guerra*, esse livro foi o resultado de suas pesquisas nos anos anteriores e representava a publicação dos resultados científicos obtidos desde que reduziu as suas atividades políticas à atividade teórica. Ele próprio afirma em uma nota de 1927 a seguinte consideração: “nos anos de 1919-21 cheguei à conclusão de que existiam ciclos longos. Formulei pela primeira vez minha tese geral – concisamente e sem análise – em meu trabalho *A Economia Mundial e sua conjuntura antes e depois da guerra*” (KONDRATIEV, 1979 [1927], p. 67).

A visão de Kondratiev sobre os ciclos econômicos de longa duração confrontava-se com o pensamento marxista russo de então, particularmente da Oposição de Esquerda, e será motivo de intensas polêmicas. As críticas ao economista foram políticas e metodológicas, e delas ele procurou se defender, o que o levou a um maior aprimoramento de sua tese.

Os debates em torno de sua tese fizeram emergir também uma grande polêmica sobre as crises e a dinâmica do capitalismo.

A tese de Kondratiev não foi bem recebida por nenhum grupo, seja da Oposição de Esquerda, como Ossinski e Trotsky, seja de teóricos oficiais, como Falkner.

Para a maioria dos marxistas russos, a crise do capitalismo e a sua queda eram um fato iminente. E mesmo aqueles que propugnavam mudanças táticas, como Trotsky, possuíam uma posição cautelosa sobre essa nova teoria e viam com reservas a posição do economista.

Os principais economistas que são expoentes do debate sobre a teoria da crise e que se confrontam com Kondratiev eram reconhecidos nos meios comunistas e estatais por terem

participado da Revolução. Já Kondratiev era um burocrata recém-ingresso na administração estatal.

A posição de Trotsky foi de crítica à tese de Kondratieff desde o início. Isso, no entanto, não significou que ele não estava pensando na questão das ondas longas. Isso pode ser confirmado no informe sobre a situação internacional ao III Congresso do COMITERN, redigido por ele, no qual tratava sobre a questão das ondas longas utilizando o conceito de Curva do Desenvolvimento Capitalista. Nesse documento ele constatou os ciclos de crise e prosperidade da economia mundial a partir de 1781, definindo e descrevendo como dezesseis ciclos de prosperidade e crise. Porém, Trotsky procurou distinguir as flutuações cíclicas do movimento da curva de desenvolvimento do capitalismo. Para ele, as flutuações cíclicas são aquelas conjunturais (auge, depressão e crise), e a Linha de Desenvolvimento um movimento de mais longo prazo, que direcionava a economia para a ascensão ou declínio. Por isso ele procura distinguir os períodos de desenvolvimento da economia do período de crises nessa curva evolutiva. De acordo com seu pensamento, nos períodos ascendentes da Curva, os ciclos são de prosperidade prolongada e crises curtas e leves; no ramo descendente da curva de desenvolvimento do capitalismo, os ciclos de prosperidade são mais curtos e as crises mais prolongadas e duras. Por um lado, Trotsky confrontou-se diretamente com a noção de um caráter cíclico da maneira como havia sido formulada por Kondratiev. Para isso expôs o conceito de Curva do Desenvolvimento do Capitalismo, procurando definir a dinâmica econômica de longo prazo.

Outro aspecto fortemente criticado por Trotsky refere-se ao caráter externo na formação dos ciclos econômicos longos. Para ele, a posição de Kondratiev rejeitava os aspectos externos na formação do ciclo econômico longo, ou seja, negava como aspectos essenciais a luta de classes, as guerras e as revoluções. Segundo Trotsky, mesmo pensando que os ciclos sejam responsáveis por tudo, eles não são fenômenos econômicos fundamentais, posto que se derivam sobretudo de uma relação subjetiva.

Em 1923, Trotsky publica o artigo intitulado "A curva do desenvolvimento capitalista", em que procura rebater as ideias esboçadas acima acerca da tese de Kondratiev, e seu posicionamento gerou uma querela interpretativa entre estudiosos do pensamento de Kondratiev.

Para George Garvy (1979), Trotsky olhou o longo prazo e rejeitou a hipótese de Kondratiev. Já Ernst Mandel (1982), crítico dessa posição de Garvy, argumenta que Trotsky não rejeitou a teoria dos ciclos econômicos longos e se adiantou nas críticas posteriores que seriam realizadas contra Kondratiev. Afirma que Trotsky faz uma distinção fundamental: a de

que o desenvolvimento dos ciclos longos de acordo com os ciclos curtos é falsa e que os ciclos longos são explicados pela sua dinâmica interna e estudados a partir a curva de desenvolvimento do capitalismo.

Criticando Mandel e o seu esforço sistemático em tentar conciliar as teses dos dois autores, Richard B. Day (1979) defende posição oposta. Diz que, mesmo havendo pontos similares nas ideias de Kondratiev e Trotsky – como o reconhecimento da flutuação, a necessidade de estudar o equilíbrio e restauração do capitalismo, que era o objetivo político de Trotsky ao criticar os posicionamentos mecanicistas que defendiam o colapso imediato do capitalismo –, existia uma divergência central: Trotsky acreditava na recuperação do capitalismo nos anos seguintes, confirmadas a derrota política da classe operária e a recuperação da economia mundial. Seria um período de contrarrevolução. Já Kondratiev, analisa Day (1979), acreditava que, dentro da sua trajetória de ciclos longos, o período de prosperidade seria breve e a crise seria profunda, o que se confirmou em 1929. No fundo dessa diferença teórica entre os autores, aponta Day (1979), estava a questão de que Kondratiev considerava os ciclos longos como resultado dos ciclos curtos e Trotsky afirmava que não podia ser considerada nenhuma periodicidade reguladora dos ciclos longos, tendo em vista seu caráter subjetivo. Trotsky vai manter esse posicionamento até em 1926, quando afirma a importância do caráter subjetivo e do papel da Revolução Mundial.

É preciso enxergar a principal obra de Kondratiev, apresentada em 1923, com base nesse contexto político, ou seja, nas críticas que estavam sendo realizadas contra a sua hipótese formulada em sua tese de 1922. Em *Questões controversas da economia mundial e da crise*, ele tentou dar legitimidade a sua hipótese e combater os seus principais críticos. Em um primeiro momento, vai desconstruir a crítica de que sua teoria defende a eternidade do capitalismo. Acredita que a sua posição não visa eternizar o capitalismo e que os seus críticos, apesar de usarem conceitos supostamente marxistas, possuem uma visão da crise diferente da que é dada por Marx em sua obra *O capital*. Para isso, ele vai fazer a distinção entre os elementos reversíveis e irreversíveis da economia mundial, afirmando que irreversíveis são as etapas pelas quais atravessa a economia capitalista, entre o artesanato para o capital comercial, do capital industrial para o capital financeiro, e que reversíveis são os ciclos da conjuntura econômica. Com essa diferenciação, Kondratiev busca desqualificar os seus detratores, afirmando que o seu objeto é a conjuntura econômica e que não desconsidera o papel da luta de classes, porém, não são dados objetivos para a análise conjuntural da economia.

Depois de esclarecida essa questão, Kondratiev dedica-se a uma discussão mais profunda, sobre a natureza das crises no capitalismo. Para ele, Ossinski, Falkner e outros partem

de conceitos gerais das crises, estabelecendo apenas as suas consequências, sem jamais explicar como elas ocorrem. Segundo ele, a crise não é simplesmente resultado das contradições do capitalismo, isso é uma consequência lógica, ele quer saber o caminho e as causas concretas que determinaram a crise particular de 1920-1921. Para isso Kondratiev vai dizer que é necessário analisar a especificidade das crises, assinalando de fato o que levou à crise de 1920-1921, que possui características particulares.

Kondratiev aumentou o seu trabalho burocrático a serviço dos órgãos econômicos estatais. Acerca disso refere Alec Nove (1986, p. 119-120):

Naquele período, grande importância – embora erroneamente subestimada – tiveram os economistas profissionais. Pode-se dizer que estes homens (que em sua maioria não eram bolcheviques, mas gravitavam na área do marxismo ou o conheciam muito bem) foram os pioneiros da moderna teoria econômica do desenvolvimento. Entre estes encontravam-se, por exemplo, Bazarov, o já citado Iuroviski, Maslov, Groman, Bernstein-Kogan, Kondratiev, Feldman, Tchaianov. Não é possível desenvolver aqui um cuidadoso exame do pensamento deles, mas não podemos deixar de insistir em que, ao lado de outros teóricos hábeis e originais, eles debatiam, em um nível de altíssima sofisticação, questões tais como os ritmos da industrialização, os critérios de investimento em um contexto de oferta abundante de força de trabalho, custos e vantagens comparativas no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento, contraposição agricultura-indústria e indústria pesada-indústria leve, capacidade produtiva dos pequenos proprietários camponeses, “equilíbrio da economia nacional” (o antepassado das técnicas modernas de insumo-produto), modelos matemáticos de crescimento; e tudo isso num momento em que os economistas ocidentais não demonstravam nenhum interesse pelo crescimento e pelo desenvolvimento.

Em 1923 Kondratiev ainda escreveu uma série de estudos: "A marcha mundial dos cereais e as perspectivas de nossas exportações cerealíferas"; um artigo sobre Tugan-Baranovski, intitulado "Tugan-Baranovski M. I.", "Tratado essencial de uma visão científica do mundo"; "A depressão econômica mundial e a marcha dos capitais"; "A marcha mundial dos cereais"; "A queda relativa dos preços dos cereais e o seu significado"; "A ascensão dos preços"; "O problema das matérias-primas"; e "As condições de formação e do movimento dos preços em 1921-1922". O citado artigo sobre Tugan-Baranovski merece atenção, pois em um momento em que estava sendo acusado de reproduzir as teorias do autor, Kondratiev vai apresentar a sua especificidade em relação àquele que ele considera um mestre.

3. O conceito de ciclos econômicos longos

Nos anos de 1925 a 1927, Kondratiev teve um papel muito importante. Primeiro, por suas atividades de planejamento e programação, ajudando na formulação dos planos agrícolas,

mas também contribuindo para o planejamento dos investimentos e a expansão da indústria por meio do seu trabalho no Gosplan. Foi nesse período que ele fundamentou e apresentou a sua tese sobre os Ciclos Econômicos Longos. De 1925 a 1927, tudo contribuía para o seu sucesso.

O grande marco teórico do autor se deu no ano de 1925, quando publicou o seu mais importante estudo, intitulado *Grandes ciclos da conjuntura*, que foi complementado por estudos realizados: em 1926, *Sobre a questão dos ciclos longos da conjuntura*, e em 1928, *A dinâmica do preço dos produtos industriais e agrícolas*. Esses três trabalhos representam a síntese da contribuição de Kondratiev sobre a sua hipótese da existência dos ciclos econômicos longos.

A obra de 1925 é a mais sintética e considerada por muitos como a explicação mais resumida da sua teoria e por isso a fundamental. As outras duas obras são apenas complementares. A sua exposição sobre os ciclos econômicos longos de 1926 foi feita por meio de um artigo apresentado em uma palestra realizada em Moscou no Instituto de Conjuntura, com a presença de muitos dos seus principais críticos. Naquele artigo formulou e defendeu a sua tese, apesar das críticas de seus adversários e a rejeição dos sábios soviéticos. Nas duas exposições, a de 1926 e a de 1928, não apresentou material novo, apenas acrescentou alguns gráficos e estatísticas, mantendo sua tese central esboçada em 1925. O objetivo desses dois novos estudos era comprovar com mais dados estatísticos a sua teoria sobre as leis ou regras dos ciclos econômicos. Em resumo, conforme Garvy, esses três trabalhos de Kondratiev são as obras básicas para a compreensão de sua teoria sobre os ciclos econômicos longos.

Kondratiev encontrou muita dificuldade para fundamentar e comprovar a existência dos ciclos econômicos longos. Vale assinalar que na época os materiais estatísticos eram escassos e os dados referentes à economia mundial, superficiais. Com os dados estatísticos de que dispunha, Kondratiev, em busca de tratar sobre o movimento cíclico, afirmou que, apesar das irregularidades e dos desvios, a análise da média dos preços se mostrava como uma sucessão de ciclos longos. Assim, em 1925, depois de comparar todos os indicadores, conclui pela existência de vários ciclos longos, sendo dois ascendentes e um descendente. Identifica três ciclos: 1) o ciclo ascendente de 1789 a 1814, que teve a duração de 25 anos, e o descendente de 1814 a 1849, com 35 anos, sendo o circuito completo do movimento dos preços de cerca de 60 anos; 2) o ciclo ascendente de 1848 a 1873, que teve a duração de 24 anos, e o descendente de 1873 a 1896, de 23 anos, sendo o circuito completo do movimento dos preços de por volta de 47 anos; 3) o ciclo ascendente de 1896 a 1920, de 24 anos, e o descendente que começa a partir de 1920. Segundo o autor, essa é a comprovação de que existem no movimento dos preços três grandes ciclos médios de preços a partir do final da última década do século XVIII até aquela data e que estava se iniciando um novo ciclo de descenso.

Kondratiev continuou a afirmar em 1926 que a teoria econômica contemporânea só conhece os ciclos de sete a onze anos, mas que existem ciclos longos de quarenta e oito e cinquenta e cinco. Continuou na defesa de que os dados recolhidos e analisados da evolução econômica desde o século XVIII revelam três grandes ciclos e apresenta uma série de conclusões. A primeira e mais polêmica foi a de que esses ciclos não poderiam ser explicados por causas exógenas e aleatórias, e que se deveria buscar a resposta na particularidade do próprio capitalismo e em suas causas endógenas, ou seja, dentro do próprio sistema. Desse modo Kondratiev se colocava em oposição direta à maior parte do pensamento soviético, inclusive o de Trotsky com a sua Curva de Desenvolvimento do Capitalismo, que apresentamos anteriormente. Em resumo, Kondratiev defendia que os ciclos longos refletiam o movimento dos ciclos médios, levando ao seu caráter ascendente ou descendente. Por exemplo, nos períodos ascensionais dos ciclos longos, aparece uma série de fatores fundamentais, como o desenvolvimento tecnológico, que era precedido por novas descobertas e invenções, a incorporação de novos países no mercado mundial, mudanças na circulação do ouro e na circulação monetária. Também afirma que é durante esse período de ascensão que ocorre a maior parte das guerras e revoluções. Inclusive, apresenta vários fatos históricos que comprovam isso. E que período de descenso se dá o inverso, mas sempre era marcado por uma grave depressão agrícola.

A definição sintética da tese de Kondratiev é a seguinte: ocorrem complicações com a aceleração do ritmo da vida econômica nos ciclos médios industriais do capitalismo, provocando uma exacerbação das lutas sociais, das lutas pelos mercados e dos conflitos de políticas externas. Nesse processo, o ritmo da acumulação do capital e o processo de dispersão do capital disponível se fortalecem. O aumento da ação desses fatores reverte essa situação, sentida mais fortemente na indústria, e leva a uma grande depressão agrícola. O abrandamento do ritmo da vida econômica reforça a pesquisa científica e conduz aos aperfeiçoamentos técnicos, que renovam o processo de acumulação e reinversão do capital. Todas essas condições são necessárias à nova fase de crescimento de um grande ciclo ou reproduzem mais um novo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

É assombrosa a perspectiva quase profética de Kondratiev. Ele conseguiu, por meio de dados estatísticos, evidenciar o movimento dos ciclos longos e previu as condições para uma nova crise do capitalismo nos anos seguintes. Ele estava falando tudo isso ainda no ano de 1925, quando a maior parte dos financistas e teóricos da economia acadêmica ignoravam as crises, ainda trabalhando com as concepções estáticas e acreditando na prosperidade constante de um mercado autorregulador, conforme os fundamentos da Lei de Say e a Teoria do Equilíbrio

Geral. Assim, antecipou com sua pesquisa a grande crise que avizinhava a economia mundial e que de fato foi comprovada com o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929. Esse erro também abateu o movimento comunista internacional, que havia, inclusive, modificado a orientação da Internacional Comunista, conforme demonstramos com o relatório de Trotsky ao III Congresso.

Para Kondratiev, o exame da economia capitalista conduz a algumas conclusões importantes para o desenvolvimento social e econômico. Diz ele que as ondas longas se dão no mesmo processo dinâmico, complexo, em que se desenvolvem os ciclos médios da economia capitalista, com as fases principais de prosperidade e depressão. Refere que durante a fase descendente dos ciclos longos, a agricultura pode experimentar uma depressão muito grande e que durante o descenso dos ciclos longos se dão muitos descobrimentos e novas invenções técnicas. Além disso, assinala que durante o período inicial ascendente pode aumentar a exploração do ouro ou a ampliação do mercado internacional, como a incorporação de novos países, inclusive coloniais. Por fim, que na fase ascendente ocorre uma alta tensão no crescimento da vida econômica e acontece a maioria das guerras e revoluções. Segundo Garvy (1942), a teoria dos ciclos serve para a construção de um quadro sintético de concessão dos ritmos da longa duração da economia mundial como um todo.

É importante ressaltar que, apesar de reconhecer o processo dinâmico, Kondratiev ainda continua pensando sobre uma base marshaliana e até neoclássica do Equilíbrio Geral, uma variante das teorias estáticas. Dessa forma, Kondratiev defendia que a economia estava sempre em busca de um ponto de equilíbrio, de primeira, segunda ou de terceira ordem, conforme defendido por Alfred Marshall (1982). Nessa concepção os preços sempre flutuam, mas tendem a se aproximar de um ponto de equilíbrio na curva entre a oferta e a demanda. Temos de ressaltar que a teoria do Equilíbrio Geral de Alfred Marshall, que é uma síntese das concepções neoclássicas, parte de uma pressuposição de que as trocas que os indivíduos realizam no mercado são independentes da forma em que realizam essa produção, não considerando a transformação de bens e serviços, mas simplesmente as trocas em um mercado dado levando em conta o fator tempo. Essa não é a posição de Kondratiev, para quem cada fase de sucessão do ciclo é resultado de toda a acumulação da fase anterior. Dessa forma Garvy (1942) define que a teoria dos ciclos longos de Kondratiev é uma expressão do equilíbrio de terceira ordem de Marshall. Que esses ciclos longos, apesar da sua flutuação, tendem a encontrar um equilíbrio. Em outras palavras, que os ciclos longos eram o resultado de todo o processo acumulado durante os ciclos médios.

Essa relação com a teoria marshaliana é defendida abertamente por Kondratiev. Por exemplo, em 1926 ele fala sobre a dificuldade de construir uma teoria sobre o colapso e as

crises. Para ele, a duração dos diferentes bens econômicos e das forças produtivas é variada. Os meios de produção essenciais duram mais, mas costumam gastar mais tempo para a sua criação e mobilizam um maior tempo e maior acumulação de capital. Por isso, para o economista, existe uma necessidade de distinguir os diferentes equilíbrios de acordo com cada período de tempo considerado. Segundo Kondratiev, essa é a própria teoria de Marshall, a do equilíbrio de curto período e o equilíbrio de um longo período. Com base nessa concepção marshalliana, para Kondratiev os ciclos econômicos longos são o restabelecimento do equilíbrio econômico de um longo período, o que reside no mecanismo de acumulação e, depois, na dispersão de um capital suficiente para criar novas forças produtivas. Sendo assim, o início de cada ciclo coincide com o momento em que a acumulação de capital torna possível um rendimento rentável, levando à criação de novas forças produtivas e a uma nova mudança tecnológica, mediante a criação de uma técnica mais moderna.

Para superar essa posição marshalliana e demonstrar como os ciclos longos são produtos dos ciclos médios, Kondratiev vai buscar a sua fundamentação na teoria marxista. A relação de Kondratiev com o marxismo visava à legitimação de sua posição diante do contexto político da União Soviética, dada a dificuldade para todo cientista de defender um posicionamento que não tivesse ancorado no marxismo. Porém, Kondratiev não se aproximou de uma teoria marxista qualquer, ele se apoiou na teoria de equilíbrio dos esquemas de Reprodução de Tugan-Baranovsky, que fez atenta leitura do Livro 2 de *O Capital* para analisar as crises industriais da Inglaterra. Segundo Kondratiev, a partir de Tugan-Baranovsky, os ciclos médios, conforme Marx os havia definido nos esquemas de Reprodução, são causados pela reinversão do capital fixo, em uma média de dez anos. Inclusive é bom ressaltar que essa foi a tese de Ernst Mandel, que na década de 1970 procurou conciliar o marxismo com a tese de Kondratiev, demonstrando que o ciclo da produção capitalista é uma forma de expansão e contração de mercadorias e mais-valia na acumulação do capital, de acordo com a tendência da dinâmica da taxa de lucros. Apresenta, assim, como se dá essa mudança de padrão tecnológico da produção no médio prazo, limitado a algumas indústrias e setores, com a sua difusão no longo prazo das ondas longas. Kondratiev introduz Tugan-Baranovsky com o intuito de descrever que tal processo não é contínuo, uma vez que as crises dos ciclos industriais ocorrem em virtude da desproporcionalidade entre os diversos ramos da produção, particularmente entre o investimento, o consumo e a poupança.

Como vemos da síntese apresentada por Garvy, Kondratiev estava em busca do entendimento do ritmo de desenvolvimento dos vários setores da economia em longo prazo, para assim determinar a dinâmica dos seus movimentos – ascendente ou descendente.

As obras citadas de Kondratiev representam um grande marco para o entendimento do movimento de longo prazo da economia capitalista. O autor não só formulou uma teoria, mas uma metodologia capaz de ajudar no entendimento da dinâmica da economia mundial, antecipando, por exemplo, procedimentos adotados pela História Serial somente na década de 1960, com Fernand Braudel (1970). Por isso, também pode ser considerado o pai de todas as teorias regulacionistas. Porém, a sua tese é completamente oposta ao marxismo, particularmente no que diz respeito à "lei da tendência à queda da taxa de lucro".

Desde o seu artigo de 1925, em que expôs a sua tese de maneira aberta, Kondratiev provocou uma grande contestação na Rússia, suscitando grandes debates e causando muitas polêmicas. Somente na revista *Planovoe Joziaistvo* foram publicados seis artigos críticos ao autor (GARVY, 1942). Da mesma forma, também seus dois estudos posteriores foram rejeitados por parte dos sábios soviéticos. Suas conclusões foram criticadas por inúmeros economistas e geraram grandes discussões no meio econômico soviético. Em 1926 o debate se agudizou e se intensificaram as críticas sobre a produção de Kondratiev. Exigiam-se uma explicação mais sistemática e uma fundamentação sobre sua teoria, pois para vários de seus críticos não existia uma teoria sólida sobre os ciclos econômicos longos.

Grupos de militantes políticos, a exemplo de Trotsky e Ossinsky, e de economistas e acadêmicos como Oparin e Bazarov rejeitaram veemente a tese de Kondratiev. Também no Ocidente ocorreu rejeição unânime à tese dos ciclos longos, sendo reabilitada somente pela intervenção e autoridade de Schumpeter.

A crítica de Oparin (1992) é a mais interessante, pois demonstra que a tese dos ciclos econômicos longos não foi rejeitada apenas por uma mera definição de cima para baixo por parte da burocracia estatal, como normalmente é entendida por analistas atuais (Mason, 2017), mas pelos principais especialistas soviéticos em sucessivas ocasiões, quando submetida nas inúmeras sessões públicas. Kondratiev não encontrou nenhum aliado. Para Garvy (1942), a crítica de Oparin foi a mais completa e direcionou todas as demais.

A crítica de Oparin foi sobretudo à metodologia empregada por Kondratiev, argumentando que era inconsistente e levava a erros teóricos. Procurou desmascarar alguns pontos, tais como sobre as séries temporais, com a eliminação da tendência histórica no longo prazo; os resultados apresentados por Kondratiev; a regularidade dos ciclos longos; e a própria hipótese da existência de ciclos longos. Para Oparin, os ciclos só podiam ser vistos como desvios de uma linha histórica formulada arbitrariamente por Kondratiev. E defendeu que o método de Kondratiev para obter essa tendência anual por meio do método dos mínimos quadrados resulta de uma aproximação insatisfatória dos ciclos médios e que as ondas longas

não correspondem à soma dos quadrados de todos os desvios anuais, mas à soma dos quadrados dos desvios máximos. Sendo assim, alega que Kondratiev não fez a redução ao mínimo, e por isso as séries apresentadas são inconsistentes.

Oparin seguiu a série apresentada por Kondratiev durante os ciclos médios e as ajustou a novas séries, e o resultado não bateu com o de Kondratiev. Desse modo, procurou demonstrar que o método de Kondratiev dos mínimos quadrados era pouco efetivo para descrever os ciclos longos. Oparin também acusou Kondratiev de ter concentrado sua análise na variação histórica dos preços e daí ter estabelecido toda a dinâmica econômica apenas por sua variação secular. Além disso, em sua investigação de todas as séries estatísticas utilizadas por Kondratiev, Oparin teria descoberto a omissão daquelas que refutavam a tese de Kondratiev. Por exemplo, usou uma série inglesa para avaliar a variação do preço do chumbo, mas não usou uma série de variação do preço internacional desse produto.

Após a análise de todas as séries apresentadas por Kondratiev, Oparin determinou os ciclos longos apenas pela variação do preços das mercadorias e o tipo de investimentos no longo prazo, embora considerasse que isso não era critério capaz de provar e definir a existência de ciclos longos.

Da mesma forma, acerca da tese de Kondratiev de que no ciclo ascendente ocorre a maior parte das Revoluções e Guerras, Oparin encontrou um movimento que mostra uma distribuição de tais eventos ao longo de todas as fases dos ciclos longos. No entanto, Oparin não negou a tendência de depressão agrícola nos períodos descendentes dos ciclos longos. No geral, Oparin e a maior parte dos críticos de Kondratiev procuram rejeitar que as flutuações e oscilações econômicas possuem um caráter cíclico e muitos insistiam no caráter evolutivo do capitalismo.

A crítica de Oparin representa a derrota teórica de Kondratieff, que não conseguiu justificar a sua tese sobre a existências dos ciclos econômicos longos. Agora veremos os motivos que levaram a sua derrota política.

4. A Derrota Política de Kondratiev

No ano de 1928, quando estava consumada a derrota teórica de Kondratiev, dada a baixa aceitação dos economistas soviéticos sobre a validade da Teoria dos Ciclos Econômicos Longos, esse economista também começou a sofrer derrotas políticas e perseguições. A sua defesa à continuidade dos mecanismos de mercado propugnada pela NEP e o incentivo à agricultura camponesa colocaram-no em rota de colisão com a direção do Partido a partir da Crise das Entregas do ano de 1927.

Em 1928 encerra sua contribuição pública para a formulação da teoria dos ciclos econômicos, pois foi afastado do Instituto de Conjuntura e de suas atividades burocráticas, passando a viver em ostracismo até a sua prisão em 1930.

Para o entendimento da derrota política de Kondratiev, expressa em sua prisão, cabe apresentar o pensamento agrário do autor. Vale lembrar que no período de 1925 a 1927 Kondratiev foi um defensor da prioridade ao desenvolvimento agrícola e do equilíbrio entre os setores e departamentos da economia soviética. Para ele, qualquer processo de coletivização devia se dar por meio da adesão voluntária e paulatina do campesinato às formas de cooperação, principalmente mediante investimentos e incentivos materiais que permitiriam com que a agricultura em um médio prazo fornecesse os produtos necessários para a industrialização.

Sendo assim, podemos dizer que a posição de Kondratiev aproximava-se do gradualismo bucharinista e seu pedido para que os camponeses enriquecessem. Rejeitava qualquer coletivização forçada do campesinato, para não correr o risco de aprofundar a crise agrícola. Essa posição era partilhada por Chayanov, que em seu famoso panfleto *Teoria sobre os sistemas econômicos não capitalistas* (1924) mostrava as particularidades da economia camponesa. Os dois autores não eram contrários à coletivização, mas acreditavam que essa devia se dar de maneira gradual, em uma transição que seria demorada e baseada principalmente no convencimento.

Em um primeiro momento, essa concepção sobre uma transição gradualista foi motivo de muitos embates e foi a vencedora no confronto com a Oposição de Esquerda. Porém, com o agravamento da crise agrícola e das contradições entre o campo e a cidade, o gradualismo foi substituído por uma defesa da industrialização intensiva (Betanin, 1981).

O gradualismo era partilhado pela maioria dos economistas do Gosplan e do Vesenkha e pela maioria dos membros do Partido, como é o caso de Bazarov, Guinsburg, Bukharin, Stalin, entre outros, que acreditavam em uma transição gradual para o socialismo. Bukharin chegou a afirmar: “seguiremos a passo de tartaruga”. No entanto, a Oposição Unificada, que contava com Trotsky na cabeça, mas em unidade com Preobrajensky, Kamenev, Zinoviev, entre muitos outros, criticava o ritmo do crescimento industrial, alegando que era lento, e que se tratava de uma política que priorizava a agricultura em detrimento ao desenvolvimento da indústria, levando a um atraso na transição para o socialismo. O programa da Oposição Unificada foi derrotado em dezembro de 1926 no XIV Congresso, por ser considerado aventureiro e irrealista pela maioria dos membros do Partido.

Em 1928, a elaboração do Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932) coroou a política voltada para o fortalecimento da industrialização. A primeira planificação de toda a economia nacional ainda não era totalizante e geral. Ela já vinha sendo gestada desde 1926, quando o Comitê Central de Planejamento (Gosplan) foi responsável por pensá-la e de criar as condições para a sua execução. O plano foi aprovado em 1929, mas ele foi pensado para os anos de 1928 até 1932. Em 1927 o GOSPLAN e o VESENKHA formularam esboços dos planos quinquenais e ainda privilegiavam a estrutura de mercado. Os investimentos seriam feitos com a poupança do setor estatal e acreditava-se que os camponeses iam vender as suas mercadorias. A política adotada mudou, sobretudo por causa da crise agrícola (como analisamos anteriormente) que levou ao desabastecimento das cidades em 1927 e passou a comprometer a industrialização. O centro da política econômica soviética a partir desse momento passou a ser a industrialização efetiva do país, que conseguiu alcançar esse êxito, transformando a Rússia, em menos de quinze anos, de um país rural e devastado pela guerra, na poderosa União Soviética, uma das maiores potências industriais do século XX.

No curso desse grande debate, as teorias formuladas por figuras como Chayanov e Kondratieff entravam em completa oposição à orientação de Stalin e do Partido, a qual em 1927 já era vitoriosa. Essa nova política enxergava o campo como um subsidiário da indústria. Ou seja, aos camponeses cabia a alimentação das cidades e a prioridade era acelerar a industrialização. Para isso, era preciso superar os métodos arcaicos da agricultura camponesa soviética, mecanizar o campo e acabar com as formas familiares de organização do trabalho. Também era necessário romper com o complexo rural até então existente, no sentido de caminhar para a complementaridade da indústria, industrializando o próprio campo. A solução para esse problema foi pensada nos termos de eliminação dos elementos kulaks e no incentivo aos kolkozos e dos sovikoze. Explica Nove (1986, p. 120): "Foi talvez porque suas teses eram semelhantes às de Bukharin que os economistas profissionais não apenas foram obrigados ao silêncio, mas – com algumas raras exceções – terminaram presos ou fuzilados".

REFERÊNCIAS

- BETTANIN**, Fabio. *A coletivização da terra na URSS: Stalin e a "revolução do alto" (1929-1933)*; tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- BETTELHEIM**, Charles. *Planificação e crescimento acelerado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BETTELHEIM**, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BETTELHEIM**, Charles. *A luta de classes na União Soviética: segundo período 1923-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- BOSSERELLE**, Éric. *Le cycle Kondratieff: mythe ou réalité?* Paris: Masson, 1994.
- BRAUDEL**, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.
- DAVIES**, Robert William. As opções econômicas da URSS. In: **HOBBSAWN**, Eric (Org.). *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS: da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DAY**, Richard B. *La Teoría de los Grandes Ciclos: Kondratieff, Trotsky y Mandel*. In: **IZQUIERDO**, Manuel P. (Org). *Los Ciclos Economicos Largos: una explicación de la crisis?* Barcelona: AKAL Editor, 1979.
- DOCKÈS**, Pierre. *A Internacional do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- DOBB**, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- _____. *A economia dos países socialistas*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.
- Escudier** Jean-Louis. Kondratieff et l'histoire économique française ou la rencontre inachevée. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 48^e année, N. 2, 1993. pp. 359-383; doi : 10.3406/ahess.1993.279137 http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1993_num_48_2_279137. Document généré le 16/12/2016.
- FONTEVIELLE**, Louis. Préface. In: **KONDRATIEFF**, Nicolai Dimitrievitch. *Les Grands Cycles de la Conjoncture*. Paris: Economica, 1992.
- GARVY**, George. Kondratieff's Theory of Long Cycles. *The Review of Economic Statistics*, 1943.
- HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA DA URSS**. Pernambuco: Edições do Centro Cultural Manoel Lisboa, 1999.
- HOBBSAWM**, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KONDRATIEFF**, Nicolai. *Les grands cycles de la conjoncture*. Paris: Economica, 1992.
- _____. *Los ciclos economicos largos*. Barcelona: AKAL 74, 1979 [1927].
- _____. *The Long Waves in Economic Life*. Mansfield Centre: Martino Publishing, 2014.
- _____. *M. I. Tugan-Baranowski (The Main Features of His Scientific Worldview)*. In: **GRININ, DEVEZAS, KOROTAYEV** (Org.). *Kondratieff Waves*. Volgograd-Rússia: Uchitel Publishing House, 2014.
- MANDEL**, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANSON**, Paul. *Pós Capitalismo: um guia para o nosso futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARSHALL**, Alfred. *Princípios de Economia: tratado introdutório* (Vol. I). São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Princípios de Economia: tratado introdutório* (Vol. II). São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- NOVE**, Alec. *Economia Soviética e Marxismo: qual modelo socialista?* In: **HOBBSAWN**, Eric (Org.). *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS: da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- OPARINE**, D I. *Analyse Critique des 'grands cycles de la conjoncture'*. In: **KONDRATIEFF**, N D. *Les Grands Cycles de la Conjoncture*. Paris: Economica, 1992.
- RANGEL**, Ignácio. *Recursos ociosos e política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.
- _____. *Ciclo, tecnologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.
- SCHUMPETER**, J A. *Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. New York Toronto London: McGraw-Hill Book Company, 1939.
- TRAGTENBERG**, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

- TROTSKY**, Leon. La Curva del Desarrollo Capitalista. In: IZQUIERDO, Manuel P. (Org). Los Ciclos Economicos Largos: uma explicación de la crisis? Barcelona: AKAL Editor, 1979.
- TUGAN-BARANOWSKY**. Las Crises Industriales en Inglaterra. Madrid: Lopéz Hoyo, 191[?].
- WOLF**, Eric R. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Global, 1984
- III INTERNACIONAL COMUNISTA**. *Manifestos, Teses e Resoluções do I Congresso*. v. 1. Introdução de Tau Golin. São Paulo: Brasil Debates, 1988.
- III INTERNACIONAL COMUNISTA**. *Manifestos, Teses e Resoluções do II Congresso*. v. 2. Introdução de Tau Golin. São Paulo: Brasil Debates, 1989a.
- III INTERNACIONAL COMUNISTA**. *Manifestos, Teses e Resoluções do III Congresso*. v. 3. Introdução de Tau Golin. São Paulo: Brasil Debates, 1989b.

ALUCINÓGENOS MESOAMERICANOS, ANDINOS E AMERÍNDIOS E SUA INFLUÊNCIA NO MOVIMENTO HIPPIE ESTADUNIDENSE NA DÉCADA DE 1960

*Audrival Pereira CôrtesFilho*⁴⁵

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo falar sobre os alucinógenos mesoamericanos, andinos e ameríndios⁴⁶, sua origem e sua utilização nas culturas nativas americanas. As definições sobre essas substâncias e seu uso nos ritos xamânicos dos povos nativos americanos. A influência da cultura indígena no movimento hippie estadunidense na década de 1960. O uso de substâncias indígenas com propriedades alucinógenas no movimento hippie. Buscarei apresentar algumas similaridades e diferenças da cultura indígena com o movimento hippie estadunidense no uso dos alucinógenos. Falarei sobre contracultura, o surgimento do movimento hippie e sua ideologia, o rock psicodélico e as bandas que fizeram parte desse movimento. Para isso farei um levantamento teórico-bibliográfico utilizando definições de autores e pesquisadores sobre substâncias psicoativas e o movimento hippie estadunidense.

Palavras-chave: Alucinógenos. Psicodelismo. Movimento Hippie. Contracultura.

Introdução

O objetivo do artigo será analisar a utilização e apropriação de alguns alucinógenos mesoamericanos, andinos e ameríndios pelo movimento hippie estadunidense na década de 1960. Apresentarei algumas definições sobre essas substâncias, seus usos e ritos como substâncias psicoativas nas sociedades pré-colombianas e ameríndias. O legado deixado pelas culturas ancestrais para o movimento hippie estadunidense e suas similaridades e diferenças com esse movimento.

⁴⁵ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, no período de 2017-2019. Sob a orientação do prof^odr^o Elias Nazareno.

⁴⁶ Ameríndios são os povos aborígenes das Américas (LAHR, 1997, p. 72).

Para isso realizarei um levantamento teórico-bibliográfico sobre as plantas psicoativas dos povos nativos da América. Mostrarei como essas plantas psicoativas fizeram e ainda fazem parte da etnografia dos povos ameríndios, e que esses povos que habitavam a América já faziam uso de substâncias alucinógenas há pelo menos cem anos antes da chegada dos europeus. Falarei também que as substâncias psicoativas têm sido utilizadas por diversas sociedades tradicionais e culturas há milhares de anos.

Ressaltarei que o uso de substâncias psicoativas estava ligado diretamente aos cultos religiosos, ao xamânismo e também como prática social dessas populações. No artigo abordarei os povos mesoamericanos, andinos e ameríndios e seus ritos xamânicos com os alucinógenos. Apresentarei a riqueza alucinógena do continente americano, que possui a maioria das plantas e animais com poderes psicoativos existentes no mundo.

Entre outras questões serão tratadas também as seguintes: Qual a influência dessas substâncias psicoativas no movimento hippie, surgido na Califórnia, Estados Unidos, em meados da década de 1960? De que maneira os hippies utilizaram essas substâncias em seus rituais, festas e em especial na música psicodélica? Qual a contribuição dos alucinógenos para o movimento hippie e seu estilo de vida, num contexto totalmente diferente do vivenciado pelos ameríndios em seus ritos? E a similaridades entre as culturas mesoamericanas, andinas, ameríndias e o movimento hippie.

Buscarei com o levantamento bibliográfico e a análise de vários autores que dedicaram e dedicam seus estudos sobre os alucinógenos e os psicoativos indígenas, responder essas perguntas. Com isso, tentarei mapear esse riquíssimo campo de estudo sobre as substâncias psicoativas e seu contexto de uso nas populações ameríndias da América e no movimento hippie estadunidense.

Alucinógenos ameríndios: origens e ritos

O que são alucinógenos? Segundo Francisco Javier Carod-Artal (2015, p.1), os alucinógenos são substâncias que uma vez ingeridas em doses não tóxicas, podem provocar um estado alterado do nível de consciência, induzindo a uma percepção inexistente ou uma distorção do ambiente. O autor afirma ainda, que ao longo da história inúmeras sociedades isolaram substâncias alucinógenas retiradas de fungos, plantas e animais.

Mercedes de La Garza (2012) ressalta que os alucinógenos são substâncias que eram e são utilizados ainda para provocar estados de alteração dos níveis de consciência em cerimônias e rituais de cura. Sobre o mundo dos sacerdotes, adivinhos e médicos nahuas e mayas, a autora

aprofundou sua pesquisa no xamanismo, um termo que se refere aos fenômenos de alteração de consciência, as experiências oníricas e os tranSES estáticos.

Evan Schultes (1990) utiliza o termo alucinógeno para distinguir uma classe de psicoativos distinta dos estimulantes e calmantes. Afirma ainda que são utilizadas várias nomenclaturas, imprecisas e incompletas para designar as substâncias psicoativas. O autor cita alguns outros termos utilizados para se referir a alucinógeno, como psicodélico, psicomimético, psicodisléptico, esquizógeno, etc.

Schultes adverte que para o indígena, nenhum desses termos tem sentido, pois eles o veem de outra maneira. Os indígenas não veem essa experiência como uma alucinação ou ilusão e sim como um fenômeno revelador da realidade última das coisas. Evan Schultes nos traz uma outra definição para o termo alucinógeno,

Diferentemente de drogas psicotrópicas que normalmente atuam somente para acalmar ou para estimular (tranqüilizantes, cafeína, álcool, etc.), os alucinógenos agem no sistema nervoso central para trazer um estado parecido com o de sonho, marcado, como Hofmann havia notado, por alteração extrema na esfera da experiência, na percepção da realidade, mudanças até mesmo de espaço e tempo e na consciência de si (SCHULTES, 1990).

Alguns autores como o estudioso das religiões micólatras⁴⁷ Gordon Wasson, os filólogos Carl Ruck e Danny Staples, o etnobotânico Jeremy Bigwood e Jonathan Ott, um dos grandes nomes e estudiosos do assunto, criaram o neologismo “enteógeno”, como uma alternativa para os termos já existentes.

Segundo Jonathan Ott (2000), o termo “enteógeno” deriva de uma antiga palavra grega, que significa “tornar-se divino interiormente”, e foi utilizado para designar estados de inspiração poética, profética e também para representar um estado enteogênico provocado pelo uso de plantas sagradas.

Tal definição é bastante coerente e talvez proceda ao imaginarmos o que sentiram ou sentem as pessoas ao utilizarem os alucinógenos em ritos ou seitas religiosas, como a Ayahuasca⁴⁸ e o Peiote⁴⁹. Mesmo assim, o termo alucinógeno tem sido mais utilizado por ser

⁴⁷ Micólatras são religiões de algumas culturas que cultuavam alguns tipos de fungos com substâncias alucinógenas (OTT, 2000, pp. 324-325).

⁴⁸ Ayahuasca é uma bebida alucinógena indígena de aspecto viscoso e forte coloração marrom-escuro, resultado da fervura da composição de duas plantas, a casca e o tronco do cipó *Banisteriopsis caapi* e as folhas do arbusto *Psychotria viridis*. Ayahuasca é o nome atribuído ao chá da Amazônia pela nação indígena quéchua (outrora, usada apenas pelos sacerdotes e realeza, os Incas, do império quéchua) do Peru. É também conhecida pelos índios Tupis do Brasil como yage e pelos caboclos e seringueiros do norte do Brasil como hoasca (DE SOUZA, 2011, p. 351).

⁴⁹ Peiote (*Lophophora williamsii*) é um cacto globoso e sem espinhos que contém mais de sessenta alcalóides alucinógenos da família das feniletilaminas, em que se destaca a mescalina. A mescalina é a substância

mais usualmente difundido, carregando uma menor carga emocional e um conceito mais abrangente.

Enfim, o termo alucinógeno é a designação que determina uma classe específica de psicoativos que se diferencia dos estimulantes. Os estimulantes produzem efeitos sedativos, afrodisíacos, medicinais, etc., assim como as bebidas alcoólicas também produzem. Mas isso depende do contexto em que se usam essas substâncias, os símbolos culturais, as condições físicas, a intenção ao se usar e a reação de cada indivíduo que utiliza os alucinógenos. A dosagem utilizada, bem como o uso concomitante com outras substâncias terá interferência no resultado final desejado.

Várias terminologias são utilizadas para determinar as plantas psicoativas, a saber: alucinógenas, psicodélicas, enteógenas, plantas sagradas, plantas de poder, drogas, plantas visionárias, plantas professoras e tantas outras terminologias empregadas. Essas substâncias possuem propriedades e ações químicas que a ciência tem buscado compreender e aproveitar na farmacologia moderna.

Os alucinógenos são classificados em classes e esse trabalho de classificação dos alucinógenos se deve muito ao trabalho pioneiro do farmacólogo alemão Loius Lewin, no século XIX. Ele apresentou uma classificação composta de cinco classes de alucinógenos: os fantásticos, os excitantes, os sedativos, os euforizantes e os inebriantes. Dessa classificação foram criadas três categorias distintas: os psicolépticos, psicoanalépticos e os psicodislépticos, que englobam os depressores, os estimulantes e os alteradores de consciência respectivamente (VARELLA, 2005, p. 7).

Várias substâncias psicoativas encontradas nas Américas pertencem às cinco classes criadas pelo farmacólogo Lewin. O uso dessas substâncias teve maior divulgação e uso no contexto social e xamânico das culturas indígenas da Mesoamérica, dos Andes e povos indígenas da Amazônia. Várias substâncias encontradas nessas sociedades só existem em sua macrorregião e não são encontradas em nenhum outro lugar do planeta.

Infelizmente grande parte do conhecimento ancestral dos povos nativos americanos se perdeu para sempre, como aconteceu com os povos indígenas mexicanos e diversas plantas alucinógenas, é o que afirma o antropólogo Weston La Barre. Contudo, o uso de alguns

responsável pelas alucinações causadas pelo peiote. Seu uso data da pré-história americana com aproximadamente 5.000 anos. O peiote é encontrado no México e no Texas (Estados Unidos) (CAROD-ARTAL, 2015, p. 46).

alucinógenos ainda resistiu como é o caso do peiote e os cogumelos mágicos, que ainda são utilizados em rituais tradicionais de algumas poucas populações indígenas do México (VARELLA, 2005, p. 5).

O continente americano, do ponto de vista antropológico e etnobotânico é um lugar riquíssimo e com uma grande quantidade de alucinógenos naturais. As substâncias psicoativas foram encontradas em plantas, cipós, cogumelos, fungos, cactos, raízes, sapos e etc. Ao longo da história das civilizações várias sociedades utilizaram substâncias psicoativas em seus rituais.

O uso de alucinógenos no continente americano era realizado em diversos rituais. Carod-Artal descreve como eram realizados os rituais mesoamericanos:

Drogas, bebidas e enemas⁵⁰ rituais foram usadas em cerimônias sagradas em toda a Mesoamérica. Também era comum a utilização ou combinação de diferentes plantas psicoativas com elixires intoxicantes. Muitas destas substâncias foram utilizadas desde a época Olmeca (1200-400 a.C.). No entanto, se tem maiores informações sobre as sociedades Maia e Asteca, devido aos livros religiosos Maias (Popol Vuh) e aos escritos dos primeiros cronistas do Séc. XVI sobre os Astecas (tradução minha) (CAROD-ARTAL, 2015, p. 43).



⁵¹Figura 1 - Ritual Enema Maia

A partir deste momento abordarei as substâncias com princípios alucinógenos e onde são encontradas. Começamos com o pesquisador Carod-Artal (2015), que cita algumas substâncias utilizadas pelos Maias e Astecas em seus rituais. Os maias (250-900 a.C.) consumiam uma bebida embriagante chamada *balché*. Essa bebida era a junção da casca de *Lonchocarpus longistylus*⁵² com mel de abelhas alimentadas com as flores de campanillas, ricas

⁵⁰ Introdução de substâncias psicoativas e medicamentos líquidos no organismo por via retal (CAROD-ARTAL, 2015, p. 44).

⁵¹ Figura mostrando o Ritual Enema Maia (CAROD-ARTAL, 2015, p. 44).

⁵² *Lonchocarpus longistylus* é uma árvore nativa da América, sua distribuição geográfica ocorre do sudeste do México até a região de Petén na Guatemala. Dessa árvore se obtém o *balché*, uma bebida alcoólica usada

em ergina, substância da família do LSA, um ácido semelhante ao LSD⁵³. O *balché* era utilizado em rituais de adivinhações e consulta aos espíritos. O teor alcoólico dessa bebida era baixo, sendo necessário ingerir grandes quantidades para se obter o efeito embriagante desejado (CAROD-ARTAL, 2015, p. 43).

Outra bebida alcoólica utilizada era o *chi*, a qual era obtida com fermentação da seiva do *pulque*⁵⁴. Consumiam-se os psicoativos e juntamente se fumavam o tabaco silvestre mesoamericano ou *Nicotiana rústica*. Essas substâncias também eram utilizadas nas práticas dos rituais enemas. Os maias administravam algumas substâncias em rituais de enemas retais para alcançar um estado de transe mais rápido e, com efeito, mais duradouro (CAROD-ARTAL, 2015, p. 44).

Carod-Artal ressaltou que diversos relatos da época colonial, como o Código Florentino⁵⁵, descrevem o uso de enemas para tratar enfermidades e doenças do aparelho digestivo. Seu uso também está relacionado com rituais e cerimônias para se atingir o êxtase por meio da embriaguez. Ainda segundo o autor, os enemas alcoólicos eram realizados com a utilização de seringas feitas de cabaças (abóbora) e argila. Sendo acrescentadas outras substâncias psicoativas introduzidas no ânus. Fazendo uma comparação entre os ritos da mitologia romana e dos mesoamericanos, os cronistas espanhóis chamavam o deus *Akan* dos maias, de Baco (Dionísio), deus romano do vinho (CAROD-ARTAL, 2015, p. 44).

Carod-Artal (2015, p. 45) fala ainda que os mesoamericanos utilizavam cogumelos sagrados em seus ritos. O consumo desses cogumelos em rituais se propagou rapidamente nas culturas mesoamericanas. A utilização de cogumelos sagrados ocorreu no México e por toda América Central. Vários cronistas do século XVI, como Durán, Sahagún e Motolinía, relataram o uso dos cogumelos sagrados pelos astecas em suas cerimônias religiosas.

amplamente entre os maias da Península de Yucatan em rituais religiosos e curativos (AVILÉS-PERAZA, 2015, p. 46).

⁵³ LSD ou dietilamida do ácido lisérgico é um alucinógeno muito potente e foi sintetizado pela primeira vez em 1938 pelo químico suíço Albert Hofmann. O químico, cinco anos depois, em 1943, ingeriu sem querer o LSD, experimentando sensações fantásticas, com visões de um realismo extraordinário.

⁵⁴ Pulque é uma bebida tradicional do México. É obtida da fermentação da seiva açucarada conhecida como aguamiel, que é retirada de diferentes espécies nativas, como a Agave americana, A. feroz, A. mapisaga, etc. É uma bebida muito consumida pelas populações indígenas do planalto central do México. Sendo uma bebida alcoólica, branca, com cheiro peculiar e viscosa (CERVANTES-CONTRERAS; PEDROSA-RODRÍGUEZ, 2007, p. 136).

⁵⁵ Código Florentino ou Códice Florentino é o mais rico vestígio da “Historia general de las cosas de Nueve España”, e recebeu esse nome por ter sido encontrado no século XIX numa biblioteca que havia sido dos Médicis, na Florença renascentista. O livro consiste na versão mais detalhada da “Historia de Sahagún”, sendo composta por doze livros e contém várias ilustrações, e está escrito em náhuatl, língua dos mexicas e dos povos nauas, e também em castelhano (VARELLA, 2013, p. 3).

Frei Bernardino de Sahagún (1985), em seu livro “Historia de las cosas de Nueva España”, relatou o uso e as propriedades dos cogumelos sagrados:

Há algumas leveduras nesta terra chamadas teonanácatl. Eles são criados debaixo de feno nos campos ou pântanos. Eles são redondos e têm o pé alto, delgado e redondo. Comidos tem um sabor desagradável; danifica a garganta e embebeda. São medicamentos contra a febre e gota. Tem que se comer dois ou três, não mais. Aqueles que os comem tem visões e sentem acelerar o coração, tem visões as vezes assustadoras e as vezes engraçadas. Aqueles que comem muitos deles provocam luxúria, embora sejam poucos. E o moços loucos e travessos dizem que tinham comido nanácatl. (tradução minha)

Frei Sahagún (1985) também relatou sobre o cacto peiote, sendo um cacto globular e sem espinhos, contendo mais de sessenta alcalóides alucinógenos da família dos feniletilaminas, dos quais se destaca a mescalina. O uso do peiote na pré-história americana tem mais de 5.000 anos. O peiote foi encontrado em Cuatro Ciénagas, Coahuila, México e na curva de Shumla, no Texas. O cacto peiote também está associado a rituais e práticas xamânicas (CAROD-ARTAL, 2015, p. 46).

O peiote foi consumido por diversas culturas mesoamericanas. Os maias e astecas o utilizaram em seus ritos sagrados. Segundo frei Sahagún (1985), o peiote também foi perseguido e proibido pela inquisição em 1720. Atualmente os índios tarahumaras, tepehuanes e huicholes do norte do México, bem como os navajos e comanches do sul dos Estados Unidos, o utilizam em rituais de cura e de comunicação com os espíritos (CAROD-ARTAL, 2015, p. 46).

Outras plantas e animais com propriedades psicoativas também foram utilizadas pelos povos mesoamericanos, como o ololiuhqui, salvia divinorum, toloache, teotlaqualli (comida divina) e as bufotoxinas - substâncias venenosas com propriedades alucinógenas encontradas nas glândulas paratireóides, encontradas em diversas espécies de sapos. Todas essas substâncias foram utilizadas pelos maias e astecas em suas práticas xamânicas, rituais espirituais e em seu cotidiano (CAROD-ARTAL, 2015, p. 47-48).

Outra substância psicoativa utilizada pelos nativos americanos é a Ayahuasca, que em quéchua significa laço do carrasco ou vinha da alma. É um alucinógeno encontrado no extremo noroeste da América do Sul. Sendo utilizado pelos indígenas para libertar a alma do confinamento corporal, para que o espírito viaje livremente fora do corpo e retorne quando quiser (SCHULTES & HOFMANN, 2000, p. 124).

Esse alucinógeno tem uma ligação muito forte com os ritos xamânicos dos povos indígenas sul-americanos (SCHULTES & HOFMANN, 2000, p. 124). Atualmente no Brasil é

muito utilizado por comunidades alternativas que fazem o uso da Ayahuasca sendo popularmente conhecido como Santo Daime. A Ayahuasca é uma mistura de duas plantas que se potenciam, provocando uma ação de sinergia, onde uma não poderia agir sem a outra (CARNEIRO, 2004, p. 107-108).

Outra planta muito utilizada pelos nativos sul-americanos é a *Mimosa hostilis* ou Jurema preta. Richard Schultes e Albert Hofmann (2000) identificaram na Jurema preta um alcalóide idêntico ao alucinógeno N-dimetiltriptamina, mesmo alcalóide presente nas leguminosas do gênero *Anadenanthera*, da qual se prepara um “rapé embriagante”. O seu uso está inserido na tradição indígena de consumo de plantas alucinógenas. Segundo Câmara Cascudo (1978), a Jurema é “a mais poderosa e cheia de tradições do encantamento indígena.”

A Jurema também está presente no imaginário culto brasileiro, desde o século XIX, na obra literária *Iracema*, de José de Alencar. Narra-se a sorte da virgem dos lábios de mel, filha do pajé Araqué, ela é a detentora do segredo da Jurema, planta do saber secreto xamânico. A Jurema era servida como libação onírica aos guerreiros tabajaras (CARNEIRO, 2004, p. 111).

Outra substância psicoativa muito utilizada e difundida na América Andina e no mundo é a coca. As grandes civilizações pré-colombianas dos Andes há utilizavam há mais de 4.500 anos, como são relatadas em escavações arqueológicas no Peru e Bolívia. A coca é extraída da planta *Erythroxylon coca* ou coca boliviana. A planta de coca cresce na forma de um arbusto ou em árvores ao leste dos Andes e acima da Bacia Amazônica. Ela é cultivada em clima tropical e altitudes que variam entre 450 m e 1800 m acima do nível do mar (FERREIRA & MARTINI, 2001, p. 96).

A palavra coca se deriva de uma palavra aimará, “khoka”, que significa “árvore”. Para os incas era uma planta sagrada, um presente do Deus Sol (Inti). Que segundo a lenda de Manco Capac, o filho do sol, desceu do céu sobre as águas do lago Titicaca para ensinar aos homens o ofício das artes, da agricultura e para dar-lhes de presente a coca. Antes da chegada dos colonizadores espanhóis à América, o uso da coca era restrito a nobreza Inca (FERREIRA & MARTINI, 2001, p. 96).

A popularização do uso da coca pelos incas ocorreu no período colonial. Sendo utilizada atualmente pelos peruanos, bolivianos e povos indígenas sul-americanos. No norte do Brasil a coca é conhecida como epadu. Diversas tribos da Bacia Amazônica, na fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela mantêm o hábito de mascar o “epadu” ou “ipadu”. Os indígenas utilizam a coca pelo bem-estar e ação euforizante que a mesma provoca. O uso da coca está intimamente

ligado à cosmovisão dessas tribos. Os índios Tucanos chamam a coca de “ahpi”, que significa leite, leite materno e via láctea (FERREIRA & MARTINI, 2001, pp. 96-97).

Os primeiros relatos europeus sobre a coca são de Américo Vespúcio, em 1499 e publicados em 1507. Os europeus descreveram que o ato de mastigar a coca é semelhante ao estímulo provocado pela ingestão de doses elevadas de cafeína. Sendo que os hispânicos não reconheceram esse valor cultural. Em 1551, o Conselho Eclesiástico de Lima declarou a coca como uma “planta enviada pelo demônio” para destruir os nativos e a proibiram (FERREIRA & MARTINI, 2001, p. 97).

Os espanhóis acreditavam que a coca era um obstáculo na difusão do cristianismo entre os nativos. Mas essa proibição não durou muito tempo, pois os espanhóis notaram que o uso de coca ajudava os indígenas a realizarem trabalhos pesados. E o Rei Felipe II da Espanha, em 1569, declarou o ato de mascar a folha da coca como um hábito essencial para a saúde do índio. No final do século XVI, a coca foi introduzida na Espanha pelos colonizadores para fins medicinais (FERREIRA & MARTINI, 2001, p. 97).

O antropólogo Peter T. Furst (1980, p. 9) relatou sobre achados arqueológicos do primeiro alucinógeno ameríndio, a *Sophora secundiflora*. Que segundo ele, é um arbusto leguminoso e com semente vermelha em forma de feijão, que floresce e é nativo do Texas e norte do México. É considerada por Furst (1980) como um dos poucos alucinógenos fisiologicamente nocivos. As sementes de *sophora secundiflora* possuem um alcalóide altamente tóxico, chamado cistina. E que se consumido em doses elevadas pode causar náuseas, convulsões, alucinações e até a morte por insuficiência respiratória (SCHULTES, 1990).

Para Peter Furst (1980, p. 9), a *sophora secundiflora* parece ser um dos mais antigos do continente americano. As sementes da *sophora* foram utilizadas por sociedades medicinais, estáticas, visionárias e xamanísticas entre as tribos do sul dos Estados Unidos, sendo posteriormente substituída nos cultos pelo cacto peiote, menos agressivo e menos tóxico. A primeira menção européia à *sophora secundiflora* data de 1539, quando Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, mencionou as sementes como objeto de troca entre povos indígenas do Texas.

Furst (1980, p. 9) afirmou também que foram encontrados por arqueólogos, vários depósitos de sementes de *sophora*, artefatos ligados a ela e pinturas rupestres remanescentes dos cultos com o grão vermelho. Em Frightful Cave⁵⁶, há o primeiro indício de *sophora*, que

⁵⁶ Frightful Cave é um sítio arqueológico localizado na cidade de Coahuila, no nordeste do México (TAYLOR, 1972, p. 169-170).

remonta a 7.265 a.c. As sementes de *sophora secundiflora* foram encontradas desde 7.000 a.c. até 1.000 d.c. Logo em seguida a Cultura do Deserto substituiu a sophora e passou a viver basicamente da agricultura do milho.

Com esse levantamento, apresentei aqui uma discussão teórico-bibliográfica sobre alguns dos alucinógenos mais utilizados e conhecidos pelos povos mesoamericanos, andinos e ameríndios. A disseminação da cultura indígena, seus ritos, conhecimentos e as substâncias psicoativas ultrapassou épocas e chegou até os dias atuais. Falarei agora sobre um dos períodos em que mais se consumiu “drogas” e substâncias psicoativas no século XX, a década de 1960, mais precisamente o movimento hippie estadunidense.

Alucinógenos ameríndios e o movimento hippie estadunidense: algumas similaridades entre culturas

O movimento hippie estadunidense surgiu na efervescência dos anos 1960, preenchendo os Estados Unidos e o mundo com suas cores, drogas e psicodelia. A data que marca o surgimento desse movimento é o dia 14 de janeiro de 1967, no parque da Golden Gate, São Francisco, Califórnia. Na manifestação intitulada Human Be-In⁵⁷, que reuniu uma multidão estimada em 30 mil pessoas (PINHEIRO, 2010, p. 47).

Esse evento anárquico no parque da Golden Gate conseguiu unir num mesmo local, representantes das mais variadas vertentes. Os motoqueiros do Hell's Angels, os pacifistas do Flower-power, os defensores do despertar ecológico, defensores do uso de drogas como expansores da mente. Um dos líderes desse movimento foi o poeta beat Allen Ginsberg⁵⁸ O público daquele evento representava o retrato de uma nova geração. Eram jovens esclarecidos e sem alienação. Esse evento marcou o início do “verão do amor”, onde milhares de jovens tiveram contato pela primeira vez com atos e expressões como contracultura⁵⁹ e psicodelia (PINHEIRO, 2010, p. 47).

⁵⁷ Eram shows gratuitos ao ar livre realizados no Golden Gate Park, São Francisco. O Human Be-in realizado em 14 de janeiro de 1967 atraiu aproximadamente 30.000 pessoas. Esse evento inspirou bandas como Jefferson Airplane a escrever as músicas "Won't you try/Saturday Afternoon" e The Byrds a escrever "Tribal Gathering". O evento também inspirou o Monterey Pop Festival (16-18 de junho de 1967), o primeiro festival “comercial” de contracultura que se tem notícia. (STOREY, 2006, p. 105)

⁵⁸ Irwin Allen Ginsberg (3 de junho de 1926 - 5 de abril de 1997) foi um poeta americano e uma das principais figuras da Beat Generation na década de 1950. Ele se opôs vigorosamente ao militarismo, ao materialismo e à repressão sexual. Fonte: Disponível em: <http://www.jewage.org/wiki/ru/Article:Allen_Ginsberg_-_Biography>. Acesso em: 03 jul. 2017.

⁵⁹ O termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente (PEREIRA, 1983, p. 13).

Timothy Leary, professor da Universidade de Harvard, que em 1961 passou a estudar os efeitos do LSD como forma de percepção mais aprimorada dos sentidos e considerado naquela época o papa do LSD, também estava lá. Leary pregava o "turn on, tune in, drop out"⁶⁰. Leary também foi um grande divulgador e entusiasta da contracultura no movimento hippie (PINHEIRO, 2010, p. 49).

Os hippies tinham um estilo próprio de vida. Moravam em comunidades, quase sempre fora das cidades, onde produziam o próprio alimento. A renda do grupo vinha da comercialização de artesanatos. Muitos moradores dessas comunidades eram vegetarianos. Os hippies dividiam as atividades e funções, e as decisões eram tomadas em conjunto. Eram adeptos de religiões ocidentais e simpáticos de crenças orientais. Praticavam meditação e novas formas de se buscar interiormente. A filosofia hippie era de culto ao pacifismo e ao amor livre. Prevalencia os ideais anarquistas nas comunidades igualitárias. Os hippies eram hedonistas⁶¹ e cultuavam o prazer sem culpa, seja de que forma fosse – físico, sexual ou intelectual. Percebemos muitas similaridades do movimento hippie estadunidense com os povos ameríndios (PINHEIRO, 2010, p. 50).

Os hippies se vestiam com roupas velhas, desgastadas, feitas de brim e couro. Gostavam de cores chamativas e alegres, e muitas camisetas continham mensagens políticas e pacifistas. Usavam os cabelos compridos e não se importavam com depilação e produtos de beleza. Com relação à família, substituíam geralmente os parentes por amigos. Mas mesmo assim, pequenos núcleos constituíam casais com filhos. Não davam importância para convenções sociais, como papéis, documentos e certidões. O som cultuado pelos hippies era o rock psicodélico. O uso de drogas era intenso, utilizavam substâncias psicoativas como maconha, haxixe e alucinógenos como o LSD. Algo que os proporcionasse "liberação da mente" (PINHEIRO, 2010, p. 51).

Para Timothy Leary, "a marca da contracultura não é uma forma ou estrutura particular, mas a fluidez de formas e estruturas" (GOFFMAN & JOY, 2007). Com relação ao uso de drogas psicodélicas (LSD, mescalina e psilocibina) e contracultura, Leary, relatou o seguinte: "A experimentação das drogas psicodélicas nos anos 1960 produziu um maravilhoso bi-produto - um amor pagão da natureza e um senso contracultural de alienação às filosofias antropocêntricas feitas pelo homem" (PINHEIRO, 2015, p. 33).

⁶⁰Termo que em português é o mesmo que ligar, sintonizar, cair fora. (tradução minha)

⁶¹Hedonismo: Termo comumente empregado em sentido moral para designar cada doutrina segundo a qual o prazer é o único ou principal bem da existência e sua busca, a finalidade ideal da conduta, embora com divergências no que concerne ao conteúdo desse prazer e aos caminhos para obtê-lo. Fonte: Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=a887>> . Acesso em: 03 jul. 2017.

O termo contracultura segundo o autor Theodore Roszak (1972) problematizava o conflito de gerações, o inconformismo radical e as inovações culturais surgidas naquele período. O fenômeno da contracultura surgiu entre os jovens e era uma cultura radical. A contracultura separava os ideais da sociedade e a grande massa não considerava esse movimento como cultura.

A contracultura estava ligada ao anti-establishment⁶², surgido nos Estados Unidos, com os hippies e suas roupas coloridas, as músicas psicodélicas, o uso de alucinógenos, etc. A contracultura também estava presente nas artes, no cinema, na literatura e na música. Sendo que por meio da música houve um conjunto de experimentos, transgressões, rebeldias e celebrações – por meio dos grandes festivais, como o Woodstock⁶³. A contracultura também questionava a existência e as diferenças (PINHEIRO, 2015, p. 29).

Timothy Leary, - o papa do LSD e dos psicoativos, se preocupava em preparar a ambientação adequada e propícia para as viagens e isso era uma constante. Leary (1989, p. 37) conta sobre sua primeira experiência com substâncias psicoativas com os cogumelos do México, dizendo que “as cores e as formas se tornavam vivas e mais definidas” e que a observação de objetos simples e inanimados traziam significados desconhecidos até então.

Percebe-se que Timothy Leary mencionou os ritos psicoativos dos povos mesoamericanos. A influência indígena esteve bastante presente no movimento hippie estadunidense e sua contracultura. As práticas xamânicas, o que incluía as músicas e danças se fez bem forte no contexto cultural e ideológico do movimento hippie. No cenário musical desse período, percebemos mais influências indígenas por meio da música psicodélica, inspiradas pelo uso de substâncias psicoativas.

O uso de substâncias alucinógenas pelos hippies na década de 1960 teve uma forte ligação com os povos ameríndios. A começar pelo uso da mescalina, encontrada no cacto peiote, utilizado em rituais xamânicos dos antigos povos mesoamericanos. Descrita por Carlos Castañeda (2016) em seu livro “A erva do diabo”, onde ele relata a experiência psicodélica com o peiote sob orientação de um índio yaqui chamado Don Juan. As “plantas de poder”, mencionadas por Castañeda (2016), exerceram uma forte influência indígena na cultura hippie.

Aldous Huxley (2002) - companheiro de pesquisa e amigo de Timothy Leary, afirma que:

⁶² Estabelecimento; The Establishment - as instituições que detém o poder (LONGMAN, 2008, p. 129).

⁶³Woodstock: Um dos maiores e mais importantes festivais de música da história. Foi realizado numa fazenda na cidade rural de Bethel, Nova York, Estados Unidos, entre os dias 15 e 18 de agosto de 1969. Reuniu cerca de 500.000 pessoas durante o evento (PINHEIRO, 2010, p. 50).

[...] a mescalina aviva consideravelmente a percepção de todas as cores e torna o paciente apto a distinguir as mais sutis diferenças que, sob condições normais, ser-lhe-iam totalmente imperceptíveis”, trazendo o secundário para o primeiro plano, tornando objetos comuns e as coisas triviais nas mais importantes. Descreve ainda que essa ampliação da percepção das cores sob o efeito da mescalina é muito significativa.

Nesse contexto de psicodelia e contracultura, Marcelo Ridenti (2003, p. 147) diz o seguinte:

Além da nova música e do parentesco com manifestações em todas as artes, a contracultura caracterizava-se por pregar a liberdade sexual e o uso de drogas – como a maconha e o LSD, cujo uso era considerado uma forma de protesto contra o sistema. O amor livre e as drogas seriam libertadores de potencialidades humanas escondidas sob a couraça imposta aos indivíduos pelo moralismo da chamada “sociedade de consumo”. Aliás, contra os valores desta sociedade, começaram a se formar comunidades alternativas, com economias de subsistência no campo e um modo de vida inovador, como as do movimento hippie.

Nesse período surgiram diversas bandas e nomes na música psicodélica. Várias bandas tiveram forte influência de substâncias alucinógenas em suas composições na década de 1960. Como Grateful Dead, Jefferson Airplane, Janis Joplin, Jimi Hendrix, Pink Floyd, Beatles e The Doors, do vocalista Jim Morrison (PINHEIRO, 2010, p. 51).

Morrison, aliás, tinha uma ligação muito forte com o xamânismo. Ele buscava inspiração e refúgio nos ritos xamânicos e na natureza. Jim Morrison e seus amigos iam ao deserto para terem experiências com alucinógenos, maconha ou cacto peiote. O peiote possui mescalina, substância alucinógena utilizada pelos índios mexicanos e do sudoeste dos Estados Unidos. Esses indígenas usavam esse cacto em seus rituais xamânicos. O vocalista do The Doors trilhou o caminho do xamânismo e das drogas, segundo ele, o xamã foi o primeiro representante na sociedade humana a se colocar de maneira diferente frente ao modo de se encarar a realidade (ASSIS, 2015, p. 15).

Jim Morrison expunha nas letras todo inconformismo com a sociedade norte-americana. Criticava também o modo como os nativos norte-americanos foram massacrados pelo estado estadunidense (ASSIS, 2015, p. 88-89). Mais uma vez vemos a colonialidade do poder agindo sobre os menos favorecidos. E como diz Sidney Lens (2006), as lições do colonizador foram perdidas e o desenrolar no seu processo histórico foi outro, com crueldades e excessos.

Luiz Carlos Maciel (2007) em seu ensaio intitulado “O tao da contracultura”, faz um breve relato da contracultura no movimento hippie. O uso das drogas utilizadas nas culturas

tradicionais e a contraposição da sociedade alternativa sonhada pelos hippies em detrimento da sociedade estabelecida. Maciel descreve assim:

As drogas que na contracultura tiveram mais prestígio são o tipo de drogas que as culturas tradicionais consideram sagradas. São as drogas alucinógenas, drogas como o peiote, o ayuasca e finalmente a grande descoberta tecnológica do século XX, comparável à bomba atômica, que é o famoso LSD. O espaço “virgem” que as drogas abriram é que levaram essa geração àquilo que se chamou por Timothy Leary de drop-out, que significa “cair fora”. Cair fora do mundo organizado tal como ele se apresenta para criar um outro mundo. Um mundo diferente, com valores diferentes. Um mundo em que possa ser feita uma saudável subversão total de todos os valores. O drop-out foi a característica fundamental da organização social da contracultura. Aqui a contracultura se contrapõe a todas as soluções tradicionais para o conserto da sociedade... Os hippies queriam paz e amor, eles não queriam brigar com ninguém. Eles só queriam ser deixados em paz para organizar a própria vida e fazer o que quisessem dessa vida. Então, mais uma vez aqui, não há transgressão, não há confronto, não há choque. Há uma marginalização, sem dúvida nenhuma...da “Sociedade Alternativa”. Esse que é o sentido da sociedade alternativa; é uma sociedade em que você escolhe em detrimento da sociedade estabelecida (MACIEL, 2007, p. 70).

A semelhança do contexto social do movimento hippie com as sociedades ameríndias é bastante similar. É interessante e contraditória a relação do colonizador com o colonizado. Da sociedade estabelecida (establishment) com a sociedade alternativa no movimento hippie. O conhecimento da maior parte das plantas psicoativas e de rituais de cura veio dos povos indígenas. Sendo inclusive difundido massivamente para as indústrias farmacêuticas. Com tanto conhecimento apropriado dos povos ameríndios, mesmo assim, o colonizador europeu sentiu-se superior aos conhecimentos e a cultura dos povos nativos da América.

Os hippies em sentido contrário aos colonizadores absorveram parte da cultura e das práticas dos povos indígenas. Repetindo e copiando muitos dos ritos praticados pelos povos nativos americanos. Respeitando, utilizando e conservando o conhecimento ancestral na busca de crescimento e elevação espiritual por meio dos ritos xamânicos. Os hippies, assim como os nativos americanos, também tinham uma consciência de preservação da biodiversidade e das culturas ancestrais. Os hippies tinham como filosofia o amor livre e o desapego aos bens de consumo. Foram contra a guerra, e pregavam o amor e a igualdade entre os povos.

A partir desse contexto de absorção da cultura tradicional dos povos indígenas e de resistência e luta contra o sistema colonizador, podemos contextualizar e fazer um paralelo da colonialidade cosmogônica descrita por Catherine Walsh (2009, p. 15) com o movimento hippie estadunidense. A autora afirma que:

Há também uma dimensão a mais da colonialidade...é a colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza, que se relaciona a força vital-mágico-espiritual da existência das comunidades afrodescendentes e indígenas, onde cada uma possui suas particularidades. Essa colonialidade se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não-modernas, “primitivas” e “pagãs” as relações espirituais e sagradas que conectam os mundos de cima e de baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos. Assim, pretende anular as cosmovisões, filosofias, religiosidades, princípios e sistemas de vida, ou seja, a continuidade civilizatória das comunidades indígenas e as da diáspora africana.

O uso de alguns ritos ameríndios pelos hippies a partir do seu contexto contracultural dos anos 1960 expressou de forma contrária o pensamento do colonizador europeu do século XVI. Enquanto os espanhóis buscaram conquistar e exterminar os povos pré-colombianos, o movimento hippie buscou na cultura e nos rituais indígenas uma maneira de preservar a cultura ancestral e estar em contato com o meio ambiente e a natureza. É a força cosmogônica ou da mãe natureza descrita por Walsh (2009, p. 15). Os hippies, sob uma nova perspectiva, buscavam por meio dos alucinógenos e ritos xamânicos respostas para seus questionamentos e estar em contato íntimo com a natureza e o amor livre.

Lévi-Strauss (1996) nos fala que por meio do “progresso” uma das bandeiras da modernidade, diversos povos tradicionais foram conquistados e tiveram suas culturas destruídas em nome do desenvolvimento. Muitas comunidades indígenas lutaram e ainda lutam para sobreviver e manter vivos seus valores, crenças, costumes e estilos de vida. Infelizmente outras culturas indígenas não tiveram a mesma sorte, sendo exterminadas. Foram covardemente banidas junto com suas tradições.

De maneira diferente e com outras “armas”, o movimento hippie também sofreu perseguição e discriminação na década de 1960. Assim como os povos ameríndios, também deixaram um legado ideológico e cultural. O pacifismo e as preocupações com o meio ambiente foram suas principais bandeiras. Os hippies ensinaram os ativistas a lutarem e se unirem, criando assim suas próprias revoluções. Como diz Maciel, "A grande revolução foi a liberdade. A verdade de Jean-Paul Sartre (filósofo), de que somos livres para inventar a nós mesmos foi posta em prática. Houve uma contestação da maneira de viver vigente, uma subversão de valores..." (PINHEIRO, 2010, p. 51).

O sonho hippie infelizmente acabou, e a partir da década de 1970 os hippies deram lugar a sua antítese, os yuppies⁶⁴. Os yuppies eram jovens mais interessados numa carreira de sucesso

⁶⁴ Os yuppies – young urban professionals (jovens profissionais urbanos) substituíram os hippies. Sua única motivação era e continua sendo, o do ganho econômico imediato, à custa de tudo e de todos. Os yuppies são uma face da guerra cultural atual, a face glamorosa, aquela que a publicidades sustenta. O oposto dos hippies e sua filosofia (COELHO NETTO, 2000, p. 12).

do que no ideal de paz e amor pregado pelos jovens cabeludos que lutaram com suas cores, sua música, suas drogas e sua ideologia para que houvesse um mundo melhor. Onde todos pudessem viver de maneira igual e harmoniosa e sob a mesma bandeira de paz e amor (PINHEIRO, 2010, p. 51).

Considerações Finais

Com esse artigo busquei mostrar alguns alucinógenos, encontrados em plantas e animais, utilizados pelos povos mesoamericanos, andinos e ameríndios. O seu uso nas culturas tradicionais e nas comunidades alternativas, como o movimento hippie estadunidense na década de 1960. Mostrei também, algumas similaridades entre os ritos indígenas e o movimento hippie. O quanto a cultura ancestral os influenciou em sua filosofia de vida. E que ambos buscavam uma vida de paz, amor e comunhão com a natureza.

Os ideais indígenas e hippies, com suas particularidades e diferenças, buscaram um mesmo propósito, o bem comum de suas culturas e tradições. Os ritos alucinógenos e a cultura ancestral dos povos indígenas se mantiveram em parte, mesmo sendo brutalmente perseguidas e tendo muitas populações dizimadas pelos colonizadores. Alguns traços da colonização do início do século XVI ainda se mantêm presentes sobre os povos indígenas na atualidade.

Existe o risco de perda do conhecimento tradicional indígena caso não haja a conscientização da sociedade na preservação dessa cultura ancestral. As plantas e animais com substâncias alucinógenas citadas nesse artigo foram e ainda são utilizadas pelas comunidades indígenas tradicionais e por comunidades alternativas espalhadas pelo mundo.

Muitas dessas plantas e animais são objetos de pesquisa da indústria farmacêutica. Os povos indígenas são os protetores da fauna e flora das matas. A herança cosmogônica deixada pelos povos ancestrais é imensa, mas a bandeira do progresso tem avançado rapidamente sobre as populações indígenas da América, e não sabemos até quando essas comunidades conseguirão resistir.

Se não houver a preservação da cultura tradicional dos nativos americanos, as plantas, os alucinógenos, os ritos tradicionais, o xamanismo, os rituais de cura, as danças e as músicas, não serão passadas para as futuras gerações e povos indígenas. O movimento hippie num determinado espaço de tempo buscou em alguns desses ritos uma maneira de estar em contato com a natureza e lutar contra a imposição das classes dominantes, assim como tem feito há séculos os indígenas em sua luta contra os colonizadores e a sociedade estabelecida.

Faz-se necessário que o conhecimento acerca das plantas e animais que possuem propriedades psicoativas, farmacológicas e estimulantes seja preservado também. Esse conhecimento é riquíssimo e tem contribuído com a comunidade mundial para estudos e pesquisas com medicamentos e substâncias com potenciais medicinais. Os povos indígenas sozinhos não conseguirão proteger essa riqueza natural e manter vivos seus valores, suas crenças e seus costumes, que são herança para toda humanidade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Dráulio Carvalho. **O mito e o trágico em Jim Morrison: a poesia como choque e redenção da história.** 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

AVILÉS-PERAZA, GABRIELA C. Balché (*Lonchocarpus longistylus*): árbol mágico, usos ceremoniales y medicinales. **Herbario CICY**, Yucatán, México, v.7, pp. 46-48, 2015.

CÂMARA CASCUDO, Luísa. **Meleagro: pesquisa do Catimbó e notas da magia branca no Brasil.** Rio de Janeiro: Agir, 1978.

CARNEIRO, Henrique. As plantas sagradas na história da América. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 32, pp. 102-119, 2004.

CAROD-ARTAL, F. J. Alucinógenos en las culturas precolombinas mesoamericanas. **Neurología**, v. 30, n. 1, pp. 42-49, 2015.

CASTAÑEDA, Carlos. **A erva do diabo: os ensinamentos de Dom Juan.** 37. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2016.

CERVANTES-CONTRERAS, Mario; PEDROZA-RODRÍGUEZ, Aura Marina. El pulque: características microbiológicas y contenido alcohólico mediante espectroscopia Raman. **Nova**, v. 5, n. 8, 2007.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Guerras culturais: arte e política no novecentos tardio.** São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2000.

DE SOUZA, P. A. Alcaloides e o chá de ayahuasca: uma correlação dos "estados alterados da consciência" induzido por alucinógenos. **Rev. bras. plantas med**, v. 13, n. 3, pp. 349-358, 2011.

FERREIRA, Pedro Eugênio M.; MARTINI, Rodrigo K. Cocaína: lendas, história e abuso. **Rev. Bras. Psiquiatr.** v. 23, n. 2, pp. 96-99, 2001.

FURST, Peter T. **Los alucinógenos y la cultura.** México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

HUXLEY, Aldous. **As portas da percepção: céu e inferno.** São Paulo: Ed. Globo, 2002.

LA GARZA, Mercedes de. **Sueño y éxtasis: visión chamánica de los nahuas y los mayas.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Estudios Mayas, Fondo de Cultura Económica, 2012.

- LAHR, MARTA MIRAZÓN. A origem dos ameríndios no contexto da evolução dos povos mongolóides. **Revista USP**, n. 34, pp. 70-81, 1997.
- LEARY, Timothy. **Flashbacks: LSD: a experiência que abalou o sistema**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LENS, Sidney. **A fabricação do império americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes tópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LONGMAN. **Dicionário escolar: inglês-português português-inglês para estudantes brasileiros**. 2. ed. [S.l.]: Pearson Education Ltd, 2008.
- MACIEL, Luiz Carlos. O tao da contracultura. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia (Orgs.). **“Por que não?”: rupturas e continuidades da contracultura**. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2007. pp. 64-75.
- OTT, Jonathan. **Pharmactheon; drogas enteogénicas, sus fuentes vegetales y su historia**. Barcelona: La liebre de Marzo, 2000.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é contracultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- PINHEIRO, Igor Fernandes. **Não fale com as paredes: contracultura e psicodelia no Brasil**. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- PINHEIRO, Marcio. Houve uma vez um... verão do amor. **Aventuras na história**, [s.l.], n. 78, pp. 46-51, Jan. 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil Republicano**. V. 14. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 147.
- ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**. Petrópolis: Vozes. 1972.
- SAHAGÚN, Fray Bernardino de. **Historia general de las cosas de Nueva España**. México: Porrúa; 1985.
- SCHULTES, Richard Evans; HOFMANN, Albert. **Plantas de los dioses: las fuerzas mágicas de las plantas alucinógenas**. México: Fondo de CulturaEconómica, 2000.
- SCHULTES, Richard Evans. “An overview of hallucinogens in the western hemisphere”. In: FURST, Peter. **Flesh of the Gods; the ritual use of hallucinogens**. Prospect Highs, Illinois: Waveland Press, 1990. pp. 3-54.
- STOREY, John. **Cultural theory and popular culture: a reader**. University of Georgia Press, 2006.
- TAYLOR, Walter W. The hunter-gatherer nomads of northern Mexico: A comparison of the archival and archaeological records. **World Archaeology**, v. 4, n. 2, pp. 167-178, 1972.
- VARELLA, Alexandre C. Os “informantes” do frade Sahagún: da etnografia avant la lettre aos limites do “outro” em relatos indígenas no México do século XVI. In: Encontro Regional Sul de História Oral, 7., 2013, Foz do Iguaçu, **Anais...** Foz do Iguaçu: UNILA, 2013.

_____. A cultura do uso de psicoativos nas grandes civilizações pré-colombianas (aproximações e perspectivas). **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos**, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-surgir e re-viver. In: **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. CANDAU, Vera Maria (Org). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, pp.12-42.

URBS URBIS, OBRAS DE G. FOGAÇA: REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DA METRÓPOLE PÓS-MODERNA

*Bianca Cristina Barreto Casanova*⁶⁵

RESUMO: O presente artigo objetiva interpretar o conjunto da obra de G. Fogaça a partir de teóricos da pós-modernidade, principalmente Michel Angier e Stuart Hall. Encontramos na arte fogaciana o testemunho de um artista que passou do tradicionalismo da arte goiana para a denúncia da vida estressante nas grandes cidades com o advento da globalização, concomitantemente ao momento em que Goiânia se inseria neste contexto mundial. Mais recentemente, evolui para uma arte mais abstrata e descompromissada, ou ainda, mais comprometida com as expectativas do próprio autor, denotando, de todo modo, o individualismo pós-moderno.

Palavras-chave: G. Fogaça, Arte, Pós-Modernidade, século XXI, Brasil.

O Artista

Jecimar de Souza Arruda, ou G. Fogaça, nasce em 1967 na cidade de Goiás (1), passa a morar em Britânia (2) com sua família aos três anos de idade, e de lá só sai aos dezoito. Autodidata, começa a pintar durante o período escolar paisagens da cidade de Goiás, chamando a atenção da diretora de seu colégio. Ela o incentiva a vir para Goiânia, e se dispõe a lhe patrocinar por alguns meses.

Na capital, passa a vender quadros ambulando na Avenida Anhanguera, ainda com a temática das paisagens interioranas (apesar do que o choque ao se deparar pela primeira vez

⁶⁵ Mestranda e graduanda em História pela Universidade Federal de Goiás, advogada. biancac.casanova@gmail.com

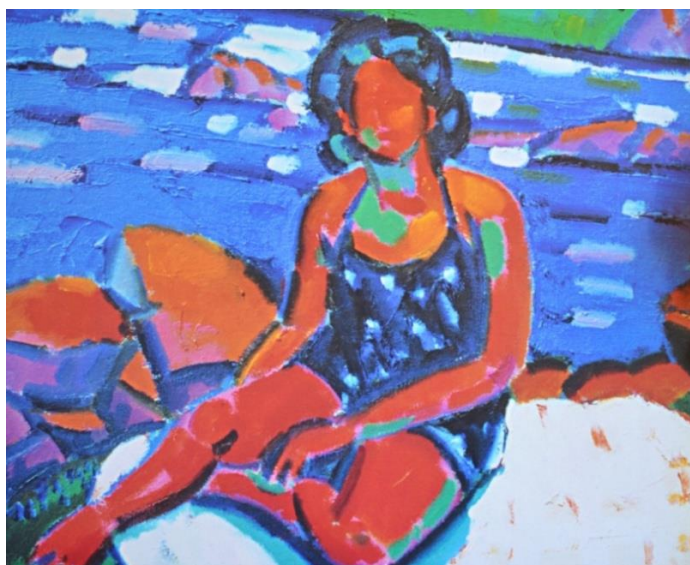
com uma cidade grande tenha lhe causado alguma inquietação artística, que só irá se manifestar nos anos 2000), mas já com sua personalidade estética expressionista (3).

Pintura 1 - Cidade Colorida (2001), G. Fogaça



Fonte 1: foto tirada da pintura (óleo sobre tela). Catálogo A mão sabe a cor da cor; 2001, pg 5.

Pintura 2: Mulher Vermelha no Rio Vermelho (2001), G. Fogaça



Fonte 2: foto tirada da pintura (óleo sobre tela). Catálogo A mão sabe a cor da cor; 2001, pg 1.

Nessa época, é abordado na rua e convidado a expor na Galeria Vanda Pinheiro (4). A partir de então, entra num crescente de exposições e concursos, e recebe o apreço de Amaury Menezes (5) quando este lhe julga no Concurso Novos Valores, no Palácio da Cultura, em 1987, que premiava artistas plásticos em início de carreira. Participa de diversas exposições até 1991, até que decide parar de expor, e mergulha em sua criação para buscar identidade na sua obra.

Volta timidamente a expor em 1998. Em 2000 se reinventa e começa a pintar metrópoles (5), e em 2002 retoma sua rotina de várias exposições, que se mantém até hoje.

Urbs Urbis: imaginário de um coletivo caótico

O artista plástico G. Fogaça, em sua nova fase urbana, a partir do ano 2000, retrata o estresse característico do cotidiano atribulado das metrópoles superpovoadas, sendo seu conjunto de obras “Urbs Urbis”, de 2010, talvez, o mais característico dessa fase (figuras 3 a 5). Seus quadros transmitem a atmosfera caótica, poluída e exaustiva do trânsito das grandes cidades, sem, contudo, delimitar qual cidade em específico está retratando.

Goiânia, fundada em 1933, com um plano diretor de 1938 que comportava 50 mil habitantes, logo nos anos 50 já possuía um crescimento superior ao planejamento inicial, e em

60 o surgimento de novos bairros dava mostras de que seria uma das maiores metrópoles do Brasil. Na década de 70, Goiânia possuía mais que o dobro da população da década anterior, e ganhou o acréscimo de milhares de carros. Em 1999, a Região Metropolitana de Goiânia é criada, totalizando 20 municípios, com um processo de conurbação que vem ocorrendo até hoje.

Como ressalta Alda Maria Araújo Torreal Rosa (*A produção do espaço em Goiânia*, 2006, p.27), o fenômeno da metropolização da capital goiana tem poucas décadas, porém, para que seja entendido, há de se considerar que a população do mundo passou de rural a prevalentemente urbana em menos de um século, não apenas com a proliferação de cidades, mas também com o crescimento delas, produzindo uma nova forma espacial denominada área ou região metropolitana.

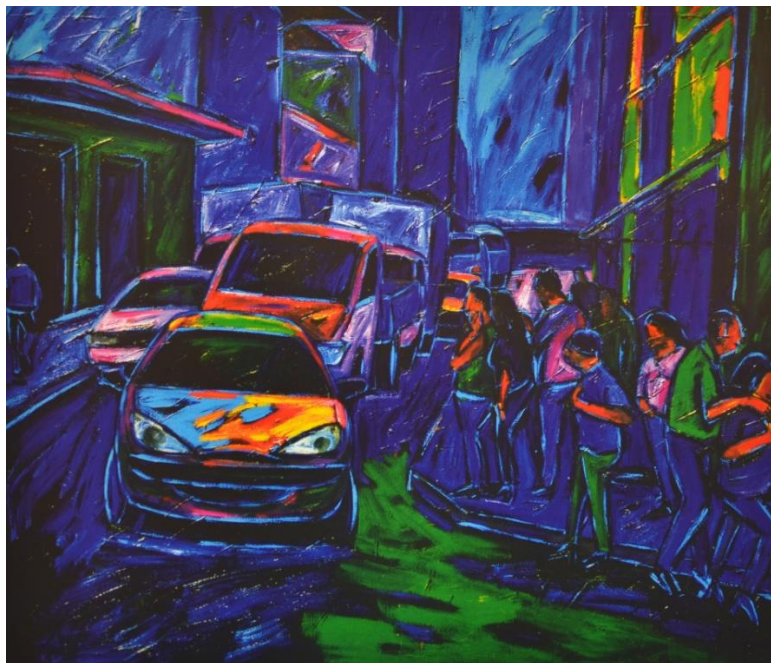
Observa-se, dessa maneira, a metropolização de muitas cidades, que, diante da perspectiva de estagnação, tratam logo de se auto-inserirem na lógica capitalista. Goiânia encontra-se nessa roda viva, criando oportunidades e eventos que permitem sua continuidade neste mundo em movimento, a continuidade temporal e a coerência espacial dentro do sistema vigente (Alda, 2006, p.24).

Milton Santos aborda essa nova fase da urbanização brasileira referindo-se à multiplicação das cidades milionárias, que eram duas (São Paulo e Rio de Janeiro) até 1960 e se contavam quinze no ano 2000, inclusive Goiânia, com mais de um milhão de habitantes. E justifica na rapidez do desenvolvimento das novas relações espaço-tempo que afetaram as cidades médias desta região o reforço da capital ao ser alçada à condição metropolitana, apesar de sua proximidade de Brasília (SANTOS, 2005). Milton Santos explica a fundamental importância que o fenômeno de macrourbanização e metropolização ganhou nas últimas décadas mediante, além de outros fatos, a concentração da população e da pobreza, contemporânea da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias (SANTOS, 2005, p. 206). A capital goiana, assim, no início do século XXI supera o estereótipo de cidade-rural, retaguarda do agronegócio.

Essas novas relações espaço-tempo constatadas por Milton Santos são expostas de maneira intensa, vibrante e provocadora pelo artista plástico G. Fogaça, que reflete as angústias e ansiedades diante do estresse diário das grandes cidades e da sociedade atual. Na emotividade de suas obras estão diluídos os dramas do cotidiano como tráfego, ruído, poluição, violência, velocidade e acidentes. Para Nathalie Lescop-Boeswillwald (2010), “Fogaça é o pintor da vida

comum que materializa o espectro da cidade desumanizada”, e é reiterada por Oscar D’Ambrosio (2010) quando este diz que o pintor oferece “novas visões de um dia-a-dia em que sobreviver sem perder a humana sensibilidade é uma luta permanente, que a pintura de G. Fogaça ajuda a vencer”.

Pintura 3 - Antes da Travessia (2010), 100x120 cm, G. Fogaça



Fonte 3: foto tirada da pintura (óleo sobre tela). Catálogo Urbs Urbis, 2010, pg. 35.



Fonte 4: foto tirada da pintura (óleo sobre tela). Catálogo Urbs Urbis, 2010, pg. 43.

Significando “cidade do cidadão”, em tradução livre do latim, “Urbs Urbis” é uma composição que fala por si mesma. Os tons fortes, de pigmentação pura, dão um efeito *neon* à composição, remetendo à *pop art*, marco artístico da passagem da modernidade para a pós-modernidade. Prédios geométricos amontoados uns sobre os outros emolduram inúmeros carros em congestionamento, alguns pedestres e ciclistas. O azul-violeta predominante nos quadros, apesar de ser classificado como um tom “frio”, em composição com a obra transmite uma impressão “quente”, sufocante, nauseante, estressante, como se se pudesse sentir o cheiro de poluição, a luz cegando os olhos, o sol queimando a pele e o mormaço sufocante. Esse azul cortado por algumas pinceladas de tons puros de verde, vermelho e amarelo expressam os reflexos solares na cidade ao mesmo tempo em que se assemelha com imagens vistas através de câmeras de infravermelho, que captam o calor e a radiação da cidade, expondo as variações do índice de albedo no concreto, no asfalto e na lataria dos carros.

Relacionada com seu título, a obra fica ainda mais significativa. Utilizando-se do latim para nomeá-la, Fogaça remonta à urbe romana, símbolo de civilidade, e de como o espaço urbano foi originalmente pensado para atender ao cidadão, afinal, a cidade deveria ser do cidadão. Entretanto, o título “Urbs Urbis” é quase um paradoxo com a obra que nomeia. O

cidadão na urbe de Fogaça quase não é identificado pessoalmente. Dentre os 22 quadros que compõem esta série de obras, as pessoas retratadas são poucas. Suas presenças são indireta e subjetivamente percebidas através dos inúmeros carros trafegantes, que logicamente devem comportar condutores e passageiros. Nos poucos quadros onde pessoas são retratadas (figuras 3 e 4), elas são anônimas, sozinhas, com poucas denotações de alguma relação afetiva entre si. O que se percebe é que o cidadão não é o centro da obra. É a cidade. Ela, como que um ente de vida própria, tem as pessoas e os carros como células que a compõem, e as ruas como veias que a alimentam. Nesse sentido, antagonicamente ao que significa o título, o cidadão é visto como posse da cidade. O cidadão é da cidade, seu único propósito existencial é servir à cidade: passar horas no trânsito sob tensão constante nos faz perder momentos preciosos de vida. O tempo que passamos cotidianamente transitando é a parcela de vida que deixamos de viver para entregá-la à cidade.

Pintura 5 - Passarela (2010), 100x120 cm, G. Fogaça



Fonte 5: foto tirada da pintura (óleo sobre tela). Catálogo Urbs Urbis, 2010, pg. 39.

G. Fogaça, como bem disse Nathalie Lescop-Boeswillwald, doutora em História da Arte, “é uma testemunha da sua época” (Urbs Urbis, 2010, p. 29), ideia que vai ao encontro da noção de “testemunha ocular histórica”, de Peter Burke, e que também está em consonância com Georges Didi-Huberman, que descreve, interroga e defende o valor das imagens na

reconstituição da história, além da necessidade de se analisá-las criticamente. Segundo Didi-Huberman (2012), “A questão das imagens está no âmago desta grande agitação do tempo, deste nosso ‘mal-estar na cultura’. Seria preciso saber ver nas imagens aquilo de que elas são sobreviventes”. Aplicado ao nosso estudo, logo, é necessário saber ver nas pinturas de G. Fogaça o porquê de sua proposta plástica: o trânsito caótico das metrópoles nas últimas décadas do qual o pintor e nós, espectadores, somos sobreviventes (por enquanto), juntamente com a obra *Urbs Urbis* (que se eternizará como registro histórico do tempo que vivemos).

“Imagens apesar de tudo”, de Georges Didi-Huberman, reforçado por “Ambições Eucrônicas: História Cultural e Interpretação de Imagens”, de Heloísa Selma Fernandes Capel, tratam da impossibilidade de se chegar a uma “verdade” na história, mas, ao mesmo tempo, da importância da imagem para se interpretar (o quanto possível) determinado momento histórico. O trabalho de interpretar a obra de G. Fogaça como essa testemunha histórica seria, então, “facilitado” por não haver o risco do anacronismo, visto que ele é nosso contemporâneo. Mas ainda assim nossa “ambição eucrônica”, alertada por Heloísa Capel, não é totalmente saciada: nunca passaremos pelas mesmas experiências de G. Fogaça para compreendermos exatamente sua mensagem artística.

Mas vale a intenção. A transição de G. Fogaça das paisagens bucólicas do interior de Goiás e de Minas Gerais para cidades sem nome, urbanizadas – ou melhor, asfaltadas, concretadas – é paralela à transição de Goiânia, o lugar onde Fogaça cresceu como artista, de uma cidade de porte médio para uma metrópole, em um contexto globalizado, e, por isso, seguindo a ideia do geógrafo Milton Santos (2000), com uma cultura homogeneizada ao resto do mundo – o que explicaria a falta de um “rosto” às cidades pintadas por Fogaça.

Inserir o contexto da capital goiana no complexo das metrópoles de um planeta globalizado é mostrar o quanto estamos mundialmente interligados, compartilhando sensações. É o que nos mostra Fogaça ao pintar cidades-coringa, sem caracterizações ou particularidades. O trânsito retratado pode ser visto como o de Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Cidade do México ou Nova York. Mas, ao mesmo tempo, há especificidades das impressões goianienses de se viver em uma metrópole congestionada, com um ritmo de vida “alucinante”, logo nós, que possuímos tradições rurais, que há poucas décadas vivíamos em cidades do interior ou mesmo em fazendas, com um cotidiano extremamente diferente, mais lento e contemplativo. E é exatamente este traço de heterogeneidades em um mundo homogêneo que caracteriza o homem contemporâneo e que faz de G. Fogaça sua testemunha histórica.

A História Cultural, norteadora deste trabalho, concebe a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo, refletindo sua relação com seu tempo e lugar. Assim, a história não é vista como uma ciência objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um determinado período; noções que são bem discutidas por Stuart Hall e Michel Angier em suas reflexões sobre identidade cultural na pós-modernidade.

Para compreendermos melhor estes dois autores, vemos que em “Origens da Pós-Modernidade” Perry Anderson explica que a pós-modernidade é um conceito da sociologia histórica que designa a condição sócio-cultural e estética dominante no capitalismo após a queda do Muro de Berlim (1989), o colapso da União Soviética e a crise das ideologias nas sociedades ocidentais no final do século XX, com a dissolução da referência à razão como uma garantia de possibilidade de compreensão do mundo através de esquemas totalizantes; tendo como características a policulturalidade (7), a multiplicidade (8) e a hiperinformação (9).

Dentre os diversos questionamentos que suscitam do conceito de pós-modernidade, Michel Angier e Stuart Hall focam na identidade cultural, que se reflete na arte e ajuda a pensar a obra de G. Fogaça.

As mudanças ocorridas no mundo pós-moderno teriam sido ocasionadas, principalmente, pelo processo de globalização, que alteraria as noções de tempo e de espaço, desalojaria o sistema social e as estruturas fixas, e possibilitaria o surgimento de uma pluralização dos centros de exercício do poder. Desde a década de 1980, desenvolve-se um processo de construção de uma cultura em nível global; não apenas a cultura de massa (10), já desenvolvida e consolidada desde meados do século XX, mas um verdadeiro sistema-mundo (11) cultural que acompanha o sistema-mundo político-econômico resultante da globalização.

A Pós-Modernidade, que é o aspecto cultural da sociedade pós-industrial, inscreve-se neste contexto como conjunto de valores que norteiam a produção cultural subsequente. Entre estes, a multiplicidade, a fragmentação (12), a desreferencialização (13) e a entropia (14) - que, com a aceitação de todos os estilos e estéticas, pretende a inclusão de todas as culturas como mercados consumidores. No modelo pós-industrial de produção, que privilegia serviços e informação sobre a produção material, a Comunicação e a Indústria Cultural ganham papéis fundamentais na difusão de valores e ideias do novo sistema.

Em “Distúrbios identitários em tempos de globalização” (2001), Michel Angier expõe essa problemática da seguinte maneira:

“Por um lado, a mundialização coloca em questão, pelo acesso maciço aos transportes e às comunicações, as fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares e identidades. Por outro, a circulação rápida das informações, das ideologias e das imagens acarreta dissociações entre lugares e culturas. Nesse quadro, os sentimentos de perda de identidade são compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias. Híbrida ou mestiça, como se diz agora, a cultura encontra-se assim mais dominada do que nunca pela problemática da identidade, que se enuncia cada vez mais como uma ‘identidade cultural’” (ANGIER, 2001, p. 7).

Porém, o autor critica essa concepção, mostrando, inversamente, a emergência das “culturas identitárias” em um contexto de globalização acelerada das situações locais:

“Inscrevendo-se no quadro precedente, a concepção relacional da identidade permite nos aproximarmos um pouco mais da busca de seu “abrigo virtual”. Com efeito, o ponto de partida das buscas de identidade individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro. É necessário, então, pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados” (ANGIER, 2001, p. 7).

Nesse ponto, Angier coloca os meios urbanos como fatores de encadeamento ou reforço dos processos identitários:

“A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte, desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidades, e na teoria, a dimensão relacional da identidade. Por sua vez, esses relacionamentos “trabalham”, alterando ou modificando, os referentes dos pertencimentos originais (étnicos, regionais, faccionais etc.). Essa transformação atinge os códigos de conduta, as regras da vida social, os valores morais, até mesmo as línguas, a educação e outras formas culturais que orientam a existência de cada um no mundo. Dito de outra forma, o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças etc.), é o que torna problemática a cultura e, no final das contas, a transforma” (ANGIER, 2001, p. 8).

Na obra *Urbs Urbis* de G. Fogaça, por outro lado, a cidade é colocada como o oposto desta promotora de pluralidade identitária defendida por Angier. Na verdade, a obra vai ao encontro da noção originária de homogeneidade cultural que Angier refuta: as poucas pessoas retratadas não possuem significativos diferenciais estéticos, vestem-se com o uniforme ocidental do “jeans e camiseta”, transitam uns pelos outros sem demonstrar qualquer retroalimentação étnico-cultural.

Para concluir sua reflexão, Michel Angier invoca Claude Lévi-Strauss (1977:10), defendendo a necessidade de retornarmos à única identidade que podemos ter como verdadeira: a identidade do humano.

Em “A Identidade cultural na Pós-Modernidade” (2004), de Stuart Hall, há um enfoque diferente do de Michel Angier sobre a identidade contemporânea: ao invés de colocar uma

“emergência das culturas identitárias” como fez Angier, Hall busca avaliar se estaria ocorrendo verdadeiramente uma crise com a identidade cultural, em que consistiria tal crise e qual seria a direção da mesma na pós-modernidade. Para efetivar tal intento, o autor analisa o processo de fragmentação (12) do indivíduo moderno enfatizando o surgimento de novas identidades, sujeitas agora ao plano da história, da política, da representação e da diferença. A preocupação de Hall também se volta para o modo como haveria se alterado a percepção de como seria concebida a identidade cultural.

De modo geral, diz-se que as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito uno. Essa "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (Hall, 2006, p. 01).

Segundo alguns teóricos, as identidades modernas estariam entrando em colapso; pois um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades pós-modernas desde o fim do século XX, que fragmenta as ideias culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade; noções que no passado haviam fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. De acordo com estes mesmos teóricos, tais transformações estariam também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento — descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos — constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo.

Stuart Hall problematiza, então, essa noção “catastrófica” de crise de identidade pós-moderna, e questiona a ideia de que as identidades nacionais tenham sido alguma vez tão unificadas ou homogêneas quanto fazem crer as representações que delas se fazem. Mesmo assim, diz que “na história moderna, as culturas nacionais têm dominado a ‘modernidade’ e as identidades nacionais tendem a se sobrepor a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural” (Hall, 2006, p. 18).

Dentre os diversos enfoques abordados por Stuart Hall sobre a pós-modernidade, o que mais concerne à interpretação da obra artística de G. Fogaça está em seu quarto capítulo, “Globalização”, dizendo ser esta “o complexo de processos e forças de mudança que tem o

poder de deslocar as identidades culturais nacionais, intensificado no fim do século XX”. Convocando Anthony McGrew (1992) para esta explicação, a "globalização" se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da "sociedade" como um sistema bem delimitado, e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço (Giddens, 1990, p. 64). Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais (Hall, 2006, p. 18).

Desde os anos 70, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações. Hall elenca, assim, as possíveis consequências perceptíveis a partir de então: a) as identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do "pós-moderno global", b) as identidades nacionais e outras identidades "locais" ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização; c) as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades — híbridas — estão tomando seu lugar.

Hall questiona então se as identidades nacionais realmente estariam sendo "homogeneizadas". Bem, "homogeneização" é a "tese" mais perceptível na obra de G. Fogaça, que trocou a tradicional pintura de paisagens de cidades históricas para algo mais inovador – pelo menos para a cena artística goianiense –; suas metrópoles genéricas congestionadas por transeuntes anônimos só reforça a noção de homogeneização cultural, que para muitos teóricos é um grito angustiado daqueles que estão convencidos de que a globalização ameaça solapar as identidades e a "unidade" das culturas nacionais.

Para Stuart Hall, entretanto, este quadro, da forma como é colocado, como visão do futuro das identidades num mundo pós-moderno, é muito simplista, exagerado e unilateral. Para ele, "parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações globais e *novas* identificações locais" (Hall, 2006).

“Como conclusão provisória, parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e "fechadas" de urna cultura nacional.

Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto, seu efeito geral permanece contraditório. Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de "Tradição", tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou "puras"; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de "Tradução". (HALL, 2006, p. 24)

Na contramão de todas as tendências históricas (se é que elas existem), Hall percebe o ressurgimento do nacionalismo e de outras formas de particularismo no final do século XX, que, "ao lado da globalização e a ela intimamente ligado, constitui, obviamente, uma reversão notável, uma virada bastante inesperada dos acontecimentos. Nada nas perspectivas iluministas modernizantes ou nas ideologias do Ocidente nem o liberalismo nem, na verdade, o marxismo, que, apesar de toda sua oposição ao liberalismo, também viu o capitalismo como o agente involuntário da "modernidade" previa tal resultado" (Hall, 2006).

"Tanto o liberalismo quanto o marxismo, em suas diferentes formas, davam a entender que o apego ao local e ao particular dariam gradualmente vez a valores e identidades mais universalistas e cosmopolitas ou internacionais; que o nacionalismo e a etnia eram formas arcaicas de apego — a espécie de coisa que seria "dissolvida" pela força revolucionadora da modernidade. De acordo com essas "metanarrativas" da modernidade, os apegos irracionais ao local e ao particular, à tradição e às raízes, aos mitos nacionais e às "comunidades imaginadas", seriam gradualmente substituídos por identidades mais racionais e universalistas. Entretanto, a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do "global" nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do "local". Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes. Entretanto, isto também sugere que, embora alimentada, sob muitos aspectos, pelo Ocidente, a globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do Ocidente". (HALL, 2006, p. 26)

A visão de Stuart Hall, assim, apresenta as pessoas como produtores e consumidores de cultura ao mesmo tempo, assumindo dessa maneira uma posição pós-gramsciana (Martins, 2011), abrangendo questões sobre a hegemonia e cultura. Ele considera o uso da linguagem como operador de uma estrutura de poder, instituições, política e economia. Na teoria gramsciana, hegemonia refere-se à produção sociocultural de "consentimento" e "coerção"; para Hall, a cultura não era algo para simplesmente apreciar ou estudar, mas um "local crítico da ação social e de intervenção, onde as relações de poder são estabelecidas e potencialmente instáveis". Esta possibilidade de negociação e oposição por parte do público significa que este

não se limita a aceitar passivamente uma informação, sendo questionável, assim, a ideia de um total controle social.

Segundo Zygmunt Bauman (1999), na pós-modernidade toda arte é arte, e ela não precisa estar alinhada com um objetivo político futuro, como era comum no modernismo da primeira metade do século XX. Não há mais estilos e movimentos retrógrados ou progressistas – o retrógrado é não aceitar a possibilidade de se legitimar qualquer estilo ou movimento. Assim, cabe aos artistas pós-modernos/contemporâneos produzirem algo de grande impacto, para conseguirem se destacar entre vários outros artistas tão legítimos quanto eles.

Para Bauman, pela primeira vez na história a arte adquire uma autonomia antes somente imaginada. A pós-modernidade aceita praticamente todas as manifestações do imaginário humano; a arte é pela arte por excelência, já que não há mais motivos para ligá-la à transformação social, visto que esta não é possível em um mundo fluido, sem projetos políticos e sem utopias.

G. Fogaça se insere nesse quadro pós-moderno em sua última fase (pinturas 6 e 7), iniciada em 2016, em que arrefece um pouco o engajamento da denúncia social contida nas estressantes obras *Urbs Urbis*, e produz algo mais intimista, abstrativizando suas pinturas – mas não completamente, visto que ainda se percebe, mesmo que talvez subliminarmente, alguns traços urbanos e automobilísticos.

Pintura 6: Sem Título (2016), 65x80 cm, G. Fogaça



Fonte 6: foto tirada da pintura (mista sobre cartão). Catálogo Roteiros, 2016, p. 43.

Pintura 6: Sem Título (2016), 95x175 cm, G. Fogaça



Fonte 6: foto tirada da pintura (mista sobre cartão). Catálogo Cartografias, Cidades e Metáforas; 2016, pg. 21.

Ainda que o suporte usual de G. Fogaça seja tradicionalíssimo, e a pintura abstrata classificada como moderna, podemos entender esta última fase fogaciana como amostra de um “último tempo pós-moderno” (Mayorca, 2014). Juliana Pessi Mayorca (2014) propõe:

“Primeiramente, se o pós-moderno pretende acabar com o moderno, fazendo isso estará fazendo exatamente o que a arte moderna fez no início do século passado: Ruptura. Enquanto o modernismo quer romper com o passado, o pós-modernismo visa ao diálogo com o tempo, com a história. Para muitos, o pós-modernismo e o tradicionalismo caminham juntos. Essa característica é o segundo tempo pós-moderno. Nesse período, a invenção parece estar esgotada e a solução é voltar ao passado por meio da paródia, do neo-expressionismo” (MAYORCA, 2014, p. 2).

Existem diversas formas de se ser pós-moderno, especialmente quando se trata de arte. Para alguns críticos, a arte passa a ser pastiche porque perdeu a originalidade, não se sabe mais criar; não há propostas bem definidas. O contemporâneo é uma miscigenação de muitas coisas, é composto de diversos paradoxos; não há necessariamente uma preocupação com grandes temas, nem compromisso social ou intelectual. O momento pós-moderno não apresenta coerências, muito menos linhas evolutivas. O pluralismo (8) e o ecletismo (15) são a norma. O posicionamento neo-expressionista (16) – comumente visto como modernista tardio – de G. Fogaça, portanto, poderia ser considerado por muitos como contemporâneo, pós-moderno.

Independentemente de classificações, o que vale considerar é que Fogaça é um produto da pós-modernidade. Assim como Zygmund Bauman, Michel Angier ou Stuart Hall, o artista expõe, a seu modo, os conflitos do nascente século XXI – seja pela troca do costume goiano de pintar paisagens tradicionais para a denúncia do caos urbano com o advento da globalização, seja pela evolução desta para uma arte mais abstrata e descompromissada – ou talvez, comprometida com as expectativas do próprio autor, denotando, de todo modo, o individualismo pós-moderno.

REFERÊNCIAS

- (1) Goiás ou Cidade de Goiás é um município brasileiro do estado de Goiás. O município foi reconhecido em 2001 pela UNESCO como sendo Patrimônio Histórico e Cultural Mundial por sua arquitetura barroca peculiar, por suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que o circunda.
- (2) Britânia, fundada em 1957, é um município do interior do estado de Goiás. Sua população estimada em 2004 era de 5.583 habitantes. A região desenvolveu inicialmente a agricultura, mas hoje predomina a pecuária e desperta para o desenvolvimento do turismo. Seu ponto turístico mais conhecido é o Lago dos Tigres.
- (3) O Expressionismo foi um movimento artístico e cultural de vanguarda surgido na Alemanha no início do século XX. Não era somente um estilo com características em comum, mas um amplo movimento que propunha uma nova forma de entender a arte, e que aglutinou diversos artistas de várias tendências. O expressionismo surge como uma reação ao positivismo associado aos movimentos impressionista e naturalista, propondo uma arte pessoal e intuitiva, onde predominasse a visão interior do artista – a "expressão" – em oposição à mera observação da realidade – a "impressão". O Expressionismo compreende a deformação da realidade para expressar de forma subjetiva a natureza e o ser humano, dando primazia à expressão de sentimentos em relação à simples descrição objetiva da realidade. Através de uma paleta cromática vincada e agressiva e do recurso às temáticas da solidão e da miséria, o expressionismo é um reflexo da angústia e ansiedade que dominavam os círculos artísticos e intelectuais da Alemanha durante os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e que se prolongaria até ao fim do período entre-guerras (1918-1939). Fruto das peculiares circunstâncias históricas em que surge,

o expressionismo veio revelar o lado pessimista da vida e a angústia existencialista do indivíduo, que na sociedade moderna, industrializada, se vê alienado e isolado. (CHILVERS, Ian. *Diccionario de arte*. Alianza Editorial, Barcelona, 2007. Pg 3.

(4) Vanda Pinheiro Gabinete de Arte pertencia à pintora e gravadora Vanda Pinheiro Dias. Nascida em Itaberaí/GO em 1930, Vanda Pinheiro estudou na Escola Goiana de Belas-Artes da UCG, quando foi aluna de Frei Nazareno Confaloni e de D.J. Oliveira. Possui obras de sua autoria no acervo do Museu de Arte de Goiânia.

(5) Amaury Menezes (1930) é um pintor e desenhista de Luziânia, Goiás. Começou seus estudos de pintura com Frei Nazareno Confaloni, D.J. Oliveira e Gustav Ritter na Escola de Belas Artes da Universidade Católica de Goiás no final dos anos 30. Entre 1963 e 1986, tornou-se professor de desenho e plástica na Escola Goiana de Belas Artes e no Departamento de Artes e Arquitetura da Universidade Católica de Goiás. O artista foi um nome importante para amplificar a visibilidade da arte goiana com suas representações de cenas urbanas e cotidianas. Já entre 1968 e 1971, torna-se diretor do curso de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás. Em 1970, quando Amaury resolve se dedicar à técnica em que mais se destacaria, a aquarela, Goiânia passava por um movimento artístico e cultural intenso. Foi o momento em que diversos ateliês foram abertos na cidade e que artistas como Amaury, DJ Oliveira, Sáida Cunha e Juca di Lima saíam pela cidade para pintar ao ar livre, retomando uma prática atrelada ao movimento impressionista francês do século XIX. Além dessa articulação com artistas, Amaury atuou na Exposição do Congresso Nacional dos Intelectuais em 1954, foi um dos fundadores do Museu de Arte de Goiânia, onde uma das salas leva seu nome, e recebeu, em 1990, o Prix Lucien Martial, concedido pela Societé Internationale da Beaux Arts. (<http://ermiracultura.com.br/2017/03/16/a-arte-emocional-de-amaury-menezes/> Consultado em 20 de outubro de 2017).

(6) Metrópole   o termo empregado para se designar as cidades centrais de áreas urbanas formadas por cidades ligadas entre si fisicamente (conurbadas), ou através de fluxos de pessoas e serviços, ou que assumem importante posi o econômica, política, cultural, comercial, etc. na rede urbana da qual fazem parte. (Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004). Segundo Regina Maria Proserpi

Meyer (2000), professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo:

“A observação do desenvolvimento urbano das metrópoles, sobretudo nos séculos XIX e XX, atesta seu indiscutível papel na consolidação do modo de produção industrial dos países onde se localizam. A partir de modelos e princípios urbanísticos muitas vezes distintos na aparência, mas bastante semelhantes na essência, o espaço de vida da sociedade industrial, localizado na metrópole moderna, apresentou variações de padrões urbanísticos ditados pela intensidade e pelo teor dos "impulsos renovadores". A disseminação desses modelos, como sempre ocorre com a difusão de valores econômicos e culturais, produziu resultados muito distintos fora de seus contextos originais. Assim, a metrópole europeia, a americana, a latino-americana e as asiáticas criaram padrões de organização material, de formas de crescimento, de vida cultural urbana, de imagem urbana, de relações com a natureza, que exprimiram simultaneamente a lógica do sistema produtivo e a singularidade de seus contextos históricos.”

- (7) Pluriculturalidade, policulturalidade ou, mais recentemente, multiculturalismo é um conceito que se emprega para explicar a variedade de culturas presentes em uma comunidade, em uma nação, em um grupo, entre outros. No entanto, este conceito é na maioria das vezes empregado para referir-se àqueles lugares geográficos que se unem e convivem de maneira harmoniosa com diversos costumes e tradições culturais que foram desenvolvidas por diferentes etnias. *(Disponível em <<http://queconceito.com.br/pluriculturalidade>> Acesso em 1 de dezembro de 2017)*
- (8) Multiplicidade, pluralismo ou diversidade cultural é um conceito criado para compreender os processos de diferenciação entre as várias culturas que existem ao redor do mundo. As múltiplas culturas formam a chamada identidade cultural dos indivíduos ou de uma sociedade; uma "marca" que personaliza e diferencia os membros de determinado lugar do restante da população mundial. A diversidade significa pluralidade, variedade e diferenciação, conceito que é considerado o oposto total da homogeneidade. Atualmente, devido ao processo de colonização e miscigenação cultural entre a maioria das nações do planeta, quase todos os países possuem a sua diversidade cultural, ou seja, um pouco das tradições e costumes de várias culturas diferentes. *(Disponível em <<https://www.significados.com.br/diversidade-cultural/>> Acesso em 1 de dezembro de 2017).*
- (9) Hiperinformação refere-se à transformação do ambiente devido à penetração das tecnologias digitais na sociedade, que favoreceu o aumento da densidade de conexão, interatividade e velocidade nos meios virtuais, possibilitado um intenso estado de

conexão entre todos os tipos de mídias e pessoas, jamais visto anteriormente. (Disponível em < <https://www.passeidireto.com/arquivo/30227705/livro---comunicacao-e-marketing-digitais---conceitos-praticas-metricas-e-inovaco/22>> Acesso em 1 de dezembro de 2017).

(10) Cultura de massa é o produto da chamada Indústria Cultural, consistindo em todos os tipos de expressões culturais que são produzidos para atingir a maioria da população, com o objetivo essencialmente comercial, ou seja, de gerar produtos para o consumo. Seguindo a lógica do capitalismo industrial e financeiro, a cultura de massa busca padronizar e homogeneizar os produtos, para que possam ser consumidos pela maioria das pessoas. Assim, tudo o que pertence a cultura de massa deve seguir um padrão pré-definido para o consumo imediato. Os meios de comunicação de massas (rádio, televisão, jornais, revistas e, principalmente, a *internet*) são os principais aliados da Indústria Cultural para a disseminação da cultura de massa, ajudando no processo de homogeneização cultural e na alienação dos consumidores. (Disponível em <<https://www.significados.com.br/cultura-de-massa/>> Acesso em 1 de dezembro de 2017).

(11) Sistema-mundo ou teoria de sistemas mundiais é uma teoria pós-marxista de relações internacionais, de geoeconomia e economia política internacional que se centra no estudo do sistema social e suas interrelações com o avanço do capitalismo mundial como forças determinantes entre os diferentes países. O "sistema-mundo" baseia-se na divisão interregional e transnacional do trabalho e resulta na divisão do mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos. Os países centrais concentram a produção altamente especializada e capital-intensiva, enquanto o resto do mundo se dedica à produção trabalho-intensiva e não especializada e à extração de matérias-primas. Isto tende a reforçar a dominância dos países centrais. Não obstante, o sistema tem características dinâmicas, em parte como resultado das revoluções na tecnologia de transportes, de modo que cada país pode ganhar ou perder *status* ao longo do tempo. Essa estrutura organizada com base na divisão do trabalho é uma economia-mundo - uma economia capitalista. Segundo a teoria do sistema-mundo, o subdesenvolvimento dos países do hemisfério sul se deve à sua posição na estrutura da ordem econômica internacional. Todos os países globalizados fazem parte do sistema-mundo. As grandes potências mundiais, estando os Estados Unidos em primeiro lugar, constituem o centro da economia-mundo, enquanto os países em desenvolvimento constituem a periferia ou

a semi-periferia. (*Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_sistema_mundo> Acesso em 1 de dezembro de 2017*).

- (12) Fragmentação cultural surgiu paralelamente ao processo de globalização. A natureza excludente do capitalismo foi acentuada a partir da globalização, pois o movimento é delineado especialmente pelo avanço dos fluxos de capitais. Dentro desse quadro financeiro e tecnológico nações inteiras são excluídas desse processo. A marginalização socioeconômica desses povos desencadeia impressionantes movimentos migratórios no sentido sul-norte. Esses fluxos tendem a acentuar a fragmentação cultural, ou seja, o rompimento do lugar de origem, com a sua paisagem, sua família e sua comunidade. (*Disponível em <<https://culturaecomunicacao.com.br/2015/03/31/a-identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hall/>> Acesso em 1 de dezembro de 2017*).
- (13) Desreferencialização se dá na sociedade líquido-moderna caracterizada pela cultura do “desencaixe”, onde não há mais identidades fixas. A educação, nestes termos, se caracteriza substancialmente pela imprevisibilidade das transformações contemporâneas”. (KUHNS, Martin. *Desreferencialização: educação e escola na modernidade líquida*, 2011)
- (14) Entropia cultural é a conexão entre valores individuais e coletivos. (*<http://observatoriodacomunicacao.org.br/clippings/entropia-cultural-um-conceito-que-pode-transformar-as-organizacoes/>> Acesso em 1 de dezembro de 2017*).
- (15) Ecletismo é uma doutrina ou tendência que recolhe e seleciona elementos de outras teorias que parecem apropriados. A essência do ecletismo está na liberdade de escolher e conciliar vários estilos diferentes. (*Disponível em <<https://www.significados.com.br/ecletismo/>> Acesso em 1 de dezembro de 2017*).
- (16) Neo-expressionismo é o nome dado ao movimento artístico alemão surgido nos anos 80 que buscava resgatar a pintura como meio de expressão e a identidade cultural alemã, ao voltar a registrar os sentimentos pela arte. Foi fortemente influenciado pelo Expressionismo, Simbolismo e Surrealismo. Trouxe de volta a pintura e a escultura, com suas representações críticas, emocionais e subjetivas, após algumas décadas, formulando o devir da arte em sua história universal. (*Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Neoexpressionismo>> Acesso em 1 de dezembro de 2017*).

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. Revista Mana, 2001, p. 7-33.
- BAUMAN, Zygmunt; PENCHEL, Marcus. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BURKE, Peter. *História Cultural das Imagens*. In: *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. pp. 225-238.
- CAPEL, Heloísa S. F. *Ambições Eucrônicas: História Cultural e Interpretação de Imagens*. Disponível em: [http:// locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2807](http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2807)
- CHILVERS, Ian. *Dicionário de arte*. Alianza Editorial, Barcelona, 2007. Pg 334
- COMPAGNON, Antonie. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens, apesar de tudo*. Lisboa: Ed. Imago, 2012.
- FOGAÇA, G. *Urbs Urbis*. Goiânia: Editora Talento, 2010.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.
- MARTINS, Izabella Gasparini. *Antonio Gramsci e os estudos culturais: uma investigação sobre o conceito de hegemonia*. Ed. unicamp, 2011.
- MAYORCA, Juliana Pessi. *As Contradições da Arte Pós-Moderna*. 2014.
- ROSA , Alda Maria Araújo Torreal. *A produção do espaço em Goiânia*. Goiânia: 2006
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed.USP, 2005
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Editora Record, 2000.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO EU ATRAVÉS DA ESCRITA: A AUTOBIOGRAFIA DE REINALDO ARENAS (1943-1990)

*Bruna Alves Carvalho Mendes*⁶⁶

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado, iniciada no ano de 2017. Minha dissertação se detém sobre o literato cubano Reinaldo Arenas. Nascido em 1943, participou ativamente do processo revolucionário que destituiu a ditadura de Fulgêncio Batista. Também sofreu duramente as consequências da instauração de um projeto social muito peculiar da Revolução Cubana, o que fez com que Arenas passasse de apoiador do regime para tornar-se forte opositor. Escritor contrarrevolucionário e homossexual assumido, seu maior desejo era ser livre para existir no mundo; visto que ser escritor e homossexual eram partes constitutivas de sua identidade. Exilado na década de 80, finaliza sua autobiografia no exílio, objeto de pesquisa escolhido por mim. Minha dissertação busca contribuir, mesmo que infimamente, para os estudos em América Latina; bem como para a área das Escritas de Si.

Palavras-chave: Revolução Cubana; Geração Mariel; Exílio.

Introdução

Meu interesse pela Revolução Cubana se deu após assistir o filme *Antes do anoitecer* de 2001, estrelado por Javier Bardem. Fora baseado na autobiografia de Reinaldo Arenas, que por sua vez é intitulada *Antes que anochezca* (Antes que anoiteça, em português). Logo a adquiri e iniciei sua leitura, e ao concluí-la me encontrava repleta de perguntas; as quais deram origem a meu projeto de pesquisa.

Visto que o autor cometeu suicídio logo após escrever sua autobiografia, me indaguei sobre os motivos que o levaram à essa decisão. Arenas julga ser a personalidade megalomaníaca de Fidel Castro a causa de todos seus padecimentos. Ele se insere num contexto maior, visto que fez parte da chamada Geração Mariel, exilada nos Estados Unidos na década de 1980. Assim, minhas questões foram direcionadas para responder à seguinte pergunta: como Reinaldo Arenas usou a autobiografia a seu favor, para atuar no mundo à sua volta?

Neste artigo, minha proposta é apresentar o desenvolvimento da pesquisa. Quais eram minhas questões e hipóteses iniciais, em que medida elas se confirmaram ou não, os autores que me auxiliaram nessa jornada, bem como as leituras que ainda estão sendo feitas. Certamente, o projeto não enforma perfeitamente a pesquisa, e ocorrem inúmeras divergências no percurso. Num primeiro momento, apresentarei o projeto, seus objetivos, para depois partir para seu desenvolvimento na dissertação.

⁶⁶ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História da UFG. Orientadora: Prof. Dra. Libertad Borges Bittencourt. Agência financiadora: CAPES. Contato: droogdelarge@gmail.com

O projeto inicial

O meu projeto tinha como propósito examinar novas perspectivas acerca de uma concepção de escrita que pode contribuir para ressaltar aspectos pouco considerados pela história oficial; no caso aqui considerado, me refiro à Revolução Cubana de 1959. O discurso vencedor, legitimado pelas relações de poder, ofuscou importantes figuras, cujas narrativas poderiam vir a contestar essa História oficial, que, por vezes, serviu de alicerce para se pensar modelos de ação em distintas nações e projetos identitários no continente americano. Neste caso, retomo parte da trajetória e obra do escritor dissidente cubano Reinaldo Arenas, que oferece uma visão divergente acerca do processo revolucionário no país.

É sabido que a Revolução Cubana foi um dos acontecimentos que marcou o século XX, pelo seu caráter singular, sobretudo pelos encaminhamentos que se constituíram em uma vitória de cunho popular. Após a deposição do ditador Fulgêncio Batista, em 1959, se instaurou um novo governo provisório, logo encabeçado por Fidel Castro. Esse processo paradigmático marcou a história cubana, pois além da edificação de um novo Estado, antagônico à antiga ditadura, consolidou-se a concepção de que era preciso também construir uma nova sociedade.

No entanto, constatou-se que o exército de camponeses que respaldou a vitória dos revolucionários não conseguiria dar continuidade ao movimento nos moldes projetados. Fidel então se aproximou do Partido Socialista Popular, procurando legitimar e consolidar o novo governo. Com a invasão de *Playa Girón* e a vitória cubana frente aos invasores treinados e armados pelos Estados Unidos, a Revolução ganhou novo fôlego. A partir de 1961, Castro evidenciou os objetivos do novo governo: “*Dentro de la revolución todo! Fuera de la revolución nada!*”.

Este *slogan* mostra o lugar que foi dado aos cidadãos cubanos: de defesa dos ideais revolucionários na nova nação que ali se inaugurava. Em face desse controle extensivo a todos os segmentos, a criatividade e a liberdade de expressão foram cerceados em nome dos fundamentos que se buscava consolidar naquele momento no país. A perseguição aos chamados “contrarrevolucionários” se acentuou após o alinhamento cubano ao socialismo da União Soviética. Essa guinada causou comoção e desencanto em muitos que apoiaram a Revolução em seus anos iniciais, principalmente os intelectuais, e é neste contexto que se insere meu objeto de pesquisa, as reflexões de um escritor dissidente já nos momentos iniciais desse novo processo de institucionalização revolucionária.

Reinaldo Arenas, um escritor cubano, nascido em Holguín, em 1943, oriundo de uma família camponesa extremamente pobre, viveu e sentiu duramente o governo ditatorial de Fulgêncio Batista; esse foi um dos fatores que o levou a se juntar aos rebeldes quando tinha

apenas 14 anos de idade. Ele se muda para a capital de Cuba, em 1963, onde estudou Literatura e Filosofia na Universidade de Havana.

Arenas ficou conhecido por integrar a chamada Geração Mariel, grupo de escritores exilados nos Estados Unidos na década de 1980. Esses indivíduos tornaram-se importante forma de resistência à Revolução Cubana, propondo um novo conceito de identidade, frente ao modelo do Homem Novo proposto por Guevara e aquele adotado pela comunidade cubana em Miami.

A obra de Arenas autor é vasta, desdobrando-se de novelas a poesia, passando também pelo teatro. Estas possuem claro cunho político, sendo marcadas pelas duras críticas ao governo fidelista; utilizando de formas figurativas de narrativa para (tentar) escapar à censura. Muitas delas foram reescritas duas ou mais vezes, visto que por vezes foram apreendidas pela polícia. Dentre elas, nos chega sua autobiografia, intitulada *Antes que Anoiteça*. Arenas começou a redigi-la antes do exílio, ainda em Cuba, por volta da década de 1970.

Marielito por excelência, o autor faz parte da geração de jovens formada no interior da Revolução, dentro dos preceitos do projeto do Homem Novo proposto por Ernesto Guevara. Esse modelo teve como objetivo criar um tipo ideal eminentemente cubano, forjado sob preceitos revolucionários: o homem aguerrido e defensor da nação. Esse propósito fracassa, encontrando forte resistência por parte dos jovens, sobretudo no meio intelectual. Desse modo, a vida e obra do escritor que tomo como referência são uma perspectiva dissidente da escrita oficial da História de Cuba, mostrando uma perspectiva contrária ao consenso que se disseminava sobre os desdobramentos revolucionários na ilha caribenha em todo o mundo.

No que concerne à escrita autobiográfica, esta será tratada em sua singularidade, sob a ótica do que se convencionou denominar de Escritas de Si. A partir da sua riqueza de sentido, a obra é tida como fonte privilegiada dos acontecimentos que marcaram a Revolução; escrita por um sujeito que foi profundamente afetado e alijado por ela. Na perspectiva autobiográfica, examinarei a escrita do autor como forma de resistência ao projeto identitário hegemônico, pós revolução e como uma tentativa de sublinhar a singularidade da sua própria história, inserindo Arenas na Geração Mariel e também na escrita da História cubana e latino-americana.

Do projeto à pesquisa

Num primeiro momento, tornou-se fulcral para mim compreender as condições de produção dessa autobiografia, afim de trilhar o caminho do escritor de apoiador do regime para dissidente político. Busquei me ancorar, então, em autores que iluminariam essa questão. Me deparei com a tese de doutorado de Rickley Leandro Marques, *A condição Mariel: memórias*

subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990), posteriormente publicada em livro (2012). Ele examina o processo dramático no qual aproximadamente 125 mil cubanos deixaram Cuba através do porto de Mariel em 1980. Nessa década, já estava claro que a Revolução não tinha mais o antigo apoio popular. A população preferia viver fora de seu país do que passar mais um dia sob o regime castrista. A grande parte dos dissidentes eram jovens que haviam crescido e se formado intelectualmente nos parâmetros do Projeto do Homem Novo, que outrora foram o principal grupo que a revolução quis atingir.

Em abril de 1980, um grupo de pessoas sequestrou um ônibus e invadiu a embaixada peruana, resultando na morte de um soldado cubano que fazia a guarda do local. O Peru não acatou à ordem cubana de entregar o grupo às autoridades, alegando ali ser território peruano. Três dias depois do ocorrido, Cuba retirou toda a guarda oficial e deixou a responsabilidade ao Peru por quaisquer acontecimentos. Em dois dias, a embaixada já contava com mais de 10 mil cubanos, reivindicando asilo político e se colocando na posição de dissidentes do regime.

No dia 6 de abril, a guarda cubana retorna ao local e pouco depois, o então presidente norte americano Jimmy Carter se prontifica a receber três mil e quinhentos cubanos refugiados. Cuba, então, opta por transferir o problema para as mãos dos Estados Unidos: em 22 de abril de 1980 abre os portões do porto de Mariel, para que a comunidade cubana de Miami pudesse buscar não apenas os refugiados, mas todos seus compatriotas que desejassem sair. Aproveitando da situação, o governo cubano decidiu que todos os indesejáveis da revolução sairiam pelo porto. Eles deveriam se apresentar a determinados postos para conseguir o visto de saída, impedindo dessa forma que os exilados de Miami pudessem escolher quem embarcaria.

O governo norte americano tentou impedir, afirmando inclusive que Cuba havia enviado criminosos em massa para o país. Isso certamente contribuiu para a marginalização dos *marielitos*. Castro se recusava a caracterizar os refugiados como dissidentes políticos, culpando o imperialismo norte americano pela miséria social e econômica em Cuba; motivo pelos quais esse grupo queria deixar o país. Ao final desse dramático processo, cerca de 125 mil pessoas deixaram Cuba, livre ou compulsoriamente, sob o termo pejorativo de escórias humanas, em um processo de execração moral em massa jamais visto. Pelo porto, saíram homossexuais, criminosos, prostitutas e até doentes mentais. Capitaneado por Fidel Castro e pelos dirigentes cubanos nos jornais oficiais do país, foi uma tentativa de minimizar o impacto que esse processo causaria à imagem da revolução emblemática, dentro e fora da ilha.

Ainda dentro da obra de Marques, faz uma reflexão sobre os precedentes dessa crise interna cubana que avassalou o país. Trouxe o tema do projeto do Homem Novo, pois a geração de Arenas foi justamente aquela à qual a Revolução quis atingir. Delineado por Che Guevara em

1965, esse projeto tinha como principal objetivo moldar a juventude cubana para defender a Revolução e a ela dar seguimento. Ademais do anti-comunismo que nutriam os cubanos, os chefes revolucionários necessitavam cooptar as novas gerações, supostamente livre das amarras capitalistas e liberais para defender o socialismo à cubana naquele primeiro momento.

Dessa forma, Che Guevara propôs esse projeto muito peculiar do que deveria ser o homem cubano a partir daquele novo momento da história de Cuba. Se o período era novo, também o deveria ser o tipo de homem revolucionário. Marques assinala, que:

a revolução cubana trouxe consigo [...] não só a necessidade de construir um novo estado que, aliás, só se define como socialista a partir de 1961, mas também um novo modelo de sociedade. As principais reformas estruturais como: a reforma agrária, a desapropriação de bens de capital estrangeiro, a reforma urbana, deveriam [...] estar acompanhada de reformas sócio-culturais. (MARQUES, 2012, p. 32)

Para o guerrilheiro, a Revolução só se consolidaria por meio dessa mudança na mentalidade dos homens. A nova juventude deveria pautar-se nos bravos guerrilheiros da *Sierra Maestra*, cuja obediência e obrigação com o dever de servir a Revolução vinham acima de tudo: da família, dos amigos, do trabalho e inclusive dos prazeres carnavais. O homem cubano era aquele defensor aguerrido da nação e que colocava o dever acima de todos os outros aspectos da vida; o que foi de encontro ao momento que Cuba vivia: a defesa da Revolução a qualquer custo. Rafael Saddi Teixeira, outro autor cujo trabalho foi incorporado à dissertação, assinala a concepção sobre ser um guerrilheiro:

Para os revolucionários o prazer está na vida abnegada, na vida puritana, na vida de abandono dos prazeres momentâneos pelo prazer do sacrifício pessoal por uma causa impessoal, no mundo de abandono dos antigos deuses e demônios para a entrega absoluta ao dever. O ascetismo revolucionário tomado às suas últimas consequências significa a formação de um verdadeiro modo de vida, que abandona família, dinheiro e prazeres momentâneos para se dedicar ao prazer de combater pela pátria (TEIXEIRA, 2009, p. 130)

Esse modelo ideal de homem cubano foi bem pontuado por Che Guevara. Ele próprio incorporava essa figura ideal, com seu uniforme verde oliva, sua virilidade, uma densa barba, a paixão e o dever para com a Revolução. O projeto do Homem Novo foi uma verdadeira tentativa de transformação da sociedade, mas que visou, particularmente a juventude que se encarregaria de dar seguimento à grande Revolução Cubana. Apostaram todas as suas fichas

nessa nova geração que surgia. Contudo, essa mudança na mentalidade não se restringia apenas ao dever revolucionário, ela também ditou imperativos morais. Teixeira acrescenta:

(...) a ideia de luta pela pátria esteve, desde os primeiros discursos de construção da nação, associada a um espaço masculinizado, representante da força e da capacidade de sacrificar-se. Ao feminino, ligado à noção de fragilidade, competia o espaço privado e distante das lutas heroicas. O ascetismo revolucionário do combatente dos anos 50 construiu um tipo de conduta voltado para essa noção de virilidade do sacrifício revolucionário, que excluía a mulher da primeira linha da luta guerrilheira e dotava o homem afeminado de um desvio de caráter e de moral. (TEIXEIRA, 2009, p. 159)

O que nos interessa dessas passagens é sua relação com nosso personagem Reinaldo Arenas. Aqui fica demonstrado que, desde sua gênese, a Revolução relegava aos homossexuais um papel secundário, de exclusão diante da sua inevitabilidade e de sua contenção no nascedouro, pois não eram considerados pessoas dignas. Nesse paradigma, seriam pessoas egoístas, pois colocavam os prazeres pessoais e momentâneos acima do dever. Essa visão refletiu em uma homofobia sistematizada na Ilha e esse comportamento considerado desviante era passível de punição de acordo com o código penal. Ademais, desde então se constrói uma forte blindagem à crítica, visto que todos os esforços deveriam estar direcionados ao seguimento da Revolução na Ilha, mesmo que isso significasse a restrição de liberdades individuais. Importante enfatizar a importância e o denodo deste projeto na construção da unidade nacional.

Nesse contexto que premiava o comportamento heroico, do estrito cumprimento do dever revolucionário, para garantir a vitória neste combate, o guerrilheiro sugere que ela deveria ser travada de duas maneiras: por meio da educação e do trabalho. Nesse sentido, essas etapas fundamentais se tornariam instrumentos pedagógicos de formação e correção das novas gerações.⁶⁷ (MARQUES, 2012, p.85) Ao ampliarem o acesso da população ao estudo e ao trabalho, a consciência revolucionária pouco a pouco se formaria, fundamentada nos preceitos de uma sociedade socialista. Nesse sentido, foram fundamentais a criação das escolas Politécnicas e das UMAP's (*Unidad Militar de Ayuda a la Producción*).

Em relação às Escolas Politécnicas, elas se tornaram centros educacionais para instruir os jovens que iniciavam suas vidas no contexto da Revolução. Cuba certamente possuía homens qualificados para as tarefas que os novos tempos necessitavam; mas precisavam justamente

⁶⁷ Marques reforça que esse “ideal de nascimento de um novo homem por meio da educação é anterior à ‘era das revoluções’ e sempre esteve presente nos seus principais pressupostos. [...] esse projeto foi elaborado pelos iluministas e é anterior à própria revolução francesa de 1789. Desta forma, as revoluções contemporâneas sempre foram acompanhadas por um incentivo a uma nova educação que pudesse preparar as novas gerações para as transformações em curso ou para que elas acontecessem. O objetivo desse processo pedagógico revolucionário sempre foi o de demolir o passado e construir uma nova sociedade utilizando-se da educação de crianças e de jovens para este fim” (MARQUES, 2012, p. 95)

mobilizar a nova geração. Assim, inúmeros cursos foram criados para este fim. Arenas, por exemplo, se formou para ser contador agrícola e depois de formado foi enviado para trabalhar em uma granja.

Já sobre as referidas UMAP's, Marques aponta que não se pode afirmar ser Che Guevara seu idealizador, mas que a proposta desta instituição ia de encontro aos preceitos do projeto do Homem Novo. Esses campos militares foram criados com a finalidade de recuperar indivíduos acusados de desvios morais e/ou ideológicos, tais como: ser homossexual ou contrarrevolucionário. As pessoas assim rotuladas eram confinadas e submetidas a trabalhos forçados que os preparariam, em etapas, para o retorno ao convívio social. Segundo Marques, as memórias no exílio de pessoas que passaram pelas UMAP's foram fundamentais na compreensão do que ocorriam nesses campos, pois em Cuba é praticamente impossível encontrar material sobre a sua existência e funcionamento. Quanto aos trabalhos voluntários:

os estudantes cubanos foram maciçamente estimulados a trabalhar aos domingos e nas férias, sobretudo em lavouras de cana de açúcar. A recompensa: medalhas, bandeiras, etc. O serviço militar obrigatório passa a durar três anos a partir de 1963. A concepção da proposta era que um estudante de medicina, por exemplo, tinha por obrigação, saber manusear um fuzil, uma foice, para poder depois usar, um bisturi [...]. (MARQUES, 2012, p. 105)

E ainda:

Os trabalhadores cubanos também passaram a ter novas obrigações como: horas extras não remuneradas e, a exemplo de todos os cubanos, fazer trabalhos voluntários. As greves eram proibidas e os sindicatos tornaram-se, assim, irrelevantes. A lógica do trabalho para a construção do futuro passou a ser um fundamento inquestionável. [...] (MARQUES, 2012, p. 106)

Nesse esforço de convergir a nação para um único objetivo, o de sustentar e encaminhar as conquistas revolucionárias, a liberdade de expressão também foi cerceada. Neste ponto, a pesquisa pecou em buscar bibliografia e na maior parte da dissertação continuei utilizando o livro de Marques. Essa questão foi apontada em meu exame de qualificação, e elenquei autores que refletem sobre a política cultural na Cuba pós-revolucionária, e também sobre a relação entre a intelectualidade cubana e o governo nesse mesmo período. Incluí em minhas leituras livros como “Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)”, “Cultura ilhada - imprensa e revolução cubana 1959-1961”, ambos da autora Sílvia César Miskulin. Também o livro de Mariana Villaça “Cinema Cubano: Revolução e política cultural” está sendo analisado. De toda forma, o livro de Marques também faz alusão a essa questão dos intelectuais.

O que importa assinalar é que a relação do governo revolucionário com os intelectuais sempre foi um tanto conturbada. A repressão e a limitação da liberdade de expressão na Ilha

estiveram sempre presentes; o que mudou de época para época foi o grau de intensidade e tensionamento. A década de 60 foi marcada por conflitos pontuais entre a intelectualidade cubana e o governo, mas ainda predominando o entusiasmo e apoio de forma geral. Desde o início, Fidel Castro soube delinear e deixar claro qual deveria ser o papel do intelectual na Revolução: o de sua defesa inquestionável, dever este que estaria acima de qualquer liberdade criativa ou estética.

No ano de 1959, foi criada a *Casa de las Américas*, uma instituição governamental que visava obter o apoio de intelectuais e artistas tanto em Cuba quanto na América como um todo e, também em nível internacional. Nesse mesmo processo, criou-se o Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC), um órgão que fiscalizava o trabalho dos artistas e intelectuais, com o propósito de averiguar se também nesse campo tudo estava de acordo com o que era aceitável, segundo o novo projeto do governo revolucionário. Nada podia sair do seu alcance e controle e a criação destes dois órgãos, meses após a vitória da Revolução, esclarecia muito bem o objetivo também no plano cultural.

Todos esses fatores, a censura da sexualidade e da liberdade de expressão, o molde da juventude sob preceitos socialista, o enrijecimento da moral cubana; foram fatores determinantes que levaria grande parte dessa juventude a pedir asilo político nos Estados Unidos e se esvaírem pelo porto de Mariel, episódio já citado por mim anteriormente neste artigo. No exílio, Arenas juntamente a outros escritores cubanos, lançou uma revista intitulada *Revista Mariel de Arte y Literatura*. Esse grupo representava aquela geração de intelectuais e escritores, em sua maioria homossexuais, e que foram forjados nos preceitos do Homem Novo de Che Guevara e que foram duramente perseguidos pela sua escrita contrarrevolucionária e pela orientação sexual. Em linhas gerais, a revista serviu como instrumento para a busca de reconhecimento social destes autores, que propunham sua própria verdade perante as duplas interpretações que recaíram sobre eles: uma em Cuba, e outra no exílio, visto que não foram bem recebidos por seus compatriotas em Miami. Nenhuma dessas alternativas de identidade os representavam, então resolveram eles próprios proporem a sua; entrando numa disputa pela memória de si mesmos. A revista contou com edições sobre os homossexuais em Cuba, denúncias contra a repressão à liberdade de expressão, sobre artistas e intelectuais cubanos consagrados ou que caíram em desgraça.

Na dissertação, também busquei apresentar a trajetória de Arenas desde a infância até sua inscrição no mundo literário; suas reflexões no exílio ficariam para um momento posterior da escrita. No entanto, também no exame de qualificação, me foi sugerido que buscasse elementos biográficos do autor para além de sua autobiografia. Apesar da grande dificuldade,

estou buscando exaustivamente informações sobre a vida de Arenas que me auxiliarão na composição da dissertação.

Em relação à parte que se referia às Escritas de Si, não tive grandes problemas. Para perscrutar essa escrita pessoal, uma série de autores guiaram a reflexão sobre o fazer autobiográfico, tornando-se possível enfatizar o sujeito que projeta a si mesmo. Peter Gay, em sua obra “O Coração Desvelado”, faz uma análise detalhada sobre a era vitoriana e o que significou os sentimentos para os indivíduos do século XIX. Apesar de analisar especificamente os diários íntimos e cartas pessoais, seu texto nos faz pensar acerca da abertura do sujeito moderno às emoções e especialmente para a confissão, esse ato de mostrar-se/abrir-se para o outro. Segundo o autor:

Na verdade, o que espanta nessas tentativas vitorianas de auto-análise não é muito o que escondiam, e sim, além do seu número, tudo o que revelavam. [...] com o objetivo de mostrar como esse século se envolveu com o coração mais ou menos desvelado: a democratização do amor romântico, a moda autobiográfica, a biografia, a história, a ficção imaginária, o papel das artes plásticas e da música na introspecção. (GAY, 1999, p. 374)

Assim, a chave de compreensão aqui é pensar a modernidade ocidental e seu individualismo próprio. O homem reclama um lugar para si como constituinte dessa modernidade e indivíduo singular, que mesmo formando parte de um todo não se perde nele. A especificidade da era vitoriana recai no fato de que “a moderna doutrina do individualismo, uma herança da Renascença, que ampliou persistentemente suas conquistas entre os vitorianos, servia de caminho tanto para a liberdade pessoal como para o isolamento psicológico”. (GAY, 1999, p. 375). Nesse momento, quando os sentimentos falaram mais alto que a razão, foi possível essa insurreição do sujeito moderno em toda sua plenitude, desdobrando-se nos inúmeros exemplares de cartas pessoais, diários íntimos, memórias, etc. Ao mesmo tempo, Foucault também aponta um outro caminho. O filósofo defende que a origem das chamadas escritas de si se localiza numa época bem mais antiga, que remete aos tempos clássicos:

Os *hupomnêmata*, no sentido técnico, podiam ser livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam de lembrete. Sua utilização como livro de vida, guia de conduta parece ter se tornado comum a todo um público culto [...] Eles constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas: assim, eram oferecidos como um tesouro acumulado para releitura e meditação posteriores. (FOUCAULT, 1983, p. 147)

Juntamente com a correspondência, os *hupomnêmata* são indicadas por Foucault como categorias que subjetivam o discurso. Mais que para uma posterior leitura, os *hupomnêmata* serviam para exercícios diários de auto reflexão, sobre o que se viu, ouviu ou pensou, como uma meditação e introspecção, não podendo ser tratados como um simples “suporte de memória”, como esse autor mesmo ressalta. Também, não podem ser confundidos com um diário pessoal, pois eles “não constituem uma ‘narrativa de si mesmo’ [...] o movimento que eles procuram realizar é o inverso daquele: trata-se não de buscar o indizível, não de revelar o oculto [...] mas de captar, pelo contrário, o já dito: reunir o que se pôde ouvir ou ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si” (FOUCAULT, 1983, p. 149). O filósofo ainda aponta razões pelas quais esses *hupomnêmatas* podem contribuir para uma formação de si mesmo. Através da escrita, forma-se um processo de organizar a experiência e criar com isso um passado, ao qual se pode retornar quando necessário na ação. Esse recolher-se em si mesmo no ato da escrita e posteriormente na leitura, é justamente essa subjetivação do discurso tão própria das chamadas escritas de si. Ainda, os *hupomnêmata* são:

uma escolha de elementos heterogêneos. [...] O essencial é que ele possa considerar a frase retida como uma sentença verdadeira no que ela afirma, adequada em que nos prescreve, útil de acordo com as circunstâncias em que nos encontramos. A escrita como exercício pessoal feito por si e para si é uma arte da verdade díspar; ou, mais precisamente, uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso. (FOUCAULT, 1983, p. 151)

Assim, ela reclama para si uma autoridade de verdade nessa organização de elementos tão heterogêneos, escolhidos de acordo com uma determinada circunstância. Foucault ainda aponta a principal diferença entre os *hupomnêmata* e as correspondências:

Contudo, e apesar de todos pontos comuns, a correspondência não deve ser considerada um simples prolongamento da prática dos *hupomnêmata*. Ela é alguma coisa mais do que um adestramento de si mesmo pela escrita, através dos conselhos e advertências dados ao outro: constitui também uma certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros. A carta torna o escritor “presente” para aquele a quem ele a envia. (FOUCAULT, 1983, p.156)

De todo modo, independente da diferença entre essas duas formas de constituição de si, Foucault alerta para essa subjetivação discursiva presente em ambos os casos, tão próprio à cultura ocidental moderna e a seu individualismo peculiar. Ainda em relação a autobiografia,

Philippe Artières também aponta para esse aspecto constitutivo das escritas de si e especificamente da escrita autobiográfica:

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. [...] arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. (ARTIÈRES, 1998, p. 3)

Ao fazer a pergunta e também formular a resposta “Pois, porque arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social”, Artières nos lembra que esse ato de se inscrever no papel sempre remete a algo, ou a alguém. No caso de Arenas, respondia à necessidade de perpetuar-se na escrita e deixar seu legado para os cubanos das gerações posteriores à sua. Nesse sentido, Artières ainda destaca a necessidade nos dias atuais de nos inscrever para existir, isso nos confere uma identidade, sempre construída e nunca totalmente alcançada: “não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira [...] fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em exergo certas passagens” (ARTIÈRES, 1998, p. 3). Essas considerações são fundamentais ao examinar uma escrita autobiográfica. Aquela é uma seleção de momentos que se quer privilegiar.

Por sua vez, focando a questão da fabricação do eu pela escrita, a historiadora Ângela de Castro Gomes indica uma resposta interessante para esse problema. A grande questão em se trabalhar autobiografia no campo da História seria:

De um lado, haveria a postulação de que o texto é uma “representação” de seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma “invenção” do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora. [...] nessa questão, começa a ganhar terreno a posição que considera que o indivíduo/autor não é nem “anterior” ao texto, uma “essência” refletida por um “objeto” de sua vontade, nem “posterior” ao texto, um efeito, uma invenção do discurso que constrói. Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”. (GOMES, 2002, p. 16)

Esse tipo de questão se apresenta devido a um aspecto muito particular do individualismo moderno. Com ele, surge uma nova categoria de indivíduo, calcada em dois princípios: a liberdade e a igualdade. Por um lado, temos o indivíduo como parte do coletivo,

integrante de um contrato acordado socialmente e então igual perante os demais; por outro temos o indivíduo livre e único, singular, mas com múltiplas responsabilidades dentro desse mesmo contrato. Na modernidade, essa reivindicação da singularidade do sujeito cria uma complexidade, que tem “implicações fundamentais para o estabelecimento das modalidades de produção de si anteriormente referidas [...] com essa nova categoria de indivíduo, transformam-se, entre outras, as noções de memória, documento, verdade, tempo e história” (GOMES, 2002, p. 12). Agora, o indivíduo possui uma aura de verdade própria e incontestável. Separada da “verdade dos fatos”, ela ganha o status de sinceridade do sujeito, própria da constituição de si através da escrita autobiográfica:

a verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos. A verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural [...] (GOMES, 2002, p. 13-14)

E isso não significa problema algum para o historiador ao trabalhar com fontes dessa natureza, afinal:

nesses casos, está descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (GOMES, 2002, p. 15)

Esse trecho vai de encontro à nossa abordagem. Apresentar o sujeito Reinaldo Arenas significa apresentar o que o autor “viu, sentiu e experimentou” em relação aos acontecimentos da Revolução Cubana, o projeto do Homem Novo, a censura intelectual, o exílio. Nesse passo, Leonor Arfuch assinala que a especificidade da autobiografia, sob esse ponto de vista, é:

Não tanto o devir de uma vida em sua temporalidade [...] mas o *lugar outorgado ao outro*, esse leitor que se presume inclemente e que se tenta exorcizar a partir da interpelação inicial, por meio da explicação de um pacto singular que o inclui, o *pacto autobiográfico* [...] tornado, assim, o leitor depositário da responsabilidade da crença, atestada a pouco confiável inscrição do “eu” por esse “nome próprio”, podemos nos fazer ainda outras perguntas: quão “real” será a pessoa do autobiógrafo em seu texto? Até que ponto pode se falar de “identidade” entre autor, narrador e personagem? (ARFUCH, 2010, p. 52)

Então, quão real será esse personagem? Gomes afirma que essa temida “ilusão biográfica” (nos termos de Bourdieu) não existe, pois “a verdade como sinceridade o faria acreditar no que diz a fonte como se ela fosse uma expressão do que ‘verdadeiramente aconteceu’, como se fosse a verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum tipo de documento” (GOMES, 2002, p. 15). Por isso a importância desse pacto autobiográfico apontado por Arfuch, essencial ao se trabalhar com autobiografias. Contardo Calligaris também lança luz sobre essa questão do sujeito no ato de projetar-se no papel. Segundo ele, “o ato autobiográfico deve, para todos, sua eficácia ao fato de que ele não é nenhuma metalinguagem da vida, por assim dizer. A vida do sujeito moderno já é um ato narrativo, uma autobiografia performativa” (CALLIGARIS, 1998, p. 12). Ainda, “a autobiografia é o lugar onde o sujeito é sincero, e escrever significa dar consistência à própria subjetividade humana; fenômeno próprio da modernidade” (CALLIGARIS, 1998, p. 55).

Considerações finais

Por fim, em linhas gerais, o objetivo central da dissertação é apresentar um indivíduo lutador. Que não suportava quaisquer amarras sociais ou políticas que o impedissem de ser o que ele realmente era: homossexual e escritor. Sua crítica se direciona ao Castrismo porque era em Cuba que ele vivia, mas na verdade Arenas teria problemas em qualquer lugar.

Sua obra autobiográfica é seu manifesto de luta e esperança contra todo e qualquer tipo de opressão. Apesar dos percalços entre o projeto e a escrita da dissertação, o que é natural, todos os encaminhamentos desta nos guiarão para a compreensão desta mensagem.

Referências bibliográficas

ARENAS, Reinaldo. *Antes que anoiteça*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

ARENAS, Reinaldo. *Cartas a Margarita y Jorge Camacho (1967-1990)*. Sevilla: Point de Lunettes, 2010.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.21, 1998/01. Dossiê Arquivos Pessoais.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. In: *Revistas Estudos Históricos*. São Paulo, v.11, nº 21, 1998, p. 43-58.

CUNHA, Maria Teresa. *Diários pessoais: territórios abertos para a História*. In: PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 251-279.

FOUCAULT, Michel. A escrita de Si. In: MOTTA, Manoel (org.) *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 144-162.

GAY, Peter. O traço comum. In: *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-376.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escritas de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-27.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 11-17.

MARQUES, Rickley Leandro. *A Condição Mariel- Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana*. Brasília: EDUFMA, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MEMÓRIA, ENSINO DE HISTÓRIA E PÓS - MODERNIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A DISCIPLINA HISTÓRIA E OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

*Carolina do Carmo Castro*⁶⁸

RESUMO: Este trabalho constitui-se como parte da pesquisa em andamento, atrelada ao seguinte objeto de estudo: “O ensino de história na educação de jovens e adultos: uma experiência com adolescentes em conflito com a lei no Centro de Internação para Adolescentes”. O interesse pela memória, a história e a pós - modernidade liga-se a um momento particular da história na atualidade, no qual a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória abandonada, mas que ainda desperta interesse em muitos profissionais da área de educação em História. Desta forma, buscam-se sob a mediação da História, o resgate daquilo que, enquanto prática social, encontra-se condenado ao esquecimento nas sociedades contemporâneas. Para realização do debate, utilizaremos autores como: SANTOS (2009), SEGATO (2006) e SPIVAK (2010) a fim de relacionar o objeto da pesquisa com a temática da pós – modernidade e para abordar a memória e a relação com o ensino de História serão utilizados HALBWACHS (2003), POLLAK (1992), entre outros,...

Palavras – chave: memória, História, modernidade

INTRODUÇÃO

⁶⁸ Discente do Programa de Pós Graduação em História “*Stricto Sensu*” da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. (prof.carolinacastro@hotmail.com) Orientadora: Sônia Maria Magalhães

Busca - se nesta produção uma articulação entre memória, História e pós – modernidade, já que muitas vezes a sala de aula é percebida como um local onde memória e História são elementos capazes de promover um embate, visto que o ensino de História pode às vezes divulgar em seu campo uma memória social específica, muitas vezes ligada ao nacionalismo e ao poder, ora estabelecido.

Rita Laura Segato (2006), rompe com a neutralidade do antropólogo, analisando de dentro para fora a antropologia e os direitos humanos revelando que:

Os direitos estão na história, desdobram – se e transformam –se porque um impulso de insatisfação crítica os mobiliza. Esse impulso age, em maior ou menor medida, entre membros da sociedade. Não é por outra razão que viajantes ou etnógrafos se depararam, uma e outra vez, desde sempre, com relatos de normas e práticas já em desuso nas culturas chamadas “primitivas” ou nos “povos sem história”, como alguns autores os consideram. Muitos são os costumes dos quais os primeiros etnógrafos ouviram falar, sem terem podido observá-los. Ou seja, os povos sem história nunca existiram, e a suposta inércia das outras culturas não é mais do que um produto da episteme culturalista de uma antropologia hoje inaceitável. (SEGATO, 2006, p. 225)

Neste sentido, ao divulgar uma história elitista, são eliminados do conhecimento análise dos alunos, personagens da camada mais baixa da população, da qual fazem parte significativa parcela dos adolescentes em conflito com a lei, objeto de análise do trabalho em questão.

O presente texto encontra-se fragmentado em três sessões. Inicialmente a introdução com dados do tema, objetivos, problema de pesquisa e justificativa.

Em seguida, no tópico 2, realizamos um apanhado sobre o ensino de História, enquanto prática de ressocialização de jovens em conflito com a lei.

No tópico 3, encontra – se uma discussão sobre a produção intelectual ocidental e o ensino de História em uma abordagem do esquecimento e silêncio por meio da obra de Santos, Spivak e Pollak. Por fim, apresentamos as considerações finais sobre o estudo, seguido das referências utilizadas.

2. ENSINO DE HISTÓRIA E A SUA IMPORTÂNCIA ENQUANTO PRÁTICA DE RESSOCIALIZAÇÃO.

Debates historiográficos apresentam várias discussões sobre o "apagamento da memória" por meio da separação entre a memória e a História. O reflexo dessa dissociação se materializa no discurso do professor no momento de ministrar o conteúdo de História em sala de aula, reproduzindo uma visão limitada dos fatos, bem como da contextualização de elementos que devem ser introduzidos de forma reflexiva e crítica em sala de aula.

A História é produto e produtora de uma memória e o ensino de história também. A historiografia – produto da pesquisa do historiador – revela muito do passado, mas também do tempo presente em que o historiador escreveu, somos sujeitos do nosso tempo; nosso tempo é constituído também pelo tempo que já se foi, o passado, e pelas relações e ações que produzimos nesta articulação. Quando estudamos o passado estamos evocando sua continuidade no presente ou reconhecendo a ruptura forjada pela sociedade atual em relação aos acontecidos já vividos. Somos produtos e produtores da cultura que nos cerca, esta cultura nos dá o arcabouço que nos constitui enquanto indivíduos – a nossa unidade indivisível – e também enquanto atores intersubjetivamente constituídos. É pela linguagem que nos tornamos “sujeitos memórias”, isto é, com as relações estabelecidas na dinâmica do viver, travamos contatos com o todo social e com a estrutura cultural, que Habermas chama de mundo da vida. (AZEVEDO, 2003, p.52)

Ao analisarmos Maurice Halbwachs em sua obra Memória Coletiva, verificamos que o mesmo revela a importância de distinguirmos dois tipos de memórias; uma pessoal e a outra social, ou melhor, uma memória autobiográfica e uma memória histórica, visto que a primeira auxilia a segunda no sentido de relatarmos fatos do nosso cotidiano, sendo que inevitavelmente acontecimentos da história em geral irão permeá-los.

O autor revela que os fatos históricos não desempenham uma função muito diferente das divisões do tempo demarcadas cronologicamente, visto que nossa vida se efetiva em um movimento contínuo e é fato que muitas vezes nos identifiquemos com algum fato contemporâneo, pois é ele que faz parte do nosso cotidiano. Sobre isso, menciona:

Sim, é claro, não posso dizer que me lembro em detalhes dos acontecimentos, pois só os conheço pelos livros. Contudo, diferente de outras épocas, esta vive em minha memória, pois nela estive mergulhado e toda uma parte de minhas lembranças de então é apenas seu reflexo. (HALBWACHS, 2003, p. 78).

Partindo desse pressuposto, voltamos a uma hipótese a ser discutida na tese que contempla o objeto de estudo aqui analisado. Ao se falar de ressocialização dos adolescentes que cometeram atos infracionais, verificamos a importância do ensino de História como elemento que promoverá o debate, reflexão e cidadania, visando sua reinserção na sociedade.

Ensinar história, dentro do contexto brasileiro, sempre foi alvo de debates e críticas, diante uma realidade baseada em lutas políticas e teóricas, bem como resistências à política educacional, como ocorreu durante a ditadura civil-militar brasileira (SILVA e FONSECA, 2010). Fato que impactou numa maior reflexão sobre procedimentos pedagógicos da disciplina, bem como na capacitação do docente e dos materiais didáticos utilizados por ele.

Neste contexto, existe uma demanda por professores capacitados, que consigam lidar com todas as diversidades, que não vise apenas doutrinar ou disciplinar o aluno, mas também inseri-lo num contexto social, de forma inclusiva e libertadora.

Para Ribeiro (2013), estudar o passado significa fazer referência às variadas experiências do indivíduo no tempo, que são, antes de tudo, permeadas por um conjunto de conhecimentos e aspectos que não podem ser reduzidos a um contexto disciplinar. O autor cita que:

estudar a experiência humana não pode se limitar à história político-administrativa, das guerras ou da economia. É preciso considerar o pensamento simbólico tão caro à antropologia, assim como o significado das festas, dos rituais e de suas produções artísticas. É preciso também refletir sobre os aspectos mais variados da vida cotidiana, que nos permitem identificar semelhanças e diferenças, o que permanece e o que se transforma. É importante ter em conta a produção literária e filosófica, que nos permite mergulhar nas formas de pensamento de uma época (RIBEIRO, 2013, p. 3).

Alguns fatores que merecem destaque no ensino de História têm a ver com questões que versam sobre a maneira como o docente conduz a aula e sobre o assunto Lopes (2002) diz que o ensino de História visa não somente fatores epistemológicos, mas também na construção de um novo saber que vise ampliar as competências dos discentes, proporcionando conhecimento científico, dentro de uma perspectiva que vise a socialização e a ressocialização num processo contínuo de aprendizagem. E como menciona Paulo Freire "enquanto prática social, a prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa etc." (FREIRE, 2001, p.34).

Recorrendo a Marcelo Passiani (2015) notamos que a educação pode ser considerada um ato de desmarginalização, cujo maior ou um dos maiores desafios é também o objetivo de ressocializar indivíduos durante o processo de aprendizagem. E neste contexto, quando mencionamos o ensino de História não podemos deixar de relacionar ao objeto de estudo do presente ensaio, que são os adolescentes que cometeram atos infracionais, para o autor:

crianças e adultos devem se envolver com a educação e esse deve ser o propósito. Com o interesse desenvolvido para a educação o processo de desmarginalização se torna fácil, pois a prática o habituará viver em um ambiente sadio e valorativo (PASSIANI, 2015, *online*).

Numa interpretação final sobre o ensino de História notamos que a educação enquanto ressocialização do indivíduo visa favorecer o processo contínuo de aprendizagem e no caso do público ser infratores, o ensino de História pode ser positivo, uma vez que é capaz de influenciar na sua respectiva conduta, aperfeiçoando-a para alcance da liberdade legal e posicionando esses adolescentes a um círculo social mais elevado, influenciando favoravelmente no comportamento discriminatório da sociedade.

3. A PRODUÇÃO INTELECTUAL OCIDENTAL E O ENSINO DE HISTÓRIA NUMA ABORDAGEM DO ESQUECIMENTO E SILÊNCIO POR SANTOS, SPIVAK e POLLAK

Esse tópico visa analisar a produção intelectual do Ocidente buscando o conceito de memória coletiva, num contexto de esquecimento e silêncio no ensino de História. Logo as referências que nortearam esse tópico foram Boaventura Sousa, Gayatri Spivak e Michael Pollak.

Pollak (1992) ao realizar uma entrevista com uma deportada residente em Berlim evidenciou que um passado sem expressividade é um produto do esquecimento, o autor ainda menciona que:

[...] o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de "memória enquadrada" que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais. É como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado (POLLAK, 1992, p.12).

Michael Pollak (1992) faz referência a dois tipos de memórias, uma relacionada a fatos ocorridos pessoalmente e outra ligada a situações vividas pela coletividade, que mesmo não remetendo a fatos presenciados diretamente, faz igualmente parte das suas experiências dos sujeitos.

Para o autor, a memória é sempre seletiva, resultado de enquadramentos, esquecimentos e silêncios, que ocorrem mediante construções sociais. E no caso da memória individual, o trabalho de enquadramento relaciona-se com manipulações conscientes e inconscientes dos afetos, desejos, medos e inibições. No caso da memória coletiva, esse trabalho tem a ver com as lutas de grupos sociais.

Segundo Nora (1993), existem locais de memória porque não há mais meios de memória, desta forma, buscam-se, sob a mediação da história, o resgate daquilo que, enquanto prática social, jaz condenado ao esquecimento nas sociedades contemporâneas.

Em sua obra: “Pode o subalterno falar?”, Spivak (2010) realiza uma desconstrução crítica, especialmente de grandes expoentes da filosofia europeia do seu tempo, para evidenciar a violência epistêmica sofrida pelos sujeitos em condição de subalternidade, especialmente no terceiro mundo. A autora revela que a produção intelectual ocidental constitui –se de diferentes formas, cúmplices dos interesses econômicos internacionais do Ocidente. Sobre isso argumenta que:

Algumas das críticas mais radicais produzidas pelo Ocidente hoje são o resultado de um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o

Ocidente como Sujeito. A teoria dos “sujeitos – efeitos” pluralizados dá a ilusão de um abalo na soberania subjetiva, quando, muitas vezes, proporciona apenas uma camuflagem para esse sujeito do conhecimento. Embora a história da Europa como Sujeito seja narrada pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente, esse Sujeito oculto alega não ter “nenhuma determinação geopolítica”. Assim a tão difundida crítica ao sujeito soberano realmente inaugura um Sujeito. (SPIVAK, 2010, p. 21)

Complementando essa perspectiva, SPIVAK revela o conhecimento subjogado como:

Todo um conjunto de conhecimentos que foram desclassificados como inadequados para sua tarefa ou como insuficientemente elaborados, isto é, conhecimentos ingênuos, localizados na parte mais baixa da hierarquia, abaixo do nível requerido de cognição ou cientificidade. (SPIVAK, 2010, p. 48)

Destarte, segundo a autora algumas realidades foram negadas e omitidas dessa história fundamental por servirem a uma determinada função e necessidade.

Gayatri exemplificando o contexto no qual está inserida revela que a população indiana foi oprimida pelos britânicos, de forma a serem silenciadas na história, assim como ocorreu ao longo da história com diversos grupos considerados marginalizados. Sobre isso, a autora afirma que:

Consideremos agora as margens (pode – se meramente dizer o centro silencioso e silenciado) do circuito marcado por essa violência epistêmica, homens e mulheres entre os camponeses iletrados, os tribais, os estratos mais baixos do subproletariado urbano. (SPIVAK, 2010, p. 54)

Boaventura de Sousa Santos em sua obra “Epistemologias do Sul” apresenta uma das maiores contestações aos saberes e valores dominantes do Ocidente, e os embates contra os saberes organizados e impostos pelo colonialismo e capitalismo a serviço do Ocidente que são de extrema importância para a historiografia dos povos do Sul.

A partir dessa premissa, Santos argumenta que as “linhas abissais” continuam a estruturar o conhecimento e o direito moderno, e que são constitutivas das relações e interações políticas e culturais que o Ocidente protagoniza no interior do sistema mundial. Em síntese, a tese do autor é:

...que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das *amity lines* que separavam o velho do Novo Mundo. A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem – sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós – abissal (SANTOS, 2009, p. 40)

Nesta mesma perspectiva o autor revela a existência de um fascismo social, como nova forma do estado de natureza que prolifera sob duas formas: pós – contratualismo e pré – contratualismo. Sobre esse último, Santos afirma que:

O pré – contratualismo consiste no bloqueamento do acesso à cidadania a grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos à cidadania e tinham a expectativa fundada de a ela aceder: por exemplo, a juventude urbana habitante dos guetos das megas – cidades do Norte global e do Sul global. (SANTOS, 2009, p. 47)

Considerando a questão da ressocialização dos adolescentes que cometeram atos infracionais, verificamos a importância do ensino de História como elemento que incita o debate, reflexão e a oportunidade desses jovens terem acesso a cidadania.

Segundo Lira (2012), o ensino de História requer do docente uma seleção de certos saberes a serem repassados a gerações futuras, que implica em opções culturais, políticas, éticas, possibilitando ênfases, destaques, omissões e negações.

Lira (2012) diz que esta seleção é sempre enraizada socialmente e é histórica, revelando interesses, projetos identitários e de legitimação de poderes instituídos ou a instituir, suscetível a mudanças e redefinições. Nesse contexto notamos que a educação pode ser considerada um ato de desmarginalização, cujo maior ou um dos maiores desafios e também objetivo seja ressocializar indivíduos durante o processo de aprendizagem (PASSIANI, 2015).

Numa análise à obra de Pollak (1992) mencionamos que os jovens infratores não podem ser deixados à margem da sociedade, em forma de esquecimento, uma vez que a educação enquanto ressocialização do indivíduo, visa favorecer o processo contínuo de aprendizagem e o ensino de História pode ser um facilitador dessa ressocialização, uma vez que é capaz de influenciar os alunos ao alcance da liberdade, posicionando-os a um círculo social mais elevado, influenciando favoravelmente no comportamento discriminatório da sociedade.

Dentro da ótica das crianças e adolescentes em conflito com a lei, o ensino de História necessita ocorrer de forma a estimular o interesse pela disciplina, ofertando um processo de desmarginalização que segundo Passiani (2015) torna a sala de aula um ambiente sadio e valorativo, uma vez que esse ambiente, especialmente durante o ensino de História, estabelece um diálogo com o conhecimento, já que as memórias se articulam e entrecruzam, com embates de certas versões, entendimentos e explicações sobre mundo e sociedade.

Desta forma, a aula de História é um momento que possibilita o diálogo entre memórias e a história no conhecimento escolar, com o aprofundamento, ampliação, crítica e elaboração para uso no cotidiano e de forma a ressocializar indivíduos, como é o caso dos adolescentes privados de liberdade.

Analisando o debate sobre o esquecimento e silêncio na produção intelectual ocidental por Michael Pollak, Boaventura Santos e Gayatri Spivak, notamos que o silêncio pode ser uma forma de controle e manipulação sobre o que é transmitido e é realizado pelos grupos sobre as

memórias individuais. Desta forma, esse silêncio, gera o esquecimento já que determina o que deve ou não ser lembrado para compor a memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em memória na atualidade é remeter a um conceito que desperta inúmeros posicionamentos teóricos e ideológicos e nessa relação com o ensino de história notamos que estes possuem um grande significado na construção da identidade social de cada indivíduo, de maneira individual ou coletiva.

A História enquanto disciplina social é uma adaptação seletiva de lembranças e vestígios com a intenção de bloquear o esquecimento e afastar um possível silenciamento do aluno privado de liberdade, já que a História possui características que permitem moldar uma identidade.

A partir desta perspectiva, deve - se compreender o ensino de História a adolescentes em conflito com a lei, com uma visão não discriminatória, já que ao ser ofertada uma história elitista, são eliminados do conhecimento personagens da camada mais baixa da população.

Em um mundo que tem a cultura voltada para a negação da validade do passado, identificado pela constante fluidez do presente, se torna necessário que o docente em História, estabeleça como tarefa principal historicizar a própria memória, diante elementos da produção do conhecimento histórico para mostrar as condições de manipulação nas quais as memórias oficiais normalmente são forjadas. Desta forma, o professor de História, em sua volta ao passado, não pode engessar a memória, mas sim encontrar formas eficazes de seleção e análise.

Finalizamos o presente estudo considerando que a criança e o adolescente em conflito com a lei não podem ser deixados à margem da sociedade, em forma de esquecimento, uma vez que a educação enquanto ressocialização do indivíduo, visa favorecer o processo contínuo de aprendizagem e o ensino de história pode ser um facilitador dessa ressocialização, uma vez que é capaz de auxiliar na formação de um cidadão crítico, oferecendo possibilidade aos jovens a refletirem e exercerem a cidadania na sociedade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Patrícia Bastos de. **Ensino de história e memória social: a construção da história – ensinada em uma sala de aula dialógica.** 2003. Dissertação. (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

ITALA MADUELL VIEIRA. **A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak**. Disponível em: http://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1429129701_ARQUIVO_Memoria_Itala_Maduell.pdf. Acesso em 04/12/2017.

LIRA, Silvano Fidelis de. **Memória, pesquisa e ensino de história: pesquisa e prática de ensino, um diálogo possível (?)**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012 – Anais Eletrônicos. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.12.pdf. Acesso em 12/08/2017.

LOPES, A.R.C. e MACEDO, E.O **O pensamento curricular no Brasil**. In: Debates Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista PUC SP. São Paulo: dez, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 17/08/2017.

PASSIANI, Marcelo. **A educação no processo da desmarginalização: educar é a chave do combate a violência**. Disponível em: <https://marcelopassiani.jusbrasil.com.br/artigos/202356815/a-educacao-no-processo-da-desmarginalizacao>. Acesso em 12/08/2017.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **História e ensino de história: perspectivas e abordagens**. Educação em Foco, nº 07, Mês / Ano: 09/2013. Disponível em: www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2013/setembro/ensino_historia.pdf. Acesso em 12/08/2017.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**: IN: SOUSA SANTOS, B; MENESES, M. P (orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

SEGATO, Rita Laura. **Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais**. In: MANA, 12 (1): 207 – 236. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008

SILVA, Marcos Antônio da. FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas.** Rev. Bras. Hist. vol.30 n°.60, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200002. Acesso em 11/08/2017.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA: A INFLUÊNCIA DA DITADURA MILITAR DENTRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

*Caroline Gomes Nunes*⁶⁹

RESUMO: A proposta deste artigo é relacionar o desenvolvimento capitalista no Brasil com a modernização autoritária iniciada a partir da Ditadura Militar (1964-1985). Primeiramente, abordarei resumidamente o cenário modernizador brasileiro a partir de 1950, a fim de contextualizar a criação da Universidade Federal de Goiás. Posteriormente, irei expor de que forma a repressão atuou dentro da Universidade Federal de Goiás, a partir da Ditadura Militar.

Palavras chave: Desenvolvimento Capitalista, Ditadura Militar, Repressão Política, Universidade Federal de Goiás

Florestan Fernandes, em seu livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, explora a natureza e etapas do desenvolvimento capitalista no Brasil. Segundo o autor, a primeira fase é caracterizada pela eclosão do mercado capitalista moderno (transição neocolonial), iniciada a partir da abertura dos portos até meados de 1860. A segunda fase, denominada capitalismo competitivo, é marcada pela consolidação da economia urbano-comercial e pela primeira transição comercial. A terceira fase, qualificada como a do capitalismo monopolista, se caracteriza pela organização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação”. É esta última fase do capitalismo que focaremos, pois é a irrupção do capitalismo monopolista que cria pressões extremamente fortes sobre a organização, o funcionamento e o desenvolvimento de economias capitalistas periféricas (FERNANDES, 2005: 316). Isto é, o poder burguês, incorpora nesse momento, os

⁶⁹ Mestranda em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: carolinegomesnunes20@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. David Maciel.

interesses culturais e políticos dos dinamismos das economias capitalistas internacionais de poder. Não é ao acaso que ela só irá adquirir um caráter estrutural após o Golpe de 64.

A partir de 1950, quando novas reestruturações da divisão internacional do trabalho a alguns países – Brasil, Argentina e México – estabelecer políticas de atração aos capitais internacionais e dispor condições para empreender surtos industrializadores, a proposta de um desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais ganhou força. Sobre a modernização nos países pobres, Rodrigo Motta (2014: 10) ressalta que:

Para certos teóricos americanos de linha democrata, a modernização nos países pobres deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento, implicando também mudanças políticas e culturais que trouxessem em seu bojo a democracia característica da verdadeira modernidade. Porém, tais versões “progressistas” também tinham como motivação produzir apelo mais sensível que a fria promessa de melhorar o desempenho econômico. Tratava-se de forjar uma mística, uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), as concepções modernizantes/industrializantes do Estado Novo foram retomadas e se extremaram, com seus ritmos delirantes. O seu governo foi marcado pela ideologia desenvolvimentista, ou seja, pela crença de que a aceleração da industrialização poderia ser obtida por intermédio da ação planejadora do Estado sobre a economia, rompendo com o tradicional modelo agroexportador. A criação de instituições universitárias pelo governo federal, teria como objetivo gerar transformações necessárias para a modernização e para as mudanças econômicas.

A fundação de uma Universidade pública e federal no sertão brasileiro simbolizou uma das maiores tentativas de se racionalizar a região Centro Oeste do Brasil, complementando e ultrapassando os resultados obtidos pelas políticas públicas que viabilizaram a Marcha para o Oeste e a construção de Brasília. O estado havia ganhado “corpo” com estas políticas, porém com as universidades ele ganha “espírito” capaz de colocá-lo num novo patamar econômico e cultural (CHAVES, 2011: 16).

A política de expansão e federalização do ensino superior brasileiro resultou na criação simultânea de sete universidades federais no Brasil: Universidade Federal de Goiás, Universidade de Santa Maria, Universidade de Juiz de Fora, Universidade da Paraíba, Universidade Fluminense, Universidade do Rio Grande do Norte, Universidade de Santa Catarina.

(...) A criação da UFG insere-se na política de expansão do ensino superior na Região Centro Oeste, quando sob a égide da cultura urbana, do progresso e da modernidade, em três anos, foram criadas três universidades: a Universidade de Goiás- UG, em 1959 (depois Universidade Católica de Goiás- UCG), a Universidade Federal de Goiás – UFG, em 1960 e a Universidade de Brasília – UnB, em 1961. (UFG, 2010: 12)

A UFG foi criada com a reunião de cinco Escolas Superiores: a Faculdade de Direito (fundada em 1898 na antiga capital goiana), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945), a

Escola de Engenharia (1952), o Conservatório de Música (1956) e a Faculdade de Medicina (1960). Posteriormente, foram criadas as Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1962), o Instituto de Matemática e Física (1963) e a Escola de Agronomia e Veterinária (1966). Em 1968, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em decorrência da reforma universitária e a reestruturação das unidades acadêmicas da UFG, foi desdobrada em quatro unidades distintas – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Instituto de Química e Geociências, Instituto de Ciências Biológicas e Faculdade de Educação.

Paralelamente, a vitória da Revolução Russa e a construção do socialismo soviético evidenciaram a viabilidade de uma alternativa. A Revolução Cubana, em 1959, e os avanços de outras revoluções conferiram novo alento aos movimentos nacional-estatistas latino-americanos. No Brasil, uma onda inédita de movimentos grevistas revelava o descrédito do governo JK entre as camadas populares, cujos salários e rendimentos eram corroídos por uma inflação que andava a galope e contra a qual não havia nenhum dispositivo de controle. Os reajustes, quando obtidos, eram logo superados pelos preços, suscitando protestos e lutas (REIS FILHO, 2014: 23-6). Completavam o quadro, a vitória da Revolução Argelina, em 1962, a luta revolucionária do Vietnã e o avanço de vários movimentos de libertação nacional que se situavam na encruzilhada do nacionalismo e da construção de ditaduras revolucionárias socialistas ou socializantes (REIS FILHO, 2014: 37-8).

A consolidação do “capitalismo industrial” representa para a massa da população pobre oportunidades concretas de trabalho na cidade, de adquirir um meio de vida, ou seja, essa população muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira. Esse novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não a burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificadamente operários. Além disso, as alterações produzidas deverão introduzir mudanças profundas nos mecanismos de consciência de classe, de luta de classes e de solidariedade das classes operárias no Brasil. (FERNANDES, 2005: 325-6).

Em “A ideologia alemã”, Marx diz que “os indivíduos só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe; quanto ao mais, eles se comportam como inimigos na concorrência” (MARX, ENGELS, 1998: 61). Logo, podemos afirmar que as classes dominadas formam-se, enquanto classes, a partir do momento que grupos subalternos estejam organizados com o objetivo de colocar em xeque, combater, questionar a ordem hegemônica. Segundo Gramsci, existem vários “níveis” de

subalternidade, daí a importância da distinção entre “grupos sociais subalternos” como categoria mais abstrata e “classes sociais subalternas” como fenômeno histórico de unificação política de frações e segmentos determinados dos subalternos. Infelizmente, no Brasil, enquanto as classes e frações de classes dominantes encontram-se permanentemente organizadas por meio dos aparelhos de Estado capitalista, as classes dominadas, encontram-se politicamente e ideologicamente dispersas na forma de grupos subalternos, e por esse motivo, estão “as margens da história”. Compreende-se então por que a história seja a história dos Estados e dos grupos de Estados (GRAMSCI, 2002: 2288).

Em 1961, assume a presidência João Goulart, considerado um herdeiro do nacionalismo e do populismo getulista, desagradando à cúpula política e à alta hierarquia das Forças Armadas. A tentativa de impedir a posse do presidente fracassa, então, opta-se por implantar um novo modelo político para diminuir seus poderes. Através de um plebiscito Goulart derruba o parlamentarismo e, a partir de então, as lutas e movimentos sociais proliferam-se, influenciados principalmente pelas propostas das “Reformas de Base”, levantadas pelo presidente, que prometiam mudanças profundas na política socioeconômica (ARNS, 1986: 57). “Instaurou-se um grande debate na sociedade. Nas cidades e nos campos, nas greves urbanas e nas ocupações de terras, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando” (REIS FILHO, 2014: 33-4)

As elites tradicionais e os grupos empresariais modernizantes, principalmente, sentiam obscuramente que um processo de redistribuição radical da riqueza e de poder, em cuja direção apontavam as reformas, atingiria suas posições, rebaixando-as. “E nutriam um Grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores vigentes, inclusive dos religiosos” (REIS FILHO, 2014: 37). Florestan Fernandes descreve a reação da burguesia diante da ameaça de seu *status quo*:

(...) Os conflitos com as classes antagônicas, ao serem estigmatizados, e postos “fora da ordem” e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também por sua vez, pela própria burguesia. Ao “defender a estabilidade da ordem”, portanto, as classes e os estratos de classe burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem “legitimamente estabelecida” (FERNANDES, 2004: 369).

Diante de tamanha agitação social, que ganha adeptos até mesmo em algumas camadas do exército, as autoridades militares planejam um golpe. Tal possibilidade começa a ganhar forma devido ao apoio manifestado pelo Governo norte-americano, mas também por parte de

certos grupos sociais do país (ARNS, 1986: 58). O estopim é aceso quando marinheiros e fuzileiros navais se reúnem, em março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio. Em 1º de abril tem êxito o Golpe Militar (ARNS, 1986: 59).

Para Rodrigo Motta (2014: 9), o golpe de 64 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas sobretudo anticomunista. “Parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias”.

É um momento de forte debate político no país, resultando no surgimento de várias organizações de extrema esquerda. Com o golpe militar, entidades estudantis tais como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), mesmo ficando na clandestinidade, sobreviveram e avançaram na luta contra o regime. Dentre os principais focos de luta estudantil do Estado de Goiás, estava a Universidade Federal de Goiás. Uma das características da esquerda goiana seria a supremacia do movimento estudantil na formação e atuação da grande maioria dos militantes durante todo o período da ditadura militar (MACIEL, 2014: 366). É a partir, principalmente, do Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, Colégio Estadual Pedro Gomes, da Universidade Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás, que serão organizados comícios relâmpagos, passeatas, panfletagens e greves contra o regime militar.

Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para a esquerda. O afastamento de dirigentes universitários foi um momento marcante da Operação Limpeza (MOTTA, 2014: 366). O então reitor na época da UFG, Colemar Natal e Silva foi afastado de seu cargo em novembro de 1964, logo após a queda do governador de Goiás, Mauro Borges. No início do ano, já havia ocorrido alguns expurgos dentro da universidade, entre eles do professor e escritor Bernardo Élis Fleury de Campos Curado e de dois funcionários da reitoria (MOTTA, 2014: 44). Ainda segundo informações da Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (ANIGO), estima-se em aproximadamente quinhentos (500) o número de punidos ou indiciados por crimes políticos pelo Estado brasileiro em Goiás durante esse período.

A institucionalização da ordem política autoritária era, então, um componente fundamental do processo de preservação e aprofundamento da autocracia burguesa, que articulava organicamente os determinantes econômico-sociais e políticos da dominação burguesa (infraestrutura e superestrutura), num só movimento histórico, e expressava uma

estratégia de revolução passiva, que impediu que as contradições sociais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista viessem a explodir numa crise catastrófica. Tal função era exercida através da repressão pura e simples e do controle militar do governo, mas também por meio de diversos instrumentos de cooptação e domesticação do conflito político, como os partidos, o processo eleitoral ou a estrutura sindical oficial (MACIEL, 2004: 29).

Em junho de 1964, logo após o golpe, foi criado o SNI (Serviço Nacional de Informações. Segundo um artigo de Motta (2008), em 1967, esse aparato foi expandido com a criação de Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis, que ficaria responsável por assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisão e em questões de segurança. “A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi uma das maiores e mais importantes, naturalmente graças a vigilância sobre as universidades” (MOTTA, 2014: 195). O SNI deveria funcionar como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. Esse papel caberia as polícias estaduais Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e a Polícia Federal. Mais tarde, os DOI-Codis (Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna) se uniram a esses dois órgãos.

Entre 1965 e 1967, formou-se no país um movimento democrático radical, comandado pelos estudantes universitários. “Liderado e hegemônico por organizações revolucionárias de esquerda, não queria negociações, nem o aproveitamento de brechas legais no quadro do Parlamento, mas o fim da ditadura” (REIS, 2014: 91). Já em 1968, todos os grupos radicais que queriam o fim da ditadura militar, encontraram-se nas ruas, foi um ano de grandes conflitos em escala internacional. Sobre esse ano, Reis (2014: 92) afirma que no primeiro semestre de 1968, o governo Costa e Silva alternou repressão – com morte – e conciliação, permitindo grandes manifestações pacíficas: em março, ocorreu o enterro do jovem Edson Luís de Lima e Souto, assassinado durante a invasão de um restaurante universitário; em junho, a passeata dos Cem Mil; e, em julho, a passeata dos Cinquenta Mil.

Em setembro 1966, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Centro Acadêmico XI de Maio da Faculdade de Direito da UFG, após a violenta repressão a uma greve de estudantes em Belo Horizonte, Minas Gerais, a UNE e a UBES, na clandestinidade, apoiadas em Goiás por essas entidades, decretaram uma greve nacional de 72 horas em solidariedade aos estudantes mineiros e contra o regime militar (ANIGO, 2016: 564). Ainda nesse ano, um outro IPM nos mostra que:

Numa manhã do mês de setembro, no Centro Acadêmico XI de Maio da Faculdade de Direito, dava-se início a uma manifestação contra a ditadura(...). Poucos dias depois, foi instalado um Inquérito Policial Militar

(IPM), que teve como sede dos seus trabalhos policiais o 10º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro. A quantidade de fotografias tiradas da manifestação foi de tal forma volumosa que quase nenhum dos participantes ficou sem ser identificado. Eram os métodos nazistas, muito conhecidos, sendo praticados. (ANIGO, 2016: 564)

Um relatório a respeito do “Movimento Político-Estudantil da Segunda Quinzena do Mês de Setembro”, nos revela a constante vigilância às Faculdades de Direito, Engenharia e Filosofia da UFG. A denúncia mais grave ocorreu na Faculdade de Filosofia:

Neste estabelecimento de ensino houve, também, a distribuição de manifestos subversivos, tendo o seu Diretor, Egidio Turchi, se imitado nas providencias junto a seu Superior. É público e notório, que este Diretor chegou a convidar os Professores Aloisio Sayol de Sá Peixoto e Bernardo Élis, afastados de seus cargos pelo Ato Institucional nº 1, para lecionarem naquela Faculdade. Que nessa Faculdade existe a aluna Alda Maria Borges, que foi indiciada em IPM após a Revolução de 31 de março de 1964, a qual leciona na mesma Faculdade. Igualmente o atual secretário deste estabelecimento, Sérgio Dias Guimarães, que, também, foi indiciado em IPM em 1964. Este adquiriu BONUS para auxiliar o Congresso da UNE que se realizou em Belo Horizonte, em julho do corrente ano, tendo tomado conhecimento de que diversos alunos usavam o mimeógrafo de sua secretaria para confeccionar manifestos subversivos, não tendo tomado nenhuma providência. Da mesma forma o aluno José Pereira Peixoto Filho, que também estuda e leciona na dita Faculdade, foi um líder atuante do movimento estudantil de setembro último. Leciona naquele estabelecimento o Padre Pereira (José Pereira de Maria) reconhecido ativista em pregações ideológicas. (ANIGO, 2016: 603)

Em 1968, todos os grupos radicais que queriam o fim da ditadura militar, encontraram-se nas ruas, foi um ano de grandes conflitos em escala internacional. Sobre esse ano, Reis (2014: 92) afirma:

No primeiro semestre de 1968, o governo Costa e Silva alternou repressão – com morte- e conciliação, permitindo grandes manifestações pacíficas: em março, ocorreu o enterro do jovem Edson Luís de Lima e Souto, assassinado durante a invasão de um restaurante universitário; em junho, a passeata dos Cem Mil; e, em julho, a passeata dos Cinquenta Mil.

As manifestações em Goiânia constituíram parte de um esquema de mobilização contra a Ditadura e repúdio à repressão – movimento de solidariedade. Um Relatório do IPM, nos mostra o impacto da morte de Edson Luís nesta capital: um aglomerado de estudantes, na casa dos 300, sendo a maioria secundarista, se reuniram na Praça do Bandeirante a fim de manifestar-se contra a morte do estudante. A polícia entrou em ação e os manifestantes se refugiaram nas casas e escritórios comerciais, bancos e hotéis das imediações. No meio da confusão, o 1º Tenente Pm Hélio Batista Vaz Sobrinho ou o 3º Sargento Pm Oscar de Souza Oliveira dispararam um fuzil de um soldado para cima, tendo vários subordinados repetindo a ação. “Um dos projeteis de revólver ricocheteou numa janela basculante atingindo acidentalmente o lavador de carros Carlos Cândido da Silva que se encontrava na esquina das ruas 7 com a 4. Removido ao Hospital Santa Luzia faleceu as 19:00 horas do mesmo

dia.” (ANIGO, 2016: 619). Ainda sobre esse acontecimento, o relatório descreve: “Este acontecimento manteve os ânimos exaltados durante todo o dia, pois o ferido não possuía documentos e só foi identificado depois do morto, no dia 3, por seus familiares, pela fotografia estampada no jornal”. (ANIGO, 2016: 619)

No segundo semestre, a surpresa: os policiais começaram a atirar para matar nos que participavam das manifestações. Foram presas centenas de lideranças estudantis. No dia 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5, que vigorou até 1978. Esse foi um duro golpe, pois esse ato proibia manifestações populares de caráter político, suspendia o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra a ordem econômica, segurança nacional e economia popular), impunha a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas e concedia poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro. Além disso esse Ato dava amplos poderes para o Presidente em relação as Câmaras Estaduais e Municipais.

O anseio por uma ‘limpeza’ ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de texto, e a instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas dentro dos campi e, juntamente com outros órgãos de informação (OIs), triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior (MOTTA, 2014: 8). Em 1970, os serviços de informação sofreram uma alteração, assim que foi aprovado o Plano Nacional de Informações (PNI). As DSI seriam estimuladas a se subdividirem, de forma a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios. Surgiam então as denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). “No âmbito das universidades, as ASI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após aprovado seu Plano Setorial de Informações” (MOTTA, 2008: 44).

Vale ressaltar que essas Assessorias não eram órgãos de repressão, somente de informação. A estrutura das ASI’s seriam a seguinte: um chefe, responsável por coordenar as atividades e representa-las a DSI/MEC e aos outros órgãos de informações, e mais duas seções, de informações e administrativa. Elas funcionavam em salas na própria reitoria ou tinham suas próprias instalações. Estima-se que na área do MEC funcionaram aproximadamente 40 ASI universitárias. A respeito do procedimento padrão que esse órgão seguia, Motta (2014: 201) explica que o procedimento padrão era que a ASI do órgão interessado disseminasse entre os OIs da área um pedido de busca sobre a pessoa em questão, com dados mínimos para facilitar a identificação – nome completo, data e local de nascimento, as vezes os nomes dos pais.

No decorrer dos anos, a repressão se intensifica dentro da UFG por meio de uma série de medidas desencadeadas pelo governo militar, tais como: expulsão de alunos e a demissão de professores. Além do conhecido AI-5, outro instrumento lançamento para a repressão foi o Decreto n. 477, elaborado pelo ministro Gama e Silva. Promulgado em fevereiro de 1969, “foi concebido para dismantelar o movimento estudantil” (MOTTA, 2014: 154). Esse Decreto prejudicou ainda mais o movimento estudantil, pois apresentava punições severas para quem participasse de práticas da militância estudantil. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. Inacreditavelmente, o que não tinha como piorar, piorou. Motta (2014: 173), descreve o Ato Complementar n. 75:

O texto do AC-75, editado em outubro de 1969, proibia que instituições públicas ou privadas que recebessem subvenções do Estado contratassem professores atingidos pelos atos institucionais. A intenção era evitar o que ocorreu em 1964, quando docentes demitidos retomaram suas carreiras em outras universidades.

Uma das pessoas atingidas pelo Decreto n. 477, foi Professor Horieste Gomes, que ingressou na UFG em março de 1963, na condição de professor contratado para lecionar Geografia de Goiás no Centro de Estudos Brasileiros (CEB). Em 1965, foi lotado na Faculdade de Filosofia, agregado ao curso de Geografia em formação. Já concursado em 1968, ficou lotado nos Institutos de Ciências Humanas e Letras e de Química e Geociência. Sua prisão ocorreu em 14 de julho de 1972 e ficou preso até 1974. Sofreu intensas torturas quando foi transferido para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Ao sair da prisão, teve sua carreira interrompida em decorrência do Decreto n. 477 (ALVES e CÔRTEZ, 2013: 161 – 179).

O estudante Abrão Marcos da Silva, também foi afetado por esse decreto. Ele ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ano de 1967 e militava na Organização de Base (OB) da Faculdade de Medicina da UFG. Devido a sua militância política nos movimentos estudantis universitários, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM), no ano de 1968. No ano de 1971, foi diretor-geral do jornal Esqueleto 21, órgão oficial do Diretório XXI de Abril da Faculdade de Medicina da UFG, que publicava matérias de cunho tido pelos militares como sendo subversivo. Foi condenado em 14 de maio de 1971, com base na Lei de Segurança Nacional, a pena de 8 meses de reclusão. No dia 3 de julho de 1972, foi preso e levado para o 10º Batalhão de Caçadores, onde sofreu torturas físicas e psicológicas por

cerca de 35 dias. Em dezembro de 1972, foi atingido pelo Decreto n. 477, por ato do reitor da UFG, Prof. Farnese Dias Maciel Neto (ALVES e CÔRTEZ, 2013: 21 - 33).

No caso da ASI UFG, a partir de um levantamento feito a partir de pesquisas no Diário Oficial da União, foi possível identificar que cinco chefes passaram por esse “departamento de repressão”, entre os anos de 1978 a 1986, ou seja, no caso da Universidade Federal de Goiás, a ASI continuou funcionando mesmo após o fim da ditadura militar.

A partir de 1974, após a posse do general Ernesto Geisel, o Estado começa a tomar iniciativas para reduzir o aparato repressivo. “O processo de distensão foi planejado para ser lento, gradual e seguro, permitindo a acomodação das forças em disputa para evitar choques graves” (MOTTA, 2014: 327). Durante esse período, o ativismo estudantil se intensificou nacionalmente, chegando até a infringir regras e determinações oficiais: “Eles apresentaram peças teatrais proibidas, patrocinaram shows com artistas considerados subversivos e organizaram debates sobre temas políticos” (MOTTA, 2014: 330). A partir de 1975, denúncias públicas sobre a existência das ASI’s foram feitas em diversos jornais e revistas. Isso acabou atrapalhando o trabalho desses órgãos, pois iniciaram-se movimentos docentes e estudantis a favor da extinção das ASI’s. Não foi o caso da ASI UFG, como já dito anteriormente.

Em 1979, assume o governo o general João Batista de Oliveira Figueiredo. Durante sua gestão, extinguiu o Decreto 477 e manteve o clima de abertura nas universidades. Em maio desse mesmo ano, o DSI/MEC enviou um ofício aos reitores informando sobre a extinção das ASI’s universitárias. É, portanto, a partir de 1979 que se inicia um processo lento de descontinuo de fechamento das ASI universitárias. “Foi decerto uma vitória das forças de oposição, mas incompleta. Os órgãos de repressão começaram a se retirar dos campi, mas isso não significou o fim da vigilância. As Delegacias Regionais do MEC (DEMEC) deveriam continuar o trabalho, com a transferência de pessoal, equipamentos e arquivos” (MOTTA, 2008: 50-51).

Para além de seu papel nos planos de desenvolvimento, as universidades tornaram-se áreas sensíveis para a “segurança nacional”, pois eram consideradas pelos militares, um lugar importante de atuação dos inimigos ideológicos. Ali circulavam ideias marxistas e radicais de todos os matizes, formulavam-se críticas ao governo e vicejavam várias atividades de “contestação”. Além disso, os militares viam as universidades como focos de comportamentos desviantes (drogas, sexo), inaceitáveis, que, para os mais imaginosos entre eles, significavam o prelúdio do comunismo, pelo “desfibramento” da juventude. Para completar o quadro, na fase aguda da luta armada, os grupos guerrilheiros eram recrutados principalmente entre os

universitários, e das universidades saíram as principais manifestações de rua em 1967-8. Por todas essas razões e outras, as universidades significavam um desafio político para o comando militar. Encontrar as estratégias mais adequadas para lidar com o ensino superior tinha importância para os planos de desenvolvimento, porém, tratava-se também de derrotar o inimigo (MOTTA, 2014: 101-2).

Bibliografia:

ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (org.). Goiás: Sociedade e Estado. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (org.). *Memórias Transcritas: Depoimentos*. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.

ANIGO. *A Ditadura Militar em Goiás – Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão*. Goiânia: Anigo / Gráfica UFG, 2016.

ARNS, D. Paulo E. Um relato para a história. *Brasil: Nunca mais*, 17 edições, Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

ASSOCIAÇÃO DOS ANISTIADOS, PELA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DE GOIÁS. Acervo Digital.

Chaves, Davillas Newton de Oliveira. *A história da UFG: Região e Modernidade [dissertação de mestrado]*. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GOMES, Horieste. *Cela 14: militância, prisão e liberdade*. Goiânia: Edição do Autor, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *As margens da história. (História dos grupos sociais subalternos) (Caderno 25)*. Cadernos do Cárcere, volume 5, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MACIEL, David. A ESQUERDA GOIANA NOS ANOS 60/70: DO NACIONALISMO ESTATISTA À LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR. *Opsis (Catalão-GO)*, v. 14, n. 1, p. 359-377, 2014.

MOTTA, R. P. S.. INCÔMODA MEMÓRIA. OS ARQUIVOS DAS ASI UNIVERSITÁRIAS. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 16, p. 32-50, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. São Paulo: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SALLES, Pinheiro (coordenador). *A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Centro de Informação, Documentação e Arquivo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Universidade Federal de Goiás: imagens e memórias (1960-1964)*. Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010.

MULHERES EM AÇÃO: A LUTA PELO VOTO E EMANCIPAÇÃO FEMININA NAS PÁGINAS DO JORNAL "O LIBERAL", JATHAY (1931-1933)

*Cleidiane Gonçalves França*⁷⁰

RESUMO: Este estudo propõe analisar a luta pelo voto e emancipação feminina (educação e trabalho) durante anos de 1931 a 1933 em Jataí - Goiás, através da imprensa. Para tanto, utilizaremos como fonte artigos e fotografias publicadas pelo jornal "O Liberal". Utilizamos a vasta produção bibliográfica sobre os estudos de gênero e história das mulheres para embasar nossas discussões, especialmente, autoras como: Scott (1991), Matos (2006), Lemes (2009) e Diniz (2013). A luta pelo voto e participação política formou um grande movimento de mulheres brasileiras durante as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, propagadas pela imprensa, a ação dessas mulheres, na busca por direitos, também foi registrada em Jathay. Por meio dessa publicação, buscamos demonstrar a ação de mulheres, que destoavam dos papéis, até então, destinados à elas, na luta por acesso à educação, participação política e trabalho.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; O Liberal; Jataí.

Este estudo parte de uma pesquisa inicial que propõe problematizar construções feitas,

⁷⁰ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Bolsista Capes. E-mail: cleidgf@gmail.com. Orientadora: Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

pela imprensa jataiense, sobre as mulheres. Especificamente, analisamos artigos e fotografias publicadas nas páginas do jornal “O Liberal”, nos anos de 1931 a 1933, em Jataí. Para tanto, buscamos entender como o discurso, presente na fonte analisada, indicava a luta das mulheres pelo voto, bem como a busca por acesso à educação e trabalho.

A entrada em cena da História Cultural possibilitou que um novo olhar fosse lançado sobre as diversas fontes de pesquisas existentes e passíveis de serem “exploradas” pelo/a historiador/a. As análises mecanicistas impostas por outras tendências historiográficas deram lugar a percepções mais apuradas, que permitiram ao/a historiador/a enxergar os objetos de pesquisa por novos ângulos.

Dentre esses campos de pesquisa, surgem investigações que intentam discutir sobre a História das Mulheres e das relações de Gênero. Passou-se a dar mais atenção a esses sujeitos, lançando outros olhares as fontes, instigando pesquisadores/as a refletir sobre a ação das mulheres no processo histórico (MATOS, 2006). Já a categoria gênero começa a ganhar força nos anos de 1970, mas principalmente, em 1980, pois,

[...] após a fase inicial da necessidade de tornar visíveis as mulheres, abre-se a possibilidade de se recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como procura-se um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico. (MATOS, 2006, p. 287)

Além disso, esses estudos também ganham força com as transformações do movimento feminista que, diante de diversas críticas, passava a compreender a necessidade de se pensar a diversidade do movimento, era preciso entender que a categoria mulher deveria ser percebida no plural: mulheres. (MATOS, 2006).

Diante disso, a categoria gênero, já utilizada em outros países, começa a fazer parte das reflexões conceituais sobre a produção historiográfica no Brasil. Essa categoria questiona explicações biológicas e propõe pensarmos as relações entre os sexos como construções sociais (SCOTT, 1991). Portanto, entendemos gênero como: "elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 1991, p. 21).

Os estudos de gênero e história das mulheres permitiram ampliar a visão de historiadores/as sobre as fontes. Direcionaram olhares para questões até então silenciadas. Aliás, as lacunas e os silêncios passaram a ser indícios importantes para se pensar a presença ou ausência das mulheres.

Passou-se a conferir especial atenção às lacunas, às omissões existentes em fontes consideradas convencionais, realçando-se à medida que tais conteúdos velados contribuíam para esclarecer sobre o papel desempenhado pelas mulheres em determinados contextos. (GONÇALVES, 2006, p. 75).

A imprensa configurou-se como uma dessas importantes fontes, pois, pode fornecer dados sobre a vida cotidiana e uma maior proximidade com o objeto de pesquisa. Sávila Barros Diniz (2013) aponta que "a imprensa se apresenta como uma fonte privilegiada para o estudo dos processos de construção e de difusão dos estereótipos e das representações femininas em diferentes épocas e lugares" (DINIZ, 2013, p. 16). A autora, analisando jornais de Goiás, durante os anos de 1930 a 1936, aponta para a elaboração de olhares que foram forjados, por meio da imprensa, e contribuíram para construção de estereótipos sobre a mulher goiana.

Jorge Luiz de França (2013) aponta que, a imprensa busca de certa forma "educar os leitores do cotidiano da cidade, sobretudo as mulheres" (FRANÇA, 2013, p.21). Com isso, esperava-se que a imprensa contribuísse na divulgação e construção de um espaço urbano civilizado. Foi durante as primeiras décadas do século XX que ocorreu uma multiplicação dos meios de comunicação de massa, que se transformaram em produto da então recente indústria cultural. Eram promovidos por grupos letrados, que os construíam e os colocavam para circular em meio as cidades (CAMPOS, 2014). Esses meios de comunicação, tais como os jornais, construíam e reproduziam discursos sobre as mulheres através de textos como reportagens, notas e propagandas.

Diniz (2013) aponta que, mesmo no interior do Brasil e longe dos grandes centros de poder, permeava, por algumas regiões, transformações em âmbitos político, econômico e cultural, o que fomentava o discurso sobre a modernidade e progresso. Em Goiás, por exemplo, é bastante significativo o enredo sobre a expansão das estradas de ferro, nos anos de 1913. Para alguns grupos, essa seria a solução para o fim do atraso goiano, além disso, a mudança da capital, na década de 1930, unia o tradicional ao moderno, no qual "invocou-se até mesmo o saber médico, uma das facetas do tempo do moderno baseado na ciência, na tecnologia, enfim no arsenal de transformações que singularizou a época" (CHAUL, 2015, p. 276).

Mesmo com todas as dificuldades e falta de informação e letramento por parte da população goiana, essas transformações chegaram a cidades do interior do Estado, principalmente, nas localizadas nas regiões sul e sudoeste de Goiás, onde se localiza Jataí. Nesse sentido, ocorre um grande crescimento da imprensa goiana, que passa a compartilhar assuntos políticos, econômicos, culturais e sociais, além de indicar caminhos para se chegar a tão esperada modernidade (DINIZ, 2013).

Longe dos grandes centros urbanos, a população letrada de Jataí parece ter se articulado no sentido de construir jornais para divulgar e propagar informações na cidade. Basileu Toledo

França mostra que vários jornais circularam durante as primeiras décadas do século XX. Em 1 de outubro de 1909⁷¹, foi publicado o jornal “O Jathay”, impresso de quinze em quinze dias, tendo sua assinatura anual o valor de dez mil réis. Neste “bom jornal”, como aponta França, eram publicados assuntos de cunho político e noticioso. Já “A Cidade de Jathay”, foi outro periódico que circulou em 1920, semanal e de cunho “litterário e noticioso”, teve suas publicações interrompidas em 1922. A partir de então, entra em cena “O Picapau”, editado durante o ano de 1922. Em 1931, há a publicação de mais um jornal, intitulado “O liberal”, que foi produzido até o ano de 1935, com temas relacionados a política e notícias.

Este periódico circulou pela cidade de Jataí, Estado de Goiás, durante os anos de 1931 a 1935. Nele se publicava assuntos de cunho político e noticioso, artigos, crônicas e anúncios. Circulava semanalmente e possuía como diretor: Peregrino Esselin; gerente: Gabriel Anconi, e redatores diversos.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, foram períodos de intensas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, tanto no âmbito nacional, como também, regional e local. Os artigos e crônicas publicados no jornal “O Liberal” demonstravam tais mudanças. Reproduzindo discursos jurídicos, religiosos, médicos e higienistas, essas publicações, indicavam um conjunto de normativas que intentavam disciplinar o corpo e comportamento de homens e mulheres da sociedade jataiense.

Em contrapartida, o periódico também vinculou em suas páginas, a luta das mulheres pelo voto, educação e trabalho. Conforme salienta Lemes (2009) as mulheres passaram a aspirar mais que o espaço do lar, da maternidade e casamento, papéis destinados a elas e vinculados pelas publicações do jornal analisado.

Desde a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a luta pelo voto e a participação feminina na política formou um grande movimento de mulheres brasileiras, buscando por um direito que acreditavam também pertencer a elas. Entretanto, para que as reivindicações dessas mulheres fossem atendidas, era necessária uma outra luta: a busca pela educação. Segundo Lemes (2009, p. 48), este movimento "pode ser visto como um dos primeiros passos no caminho da luta pela emancipação da mulher no Brasil". Nesse sentido, consideramos as mulheres enquanto “sujeitos políticos, sujeitos de ação, de consciência e reflexão” (SWAIN, 2013, p. 1).

Mulheres e a luta pela educação

⁷¹ De acordo com Basileu Toledo França, não se sabe ao certo a data de publicação do primeiro número do jornal, pois este está perdido. Esta é apenas uma hipótese da data em que o primeiro número do jornal circulou.

O início do longo caminho que as mulheres percorreram para obter acesso à educação no Brasil, começa de fato, no ano de 1827, quando foi sancionada a primeira legislação sobre a educação feminina. A partir desse momento, as poucas escolas e mestres existentes, que atuavam na educação brasileira, poderiam atender as meninas e aos meninos. Especificamente na Província de Goiás, a primeira escola foi criada em 1831, mas só funcionou e foi aberta, um ano depois, em 1832, em Natividade. Na capital, a construção da primeira escola só foi realizada no ano de 1837. Entretanto, Lemes (2009) afirma que mesmo com tais mudanças educacionais, o acesso à educação por parte das mulheres não foi de fato contemplada, pois poucas escolas ou mestres ofereciam salas para as meninas.

Em 1834, foi criado um Ato Adicional que colocou sob responsabilidade do governo das províncias promover e regulamentar a educação, como salienta Lemes (2009). O governo Central só seria responsável pelo Ensino Superior. Tal fator reforçou o abandono do Ensino Básico, com poucas escolas sobrevivendo com o auxílio dos mestres-escolas. Além disso, a estrutura física das instituições era péssima, além da precária formação dos/as professores/as. Durante este período do século XIX, a educação era fomentada por famílias que tinham interesse na formação dos filhos, com aulas realizadas em casa ou em salas separadas para meninos e meninas. Segundo Lemes (2009) o número de mulheres e homens que recebiam educação em Goiás, nesse período, era baixíssimo.

Com as transformações políticas que ocorreram em Goiás, foram criadas novas leis que regulamentavam a educação partindo do Ato Adicional. Em 1835, a lei n. 13 estabelecia o que seria ensinado nas escolas goianas, conforme informa Lemes (2009). A nova lei, definia, entre outros assuntos, a obrigatoriedade de frequência pelos/as estudantes da escola e o número mínimo de alunos/as por sala de aula. Tal lei, vigorou até o ano de 1855, sendo realizadas até esse período algumas regulamentações, mas que não alteraram de fato, a primeira lei de 1835. Lemes (2009) aponta que mesmo com o Ato Adicional e as reformas realizadas na educação brasileira, este campo ainda era, durante o século XIX, um espaço majoritariamente masculino. Ainda, o acesso das meninas à educação, priorizava para o exercício de atividades domésticas, sendo assim, o ensino e o currículo eram diferentes para os meninos.

Outro dado sobre a educação no Brasil é que esta sempre foi uma atividade exercida por homens; durante a colônia, pelos religiosos; no período das aulas régias, também por homens, leigos, em sua maioria, o que também valia para as aulas particulares. Com a possibilidade de implantação de escolas de ensino mútuo, esse quadro não muda de imediato: a educação, no Brasil, ainda vai continuar, durante muito tempo, uma atividade prioritariamente masculina. Inicialmente essa mudança não ocorre pela própria falta de professoras em condições de assumir as cadeiras, de qualquer disciplina, tornando

difícil romper com o ciclo; elas não frequentavam a escola porque não lhes era algo primordial, e as poucas que conseguiam terminar o ensino das primeiras letras não encontravam escolas secundárias. [...] O ensino secundário ficará, durante o século XIX, quase que prioritariamente sob o controle da iniciativa privada, principalmente após o Ato Adicional. As escolas femininas vão surgir, principalmente, após a segunda metade do século, localizando-se, grande parte delas, nas capitais das províncias. (LEMES, 2009, p. 51-52)

Na pequena Jathay, a situação não era diferente. França (1998) afirma que os fazendeiros chegados na região priorizavam a educação das crianças, especialmente dos meninos brancos e “sinhazinhas”. Para estes, existiam nas fazendas, mestres-escola que inseriam os sujeitos no mundo da educação. Nesse período, as escolas eram nas fazendas e as aulas entre homens e mulheres, separadas. Tal fator pode ser evidenciado na “pequena escola da fazenda Bom Jardim, de José de Carvalho Bastos”, que funcionava na região durante os anos de 1860.

[...] Os velhos pioneiros faziam questão que houvesse em suas propriedades um mestre-escola, alguém que soubesse um pouco daqueles princípios a fim de ensiná-los às crianças e, às vezes, também aos próprios adultos. Trabalhadores braçais e agregados que não tiveram essa oportunidade antes. Não existia entre nós, desde o início, discriminação do sexo feminino – só os crioulinhos não iam às aulas – as meninas aprendiam as primeiras letras tanto quanto os garotos das fazendas. Quase sempre em grupos separados, cantando a tabuada com o objetivo de gravá-la melhor com o auxílio do ouvido. (FRANÇA, 1998, p. 22)

Nas últimas décadas do século XIX, ante as transformações políticas ocorridas no Brasil, como a abolição da escravidão e a proclamação da República, o desejo por uma educação mais digna começou a fazer parte das mudanças. Em 1879, com a reforma Leôncio Prudêncio, são criadas as primeiras Escolas Normais, com a intenção de formar professores. Entretanto, ainda nas últimas décadas do Império, essas transformações não foram consolidadas de fato. O número de escolas normais pelo país era pequeno e as condições ainda continuavam péssimas, conforme salienta Hahner (2003). Em Goiás, as disputas políticas, impediam que as condições melhorassem, o que evitava "a aplicação das leis criadas" (LEMES, 2009, p. 53). Mesmo com a construção do Liceu de Goiás, em 1882 e o considerável número de mulheres matriculadas, a maior parte da população goiana ainda era analfabeta e possuía poucas chances de ingressar na instituição.

Segundo Lemes (2009) na tentativa de o Império se contrapor à República, surgem ainda nesse período, os Grupos Escolares. Estes, eram agrupamentos de escolas, que passavam a possuir prédios próprios. De acordo com a autora mencionada, o primeiro grupo escolar surge

em São Paulo, no ano de 1893. Em Goiás, só vai funcionar em 1922. Ainda, com a promulgação da Lei n. 332, em 1918, uma nova regulamentação, indicava novas formas de avaliação de frequência dos/as estudantes, bem como, a idade para a obrigatoriedade da educação primária, que passa a ser de sete a quatorze anos para meninos, e sete a doze anos para as meninas. Para Lemes (2009, p. 54) "continua evidenciado, mesmo na República, um projeto [educacional] diferenciado para meninos e meninas".

Em Goiás, a educação primária passa a ser um espaço essencialmente feminino, quando em 1929, a Escola Normal consegue autonomia do Liceu de Goiás. A partir disso, a atuação das mulheres, tanto atuando como professoras ou enquanto estudantes, ganhou espaço. Pois em Goiás, se não frequentassem a escola normal, elas não tinham outras opções, pois as escolas particulares eram mantidas por ordens religiosas, e estas, e não existiam na região, e a educação feminina com professores particulares em casa, só era realizada quando as famílias possuíam condições de custear os estudos e além disso, considerassem como algo importante, conforme elucida Lemes (2009).

Em Jathay, os grupos escolares também passam a existir. Na década de 1930 o então chamado grupo escolar "João Pessoa" ganha destaque nas páginas do jornal "O Liberal", abrindo matrículas para meninos e meninas. A escola possuía prédio próprio na cidadezinha. Contava com um corpo docente composto por homens e mulheres, como o então diretor substituto Nestório de Paula Ribeiro, também parte integrante do jornal "O Liberal" e Maria de Lourdes França, esposa do referido homem, e Maria Menezes, professoras na mesma instituição.

Mesmo nas primeiras décadas do século XX, o currículo, salas de aula e ensino eram divididos entre homens e mulheres. A escola, segundo Ribeiro Júnior (2008) era vista como garantia da ordem social, e as recomendações, cada vez mais frequentes, por parte da imprensa, médicos e educadores, da educação feminina, advinha da necessidade das mulheres exercerem os papéis de esposa, mãe e dona de casa em sua plenitude. Assim, reproduzindo, criando e educando os filhos, futuros cidadãos da pátria brasileira. "Tudo isso baseado no temor de a mulher se ver desobrigada daquilo que era tido como sagrado: o casamento, filhos e família. Já que a mulher deveria ir à escola, o fazia para aperfeiçoar as funções que se esperavam dela, não para romper com elas ou transformá-las" (LEMES, 2009, p. 56) .

Em contrapartida, conforme Maluf e Mott (1998) é possível registrar o inconformismo de algumas mulheres na prática frente aos padrões de comportamento impostos a elas, tais como o casamento. Como mencionado anteriormente, o então editor do jornal "O Liberal" e diretor no grupo escolar jataiense, Nestório de Paula Ribeiro era casado com Maria de Lourdes França, professora na mesma instituição. Segundo França (1998, p. 329) ela, bem mais nova que o

homem, que possuía cerca de sessenta anos quando do casamento, “fugiu para o Mato Grosso, em companhia do amante Sebastião Virgíneo, um fotógrafo e contraparente, cunhado de seu irmão Tito França”, durante a década de 1930. O fato, que chocou a pequena Jathay, indica a resistência de algumas mulheres ao casamento, posto que a professora fugiu com outro homem, abandonado o matrimônio com o prestigiado cidadão jataiense.

O voto feminino e a participação política

Foi a partir do acesso das mulheres à educação, seja em casa ou nas escolas, que uma outra luta feminina é consolidada: o direito ao voto. Assim como a Europa que passava por um processo de modernização e importante avanço na luta feminina por direitos, durante a segunda metade do século XIX e início do XX, no Brasil também as transformações foram significativas, especialmente no que se refere aos direitos femininos. Os avanços nas formas de comunicação, com a proliferação dos jornais e da imprensa, se tornaram fatores importantes na luta das mulheres, pois possibilitaram que elas, escrevendo, narrando e divulgando suas ideias, tomassem posições políticas acerca da “ampliação dos direitos da mulher, o fim do casamento por interesse, o direito ao divórcio e ao voto” (LEMES, 2009, p. 56).

Diversos jornais começaram a circular pelo Brasil. O Rio de Janeiro e os periódicos que circulavam por lá, eram considerados os porta-vozes das principais novidades e ideias advindas da Europa, sendo ainda, o grande precursor dessas ideias para o interior brasileiro.

Os jornais foram uma etapa do caminho pela luta pelo voto feminino. Ao exporem suas ideias, levavam a muitas mulheres o desejo por mais espaço e direito na vida pública. Foi um processo longo, que gradualmente foi trincando a ordem estabelecida e apontando novas possibilidades de participação feminina, além daquelas que lhes eram comuns e além daquelas que lhes eram destinadas. (LEMES, 2009, p. 61)

Mesmo longe dos grandes centros, o jornal “O Liberal” não estava alheio as discussões feministas e propagava as informações sobre a luta das mulheres pela educação e pelo voto. Especialmente nos anos de 1931 e 1932, publicações desse tipo estavam sempre presentes no periódico. Muitas vezes, esses artigos ocupavam as primeiras páginas do jornal, indicando a importância e o interesse do assunto para a pequena elite letrada jataiense.

Li ha poucos dias o anteprojeto de lei eleitoral, já bastante discutido, merecendo aplausos de muitos e repulsas de alguns, principalmente no que diz respeito ao voto feminino. É uma clamorosa injustiça dos que assim negam à mulher um direito a que ela tem

aspirado e tem feito juz, maximé nas profissões liberaes. Negar á mulher o voto, porque? Não é ela a companheira inseparavel do homem nas lutas pela vida, na dôr, no trabalho e na alegria?!...Porque então não ser tambem a sua companheira nas urnas, contribuindo com a sua capacidade e consciência para o futuro do seu paiz, para o engrandecimento de sua terra? Em nada veio a mulher inferior ao homem. Os seus direitos são iguaes e por conseguinte, recíprocos. O homem já deu o que tinha que dar [...] (O LIBERAL, 1931, p.1)

Lemes (2009) afirma que, após a primeira Guerra Mundial, se intensificaram os movimentos feministas em busca de uma maior participação política e a conquista do voto em países da Europa e Estados Unidos da América. No Brasil, o voto feminino, primeiramente, foi considerado inconstitucional pela Constituição de 1891, na qual, foi adotado o sufrágio universal masculino. Contudo, essa lei possuía uma formula ambígua, como afirma Soihet (2006), pois a lei, “não ousou, porém, [...] expressar claramente o direito eleitoral às mulheres, numa época de tantas restrições à sua participação; por outro lado, não permitiu, porém [...] que esta concessão fosse assinalada, “expressamente a cidadãos varões” [...] (SOIHET, 2006, p. 23-24). Com isso, foi possível que Myrthes de Campos, primeira mulher a ingressar na Ordem dos Advogados, requeresse seu alistamento eleitoral, bem como Leolinda de Figueiredo Daltro, fundadora do Partido Feminino Republicano. Entretanto, ambos os pedidos foram negados.

Recém-chegada ao país, vinda da Europa, uma outra mulher ingressa na luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil. Bertha Lutz foi a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro e foi pioneira na luta pela conquista do voto feminino no Brasil. Logo após sua chegada, Bertha Lutz chama as mulheres para a fundação de um órgão organizado em prol da emancipação e participação política feminina. Juntamente com Maria Lacerda de Moura e outras mulheres, funda a Liga para Emancipação Intelectual da Mulheres, em 1919. Segundo Lemes (2009) este é o início do movimento pelos direitos femininos no Brasil, em sua forma mais organizada.

Bertha Lutz ingressou como representante dos interesses femininos brasileiros, articulando as ações do país com outros movimentos internacionais, como a Liga Internacional Feminina Ibérica e Latino-Americana e a Associação Sufragista Feminina Nacional Americana. Assim, definiu o movimento brasileiro, segundo Lemes (2009), como conservador, seguindo o modelo americano, diferentes das sufragistas europeias, consideradas radicais.

Em substituição a Liga para Emancipação Feminina, é fundada a nova associação brasileira: Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1922. Segundo Lemes (2009), fizeram parte da liga, mulheres com diversos posicionamentos sobre o papel feminino, que envolviam temas como: ser mãe e esposa ou outros propósitos, tal como Bertha solicitava, o voto e a participação política. Além disso, a federação se comunicava por textos escritos e

publicados por mulheres nos jornais de diversas localidades e através do rádio, especialmente, com um programa intitulado “Cinco Minutos Feministas”.

Estas informações, assim como o programa especial da Federação, eram divulgadas pelo jornal “O Liberal”, como mostra o artigo publicado pela então presidente da União Universitária Feminina, Carmen Vellasco Portilho, sobre a participação das mulheres na política.

Cinco Minutos Feministas [...] E justiça seja feita á mulher brasileira, porque apesar do problema feminista não ser um problema da mulher como não é do homem, e sim um problema humano, para sua solução tem concorrido grandemente e quasi que exclusivamente as mulheres do Brasil. [...] Para isto bastaria accrescentar apenas 4 palavrinhas ao artigo que concede o direiro ao voto aos cidadãos brasileiros, dizendo com mais justiça e simplicidade: É eleitor todo cidadão sem distinção de sexo”. (O LIBERAL, 1931, p. 2)

Diante de toda movimentação feminina no início do século, Lemes (2009) afirma que diversos projetos circularam pela Câmara e no Senado, em busca da aprovação do voto feminino. É então que, em 25 de outubro de 1927, no Rio Grande do Norte, é sancionada a Lei Estadual n. 660, na qual, as mulheres poderiam votar sem autorização do marido. É nesse sentido que, Celina Guimarães Viana se torna a primeira mulher a conquistar o voto na América do Sul. Seguida de Julia Alves Barbosa, em Natal. Esse fator, possibilitou a criação da Associação de Eleitoras Norte-Rio Grandenses e a eleição da primeira prefeita brasileira: Alzira Teixeira Sariano.

Em consonância com essas conquistas, no âmbito da política nacional, a insatisfação com o governo central por parte de certos grupos, a crise no mercado de café e o fim do domínio paulista na política nacional, com a Revolução de 1930, novos interesses, de diversos grupos políticos brasileiros, legitimaram o governo provisório de Getúlio Vargas e o fim da República Velha.

A ruptura ocorrida entre as oligarquias que comandavam a República brasileira e se revezavam no poder possibilitou que todos os grupos descontentes com a condução política do país manifestassem seus interesses, sendo o maior deles, certamente, o de participação política. Desde os anos 20 esses grupos, marcadamente urbanos, demonstravam sua insatisfação com o domínio de São Paulo e de Minas Gerais na condução política brasileira. São Paulo, grande produtor de café, teve seu poder enfraquecido durante a depressão de 1929, que levou o mercado de café a um colapso. A Revolução de 1930 colocou fim a esse domínio, com a aliança temporária entre facções burguesas não vinculadas ao café, classes médias e o setor militar tenentista, todos com os mais variados interesses, que apoiaram Getúlio Vargas, presidente de forma provisória, pondo fim, assim à República Velha [...] (LEMES, 2009, p. 66).

Nesse contexto, é realizado em 1931, como aponta Lemes (2009), a segunda convenção internacional da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, no Rio de Janeiro. O encontro conta com a participação do então presidente brasileiro, Getúlio Vargas. Após várias discussões sobre o voto feminino, é instituído o Decreto n. 21. 076, de 24 de fevereiro de 1932, que aprova o sufrágio feminino. O Brasil se torna assim, o quarto país no mundo, a garantir o voto feminino.

Em maio desse ano, Lutz foi nomeada para a comissão governamental encarregada de preparar uma minuta da nova constituição [...] embora nenhum dos candidatos da FBPF fosse eleito para a Assembleia Constituinte, a federação foi bem-sucedida no lobby realizado em favor da aceitação de suas propostas. Entre as mudanças introduzidas na Constituição de 1934, estavam o direito de mulheres brasileiras manterem sua nacionalidade e o transmitirem a seus filhos, apesar de casamento com estrangeiro; sufrágio feminino e igualdade diante da lei, sem distinção com base no sexo; a instituição dos seguintes princípios orientadores da legislação trabalhista: pagamento igual para trabalho igual, salário mínimo, oito horas diárias de trabalho, férias anuais remuneradas, licença maternidade e seguro para proteger os trabalhadores contra doença, acidente ou incapacidade; aposentadoria, direito das mulheres de ocupar toda e qualquer função pública, sem distinções [...] (LEMES apud BESSE, 1999, p.189).

Em Goiás, as mulheres não ficaram inertes a essas transformações. Com acesso à educação em casa ou nas escolas, diversas mulheres goianas participaram ativamente e se tornaram as primeiras militantes em prol dos direitos das mulheres no Brasil e em Goiás. Marcos dessa participação feminina, foi a fundação do Gabinete Literário em 1864 e da primeira Biblioteca Pública, que segundo Lemes (2009), se tornaram espaços importantes para o desenvolvimento intelectual de homens e mulheres goianas/os. Especialmente, pelo fato de que, em 1929, a diretoria do Gabinete vai ser composta só por mulheres.

De acordo com a autora supracitada, “o Gabinete será um marco para a organização feminina em Goiás, pois permitirá a participação das mulheres na luta pelo voto e a emancipação” (LEMES, 2009, p. 68). Além disso, é a partir da instituição, que é fundada em 1931, a Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Essa organização feminina goiana, possuía diversos interesses, dentre eles, orientar as mulheres na escolha de uma profissão, assegurar o direito ao voto feminino e ainda, elevar o nível de instrução das mulheres.

Além disso, as mulheres goianas estavam atentas as outras organizações femininas no Brasil, sendo informadas através de jornais e revistas. Seguindo esse fluxo emancipacionista, em 1927, Benedita Chavez Roriz se torna a primeira goiana com direito ao voto, seguida de Almerinda Magalhães Arantes. Interessante ressaltar ainda que essas mulheres pertenciam a uma elite letrada goiana.

Intitulada “O voto feminino”, a publicação divulgada no jornal “O Liberal” no ano de 1931, foi escrita especialmente para as mulheres jataienses, o que indicava o interesse de certa parte da população pelos assuntos relacionados a emancipação feminina. Almerinda Arantes, a autora, divulgava no artigo a conquista pelo voto e o encontro com Bertha Lutz, no Rio de Janeiro, o que indicava que as mulheres goianas não estavam ausentes das discussões envolvendo o movimento de mulheres brasileiro.

Quando, em 1929, alistei-me em Formosa como eleitora, levantou-se, contra mim e minhas companheiras, grande celeuma. No entanto, fui inclinada no alistamento, recebi o meu título como primeira eleitora goiana, e ainda o conservo, como lembrança de um esforço pró progresso feminino, e que me valeu varias entrevistas de jornalistas do Rio, recebendo, tambem nessa ocasião felicitações da Sra. Berta Lutz presidente da Federação Feminina, no Rio de Janeiro. (O LIBERAL, 1931, p. 1)

Em 1933, primeiro ano no qual as mulheres poderiam exercer o direito ao voto, de um total de 613 títulos eleitorais emitidos em Jathay, 5,5 % foram de mulheres, segundo informações divulgadas por Mello (2002, p. 24). Apesar da pouca quantidade de mulheres votantes, é possível observar que mesmo situada no interior de Goiás, a pequena Jathay contava com a participação das mulheres na política, neste momento, votantes, mais tarde, se tornando candidatas.¹ O jornal “O Liberal” divulgou, no ano seguinte a aprovação do voto feminino, um nota dedicada as “mulheres jatahyenses”, chamando-as para a participação política, ao mesmo tempo em que faziam propaganda para o Partido Social Republicano de Goyaz.

MULHERES JATAHYENSES, vós que, vendo o martyrologio, os soffrimentos, as amarguras de vossos paes, filhos irmãos, noivos e esposos, entregues á sanha de facinoras e degenerados, soubestes resistir e vencer pela elquencia das lagrimas e pelo fervor das orações, deveis dar o vosso voto aos candidatos do Partido Social Republicanos de Goyaz, relegando ao esquecimento e ao desprezo os vampiros apresentados pelo caiadismo putredinoso procáz e mandito. (O LIBERAL, 1933, p. 1)

Contudo, mesmo com o convite para a participação política, realizada e escrita por homens, as mulheres eram lembradas pelas lágrimas e orações. Desconsiderando a luta feminina, e por motivos políticos, o texto indicava ainda, o lugar das mulheres na política.

Mulheres que trabalham

Além da luta pela educação e participação política, outro fator que era visto como necessário a emancipação feminina durante as primeiras décadas do século XX, era o trabalho.

A figura feminina sempre foi vista como de suma importância no trabalho doméstico, mais tarde, no comércio e nas fazendas. Conforme salienta Lemes (2009) elas poderiam ser vistas como submissas nesses espaços, contudo, sabiam esquivar-se de tal preceito. Lemes (2009) indica que na década de 1940, as mulheres do sudoeste goiano se candidataram à política, destaque para Luzia de Oliveira Guimarães e Isabel dos Santos.

A educação era vista pelas mulheres como uma forma de conseguir a profissionalização. Principalmente com o advento da Escola Normal, as mulheres poderiam ingressar no caminho do ensino, tido como uma atividade menos cansativa e pesada, em relação ao trabalho doméstico, sendo exercida então, principalmente pelas mulheres de classe média (LEMES 2009).

Com os avanços tecnológicos da segunda Revolução Industrial, que não necessariamente buscavam força física para o trabalho com as máquinas, a proclamação da República no Brasil, e a segunda Guerra Mundial, novos trabalhos foram incorporados ao cotidiano feminino, conforme aponta Lemes (2009). A função de telefonista se destacou como atividade destinada às mulheres naqueles tempos. Além disso, as profissões liberais também ganharam espaço no universo feminino, como a de secretária. E ainda, o ingresso nos cursos relacionados à saúde, como farmácia e enfermagem também fez parte do mundo feminino.

Em contrapartida, as mulheres recebiam salários mais baixos que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções. Além disso, as mulheres pobres sempre trabalharam para o sustento da família, o que causou duplas e triplas jornadas de trabalho feminino, pois ainda se dedicavam ao trabalho doméstico, que era por exclusividade delas.

Essa realidade permeada por inéditas perspectivas profissionais não estava colocada para as mulheres pobres, as quais não tinham acesso à instrução. Restavam a essas mulheres as tarefas mais exaustivas e precariamente remuneradas, como lavadeira, cozinheira, serviços domésticos, entre outros. Os trabalhos informais e o comércio de rua de produtos comestíveis também eram comuns. (DINIZ, 2013, p. 143)

As mulheres “jatahyenses” também trabalhavam, exerciam atividades nas cidades e nas fazendas, nos comércios e nas ruas, nas escolas e nas casas. Em diversos anúncios publicados pelo jornal “O Liberal” é possível perceber a profissão de algumas mulheres em destaques nas páginas do periódico. Muitas delas atuavam como domésticas, como é o caso de Mariana de Barros Melo, outras eram professoras, como Maria de Lourdes França ou Maria Menezes, tinham ainda as escritoras, como Maria de Lourdes. A fotografia abaixo é indicativa do trabalho feminino em Jataí, nas primeiras décadas do século XX. A atuação nos espaços de trabalho possibilitava a construção de redes de sociabilidades e solidariedade, atuando

socialmente enquanto sujeitas de suas histórias.



Fotografia do "Empório Vencedor". Acervo: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos.

Mesmo com a ação das mulheres, um dos argumentos que permeou a discussão sobre a importância da educação e do trabalho feminino por parte das feministas, foi de que a mulher era provedora da nação, além de auxiliar na economia, só com o acesso delas à profissão e educação, o Brasil poderia competir e progredir como as nações desenvolvidas.

As pioneiras da luta pela emancipação das mulheres no Brasil, ao reivindicarem a liberdade intelectual das mulheres, o faziam argumentando que a oportunidade de educação era uma questão de justiça e uma necessidade prática para a promoção do progresso do Brasil. Do cultivo da inteligência das mulheres dependia a prosperidade econômica do país, enfim, o Brasil não poderia se eximir da educação feminina se quisesse competir com as chamadas nações civilizadas. (LEMES, 2009, p. 72-73)

O não questionamento, por parte do movimento feminista no início do século XX, sobre a tríade de funções destinadas às mulheres: ser mãe, esposa e dona de casa, acabou por ser nomeado como o "feminismo tático de Bertha Lutz", como aponta Soihet (2006, p. 9495), o que contribuiu também para construção de um movimento conservador de mulheres, ao mesmo tempo que garantia a aceitação social das organizações femininas brasileiras.

Bibliografia

Fontes

AS PRIMEIRAS eleições da República Nova: Ao eleitorado de Jathay. **O Liberal**, Jataí, 30 abr, 1933, Caderno Único, p.1.

CINCO MINUTOS feministas. **O Liberal**, Jataí, 13 dez, 1931, Caderno Único, p. 2.

O VOTO feminino. **O Liberal**, Jataí, 18 out, 1931, Caderno Único, p. 1.

PALESTRANDO COM Almerinda Arantes. **O Liberal**, Jataí, 1931, Caderno Único, p. 3.

Referências

CAMPOS, Raquel Discini de. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 309-322, 2014.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 2015.

DINIZ, Sávia Barros. **Mulheres na imprensa**: representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936). 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Velhas escolas**. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

FRANÇA, Jorge Luiz de. **Mulheres, imprensa e sociedade em Ribeirão Preto** (1930-1940). 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

GONÇALVES. Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, J. E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.

LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. **De “minhoca a beija-flor”**: a participação feminina na política do sudoeste goiano 1930-1947. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO,

Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 5. p. 376-421.

MATOS, Maria Izilda. Gênero: usos e perspectivas. In: MALUF, Sônia Weidner; MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares feministas**. Brasília: Ed. MEC/UNESCO, 2006. p. 281-294.

MELO, Dorival de Carvalho. **Nos porões do passado**. A descoberta de Jataí. Jataí: Sudográfica, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional**. Minas Gerais. 1888-1928. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres – EDNISC, 2006.

A “COLONIALIDADE DO SABER” EM MANOEL BOMFIM

*Cleiton Ricardo das Neves*⁷²⁷³

RESUMO: O presente artigo explora a crítica colonial de Manoel Bomfim à “colonialidade do saber”⁷⁴ presente em dois ensaios, *A América Latina: Males de Origem* (2005) e *O Brasil na América: Caracterização da formação brasileira* (1997). Manoel Bomfim é identificado no presente artigo como um autor crítico à colonialidade e isso será evidenciado através de diversos elementos presentes nas obras do autor que identificará seu posicionamento crítico e uma aproximação da crítica decolonial. Manoel Bomfim consegue vislumbrar as utilizações das

⁷² Doutorando em História- UFG.

⁷³ Orientadora: Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

⁷⁴ Por “colonialidade do saber” entende-se a forma através da qual se estabelece georeferência de verdade a partir da qual se classifica os conhecimentos e os hierarquiza de forma que o conhecimento europeu passa a ser o único conhecimento válido e por isso inquestionável, pois a ciência passa a ocupar o lócus de enunciação de uma “verdade absoluta” que antes pertencia à religião cristã. Bomfim identifica em suas obras que tanto a religião quanto a ciência foram utilizadas para justificar genocídios dos povos não europeus ao longo da história da colonização. A religião foi o primeiro elemento a justificar a empreitada colonial, a ciência veio corroborar o discurso só que a partir de outros elementos, mas ambas comprometidas com a conquista e exploração do humano pelo humano, mas não um humano qualquer, um humano ocidental superior que se propõe a “civilizar o mundo”.

ciências eurocentradas para fins de subalternizações justificadas. Esse pensamento eurocentrado é considerado pelos intelectuais da crítica decolonial como “una actitud colonial frente al conocimiento” (CASTRO-GOMES; GROSFOGUEL, 2007, p.20), logo, uma atitude questionadora dessa georeferencia epistêmica pode ser considerado decolonial.

Palavras-chave: Crítica decolonial; colonialidade do saber; Manoel Bomfim

É importante iniciar ressaltando que a decolonialidade está presente não na negação do conhecimento eurocentrado, mas sim, em sua identificação e crítica a partir do questionamento de conhecimento auto-gestado, conhecimento neutro e por isso inquestionável. Ao contrário, a própria lógica de neutralidade é perigosa pelo simples fato de que a mesma não existe, a não ser enquanto abstração.

A neutralidade tanto afirmada como sinônimo de conhecimento verdadeiro, diga-se absoluto, pois nesse quesito ele não representa um conhecimento parcial, mas sim total, e nesse sentido seria

um saber atópico, um saber-de-lugar-nenhum, que se quer universal, e capaz de dizer quais saberes são locais ou regionais... e a melhor dominação, sabemos, é aquela que naturalizada, não aparece como tal” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.3).

A proposta da “crítica decolonial” bem como o pensamento bomfiniano não é fazer um saber “outro”, essencialmente novo e, portanto anti europeu ou ocidental, pois isso seria cair no mesmo erro da perspectiva de “uni-versalidade” desenvolvido por Fernando Garces (2007). Segundo Garces, o conceito indica “la evocación etimológica que implica: un verso, un discurso – y sólo uno- que desplaza todos los demás” (GARCES, 2007, p.220), nesse sentido, é o discurso único e portanto unicamente válido. Ao contrario disso, o conhecimento fruto da atitude decolonial é consciente de que transita entre realidades distintas e dialoga com ambas e por isso tal conhecimento é mais que multicultural, é intercultural, pois tangencia conscientemente diversos conhecimentos, pois em “Nuestra América mais que hibridismos há que se reconhecer que há pensamentos que aprenderam a viver entre lógicas distintas, a se mover entre diferentes códigos” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.3).

Bomfim como muitos intelectuais de sua época buscava uma interpretação para a América Latina e para o Brasil que contribuísse com o desenvolvimento da mesma, ao mesmo tempo em que fazia resistência decolonial ao criticar o pensamento vigente que dava razão ao discurso científico europeu advindo principalmente do darwinismo social e que hierarquizava as raças e determinava a possibilidade ou impossibilidade de desenvolvimento sócio-economico a partir da composição cultural-racial dos povos.

O pensamento crítico à colonização e suas conseqüências não é algo novo, ao menos desde o século XIX inúmeros intelectuais latino-americanos se detiveram a analisar e criticar o modelo colonizador e suas conseqüências. Segundo Ballestrin (2013, p. 91)

Do ensaísmo literário ao marxismo latino-americano, passando pela teoria da dependência à filosofia da libertação, nota-se que o problema da colonialidade esteve fortemente presente no pensamento político latino-americano. No século XIX, escritores, políticos e ativistas (Bolívar, Bilbao, Torres-Caicedo, Martí, Rodó e Bomfim, para citar alguns) destinaram suas preocupações ao “sentido” e o “destino” da América e de seus povos mediante o problema da colonização ibérica.

Nesse sentido, Bomfim foi, no Brasil, um dos primeiros intelectuais a se posicionar frontalmente contra a colonização ibérica e suas conseqüências para a nova nação. O conceito de “parasitismo social”⁷⁵ será uma de suas chaves interpretativas para fundamentar sua crítica decolonial.

Manoel Bomfim faz a partir do Brasil um movimento semelhante ao que será efetivado um século mais tarde no sul da Ásia por um historiador indiano, Ranajit Guha, que rompe com as limitações impostas pela análise marxista e avança em sua análise do colonialismo na Índia. A proposta de Guha “consiste em analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSFOGUEL, 2010, p.457). É exatamente este o esforço bomfiniano de análise crítica e debate intenso com os intérpretes da América Latina.

Como um dos principais elementos de justificação da crítica à América Latina e aos povos que a constituíram são oriundos das ciências européias, Manoel Bomfim consegue mapear tais argumentos e situá-los em entrelaçada relação com o projeto colonizador da América, nesse sentido, identificamos diretamente em Bomfim uma crítica a esse pensamento eurocêntrico que classificamos como “colonialidade do saber”. Novamente o pensamento de Bomfim se posicional diametralmente em oposição a tais argumentos que na concepção do autor são “pseudo-ciências”.

Como primeiro elemento justificador da colonização da América, a religião cristã é analisada com bastante crítica, pois para Bomfim o cristianismo já prestava um desserviço à

⁷⁵ Por parasitismo social se entende, segundo Bomfim, um organismo social, seja um país, uma instituição ou mesmo pessoas que vivem de sugar as forças de organismos supostamente mais frágeis. E “vivendo parasitariamente, uma sociedade passa a viver às custas de iniquidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade, ela passa a praticar uma cultura intensiva dos sentimentos egoísticos e perversos” (BOMFIM, 2005, p. 66).

humanidade quando acalmava o desespero humano diante desigualdade, afirmando que na trans-história haveria uma recompensa para aqueles que agüentassem firmes diante das adversidades do mundo. Isso cria, segundo Bomfim, a cultura da subserviência, cultura essa que foi imposta à América e ao americanos. Segundo Bomfim com o surgimento do cristianismo foi oferecido uma igualdade absoluta, no entanto,

toda igualdade oferecida aos homens ser referia, apenas, a uma vida futura; neste mundo, eles deveriam resignar-se às iniquidades, aceitando todas as dores – seria o caminho mais curto para este reino de justiça e de glória no além-túmulo. Com isto, o cristianismo entregava o mundo, mais do que nunca, à tirania e à iniquidade: para que lutar pela justiça, nesta vida, se na outra é que reside a justiça perfeita e imperecível? Para que resistir e fugir ao mal, se este é o caminho para a felicidade futura, se pelas dores se conquista a glória na outra vida?... Demais disto, derivando para o proselitismo, a doutrina de Jesus tornou-se inimiga, a contraditória, a sufocadora... degenerando a religião do igualitário da Judéia no mais formidável instrumento de opressão moral e política que tem existido. Ficou o mundo entregue à fereza dos maus – condes ou bispos - e, à sombra dessa religião, as injustiças se continuaram e se acumularam (BOMFIM, 2005, pp 268-269)

Na concepção de Bomfim foi uma idéia muito libertadora de igualdade, no entanto, foi usada equivocadamente para legitimar as atrocidades praticadas no mundo em nome de uma fé resignada.

Com o surgimento das ciências a partir da influência do Iluminismo houve uma esperança de que a igualdade de fato pudesse ser efetivada, não no mundo vindouro, mas neste mesmo mundo. Nesse momento, Bomfim identifica novamente a “colonialidade do saber”, a partir do uso do saber científico e dos perigos de sua utilização cega ou mesmo deturpada. Quanto a isso o autor afirma:

‘os homens são iguais, não devem uns explorar os outros’. Iguais?... reletiu a filosofia dos dominadores. – ‘E se nós pudéssemos contestar uma tal igualdade?... Estamos no século da razão e da ciência, recorramos à ciência, e provemos que os homens não são iguais’. Voltaram-se, então, os sociólogos do egoísmo e da exploração para a história contemporânea, e encontraram que, no momento... havia uns mais adiantados do que outros, uns já decaídos, outros ainda na infância...foi bastante que lhe pudessem dar esse nome de Teoria científica do valor da raças, para que os exploradores, os fortes do momento, se apegassem a ela (BOMFIM, 2005, p.269)

Esse seria o uso consciente, racional, científico para legitimar a classificação e a hierarquização humana através do racismo. Um racismo que se esconde atrás do discurso perigoso de verdade e neutralidade.

Essa pretensa neutralidade que se traduzia em grande medida na justificação de neocolonialismos, se mostra duplamente questionada nas palavras de Bomfim, pois para ele, os “sociólogos da detração” fundamentavam seus discursos em primeiro lugar, em uma causa efetiva, que Bomfim chama de interesseira (pois haveria o interesse legítimo de uma neocolonização da América pela Europa), em segundo lugar havia a causa intelectual, descrita por ele como “a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente” (BOMFIM, 2005, p.44).

A teoria das raças superiores, que se passa como ciência inquestionável para muitos intelectuais latino-americanos, é objeto de questionamento por parte de Bomfim. Para fundamentar sua crítica ele primeiro afirma que a classificação em superiores e inferiores foi feita pelos conquistadores no intuito de legitimarem-se como superiores e nisso receber o reconhecimento por parte dos vencidos e conseqüentemente uma submissão irrestrita.

Nesse sentido, a “colonialidade do saber” se evidencia na própria forma com a qual a maior parte dos intelectuais latino-americanos analisam suas pátrias, pois os faz, a partir do olhar do europeu ou mais especificamente, a partir do olhar condenatório da ciência eurocentrada. Citando Ingenieros na Argentina, Bomfim consegue perceber em seus escritos que há três raças distintas na Argentina no século XIX, a saber, a branca descendente direta dos europeus e por isso superior, a mestiça composta pelos gaúchos da campanha e os índios. Na Avaliação que Bomfim faz de Ingenieros afirma que “ele dá valor nacional diferente a esses grupos-castas, que separa, admitindo e reclamando para os brancos, ou euro-argentinos, uma superioridade absoluta” (BOMFIM, 1997, pp. 188-189). Isso fica evidente nas palavras de Ingenieros, quando afirma que os brancos euro-argentinos foram “... os únicos a fazerem independência e a nacionalidade...” (INGENIEROS *Apud* BOMFIM, 1997, p.189).

A partir da idéia de “colonialidade do saber” é possível se vislumbrar em Bomfim uma crítica refinada à pretensa superioridade do saber europeu. O conhecimento europeu utilizado para classificar e hierarquizar o mundo entre brancos e não brancos, além de pseudo-ciência, também é chamada por Bomfim de “Sociologia para brancos” e foi utilizada na análise da América Latina e dos povos latino-americanos que foram “cientificamente” chamados de “essencialmente indolentes, de ação restrita e morna, incapazes das superioridades dolicocefalas e norte-uras” (BOMFIM, 2013, p.68). Bomfim faz uma crítica a esses cientistas sociais e seus discursos, como o mencionado acima, dizendo que

tais despauérios constituem as últimas falsificações de critérios, no sentido de diminuir ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decaídos, em favor dos

dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais (BOMFIM, 2013, p.69)

Bomfim faz essa crítica no sentido de desbancar um discurso pseudocientífico que afirmava a superioridade essencial da raça branca, especialmente a ariana. Os cientistas sociais e intelectuais europeus contribuíram para essa visão egocêntrica da história e do pensamento, para essa georeferencialidade de verdade “inquestionável”. Para Bomfim, intelectuais como Hegel fez um desfavor para a humanidade ao deturpar a história e contribuir para a violência praticada contra os povos hierarquizados a partir dos critérios de inferiorização racial. Nas palavras de Bomfim (2013, p.70) “Hegel, na sua laboriosa dialética metafísica, faz compreender melhor os motivos da deturpação” qual seja, a afirmação hegeliana de que “a Europa é a finalidade incondicionada da História Universal” (HEGEL *Apud* BOMFIM, 2013, p.70), portanto, ironicamente Bomfim acusa Hegel de ter afirmado e defendido que “a Europa fez a civilização, que tem de ser dela mesma” (BOMFIM, 2013, p.70). Bomfim afirma que essa foi uma história deturpada por Hegel e as histórias deturpadas promovem uma degeneração dos fatos que permitem sua utilização violenta e legitimada científica e historiograficamente.

Como foi afirmado anteriormente, Bomfim não cria algo novo, uma teoria nova, um pensamento novo, mas sim, elabora criticamente seu diálogo como o pensamento da época, situando e ressignificando a ciência e os cientistas a partir de uma perspectiva crítica latino-americana.

Bomfim dialoga criticamente como o Positivismo de August Conte, o qual é tratado em suas obras como um grande intelectual, fundador da Sociologia enquanto ciência na França. No entanto, Bomfim vê seu positivismo com receios, pois o classifica como rígido e insensível às peculiaridades dos povos. Lembrando que em alguns momentos no pensamento bomfiniano é perceptível a influência do Positivismo, mas um Positivismo adaptado, após ter passado por seu crivo crítico.

Bomfim chama o Positivismo francês de presunçoso e afirma que a sociologia é sua primogênita. Sobre o Positivismo, afirma que não há “nada menos positivo do que essa construção, onde se prende a evolução do espírito humano à celebre lei dos três estados, onde se faz da ordem condição essencial à mesma evolução” (BOMFIM, 2013, p.78). Isso porque na América como um todo tem o influxo e a contribuição de três raças distintas e inclusive sua mistura – o mestiço, em maior ou menor grau, de acordo com a região.

O Positivismo não consegue dar cabo da complexidade que é a América, pois a forma como foi introduzido na América Latina e em especial no Brasil, era uma mimese deslocada e

descabida. O Positivismo francês esteve tão presente no Brasil do século XIX e início do século XX que Bomfim afirma que “víamos pelos olhos dos críticos dali; julgávamos com os seus doutrinadores” (BOMFIM, 2013, p.82).

Para mostrar como o Positivismo influenciou na hierarquização das raças através do critério da classificação racial, Bomfim, diz que “no mesmo desembaraço com que prendeu o progresso à ordem, distribuiu as raças em afetivas e não afetivas, para acabar organizando as sociedades em teocracia sem Deus” (BOMFIM, 2013, p. 82). A “colonialidade do saber” fica ainda mais evidente pela constatação de que “chega a ser monstruoso o como se impuseram nas nossas apreciações conceitos que, mesmo no mundo donde foram inferidos, nunca tiveram aplicação possível” (BOMFIM, 2013, p.82).

Imita-se tanto o conhecimento e a cultura que a Europa produziu de si mesma que se esquece do conhecimento e cultura produzidos aqui a partir da união de três mundos, o branco, o nativo e o negro. Conhece-se mais da Europa do que da própria América. Isto porque a Europa classificou o mundo fora de si como marginal, selvagem, bárbaro, incivilizado e/ou degenerado semelhante à concepção de Edward Said em seu livro *Orientalismo* (1978). Nesse livro Said analisa como o Ocidente “inventa” o Oriente, e empreende uma crítica à forma hegemônica como o Ocidente classifica o outro. Nesse sentido, o autor mostra que tem outras formas de ver o mundo, de representá-lo, formas estas que sempre estiveram presentes na cultura da resistência dos marginalizados, só que estas formas foram silenciadas pelo discurso opressor. Nesse sentido, o autor coloca em evidência tantas outras vozes que ao longo do processo de colonização construíram seus discursos de resistência.

Questionar histórias hegemônicas construídas para violentar e subalternizar o ser humano bem como evidenciar histórias silenciadas fazem parte do exercício historiográfico presente nos ensaios de Bomfim. Esse exercício de desconstrução passa pela “decolonialidade”, na busca por decolonizar o saber, pois para Bomfim era fundamental que a humanidade conhecesse a história da conquista e colonização da América juntamente com as resistências e novas realidades produzidas, pois isso, contribuiria mais do que a importação de idéias francesas ensimesmadas, pois localizaria que a grande influência para a ocidentalização do mundo não parte da Inglaterra, França e Alemanha, mas sim de Portugal e Espanha e suas aventuras marítimas.

Segundo a “crítica decolonial” a Modernidade nasceu da conquista e colonização da América a partir de 1492 e Bomfim está em sintonia com essa crítica quando afirma que é necessário situar historicamente esse período, pois, “a conquista do Atlântico, apreciada nas

condições e nos esforços que a produziram, tem muito mais importância para o resto da humanidade do que tudo que vai, limitadamente, de S. Luis à revolução de 89” (BOMFIM, 2013, p.80) e completa: “Em verdade, que pode valer uma sociologia que se faz sem a Ibéria e sem a América?” (BOMFIM, 2013, p.80).

No diálogo com a tradição européia e em especial a francesa, Bomfim busca uma identificação latino-americana, brasileira, nativa, para evidenciar o quão distante da realidade latino-americana estavam as teorias européias, até o ponto de serem, algumas delas, diametralmente opostas e opressoras. Para Manoel Bomfim, “por mais ‘libertários e civilizadores’ que fossem os critérios franceses, eles eram exteriores à nossa tradição e deturpavam nossa história” (REIS, 2006, p.192)

Urge, portanto, na concepção de Bomfim, conhecer a história da América, para desbancar as pretensões de conquistas da Europa e relativizar a própria ciência utilizada para tais pretensões. Isso, segundo Manoel Bomfim, daria elementos para amplificação da “verdadeira” ciência, que em sua visão é a ciência fundamentada na observação e não na especulação. Nas palavras de Bomfim

Haveria verdadeira vantagem para a Europa em conhecer bem, a fim de julgar com segurança e justiça, a situação e as condições políticas e sociais dos países sul-americanos. Haveria grande vantagem para ela, e, por conseguinte para toda a humanidade e a civilização em geral, e vantagem para nós em particular (BOMFIM, 2005, p. 47).

A vantagem apontada por Bomfim está vinculada ao fato de se conhecer de fato os fatos ocorridos na América para fundamentar a ciência, mas também e principalmente, para promover um discurso que deslegitime o discurso europeu.

Essa “colonialidade do saber” se manifesta nas Américas desde os primórdios da conquista e colonização. Ela se apresenta também no fato da Europa interpretar ao seu bel prazer, e de acordo com seu imaginário, tudo o que nas novas terras se via. Um caso emblemático foi narrado pelo próprio Pero Vaz de Caminha quando de seu contato com os nativos, no qual afirma que

Estando o capitão-mor com eles, relata a pena fiel de caminha, falou perante nós, sem nunca o entender ninguém nem ele a nós quanta coisa que lhe perguntavam a cerca do ouro, que nós desejávamos saber se havia na terra... Um deles pôs os olhos no colar do capitão-mor e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar como a dizer que havia ouro em terra, e também viu um castiçal e começou a acenar como a dizer que havia também prata... Um deles viu as contas brancas de um rosário e acenou que lhas dessem e acenava para a terra... como a dizer que dariam ouro por aquilo. Isto

interpretávamos assim por desejarmos; mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, não o queríamos perceber porque não havíamos de lho dar (CAMINHA *Apud* BOMFIM, 2005, p.96)

E assim Bomfim identifica que Caminha foi fiel quando evidenciou a manipulação da interpretação em função de seu desejo por ouro e prata, e parabeniza ironicamente pelo fato de ter sido o único que de forma transparente afirmou as pretensões colonizadoras, nas palavras de Bomfim, “este Caminha merece bem uma estátua... e para ele só” (BOMFIM, 2005, p.96).

Esse processo de “colonialidade do saber” fruto do “parasitismo social” colocou as sociedades que na América iam se formando em uma inércia cognitiva, pois a própria metrópole assim o fazia. Segundo Bomfim, enquanto o mundo extra ibérico caminhava a passos largos na direção dos progressos científicos e filosóficos, a Ibéria teria se degenerado e se fixado na função de parasita do Novo Mundo. Com os progressos obtidos no norte da Europa

os privilégios e as injustiças sentiam ameaçados; então, redobram-se os expedientes para embrutecer e degradar definitivamente as gentes das colônias, de forma a tornar para sempre impossível a redenção intelectual e moral destes povos... A Espanha chegou a proibir, mais de uma vez, a venda de livros aos súditos da América; nos momentos de crise, só o fato de saber ler e escrever era motivo de suspeição (BOMFIM, 2005, pp. 169-170).

Esse fato vai incorrer nos projetos de educação, ou na ausência deles, nos Estados constituídos a partir do movimento independentista na América Latina.

Segundo Aguiar (2000, p, 17), em suas pesquisas para construir uma biografia sociológica de Manoel Bomfim, o mesmo se evidenciou nos escritos como um crítico, “um sociólogo inovativo, autor de vasta obra, sempre disposto a questionar por dentro, e com coragem, os cânones políticos e ideológicos do seu tempo. Um pensador rebelde, dotado de poderosa cultura humanista e extrema capacidade de argumentação”. Identificar e deslegitimar os discursos que oprimiam e subalternizavam a América Latina, eis o intento de sua crítica.

A “colonialidade do saber” enquanto elemento colonizador se evidencia mesmo após a ruptura com o colonialismo na cultura intelectual das ex colônias e no caso do Brasil não seria diferente. Há que ressaltar no entanto que desde que houve uma atitude de resistência à colonialidade ali se inaugurou uma atitude decolonial.

Na América Latina existe uma tradição de intelectuais que procederam suas reflexões a partir de uma perspectiva não eurocentrada, como por exemplo José Martí em Cuba, José Carlos Mariátegui no Peru e em sintonia com essa tradição crítica não eurocentrada identifica-se Manoel Bomfim no Brasil.

Manoel Bomfim fez no Brasil uma história a contrapelo que se manifesta pela crítica à pseudo-ciência europeia que servia de base epistêmica para a maior parte da intelectualidade brasileira, nesse sentido, “sua interpretação do Brasil revela um pensamento histórico-sociológico admiravelmente independente, autóctone, local, brasileiro” (REIS, 2006, p.186)

Segundo José Carlos Reis, Bomfim pode ser percebido como um intelectual “portador de um sentimento socialista, antielitista, republicano e democrático... Era uma voz dissonante, heterodoxa, que ousava pensar o impensável, num meio social alienado, conservador e inculto” (REIS, 2006, p.186). Nessa perspectiva, Bomfim desenvolve uma crítica decolonial da “colonialidade do saber”.

Decolonizar o saber é torná-lo sensível aos dramas humanos, é construir tal saber a partir da observação, do diálogo e da adaptação, é colocar tal saber a serviço da nação, da construção do humano, da superação das deficiências históricas.

Foi isso que Bomfim tentou levar a cabo com sua proposta de massificação do conhecimento através da formação integral da nação, pois como consequência da “colonialidade do saber” a educação no Brasil além de ser alienada, era também voltada para uma minoria, a elite brasileira, e nesse sentido ela não cumpriria o propósito de integração nacional. Havia no início do século XX um movimento que clamava pela introdução de novas e atualizadas universidades no Brasil como forma de se alcançar o progresso.

Bomfim sempre foi um defensor da educação popular massificada e gratuita e era um crítico das propostas para novas universidades e ampliação do ensino superior, pois em suas palavras, como se poderia falar em ensino superior quando carecemos do ensino básico? Intensificando a crítica Bomfim afirma:

Em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, donde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prosperas – em vez disto, reclamam-se universidades - já alemãs, já francesas (BOMFIM, 2005, p.203)

Esse é um outro aspecto da falta de originalidade ou mesmo da alienação epistêmica, que a crítica pós-colonial chama de efeito mimético, imitativo. Bomfim já afirmava que plasmar as instituições e conhecimentos europeus não resolveriam nossos males educacionais, nossos males de origem, pois o conhecimento do continente e da pátria em especial, com seu povo, sua cultura, são fundamentais para se estabelecer um conhecimento em sintonia com as aspirações da nação. Isso vale também para o próprio Estado.

Bomfim dialogava com uma República recém constituída que pouco ou quase nada mudou do sistema educacional do Império, pois havia muita contradição no novo sistema e Bomfim estava sensível a elas. O fato de ser uma República na qual os representantes seriam eleitos democraticamente através do sufrágio universal representaria, de fato, um avanço, porém, Bomfim analisa que a Constituição determinava que qualquer cidadão que soubesse ler e escrever poderia exercer o poder de votar e participar dos destinos da nação. No entanto, como poderia essa República ser de fato democrática se apenas 10% da população sabia ler e escrever? A resposta é negativa, não poderia, pois o parasitismo continuava a imperar através das contradições de uma minoria que se perpetuava no poder e inviabilizava que a grande massa da população tivesse uma maior participação nos destinos do país.

A defesa da instrução superior apenas intensificava o hiato entre elite e povo e Bomfim critica esses defensores, pois

tais homens são incapazes de acompanhar os fenômenos sociais até a sua origem, e por isto pretendem colher os frutos, sem preparar a sementeira; constroem à chinesa: apuram a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos (BOMFIM, 2005, p. 203)

Essa posição de Bomfim deixa claro que havia uma demanda por educação básica e que a mesma não estava sendo contemplada nos discursos educacionais da nação. A crítica segue ainda mais ácida quando Bomfim afirma que os defensores da ampliação da instrução superior estavam em busca de

Doutores, academias, institutos – universidades, para praticar a inércia sobre uma sociedade de irresponsáveis, e estimular à sonolência essa massa popular, que é hoje o que era há 300 anos. Necrópoles de idéias mortas, abandonadas, esquecidas, distanciadas de todos os ideais e aspirações modernas (BOMFIM, 2005, p.203)

Havia a necessidade de redução dos paradoxos na América Latina, e em especial no Brasil, pois o progresso e a riqueza das nações estariam vinculados à inserção da população no sistema educacional, primeiro para exercer a cidadania, e como consequência para ter acesso ao progresso do espírito humano e adaptar tais progressos ao solo e à cultura local.

Na nota de rodapé 43 de A América Latina Bomfim desfez uma ironia crítica da mimese à qual os intelectuais e dirigentes do Brasil estavam submetidos. A nota fala do interesse em estabelecer universidades alemãs no Brasil, ao que Bomfim se posiciona dizendo que

a idéia é pelo menos genial – transportar para o Brasil as universidades germânicas! E por que não transportam o Santo Império, o Dr. Fausto, a

Declaração de Lutero e o Anel dos Nibelungos?! ... Um pedaço da Idade Média e um pouco de teologia não fariam mal... (BOMFIM, 2005, p.203)

A falta de originalidade proporciona isso, a imitação pura e simples, e isso, segundo Bomfim, não resolveria o atraso intelectual para o Brasil e nem mesmo para a América Latina. Para Bomfim, se faz necessário conhecer, de fato, os males que afligem a América Latina para se encontrar a medicação apropriada.

O desenvolvimento da América Latina não poderia advir da importação de idéias alheias nem mesmo da imitação pura e simples, isto porque a idéia de que, ao imitar-se as metrópoles as antigas colônias alcancem os mesmos resultados, se mostra como uma arma do discurso ideológico europeu, pois a Europa não chegou no patamar em que se encontrava no século XIX apenas a partir do progresso intelectual e moral que teoricamente construíram ao longo dos séculos, mas também e principalmente, pela exploração das colônias e da escravização dos indivíduos que lá se encontravam (indígenas) ou mesmo dos que foram posteriormente introduzidos (negros africanos). Segundo Frantz Fanon:

Diante desse mundo, as nações europeias mergulham na opulência mais ostensiva. Essa opulência européia é literalmente escandalosa, pois foi construída sobre as costas dos escravos, alimentou-se do sangue dos escravos, vem em linha direta do solo e do subsolo desse mundo subdesenvolvido. O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos (FANON, 2010, pp.117-118).

Nesta perspectiva, a imitação apenas continuaria a respaldar a condição de dependente da antiga colônia em relação à antiga metrópole ou mesmo de outras potências que se apresentem para tutelar os interesses da nação.

É preciso, portanto, romper com tais imitações e construir de fato algo novo e em sintonia com o lugar de pertença, pois, “podem ser contados, tão raros eles são, os livros americanos sobre coisas americanas” (BOMFIM, 2005, p.189). É preciso decolonizar o saber e de forma especial o saber científico construído nas Américas, pois na América Latina

não há espírito científico, nem pode haver; a leitura só dá instrução, isto é, serve apenas para pôr o indivíduo ao nível da corrente intelectual da sua época; mas, em realidade, ela não educa a inteligência, porque não desenvolve o espírito de observação, não metodiza a elaboração mental, nem estimula a originalidade. Em resumo: a leitura é indispensável, mas não é o bastante (BOMFIM, 2005, p.189).

A “colonialidade do saber” se faz nítida na afirmação acima, pois, há uma imitação de um conhecimento alheio, conhecimento este em grande medida estigmatizador subalternizador da América Latina e dos povos latino-americanos. Isso se traduz historicamente na forma como as nações oriundas do colonialismo vão construir sua independência a partir de

novas configurações de Estado Nacional fundado em constituições. A independência da América Latina é parcialmente comemorada por Bomfim, parcialmente porque no Brasil em especial, a independência deixou como dirigente da nação um herdeiro do trono português, Dom Pedro I, que em sua concepção malogrou a possibilidade da independência no Brasil ter sido uma revolução.

As novas nações ibero-americanas não rompem com os antigos opressores, mas os copiam e dessa forma, através de outros mecanismos – intitulados aqui de colonialidade do poder, do saber e do ser - continuam exercendo influência subalternizadora sobre as ex colônias.

Outro exemplo da “colonialidade do saber” percebida por Manoel Bomfim está nas Constituições criadas para as novas nações. Segundo Bomfim, “os códigos e Constituições não são simplesmente estatutos gerais: são compilações quase abstratas, indiferente, estranhas ao meio onde se aplicam” (BOMFIM, 2005, p.190) e isso, vai na contramão da autonomia tanto intelectual quanto política, pois para Bomfim, “num código, o que se quer é a regularização da vida civil de um povo, em particular, segundo os princípios correntes de justiça, atendendo-se às necessidades especiais da sociedade em questão, seus hábitos, costumes e tradição (BOMFIM, 2005, p.190).

O processo constitucional na América Latina foi na contramão da sintonia entre aspirações nacionais e texto constitucional, e o Brasil, como sua Constituição republicana, não alterou a mimese histórica à qual tanto o Brasil quanto a América Latina foram submetidos.

A constituição deveria ter encarnado as aspirações nacionais vinculadas à observação das tradições nacionais, no entanto, o que se observou, foi uma mescla de Constituições alheias, que já em si se apresentavam como cópias, o que coloca a Constituição do Brasil republicano como imitação da imitação, pois se apresentou da seguinte forma:

abre-se a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, e a Constituição da Suíça, e algumas páginas da Constituição Argentina; corta daqui, tira daí, copia da cópia, cosem-se disposições de uma, de outra, e de outra, alteram-se alguns epítetos, pregam-se os nomes próprios, tempera-se o todo com um molho positivista, e temos uma Constituição para a República do Brasil – federativa e presidencial, Constituição na qual só não entraram a história, as necessidades do Brasil (BOMFIM, 2005, p.191).

A mimica colonial permanece mesmo após a independência, o que nos remete à ideia de colonialidade e aqui mescladas entre colonialidade do saber e do poder.

Sobre a imitação Bomfim faz uma consideração dizendo que imitar progresso é uma característica da humanidade em geral, e ele não vê problemas em buscar tais influências. A

grande questão reside no fato de apenas imitar, não refletir, não questionar, não adaptar tais idéias às realidades latino-americanas, pois “nenhuma inovação é proveitosa, se a sua imitação e adoção não se traduzem por uma justa adaptação” (BOMFIM, 2005, p. 191).

A colonialidade do saber como já foi afirmado, se manifesta na forma com a qual só existe uma possibilidade de se pensar o pensável, qual seja, a possibilidade euro-norte americana.

Nesta chave interpretativa, da colonialidade do saber, percebe-se em Bomfim uma busca por autonomia intelectual, autonomia intelectual utilitária, pois estaria vinculada à uma necessidade nacional, qual seja a do progresso humano.

Diante da análise da intelectualidade latino-americana, Bomfim afirma ser ela, em sua maior parte, mimética, reducionista e serviçal ao interesses europeus ou mesmo estadunidenses. Para ele essa mimese inviabiliza o progresso econômico e intelectual da nação pois tais intelectuais se subalternizam a reproduzir afirmações feitas por europeus sobre a América Latina com caráter de verdade absoluta.

Os intelectuais latino-americanos, sob a égide da colonialidade do saber, são apresentados por Bomfim como “espíritos puramente livrescos, escravos das fórmulas, guindados às ilusões soporíficas do absoluto” (BOMFIM, 2005, p. 193) e toma o Brasil como exemplo da América Latina neste quesito quando questiona o determinismo subalternizador da afirmação: “o Brasil é uma nação essencialmente agrícola”. Essa afirmação teria sido suficiente para determinar a rotina econômica do Brasil. Bomfim se exalta contra a intelectualidade latino-americana e brasileira e afirma que “ninguém teve coragem de tomar esta inépcia, e mostrar quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola” (BOMFIM, 2005, p.194).

A escrita bomfiniana é uma tentativa de ruptura com a “colonialidade do saber”, pois ele lê, interpreta e resignifica o que lê a partir das adaptações à realidade latino-americana presentes em suas obras ensaísticas, com menção especial as obras *A América Latina* e *O Brasil na América*.

REFERENCIAS:

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ARRUDA, Braz de Sousa. “O intercambio Intellectual com as Repúblicas Americanas”. In: *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Ed.USP, 1913, pp.115-136.

- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o Giro Decolonial”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina; males de origem: O parasitismo social e evolução*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: Deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- DUSSEL, Enrique. 1492 *O Encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e eurocentrismo”. In: LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas* Buenos Aires, CLACSO/UNESCO, 2005.
- GARCÉS, Fernando. “Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica”. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- GROSFUGUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- MIGNOLO, Walter D. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto”. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “apresentação da edição em português”. In: *A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas* [Org. Edgardo Lander]. Buenos Aires, CLACSO/UNESCO, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: *A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas* [Org. Edgardo Lander]. Buenos Aires, CLACSO/UNESCO, 2005.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro : editora FGV, 2006.
- SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo: Civilização e Barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO PELO ÂNGULO DA HISTÓRIA GLOBAL

*Danillo Alarcon*⁷⁶

RESUMO: O contexto das relações do Brasil com o Oriente Médio de 1967 a 2010 é o da expansão da sociedade internacional com a afirmação do Estado enquanto modelo de organização social e pautado na soberania, ao mesmo tempo em que os intercâmbios globais aumentavam, retroalimentando medidas político-econômicas que tanto sustentaram quanto questionaram o paradigma estadocêntrico. As trocas e fluxos entre fronteiras são uma constante global, e o sistema de soberania estatal prevê que nenhuma sociedade é isolada. Da mesma forma, o intercâmbio de ideias, *commodities* e pessoas entre Brasil e os países do Oriente Médio tem sido um elemento constituidor da sociedade internacional contemporânea. O objetivo desse artigo é, assim, apresentar, a partir da perspectiva da História Global, as relações do Brasil com a região de 1967 a 2010.

Palavras-chave: Brasil; Oriente Médio; História Global; sociedade internacional

Se em 1967, com a Guerra dos Seis Dias, a imprensa brasileira acompanhou a escalada das tensões entre os israelenses e os árabes e seus desdobramentos para a política mundial (bem como as ações e reações do governo brasileiro), no início do século XXI, a situação não foi distinta. Com os atentados terroristas de 11 de setembro, um renovado interesse nos aspectos sócio-políticos e econômicos da região fora resgatado, especialmente após o governo dos Estados Unidos iniciarem uma campanha de apoio internacional para a invasão do Iraque, governado desde os anos 1970 por Saddam Hussein, e que se concretizou em 2003.

As agendas regionais e internacionais relacionadas ao Oriente Médio são múltiplas e complexas. A questão palestina tem sido um dos pontos de instabilidade da região pelo menos desde os acordos firmados nos anos 1910 entre França e Reino Unido para a partilha do Levante, que se realizaria com o fim do Império Otomano ainda naquela década. A prospecção petrolífera e o protagonismo das reservas médio-orientais nos fluxos do comércio internacional foram preponderantes para o crescente interesse das grandes potências da Guerra Fria em assegurar suas esferas de influência regionais. A Revolução Islâmica no Irã em 1979, por sua

⁷⁶ Programa de Pós-Graduação em História da UFG (Goiânia); Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Eugênio Rezende Carvalho. Apresentado no XI Seminário dos Programas de Pós-Graduação do Centro-Oeste (Goiânia, 2018). Contato: alarcon_ri@yahoo.com.br

vez, acrescentou decisivamente o elemento do islamismo político como um dos principais na política global. Nenhuma dessas questões passou despercebida para o conjunto da sociedade internacional.

O intercâmbio de ideias, *commodities* e pessoas entre Brasil e os países do Oriente Médio tem sido um elemento constituidor da sociedade internacional contemporânea. Sendo assim, o objetivo desse artigo é apresentar, a partir da perspectiva da História Global, as relações do Brasil com a região de 1967 a 2010.

Esse período de quatro décadas é relevante porque no ano de 1967, Israel e os países árabes vizinhos travaram a Guerra dos Seis Dias, momento em que o Brasil se posicionou, em conjunto com a comunidade internacional e via Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), contra a ocupação territorial promovida por Israel após o conflito⁷⁷ (foram ocupadas todas as regiões designadas ao Estado palestino no Plano de Partilha da ONU de 1947, a Península do Sinai, pertencente ao Egito – e onde as Nações Unidas mantinham força de paz com presença de tropas brasileiras – e as colinas de Golã, da Síria). Já em 2010, o governo do presidente Lula da Silva reconheceu o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967 (CASARÕES; VIGEVANI, 2014), o que simbolizou a importância das trocas político-econômicas com a região em um mundo cuja divisão de poder, apesar de hierarquizada, é mais fluida que a mera utilização da força militar.

Esse *working paper* é parte de uma pesquisa mais ampla e apresenta o desenvolvimento preliminar da investigação cuja pergunta central é como forças globais, a partir do processo de descolonização durante a Guerra Fria até a multipolarização da política internacional no início do século XXI, influenciaram as relações entre o Brasil e o Oriente Médio? As perguntas secundárias que guiam o trabalho são: quais os elementos da política internacional impactaram na forma como Brasil e Oriente Médio se relacionaram ao longo do período temporal indicado? Como a dinâmica global interpôs desafios, e muitas vezes impedimentos, à continuidade dessas iniciativas? Como a hierarquia globalmente estabelecida entre os Estados impacta nos instrumentos disponíveis para a atuação do Sul Global?

Esse trabalho está dividido em três partes: a primeira lida com os conceitos de sociedade internacional e história global; o segundo, apresenta elementos gerais das relações entre Brasil e os países do Oriente Médio; e a última, indica os caminhos seguintes da pesquisa.

⁷⁷ “Seis dias foram suficientes para Israel derrotar seus adversários. A guerra começou na manhã do dia 5 de junho com um ataque surpresa da Força Aérea Israelense, que despedaçou a Força Aérea egípcia e sua capacidade de apoiar operações em terra. [...] no lado oriental do fronte, a Jordânia começou operações ofensivas para auxiliar seu aliado [Egito], Israel estava capturando a Cisjordânia e a cidade de Jerusalém [...]. O conflito entre Israel e a Síria somente começou no dia 9 de junho, depois que a vitória foi assegurada nos outros dois frentes, e resultou na ocupação das Colinas de Golã” (MACHAIRAS, 2017: 3).

1. SOCIEDADE INTERNACIONAL E HISTÓRIA GLOBAL

O conceito de “sociedade internacional” pressupõe a existência de uma ordem internacional que envolva os principais atores internacionais. Para Hedley Bull (2002: 19), “existe uma ‘sociedade de estados’ (ou ‘sociedade internacional’) quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns”. Essa concepção não propõe a existência de mecanismos coercitivos para o cumprimento das regras internacionais, mas enfatiza a necessidade dessas próprias regras, que balizam o jogo de poder entre os Estados e garantem a convivência mínima. Para Tullo Vigevani (1999: 7), “‘sociedade internacional’ seria (...) um conjunto que inclui o sistema interestatal, a economia mundial, ou o mercado mundial ou o sistema econômico mundial, e os fenômenos transnacionais ou supranacionais”. Essa concepção amplia a anterior e desvela a pluralidade existente no mundo contemporâneo.

Para Andrew Hurrell (1999), o século XX foi caracterizado pela transição de uma sociedade internacional minimalista, ou seja, com a existência de regras mínimas de convivência e manutenção do equilíbrio de poder, tal como expressa pela definição de Bull (2002), para um esquema solidarista por conta das exigências da condição de interdependência. O desenvolvimento de um “solidarismo coercitivo” seria o passo adiante, mas a evolução das agendas internacionais no começo do século XXI indicaram as dificuldades de seguir nessa direção. Não se tem, por exemplo, definição consensual para terrorismo, a ação coletiva em prol da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas é emperrada muitas vezes por grandes potências e o regime de direitos humanos e de proteção individual esbarra na soberania e nas dificuldades de consenso na atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mesmo com esses entraves é possível ainda afirmar que

O colapso da dominação europeia não dissolveu a rede mundial de interesses e de pressões que envolvia todo o planeta num sistema, organizado por uma única sociedade. O controle europeu diminuiu (...); mas a natureza global do *sistema* sobreviveu, com tal grau de continuidade que é difícil dizer em que ponto, em termos de tempo ou de função, o sistema deixou de ser europeu. O desenvolvimento explosivo da tecnologia, especialmente a velocidade das comunicações, o alcance e o caráter mortífero dos armamentos, continua a tornar o mundo mais integrado, de modo que cada Estado se vê mais limitado e pressionado do que antes (WATSON, 2004: 417).

É no âmbito dessa expansão da sociedade internacional que se identificam as dinâmicas das relações do Brasil com o Oriente Médio.

A rapidez e a profundidade das transformações globais que aconteceram nas últimas décadas do século XX e início do século XXI têm sido apreendidas e estudadas por diversos

campos dos saberes. A História não deixou passar despercebidas essas alterações e, dentre outras abordagens como a História Mundial⁷⁸, a História Transnacional⁷⁹ e a própria desparouquialização das histórias nacionais a partir da História das Relações Internacionais⁸⁰, acrescentou à essa multiplicidade de vozes a História Global (HG). A proposta dessa é compreender os fluxos globais como causa de processos e acontecimentos históricos o que já alerta para o fato de que não se trata de uma história do “todo”. Propõe ainda superar o receio das metanarrativas e recuperar os elementos que confirmam o entrelaçamento e conexão globais, evitando o eurocentrismo de outras abordagens.

De acordo com João Júlio Gomes dos Santos Júnior e Monique Sochaczewski (2017), a História Global tem sido discutida por amplos círculos que envolvem não só historiadores, mas pesquisadores das relações internacionais, “estudos de área” e outras áreas afins. Os dois elementos consensuais da definição de HG para os autores são: “a ideia de pensar a história para além das fronteiras nacionais e também a necessidade se ‘provincializar’ o Ocidente” (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017: 483). Desde que a disciplina histórica se afiliou ao Estado, no século XIX, parte do trabalho foi a preservação da memória e a construção das narrativas que justifiquem, na maior parte das vezes, as ações dos próprios Estados. Na História Global por sua vez:

as trajetórias das sociedades são transformadas, mas suas próprias histórias não se extinguem. O que ocorre é o oposto. Sendo resultado da intensificação da globalização, esse novo arcabouço desnuda a intimidade de diferentes sociedades, externaliza seus pontos fortes e fracos, exacerba a concorrência e redimensiona as particularidades de suas trajetórias históricas⁸¹ (VENGOA, 2009: 318).

Ou seja, as particularidades não são excluídas nem negadas, mas são compreendidas a partir de processos distintos que enfatizam as comparações, as relações, e por fim, e mais importante para Sebastian Conrad (2016), as conexões e a integração.

John Darwin (2009: 61) faz uma importante consideração para esclarecer a importância da HG na sociedade internacional contemporânea; para ele: “no novo 'mundo das nações', todos

⁷⁸ Para Sebastian Conrad (2016), a História Mundial é uma das perspectivas macro da história e que tenta levar em consideração o planeta como um todo, buscando assim abrangência geográfica e temporal. Parte, em alguns casos, de uma abordagem civilizacional revelando aos poucos os processos de difusão.

⁷⁹ Para Conrad (2016), Conrad (2016: 44), a história transnacional dá especial atenção a elementos como a mobilidade, a circulação e as transferências, com ênfase nas organizações transnacionais (como Organizações Não-governamentais, companhias, e outros atores não circunscritos em fronteiras nacionais).

⁸⁰ A História das Relações Internacionais desenvolve-se a partir da História Diplomática e busca ampliar a agenda de pesquisa para além das relações governamentais internacionais. Um dos caminhos de pesquisa da HRI é a questão da política externa e seus impactos nas sociedades e Estados.

⁸¹ Do original: “se transforman las trayectorias de las sociedades, pero no se extinguen sus propias historias. Más bien ocurre lo contrario. Al ser un resultado de la intensificación de la globalización, este nuevo entramado desnuda la intimidad de las distintas las sociedades, exterioriza sus fortalezas y debilidades, exacerba la competición y redimensiona las particularidades de sus trayectorias históricas” (VENGOA, 2009: 318).

os estados tinham o direito de ter sua história tratada respeitosamente, e com um profissionalismo objetivo que excluísse os pressupostos racistas da era colonial⁸²”. O autor enfatiza o aspecto e a importância da descolonização como um movimento significativo do ponto de vista geopolítico, político, econômico, cultural, ideológico e demográfico que, por essa dimensão trazia duas questões de fundo: “que novo conjunto de relações a descolonização produziu? E que conjunto de relações havia a ‘colonização’ incorporado?”⁸³” (DARWIN, 2009: 66). Ou seja, o papel da colonização, descolonização e expansão da sociedade internacional não são excluídos das análises, e qualquer revisão histórica que deslizasse do abandono do eurocentrismo ao menosprezo do papel que a Europa – e sua expansão imperial – tiveram para o mundo seria insuficiente, e corria o risco de cair, de acordo com Conrad (2016), em essencialismos.

A incompletude de todas as sociedades não é preenchida com o aniquilamento do passado através de narrativas românticas. Isso não significa reificar nem a colonização nem a descolonização. Para Marc Ferro (2005), o processo de padronização promovido pelos movimentos históricos acima indicados não foram nem sentidos na mesma velocidade (como um resultado direto da ocupação ou imperialismo pós-colonial) nem mesmo por todos em uma mesma sociedade. A existência dos excluídos é uma constante global, o que não é uma justificativa para a situação, mas exige novas explicações para o tema, e o que leva novamente à ênfase na necessidade de perspectivas macro e interdisciplinares para a compreensão das dinâmicas globais nas quais se inserem Brasil e Oriente Médio a partir de 1967.

Dessa forma, Goldstone (2009) defende que a história mundial/global (para o autor não há distinção entre os dois conceitos) lança mão de vários eventos e relacionamentos na tentativa de encaixá-los de maneira ordenada. Para tanto é preciso abandonar a narrativa nacional estratificada, mas não o Estado enquanto ator internacional, e identificar os elementos de semelhanças e diferenças entre as diferentes sociedades humanas, em diferentes períodos de tempo. O interesse especial em fazer esse tipo de investigação a partir dos anos 1990 cresceu, para o autor, justamente como resultado da globalização. Assim, a HG é uma das leituras que as sociedades podem usar para se encontrar no mundo atual, ampliando a percepção da diversidade global a partir de elementos comuns. Um mundo que enfrenta desafios conjuntos também precisa de sua própria narrativa, e as mudanças climáticas, os riscos à biodiversidade

⁸² Do original: “in the new ‘world of nations’, all states had the right to have their history treated respectfully, and with an objective professionalism that excluded the racist assumptions of the colonial age” (DARWIN, 2009: 61).

⁸³ Do original: “what new set of relations did decolonization produce? And what set of relations had ‘colonization’ embodied” (DARWIN, 2009: 66).

e desrespeito ao arcabouço normativo internacional sobre os refugiados são apenas alguns desses desafios.

2. PARA ALÉM DA PONTE AÉREA FEZ-RIO

Um mês após os atentados de 11 de setembro, a Rede Globo, emissora de tevê brasileira, iniciou a exibição da telenovela *O Clone*, cujos personagens faziam frequentemente a conexão aérea entre Fez (Marrocos) e o Rio de Janeiro (Brasil). Além do sucesso nacional, ela também foi exibida em mais de noventa países. Como analisaram Ella Shohat e Evelyn Alsultany (2016), a história do amor proibido entre uma marroquina e um brasileiro, apesar de concebida com os matizes do orientalismo, chamou a atenção para as diferenças na forma como os árabes foram representados em um contexto em que a mídia internacional (cujo monopólio é de companhias estadunidenses e europeias) os abordava usualmente, de forma negativa.

O exemplo acima serve para ilustrar, a partir de um ponto de vista cultural, que o estreitamento das relações internacionais tem englobado a todos, sem significar a homogeneização mesmo que incorporando as dinâmicas sócio-político e econômicas entre as diversas localidades globais. As relações do Brasil com os países do Oriente Médio não se iniciaram em 1967. Desde a independência, o Império Brasileiro fez tratativas com o Império Otomano, recebeu imigrantes em especial das regiões que hoje são a Síria e o Líbano, e, após a independência política daqueles países (já no século XX), buscou concretizar laços diplomáticos. Esse movimento brasileiro não foi algo isolado e seguiu as dinâmicas da expansão da sociedade internacional. A consciência das desigualdades e a busca de oportunidades fez com que, timidamente a partir dos anos 1960 e com mais afinco nos anos 1970, Brasil e os países do Oriente Médio se aproximassem efetivamente.

É a partir dessa perspectiva que se identificam algumas das linhas que têm guiado as relações do Brasil com o Oriente Médio: 1) apoio à soberania do Estado de Israel, criado em 1948, de acordo com as fronteiras de 1967; 2) apoio à causa palestina, por um princípio de justiça, e à criação de um Estado palestino que seja viável territorialmente; 3) expansão econômica, acompanhando os novos fluxos do comércio internacional; 4) desenvolvimento de tecnologia, restrita a certas áreas (como a nuclear e a de armamentos); 5) a importância das comunidades judaica e árabe no Brasil e a ponte que se cria entre esses grupos diaspóricos com seus respectivos países ou local de identificação; e, por fim, 6) articulação internacional em fóruns intergovernamentais.

Do ponto de vista cronológico, se identificaram entre 1967 e 2010 três períodos dessas relações:

- 1) de 1967 a 1991, em que o contexto da Guerra Fria, do movimento terceiro-mundista, do processo de descolônização e a busca de uma nova ordem econômica internacional fizeram com que os interesses do Brasil e da maior parte dos países do Oriente Médio (em especial os países árabes, que são a maioria) se aproximassem;
- 2) de 1991 a 2003, em que as políticas de “hegemonismo” dos Estados Unidos, ou seja, a busca da afirmação da hegemonia em um cenário de poder incerto, promoveram uma ressignificação das agendas internacionais multilaterais e bloquearam os interesses de outros países nas questões médio-orientais⁸⁴;
- 3) de 2003 a 2010, em que da invasão do Iraque aos impasses do programa nuclear iraniano, os interesses das duas regiões se conciliaram, política e comercialmente, na defesa do multilateralismo e em certa medida da multipolaridade sistêmica.

Ao mesmo tempo em que a Guerra de 1967 evidenciou, durante o longo processo de descolônização presenciado desde os anos 1950, uma anacrônica ocupação territorial, em detrimento da coletividade palestina, o movimento de afirmação do Estado palestino nos anos 2000 indicou a multiplicação de vozes nas relações internacionais. Na primeira década do século XXI, para Andrew Hurrell (2006), países como Brasil, Rússia, China e Índia eram potenciais contestadores da ordem internacional; não necessariamente por capacidades materiais, mas por vontade expressa e crença que sua participação na sociedade internacional deveria ser maior.

Todavia, esses mesmos países tiveram que se inserir na ordem liberal institucional criada pelos Estados Unidos e lidar com suas mudanças, dentre as quais Hurrell (2006) destaca: a) o aumento exponencial de instituições internacionais; b) o pluralismo da governança global; c) a ascensão de valores compartilhados (tais como direitos humanos, autodeterminação, democracia, sustentabilidade ambiental, entre outros); d) a demanda crescente por fortalecer os mecanismos de coerção da sociedade internacional, dentre os quais o uso de sanções multilaterais e condicionalidades (tais como as condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional ao socorrer algum país em dificuldade econômica). O “solidarismo coercitivo”

⁸⁴ Como afirmamos em artigo anterior, a uma distinção entre os conceitos de “hegemonia” e “hegemonismo” (WILKINSON, 1999). Enquanto que o primeiro é definido como uma relação de influência (que pode ser coerciva, consensual, econômica, e mesmo legítima), o segundo é precisamente a busca ou tendência a formular políticas voltadas a um projeto hegemônico, o que indica uma prova da falta de hegemonia de um determinado Estado. É exatamente isso que indicamos como um problema fundamental na unipolaridade: não basta ao Estado adquirir capacidades relativamente maiores às dos outros. Estas podem ser alcançadas, como tem acontecido com a “ascensão do resto”, mas a hegemonia, ou seja, a verdadeira capacidade de liderar – na maior parte das vezes de maneira legítima – o sistema, quando falha, pode ser na verdade um fator desestabilizador do mesmo, muito mais que a configuração básica de forças (ALARCON, 2013: 7).

(HURRELL, 1999) não responde aos anseios de maior participação desses países, que o tem temperado pela participação na política internacional.

Um exemplo de condicionantes globais para a aproximação do Brasil com a região ocorreu nos anos 1970 (e que se sustentou até 1990), e diz respeito às relações com o Iraque. Para Andrew Traumann (2016: 156), ambos os países buscavam hegemonia regional, “o que colaborou para o desenvolvimento das relações bilaterais nos campos da indústria bélica e no desenvolvimento de energia atômica. No entanto, devido à Guerra Fria, os (...) países emergentes tinham que ser cautelosos em suas negociações entre si, para não incorrer em sanções por parte das superpotências”. Durante o governo Médici (outubro de 1969 a março de 1974), o Brasil se manteve particularmente atento aos avanços do preço do petróleo, aos movimentos em torno do conflito árabe-israelense e da asserção dos países árabes. É nesse contexto que as negociações com a Líbia também se intensificaram. No governo de Ernesto Geisel (março de 1974 a março de 1979), a aproximação com os países produtores de petróleo (além dos dois acima citados, mais Kuwait e Arábia Saudita), foi complementada por outros acordos de cooperação, dentre os quais faz parte o Acordo Básico de Cooperação entre a Líbia e o Brasil, de 1978 (ALARCON, 2016).

As relações dos países do Oriente Médio e do Brasil com os Estados Unidos sempre impactaram na forma como os interesses foram expressos e identificados, quer em conformação quer em confronto com a postura de Washington. Para Santana (2014: 73), “a política de mover o Brasil para a fora da órbita dos interesses do Ocidente e abri-lo para relações com os países em desenvolvimento (...) contribuiu para a diversificação da política externa brasileira e construiu as bases para a identidade cosmopolita do Brasil do século XXI⁸⁵”. Nos três períodos acima indicados, esse elemento é um dos fundamentais.

Uma das iniciativas mais profícuas de aproximação do Brasil com o Oriente Médio em um contexto globalmente promissor em relação às iniciativas do Sul foi o das Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA). Em um momento em que os Estados Unidos eram governados por George W. Bush e levavam adiante sua “guerra ao terror” com a invasão do Iraque (em março de 2003), o governo brasileiro, articulando os demais países da América do Sul, e diversos setores da sociedade nacional, organizaram a primeira Cúpula, que aconteceu em 2005. A questão migratória e o forte componente árabe na formação brasileira foi uma das razões alegada pelo presidente Lula para aproximar as duas regiões, tal como ele declarou em sua primeira viagem ao Oriente Médio, ainda em 2003.

⁸⁵ Do original: “the policy of moving Brazil out of the Western orbit and opening it to the developing countries (...) contributed do the diversification of Brazil’s foreign policy and laid the groundwork for Brazil’s twenty-first century cosmopolitan identity” (SANTANA, 2014: 73).

A segunda Cúpula, que aconteceu em Doha em 2009, seguiu a toada do otimismo presente nas duas regiões, já que, por exemplo, na Península Arábica vivia-se o que Abdulkhaleq Abdulla (2010) denominou o “momento do Golfo”, que serviu para que certos países da região também se aproximassem das questões globais e de parcerias Sul-Sul. Os fluxos comerciais cresceram e o Brasil, por exemplo, apresentou elevados superávits no balanço de pagamentos com a região. De forma sintética, foi indicado aqui os três elementos que foram apontados como vetores globais dos fluxos entre Brasil e Oriente Médio, a saber: o intercâmbio de ideias, *commodities* e pessoas.

Para Daniel Farah (2014) a iniciativa da ASPA não teria o sucesso que trouxe não fosse a busca da institucionalização encontrada em alguns âmbitos tais como o da BibliASPA, que reúne vasto acervo de material acadêmico a literatura das duas regiões. Para o autor, a barreira linguística (e a produção do conhecimento sobre ambas as regiões pelo intermédio do inglês ou do francês) impede o contato entre as duas regiões, e uma das formas de superá-lo é reescrevendo as histórias enfatizando, por exemplo, a profundidade temporal da presença árabe e muçulmana no Brasil. As conclusões do autor não se concretizaram, já que para ele “a era de ‘triangular’ as relações Sul-Sul via mediação dos Estados Unidos e Europa acabou⁸⁶” (FARAH, 2014: 53). Para ele, as intervenções dessas potências estrangeiras tinham sido até então catastróficas, e com o novo momento inaugurado a partir de 2003, seria possível acreditar em novos caminhos. A Crise de 2008, os impasses do programa nuclear iraniano⁸⁷ e as ‘Revoltas Árabes’ a partir do final de dezembro de 2010, cambiaram as dinâmicas globais, e como os reflexos nas relações internacionais também têm causas que ultrapassam os Estados, a prescrição de Farah (2014) não se confirmou, mas contribuiu para exigir uma leitura global do tema que aqui se propõe.

3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Para Hugo Vengoa (2009: 316), “a história global (...) não poderia ter existido anteriormente a nosso presente voraz; corresponde com o que definimos como sendo o presente histórico. Em outras palavras, é a história da e para a modernidade do mundo contemporâneo⁸⁸”.

⁸⁶ Do original: “the era of ‘triangulating South-South relations via the mediation of the United States or Europe is over” (FARAH, 2014: 53).

⁸⁷ Brasil e Turquia, em 2010, costuraram a Declaração de Teerã com o governo iraniano, mas o P5+1 (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia, China e Alemanha) não o apoiaram e o CSNU acabou aprovando a Resolução 1929, ainda em 2010, reforçando as sanções com o Irã. Brasil e Turquia, que eram membros temporários do Conselho à época, votaram contra a resolução.

⁸⁸ Do original: “la historia global (...) no pudo haber tenido existencia con anterioridad a nuestro voraginoso presente; se corresponde temporalmente con lo que hemos definido como presente histórico. En otras palabras, es la historia de y para la modernidad-mundo contemporânea” (VENGOA, 2009: 316).

Assim o é porque não excluiu a importância dos Estados ao mesmo tempo em que busca focar das relações de poder dentro de condições globais que permitem, ou não, mudanças de larga escala e a integração global. Para Conrad (2016: 214), a História Global pode ainda contestar a teleologia da retórica globalizante, demonstrar a construção social por trás da globalização e, mais importante, desafiar “a ideologia que os indivíduos e grupos maiores são completamente responsáveis por sua própria felicidade ou miséria⁸⁹”. Os três elementos aqui indicados – ideias, *commodities* e pessoas – compõem os fluxos (e refluxos) da presente globalização.

As relações do Brasil com o Oriente Médio de 1967 a 2010 dentro de uma perspectiva da História Global são assim, e é o que se busca confirmar, causa, resposta e fator impulsionador de mudanças e permanências na ordem global contemporânea, mas de maneira limitada. As transformações globais foram demasiado rápidas após a Segunda Guerra Mundial e os governos e as sociedades do sul global foram parte essencial dessas mudanças. Com o fim da Guerra Fria, a sensação dessas mudanças se acelerou, e a expansão das tecnologias da informação ampliaram as possibilidades e desafios nas relações entre culturas distintas. Como indicou Tullo Vigevani (1999: 49), “o Brasil, ao se associar a decisões do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral [das Nações Unidas], fortalece a nova interpretação do direito internacional, contribuindo para a formação de jurisprudência”. Todos esses elementos estruturais estão presentes nas relações que aqui se pretende estudar.

Nesse sentido, é preciso ainda analisar se as relações internacionais globais – que se aprofundaram e modificaram o panorama político internacional após as ondas de descolonização no Oriente Médio e o rápido desenvolvimento tecnológico – trouxeram novas oportunidades e aos poucos, cambiaram a lógica de interação, conexão e integração entre as diversas regiões do globo. Não reconhecer a importância dos laços locais entre os países do Sul é manter o campo da política internacional, e sua própria narrativa, controlados por interesses que muitas vezes não são conciliatórios com as necessidades locais.

REFERÊNCIAS

ABDULLA, Abdulkhaleq. Contemporary socio-political issues of the Arab Gulf moment. **The Center for the Study of Global Governance**, Dubai, United Arab Emirates, n. 11, 2010, p. 1-36.

ALARCON, Danillo. Unipolaridade no século XXI: dificuldades conceituais em uma ordem transitória. **III Simpósio Internacional de Ciências Sociais – A comparação nas Ciências Sociais**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (Goiás), set. 2013.

⁸⁹ Do original: “the ideology that individuals and larger groups are entirely responsible for their own happiness or misery” (CONRAD, 2016: 214).

_____. As relações Brasil-Líbia no contexto da Détente: entre o petróleo e a política. In: NAZARENO, Elias; SOLOMON, Marlon; NASCIMENTO, Renata (Org.). **Anais do I Fórum dos Programas de Pós-Graduação em História do Centro-Oeste**. IX Seminário Da Pós-Graduação Em História (UFG/PUC Goiás), Goiânia, 2016, p. 230-243.

ASULTANY, Evelyn; SHOHAT, Ella. The Cultural Politics of “the Middle East” in the Americas – Introduction. In: _____ (ed.). **Between the Middle East and the Americas**. Michigan: The University Michigan Press, 2016, p. 3-41.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? **História** (São Paulo), v. 33, n.2, p. 150-188, jul./dez. 2014.

CONRAD, Sebastian. **What is global history?** Princeton (USA): Princeton University Press, 2016.

DARWIN, John. Writing Global History (or trying to). In: VRIES, Peer (org.). **Global History**. Insbruck: StudienVerlag, 2009, p. 59-74.

FARAH, Paulo Daniel Elias. The Summits of South America-Arab States. Historical contexts of south-south solidarity and exchange. In: AMAR, Paul. **The Middle East and Brazil: perspectives on the new global south**. Bloomington/Indiana: Indiana University Press, 2014. P. 39-56.

FERRO, Marc. **Colonization: a global history**. Routledge: London/New York, 2005.

GOLDSTONE, Jack A. From sociology and economics to world history. In: VRIES, Peer (org.). **Global History**. Insbruck: StudienVerlag, 2009, p. 75-90.

HURRELL, Andrew. Sociedade Internacional e governança global. **Lua Nova**, n. 46, 1999, p. 55-75.

MACHAIRAS, Dimitrios. The strategic and political consequences of the June 1967 War. **Cogent Social Sciences**, 3, 2017, p. 1-9.

SANTANA, Carlos Ribeiro. Brazil’s relations with the Middle East in the ‘oil shock’ era – pragmatism, universalism and developmentalism in the 1970s. In: AMAR, Paul. **The Middle East and Brazil: perspectives on the new global south**. Bloomington/Indiana: Indiana University Press, 2014. P. 57-74.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo**, vol. 23, n. 3, set./dez. 2017.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente. **Historia Crítica**, edición especial, Bogotá, Noviembre 2009, p. 300-319.

VIGEVANI, Tullo. Ciclos longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional. **Lua Nova**, n. 46, 1999, p. 7-53.

TRAUMANN, Andrew. **Os militares e os Aiatolás** – Relações Brasil-Irã (1979-1985). Jundiá: Paco Editorial, 2016.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**: uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WILKINSON, David. Unipolarity Without Hegemony. **International Studies Review**, vol. 1, n. 2, Summer, 1999, p. 141-172.

“ANTEPASSADO DO FUTURO⁹⁰”: AMÍLCAR CABRAL COMO TEÓRICO DA REVOLUÇÃO AFRICANA

*Danúbia Mendes Abadia*⁹¹

O presente artigo faz parte do último capítulo da minha tese de doutorado, que está em finalização. A contribuição teórica de Amílcar Cabral foi incontestável. *Ele combatia o colonialismo português enquanto escrevia sobre essa luta* (VAMBE; ZEGEYE, 2011. p.37). Amílcar Cabral foi um líder que teorizou a sua ação política; se tornou um “Engenheiro de Consciências”, fundamentado em sua experiência com a agronomia, Amílcar Cabral relacionou a monocultura colonial à desintegração e o deterioramento das culturas, acabou por ser considerado um grande mobilizador da revolução, tinha uma visão totalizante e nos provérbios e adágios populares, incitou o pensamento insurgente. Cabral sabia que se tinha de falar dos problemas do dia-a-dia; usava técnicas de teatro para mobilizar e encenar situações da guerra, buscava a simplicidade e a comunhão, como parte da ontologia africana.

De acordo com TOMÁS, *quanto mais revolucionário, menos engenheiro, Cabral se tornava*. No entanto, a agronomia marcou profundamente o pensamento de Cabral, de um agrônomo que peregrina *o país profundo, do prático da revolução direta e quotidianamente implicado no combate*. Nisso reside o carácter inovador e fecundo da perspectiva histórica de Cabral, cuja análise mais rigorosa parte, não de cima para baixo, mais sim do degrau mais baixo (2007, p. 109). De dentro do mato o PAIGC ergueu um exército popular anticolonial e a prática guerrilheira levou o PAIGC, como vimos, a priorizar os camponeses; segundo Thierno BAH,

Cabral projecta a historicidade do mundo rural, no universo da aldeia, os quais ocupam um lugar apreciável na sua obra. Ele mostra-se atento à história

90 A expressão foi tomada de empréstimo de Jean Davignaud - “ancêtres de l’avenir” - dedicada aos heróis da “Comuna”, e que Ziegler aplicou a “três homens (que) operaram uma ruptura epistemológica decisiva com o universo colonial: Nasser, N’krumah e Lumumba. Ver RIBEIRO, 1983: 367.

91 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás, UFG, bolsista da CAPES.

“tradicional”, verdadeira correia de transmissão que mantém o vínculo entre as gerações passadas e presentes. Ele convida a colectar as obras de arte, a recolher os textos da lenda e da história, validando assim a oralidade como fonte de saber histórico (2014: 110).

Cabral destinava um profundo respeito pela cultura e pelas tradições africanas, pela sabedoria e pelos ensinamentos que se podia aprender da experiência dos mais velhos: *Os mais velhos são os nossos museus, as nossas bibliotecas, os nossos livros de história – o presente e o passado* (CABRAL, the liberation of Guiné p.12; MENDY, 1983: 771). Contudo, o seu respeito não era o de uma reverência cega⁹². Cabral via a importância de se manter a base ancestral de cultivo da terra e ao mesmo tempo combater as transformações que inevitavelmente impactaram a estrutura agrária dos povos africanos.

Amílcar Cabral buscou conciliar a tradição com as aspirações modernas de uma nação; considerava ser possível uma articulação entre a modernidade sem deixar desaparecer as culturas ancestrais, mas respeitando-as; aliás, na sua visão, é a partir da localidade que chegamos ao universal, o que significava viver de acordo com os preceitos das culturas autóctones, mas com acesso a educação, tecnologia e ciência. *Amílcar Cabral foi um engenheiro altamente competente e um cientista promissor* (AZEVEDO, 1983: 132).

De acordo com Peter MENDY, *Ao contrário de outros nacionalistas que se distanciavam do ambiente rural, Cabral identificava-se plenamente com a Guiné-Bissau do mato* (MENDY, 1983: 771). O líder do PAIGC defendeu que os dirigentes deveriam estar em constante contato com os camponeses para não esquecerem de que a luta é pelo povo, e não por privilégios ou usos de poder decorrente da posição na luta. Antecipando o debate sobre os perigos do neocolonialismo, Cabral entendia que era preciso combater o 'inimigo interno'; era de responsabilidade da ideologia política e da conduta dos militantes do movimento, por isso, defendia a importância de que cada quadro do partido não se desvincule do povo; Cabral, preocupado com a burocratização dos dirigentes, dizia que não se pode 'virar a cabeça'; vai falar sobre a questão dos *responsáveis que começam a se destacar e ficam comendo o que o povo não come, diferente da comida do povo* (2014: 421). Ou então, diz Cabral, *A desgraça hoje de África é que os jovens não querem mais lavrar a terra... os jovens tem de pegar na enxada.*

92 Segundo relata Luís Cabral, num episódio suficientemente ilustrativo, descreve a fronteira que o partido impusera a si mesmo entre o velho e o novo, entre o tradicional e o moderno, entre a superstição e a ciência. Amílcar Cabral, numa discussão pública com os anciãos, ou *homens grandes*, de Morés, em que procurava convencê-los a deixarem os filhos, principalmente as raparigas, frequentar a escola, recorreu ao seguinte artifício: meio da sua argumentação, como um advogado em barra de tribunal, acendeu seu isqueiro e aproximou a chama da cara de um dos *homens grandes*, perguntando-lhe se conseguia explicar tal fenómeno. Perante a incapacidade do pobre homem, que como escolaridade tinha apenas o “Coorão da *tabanka*”, Amílcar Cabral esperava demonstrar a importância da educação para a explicação de tais fenómenos. Era contra aquilo que se considerava ignorância ancestral que Amílcar Cabral procurava construir na Guiné (TOMÁS, 2012: 211).

Uma das desgraças de hoje na África é a seguinte, quem faz o segundo grau já não quer pegar no arado nem na enxada para pegar na terra (2013: 221).

Cabral defendia ainda que deveria existir uma atmosfera de trabalho e produção dentro do movimento, que era preciso estimular o trabalho coletivo, como na base da sociedade Balanta. Segundo SENGHOR, (...) *o trabalho não é corveia, mas fonte de alegria. Pois permite a realização e o desabrochar do ser. É de salientar que, na sociedade negra, o trabalho da terra é o mais nobre* (SENGHOR, 1983: 83).

A destruição dos solos pela monocultura da *mancarra*, nas palavras de Cabral, virava mensagem política, vinculando o conhecimento prático do cultivo ancestral com as consequências da exploração colonial. Dessa maneira, Cabral chegava com uma mensagem simples e direta, em que a presença da sabedoria popular, dos provérbios, ditos, adágios, enriquecia o seu método político de mobilização, a sua pedagogia militante. Apresentava uma visão totalizante da realidade, considerando que não se pode falar do que não se sabe, não podemos utilizar fórmulas prontas de outras regiões, pautadas por outros paradigmas morais, culturais e epistemológico. Na perspectiva de Amílcar Cabral, o PAIGC precisa

(...) desenvolver, pouco e pouco e de acordo com nossas possibilidades reais, sem prejudicar a assistência aos combatentes, a assistência sanitária às populações das regiões libertadas. Não criar ilusões ao povo, que deve compreender que só seremos capazes de dar assistência válida depois da libertação da nossa terra e com base no nosso próprio trabalho e em impostos, que todos terão de pagar, para construirmos o nosso país em todos os planos (2014: 385).

Segundo Aristides PEREIRA, *Dotado de um invulgar talento e capacidade para a comunicação, Cabral, mestre da palavra, pôs um particular empenho em clarificar, junto dos militantes e do povo em geral, o conteúdo da mensagem política, numa forma acessível a compreensão dos seus destinatários* (1983: 40). As formulações políticas e pedagógicas de Cabral sempre tiveram uma base fincada na cultura popular; segundo a perspectiva de José Carlos Gomes dos ANJOS, *Cabral, sobretudo em seus discursos dirigidos às tropas em guerrilha, recorre a ditados, máximas e adágios populares buscando expôr um a priori histórico de um popular discurso insurgente* (2006: 230).

Amílcar Cabral, mesmo familiar aos pensamentos de Karl Marx, nos diz TOMÁS, *compreendia que a chave da mobilização popular estava em não fazer apelos a grandes teorias, mas sim em falar dos problemas do dia-a-dia* (2007: 146). Como Cabral dizia aos seus quadros:

Lembra-vos sempre que as pessoas não combatem por ideias, para que germinem no espírito de seja lá quem for. Eles combatem por vantagens materiais, para melhor e em paz viverem, para sentirem evoluir as suas condições de vida, para assegurar o porvir das suas crianças e aqui reside a razão pela qual era imprescindível que estes quadros praticassem a democracia revolucionária [...] mantivessem frequentes reuniões [...] nada escondessem das massas populares [...] jamais mentissem [...] e

não se gabassem de vitórias fáceis (1980: 10-11; Apud DAVIDSON, 2010: 220).

A mensagem política de Cabral estava fincada na sabedoria e na cultura popular, sendo fundamental para a mobilização dos camponeses, como afirma NEVES, *no lugar das categorias marxistas da história, Cabral vai encaixando eventos nas malhas étnicas das máximas populares* (2006: 253). Além da metodologia de mobilização dos provérbios, Cabral foi um grande agitador. De acordo com TOMÁS,

Cabral usava técnicas de teatro para preparar seus homens. Segundo António Bana, um dos alunos nesta formação, Cabral chamava um por um para ensaiarem as diversas situações que poderiam ocorrer no processo de mobilização. As cenas tinham início com a chegada à *tabanka* e com as saudações aos mais velhos. E, mais tarde, por exemplo, no momento de partilhar a refeição, que não raras vezes era apenas composta de arroz com óleo de palma, devia o jovem mobilizador perguntar porque é que lhes ofereciam apenas uma refeição de arroz com óleo de palma. E como era possível que um ancião que passara grande parte da vida a trabalhar não tivesse dinheiro para oferecer uma galinha às visitas. Este era o mote para se iniciar, então, uma conversa em que era mencionada a existência de um partido que pretendia expulsar os portugueses da Guiné, constituindo a única forma de melhorar a vida dos camponeses (2007: 147).

Cabral defendeu sobretudo a coletividade como a base cultural da resistência ao imperialismo; sempre falava com cautela sobre a importância de que *todos tenham despertado o espírito de luta e de unidade, que todos e todas peguem a luta pra si, que façam um bom trabalho, pois nada é mais louvável do que a força de um povo que consagra a sua própria vida numa guerra de libertação*. Da mesma forma, continua: *É importante estar em comunhão todo dia, entre nós camaradas, enfrentando as dificuldades e quando as coisas estão mal também ficar junto* (CABRAL, 2014: 422). Assim, partia da ontologia africana da comunhão, uma finalidade da ação política que era tornar os homens melhores e mais justos. *Daí a atenção que prestava ao relacionamento fraternal com os seus companheiros, procurando sempre formas de convívio que lhe permitiam conhecer individualmente o militante* (PEREIRA, 1983: 40).

Cabral foi um defensor da forma participativa de poder; era importante que as pessoas se sentissem pertencentes à luta; Cabral criou um espírito coletivo de participação, nas orientações gerais do processo libertador, *na construção da teoria e na sua prática revolucionária. Aí se situa a base da realização de Cabral como pensador* (PEREIRA, 1983: 43). Desde sempre, Amílcar partilhou a ideia da possibilidade concreta, aberta aos guineenses e cabo-verdianos de *negarem a negação de serem sujeitos do processo histórico. Teremos que ser cada vez mais capazes de pensar muito os nossos problemas para podermos agir bem e agir muito para podermos pensar cada vez melhor. Pensamento e ação, ação e pensamento* (Idem).

A Arma da teoria: a luta de classes e a filosofia política de Amílcar Cabral

“As definições cabem aos definidores, não aos definidos”

Toni Morrisson

Consideramos filosofia política toda a obra produzida por Amílcar Cabral, desde os poemas e contos da adolescência e juventude, até os seus escritos de ciências sociais, análise política, filosófica e cultural dos povos africanos, mais especificamente, dos guineenses e caboverdianos. Para Cabral, havia uma crise que sufocava os movimentos de libertação, crise resultante de um processo de assimilação e da retirada dos povos africanos da história: 'a crise do conhecimento'; diz Cabral,

Só poderemos transformar verdadeiramente nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios, e que a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação, a deficiência ideológica por parte dos movimentos de libertação nacional constitui uma das maiores, se não a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo (2013: 72).

Amílcar Cabral foi, sobretudo, um grande teórico da revolução africana. Segundo Léopold SENGHOR, (...) *certos europeus e até africanos quiseram ver um 'marxista-leninista' no pensador que foi Amílcar Cabral* (1983: 62). Na verdade, o contato de Cabral com o marxismo, para alguns autores, como Julião Sousa, teria se iniciado ainda em Cabo-Verde. Para este autor, provavelmente Amílcar Cabral já sai de Cabo Verde (em 1945) com algumas leituras marxistas, muito em voga no período. Cabral se insere no quadro dos dirigentes do movimento nacionalista intelectualmente formados no ocidente, com a forte influência do marxismo⁹³. Em Lisboa, Cabral teve ainda maior proximidade com o materialismo histórico, dedicou-se ao estudo da literatura marxista, e envolveu-se com organizações marxistas da esquerda portuguesa.

Certamente, o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels causaram impactos duradouros em todo o ativismo político de esquerda no mundo, e, de acordo com Marcio Santos,

o marxismo foi influente inclusive no campo do antirracismo, mesclando-se com tendências políticas existentes em variados contextos nacionais, como no movimento da Négritude, em países como Caribe e França; no Civil Rights e

93 Falar sobre o contexto - O período em que Cabral luta é conflituoso, também, dentro do bloco socialista. A partir de 1962, a cisão sino-soviética, conflito entre a União Soviética e a China, passa a produzir os seus efeitos nas relações internacionais. É um período de disputa de modelos e rumos nos países socialistas, e isso também terá impacto na luta do PAIGC, como mostra o professor Julião Sousa na sua biografia de Cabral. Regionalmente, a Guiné-Conacry e o Senegal, vizinhos da Guiné, têm regimes rivais, com concepções políticas diferentes. Essa conjuntura torna inconveniente a assunção de posições políticas quanto a capitalismo ou socialismo, principalmente para um movimento de libertação, que precisa de apoios externos para a sua luta. Declarar-se capitalista (ou liberal) geraria antipatia do bloco comunista, assim como declarar-se comunista atrairia a antipatia do mundo capitalista. E estamos falando de “antipatias” fortemente armadas.

Black Power Movement, nos Estados Unidos, nos movimentos de libertação de países africanos e nos movimentos negros brasileiros do final dos anos 1970 (2010: 8).

Entretanto, Cabral configurou-se como um pensador que não se prendeu a dogmas; recusava que lhe enquadrassem em rótulos ideológicos, não aceitou princípios dogmáticos importados da luta revolucionária, assim como realizou uma adaptação e uma reconfiguração das influências ideológicas que foi tendo ao longo da vida.

Cabral nunca se declarou marxista. O realismo, a ponderação rigorosa da situação concreta no país e no mundo é um outro elemento do legado teórico de Cabral. Daí a negação do dogmatismo, da aceitação subserviente de fórmulas dos esquemas feitos. De solução muitas vezes resumidas em slogans e por vezes apresentada como científicas, mas que não conseguem resistir ao embate das realidades. Embora utilizando um dmaxe marxista de análise, Cabral nunca se atribuiu tal qualitativo, deixando aos outros a faculdade de o fazer. Inteligência livre, as suas reflexões conduziam necessariamente e de forma pragmática, as soluções que correspondiam ao local e ao momento, e as exigências do desenvolvimento da luta, servindo os interesses em causa (PEREIRA, 1983: 47).

Para SOUSA, o processo de desenvolvimento do projeto nacionalista de Cabral não foi espontâneo, tampouco rápido ou fácil⁹⁴. Nesse processo, não se pode omitir as influências de Marx, Lenin, Trótski, Ho Chi Minh, Che Guevara e de outros, pois, ainda que Cabral tenha certamente lido as suas obras e tenha sido influenciado por elas, diz SENGHOR,

(...) raras vezes se referiu as mesmas e nunca as citou nos seus próprios escritos (...) Amílcar Cabral assimilou o materialismo histórico, mas compreendia que este é apenas um método que só conduz a soluções verdadeiramente científicas se for completado com o conhecimento perfeito dos problemas e condições reais (1983: 63).

Mesmo influenciado pelo marxismo, as suas próprias ideias eram, em larga medida, baseadas nas suas experiências específicas. Muito de suas considerações foram se desenvolvendo no contato com o povo em combate. Cabral, não se prendeu às amarras ideológicas⁹⁵, segundo DAVIDSON, demonstrava uma certa aversão pelas etiquetas, As

94 Deve-se observar também que Amílcar Cabral teve outros interlocutores (diretos e indiretos), que influenciaram de forma significativa no ideário de formação, organização política, ideológica e militar do PAIGC. Foi possível identificar as contribuições das teorias marxistas de acentuado caráter socialista, adquiridas, sobretudo nas relações de proximidade com países tais como: União Soviética, Cuba, China, etc., e da corrente ideológica pan-africanista, além das personalidades que lhes inspiravam, como o martiniquense Frantz Fanon, os africanos Patrice Lumumba, Kwame N’Krumah, Gamal Abdel Nasser, Agostinho Neto, Julius Nyerere, o presidente cubano Fidel Castro, Mao Tsé-Tsung, o general vietnamita Vo Nguyen Giap, para citar alguns, que contribuíram e inspiraram o trabalho político e a prática revolucionária da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau. O reconhecimento da transversalidade teórica de Amílcar Cabral entre seus pares e a nível internacional, e os contributos para a teoria e a prática revolucionária no desenvolvimento da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau granjeou-lhe os títulos de “Honoris Causa em Ciências Sociais da Academia das Ciências Sociais da União Soviética e Doutor Honoris Causa da Universidade de Lincoln dos Estados Unidos e das condecorações Gamal Abdel Nasser”, etc., atributos que consolidam o reconhecimento da sua personalidade intelectual de leader revolucionário merecendo destaque entre outros líderes de libertação nacional em África (ORAMAS, 1998, p.139, Apud MONTEIRO, 2009, p.183).

95 Em todo caso, a defesa da especificidade do processo histórico local como guia da revolução (e a consequente recusa em enunciar a filiação a um modelo) apontam na direção da busca de uma margem de manobra mais ampla que aquela que a União Soviética concedia aos países da Europa oriental, por exemplo. Não se declarou

peças aqui (em Londres neste caso) estão muito preocupadas com esta questão: são marxistas ou não? São marxistas-leninistas? Perguntem-me, simplesmente, por favor, que estamos a fazer no campo de combate? (Apud DAVIDSON, 1983: 106).

Cabral trouxe ferramentas interpretativas novas da realidade local, pois, por mais bonita que seja a realidade dos outros, ela não serve para nós; não é uma receita que se aplica.

A referência que ele faz ao “homem grande” mostra bastante que Cabral integra na sua reflexão a figura tutelar do antepassado, garante de uma memória digna de crédito. Os provérbios e adágios que ele extrai do saber local, formulado com singular simplicidade, são erigidos em princípio fundamental ao serviço da actividade política e/ou da estratégia militar. “Por mais quente que seja a água da nascente, ela não cozerá o teu arroz”, que põe em evidência, na transformação da realidade, o princípio interno, o esforço próprio (BAH, 2005, p.110).

Era imprescindível evitar aplicar cegamente as experiências dos outros, em vez disso, Cabral realçava a necessidade de sempre ter em conta as condições geográficas, históricas, culturais e económicas dos diferentes povos⁹⁶; sendo, portanto, importante ter uma postura crítica de outros processos, pois, *A realidade dos outros, interpretada pelas teorias dos outros é fogo que queima apenas o lado de fora. Cá dentro, o real impõe testes próprios, o arroz que coze é a realidade que precisa ser testada com os instrumentos cognitivos intrínseco à luta local* (NEVES, 2016: 249). A sua análise original preconizava que devemos 'pensar pelas nossas próprias cabeças'; como exemplifica Cabral, os camponeses na China não eram os camponeses da Guiné (...):

(...) decidimos mobilizar a população do campo. Muita gente pensa que para decidir fazer isso aplicamos a teoria de Mao Tse Tung ou de não sei quem, mas nessa altura ainda nem se quer conhecíamos Mao Tse Tung. As necessidades da nossa terra é que nos levaram a isso e os próprios erros que cometemos é que nos mostraram o caminho (2014, p.229).

Para Cabral, a realidade difere sempre da abstracção, é sempre mais rica e plena. Como diz SENGHOR, *A metodologia científica perde a sua força vivificante quando separada da realidade. Os princípios do socialismo científico não podem ser transferidos para o meio africano como algo dado duma vez para sempre* (Idem, p.69). Dessa forma, Cabral era um pensador pragmático que buscou a ruptura epistemológica com os moldes ocidentais, apesar do suporte teórico do marxismo. Para Manuel ALEGRE,

Discute-se muito o problema da sua filiação ideológica, já que ele próprio nunca se adjectivou nem confessou (...) um dia lhe perguntei se era ou não marxista, ao que ele me respondeu com um sorriso: - *Sabes, o próprio Marx não gostava que lhe chamassem marxista, dizia que a palavra lhe cheirava a sacristia* (...) Amílcar Cabral não tinha uma visão confessional ou religiosa da ideologia. E acima de tudo ele foi ele próprio. Isso é

marxista nem comunista, assim como também o PAIGC. Cabral sabia que a opção pela neutralidade era uma forma de não impedir as relações com alguns países.

96 O PAIGC realizou um recenseamento das populações das zonas libertadas e este documento encontra-se disponível nos arquivos da fundação Mário Soares, http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2617#e_2705

que é importante. Pra ele o povo e o homem era o princípio e o fim da ação, o primado da política e a luta de libertação concedida como ato de cultura. De dentro pra fora, da África para o Mundo (1983: 226).

Não há dúvida que, *muito mais que Fanon, Cabral faz referências diretas da análise materialista e apresentou discussões alargadas sobre a estrutura de classes, o modo de produção e outros elementos do discurso marxista*⁹⁷ (TAIWÓ, 2005: 716). Todavia, nem Cabral e nem Fanon compreenderam a luta de classes como força motriz da História; a visão materialista tem de ser contextualizada, pois, a noção de luta de classes *exclui da História a maioria dos povos do planeta, tendo em conta que as classes (tais como estão definidas nas obras de Marx e Engels) são emanações directas da História europeia* (Apud WICK, 2005: 379). Em *Os Condenados da Terra*, FANON afirma que *nas colônias, a infraestrutura é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: se es rico é porque se é branco, se é branco é porque é rico. Por isso, as análises marxistas devem modificar-se sempre que se aborda o sistema colonial* (1968: 34).

Em Cabral, continua WICK, *a História precede e ultrapassa o aparecimento das classes nas sociedades humanas. A análise da História que se centra na luta de classes não é assim, falaciosa, mas também ela não é universal. Ela é fruto de uma experiência europeia* (Idem). Assim, Cabral consegue ver a determinação do marxismo válida para o seu contexto de origem, pois o racismo qualifica a opressão além do capital. No entanto, Cabral não discorda do marxismo, mas da sua aplicação às realidades africanas; como diz Sônia VAZ, Cabral

Discorda, primeiro no que respeita à aplicação da «ditadura do proletariado», uma vez que *ela não se coaduna conosco; nós não temos proletariado. As estruturas dos partidos marxistas não podem aplicar-se entre nós. O marxismo visava as sociedades industriais do passado do ocidente* (CABRAL, Apud VAZ, 2008: 197).

Nesse viés, Cabral desenvolve uma concepção *descontinuista do desenvolvimento das forças produtivas* (NEVES, 2016: 251). A seguinte afirmação de Engels e Marx no *Manifesto Comunista: A história de toda a sociedade até aqui é a história (escrita) da luta de classes*⁹⁸,

97 De acordo com Luciana Bastos, “Da leitura das cartas enviadas à Maria Helena Rodrigues, encontramos elementos de que Cabral já tinha interiorizado elementos da filosofia marxista no período analisado. Em cartas de 29/8/1948 e 28/8/1950, falando sobre o racismo – dos temas mais presentes nas cartas publicadas –, afirma que a base econômica é a raiz dos preconceitos e dos conflitos humanos. Isso, ao nosso ver, estaria de acordo com uma visão materialista dos problemas sociais. Em carta de 6/4/1950, disserta sobre a função do indivíduo na sociedade, discutindo conceitos como determinismo, condições do meio e características individuais. Dentro dos estudos sobre Cabral, não é nenhuma novidade que ele tenha estudado marxismo em Lisboa. O que nos chama atenção, com a publicação das cartas em 2016, é como ele leva esses conceitos para os seus pensamentos mais íntimos. Numa carta de 1950 ou 1951, falando sobre passar a viver com Maria Helena, expõe o seu plano num esquema de tese, antítese e síntese, o qual pressupõe, no dizer de Cabral, “condições materiais mínimas”, a “não subestimação das necessidades”, a “identidade de princípios”, entre outras coisas que apenas Amílcar Cabral escreveria numa carta para a noiva. Na tese de licenciatura em agronomia apresentada em 1951, também está clara a influência do marxismo, como o reconhecem António Tomás e Patrick Chabal, autores que em suas biografias defenderam que Cabral não era marxista. Nos escritos de 1954, sobre agricultura africana, utilizará um linguajar mais explicitamente identificável com a tradição marxista.

98 Marx, Karl; Engels, Fredrich – Manifesto do Partido Comunista. Lisboa: Edições Avante, 2004: 36.

na visão de Cabral, demonstrava que a análise marxista excluía os povos onde a escrita não era utilizada. Contrário a essa perspectiva, Cabral redefiniu alguns conceitos marxistas, insistiu na reinserção do contributo de todos na forja da História através de uma ampliação do quadro analítico marxista, no qual *o nível das forças produtivas e o modo de produção formam o motor da História e está fora da questão a consciência de classe*⁹⁹ (WICK, 2005: 379).

A força que move a história, da sua perspectiva, se refere à maneira de produzir de cada povo, tendo a cultura papel primordial na resistência à exploração; desse modo, não se podia considerar a realidade social africana em comparação com a realidade das sociedades europeias, onde se desenvolve a luta de classes. A unidade é fundamental no pensamento de Cabral e permeia toda a sua práxis; na verdade, a convivência de Cabral com os camponeses e os diversos povos guineenses o fez compreender a continuidade da sociedade no cotidiano desses povos, compreendendo que o colonialismo é um processo do capitalismo que prescinde subjugar povos inteiros, e que a principal contradição não era entre a classe burguesa e o operariado, mas entre os colonizadores e os colonizados.

Por outro lado, considerando a análise da sociedade guineense, Cabral argumenta que as contradições entre os povos da Guiné (...)

Tudo por causa de ideias antigas que ainda existem na cabeça das pessoas, ou de interesses práticos, concretos: porque roubaram as vacas, porque levaram as “badjudas”, ou porque lavraram a terra que não lhes pertencia, etc., ideias que os tucas podem explorar e exploram para provocar conflitos entre a nossa gente. Estas são algumas das contradições que queríamos explicar aos camaradas. Tanto na Guiné como em Cabo-Verde, o nosso objectivo foi eliminar as contradições (2014: 77).

De acordo com a perspectiva de Cabral, a imensa parcela da população oprimida constituía um só grupo, e, no lugar de proletariado, nomeou-os 'Nação-classe'; como define Cabral, *a nossa luta é, fundamentalmente, baseada não na luta de classes mas na luta da nossa Nação-classe contra a classe dirigente colonialista portuguesa* (Apud VAZ: 125). Por outro lado, Cabral não conseguia ver uma solução nacionalista possível sem a destruição da estrutura capitalista imposta à nação dependente. O objetivo do PAIGC, de acordo com Cabral, é *destruir o estado colonial para criar um novo estado, diferente, destruir as relações capitalistas* (2013: 154).

99 O conceito de modo de produção é discutível porque privilegia as forças produtivas. E essa concepção tem como consequência o desenvolvimento do economicismo no interior do marxismo e a eliminação das relações de produção. E assim, os estudos científicos dessas relações é simplesmente substituído pela referência as formas jurídicas de apropriação dos meios de produção (DIENG, 2005: 727). Então, esse é um problema na concepção de Cabral, que conduz ao economicismo. O nível das forças produtivas não é a verdadeira força motora e permanente da história. É anular as relações de produção e privar-se do estatuto da natureza dos modos de produção. Assim, as relações sociais existentes nos modos de produção aonde não há luta de classes, ficarão fora de todo o estudo, se se adotar o ponto de vista de Cabral (Idem).

Cabral defendeu que em África, a passagem do colonialismo para o socialismo era possível, até porque o socialismo já fazia parte dos povos. Corroborando com Cabral, Nah DOVE nos diz que,

Curiosamente, o conceito de e as filosofias subjacentes socialismo ou o comunismo ou comunitarismo como uma estrutura social igualitária coletiva é inerentemente Africana na origem. Organização coletiva e sociedade igualitária são inerentemente culturalmente específicas para as pessoas Africanas e das Primeiras Nações. É por isso que muitos líderes Africanos se voltaram para a ideia de socialismo. Eles acreditavam que ele estava de acordo com filosofias, valores e crenças Africanas existentes.

Entretanto, mesmo assumindo o socialismo como a saída para os povos colonizados, Cabral não ficava a divulgar o socialismo como ideologia central da luta; *socialismo é a saída. Mas não tarefa imediata. Preferia falar da sociedade livre da exploração* (MARTICHYNE, 1983, p.72); nesse sentido, autonomia intelectual, autogestão da produção, saúde, justiça, educação e segurança, assim como a defesa do cultivo ancestral da terra, constituíam o arcabouço da teoria e práxis do movimento encabeçado por Cabral; de acordo com os princípios ancestrais das comunidades africanas, Cabral realiza (...) *um exercício epistêmico que leva ao limite, quando se apropria e deforma o conceito de centralismo democrático para chegar à noção de democracia cooperativa* (2016, p.246). Foi assim que a luta armada de libertação constituiu-se numa escola permanente pra todos e todas os e as envolvidos/as, e esse processo foi solidificando o pensamento de Cabral.

Entendendo a centralidade da teoria, ao lado da ação revolucionária, Cabral realizou uma espécie de adaptação do marxismo às condições africanas, ampliou e produziu uma teoria que transcende o espaço e o tempo, que vê no respeito às diferenças, sejam étnicas, culturais, religiosas ou de gênero, a possibilidade de conviverem em harmonia e preservando-se as especificidades. Então, diz Aly DIENG, *Coube a Cabral o mérito de analisar a estrutura social da Guiné sob o ângulo da pertença étnica das suas componentes. Esta abordagem chocou os marxistas africanos dogmáticos, que querem reduzir toda a realidade social num fenómeno de classes* (2005: 730). Vimos que a análise de classes na Guiné e em Cabo-Verde, muda de orientação com o massacre de Pidjiguiti em 1959; *Até então, era influenciado mais pelo marxismo clássico e dogmático. (...) Cabral atribui mais importância aos assalariados e particularmente a pequena burguesia que tem um papel considerável na luta* (DIENG, 2005: 732). No entanto,

Sabemos que Cabral e seus companheiros tinham procurado encontrar um proletariado no início da luta, por mimetismo com as ideologias contemporâneas da revolução, dominados por uma visão da história fundada na noção de “classes sociais”. Por ocasião das campanhas de mobilização para a luta armada, Cabral é surpreendido pela motivação das populações Balantas no engajamento anticolonialista. As estruturas sócio-económicas dos Balantas são, segundo os

critérios modernistas, os mais atrasados (a estigmatizar a sociedade sem “estado” ou “horizontal”). São portanto, os primeiros a se mobilizarem massivamente contra o colonialismo (WICK, 2005: 380).

No caso dos Balantas, a propriedade da terra era coletiva, então o capitalismo tinha outras formas de exercer a sua exploração, de impôr a monocultura. Já com relação as ilhas de Cabo-Verde, havia a concentração fundiária e formas de arrendamento que deixava os camponeses sem terra à mercê dos grandes proprietários. Levando em consideração a estrutura social dos diferentes povos guineenses, Cabral deu grande relevância a resistência cultural e a identidade étnica; na sua análise da sociedade, diz CHILCOTE (1983: 156),

Cabral procurava divisões e contradições, por toda parte: raças, religiões, grupos étnicos e classes sociais eram tomadas em consideração. Os colonialistas europeus brancos aprovavam uma continuada presença e domínio portugueses nas colônias, enquanto que os africanos negros tendiam a apoiar a luta de libertação.

Cabral valorizou mais do que muitos dos seus contemporâneos a necessidade imperiosa da independência de pensamento. Talvez a primeira e a origem de todas as demais independências. Então os seus conceitos também são operativos, criam sentido para nossa própria história, para a própria história africana (REIS, 2005: 16). Cabral defendia que nem tudo é culpa do colonialismo e não se vale a pena fazer qualquer coisa para se alcançar a vitória, pois para ele, ‘os fins não justificam os meios’. Pressupunha o não enquadramento ideológico ao defender a independência de pensamento e a ruptura com a razão colonizadora. *Ele permaneceu fiel a unidade de dialética da teoria e da prática* (NTALAJA, 1983: 196). E, mesmo que a teoria não fosse o viés mobilizador da luta, Cabral sabia que a luta anticolonialista era inviável sem uma teoria revolucionária. Cabral vai compondo a realidade a partir da interação das realidades diversas, sendo a teoria revolucionária resultado da própria experiência da luta.

Identidade, Estado e Nação em Amílcar Cabral

O movimento anticolonial na Guiné-Bissau desmistifica a ideia de passividade que se atribui aos povos africanos colonizados. Como pudemos ver nos capítulos anteriores, durante o período da colonização (1446 a 1974), os guineenses mobilizaram incessantes combates contra os colonialistas, o que acabou por gerar uma tradição de resistência à cobrança de impostos, à monocultura de exportação, ao trabalho forçado, à submissão às autoridades portuguesas, quero dizer, o processo de resistência ao colonialismo desembocou na formação do PAIGC e na permanência da luta de libertação por mais de uma década.

Nessa sequência, a constituição da identidade africana anticolonial foi subestimada pelos colonizadores, que foram surpresos pela organização da luta armada, como afirmou

Cabral: *um dos erros mais graves cometidos pelas potências coloniais terá sido ignorar ou subestimar a força cultural dos povos africanos* (VILLEN, 2013: 184). Amílcar Cabral via a identidade numa dinâmica da cultura e da história partilhada por um povo em comum; repudiava qualquer noção de identidade baseada nas distinções biológicas ou fenotípicas, como diz em *Arma da Teoria*,

A identidade de um indivíduo ou de um determinado grupo humano é uma qualidade bio-sociológica, independente da vontade desse indivíduo ou desse grupo, mas que só tem significado ao ser expressa em relação a outros indivíduos ou a outros grupos humanos. A natureza dialética da identidade reside no fato que ela *identifica e distingue*, porque um indivíduo (ou um grupo humano) não é idêntico a determinados indivíduos (ou grupos) senão se for distinto de outros indivíduos (ou grupos humanos). A definição de uma identidade, individual ou colectiva, é portanto, simultaneamente, a afirmação e a negação de um determinado número de características que definem indivíduos ou colectividades em função de coordenadas *históricas* (biológicas e sociológicas), em dado momento da sua evolução (2013: 290).

Intrinsecamente ligada à forma de viver de um povo, a identidade simboliza a humanização e a criação; essa sequência, a constituição da identidade nacional africana se dá também em contraposição à cultura europeia, como diz VILLEN, *a identidade da nacionalidade africana é contraposta aos valores de dominação da identidade imperialista portuguesa, colocando-se como uma identidade essencialmente revolucionária* (2013: 167). Isso significou a “re-africanização dos espíritos” dos 'intelectuais colonizados', como se posicionou Cabral, *Esse governo sabe muito bem que os povos da Guiné e de Cabo Verde não querem tornar-se portugueses, lutamos para conquistar a independência nacional* (Apud MATTHY, 1983: 516).

Da perspectiva colonizadora, só há valimento para o 'nós ocidental', 'o resto', 'o outro', não. Por isso, o imperialismo consiste na negação das identidades autóctones; o PAIGC, por outro lado, reforçou-as e consolidou a sua estratégia de unidade em meio à diversidade cultural da Guiné e da sua relação com os povos caboverdianos. Assim, Cabral buscou ver a unidade entre os povos, opôs-se à exploração dos sentimentos identitários por indivíduos ou grupos. Cabral, segundo NEVES, *por conviver com essa diversidade toda étnica, com vários povos diferentes da Guiné, camponeses, ele abriu-se a uma diversidade social e étnica da realidade, que não poderia ser definida simplesmente em uma nação* (2005: 6). De acordo com Helmy SHARAWY,

Cabral tinha atribuído ao movimento de libertação nacional e à cultura de libertação o papel de juntar a diversidade social a totalidade de uma nova sociedade. Identidades nacionais e culturais fazem parte da lógica do conflito de civilizações. E esses conflitos sempre surgirão a menos que dermos a vitória ao modernismo ocidental (2005: 238).

Esse processo gerou uma identidade política anticolonial, e, na Guiné, a luta de libertação nacional desenvolveu-se, mesmo sem a existência de uma nação, mas de várias nacionalidades. Nesse viés, de acordo com MAGUBANE,

Uma das principais realizações de Cabral foi compreender que o nacionalismo, essencialmente foi uma ideologia política do século XIX e que para os povos sujeitos ao imperialismo e o capitalismo, o nacionalismo burguês como ideologia podia tornar-se reacionário no processo de colonização (1983: 333).

Como representação cultural da nação, o nacionalismo guineense teve na cultura o seu espaço de organização social, num país onde a nação se desenvolveu antes do estado. Para Cabral, essa nação se organizou, numa 'nação-classe' e a luta de libertação constituiu um “ato de fecundação da história”; como diz VILLEN, *Essa cultura de revolta contra o sistema de opressão foi o fundamento das lutas de libertação em seu propósito de afirmação da identidade cultural dos povos dominados* (2008: 186).

(...) o nacionalismo é a ideologia da nação, não do Estado. Assim sendo, o nacionalismo é uma doutrina cultural, ou mais precisamente uma ideologia política que tem como centro uma doutrina cultural, ou seja, é a cultura que vai desempenhar o papel de motor ou acelerador do processo de organização dos homens em nações (ANDRADE, 1986, Apud MONTEIRO, 2010: 212).

Amílcar Cabral tentou flexibilizar os valores recebidos tornando-os compatíveis com outras realidades, como vimos na sua leitura do marxismo. No entanto, *A Guiné-Bissau e Cabo Verde não constituem com toda evidência essa entidade nacional homogênea, que pressupõe a criação de um estado nação, segundo o modelo teórico europeu*¹⁰⁰ (WICK, 2005: 362). Assim, a constituição da nação guineense e caboverdeana, da perspectiva de Cabral, relaciona-se à identidade e à diversidade dos diferentes povos e de como a nação foi sendo formada a partir da multiplicidade cultural.

Porém, em que medida a Nação, nos moldes europeus, poderia contemplar os povos guineenses? A Nação é uma comunidade cultural que compartilha valores, padrões éticos e morais, sistemas de saberes, ou como diz Manuel CASTELLS, *as nações são comunidades culturais construídas nas mentes e na memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados* (Apud AUGEL, 2007: 270). Nesse sentido, as identidades culturais e étnicas fazem mais sentido do que as identidades de classe, que, como já abordamos, constituem realidades diferentes de acordo com as diferentes formas de organização de cada povo.

100 E a gente sabe aqui na nota de rodapé, que os mais antigos estados nação europeus estão bem longe de serem homogêneos e sua unificação só foi possível através da repressão de vários povos. Pg 362

Desta forma, a luta de libertação conseguiu organizar a 'nação-classe' em meio às diversas estratégias coloniais que consistiam em *criar diferentes níveis de opressão a fim de dividir os governados e diluir a rejeição da essência da dominação*, como diz WICK (2005: 365). Porém, *Cabral sublinha o facto de que a discriminação colonial com o seu racismo fundamental transcende as divisões internas da sociedade autóctone. Face a uma dominação comum, a luta de libertação anticolonial mobiliza toda a sociedade* (Idem).

No entanto, a identidade nacional proposta pelo líder nacionalista bissau-guineense foi modelada com base nas diversidades étnicas rubricadas em unidades, a fim de vencer as distinções dos costumes, tradições, e impôr uma unidade cultural, forjando a consciência nacional que visava superar a dominação cultural e colonial (MONTEIRO, 2010: 210). Assim, a transformação das identidades étnicas em uma consciência nacional, precisava ser politicamente produzida. De fato, afirma Fábio FIGUEIREDO (2012, p.170), *a construção de uma consciência nacional é o objetivo político primário do PAIGC*, como explica Cabral durante o Seminário de Quadros em 1969:

A primeira condição para a resistência política, camaradas, é unir as pessoas. Já falámos sobre isso na questão dos princípios do Partido, foi já definido em grande parte qual é a nossa resistência política. Unir, criar a pouco e pouco a consciência nacional, porque nós partimos de um ponto em que não tínhamos uma consciência nacional, em que tanto pela nossa história como pelo trabalho dos tugas, estávamos divididos em grupos. Civilizados e indígenas, gentes do mato, balantas, papéis, manjacos, mandingas, etc., etc. O nosso primeiro trabalho é criar num certo número da nossa gente a consciência nacional, a ideia da unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde (2014: 156).

Na perspectiva de Carlos Lopes, é através da cultura que podemos explicar toda a base do nascimento do nacionalismo bissau-guineense, é o ponto de partida para analisar como se engendrou a unificação entre a cultura, o Estado e a luta de libertação nacional, que desdobrou na formatação da ideia da nação com os contornos étnicos na Guiné-Bissau. Assim sendo, os atributos étnicos estão comungados no sentimento nacional, através da partilha do mesmo território histórico, tradições culturais, mitos, memórias e histórias comuns (1987: 71). Como afirmou Odete SEMEDO,

Assim, a oralidade, que caracteriza a tradição africana pela marca da palavra e da voz, é o lugar onde a ancestralidade cultural se manifesta e quando a ficção em prosa a recupera faz dela “um modo de resistência aos padrões estéticos e ideológicos do ocidente branco-europeu. Cartografam-se, desse modo, as identidades em diferença que a colonialidade do poder e do saber tentou, em vão, esfácelar (2010: 53).

Além da identidade cultural, do compartilhamento ancestral do mesmo grupo, há a identidade social, pois, de acordo com Cabral, a estrutura social compõe a cultura¹⁰¹. Por isso,

101 Paralela situação foi pensada por Frantz FANON - Na Martinica, o problema racial está coberto por uma discriminação econômica. As relações não se alteram com as acentuações epidérmicas. Apesar da maior ou menor carga de melanina, existe uma cor do tasto que permite a uns e outros reconhecerem-se como médicos,

é possível encontrar classe dominante mesmo nas áreas rurais. Porém, a contínua resistência dos grupos étnicos ao sistema colonial garantiu a preservação das tradições culturais; como demonstra MONTEIRO, *mesmo não tendo a consciência de que essas reivindicações individuais em defesa das identidades culturais seriam a posteriori traduzidas como pertencentes a uma identidade coletiva atrelada à nação bissau-guineense* (2010: 211). De acordo com WICK, Cabral

(...) considera a identidade étnica como uma realidade no seu pleno direito, que é tão importante como a realidade econômica ou social. Isto é crucial por que os analistas e os dirigentes revolucionários marxistas ou não, africanos ou não, tem tendência a negar o fator étnico, ou pelo menos a subordiná-lo a outros fatores (2005: 367).

Dessa maneira, a construção da identidade nacional é transcendente, *na medida em que não resulta do somatório ou da substituição das identidades subnacionais existentes, mas conduz a algo novo enquanto a projeção de significados universais e renováveis* (TOLENTINO, 2005: 223). A condição de colonizados já era um traço de definição de uma identidade racializada, implicada na colonialidade; assim como a negação dessa condição fez parte da construção da identidade nacional e anticolonial. Para FIGUEIREDO (2012: 174), o nacionalismo de Cabral (...) *buscava resolver, no nível do discurso, a contradição, compartilhada pelos nacionalismos africanos de modo geral, implicada na necessidade de ancorar uma reivindicação política unitária em uma multiplicidade de fontes culturais de legitimidade*, continua o autor,

(...) Cabral consegue afirmar uma certa legitimidade para as culturas “étnicas” da Guiné, e ao mesmo tempo reivindicar um único estado nacional, por conceber as diferentes etnias (entendidas como uma composição de sociedades e culturas) como operandos algébricos em uma equação que tem como resultado a consciência nacional. Dessa operação se exige que se equipare ao processo de modernização — essa operação ideal da filosofia da história e da teoria política ocidentais. Cabral define o lugar de seu PAIGC nesse processo como a força política a qual, continuamente emergindo da cultura, tem como objetivo, através de um trabalho seletivo executado sobre a própria cultura, dar à luz o moderno Estado-nação numa condição colonial e africana (FIGUEIREDO, 2012: 174).

A presença da interculturalidade significa ainda, no pensamento de Cabral, que os africanos “colocaram pedras nos alicerces do mundo”, e devem se integrar na sua aldeia, no seu país e no mundo; nas suas palavras *Não queremos encerrar-nos num esquema individual, numa cultura específica, num mito tradicional; queremos viver como os outros, medir-nos com todo o mundo, com brancos, negros e amarelos* (GLISENT, 1983: 269). A visão de Amílcar Cabral

comerciantes, operários; um negro operário estará do lado do mulato operário quanto o negro burguês; temos aqui a prova de que as histórias raciais são apenas uma superestrutura, um manto, uma surda emanção ideológica que se despe de uma realidade econômica (1968: 22).

situa a cultura como síntese do local e do universal; para ele, um povo colonizado que se liberta, só estará realmente livre se retomar os caminhos ascendentes da sua cultura, ao mesmo tempo que não subestime os contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas.

A busca por fazer emergir uma consciência nacional envolve, segundo Amílcar Cabral, um trabalho rigoroso relativamente as culturas existentes no território, que serão tidas como matérias-primas; Cabral acreditava que a exaltação das virtudes da cultura africana, sem condenar os defeitos ou os aspectos “negativos, reacionários ou de regressão”, podia ter o mesmo efeito que a política colonial de subestimação do valor da cultura. Apesar de ter traços comuns e específicos, *Cabral sustentava que não existia uma única cultura continental africana, o que poderia ser interpretado como uma crítica aos representantes do movimento da Negritude* (SOUSA, 2014: 304). Como materialista consequente diz SOLODOVNIKOV,

Cabral era inimigo intransigente da sobrestimação das particularidades da cultura africana e da história dos povos africanos, baseada nas peculiaridades do homem africano. Era também inimigo das teorias idealistas que preconizam a excepcionalidade africana e o carácter singular africano como fator básico e fundamental, do qual dependia a organização social da sociedade (1983: 420).

Há, no pensamento de Cabral, a busca por conciliar o anticolonialismo com a construção do Estado-Nação. Nesse sentido, *a teoria da modernização está mesmo aqui presente, na própria engenharia de uma dimensão nacional da cultura*; nas palavras de Cabral,

(...) a luta exige a mobilização e a organização de uma maioria significativa da população, a unidade política e moral das categorias sociais, a liquidação progressiva dos vestígios da mentalidade tribal e feudal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos incompatíveis com o carácter racional e nacional da luta de libertação (FIGUEIREDO, 2012: 160).

Como vimos, Cabral defendeu a perspectiva científica aos africanos, o emprego do conhecimento ao serviço do bem estar geral; acreditava que a soberania dos povos tem a ver com a pesquisa, educação, e todos esses aspectos estão em processo criativo, transformam a cultura. Por isso, sua perspectiva contrapõe a inferiorização da cultura que existe no projeto modernista, pois, *uma vez que a cultura é o domínio do irracional, ocupa um estatuto inferior à racionalidade do projeto modernista que considera o progresso, a ciência a custo do irracional* (O'BRIEN, 2005, p.132). Segundo o modernismo, continua O'BRIEN,

o progresso reduz o domínio da cultura para a diminuição do irracional, do estético, a medida que a ciência e a racionalidade se expandem. A sociedade civil substituiu a sociedade tribal, a cultura reduz-se a comida, música, folclore, apelidos étnicos e a antropologia vem como uma disciplina para estudar as diferenças culturais, tribais (Idem: 133).

Não são dicotômicos, para Cabral, a preservação dos modos tradicionais e o desenvolvimento da ciência. Desenvolve-se assim uma ação recíproca entre a cultura e a luta.

Modificam-se os comportamentos, diminuem-se distâncias, quebram-se preconceitos;

(...) Tanto os dirigentes do movimento de libertação, na sua maior parte originários dos centros urbanos (pequena burguesia e trabalhadores assalariados), como as massas populares (cuja esmagadora maioria é composta por camponeses), melhoram o seu nível cultural: maior conhecimento das realidades do país, libertação de complexos e preconceitos de classe, alargamento do universo no qual evoluem, destruição das barreiras étnicas, reforço da consciência política, integração no país e no mundo, etc. (CABRAL, Apud FIGUEIREDO, 2012: 172).

Cabral foi desenvolvendo a sua perspectiva de nação à medida que foi convivendo com os povos guineenses e cabo-verdianos; nesse viés, Cabral buscou uma organização que tivesse como base a dinâmica social dos camponeses, defendeu a descentralização do poder nas cidades, que é onde havia a maior influência colonial, sendo portanto recomendado que os intelectuais se mantivessem em constante contato com as populações rurais.

Dessa forma, ‘pôr em movimento uma nova cultura era prioridade do PAIGC’; assim, a transformação social é libertadora e gera uma nova sociedade; como diz Cabral,

a emergência de um “homem novo”, não apenas africano: um homem que esteja para além da dicotomia dominador/dominado, colonizador/colonizado. Nesta transformação, a cultura mormente a do colonizado, desempenha um importante papel. Ao valorizar-se e ser reconhecida como tal pelo colonizador, acaba por libertar este de *um elemento negativo de sua própria cultura: o preconceito da supremacia da nação colonizadora sobre a nação colonizada* (Cabral, 1974: 138, Apud VENÂNCIO, 2005: 248).

Por esse caminho, Cabral buscou mobilizar o potencial de libertação da cultura para levar adiante a luta de libertação nacional. *Não haveria que se libertar só do domínio estrangeiro, mas das relações internas de domínio. Era preciso criar uma cultura nacional, que seria a soma das suas várias culturas. Uma cultura local e global ao mesmo tempo* (O’BRIEN, 2005: 137). Com relação ao estado, para Cabral, cabe a este um papel histórico decisivo, mas esse papel só terá concretização se entre o estado e as massas populares houver uma estreita interpenetração. Se o estado se abrir à intervenção cotidiana do povo como única garantia da finalidade aos interesses das massas (Apud PEREIRA, 1983: 48).

O pensamento de Cabral buscou a afirmação da democracia participativa; defendia um estado unitário, com uma assembleia suprema do povo da Guiné e de Cabo Verde¹⁰². Cabral dedicou-se à compreensão do papel do Estado após a conquista da independência. Para Carlos

102 FIGUEIREDO, (...) Mas, muitas vezes, “nossos povos” — ou, alternativamente, “nossas populações” — será também utilizado preferencialmente na maior parte das referências de Cabral à totalidade dos habitantes da Guiné em particular”. Por um lado, o termo afirma a multiplicidade das sociedades contidas no território colonial e acena com uma solução nacional que preserve, em alguma medida, as identidades particulares. Por outro, é também uma fórmula genérica e abstrata no interior da qual as especificidades reais, as tensões e as oposições internas pudessem ser diluídas. Daí, apesar de reconhecida como uma composição de identidades particulares condensadas na fórmula “nossos povos”, a totalidade da população guineense dever reivindicar não múltiplos, mas apenas um único direito nacional à independência e à autodeterminação. (2012, p.158).

VEIGA, *Foi a experiência da administração das zonas libertadas pelo PAIGC que lhe serviu de fio condutor para lançar os pilares de um modelo de Estado a implantar nos nossos países independentes* (1983: 444). Cabral pretendia criar um novo Estado na Guiné e em Cabo-Verde a partir da destruição do Estado colonial. Nesse novo 'Estado', a participação popular é uma exigência do verdadeiro desenvolvimento; Então, afirma PEREIRA,

Cabral defende um caráter popular do estado. Através da criação e consolidação de instituições participativas e de massas. Traz o cunho do pensamento político do grande dirigente do PAIGC na prática da reconstrução nacional (...) A reconstrução não seria no quadro de uma democracia apenas formal, meramente representativa, mas sim no quadro mais autêntico de uma democracia participativa, em que a intervenção do cidadão e das massas é assegurada nos vários níveis, por estruturas que lhe pertencem totalmente¹⁰³ (1983: 49).

De todo esse processo, Cabo-Verde¹⁰⁴ e Guiné-Bissau emergem como nações da luta anticolonial. A unidade binacional foi estruturada a partir de um estado multicultural, *como a síntese das contradições entre a etnicidade e a luta de libertação* (CARDOSO, 2005: 553). Além da unidade binacional, para Amílcar Cabral, as relações entre os países africanos prescindem a interação com o global, inserem os povos numa coletividade africana em busca da autodeterminação e mostram ao mundo a necessidade da libertação, do combate a ideologia racial e do fim das relações capitalistas¹⁰⁵. Porém, as mudanças vão ocorrendo em diversas instâncias da realidade material e subjetiva dos povos em luta. Cabral entendeu que algumas mudanças são imprescindíveis para concretização e continuidade da revolução: *se recusava a desqualificar as lutas relacionadas com a etnicidade e o gênero como irrelevantes para moldar os contornos da cultura nacional* (VAMBE; ZEGEYE, 2012: 38). Cabral sabia que a luta de libertação nacional estaria condenada ao fracasso, caso não se promovesse também a libertação das mulheres; buscou ampliar e diversificar a participação das pessoas nas decisões políticas e jurídicas, assim como superar os paradigmas da razão colonizadora.

Referências Bibliográficas

ANJOS, José Carlos Gomes. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2006.

103 As Comissões de Tabanca, Tribunais Populares e a Assembleia Nacional Popular, são todas estruturas políticas que Cabral ajudou a pensar. Cabral também defendeu formas de descentralização administrativa e outros projetos amplos que envolvem a Constituição da República, do Código da família e da Reforma agrária (PEREIRA, 1983, p.50).

104 Cabo-Verde, como vimos, tem um processo de formação de identidade diferenciado da Guiné, pela sua própria trajetória histórica e cultural. No entanto, a luta de libertação construiu uma identidade africana que foi fundamental para a inserção de Cabo-Verde na luta e na conquista de independência. A declaração de independência da República de Cabo-Verde declara-o como um Estado não só anti-colonialista, mas também “*anti-imperialista*” (VEIGA, 2005, p.442).

105 A verdade é que os líderes dos movimentos de libertação tiveram dificuldades de lidar com a esquerda europeia, assim como a esquerda portuguesa, que demorou muito a admitir o anticolonialismo.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia Temática de Poesia Africana – Na Noite grávida de punhais. Vol. I.* Ed. Sá da Costa, Lisboa, Portugal, 1975.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia Temática de Poesia Africana – O Canto Armado. Vol. 2.* Ed. Sá da Costa, Lisboa, Portugal, 1979.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura.* Ed. **Contraponto, Rio de Janeiro**, 2010.

AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escombros - Nação, Identidades e Pós-colonialismo na Literatura de Guiné-Bissau.* **Ed. Garamond – Rio de Janeiro**, 2007.

ANJOS, José Carlos dos. *Cabo Verde e a importação do ideograma brasileiro da mestiçagem.* In. Horizontes Antropológicos, Porto alegre, ano 6, n.14, p.177-204, novembro de 2000.

AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria da Paz. *Diário de libertação (A Guiné-Bissau da Nova África).* **Ed. Versus, São Paulo**, 1977.

BORGES, Sônia Vaz. *Amílcar Cabral: Estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde.* Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2008.

CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência.* Coleção de leste a oeste, Ed. Seara Nova, Lisboa, 1975.

CABRAL, Amílcar. *A Arma da Teoria.* Coordenação Carlos Comitini, Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

CABRAL, Amílcar. *Pensar para agir melhor – Intervenções no Seminário de Quadros, 1969.* Fundação Amílcar Cabral, Praia – Cabo Verde, 2014.

CABRAL, Amílcar. *A Arma da Teoria. Unidade e Luta, volume I.* Fundação Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde, 2013.

CABRAL, Amílcar. *A prática revolucionária. Unidade e Luta, volume II.* Fundação Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde, 2013.

CABRAL NO CRUZAMENTO DE ÉPOCAS, *Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, Praia, Cabo-Verde, 2005.

CONTINUAR CABRAL, *Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, Cabo-Verde, 17 a 20 de janeiro de 1983.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana.* Editora, Sá da Costa. Lisboa, 1969.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação – notas para uma reinterpretação do Cabo-Verde*

crioulo. Editora da UFSC, Florianópolis-SC, 2006.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *Aspectos do colonialismo português*. Seara Nova, Lisboa, 1974.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma era, o colonialismo português em África*. Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1977.

FERREIRA, Manuel. *A Aventura Crioula ou Cabo-Verde uma síntese cultural e étnica*. Plátano Editora, Lisboa, 1973.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. *Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2009.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2012.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, vol. VIII: *África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.

LANDER, Edgard. *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Clacso livros, Buenos Aires, Argentina, 2005.

LOPES, Carlos (org.) *Desafios contemporâneos da África, o legado de Amílcar Cabral*. Ed. UNESP, São Paulo, 2011.

LOPES, Carlos. *Por uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Editorial Economia e Socialismo, CRL. Lisboa, 1988.

LOPES, Carlos. *Corte Geral, crônicas*. Editora Caminho, Lisboa, 1998.

MACEDO, José Rivair (org). *O pensamento africano no século XX*. Ed. Outras Expressões, São Paulo, SP, 2016.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional- conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2013.

P.A.I.G.C. *Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*.

Departamento de secretariado, informação, cultura e formação de quadros, Havana, janeiro de 1966.

PAIGC. *História: a Guiné e as ilhas de Cabo Verde*, Paris, 1974.

PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974)*. In. *História*, São Paulo, n. 28, 2009.

PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a cultura nacionalista em Cabo Verde (1936-1956)*. In. PAREDES, Marçal de Menezes (org). *Portugal, Brasil, África. História, identidades e fronteiras*. Ed. Oikos, São Leopoldo, 2012, p.101-124.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Descolonização de Angola e Moçambique – o comportamento das minorias brancas (1974-1975)*. Ed. UFG, Goiânia, 2015.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Daniel dos. *Amílcar Cabral: um outro olhar*, Ed. Chiado, Espanha, 2014.

SANCHES, Manuela, (org). *Malhas que os impérios tecem*. Lisboa, Portugal, 2011.

SANCHES, Maria Filomena Furtado. *Amílcar Cabral e o gosto pela literatura*. Universidade de Cabo-Verde, Praia, 2010.

SEMEDO, Odete Costa. *Guiné-Bissau, história, culturas, sociedade e literatura*. Ed. Nandyala, Belo Horizonte, 2010.

SEMEDO, Odete Costa. *No fundo do canto*. Ed. Nandyala, Belo Horizonte, 2010.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973) – Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Nova Vega, 2012.

TOMÁS, António. *O fazedor de utopias, uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

YGNATIEV, Oleg. *Quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral?* Ed. Prelo, Lisboa, 1975.

VEIGA, Manuel. *Alguns Poemas de Amílcar Cabral - Uma Proposta de Leitura*. In. *Revista Desafios*, número 2, Universidade de Cabo-Verde, novembro de 2014.

VILLEN, Patricia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: Entre a harmonia e a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MULHERES NO MUNDO DO FUTEBOL: REPRESENTAÇÕES

*Djalma Oliveira de Souza*¹⁰⁶

RESUMO: Análise historiográfica de obras que contam a história do futebol Brasileiro ao longo dos anos que meticulosamente relegam a participação das mulheres dentro e fora de campo. O artigo tem por iniciativa promover a discussão acerca da forma de como as mulheres são representadas em várias escrituras¹⁰⁷ que tratam do esporte bretão. Atualmente e quase que unanimemente as obras que falam e conceituam o Brasileiro através do futebol, além de apresentarem praticamente sempre a mesma história (Charles Miller e sua volta ao Brasil vindo da Inglaterra, reforçando a ideia que o futebol tem dono e esse dono é o homem), normalmente retratam um ambiente cercado de preconceito e exclusão social que com o passar dos anos tornou-se um portal de explicação até do “caráter” do Brasileiro. Nesse mesmo caminho de explicação onde o futebol “explica tudo” percebemos uma quase que total exclusão das mulheres quando o assunto é entender a nação através do futebol. Por meio dessa percepção devemos questionar, analisar e procurar respostas a algumas demandas históricas e dentre essas reivindicações questionamos por exemplo: Como entender o Caráter, Democracia, Inclusão, Integração e o Comportamento do Brasileiro (povo) deixando as Mulheres de fora?

Palavras chave: Futebol. Mulheres. Historiografia. Preconceito. Representação.

INTRODUÇÃO

O futebol não consegue driblar um observador atento quando o assunto é preconceito, tira de letra e redondamente cheio de razão se explica deixando no banco de reservas os pobres, os negros e mulheres de sua prática. O futebol hoje cantado em versos de samba e rock “em rou” considerado um esporte do “povão” no qual uma bola de meia e alguns tijolos (para as metas) podem significar sua prática, não obstante estabelece distancias monumentais¹⁰⁸ quando o assunto é a possibilidade de integração entre homens e mulheres. As discussões em torno da participação das mulheres em todos os níveis da sociedade brasileira quase sempre concluem que a mesma é vilipendiada dos mesmos direitos que possuem os homens, é notório a pouca participação efetiva das mulheres em decisões políticas, sociais e culturais. E mais delicado ainda, quando percebemos a acentuação dessa exclusão onde deveria de fatotorna-la explicita, ou seja, na própria academia.

¹⁰⁶Mestrando Pontifícia Universidade Católica De Goiás Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação Mestrado em História: Cultura e Poder- Goiás 2018. Bacharel e licenciado em História pela UFG, 2003. Pós-graduado em Docência universitária pela Fabec- Goiás. 2016. E-mail: djalmaosclje@hotmail.com. Artigo apresentado para conclusão da disciplina História e Estudos Culturais às Profs Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto e Dra. Thaís Alves Marinho.

¹⁰⁷ Livros, revistas, periódicos, artigos e literatura em geral. As referências desse material pesquisado serão citadas na parte final desse artigo denominada Referências Bibliográficas.

¹⁰⁸Em referência ao Estádio Monumental AntonioVespucioLiberti, mais conhecido como Monumental de Núñez. Na Argentina.

Historicamente o preconceito racial e a exclusão feminina podem também ser explicados através da identificação do processo de formação da sociedade Brasileira, onde os homens (brancos) detentores do poder e assegurados pela religião encrustaram na sociedade a ideia de que as mulheres deveriam ocupar somente os espaços estabelecidos por eles. Podemos certificar essa afirmação através de vários exemplos vividos no nosso cotidiano, onde as mulheres¹⁰⁹ são violentadas fisicamente, moralmente e psicologicamente.

Segundo dados da OMS, nossa taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, em 2013, nos coloca na 5ª posição internacional, entre 83 países do mundo. Só estamos melhor que El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa, que ostentam taxas superiores às nossas. (MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL/ 2015)

Sabemos que historicamente foram ceifadas das mulheres as possibilidades profissionais de estudo e de liberdade. Mas que atualmente os estudos de gêneros, a análise historiográfica das teorias feministas e os estudos pós-colonialistas possibilitaram e abriram caminho para um parcial entendimento desse contexto. *“produzir sujeitos-mulheres autônomos, atrizes de suas próprias vidas e do jogo político, em um processo igualitário de libertação.” (DECARRIES, 2000. Pag.09)* O futebol não é um caso isolado onde as mulheres são excluídas da possibilidade de sua prática, mas percebemos que, além de serem desprestigiadas do *jogo* a “historiografia”, através de *best Sellers*, de artigos, de obras literárias, de notícias de jornais e revistas, de tratam e ignoram a existência das mulheres na sociedade Brasileira. O futebol como meio de explicação do povo Brasileiro se esqueceu das mulheres. Esse artigo despreziosamente pretende abrir caminho de pensarmos outras formas de análise de como as mulheres são “tratadas” na prática do esporte, onde podemos destacar: a) Os poucos estudos da não inclusão das mulheres quando o assunto é conceituar *toda a nação* deixando de fora a visão feminina. b) Verificar o porquê da falta de incentivos financeiros às mulheres futebolistas. c) Eo “fenômeno” Marta? Como explicar o fato de ter uma atleta cinco vezes a melhor do planeta e mesmo assim o futebol feminino no Brasil ficar desprestigiado? d) O comportamento “machão” das praticantes do esporte. e) Como é praticado o esporte nos campinhos de terra na atualidade.

¹⁰⁹Só em 2013, último ano com dados disponíveis, foram vitimadas 4.762 mulheres. Para se ter uma ideia do que esse volume significa, nesse mesmo ano, 2.451 municípios do Brasil (44% do total de municípios do País) contavam com um número menor de meninas e mulheres em sua população. Os municípios de menor população feminina do País: Borá, em São Paulo, ou Serra da Saudade, em Minas Gerais, não chegam a ter 400 habitantes do sexo feminino. É como se, em 2013, tivessem sido exterminadas todas as mulheres em 12 municípios do porte de Borá ou de Serra da Saudade. Geraria uma comoção, uma repulsa, de alcance planetário. Mas, como essas mulheres foram vitimadas de forma dispersa ao longo do território nacional, reina a indiferença, como se não existisse um problema (mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil/ 2015)

f) Os resultados práticos após a confecção de leis impostas pelas entidades responsáveis pelo futebol (FIFA, COMEBOL) para a popularização do esporte através das mulheres.

A história do futebol oficial no Brasil descrita de forma clássica e por quase *todos*¹¹⁰ é contada pela literatura onde os burgueses brasileiros mandavam seus filhos estudarem na Europa, principalmente Inglaterra, e esses *pupilos* após formados ou não, traziam em suas bagagens algumas novidades. “No Brasil sua introdução (futebol) foi atribuída ao jovem paulistano Charles William Miller, filho de um engenheiro escocês aqui radicado. Enviado à Inglaterra com nove anos para completar seus estudos, Miller retornou em 1894 trazendo em sua bagagem um verdadeiro arsenal litúrgico.” (HILÁRIO. 2007, pag. 60) Esses exemplos de história onde o fato atribuído é condicionado pela ação dos homens, resquícios androcêntricos, representam muitas vezes a possível explicação dos motivos pelo qual a *posse* de determinados acontecimentos faz da historiografia um *lar* onde os mesmos se acham donos do produto (no caso o futebol) e mais, de como deve ser perpetuado. A figura masculina dentro do futebol chega às margens de um endeusamento onde o craque recebe as glórias e muitas vezes é nomeado como REI, DEUS dos campos, uma espécie de Salvador da pátria ou como diria Nelson Rodrigues “Imortais” onde as alegrias e as tristezas do povo estão correlacionadas ao desempenho do craque que, com suas fraquezas seus problemas e frustrações resolvem *tudo* com uma bola na rede. Do outro lado, está a figura feminina que não representa praticamente *nada* e não exerce influências decisórias sociais do país, eventualmente se houver um destaque no feminino será renomeada usando o codinome masculino (Marta, a Pelé de saias¹¹¹) a própria construção dos estádios para que os homens possam se esbaldarem, se satisfazerem se deliciarem aumentando assim suas glórias servem de argumentos dessa posse autoritária e unilateral, a exemplo disso, podemos questionar, o que foi construído para as mulheres onde elas pudessem usufruir algo de forma em que fossem as protagonistas? Os homens acabam sendo uma espécie de donos da bola. O futebol é um espaço

¹¹⁰Devemos nos atentar que algumas divergências assumem uma importância menor diante de nova tese formulada pelo historiador José Moraes dos Santos Neto. Formado pela Unicamp e integrando atualmente o quadro de docentes do Colégio Pio XII, em Campinas, ele é o autor do livro Visão do Jogo Primórdios do futebol no Brasil, que acaba de ser lançado pela editora Cosac & Naify. Em 118 páginas, recheadas de imagens históricas e dados inéditos, o escritor apresenta evidências que abalam um mito. Segundo Neto, como gosta de ser chamado, Charles Miller não seria o introdutor do futebol nestas plagas, como registra a história oficial. A modalidade teria chegado aos campos de terra batida tupiniquins por intermédio de jesuítas. Se a versão for verdadeira, terá sido um gol de placa dos padres do final do século 19.

¹¹¹<https://seuhistory.com/hoje-na-historia/nasce-jogadora-marta-pele-de-saias>
<http://esportes.terra.com.br/pequim2008/interna/0,,013119766-EI10378,00-Pele+diz+que+Marta+e+sua+versao+de+saia.html>

acesso em 08 de janeiro de 2018

quase que exclusivamente masculino seja dentro ou fora de campo. Identificamos através de pesquisas que até no jornalismo esportivo quase não há espaço para as mulheres onde dificilmente ou raramente a mesma é aceita para exercer a profissão.

A participação das mulheres no radiojornalismo esportivo brasileiro teve com uma das primeiras e mais marcantes experiências a equipe formada na Rádio Mulher, em 1971, em São Paulo. “Elas analisavam a beleza dos jogadores, foi Zuleide quem começou a falar das pernas famosas do goleiro do Palmeiras na época, Emerson Leão, a limpeza dos uniformes, edavam um tom sutil às transmissões (A participação das mulheres no rádio jornalismo esportivo no Rio Grande do Sul: Bruna PROVENZANO, Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, RS, 2009)

A historiografia referente à história do futebol em uma análise específica de alguns trabalhos essencialmente masculinos nos faz inferir que grande parte dessas obras acentua a ideia de que as mulheres não faziam “parte do plano” quando o assunto era o futebol. Em uma extensa obra bibliográfica lançada no ano de 2013, O FUTEBOL BRASILEIRO, 1894 A 2013: UMA BIBLIOGRAFIA. Uma parceria entre a Fundação pública Joaquim Nabuco e um órgão Federal, Ministério da Educação, foi catalogado as principais obras que trataram da história do futebol brasileiro. O autor convidado para essa catalogação foi o pesquisador Túlio Velho Barreto (Adjunto da Fundação Joaquim Nabuco, onde trabalha desde 1984). Em um interessante trabalho bibliográfico divide a historiografia do futebol em três partes. A primeira parte ele ressalta as obras de produção jornalística desde a chegada do futebol até a atualidade. Em uma segunda etapa o autor destacará a literatura ficcional dos autores brasileiros e pôr fim a terceira etapa onde ele demarca os estudos acadêmicos. Analisaremos especificamente dois períodos históricos onde as mulheres ganham destaque em nosso estudo, primeiramente vamos evidenciar as escritoras que se aventuraram na crônica esportiva e logo após a análise acadêmica.

MULHERES FALAM DE FUTEBOL (ESCRITORAS)

A literatura brasileira sempre nos presenteou com belas histórias e textos magníficos. Indiferente as questões de gênero, homens e mulheres da nossa literatura souberam interpretar nossa sociedade, política, econômica e cultural de forma genial em suas escrituras. Usaremos esse capítulo tentando identificar até que ponto os conceitos pós-colonialistas contribuíram ao feminismo relacionando à prática feminina no futebol. A crítica pós-colonialista de uma maneira geral se baseia em dar visibilidade e de oferecer uma representatividade aos subalternos, dessa forma estendemos que esse tipo de conceituação pode nortear e até nos orientar para que possamos seguir uma linha de análise que esclareça a nossa pouca representatividade no mundo futebolístico dentro e fora de campo. Poucas mulheres se

aventuraram na escrita relacionada ao futebol, fato não muito surpreendente levando em consideração que a mulher quase sempre não pode viver nem os bastidores do esporte. Mas é salutar e conveniente trazer neste artigo algumas referências de escritoras importantes da língua portuguesa. Em um artigo intitulado MULHERES FORA DA ÁREA: escritoras “arriscando-se” a dissertar sobre futebol. Feito a três mãos pelas mestrandas Maria Thereza Oliveira Souza, Larissa Jensen e pelo Doutor em história André Mendes Capraro,¹¹² tivemos a oportunidade de verificar o quee como especialistas da língua portuguesa do gênero feminino escreveram sobre o assunto supracitado. As escritoras são Raquel de Queiroz, Clarice Lispector e Lya Luft. Os autores justificam essa abordagem utilizando o argumento que dificilmente temos notícias de mulheres escrevendo sobre o futebol, salientam os problemas relacionados às questões de preconceito, por esse motivo as mulheres ficaram sempre distantes do assunto, dentro e fora de campo. As poucas linhas escritas por Raquel de Queiroz(1910-2003)quase sempre e exclusivamente estão relacionadas ao seu time de coração (Vasco da Gama) onde a escritora não analisa tecnicamente um jogo.

[...] me levaram para assistir a um jogo. Vasco e Fluminense? Acho que sim. Meu tio, vascaíno, me explicou que o Vasco era uma das mais puras expressões do Rio – o português-carioca, aqui nascido ou aclimado, nesta cidade que eles fundaram e que, já antes de D. João VI, amavam apaixonadamente. (QUEIROZ, 1946).

Declaradamente a autora não analisa o futebol tecnicamente, “fui provocada” e a partir dessa provocação ela pode nos presentear com alguns textos relacionados ao futebol. Raquel de Queiroz sempre esteve à frente de seu tempo. Escritora refinada e atualizada, foi a primeira mulher em 1977 a fazer parte da academia brasileira de letras.

Clarice Lispector (1920-1977) também não era especialista em futebol e o seu contato com o esporte foi promovido pelo cronista Armando Nogueira que pediu que escrevesse um texto sobre o assunto, aceito o desafio a escritora ucraniana escreveu “Armando Nogueira, futebol e eu, coitada.” Percebemos ao ler o texto que a escritora realmente não era especialista sobre o assunto. Mas ela levanta algumas questões que devem ser analisadas. O futebol é de

¹¹²Mestranda em Educação Física. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba/Paraná, Brasil.
E-mail: mariathereza_souza93@yahoo.com.br

Mestranda em Educação Física. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba/Paraná, Brasil.
E-mail: lari-jensen@hotmail.com

Doutor em História. Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba/Paraná, Brasil.
E-mail: andrecapraro@onda.com.br
Referencia da obra; Motrivivência v. 29, n. 50, p. 140-152, maio/2017
<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n50p140>

fato um esporte viril? através dessa premissa podemos entender que só os homens devem praticá-lo? Seria esse o motivo das meninas se comportarem como homens? A autora não entende sobre o tema seria uma espécie de normalidade na sociedade futebolística? Clarice Lispector escritora radicada no Brasil desde 1922 nos apresenta ao escrever suas crônicas um quadro onde ela demonstra o que realmente poderia ser uma espécie de representação da maioria das mulheres brasileiras. Ou seja, pouco contato com o esporte. No decorrer da crônica ela descreve que “*aquele jogo*” era muito violento e que jamais iria praticá-lo. Subtende-se que a autora acha que o futebol era realmente para o sexo masculino e essa argumentação poderia ser uma das explicações pela desinformação da maioria das mulheres sobre o futebol. Os autores do artigo supracitado salientam que talvez de forma despreziosa a escritora tenha “aberto” uma possibilidade de análise de como era a condição feminina dentro e fora de campo no período, década de 60.

A terceira e última autora evidenciada nesse artigo é a gaúcha de Santa Cruz do Sul nascida em 1938 Lya Luft, contista, ensaísta, poetisa, cronista tradutora e romancista declara que não frequenta estádios e esporadicamente assiste pela TVa um jogo de futebol, mas periodicamente escreve algumas linhas sobre o assunto. Lya Luft ao mencionar o esporte em suas escrituras não analisa questões técnicas e táticas sobre o jogo, procura analisar questões sociais e comportamento das pessoas que praticam e das que são apaixonadas pelo esporte.

“Minha relação como futebol começou cedo e sempre foi desajeitada” (LUFT, 2014). “Fui a um ou outro jogo, sempre focada na coisa humana: as reações das pessoas, as expressões e posturas dos jogadores, os gritos e suspiros da massa – meio assustadora” (LUFT, 2014).

A autora ao focar questões humanas contribui sistematicamente para que façamos uma análise mais profunda focando as condições em que a mulher está inserida no mundo do futebol (deixemos claro que a autora necessariamente não questiona a presença ou ausência da mulher no esporte) e abre caminhos de debates onde podemos questionar uma paixão nacional estritamente pensada e praticada pelo gênero masculino. Percebemos em linhas gerais que as autoras supracitadas ao representar a voz feminina no futebol deixa muito claro que o ambiente futebolístico é restrito aos homens, não identificamos nesse caso uma representação genuína que verdadeiramente pudesse estabelecer ligações conceituais pró-colonialistas. Há uma limitação muito clara nesse período onde as mulheres escritoras que se aventuraram à escrita futebolística não deram voz as praticantes femininas, isso pode ser explicado em partes pela ausência da participação feminina, pelo desinteresse e principalmente utilizando a observação de DESCARRIES que salienta uma predominância do *androcêntrismo*.

A ACADEMIA E O FUTEBOL FEMININO

A terceira parte dessa abordagem de produção histórica do futebol brasileiro tem como foco principal dissertar alguns trabalhos acadêmicos relacionados ao tema. Mesmo sendo um esporte com relativo clamor popular o futebol não foi um assunto muito prestigiado pela academia. Durante muito tempo as fontes mais usadas para um saber histórico do esporte estavam quase sempre dependentes as matérias jornalísticas e publicações em revistas. Nelson Rodrigues em uma crônica publicada da década de 50 escreveu “*nossa literatura ignora o futebol*” e complementa “*Nossos escritores não sabem cobrar um reles lateral*” (RODRIGUES, 1997). Identificamos que na atualidade os acadêmicos e intelectuais estão pesquisando o tema futebol com mais frequência. Segundo dados do censo 2010 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), existem hoje 9 grupos e 41 linhas de pesquisa em futebol registrados no Brasil. As pesquisas sobre o esporte supracitado, normalmente estão relacionadas as áreas de Humanas com destaque à antropologia, às questões históricas, sociais econômicas e políticas, mas também identificamos trabalhos científicos nos cursos de Educação Física e Fisioterapia.¹¹³ Segundo o sociólogo e jornalista Ronaldo Helal o tema futebol ganhou mais destaque e começou a ser mais respeitado a partir da publicação do livro *Universo do Futebol*, organizado pelo antropólogo Roberto Damatta. Domina entre as obras um *esquecimento* coletivo dos autores onde os conceitos são atribuídos à nação observando somente a situação masculina. Ou seja, o que é apresentado como “união nacional” “integração social” presentes na obra de Marcos Guterman (*O futebol explica o Brasil – Uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, 270 p), por exemplo, pode se contradizer com a realidade das mulheres. Grande parte dessas obras utilizam os conceitos exprimindo tradicionalmente a condição dos homens. Leonardo Affonso em sua obra *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro-1902-1938/Rio de Janeiro; nova fronteira*, 2000. Repetidamente menciona os conceitos de nacionalidade, patriotismo, sentimento nacional e identidade. Sem mencionar de fato as condições femininas e sua situação de exclusão. Grande parte dessas obras mencionam a gradativa abertura da presença do negro em campo, reiteradas vezes e capítulos após capítulos marcam a participação e o heroísmo do homem negro, é através desse discurso que essa literatura toma para si o poder de conceituar

¹¹³ Acesso 16 de janeiro 2018

<http://www.fef.unicamp.br>

UMEDA, Iracema Ioco. *Manual de fisioterapia na reabilitação*. Editora Manole, 2006.

DUTTON, Mark. *Fisioterapia ortopédica*. Editora Artmed, 2006.

DAVIS, Carol. *Fisioterapia e reabilitação*. Editora Guanabara Koogan, 2006.

GOULD, James. *Fisioterapia na ortopedia e na medicina do esporte*. Editora Manole, 2003.

MALONE. *Fisioterapia em ortopedia e medicina no esporte*. Editora Santos, 2000.

uma realidade inexistente a todos. Entendemos que existe fato uma aproximação entre Homens negros e Homens brancos e que o uso de alguns conceitos - “camaradagem” “igualdade” “democracia” podem na medida do possível através de análises terem existido, porém sem citar as mulheres, sem mencionar as mulheres no corpo social acreditamos que a discussão poderia de certa forma torna-la inconsistente. Identificamos uma série de plataformas digitais¹¹⁴ produzidas no meio acadêmico que registram e disponibilizam suas pesquisas ao público em geral. Ao fim de breves observações percebemos poucos registros de estudo do futebol onde as mulheres fossem o foco da pesquisa.¹¹⁵ Na contramão do discurso de que na atualidade as mulheres ganharam espaço no futebol, dentro das academias percebemos ainda uma relativa timidez em relação a abordagem feminina no esporte. Encontramos plataformas diversificadas de análise futebolísticas e percebemos que prevalecem os estudos táticos, estudos relacionados aos *fenômenos* (os craques) e aos clubes (institucional). Os estudos da história do futebol no Brasil se baseiam muito pelo que foi dito e escrito da região Sudeste, porém mais recentemente outros centros esportivos e torcedores em geral estão viabilizando através de pesquisas acadêmicas e com a criação de sites e páginas nas redes sociais mais possibilidades de protagonismo do futebol jogado em outras regiões.

De fato, na historiografia do futebol brasileiro são poucas as referências que não às regiões Sul e Sudeste, sobretudo as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Tudo se passa como se apenas essas regiões tivessem importância histórica para o desenvolvimento do futebol no país, tal o nível da invisibilidade das outras. (DIAS, 2012)

Ao viabilizar o conhecimento histórico do futebol através de outros centros esportivos a história possibilita a abertura de novos debates importantes como de gênero, sociabilidade, de inclusão, de técnica e até de memória. *“Inadvertidamente, o metropolitanismo, permanece no*

¹¹⁴Unicamp: Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol (2001)

- Unesp Bauru: Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol (Gecef) (2005)

- UFMG: Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcida (Gefut) (2006)

- UFPE: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Sociologia do Futebol (2006)

- UFRJ: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (2007)

- UFC: História e Memória do Futebol (2008)

- UFPR: Futebol e Sociedade (2008)

- UFMG: Núcleo de Estudos sobre Futebol Linguagem e Artes (Fulia) (2010)

¹¹⁵http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/2017-09-19_anais_tcc_1o_semestre2017.pdf

<http://gecef.blogspot.com.br/>

<https://www3.ufpe.br>

<http://revistas.ufpr.br/>

<https://historiasport.wordpress.com>

próprio âmago da história moderna.”¹¹⁶Evidentemente não devemos deixar de mencionar algumas pesquisas relevantes que nos trouxeram muitas informações acerca da participação feminina no esporte supracitado. A prática esportiva feminina independentemente do tipo de modalidade sempre foi regrada às mulheres. Alegações absurdas alicerçadas em parâmetros religiosos, culturais, sexuais e até com observância relacionada à perda de poder e de protagonismo dos homens deixaram as mulheres fora também do futebol.

Subjacente a essa interdição, havia a concepção de que o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizações do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, abrandariam os limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. (GOELLNER, 1998)

FUTEBOL FEMININO, TRECHO DE UMA HISTÓRIA OMITIDA

Ao percorrermos a trajetória histórica identificando os primeiros *toques* na bola dado pelas mulheres podemos desmistificar a ampliação do discurso que o futebol feminino é recente. As primeiras notícias da prática feminina no esporte bretão no Brasil datam nos anos de 1913, episódio narrado nas escrituras do historiador José Sebastião Witter: *"no Brasil, o primeiro jogo de futebol feminino de que se tem notícia foi disputado em 1913, entre times dos bairros da Cantareira e do Tremembé, de São Paulo.* (MAZZONI 1996, p.21.)¹¹⁷A marcação da sociedade machista paternalista diante das mulheres para que ela não exercesse qualquer tipo esporte foi quebrada e reestruturada ao longo dos séculos, criaram leis, *Decreto-lei 3.199*¹¹⁸, *que em abril de 1941 instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND), afirmava em seu artigo 54 que "às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar*

¹¹⁶HOWELL, C.; LEEWORTHY, D. Borderlands. In POPE, S. W; NAURIGHT, J. (eds.). Routledge companion to sport history. New York: Routledge, 2009, p. 71.

¹¹⁷Importante notar que a partida de 1913, apontada por Witter como pioneira, também não escapa à polêmica: recente matéria da *Folha de S. Paulo* apresenta várias versões para o episódio. Segundo a reportagem, alguns periódicos de época afirmavam que as jogadoras seriam homens travestidos de mulher, enquanto outros diziam que o confronto se deu entre um time de mulheres e outro de homens; além disso, há ainda, de acordo com a mesma matéria, divergências entre os historiadores tanto no que diz respeito à data de realização da partida (que teria ocorrido em 1921, e não em 1913) quanto em relação ao seu pioneirismo (pois teria havido outros jogos entre equipes femininas antes de 1913). Cf. ASSUMPCÃO, J. C. "Homens podem ter disputado o 1º jogo feminino". *Folha de S. Paulo*, 25.05.2003, p.D5.

¹¹⁸ decreto pode está disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>>. Acesso em: 09 set 2010. E foi revogado no ano de 1975 pela lei 6251/75, disponível em:
<<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/páginas/42/1975/6251.htm>>. Acesso em 09 set 2010

as necessárias instruções às entidades desportivas do país". Destituída somente na década de 1980, criaram artifícios de difamação onde as mulheres praticantes do esporte seriam rotuladas como mulheres "machos". Intensificaram também um discurso que a mulher não entendia de futebol e que a sua prática seria apenas como diversão. "Além de atrelar a beleza física às jogadoras, essa nova fase objetivavincular elementos relacionados ao capital econômico e cultural, comodemonstração de que para essas novas – e bem-queridas – jogadoras, o futebol não é profissão, e sim, diversão".¹¹⁹ (SALVINI.1990)

A primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino organizada pela FIFA foi realizada na China em 1991, tamanho o amadorismo e a falta de investimento, a seleção feminina do Brasil de futebol foi montada às presas onde segundo Valporto (2006) foi feito um "recrutamento" de jogadoras onde a base dessa seleção estava no Esporte Clube Radar (RJ). A confederação máxima do futebol FIFA, promove na atualidade cinco competições de nível internacional para que as mulheres possam participar e demonstrar seus talentos com a bola no pé. Vejamos as supracitadas competições. 1.Copa Mundial Feminina de da FIFA, 2.Copa Mundial Feminina Sub-20 da FIFA,3.Copa Mundial Feminina Sub-17 da FIFA4.Torneio Olímpico de Futebol feminino, 5.Torneio Olímpicos Juvenis de Futebol. Ao analisarmos esses certames percebemos que a seleção Brasileira esteve presente em todas as copas do mundo.

O futebol feminino, de fato, apesar de algumas experiências em fins do século XIX, até 1914 o futebol tinha sido exclusividade masculina. Com a guerra, moças de famílias operárias foram trabalhar nas fabricas de munição e, no bojo do processo geral de emancipação das mulheres, apropriaram-se também do futebol.(Franco Junior,2007)

Os primeiros campeonatos nacionais de futebol feminino no Brasil datam da década de 1980, mas somente na década de 1990 é que os certames ganharam maior visibilidade. Os estados da região sudeste detêm o maior número de títulos dessa competição e podemos explicar em partes essa hegemonia atribuindo ao fato de que nessa região os times se organizam e principalmente, estão localizados no "centro" esportivo do país. Atualmente 32 equipes disputam o campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, divididas em duas series (A1 e A2). Recentemente (2016) a Confederação Brasileira de Futebol extinguiu a Copa do Brasil que era disputada a dez anos e que contou em sua última edição com 32 equipes.

¹¹⁹NOTORIEDADE MUNDIAL E VISIBILIDADE LOCAL: O FUTEBOL FEMININO NA REVISTA PLACAR NA DÉCADA DE 1990 Leila Salvini Wanderley Marchi Júnior SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Campus Reitoria, Curitiba, v. 1, n. 1, fev. 2013. Semestral ISSN: 2316-9249

Somente em 2016 é que foi atribuído a uma mulher o comando da seleção feminina de futebol.¹²⁰Diferentemente do que a “cultura” popular propaga sobre a prática feminina no futebol, é sabido que as mulheres sempre estiveram na linha de jogo, é claro que na maioria das vezes como meras expectadoras ou partícipe, mas necessitamos salientar que as mulheres sempre jogaram futebol e a história produzida na academia sobre o tema nos orienta sobre o fato onde pacientemente as mulheres esperam sua vez e a cada momento a cada obstáculo derrubado vão(re)demarcando suas conquistas.

A REPRESENTAÇÃO

A representação feminina no mundo futebolístico reforça a cultura machista e excludente das mulheres no mundo do futebol, em uma análise pontual de algumas obras (não necessariamente acadêmicas) analisamos como as mulheres são representadas através de textos e fotografias salientando dessa forma uma possibilidade de abertura ao debate das diversas formas em que as mulheres ainda são alvos de preconceito, enxovalhamento e exclusão. O conceito de representação ³³segundo SANTOS tem sido muito “usado” na atualidade e muitas vezes são “*mencionados aleatoriamente e discriminadamente como se eletivesse um único significado e uma história contínua.*” (Santos, pag.27) e acrescenta que o uso do conceito muitas vezes não satisfaz às explicações por eles tencionados. Seguindo a linha de pensamento sobre o conceito de Representação proposto por Roger Chartier onde ele pontua um recuo da violência física e uma crescente austeridade da violência simbólicamente mantendo dessa forma a autoridade masculina sobre a feminina com práticas (sub) conscientes e reforçadas com a anuência das culturas estabelecidas no passado. Complementando a essa afirmação, acrescentamos à própria estrutura historiográfica que por meios de uma “tradição inventada”¹²¹ institucionaliza uma verdade histórica sem a participação de alguns grupos essenciais para a formação de uma sociedade. De forma desigual e reforçando sua autoridade, os homens mantem sua hegemonia futebolística diante das mulheres através de um discurso “intencional” que muitas vezes desqualificam a prática e a participação feminina no supracitado esporte. Identificamos em muitos casos uma “falsa” abertura ou até mesmo a inclusão da mulher no esporte, porém ainda é muito claro o desprestígio social da mulher futebolista.

¹²⁰Emily Lima comandou o Brasil em 13 jogos, conquistando sete vitórias, um empate e cinco derrotas. Em 10 meses de trabalho à frente da equipe, teve um aproveitamento de 56,4%. Entrou em 2016 saiu 2017

Fontes; <https://istoe.com.br/apos-demissao-da-tecnica-emily-lima-rebeliao-atinge-selecao-feminina-de-futebol/>
Acesso dia 21/01/18

¹²¹HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

Dividimos nosso campo de análise da representação feminina no futebol em duas partes. A primeira parte demonstraremos a forma de como as mulheres recebem a “permissão” dos homens para participarem de futebol *fora de campo* enquanto que na segunda parte investiremos na análise quantitativa de citações das obras analisadas e de que forma elas são apresentadas jogando futebol. As três correntes feministas¹²² identificadas por Descarries no seu artigo TEORIAS FEMINISTAS: LIBERAÇÃO E SOLIDARIEDADE NO PLURAL abre caminho de análise para que possamos identificar o processo de explicação e de entendimento da distância entre a liberdade feminina e o convívio harmônico com os homens onde as mulheres não sejam subjugadas e ao mesmo tempo sejam percebidas na sociedade. Independentemente das correntes feministas levando em consideração suas diferenças epistemológicas devemos observar que existe uma *ausência* de categoria que poderia reivindicar as mulheres uma participação mais ativa no processo político e histórico da sociedade. “[...]repensar as mulheres, não somente sob o ângulo de sua relação com a dimensão sexuada de suas vidas, mas igualmente sob o ângulo das interdependências desta relação com as outras dimensões de sua experiência histórica e social.” (DESCARRIES, 2000. Pag. 32) Invariavelmente encontramos a presença feminina no mundo do futebol em revistas, jornais, livros, crônicas esportivas, artigos e teses acadêmicas e essas frequências quando vista de forma analítica percebemos uma situação de submissão das mulheres aos homens. Representadas sob o *formato de senhorinhas de boa índole* que quase sempre estão ao lado dos seus maridos, as mulheres vivem o futebol fora de campo apenas como figuras coadjuvantes e são inexpressivas, se “vangloriam” disfarçadas com um certo prestígio.

Dona Maria Leite Segurado. Esse símbolo do Goiás, que nasceu na cidade de Goiás no dia 1 de agosto de 1892, foi convidado pelo então presidente esmeraldino, coronel Medeiros, para se engajar no processo de reconstrução do clube. A sua contribuição inicial foi com a lavagem dos uniformes, para o uso dos jogadores, lembrando que seus serviços de lavadeira foram de forma gratuita. (LEAL, 2014)

A participação feminina nesse processo de fundação do clube invariavelmente está vinculada às práticas de serviço doméstico, de meras acompanhantes de seus maridos ou simplesmente mestres de cerimônias e entrega de premiações. Os estudos conceituais tendo por base as teorias pós-estruturalistas criticam as dicotomias e acentua que os estudos de gênero devem ter por base as pluralidades e as diversidades, ou seja, procurar respostas binárias (homem/mulher) “*constrói a igualdade de cada lado da oposição e oculta as múltiplas identificações entre os lados opostos, exagerando a oposição, da mesma forma que oculta o*

¹²² TEORIAS FEMINISTAS: LIBERAÇÃO E SOLIDARIEDADE NO PLURAL. Francine Descarries. Tradução Tania Navarro. Primeira corrente, Feminismo Igualitário. Segunda corrente, Feminismo Radical. Terceira corrente, Feminismo de Femitude.

múltiplo jogo das diferenças de cada lado da oposição. Tratasse de um jogo de exclusão e inclusão". (MARIANO, 2005).

Percebemos também a restrita participação feminina no mundo futebolístico na revista Sport Ilustrado onde na maioria das vezes elas aparecem como meras agentes de divulgação publicitária de produtos utilizados diariamente pela população. Nas edições da supracitada revista conseguimos observar as edições dos anos de 1920 a 1956 contemplando as edições 00001 a 00976 (Esporte Ilustrado) que periodicamente publicava as mesmas peças publicitárias. A permissão dada as mulheres no futebol fora de campo reforça a ideia de como a representação social feminina era fundamentada em princípios arraigados em uma estrutura cultural baseada na permanência de práticas conservadoras.

As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, mesmo a legitimar escolhas. (CHARTIER, 1990).

Nesse contexto de impedimento da participação feminina no futebol os homens se cercam de estratégias onde há um fio condutor que determina *quem e quando* pode ultrapassá-lo, as mulheres se veem com prestígio aflorado por poderem pelo menos fazer parte do mundo futebolístico mesmo sabendo que não poderão sair da *pequena área*¹²³ estabelecida pelos homens. O discurso de que as mulheres não sabem jogar, que o futebol descaracteriza sua feminilidade e a própria academia que não descortinava essas retaliações foram fatores possíveis da continuidade desse impedimento fora das regras. Um fator interessante de análise da presença feminina no futebol é a constatação da presença de mulheres nas torcidas. Devemos ressaltar que essa liberdade feminina para assistir aos jogos dentro dos estádios se restringem às mulheres da alta sociedade que acompanhada dos maridos poderiam assistir os jogos. As restrições femininas relacionadas ao futebol já relatada também nesse artigo refletiu na literatura e na academia onde percebemos poucas referências às mulheres e quando citadas, normalmente são fatos irrelevantes. Após uma certa abertura à prática feminina no futebol abriu-se um novo campo de análise onde o gênero feminino começa a passar por algumas distorções quanto a sua permanência dentro de campo, os pesquisadores Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior abordaram um outro aspecto da participação feminina agora dentro de campo, eles observaram analisaram as publicações da revista Placar na década de 1990 e através desse trabalho concluíram que a exposição das mulheres de forma sensual ajudou a desvincular a ideia de que as mulheres praticantes do esporte seriam “homossexuais”. Discordamos enfaticamente dessa

¹²³ Em referência as partes do campo de futebol oficial. Pequena e grande área, meia lua e círculo central.

ideia e acreditamos que essa “permissão” dada as mulheres para jogar futebol está diretamente atrelada a forma machista de pensamento arraigado na premissa de que a mulher é um objeto, dessa forma acreditamos que a entrada da mulher no futebol foi aceita somente para agradar os desejos masculinos e se distancia razoavelmente da premissa de igualdade e de inserção social. O professor de educação física Reudesman Lopes Ferreira ao relatar em sua extensa obra a História do futebol de Cajazeiras-Paraíba, relata:

Mas, tudo seu preço, e Dudu, que nos afirmou ser o presidente, e treinador, da seleção, revelou que os treinamentos das meninas eram realizados no estádio Higinio Pires Ferreira a partir das quatorze horas, debaixo do sol e calor efervescente deste nosso sertão, já que, a partir das quinze horas, havia sempre os treinos do futebol masculino com programação estabelecida, mas, elas não reclamavam de nada, as jogadas eram treinadas exaustivamente em cima de muita cobrança, os materiais eram pouquíssimos, uma ou no máximo duas bolas para trabalhara fundamentação técnica no aprimoramento da condução, domínio e passes de bola e haja paciência. (FERREIRA,2015)

Da mesma forma que quase não havia tempo para as mulheres praticarem o futebol tendo que jogarem em um horário delicado para preservação da saúde humana¹²⁴ a obra supracitada também repete esse desprestígio feminino. O número de páginas que descrevem a prática futebolística feminina não é de UM por cento da obra.¹²⁵ Reforçando assim a tese de que as mulheres são desprestigiadas dentro e fora de campo. Analisamos a presença feminina na obra de Hilário Franco Júnior e percebemos que há uma iniciativa do autor em relatar alguns fatos do futebol em que a mulher esteja inserida. A obra retrata fatos das primeiras jogadoras no século XX (pag. 45 e 203) uma pesquisa sobre torcidas (pag.205) e apenas uma fotografia (pag.237.anexo16). Outra obra analisada por esse viés quantitativo da presença feminina nas obras sobre futebol foi a de Leonardo Affonso de Miranda Pereira, Footballmania. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro 1902-1938. Nessa obra que relata a história da formação do futebol carioca e dos principais clubes do Rio de Janeiro, é evidenciado a inserção do negro nos principais clubes do Brasil, mas praticamente não cita a mulher como esportista, as poucas referências são relacionadas às torcedoras, mães que queriam ver seus filhos jogando futebol, casos amorosos e tragédias vividas pelos jogadores com as mulheres.

CONCLUSÃO

A prática esportiva feminina no futebol independentemente de todo processo histórico criado pela “instituição machista” que sempre impediu a participação feminina dentro e fora de

¹²⁴Tendo em vista que os horários indicados para exposição solar são segundo especialistas antes das dez e depois das dezesseis horas.

https://www.dermaclub.com.br/noticia/exposicao-solar-o-perigo-do-banho-de-sol-em-horario-improprio-como-se-protger-nos-momentos-de-pico_a720/1 acesso dia 29-01-2018

¹²⁵ A obra tem 684 páginas divididas em quinze capítulos, onde somente no capítulo doze com um título “O FUTEBOL FEMININO CAJAZEIRAS” (pag. 505) as mulheres são representadas em apenas seis páginas.

campo, na atualidade se apresenta mais solidificado e ao mesmo tempo mais aceito pela população. É claro que de forma distorcida e desprestigiada o futebol feminino ainda permanece na marginalidade onde sua efetivação ainda é muito restrita e desigual. Ao pesquisarmos sobre o futebol feminino identificando sua história percebemos que as mulheres a todo tempo vão se adaptando as diversas formas de permissão masculina e essa adaptação faz com que elas “sorratamente” ganhem espaço e respeito do público. Descobrimos que os números financeiros das mulheres futebolistas, em relação aos homens, são insignificantes e que o caminho a percorrer ainda é longo.

Diferentemente dos homens as mulheres não estão alinhadas ao processo histórico quando a História deseja contar algum fato que procure conceituar o Brasileiro. Percebemos um total esquecimento de gênero quando o tema é futebol, fatores culturais, religiosos, estéticos e até econômicos restringem a participação feminina em campo. É salutar a informação que o esporte supracitado é referência em alguns países como Japão, Estados Unidos e Alemanha, notícias desse porte abrem possibilidades de uma melhor aceitação da mulher jogando bola no país. Identificamos também em nossas leituras que as escrituras relacionadas ao esporte supracitado são insuficientes em todos os níveis, seja relatando a elite os negros e as mulheres, o futebol de uma maneira geral foi relegado substancialmente pela academia, fato interessante levando em consideração que o futebol engloba diretamente e indiretamente todos os níveis da sociedade. Deixemos claro que, mesmo englobando todos os níveis da sociedade não implica que não haja exclusão. Em nossas pesquisas tivemos a oportunidade de ouvir o desabafo de alguns personagens que vivem o futebol feminino nos campos de terra e sintético. Percebemos que há uma “conformação” com o *status quo* do futebol feminino da atualidade, uma espécie de que já conquistaram demais e jogam somente pelo prazer e que “nunca vai mudar”. Percebemos em nossas pesquisas que de uma maneira geral o esporte no Brasil não é valorizado, com exceção do futebol masculino variando de regiões, times e categorias a prática esportiva no país é precária. A exemplos dessa afirmação podemos citar nossos próprios resultados em competições em nível internacional o abandono das arenas e dos projetos elencados antes das olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016.

Esse artigo não tem por objetivo imaginar que o futebol feminino se iguale em “importância”, em valores econômicos ou mesmo que o país inteiro *PARA* assistir um jogo de mulheres com a bola no pé, objetivamos através desse trabalho promover a discussão e possibilitar o debate onde possamos converter o preconceito, o desprezo, a permanência de ideias arraigadas no machismo ideologicamente planejado em Afirmação e Igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, F. "Mario Filho: levantando o véu da alma brasileira". "Com brasileiro, não há quem possa!" Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Versão Kindle).

CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DIAS, C. HISTÓRIA DO ESPORTE NO SERTÃO BRASILEIRO: MEMÓRIA, PODER E ESQUECIMENTO Universidade Federal de Goiás, Brasil

FERREIRA, Reudesman Lopes. História do futebol de cajazeiras Gráfica e editora Real 2015

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A

Dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 433p

FRANZINI, Fábio. Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. Doutorando em História Social - FFLCH/USP

GOELLNER, S. V. As atividades corporais e esportivas e a visibilidade das mulheres na sociedade brasileira do início deste século. Movimento, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 47-57, 1998.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego / Bernardo Borges Buarque de Holanda; orientadora: Margarida de Souza Neves; orientador: Ricardo Benzaquen de Araújo. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003. v., 218 f.: il.; 29,7 cm Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História.

KNIJNIK, J. D & VASCONCELOS, E.G. Mulheres Na Área No País Do Futebol: Perigo De Gol. In: Mulher e Esporte – mitose verdades. SIMÕES, A. C. (org). Barueri, Manole, p.165-175

LEAL, Francisco. Goiás: sob o manto verde do cerrado. -Francisco Leal. Goiânia: Kelps, 2014

Lima Barreto, "Divertimento" Careta, 4 de dezembro de 1920, MARGINALIA, pág. 216.

MAZZONI, Th. *História do Futebol no Brasil*. São Paulo: Leia, 1950, p.289. WITTER, J. S. *Breve História do Futebol Brasileiro*. São Paulo: FTD, 1996, p.21.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 1968 Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro-1902-1938/rio de janeiro; nova fronteira, 2000

QUEIROZ, Raquel de. O amistoso. In: GULLAR, F. et. al. O melhor da crônica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013

RODRIGUES, N. Mário Filho, o criador de multidões. In: MARON FILHO, O.; FERREIRA, R. (Orgs.). Fla-Flu... e as multidões despertaram. Rio de Janeiro: Europa, 1987. p. 136-138.

RODRIGUES, Nelson (1997). Flor de obsessão: as 1.000 melhores frases de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras.

RODRIGUES, Nelson A pátria de chuteiras / Nelson Rodrigues. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

VALPORTO, Oscar. Atleta, substantivo feminino: as mulheres brasileiras nos jogos olímpicos, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FONTES

<http://www.academia.org.br/> acesso dia 08/01/18

<http://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/biografia>. Acesso dia 18/12/17

<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/53.pdf>. Acesso dia 11/11/17

<http://www.ediouro.com.br/lancamentosdenelsonrodrigues/livros/ImagePatriaDeChuteiras%20em%20Baixa.pdf> .acesso dia 18/06/17

<http://www.fifa.com/> acesso dia 22/01/18

<https://educacao.uol.com.br/biografias/lya-luft.htm>. Acesso dia 22/01/18

https://www.upo.es/revistas/index.php/materiales_historia_deporte/article/viewFile/532/682.
acesso dia 01/01/18

Revista Sport Ilustrado

O CONCEITO DE PROPAGANDA NAZISTA NO FILME “O TRIUNFO DA VONTADE” (1935), DE LENI RIEFENSTAHL (1902-2003)

*Elbio R. Quinta Junior*¹²⁶

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal debater o conceito de propaganda para o nazismo, através do diálogo entre Tchakhotine (1967) e Domenach (1963), no filme “O Triunfo da Vontade” (1935), de Leni Riefenstahl, que é tomado como fonte para este trabalho. A partir do debate entre ambos os autores, objetivamos mostrar que, se por um lado, as técnicas de produção de propaganda pautam-se em uma perspectiva da psicologia comportamental, os efeitos nas massas podem ser compreendidos a partir da psicanálise. A justificativa para a análise deste filme, em específico, centra-se no fato do mesmo ter sido produzido para ser o retrato épico do nascimento de uma nova Alemanha, proporcionado pela vitória do movimento nazista (LEISER, 1974). Desse modo, realizaremos este estudo a partir da metodologia de análise fílmica, ou seja, pensaremos a existência da propaganda nazista, na fonte analisada, a partir das técnicas fílmicas utilizadas por Riefenstahl para construir aquela que viria a ser a sua obra mais conhecida.

Palavras-chave: Nazismo; Propaganda; Riefenstahl; Análise fílmica.

1- INTRODUÇÃO

O conceito de propaganda para o nazismo mostra-se extremamente amplo e complexo mesmo para os membros do NSDAP¹²⁷ que versavam sobre ele. Tanto é fato, que havia uma

¹²⁶ Licenciado em História (2017). Atualmente, aluno de mestrado do PPGH – UFG, bolsista CAPES, sob a orientação do Prof. Dr. Carlo Patti. Este artigo é oriundo da pesquisa intitulada “A relação entre cinema e propaganda visando à dominação das massas: uma investigação da obra de Leni Riefenstahl, no nazismo”, desenvolvida no mestrado. E-mail para contato: elbioquinta@gmail.com.

¹²⁷ Sigla do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, em alemão: Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei.

discordância sobre qual seria o melhor tipo de propaganda. Para Hitler (2005), a propaganda direta seria a mais eficiente. Contudo, para o ministro da propaganda, Dr. Paul Joseph Goebbels, a propaganda indireta seria a ideal, pois impediria que a plateia percebesse que estava sendo manipulada. Dessa maneira, os filmes de entretenimento eram extremamente importantes para Goebbels (LEISER, 1974).

Com vistas a isso, o presente artigo objetiva debater o conceito de propaganda que norteou a Ministério da Propaganda, a partir do filme “O Triunfo da Vontade”¹²⁸ (1935), da cineasta alemã Leni Riefenstahl. A escolha deste filme em particular, como fonte, deve-se ao fato do debate que pretendemos realizar, entre Serge Tchakhotine (1967) e Jean Marie Domenach (1963), sobre como podemos compreender o complexo desenvolvimento de uma propaganda, ainda mais uma propaganda política que visava à manipulação das massas (LEISER, 1974). Deste debate, procuraremos compreender a importância que o símbolo possui neste tipo específico de propaganda.

Tendo esta perspectiva explanada, dissertaremos sobre esta percepção de propaganda, através do símbolo, no filme “O Triunfo da Vontade” (1935) a partir da metodologia de análise fílmica. Segundo Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété, podemos conceituar a prática, o ato de se analisar um filme da seguinte maneira:

Analisar um filme ou um fragmento é, antes de mais nada, no sentido científico do termo, assim como se analisa, por exemplo, a composição química da água, decompô-lo em seus elementos constitutivos. É despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente “a olho nu”, uma vez que o filme é tomado pela totalidade. Parte-se, portanto, do texto do texto fílmico para “desconstruí-lo” e obter um conjunto de elementos distintos do próprio filme. (...) Essa desconstrução pode naturalmente ser mais ou menos aprofundada, mais ou menos seletiva segundo os desígnios da análise (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ, 2013, p. 14-15).

Desse modo, realizaremos a análise fílmica através dos fotogramas do filme, procurando demonstrar o problema central deste artigo: como identificamos a propaganda nazista no filme de Riefenstahl? Pensamos que esta problemática é pertinente, sobretudo se considerarmos o dado de que dos 1.150 filmes produzidos sob o regime do Terceiro Reich, apenas um sexto deles eram explicitamente de propaganda política (LEISER, 1974). Ou seja, aproximadamente 84% dos filmes eram de propaganda indireta.

2- A PROPAGANDA NO REGIME NAZISTA.

¹²⁸ Triumph des Willens, em alemão.

A propaganda, para o nazismo, possuía um estatuto fundamental. Com a criação do Ministério para Esclarecimento Popular e Propaganda¹²⁹, em março de 1933, Goebbels iniciou um processo para a nacionalização da estrutura de comunicação de massa da Alemanha, que seria finalizada em 1942. O caminho principal para a concretização desse objetivo foi o estabelecimento, em setembro de 1933, das Câmaras de Cultura do Reich¹³⁰. Através da criação deste órgão, subordinado ao Ministério da Propaganda, foi possível a concentração de todas as áreas da vida cultura alemã dentro da Câmara Cultura. Dispostas em sete câmaras, cada uma era responsável por uma determinada atividade cultural. São elas: literatura, filme, teatro, música, belas artes, imprensa e rádio (WELCH, 2011).

A estruturação da ideia de propaganda nazista, contudo, teve início muito antes da ascensão dos nazistas ao poder. No “Minha Luta”, Hitler (2005) já versa sobre a importância da propaganda para qualquer movimento político. Segundo ele, “A arte da propaganda reside justamente na compreensão da mentalidade e dos sentimentos da massa. Ela encontra, por forma psicologicamente certa, o caminho para a atenção e para o coração do povo” (HITLER, 2005: 136). As massas seriam o foco de qualquer propaganda efetiva.

Compreendendo-a através da visão artística, Hitler (2005) considerava a propaganda estritamente necessária para a consolidação e sobrevivência de um movimento político, sobretudo quando relacionada com o conceito de Organização. A propaganda poderia ser definida segundo à sua funcionalidade (HITLER, 2005).

Enquanto a propaganda tem como função o alistamento de adesistas ao partido através da divulgação da ideia do movimento, ou seja, contribuir para o crescimento de filiados, a organização tem como tarefa a organização desses adesistas, de modo a garantir aos melhores, os cargos diretivos. Desse modo, ambas as funções seriam essenciais à sobrevivência de qualquer partido (HITLER, 2005). Sobre a relação entre propaganda e organização, o autor versa

Propaganda e organização, estão em função uma da outra. Quanto melhor tiver agido a propaganda tanto menor poderá ser a organização; quanto maior for o número de adesistas, tanto mais modesto pode ser o número de combatentes e, vice-versa; quanto pior for a propaganda, tanto maior deve ser a organização e quanto mais diminuto o número de adesistas de um movimento tanto mais numeroso deve ser o número dos seus organizadores, se se quiser contar com sucesso (HITLER, 2005: 433).

Frente a isso, Hitler (2005) destaca a importância de uma propaganda agressiva haja vista que, somente através de uma propaganda radical pode-se coletar adeptos radicais capazes

¹²⁹ Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda – RMVP, em alemão.

¹³⁰ Reichskulturkammer – RKK, em alemão.

dos mais variados sacrifícios pelo movimento. Esta percepção entra em choque com o método defendido por Joseph Goebbels.

Embora crítico a uma cientifização da propaganda, tal como vemos em Hitler (2005), o ministro defendia uma propaganda voltada para meios indiretos, de modo facilitar a disseminação e manipulação das massas. A propaganda deveria ser simples e reptada. Por ser direcionada às massas, a propaganda deveria dialogar com a “primitividade” dessas. Desse modo, a mesma deveria se apresentar da maneira mais simplificada possível, de modo a garantir a maior penetração no inconsciente das massas (GOEBBELS, n/d).

Conforme observamos em Leiser (1974), a visão contrastante sobre propaganda, de Goebbels, acabou por causar conflitos entre este e outros dirigentes do partido nazista, como Alfred Rosenberg, que relatou o descontentamento de Hitler para com as táticas de propaganda indiretas de Goebbels. O ministro da propaganda não estava interessado na glorificação na glorificação explícita do movimento nazista, sobretudo nos filmes. Goebbels sabia que uma propaganda política, em tom excessivo, seria ineficaz. Assim, ele acabou por realizar seu trabalho de maneira insidiosa. (LEISER, 1974).

Quando pensamos a questão do cinema, especificamente durante o Terceiro Reich, não é possível pensarmos a existência de filmes que não falavam de política. Todos os filmes eram políticos, por mais discretos e divertidos que poderiam parecer. Conforme explicitamos anteriormente, os filmes de entretenimento eram importantes para Goebbels. O ministro da propaganda sabia bem que ele não poderia fazer propaganda explícita, visando à efetividade da mesma. Desse modo, ele usava os filmes de entretenimento para distrair o público, onde este não percebia que estava assistindo a um filme de propaganda (LEISER, 1974). Ao pensarmos a diversidade de filmes produzidos durante este período, percebemos que em muito deles, podemos identificar o elemento de propaganda por meio do símbolo. É o caso, por exemplo, do filme tomado como fonte para este trabalho, “O Triunfo da Vontade” (1935).

Em seu livro “A mistificação das massas pela propaganda política”, Serge Tchakhotine (1967) debate sobre o método de uma propaganda política, tendo por base os movimentos nazi fascistas. Para Tchakhotine (1967), a propaganda política deveria ser interpretada pela luz do conceito de reflexo condicionado.

A partir das experiências de Pavlov, sobre a criação de um reflexo controlado pela emissão de estímulos sonoros realizada em cães, Tchakhotine (1967) desenvolve sua teoria da comunicação para explicar o funcionamento da propaganda nazi fascista. Segundo ele, a propaganda tem como agente excitador o símbolo (TCHAKHOTINE, 1967). Este, por sua vez, tem como função ocasionar, na propaganda, o reflexo condicionado.

O conceito de símbolo em Tchakhotine (1967) está intimamente ligado com inconsciente humano, entendendo-o como uma característica que, no início, estava atrelada à psicologia primitiva. Entretanto, quando o símbolo adquire a capacidade de abstrair-se, ele começa a ser utilizado em processos lógicos, assumindo papéis criativos na sociedade. Desse modo, a simbolização “é a língua do inconsciente, por excelência” (TCHAKHOTINE, 1967: 256).

A questão do símbolo, em Tchakhotine (1967), assim como em Domenach (1963), é central para qualquer movimento político, pois é através do símbolo que o mesmo consegue espalhar suas ideias. Os símbolos suprimem uma necessidade de orientação imediata. Eles servem como um elemento de identificação entre as massas e o líder (TCHAKHOTINE, 1967).

Nisso, o autor estabelece os motivos do sucesso da propaganda hitlerista. Podem ser discriminados três fatores: 1) o pleno domínio que os nazi fascistas¹³¹ possuíam, como um todo, do uso dos símbolos; 2) a percepção magistral da possibilidade de domínio psicológico das massas, o que o autor entende como *violência psíquica*; 3) a utilização perfeita e rígida das leis e técnicas da propaganda. A explanação de Tchakhotine (1967), sobre as leis e técnicas de propaganda está presente na obra de Domenach.

Através do uso discriminado e bem orientado dos símbolos, os nazistas conseguiram impetrar nas massas, através do uso extremo da cruz gamada, uma reação nervosa, oriunda do reflexo condicionado de Pavlov (TCHAKHOTINE, 1967). Funcionando como agente excitador, dado o contato que este tem com o psíquico das massas, o símbolo acabava por permitir a manipulação delas. O poder de um símbolo como a suástica advém de duas perspectivas básicas: a sua facilidade para ser produzida, dada à sua simplicidade, e as técnicas de reprodução que tiveram o desenvolvimento radical desde a metade do século XIX. Constatemos, por exemplo, o surgimento de novos meios de reprodução artística, como a fotografia e o cinema¹³² (BENJAMIN, 2012).

Quando Hitler (2005) escreve, que a arte do propagandista resulta de uma compreensão da mentalidade das massas, ele não podia, infelizmente, estar mais correto. Esta compreensão

¹³¹ Destacamos ao leitor que quando Serge Tchakhotine (1967) utiliza o termo “fascismo”, ele compreende às duas experiências mais destacadas: o nacional-socialismo alemão e o fascismo italiano. Quanto houve necessidade, destacaremos sobre qual experiência, de modo específico, o autor está se referindo.

¹³² Através de Benjamin (2012), percebemos que a estetização da política nazista propiciou o surgimento de um fenômeno exclusivo da tradição, a *aura*, que pauta-se no diálogo entre espectador e obra de arte. Eliminada com o desenvolvimento de novos meios de reprodução, primeiramente com a fotografia e, posteriormente, com o cinema, o fenômeno aurático ressurgiu com a estetização da política nazi fascista. Através do uso desses novos meios técnicos, o nazi fascismo traz uma característica própria da *aura* para estes novos meios: o valor de culto. A política torna-se sacra. O culto não seria mais uma adoração das divindades, mas do político. Somado a isso, temos a possibilidade do acesso ao inconsciente das massas oferecida pela própria técnica proveniente, tanto da fotografia, quanto do cinema. Desse modo, temos a conjuntura ideal para a elaboração de um conceito de imagem que vise à dominação das massas.

justifica o forte apelo emocional da propaganda nazista. Esta emoção é captada pelo filme de Riefenstahl (1935). O apelo emocional, através da utilização de uma propaganda, fortemente carregada de símbolos, ocasiona uma violência psíquica das massas.

Na propaganda política, o símbolo é entendido, como a reunião do slogan (ideias essenciais e objetivos do programa do partido), do programa (a programação de ação do partido) e a doutrina (base teórica). O símbolo é um instrumento de combate político. Entretanto, para este símbolo difundir-se é necessário, enquanto ponto fundamental de uma propaganda baseada na emoção, de um ambiente propício para tal. O símbolo deve permear em um reflexo previamente instalando na psique das massas.

Seguindo esta linha, acreditamos que as considerações de Domenach (1963) são fundamentais. Partindo da conceituação¹³³ de propaganda política como “linguagem destinada à massa; ela emprega palavras e outros símbolos veiculados pelo rádio, pela imprensa e pelo cinema. O escopo do propagandista é o de influir na atitude das massas no tocante a pontos submetidos ao impacto da propaganda, objetos de opinião”¹³⁴ (DOMENACH, 1963: 10), o autor procura mostrar a complexidade em torno do conceito de propaganda, tratando-a como um movimento que visa, inicialmente, mecanismos psicológicos, fisiológicos e inconscientes.

A propaganda, para ele, possui seus princípios providos tanto da estética, quanto da ciência. Ela pauta-se a partir de suas leis e técnicas. São elas: a lei da simplificação, a de ampliação e desfiguração, a de orquestração, de transfusão e, por fim, a lei de unanimidade e contágio (DOMENACH, 1963).

A primeira, a lei da simplificação, versa sobre, como diz o próprio nome, a simplificação da ideia a qual a propaganda, ou o propagandista, se propõe. A lei da simplificação contribui para o desenvolvimento de símbolos para a propaganda. Conforme explanamos em Tchakhotine (1967), no hitlerismo, por exemplo, o símbolo recebe uma carga tão forte de significado que apenas a sua aparição carrega toda essa carga para as massas. De acordo com Domenach (1963), o trabalho com símbolos contribui para que a propaganda consiga afastar-se, cada vez mais, da realidade, através da facilidade de reprodução. É muito comum que determinados símbolos sejam ressignificados pela propaganda. Podemos citar, por exemplo, o caso da cruz gamada que, antes do nazismo, era um elemento simbólico solar pré-histórico.

¹³³ Ressaltamos que Domenach, inicialmente, traça a origem da propaganda moderna, em seu livro. Para o autor, o conceito de propaganda moderna teve início, enquanto origem vocabular, durante a contra reforma da Igreja Católica. Como bem ressalta o autor: “propaganda é um dos termos que destacamos arbitrariamente das fórmulas do latim pontifical; empregada pela Igreja ao tempo da Contra-Reforma (de propaganda fide), é mais ou menos reservada ao vocabulário eclesiástico (“Colégio da Propaganda”) até irromper na língua comum, no curso do século XVIII” (DOMENACH, 1963: 10).

¹³⁴ Domenach toma de empréstimo esta conceituação do livro: SMITH, Bruce Lannes; LASSWELL, Harold D.; CASEY, Ralph D. *Propaganda, Communication and Public Opinion: A Comprehensive Reference Guide*. Princeton University Press: New Jersey, 1946.

A segunda lei, nomeada de lei de ampliação e desfiguração pressupõe a ampliação e, na maioria das vezes, a desfiguração das notícias. Leiser (1974) nos esclarece que, para Goebbels, a arma política mais importante era os noticiários semanais. Durante o nazismo, um dos semanários mais importantes foi o *Die Deutsche Wochenschau*¹³⁵, um cinejornal (PEREIRA, 2003).

A terceira lei, conhecida como lei de orquestração, reporta-se à necessidade de repetição da propaganda. Uma boa propaganda, para Domenach (1963), deve nortear-se em uma permanência do tema atrelado a uma variedade de apresentação. Aqui, acreditamos ser ponderável a comparação com o conceito de reflexo condicionado e propaganda, de Tchakhotine (1967), conforme abordamos anteriormente. Para Domenach (1963), a condição para uma boa orquestração reside nas adaptações do tom e da argumentação aos diversos grupos, de modo a garantir uma maior disseminação de ideias.

Entretanto, essa disseminação só tornar-se-á viável se respeitada a quarta lei: a lei da transfusão. Essa consiste na exploração de uma ideia que já existe, de maneira que a tarefa de conseguir adeptos, bem como o acesso às massas, seja mais eficiente.

Por fim, ressaltamos a quinta e última lei: a de unanimidade e contágio. Ela preza pela criação de unanimidade de opinião nas massas, ou seja, uma homogeneização de pensamento. Do mesmo modo que na lei anterior, esta última possui uma aproximação forte com o campo da psicologia. A aglomeração de massa, através de desfiles, bandeiras e hinos, promove sentimentos e sensações de felicidade e força, tanto para o indivíduo que integra tal aglomeração, mas, sobretudo, para o indivíduo externo, que assiste a tudo e almeja estas sensações e sentimentos. Esta última lei se mostrará bastante presente, a nosso ver, em “O Triunfo da Vontade” (1935).

O elemento chave da propaganda política é a disseminação entre as massas, proporcionada pelas modernas técnicas de difusão. Estas se desenvolveram a partir dos três sustentáculos da propaganda, no início do século XX. São eles: a escrita, a palavra e a imagem (DOMENACH, 1963).

Com base neste recorte metodológico, destacamos a posição que Domenach (1963) nos oferece: a possibilidade que a fotografia, em um primeiro momento, e o cinema, em um momento posterior, oferecem como instrumentos de propagação de ideias. Para o autor, o cinema “oferece uma imagem mais verídica e surpreendente, que se afasta da realidade apenas pela ausência do relevo” (DOMENACH, 1963: 16).

¹³⁵ O noticiário alemão, em alemão.

Através desta citação, mostra-se claro a ligação com as considerações do ensaísta alemão Walter Benjamin sobre a importância, tanto da fotografia mas, sobretudo, do cinema, para o nazi fascismo. Benjamin (2012) entende que a capacidade de reprodução destas novas técnicas artísticas (cinema e fotografia) proporcionaram um contato único com o inconsciente do espectador, muito bem explorado pelo nazismo¹³⁶.

Por conseguinte, debateremos, em fim, as observações analíticas de Domenach sobre a propaganda do tipo hitlerista. Para o autor (1963), Adolf Hitler e Joseph Goebbels podem ser considerados como grandes contribuintes à propaganda moderna. Conforme ele define, estes dois grandes nomes do movimento nazista deturparam a concepção da propaganda do tipo leninista.

Se, por um lado, a propaganda leninista visava o elemento tático, objetivando a educação, apresentando assim uma base racional, por outro, a propaganda hitlerista apresenta apelo à emoção das multidões fanáticas, transformando a propaganda em uma arma para todos os fins (DOMENACH, 1963).

Recorrendo ao psicanalista austríaco Sigmund Freud¹³⁷, destacamos que um apelo mais emocional do que racional é uma característica da massa (Freud, 2012). Com essa postura, acreditamos explicar, de maneira satisfatória, o motivo de apelo emocional ser a razão do sucesso da propaganda hitlerista. Para o psicanalista

A massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela. Pensa em imagens que evocam umas às outras associativamente, como no indivíduo em estado de livre devaneio, e que não tem sua coincidência com a realidade medida por uma instância razoável. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza (FREUD, 2012: 25-26).

Tendo por base esta citação, podemos realizar duas constatações claras. Primeiramente, que as massas, conforme já explicitamos, são muito mais suscetíveis a apelos emocionais, dado a simplicidade e exaltação dos seus sentimentos, conforme ressaltou Freud. Em segundo, o fato das mesmas pensarem através da associação entre imagens.

Apesar disso, consideramos importante destacar que procuramos entender a propaganda, no meio deste breve, mas profundo debate, como limiar entre dois campos da psicologia humana: a comportamental (*behaviorista*) e a psicanálise.

¹³⁶ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Edição Revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. Este ensaio, considerado um dos mais importantes escritos por Benjamin, foi publicado entre os anos de 1935/1936 e, após críticas de Adorno e a revisão de Horkheimer, republicado no ano de 1939 (FRANCO, 2015). Para este trabalho, utilizamos a versão de 1935/1936.

¹³⁷ FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Domenach (1963) centra seu debate nas considerações de Tchakhotine (1967) que, como já discutimos, possui uma percepção da propaganda pautada, mormente, a partir da perspectiva do reflexo condicionado, ou seja, um conceito da psicologia comportamental, vide a quarta lei da propaganda. Contudo, não ignoramos a necessidade do acesso que a propaganda objetiva ter ao inconsciente das massas, sobretudo quando fazemos remissão à quinta lei de Domenach (1963).

Não obstante, apesar de identificarmos certos conceitos da psicanálise como fundamentais para o estudo da propaganda hitlerista, Domenach (1963), assim como Tchakhotine (1967), reconhece a teoria dos reflexos condicionados como o melhor caminho para esclarecer o sucesso da propaganda nazista.

Domenach (1963) divide a propaganda nazista em duas fases distintas, mas que se complementam. A primeira fase consiste na elaboração dos reflexos condicionados que se constituirão no mecanismo dessa propaganda. Assim, a grandeza do *Reich* e a felicidade de todos os alemães, conforme disposto na quinta lei, passam a ser associadas ao NSDAP. Dentro desta perspectiva, o agente condicionador é o líder, o indivíduo capaz de realizar e personificar tamanha grandeza. A grandeza passa a ser substituída pelo indivíduo. Do mesmo modo, ela começa a ser associada a símbolos, imagens e/ou *slogans*.

Através da associação entre símbolos e o líder, dentro desta primeira fase da propaganda nazista, e objetivando reforçar esta união entre comportamental e psicanálise para entendermos a propaganda de cunho hitlerista, encontramos em Tchakhotine (1967), uma defesa da psicanálise, mesmo que parcial, pela reflexão que a mesma faz, em relação às áreas desconhecidas da psique humana. A crítica deste autor jaz na ausência, segundo ele, de uma cientificidade na teoria freudiana e como que as concepções de Pavlov conseguem suprir esta ausência. Todavia, o trabalho de Freud não deve ser abandonado ao relento. Para Serge Tchakhotine

[...] certos fatos da psicanálise não são necessariamente incompatíveis com as ideias de Pavlov e as minhas de violação psíquica. Somente a explicação desses fatos, que é dada pela psicanálise clássica, parece-me muito simplista e não assentada suficientemente sobre fatos científicos atuais: por exemplo, o subconsciente da psicanálise parece-me coincidir, em muitos pontos, com a noção do segundo sistema de sinalização de Pavlov. O que rejeito, ainda, é a tendência de ver, na forma de qualquer símbolo, uma força intrínseca misteriosa, um arquétipo que pode desencadear reflexos absolutos, isto é, de origem subconsciente (TCHAKHOTINE, 1967: 279).

Vislumbrando este processo, adentramos à segunda fase: a fortificação destes símbolos. Dessa forma, os símbolos passam a evocar, pela propaganda, força e angústia. Para Domenach (1963), este é um mecanismo fundamental da propaganda hitlerista, pois ocorre a associação do símbolo com Hitler. Esta associação, por sua vez, é fundamental para o culto ao líder. Quanto

Hitler é trabalhado através de uma qualificação “providencial”, torna-se claro a necessidade de um líder forte capaz de alterar os rumos trazidos por uma política fraca¹³⁸ (LENHARO, 2001).

Diante disso, podemos retirar duas ponderações importantes: 1) a importância, a força que o símbolo possui no nazismo, algo que já debatemos neste texto; 2) a presença destes símbolos, sobretudo, no filme de Leni Riefenstahl. Este fato, em si, já nos permite classificar a obra fílmica da diretora, aqui analisada, como filme de propaganda.

Tomamos ainda a liberdade de abordar uma terceira ponderação: o papel, já referido, do líder dentro do inconsciente das massas. A figura do líder torna-se fundamental, justamente por ser associado com o projeto de grandeza proposto pelo nazismo.

Para Sigmund Freud (2012), as massas se unem ao líder através da teoria libidinal¹³⁹. Contudo, para tal ligação ocorrer, torna-se necessário que o líder corresponda às características e necessidades pessoais dos indivíduos massificados. O líder deveria, dentro dessa perspectiva, ser crédulo da ideologia a qual defende. Consequentemente, a massa seria levada a aceitar a ideologia. Nisso, percebemos a importância do líder.

Em vista disso, entendemos que o *Führer* deveria representar a grandeza do povo alemão, a qual ele propunha em seus discursos e em todas as manifestações de massa organizadas pelo partido nazista. Sobre o efeito da figura de Hitler, na propaganda, Domenach comenta: “Não amavam nem detestavam Hitler, na verdade: fascinados por êle, tinham-se tornado autômatos em suas mãos” (DOMENACH, 1963: 48).

4- UM CASO DE PROPAGANDA NAZISTA NO CINEMA: ANÁLISE DO FILME “O TRIUNFO DA VONTADE” (1935)

Lançado em 1935, este filme documenta o VI Congresso do Partido Nazista, em Nuremberg, realizado entre os dias 4 a 10 de setembro de 1934. A película acabou por se tornar o filme mais marcante de Leni Riefenstahl, dada às suas qualidades técnicas e estéticas. A produção deste filme, como bem retrata Pinheiro (2008), foi marcada por fortes confrontos entre o Ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, e a jovem diretora.

“O Triunfo da Vontade” (1935) se define como o melhor exemplo do alto grau de estetização presente na política nazista, onde Riefenstahl promove uma encenação do Congresso, buscando dar o mais alto nível de estetização à sua produção (KRACAUER, 1988).

¹³⁸ Entendemos a expressão “política fraca” como uma referência à República de Weimar (1919-1933), com a qual o movimento nazista, sobretudo em sua origem, procurava se contrapor.

¹³⁹ Sigmund Freud, em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, conceitua *Libido* como “[...] uma expressão proveniente da teoria da afetividade. Assim denominamos a energia, tomada como grandeza quantitativa – embora atualmente não mensurável –, desses instintos relacionados com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra “amo”. O que constitui o âmago do que chamamos amor é, naturalmente, o que em geral se designa como amor e é cantado pelos poetas, o amor entre os sexos para fins de união sexual” (FREUD, 2012: 43).

Podemos interpretar essa Como bem lembra Lenharo: “[...] caberia ao artista tomar o lugar do homem de Estado” (LENHARO, 2001: 37). É exatamente isso que diretora faz com os diversos membros da alta elite nazista, sobretudo Hitler: transforma-os em exímios atores. Riefenstahl, como retratou Pereira (2008), não poupava esforços para alcançar filmagens mais “naturais” e não previamente calculadas.

Com vistas a isso, enxergamos dois fatores: a preocupação estética de Riefenstahl e a posição desta no regime nazista. A cineasta possuía um elevado prestígio entre os altos membros da cúpula nazista, com a exceção de Goebbels. Tal prestígio permitiu a esta documentarista acesso a recursos únicos. Esses recursos proporcionaram ao “Triunfo da Vontade”, por exemplo, tornar-se o que tornou. Segundo Leiser

Ela nos informa que possuía uma unidade de 120 pessoas a seu dispor, incluindo 16 cinegrafistas e 16 assistentes de operadores com 30 câmeras, 4 conjuntos de equipamento de som, luzes, 22 motoristas particulares, seguranças da AS e SS, oficiais de polícia e “além de 16 cinegrafistas de noticiário que, com sua extensiva experiência, foram de valorosa assistência na produção do filme¹⁴⁰ (LEISER, 1974: 137).

Em meio a essas considerações, é impossível deixar de esquecer a consideração de Walter Benjamin, quando este comenta sobre com os novos meios de reprodução técnica interferiram na política cotidiana, na primeira metade do século XX: “O Rádio e o cinema não modificam apenas a função do intérprete profissional, mas também a função de quem se representa a si mesmo diante desses dois veículos de comunicação, como é o caso do político” (BENJAMIN, 2012: 198).

Após essas diversas considerações, partimos agora para segundo conceito, que também serve como aparato metodológico deste trabalho: análise fílmica, conforme conceituamos na introdução.

Após separar os fragmentos do filme, seus elementos de composição (planos, enquadramento, ângulo da câmera, trilha sonora) através do ato de decupagem¹⁴¹, é fundamental estabelecer elos entre os elementos agora separados. Desse modo, ao realizar tal associação, segundo os autores, o analista pode perceber e também fazer surgir um todo significativo (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ, 2013).

¹⁴⁰ Segue a transcrição do trecho, no original: “She informs us that she had a unit of 120 personnel at her disposal, including 16 cameramen and 16 assistant operators with 30 cameras, 4 sets of sound equipment, lights, 22 chauffeur-driven cars, SA na SS bodyguards, field police officers and ‘in addition 16 newsreel cameramen whose extensive experience was of valuable assistance in the making film’.” (LEISER, 1974, p. 135).

¹⁴¹ O livro de Antônio Costa, “Compreender o Cinema” (1987), encontramos o conceito de decupagem clássica. Segundo o autor: “É o resultado típico da chamada decupagem clássica que tende a produzir, mesmo com extrema fragmentação dos planos e graças à integração da trilha sonora, uma impressão de unidade e continuidade da cena (que na realidade é constituída por uma sequência de planos com ângulos e composição variados).” (COSTA, 1987, p. 179).

Em vista disso, procuramos compreender, ainda neste debate, o que é um filme. Dentre às várias conceitualizações possíveis, dentro do campo da ciência histórica, verifica-se o filme como um produto sócio histórico, um retrato de seu tempo, do seu contexto de produção (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ, 2013).

Portanto, vale-se ressaltar que o grande percussor da perspectiva de trabalhar o cinema como fonte histórica, o historiador francês Marc Ferro, em obra basilar¹⁴² lançada na década de 1970, já dissertava sobre a maneira pela qual o filme retrata seu contexto histórico, a qual foi produzido. Para ele, a análise fílmica, bem como a análise de plano/temas/filmes/partes de filmes são essenciais aos historiadores que se debruçam sobre este tipo específico de fonte¹⁴³. Para Ferro, é somente através da análise fílmica que conseguimos chegar à compreensão da maneira pela qual o filme é um retrato do seu contexto, uma voz sobre o passado (FERRO, 2010).

Consequentemente, consideramos pertinente analisar uma característica marcante nestes dois documentários: o uso massivo de *close-ups*¹⁴⁴ ou de planos detalhe¹⁴⁵. Consequentemente, em primeiro lugar, necessitamos conceituar a noção de plano, dentro da perspectiva da análise fílmica, haja vista que tanto o *close-up*, quanto o plano detalhe são tipos de plano. Segundo Vanoye e Goliot-Lété (2013), conceitua-se plano como: “Porção do filme impressionada pela câmera entre o início e o final de uma tomada; num filme acabado, o plano é limitado pelas colagens que o ligam ao plano anterior e ao seguinte.” (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ, 2013, p. 35). Acreditamos que, a partir dos referidos tipos de enquadramento, feitos por Riefenstahl no filme analisado, vislumbraremos uma estética de dominação, própria da cinematografia nazista.

¹⁴² FERRO, Marc. Cinema e História. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

¹⁴³ Ferro discute em seu livro (2010) as possibilidades que o cinema traz ao campo histórico, ao quebrar as barreiras impostas pelas fontes oficiais, cristalizadas pelo positivismo do século XVIII e XIX. Como bem afirma o autor: “O filme tem a capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas. Isso é mais do que seria necessário para que após o tempo do desprezo venha o da suspeita, o do temor” (FERRO, 2010, p. 31).

¹⁴⁴ No já referido livro de Antônio Costa (1987), podemos encontrar uma exposição didática sobre conceitos específicos da área da cinematografia. Este livro mostra-se basilar para aqueles que buscam estudar a relação História e Cinema. Segundo Costa (1987), o *close-up* ou *Primeiro plano* é quando: “A figura humana é enquadrada de meio busto para cima” (COSTA, 1987, p.181). Contudo, Mauro Rovai, em artigo publicado no ano de 2005, faz um apanhando mais aprofundado do conceito de *close-up*, mostrando como esse pode diferir-se dentro da literatura crítica sobre o assunto. Como ele próprio afirma: “Tendo em vista que entre os diversos “tamanhos” de plano, interessa-nos particularmente os que nos apresentam certo detalhamento do gesto (...)” (ROVAI, 2005, pg. 5).

¹⁴⁵ É interessante destacar que quando o plano foca em coisas ou objetos, mas não em seres, o *close-up* é chamado de *plano detalhe*. Segundo Costa, plano detalhe é: “Quando referido à figura humana, diz respeito a somente uma parte do rosto ou do corpo (boca, olhos, mãos etc.); quando a coisas, diz respeito a um objeto isolado ou parte dele ocupado todo o espaço da tela” (COSTA, 1987, p.181).

Partindo de tal premissa, segundo o sociólogo Mauro Rovai (2009)¹⁴⁶, é fundamental compreendermos como o “Triunfo da Vontade” (1935), principal objeto de estudo deste autor, promove uma dimensão estética da força do movimento nazista. Isso é visível se considerarmos o extensivo uso dos *close-ups* e planos detalhe tanto nos líderes nazistas, sobretudo no *Führer*, quanto nos símbolos e ornamentos do partido. Como bem afirma Rovai:

Em ambos os filmes, os planos citados parecem desempenhar a mesma função, funcionando como uma fórmula, um procedimento cujo principal escopo era evidenciar o conhecimento do triunfo de um personagem e a história na qual ele estava envolvido (uma história comovente, em que a tensão, a dor, a superação e a felicidade pela vitória, eternizada na imagem, seriam elementos fundamentais da trama). Em 1934-1935, com Hitler (ROVAI, 2009: 101).

O uso massivo de *close ups* no filme de Riefenstahl também é comentado por Lotte Eisner (2002), que explora justamente a função de tal recurso técnico: ampliar a imagem captada pela câmera. Segundo a autora

Os rostos em primeiro plano parecem feitos de granito, com suas vastas superfícies rigidamente modeladas e o queixo escultural que nada mais tem em comum com a face humana. Emanam a mesma impressão de vazio e tédio que experimentamos diante das estátuas colossais erigidas pelo escultor de maior evidência no Terceiro Reich, Arnold Brecker, estátuas de máscara espessa, nas quais o volume apagava os traços. [...] e a “arte oficial” se servirá sempre desse molde que toma por heroico. E é fatalmente o reino dos falsos valores, do teatral, da arte arcaica que dominou toda a produção do Terceiro Reich (EISNER, 2002: 231).

Esta consideração também é presente em Lenharo (2001) quando, ao comentar sobre a estetização da política, o autor demonstra a importância que a teatralização da política, sua espetacularização possibilitava atrair as massas ao domínio do delírio e à embriaguez da idolatria. Para tanto, a figura do líder, conforme dissertamos anteriormente, é fundamental. O líder é o responsável pela condução das massas a este estado de delírio (LENHARO, 2001). Desse modo, acreditamos que o fotograma à baixo consiga demonstrar a explanação feita.



Figura 1: Hitler, durante a cerimônia de abertura do VI Congresso do NSDAP, em “O Triunfo da Vontade”.

¹⁴⁶ ROVAI, Mauro L. Imagem e Técnica como itinerários das ciências sociais: Considerações sobre o cinema de Leni Riefenstahl. In: RBCS, Vol. 24, nº 71, 2009.

Na Figura 1, Hitler é enquadrado observando atentamente a Rudolf Hess, Delegado do *Führer*¹⁴⁷, discursando na Cerimônia de Abertura do VI Congresso. Neste enquadramento, percebemos uma aparência quase que de pose premeditada, aparentando um caráter semi divino, com a ajuda do contraste luz-sombra¹⁴⁸. Tal enquadramento relembra, em muito, a imagem de Hitler cunhada nas moedas que circulavam durante o III Reich. Destarte, é fundamental considerar que esta aparência, de “pose premeditada”, nos recorda das considerações Kracauer sobre algo já comentado anteriormente: a encenação do filme “O Triunfo da Vontade” (1935). Segundo o autor: “*O Triunfo da Vontade* é sem dúvida, um filme sobre o Congresso do Partido do Reich; porém, o próprio congresso também foi encenado para produzir *O Triunfo da Vontade*, com o objetivo de ressuscitar o êxtase do povo através dele” (KRACAUER, 1988: 342).

Quando analisamos, no entanto, a cena em que Hitler chega ao hotel, nós podemos constatar através da câmera, a emoção dos demais seguidores do *Führer*, ao observar o mesmo chegando da limousine no hotel em Nuremberg. Esta cena demonstra, desse modo, o enorme carisma, bem como o retrato documentado da aprovação da maioria do povo alemão frente ao governo nazista.

Tal constatação foi elucidada por Kracauer (1988), ao comentar sobre como a técnica cinematográfica de Riefenstahl procurava captar a reação das massas, principalmente na presença de Hitler, bem como o efeito que as imagens dessa reação, dessas emoções poderiam produzir. Para Kracauer: “Panorâmicas, *travelings*, a câmera para cima e para baixo são constantes – de modo que o espectador não apenas vê passar um mundo febril, mas se sente fora dele.” (KRACAUER, 1988: 342). Um exemplo da captura de tais emoções pode ser percebida logo abaixo.



Figura 2: Em “O Triunfo da Vontade”, Hitler saúda os manifestantes durante o percurso até o Hotel. **Figura 3:** A reação dos manifestantes, captada por Riefenstahl, durante a passagem de Hitler, no mesmo filme.

¹⁴⁷ *Stellvertreter des Führers*, em alemão.

¹⁴⁸ Ao percebemos a utilização deste recurso, lembramos da consideração de Lotte Eisner sobre a herança que o expressionismo possui na cinematografia de Riefensthal. Segundo a autora: “As massas que se precipitam ao redor do *Führer*, com o braço erguido num paralelismo estudado, parecem-se com aquelas dirigidas pelos cineastas que seguiam o exemplo de Max Reinhardt” (EISNER, 2002: 231).

Arelado a tais considerações, adiciona-se o uso de plano detalhe no símbolo da suástica, revelando ainda mais o seu caráter simbólico, do mesmo modo hipnótico, como apontado por diversos autores sobre o assunto, entre eles Kracauer (1988) e Domenach (1963). Isso nos leva a pensar ainda mais sobre o caráter simbólico da obra de Riefenstahl, sendo no sentido artístico, histórico ou político. Como bem aponta Rovai: “A característica desse “método” consiste em substituir os objetos pelos signos e assim manipulá-los de modo a exercer uma intervenção na realidade (realidade que esse método capta por intermédio dos signos fixos que usa para simbolizar o movimento).” (ROVAI, 2006: 16).

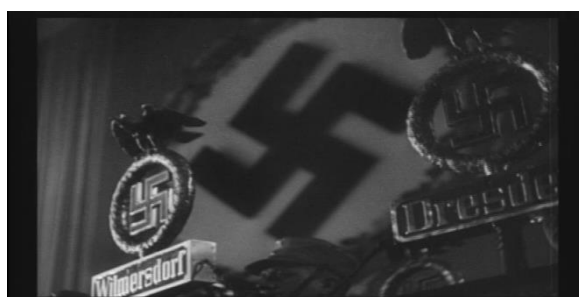


Figura 4: Enquadramento similar da suástica, em *Triumph des Willens*.

No fotograma acima, observamos o foco na suástica. Percebemos que, embora o enquadramento seja em plano detalhe, a angulação se faz de baixo para cima. Conforme comenta Antônio Costa (1987), quando esse ângulo¹⁴⁹ é usado, normalmente visa-se aumentar ou enfatizar o personagem ou, no caso específico aqui discutido, o símbolo. Com isso, constatamos que o ângulo em que a câmera foi posta para captar a suástica buscava enfatizar, amplificar o principal símbolo do regime nazista.



Figuras 7 e 8: As nuvens, vistas pela janela do avião em Hitler estava a bordo, nas cenas iniciais de “O Triunfo da Vontade”.

Em outra perspectiva, nos fotogramas acima, percebemos a captura, na Figura 7, das nuvens, vistas pelo avião onde Hitler se encontrava, no início de “O Triunfo da Vontade” (1935)

¹⁴⁹ Segundo Antônio Costa: “Define o ângulo pelo qual o sujeito é filmado. A filmagem pode ser frontal em relação ao eixo horizontal e vertical do sujeito filmado; ou o ângulo pode ser considerado de cima para baixo ou da direita para a esquerda” (COSTA, 1987, p.181).

e, na Figura 8, o avião preparando-se para ousar em Nuremberg. Podemos interpretar esta cena como uma retratação de Hitler como um deus, ou como um enviado divino (KRACAUER, 1988). Esta afirmação se torna verídica ao analisarmos a cena acima apresentada: o avião entre as nuvens. Ela demonstra a superioridade, o ato de um deus, ou seu enviado, descer até os mortais para contemplá-los. Acrescenta-se a isso o fato do *Führer* deificar-se, perante o povo alemão, em diversos pronunciamentos via rádio e discursos.

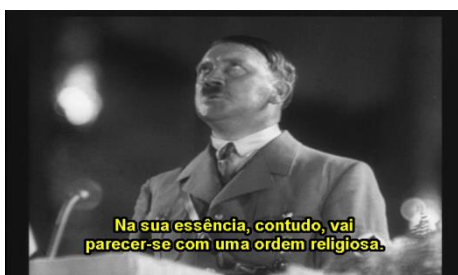


Figura 5: Hitler, enquadrado em plano médio, no discurso de encerramento do VI Congresso, em “O Triunfo da Vontade”.

Diante do exposto, podemos complementar as discussões aqui feitas, com o fotograma acima apresentado. Na figura 5, observamos Hitler fazendo o discurso de encerramento do Sexto Congresso do NSDAP, em Nuremberg. Nesse momento, ele comenta sobre o partido e como o mesmo está a se tornar uma ordem religiosa. A partir disso, podemos perceber de maneira nítida a produção de um valor de culto, a partir do cinema de Riefenstahl, no inconsciente das massas¹⁵⁰.



Figura 11, 12 e 13: Fotogramas de Hitler consagrando estandartes da suástica, durante o VI Congresso do NSDAP.

¹⁵⁰ A relação é abordada de forma substancial no livro “De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão”, de Kracauer (1988). Neste livro, o autor realiza uma análise de todo o cinema alemão, desde sua origem, até a chegada do movimento nazista ao poder, buscando compreender o inconsciente do povo alemão durante os anos que antecederam a chegada do NSDAP ao poder. Para Kracauer, é possível compreender, ou ao menos vislumbrar o inconsciente de determinado período, de determinado contexto, a partir do cinema. Logo, para Kracauer, este torna elemento indispensável para os campos da sociologia, história, etc.

O elemento de sacralização também pode ser observado nas figuras 11, 12 e 13, onde constatamos Hitler consagrando, em meio ao congresso, os estandartes da suástica, em um claro ato “sacro político”. Sobre essa cena, Eisner versa

[...] Hitler em pessoa consagra os novos estandartes – o que culmina com um efeito de loucura alucinante que encontramos, aliás, em outras cenas onde a psicose das massas, revelada por demonstrações visuais e sonoras adquire, simplesmente, o aspecto de um estudo clínico (EISNER, 2002: 230-231).

Diante do disso, e dos vários exemplos extraídos, conseguimos realizar a ligação entre a sacralização da política, promovida pelo nazismo através dos símbolos, e o filme de Leni Riefenstahl. Esta sacralização produz uma dominação do espectador frente à imagem. Nisso, a técnica é fulcral para a produção desta estética de dominação. Benjamin (2012) ressalta este fenômeno de maneira exemplar, ao comentar sobre as novas possibilidades trazidas pela fotografia, forma técnica anterior ao cinema. Estas novas técnicas permitem um acesso ao inconsciente humano nunca antes visto na relação entre espectador e obra de arte. Logo, a dominação imagética, produzida pelo nazismo, é possibilitada pela sacralização da política, transmitida e reproduzida tanto pela fotografia, quanto pelo cinema (BENJAMIN, 2012).

Podemos perceber que, se as técnicas introduzidas pela fotografia já permitem um acesso, nunca antes pensado, ao inconsciente humano, o que diremos do cinema? A noção de planos, enquadramentos, ângulos e, sobretudo, montagem, nos possibilitam um magistral alcance no inconsciente¹⁵¹ das massas. A estética desenvolvida por Riefenstahl, em seus filmes, é um exemplo claro disso.

5- CONCLUSÃO

Diante do exposto neste artigo, consideramos ter contemplado o objetivo proposto no início deste trabalho. A partir da análise fílmica dos fotogramas, acreditamos ter demonstrado como Riefenstahl construiu, em “O Triunfo da Vontade” (1935), a propaganda exigida pelas diretrizes impostas pelo Ministério da Propaganda, mesmo que de maneira indireta.

Conforme abordamos, a conceituação da propaganda nazista mostra-se extensa e complexa, envolvendo diversas áreas do conhecimento humano. Contudo, o uso das técnicas, feitas por Riefenstahl proporcionaram o destaque, para dizer o mínimo, dos símbolos nazistas, sobretudo a suástica, e de Hitler. Isso viabiliza a valorização dos referidos símbolos e, com isso, a transmissão de um valor de culto, a sacralização da política, pelo nazismo. Estes dois fatores, presentes na fonte fílmica analisada, são indispensáveis à propaganda nazista.

¹⁵¹ Este conceito é entendido, neste texto, segundo a égide da psicanálise freudiana. Segundo Sigmund Freud, nossa estrutura mental compreende uma parte fechada, uma entidade psíquica inconsciente, da qual é denominada Id. Nessa região, encontra-se todas as repressões sofridas, pela cultura, no ser humano (FREUD, 2011).

Não esperamos, entretanto, esgotar o tema aqui proposto. Dado à brevidade do espaço e a profundidade que a problemática levantada envolve, não objetivávamos esgotar o assunto, mas apenas fornecer um breve aparato de referências para motivar futuras discussões. Acreditamos que, dentro deste amplo campo que nos debruçamos, a relação entre psicologia, nazismo e propaganda necessita ser mais debatida e, dessa maneira, aprofundada. A psicologia, com destaque à psicanálise, de acordo com o que vimos, oferece subsídios importantes para vislumbrarmos o complexo uso do cinema pelos mecanismos de propaganda nazista, objetivando a dominação das massas.

6- REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- COSTA, Antônio. *Compreender o cinema*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- DOMENACH, Jean Marie. *A propaganda política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- EISNER, Lotte H. *A tela demoníaca – As influências de Max Reinhardt e do expressionismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FRANCO, Renato. *10 lições sobre Walter Benjamin*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- GOEBBELS, Joseph. *Diários, 1942-1943*. Rio de Janeiro: A Noite, n/d.
- HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2005.
- KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler – Uma História Psicológica do Cinema Alemão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo “O triunfo da vontade”*. São Paulo: Ática, 2001.
- LÉTÉ-GOLIOT, Anne; VANOYE, Francis. *Ensaio sobre Análise Fílmica*. Campinas: Papyrus, 2012.
- O TRIUNFO da Vontade*. Direção de Leni Riefenstahl. Alemanha: UFA, 1935. 1 DVD (124 min), son., P&B.
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, Editora UFPR, 2003, p. 101-131.
- _____. *O Império das imagens de Hitler: o projeto de expansão internacional do modelo de cinema nazi-fascista na Europa e na América Latina (1933-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 432, 2008.
- _____. *Leni Riefenstahl: Vida e Lenda*. In: *Revista AGP/PUC-SP*, Ano XIII, n. 33, 2007.
- ROVAI, Mauro L. *Imagem e Técnica como Itinerários das Ciências Sociais – Considerações sobre o Cinema de Leni Riefenstahl*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, p.95-103, 2009.
- _____. *Riefenstahl e Oliveira – Do Inferno das Imagens as Imagens do Degredo*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.51, p. 11-27, 2006.
- _____. *Sociologia e Cinema: Reflexões Sobre o Gesto e o Rosto na Tela*. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, p.1-30, 2005.

SMITH, Bruce Lannes; LASSWELL, Harold D.; CASEY, Ralph D. Propaganda, Communication and Public Opinion: A Comprehensive Reference Guide. Princeton University Press: New Jersey, 1946.

TCHAKHOTINE, Serge. A mistificação das massas pela propaganda política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

WELCH, David. Propaganda and the german cinema (1933-1945). London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2011.

É PRECISO CUIDAR DO *BERÔRIORÉ* PARA QUE O *BEROHOKÃ* VOLTE A EXISTIR: DE MONTANTE A JUSANTE, O RIO PEDE SOCORRO

*Eliete Barbosa de Brito Silva*¹⁵²

RESUMO: O rio Araguaia constitui-se um dos mais importantes rios brasileiros. Trata-se do principal rio que drena o Cerrado brasileiro. Nos idos do século XIX configurava-se o principal canal de ligação entre a região Centro-Norte do país. Representou papel de relevância na política de interiorização nacional. Sua posição geográfica tornou-se estratégica para promover a integração dos “espaços vazios” propiciando assim, o desenvolvimento econômico da região. Porém, este rio tem sofrido, desde o seu processo de humanização, com o uso inadequado do solo de seu entorno. Geologicamente, trata-se de um solo arenoso e frágil. A predominância das atividades agropecuárias e o desmatamento sem controle desencadeou um processo erosivo de difícil recrudescimento. Como consequência o leito do rio tem sofrimento com a deposição excessiva de sedimentos. A repercussão deste processo se faz sentir com maior intensidade na região da Média Bacia na qual foram observados o assoreamento de canais secundários, bem como o desaparecimento de lagos e ilhas. Também o ecossistema da referida região tem sido afetado de forma irreversível. As transformações na dinâmica do rio têm sido acompanhadas por pesquisadores e percebidas pelos locais. Os povos Inys, inclusive reclassificaram o rio, de Berohokã para apenas Berô. Todas as análises se deram sob a ótica da história ambiental.

Palavras-chave: Rio Araguaia. Degradação ambiental. Dinâmica fluvial. História Ambiental.

Veio então a procissão das águas caminhantes. Aquela parte do rio, antes tão branca, ia sendo devorada por nódoas barrentas que cresciam dia a dia. A fome das águas devorava tudo. As barreiras decompunham-se para enlamear a pureza do rio. Avolumava-se a torrente e as águas adormecidas durante o período da seca começaram a correr com mais pressa... sempre fora assim nos anos anteriores. As praias iam desaparecendo, borbulhando. Parecia incrível mas era inevitável que aquilo acontecesse. No local onde as garças brancas pescavam, onde os sábios jaburus conferenciavam ao entardecer, onde os manguaris gostavam de correr com as pernas esguias, onde as galinhas-d'água, os irerês, as inhumas, as gaivotas faziam pouso, onde o jacaré vinha aquecer seu reumatismo ao sol, onde as tartarugas desovavam... pois tudo aquilo submergia num lençol avassalante de água que redemoinhava, que roncava, que borbulhava, borbulhava... E o rio crescia sempre.

Vasconcelos (2005: 60-61)

¹⁵² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás; sob orientação do prof. Dr. Leandro Mendes Rocha. Contato: elietebarbosa1@hotmail.com

O meu primeiro contato com o rio Araguaia se deu pela narrativa de Rosinha, personagem do livro “Rosinha, Minha Canoa” de autoria de José Mauro de Vasconcelos. O rio descrito nas páginas do romance me encantou por sua volúpia. Era um rio que se assenhorava da área em seu derredor lembrando a todos que ali ele reinava absoluto. Este rio povoou por longos meses a minha imaginação fértil. Ansiava por conhecer o berço das aventuras de Rosinha e Zé Orocó. Queria percorrer com eles o rio e de perto ver o voo dos tuiuiús, o *ballet* das tartaruginhas novas para alcançar as águas. Aquele era para mim um mundo desconhecido e cheio de encantos. Com o passar do tempo, a saga de ambos foi substituída por outra e mais outra e assim sucessivamente; até que o rio Araguaia, Zé Orocó e Rosinha tornaram-se apenas lembranças perdidas nos recônditos de uma infância feliz.

O reencontro com o rio Araguaia se deu através de meu ingresso no grupo de estudos Dona Alzira: Espaço, Sujeito e Existência, no ano de 2012, do Instituto de Estudos Socioambientais-IESA da UFG. A partir da dinâmica do grupo, estabeleci novamente contato com ele, o Araguaia. A figura do rio voltou à baila outras vezes mais no diálogo com meu orientador. Ele que já promovera uma aproximação com a História Ambiental, apresentou-me reflexões e análises sobre este campo de saber. Conduziu-me a uma leitura do universo do rio Araguaia na perspectiva de autores tais como Worster (1991), Pádua (2010), Drummond (1991), Warren Dean (1990), Martinez (2005), Arruda (2008), dentre outros mais. Instigada por tais leituras, fui descortinando as possibilidades de um estudo arcabouçado no viés historiográfico da História Ambiental. As novas possibilidades desveladas a partir da interdisciplinaridade de saberes, figurou elemento essencial na busca pelo entendimento das questões ligadas ao meio natural. Neste contexto, o rio Araguaia despontou como objeto natural para nossos estudos de doutoramento.

Segundo observamos, o estudo dos rios é algo consolidado nas ciências da geografia, da biologia, da geologia, da geomorfologia. Para a história, o estudo deste objeto é algo ainda recente. Porém, essa ampliação do universo de pesquisa apenas torna a elaboração do conhecimento mais global. Dito de outra forma, o intercâmbio entre as diversas ciências na perspectiva da história ambiental refuta a especialização e fragmentação do objeto e viabiliza a emergência de um conhecimento mais abrangente, a partir da valorização da troca de saberes. Assim é que, para entendermos as problemáticas suscitadas no âmbito deste ensaio recorreremos a autores de diversos campos da ciência.

O estudo do rio tendo por orientação a história ambiental deve, segundo Arruda (2012), obedecer a alguns cuidados metodológicos. Estes seguem no sentido de definirmos as categorias utilizadas, o recorte temporal, o processo de humanização do rio em estudo. Tais procedimentos devem ser observados no sentido de apreendermos, de forma mais completa

possível, as relações passadas e presentes das sociedades humanas com este rio. Na busca por nos apropriarmos deste conhecimento torna-se importante considerarmos que a história do rio divide-se em dois tempos distintos, o geológico e o histórico. O primeiro, de longa duração, remete-se a milhões de anos. Baseia-se em grandes eventos das fases evolutivas do rio. O segundo, é definido a partir do estabelecimento das relações dos humanos com o rio. Sua abrangência temporal é infinitamente menor que o primeiro. Entretanto, as consequências deste contato já se fazem sentir.

Os corpos hídricos se constituem indispensáveis à nossa sobrevivência. Porém, enquanto elementos compositores do meio ambiente, vêm sofrendo, eles também, as consequências da expansão e autoafirmação do processo capitalista. Por longos séculos o homem destruiu aquilo que não conseguia desvendar ou dominar. Essa se constitui uma prática cultural. O pensamento que imperou até então era que o crescimento econômico derivava da imposição da força humana sobre a natureza. A dicotomia que polariza homem x natureza é a centralidade para o desenvolvimento do capital. Com base nessa concepção foram surgindo práticas de dominação que se mostraram, a longo prazo, nefastas tanto para a natureza quanto para os seres humanos. Conforme afirmam Bernardes e Ferreira (2012: 16):

A compreensão tradicional das relações entre a sociedade e a natureza desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem. Com base nessa concepção, desenvolvem-se práticas, por meio de um processo de industrialização, em que a acumulação se realizava por meio da exploração intensa dos recursos naturais, com efeitos perversos para a natureza e os homens. Até então se acreditava que o crescimento econômico não tinha limites e que o desenvolvimento significava dominar a natureza e os homens. Entretanto, nos anos 60/70 percebeu-se que os recursos naturais são esgotáveis e que o crescimento sem limites começava a se revelar insustentável. Nesse contexto, emerge a necessidade de se elegerem novos valores e paradigmas capazes de romper com a dicotomia sociedade/natureza.

Para que ocorra o rompimento preconizado na fala dos autores, é preciso que a natureza seja alçada à condição de agente histórico e que as relações ambientais passem a ser consideradas segundo os padrões culturais de cada período histórico. Faz-se mister ainda que consideremos o pressuposto de que ao interferir no meio natural, alterando a lógica estabelecida, o sujeito é também tocado em sua essência, sofrendo ele mesmo alterações em seu *modus vivendi*. Cabe assinalar que a compreensão de si e a apreensão do mundo somente ocorre em um contexto histórico. Esta é elaborada na relação social, no convívio com a natureza, com a história. Em suma, em consonância com as vozes sociais que compõem uma dada realidade.

No âmbito de tais práticas observamos que estas ações encontram-se diretamente ligadas às características essenciais das sociedades e do tempo aos quais os sujeitos se vinculam. Ao analisarmos as diversas formas de interação do sujeito com o meio natural, somos capazes de apreender a forma pela qual o mesmo se relacionava com a natureza e com os demais humanos de sua época. Ainda que nosso olhar seja orientado pela lógica da História Ambiental, é importante salientar que este campo de estudo é algo muito recente no universo acadêmico. Assim sendo, não podemos incorrer em anacronismo quando revisitamos fatos e situações pretéritas. Cabe-nos, isso sim, pensar a organização desses fatos, avançar para o registro das mudanças e permanências nas formas através das quais os sujeitos têm se apropriado do capital natural através do tempo para satisfazer suas necessidades físicas e sociais (MARTINEZ, 2006).

Quando elegemos um rio por centralidade de nossas pesquisas, encontram-se embutidas aí nossas representações acerca deste rio. Emerge assim um pujante curso d'água, com muitos e variados peixes, margeado por verdejante mata na qual habitam infindáveis espécies de animais silvestres. Mas as imagens evocadas não encontram ressonância no quadro presente. Segundo pondera Arruda (2008), os rios conheceram seu momento de apogeu no decorrer do século XIX. Neste interregno de tempo, eles foram “pensados, abordados, apropriados”. Sendo que, nos dias que correm perderam sua primazia para atores outros. O que não implica afirmar que os vínculos se desataram. Apenas as perspectivas econômicas mudaram.

Entretanto, a água, elemento compositor do rio, é centralidade nos novos paradigmas do capital. As relações estabelecidas agora não inserem-se no corpo do rio, mas demandam por seu fluido vital. A necessidade de ampliar a capacidade produtiva do solo a fim de atender à expansão das fronteiras agrícolas acarretou alterações na fitofisionomia das regiões do entorno dos rios. Dentre as ações empenhadas destacamos a retirada da cobertura natural do solo para a introdução de espécies exóticas – soja, milho, sorgo – o aumento na criação de gado e o consequente pisoteio e desaparecimento de nascentes, resultando em perda de fertilidade e na compactação do solo. As consequências advindas de tais práticas não podem ser mensuradas em toda a sua plenitude para o ciclo de nossa existência. Fato é que algumas transformações já podem ser observadas.

Para o contexto do presente ensaio nos dispusemos a analisar a ocorrência dos fatos narrados na área de abrangência do Médio curso do rio Araguaia, na altura da cidade de Aruanã-GO. O recorte espacial se justifica por se tratar do recorte eleito para a nossa pesquisa de doutorado. *A priori*, o mote para a escrita do texto surgiu de uma observação feita pelo sr.

Renan¹⁵³ durante uma entrevista quando do penúltimo campo realizado em Aruanã¹⁵⁴. Em uma de nossas incursões pelas águas do rio Araguaia, quando fazíamos um levantamento da toponímia Iny dos lugares do rio Araguaia, o sr. Renan num arroubo de tristeza, em determinado momento, afirmou que o rio Araguaia não era mais Berohokã, era só Berô. Aquela frase nos intrigou, mas o momento não era apropriado para inquirições. Voltamos em outra oportunidade para entendermos o porquê daquele vaticínio. E o que averiguamos encontra-se registrado nas linhas que seguem.

O rio Araguaia se constitui em um dos mais importantes rios brasileiros. Sua influência pode ser percebida na economia, na política, nas ciências sociais, no lazer, na ecologia. Rege as relações humanas nas comunidades erigidas às suas margens. Estende sua influência às demais. Para além da pátria líquida dos povos Inys, o rio Araguaia é também o berço de “vários brasis”. Suas águas fluem pelos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em seu curso, agrega elementos identitários dos povos com os quais trava conhecimento. Ainda que fluído, fugidio, o movimento de suas águas vai imprimindo suas características pelos lugares por onde passa. São digitais que nos dizem dos embates travados ao longo do percurso em sua luta cotidiana pela sobrevivência.

Começamos apresentando o rio Araguaia a partir de sua menor unidade, suas nascentes¹⁵⁵. Este rio não se forma a partir de uma única nascente. Existe um conjunto delas localizadas no extremo sudoeste do estado de Goiás, na Serra do Caiapó, no Parque Nacional das Emas. A junção destas *berôriorés*¹⁵⁶ vai dar corpo ao rio Araguaia, tal qual o conhecemos. Em seu berço o rio Araguaia é um rio de tríplice fronteira. Suas nascentes encontram-se localizadas entre os municípios de Alto Taquari (MT), Costa Rica (MS) e Mineiros (GO). Espacialmente, a área de abrangência das nascentes ocupa um território de, aproximadamente, 37 mil ha. (SANTOS, 2003). Sua extensão, desde a nascente até o desemboque, quando perde sua identidade para as águas do rio Tocantins, é de 2.114 km (CPRM, 2010).

¹⁵³ Renan Wassuri, liderança Karajá na Aldeia Buridina de Aruanã-Go.

¹⁵⁴ Por opção metodológica dividimos em quatro fases os campos realizados: 1º Campo: Foram entrevistados os povos tradicionais, os comerciantes da cidade de Aruanã. 2º Campo: Foram entrevistados os turistas, donos dos acampamentos, barqueiros, comerciantes ambulantes na cidade. 3º Campo: Moradores antigos, autoridades políticas, líderes comunitários. 4º Campo: Comandante do Batalhão Ambiental, Representante do ICMBIO, Organizações Não Governamentais. Estivemos na cidade em variados momentos: na alta temporada, na Semana Santa e em dias normais. Objetivávamos, desta forma, apreender os mais variados modos de existir da cidade. Bem como a forma pela qual os sujeitos interagem com o rio nestes diversificados momentos.

¹⁵⁵ Conforme anunciamos alhures, a intenção para a escrita deste texto era elaborar um estudo com enfoque para a região do Médio Araguaia. Entretanto, à medida em que avançamos em nossas leituras, observamos a impossibilidade de se efetivar uma análise desvinculada do todo, de apenas um fragmento do rio. Justifica-se assim o título do artigo que ora se apresenta.

¹⁵⁶ Em inyribé, língua falada pelos povos Iny, a expressão é usada para nomear uma nascente, um rio pequeno, um pequeno curso d'água.

Geologicamente, é importante registrar que o solo na região das nascentes do rio Araguaia caracteriza-se por seu aspecto arenoso e frágil. Sua predominância, segundo Bayer (2010), é de areia quartzosa nas áreas de declive em direção ao rio. Por tal, o solo aí apresenta baixa fertilidade e alta tendência para desencadear processos erosivos. Ainda assim, a região das nascentes do rio Araguaia apresenta forte apelo agropecuário. Desde o século XIX, a região do Araguaia conheceu a humanização de seu espaço. Por essa época aportavam aí os primeiros colonizadores. Ainda que tenha alterado a lógica ambiental estabelecida, não se pode afirmar que os danos causados nesta fase de aproximação da sociedade humana com o rio tenham sido tão impactantes quanto nos períodos que se seguiram. Ainda assim não há como negar que estabeleceu-se ali, com a primeira estaca fincada na área da nascente, o germen para os futuros problemas ambientais que se verificam na atualidade.

Os anos de 1970 vão assistir a um novo processo de adensamento populacional da área do Cerrado goiano e, conseqüentemente do rio Araguaia. Esse movimento, no que concerne ao Araguaia, conforme se observa na figura que segue, vai se concentrar principalmente na região da Alta Bacia do rio. Com maior intensidade em sua margem goiana. A justificativa para esse afluxo de pessoas pode ser encontrada na política de interiorização do país efetivada pelo governo federal. A chamada “Marcha para o Oeste” propiciou a instauração das frentes de expansão do território nacional. Neste contexto, áreas antes consideradas inabitáveis – como no caso do Cerrado goiano – tornaram-se metas para a fixação de pessoas. No intuito de viabilizar o sucesso da política de interiorização, foram estabelecidas estratégias para tornar atrativas as citadas áreas. Não foram poupados esforços neste sentido. Técnicas avançadas foram desenvolvidas para tornar produtiva e rentável a terra considerada pobre para o cultivo. Sementes híbridas foram desenvolvidas em laboratório para resistirem à baixa produtividade do solo. Técnicas de irrigação foram implementadas para aumentar a capacidade produtiva.

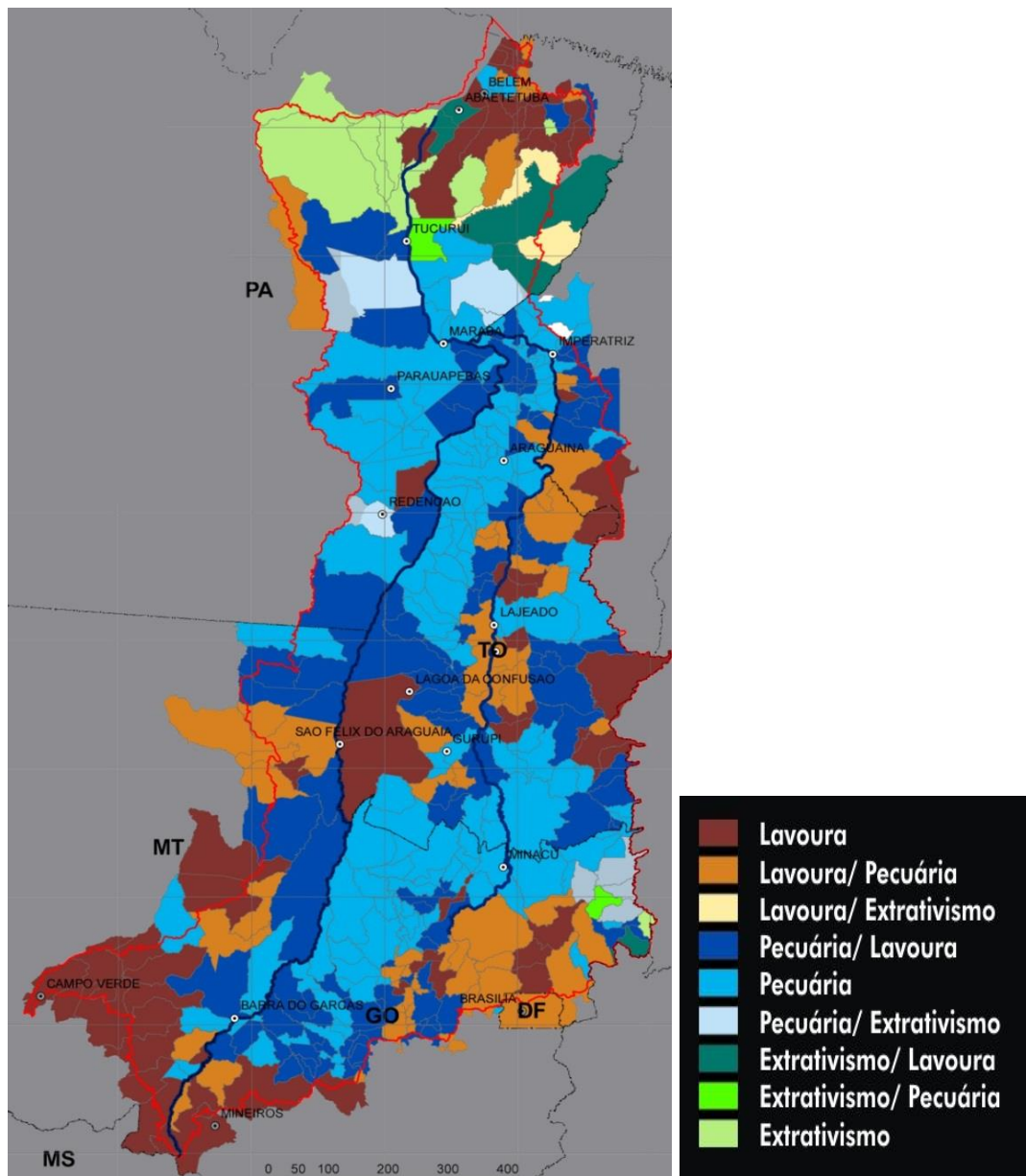


Figura: 01- Mapa de Uso do Solo na Bacia Hidrográfica do rio Araguaia. Fonte: ANA, 2015.

Assistia-se à transformação do Cerrado brasileiro, e goiano em específico, em função do advento que ficou conhecido por “Revolução Verde”. No que tange ao crescimento econômico, o projeto de interiorização e de afirmação vocacional do país a partir de um modelo agrícola de exportação houvera sido exitoso. Reforça-se a concepção varguista de que o “Brasil é o celeiro do mundo”. Toda essa movimentação acarretou uma série de transformações que extrapolaram o universo da produtividade do solo. Aliás, para que esta fosse viabilizada, houve a alteração do sistema local. Espécies exógenas foram inseridas no bioma. Sua condição estrangeira impediu que exercesse o papel antes desempenhado pelas plantas nativas. Qual seja, regular o abastecimento dos grandes rios da América do Sul. Por debaixo do solo do Cerrado, imperceptível a nossos olhos, espalha-se uma rede de raízes que conduz as águas da superfície até os aquíferos, promovendo assim o seu reabastecimento (BARBOSA, 2017). A substituição

destas plantas, que são do lugar, por outras, estanhas ao mesmo, interfere na lógica deste processo.

O Cerrado é conhecido no meio acadêmico como a “floresta de cabeça para baixo”. A alcunha se deve ao fato de que a parte das plantas que percebemos corresponde a aproximadamente um terço de sua estrutura, o restante encontra-se sob o solo. Trata-se do mais antigo bioma brasileiro, tendo iniciado sua formação há, aproximadamente, 40 milhões de anos (IBGE, 2004). Por se tratar de um solo pobre em nutrientes (oligotrófico), as plantas deste bioma desenvolveram raízes profundas e ramificadas. Estas raízes se interconectam por debaixo do solo e formam uma *réseau*. O processo se repercute em escala micro e se forma um complexo ambiente de armazenamento – chamado sistema radicular – que permite às plantas serem abastecidas no período de seca. O sistema é tão complexo que possui um dispositivo de autorregulagem. Quando há excesso de água, esta é vertida para os lençóis freáticos e destes para os aquíferos. Desta forma, fica garantido o abastecimento destes importantes reservatórios.

Ou ficava, conforme afirma Barbosa (idem). Isso porque, com a retirada das plantas nativas, estabeleceu-se uma nova dinâmica de plantio para atender à expansão da agropecuária. As novas espécies de plantas não se encontravam adaptadas para desempenhar as funções de recarga dos lençóis freáticos e dos aquíferos. Outro fator se mostrou nocivo ao guarnecimento de água destes reservatórios, a atividade de irrigação. Numa reação em cadeia, registrou-se uma ocorrência até então inédita para todos na região, o desabastecimento hídrico.

A desestruturação do ambiente do Cerrado preconizada nas linhas acima repercutiu-se intensamente no âmbito do rio Araguaia. Segundo Latrubesse e Stevaux (2006), a região do rio Araguaia constitui-se importante espaço para conservação da biodiversidade aquática do Cerrado. Contudo, em função da expansão das atividades de agricultura e pecuária, observou-se nos últimos quarenta anos uma ocupação e uso desordenado do solo que desencadeou processos de degradação ambiental de difícil regressão. Dentre estes destacamos o surgimento de voçorocas, o aumento de sedimentos depositados no leito do rio, o desaparecimento de lagos e ilhas, mudanças no curso do rio. Na imagem que segue observa-se em primeiro plano a área de nascentes do rio Araguaia e, ao fundo, em segundo plano, uma das maiores voçorocas da região da Alta Bacia do rio Araguaia; a Chitolina.



Figura: 02- Voçoroca Chitolina. Fonte: ANA, 2015.

O aparecimento da Chitolina foi registrada no ano de 1990. A essa época ela alcançava já os 100m, seu poder de degradação era tamanho que chegou mesmo a desviar o curso do rio Araguaia. Na atualidade, a referida voçoroca já atingiu sua capacidade máxima de expansão vertical. Sua tendência futura é de ampliar-se lateralmente. A Chitolina, embora seja aquela que mais se destaca dentre as voçorocas da região das nascentes do Araguaia, não é a única. Estudos realizados pelo Instituto de Estudos Socioambientais-IESA da UFG, assinalam a existência de pelo menos 21 ocorrências de grande porte (IESA, 2010).

Outra incorrência a ser destacada é o assoreamento do canal do rio em função do aumento na quantidade de sedimentos liberados em função da atividade do agronegócio e do desmatamento. Bayer (2010) afirma ser o rio Araguaia impotente no transporte desta carga extra de sedimentos oriundos do processo alhures descrito. Resultam daí transformações na configuração do canal do rio que evidenciam, segundo o mencionado autor, um processo em curso, de assoreamento do Araguaia. Acerca dessa temática, Amaral et al. (2017: 02) corroboram para as elucubrações do autor acima mencionado. Afirmam eles:

As mudanças no uso do solo na bacia do rio Araguaia a partir da década de 70 por conta dos avanços da fronteira agrícola alteraram o volume das cargas de sedimentos transportados pelo sistema fluvial, onde repercutiu em diversas mudanças na referida, como o assoreamento de canais fluviais advindos de processos erosivos e como na dinâmica morfológica do rio. O aumento da quantidade de sedimentos trazidos conduz

o sistema a uma morfodinâmica caracterizada pelo armazenamento de sedimentos no canal e na planície de inundação. Segundo Bayer (2010 pg.12), essa mudança do uso do solo se reflete direta ou indiretamente nas mudanças determinadas de variados aspectos da morfologia do canal e nos parâmetros hidrossedimentológicos como o transporte/carga de sedimentos. No caso do rio Araguaia, o aumento da quantidade de sedimentos aportados ao canal principal, conduz o sistema a uma evolução morfológica caracterizada pelo armazenamento de importantes volumes de sedimentos no canal e na aluvial (BAYER, 2010). Nesse contexto pode-se destacar que o suprimento de sedimentos é um fator primário na evolução do canal do rio Araguaia. A morfologia do canal e seu grau de estabilidade lateral dependem das propriedades dos sedimentos transportados, tanto em termos de sua composição (textura, volume) como na arquitetura dos depósitos sedimentares, permitindo a formação de depósitos com graus de coesão diferenciados, originando margens que podem ser mais ou menos estáveis. Diversos estudos foram desenvolvidos com a finalidade de caracterizar a dinâmica sedimentar do rio Araguaia (BAYER, 2002; LATRUBESSE & STEVAUX, 2002; LATRUBESSE et al., 2009; BAYER, 2010; BAYER e ZANCOPE, 2014; ZANCOPE et al, 2015, ALMEIDA E BAYER, 2015), onde puderam determinar a partir da análise de diversos parâmetros morfométricos e elementos geomorfológicos da planície (número de ilhas, tipo de barras, índices, sinuosidade, largura/profundidade, número de canais secundários, entre outros) tendências claras na resposta geomorfológica do sistema fluvial diante as mudanças nas variáveis do sistema. Concluindo-se que o “canal-planície de inundação” está em uma fase ativa de sedimentação.

O processo erosivo acima descrito configura-se, na opinião dos estudiosos da área, no principal problema ambiental a ser enfrentado. E, por se tratar de um sistema interligado, os acontecimentos da Alta Bacia ecoam por toda a extensão do rio Araguaia. Assim é que, os impactos se fazem sentir em toda a extensão do rio até seu desemboque no rio Tocantins. Contudo, para o contexto deste ensaio, nos ateremos ao limite do Médio Araguaia. Bayer, estudioso do sistema rio Araguaia há mais de vinte anos, aponta inúmeras mudanças no rio em decorrência das atividades inadequadas de uso do solo. Segundo este pesquisador¹⁵⁷, o canal do rio encontra-se menos profundo. O espaço entre suas margens, mais largo e o seu curso menos sinuoso. Também foi assinalado pelo professor o desaparecimento de alguns canais secundários e de algumas ilhas.

O que ocorre, segundo seus apontamentos, é que, com o aumento da carga de sedimentos depositada nas águas do rio e com a diminuição da capacidade de recarga na região das nascentes, torna-se árduo para o corpo hídrico o transporte deste material excedente. Ele então vai esculpindo sua passagem através dos canais secundários e por onde passa segue deixando um traçado de areia. A regularidade do ato faz com que este material se acumule e, com o passar do tempo se sedimente. Assim, o que antes era uma ilha ou um canal secundário, liga-se à margem e deixa de existir. Os fatos anunciados são decorrentes dos processos de

¹⁵⁷ O professor Maximiliano Bayer nos recebeu nas dependências do Instituto de Estudos Socioambientais-IESA da Universidade Federal de Goiás-UFG, em sua sala no Laboratório de Geomorfologia, Pedologia e Geografia Física-Labogef/UFG, onde nos concedeu uma entrevista discorrendo acerca de seu objeto de pesquisa, em 15/06/2018.

degradação sofrido na Alta Bacia do rio Araguaia, porém, sua consequência se repercute na Média Bacia e pode ser visualizada nas imagens abaixo.



Figura: 03-Dinâmica Sedimentar dos bancos de areia no Médio Araguaia.
Fonte: Google Earth, 2014. BAYER, Maximiliano. Labogef, 2018.



Figura: 04-Dinâmica Sedimentar dos bancos de areia no Médio Araguaia.
Fonte: Google Earth, 2014. BAYER, Maximiliano. Labogef, 2018.

Normalmente, é no período da seca que a problemática do depósito e sedimentação dos bancos de areia, conforme exposto nas imagens acima, se torna mais evidente. Isso se deve ao fato de que neste momento a carga hídrica do rio encontra-se baixa. Esse excesso de areia influencia, segundo Amaral et al. (2017), inclusive, na vazão do rio, tornando-a menor. A tendência, pelo que se observa nas imagens é que haja o desaparecimento dos canais secundários e que a ilha se ligue, pelo assoreamento, à planície. A consequência de toda essa movimentação é uma transformação na morfologia do rio Araguaia. Bayer e Carvalho (2008), através do monitoramento do canal do Médio Araguaia, propugnam uma certa disposição

morfológica do rio Araguaia para deixar de ser um rio de múltiplos canais interconectados separados por ilhas aluviais grandes e estáveis, que dividem o fluxo (*anabranching*).

Toda essa movimentação atípica apresenta-se extremamente danosa para a lógica do ecossistema local. Conforme dito anteriormente, o ambiente do rio Araguaia configura-se *sui generis* para a preservação da “biodiversidade aquática do Cerrado” (LATRUBESSE; STEVAUX, 2006). Sua planície de inundação se constitui, segundo os autores (idem: 73) em um intrincado aglomerado de “unidades inter-relacionadas, compondo um sistema hidro-sedimentológico que regula a mais importante área de ecossistemas aquáticos do Cerrado brasileiro”.

A planície aluvial do Araguaia é composta por um mosaico de formações vegetais dentro de uma mesma área, que apresentam adaptações específicas ao ambiente e características próprias (Araújo, 2002). Além disto um complexo conjunto de lagos caracteriza o ambiente da planície aluvial sustentando uma notável diversidade de ecossistemas aquáticos. A vegetação associada a planície aluvial do médio rio Araguaia esta agrupada em quatro unidades de vegetação: a) vegetação pioneira herbácea, b) vegetação arbustiva-arbórea, c) vegetação arbórea e d) vegetação antropizada. Estas unidades foram mapeadas e identificadas através de uma análise fitossociológica e florística. Ainda que preliminar, este levantamento revela uma grande diversidade de vegetação associada a ecossistemas aquáticos em boas condições de preservação. Isto seguramente coloca a área de estudo como uma das mais importantes em extensão e diversidade de todo o Cerrado.

Trata-se de um rico, vasto e ainda desconhecido laboratório de estudos acerca do ecossistema do Cerrado brasileiro. Por sua característica singular, este ambiente torna-se extremamente suscetível às ações de uso inadequado do solo praticado na região da Alta Bacia do rio Araguaia. Um exemplo claro deste contexto é a perda de conectividade por parte dos canais do sistema lacustre com o rio Araguaia, em função da sedimentação através dos bancos de areia. Em sua lógica sistêmica, estes canais passavam cerca de seis meses conectados com o rio. Hoje, o período de conectividade se estende de 15 dias a, no máximo, um mês em contato com o Araguaia (BAYER, 2018).

Essa alteração na dinâmica temporal de contato do sistema lacustre com o rio provoca alterações em toda a biota local. A título de ilustração, cita-se o pirarucu. Este peixe, utiliza-se dos lagos enquanto maternidade para reproduzir-se e, ao término do ciclo necessário para a maturidade, retorna pelo canal de conectividade ao leito do rio, promovendo assim o repeixamento natural deste. Completa-se desta forma o seu ciclo reprodutivo. Com o assoreamento dos canais secundários, este processo fica comprometido e o peixe começa a desaparecer das águas do rio até sua total extinção. Perde-se assim, com a alteração da lógica do sistema do rio Araguaia, elementos conhecidos e outros que jamais serão dados a conhecer de seus inúmeros habitats.

Outro problema grave registrado no que tange às questões ambientais que afetam o sistema lacustre do rio Araguaia é a captação direta da água desses lagos para a irrigação. Assim como as raízes das plantas do Cerrado estabelecem uma comunicação em rede, assim também os lagos encontram-se interconectados através de um lençol subterrâneo. Quando há a retirada de água para a irrigação todos os demais lagos desta rede são afetados em sua carga hídrica. Dessa forma, teremos, em médio prazo, resultados desastrosos para o sistema rio Araguaia como um todo e em particular a perda irreparável do ecossistema desses lagos. O que resultará em dessecamento do solo e, certamente, com o desencadeamento, no futuro se desencadearão novos processos erosivos nestes locais. E mais transformações na região do Médio Araguaia se evidenciam em cadeia com o Alto Araguaia. Latrubesse e Stevaux (*ibidem*), acerca desta problemática concluem:

Também é crítica a situação no médio Araguaia, onde o rio apresenta os impactos do uso da terra sofridos pela alta bacia. No médio curso, o rio é bastante dinâmico, com mudanças morfológicas significativas durante os últimos 40 anos. Muitos canais secundários encontram-se totalmente preenchidos pela carga de fundo, ao mesmo tempo em que a erosão dos bancos compensou parcialmente a área sedimentada. A atividade lateral do canal também é alta sendo registrados valores de erosão superiores a 10 m por ano (Moraes, 2002; Latrubesse; Prado, 2006). Planos importantes e contrastantes são frequentemente postulados por agências governamentais. Por outro lado, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) que administra áreas federais de conservação em todo o país, tem defendido a criação de um grande corredor ecológico de aproximadamente 90.000 ha ao longo do médio rio Araguaia, e um outro corredor no alto Araguaia, conectando com as áreas preservadas do Pantanal mato-grossense. Por outro lado, existem projetos do governo federal para incrementar a hidrovía Araguaia-Tocantins, com o objetivo de expandir as fazendas de soja nas áreas intactas do Cerrado e para o escoamento dos produtos pelos portos do norte brasileiro. A planície de inundação do rio Araguaia é um complexo mosaico de unidades inter-relacionadas, compondo um sistema hidro-sedimentológico que regula a mais importante área de ecossistemas aquáticos do Cerrado brasileiro. Em função da alta diversidade de espécies e a natureza das áreas inundadas, a faixa fluvial do Araguaia e a Planície do Bananal foram identificadas como áreas prioritárias para conservação por agências nacionais e organizações não-governamentais, enquanto, a Convenção Ramsar para Áreas Úmidas declarou o médio rio Araguaia como uma área Ramsar em 1993. As áreas do Cerrado que se estendem entre o sistema do médio Araguaia e o seu mais importante afluente, o rio das Mortes, são os últimos remanescentes do ecossistema, o qual foi praticamente destruído durante as últimas quatro décadas. Onde também, a vegetação da planície aluvial e seu sistema de lagos são alguns dos últimos refúgios para a fauna do Cerrado. Estudos preliminares (Bayer, 2002; Latrubesse; Prado, 2006) mostram que o médio Araguaia é um rio muito móvel, com aceleradas mudanças sofridas em resposta ao uso inadequado das terras da alta bacia. O homem interfere diretamente ao longo do canal, afetando ainda mais o sistema fluvial e aumentando o desmatamento para a expansão de fronteiras agrícolas, podendo ser desastrosas não somente para o rio, mas também para um dos últimos residuais do Cerrado.

Quando consideramos que a Bacia do rio Araguaia simboliza hoje a meta de expansão para a fronteira agrícola, reafirmando-se uma vocação inventada para o setor agropecuário, torna-se inevitável a inferência de que o motor das discussões ambientais no Brasil encontra-se

vinculado muito mais à elaboração de estratégias que atraíam investimentos internacionais e abram espaço para o ingresso no mercado externo do que no fomento de uma tomada de consciência das continuidades e rupturas nas relações entre a sociedade humana e o mundo natural. Dito de outra forma, ainda que os problemas ambientais afetem fortemente a qualidade de vida e comprometam a sociedade humana, eles serão minimizados quando o objetivo for “transformar tudo em mercadoria e submeter quase todas as transações (incluindo as vinculadas à produção do conhecimento) à lógica singular da lucratividade comercial e ao cálculo do custo-benefício (HARVEY, 2015: 291)”.

Conforme assinalamos, o rio Araguaia não pode ser entendido de forma fragmentada. Analisar os múltiplos desdobramentos oriundos do processo de humanização deste rio implica uma percepção global do sistema. De montante a jusante, todos os fatos ocorridos desde a nascente até o desemboque do rio, se repercutem em toda a extensão de seu corpo hídrico e para além da mesma. Toda a área de seu entorno e também as pessoas que com ele travam relações são afetadas de uma forma ou de outra pelo uso indevido do solo ou de suas águas. O Araguaia é o elemento atrator, mas é também o símbolo maior de sua fragilidade. E aludindo a essa fragilidade foi que o sr. Renan nos explicou o porquê de o Araguaia haver perdido o *status* de *Berohokã*, tornando-se apenas um *Berô*.

Quando iniciamos nossa narrativa, estávamos em trabalho de campo no Araguaia, com o sr. Renan, que nos indicava a toponímia Iny para os lugares do rio. Este então nos surpreendeu com a assertiva de que o Araguaia não mais era o *Berohokã*. Segue pois a resposta que obtivemos ao indagarmos o porquê de tal consideração:

Quando a gente fala *Berohokã* nós estamos lembrando do rio do passado, quando nós fala do *Berohokã* indígena... hoje... hoje que nós tamo falando com relação ao *Berohokã*, já não é *Berohokã* mais, eu coloco para você... ele é *Berô*... porque ele já cansou... a gente viu, ele tá perdendo né... ele virou *Berô*... *Berohokã*... quando a gente fala *Kã*... porque ele é largo né... ele é muito largo... muito... muito...muito largo... fundo... certo... aí dá... nós damo esse nome, *Berohokã*. *Berô*... *Berô*... é que nem esse aí... esse aí é *Berô* para nós não é... aí não vai existir o *Kã*... o *Kã* é porque ele era largo... ele era muito largo o *Berohokã*. Aí nós tamo falano que... aí nos pode discutir o *Berô*... *Berrioré*... diminuiu né? Ficou criancinha de novo... nascente... ele era mais largo, aí virou *Berrioré*. *Berô*, quando ele encontrava com o *Berohokã* né... quando... quando... hoje eu considero... aquilo que a gente tava discutindo né? O que eu sentia do *Berô*... agora a gente coloca... pra mim ele virou *Berô* e o rio Vermelho que faz encontro com o *Berohokã* que viro *Berô* virou *Berrioré*. Porque ele já diminuiu, *Berohokã*. Virou *Berô*, é um rio normal... qualquer riozinho aí... normal. Aquele *Kã*... acabou *Berohokã*. Pode encontrar o *Berohokã* lá do Pará pra lá, pode ser que a gente vê ainda o *Berohokã* né... mas não pra cá não... pra cá... aqui ele cansou. Mas no passado eu tô colocando era lá ó láááá... [com um gesto de mão, acompanhado pela cabeça, aponta para além das margens atuais do rio Araguaia] era o *Berohokã*... aí você podia né... discutir o assunto do *Berohokã*... mas aonde ele tá? Aqui é o *Berô*... normal... *Berô* né... porque o *Kã* já não existe mais... o *Kã*, no anto em que nos tamo discutino aqui o *Kã* o *Berohokã* do passado ele acabou aqui... na nossa região... acabou o *Berohokã* virou *Berô* e o rio Vermelho virou *Berrioré* que era *Berô*... Então é assim que a gente considera hoje o Araguaia com o rio Vermelho e o Araguaia pode vir a se

transformar um Berrioré só vai diminuindo. Nós tem que fazer alguma coisa pra ver se o Araguaia... retornar não vai retornar mais nunca ao que era... ao que era antes... mais ao menos... né? Segurar do jeito que tá né... deixar do jeito que tá né... deixar do jeito que tá pra ver se... nós recupera.

A fala do sr. Renan é contundente, o rio Araguaia está perdendo sua identidade. O que o torna um Berohokã. Confirma-se a partir de seu relato, que o conhecimento não se produz apenas no âmbito da academia. Ele traz imbricado em si múltiplas percepções. A leitura que o sr. Renan faz das alterações na dinâmica do rio Araguaia é condizente com todas as elucubrações aqui apresentadas pelos estudiosos do tema. O rio está deixando de existir enquanto a majestade declamada nos escritos de José Mauro de Vasconcelos ou mesmo de Couto de Magalhães, para nos atermos apenas a estes dois escritores.

Ainda que não propugnemos a perda do rio Araguaia em decorrência dos problemas ambientais aqui apresentados, não há como negar que este rio está sofrendo alterações em sua dinâmica. A médio e longo prazos, tais alterações redundarão em perdas irreparáveis de elementos do ecossistema do rio. Na atualidade já foram detectadas a ocorrência de mais de trezentas voçorocas na região das nascentes do rio Araguaia, quadro assaz perturbador. No caso em análise, não se trata de um rio que foi degradado pelo crescimento desmedido da cidade que o margeia. Também não é o caso de um crescimento industrial desenfreado.

Estamos lidando aqui com a fragilização do espaço de suas nascentes. Neste sentido, o próprio corpo do rio está sendo aviltado em seu direito de existir. Não existem soluções a curto prazo, até porque, a região em questão é arena de conflitos; cenário eleito para a expansão do agronegócio. A estratégia que se vislumbra é trazer para a sociedade a discussão da problemática ambiental e, assim como esta se mobiliza em prol das minorias sociais, estabelecer-se a cultura da mobilização em prol das questões do meio ambiente. Ao trazermos a questão para a agenda social, estaríamos, de certa forma, envidando esforços para visibilizar a problemática que atinge o Berrioré e quiçá estabelecendo um marco para a recuperação do Berohokã.

Bibliografia

AMARAL, Ana Karolyna Nunes. BAYER, Maximiliano; FORMIGA. Klebber Teodomiro. Mapeamento da dinâmica sedimentar de um trecho médio da planície aluvial do rio Araguaia. XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Florianópolis, Santa Catarina. 2017. pp. 1-8.

ANA. Agência Nacional das Águas. Preservação e recuperação da bacia hidrográfica do rio Araguaia. Brasília, 2015.

AQUINO, Sâmia; STEVAUX, José Cândido; LATRUBESSE, Edgardo Manuel. Regime hidrológico e aspectos do comportamento morfohidráulico do Rio Araguaia. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, ano 6, n. 2, p. 31, 2005.

ARRUDA, Gilmar. Descendo o rio: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto Drummond; TAVARES, Giovanna Galvão (Orgs). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 392p.

ARRUDA, Gilmar. *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Editora UFPR, 2008. 266p.

BARBOSA, Altair Sales. Como as raízes do Cerrado levam água a torneiras de todas as regiões do Brasil. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39391161>>. Acesso em: 25/06/2018.

BAYER, Maximiliano. Diagnóstico dos processos de erosão/assoreamento na planície aluvial do rio Araguaia: entre Barra do Garças e Cocalinho. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2002.

BAYER, Maximiliano. Dinâmica do Transporte, composição e estratigrafia dos sedimentos da planície aluvial do rio Araguaia. Tese de Doutorado. CIAMB. Universidade Federal de Goiás. 2010.

BAYER, Maximiliano; CARVALHO, Thiago Morato de. Processos morfológicos e sedimentos no canal do rio Araguaia. *FURB. REA – Revista de estudos ambientais*. v.10, n. 2, p. 24-31, jul./dez. 2008.

BAYER, Maximiliano.; ZANCOPE, Márcio Henrique. Ambientes sedimentares da Planície aluvial do Rio Araguaia. *Revista Brasileira de Geomorfologia*. Vol. 15. pp. 203-220. 2014.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. *Sociedade e Natureza*. in: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antônio José Teixeira. *A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012. 250p.

CABACINHA, Christian Dias; CASTRO, Selma Simões; GONÇALVES, Demerval Aparecido. Análise da estrutura da paisagem da alta bacia do rio Araguaia na Savana Brasileira. *Floresta*, Curitiba, PR, v. 40, n. 4, p. 675-690, out./dez. 2010.

DE CAMPOS ZANCOPE, Márcio Henrique; GONÇALVES, Paulo Eduardo Gonçalves Eduardo; BAYER, Maximiliano. Potencial de transferência de sedimentos e suscetibilidade a assoreamentos da rede hidrográfica do alto Rio Araguaia. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 35, n. 1, p. 115-132, 2015.

DE CAMPOS ZANCOPE, Márcio Henrique, Gonçalves Paulo Eduardo, BAYER, Maximiliano. Potencial de transferência de sedimentos e suscetibilidade à assoreamento na rede hidrográfica do Alto Rio Araguaia. Boletim. Goiano de Geografia (2015).

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Revista Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FERNANDES NETO, Otoniel. Viagem Pitoresca pelo Rio Araguaia. Editora do Autor. Brasília, 2009. 120p.

JORGE, Janes. Tietê, o rio que a cidade perdeu. São Paulo: Alameda, 2006. 212p.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. Edições Loyola. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7ª Edição. São Paulo. 382p.

LATRUBESSE, Edgardo Manuel.; STEVAUX, José Cândido. Características físico-bióticas e problemas ambientais associados à planície aluvial do rio Araguaia, Brasil Central. Revista Geociências-UNG-Ser, v. 5, n. 1, p. 65-73, 2006.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. História Ambiental: uma demanda contemporânea. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, v. 23, n. 2, 2010.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História Ambiental no Brasil: Pesquisa e Ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MARQUES, Daniela Vieira. Parque Nacional das Emas: uma história, uma contradição, uma realidade. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. 135 fl.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estudos avançados, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

SANTOS, Ary Soares dos. Nascentes do Rio Araguaia: ocupação, degradação e análise do processo pro-recuperação. Goiânia, 2003. 100f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambiental, 2003.

SILVA, Sâmia. 2007. Mecanismos de transmissão de fluxos de água e sedimentos em dois grandes rios aluviais impactados pela atividade humana: o Araguaia e o Paraná. Maringá: Universidade Estadual de Maringá - UEM. 136p. Tese de Doutorado.

VASCONCELOS, José Mauro de. Rosinha, minha Canoa: romance em compasso de remo. Editora Melhoramentos. São Paulo, 2005. 200p.

MORTE, LUTO E OS *EXEMPLA* NA *CONSOLATIO AD MARCIAM* DE SÊNECA (SÉCULO I D.C.)

*Erick Messias Costa Otto Gomes*¹⁵⁸

RESUMO: nossa proposta é apresentar a percepção filosófica de Sêneca a respeito da morte e do luto na *Consolatio Ad Marciam*, destacando suas concepções do que é a morte e, em especial, as condutas aceitáveis diante deste acontecimento. Para tanto, essa comunicação se divide em dois momentos: primeiramente, traçaremos um panorama a respeito do gênero consolatório, abordando as características que definem, no contexto antigo, um texto enquanto consolação; em segundo lugar, apresentaremos a Consolação à Márcia, apontando, a partir desse texto, as concepções senequianas sobre a morte e o luto. A conclusão do filósofo em *Ad Marciam* é que o sofrimento pela morte é um ato vão, pois se trata de um acontecimento natural e inevitável, e a dor exacerbada seria vista negativamente, pois era um verdadeiro descontrole das paixões.

Palavras-chave: Sêneca; Morte; Luto; *Exempla*; *Consolatio*.

INTRODUÇÃO

A morte é um acontecimento natural nas sociedades humanas, mas o modo como a mesma é significada é algo singular, construído historicamente em cada contexto específico. Com os romanos do período da dinastia Júlio-Claudia não era diferente, haja vista que tinham um modo próprio de lidar com a perda dos entes queridos. Ao levarmos em consideração a relevância dos estudos mortuários no Mediterrâneo Romano, passamos a compreender que a morte representa mais que um processo biológico, expressa um processo ritual e, diante deste fato, outorga-se significado social ao morto e à sua família. Os cerimoniais mortuários, no contexto da Roma antiga, garantiriam o processo de reintegração do grupo familiar no espaço social, à medida que a família afetada em função da dor da perda continuava a se expressar nas máscaras funerárias, nas estátuas dos mortos, nas inscrições que, de fato, mantinham a continuidade social da família.

Nesse sentido, o luto excessivo seria mal visto pela sociedade, já que o ideal filosófico definia o exagero das emoções como um vício a ser extirpado. É com base nesse preceito que Sêneca escreveu a *Consolatio Ad Marciam*, isto é, o autor pretende, por meio de dispositivos retóricos, convencer Márcia que a tristeza sentida pela morte de seu filho Mitúlio deve ser mitigada. Tal consolação é dividida em três momentos: na introdução, o autor afirma as qualidades morais de Márcia que, ao perder o pai, não se deixou abater pelo luto e, da mesma forma, deve agir em relação ao filho; no segundo momento, Sêneca apresenta diversos

¹⁵⁸ Doutorando em História, UFG. Bolsista CAPES. Orientadora: Dra. Luciane Munhoz de Omena. E-mail: erick.otto@bol.com.br

exemplos de condutas aceitas e rejeitadas em relação ao luto, em especial as de Otávia, inconsolável pela morte de seu filho Marcelo e de Lívía, a qual superou a morte de seu filho Druso; por fim, Sêneca proporciona a consolação propriamente dita, na qual identifica a situação atual de Márcia, as causas de sua aflição e as possíveis curas de sua dor, a qual aconteceria por meio dos estudos da filosofia.

Assim, nossa proposta é apresentar a percepção filosófica de Sêneca a respeito da morte e do luto na *Consolatio Ad Marciam*, destacando suas concepções do que é a morte e, em especial, as condutas aceitáveis diante deste acontecimento. Para tanto, essa comunicação se divide em dois momentos: primeiramente, traçaremos um panorama a respeito do gênero consolatório, abordando as características que definem, no contexto antigo, um texto enquanto consolação; em segundo lugar, apresentaremos a Consolação à Márcia, apontando, a partir desse texto, as concepções senequianas sobre a morte e o luto. A conclusão do filósofo em *Ad Marciam* é que o sofrimento pela morte é um ato vão, pois se trata de um acontecimento natural e inevitável, e a dor exacerbada seria vista negativamente, pois era um verdadeiro descontrole das paixões.

CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO *CONSOLATIO*

A consolatória, enquanto gênero textual, não era definida necessariamente por sua forma, mas por seu conteúdo, haja vista que uma consolatória poderia ser escrita na forma de epístola, poesia ou um tratado filosófico. Quais seriam, então, as características da consolação enquanto gênero textual? De acordo com René Waltz (1967: VI), as consolatórias se estruturam em duas partes distintas, mas desenvolvidas em conjunto, quais sejam: a primeira diz respeito às circunstâncias particulares que incitaram à composição da consolatória, atendendo assim ao caráter particular da pessoa a quem se destina o texto; a segunda parte, de caráter geral, está embasada em máximas – as *sententiae* – e em exemplos, e vem a ser similar em todos os textos do gênero. Segundo o autor, por sua parte pessoal, assemelhavam-se às cartas de orientação da alma; em sua parte geral, entram na categoria de textos com ensinamentos morais (WALTZ, 1967).

Sintetizando as concepções acerca do gênero consolatório, Mónica Celestino destaca:

Uma *consolatio* é um escrito suscetível de adotar diferentes formas literárias – epístola, tratado, poema... – cujo fundo comum é servir de veículo para a exposição de ideias morais e de perspectivas filosóficas, de caráter geral, que serviam de pauta de comportamento diante de situações penosas, na maioria

das vezes motivada pela morte de um ente querido, quando não pelo desterro (CELESTINO, 1998: 74-75).

Em vista destes aspectos, consideramos a consolatória como um texto que apresentava uma escrita que levava o destinatário a refletir racionalmente perante a dor que o acometia. Logo, as consolatórias de Sêneca eram uma espécie de “farmácia moral” (OMENA, 2011: 260), o consolador preocupava-se em socorrer aqueles que sofriam, “mesmo sem serem solicitados, com argumentos prévios e cuidadosamente preparados para combater os males que mais afligiam o homem, como a doença, a velhice, a pobreza, o exílio e, o maior deles, a morte” (VAN RAIJ, 1999: 14). A dor foi apresentada como um mal universal, embora tenha trabalhado de forma diferenciada em cada uma das obras (OMENA, 2011: 260). Esta Consolação, por exemplo, é dirigida a uma aristocrata romana, Márcia, a quem, duramente atingida por desventuras como a morte do pai e do filho mais velho, vem faltar o outro, Mitúlio, jovem que, segundo Sêneca, possuía grandes virtudes (Sêneca, *Ad Marciam*, XII, 3).

Consideramos assim que a missiva senequiana apresenta em sua estrutura “exortações e admoestações de caráter filosófico, que procuram persuadir o leitor a permanecer num certo estilo de vida ou, ao contrário, adotar normas de conduta diferentes” (ALEXANDRE JÚNIOR, 1992: 3 - 11). É, pois, no intuito de convencer e aconselhar que Sêneca construiu sua argumentação (GONÇALVES & MESQUITA, 2010: 34).

Partindo desses elementos, entendemos que a consolatória apresenta em sua composição alguns artifícios retóricos, os quais permitem dar ênfase a um discurso cuja finalidade seria dedicar a alguém argumentos de consolo, os quais reintegrassem o indivíduo à sua vida social; um segundo artifício seria a utilização de *exempla* no decorrer da narrativa consolatória, com o intuito de significar a consolação por meio de representações de *persona* cívicas guiadas pela prática da *virtus* mesmo estando diante da dor. Segundo as hipóteses de James Kerr (2009: 91-92), a *auctoritas* de uma *consolatio* encontra-se na capacidade do autor em sua *argumentatio* convencer a pessoa em sofrimento de que a dor em estado prolongado o afasta do ideal de comportamento cívico, portanto, dada sua posição social sua conduta excessiva poderia promover prejuízo à *Res Publica*.

Assim, compreendemos que a *consolatio* poderia reintegrar o destinatário à comunidade cívica, de modo a despertar-lhe a consciência da inevitabilidade da morte e, deste modo, impor fim à tristeza. Como propõe Kerr (2009: 92), a retórica consolatória acentuava a arte de convencimento e, portanto, poderia remodelar comportamentos sociais frente a situações hostis. Visto assim, a missiva senequiana construiu um discurso que trabalhou e influenciou as emoções de seus destinatários, tendo em vista a busca pela moderação da dor (MANNING,

1974: 74-75). Segundo Manning (1974: 75), a habilidade de Sêneca em escrever as consolatórias consistia em decidir como e quando aplicar o *remedia animi* perante a dor de seu destinatário, ou seja, sua *argumentatio* deveria levar em consideração a posição social do indivíduo, suas relações sociais e o contexto no qual a *consolatio* é produzida.

CONCEPÇÕES DE MORTE E LUTO NA CONSOLATIO AD MARCIAM

Se eu não soubesse, Márcia, que estás tão afastada da fraqueza da alma feminina quanto das demais imperfeições e que os teus costumes são considerados como um modelo de virtude, não ousaria ir ao encontro da tua dor (Sêneca. *Ad Marciam*. I, 1).

A partir da epígrafe de Sêneca (4 /1 a.C.- 65 d.C.), podemos inferir acerca dos comportamentos virtuosos que, diante da dor direcionavam e disciplinavam o *ethos* da aristocracia romana a um ideal de cidadania que se fundamentava na prática da *uirtus*. Para Sêneca, Márcia, uma matrona romana, deveria afastar-se de comportamentos excessivos (Sêneca. *Consolatio Ad Marciam* VII. III), eliminando deste modo, o luto prolongado perante a morte de seu filho Mitílio. O discurso senequiano tornava-se, por assim dizer, parte do discurso institucional romano, transfigurando-se em símbolos de cidadania, à medida que, a partir da dor de Márcia, produz um discurso de poder que reafirma os comportamentos virtuosos que promoveriam a memória do indivíduo e a de sua família. Visto desse modo, acreditamos que a partir dos discursos de *consolatio ad Marciam* de Sêneca, há a transmissão do ideal de comportamento feminino frente à dor da perda.

Como podemos observar na epígrafe supracitada, tal consolatória tem como motivo a tristeza sentida pela aristocrata Márcia e, em especial, seu luto prolongado após a morte de seu filho Mitílio. Em termos estruturais, a consolatória se divide em nas seguintes partes: 1) uma introdução, na qual Sêneca afirma escrever à Márcia por conhecer suas qualidades morais e pela coragem demonstrada pela perda de seu pai. Afastada da vida pública por três anos por causa da dor da perda do filho, Márcia precisaria de um tratamento enérgico para superar essa tristeza; 2) uma segunda parte dedicada aos exemplos: ainda que o habitual de uma *consolatio* seja começar pelos *praecepta*, Sêneca traz, ainda no começo do texto os exemplos de duas mulheres: Otávia, inconsolável pela morte do filho Marcelo, e Lúvia, a qual superou a morte do filho Druso. Com isso, o filósofo alude ao ideal de comportamento a ser evitado e a ser seguido no momento do luto de uma aristocrata diante da perda de um filho; 3) a consolação propriamente dita, a qual ocupa o restante do texto, por sua vez, se divide em dois momentos: inicialmente os preceitos gerais, trazendo à tona a ideia de que a dor exagerada não seria natural

e, portanto, deveria ser mitigada; em segundo lugar a situação de Mária a qual, segundo Sêneca, não deveria queixar-se de sua sorte pois, durante o tempo em que viveu, o filho lhe proporcionou momentos de felicidade; 4) a carta é finalizada, então, por um parágrafo de conclusão.

A percepção da morte no pensamento de Sêneca é inseparável de sua concepção de vida. Em seu pequeno tratado intitulado *De vita beata*, o filósofo afirma que “a vida feliz é a que concorda com a sua natureza” (Sêneca. *De vita beata*. III), o que ocorre apenas se a mente estiver em perpétua posse da própria saúde e, do mesmo modo, se for paciente e acomodada às várias situações (Sêneca. *De vita beata*. III). Isso significa, dentre outras coisas, que devemos “suportar a nossa condição mortal e não nos perturbar com o que não podemos evitar” (Sêneca. *De vita beata*. XV). Morte e vida são, portanto, ideias inseparáveis e, segundo o filósofo, uma vida tranquila é aquela que tem consciência de sua finitude. Tais preceitos aparecem, do mesmo modo, na Consolação À Mária: “Se você chora porque seu filho morreu, culpe a hora em que ele nasceu: seu fim lhe foi determinado desde o instante que veio ao mundo. Foi a este preço que ele lhe foi dado, é a sorte que o perseguirá desde o ventre de sua mãe.” (Sêneca. *Ad. Marciam*. X, 5). Em outro momento, Sêneca afirma: “Apreste-se em desfrutar de seus filhos, dê-lhes em troca todas as alegrias possíveis, e experimente sem delongas todos estes prazeres do coração: não a autoriza a contar com a noite seguinte, e este termo está ainda demasiadamente distante; eu deveria dizer: neste exato minuto. Corra!” (Sêneca. *Ad. Marciam*. X, 4).

A morte é a própria condição da vida. Deixar-se abalar por um acontecimento natural seria, assim, agir contra a natureza. Para o filósofo, agir conforme a natureza é aceitar as imposições da Fortuna, isto é, cada um teria seu destino traçado e lutar contra ele seria inútil. Sendo assim, agir de acordo com a natureza seria viver de acordo com as virtudes e, portanto, extirpar os vícios da alma. Este era o preceito estoico de conduta cívica, idealizado na figura do sábio.

Deste modo, a moral estoica buscava fornecer princípios de conduta que orientassem o indivíduo a viver como um sábio. O sábio era aquele que vivia segundo a natureza, ou seja, conforme a razão. Era isento de paixões e não conhecia a dor, era livre porque seguia o fluxo do destino e se conformava às circunstâncias da vida sem perturbar sua alma. O sábio não se preocupava nem mesmo com a morte, pois o que se apresentava como mal era a opinião que o próprio indivíduo possuía. O desprezo pela morte era uma das principais características da filosofia estoica, pois a morte verdadeira era viver de forma irracional. A morte era um fato proveniente da natureza, sendo racional aceitá-la, pois tudo era vontade do destino. (GONÇALVES, MESQUITA, 2010: 38-39).

A morte, em si, não era boa nem má, pois enquadrava-se, na filosofia estoica, na categoria dos indiferentes. Desse modo, o filósofo questiona Márcia: “Para que serve se lamentar sobre os detalhes da existência? É toda vida que deveria nos afligir. Novos males nos avassalarão antes de nos libertarmos dos antigos.” (Sêneca. *Ad. Marciam*. X, 7). O que tornaria tal evento bom ou mal seria o modo como ocorresse e, em nossas perspectivas, a ação dos enlutados diante da morte de um ente querido. O luto, dessa forma, é um elemento fundamental no debate filosófico sobre a morte. A própria necessidade de consolar advém, como dissemos, do luto exacerbado e que, deste modo, se contrapõe ao ideal de comportamento esperado diante da morte, em especial se tratando de aristocratas, pois tais condutas exageradas refletiriam os vícios da alma, os quais trariam consequências para toda a comunidade cívica.

Sêneca, na *consolatio*, se vale de alguns recursos retóricos para apaziguar a dor de Márcia, em especial os exemplos, e, assim, exortá-la a conduzir comportamentos aceitáveis em termos sociais. O *exemplum*, no que diz respeito ao tratamento retórico, desempenha uma função pragmática. O exemplo representa, para o destinatário, tanto os comportamentos a serem seguidos como os comportamentos a serem evitados. Desse modo, o *exemplum* surge como um *testimonium* de carácter probatório e têm um valor de autoridade fundamental para a tentativa de persuasão do consolando. “Em contexto consolatório, os *exempla* desempenham não só a função probatória de confirmação dos *praecepta* que o consolador enuncia, mas também a função de modelo a imitar. O *exemplum* consolatório, na sua acepção mais estrita, refere-se a personagens paradigmáticas da história ou da mitologia que oferecem um comportamento modelar” (CAROÇO, 2011: 49).

No caso da Consolação à Márcia, Sêneca se vale de dois exemplos femininos logo no início da carta para persuadir sua destinatária: Otávia e Lívia. O filósofo justifica o uso dos exemplos no início do texto por julgar tal disposição adequada para a situação de Márcia: “Sei que é comum, quando se admoesta alguém, começar pelos preceitos e acabar pelos exemplos. Mas às vezes é bom mudar de método. Pois os meios a empregar variam conforme os espíritos: uns cedem à razão; a outros é preciso alegar grandes nomes, cuja autoridade os ligue.” (Sêneca. *Ad. Marciam*. II, 1). Ambas, Otávia e Lívia, respectivamente irmã e esposa do imperador Augusto, perderam filhos jovens e que, nas palavras do filósofo, poderiam vir a ser imperadores. A morte, em ambos os casos, foi indiferente, o que mudou foram as ações de ambas as mães diante da perda de seus filhos.

Otávia, no contexto consolatório, surge como exemplo de comportamento que não deve ser seguido, pois a mesma se deixou abater pelo luto. Nas palavras do autor,

Não tendo prazer senão com a obscuridade e a solidão, distanciando-se inclusive de seu irmão, ela rejeitou os poemas compostos em louvor a Marcelo e as outras obras que celebravam sua memória, e fechou os ouvidos a qualquer consolação. Furtando-se às cerimônias oficiais, detestando até a glória por demais viva da majestade fraterna, ela se escondeu em um profundo retiro. Rodeada por seus filhos e por seus netos, ela guardou até o fim suas vestes de luto, para a grande humilhação de todos os seus, que a viam, eles vivos, agir como se ela estivesse só no mundo. (Sêneca. *Ad Marciam*. II, 5).

Não aceitar o consolo de pessoas próximas, isolar-se da presença dos familiares e amigos, ignorar a presença de outros membros da *domus* e, sobretudo, afastar-se dos afazeres públicos, são ações reprováveis diante da perda de um ente querido, haja vista que representam a falta de aceitação do destino e, do mesmo modo, são condutas pautadas no excesso das paixões.

Lívia, ao contrário, apesar também perder um filho, teve uma conduta de acordo com o esperado das figuras públicas. Nas palavras de Sêneca, a esposa do imperador

tão logo pôde depositá-lo em seu túmulo, ela aí sepultou ao mesmo tempo seu filho e sua dor. Não se afligiu além do que lhe permitiam as civilidades enquanto o imperador estava vivo, nem a equidade enquanto tinha outro filho. Depois não deixou de pronunciar o nome de Druso, de ter constantemente sua imagem diante de seus olhos, na intimidade ou em público, de gostar de falar e de ouvir falar dele; ela viveu com a sua lembrança – a lembrança daqueles que não mais estão, que não se poderia alimentar e cultivar em si quando ela se torna por demais cruel. (Sêneca. *Ad Marciam*. III, 2).

Além de não se afastar dos afazeres públicos, Lívia soube aceitar a perda de seu filho e, sem ignorar sua memória, não se manteve abatida pelo luto após o que era esperado de uma matrona romana. Depois de citar ambos os exemplos, Sêneca exorta Márcia a escolher qual conduta seguir, e deixa claro qual conduta aceitável e qual reprovável diante da comunidade cívica. Assim, afirma que o tempo mitiga todas as agitações da alma e pede, com isso, que Márcia deixe sua dor por vontade própria, antes que o tempo faça isso por ela (Sêneca. *Ad Marciam*. II, 5).

No decorrer da carta consolatória, Sêneca ainda trata de diversos exemplos de condutas aceitáveis e reprováveis diante da morte e, diversas vezes, relembra Márcia do caráter efêmero da vida e do destino comum de todos que nascem.

Seu filho está morto: o que dizer, senão que ele atingiu o limite rumo ao qual os que nasceram, acredite, mais afortunados que eles andam sem demora? Toda esta multidão que se disputa no Fórum, que se diverte no teatro, que ora nos templos, caminha para este objetivo único mais ou menos rapidamente. O

que você ama, o que você despreza, tudo se igualará na mesma cinza. (Sêneca. *Ad Marciam*. XI, 2).

Por fim, Sêneca lembra Márcia que, apesar de ter uma vida curta, Mitílio foi um jovem amado e que ele, mesmo vivendo brevemente, teve uma vida feliz ao lado da mãe. Desse modo, Márcia deveria sentir-se feliz pelos bons momentos, ao invés de lamentar sua inevitável perda. Sua morte, continua o filósofo, não deveria ser vista como algo negativo, tendo em vista que tal acontecimento evitou possíveis desprazeres da vida que poderiam tê-lo acometido na vida adulta. Citemos *in extenso* as conclusões de Sêneca:

Com a morte se acabam todos os sofrimentos; é um termo além do qual nossas infelicidades não passam: ela nos recoloca na tranquilidade em que estávamos mergulhados antes de nascer. Se, então, você lamenta os mortos, lamente também aqueles que ainda não nasceram. A morte não é nem um bem nem um mal: pois, para ser um bem ou um mal, é preciso ser algo. Mas aquilo que não é nada em si mesmo e pelo qual tudo volta ao nada não tem nenhuma consequência para nós: não poderia haver aí nem males nem bens sem uma matéria qualquer sobre a qual exercer-se. A Fortuna não tem alcance sobre aqueles que a natureza coloca em descanso definitivo e não se pode ser infeliz quando não se é mais. (Sêneca. *Ad Marciam*. XIX, 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Valerie Hope (2017), na Roma antiga, haviam diferentes formas de mitigar o sofrimento dos enlutados: rituais mortuários, crenças religiosas e filosóficas, participação nos deveres públicos, apoio de amigos e familiares, uso de textos consolatórios e a rememoração da lembrança dos mortos. Para a autora, a busca por consolo era um processo social e ativo. Social pois a preocupação em mitigar as consequências públicas do luto excessivo era uma constante e, além disso, os enlutados poderiam contar com uma rede de apoio formada por amigos próximos e familiares para superarem o sofrimento. E, do mesmo modo, havia um foco em ser ativo e não passivo na busca do apaziguamento da dor da perda, seja por meio da participação nos rituais mortuários, na rememoração das boas lembranças do morto, na conversa com os amigos.

A reintegração daqueles que perderam entes queridos era um processo fundamental em uma sociedade que enfatizava as consequências públicas das ações particulares, em especial se tratando dos membros da *domus* imperial. Sêneca, por estar presente na casa imperial via a necessidade de exortar aqueles que se afastavam da vida pública como consequência de uma

dor exagerada. No entanto, para além de incitar a mudança nos destinatários de suas cartas consolatórias, o autor estimava atingir um público mais amplo com seus preceitos filosóficos. Portanto, a consolação era um gênero textual destinado não somente ao indivíduo, que recebia a carta, mas dedicado também ao público. O destinatário esperava receber uma consolação, que preservaria o seu nome e o de um ente querido que houvesse falecido. O público, por sua vez, esperava de um filósofo consolador enunciações que afirmassem sobre a necessidade de se submeter ao destino, sobre a insignificância da morte e uma posição de força perante os duelos da vida.

REFERÊNCIAS:

Documentação textual:

SÉNECA. *Diálogos*. Introducción, notas y traducción de Carmen Codoñer. Madrid: Editora Nacional, 1984.

SÉNECA. Diálogos. Consolaciones a Márcia, a su madre Helvia y a Polibio. Apocolocintosis. Introducciones, traducciones y notas de Juan Mariné Isidro. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

SENECA. *Dialoghi*. Edizione critica con traduzione e note a cura di Nedda Sacerdoti. Vol. 2. Milano: Prima Edizione, 2013.

Obras gerais:

ALEXANDRE JÚNIOR, M. Argumentação retórica na literatura epistolar da Antiguidade. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 8, 2015, p. 166-187.

CELESTINO, M. M. Las Consolaciones de Séneca. *Estudios humanísticos*. Filología, , Nº 20, 1998, p. 69-84.

CID LUNA, P. Materia y forma de la consolación senequiana (I). *Cuadernos de filología clásica*. Estudios Latinos, Nº 15, 1998, p.231-245.

GONÇALVES, a. T.M.; MESQUITA, F. D. G. Atividade epistolar no mundo antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca. *História Revista*, V. 15, N. 1, 2010, p. 31-53.

GRIMAL, P. Acción y vida interior en Séneca. *Estudios Clásicos*, Tomo 24, Nº. 85, 1980, p. 81-100.

HOPE, V. M. Living without the Dead: Finding Solace in Ancient Rome In: TAPPENDEN, F.S. DANIEL-HUGHES, C. (Eds). *Coming Back to Life: The Permeability of Past and Present, Mortality and Immortality, Death and Life in the Ancient Mediterranean*. Montreal: McGill University Library, 2017, p. 39-70.

KER, J. *The Deaths of Seneca*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

JEAN, H. La consolation antique. Aperçus sur une forme d'ascèse mystico-rationnelle. *Revue des Études Anciennes*. T. 75, nº 1-2, 1973, p. 103-110.

LILLO REDONET, F. La *consolatio* de *caecitate* em la literatura latina. *Helmantica: Revista de filologia clásica y hebrea*. T. 48, Nº 147, 1997, p. 341-364.

MANNING, C. E. The Consolatory Tradition and Seneca's Attitude to the Emotions. *Greece & Rome*, Second Series, V. 21, Nº. 1, 1974, p. 71-81.

MARTIN SANCHEZ, M. A. F. Seneca en contexto. *Taula, Quaderns de Pensament*. Nº 6, 1986, p. 69-86.

OMENA, L. M. Memória de viagem: a 'uirtus' à luz da 'Consolatória' de Sêneca. *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 256-272.

PIERNAVIEJA, Pablo. Epistolografia Latina. *Estudios Clásicos*, Madrid, v. 22, n. 81-82, p. 361-374, 1978.

VAN RAIJ, C. F. M. A filosofia da dor nas Consolações de Sêneca. *Letras Clássicas*, Nº 3, 1999, p. 11-21.

WALTZ, R. Introduction. *Sénèque*. Dialogues. Tome III: Consolations. Paris: Les Belles Lettres, 1967, p. I-X.

SABER POPULAR X SABER MÉDICO: UM ESTUDO DAS PARTEIRAS NA CIDADE DE GOIÁS (SÉCULO XIX)

*Esneyder I. Manjarrez Arevalo*¹⁵⁹

RESUMO: O presente artigo tem a pretensão de reconstruir a história das mulheres parteiras, final do século XIX. Busca-se desvendar seus valores e suas representações, memórias como patrimônio imaterial da sociedade de Goiás e discursos elaborados sobre elas. Assim, verificaremos a caminho que elas percorreram e todo o que se tem dito sobre elas. Trata-se de um novo olhar sobre a atuação social dessas mulheres, que por muito tempo tiveram o privilégio de cuidar da saúde das parturientes.

Por intermédio de fontes documentais, procuramos reconstruir a história das mulheres parteiras da cidade de Goiás no final do século XIX, apresentaremos os conflitos que fizeram parte da história dessas mulheres ao mesmo tempo as dificuldades, os conflitos pelos quais elas passaram para desenvolver seu trabalho junto às parturientes. O trabalho procura ainda mostrar a importância destas mulheres para a sociedade da época, que nem sempre lhes deram o devido lugar na história.

Palavras chaves: Mãe, parteiras, mulher, conhecimento.

¹⁵⁹ Mestrando em História Cultural. PUC - Goiás. Bolsista, CAPES/FAPEG. Orientadora: Renata Cristina Sousa Nascimento, Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná.

No Brasil, na primeira metade do século XIX existiam escassos recursos na área da medicina. O viajante Saint-Hilaire, afirmou que em 1835, já havia investimentos para a construção de um hospital em Goiás, “[...] 1835 instituiu fundos para a construção de um hospital na cidade” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 92), porém, ele não faz referência à presença de profissionais da saúde na capital da Província. Segundo Karasch (1999), o atendimento dos médicos europeus nas províncias, era destinado aos militares que “usualmente se retinha as cidades, ao quartel em Goiás ou a quartéis da fronteira” (KARASCH, 1999, p. 45), e os demais habitantes da capitania a saúde ficava por conta dos curandeiros populares locais. Ela faz também, um levantamento de forma geral sobre as doenças que atingiram a população de Goiás, no final do século XIX, não pretendia aprofundamento de um caso específico, como nosso artigo pretende fazer. Aborda por outro lado o trabalho realizado pelas parteiras, para mostrar as dificuldades pelas quais este grupo de mulheres trabalhava e, também na relutância que as parturientes tinham para deixar-se atender pelos parteiros.

Os surtos, a falta de limpeza nos ambientes públicos e a carência de profissionais especializados na área, foram alguns dos problemas recorrentes na época do Brasil império e início da República, em quase todas as regiões povoadas. Na Província de Goiás a situação era a mesma, as doenças, tais como: cólera, sífilis e febre amarela, faziam parte da realidade da província ao longo do século XIX.

Para Ferreira (2003), no começo da Primeira República, o Brasil iniciava uma marcha em direção a uma reforma sanitária, tendo em vista as dificuldades da saúde do país. Os médicos diplomados divulgavam suas ideias na imprensa. Por meio dela, eles, desqualificavam o saber popular, o qual foi comparado a um grupo de charlatães. O charlatanismo, para Almeida (2010), era compreendido como um sinal do retrocesso, da carência de civilidade, a tal ponto que os médicos identificavam o charlatanismo como um problema crítico para a solução das doenças.

Apesar dos médicos apresentarem essa visão a respeito do saber popular, tudo indica, que devido à falta e/ou ausência de médicos nas Províncias, quem assumia a função de cuidar da saúde da população eram os curandeiros. Estes, munidos de conhecimento empírico, assumiam de forma voluntária essa responsabilidade. Embora, para Age (2002), os documentos a respeito das situações sanitárias da capitania de Goyaz, no decorrer do século XIX, quase sempre não se referem a aspectos como o nascimento de crianças e suas complicações, ou outras dificuldades de saúde da mulher e da criança.

No cenário, de ausência de profissionais da área médica, surgem as parteiras com conhecimento popular, oferecendo assistência às mulheres durante o trabalho de parto. As parteiras de Goiás encontraram obstáculos e resistência das suas práticas “na província de Goyaz, o discurso médico e governamental visava, principalmente, à proibição da atuação de

curandeiros, benzedeiros e parteiras.” (AGE, 2002, P. 28). Mesmo diante das proibições, e do não reconhecimento, as mulheres continuaram a ajudar e orientar as mães, como, por exemplo, sugestões de remédios naturais, para facilitar o nascimento da criança.

Após a presença dos médicos, mesmo que escassa, houve mudanças. Por isso, é necessário entender como reagiram ao perceberem a ação dos curandeiros e qual foi a ação/reação dos mesmos, no combate do conhecimento popular. Qual o lugar ocupado pelos detentores do conhecimento popular após a chegada do conhecimento científico, em Goiás?

A proposta deste artigo é dar visibilidade às ações das parteiras, bem como, entender como foi acontecendo às mudanças, a partir da chegada e efetivação dos médicos na Província, a reação dos mesmos diante do trabalho desempenhado pelas parteiras e curandeiros, dentro do contexto sociocultural vivido em Goiás, no século XIX.

Antes que nada quero deixar claro, que mesmo não sendo parteiro nem muito menos mulher (parteira), me permito desde minha condição discutir o contexto sócio cultural das parteiras, sabendo de meus limites enquanto gênero, por isso, a pesquisa científica contribui por meio dos arquivos e teorias entender a importância da mediação discursiva das fontes e de sua vasta produção, que nos apontam um caminho onde o passado é materializado.

Desde uma ótica, onde é destacado o feminino, a leitura das fontes pretende resaltar a construção das mulheres parteiras na perspectiva do discurso dos primeiros médicos que chegaram ao Brasil meados do século XIX, dos cronistas ou viajantes, desde a representação da condição social de negras e pobres. O que nos deixam entrever o preconceito gerado pela sua localização na sociedade. Que geralmente, segundo a estrutura construída pela sociedade vigente do século XIX, em geral as mulheres eram invisibilizadas.

“[...] a história tem sido feita de retalhos, aos quais se atribui uma importância generalizante: é assim que histórias recortam o humano em “política”, “social”, “demográfica”, “cultural”, “econômica”, cada qual reivindicando para si a totalidade do humano. Da mesma forma, quanto a à constituição das sociedades toma-se como paradigma natural a hierarquia e a dominação do masculino sobre o feminino, tornando construções históricas, fatos inquestionáveis” (NAVARRO-SWAIN, 2006. p. 1).

Partindo do pressuposto que a (re) construção de conhecimentos rompe com o senso comum e escapa de explicações irrefletidas e pré-construídas de sujeitos históricos, reconhecemos a contribuição da História Cultural para esse trabalho de pesquisa, pois, segundo Pesavento decifra “a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo.” (PESAVENTO, 2005, p 42).

Acreditando que este artigo poderá acrescentar um novo olhar ao trabalho desenvolvido pelas parteiras em Goiás, no final de século XIX, por entender que “os

documentos são vozes exigentes e portadora de dívida a pagar. [...] o historiador deve dirigir aos arquivos, [...] transgredir deliberadamente a fronteira entre o passado e o futuro” (HARTOG, 2011, p. 224). E, é nessa perspectiva que iremos desenvolver nossa pesquisa. Procurar evidenciar novos protagonistas históricos, que no seu tempo e de sua maneira deram sua contribuição no meio social em que viveram, através de ações as quais de certa forma provocavam mudanças sociocultural. A proposta desse trabalho é dar significado histórico à representação do saber popular e do saber médico, por meio das experiências das parteiras e dos médicos na cidade de Goiás no final do século XIX.

É nosso objetivo também contribuir para reavivar a memória sobre a representação das parteiras em Goiás, evidenciada pela historiografia goiana no final do século XIX. Abordar uma reflexão sobre o saber popular contrastado pelo saber médico e o impacto desse contraste para a população, por entender que isso contribuiu para ofuscar o trabalho desenvolvido pelas parteiras.

Esperamos com isso, provocar um impacto positivo e de reconhecimento das parteiras enquanto sujeitos históricos de ação e fala, bem como, a importância do trabalho desenvolvido por elas, juntos às mulheres parturientes da comunidade de Goiás. E despertar, o interesse de outros pesquisadores (as) para discutirem o assunto, que a nosso modo de ver é de suma importância para a nossa sociedade multicultural e diversificada.

A representação da morte nas parturientes.

A representação da morte é uma forma de conhecimento que a humanidade carrega na consciência num processo atribuído à essência de seu ser, como pessoa. Por muitos anos, civilizações, historiadores e filósofos no mundo todo se empenharam em indagar sobre a temporalidade da vida. A busca por métodos que, pelo menos prolongassem a vida e evitassem em determinada situação a morte, naqueles momentos onde as circunstâncias não eram as de morrer, e sim as de viver. “O século XIX falará obstinadamente da morte”. (FOUCAULT, 1977, p.196).

Sempre entendendo as representações como sendo importantes na vida cotidiana.

Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a elas de forma defensiva. (JODELET, 2001. p.17).

É onde um determinado grupo, não importando a classe onde este se localize e sim procurando mecanismos de aprimoramento do entorno de todo aquilo que marque a diferença

“como constitutivas das diferenças e das lutas que caracterizam as sociedades”. (CHARTIER, 2006, p. 33).

Neste contexto, é que procuramos entender a cultura que se criou sobre mulheres parturientes do século XIX. No processo de formulação de uma história de vida e morte das parturientes no Brasil, autores relatam a trajetória vivida por essas mulheres. A escrita da história desempenha papel decisivo e, pode ser definidora de escolhas, percursos e valores a serem positivados e escolhidos como válidos.

Tendo em vista que o “historiador/a é um componente essencial na produção da cadeia conceitual, a qual permite analisar as sociedades, por meio das relações interpessoais, entre o material e o mental” (LARINDO, 2017, p. 103). Essa flexibilidade destinada ao historiador/a nos possibilita e incentiva a buscar nos documentos e nas relações interpessoais, justificativas para evidenciar as ações de pessoas imbuídas do saber popular, que contribuíram para a saúde nas Províncias.

É possível ver um grande número de produções historiográficas abordando as diversas situações que envolviam as parturientes no século XIX. Estes relatos têm provocado debates e discussões no sentido de despertar uma compressão sobre a saúde e a vida destas mulheres. Pesquisas bem pontuais, tem conseguido traçar um caminho sobre a história da saúde da mulher, neste caso, mais específico sobre a parturiente e o trabalho realizado pelas parteiras, enquanto sujeito histórico.

Para entendermos um pouco sobre estas narrativas nos utilizamos de pesquisas já concebidas que discutem a temática. Mary Karasch (1999), Mary Del Priore (2006), Fernando Magalhães (1992), Rita de Cássia Marques (2003), Fabíola Rohden (2006), Pedro Salles (1971), Mônica de Paula da Silva (2002), Noélia de Sousa Alves (2007), Luiz O Ferreira (2003), entre outros. Partindo do princípio, de que os mesmos influenciaram as produções historiográficas em Goiás sobre este período.

Para Age (2002), os documentos do século XIX, não trazem muita informação sobre as complicações na hora do parto das parturientes e as dificuldades da saúde da mulher após o parto. E o discurso médico e governamental visava, principalmente, à proibição da atuação de curandeiros, benzedeiros e parteiras. Mesmo diante das proibições, e do não reconhecimento, as mulheres continuaram a ajudar e orientar as mães, com sugestões de remédios naturais para facilitar o nascimento da criança. Tudo indica que essas orientações eram realizadas por meio do conhecimento empírico, adquirido ao longo de suas trajetórias na execução de suas funções junto às parturientes.

Por outro lado também chama a atenção para as construções sociais das identidades das mulheres parteiras, sobretudo a partir do olhar masculino, muitas vezes ocultaram a

importância dessas mulheres na área da saúde na Cidade de Goyaz. Lembramos ainda que as mulheres foram, durante muito tempo, deixadas à sombra da história. Entretanto, a ênfase mais atenta ao cotidiano, às resistências faz com que as tiremos da penumbra do tempo para mostrá-las nas diferentes relações sociais entre os gêneros.

“Não é apenas pelo fato de as parteiras serem mulheres que elas são objeto de análise histórica. Antes, a razão está em que estabeleceram práticas, exercitando poderes. No silêncio ou nas ações, essas mulheres podem ser vistas, mesmo se for nas entrelinhas do discurso masculino que as colocou nas sombras das contingências das exclusões”. (AGE. 2002. Pág. 19)

Para Ferreira (2003), no começo da Primeira República, o Brasil iniciava uma marcha em direção a uma reforma sanitária, tendo em vista as dificuldades da saúde do país. Os médicos diplomados divulgavam suas ideias na imprensa. Por meio dela, eles, desqualificavam o saber popular, o qual foi comparado a um grupo de charlatães. O charlatanismo, para Almeida (2010), era compreendido como um sinal do retrocesso, da carência de civilidade, a tal ponto que os médicos identificavam o charlatanismo como um problema crítico para a solução das doenças.

Embora os médicos apresentassem essa visão a respeito do saber popular, tudo indica, que devido à falta e/ou ausência de médicos nas Províncias, quem assumia a função de cuidar da saúde da população eram os curandeiros. Munidos de conhecimento empírico, assumiam de forma voluntária essa responsabilidade. A falta de registros, dificulta de certa forma a pesquisa.

Karasch (1999), faz um levantamento de forma geral sobre as doenças que atingiram a população de Goiás, no final do século XIX, não pretendia realizar um aprofundamento de um caso específico, como nossa pesquisa pretende fazer. Aborda por outro lado o trabalho realizado pelas parteiras, para mostrar as dificuldades pelas quais este grupo de mulheres passava e também na relutância que as parturientes tinham para deixar-se atender pelos parteiros.

Os surtos, a falta de limpeza nos ambientes públicos e a carência de profissionais especializados na área, foram alguns dos problemas recorrentes na época do Brasil império e início da República. Na Província de Goiás a situação era a mesma, as doenças, tais como: cólera, sífilis e febre amarela, faziam parte da realidade da província ao longo do século XIX.

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja Católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e o Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos. (Del Priore, 2006. p. 78)

Por muito tempo, o cuidado com o corpo feminino e das doenças que as mulheres padeciam de maneira particular e direta, não era prioridade primordial dos médicos homens tomarem conta, muitas vezes eram impedidos de auxiliar as mulheres porque caso quisessem realizar um exame mais minucioso poderia ser interpretado como obsceno. O corpo feminino

era algo proibido, e esta falta de contato fez com que, tanto na teoria como na prática se produzisse pouco conhecimento na área da medicina. O parto, era mais uma incumbência das mulheres, quase sempre começado pelas parteiras, que estavam junto à parturiente antes, durante e depois do nascimento do bebê.

Por parte da mulher, também havia certa resistência, em apresentar seu corpo nu para um médico homem, provavelmente pelo desconforto que sentia em mostrar suas partes íntimas para um desconhecido.

A prática obstétrica exclusivamente hospitalar também suscitava resistência entre as mulheres, em especial pela associação do hospital a lugar de morte ou de abrigo para pobres, bêbados, doentes, prostitutas e loucos. Tal resistência limitava as possibilidades do aprendizado dos médicos. Na medida em que as mulheres foram aceitando a hospitalização, a infecção puerperal se apresentou de maneira epidêmica. A medicina precisou de um século para encontrar uma solução que evitasse as mortes das mulheres decorrentes da infecção puerperal. (GOMES, 1997, p.20).

É claro que muitas mulheres morriam durante o trabalho de parto ou dias depois de este ter acontecido, pelos métodos empregados que não eram eficientes. As mulheres eram atendidas em casa ou nas casas das parteiras e, mesmo que atendidas por médicos, ainda não existia conhecimento suficiente sobre as técnicas obstétricas como cesariana, ou o funcionamento do corpo da mulher. Os médicos diplomados só eram chamados quando havia uma meia complicação no parto, e que a parteiras não se sentiam capazes de ajudar.

Um exemplo, entre muitos, é o de uma parturiente atendida por três médicos e um farmacêutico na cidade de Não-me-Toque, no interior do Rio Grande do Sul, em 1910. Os que atendiam não conseguiram tirar a criança nem com fórceps, resolvendo operá-la com um formão e uma serra de açougueiro, serrando o osso da bacia. (WEBER, 1999. P 195).

É bem provável, que com esta intervenção tão desastrosa, a parturiente viesse a morrer horas depois, na impossibilidade de conter as dores e as hemorragias. É de se notar, que os médicos não estavam preparados para atender este tipo de situações, e que se valiam amplamente de procedimentos dolorosos e violentos, desconhecendo sobre onde e como intervir com o corte, a questão da dor, como estancar as hemorragias e tratar das infecções, entre outras complicações que se apresentavam no momento do parto.

A inoperância dos instrumentos cortantes, a pouca destreza do parteiro, a ausência de suturas após as operações, a falta de anestesia, tal como a conhecemos hoje, bem como a abertura dos corpos por mãos contaminadas por bactérias de outras enfermidades, estão no centro às explicações sobre as mutilações e mortes maternas. (CORREA, 2005. P 58).

Por um lado, estas impossibilidades fazem com que os “médicos tentassem não se envolver com a ‘arte obstétrica’ por um longo período” (WEBER, 1999. P 195). Porém, por outro lado existe toda uma tentativa por parte dos profissionais que demonstravam interesse em aprimorar os atendimentos em relação à mulher em trabalho de parto:

Médicos, filantropos e religiosos uniram-se para dar melhores condições às mulheres pobres para que elas pudessem ter seus filhos. Os médicos do final do século XIX já conheciam melhor o mecanismo do parto e estavam equipados com instrumentos e técnicas cirúrgicas para resolver partos complicados. Os hospitais já não eram mais os espaços lúgubres e mal cheirosos que tanto pavor causava às mulheres. (MARTINS, 2004. P, 66).

O ganho traz melhoras para a população de grávidas como um todo. “A conquista dos médicos também esta relacionada com a utilização de instrumentos. Em 1730 o fórceps¹⁶⁰ passa a ser usado, trazendo mais prestígio para o cirurgião”. (ROHDEN, 2001. P. 61).

A mulher grávida e a parturiente se converteram no núcleo principal dos obstetras nesta etapa. A obstetrícia era uma especialidade nova, com sua origem nas faculdades de medicina europeias na primeira metade do século XIX, lutando para ganhar o reconhecimento, tanto no meio médico quanto para o público leigo, principalmente para os maridos e suas esposas. Algumas mulheres já permitiam o atendimento do médico-parteiro para auxiliá-las nos partos domésticos. Falamos de uma minoria porque a maioria delas, sobretudo as camadas populares, ainda preferiam a presença da parteira, das parentas ou vizinhas, para ampará-las em meio às dores e incertezas do parto. “O período que começa nas últimas décadas do século XIX marca o início de uma campanha médica de transformação do parto num evento controlado pelos médicos e circunscrito ao espaço hospitalar”. (MARTINS, 2004. P, 66). Antes de disto, quem frequentava o hospital eram as mulheres pobres, sem recursos econômicos “Antigamente, o parto no hospital não era habitual senão para as mulheres pobres e desprotegidas, pois nenhuma consolação à parturiente podia ir lá buscar, que não fosse uma enxerga e um tecto”. [sic] (Carneiro, 2005, p. 71)

Começava assim, um novo momento, onde através da diminuição do trabalho das parteiras por parte dos médicos, estes buscariam situar-se como atores principais, na detenção do conhecimento do corpo feminino, para isto, na costura da História Médica. Para Souza (2007) as parteiras são representadas nas vozes dos médicos continuamente como incompetentes, ignorantes e descuidadas. As parteiras seriam hostilizadas profissionalmente não unicamente de obstetras, mas também de pediatras, vistas como concorrentes não qualificadas, em nada portadoras de um saber médico condizente com o labor desempenhado.

Natalidade e Mortalidade Infantil.

¹⁶⁰ Se pudermos remontar a invenção do fórceps ao século XVI, (...) deve dizer-se que o seu uso era restrito e muito traumatizante para a mulher e para o feto. Há estudos médicos que revelam fotografias de crianças com crânios irremediavelmente deformados pelo uso indiscriminado e inadequado do fórceps. Só no decorrer do século XIX o fórceps ganhou formulações mais eficazes, com relevo para o «fórceps de tracção», de Tarnier (1877). (Carneiro. In. Revista da Faculdade de Letras 69 A NOVA CULTURA CIENTÍFICA NA OBSTETRÍCIA E SEUS EFEITOS HISTÓRIA Porto, III Série, vol. 6, 2005, p. 80).

O discurso formado sobre a vida e a morte infantil, na literatura médica no final do século XIX, é estabelecido pelas estatísticas de mortalidade infantil do país e das regiões. Os escritos feitos pelos médicos permitem traçar um caminho que conduz para desvendar, a mortalidade infantil, que no período era muito alta. Num primeiro momento podemos já apontar uns dos principais motivos da morte das crianças, sendo justamente a ausência de tratamento médico, por outro lado, e no mesmo patamar os hábitos alimentares.

Sacombe apontava que a elevada estadística de morte de recém – nascidos não era provocada pela intervenção das parteiras como se dizia, mas era provocada pela água fria do batismo. Tendo praticado uma autópsia após a morte de recém – nascido, morto imediatamente após o batismo, ele percebeu uma ligeira obstrução dos vasos do cérebro, efeito natural da causa que produz. Com tal explicação, Saccombe relacionou as delicadas fibras do recém – nascido aos nervos que estão no cérebro. Na cerimônia eclesiástica, quando o padre derrama a água – benta na parte superior da cabeça da criança, onde está o cérebro, a água fria é um golpe mortal, uma vez que a cabeça esta muito quente pelas circunstancias do nascimento. (CORREA, 2005. P. 80-81).

É evidente a falta de conhecimento, frente às dificuldades apresentadas no momento do parto, além dos problemas de higiene que se encontravam no local aonde as parturientes iam para ter seus bebês. Todos estes motivos ajudavam a colocar em risco a integridade física e psíquica das crianças. Além da falta de conhecimento, cabe também destacar o local, que nem sempre contava com a devida higiene e as mínimas condições de receber mulheres em trabalho de parto. Para sustentar esta ideia trazemos aqui um dos possíveis percursores a sinalizar a causa das mortes das crianças no momento do parto. Em História da Pediatria, Moncorvo Filho (1926), que publicou: *Histórico da proteção à infância no Brasil*, em 1926, faz algumas colocações onde mostra o abandono por parte do governo, sendo relegado esse atendimento a instituições religiosas e de caridade. Outro autor é José Martinho da Rocha, que publicou uma obra em 1947, sob o título de: *Introdução à história da puericultura e pediatria no Brasil*. Este autor também traz a tona, a questão da ausência das autoridades públicas para com as crianças.

Já no século XIX por ser elevado o número de crianças, que vinham a morrer e que num primeiro discurso se dizia que eram naturais essas mortes, embora a sociedade médica não o veja assim, e onde começa a indagar-se para tentar descobrir às possíveis causas dessas mortes e chegar à raiz do problema, o primeiro passo a ser dado, foi fazendo-se perguntas que apontassem a origem do problema, para que a sociedade como um todo começasse a reagir, frente a um problema que podia deixar de custar tantas vidas.

A Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro reuniu-se no dia 18 de junho de 1846 para discutir questões relativas à mortalidade infantil. As perguntas colocadas pelos membros da academia foram as seguintes: “1- a que se deve atribuir tão grande mortandade nas crianças nos seis primeiros anos de vida? 2- Quais são as moléstias mais frequentes nas crianças?”

As respostas construídas por aquela academia foram bastante significativas:

O hábito de mergulhar crianças em água mais ou menos quente; modo de cortar o cordão umbilical empregando sobre ele substâncias irritantes; compressão sobre a cabeça das crianças pelas parteiras ou pelas amas quando estão dormindo; aleitamento mercenário; aperto das vestimentas; maus costumes das amas-de-leite transmitindo sífilis, escrófulas, etc., abuso de anti-helmínticos; ausência de tratamento médico no princípio das moléstias; vermes intestinais; variações de temperatura; umidade da nossa atmosfera (AIM, 1846 apud COSTA, 1989, p. 163)

Podemos dizer então, que algumas tradições estavam contribuindo para aumentar as mortes dos recém - nascidos, onde também é colocado um sem números de costumes morais, misturadas da inexperiência dos involucrados, ou seja, os médicos junto aos familiares que desconheciam preceitos higiênicos.

Das origens do ofício ao conhecimento das parteiras.

Uma das primeiras referências que temos sobre parteiras na antiguidade é no Antigo Testamento, especificamente no livro do Êxodo 1¹⁵ na narrativa do Egito Antigo. Cujo nome de uma era Sefra e o nome da outra, Fua. *Sefra* e *Fua* são apresentadas como mulheres com coragem civil, por serem desobedientes ao plano cruel do faraó.

Sefra e *Fua*. *Sefra* espelha, em hebraico, o verbo (*agradar, encantar*) e o substantivo (*esplendor*). Portanto, *Sefra* significa algo como *beleza* ou *encanto*. O nome já consta numa lista de serviçais num documento egípcio da 13a dinastia, que corresponde ao século XVIII a.C. (cf. W. H. SCHMIDT, *Exodus 1,1-6,30*, p. 42). O nome *Fua* lembra, em hebraico, a raiz verbal (*brilhar*) e o substantivo (*brilho, esplendor*). (Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006 *Matthias Grenzer*).

Estas duas mulheres de certa maneira acompanhavam as parturientes em todo o processo, desde a concepção até o momento do nascimento das criança. De maneira geral, pode-se pensar que os partos, os cuidados com o corpo feminino e com os recém-nascidos eram acompanhados por uma mulher conhecida da comunidade, da parturiente como comadre ou parteira. Por muito tempo elas adquiriram a prática por meio do exercício da empírea. Sobre o corpo grávido, foram sendo construídas e repassadas de mãe para filha uma série de lendas e credences, associadas à natureza.

“Em sintonia como as concepções rurais sobre o corpo grávido, desenvolveu-se uma série de práticas e saberes populares de atendimento à parturiente, bem como rituais associados ao nascimento e ao destino do recém-nascido”.(BRENES. 2005. p. 38)

A tradição era de que os partos, os cuidados com o corpo feminino e com os recém – nascidos era de responsabilidade de uma mulher membro da comunidade como comadre. Pelas pesquisas realizadas encontramos muito pouco sobre estas mulheres, embora tenham sido a

responsável e as depositárias de um saber popular integrado à cultura rural, que foi produzindo lendas e crendices a respeito do corpo grávido, ligado à natureza.

O saber popular e o saber médico

A chegada da família real portuguesa para o Brasil em 1808, trouxe com ela uma série de aparato medico-cientificista que não era conhecido no país, a Fisicatura Mor, órgão burocrático-administrativo encarregados das questões referentes à higiene pública e ao exercício da medicina e da cirurgia, no Brasil, passou a ser responsável pela fiscalização do ofício de parteira, tendo sede no Rio de Janeiro, então capital do império, tinha emissários e delegados, por todo o território brasileiro. (MOTT, 1999, p. 02)

Para ter uma licença especial para o ofício de parteira não era tão simples assim, a aspirante tinha que comprovar habilidades e destrezas acreditadas através de documento expedido pelo físico mor da localidade onde morava. Se aprovada os exames eram marcados para avaliar sua capacidade, para isso formava-se uma banca composta por dois cirurgiões aprovados ou por um cirurgião e uma parteira aprovada, se faziam perguntas teóricas e praticas eram feitas à candidata, depois do exame os autos eram registrados em cartório sendo então “enviados ao físico mor, no Rio de Janeiro. Depois de a parteira estar com a carta de examinada nas mãos ela deveria ainda fazer um juramento sobre os Evangelhos, na Câmara Municipal de onde morava” (MOTT, 1999, p. 03).

Esta era uma realidade que não se estendia a toda a província de Goiás uma vez que a maioria das parteiras não tinha um documento que lhe permitisse exercer a profissão. Elas eram detentoras de um conhecimento inato. “Até final do século XIX, os partos eram realizados quase exclusivamente no domicílio da parturiente ou de pessoa de sua relação, assistidos na maioria das vezes por parteira leiga era raramente por parteira diplomada”. (MATT. 2002. p. 2)

O Brasil no seu primeiro código penal de 1890¹⁶¹ escreveu artigos que regulamentavam a prática ilegal da medicina, para combater a prática da magia e do espiritismo e proibir rigorosamente o curandeirismo, deixando claro no artigo 156 que o exercício da medicina, em qualquer de seus ramos, seja na arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypinotismo sem estar regulamentado de acordo com as leis e os parâmetros médicos, incorreria em prisão de seis meses e multa.

CAPITULO IV

¹⁶¹ BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Art. 32. Nenhuma pessoa poderá exercer a medicina, sem que obtenha licença da câmara em vista de seus certificados de habilitação, idoneidade, multa de 20\$ a 30\$ réis e o dobro nas reincidências¹⁶².

Uma vez que criminalizaram as práticas de cura populares as parteiras cheias e detentoras de muitos saberes e de conhecimento para as doenças femininas foram as principais prejudicadas, ficando, em alguns casos, pressionadas a ter muito cuidado com o serviço prestado às parturientes e aos recém-nascidos em partos normais, ainda muitas delas ficaram condicionadas a ter licença para atuarem principalmente em áreas urbanas. Foi proibida, também, a sua atuação em casos onde o parto era complicado, sendo indispensável um médico, ainda, betada as parteiras o uso de qualquer procedimento cirúrgico, prescrição de remédios e qualquer diagnóstico em relação à parturiente, fetos e recém-nascidos. “Os médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras e dentistas deveram matricular-se, apresentando os respectivos títulos ou licenças na Intendência Municipal” (Jornal Semanário. Segunda feira, 14 de abril de 1902. p.4).

Mesmo com as imposições do código penal que criminalizava as práticas de cura populares e as rotulava de exercício ilegal da medicina, muitos práticos, curandeiros, parteiras dentre outros continuaram exercendo seus ofícios tendo em vista o diminuto número de médicos para atendimento da população e os complexos percalços que a medicina enfrentou até sua consolidação. (MESQUITA. 2014. p. 4)

Em Goiás, especificamente, houve uma grande preocupação em fins do século XIX com o combate aos curandeiros e parteiras. O ofício de partejar e o ofício da pajelança, ambos tidos como práticas perigosas, causadores de danos irreparáveis a até provocadores de mortes se manejados por pessoas indevidas, despreparadas e dadas ao charlatanismo. As conexões entre as parteiras e as artes mágicas são antigüíssimas, chegando a ser impossível determinar uma gênese para estas ligações históricas imemoriais. De acordo com Del Priore 1997, o período colonial foi substancialmente profícuo para observar as conexões entre os saberes medicinais populares e as artes da feitiçaria, pois as mulheres para combater suas doenças cotidianas lançavam mão de práticas de cura informais, por meio de fórmulas gestuais, orais e de receitas ancestrais.

Podemos perceber que alguns médicos da época condenam as práticas utilizadas pelas parteiras, no seu atendimento a parturiente entre eles tem o doutor, Moretti Foggia, que faz um apelo para que sejam revistos as intervenções feitas pelas parteiras para com seus pacientes.

Ilmo e Exmo Snr.

¹⁶² Arquivo Civil Fundação Frei Simão Dorvi- Cidade de Goiás. Livro da Lei Goyana de 1860. Goyaz, Typhographia Provincial, 1861, p. 77.

Sendo presente a Regência o [ilegível] de 29 de Março deste anno, [ilegível] Vice Presidente da Provincia de Goyaz [ilegível] procure uma pessoa habil para commigo auxiliar [ilegível] no Hospital São Pedro de Alcantara, sendo eu o único médico, o que faz ver a urgente necessidade de um outro Boticario, que se preste a manipulação de remedios não so para os doentes do Hospital, mas tambem para os de toda a Cidade. Rogo também que procure meios para que as molestias das mulheres [ilegível] chancros uterinos, ulceracoes do collo, partos, hysteria e melancolia possa ser curadas no referido Hospital. As mulheres por um pudor mal entendido deixam-se adoecer – ou mandam chamar uma benzedeira, curandeira, parteira, que ordinariamente lhes agrava o mal. Só quando a moléstia agrava, ellas vão no Hospital. Alem disso, essas mulheres, fazendo um exercicio ilegal da Medicina, reina na actualidade; suas victimas tem sido em grande numero, fallecendo mulheres cuja moléstia quando [ilegível] no Hospital [ilegível] e senão curalas podem mitigar os seus crueis sofrimentos. Muito estimarei que gose perfeita saúde sempre. Deos guarde o Exmo Snr Cidade de Goyaz 26 de Maio de 1841 – Dr. FOGGIA. (Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás. Caixa 301, pacote 3, doc. Avulso).

Esta carta do Dr. Moretti Foggia ratifica a prática das mulheres parteiras na Cidade de Goiás. Mas, coloca em desconfiança a suas habilidades na condução do parto, acusando-as de levar à morte as parturientes e de seus bebês, no exercício ilegal da medicina. Todo esse discurso inserido no avanço significativo do saber científico e o podemos notar no transcurso do século XIX e início do século XX, os saberes médicos sobre a ginecologia e a obstetrícia tiveram um avanço expressivo e se organizaram como especialidades, os médicos brasileiros que se dedicavam a estes conjuntos de saberes pesquisavam a constituição dos corpos das mulheres e suas diferenças em relação aos corpos dos homens, afinados com os debates europeus colocavam as mulheres como próximas a condição de uma natureza peculiar auxiliando a construir papéis de gênero sedimentados por diferenças de raça, constituição da sexualidade e condição psicológica.

Como conjunto de saberes sobre a mulher, os livros de medicina dos séculos XVIII e inícios do XIX construíram uma imagem sexualizada, sintetizada pela frase latina que foi insistentemente citada pelos médicos: *tota mulier in utero*. Embora os estudos anatômicos e fisiológicos da época fornecessem informações a respeito dos ovários, o útero continuou a ser o órgão feminino por excelência, pelo menos até o século XIX, quando os estudos de ovologia e ginecologia elegeram os ovários como os órgãos determinantes da natureza feminina. (MARTINS. 2004. p. 60)

Este conhecimento acumulado e constantemente que se renova ao longo do século XIX não ficou exclusivamente fechado nas paredes das faculdades de medicina e às publicações especializadas. A postura da escrita masculina a respeito da diferença feminina é um notável exemplo da apropriação do saber médico e científico pelos intelectuais envolvidos com a questão da mulher, traduzindo para o público leigo as descobertas dos doutores.

Representantes de um novo campo do saber sobre a mulher, os médicos do século XIX foram tributários da ciência sexual do século anterior. No entanto, não bastava conhecer as diferenças, nominá-las ou mensurá-las. O processo de conhecimento das diferenças sexuais apenas dava seus primeiros frutos com a anatomia, à fisiologia e a

craniologia, mas era preciso ir além, sair do terreno das generalidades da medicina clássica, criar um vocabulário próprio, desenvolver tecnologias adequadas à natureza do objeto, enfim, integrar os saberes disponíveis em um novo campo discursivo, em uma especialidade voltada para a diferença feminina. Os obstetras e ginecologistas foram os artífices deste processo de transformação do corpo feminino em um objeto do conhecimento, completando o círculo da ciência sexual. Nascia uma nova ciência: a ciência da mulher. (MARTINS. 2004. p. 56-57)

A obstetrícia como uma especialidade nova começava a ser introduzida na sociedade – nascida nas faculdades de medicina europeias na primeira metade do século XIX – e ainda lutava para ser aceita, tanto no meio científico quanto para a sociedade leiga, em especial para os maridos e suas esposas. Inicia-se assim uma nova era, algumas mulheres já chamavam o médico-parteiro para apara-las no momento do parto, embora a maioria delas, principalmente aquelas com menos poder aquisitivo, ainda preferia ficar na companhia da parteira, das parentas ou vizinhas, para ajuda-las em meio às dores e os imprevistos do parto. Já no finalzinho do século XIX marca uma nova época médica de câmbio do parto onde os médicos começam a controlar esse momento único de cada parturiente e devidamente restrito ao espaço hospitalar; mudança que só se consolidou somente na segunda metade do século XX, com a hospitalização do parto nos grandes centros.

“No entanto, a gravidez e o parto não foram assuntos exclusivos de uma camada letrada de homens. Vistos sob a perspectiva da história oficial da obstetrícia, esses assuntos só tiveram relevância com a entrada dos médicos num domínio que, até então, tinha sido exclusivo das mulheres. Contudo, a história do parto e da maternidade não se confunde com a história da obstetrícia, uma especialidade médica cuja história é contada como uma sequência de sucessos e superação da ignorância, da brutalidade e da dor, fruto da ação e do conhecimento dos cirurgiões e médicos que, apesar das adversidades, se dedicaram a esses momentos da vida das mulheres”. (MARTINS. 2004. p. 66).

Os conhecimentos médicos trouxeram grandes aportes, sobre tudo informações sobre as parturientes e parteiras, relatando, parcialmente, seus valores, comportamentos e práticas. Embora, essas colocações acrescentam mais dos valores dos próprios médicos sobre o parto do que das experiências das mulheres, são muitos os elementos a respeito dos partos com serias complicações que eles faziam do que a respeito dos partos, onde todo acontecia de maneira natural assistido unicamente pelas parteiras. Desta maneira não se logra ter, só se tem uma visão parcial da gravidez e do parto nas sociedades pré-industriais, onde os problemas são marcados pela situação desesperadora. O que a história das mulheres vem fazendo é utilizar fontes iconográficas, religiosas, demográficas e folclóricas a fim de obter um conjunto mais diversificado de informações a respeito das práticas e dos valores das mulheres sobre o corpo e os momentos da gravidez e do parto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho, a partir da consulta dos documentos, chegamos ao conhecimento da diversidade de nomes dados as mulheres parteiras que atuaram prestaram esse tipo de serviços que estas madres prestaram as comunidades. A reflexão em torno do caminho que a pesquisa nos permitiu realizar uma experiência mais próxima sobre a trajetória dessas parteiras conferindo a elas visibilidade histórica.

Esta investigação, e análises minuciosa, sobre a trajetória das mulheres parteiras nos faz perceber que muitas representações dadas a elas, porém percebemos que ainda merecem ser objeto de pesquisa. Mesmo nos percebemos esse desejo de dar continuidade, ou de ter mais tempo para aprofundarmos sobre as mulheres parteiras, porque a medidas que conhecemos mais surgem novas inquietações.

Como o tempo é curto e temos que dar por encerrada a pesquisa, esperamos nas pesquisas futuras poder aprofundar sobre o entendimento da história das mulheres parteiras do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

AGE, Mônica de Paula P. da Silva. *As mulheres parteiras na cidade Goyaz (século XIX)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.

CORREA BRENES, Anayansi. *Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência; dos contornos do conflito parteira e parteiros franceses*. Belo Horizonte: Coopmed. 2005.

CASTELLO, Lena B. (Org). *Saúde e doença em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil I colônia*. Rio de Janeiro: Olímpio, 1993.

KARASCH, Mary. História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás. In: CASTELLO, Lena B. (Org). *Saúde e doença em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

GRENZER, Matthias. *O projeto do êxodo*. (Bíblia e História). São Paulo: Paulinas, 2004.

GRENZER, Matthias. *Análise poética da sociedade: Um estudo de Jó 24*. (Exegese). São Paulo: Paulinas, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

PROTAGONISMO LATINO-AMERICANO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948

*Fernanda Linhares Pereira*¹⁶³

RESUMO: Esse artigo objetiva apresentar de forma resumida os principais aspectos desenvolvidos nos capítulos da nossa tese de doutoramento. Isto é, buscamos apresentar, inicialmente, nessas poucas páginas, de que forma descobrimos uma temática original, que consiste em demonstrar que os países latino-americanos não foram meros coadjuvantes, no processo de escrita da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, diante de uma costumeira (para aquele período) atuação protagonista das duas potências da Guerra Fria. Ao contrário disso, enquanto Estados Unidos e União Soviética estavam preocupados com questões, sobretudo, políticas e econômicas, foram os países latino-americanos que lideraram o processo de elaboração da Declaração de 1948. Em seguida, exibimos os meios possíveis para chegarmos até a comprovação de nossa tese, uma vez que elencamos todos os tipos de fontes utilizadas para tanto. Trabalhamos, sobretudo, com fontes públicas (documentos oficiais produzidos após cada reunião da Comissão de Direitos Humanos, que elaborou a Declaração Universal), e com fontes privadas (memórias, diários, autobiografias e biografias dos delegados que participaram desse processo). Essa documentação nos possibilitou perceber, por exemplo, que foram os delegados latino-americanos, que apresentaram o primeiro esboço do viria a ser a Declaração Universal; como também intervieram sucessivas vezes na formulação de cada artigo, pois já possuíam uma experiência anterior nas Conferências Internacionais dos Estados Americanos, e na conseqüente formulação de uma declaração, já que haviam recém promulgado a Declaração dos Direitos e Deveres Americanos. Por fim, levantamos alguns questionamentos em relação ao silenciamento dessa tese, por tantos anos. Para tanto, questionamos o tratamento dado pela historiografia dos direitos humanos a essa temática.

Palavras-chave: América Latina; Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹⁶³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisa em andamento: “*O protagonismo latino-americano na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945-1948)*”. Orientada pela Prof^a. Dr^a, Fabiana de Souza Fredrigo, Órgão financiador: CAPES. Endereço eletrônico: fernandalinharpereira@gmail.com

“Quando você começa a estudar um assunto, o que o move?”, perguntou Roberto Machado a Michel Foucault, e ele respondeu: “provar que aquilo do qual todo mundo fala não existe” (MACHADO, 2017, p. 66). Talvez seja essa a principal motivação dessa pesquisa. Uma pesquisa que busca revelar novos personagens que ainda não foram mencionados, os quais ao serem revelados, tomariam o lugar dos já tão consagrados protagonistas. Referimo-nos à descoberta possibilitada pelo mapeamento e pelas leituras realizadas nos resumos de reuniões e documentos oficiais produzidos, durante os anos de 1946 a 1948, nas diversas reuniões que deram origem aos trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).¹⁶⁴

Essa pesquisa documental revelou que os delegados que representavam os países da América Latina foram os que apresentaram os primeiros esboços da Declaração, para serem analisados e modificados dentro da Comissão de Redação. Além disso, eles compunham o maior grupo de países que votavam em conjunto, por isso mesmo as votações e decisões sobre a maioria dos artigos a serem incluídos ou modificados na Declaração acabavam sendo vencidas por eles, os quais, quantitativamente, possuíam mais votos do que qualquer outro grupo Europeu, Asiático ou Africano¹⁶⁵. Desse modo, esse estudo cumpre uma dupla função, também buscada por Foucault em suas pesquisas, a primeira é a de trazer à tona essa importante atuação dos delegados latino-americanos, que foram escamoteados pela historiografia tradicional dos direitos humanos; já a segunda é a de contestar aquilo “do qual todo mundo fala”, que apenas os Estados Unidos e a União Soviética foram os responsáveis por elaborar a Declaração de 1948.

Iniciamos esse estudo no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, em março de 2016, sob orientação da Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo, mas só conseguimos encontrar um problema original para essa tese alguns meses depois, após a leitura minuciosa dos documentos pré-selecionados. Isso aconteceu à medida que entramos em contato com os documentos preparatórios para a elaboração da Declaração Universal, dentre eles: resumos das reuniões; resoluções de inúmeros órgãos; relatórios de vários comitês; registros literais dessas reuniões e até mesmo projetos de cartas internacionais de direitos humanos de diversos países.

¹⁶⁴ A DUDH foi elaborada após de uma resolução do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) que organiza em 1946 uma comissão dedicada à promoção dos direitos humanos, batizando-a de Comissão de Direitos Humanos. A Comissão foi criada com dezoito membros, com cinco lugares atribuídos aos representantes das “grandes potências” vencedoras da Segunda Guerra: China, França, União Soviética, Reino Unido, e os Estados Unidos. Os restantes treze assentos foram distribuídos numa base rotativa para diferentes países. Cada ator participante da Comissão ou cada novo ator que adentrava as discussões trazia uma nova corrente de interesses, as quais promoviam mudanças nas decisões já tomadas pelos representantes anteriores, em relação a escrita final de cada artigo da Declaração. Alguns desses autores tiveram atuações decisivas, como foi o caso dos delegados da América Latina, e alteraram profundamente a Declaração Universal, mesmo assim essa importante atuação foi omitida por uma parte da historiografia dos direitos humanos, como buscamos averiguar no desenvolvimento dessa pesquisa.

¹⁶⁵ Em 1948, quando a DUDH foi aprovada a ONU (Organização das Nações Unidas), possuía apenas 58 estados-membros. Dentre esses membros 22 pertenciam ao continente americano; 16 ao europeu; 5 ao asiático, 8 ao Oriente Próximo e Oriente Médio; 4 eram do continente africano e 3 da Oceania.

A partir disso, começamos a perceber a aparecimento de nomes relevantes nesse processo de escrita, que não haviam sido mencionados pela maioria dos historiadores e estudiosos sobre esse processo de escrita da Declaração. Diante dessa constatação, resolvi me debruçar sobre esse aspecto específico, e analisar, sobretudo, como se deu a participação desses sujeitos no processo de elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para além disso, também elaboramos uma análise histórica em relação aos principais aspectos que envolveram o processo de escrita da Declaração Universal. Tal processo foi permeado de mudanças de caminhos e retomadas de outros caminhos. As justificativas para essas mudanças de posições foram inúmeras, contudo, em sua grande maioria dependeram tanto das atitudes privadas dos representantes das delegações de cada país, quanto das decisões políticas tomadas pelos governantes e declaradas por seus delegados na Comissão dos Direitos Humanos. Uma análise histórica avaliará essas questões imbricadas no processo de escrita de um documento universal.

É válido destacar que esse processo de escrita da Declaração sofreu diversos tipos de influências, como não poderia ser diferente. Levando-se em consideração uma Declaração que foi escrita por “diversas mãos”, ela apresentou inúmeras características, algumas conflitantes entre si. Nesse sentido, o papel de mediadora ou de “negociadora” interpretado por Eleanor Roosevelt foi fundamental para se chegar a uma escrita definitiva desses artigos. A partir da leitura dos documentos preparatórios para a escrita da declaração pudemos apreender que em inúmeras situações Eleanor convenceu os representantes de alguns países e até mesmo seus líderes de que era necessário “abrir mão” de algumas exigências particulares para se chegar a um acordo universal. (COMMISSION ON HUMAN RIGHTS, DRAFTING COMMITTEE ON AN INTERNATIONAL BILL OF HUMAN RIGHTS, E/CN, AC.1/3/Add.1, 1947)

Ademais, havia também um outro tipo de mediação mais comum, que era a desempenhada pelos delegados no convencimento aos líderes de seus países. Roosevelt, em sua autobiografia, nos revela esse dilema aos questionar seus colegas delegados: “Como representante do seu país, faz exatamente como mandam que faça ou diga? Ou dispõe de alguma liberdade para expressar-se ou julgar pessoalmente na votação? A resposta é algo complexa” (ROOSEVELT, 1963, p. 330). Nesse sentido, uma declaração universal foi escrita tanto a partir de posicionamentos íntimos (como poderemos perceber a partir da leitura das autobiografias, diários e cartas dos delegados), quanto a partir de posicionamentos políticos e negociados (percebidos através da documentação oficial). Isto é, a partir de cada convencimento privado, público ou politicamente conquistado, novos reflexos eram sentidos na escrita da declaração, e conseqüentemente, cada artigo era delineado a partir da negociação nesses distintos espaços.

O tratamento teórico e metodológico que demos a esses dois tipos de fontes históricas, utilizadas nessa pesquisa, foi o do método comparativo. Essa técnica se fez necessária porque as fontes não falam por si, para que possamos encontrar as respostas que elaboramos nessa pesquisa foi necessário adotarmos procedimentos teóricos-metodológicos adequados aos nossos interesses analíticos. Dessa forma, pudemos analisar as quase quatro mil páginas de transcrição da maioria das reuniões que deram origem aos trinta artigos da Declaração, disponibilizada no site da ONU: <http://research.un.org/en/undhr>, combinadas com as memórias produzidas por muitos dos delegados que estavam presentes nessas reuniões.

Por esse ângulo, comparar as autobiografias, os diários e as cartas trocadas entre os principais membros da Comissão dos Direitos Humanos com os documentos preparatórios da Declaração Universal, nos permitiu mapear as principais diferenças existentes entre as posições políticas reveladas no cenário jurídico oficial e as reveladas no íntimo. O diálogo estabelecido entre esses dois tipos de fontes, trouxeram uma maior solidez para identificarmos e caracterizarmos as distintas posições e discursos tanto privados quanto públicos, reveladas no decorrer do processo de escrita da Declaração. Por meio das autobiografias, cartas, diários e biografias, ou seja, através dessas “escritas de si”, tivemos acesso às experiências e posicionamentos dos sujeitos históricos daquele período, sejam elas as compartilhadas no íntimo, ou as amplamente divulgadas em cada reunião da Comissão de Direitos Humanos. Assim sendo, somente por meio do diálogo instituído entre esses tipos de fontes foi possível captar a rede que entrelaçava todos os envolvidos nesse processo de elaboração da DUDH. Em outras palavras, conseguimos analisar a construção de um “campo” (o campo da escrita da declaração) erigida por uma rede de sujeitos, que pode ser visualizada tanto por meio da narrativa privadas dos indivíduos quanto pela narrativa pública e oficial, que só se construíram socialmente em meio às redes de sociabilidade em que se inscreveram (ELIAS,1994).

Um sujeito histórico complexamente envolvido nessa rede de discursos públicos e privados, e que foi constantemente citado tanto em um quanto em outro tipo de fonte, é o juiz Hernán Santa Cruz. Ele foi membro da delegação do Chile na ONU, foi um dos oito membros do Comitê de Redação, órgão esse que era responsável por escrever o primeiro rascunho da Declaração. Santa Cruz, assim como a maioria dos delegados latino-americanos estavam sempre vigilantes na defesa dos direitos socioeconômicos e apresentavam argumentos persuasivos para sua inclusão quando os países do Atlântico Norte tentaram deixá-los fora do documento preliminar. Em sua autobiografia Santa Cruz reafirma que:

Desde el comienzo de las actividades de Naciones Unidas, todas las iniciativas en las esferas a que me refiero se originaron en los países en vías de desarrollo. Estas se plantearon en todas las organizaciones del sistema, apoyadas por la totalidad de los

Estados del Tercer Mundo. Estas se plantearon em todas las organizaciones del sistema, apoyadas por la totalidad de los Estados del Tercer Mundo. Basta con citar los primeiros programas de Asistencia Técnica y la creación de las Comisiones Económicas egionales y su papel relevante en la promoción del desarrollo; la participación importante em la Conferencia de Comercio y Empleo em La Habana em 1947; la convocatoria a la Conferencia de las Asamblea General y qye há realizado ya seis reuniones; la aprobación da la Primeira, Segunda y Tercera Estrategia de las Naciones Unidas para el Desarrollo; la convocatória de la Sexta e Séptima Asambleas Extraordinarias em las cuales se decidió luchar por el establecimiento de un Nuevo Orden Económico Interncional; las Declaraciones y Convenciones sobre la eliminación de todas las formas de Discriminación Racial y del Colonialismo; la Carta de los Derechos y Deberes Económicos de los Estados; la Convención sobre los Derechos del Mar y tantas; y las hasta ahora frustradas *negociaciones globales*. Todas estas propuestas emanaron del Grupo de los 77 o de las Conferencias Cumbers de los Países Alineados”. (SANTA CRUZ, 1984, p. 29-30).

Esse depoimento reforça a nossa tese, à medida que Santa Cruz revela que inúmeras iniciativas e projetos iniciais dentro das Nações Unidas foram propostos por países latino-americano, mais genericamente o grupo que ele chamou de “países em desenvolvimento”. Somando-se a isso o autor ainda esclarecesse que o objetivo de sua obra memorialística é trazer a luz todos os papeis desempenhados por esses países na construção de “un mundo mejor, más humano y más solidário” (SANTA CRUZ, 1984, p.22).

Além de depoimentos desses sujeitos históricos, encontramos também estudos de uma parca historiografia, que convergem sobre o mesmo ponto de vista dessa problemática. Dentre a historiografia de direitos humanos consultada, até o momento, encontrei em alguns parágrafos e em algumas páginas, de apenas três autores, referências a essa importante atuação dos representantes dos países da América Latina na Comissão de Direitos Humanos. Mary Ann Glendon, afirma em alguns parágrafos de sua obra, que “a Declaração foi muito mais influenciada pela moderna tradição dos direitos dignitários da América Latina do que pelos documentos mais individualistas da linhagem anglo-americana” (GLENDON, 2001, p. 227). Porém, a autora não deixa claro qual é essa tradição latino-americana de direitos e como ela foi trabalhada, especificamente, em cada artigo da Declaração¹⁶⁶. Diferentemente de Paolo Carozza, que cria uma tese original e bastante atual, para explicar as origens dessa tradição de direitos latino-americana.

Carozza retoma uma tradição católica dos países da América Latina a fim de mostrar de onde vieram essas inovações do pensamento latino-americano em direitos humanos. Somados a isso, ele demonstra em seus estudos que há evidências muito fortes que foi devido, pelo menos em parte significativa, a presença difundida e graças a influência das doutrinas sociais católicas, que se desenvolveram a partir da primeira encíclica papal de Leão XIII, em

¹⁶⁶ Faremos esse mapeamento de quais artigos apresentam uma tradição de direitos advinda desses países da América Latina, e ainda quais apresentaram qualquer tipo de influência dos mesmos. Isso será realizado ao longo do desenvolvimento dos capítulos da tese.

1891 (CAROZZA, 2003). Conhecida como *Rerum Novarum*, esse documento fez com que se alastrasse na sociedade latino-americana, diversos tipos de valores, sobretudo referente as questões sociais, a partir desse período.

A contribuição mais expressiva é a de Joannes Morsink ao enfatizar, sobretudo, no quarto capítulo de sua obra como foi a atuação de muitos dos delegados latino-americanos nesse processo. O autor declara aos seus leitores a surpresa:

Os capítulos 4, 5 e 6, que tratam da presença dos direitos sociais, econômicos e culturais na Declaração, provavelmente será uma grande surpresa para muitos leitores. Em cada um desses capítulos, descubro a forte influência do **socialismo latino-americano** na elaboração e produção desse projeto. Este é um dos equívocos que esta história aclara, pois não são os comunistas, mas os socialistas latino-americanos – e John Humphrey como seu condutor – a quem devemos a presença desses direitos na Declaração. (MORSINK, 1999, p. XIV, grifo nosso).

A despeito de trilharmos caminhos diferentes das justificativas dadas por esse autor, que atribui toda influência dessa nova tradição de direitos a um socialismo latino-americano, ainda assim, muito nos apoiaremos em suas reflexões. Diferentemente, da tese de Morsink acreditamos que essa tradição foi criada e fortalecida, sobretudo, por intermédio das inúmeras reuniões advindas das Conferências Pan-Americanas, realizadas em períodos espaçados, por muitos países latino-americanos que contribuíram decisivamente para as mudanças nos rumos da Declaração de 1948.

Foram realizadas seis Conferências Internacionais dos Estados Americanos, frequentemente referidas como Conferências Pan-Americanas, elas aconteceram no período da Primeira República (1889-1930): a primeira em Washington DC. (1889-1890); a segunda na Cidade do México (1901-1902); a terceira no Rio de Janeiro (1906); a quarta em Buenos Aires (1910); a quinta, após um intervalo de quase 13 anos, devido sobretudo à Primeira Guerra Mundial, em Santiago de Chile (1923); e a sexta em Havana (1928). O Brasil participou de todas as seis Conferências Pan-Americanas, bem como das quatro realizadas mais tarde – em Montevideu (1933), Lima (1938) e, depois da Segunda Guerra Mundial, em Bogotá (1948) e Caracas (1954).

Todos esses encontros já despertaram nos delegados participantes uma necessidade de se criar algo para melhorar, sobretudo, a situação desses países em desenvolvimento, frente aos “desmandos dos países desenvolvidos” (SANTA CRUZ, 1984). Uma possível solução para esses problemas foi a criação de uma Declaração dos Direitos e Deveres Americanos, a qual possibilitaria uma convergência dos mesmos na luta por seus interesses comuns. Destarte, a conferência realizada em Bogotá, se tornou uma das mais importantes, visto que foi nessa reunião que esses países criaram a Declaração dos Direitos e Deveres Americanos ou também

chamada de Declaração de Bogotá, cujo embasamento futuro de inúmeros artigos da DUDH foi apoiado nessa mesma Declaração. Adicionado a isso temos ainda na Declaração de Bogotá um norte e um suporte, dos latino-americanos, para a escrita dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É válido ressaltar, que outras conferências como a de Lima de 1938, também foram mencionadas nos debates para a escrita dos artigos da Declaração de 1948. Em diversos momentos, delegados de países distintos e não apenas latino-americanos, citam essas conferências, e a contribuição das mesmas para o aprofundamento do debate acerca dos artigos da Declaração. O relato a seguir é um resumo feito pelo relator da Comissão de Direitos Humanos, da fala de Eleanor Roosevelt, a presidente desta Comissão, em uma discussão referente ao esboço do então artigo 36, iniciada em 10 de dezembro de 1947, no nono encontro do trabalho de grupo mais amplo para a discussão do esboço inicial da Declaração:

The Chairman thought the ideas expressed in this Article were already embodied in various parts of the Declaration. The position of the United States in the matter had been defined on many occasions. At the Conference of Lima, in 1938, it was asserted that a system of protection of ethnic, linguistic or racial groups could not be supported in America, where minorities did not exist as such.⁴² At the InterAmerican Conference of Chapultepec, in 1945, it was stated that it was not desirable that there should exist in America water-tight homogeneous groups claiming minority status by reason of their ethnic, linguistic or racial characteristics. She therefore thought that this question should be considered in relation to the conditions obtaining in each country. (ROOSEVELT, 2013, p.1229)

A despeito dessas referências a outras Conferências, foi a Conferência realizada na cidade de Bogotá, na Colômbia, em 1948, que deu origem e promulgou a Declaração dos Direitos e Deveres Americanos, poucos meses antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta primeira já estava em gestação há muito mais tempo que esta última. Isso porque em todas as outras oito edições da Conferência Internacional Americana essa Declaração já vinha sendo proposta, de inúmeras maneiras. Ou ainda podemos voltar em um tempo mais distante e analisar as ideias do Congresso do Panamá de 1826, que também contribuiu enormemente para o prosseguimento dessa proposta, que era: “crear una Asociación de Estados en el Hemisferio, que tuviera como fundamento la solidaridad continental, la igualdad jurídica de todas las naciones, la ausencia de antagonismos irreductibles y la identidad de aspiraciones y doctrinas en política internacional” (VIZACARRA, 2006, p.67). Esses ideais de integração continental, ou até mesmo de uma igualdade jurídica entre todas as nações latino-americanas, a despeito de terem falhado do ponto de vista dos objetivos primordiais idealizados por

Bolívar¹⁶⁷, ainda assim serviram de ponto de partida para os objetivos futuros de criação de uma Declaração comum a todos esses países tão antagônicos.

Diante do exposto, entendemos que essa prévia experiência com Conferências Internacionais e conseqüente elaboração de declarações, pactos e acordos entre distintos grupos, possibilitou aos países da América Latina apresentar um precoce projeto de declaração. O delegado Uruguaio confirma esse entendimento com a seguinte fala, no trigésimo quarto encontro da Comissão de Direitos Humanos:

Mr. Victorica (Uruguay) agreed with the underlying spirit of the Article. Its provisions were in harmony with liberal constitutional law in the field of Human Rights. An Inter-American Law Commission was due to meet at Bogotá in March at which consideration would be given to limitations imposed within the framework of the law and in respect of public order. The rights of individuals should be limited by the just requirements of a democratic state. He suggested the addition to the present text of the sentence “formulated by the law” after the words “democratic state”. He also submitted the following as an amended text: “The rights of each may be limited to secure the rights of others, by the exigencies of public order, the security of the state and the normal development of collective life as expressed by law.” (VICTORICA, 2013, p.1256)

No que tange ao projeto inicial dessa escrita destacamos, que o primeiro modelo de uma declaração completa foi apresentado por: “Panamá, Chile e Cuba”, enquanto que os “Estados Unidos e a Índia” levaram apenas propostas para se iniciar a escrita da declaração, como podemos extrair do documento da Comissão de Direitos Humanos, de 11 de junho de 1947. (COMMISSION ON HUMAN RIGHTS, DRAFTING COMMITTEE ON AN INTERNATIONAL BILL OF HUMAN RIGHTS, E/CN, AC.1/3/Add.1, 1947, p. 1, tradução livre). Como já dissemos, poucos meses antes da promulgação da Declaração Universal, havia promulgado na Organização dos Estados Americanos (OEA) a sua Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Glendon, corrobora com essa argumentação ao enfatizar que: “os países latino-americanos trouxeram ao processo as ideias e a experiência adquiridas na elaboração da Declaração de Bogotá sobre os Direitos e Deveres do Homem” (2001, p. 164, tradução livre). Ademais, a Declaração de Bogotá fez com que novos princípios e, sobretudo, a ideia de deveres tanto do Estado quanto do indivíduo, fossem incluídas na declaração, que até então só estabelecia direitos, conforme relato dos delegados a seguir:

¹⁶⁷ Conforme as próprias palavras do Conselheiro da União Panamericana: “El Congreso de Panamá fué inspirado por el genio de Bolívar. Esta asamblea y las otras cuatro conferencias interamericanas que se han mencionado, fueron fundamentalmente de carácter político, siendo su objeto principal el estudio de medidas para la defensa común y la protección mutua de los Estados contratantes. Por muchos años después de establecerse gobiernos independientes en la América del Sur, abundaron los rumores y amenazas de ataque a los Estados recién creados, y quienes dirigían la política de éstos deseaban estar preparados para hacer frente a cualesquier actos hostiles, individuales o colectivos, que pudiesen sobrevenir”. (MANGER, 1938, p.9)

Mr. Pérez Cisneros then went on to say that the declaration should list the obligations of the individual since his rights could exist only in correlation with its duties. The declaration should not convey the impression that it was fostering anarchic tendencies.

The Chairman announced that the discussion would deal only with paragraph 3 of the Egyptian proposal.

Mr. Cassin (France) agreed with the USSR representative that the Committee's terms of reference were clear-cut; its task was to study human rights. The question of the duties of the individual covered an extremely large field, since it included not only duties to the State but also the individual's duties to all the social groups of which he was a part. The proposal under discussion did mention the duties of the individual explicitly in article 27. If the Committee were to follow the proposal of the Egyptian representative, however, it would become necessary to draft a declaration of duties corresponding to the declaration of rights. It was obviously impossible to complete such a task during the current session.

The French representative said he would vote against paragraphs 2 and 3 of the Egyptian proposal.

Mr. Santa Cruz (Chile) asked The Chairman whether, in the event of the rejection of the Egyptian proposal, the concrete proposals indicating the duties of the individual in relation to various articles of the draft would be acceptable.

The Chairman made it clear that the proposal did not bind the Committee with regard to the drafting of separate articles. Rejection of the proposal would mean that the Committee would make no decision of principle concerning the duties of the individual before starting to examine the draft. [...]

Mr. Alfaro (Panama) pointed out that the Charter of the United Nations, and the three instruments which were to form the Charter of Human Rights, were intended to meet the desire to have a definition of the duties of States. The Preamble and seven Articles of the Charter drawn up at San Francisco bound States to respect human rights. The preamble to the international declaration of human rights reiterated that commitment. The practical task facing the Committee was to examine the articles of the existing draft. The representative of Panama would vote against the Egyptian proposal. That did not mean he did not appreciate the need for defining the duties of the individual but he felt that that should not be done at that stage. [...]

Mr. Perez Cisneros (Cuba) thanked the Chinese representative for raising the level of the debate by his last intervention. He felt that the Committee should recommend that the Commission on Human Rights should prepare for the following session of the General Assembly a draft text relating to the duties of the individual, which would draw its inspiration from the noble principles recalled by the Chinese representative. The Cuban delegation furthermore reserved the right to present a draft resolution on that subject. [...]

Mr. de Alba (Mexico) thanked the Cuban representative for the well-ordered, logical, clear and precise draft that he had made and for adding to it the text of the Bogotá declaration so that members of the Committee might consider what points there were in common between that declaration and the draft they were considering. (HUMAN RIGHTS COMMISSION, SUMMARY RECORDS, A/C.3/SR.95, 1948, p. 87)

Isso posto, percebe-se que a Declaração de Bogotá não serviu apenas de experiência aos países latino-americanos que já haviam elaborado a mesma antes da Declaração de 1948, mas também a utilizaram como inspiração em diversos artigos, à medida que cada delegado solicitava uma nova intervenção. Assim sendo, muitos dos direitos foram inseridos ou modificados em aspectos importantes, por meio da intervenção dos delegados latino-

americanos de diversas maneiras. Carozza afirma que os direitos que eles enfatizaram foram, por exemplo, “a universalização dos direitos humanos, a igualdade entre homens e mulheres, a centralidade da vida familiar e a importância dos direitos econômicos e sociais” (2003, p. 282).

Diante do exposto, pudemos perceber que o aparecimento desses novos sujeitos antes escamoteados só foi possível a partir de uma minuciosa leitura das fontes oficiais, possivelmente, foi isso que faltou a toda uma historiografia que simplesmente desconsiderou a atuação dos países latino-americanos. Após nos debruçarmos em muitos autores que escreveram sobre essa história da Declaração Universal, notamos que mesmo autores importantes e reconhecidos por seus pares, por apresentarem pesquisas sólidas e bem documentadas, não conseguiram se desvencilhar completamente do discurso impregnado na época, de que existiam apenas duas potências hegemônicas (Estados Unidos e União Soviética) que dominavam todos os discursos e debates possíveis, em qualquer área. Dizendo de outra forma, a historiografia desse período se rendeu a uma retórica da Guerra Fria e considerou apenas as duas grandes potências da época como os dois maiores locutores da Comissão de Direitos Humanos. Isto é, não conseguiram perceber que para além da dicotomia ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, havia outros países com propostas e pretensões diferentes desses dois. Acreditamos que esse foi um dos fatores que os impossibilitaram de enxergar outros atores históricos, para além dos membros das duas grandes potências, também muito importantes para a elaboração desse documento marcante para o período.

O cientista político norte-americano Jack Donnelly, é um representante desse tipo de historiografia, o mesmo acerta ao criticar a visão dicotômica quando se fala em “direitos civis e políticos” e “direitos econômicos, sociais e culturais”, mas exagera ao atribuir o nascimento dessa dicotomia apenas à rivalidade ideológica declarada entre os Estados Unidos e a União Soviética na Guerra Fria. (DONNELLY, 2013, p. 40). Isso porque a defesa desses “direitos econômicos, sociais e culturais” em favor dos “direitos civis e políticos” (defendidos pelos EUA), não aconteceu apenas pela União Soviética e seus países apoiadores. Em incontáveis momentos, durante as reuniões da Comissão de Direitos Humanos, os delegados latino-americanos só terminavam a fala quando a votação em prol desses direitos fosse aprovada, como pode ser percebido na transcrição de uma parte da reunião:

At the request of the Chairman, Mr. Cassin (France) read the report of the Informal Drafting Group. It read as follows: “The Informal Drafting Group, composed of the representatives of France, the United States and the USSR met on Wednesday, 13 October in the forenoon.

“1. The Group accepted a USSR amendment to article 2 providing for the addition, between the words ‘property or other status’ (situation de fortune ou autre) and the words ‘or national or social origin’ (d’origine nationale ou sociale), of the word *soslovie* in the Russian text which is translated by the word *naissance* in the French

text and 'birth' in the English text. The literal translation of the word *soslovie* would be *état* in French and 'estate' in English, but the Group noted that those words, as currently used, no longer had their former meaning.

"2. The Informal Drafting Group did not reach unanimity regarding the scope of its terms

of reference in connexion with the suggestions of the French representative to substitute the word 'opinion' (opinion) for the words 'political or other opinion' (opinion politique ou autre) and the words 'property or social status' (situation de fortune et condition sociale) for the words 'property or other status' (situation de fortune ou autre)." [...]

Mr. Santa Cruz (Chile) said that the Yugoslav representative was mistaken in his assertion that the representative of Chile had opposed discussion of the substance of article 2. **What the latter had said was that the discussion on article 2 should not be used as a pretext for launching into political speeches directed against particular countries, as had been done by certain members of the Committee.**

Mr. Pérez Cisneros (Cuba), referring to the suggestion that the word "birth" should be added to article 2, agreed fully with the idea behind the proposed addition, but he questioned the appropriateness of the word itself. Article 1, as adopted by the Committee, stated that all human beings were born free and equal. Article 2 then, should not appear to contradict that statement of faith by implying that a distinction could be made between human beings for reasons of birth. He therefore suggested that some words such as "social condition" or "social status" might be used instead of the word "birth". [...]

Mr. Pavlov (Union of Soviet Socialist Republics) explained that the Informal Drafting Group had agreed that the Russian word *soslovie* referred to a legally-sanctioned inequality such as had existed in feudal Europe when different groups of people had, by reason of their birth, different rights and privileges. Although such inequalities no longer existed in most countries, there were still some remnants of that social structure left; the fight against those remnants should be continued by a definite statement in the draft declaration. If the Committee agreed that the declaration should contain the principle he had raised, the idea should be made perfectly clear. He therefore suggested that the word "estate" should be inserted, in parentheses, after the word "birth".

Mr. Habib (India) and Mr. Perez Cisneros (Cuba) opposed the motion of closure on the grounds that the Committee had not yet found the appropriate word.

Mr. Jimenez de Arechaga (Uruguay) said that the various words suggested were not altogether acceptable when translated into Spanish. The word "class", for example had an economic meaning. What was wanted was an expression to the effect that no discrimination should exist between groups. The word "birth" was more flexible, but neither "class" nor "caste" was accurate. He suggested the insertion of the Latin word *status*; it was known in all countries and it implied that there should be no discrimination on either social, religious or economic grounds.

Mr. de Alba (Mexico) felt it was natural that there should be some linguistic confusion. The Drafting Group's suggestion was not satisfactory and the Chilean representative's proposal was too vague. The USSR representative had wanted to state that there should be no inherited privileges, but even that expression was not sufficiently clear. Certain words might give rise to controversy and for that reason, he agreed with the Belgian representative who said he would prefer the use of the simple word "class". It had been in use long before the appearance of the Communist Manifesto, as was shown in the writings of Thomas Jefferson.

Mrs. Roosevelt (United States of America) pointed out that the declaration was intended for ordinary, not learned people and from that point of view, the original text seemed the most satisfactory. Although class and caste distinction still existed, human beings were trying to outgrow the use of such words. In her opinion, the words "property or other status" took into consideration the various new suggestions that had been made. [...]

Mr. de León (Panama) moved the closure of the debate on article 2.

The Chairman put the motion for closure to the vote.

The motion was adopted by 26 votes to 8, with 10 abstentions. (HUMAN RIGHTS COMMISSION, SUMMARY RECORDS, A/C.3/SR.101, 1948, p. 141, grifo nosso).

Esse trecho da discussão em torno de alguns termos utilizados no segundo artigo do esboço da Declaração, demonstra a persistência e o poder de fala dos representantes latino-americanos. Nesse excerto Santa Cruz (Chile), Pérez Cisneros (Cuba), Jiménez de Aréchaga (Uruguai), De Alba (México), De León (Panamá) lutaram juntos, com a arma da persuasão, a fim de imporem seus interesses e dos países que estavam representando. Ressaltamos que esses embates se repetem em diversos encontros da Comissão de Direitos Humanos, e em quase todos a voz da maioria vence, isto é a moção de algum representante latino-americano é adotada em quase todos os momentos devido a esse apoio mútuo e ao maior número de delegados originários dessa mesma região. Adicionado a isso, ao final de toda essa discussão e do processo de aprovação de cada frase dos trinta artigos, a União Soviética inclusive se absteve de votar e aprovar qualquer artigo da Declaração, mesmo aqueles que continham os direitos econômicos, sociais e culturais. Assim sendo, o que faltou a Donnelly foi a perspicácia de perceber, nas entrelinhas das fontes, que muitos outros personagens (para além dos EUA e da URSS) também foram protagonistas nesse período.

Alcançamos com esse artigo inicial alguns resultados provisórios, contudo, esperamos, ao final dessa pesquisa, alcançar todos os resultados pretendidos nessa tese, isto é, identificar qual foi a real participação dos delegados latino-americanos no processo de escrita da DUDH tanto por meio da comparação estabelecida entre os dois tipos de fontes já apresentadas, como também por intermédio de uma revisão bibliográfica pertinente a todas as questões que envolvem essa temática. Nesse sentido, a análise das fontes e a inquirição da historiografia dos direitos humanos caminharam juntas, ao passo que as lacunas, da literatura especializada escolhida, foram identificadas e complementadas com os discursos presentes tanto nas fontes públicas quanto nas privadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FONTES

COMMISSION ON HUMAN RIGHTS, DRAFTING COMMITTEE ON AN INTERNATIONAL BILL OF HUMAN RIGHTS, E/CN.4/AC.1/3 and Add.1, 1947. Disponível em: <http://www.un.org/law/avl/>

HUMAN RIGHTS COMMISSION, SUMMARY RECORDS, A/C.3/SR.95, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/law/avl/>

HUMAN RIGHTS COMMISSION, SUMMARY RECORDS, A/C.3/SR.101, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/law/avl/>

ROOSEVELT, Eleanor. As memórias de Eleanor Roosevelt. Trad. Hélcio de Oliveira Coelho. Difusão Pan-americana do livro. Belo Horizonte: 1963.

ROOSEVELT, Eleanor. *Human Rights Commission, Summary Records*. E/CN.4/AC.2/SR.9. In: SCHABAS, William A. *THE UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS: The travaux préparatoires. Volume I October 1946 to November 1947*. Cambridge University Press, 2013.

SANTA CRUZ, Hernán. *Cooperar o Perecer: El dilema de la comunidad mundial*, vol. 1. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

VICTORICA, J. J. C. *Human Rights Commission, Summary Records*. E/CN.4/SR.34 In: SCHABAS, William A. *THE UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS: The travaux préparatoires. Volume I October 1946 to November 1947*. Cambridge University Press, 2013.

• BIBLIOGRAFIA

CAROZZA, Paolo G., *From Conquest to Constitutions: Retrieving a Latin American Tradition of the Idea of Human Rights*. Scholarly Works. Paper 58, 2003.

DONNELLY, Jack. *Universal human rights in theory and practice*. Cornell University Press. 3rd ed. 2013.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos Indivíduos*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1994.

GLENDON, Mary Ann. *A world made new. Eleanor Roosevelt and the universal declaration of human rights*. New York: Random House, 2001.

MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MANGER, William. *El pan-americanismo y las Conferencias Panamericanas*. Union Panamericana. Washington, DC. 1938.

MORSINK, Johannes. *The Universal Declaration of Human Rights origins, drafting, and intent*. University of Pennsylvania Press. 1999.

VIZACARRA, Ana Elizabeth Villalta. *XXXIII Curso de Derecho Internacional*. "El Derecho Internacional en las Américas: 100 años del Comité Jurídico Interamericano". Sede del Comité Jurídico Interamericano. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

A ESCRITA DA HISTÓRIA NA FILOSOFIA DE WALTER BENJAMIN

*Frederico Menezes Brandão*¹⁶⁸

RESUMO: Este ensaio visa contemplar a relação entre história e linguagem sob à luz da filosofia crítica de Walter Benjamin; no conjunto dessa articulação situaremos nossa reflexão em torno da relação existente entre alguns textos, como o ensaio “Sobre o programa da filosofia vindoura”, e a sua tese de doutoramento, “O conceito de crítica de arte no romantismo alemão”. Nossa hipótese é de que há um ‘fio condutor’ entre estes dois textos de juventude que apontam para uma prática de escrita experimental, presente no conjunto de sua obra, e que congrega crítica da modernidade e filosofia da linguagem. Trata-se assim, de caracterizar alguns conceitos que se articulam na teoria da linguagem benjaminiana, mas não para arranjá-los em formas acabadas de interpretação, e sim para projetar um horizonte da configuração de ideias qual foram concebidas. Para tanto, a comunicação consistirá na breve apresentação do projeto benjaminiano de uma *escrita crítica da história* em três níveis de sua obra: a reflexão sobre a linguagem, o anseio por uma renovação epistemológica e a potencialidade da crítica histórica na linguagem.

Palavras-chave: Linguagem, História, Modernidade, Experimentação.

Linguagem e História

A obra do filósofo e crítico berlinense Walter Benjamin é objeto de constante recepção em diversos campos do saber, tendo como uma de suas características centrais o fato de sempre suscitar debates contemporâneos. No cerne desta afirmação podemos situar o caráter abrangente da produção de Benjamin, que sempre fora um pensador *limiar*, algo que confere indelével atualidade ao seu trabalho. Entre esses limiares se colocam suas reflexões sobre a história, expressas desde os escritos de juventude, como em *Sobre o Programa da filosofia vindoura* de 1918, e manifestas ao longo de toda sua obra, passando pela tese de livre docência sobre o “drama barroco” alemão (escrito entre 1924 e 1925, publicado em 1928), pelos inacabados ensaios sobre o poeta Charles Baudelaire (produzidos a partir de 1938) e o projeto das *Passagens* (iniciado no fim dos anos 1920 e desenvolvido entre 1932 e 1934), culminando no póstumo *Sobre o conceito de história* de 1940.

Walter Benjamin refletia diretamente sobre o campo da história, muito embora não fosse historiador de formação e nem possua textos em que esta seja o seu objeto fundamental. Em sua filosofia, a história aparece mais como um fio condutor, mais como problemática do que como tema; ele utiliza a história como entre-lugar, como *passagem*.

Em Benjamin, pensar a história implica buscar uma concepção de tempo diversa daquela sustentada pelo o que ele chama de “historicismo vulgar” e de “historiografia progressista”. O

¹⁶⁸ Mestrando em História UFG. fredericomenezesbrandao@gmail.com.

pressuposto comum a ambos é a sustentação de uma falsa imagem de totalidade apoiada na continuidade e que por não pertencer ao domínio da história autêntica e da verdade “[e]scapa a ela os pontos em que a tradição se interrompe [...]” [N 9a, 5] (BENJAMIN, 2006, p. 516). Desse modo, para o pensador alemão, cabe ao historiador o seu desvelamento (da interrupção) e sua apresentação na história pelo que se manifesta na descontinuidade e no alheamento: a linguagem.

O já citado texto de 1918 expressa a ideia do estabelecimento de um conceito de experiência fundamentado não sobre as égides dos paradigmas das ciências naturais ou da física moderna e sim numa reflexão sobre a linguagem (MACHADO, 2013). Benjamin estava preocupado com a tenacidade do sistema kantiano em constituir experiência e a sua relação com o conhecimento sob a forma de um modelo empírico-científico. Para ele, Kant deixa de lado o teor metafísico mais valioso e profundo, que pode ser encontrado “para além dos limites da epistemologia”. (BENJAMIN, 2000, pp. 103-104). Benjamin ainda considera que um modelo de experiência fundado sobre uma filosofia da linguagem possibilitaria a abertura de âmbitos do conhecimento distintos e inexplorados. No interior desta reflexão sobre a linguagem, ao lado da religião, ele situa a história.

Na dissertação sobre o “drama barroco” (BENJAMIN, 1984) evidenciamos a prática de tal filosofia da linguagem. Sob a forma de uma densa discussão estética e epistemológica, a história aparece como fazendo parte do instrumental teórico-metodológico que sustenta sua hipótese: a abordagem monadológica do *trauerspiel* propicia uma imagem daquele período. Benjamin pôde perceber (BOLLE, 1998), que os teores históricos do contexto absolutista representados em tais dramas vinculavam-se aos teores históricos de seu tempo, o período da República de Weimar¹⁶⁹.

No ciclo das *Passagens* (BENJAMIN, 2006) vários temas são articulados – a moda, as estações ferroviárias, o colecionador, o *flâneur* – e interpretados enquanto categorias históricas e expressões de linguagem, constituindo o projeto de uma montagem material da história do século XIX.

Como um último exemplo, e talvez o mais emblemático, temos o escrito das “teses” *Sobre o conceito de história* (BENJAMIN, 2005). Apesar desse título, este é um texto caracterizado eminentemente pelo seu teor de crítica política. Trata-se da mobilização de elementos aparentemente distintos (teologia e materialismo, por exemplo), a fim de advertir sobre os infortúnios que decorreriam da concepção progressista da história, sustentada tanto

¹⁶⁹ Segundo Willi Bolle, tanto no trabalho das *Passagens* ou quanto em ensaios como *A Modernidade*, Benjamin define a época de Baudelaire - e por afinidade, sua própria - com uma metáfora barroca. Cf. BOLLE, W. *A modernidade como “Trauerspiel”*. *Representação da história em W. Benjamin, “Origem do drama barroco alemão”*. Revista de História USP, N. 119, pp. 43- 68. 1988.

pelo marxismo de matiz ortodoxa quanto pelas práticas políticas adotadas pela social-democracia alemã que, mediante uso de um discurso reformista, provocara o conformismo na classe operária e nesse contexto de incertezas e inflexibilidade é que desponta o partido nacional socialista.

É neste sentido que podemos situar o esforço intelectual empreendido por Benjamin na superação da concepção de tempo homogêneo apoiado no “progresso da história”, como podemos encontrar na tese XVI: “O Historicismo arma a imagem ‘eterna’ do passado, o materialista histórico, uma experiência com o passado que se firma aí única” (BENJAMIN, 2005, p. 128). Pois, faz-se necessário resistir à propensão de considerar o passado sob a perspectiva do fechado e do realizado. É preciso reabrir o passado e retomar suas potencialidades, e o caminho que torna isso possível é o de uma reflexão sobre a linguagem.

Os quatro textos apresentados sumariamente acima, denotam a pluralidade do trabalho de Walter Benjamin, o seu constante ziguezague entre limiares e fronteiras diversas, no sentido de reunir a proposta de uma crítica e de uma filosofia da história, que caminhem em direção oposta à universalidade enredada no âmago da modernidade e do *Aufklärung*. São, sobretudo, as considerações acerca da linguagem e daí sua *passagem* pelo campo da história, que orientam Benjamin na organização de uma filosofia renovada.

Posto que a obra de Benjamin transita entre limiares, faz-se necessário o estabelecimento de um modo de abordagem específico dos textos-fontes. A proposta é de apresentar a possibilidade de pensar a teoria da história a partir da filosofia da linguagem de Walter Benjamin, mais precisamente partindo da sua teoria da narração. Para tanto, tenciona-se debruçar sobre algumas noções fundamentais, que tem como eixo comum a crítica benjaminiana da modernidade. As três noções fundamentais para a teoria da narração e, por conseguinte, para uma teoria da história em Benjamin são: “experiência” (*Erfahrung*), “alegoria” (*Allegorie*) e “tempo-de-agora” (*Jetztzeit*).

O objetivo deste ensaio é apresentar o papel que, segundo Benjamin, estas *imagens* desempenham na experiência da construção narrativa. Intérpretes como Jeanne M. Gagnebin, já relacionaram a noção de experiência à prática da escrita da história, que nas suas palavras perpassa “a ideia de que uma reconstrução da ‘Erfahrung’ deveria ser acompanhada de uma nova forma de narratividade” (GAGNEBIN, 1994b, p. 09).

Há de se notar, portanto, a resoluta relação entre linguagem, história e escrita presente no interior da filosofia de Benjamin e que podemos estudá-la partindo de algumas imagens já citadas.

Experimentum linguae: A degradação da experiência na modernidade

Na filosofia de Benjamin a história é construída na medida em que é narrada, narrar a história é construir a história; neste processo o sujeito se constitui no próprio ato da narração. A característica central dessa filosofia reside na renúncia da concepção progressista de marcha histórica e no estabelecimento de uma relação crítica com o passado, capaz de romper com o pressuposto teleológico-evolutivo que sustenta um conceito de história estagnador. Segundo Jürgen Habermas (2000, p. 20), a renúncia benjaminiana “dirige-se a uma tal degeneração da consciência de tempo da modernidade, aberta ao futuro.

Onde o progresso coagula, tornando-se norma histórica, é eliminada da relação do presente com o futuro a qualidade do novo, a ênfase no começo imprevisível”. Tocamos aqui, na questão da experiência do tempo e da maneira que ela incide sobre as nossas concepções de história e na linguagem que as configuram.

Este debate perpassa as críticas de Benjamin à ideologia do progresso e elas assumem um ponto significativo para o debate aqui proposto. Um dado já antes informado, mas que devemos retomar, é o de que tanto os discursos pertencentes a “historiografia burguesa”, quanto a “historiografia progressista”, obedecem à um pressuposto comum e que sustentam uma falsa imagem de totalidade apoiada na continuidade, a saber: a concepção de tempo vazio. Este, por sua vez, preenchido pelo mito do progresso, engendra uma tradição narrativa excludente, que leva em conta somente os “grandes atos” e os “vencedores”. Diante desta perspectiva, Benjamin insurge contra tal degeneração da consciência de tempo, concentrada no futuro, e postula a noção do *jetztzeit*, o “tempo-de-agora” ou “tempo-presente”.

Tal reivindicação do agora subjaz a crítica da noção de progresso e das condições de possibilidade da linguagem que lhes são próprias. Benjamin quer “salvar” o passado no presente rejeitando a propensão ao futuro que tem como via a visão de progresso. Em textos dos anos 1930, como em *O Narrador* (BENJAMIN, 1994), ou ainda nos ensaios sobre Kafka, podemos observar o desenvolvimento de uma teoria benjaminiana da narração no sentido de se afirmar como contraposta à ideologia do progresso: a forma narrativa característica desse contexto de perda da experiência, defendida por WB, injeta força sobre a vida prática na medida em que é destituída de sua profusão de sentido¹⁷⁰, promovendo assim, a abertura da história. A “questão

¹⁷⁰ É interessante, indicar aqui, a força das obras de dois autores fundamentais para Benjamin na constituição de seu pensamento: Kafka e Proust. A questão da destituição do sentido e mais além, à problemática do esquecimento, apoia-se na particularidade da prosa kafkiana. De outro lado, Benjamin retoma Proust ao remeter às questões da memória. Elegeremos para desenvolvimento de nosso texto, alguns fragmentos da obra de Kafka, visto que a partir dela temos condições de apontar os elementos que chamaram a atenção de Benjamin para sua crítica à modernidade e contribuíram para o desenvolvimento de uma teoria da narração. Cf. BENJAMIN, W. *Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas. Vol. 1*. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense. 10ª reimpressão, 1996.

do sentido traz a necessidade de concluir, de pôr um fim na história” (GAGNEBIN, 1994b, pp. 14-15).

O tipo de narrativa tradicional caracteriza-se pelo aspecto da abertura, do seu inacabamento, enquanto que a narrativa na modernidade apresenta um caráter findado, que força a admissão de um sentido ao narrado (como por exemplo no romance). Na abertura se inscrevem as possibilidades, inclusive as possibilidades relacionadas à práxis política. Algo de substancial ao pensar a teoria da história em Benjamin, e que não se pode perder de vista, é que a problemática de escrever e de narrar a “história remete às questões mais amplas da prática política” (GAGNEBIN, 1994b, p. 07).

Remontando mais uma vez às “teses”, uma das críticas explícita na tese XII, tem por alvo o conformismo estagnador da ação revolucionária, suscitado pela concepção social-democrata de tempo linear e cíclico, que tem um sentido correlato à ideologia do progresso. O reformismo defendido por Friedrich Ebert e Philipp Scheidemann – líderes do partido Social Democrata Alemão – e sua postura antirrevolucionária, propositora de alianças e estratégias de controle dos sindicatos, seriam prova da atitude desleal do partido em relação à massa operária (LOUREIRO, 2005). Em outras palavras, os social-democratas seriam traidores da causa socialista, pois, a situação alemã de agravante crise econômica e a fome que assolava a população seria resultado de uma política sem sustentação, que deu margens para a emergência do movimento nacional-socialista.

O partido social-democrata, ao lançar mão do discurso reformista, provocou o conformismo na classe operária, estagnando o campo de ação dos trabalhadores e suas potencialidades revolucionárias, minando assim o seu horizonte de expectativas, conferindo uma forma acabada àqueles eventos históricos¹⁷¹. Dessa forma e nesse contexto de inflexibilidade dos jogos políticos, o partido nacional socialista surgiu e posteriormente estabeleceu-se no poder. Para Benjamin, trata-se de romper com tal estagnação conformista, suscitada pela social-democracia e que se sustenta na concepção progressista da história.

Se quisermos responder à pergunta de em que consiste a noção de progresso à qual Benjamin se opõe, é necessária a retomada destes temas políticos e, para além, temos de nos remeter a alguns pressupostos, não somente da sua filosofia da linguagem, mas de sua análise da modernidade. É no desenvolvimento de uma “teoria crítica da modernidade” que Benjamin procura atestar os conceitos de sua filosofia da linguagem.

¹⁷¹ Estamos nos referindo aos acontecimentos da Revolução Alemã de 1918. Cf. LOUREIRO, I. *A Revolução Alemã 1918- 1923*. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Partindo da articulação das noções de *Erfahrung* e *Allegorie*¹⁷² é possível constatar a pobreza do homem moderno, sitiado por sua existência privada (intensificação da vivência – *erlebnis*) e pela solidão. Neste sentido, “[a] experiência se torna definitivamente problemática e a sua possibilidade depende de uma construção vinculada à escrita” (MURICY, 1998, p. 184). A escrita, por sua vez, vincula-se ao ato de transmissão da experiência, que, em face de seu atrofiamiento, a impossibilidade do narrar e de tão logo transmitir, desemboca na utilização de uma forma alegórica, a única possível num contexto fragmentário.

Em *A Origem do Drama Barroco Alemão*, a *Allegorie* surge enquanto categoria fundamental para a construção de uma teoria da narração. Nas obras dos autores barrocos analisadas, Benjamin constatou que o recurso à alegoria era empregado como expressão de uma “falta de sentido” associada a uma existência pautada na morte e no pecado. Ela seria ainda, o efeito da fragmentariedade identitária do sujeito moderno, incapaz de construir sua própria narrativa.

A alegoria “cava um túmulo tríplice: o do sujeito clássico que podia ainda afirmar uma identidade coerente de si mesmo e que, agora, vacila e se desfaz; o dos objetos que não são mais depositários de estabilidade [...]; enfim, o do processo mesmo de significação” (GAGNEBIN, 1994b, p. 46). Nesta mesma perspectiva, Benjamin também atribui um contorno alegórico à própria história, enquanto “processo mesmo de significação”.

Ele enxerga nas sociedades modernas o terreno desolado da experiência. Na medida em que o capitalismo industrial se desenvolve, empregando massivamente a instrumentalização técnica, faz sucumbir a transmissão, a troca, das experiências humanas. “Esta perda da experiência comunicável acarreta o divórcio entre os interesses interiores do homem e os de sua vida coletiva” (MURICY, 1998, p. 188). Tal é o indivíduo isolado, solitário, aquele indivíduo característico da expressão literária que, segundo Benjamin marca o declínio da narrativa: o romance.

Observamos aqui a amplitude e importância da noção de experiência, situando-se no centro da reflexão e mediando as noções de linguagem e de tempo na construção de uma crítica ao projeto moderno, por sua vez liderado pela imagem ininterrupta do progresso.

O historiador dos conceitos Reinhart Koselleck (2006), em seus estudos sobre semântica histórica e tempo histórico, inseriu na historiografia das últimas quatro décadas, duas categorias que em grande medida oportunizam a compreensão do que se convencionou chamar de

¹⁷² “A prioridade dada à escrita, a partir do livro sobre o barroco e, principalmente, em razão de sua noção de alegoria, determinará a nova compreensão de experiência. Ela é agora objeto de uma *construção*. É esta compreensão que poderá representar uma alternativa para uma época que sofre o que Benjamin apresenta como derrocada geral da experiência, no contexto de sua análise da modernidade” (MURICY, 1998, p. 183).

modernidade: *espaço de experiência e horizonte de expectativa*. Seu pressuposto geral é de que a *Neuzeit* (modernidade) tem início ou, de modo mais expressivo, obtém condições de se auto-compreender assim, uma vez que transcorre o gradual apartamento entre horizonte de expectativa e espaço de experiência.

Há uma sobreposição das expectativas e desse modo, um afastamento das experiências até então reunidas (KOSELLECK, 2006, p. 282ss). À luz dessa consideração é possível compreender a modernidade como uma época radicalmente orientada para o futuro. A tradição, que caracteriza o espaço de experiência, é gradativamente renunciada em detrimento da novidade, das promessas deste novo tempo. Ademais, partindo desta cisão entre a tradição e o novo, é que nascera a consciência moderna da “história em movimento” (KOSELLECK, 2006, pp. 287-288).

Partindo do par de categorias *espaço de experiência e horizonte de expectativa*, a reflexão sobre a modernidade proposta por Koselleck pode nos encaminhar ao entendimento do ponto o qual parte a crítica de Benjamin à filosofia da história de matiz hegeliana. De um lado, há a renúncia do passado à sombra do depreciativo “idade das trevas” e o culto aos “novos tempos”, o que imperiosamente acarreta um estreitamento do campo da experiência, dado que as expectativas agora valorizadas como preceito para normatização da ação vão muito além do já realizado. Em contrapartida, o horizonte de expectativa passa a se orientar gradativamente por um futuro impreciso.

Esta constatação levou Benjamin a verificar que tal condição nos lança frente a um abismo, situado entre as expectativas puramente utópicas (crença no progresso) e um passado consumado (declínio da experiência). Abismo este que é a fonte do conformismo, o principal adversário da nova consciência histórica proposta por Benjamin. Contra a atrofia da experiência o passado deve se reavivado.

Considerações finais: Abertura da história

“Re-avivar” o passado no presente, esta é a sua proposta: seu ponto de partida, no entanto, seria através da restauração de uma experiência coletiva (*Erfahrung*) e pela transmissibilidade na linguagem. No conjunto dessa articulação, ele recorta a reflexão sobre a linguagem num sentido mais amplo, em torno da escrita. Dessa maneira, elege a literatura como ponto de partida na apresentação dos elementos que manifestam o declínio da experiência coletiva e o processo de alegorização, tal como as modificações em torno da figura do narrador.

Desse modo, a obra de Franz Kafka fora para Benjamin objeto de vívido interesse, sobre a qual este produziu dois ensaios. Um texto lido na rádio de Frankfurt, em janeiro de 1931, que foi posteriormente retomado no célebre ensaio de 1934, *Franz Kafka: A propósito do décimo*

aniversário de sua morte (BENJAMIN, 1996). Em ambos os ensaios, Benjamin aponta diversos aspectos da escrita kafkiana porém, sem propor esquemas interpretativos. Em grande medida, ele critica duramente as interpretações teologizantes da obra de Kafka, mas no entanto, não apresenta nenhuma via sistemática alternativa, mantendo os textos em estado de abertura. O que mais chama a atenção de Benjamin nos contos e novelas kafkianas, e que podemos situar como nuclear em suas reflexões sobre a crise da experiência na modernidade, é o tema do *adiamento do sentido*.

No adiamento do sentido ou, para mais além, na sua suspensão, se inscrevem a abertura e as possibilidades. Esta ideia da abertura aparece essencialmente no texto das *teses*, em específico nas II, III e IV, quando Benjamin trata da (re)construção do passado empregando a categoria da redenção, a “esperança dos condenados”.

É preciso, pois, ter esperança e reconhecer que a abertura se apresenta célere e furtiva, como um lampejo (tese V e VI). A abertura é expressa conforme o grau de narratividade, todavia, em decorrência da ausência de uma experiência comum (e logo, de uma memória comum) deparamo-nos com a suspensão do sentido – a alegorização. Houve uma alteração da transmissibilidade legada através da experiência.

Kafka desenvolve suas narrativas suspendendo o seu sentido e é este aspecto, que Benjamin reconhece como o grande contributo de sua obra e também expressão da engenhosidade do autor tcheco. A forma com que Kafka lida com a deformação no campo da *Erfahrung*, por meio da transmissão do fragmentário, lhe confere, segundo Benjamin, o aspecto de narrador tradicional – não interfere na narrativa e nem direciona a interpretação do leitor.

Nas primeiras linhas da novela *A metamorfose* (KAFKA, 2012, p.227), a estranha história do homem metamorfoseado em inseto, Gregor Samsa pergunta: “O que aconteceu comigo?” e o narrador prossegue categoricamente, para não nutrir expectativas aparentes: “Não era um sonho”; o narrador se limita a constatar a metamorfose, deixando de lado qualquer ironia ou explicação. Poderíamos ainda, chamar a atenção para o recurso que Kafka usa nesta novela, o foco narrativo. Não é o personagem-inseto quem conta a história, muito embora ela seja narada a partir da sua perspectiva.

Ainda sobre o adiamento do sentido e a transmissão do fragmentário, há um escrito de Kafka, *Uma mensagem imperial*, do qual Benjamin gostava particularmente. Ela é a narrativa que exemplifica a tentativa arruinada de transmissão da palavra e evidencia a moderna incapacidade de narrar, vale a pena sua citação completa:

O imperador – assim consta – enviou a você, o só, súdito lastimável, a minúscula sombra refugiada na mais remota distância diante o sol imperial, exatamente a você o imperador enviou do leito de morte uma mensagem. Fez o mensageiro se ajoelhar ao pé da cama e segredou-lhe a mensagem no ouvido; estava tão empenhado nela que o

mandou ainda repeti-la no seu próprio ouvido. Com um aceno de cabeça confirmou a exatidão do que tinha sido dito. E perante todos os que assistem à sua morte – todas as paredes que impedem a vista foram derrubadas e nas amplas escadarias que se lançam ao alto os grandes do reino formam um círculo –, perante todos eles o imperador despachou o mensageiro. Este se pôs imediatamente em marcha; é um homem robusto, infatigável; estendendo ora um ora o outro braço, ele abra caminho na multidão; quando encontra resistência aponta para o peito onde está o símbolo do sol; avança fácil como nenhum outro. Mas a multidão é tão grande, suas moradas não têm fim. Fosse um campo livre que se abrisse, como ele voaria! – e certamente você logo ouviria a esplêndida batida dos seus punhos a porta. Ao invés disso porém – como são vãos os seus esforços; continua sempre forçando a passagem pelos aposentos do palácio mais interno; nunca irá ultrapassá-los; e se o conseguisse nada estaria ganho: teria de percorrer os pátios de ponta a ponta e depois dos pátios o segundo palácio que os circunda; e outra vez as escadas e pátios, e novamente um palácio; e assim por diante, durante milênios; e se afinal ele se precipitasse do mais externo dos portões – mas isso não pode acontecer jamais, jamais – só então ele teria diante de si a cidade-sede, o centro do mundo, repleto da própria borra amontoada. Aqui ninguém penetra; muito menos com a mensagem de um morto. – Você no entanto está sentado junto à janela e sonha com ela quando a noite chega. (KAFKA, 2012, p. 178)

Claro está, a incapacidade de se legar experiências, de legar a palavra, entretanto, ao final da narrativa, sugere-se que ao mesmo tempo, a deficiência na transmissão da palavra não aniquila o desejo de realizá-la, “Você no entanto está sentado junto à janela e sonha com ela quando a noite chega”. O sentido está suspenso, falta-nos o acesso a uma palavra comum. Como escreveu Jeanne M. Gagnebin (1994b, p. 18), “[p]oderíamos arriscar um paradoxo e dizer que a obra de Kafka, o maior ‘narrador’ moderno, segundo Benjamin, representa uma ‘experiência’ única: a da perda da experiência, da desagregação da tradição e do desaparecimento do sentido primordial”.

As narrativas de Kafka podem ser delineadas a partir de seu alcance crítico e deste seu caráter de abertura. Estes são sintomas da descrença no progresso e da consciência de uma falta a qual não se sabe como preencher. Benjamin e Kafka compartilham dessa descrença no progresso e partindo de tal perspectiva em comum o filósofo localizou a grandiosidade da obra kafkiana:

Kafka rola o bloco do processo histórico, como Sísifo rola seu rochedo. Nesse movimento, o lado de baixo desse bloco se torna visível. Não é um espetáculo agradável. Mas kafka consegue suportar essa visão. ‘Ter fé no progresso não significa julgar que o progresso já aconteceu. Isso não seria mais fê.’ A época em que ele vive não representa nenhum progresso com relação ao começo primordial. Seus romances se passam num lamaçal. (BENJAMIN, 1996, p. 155)

Desmistificando a crença no progresso, as narrativas de Kafka “se passam num lamaçal”, e considerando que a leitura de Benjamin valoriza a experiência histórica do autor podemos apontar que sua obra seria a mais indicada para aprendermos sobre a história do século

XX¹⁷³. O atrofiamento do sentido e o declínio da experiência característicos da modernidade criticada por Benjamin, são as imagens recorrentes nas alegorias de Kafka que nos permitem pensar a experiência de empenhar-se numa ação já fadada ao fracasso, como Sísifo ao rolar eternamente sua pedra.

Para Benjamin, trata-se de estipular uma escrita da história que leve em consideração a “corvéia sem nome” (BENJAMIN, p. 70, 2005) e seja capaz de estabelecer formas de transmissão da experiência coletiva pautadas numa concepção de “tempo-de-agora”, que rompa com a linearidade e com a noção de progresso. É neste tempo que se inscreve a possibilidade, a abertura. A força da literatura de Kafka se apresentaria neste sentido: de mobilizar elementos na linguagem literária, mesmo que de maneira alegórica, na esperança de manter praticável a transmissibilidade da experiência, ainda que aos fragmentos.

Referências

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas. Vol. 1. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense. 10ª reimpressão, 1996.

_____. *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1999.

_____. *Selected Writings, Vol I. (1913 - 1926)*. Ed. Marcus Bullock e Michael Jennings. Tradução para o inglês: vários tradutores. Cambridge London: The Belknap Press of Harvard University Press, s.d.

_____. *Sobre a linguagem em geral e a linguagem do homem*. In: Escritos sobre mito e linguagem. Organização, apresentação e notas de Jeanne-Marie Gagnebin; tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011.

_____. *Teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de J. M. Gagnebin e Marcos L. Müller. In: LÖWY, M. Walter Benjamin: Aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

GAGNEBIN, J. M. *Walter Benjamin ou a história aberta*, prefácio a Walter Benjamin, Obras escolhidas I. São Paulo, Brasiliense, 1994.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Tradução Luiz Sergio Repa. Rodnei Nascimento. São Paulo; Martins Fontes. 2000.

KAFKA, F. *Uma mensagem imperial*. In: Kafka Essencial. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁷³ Neste sentido, poderíamos citar ainda a novela *O processo* (KAFKA, 1982), que nos transmite com maestria a sensação de impotência e aflição do indivíduo frágil em face às instituições e ao curso da história: o mundo kafkiano, das chancelarias, dos departamentos burocráticos, da “Lei” e de seus personagens isolados, distantes e inatingíveis.

MACHADO, F. P. *Imagem e consciência da história: pensamento figurativo em Walter Benjamin*; Trad. Milron Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola. 2013.

MURICY, K. *Alegorias da Dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

EDUCAÇÃO EM GOIÁS: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE

*Gleison Peralta Peres*¹⁷⁴

RESUMO: Este artigo apresenta algumas considerações sobre a pesquisa de mestrado em história da PUC Goiás que está em desenvolvimento, baseada no estudo bibliográfico. Para a produção deste artigo, realizamos um breve histórico da implantação do ensino superior no estado de Goiás que se inicia em meados do século XIX até a criação da primeira universidade do centro-oeste, abordando ainda a importância de alguns líderes religiosos da Igreja Católica juntamente com o Presidente da República Juscelino Kubitschek, que mesmo diante de movimentos favoráveis e contrários atende o pedido dos líderes da Igreja consolidando o ensino superior no estado e na região. Diante da necessidade de ampliação da ciência e tecnologias brasileiras, foi realizado um estudo sobre os programas *stricto sensu* em História do centro-oeste e suas peculiaridades, onde foi identificado que a área de concentração predominante é da cultura.

Palavras-chave: Educação Superior; Pós-graduação; PUC Goiás.

Introdução

Este artigo tem como foco, realizar um breve histórico do ensino superior em Goiás, da criação da Universidade Católica de Goiás (UCG - atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás), como primeira instituição reconhecida no centro-oeste e por fim abordamos os programas de pós-graduação *stricto sensu* em história que estão funcionando na região.

O presente trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado em história que está em fase de desenvolvimento. Os dados explicitados a seguir são considerações iniciais sobre o primeiro capítulo que aborda o ensino superior no estado de Goiás e a criação da primeira universidade, com destaque a atuação da Igreja Católica de Goiás, através de seus líderes que viabilizaram a criação da primeira universidade do centro-oeste em 1959, que inclusive abriu possibilidades de ampliação em 1960.

¹⁷⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e bolsista da CAPES/PROSUC. Orientadora: Profa. Dra. Albertina Vicentini Assumpção. E-mail: gleisonpp@hotmail.com

Podemos perceber que a expansão do ensino superior brasileiro veio tardiamente, porque em inúmeros anos quem frequentava era uma pequena parcela da sociedade privilegiada, pois tinham condições de pagar ou de cursar as melhores faculdades/universidades. O atraso na implantação de cursos superiores durante o século XX, são reflexos da atualidade.

Por fim realizamos um breve histórico dos programas *stricto sensu* em História no centro-oeste e suas principais características de cada programa

Breve histórico do ensino superior em Goiás 1898 - 1960

O ensino superior em Goiás, bem como seu desenvolvimento proporcionou significativos avanços, dentre os mais importantes com a criação da primeira universidade do centro-oeste brasileiro a Universidade Católica de Goiás – UCG (Atual PUC Goiás, esta denominação é utilizada a partir de 2009), com o objetivo de formar profissionais qualificados a comunidade, cujo a importância da igreja católica e seu incentivo na expansão consolidaram o ensino superior no estado

Em relação a estudos relacionados ao ensino superior em Goiás Baldino (1991), afirma que não foi diferente do restante do país, principalmente pelas dificuldades enfrentadas na criação de faculdades sejam isoladas ou agregadas. Baldino aponta que com a criação do *Lyceo* em 1847 com a modalidade de ensino propedêutico sendo a primeira experiência registrada sobre o ensino superior no estado de Goiás durante século XIX. Um exemplo de implantação, foi da Academia de Direito na Cidade de Goiás em 1898, sendo oficializada somente em 1903, “Nasce o ensino superior sob a forma de Academia, com caráter profissionalizante e expressão do projeto educacional do Estado para a formação de seus quadros burocrático-jurídicos.” (BALDINO, 1991: 53).

Em relação a Academia de Direito em Goiás, Baldino (1991), afirma:

A Academia esteja inserida num Estado de pouca relevância nacional, num momento de tímidas condições de infraestrutura e desenvolvimento regional, trata-se de uma das primeiras do país, sendo precedidas pelas de Recife, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte que no momento representavam os polos mais dinâmicos da economia nacional. (BALDINO, 1991: 54)

Segundo Baldino (1991), apesar da pouca relevância em nível nacional dos cursos da Faculdade de Direito de Goiás, seus estudantes obtinham relevante prestígio social da

comunidade local¹⁷⁵, já que os estudantes estariam sendo capacitados para ocuparem os altos cargos do judiciário goiano. Posteriormente foram criados outros cursos de prestígio como menciona o autor:

a) ensino jurídico iniciado com a Academia de Direito em 1903, de natureza estadual. b) ensinos de farmácia e odontologia iniciados em 1922 e 1923 respectivamente pela Escola de Pharmacia e Odontologia (a escola de pharmacia foi fundada em 29 de março de 1922 e a de Odontologia em 09 de abril de 1923). Parece tratar-se de uma instituição de natureza estadual vez que é subvencionada com recursos orçamentários do Estado e consta das mensagens presidenciais encaminhadas anualmente ao Congresso Legislativo. (BALDINO 1991: 56)

Em 1937, houve a transferência da capital de Goiás para Goiânia, que segundo Baldino (1991), altera o modelo educacional no estado, amplia as oportunidades e a diversificação das atividades econômicas, apesar dos avanços o sentido da formação para o mundo do trabalho ainda prevalecia.

À medida que Goiânia – a nova capital do estado – vai se constituindo e configurando como um novo centro urbano comercial, no plano de infraestrutura, a educação superior se fez presente. Afinal essa área, praticamente estável por mais de três décadas, sofre impulsos consideráveis que não somente lhe trouxeram ampliação, como também diversificação. Ainda sustentada pela velha noção de ensino superior voltado à formação profissional (não projeto de universidade), novas iniciativas emergem. (BALDINO, 1991: 63)

Para Baldino (1991), com a transferência da na nova capital de Goiás, novas faculdades são instaladas como a Escola de Enfermagem em 1944, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de *Goyaz* em 1949 ambas mantidas pela Arquidiocese de Goiânia, que movimentam as discussões em torno da criação de uma universidade, que até então o estado de Goiás não possuía nenhuma registrada, pois a criação da universidade significaria avanços educacionais significativos.

Em virtude da crescente demanda do ensino superior no estado e dos inúmeros incentivos para expansão do ensino privado, já que o país estava crescendo economicamente e a necessidade de qualificar a mão de obra para os postos de trabalho era fundamental, inclusive o governo federal estimula a ampliação do ensino superior privado pois não realizava os

¹⁷⁵ Cabe mencionar os equívocos relacionados ao prestígio da comunidade, já que a instituição era pública, deveria subsidiar as oportunidades aos que mais precisassem e não os que já possuem condições de subsidiar cursos superiores (nota do autor)

investimentos necessários, optou por incentivar e facilitar dando isenção de impostos e subsidiando cursos com pagamento de bolsas. Diante dos inúmeros incentivos e não aplicabilidade de recursos públicos, alguns embates entre os defensores do ensino público e privado foram registrados como menciona Carvalho (2013):

De um lado a Igreja Católica com a criação, em 1959, da Universidade de *Goyas* de caráter privado que posteriormente, em 1972, seria denominada Universidade Católica de Goiás e, de outro a maçonaria que defendeu a criação de uma universidade pública e laica, sendo a Universidade Federal criada em 1960. Os estudos de Baldino (1991) identificaram ainda que a criação das duas primeiras universidades em Goiás ocorreu pela aglutinação de IES isoladas já existentes. (CARVALHO, 2013: 64)

Apesar das discordâncias dos grupos defensores do ensino público e privado, um fator determinante pode ser observado, ambos proporcionaram o debate para ampliar as oportunidades e forçar o governo a assumir a responsabilidade de ofertar ensino público aos que mais precisavam. Para os autores Oliveira, Amaral, Lemos e Dourado (2006) afirmam que os debates foram produtivos para a criação das principais universidades goianas:

[...] a década de 1950 foi marcada por intensos embates entre os defensores do ensino público e do privado. Como resultante desse processo tem-se a criação da Universidade Católica de Goiás (UCG), em 1959, e da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1960, primeira universidade federal criada na região centro-oeste. (OLIVEIRA, AMARAL, LEMOS, DOURADO, 2006: 26)

Como percebemos o ensino superior goiano apesar de ser implantado tardiamente, trouxe inúmeros avanços, principalmente com a transferência da capital e do momento histórico vivenciado a nível nacional com a expansão do ensino superior para atender a profissionalização/qualificação dos trabalhadores para ocupar inúmeros cargos públicos de prestígio, principalmente os do judiciário com a Academia de Direito de Goiás e da área da saúde.

Criação da Universidade Católica de Goiás (UCG)

A criação da Pontifícia¹⁷⁶ Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), perpassa pela própria estratégia de expansão das ações da Igreja Católica em Goiás, orientada a nível mundial,

¹⁷⁶ O título de “pontifícia” é atribuída às universidades cuja administração se remete diretamente à Santa Sé, o que garante a elas o direito de conferir títulos reconhecidos internacionalmente para as faculdades de interesse direto para o clero, a saber: Filosofia, Teologia e Direito Canônico. (nota do autor)

como exposto nas orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2017-2017) da universidade:

D. Emmanuel Gomes de Oliveira lançou, durante o Primeiro Congresso Eucarístico, realizado em Goiânia, em 1948, o projeto de criação, em Goiás, de uma universidade católica. No mesmo ano, instituiu-se a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, com a responsabilidade de dirigir os estabelecimentos de ensino médio e fundamental da Mitra Diocesana, de instalar e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e fundar a Universidade do Brasil Central. Deu-se então, início à formação do núcleo universitário composto de faculdades ou escolas criadas e mantidas pela Igreja Católica goiana. No final daquela década, as condições históricas surgidas com a iminente inauguração de Brasília e transferência do governo para o Planalto Central criaram a necessidade de formar quadros que viabilizassem o Plano de Metas do governo Federal e o desenvolvimento decorrente. (PDI – PUC Goiás, 2017: 14)

Como podemos perceber que para a criação da Universidade Católica de Goiás (UCG), foi fundamental a união de faculdades isoladas, incentivadas pelo desenvolvimento econômico de formação de profissionais para ocupar inúmeras funções no mercado de trabalho que demandassem de qualificação técnico-científica.

Abordar a história desta universidade é de grande importância as contribuições do bispo D. Emmanuel Gomes de Oliveira que é considerado por alguns historiadores goianos como o “Bispo da Nova Cristandade” no intuito de renovar e fortalecer a igreja como afirma Vaz (1997):

Sua atuação como bispo e depois como Arcebispo objetivou o desenvolvimento da Igreja como um todo, a implementação da congregação salesiana e a projeção de uma pessoa em busca de prestígio e destaque social. A restauração foi o objetivo maior que buscou, conseguindo alcançá-la através de estratégias diversas. A igreja em Goiás, sob sua gestão, principalmente entre 1946 e 1955, viveu um grande período de glória. (VAZ, 1997: 198)

Em relação as conquistas de D. Emmanuel, o autor Lima (2003) aponta algumas conquistas no campo educacional como: a criação da Santa Casa de Misericórdia (posteriormente espaço a ser utilizado pela Escola de Enfermagem; a Irmandade da Sociedade São Vicente de Paulo, responsável pela implantação da Escola de Enfermagem (1944) e da Faculdade de Farmácia e Odontologia (1947), que posteriormente fariam parte da nova concepção de faculdades isoladas a universidade.

Após o falecimento de D. Emmanuel em 1955, e necessidade de dar continuidade dos trabalhos, assume a Arquidiocese de Goiânia D. Fernando Gomes dos Santos que segundo Duarte (1996):

D. Fernando foi o homem que apoiou os esforços para a construção da nova capital federal e que ajudou na implantação da Igreja, em muitos pontos do Estado de Goiás e até no novo Distrito Federal. E apareceu como um homem talhado para entabular o diálogo da Igreja com o mundo moderno. [...] O Arcebispo não se ateve à idéia de um mundo imutável, ou uma visão negativa de processo, apreciou os frutos da “ciência” e da “técnica” [...] mostrou ter uma compreensão histórica da Igreja. (DUARTE, 1996: 19-20)

Como podemos perceber, D. Fernando foi fundamental para consolidação e ampliação das ações da igreja católica em Goiás e principalmente em Goiânia, pois tinha forte influência política no estado, que vieram a favorecer criação da primeira universidade do centro-oeste a Universidade Católica de Goiás (UCG) em 1959 como afirmado no PDI (2017) da universidade:

Em 1957, o primeiro arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, consultou os superiores da Companhia de Jesus, em Roma, para confiar aos padres jesuítas a gestão da futura universidade. Com a função de mantenedora da futura universidade, a Arquidiocese de Goiânia constituiu, em 1958, a Sociedade Goiana de Cultura (SGC).

Com a assinatura do Decreto Presidencial nº 47.041, em 17 de outubro de 1959, (BRASIL, 1959) foi criada a então chamada Universidade de Goiás, primeira instituição de educação superior do Centro-Oeste, confirmando e marcando a presença da Igreja Católica na área de ensino e sua contribuição no desenvolvimento da região.

A Universidade de Goiás nasceu, como muitas universidades brasileiras, da incorporação ou do agrupamento de faculdades e escolas isoladas. Seu núcleo básico foi: a Escola de Enfermagem São Vicente de Paula (fundada em 1949); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1948); a Faculdade de Ciências Econômicas (1951); a Escola Goiana de Belas Artes (1952) e a Faculdade de Serviço Social (1957). Em 1959 foi criada a Faculdade de Direito e, em 1968, a Faculdade de Arquitetura, vinculada à Escola de Artes. (PDI – PUC Goiás, 2017: 14-15)

Além de D. Fernando, outra pessoa importante na criação da universidade foi o Pe. Nacca e o Presidente da República da época Juscelino Kubitschek que era intimamente ligado a D. Fernando e a própria igreja católica como afirma Vaz (1979):

O projeto da universidade foi principalmente conduzido pelo Arcebispo e pelo Pe. Nacca, contando com o decidido apoio do presidente Juscelino Kubitschek, do ministro de Educação Clóvis Salgado, do Diretor do Ensino Superior Jurandir Lodi, e do bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, com grande influência então do Ministério da Educação. Registram os documentos da época a ferrenha oposição ao projeto da parte da UEE – União Estadual dos Estudantes e de vários grupos que não se identificavam com o projeto. O trabalho paciente e decidido coroou-se de êxito em 17 de outubro de 1959, com o decreto presidencial n.47.042, que criava a Universidade de Goiás, primeira instituição universitária do Brasil Central.

No dia 8 de dezembro de 1959, o Pe. Nacca foi designado reitor da nova Universidade. (VAZ, 1979: 33)

Fica evidente que a criação da universidade teve articulação política de D. Fernando, que em meio a movimentos sociais que propunham o fortalecimento e incentivo de recursos públicos para criação e consolidação de cursos para os que mais precisavam e JK se utiliza do cargo de presidente para atender o pedido de D. Fernando. Apesar de incentivar o ensino privado, os debates da época fortaleceram o ensino superior em Goiás.

Vale ressaltar que para a criação da primeira universidade do centro-oeste, algumas faculdades foram incorporadas como afirma Cordeiro (2010):

QUADRO 1: LISTA DE FACULDADES, CRIAÇÃO E RECONHECIMENTO E RESPECTIVOS CURSOS QUE FORMARAM A UNIVERSIDADE DE GOIÁS – 1944 A 1959

UNIDADES INCORPORADAS	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE RECONHECIMENTO	CURSOS
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	1948	1952	Geografia, História, Matemática, Física, Letras Vernáculas, Letras Modernas e Pedagogia
Faculdade de Ciências Econômicas	1951	1955	Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração de Empresas.
Faculdade Goiana de Belas Artes	1952	1959	Pintura, Escultura e Professorado de desenho.
Faculdade Goiana de Direito	1954	1959	Direito
UNIDADES AGREGADAS			
Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula	1944	1955	Enfermagem
Faculdade de Serviço Social	1957	1959	Serviço Social

Fonte: Secretaria Geral da UCG – (CORDEIRO, 2010: 60)

Diante dos apontamentos podemos perceber que a criação da Universidade Católica de Goiás (UCG), foi fundamental para a expansão do ensino superior goiano, que apesar de ser uma universidade privada, mantinha e mantém o papel social de atendimento a comunidade.

Cabe mencionar que a Universidade Federal de Goiás (UFG) foi autorizada em dezembro de 1960, consolidando assim o ensino superior público gratuito no estado.

Em virtude da necessidade de ampliar o ensino superior e a busca constante pela ampliação da ensino, pesquisa, extensão e ciência e tecnologia, as universidades iniciam a ampliação do ensino de graduação para pós-graduações *stricto sensu*, como veremos a seguir no caso específico as de história no centro-oeste.

Pós-graduação *stricto sensu* em História no centro-oeste brasileiro

O estudo e sistematização científica e histórica de programas de pós-graduação no Brasil ainda é pouco explorada, porém alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos, percebemos que é fundamental o estudo, pois o histórico dos programas fazem parte de suas histórias. A ampliação dos estudos na área levam a refletir sobre as práticas sociais e intelectuais como aponta Ferreira (2013), “Ainda que as reflexões dos historiadores sobre suas práticas intelectuais e sociais sejam relativamente recentes, a história da História tem se tornado, cada vez mais, um objeto nobre e relevante de investigação.” (FERREIRA, 2013: 8).

Diante das afirmações de Ferreira (2013), e a necessidade de constituir a história através dos historiadores como mediadores é fundamental, pois fomentam nas instituições universitárias a pesquisa e sistematização dos seus próprios dados que podem passar despercebidos pelos sujeitos envolvidos, como afirma Nora (1993) nos “lugares de memória [...] lugares onde a memória se cristaliza e refugia” (NORA, 1993: 7), porém a memória pode ser sempre “[...] suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir” (1993: 9), que diante do movimento faz-se necessário a sistematização e documentação da própria história e não negá-la.

Apesar dos inúmeros incentivos e estudos de forma global, a história da pós graduação brasileira ser vasta, a historiografia sobre a criação e concepção dos programas ainda é pequena, tornando a tarefa do historiador complexa e específica como aponta Fagundes (2017):

A literatura sobre a história da universidade brasileira não é pequena, mas a de seus cursos em separado o é. Em se tratando da história de cursos de História, a realidade não foge à regra, embora ela esteja mudando em virtude do interesse e da adesão recente de pesquisadores ao tema. Cresce a preocupação com a história dos cursos de História brasileiros e com a institucionalização de um campo de saber histórico disciplinar no país. (FAGUNDES, 2017: 175)

O reconhecimento dos programas *stricto sensu* no Brasil, são reconhecidos em meados de 1965 quando o Ministério da Educação regulamenta a pós-graduação, as suas principais

características que foram descritas pelo parecer 977, elaborado por Sucupira que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, estabelecendo o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, e estabelecendo o mestrado como um pré-requisito para o doutorado (BALBACHEVSKY, 2005: 277)

O reconhecimento foi fundamental para o fomento as instituições e sua devida institucionalização que segundo Balbachevsky (2005) o Parecer Sucupira deu a pós-Graduação um caráter verdadeiramente acadêmico à universidade, pois propiciou a qualificação do corpo docente das universidades e garantiu a formação de pesquisadores em nível nacional, para ampliar as possibilidades do ensino nos níveis *stricto sensu*.

Segundo Romêo, Romêo e Jorge (2004), as influências que marcaram a pós graduação a institucionalização dos programas brasileiros, foi a europeia e a norte-americana, com características bem pontuais, sendo a norte-americana com a forma de estruturação atual (periodização, créditos e disciplinas), já a europeia com os critérios de avaliação (indexadores, ranqueamento). Os autores ainda citam a importância do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) criado em 1951, com o objetivo de incentivar a capacitação e internacionalização a ciência e tecnologia, disponibilizando bolsas de estudo aos recentes pesquisadores brasileiros, como instrumento de popularização da ciência estimuladas pelo governo federal, já que o país necessitava de profissionais que incentivassem e produzissem ciência e tecnologia no Brasil.

Diante da necessidade de ampliar/criar programas que estimulassem a pesquisa brasileira, foi realizado uma busca nos programas *stricto sensu* em História situados no centro-oeste, através da plataforma Sucupira/CAPES, que mostraram que existem seis programas de mestrado onde apenas um é privado e apenas quatro de doutorado em instituições públicas.

Os programas cadastrados no centro-oeste, (Os estados que fazem parte da região são: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), com quatro instituições públicas e apenas uma privada situada em Goiânia.

QUADRO 2: RELAÇÃO DOS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DO CENTRO-OESTE

Distrito Federal:

Município	Instituição	Programa	Área de Concentração do Programa	Data da Recomendação Capes	Modalidade	Conceito CAPES
Brasília	Universidade de Brasília – UNB	Mestrado e Doutorado em História	Sociedade, Cultura e Política	Mestrado:01/01/1976 Doutorado:01/01/1994	Acadêmico	4

Goiás:

Município	Instituição	Programa	Área de Concentração do Programa	Data da Recomendação Capes	Modalidade	Conceito capes
Goiânia	Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás	Mestrado em História	Cultura e Poder	Mestrado:01/01/2007	Acadêmico	3
Goiânia	Universidade Federal de Goiás – UFG	Mestrado e Doutorado em História	Cultura, Fronteiras e Identidades	Mestrado: 01/01/1972 Doutorado:01/01/2003	Acadêmico	5
Catalão	Universidade Federal de Goiás – UFG	Mestrado	História, Cultura e Formação de Professores	Mestrado:14/02/2014	Profissional	3

Mato Grosso do Sul

Município	Instituição	Programa	Área de Concentração do Programa	Data da Recomendação Capes	Modalidade	Conceito CAPES
Dourados	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Mestrado e Doutorado em História	História, Região e Identidades	Mestrado:01/01/1999 Doutorado:01/01/2011	Acadêmico	4

Mato Grosso

Município	Instituição	Programa	Área de Concentração do Programa	Data da Recomendação Capes	Modalidade	Conceito CAPES
Cuiabá	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Mestrado e Doutorado em História	História, Territórios e Fronteiras	Mestrado:01/01/1998 Doutorado:01/01/2011	Acadêmico	4

Fonte: Quadro elaborada pelo próprio autor, com base dos dados disponíveis da plataforma do Sucupira/CAPES em 20/08/2017

A descrição dos programas, chama atenção que o estado de Mato Grosso do Sul, não possui programa na capital e outro ponto relevante relacionado a cultura, é relacionado a aprovação dos programas, onde a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foram autorizados em períodos próximos, um em 1998 e outro 1999 em nível de mestrados, já os doutorados no mesmo ano 2011. Os demais programas Universidade de Brasília (UNB) 1976 Mestrado e 1994 doutorado; Universidade Federal de Goiás (UFG - Goiânia) 1972 e 2003 doutorado, já a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) mestrado em 2007 e Universidade Federal de Goiás (UFG - Catalão) com mestrado em 2014.

Uma característica marcante é que os programas são em sua maioria acadêmicos, sendo somente o curso de mestrado em história da UFG de Catalão ser profissional e ter sido aprovado recentemente em 2014. Percebemos ainda que o ensino privado tem pouca expressividade contando somente com o curso de mestrado em história na PUC Goiás, mesmo sendo a primeira universidade criada no centro-oeste.

Diante dos dados apresentados, um detalhe vem chamar a atenção, em que os estudos de cultura estarem presentes na área de concentração de quatro programas dos seis apontados.

A proximidade com os estudos culturais, pode ser explicada nos movimentos historiográficos de valorização cultural, nos quais reflete nas áreas de concentração dos programas da região centro-oeste.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo, realizar uma contextualização histórica do ensino superior em Goiás, a ampliação e consolidação das instituições universitárias goianas com foco principal na primeira universidade do centro-oeste brasileiro. Realizamos um breve estudo dos programas *stricto sensu* em história na mesma região e suas particularidades, tendo como o perfil da área do conhecimento estar voltado para a cultura que conta com quatro programas.

Diante dos estudos, percebemos que a criação da primeira universidade do centro-oeste, foi incentivada pelo setor privado tendo como seu principal líder D. Fernando que era representante da Igreja Católica no estado de Goiás, juntamente com o então presidente JK, consolidando a primeira universidade em 1959 e motivando inclusive criação os debates de criar uma instituição pública em 1960 no estado.

A popularização da ciência e tecnologia, juntamente com as reformas do ensino superior, motivaram em 1965 a criação e consolidação de normas de funcionamento de programas de *stricto sensu* brasileiros, motivando inclusive a criação de agências de fomento a pesquisa e extensão CAPES e CNPq, oportunizando aos pesquisadores brasileiros a oportunidade de aperfeiçoamento com bolsas de estudo dentro e fora do país, custeada com recursos públicos, bem parecidos com os incentivos atuais.

Diante dos dados disponibilizados na plataforma Sucupira/CAPES, no centro-oeste existem poucos programas *stricto sensu* em História, vimos que 66% abordam em sua área de concentração os estudos culturais e a única instituição privada a PUC Goiás oferta apenas o curso de mestrado. Percebemos ainda que o estado de Mato Grosso do Sul não possui nenhum programa *stricto sensu* em história.

Espera-se que este trabalho, possa de alguma forma, contribuir para os pesquisadores da área, que tenham a curiosidade de conhecer a história do ensino superior em Goiás, criação da primeira universidade e dos cursos *stricto sensu* em história no centro-oeste.

Referências

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem - sucedida. In: BROCK. C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BALDINO, José Maria. Ensino superior em Goiás em tempo de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação), UFG.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. Universidade estadual de Goiás: histórico, realidade e desafios. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2013.

CORDEIRO, Darcy. Pontifícia Universidade Católica de Goiás 1959 – 2009: Identidade na Diversidade. Goiânia: Ed. PUC Goiás. 2010.

DUARTE, T.M. Se as paredes da Catedral falassem – A Arquidiocese de Goiânia e o regime Militar (1968-1985). Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996)

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício*. A constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, FGV Editora, 2013.

OLIVEIRA, J.F; AMARAL, N.C; LEMOS, J.R; DOURADO, L.F. Educação Superior em Goiás 1991-2004. In, INEP, Educação Superior Brasileira: 1991-2004, 2006.

ROMÊO, J. R. M.; ROMÊO, C. J. M.; JORGE, V. L. Estudos de pós-graduação no Brasil. UNESCO. IESALC. 2004.

VAZ, R.F. Da separação da Igreja-Estado em Goiás – à nova cristandade (1891-1955). 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

INTRODUÇÃO À LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: AS IMAGENS EM MOVIMENTO¹⁷⁷

*Henrique Martins da Silva*¹⁷⁸

RESUMO: O presente artigo procura, entre outras coisas, investigar aspectos da linguagem cinematográfica no que diz respeito ao trato com as imagens. Partimos do pressuposto que as imagens são como textos visuais e, por isso, são dotadas de linguagem, significado e sentido. Em outras palavras, de forma geral, a linguagem cinematográfica é a forma pela qual o cineasta irá conduzir uma narrativa por meio da câmera, por meio das imagens. Nesse sentido, compreender o que significa a linguagem cinematográfica é fundamental para apreender as imagens em movimento, ou seja, ler, interpretar e pensar com imagens. Para tanto, faremos uma breve introdução à linguagem cinematográfica a partir da obra de Marcel Martin, com o intuito de refletir acerca das imagens e de seus significados.

Palavras-chave: Linguagem cinematográfica. Marcel Martin. Imagem.

A linguagem cinematográfica é responsável pela narrativa fílmica, é a maneira pela qual o cineasta conduz a narrativa por meio das imagens. Como meio de compreender melhor o que significa a linguagem cinematográfica e sua relação com as imagens-movimento¹⁷⁹, buscamos fazer uma introdução sobre essa forma de linguagem a partir de Marcel Martin (1990), que em sua obra *A linguagem cinematográfica*, almeja examinar inúmeras teorias no que diz respeito ao cinema e a sua linguagem, bem como os elementos que a compõe. Para tanto, salienta que a natureza do cinema¹⁸⁰ fornece inúmeras armas contra si, que acabam por destoar o seu desenvolvimento estético. Para tanto, utiliza-se de três termos para fundamentar a sua afirmação, sendo eles: *fragilidade, futilidade e facilidade*. Sob sua perspectiva, o primeiro termo, está intimamente ligado a um suporte material excepcionalmente delicado, fato que culmina em sua degradação em virtude do constante uso.

¹⁷⁷ O presente artigo faz parte da pesquisa de doutorado em História iniciada no ano de 2017 sob a orientação da profa. Dra. Heloísa Selma Fernandes Capel (UFG).

¹⁷⁸ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

¹⁷⁹ O termo imagens-movimento é utilizado neste trabalho a partir da obra do filósofo Gilles Deleuze (1983). Vide referência bibliográfica.

¹⁸⁰ O que chamamos de ‘o cinema’ não é apenas a linguagem cinematográfica em si, são também as mil significações sociais ou humanas forjadas em outros lugares da cultura, mas que aparecem também nos filmes. Além disso ‘o cinema’ é também cada filme considerado como todo singular, com seus significantes e seus significados distintos dos da linguagem cinematográfica. [...] E se ‘o cinema’ enquanto totalidade dá numa primeira abordagem a impressão de constituir um conjunto desprovido de qualquer organização estrita, é em grande parte por ser o cruzamento de sistemas significantes muito numerosos, todos dotados de autonomia relativa e oriundos de todos os cantos da cultura: a linguagem cinematográfica propriamente dita não é senão um deles; o que não é linguagem cinematográfica não é informe, simplesmente foi formado em outro lugar. (METZ, 1972, p.92-93).

Já o segundo termo, é empregado para justificar o fato de que o cinema é a mais jovem dentre todas as artes. Deste modo, adverte que é a única arte sobre a qual a concordância crítica é complexa de se atingir, haja vista que todos os indivíduos se julgam autorizados a fazê-la. “E por último, caracteriza o cinema enquanto facilidade, dado que em sua grande maioria, apresenta-se enquanto um instrumento de “embrutecimento” nas mãos das potências econômicas que o dominam. Sendo que o grande inconveniente para o cinema é, sobretudo, o seu caráter comercial, de modo a considerar que a relevância dos investimentos sobre o qual carece, o torna tributário das forças econômicas” (MARTIN, 1990, p. 17, 18, 21).

A partir de tais argumentos, Martin (1990), almeja fornecer uma análise normativa e sistemática dos processos de expressão da linguagem cinematográfica. A vista que, defende que desde os primórdios o cinema se traduz enquanto arte. De modo que, gradativamente, tornou-se uma linguagem, que se traduz sob a técnica de conduzir uma narrativa e traduzir ideias. Na concepção de Walter Benjamin (1994), para que a arte seja reconhecida como tal, se faz necessário considerá-la enquanto linguagem e, assim, procurar a conexão dela com as linguagens da natureza e da sociedade. Assim, a linguagem é essencial para se compreender os fundamentos do cinema.

Para tanto, o cinema tornou-se uma linguagem em virtude de uma escrita própria, que se materializa sob a forma de um estilo, transformando-se, deste modo, em um meio de informação, comunicação e propaganda. Entretanto, Martin (1990) adverte que não devemos confundir linguagem com meio de expressão, em suas palavras:

Porque o homem sempre teve diversos meios de se exprimir, nem que fosse com gestos... Mas a música, a poesia e a pintura são linguagens: não me parece que tenham sido inventadas ontem, nem que se possa jamais inventar outras. A linguagem nasceu com o homem (MARTIN, 1990, p. 23).

Sob a perspectiva de Christian Metz (1980), o que diferencia a linguagem cinematográfica da língua é justamente o seu aspecto pouco sistemático, haja vista que, de acordo com o referido autor, as distintas unidades significativas minimais não possuem um significado estável e universal, fato que possibilita classificar o cinema enquanto outros “conjuntos-significantes”. Em suas palavras:

O cinema é inconcebível sem um pouco de montagem, a qual se insere por sua vez num conjunto mais amplo de fenômenos de linguagem. A analogia pura e a quase fusão do significante com o significado não definem todo o filme, mas tão-só uma de suas instâncias, o material fotográfico, que não é senão um ponto de partida. Um filme é composto por várias imagens que adquirem suas significações umas em contato com as outras, através de um jogo complexo de implicações recíprocas, símbolos, elipses. Aqui o significante e o

significado distanciam-se, mas, há de fato uma ‘linguagem cinematográfica’ (METZ, 1980, p. 59).

Para tanto, o cinema detém como peculiaridade, a presença primordial de uma linguagem que transmite ao espectador uma relação entre o espetáculo ou a sequência de imagens e a representação do real. Assim posto, o cinema é uma linguagem da arte, e esta em nenhuma circunstância aparecerá por si só, entretanto, estará associada em todos os sentidos a diversos sistemas de significações, que podem ser sociais, culturais, estilísticos e perceptivos. Portanto, se faz necessário ressaltar a relação estabelecida com o espectador, o qual é fator indispensável no desenvolvimento do cinema, e, por conseguinte dos fatores que também integram a linguagem cinematográfica, como os sistemas de significações.

Para Marcel Martin (1990), o que difere o cinema dos demais meios de produção cultural é: “(...) o poder excepcional que advém do fato de sua linguagem funcionar a partir da reprodução fotográfica da realidade” (MARTIN, 1990, p. 24), pois são as próprias coisas e seres que aparecem e falam por si. De tal modo que a representação no tratamento fílmico é a todo o momento “mediatizada”¹⁸¹, dado que o cinema se traduz enquanto linguagem porque opera com a imagem do objeto e não com o objeto em si.

Assim, para Metz (1972), o cinema é uma obra de arte que possui sua própria linguagem¹⁸². De modo que, busca analisa-lo por intermédio dos efeitos potenciais que a linguagem cinematográfica causaria nos espectadores e conseqüentemente na sociedade. Para Martin (1990), a imagem se traduz, portanto, enquanto o fio condutor da representação, uma vez que constitui a matéria-prima fílmica e, respetivamente, uma realidade essencialmente complexa. Todavia, é assinalada por uma ambivalência profunda, na medida em que representa o produto da atividade automática de um aparelho técnico hábil para reproduzir exata e objetivamente a realidade que lhe é apresentada, ao passo de que esta atividade é conduzida no sentido desejado pelo realizador. A imagem obtida é, portanto, um elemento cuja existência se coloca de forma concomitante aos distintos níveis da realidade. Em suas palavras:

Esta ambigüidade de relação entre o real objectivo e a sua imagem fílmica é uma das características fundamentais da expressão cinematográfica e

¹⁸¹ METZ, Christian. *Linguagem e cinema*. Tradução de Marilda Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1980.

¹⁸² “O cinema, sem dúvida nenhuma, não é uma língua, contrariamente ao que muitos teóricos do cinema mudo afirmaram ou sugeriram (temas da ‘cine-língua’, do ‘esperanto visual’ etc.), mas pode ser considerado como uma linguagem, na medida em que ordena elementos significativos no seio de combinações reguladas, diferentes daquelas praticadas pelos nossos idiomas, e que tampouco decalcam os conjuntos perceptivos oferecidos pela realidade (esta última não conta estórias contínuas). A manipulação fílmica transforma num discurso o que poderia não ter sido senão o decalque visual da realidade. Partindo de uma significação puramente analógica e contínua - a fotografia animada, o cinematógrafo -, o cinema elaborou aos poucos, no decorrer de seu amadurecimento diacrônico, alguns elementos de uma semiótica própria, que ficam dispersos e fragmentários no meio das camadas amorfas da simples duplicação visual”. (METZ, 1972, p.126 - 127).

determina em grande parte a relação do expectador com o filme, relação que vai desde a crença ingênua na realidade do real apresentado a percepção intuitiva ou intelectual dos *signos* implícitos como elementos de uma *linguagem*” (MARTIN, 1990, p. 25).

Destarte, o cinema, através dos filmes, sempre terá uma mensagem a ser transmitida. E para que nós possamos entendê-la, foi necessário que ele criasse sua própria forma de expressão. Forma esta que se traduz enquanto linguagem cinematográfica. E a imagem, por sua vez, se configura enquanto o fio condutor desta linguagem, dado que se constitui de modo simultâneo como matéria-prima fílmica e uma realidade particularmente complexa. A imagem, desta forma, se posiciona simultaneamente nos mais distintos níveis de realidade.

De acordo com Christian Metz (1980), o cinema representa uma linguagem da arte com características imagéticas, ou seja, se constitui como a linguagem da imagem, sobre a qual o significante é a imagem e o significado é o que representa essa imagem. Contudo, o fato que o difere dos demais meios de expressão cultural é, justamente, o poder excepcional que lhe advém pelo fato de a sua linguagem funcionar por meio da reprodução fotográfica da realidade. De acordo com essa concepção, o cinema, que decorre da máquina, seria o reproduzidor da realidade por meio da imagem, de forma inquestionável, uma vez que são as próprias coisas e os próprios seres que aparecem e se expressam, dirigem-se aos sentidos e falam à imaginação.

Com efeito, em um primeiro enfoque parece que qualquer representação - o significante - condiz de modo exato e unívoco com a informação conceitual que propaga - o significado. O respectivo discurso passou a ser discutido como a “ideologia do real” (AUMONT, 2002). No entanto, Martin almeja refutar essa ideologia e busca em Christian Metz um pensamento crucial no que diz respeito à representação e a linguagem fílmica, que considera que a representação é a todo o momento “*mediatizada*” pelo tratamento fílmico. Nas palavras de Metz:

[...] se o cinema é linguagem, é porque ele opera com a imagem dos objetos, não com os objetos em si. A duplicação fotográfica [...] arranca ao mutismo do mundo um fragmento de quase-realidade para dele fazer o elemento de um discurso. Dispostas de forma diferente do que surgem na vida, transformadas e reestruturadas no decurso de uma intervenção narrativa, as efígies do mundo tornam-se elementos de um enunciado (METZ apud MARTIN, 2005, p. 24).

Para tanto, Marcel Martin (1990), ressalta que há, na imagem fornecida, uma necessidade em se produzir sentido, para que possa haver um entendimento por parte do espectador. Fato que ocorre de forma mais complexa a partir do desenvolvimento da linguagem. Assim, pode-se evidenciar a relação entre a linguagem, à produção de sentidos do filme para o espectador e o estilo do realizador, na maneira como ele constrói a representação fílmica.

Destarte, tal fato denota que a realidade que aparece na tela em nenhuma circunstância é totalmente *neutra*, haja vista que a câmera detém o papel de criadora da narrativa, ao passo que “[...] torna-se móvel como o olho humano, como o olho do espectador ou do herói do filme. A partir de então, a filmadora é uma criatura móvel, ativa, uma personagem do drama” (MARTIN, 2003, p. 31). Diante do presente contexto, a câmera para além de observar as características dos seres e das coisas, assume a posição de protagonista ao criar a narrativa a ser transmitida ao espectador, tendo em vista que permite a seleção do que será visto ou não na cena.

Assim, refletir sobre a semiologia¹⁸³ do fato fílmico, compreende analisar os planos¹⁸⁴ e as suas sequências, ou seja, a imagem e as combinações destas imagens, fato que sob sua perspectiva, permite construir a sintagmática do filme, isto é, realizar o estudo dos planos e dos discursos fotográficos. Assim, Metz ao proferir que “[...] passar de uma imagem a duas imagens, é passar da imagem à linguagem” (METZ, 1972, p. 63), almeja relacionar o filme à linguagem, na medida em que o compreende enquanto discurso cinematográfico e, sobretudo, enquanto discurso imagético.

Para tanto, Martin (1990), descreve que a imagem fílmica é *a priori* realista, uma vez que comporta as mais distintas aparências da realidade, de modo a suscitar no espectador um sentimento de veracidade perante aos elementos que aparecem na tela. E descreve que, a imagem se concebe enquanto mecanismo de reprodução objetiva do real por intermédio de duas características primordiais. Em suas palavras:

Em primeiro lugar, ela é uma *representação unívoca*: pelo facto de seu realismo instintivo, ela não extrai senão aspectos precisos e determinados, únicos no espaço e no tempo, da realidade [...]. Convém falar aqui das relações da imagem com a palavra, à qual foi frequentemente assimilada. Ora, esta comparação torna-se evidentemente falsa se imaginarmos que a palavra, tal como o conceito que a designa, é uma noção geral e genérica, enquanto a imagem tem um significado preciso e limitado: o cinema nunca nos mostra

¹⁸³ “[...] a Semiologia é uma parte essencial da sociologia [...] (a vida social não é concebível sem a existência de signos comunicativos)” (JAKOBSON, 1970, p. 15).

¹⁸⁴ “Plano de câmera é o nome dado a uma imagem capturada por uma câmera de cinema ou vídeo, que enquadre algo, geralmente um ser humano, de uma forma previamente definida. O primeiro cineasta a nomear e padronizar estes enquadramentos foi o norte-americano David Griffith e, por esta razão, ele é considerado por algumas escolas de cinema o pai da linguagem cinematográfica. (...) Criada em uma época em que o cinema ainda era mudo, a linguagem de planos e movimentos tem o importante papel de desenvolver uma narrativa visual compreensível a todos”. (p. 16).

<http://nte.ufabc.edu.br/cursos-internos/producao-de-video/wp-content/uploads/2016/03/05b-ALinguagemCinematograficaDePlanosEMovimentos.pdf>

PISANI, MARILIA MELLO. A LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA DE PLANOS E MOVIMENTOS

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4777966T1>

<<a casa>> ou a <<arvore>>, mas <<esta casa>> particular ou <<esta arvore>> determinada (MARTIN, 1990, p. 28-19).

Com efeito, Martin considera que existe um significativo desnível entre a palavra e a imagem, e advoga que qualquer imagem cinematográfica é, de certo modo, simbólica. No entanto, alerta que a sua generalização incide na consciência do espectador, fato que se denomina, para o referido autor, enquanto montagem ideológica.

Em segundo lugar, considera que a imagem se encontra sempre no presente. E enquanto fragmento da realidade exterior, se oferece ao presente da nossa percepção e associa-se no presente da nossa consciência. A saber, o desnível temporal somente é sentido pela intervenção da apreciação, apta a inserir os fatos no passado no que se refere a nós ou de produzir distintos planos temporais na ação do filme: “Qualquer imagem fílmica está, [...] no presente: o passado perfeito, o imperfeito, eventualmente o futuro, não são senão o produto de nossa apreciação colocada perante os meios de expressão fílmica cujo significado aprendemos a ler” (MARTIN, 1980, p. 30).

Com efeito, para Martin (1980), a realidade que é apontada na imagem, e nada mais é do que o resultado de uma percepção subjetiva do mundo, ou seja, a percepção do realizador. Para tanto, elucida que o cinema se apresenta enquanto uma imagem artística “não realista” e “reconstruída” conforme o que o realizador pretende exprimir, de tal modo que detêm uma admirável perspectiva de densidade do real, sendo este o grande segredo do encanto que exerce. Martin se reporta a Henri Agel para elucidar que:

[...] o cinema é *intensidade, intimidade e ubiquidade*: intensidade porque a imagem fílmica, particularmente o grande plano, tem uma força quase mágica porque dá uma visão absolutamente específica do real e porque a música, pelo seu papel ao mesmo tempo sensorial e lírico, reforça o poder de penetração da imagem, intimamente porque a imagem [...] faz-nos literalmente penetrar nos seres [...] e nas coisas; ubiquidade porque o cinema transporta-nos livremente através do tempo e do espaço, porque densifica o tempo (tudo parece mais longo na tela) e sobretudo porque recria a própria duração, permitindo ao filme aderir, sem choque, à nossa corrente de consciência pessoal (MARTIN, 1980, p. 31).

Assim, o cineasta detém a possibilidade de construir o conteúdo da imagem, com a finalidade de conduzir, paulatinamente, a percepção do espectador. De tal modo que o cinema provê uma imagem subjetiva e apaixonada da realidade onde “[...] o público chora perante espetáculos que, ao natural, mal o tocariam” (MARTIN, 1990, p. 32). A vista disso, em um primeiro momento a imagem reproduz o real, em seguida afeta os sentimentos do espectador e a posteriori detém uma significação ideológica e moral. Martin (1990), nos chama a atenção

para o fato de que o cinema compreende uma linguagem sobre a qual se faz necessário decifrá-la, no entanto, inúmeros expectadores não conseguem “digerir os sentidos das imagens”.

Em contrapartida, o respectivo posicionamento não se traduz enquanto uma atitude estética¹⁸⁵, haja vista que esta pressupõe a plena consciência do poder de convicção afetiva da imagem. Dado que, para que haja a atitude estética, se faz necessário que o expectador mantenha certo distanciamento em relação a imagem, de maneira que: “[...] não acredite na realidade material e objectiva daquilo que aparece na tela, que saiba conscientemente que está diante de uma imagem, de um reflexo, de um espectáculo” (MARTIN, 1990, p. 35-36).

A saber, ainda que a imagem seja capaz de reproduzir fielmente os eventos filmados pela câmara, esta não é capaz de fornecer por si própria qualquer indício no que diz respeito à significação profunda destes acontecimentos. Deste modo, ainda que a imagem seja capaz de afirmar unicamente a materialidade do fato bruto que reproduz, ela não nos concede a sua significação. Conforme Martin (1990), a imagem, por si mesma, mostra e não demonstra, já que está permeada de ambiguidade no que concerne o seu sentido, de polivalência significativa.

Para além da definição dos caracteres gerais da imagem, já explanados acima, se faz necessário observar algumas modalidades da sua criação, isto é, o papel da câmara na sua função de responsável ativa no que diz respeito ao registro da realidade material e de concepção da realidade fílmica. Dessa maneira, serão explorados alguns conceitos primordiais para o referido trabalho. Dentre eles, merecem destaque: plano, enquadramento, *travelling* e a narração.

Martin se reporta a Alexandre Astruc para ilustrar que: “A história da técnica cinematográfica pode ser considerada no seu conjunto como a história da libertação da câmara” (ASTRUC, 1947, nº. 101). Dado que a emancipação da câmara¹⁸⁶ retratada por Astruc (1947), é de basilar importância para a história do cinema, uma vez que por um longo período, a câmara se manteve de modo fixo, tendo como pressuposto uma imobilidade que correspondia ao ponto de vista do expectador (MARTIN, 1990).

Em suas palavras:

¹⁸⁵ “Sob a perspectiva de Edgar Morin (1970): “[...] o cinema, ao mesmo tempo que é mágico, é estético e, ao mesmo tempo que é estético, é afectivo”. [...] Assim a “[...] atitude estética define-se exactamente pela conjugação ao saber racional e da participação subjectiva... O irreal mágico-afectivo é absorvido na própria realidade perceptiva irrealizada na visão estética” (MORIN, 1970, p. 161-162).

¹⁸⁶ “A emancipação da câmara, de fato, teve uma extrema importância na história do cinema. Seu nascimento enquanto arte data do dia em que os diretores tiveram a ideia de deslocar o aparelho de filmagem ao longo de uma mesma cena: as mudanças de planos, de que os movimentos de câmara constituem apenas um caso particular (percebe-se, aliás, que na base de toda mudança de plano há um movimento de câmara, efetivo ou virtual), estavam inventadas, e com isso a montagem, fundamento da arte cinematográfica” (MARTIN, 1990, p. 35).

[...] <Smith>, escreveu Sadoul, completou uma evolução decisiva no cinema. Superou a óptica de Edison, que é a do zootrópio ou do teatro de marionetas, a de Lumière, que é a do fotografo amador animado uma das suas provas, a de Méliés, que é a do espectador da plateia. A câmara tornou-se móvel como o olho humano, como o olho do espectador ou como o olho do herói do filme. A câmara é então uma criatura em movimento, activa, uma personagem do drama. O realizador impõe os diversos pontos de vista a espectador (MARTIN, 1980, p. 38).

A partir do respectivo momento, a câmara passou a se configurar como um aparelho flexível de registro, haja vista que deixou de ser unicamente um mecanismo de registro objetivo dos acontecimentos e passou a se configurar, paulatinamente, como sua testemunha ativa e interprete.

Esta câmara -actor que é considerada como sendo <eu>, para mim, é, com efeito, <o outro>: mais precisamente, eu não me apercebo do que se passa na tela como sendo eu essa câmara -testemunha, mas apercebo como um dado objetivo aquilo que se supõe ser a percepção da câmara. Não sou eu que recebo o murro dirigido a câmara: apercebo-me apenas da imagem que me é dada pelo realizador como correspondendo à sensação da câmara-actor nesse momento. [...] O efeito subjectivo pretendido pelo cineasta não é, portanto, atingido: *recuso-me a crer que sou câmara -actor* (MARTIN, 1990, p. 42-43).

A saber, o movimento da câmara pode se configurar enquanto um substituto para o próprio movimento e percepção do sujeito, a partir de um plano subjectivo, por exemplo. De forma a induzir o espectador a aproximar-se ou afastar-se dos objetos ou ainda permitir categorias de percepção impraticáveis para o ser humano, como um movimento de deslocamento em direção ou por intermédio de alturas elevadas, bem como no interior de objetos (NOGUEIRA, 2010).

Assim, a representação perante a câmara, requer atenção, dado que existem inúmeros fatores que criam e condicionam a expressividade da própria imagem. Dentre os quais: o enquadramento, os tipos de planos, os ângulos de filmagem e os movimentos da câmara, conforme já mencionado.

Sobre o enquadramento, Martin, denota que este corresponde a composição do conteúdo da imagem, isto é, a forma pela qual o realizador estabelece o fragmento de realidade que apresenta à objetiva e que obterá de forma similar na tela. De tal modo que, constitui-se como o aspecto elementar da atuação criadora da câmara no registro que se utiliza da realidade exterior para transforma-la em matéria artística. Trata-se, portanto, da constituição do conteúdo da imagem, ou seja, da forma como o realizador projeta e, por ventura, institui o fragmento da

realidade que expõe à objetiva, e que de fato se reencontrará de maneira idêntica na tela (MARTIN, 1990).

A vista disso, o enquadramento compreende o estágio elementar do trabalho criador do cinema, haja vista que detém um notável valor dramático atribuído a imagem fílmica. Trata-se, portanto, da composição da imagem, como os sujeitos e objetos estão dispostos diante a câmera de forma a construir um determinado significado. Tal fato, decorrerá do modo como o idealizador do filme buscará organizar tais componentes na objetiva e a maneira sobre a qual serão observados na tela (MELLO; ARAUJO NETO, 2017).

No que concerne aos planos¹⁸⁷ Martin (1990), advoga que a grandeza do plano é demarcada pela extensão entre a câmera e o assunto, bem como pela distância focal da objetiva utilizada. E dentre suas classificações, podemos destacar o primeiro plano e o plano geral ou grande plano, por disporem em maior parte de um significado psicológico imprescindível. Sendo que o plano geral, de acordo com Martin (1990), é mormente o mais longo no que concerne ao grande plano. E é partir dele que ocorre o movimento que; “[...] reintegra o homem no mundo, faz dele presa das coisas, o ‘objetivo’.” (MARTIN, 1990, p. 48-49). Para tanto, o primeiro plano configura-se como um olhar mais próximo dos personagens, é uma forma de sondar seus sentimentos e pensamentos, conforme Martin é: “[...] a mais válida tentativa do cinema anterior” (MARTIN, 1990, p. 49).

Ainda sobre o primeiro plano, é importante destacar que neste a câmera se dispõe ainda mais próxima do objeto, com o intuito de nos proporcionar uma ótima com riqueza de detalhes. Tal fato propicia que o espectador seja capaz de visualizar uma parte específica do corpo do personagem ou de um objeto, fato que corrobora para uma carga mais intensa da função dramática.

Já o grande plano, na concepção de Martin (1990), corresponde a uma apropriação no campo da consciência, a uma articulação mental considerável, a uma forma de pensar obsessiva. Sendo o resultado natural do *travelling*¹⁸⁸ para frente, que mormente contribui para valorizar e

¹⁸⁷ Sob a perspectiva de Marcel Martin: “A escolha de cada plano é condicionada pela necessária clareza da narração: deve existir uma adequação entre a dimensão do plano e o seu conteúdo material, por um lado (o plano é tanto *maior* ou *aproximado* quanto menos coisas nele houver para ver), e o seu conteúdo dramático, por outro lado (o plano é tanto maior quanto a sua contribuição dramática ou a sua significação ideológica forem grandes). Assinalemos que a dimensão do plano determina geralmente a sua duração, sendo esta condicionada pela obrigação de deixar o espectador o tempo necessário para compreender o conteúdo do plano” (MARTIN, 1990, p. 47).

¹⁸⁸ “O *travelling* consiste no deslocamento da câmera, para frente ou para trás, mantendo-se constante o ângulo entre o eixo óptico e a trajetória de deslocamento” (MELLO; ARAUJO NETO, 2017, p. 152). Assim: “O efeito do *travelling* é muito poderoso, pois coloca o espectador dentro do espaço narrativo. Enfim, o *travelling* admite qualquer tipo de variação: lateral em relação ao objeto focado pela câmera, de aproximação, de afastamento,

reforçar o peso dramático que o próprio grande plano constitui (MARTIN, 1990). Dado que, através do *travelling*, o movimento da câmera pode nos apresentar um cenário ou ambiente de relevância para a trama, haja vista que ao movimentar-se, busca reforçar os sentidos pretendidos na cena.

De acordo com o referido autor, há três tipos de *travelling*. Um deles é o vertical, de raro uso, e mormente detém a função de acompanhar uma personagem em movimento. Nele o eixo óptico da câmara é vertical. No caso do *travelling* para frente, a câmara assemelhar-se a uma queda livre, com o intuito de exprimir o ponto de vista subjetivo de uma personagem que cai no vazio. Deste modo assume, portanto, um movimento mais natural, na medida em que a câmara corresponde a direção do olhar a partir de um centro de interesse. Já o *travelling* para trás é comparado a um efeito de plano em picado¹⁸⁹, exprimindo aniquilamento moral da personagem. E por fim, o *travelling* lateral, tem como principal característica o papel descritivo (MARTIN, 1990).

Destarte, os entendimentos dos planos e enquadramentos que incide na linguagem cinematográfica tem uma função dentro da narrativa. O posicionamento da câmera e a profundidade de campo que operam nos planos servem para apresentar, ambientar, aproximar ou até mesmo afastar os objetos ou personagens. Todavia, outro fator que pode modificar a significação do trabalho é o ângulo da filmagem, que poderá atribuir a impressão de superioridade ou exaltação a personagem ou inferioriza-la. De modo a transmitir pontos de vista subjetivos e objetivos, que podem intervir no outro.

O ato em que a câmera foca o indivíduo de cima para baixo, denomina-se *plongée*, que de modo geral, produz um efeito que tende a minimizar o indivíduo, na tentativa de: “[...] esmagá-lo moralmente, abaixando-o ao nível do solo, fazendo dele um joguete da fatalidade” (MARTIN, 1990, p. 44). Por outro lado, no *contre-plongée*, o foco no indivíduo ocorre de baixo para cima, com a finalidade de transmitir um efeito de superioridade: “[...] de exaltação e de triunfo, pois engrandece os indivíduos e tende a enaltece-los, destacando-os assim sobre o céu até aureolá-los de nuvem negra” (MARTIN, 1990, p. 44).

Para além dos posicionamentos da câmera, há também os movimentos, que correspondem ao ato de acompanhar personagens, descrever um espaço, realçar objetos ou

circular, vertical (como o que mostra um personagem detalhadamente, dos pés a cabeça” (SEPAÇ, 2007, p. 32 e 33).

¹⁸⁹ De acordo com Marcel Martin, o plano em picado corresponde a uma: “[...] (filmagem de cima para baixo) tem tendência para tornar o indivíduo ainda mais pequeno, [...] fazendo dele um objecto levado por uma espécie de determinismo impossível de ultrapassar, um brinquedo do destino” (MARTIN, 1990, p. 51).

peças na cena, expressar um ponto de vista de um personagem, dentre outros. Deste modo, os respectivos movimentos podem descrever e, por conseguinte, dramatizar a cena. Apesar de tal fato, Martin (1990), almeja distinguir três tipos de movimentos, sendo eles: *travelling*, já mencionado, a panorâmica e a trajetória.

A panorâmica corresponde ao movimento de rotação, que em torno do próprio eixo e assimilado sob um olhar, é permeada por expressões expressivas, descritivas ou dramáticas. De acordo com Luís Nogueira (2010), a panorâmica¹⁹⁰ corresponde ao movimento mais simples, na medida em que a câmera gira sobre os eixos horizontal ou vertical, porém sem se deslocar, de modo a mover apenas a parte superior da câmera, ao contrário do que acontece no *travelling*. Na sua modalidade horizontal, a cabeça da câmera pode girar até 360°, cobrindo assim todo o horizonte da visão, de modo que a panorâmica permite um rastreamento horizontal do ambiente. Já na modalidade vertical, a câmera gira sobre o seu eixo horizontal e oferece a possibilidade de um espaço ou objeto entre o fundo e o topo. Assim, o *travelling* e a panorâmica se tornaram, desde muito cedo, recursos cinematográficos recorrentes (NOGUEIRA, 2010).

Já a trajetória, de acordo com Martin (1990), corresponde a combinação das duas técnicas anteriores. Sendo um movimento raro e, por conseguinte, pouco natural para ser integrado na narrativa, caso se mantenha genuinamente descritivo. Assim, quando inserida no início do filme, apresenta a função de introduzir o espectador no mundo que descreve com maior ou menor persistência.

A respectiva análise sobre o papel criador da câmera de filmar, constitui um estudo prático da imagem compreendida como o elemento de base importante para a linguagem cinematográfica. Nas palavras de Martin:

Põe em relevo a evolução progressiva da imagem, indo do estático ao dinâmico. As etapas sucessivas da descoberta dos processos de expressão fílmicos correspondem naturalmente a uma libertação, cada vez mais forte, dos entraves da óptica teatral e à instauração de uma visão cada vez mais especificamente cinematográfica (MARTIN, 1990, p. 69).

Nesse sentido, o autor assinala que é possível falar sobre uma estrutura plástica da imagem, conceito estático ao passo que a imagem se simula, de início, com um quadro ou uma gravura e de uma estrutura dinâmica, haja vista que observamos um estímulo progressivo dos pontos de vista, a saber: ângulos não habituais, movimentos de câmera, grandes planos e

¹⁹⁰ “A panorâmica (...) permite, (...) indicar uma mudança ou uma transformação súbita, ligando repentinamente objectos ou assuntos presentes na própria cena ou fazendo a transição para outras cenas (hoje em dia, graças aos modernos processos de montagem, há muitos efeitos derivados deste dispositivo) é outro dos movimentos de câmera mais incisivos” (NOGUEIRA, 2010, p. 88-89).

profundidade de campo. Assim, para introduzir o conceito de montagem, o respectivo autor reforça que jamais poderemos esquecer que a imagem não corresponde a um fim em si mesmo, dado que se coloca impreterivelmente em uma continuidade (MARTIN, 1990).

A montagem é uma diligência fundamental da linguagem cinematográfica, e propor a sua definição não compreende uma tarefa fácil, pois ainda continua um campo de implicações semânticas e estilísticas em aberto, em constante renovação tanto morfológica como teórica. Baseado neste princípio, Nogueira descreve que:

A montagem é, (...) a organização discursiva de acontecimentos ou ideias através da escolha e combinação dos planos, tendo em vista determinados propósitos e efeitos discursivos, sejam eles retóricos, dramáticos, éticos ou estéticos. Trata-se, pois, de dar às imagens, ao juntá-las, um significado que isoladamente não possuem. Ou seja: através da montagem, o resultado da união das partes excede a sua simples soma – ela ajuda a perceber ou constituir o texto fílmico, portanto, como um sistema. A montagem consiste, então, na criação de relações de um plano com os seguintes e/ou os anteriores, seja de que tipo for essa relação – de coordenação, de contraste, de contiguidade, de oposição, de semelhança, de implicação, de continuidade, por exemplo –, criando diversas modalidades de sentido: metáforas, sinédoques, repetições, hipérbolos, elipses, entre outras (NOGUEIRA, 2010, p. 94-95)

A saber, a eficácia da montagem pode ser apreendida pelo fato de o indivíduo possa estabelecer mentalmente uma visão global do que vislumbra de forma com que a sucessão dos planos nos pareça natural, dado que os cortes passam despercebidos. Assim, uma montagem bem realizada nos proporcionará uma representação do conjunto, de modo que o expectador terá a ilusão da percepção do real. Para tanto, a montagem para além de construir o discurso fílmico e consolidar a sua lógica, também permite lidar com a heterogeneidade das matérias, formas, suportes, gêneros, tradições, dentre tantos outros conceitos utilizados pela linguagem cinematográfica (NOGUEIRA, 2010).

Ademais, importa salientar a definição de duas das modalidades fundamentais da montagem propostas por Martin, haja vista que são cruciais no que diz respeito a compreensão da organização discursiva da narrativa. Sendo elas: a montagem alternada e a montagem paralela. Em síntese, podemos caracterizá-las da seguinte forma: a primeira obtém a sua especificidade da simultaneidade temporal de duas ações, já a segunda, dispensa a simultaneidade temporal para inserir em destaque determinada forma de aproximação temática ou simbólica que determina a união de duas imagens.

Marcel Martin (1990), também busca analisar os elementos materiais que participam na criação da imagem e do universo fílmico. Tais materiais são denominados de *não específicos*¹⁹¹, uma vez que não pertence propriamente a arte cinematográfica, sendo, portanto, também utilizado por outras áreas, tal como a pintura e o teatro. Todavia, o primeiro elemento discutido por Martin em sua obra é a iluminação, que representa um fator decisivo no que concerne a criação da expressividade da imagem. Para Martin, embora a iluminação seja de basilar importância, a sua importância ainda é desconhecida e o seu papel não se impõe abertamente aos olhos do espectador inexperiente.

Sobre a finalidade da luz, Nogueira (2010), descreve que se faz necessário ressaltar distintas características, como por exemplo, a sua fonte, a sua forma e a sua escala. Tais aspectos são de basilar importância para criar um plano cinematográfico. No que concerne a fonte da luz, pode-se afirmar que em sua variante natural, ela se aproxima de um regime de visibilidade realista do mundo. O contrário ocorre na luz artificial, dado que esta permite um tratamento plástico da imagem mais definido e artificial.

Quanto à forma, a iluminação dirigida para além de direcionar a atenção busca hierarquizar o olhar do espectador no que diz respeito a certos elementos ou aspectos de um objeto. Já a iluminação difusa proporciona uma maior liberdade ao olhar, ao passo que a luz se espalha de modo visivelmente homogêneo pelos distintos elementos, sem que nenhum obtenha, através da iluminação, uma relevância específica ou contraste.

Assim, ler a imagem, compreende efetuar um trajeto guiado pela luz e, sobretudo pela quantidade e escala da luz. De tal modo que, as zonas claras geralmente prevalecem na atenção do espectador, e as áreas escuras, por sua vez, tendem a instituir um determinado efeito de distanciamento. Deste modo, por intermédio do jogo de luz e sombra, é possível determinar a espacialidade dos objetos, sua importância dramática bem como a caracterização da personagem (NOGUEIRA, 2010).

Outro elemento de basilar importância na linguagem cinematográfica é o figurino¹⁹², cuja utilização não difere do teatro. Para Lotte Eisner:

Num filme, o traje nunca é um elemento artístico isolado. Deve ser considerado em relação com um determinado tipo de realização, a que pode

¹⁹¹ “(...) participam da criação da imagem e do universo que aparecem na tela, mas não pertencem exclusivamente à arte cinematográfica porque são utilizados por outras artes como o teatro e a pintura” (CRUZ, 2007, p. 39).

¹⁹² De acordo com Rita Bustamante: “O figurino é mais do que um simples traje, mais que uma roupa, pois ele possui uma bagagem, um repertório, um conjunto de mensagens implícitas visíveis e que não ultrapassa o limite sobre todo o panorama do espetáculo, além de possuir funções específicas dentro do contexto e perante o público” (BUSTAMANTE, 2008, p. 43).

acrescentar ou diminuir o efeito. Destacar-se-á do fundo dos diferentes cenários para valorizar gestos ou atitudes das personagens, segundo as suas aparências e suas expressões. Significará qualquer coisa, por harmonia ou contraste, no agrupamento dos actores e no conjunto de um plano. Por fim, consoante a iluminação, poderá ser modelado ou sublinhado pela luz ou neutralizado pelas sombras (EISNER apud MARTIN, 1990, p. 76).

Deste modo, o figurino auxilia a narrativa, ao passo que almeja: “(...) ajudar a diferenciar (ou tornar semelhante) os personagens, e ajuda a identificar em que arquétipo (ou em que clichê) o personagem se encaixa” (COSTA, 2002, p. 40). Portanto, está intimamente ligado à probabilidade da narração e assim como as demais roupas, o figurino encontra-se em contato com o corpo, funcionando como uma espécie de couraça ou cobertura, que concebe a obra tudo o que é inferido a ele.

Tomando como referência a classificação adotada por Marcel Martin, os figurinos podem ser classificados em três categorias. Sendo elas: 1 – Figurinos realistas, abrangendo todos os figurinos que retratam as vestimentas do período abrangido no filme; 2- Para-realistas, compreende a inspiração do figurinista sobre a moda da época, de modo a prevalecer à preocupação com a beleza e o estilo; 3- Simbólicos, não há a preocupação com a exatidão histórica, de tal modo que o figurino tem a finalidade de traduzir os caracteres, os estados da alma e os tipos sociais.

Assim posto, o figurino é um elemento de notável importância na construção e uma encenação, e deve ser, portanto, cuidadosamente trabalhado e explorado, pois detém a capacidade de se comunicar sem uma fala, isto é, o traje que o ator traz em cima de si, diz o que ele é de tal forma que caracteriza um personagem. Para tal, todos os elementos da encenação devem estar em harmonia e consonância com o figurino e com as ações dos personagens em cena (LINKE, 2013).

O cenário também integra a categoria de elementos *não específicos* contemplados na análise de Martin (1990). E pode tanto ser exterior quanto interior, assim como real, ou seja, já existir antes da filmagem, ou ser construído em estúdio. Martin (1990) define três concepções gerais para o cenário. Sendo elas: *Realista*, na qual “[...] não tem outra implicação a não ser a sua própria materialidade, significando apenas aquilo que é” (MARTIN, 1990, p. 79); *impressionista*, sobre a qual condiciona e reflete o estado de alma das personagens, para tanto detém uma dominante psicológica; e, por fim, *expressionista* que “[...] é criado quase sempre artificialmente para sugerir uma impressão plástica convergente com a dominante psicológica da acção” (MARTIN, 1990, p. 80). Por conseguinte, os cenários podem ser elaborados por

necessidade histórica, mas, sobretudo, com uma finalidade simbólica, impregnando em si uma inquietação com a estilização e significação.

Outro elemento ressaltado por Martin (1990) é a cor que provoca sensações e interpretações nos espectadores, pois esta é capaz de cumprir diversas funções discursivas em uma imagem. Dentre as quais, merecem destaque: a criação da tonalidade emocional de um espaço, a caracterização de uma personagem, a atmosfera dramática de uma ação, ou a definição da identidade visual de um filme.

Para tanto, compreender como a cor funciona no âmbito cinematográfico é de basilar importância, haja vista que ela carrega em si simbolismos intensos, além de imprimir sentimentos. “A cor é uma relação entre o objeto e o estado psicológico do observador, no sentido em que ambos se sugestionam reciprocamente” (MARTIN, 2005, p. 87). Dado que, as suas escolhas e diferenciações interferem na maneira como as imagens serão recebidas.

Deste modo, podemos distinguir entre cores frias e quentes, próximas e distantes, suaves e fortes. Assim, as cores frias, como o azul ou o verde, por exemplo, tendem a criar um distanciamento afectivo por parte do espectador. As cores quentes, como o vermelho ou o amarelo, tendem a causar um impacto cromático imediato sobre o espectador. As cores suaves tendem a sugerir serenidade (NOGUEIRA, 2010, p. 65).

Outrossim, a cor situa-se para além do aspecto estético, dado que possui significados que estão para além da visão, puramente, superficial dos eventos. Assim, é capaz de influenciar tanto as atitudes como o ambiente de modo geral. Martin descreve que para Michelangelo Antonioni: “[...] a cor é uma relação entre o objeto e o estado psicológico do observador, no sentido em que ambos se sugestionam reciprocamente” (MARTIN, 1990, p. 87). Ademais, a cor, se une ao uso da luz para imprimir um carácter de maior realismo na cena e ainda dispõe de significados culturais, de tal modo que pode comunicar valores distintos conforme a compreensão de mundo de cada indivíduo.

O último elemento *não específico* ressaltado por Martin (1990), é o desempenho dos atores, haja vista que o fascínio exercido pelo cinema é compreendido através da possibilidade que ele proporciona ao espectador de se identificar com os personagens através dos atores. Entretanto: “[...] o que faz o prestígio do grande actor, [...] é o facto de ele conseguir impor a sua personalidade ás suas personagens, continuando a ser ele próprio nas mais diversas personificações” (MARTIN, 1990, p. 92). Assim, no cinema a própria câmara se encarrega de evidenciar a melhor expressão para a cena, revelando-a sob o melhor ângulo em primeiro plano.

Portanto, a linguagem do cinema se traduz em textos visuais e, grosso modo, são apresentadas como imagens em movimento que nos fazem pensar, interpretar e imaginar.

Referências bibliográficas

ASTRUC, Alexandre. *L'Écran Français*. n°. 101, 3 de Junho de 1947.

AUMONT, Jacques et alii. *A imagem*. Campinas: Papirus, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Traduções de Maria Luz Moita e Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto. Prefácio de T. W. Adorno. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.

BUSTAMANTE, Rita de Cássia. *Retalhos em Cena – concebendo o figurino na televisão*. Dissertação e Mestrado. Centro Universitário Senac, Programa de mestrado em moda, cultura e arte, São Paulo, SP, 2008.

COSTA, Francisco Araújo. O figurino como elemento essencial da narrativa. In: *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, v, 4, n°, 8, p. 38-41 agosto 2002. Disponível em: <http://www.pucrs.br/uni/poa/famecos/imagina/edicao-8/araujosed8.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

CRUZ, Dulce Márcia. *Linguagem audiovisual: livro didático* / Dulce Márcia Cruz; Carolina Hoeller da Silva Boeing, Daniela Erani Monteiro Will, Flavia Lumi Matuzawa. – 2. Ed. Ver. E atual. – Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

DELEUZE, G. *Cinema, a imagem movimento*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

JAKOBSON, Roman. *Linguística, poética e cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LINKE, Paula, Piva. *A moda, a indumentária, o traje popular e o figurino*. In: VI Congresso Internacional de História, 2013, Maringá. VI Congresso Internacional de História, 2013.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELLO, R. V. M.; ARAUJO NETO, W. N. *Reflexões teóricas sobre Ensino de Ciências e Cinema: aproximações possíveis com a linguagem cinematográfica*. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, v. 10, p. 145-162, 2017.

METZ, Christian. *A significação do cinema*. Tradução e posfácio de Jean Claude Bernadet. São Paulo: Perspectiva, 1972.

METZ, Christian. *Linguagem e cinema*. Tradução de Marilda Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1980.

MORIN, Edgar, 1956, *O Cinema ou o Homem Imaginário*, Lisboa, Moraes, 1970.

NOGUEIRA, Luís - *Manuais do Cinema III: Planificação e Montagem*. Livros LabCom Books, 2010.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTE, Anne. *Ensaio sobre análise fílmica*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

A BEM AVENTURADA MORTE DO REI DE BOA MEMÓRIA: AS NARRATIVAS DA MORTE DE D. JOÃO I COMO EVOCAÇÃO DE PODER

*Hugo Rincon Azevedo*¹⁹³

RESUMO: As narrativas do século XV e início do séc. XVI sobre o passamento de D. João I (1385 - 1433), como as crônicas régias e demais registros escritos, reforçavam a idealização do monarca a partir de um ponto referencial comum: a vitória na Batalha de Aljubarrota em 1385 perante os castelhanos. O evento que marcou a entronização do Mestre de Avis, como também a independência do reino português, seria utilizado em um forte discurso simbólico remetendo a data da morte do rei ao dia do acontecimento, 14 de agosto. As fontes também apresentaram em seu discurso as virtudes do soberano nos seus momentos finais, vistas como sinais de salvação e a confirmação da "boa morte" que teve o Rei de "boa memória". Propomos com esta comunicação analisar a evocação do poder régio por meio das narrativas e memórias da morte de D. João I como recurso de propaganda política da Casa de Avis no século XV.

Palavras-chave: D. João I; Morte; Memória; Poder.

Introdução

Entronizada em meio a crise sucessória de 1383-1385, e de origens "ilegítimas", a dinastia de Avis a partir de seu fundador D. João I (1385 - 1433) lançou mão de diversos mecanismos no reforço da sua legitimidade e poder monárquico. Em nossa Dissertação de Mestrado, intitulada *Entre a batalha e o mosteiro: memórias legitimadoras da Dinastia de Avis (séc. XV)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás no ano de 2017, propomos analisar como a casa avisina se utilizou da construção e evocação da memória, dos usos do passado, para a edificação de seu projeto político, em ênfase no reinado do Mestre de Avis. Em nossa Tese de Doutorado, em andamento pelo PPGH-UFG, objetivamos analisar a consolidação política dos reis de Avis no século XV, D. João I, D. Duarte (1433 - 1438), D. Afonso V (1438 - 1481) e D. João II (1481 - 1495), por meio dos discursos e narrativas construídas em cima da morte desses monarcas enquanto memórias idealizadas e evocadoras de poder. Nesta comunicação, apresentamos os primeiros passos desta pesquisa, iniciada ainda em nossa dissertação, em que sugerimos que as memórias construídas em torno

¹⁹³ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientadora: Profa. Dra. Armênia Maria de Souza. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: hugo_jsk@hotmail.com

da morte de D. João I foram essenciais na edificação do projeto político e da construção simbólica da Casa de Avis no século XV.

A morte, a memória e o poder

As relações do homem diante da morte durante a Idade Média passaram por um processo de transição entre a evocação da "boa morte" e a "morte bem administrada" que, conforme o sociólogo Allan Kellehear (2016), seria a tentativa de controle do morrer, na cooperação entre o indivíduo moribundo e o seu meio social, que se inicia ainda no período neolítico (ou "Idade Pastoril") com a sedentarização do homem e se consolida no medievo através de ritos religiosos, em meio à cristianização dos povos, naquilo que Phillipe Ariès (2017) definiu como "morte domada".

Conforme Kellehear, a construção do ideal de "boa morte" situa-se numa concepção de longa duração, que teria emergido a partir da transição da Idade da Pedra para o período de sedentarização da raça humana. Os primeiros povos formados por sociedades caçador-coletoras, devido à baixa expectativa de vida e ao intenso risco de morte que corriam nas deslocamentos e caçadas, não poderiam "observar" a morte chegar. Dessa forma, o passamento era sempre súbito, não permitindo ao morrente exercer qualquer controle sobre o morrer. Nessa perspectiva, os rituais fúnebres em favor da boa passagem do morrente em sua jornada ao outro mundo eram realizados por sua comunidade, que garantia o sepultamento, os ritos, e as ferramentas necessárias para que a "alma" percorresse a jornada à outra vida, tornando a morte do homem "pré-histórico" uma experiência pós-morte (KELLEHEAR, 2016: 78).

O processo de sedentarização (a formação das primeiras sociedades, a domesticação da natureza, dos animais e vegetais) proporcionou um grande aumento na expectativa de vida, assim possibilitando ao homem "assistir a morte chegar", de modo que pudesse planejar e se preparar para esse advento. O ato de "sentir" o morrer transformou a relação da humanidade com o passamento. A partir dessa mudança, há uma tentativa de controle da morte. Se anteriormente essa era feita pela comunidade, agora seria uma relação de troca, tanto o morrente como o seu grupo social seriam parte dos rituais que garantiriam a boa morte, ou seja, a jornada ao além-mundo se iniciava ainda em vida. A boa morte se trata de um passamento rápido e brando, "mas com acréscimo da ideia de morrer em 'perfeição moral' ou nobre [...] morrer belamente ou de um modo ideal ou exemplar" (KELLEHEAR, 2016: 170). Conforme Kellehear, para os camponeses e agricultores do Período Neolítico à Antiguidade e boa parte do Medievo, definidos por ele como "Idade Pastoril", a boa morte seria aquela que se adequasse a todas ou a maioria das condições de uma boa vida agricultora. Nesse contexto, a boa morte é

um modelo de comportamento construído e homologado pelos outros "para se harmonizar e afirmar a moral e os valores sociais então dominantes - sejam eles princípios religiosos antigos, expectativas médicas contemporâneas ou expectativas culturais da vida aldeã" (KELLEHEAR, 2016: 169).

A "boa morte" é a leitura que o estudo sobre a história da morte de Philippe Ariès (2017) evocou na ideia de "morte domada". Baseando-se nas suas principais fontes, romances de cavalaria medievais, Ariès sugere que a domesticação da morte estava no controle do homem diante da morte, na perspectiva de reconhecimento da iminência do próprio morrer e na realização dos preparativos para o bem-estar de sua alma. Desse modo, domar a morte tinha como característica um modelo de comportamento que visava à superação do medo e a convivência com a morte, o domínio dela por meio de uma solene ritualização.

A literatura consultada por Ariès, como as histórias de Rolando, evoca um ideal de morte nobre, cavaleiresca e cristianizada, um modelo que seria fortemente adotado pelas aristocracias rurais e urbanas. Segundo Kellehear, na Baixa Idade Média, especialmente com o advento do mundo urbano, grupos sociais abastados começaram a contratar profissionais para garantir a sua boa jornada ao além-mundo, que, no mundo cristão, seria uma boa transição pelo purgatório e a salvação da alma. Nesse contexto, esses estratos mediavam o controle do morrer não apenas com seus familiares e comunidades, mas com médicos, os responsáveis pelos diagnósticos e alívio do sofrimento; advogados, responsáveis pela resolução de questões legais, testamentos e transmissão de bens; e clérigos, aqueles que garantiriam os ritos cristãos da morte, como as missas pela alma do moribundo (KELLEHEAR, 2016: 241). Assim, a morte domada não era apenas "boa", mas "bem administrada".

A dinastia de Avis utilizou como recurso de evocação do poder político os discursos da morte, a junção entre "vestígios de memória escrita" (crônicas régias) e "vestígios de memória em pedra" (monumentos e construções físicas, como o próprio Mosteiro da Batalha). Entendemos que as memórias coletivas e individuais são construções sociais, de modo que a memória individual, voluntária ou involuntária, relaciona-se à lembrança, a recomposição do passado e à rememoração, enquanto a memória "externa" seria fruto da civilização, da disciplinarização e da absorção do meio social (HALBWACHS, 1990). De acordo com Paul Ricoeur (2007), a consciência individual e a sua memória integram-se na memória coletiva por dos traços deixados pelos acontecimentos que influenciaram a história de determinados grupos sociais e com o poder de trazer lembranças em comum por ocasião de ritos, festas e celebrações políticas.

Um dos principais significados da palavra polissêmica *memoria* na Idade Média ligava-se diretamente ao culto dos mortos. Patrick Geary (2017) afirma que a *memoria* englobava toda

a comemoração dos defuntos como as procissões funerárias, aniversário da morte, celebrações litúrgicas, etc. De acordo com o autor, a *memoria* não se relacionava apenas a comemoração dos mortos, mas a sua presença por meio da recitação de nomes e a manipulação de objetos, principalmente as tumbas e monumentos funerários (GEARY, in LE GOFF; SCHMITT, 2017: 191). Assim, essa concepção se baseava no princípio de uma memória litúrgica sustentada na inscrição dos nomes dos falecidos dignos de serem comemorados nos *libri memoriales*, assim como obituários e necrológios dos conventos e mosteiros. O reforço dessa memória ocorria principalmente em eventos comemorativos por meio de missas e orações pela salvação do morto, que ocorriam geralmente na data de aniversário de seu falecimento.

Jean-Claude Schmitt (1999: 19) afirma que se deve atentar que, neste caso, o uso da palavra memória tende a criar uma espécie de ilusão, pois se trata do uso da *memoria* objetivando ajudar na separação entre os vivos e mortos, acelerando a sua saída do purgatório para que os vivos pudessem esquecer o falecido. Notamos então a ambiguidade do uso da palavra *memoria*, que nesse caso era carregado pelo significado de "uma memória coletiva, uma técnica social de esquecimento" (SCHMITT, 1999: 20). A partir do século XI, a concepção de *memoria* ganharia outra perspectiva, passaria a se pautar na preservação do que "se lembrar", principalmente pelo apoio da escrita, a memória da linhagem e a genealógica seria reforçada nos meios aristocráticos, especialmente entre a realeza da Baixa Idade Média.

Durante os séculos XI e XII, a sociedade senhorial deu novos significados a concepção de memória dos mortos. A aristocracia reivindicou a atenção eclesiástica na preservação da memória de familiares mortos, por meio de favores litúrgicos das comunidades clericais. Assim, foram acolhidos em espaços sepulcrais que anteriormente só atendiam membros do clero, como igrejas, catedrais, mosteiros e cemitérios, transformando os "estabelecimentos religiosos em verdadeiros conservatórios das memórias familiares" (LAUWERS, in LE GOFF; SCHMITT, 2017: 285). Os clérigos forneciam serviços litúrgicos especiais para a aristocracia, em troca de terras e rendas, celebrando a memória de seus ancestrais. Desse modo, construiu-se uma espécie de contrato social entre senhores e eclesiásticos, que atuavam essencialmente na legitimação, evocação e transmissão dos seus poderes. Nesse "contrato", os senhores garantiam a sua salvação e de sua família. A intervenção eclesiástica sacralizava seus bens, cultivava a memória dos seus ancestrais, evocava o poder herdado deles, tornando-se um instrumento de legitimação da sua autoridade, que "transmitido no interior das famílias aristocráticas, o poder senhorial supunha que a memória dos ancestrais fosse conservada" (LAUWERS, in LE GOFF; SCHMITT, 2017: 287).

Desse "contrato social" surgiram as crônicas régias, responsáveis por imortalizar a memória da realeza medieval. As crônicas, inspiradas pelo modelo de narrativa bíblica,

transformaram-se, durante os séculos finais da Idade Média, em uma importante ferramenta de propagação do poder dos reis. Nesse aspecto, as crônicas régias se tornaram seu legado registrado. Marcella Lopes Guimarães afirma que as crônicas continham "tudo que era memorável para o público ao qual eram dedicadas, no mosteiro ou fora dele, ou seja, nas cortes, que passaram a se interessar e a viabilizar a escrita do que era digno de sobreviver à memória frágil do homem" (GUIMARÃES, 2012: 86). Os cronistas baseavam-se em escritos e testemunhos orais. Nas cortes, as crônicas começaram escritas por clérigos, mas, depois, dentro de um movimento crescente de laicização da cultura, "homens ligados ao serviço régio e nobres começaram a escrever crônicas que passaram a ser lidas como exemplos para o caminho reto de monarcas e outros nobres" (GUIMARÃES, 2012: 86).

É nessa perspectiva que os principais cronistas da Casa de Avis, como Fernão Lopes, Gomes Zurara e Rui de Pina, entre os séculos XV e XVI, escreveram as crônicas dos reis da segunda dinastia portuguesa. Contratados enquanto cronistas oficiais do reino e ocupando o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, registraram por escrito a história dos monarcas, construindo e evocando memórias grandiosas, na intenção de exaltar e legitimar a Casa de Avis. Partimos da premissa que os cronistas régios evocaram memórias legitimadoras da dinastia no discurso da morte. Considerando o contexto histórico de formação das monarquias centralizadas, Michel Lauwers afirma que nos "últimos séculos da Idade Média, a memória dos mortos serviu para fabricar históricas dinásticas, laicas, destinadas a legitimar os poderes dos príncipes" (LAUWERS, in LE GOFF; SCHMITT, 2017: 291). Portanto, é nessa perspectiva que analisaremos a construção da boa morte de D. João I, o rei de boa memória.

Memórias da Morte de D. João I

Os cronistas régios portugueses entre os séculos XV e XVI davam uma atenção especial à narrativa da morte dos monarcas biografados. A prática de descrever detalhadamente os túmulos da realeza demonstra um claro vestígio da importância ideológica que os homens daquele tempo atribuíam a esses monumentos, enquanto sinais visíveis da memória régia e da permanência do poder (MATTOSO, 2001: 114). Rui de Pina dedicou os capítulos iniciais da sua *Crônica de D. Duarte* a narrativa dos momentos finais da vida de D. João I, da sua morte em 1433 ao sepultamento no Mosteiro da Batalha. O período da redação da crônica é posterior aos acontecimentos narrados, o cronista a redigiu mais de setenta anos depois. Importante ressaltar que a visão de Pina sobre o monarca biografado partia do epitáfio no túmulo do rei. No texto, narrou a morte de D. João I, fundador da dinastia, que, em campo de batalha (Aljubarrota), venceu o Rei de Castela, D. Juan I, e ali assegurou seu reino e direito como Rei,

rei magnânimo e forte, vencedor e invicto (SOUSA, 1984: 421). Ou seja, um rei de tão gloriosa memória dos seus feitos deveria manter tal condição na memória de sua morte e assim deveria ser registrado na crônica (CHRONICA D'EL REY D. DUARTE, cap. I).

Uma questão fundamental aparece na narrativa sobre o passamento de D. João I: o princípio da "boa morte". Conforme Ariès (2017), no Ocidente Medieval a ideia de boa morte relacionava-se a dois modelos essenciais: a morte honrosa em campo de batalha ou a boa morte no leito. No caso do Mestre de Avis, Pina organizou sua narrativa em cima da concepção de boa morte no leito, enquanto o rei, já em idade avançada, e tomando conhecimento do seu estado de saúde e que a morte se aproximava, preparar-se-ia para deixar este mundo em direção ao reino do céu, sinal de bem-aventurança, de salvação, que apenas os eleitos possuíam, a ideia do pré-conhecimento da morte (SOUSA, 1984: 424). Observemos o que registrou o cronista

O muyto vitorioso Principe, e de gloriosa memoria El-Rey Dom Joham, dos Reys ho decimo, e deste nome ho primeiro Rey dos Regnos de Portugal, e primeiro Senhor de Cepta, sendo jaa em muyta hydade, e tocado de doença, e paixam perigosa, e mortal foi peros Fisicos aconselhado, e pellos Ifantes seus filhos acordado que alguû mais alongamento de sua vida estevesse, e se curasse no logar d'Alcouchete em Riba-Tejo, que sobre outros ouveram por logar fresco, e se singular desposição para sua saude, honde estando jaa alguûs poucos de dias, sentindosse fraco, e apressado d'accidentes, e fraquezas que ácerqua delle, e de todos testemunhavam bem sua morte, disse, e encomendou aos Ifantes seus filhos, e aa outra nobre gente de seu Conselho: que por quanto se sentia jaa no estremo de sua vida, e para tal Rey como elle não convinha morrer em Aldêas, e desertos, mas na mais principal Cidade, e na melhor Casa de seus Regnos, logo ho levassem aa Cidade de Lixboa, e aposentassem dentro no seu Castello d'Alçaçova, que entam mandava muyto emnobrecer, e asy se comprîo (CHRONICA D'EL REY D. DUARTE, cap. I: 73 - 84).

Notam-se dois pontos fundamentais do comportamento do monarca: tomava conhecimento da proximidade da morte e aceitava o seu fim com resignada lucidez. O pré-conhecimento da morte implicava no indivíduo ser avisado de maneira definitiva que o seu fim estava próximo, seja por meios sobrenaturais (intuição, autodiagnóstico ou visão extraordinária) ou naturais (recorrendo ao diagnóstico dos físicos). De todo modo, a notícia de que a morte estava por chegar detinha o caráter de mercê outorgada por Deus, e assim revelava-se a bem-aventurança do moribundo (SOUSA, 1984: 422).

Ainda nesse trecho da crônica, o cronista narrou que no ano de 1433, o monarca já em idade avançada, aos 76 anos, estando doente, foi aconselhado pelos físicos e infantes que permanecesse em Alcochete, Riba-Tejo, para descansar e se tratar. D. João, sentindo as fraquezas e sintomas da doença que o afligia¹⁹⁴ e temendo a proximidade da morte, teria

¹⁹⁴ Conforme Rui de Pina na Crônica de D. Duarte, D. João se encontrava "tocado de doença e paixam perigosa" (CHRONICA D'EL REY D. DUARTE, cap. I: 73). De acordo com Maria H. Coelho, não há maiores informações

afirmado que para o rei não caberia morrer em vilarejos ou aldeias, e sim na sua amada cidade, melhor casa de seus reinos, que assim o levassem para Lisboa e que passasse seus momentos finais em seu castelo. A atitude do monarca em recusar o conselho dos físicos e preferir passar seus últimos momentos em Lisboa é muito significativa: outro elemento importante da boa morte é não morrer sozinho, o que não poderia ocorrer com os grandes e honrados, especialmente, que usufruí do estado de rei. O que justifica D. João querer finar-se em lugar digno do soberano, no Paço de Alcáçova, na melhor casa da melhor cidade do reino, em Lisboa, na sua cidade-mãe-esposa, como a chamava Fernão Lopes, ao narrar o papel que a cidade representara no auxílio ao seu Messias em tempos de crise dinástica (CHRONICA DE D. JOÃO I, I: 1 - 3). Falecendo em Lisboa, o Mestre de Avis encerrava um ciclo, consagrando "o desígnio de morrer na maior publicidade com esse impulso secreto, inconsciente, de acabar debaixo do céu e dos astros do sítio onde nasceu" (SOUSA, 1984: 438).

Em seguida na narrativa de Pina, a pedido do pai, os infantes o levaram em peregrinação por igrejas e altares da cidade, muitos construídos a mando do monarca. Conforme Rui de Pina

E passados alguês dias em que sentio melhoramento, os Ifantes seus filhos por seu mandado, e por sua devaçam o levaram com grande acatamento, e muita obediencia á Capella Mayor da See, e o puzeram em todo seu estado ante o Altar Martyre de Sam Vicente onde seu corpo jaz, por que ElRey por ser delle muyto devoto, ante de sua morte se quiz delle, em sua vida, despedir, e alli ouvio com muita devoçam Missa Solepne em que com grande afficatia encomendou a Deos sua alma. [...] E da See foi de caminho visitar a Igreja de Santa Maria Escada, que elle, peguada com ho Moesteiro de Sam Domingos, novamente mandou fazer, e em que tinha singular devoçam, e despois, de se despindir da Imagem de Nossa Senhora, e com inteiro conhecimento de sua morte encomendar a ella sua alma (CHRONICA D'EL REY D. DUARTE, cap. I: 74).

O cronista relatou uma melhora no estado de saúde do monarca. Na narrativa, D. João, como predestinado, melhorava antes do falecimento, representação significativa da dádiva celeste para aqueles eleitos por Deus, para que pudessem dispor de suas últimas vontades nos momentos finais de vida (COELHO, 2008: 375). Esse sinal de melhora também não é interpretado como adiamento da partida ao outro mundo, pelo contrário, era sinal de que o fim se aproximava. O monarca aproveitou os últimos momentos para sair em romaria, mas não em uma peregrinação de penitência, mas uma visita de despedida quase entre amigos, como se esse rei, santificado pelo discurso cronístico, elevasse a altura dos santos a quem dava o seu último adeus. E, por isso, transitou em todo o seu estado majestático, não pediu saúde, encomendou a sua alma e distribuiu esmolas (SOUSA, 1984: 440). o rei de Boa Memória despediu-se de São

sobre alguma "especial doença" que afligiria o monarca, sendo provável que sofresse de desgastes físicos provenientes da idade avançada (COELHO, 2008: 369).

Vicente e da Imagem de Nossa Senhora, do patrono da cidade em que nasceu e jurou defender, e também da Senhora do Reino, com elementos repletos de simbolismos que santificaram o rei antes da partida da sua alma que já apresentava sinais de garantir o seu lugar nos reinos do céu (COELHO, 2008: 375).

Serenidade na hora da morte é outra característica atribuída ao comportamento de D. João antes do falecimento. Após a peregrinação por espaços do sagrado em Lisboa, o rei foi levado ao castelo de onde partiu, e poucas horas antes de seu falecimento, sob o cuidado de religiosos, colocou as "as maaõs em sua barba Real, por que a achou alguû tanto crecida, a mandou logo fazer dizendo que nom convinha a Rey, que muytos aviam de vêr, ficar despois de morto espantoso e difforme" (CHRONICA D'EL REY D. DUARTE, cap. I: 75). Observemos os significados presentes na atitude e fala atribuída ao rei pelo cronista. Nela, D. João aparece completamente lúcido e sereno em seus últimos momentos de vida, como devem estar aqueles que são eleitos por Deus. A preocupação com a aparência retrata o sinal de luto e dó, quando "renascerá" em outra vida na presença do "Rei dos reis". Enquanto soberano daquele povo, não quer se apresentar "espantoso e disforme", características do medo e do pecado, mas por outro lado, pretendia acabar como rei, em todo estado da realeza que muitos haveriam de ver, na consciência do espetáculo da morte régia (COELHO, 2008: 376).

Nota-se também uma contraposição da sua morte com a do irmão e antecessor Rei D. Fernando, que, de acordo com Fernão Lopes, obteve uma "morte escura", solitária, com aparência distante do homem que fora, e uma cerimônia fúnebre muito pouco representativa ao estado de rei. Na crônica de D. Fernando, conforme Lopes, o monarca teria reconhecido o fracasso que foi sua vida enquanto rei, sendo retratado pelo cronista como um agonizante extremamente infeliz, em que aqueles presentes em seu funeral não derramavam lágrimas devido ao passamento do falecido, mas por pena dele (COELHO, 2008: 376). Ao contrário do irmão e sucessor, que mantinha a serenidade e características da boa morte nas suas palavras finais, D. Fernando fazia de sua última fala um ato de arrependimento e fé. Conforme Lopes, chorando muito e rogando a Deus por perdão, afirmou que "todo esso creo como fiel christão, e creo mais que elle me deu estes Regnos para os manter, em dereito e justiça; e eu por meus pecados o fiz de tal guisa, que lhe darei delles muj maaõ comto" (CHRONICA DE D. FERNANDO, cap. CLXII).

É importante ressaltar que dentro do imaginário do homem medieval, cara feia, espantosa, triste ou disforme, tanto nos mortos quanto nos vivos, representava para os primeiros sinais da eterna perdição, e para os outros indicativos de crime e pecado. D. João I, ao contrário, ao demonstrar preocupação com a aparência antes de falecer, demonstrava a harmonia e a serenidade que ficava no semblante dos justos, claros sinais de sua bem-aventurança (SOUSA, 1984: 445). É presente também nas palavras finais do rei a preocupação da aparência física

vinculada ao prestígio da realeza. Morrer espantoso e disforme era um mau sinal para os destinos da alma de qualquer pessoa, de tal modo que não convinha a um monarca falecer em tais condições. De acordo com Armindo de Sousa, apesar de parecer plausível a preocupação de D. João com a boa morte, o mais provável é que essas palavras não tenham sido ditas pelo soberano, mas sim inventadas por Rui de Pina. Mesmo levando em consideração que os cronistas geralmente não faziam citações textuais e tem como característica das suas narrativas apresentar diálogos entre os personagens, é considerável a possibilidade de que o cronista, assim como aqueles que exerciam sua função naquele tempo, usasse de sua narrativa para valorizar e traduzir todo o enaltecimento do poder monárquico, e isso justificaria as palavras finais atribuídas ao Mestre de Avis em seu leito de morte (SOUSA, 1984: 445).

Em seguida, Rui de Pina apresenta a parte mais carregada de simbolismos na sua narrativa sobre a morte de D. João I. Conforme o cronista

O dicto glorioso Rey acabou logo sua bemaventurada vida com mui claros sinaes de Salvaçam de sua alma, a quatorze dias d'Agosto, vespera d'Assumpçam da Virgem Maria Nossa Senhora do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos e trinta e tres: e foi cousa assaz maravilhosa, e de singular exempro de sua devaçam, e de grande pronostico de sua bemaventurança, que em tal dia taõbem naceo, e nelle, compría entam hidade de setenta e sete annos; e em tal dia, em batalha campal, em que se compriam quorenta e oyto annos, vencêo neste Regno EIRey Dom Joham de Castella, com que seguroou seus Regnos e Estado: por cuja memoria mandou alli novamente edificar o Moesteiro de Santa Maria da Vitoria, que vulgarmente se diz da Batalha; e em tal dia, em que se compriam dezoito annos partiu de Lixboa, quando em Africa passou e tomou aos imygos da Fee a muy nomeada cidade de Cepta; no qual dia do seu fallecimento ho Sol crys em grande parte de sua claridade; e assi tambem ho Sol crys, ho dia em que a Rainha Dona Felipa sua molher falleceo primeiro que elle em Sacavem; e assi o dia em que seu filho EIRey D. Duarte seu filho mayor, e herdeiro falleceo depois em tomar (CHRONICA D'EL REY D. DUARTE, cap. I: 75).

Nesse discurso, D. João morreu no dia em que nasceu, fechando um ciclo. A data de sua morte coincidiria com as grandes conquistas de sua vida, a batalha de Aljubarrota, a independência e a conquista do trono português, e a partida para a conquista de Ceuta. Sabe-se que D. João teria falecido no dia 13 de agosto, mas levando-se em conta a problemática dos diferentes calendários, e a forma como essa questão aparece em diferentes documentos, e principalmente a oficialização da data por D. Duarte, o registro feito pelo monarca marcaria o dia 14 de Agosto como a data da morte do rei, unindo o simbolismo do passamento do monarca com a grande conquista de Aljubarrota (1385). Assim, D. João partiria desse mundo no dia mais "glorioso" de sua vida, exatos 48 anos após a vitória frente à Castela, que trouxe a independência ao reino e lhe garantiu o trono.

Qual seria a intenção do cronista em alinhar essas datas, com diversos erros cronológicos, em sua narrativa? É provável que sua intenção fosse reforçar a bem-aventurança de D. João I, a ponto de quase torná-lo um santo. Ao elaborar essa junção de datas, Rui de Pina teria cometido um erro intencional, provavelmente influenciado pelos registros de Gomes Zurara. Por que o erro do cronista teria sido intencional? Porque ele próprio na *Crônica de D. Afonso IV* teria datado o nascimento do Mestre de Avis no dia 11 de abril, como mostra o seguinte trecho: D. João "nasceo em Lisboa, aos onze dias de Abril, do anno de Christo de 1357 annos que foy o primeyro anno do reynado de ElRey Dom Pedro seu padre" (CHRONICA D'EL-REY D. AFONSO IV, cap. LXI). Sabe-se que o cronista teria redigido essa crônica após ter feito a de D. Duarte, mas é provável que ao narrar a morte de D. João I já teria consultado os escritos de Fernão Lopes e Gomes Zurara, entre outras fontes que lhe serviram como referência (SOUSA, 1984: 449).

Errar propositalmente a data de nascimento de D. João para ligá-la a data do seu passamento tem uma importância significativa: o cronista objetivava proclamar que todos os acontecimentos da vida do fundador da Dinastia de Avis teriam sido destinados pelos céus, e sua estadia nesse mundo fora parte de um projeto celestial para a salvação do reino português. Assim como Fernão Lopes, Pina traz em sua narrativa o discurso messiânico personificado no Mestre de Avis, que, como os outros cronistas que relacionavam os feitos do monarca à data de 14 de Agosto, reforçava a glória de Aljubarrota. Permanecia a preocupação em provar que esse rei não era um usurpador e que a dinastia que fundara se assegurava no Direito, como garantiu João das Regras nas Cortes de Coimbra, e pela vontade divina, uma dinastia sancionada por Deus, por meio da vitória na Batalha de Aljubarrota. Ou seja, D. João I era o rei predestinado.

Outro erro do cronista chama atenção nesse trecho da crônica, D. João teria falecido aos setenta e sete anos de idade. Se o monarca nasceu no dia 11 de abril de 1357 e faleceu entre os dias 13 e 14 de agosto de 1433, ele viveu setenta e seis anos e quatro meses, não setenta e sete como narrou Pina. Outro erro intencional? Um descuido do cronista? De qualquer forma é carregado de significados. Provavelmente isso remete a simbólica dos números, que tanto na Bíblia, como na Cabala, é atribuído ao número sete e seus múltiplos um lugar de grande importância. O número sete teve no mundo semita uma posição privilegiada, relacionando-se às quatro fases da lua com sete dias em cada (LUCKER, 1993: 227 - 228). Então, associava-se a ideia do número sete com o período completo e com o conceito de algo inteiro ou cheio, portanto, perfeito, como ordenado por Deus.

Dentro dessa simbologia dos números, D. João teria vivido uma vida completa por propósitos misteriosos desde a sua criação e que iriam se revelando ao longo dos anos. Os cronistas incorporaram esse simbolismo em suas narrativas, dando ênfase nos sinais reveladores

do destino messiânico do monarca. Assim, conforme Pina, o Mestre de Avis nasceu e morreu em Lisboa, assim como nasceu e morreu no mesmo dia.

Chegamos a um ponto crucial da narrativa e em que gira todo o simbolismo por trás da data 14 de agosto de 1433: quando se comemorava 48 anos da vitória na Batalha de Aljubarrota, que para os cronistas representava também o claro sinal de maravilha e prognóstico daquele que, assim como em 1385 venceu os castelhanos e livrou Portugal do mal, também haveria de vencer as forças do Mal na sua batalha final. D. João faleceria no dia da maior glória de sua vida, e, portanto, dia de salvação. Observemos que Rui de Pina também reforçava que, pela memória de Aljubarrota, ali mandou se construir o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgarmente conhecido como Mosteiro da Batalha. Na continuação da narrativa, o cronista ainda traria mais detalhes do sepultamento do monarca no seu Panteão Régio.

Assim como a evocação da memória de Aljubarrota, Pina também relacionou a data da morte do monarca à partida para a conquista de Ceuta. Novamente, o cronista cometeu erros. Como se sabe, a esquadra portuguesa partiu de Lisboa no dia 25 de julho, chegando à costa norte africana no dia 7 de agosto e conquistando a cidade marroquina no dia 22 de agosto. De acordo com o cronista, em 14 de agosto de 1433 completava-se 18 anos da partida para Ceuta. No epitáfio de D. João I, encontra-se grafado que a sua morte aconteceu aos "dezoito anos menos oito dias" após a conquista de Ceuta. Isso dificultaria para o cronista associar o marco da conquista com a data de 14 de agosto, justificando-se, portanto, a sua escolha da partida da frota portuguesa para associar os eventos. Assim, todo o "relato cronístico é um arranjo ditado por essa intenção. Aljubarrota confirmou o Mestre como Rei; Ceuta atribuiu-lhe a grandeza mítica de vingador da Espanha" (SOUSA, 1984: 452).

Rui de Pina ainda evocaria a manifestação dos astros no luto pela morte de D. João I. Conforme o cronista, no dia da morte do monarca, o sol teria se tornando cinza. Seja um eclipse ou um obscurecimento, na narrativa essa reação do astro a morte do rei só poderia ser pautada como um milagre. Aparentemente, o cronista teve a intenção de reforçar que o caráter transcendente do dia da morte do soberano se tratava de um sinal declarativo de que um predestinado acabara de se finar. Entendemos que em diferentes culturas o sol tem uma forte ligação com a representação de reis e rainhas. Desse modo, seria natural aparecer essa característica na retórica do cronista, que põe o maior dos astros em sinal de luto no momento do passamento de um grande rei na terra.

É provável que a narrativa sobre o eclipse ou obscurecimento do sol no momento da morte de D. João tenha sido criação de Rui de Pina. Fernão Lopes e Gomes Zurara não deixaram qualquer registro relatando tais acontecimentos. O primeiro, inclusive, era bem cético com a relação que os fenômenos naturais pudessem ter com a morte dos reis. De acordo com Lopes,

os eclipses aconteciam em determinados tempos e nada tinham a ver com a morte régia (CHRONICA DE D. FERNANDO, cap. CX). Uma convicção muito diferente da apresentada por Rui de Pina.

Outra característica da boa morte seria a presença de entes queridos durante o passamento do indivíduo. Rui de Pina apontou que no momento da morte de D. João I estavam presentes seus quatro filhos homens, o herdeiro D. Duarte, e os infantes D. Henrique, D. João e D. Fernando. A não presença do infante D. Pedro é justificada, o Duque de Coimbra em prantos e luto pela morte do pai não teria conseguido deixar seu ducado a tempo para acompanhar os momentos finais da vida do seu progenitor (CHRONICA D'EL REY D. DUARTE, cap. I: 75 - 76). A presença dos descendentes no leito de morte representava para o moribundo sinais de benção divina e penhor do mérito, ideia reforçada pela própria bíblia sobre a ideia de que os filhos são sinal de benção divina para os pais. Desse modo, os filhos representam a concepção de realização humana, e também a ideia de garantia de sobrevivência para além da morte, e no caso dos infantes, a certeza da continuidade da dinastia, por isso é tão significativo destacar a presença dos infantes ao lado do pai nos seus instantes finais (SOUSA, 1984: 436).

Uma questão fundamental para entender as evocações de memórias idealizadoras da morte de D. João também está centrada nesse uso da data 14 de Agosto de 1433 como dia da sua morte. Diversas fontes oriundas dos séculos XV e XVI reforçaram o dia 14 como o marco do falecimento do monarca, como o próprio Rui de Pina, mas o mais provável é que o soberano tenha falecido no dia anterior, e para relacionar o seu passamento a Aljubarrota, tanto D. Duarte, como os cronistas posteriormente, daria ênfase no dia 14 objetivando engrandecer ainda mais a memória da morte do rei.

Um dos testemunhos mais próximos ao acontecimento foi registrado por Gomes Eanes de Zurara no capítulo 30 da *Crônica de D. Pedro de Meneses*. Conforme o cronista

E foy esto no anno do nacimiento de christo de mil iiij^c xxxiiij no qual se foy deste mundo o muy excellete principe elRey dom Joham Rey magnanymo e de grande uertude o qual se finou na cidade de lixboa a xiiij^o dyas dagosto dagosto uespera da assunçom de sancta Marya em tal dya como elle nacera. E em tal dya ouue uencimento delRey de castella na batalha que com elle ouue acerca dalJubarrota (CHRONICA DO CONDE DOM PEDRO DE MENEZES, II, cap. XXX).

Assim como Rui de Pina, que, como já vimos, foi bastante influenciado pelos registros de Zurara, o cronista também relacionou o dia da morte de D. João com a comemoração de dois aniversários: a do nascimento e o da vitória em Aljubarrota. Zurara também cometeu o erro de

colocar a data de nascimento do rei nesse dia, provavelmente de forma voluntária. A intenção do cronista é clara: o esforço de coincidir a morte do soberano com o marco de Aljubarrota.

Outro testemunho importante sobre essa questão é aquele registrado nos epitáfios do túmulo de D. João I. No monumento fúnebre foram registrados dois epitáfios em latim, um em verso na cabeceira, e outro em prosa na sua lateral esquerda. Nesses, se encontra toda a glorificação a memória de um rei que se pretendia imortalizar por meio desse gênero literário que é extremamente apropriado para isso. Os epitáfios são obviamente textos de "propaganda dinástica como, de resto, a capela onde encontra, todo o mosteiro, erigido para perpetuar um sucesso militar e servir de panteão real, e, em suma, o lugar - a *Batalha* por antonomásia" (SOUSA, 1984: 458).

No túmulo conjugal que abrigou os corpos do rei e da rainha, o sucessor do Mestre de Avis mandou colocar dois epitáfios, unindo memória escrita e memória em pedra. Ambos foram redigidos em 1434, e mesmo se não forem de autoria de D. Duarte, é certo que no mínimo teve o seu texto orientado pelo rei sucessor. Nesses, registrou os feitos virtuosos de seus pais: D. João, o rei invicto, primeiro rei cristão que depois da "invasão" muçulmana para a Espanha foi senhor da famosa cidade de Ceuta na África, ressaltou também a vitória no Cerco de Lisboa e a grande vitória em Aljubarrota, exaltando as suas qualidades enquanto pai, não apenas da virtuosa linhagem de Avis, mas como "pai do povo português". O rei herdeiro então objetivava gravar em pedra uma memória idealizada por características da superioridade do percurso de vida do seu pai, baseado na invencibilidade e seus altos feitos. Reforçava-se também o ideal cruzadístico, que seria adotado no reinado de D. Duarte com a tentativa de novas conquistas no norte da África (COELHO, 2008: 390).

Nota-se novamente o recurso a memória de Aljubarrota. No texto laudatório assentava-se que D. João, após a morte de D. Fernando, tomou a defesa da cidade de Lisboa e do Reino para si, defendendo a primeira do cerco castelhano, sendo levantado rei em Coimbra e depois, em campo de batalha, derrotou em minoria de homens a poderosa armada de Castela. Há também a evocação da intervenção divina em prol desse rei tido como predestinado, graças à ajuda da Virgem, na véspera da sua festa de Assunção no mês de Agosto, e seria em sua honra e louvor e pela memória da batalha, que mandou erguer ali aquele convento, o Mosteiro da Batalha, que "é a melhor obra de toda Espanha" (COELHO, 2008: 390).

O monumento é obviamente um elemento propagador do que a Corte considerava importante reforçar e evocar sobre a memória de D. João, e é também o documento mais antigo no que se refere à datação da morte do soberano. (SOUSA, 1984: 458). No epitáfio, foi registrado que o Mestre de Avis, no mês e vigília citados (agosto e Véspera de Assunção no ano de 1433), este *gloriosíssimo* Rei acabava de forma bem-aventurada a sua vida terrena.

Notamos duas questões relevantes no texto laudatório: o reforço da boa morte e também a omissão da identificação numérica do dia em que ocorreu o falecimento. É provável que no epitáfio já houvesse a intenção de reforçar o dia 14 como a data da morte de D. João I.

Outro testemunho que aponta a data da morte do monarca em 14 de agosto é o relato da *Certidão do Milagre da Cera*. A Certidão é um documento público e oficial, que passou por avaliação régia e do Arcebispo de Lisboa. No documento é conferida a legitimidade do milagre que teria ocorrido nos dias 13 e 14 do mês citado. Esse milagre consistia no seguinte: no quarto ano do aniversário da morte de D. João I, a cera dos círios e tochas que queimavam nas cerimônias comemorativas do evento não se consumiram, pelo contrário, teriam crescido. E isso foi tido como um milagre e a comprovação de que o rei falecido encontrava-se no reino do Céu. O que o acontecimento desse fenômeno poderia representar para os seus contemporâneos? Obviamente causaria um alvoroço entre as pessoas, e relacione-se isso ao fato de que toda Lisboa comemorava também o aniversário da vitória em Aljubarrota. Assim, passava-se a imagem de que esse rei e herói era também um santo, pelo menos era o que garantiria a Igreja ao soar os sinos. Aquela tarde de quarta-feira, dia 14 de Agosto de 1437, "teria reunido todas as condições duma real apoteose" (SOUSA, 1984: 459).

Voltemos à discussão sobre a relação da comunidade com a morte dos chefes, ou melhor, a morte régia. Parte significativa dessa relação entre morte e poder, e o culto e celebração ao passamento dos reis é baseada na crença e na garantia de que o finado soberano continuasse a olhar e proteger o seu povo para além da vida (MATTOSO, 2011). O relato desse suposto milagre, ao imaginário do povo, e obviamente reforçado por aqueles que tinham o monopólio do sagrado (o clero), só poderia significar que D. João I, que se encontrava ao lado do criador, continuava a proteger Portugal. E é essa concepção que poderia ter sido utilizada por D. Duarte para legitimar a partida para Tânger em 1437. O monarca ainda associaria a expedição como um dos últimos desejos do seu pai, assim, o acontecimento desse fenômeno também seria uma manifestação do falecido, reivindicando do outro mundo que se cumprisse sua vontade final. A Certidão do Milagre da Cera retomava a evocação a data 14 de agosto, e mais, oficializava que D. João estava no céu, e por ele, seu filho lançaria empresa em Ceuta.

Outros dois documentos redigidos entre as décadas de 1430 e 1450 trazem uma nova questão para o dia da morte de D. João, pois ambos também reforçaram o dia 14 de Agosto, mas dessa vez indicando a hora do falecimento, que teria ocorrido às duas horas da manhã. Esses documentos são o *Testemunho do Manuscrito 80* e o *Testemunho do Livro de Conselhos de El-Rei D. Duarte*. O primeiro documento, uma cópia já tardia, provavelmente redigido na década de 1450, teria se baseado no segundo relato. Observemos o relato sobre a morte do rei no Manuscrito 80:

Jtem na era de mil E iiiij^c xxx e Tres anos quatorze dias do mes d(e) agosto Em sesta feira depois da mea noyte duas oras se finou o muy llozado e glooriosa E Jmmortal fama EllRey dom Joaõ que vemceo a batalha a EllRey de castella Em vespera de samta marya d(e) agosto e finouse no castello da çidade de llyxboa (TESTEMUNHO DO MANUSCRITO 80, Fls. 114 - 118 in SOUSA, 1984: 482).

Novamente a evocação a vitória em Aljubarrota e a morte na véspera de Assunção. Chama a atenção o detalhe dado à hora do passamento como sendo às duas da manhã. A possibilidade do monarca ter morrido nas últimas horas do dia 13 ou nas primeiras do dia 14 também poderia relacionar-se a uma pequena confusão feita pelas diferenças entre os calendários litúrgico e civil. Assim, poderíamos separar duas datas da morte do rei, a que teria mesmo ocorrido, no dia 13, e uma comemorativa, a do dia 14. Qual fonte poderia induzir que o monarca teria mesmo falecido no dia 13 de agosto de 1433? O *Códice de 1687 do Arquivo Distrital do Porto* traz em parte do seu conteúdo a descrição de uma carta régia outorgada por D. Afonso V, que seria de autoria de D. Pedro enquanto regente do reino. O regente do reino registrou que:

Com esta declaraçom e Jnterplicaçam mandamos que a dita ley se goarde para sempre como em ella he contheudo E por nom vjir em duujda o dito senhor Rey dom Joham se finou treze dias d(e) agosto do nasçimento de nosso senhor Jhesu Christo de mjll iiiij^c e xxxiiij anos (CARTA RÉGIA DE D. AFONSO V, 29, fl. 67, in SOUSA, 1984: 484 - 487).

Com essa declaração, para não deixar dúvidas, o regente confirmava que o monarca faleceu no dia 13 de Agosto de 1433. O que leva a crer que essa fonte tem mais credibilidade que as demais sobre essa questão? Em primeiro lugar trata-se de um texto legal, que possivelmente foi decidido em uma reunião de D. Pedro com o clero, marcada por volta de agosto do ano de 1447. Uma lei que visaria beneficiar instituições religiosas em doações provindas de heranças, com a garantia da posse de seus bens adquiridos no período que abarcava até o falecimento de D. João.

O documento é um texto de natureza jurídica, um instrumento legal que se destinava a divulgação por todo o reino em ocasião de litígios judiciais. O seu conteúdo tem mais credibilidade por ser apêndice declarativo da lei, proferido por um legislador, objetivando acabar com dúvidas e prevenir más interpretações. Por isso, enquanto lei redigida, visava evitar ambiguidades e equívocos. Daí o seu *status* de declaração oficial que não deixava qualquer dúvida de que D. João I morreu no dia 13 de agosto.

Partimos do pressuposto que a "memória busca suportes para reter e evocar. Quando se trata de datas, os suportes mais firmes são os de natureza social: festas e celebrações cíclicas"

(SOUSA, 1984: 470). Por isso era maior a probabilidade que o rei teria morrido no dia 14 de agosto até então. No caso de dúvida, de que poderia ter ocorrido no dia anterior. Há registros que revelam que a morte do monarca foi solenemente comemorada na cidade de Lisboa, por decreto, entre os anos de 1435 e 1438. Sabe-se que a relação de D. Pedro com o seu pai não era das melhores. O infante constantemente reclamava que o monarca não lhe dava o protagonismo que merecia, e por isso teria saído do reino em algumas ocasiões em busca do valor que achava merecer. Então, é crível que o regente não teria motivações pessoais para alimentar o mito em cima da morte do progenitor pela sua data comemorativa e simbólica. Portanto, qual seria o interesse do Duque de Coimbra em contrariar a tradição sobre o dia da morte do seu pai? Provavelmente não haveria esse interesse, levando em consideração que ainda não existia tal tradição. As crônicas que a alimentariam ainda estavam por ser escritas. As exéquias anuais de Lisboa que poderiam consistir na origem das comemorações na data simbólica acabam ainda em 1438, ano do falecimento de D. Duarte, o que daria maior credibilidade para o documento e a possibilidade do Mestre de Avis ter falecido no dia 13 de agosto (SOUSA, 1984: 471).

Considerações Finais

Chegamos a algumas hipóteses importantes: o dia 14 de Agosto seria a data comemorativa da morte do rei, dentro do calendário litúrgico, enquanto o dia 13 de agosto seria o provável dia do falecimento de D. João I, dentro do calendário civil. A própria datação das horas e dos dias na diferença entre os calendários já traz esse problema de conotação da data. Se o monarca morreu na noite do dia 13, nas proximidades da meia noite, no calendário litúrgico já poderia ser considerado dia 14, pois o dia nessa concepção era do nascer ao pôr do sol, e assim, poderia não ser um erro intencional, mas apenas a interpretação religiosa do tempo. Obviamente, a Igreja demandava que se usasse o seu calendário, enquanto os oficiais judiciários régios, que fosse utilizado o calendário civil. Essa dicotomia abriria caminho para fraudes, e foi essa situação que D. Pedro quis evitar ao registrar que não ficassem dúvidas de que seu pai faleceu no dia 13 de Agosto de 1433 (SOUSA, 1984: 473).

A morte de D. João I teria ocorrido no dia 13, após o pôr do sol, mas anteriormente a meia noite. Pelo calendário civil considerava-se dia 13, pelo eclesiástico, dia 14 e véspera da Assunção de Virgem Maria. Pelas evocações da boa memória do rei e visando dar prestígio ao seu reinado, evocava-se na morte a vitória em Aljubarrota, e por isso, tornava-se necessário o marco do dia 14 como data do seu falecimento. Levando em consideração o imaginário político-religioso da época, faz-se crer que o objetivo da construção dessas memórias centralizadas em Aljubarrota e na associação da morte do monarca com essa data, desde a sua gravação em pedra

nos epitáfios ao primeiro capítulo da crônica escrita por Rui de Pina, era primordialmente para dar legitimidade não apenas ao reinado do seu fundador, mas de toda a dinastia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Phillipe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

_____. *O Homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

AZEVEDO, H. R. *Entre a batalha e o mosteiro: memórias legitimadoras da Dinastia de Avis (séc. XV)*. 190 p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *O Poder Simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAET, Herman e VERBEKE, Werner. *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

_____. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 61 – 79

GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Analítico do Ocidente Medieval*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. v. 2. p. 191 - 207.

FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85) In: FRIGHETTO, Renan e GUIMARÃES, Marcella L. Guimarães (Orgs.). *Instituições, Poderes e Jurisdições na Baixa Idade Média Portuguesa*. Curitiba: Juruá, 2007.

GOMES, Saul Antônio. *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha: Séculos XIV- XVI*. Batalha: IPPAR. 2002. (Volumes I- IV)

_____. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV: Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras. 1990.

_____. *Vésperas Batalhinas: Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Marcella Lopes Guimarães (Org.). – Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 121 – 156.

_____. *Capítulos de história: o trabalho com fontes*. Curitiba: Aymarã Educação, 2012.

_____. O Discurso Cronístico e a Narratividade Histórica. In: *A Idade Média: entre a história e a historiografia*/ Dirceu Marchini Neto, Renata Cristina de Sousa Nascimento. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LAUWERS, Michel. Morte e mortos. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Analítico do Ocidente Medieval*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. v. 2. p. 276 - 296.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário analítico do Ocidente Medieval*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. *História e memória*. 7º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1986.

_____. *Crônica de D. João I*. Lisboa: Amigos do Livro, 1977. Tomo I.

_____. *Crônica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990. Vol. 2

LUCKER, Manfred. *Dicionário de figuras e símbolos bíblicos*. São Paulo: Paulus, 1993.

MATTOSO, José. *Poderes Invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História da PUC-SP*, v. 10, 1993, p. 7 - 28.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.

_____. *Chronica d'El-Rey D. Afonso IV*. Lisboa: Biblion, 1936.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo, os ritos, os sonhos: ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

_____. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUSA, Armindo de. *A morte de D. João I* (um tema de propaganda dinástica). Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

ZURARA, Gomes Eannes. *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa, 1792, Tomo II.

_____. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS (1978 A 1985) E A BUSCA POR AUTONOMIA

*Isabella de Faria Bretas*¹⁹⁵

RESUMO: O Movimento dos Trabalhadores (MT) foi uma organização baseada nas concepções leninistas que avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores. Fundado no final do ano de 1978 por Augusto de Franco e Alberto Gomes de Oliveira (Bacurau), entre outros, o MT valorizava, sobretudo, o autonomismo que nega, na prática, o aparelhismo do movimento por organizações estranhas a ele. A intervenção organizada deveria vir da própria organização autônoma dos trabalhadores. Os autores-base deste artigo, cujas teorias e metodologias nortearão a pesquisa são: Gramsci e sua concepção de partido político como organizador dos trabalhadores, Lênin com a proposta de partido centralizado e sintetizador de diversas lutas e o próprio Marx, obviamente, como marco histórico na luta anticapitalista.

Palavras-chave: Movimento dos trabalhadores. Autonomia. Partido político.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores, surgido no final da década de 70 em Goiás, defendia um projeto autonomista que, segundo documentos oficiais da própria organização, revela a crença na possibilidade de as massas organizarem-se autonomamente em função da transformação revolucionária da sociedade. Evidentemente, a questão da autonomia é a questão do poder. O Movimento tem autonomia na medida em que tem poder de se organizar e de se administrar por si mesmo, e é tanto menos autônomo, quanto mais recebe de instâncias externas, as normas as quais se submete.

O Movimento dos Trabalhadores surge, portanto, a partir da tentativa de autonomia das massas, da articulação global de todas as organizações, sem a interferência externa do partido, pois o partido se organiza a partir da própria organização das massas. O MT foi um dos movimentos que mais aglutinou forças na formação de um partido de massas no campo popular e que se concretizou no Partido dos Trabalhadores (PT). Em um primeiro momento, o Partido dos Trabalhadores incorporou não só bandeiras populares, mas as formas organizacionais dos movimentos populares no Brasil, como por exemplo a formação de núcleos por local de trabalho e moradia, representação desses mecanismos nos instrumentos de direção, etc. O PT foi possivelmente o único partido que se aproximava de uma tipologia de “partido de massa”,

¹⁹⁵ isabella.bretas@gmail.com

Aluna do programa de Doutorado sob orientação do Dr. David Maciel no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Artigo apresentado para o II Fórum dos Programas de Pós-Graduação em História do Centro-Oeste e XI Seminário de Pesquisa UFG / PUC – Goiás.

nos moldes das organizações socialistas cujas tentativas de implantação já haviam sido realizadas em outros países.

A temática sobre o Movimento dos Trabalhadores aborda concepções leninistas sobre a formulação da independência dos trabalhadores que discutem, sobretudo, a questão da autonomia. Essa questão é central na problemática política do marxismo e envolve toda a discussão sobre revoluções, estratégias de luta e ideologia dos trabalhadores e militantes de esquerda. As lutas reivindicavam liberdades democráticas, resistência à ditadura, ainda que não fosse o confronto direto, reforma agrária, direitos trabalhistas no campo e na cidade, uma vez que o MT também tinha bases urbanas como, por exemplo, na construção civil, na luta por moradias, etc. Por meio de organismos autônomos de trabalhadores, ligados ao campesinato ou assalariados agrícolas uma dimensão revolucionária destacou-se devido ao mérito próprio dessas organizações.

Este artigo será dividido em três momentos. O primeiro discorrerá sobre o contexto o qual o país se encontrava e que, de certo modo, impulsionou o surgimento de várias frentes de luta de resistência contra o período ditatorial, incluindo o próprio Movimento dos Trabalhadores. O segundo diz respeito aos teóricos que nortearam a pesquisa para a confecção deste artigo, como já mencionados: Gramsci, Lenin e Marx; Gramsci com a sua concepção de partido político como organizador dos trabalhadores, Lênin com a proposta de partido centralizado e sintetizador de diversas lutas e Marx com seus ideais anticapitalistas e socialistas. O terceiro momento refere-se a metodologia utilizada, já que não foi somente levantamento bibliográfico e análise de documentações do Movimento, mas também entrevistas com dois dos antigos líderes do MT, fato que enriquece a pesquisa pois agrega conteúdo presente nos documentos históricos e a própria fonte oral responsável por produzir ou, ao menos, disseminar tais documentos.

Contexto nacional

Como dito, anteriormente, para melhor compreensão do motivo do surgimento do Movimento dos Trabalhadores bem como de suas posições políticas faz-se necessária uma breve contextualização do panorama nacional. Em 1964, com o golpe militar, houve a ofensiva contra todos os movimentos sociais no Brasil, um combate significativo às Ligas Camponesas no nordeste, ao movimento operário, ao movimento estudantil, à luta de Trombas e Formoso em Goiás, ao nascimento dos sindicatos sob a influência do Partido Comunista do Brasil na região de Inhumas, Itauçu, Vale do São Patrício, etc. A ofensiva do Estado para controlar as organizações sindicais da classe trabalhadora ocorreu, drasticamente, como aponta Maciel (2004):

Na primeira frente de ação, aprofundou-se o processo de subordinação de trabalho ao capital, pela política extremamente repressiva desencadeada sobre o movimento dos trabalhadores, particularmente o movimento operário e pela contenção salarial (MACIEL, 2004, p. 38).

Devido a esses e outros fatores, em 1967, cresceu no país a reação ao regime militar, mobilizando diversos setores sociais e políticos e cujas expressões podem ser vistas em variados protestos, como por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, entre outros. Setores radicais de esquerda começaram a atacar o governo com ações clandestinas armadas, como assaltos a bancos, sequestro de diplomatas e atentados contra autoridades e unidades militares.

Diante da crescente movimentação, principalmente, por parte dos estudantes e da classe operária, entre os anos 1968 e 1970 o próprio governo toma a iniciativa de fundar sindicatos de trabalhadores rurais e, em Goiás, isso ocorre em Catalão, Anápolis, Nova Veneza e Bela Vista. A Federação de Trabalhadores no mesmo estado é fundada e os Sindicatos de Trabalhadores rurais nesse período também foram organizados por iniciativa do governo e, na maioria das situações, em parceria com a Igreja Católica. Ambos queriam ficar livres do “fantasma do comunismo” que influenciou os movimentos camponeses.

Concomitantemente a essas ocorrências, o Estado de Goiás passava por um período de transição, as iniciativas de modo de produção capitalista no campo estavam se fortalecendo com as construções de usinas de açúcar e álcool, plantação de soja, milho, algodão, entre outras culturas de forma mecanizada. Houve uma grande transformação no modo de produção rural e conseqüentemente da propriedade da terra, uma vez que meeiros e pequenos proprietários passaram a ser assalariados rurais residentes nas periferias da cidade. Em relação aos centros urbanos, os movimentos sociais também passaram por um controle estatal, seja por meio da repressão ou pela cooptação. Programas como a “Aliança para o Progresso” eram, teoricamente, destinados a acelerar o desenvolvimento econômico e social mas ao mesmo tempo visavam frear o avanço das correntes socialistas e comunistas. O governo possuía, entre outros objetivos, o de conter as massas “revolucionárias”.

Entre os anos 1970 e 1975 alguns grupos e raras diretorias de sindicato, influenciados pelas reflexões críticas promovidas pelas comunidades eclesiais de base da Diocese de Goiás, iniciam uma análise da política Sindical dos Trabalhadores rurais e também da estrutura fundiária do Brasil. Este e outros acontecimentos marcaram o início de novas iniciativas nos movimentos de Trabalhadores Rurais em Goiás e, a partir de 1974, trabalhadores rurais de diversos municípios iniciam a formação de grupos de oposição sindical. O contexto de surgimento do MT, portanto, não é mais o da repressão aberta, mas o da distensão lenta e

gradual, onde o governo militar procurava controlar os movimentos sociais não só através da repressão em si, mas também da estrutura sindical e partidária.

Nesse contexto nasce o Movimento dos Trabalhadores com as seguintes bases como elementos fundadores: Movimento de luta dos moradores de Ceilândia, no Distrito Federal, Movimento de luta do Jardim Nova Esperança (ocupação em Goiânia), Oposição Sindical dos Trabalhadores na construção civil de Goiânia, outras lutas populares na mesma cidade, diversos movimentos de trabalhadores rurais do interior de Goiás. Toda a conjuntura nacional influenciou nesses movimentos e, inclusive, no surgimento do MT e, o entrevistado e ex-líder do movimento complementa:

O certo é que a ditadura militar influenciou toda a esquerda brasileira, provocando uma profunda autocrítica quanto aos seus projetos e propiciando o nascimento de novas formas de organização dos trabalhadores em todo o Brasil de Norte a Sul. No interior do campo popular se estabelecia uma consciência generalizada da necessidade de uma autocrítica pois avaliava-se o isolamento da esquerda durante a ditadura militar, mas também as antigas convenções principalmente em relação a Partido e Movimentos Sociais. Discutia-se a necessidade de lutar pela independência e autonomia dos movimentos sociais não só em relação ao Estado, mas também em relação aos partidos, e outras coisas. É inserido nesse contexto que nasce o Movimento dos Trabalhadores (Alberto Gomes Bacurau, entrevista concedida em 9 de julho de 2016)

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores (MT) defende a intervenção organizada mas nega a subordinação desse mesmo movimento à instâncias exteriores a ele, como o Estado, partidos e organizações. O MT era, então, uma organização política cujo objetivo era, simultaneamente, a destruição do estado burguês e a construção das bases da nova hegemonia e do novo poder político do proletariado rumo a uma sociedade sem classes sociais e sem estado (Regimento Interno, 1980). Os integrantes do movimento deveriam formar e manter em funcionamento as organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, cuja sigla é OIAT. Consequentemente, haveria a construção de “estruturas de autonomia” no interior do movimento capazes de possibilitar as lutas.

O embate direto com o Estado não era o objetivo, mas sim defender seus ideais na perspectiva de fortalecer organizações independentes, mas o confronto ocorreu em alguns momentos, já que “incomodaram” o poder público que estava ciente dos acontecimentos ligados ao MT. Alberto Gomes, o já citado Bacurau, discorre durante a entrevista:

Não chegamos a ter embates diretos com o Estado, a União e seus órgãos repressivos. Esta ausência de embate direto talvez tenha acontecido por algumas razões como por exemplo, o MT nasce com esta identidade já no final da década de 70 quando outras articulações nacionais ocupavam as preocupações da ditadura militar como as diretas já, articulações para fundação da CUT, PT, etc. O MT nasce mais como articulação de grupos de base que participavam de lutas sociais no campo, periferia da cidade e luta operária. Mais especificamente, grupos que atuavam pela base na oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás, Associações de Moradores em Goiânia

(Parque Amazônia), Oposição Sindical da construção civil em Goiânia. Lutas de ocupação urbana como Areião, e desde o início da ocupação do Jardim Nova Esperança, que depois de um período romperam com o MT. No começo do Jardim Nova Esperança houve uma união de lutas na prática em que trabalhadores de diversos lugares enviaram mantimentos e participaram de mutirões para ajudarem na resistência. Também participaram agrupamentos ligados a luta dos moradores de Ceilândia em Brasília. E posteriormente, grupos ligados à luta de periferia de Belém do Pará. Como podemos observar os atores que estabeleciam confrontos e reivindicações com o estado e seus aparelhos, eram outros movimentos sociais, diretamente. O MT nunca teve como objetivo o confronto com o Estado, diretamente. Partíamos de uma crítica às organizações estatais e às próprias organizações de esquerda que sempre trataram os instrumentos de lutas dos trabalhadores, sindicatos, associações, como correia de transmissão dos instrumentos considerados superiores como partido ou mesmo os aparelhos do estado. Então tanto a direita quanto a esquerda tradicional escolheram o estado e os partidos como organismos superiores e os organismos menores como mera correia de transmissão e o lugar onde buscar militantes para ações de vanguarda. No entanto, as lutas das quais participamos teve confrontos seríssimos, por exemplo, no Jardim Nova Esperança foi morta uma criança entre outras coisas em outras lutas (Alberto Gomes Bacurau, entrevista concedida em 21 de julho de 2017)

Em Carmo do Rio Verde assassinaram o militante Nativo da Natividade que era dirigente, também do Movimento dos Trabalhadores e, de acordo com o entrevistado e alguns documentos da organização essa morte foi planejada por prefeitos de duas cidades e associações patronais. Em Itaberá assassinaram Tarcísio Satil de Medeiros, também integrante do MT no período. Ao acessar essas informações, conclui-se que, de uma maneira ou de outra, o movimento era uma espécie de ameaça ao poder público e este atuou de forma repressiva como era o costume durante a ditadura militar no Brasil.

O MT teve atuação, também, no nascimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e participou, então, do ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais), posteriormente, participou do ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores de Oposições Sindicais) e ainda da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). O MT defendeu a construção de uma central que não fosse apenas sindical, mas sim pela base e articulasse movimentos sindicais e populares. O entrevistado contribui:

A primeira direção da CUT, Central Única dos Trabalhadores em Goiás, contou com a participação de representantes de lutas populares de periferia, de oposições sindicais, e de diretorias de Sindicatos. Depois também participamos da fundação do PT, onde defendemos prioridade aos núcleos de base e defesa das bandeiras sociais, como por exemplo, “TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA”. Quanto às pessoas, o movimento era mais conhecido pelas lideranças e quadros do que massivamente, até porque quem era conhecido da massa era o sindicato, as lutas, o PT, que é ainda o Partido dos Trabalhadores e outros. Na verdade a gente tentou né, lutar pelos nossos ideais, aquilo que a gente acreditava e pelas causas sociais dos operários e trabalhadores do campo principalmente. A situação não estava fácil. Pode ser que sem a existência da ditadura o MT existisse da mesma forma, não sei, imagino que lutaríamos de todo jeito por melhores condições mas talvez não fosse tão urgente assim, o ideal comunista, não sei. Difícil saber. (Alberto Gomes Bacurau, entrevista concedida em 29 de julho de 2017).

Nessa perspectiva conclui-se que a ditadura militar brasileira influenciou na organização do MT, nos seus ideais defendidos e objetivos. O seu declínio ocorreu devido ao fato dos próprios integrantes descobrirem a impossibilidade de uma ação significativa sem que houvesse uma efetiva organização que centralizasse as discussões e norteasse as lutas das massas de trabalhadores. A proposta inicial do Movimento, de conquista da autonomia foi, possivelmente, o que contribuiu para que sua existência se desfizesse anos após o seu surgimento.

Os teóricos

O Movimento dos Trabalhadores acreditava na importância do partido político como um centro organizador, mas não como um centro imposto de fora para dentro do movimento, mas como parte dele e sujeito a ele, como uma síntese organizativa do movimento.

O MT participava formalmente de um partido que era o PT descrito acima, mas ele também funcionava como um partido, não só no sentido ideológico, mas como partido na prática porque ele tinha uma proposta, uma organização interna, uma perspectiva teórica e política. Ele pretendia, dentro do PT ganhar a direção do PT, ou seja, é um partido no sentido de Gramsci porque busca organizar a ação da classe, ainda que os próprios ex-integrantes não percebam e não assumam esse posicionamento. O MT funcionava, portanto, como um partido nos termos do Gramsci; é como um organizador dos trabalhadores, numa perspectiva ético-política, o objetivo era organizar para buscar a hegemonia e conquistar o Estado.

Uma das indagações do referido autor serve como princípio basilar para se pensar em partido político nos termos do MT: “Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em ‘partido político?’” (GRAMSCI, 2002, p. 349). Segundo o mesmo autor:

[...] todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2004, p. 15)

Gramsci complementa ainda que os intelectuais são historicamente formados e que compõem “categorias especializadas para o exercício da função intelectual”. Nesse sentido, é possível que as duas classes, tanto proletariado quanto burguesia, criem seus intelectuais, especializados, cuja função é conscientizar a classe da qual pertencem, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo econômico. Sobre a questão do papel organizativo que cumprem esses intelectuais, Gruppi (1980) acrescenta:

Intelectual é o dirigente da sociedade, o quadro social. Um cabo do exército, embora analfabeto, segundo Gramsci, é um intelectual, porque dirige os soldados; intelectual

é também um chefe das ligas de assalariados agrícolas, ainda que analfabeto, como eram muitos deles na época de Gramsci, porque organiza os trabalhadores, dirige-os e educa-os. (GRUPPI, 1980, p. 84)

Gruppi (1980) salienta, então, o papel do intelectual numa tríade: organização-direção-educação, que não deve ser separada e nem ser realizada por um intelectual solitário; deve ser realizada com outras pessoas em uma organização, em uma instituição, enfim, em um partido. Gramsci se atém ao problema dos intelectuais com relação ao partido:

O que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dada as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que se realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um grupo, o dominante e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. (GRAMSCI, 2004, p. 24).

Gramsci complementa ainda que o partido, independente da qualidade de seus intelectuais, exerce uma função “que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (2004, p. 25). Nesse sentido é possível visualizar o Movimento dos Trabalhadores como partido político pois tinha organicidade, grupos de estudos, e educação dos membros de teorias marxistas. Pode-se entender, com a leitura de Gramsci que a função do partido é transformar seus componentes em agentes políticos qualificados, dirigentes e organizadores. São entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos intelectuais, além da realização de atividades fundamentais à classe da qual pertencem e são “orgânicos”.

Outro ponto discutido pelo autor é “o partido como organização prática (ou tendência prática), isto é, como instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional e internacional”. Nesse sentido, pode-se perceber que o partido está voltado à resolução de problemas que não podem ser enfrentados na área da produção, da infraestrutura, mas sim na região da superestrutura. Então, muitas organizações autodenominadas “não-governamentais” e “apartidárias” na verdade funcionam sim como partidos políticos, uma vez que tencionam organizar, educar e dirigir, tendo como princípio base a formação dos dirigentes, Assim, “os partidos podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos” (GRAMSCI, 2004, p. 326). Segundo este raciocínio,

Gramsci, complementa dizendo que “o partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural”

O Movimento dos Trabalhadores, é, portanto um partido político nas concepções de Gramsci uma vez que organizou por determinado período a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Além disso, preocupou-se em educar seus integrantes, tanto no sentido teórico, com debates e estudos sobre referenciais teóricos relevantes quanto na luta em si. No momento de embate político e armado. O confronto dessa forma ocorreu poucas vezes como visto acima mas ainda assim não se pode deixar de citá-lo.

Em relação ao outro teórico que embasou a análise sobre o MT enquanto partido político, Lenin, ele não faz apologia a um modelo único e universal de organização. Pelo contrário, em sua obra existem modelos variados e o desenvolvimento de suas ideias está intimamente ligado ao desenvolvimento do próprio movimento revolucionário russo. Na primeira fase da produção teórica de Lênin, presente na sua obra “Projeto e Explicação do Programa do Partido Social-Democrata” datada de 1895, o autor acreditava que a consciência de classe (revolucionária) nasceria diretamente das próprias lutas operárias, como por exemplo a luta dos operários contra os patrões dentro das fábricas. A ideia era que a luta econômica produziria uma consciência política de classe socialista e, unindo as lutas isoladas, teria-se, por fim, a consciência revolucionária. Em outras palavras, a consciência nasceria de maneira espontânea e inevitável por meio das lutas nas fábricas. Comprovando essa ideia, na obra referida, Lenin afirma:

[...]a luta dos operários contra os fabricantes por suas necessidades quotidianas, por si só e de maneira inevitável joga-os de encontro a problemas relativos ao Estado e a política, problemas referentes a como se governa o Estado russo, como se promulgam as leis e os regulamentos e a que interesses servem (LENIN, 1895, s/n)

Mas, ao contrário do previsto, as greves de 1895 e 1896 não fizeram com que se formasse tal consciência defendida pelo autor e tampouco uma organização partidária sólida. Buonicore esclarece:

O resultado deste processo foi que Lênin rompeu definitivamente com as teses economicistas e passou a estudar com mais atenção o problema da relação entre a luta econômica-corporativa dos operários e o processo de constituição de uma consciência revolucionária e socialista. O problema do Partido começou a ganhar relevo na construção teórica de Lênin. Consolidou-se nele a ideia de que somente o Partido revolucionária poderia assegurar às lutas econômicas de massa uma saída política adequada. (BUONICORE, 2003, s/p).

Nesse sentido o Movimento dos Trabalhadores também encaixa ao se fazer uma conexão entre a sua atuação e as ideias difundidas por Lênin. O Movimento, a medida em que organizou as lutas dos trabalhadores, ainda que tenham ocorrido de maneira isolada, também funciona, portanto, como partido nas concepções deste autor. As lutas tinham cunho econômico mas também político já que um dos objetivos era derrotar a hegemonia da classe dominante por meio das organizações de base. Por tais motivos, defende-se que o MT foi a organização leninista, enquanto partido revolucionário, que mais avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores. As lutas teriam que ter autonomia dentro de uma organização ainda que clandestina resultando num cruzamento vertical, representando um suposto partido, e horizontal que seriam as lutas em si.

Nesse viés, o movimento popular difere do movimento sindical e o MT surge disso, com a tentativa de unificar as lutas, com a intenção de que existisse uma articulação global de todos esses movimentos, mas sem um partido externo organizando isso. O que eles não perceberam é que, portanto, com essas ideologias, o próprio MT torna-se, na realidade, um partido com uma visão diferenciada já que acreditava na própria autonomia, sem outras instituições externas tendo qualquer tipo de controle. Outra peculiaridade é que o movimento não é oriundo de uma organização prévia porque a maioria dos integrantes já possuía um histórico de uma militância de base.

Sobre a independência e autonomia, Lênin contribui novamente:

Em todos os países europeus, o socialismo e o movimento operário em seu início, existiram separadamente. O movimento operário não sendo iluminado pela ciência de vanguarda de sua época continuava reduzido, fracionado, sem adquirir nenhuma importância política. Por isto em todos os países vimos manifestar-se com força a tendência de fundir-se o socialismo como o movimento operário num único movimento social-democrático, essa função dá origem a uma forma superior do movimento operário e socialista, o Partido Social-Democrata independente (LENIN, 1899, s/p).

Lenin começa então a combater energicamente o espontaneísmo que, para ele negava o papel da teoria revolucionária, da construção de uma sólida organização partidária para evitar que a ideologia socialista sucumbisse à ideologia burguesa sobre os operários. Para ele, “todo rebaixamento da política social-democrata ao nível da política sindical resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer o movimento operário um instrumento da democracia burguesa. Nada se poderia esperar do movimento espontâneo das massas e este é talvez o principal motivo que levou ao declínio o Movimento dos Trabalhadores. Lênin também contribui nessa análise porque reforça exatamente o problema de deixar as massas organizarem-se por si mesmas. E a autonomia pregada pelo MT pode ter contribuído para a falta de

organização das lutas e, conseqüentemente, estas perdiam forças já que aconteciam de maneira “espalhada” pelo território brasileiro. Buonicore (2003, s/p) parece concordar com essa ideia originária de Lênin:

Levando ao limite algumas formulações presentes em “Que Fazer?”, poderíamos chegar a conclusão de que o proletariado não teria capacidade revolucionária autônoma e tenderia espontaneamente a fazer, eternamente, o trade-unionismo, submetendo-se passivamente a dominação política da burguesia. Lênin parece que, em tese, admitia que o proletariado pudesse ser instintivamente revolucionário e que, até mesmo, tenderia para o socialismo. Mas, de fato, para ele, esta capacidade permaneceria “em potência” enquanto os intelectuais revolucionários não as trouxesse à tona.

Ainda sobre a questão da autonomia, outro autor que contribui para a análise e percebe o problema a ser discutido é Maciel (2018) por este ter representado uma lacuna na obra de Lênin e também no marxismo de maneira geral. A capacidade ou incapacidade dos trabalhadores de organizarem a si próprios e as suas lutas ainda não foi desvendada frente aos movimentos populares:

Enquanto a questão da tomada do poder é objeto de uma reflexão detalhada e sistemática, que evolui conforme o ritmo e as contradições do movimento revolucionário, a questão do poder proletário ficou limitada a formulações genéricas em torno dos problemas da auto-extinção do Estado proletário, da democracia popular e da superação das diferenças entre dirigentes e dirigidos. [...] A ausência de sistematização produziu uma lacuna fundamental na obra de Lênin e por consequência na própria trajetória intelectual do marxismo no século XX: o problema da autonomia.

A fórmula desenvolvida por Lênin de organização impunha a necessidade de um partido clandestino e centralizado mas a realidade russa dificultava a realização de um debate interno. Alguns anos após, já em 1906, Lênin faz uma revisão de suas ideias e culmina naquelas que, de fato, nortearam o Movimento dos Trabalhadores durante sua existência:

Não foi nenhuma teoria, nenhum apelo, nem a tática ou a doutrina de nenhum partido, mas a força da própria realidade que levou um órgão sem partido, de massas, a necessidade de desencadear a insurreição e os converteu em seu órgão. Passando por cima das organizações, a luta proletária das massas converteu-se em revolução. Da greve política geral, o movimento elevou-se ao grau superior.

Tem-se no trecho anterior uma nova visão de que as massas, espontaneamente revolucionárias, é que indicavam o caminho da revolução aos dirigentes socialistas e não o contrário. Na realidade, Lênin compreendia o partido como um instrumento que deveria estar à serviço da revolução e não como um fim em si mesmo. O partido deve adaptar-se ao processo revolucionário e não a revolução ao partido. Nessa perspectiva, não existe, como dito

anteriormente, um modelo único de organização leninista. O que existem são princípios gerais, ideologias, teorias e pensamentos. Buonicore (2003, s/p), uma vez mais esclarece essa ideia:

O que existem são alguns princípios gerais que poderíamos, a grosso modo, definir: um partido de vanguarda vinculado organicamente com a luta do proletariado, um partido comprometido com a ruptura em relação a ordem capitalista e com a conquista do poder político para os trabalhadores.

A mudança e adaptação à realidade (re)formuladas por Lenin também é objeto de discussão de Maciel (2018):

Ao longo de quase 30 anos a obra elaborada por Lênin, como intelectual e como dirigente revolucionário, aprofunda e teoriza diversos temas e problemas, adaptando seu pensamento à realidade ao mesmo tempo em que procurava transformá-la. Ao contrário do pretense dogmatismo de sua formulação e da rigidez de seu raciocínio, afirmada por determinadas leituras, tanto à direita, quanto à esquerda, sua obra evolui e se modifica ao longo do tempo, das conjunturas e das tarefas do movimento revolucionário, desenvolvendo e aprofundando determinados temas e problemas, mas também modificando outros radicalmente.

Este talvez seja o principal ponto, a intenção de romper com o sistema capitalista que é criticado duramente por Marx, outro dos principais teóricos que norteiam a atuação do Movimento dos Trabalhadores durante os anos de sua vigência. Lênin concorda e, em suas obras, destaca as teses de Marx e Engels relativas à necessidade de extinguir o Estado burguês para a criação do socialismo, ou seja, a necessidade de uma ruptura política com a dominação burguesa o que origina a necessidade da revolução. O marxismo seria essa ciência revolucionária. Maciel (2018) esclarece sobre a posição de Lênin:

[...] a leitura “realista” e anti-dogmática da sociedade russa o fez conceber o marxismo como um organismo vivo, inserido e elaborado no processo da luta social, e não por qualquer instituição acadêmica. A luta social confirma ou não a sua justeza teórica e é sua fonte de ajustes, correções e novos desenvolvimentos. No entanto, a luta não existe plenamente sem a teoria, daí a sua famosa afirmação de que sem teoria revolucionária não era possível movimento revolucionário. Mais do que nunca, esta perspectiva deve ser retomada.

Esse marxismo tenta romper com as classes sociais, com o Estado e com a relação entre proletariado e donos dos meios de produção. A sociedade defendida por Marx deveria obedecer a uma ditadura do proletariado porque somente assim poderia satisfazer a uma maioria cujo sistema capitalista tenciona manter como classe dominada. Marx define o que seria essa ditadura:

a ditadura de classe do proletariado como ponto de trânsito necessário para a abolição das diferenças de classe em geral, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam, para a abolição de todas as relações sociais que

correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem destas relações sociais (MARX, 1982, p. 291).

E no Manifesto do Partido Comunista ele complementa dizendo que “o primeiro passo na revolução proletária é a passagem do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia na luta. O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia” (MARX e ENGELS, 1982^a, p. 124). Diante dos escritos, conclui-se que essa “diferença de classes” só seria possível com a expropriação da burguesia e a socialização dos meios de produção. Maciel esclarece:

Isto indica que Marx entendia o conceito de ditadura do proletariado de modo integral, não-politicista, não só como um processo de ruptura política que quebrasse o Estado burguês e instituisse a democracia direta, mas como uma revolução social que desencadeasse a abolição das classes e todas as suas consequências sociais e ideológicas, por meio da expropriação do capital, do fim da separação entre capital e força de trabalho (MACIEL, 2011, p. 22)

Tal ditadura, defendida por Marx seria, possivelmente, o único meio de libertar a humanidade, para sempre, dos regimes das classes.

Metodologia

Para a viabilização deste artigo o trabalho foi dividido em algumas etapas: a primeira referente a levantamentos bibliográficos em livros, teses, dissertações, jornais locais e regionais, entre outros. Tanto em relação ao Movimento dos Trabalhadores, quanto também sobre o tema a respeito da política e conjuntura nacional no período entre 1950 a 1990 que propiciarem o surgimento de movimentos sociais específicos. A segunda etapa foi o contato com dois ex-integrantes e ex-líderes do MT, que são: Alberto Gomes Bacurau e Everardo Aguiar. Houve a realização de entrevistas por meio do Skype em um primeiro momento, no ano de 2016, que foram devidamente documentadas e registradas, e, já em 2017, houve visitas pessoais a eles para mais entrevistas gravadas em áudio e transcritas. Os entrevistados foram fundadores do movimento estudado e estiveram presentes, também, durante a reunião cuja pauta em discussão era o encerramento da organização. Eles residem na cidade do Rio de Janeiro – RJ, e na cidade de Brasília – DF, respectivamente.

A entrevista como técnica de coleta de dados busca resultados qualitativo-descritivos e, na concepção de Dencker (2001, p. 137), é o momento de “obter as informações sobre a realidade”. A entrevista de acordo com a autora, consiste na relação entrevistador e entrevistado, em que o entrevistado responde perguntas previamente elaboradas pelo entrevistador e este registra suas respostas para posterior análise. Acredita-se, também, na utilização de entrevistas narrativas, nas quais uma frase é estrategicamente dita, por parte do

pesquisador, de maneira a instigar o entrevistado para que ele fale sobre o assunto abertamente. Conversas informais também podem ser relevantes porque o entrevistado se sente à vontade e não como se devesse responder a questões metódicas obrigatoriamente, desde que aceitas e reconhecidas da forma devida pelo Conselho de Ética, que já foi contatado.

A História Oral fornece técnicas para a utilização de fontes orais para a pesquisa que foram tomadas para a compreensão do passado e do histórico do MT, ao lado de documentos escritos e outros tipos de registros. A escolha dos entrevistados não deve ser e não foi orientada por critérios quantitativos e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Nessa perspectiva escolheu-se os dois principais líderes cujo acesso foi facilitado, primeiramente pela ferramenta Skype, e posteriormente por estarem dispostos a concederem entrevistas pessoais e fornecerem dados, informações, além de documentos relevantes para a pesquisa.

Ainda sobre a História Oral, Thompson (1992, p.22), que foi um dos basilares norteadores da metodologia revela:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio para transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. Pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental mediante suas próprias palavras.

Queiroz (1998, p. 15) também fornece sua contribuição sobre o assunto e destaca a História Oral como instrumento fundamental e “como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; serve, pois, para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível”. Para a realização da pesquisa é necessário elencar algumas fontes que subsidiaram a pesquisa bem como onde foi possível encontra-las. Vale ressaltar que o caminho da História Oral foi trilhado de maneira satisfatória em virtude do contato com os ex-líderes do MT, fato que auxiliou na compreensão de algumas abordagens e no fornecimento de informações relevantes a respeito do tema. Devido a isto, foi possível o acesso ao acervo histórico e bibliográfico dessa organização.

Tal acervo é composto por inúmeros escritos dos próprios integrantes que detalham suas ações políticas, além de boletins informativos a respeito do que já foi realizado e do que seriam as futuras movimentações da classe. Documentos como passagens de viagens também podem ser encontrados, o que comprova o deslocamento dos líderes para outros territórios de atuação e, dessa forma, há uma compreensão sobre a influência exercida pelo Movimento em variados locais. Cartas de alguns integrantes destinadas a outros membros também contribuem para o

entendimento a respeito de seus projetos e ideologias; jornais da própria organização respaldam seus objetivos e intenções enquanto integrantes da classe trabalhadora. O acesso ao material mencionado possibilitou a percepção sobre as ações divulgadas pelo Movimento e aquelas suposições e determinações “não oficiais” existentes entre os próprios membros e percebidas, além da análise deste material, por meio das entrevistas. Por isso, a junção dos métodos foi eficaz e importante para o cumprimento dos objetivos propostos de compreensão e entendimento sobre o Movimento dos Trabalhadores.

Além desses documentos próprios da extinta organização consultou-se o site “Memórias Reveladas” que possui uma riqueza de documentos sobre o período, principalmente da ditadura militar, e auxilia pesquisadores, intelectuais e pessoas comuns a encontrarem fatos até então encobertos pelo sistema. Assim, pode-se concluir que este artigo é produto de pesquisas minuciosas em documentos, textos, livros, jornais e sites mas também de quatro entrevistas realizadas com os ex-líderes citados. Tais procedimentos visaram fundamentar os dados aqui fornecidos e embasar a opinião da autora que percebe uma ligação entre os referenciais teóricos e a articulação das lutas de base do Movimento dos Trabalhadores no Estado de Goiás.

Considerações Finais

Os movimentos sociais surgidos entre 1960 a 1980 foram a resposta da insatisfação popular frente ao regime autoritário que se implantou no Brasil nesse período. A Guerra Fria gerou consequências na América Latina, a preocupação dos Estados Unidos com a segurança nacional fez com que 16 países implantassem governos cujos líderes militares eram responsáveis por conter os supostos subversivos. Cada território reagiu à sua maneira, mas todos os movimentos sociais coincidiam numa ideologia única: romper a hegemonia da classe dominante e daí derivaram outros inúmeros objetivos como melhores condições de vida e de trabalho na cidade e/ou no campo, dignidade aos trabalhadores, entre outros.

O Movimento dos Trabalhadores surgiu no final da década de 1970 também recebeu essa influência das correntes comunistas que cresciam em todo o mundo devido ao conflito entre EUA e União Soviética. A influência de pensadores como Gramsci, Lênin e Marx foi inegável pois tais pensamentos intelectuais marxistas e suas ações como revolucionários, ainda que encarcerados como no caso de Gramsci, continuaram inspirando projetos e práticas ao longo das décadas. O objetivo de despertar as massas sempre oprimidas pelo imperialismo foi confirmado pelos movimentos revolucionários que permearam todo o século e se disseminaram por todo o mundo. O Movimento dos Trabalhadores é só mais um entre tantos exemplos de movimentos que veem no socialismo a única alternativa de futuro à barbárie capitalista. Eles

com as ideias dos pensadores citados devem ser referência para os lutadores sociais e para aqueles que sonham com a transformação social.

As metodologias apontadas no decorrer deste ensaio se mostraram essenciais para as interpretações e análises realizadas porque permitiram o contato com ex-integrantes do Movimento estudado. Com isto, conseguiu-se bastante documentos que, depois de analisados, contribuíram para a compreensão do que foi, de fato o MT, dos aportes teóricos que norteavam os dirigentes e o contexto no qual esteve inserido.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984). 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ANDRADE, Daniel. Os “novos movimentos sociais” e os paradigmas das classes: é possível conciliá-los? In: Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 13, nº 12. 2009, p. 139-151.

BRESCIANI, Maria Stela. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX) V. 5, nº 8. Revista Brasileira de História, São Paulo, 1984.

BUONICORE, Augusto César. Lênin e o partido de vanguarda. Revista Princípios, ed. 69, p. 8-54, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.

FRANCO, Augusto de. Autonomia e partido revolucionário. Goiânia: Ferramenta, 1985.

FREDERICO, Celso (Org.). A esquerda e o movimento operário 1964/1984. V. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Classes Sociais e Movimentos Sociais. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. _____ . Quadernidel cárcere. V. 3. 8 ed. Torino: Einaudi, 2004.

GREEN, James Naylor. Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 – 1985. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HALL, Richard. Organizações: Estrutura e Processos. Prentice Hall do Brasil. Rio de Janeiro, 1984.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Descaminhos da Modernidade: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil. Revista Catarinense de História, nº 3. Florianópolis: 1995.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1986.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas*. São Paulo: Loyola, 1999.

MACIEL, David. *Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. *Lênin, Partido e Revolução: Notas Curtíssimas*. Humanidades em foco. *Revista Ciência, Educação e Cultura*, nº 4. Out/Nov/Dez, 2004.

_____. *Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula*. *Universidade e Sociedade*, nº 46. Brasília, DF: Andes-SN, 2010, p. 120-133.

_____. *Marx e a Comuna de Paris*. In: *Revista História Revista*, V. 16, nº 2, p. 151-175, 2011

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX, Karl & ENGELD, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante, p.95-136, 1982^a.

MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. *Classe Social, consciência de classe e luta de classes*. In: *Estado, Classe e Movimento Social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Alberto Gomes de. *Entrevistas concedidas a autora em julho, 2016*.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos orais: do “indizível ao dizível”*. In: *Experimentos com história de vida. Itália-Brasil*. SIMSON, O. M. de (Org.). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Universidade de Brasília. Brasília, DF: UNB, 1983.

SCHERER – WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SCHMIDLI, William Michael. *The Fate of Freedom Elsewhere, Human Rights and U.S. Cold War Policy toward Argentina*. Cornell University Press, Ithaca, 2013.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. *Política habitacional brasileira: frente e verso*. São Paulo: Cortez, 1989.

STREY, Marlene Neves. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TROMPSON, Paul. *A voz do Passado História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. V. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.

A PRESENÇA DE MINERAÇÕES NO MUNICÍPIO DE FAINA-GO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA AMBIENTAL - (1987-2015)

*Jaqueline Pereira de Moraes*¹⁹⁶

RESUMO: A história ambiental surgiu em meados da década de 70, qual, cruzou um caminho de transformações globais, e instaurou-se como uma corrente que propunha ressignificar o olhar para o ofício do historiador. A vista disso, outras formas de abordagens históricas tornam-se possíveis a partir de uma perspectiva ambiental, propondo variadas interpretações e pesquisas entre “interações de sistemas sociais e sistemas naturais (PÁDUA,2012, p. 29)”. Abordando investigações, tanto em realidades rurais quanto urbanas, industriais; respondendo a questões econômicas, sociais, políticas e culturais. Desta feita, este trabalho propôs apresentar as discussões teóricas que se embasa a pesquisa, bem como um desenho da construção epistemológica da História Ambiental, dos processos que constroem o objeto desta pesquisa, o município de Faina. Para tanto, o objetivo desta pesquisa é investigar como se dá essa interação, de modo a entender como uma população interpreta e reage as ações das mineradoras em seu município, em seus vários ciclos. Como mencionado, refere-se ao município de Faina-Go.

Palavras-Chave: Mineração Aurífera. História Ambiental. População. Faina.

Introdução

O presente trabalho, ainda em andamento, intitula-se *Reconstrução Histórica da Presença de Minerações no Município de Faina-Go: Uma análise a partir da perspectiva ambiental- (1987-2015)*, tem por objetivo apresentar as discussões realizadas na presente pesquisa. Esta, vincula-se ao campo da História Ambiental, em que os pesquisadores tem desenvolvido em suas pesquisas uma preocupação de pensar como as sociedades tem se relacionado com a natureza, e pensar essa relação num contexto de interdependência e consequências para ambas as partes. Essa definição tem fundamento nos estudos de pesquisadores, que já vem debatendo a importância de não aprisionarem as discussões nos dualismos que já condicionam essa relação. E que foi muito presente no século XX, pela visão sempre do homem destruidor da natureza, em prol dos usos dos recursos naturais.

Para tanto, as discussões são fundamentadas em alguns autores como Donald Worster (1991), Regina Horta (2005), José Pádua (2012), Henrique Leff (2003) e apresenta também, o

¹⁹⁶ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). E-mail: jaquelinepereirademorais@gmail.co. Orientador: Prof. Doutor Alexandre Martins de Araújo. Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES).

autor Quijano pra ajudar a pensar, a História ambiental numa perspectiva decolonial. Já também em acordo com muito daquilo que o autor Henrique Leff(2003), nos aponta em seus estudos sobre a contribuição de pensar um saber ambiental, que tende a contribuir para a ampliação do próprio conceito de História Ambiental. Que tende a compreender o ambiente não só como algo dado, já preestabelecido, a visão externa, tal como podemos vê-lo. Mas ir além, do mesmo modo pelo campo da cultura, entende-lo como parte de uma construção social, onde cada ser tem sua própria forma de ver o mundo e a construção desse mundo coletivo se dá por meio dessas relações. Se assim o entendemos, estamos considerando as identidades que foram apagadas, pessoas que foram desterritorializadas, silenciadas, em detrimento de uma racionalidade “universal”, imposta pelo que determina-se de pensamento moderno.

Então para esse autor, esse saber ambiental, tende a ampliar o conceito de história ambiental, quando promove essa ruptura, ou pelo menos problematiza. Pois, a partir disso está dando destaque a essas outras racionalidades que se recriam e reafirmam no tempo, através de saberes outros, nos sentidos encontrados pela cultura. Como por exemplo, as pautas ambientalistas que se apoiam nos modos de subsistência dos povos indígenas, quilombolas, povos rurais, com o intuito de pensar um futuro sustentável. Em termos simples, é conhecer e problematizar as experiências passadas em suas interações com o meio natural, cultural, social e econômico e posicionar diante delas, na intenção de projetar um futuro.

A seguir, o texto apresenta um esboço do objeto de pesquisa, em especificamente o espaço a ser investigado. Assim, para entender o porquê ela está nos quadros da mineração aurífera, é preciso entender o contexto histórico da cidade Faina- GO, que em sua existência, está relacionado com o contexto histórico da ocupação do que nos conhecemos hoje, como a atual cidade de Goiás. Faina, entra nos quadros minerários de produção aurífera, pode-se dizer, desde as fases iniciais da exploração na cidade de Goiás, quando ainda era Arraial de Sant’Anna, e posteriormente se descobrem novos arraiais. E dentre esses, por volta de 1729 se descobre minas nas proximidades da antiga Vila Boa. Sendo estes, o arraial de Santa Rita e posterior, descobre –se Anta. De acordo com as pesquisas em documentos bibliográficos, esta é a primeira ocupação humana nos solos fainense.

Dado a essas informações, adianta-se, que o objetivo da pesquisa é analisar a percepção da comunidade em relação a esses processos mineratórios. Como a comunidade fainense viveu e percebeu toda essa trajetória e como ela reagiu/reage a isso. Para isso, realizará entrevistas com alguns grupos na comunidade. Que, num esforço de organização do trabalho e pensamento, decidiu-se por se dividirem em dois: Pessoas com vínculos em algum desses

períodos na mineração; e outro com pessoas que não tiveram/não tem ligação com a respectiva atividade.

Pensando, a partir dessas informações, enfatiza-se o interesse em fazer uma pesquisa de história ambiental acerca dessa temática. Pois, de acordo com o autor Pádua (2012), a história ambiental, hoje, constitui-se num campo vasto e diversificado, de pesquisadoras e pesquisadores que se ocupam em interpretar as mais diversas “interações de sistemas sociais e sistemas naturais”. Desta feita, ainda afirma o autor, que compreende realidades tanto rurais, florestais, quanto urbanas e industriais respondendo a questões econômicas, sociais, políticas e culturais. Pode realizar-se, num estudo de uma “região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola etc.” (PÁDUA, 2012, p.35).

Nesse sentido, a realidade aqui a ser estudada, perpassa por um histórico de minerações auríferas, que se materializa num município, interior do centro oeste goiano. Deste modo, a questão aqui a ser respondida, justifica-se na busca de identificar como foi a interação e percepção da população deste município, com relação a mineração, sendo esta, protagonista de um histórico de exploração na região. Ao se fazer história ambiental, há de considerar igualmente, o campo da mentalidade como pertinente para a compreensão das percepções, valores, ideias, as formas em que um determinado grupo encontra de ressignificar sua interação com o meio, a partir das mudanças neste.

O campo da Pesquisa

Pensando a partir dessas questões e, como já apontado no início deste texto, refletir sobre o tema da mineração, define-se num trabalho histórico, posto que a temática refere-se a um dos capítulos que compõe a história deste país. Tão certo, poderia afirmar-se, também, ao espaço do objeto desta pesquisa.

Para tanto, ao consultarmos a historiografia brasileira, não será difícil encontrar nos trabalhos dos historiadores, tópicos reservados aos feitos da história da mineração. Assim, como é possível notar a semelhança em seus trabalhos em reconhecer a relevância que a atividade minerária exerceu no período colonial, bem como sua contribuição no desenvolvimento na economia do país. Entretanto, entre seu apogeu e sua decadência, afirma o autor Caio Prado Júnior (1945) que a mineração constituiu durante três quartos de séculos, o centro das atenções na corte portuguesa e em maior parte, o cenário da colônia.

Como já mencionado, a atividade de exploração aurífera é parte da história deste país e, embora os metais preciosos não se apresentassem desde o início da colonização aos europeus, eles eram desde o princípio suas reais preocupações. Eufóricos, a saberem do “grande achado”

dos espanhóis nos países do México e Peru, vários homens partiam da metrópole em busca dos metais preciosos. Mesmo ao risco de não chegarem ao destino tencionado (PRADO JR, 1945). Conforme o autor, os primeiros indícios de achado aurífero deu-se por meios de bandeiras paulistas que organizavam-se e percorriam o interior da colônia à procura de indígenas com intenção de torna-los escravizados. Assim,

Lá por 1696 fazem-se as primeiras descobertas positivas de ouro no centro do que constitui o Estado de Minas Gerais (onde atualmente se acha a cidade de Ouro Preto). Os achados depois se multiplicaram sem interrupção até meados dos séc. XVIII, quando a mineração do ouro atinge no Brasil sua maior área de expansão geográfica, e alcança o mais alto nível de produtividade (PRADO JR, 1945, n.p.).

A então descoberta das minas levaram o tráfego de pessoas para o interior das colônias, que culminou posteriormente no povoamento da população branca no interior que, como apontado acima, mesmo antes da existência do ouro, percorria o território em busca do aprisionamento dos indígenas que habitavam os respectivos lugares. Assim, as bandeiras tomaram direções à Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Fausto, 1996).

Sob essa prescrição, pode-se dizer é neste contexto que inicia-se o processo de povoamento branco¹⁹⁷ no território, que hoje é conhecido como goiano. Destarte, os processos utilizados por tais homens, definiam-se pela prática de expedições. Que se dividiam em bandeiras, entradas e descidas; todas estas passavam por esta região com alguma intenção, seja por buscas à prosperidades minerais, ou para a procura e aprisionamento de índios. No entanto, esse bandeirismo de aprisionamento, não provocou de início a fixação de moradias no território goiano, o que em certa medida, contribuía para o despovoamento. De acordo com o autor Luís Palacín e Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1994):

Outro tipo de expedição eram as “descidas” dos jesuítas do Pará. Os jesuítas tinham criado na Amazônia um sistema bem estruturado de “aldeias” de aculturação indígena. Buscando índios para estas aldeias, os jesuítas organizaram diversas expedições fluviais que, subindo o Tocantins, chegaram a Goiás. Mas nem bandeirantes nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás. Levavam índios goianos para o sul e para o norte, mas não vinham a Goiás para criar povoações (PALACÍN, SANT'ANNA MORAES, 1994, p. 8).

Entretanto, o que despertou o interesse em vir pra Goiás e aqui se instaurarem, foi a decorrente descoberta das jazidas auríferas em grande escala no Brasil, por volta do século

¹⁹⁷Em todos os documentos, ou textos, o termo encontrado é somente a palavra “povoamento”. A opção em utilizar “povoamento branco” é provocar justamente uma “inflexão historiográfica.” Pois, como afirmado pelas próprias historiografias vigentes, havia a presença de indígenas no interior, inclusive, uma das razões dos povos luso chegarem até esses territórios.

XVIII, quando é que se descobrem também minas em Mato Grosso. O interesse em explorar, levaram-nos a cogitar possibilidades de existências dos metais preciosos no território goiano, pois encontrava sua localização entre Mato Grosso e Minas Gerais. Ambos tinham muito ouro, então Goiás também podia existir boas minas. E então, já nos fins do século XVII e início do XVIII o território goiano era conhecido o bastante tanto em São Paulo como em Belém; e os “[...] caminhos de penetração se achavam descritos nos roteiros que corriam de mão em mão, e os rumores sobre suas riquezas auríferas não faziam senão avolumar-se, apesar do limitado êxito das bandeiras neste aspecto” (PALACÍN, 1994, p. 19)

Como se pode perceber num rápido retrospecto, há de se recordar que a mineração aurífera foi responsável no povoamento, sobretudo, branco, pelo interior do centro oeste goiano. É neste contexto, que se pode compreender o objeto de pesquisa deste trabalho; cujo intuito visa produzir uma reconstrução histórica de uma cidade, Faina-Go, a partir da presença da mineração aurífera.

A primeira ocupação antrópica neste município, data-se dos primórdios do ouro em Goiás; quando do surgimento dos arraiais, surge-se então Santa Rita e Anta, localizados onde hoje é reconhecido como território Fainense. Estes, caracterizaram-se nas primeiras explorações do ouro no município. Desde então, dos escombros da decadência da mineração; com o passar dos anos, o território que ainda era Goiás, retoma-se as atividades nas Minas; dando início a um novo ciclo de explorações, entre os anos de 1987 e 1990, denominado até como um período próspero entre os demais. O município, é protagonista de vários processos mineratórios, posterior a estes anos. Recebendo entre os anos de 2003 a 2008, novamente ou período de exploração.

Assim, entendendo que estes processos resultam numa interação com o meio ao qual se inserem, compreendendo aqui a comunidade da região explorada e o próprio ambiente; o objetivo desta pesquisa é investigar como se dá essa interação, de modo a entender como uma população interpreta e reage as ações das mineradoras em seu município, em seus vários ciclos. Como mencionado, refere-se ao município de Faina-Go.

O campo Teórico

É sabido, que por um dado período da história, o trabalho do historiador sempre esteve ligado a fatos oficiais, tais como tramitações de leis, negociações dos governantes, monarquias, reis, histórias dos grandes feitos, etc. Em suma, esperavam-se que as narrativas sempre estivessem no âmbito dos eventos ligados a documentos oficiais. Entretanto, esse momento sofre devida reestruturação com o incurso do movimento cujo nome ficou conhecido como os

Annales; encabeçado por seus primeiros líderes, os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre (BURKE, 1991).

Desta feita, uma gama de possibilidades se abriu para o ofício do historiador, permitindo uma nova abordagem para história, com novos personagens e novas perspectivas de operar sobre a história. Com efeito, passando a fazer parte também das pesquisas historiográficas, temas como o ambiente, que ganhou espaço e impulsionou um novo sentido nas práticas dos historiadores.

Assim, no decorrer das últimas décadas, atravessando um caminho de transformações globais; inseriu-se uma nova perspectiva no campo historiográfico; a chamada História Ambiental. Esta, inicia-se sua marcha na década de 70, mais especificamente, quando se observava no mundo, os questionamentos acerca de questões ambientais que só cresciam em torno da crise global, a qual todos enfrentavam. Tal momento, pode ser observado a partir da ótica de uma ‘reavaliação cultural’, onde, ativistas e ambientalistas em desconforto com a situação que o mundo enfrentava, denunciavam tais fatos. Para tanto, as pautas ganharam os espaços públicos, atingindo, das ruas aos ambientes acadêmicos. Tal contexto, promoveu mudanças não somente no cenário historiográfico, mas, influenciou também em áreas como “direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento (WORSTER, 1991, p. 199)”.

Conforme o autor José Pádua (2012), o período mencionado,

[...] representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber. A ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. [...] O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental tornou-se ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização (PÁDUA, 2010, p. 18).

Tais transformações, a que sofria o mundo, sobretudo motivadas em torno das questões ambientais, repercutiu diretamente como um grito de socorro e crítica a chamada globalização. Pois os movimentos ambientalistas, ganhavam força no mesmo momento, em que também se figuravam o auge do desenvolvimentismo. Cujas pautas, se firmavam em um posicionamento ao mesmo. Segundo a autora Regina Duarte(2005), referido momento, apresenta o cenário do pós-guerra, em que a Europa, em situações críticas em busca de uma restituição econômica; e os Estados Unidos da América, consolidava-se numa potência mundial hegemônica capitalista.

Nomeadamente, este episódio marcou profundamente o panorama mundial, subdividindo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde os países industrializados e capitalistas detiveram o poder, sendo vistos como o único modelo apropriado de organização de sociedade. O que os levaram/levam a ditar padrões de vida e subsistência. Conforme a autora:

O mundo industrializado e capitalista era apresentado como uma finalidade não apenas desejada mas, principalmente, era único modelo realmente válido de organização da sociedade. Aquele seria o único mundo possível e cabia as nações subdesenvolvidas esforçarem-se para sair de sua pobreza e afirmar-se numa nova ordem apresentada como único mundo possível (DUARTE, 2005, p.16).

Entretanto, é possível apontar ainda com maior densidade, os problemas que foram palcos desta situação e que evidenciaram o caos propagado pela globalização. Sobretudo, não trata de desconsiderar as respectivas informações como válidas para o que culminou na efetivação do que conhece-se hoje como história ambiental. Porém, a compreensão de tais momentos, e a partir de uma historicidade desses mesmos, chegam-se mais além.

Assim, ao pensarmos tal processo de globalização, é possível que estabeleçamos um link com um passado não muito distante, do período mencionado. Pois, segundo o autor Quijano (2005), a globalização em primeira instância, é o resultado de uma ação interventiva responsável pela constituição da América sob o domínio do capitalismo colonial/moderno. Processo este, que resultou na hierarquização da população, sob a ideia de raças e da racionalidade específica do euroncentrismo. Portanto, é neste eixo que se encontra as raízes da globalização, que configura hoje na colonialidade de padrão mundial de poder.

Conforme o autor Henrique Leff (2003, p.11), o *ambiente* surge no cenário político e científico como um conceito que ressignifica as visões de mundo, e a partir de uma nova ótica, propõe compreender como se dá as interações entre sociedade e a natureza, do desenvolvimento, do tempo e da sustentabilidade da vida. Ou seja, trata-se de uma reinterpretação da história, emergente a partir do conceito que o próprio autor definiu como *complexidade ambiental*.¹⁹⁸

Na busca pela definição e explanação do conceito de ambiente, o autor Leff (2003, p. 12), recorre a afirmativa, que a conceituação do mesmo, é também a direção para a construção da epistemologia ambiental histórica. Deste modo, a compreensão do mesmo, implica uma distinção em que não possa haver uma confusão com a ecologia, para que não haja também uma redução da história ambiental para a história natural. Pois, não se trata de uma evolução

¹⁹⁸ Grifo do autor.

desta última e nem uma simples mudança de paradigmas científicos, pautados numa reconfiguração do conhecimento. O autor traz à tona que, a compreensão nesse segmento, é romper com determinismos; sobretudo econômico, biológicos sustentados no discurso em que ignoram as condições “impostas pela própria natureza” e apoiam-se na “relações sociais de produção ou luta de classes”, sem se considerar que há uma interrelação nessas transformações.

Neste sentido, pode-se mencionar as mesmas contribuições que o autor Pádua (2012) traz adjunto de seu estudo, elaborando as bases teóricas da História ambiental. Para o autor, o entendimento por completo se dá, quando tais discussões ambientais passam a significar mais que uma dualidade colocando o ser humano como o causador dos males a natureza. Mas sim, começa a ser entendido como um sistema de interações entre os quais integram-se naturais e sociais.

Segundo o autor, sem eleger essa compreensão, estaríamos todos desconsiderando a cultura como parte fundante da construção do meio ao qual estão inseridos humanos e natureza. Sentido esses, que veem sendo ressignificados por estudos antropológicos que sobretudo, buscam uma visão menos dualista, como as que propagaram na passagem do século XIX para o XX pelos determinismos dos estudos geográficos e biológicos. Ao reconhecer tal afirmação, dá especial destaque para que,

[...] ao enfatizar a relevância do mundo biofísico, não cair na falácia de considerar que este se apresenta de forma direta, positiva e imediata à percepção humana. O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas (PÁDUA,).

Tal assertiva, instiga para a interpretação de como a natureza se apresenta para o ser humano e, como ele a decodifica, a partir de cosmovisões díspares, como um resultado da produção social e cultural, podendo também tal processo, ser colocada sob prismas de determinadas épocas. Segundo o autor:

Todos esses seres constroem o seu mundo a partir da experiência, envolvendo organismo e percepção, mesmo que o domínio da linguagem e da cultura, com a amplitude e as características sintéticas observadas no ser humano, não esteja presente. Cada ser constrói o seu mundo, e o mundo coletivo se constrói por meio de uma trama complexa de interações e interdependências (PÁDUA, 2012, p.32).

Destarte, a compreensão de que a cultura influencia nos processos de interação do ser humano com a natureza, tal assertiva abre uma via para que possa compreender de que forma tais conhecimentos e suas implicações se fazem presente na interpretação do conceito de ambiente.

Para mais, o desfecho acerca do conceito de ambiente, bem como sua relação para a construção da história ambiental, apresentando-se nesse texto, pode considerar seu ponto de partida aqui. Pois, é nessa linha, problematizando a visão somente do lado provocador do homem aos impactos à natureza, é que se pretende seguir; conforme, apontou os autores, não limitando o pensamento da história ambiental à tal entendimento. Mas, caminhar para além, nas linhas de aberturas, onde a interdisciplinaridade se faz necessária.

Assim, conforme o autor acima mencionado, a emergência do conceito de ambiente está vinculado a história ambiental. Ou seja, A história ambiental se configura na própria história da construção do conceito, que decorre de uma “ruptura epistemológica” (LEFF, 2003, p. 15). De acordo com o autor:

A configuração do saber ambiental não é uma mudança de paradigma científico, no sentido de uma evolução para uma fase superior da história natural e reintegração dos conhecimentos dispersos (do propósito falido da unidade da ciência preconizada pelo positivismo) em uma nova totalidade. O saber ambiental é um olhar holístico, um pensamento da complexidade que emerge da desconstrução do logocentrismo e o descentramento do círculo das ciências. Esse saber encontra seu referente na construção social da complexidade ambiental: a complexificação do real, do conhecimento, da produção, da racionalidade, do tempo e das identidades (LEFF, 2003, p.15).

Conforme o mencionado acima, é no curso da existência de uma complexidade ambiental que se dá a marcha inicial de um olhar voltado para os processos do ambiente. É assim, para além da externalidade que constrói o mundo de fora, dos elementos da natureza em si. É também, uma construção social que emerge no seio da desconstrução de uma ordem centro-universalizadora-determinante que por séculos invisibilizou seres, saberes e identidades. Conforme o autor:

O ambiente é um saber sobre a natureza externalizada, sobre as identidades desterritorializadas, a respeito do real negado e dos saberes subjugados por uma razão totalitária, o *Logos* unificador, a lei universal, a globalidade homogeneizante e a ecologia generalizada. O ambiente é objetividade e subjetividade, exterioridade e interioridade, imperfeição em ser e de saber, que não acumula nenhum conhecimento objetivo, um método sistêmico e uma doutrina totalitária. O ambiente não é somente um objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas que configuram uma nova racionalidade, a qual acolhe diversas racionalidades e abre diferentes mundos de vida (LEFF, 2009, p.21).

É aí, por esse caminho que se justifica o trabalho que exerce, ou pelo menos, deve exercer a História ambiental. Na fronteira dos saberes, pelo viés da interdisciplinaridade, não caracterizada pelo dualismo existente na qual remete-se a tal entendimento quando se pensa na relação do homem com a natureza; mas pelas aberturas e possibilidades que se instauram a

partir do reconhecimento da construção social do ambiente, pensando a partir de saberes outros, que outrora negados, conforme o autor acima mencionou, pelo *logos* unificador.

Desta forma, os sujeitos protagonistas se encontram em realidades outras, de culturas e espaços diferentes, tais como as populações tradicionais, as populações rurais, os quilombolas; que se (re) existiram no fluxo da subalternidade e se reconstituíram e reafirmaram suas identidades no espaço e no tempo, pelas suas cosmovisões de mundo. De onde, se criam subsídios para as construções sociais dos movimentos ambientalistas, que articulam tais práticas em diálogo com conceitos teóricos e políticos, para reconfigurarem outros modos de ser, viver e lidar com a natureza, numa ação prospectiva arrolada no real da sustentabilidade.

Práticas estas que se desvencilham do ideal difundido pelos processos da globalização econômico-político mundial. Esta, que como aponta Quijano (2005, p. 107), pode ser entendida como o resultado de um processo instituído a partir da constituição da “América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”. Uma racionalidade hegemônica que difundiu e ditou formas de ser, existir e que portanto, invisibilizou outras racionalidades, calcados pela ideia da diferença de raças, fundamentados nos discursos biológicos e justificou a dominação colonial e a classificação dos povos.

Desta feita, não trata somente de projetar os ideais ambientalistas em realidades antigas, ou interpretar como tais sociedades viveram em interrelações com seu habitat natural; ou como cooperaram em acordo com as destruições dos diversos biomas no passado, mas pensar também o que possa ser realizado no presente para a possibilidade de um futuro. O que de certa forma poderia se definir também, para um olhar complexo para ações num espaço de experiências que se reconfiguram e se abrem para um horizonte de expectativas.

Considerações Parciais

Com efeito, o presente texto obedeceu a exigência de apresentar e situar o campo epistemológico e do objeto da pesquisa, esta que se encontra em estado de desenvolvimento com discussões teóricas e historiográficas. Desta feita, observou-se que trata-se de realidade em estudo, perpassou por um histórico de minerações auríferas, onde se materializa num município, interior do centro oeste goiano. Cujas questões aqui a ser respondidas, justifica-se na busca de identificar como foi a interação e percepção da população deste município, com relação a mineração, sendo esta, protagonista de um histórico de exploração na região.

Ainda que no estágio teórico, isto é, da não realização do trabalho em campo, há que se considerar que a mesma suscita questionamentos e reflexões em torno do objetivo proposto. As instituições privadas, em conjunto com as públicas (prefeitura), transmite aos moradores de

suas regiões o discurso do desenvolvimento, do progresso, do aumento de emprego, das melhoras no município como um todo; e junto com esse discurso enfatizam que ficará em responsabilidade da própria indústria mineradora em reparar os danos causados no meio ambiente. No entanto, as modificações geradas pelo processo de exploração, passam despercebidos pela própria característica de melhoria criada por essas instituições. Sendo assim, nota-se um reflexo da própria colonialidade do poder e do ser, historicamente materializada por esse processo e que ainda vigora, embora não esteja sob um domínio colonial.

De tal modo, no curso dos momentos finais deste trabalho, ressaltando que apenas para a confecção deste texto e não da pesquisa; tentou-se demonstrar que é possível perceber uma historicidade nos quadros da atividade mineradora no município de Faina, esta, que se encontra ainda vigente no contexto atual; e que localiza suas raízes nos capítulos da colonização. Todavia, a finalidade não é simplesmente destacar e entender esse período como propulsor dos impactos ambientais, ao habitat natural do município mencionado. Mas, a partir do sério trabalho da História ambiental, compreender como se dá tais processos na atualidade, desta vez pelo olhar da comunidade fainense, como eles percebem no transcurso do tempo essas interações.

REFERÊNCIAS

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp, 1996. [S. L].
- JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. [S. L.], [S.D].
- DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Ed. Autêntica, Belo Horizonte:2005.
- LEFF, Henrique. Construindo a história Ambiental da América Latina. In: **Conferência proferida no 51º Congresso Internacional de Americanistas, Simpósio de História Ambiental Americana**, (Santiago, Chile, 14 de Julho de 2003).
- LEFF, Henrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. In: **Educação e Realidade**, 2009. Pág. 17-24
- PÁDUA, José Augusto de. As bases teóricas da história ambiental. In: **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. (Orgs.) FRANCO, José Luiz de Andrade, et.al. Garamond, Rio de Janeiro: 2012.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino- Americanas**. (Org.): LANDER, Edgar. Argentina: 2005.
- SILVA, Marcos Pedro da. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar e das Ações Mineratórias Auríferas No Município de Faina -Go**. In: Goiânia, 2008. Dissertação.
- WORSTER, Donald. Para fazer história Ambiental. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8. 1991. P. 198-215.

PREÂMBULO SOBRE A CODIFICAÇÃO E AS REDES DE JUSTIÇA ENTRE GOIÁS E PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

*Jefferson Roberto Nascimento Acevedo*¹⁹⁹

RESUMO: O presente ensaio tem como ensejo fazer uma exposição inicial das problemáticas entre o funcionamento da rede de justiça em Goiás e as ligações com Portugal. De forma sucinta questionar o discurso de neutralidade e justificação do ordenamento positivado e o seu surgimento na codificação do direito romano às ordenações. A administração da justiça será uma das prioridades do governo português, uma vez assim, também garante o funcionamento do império em toda sua extensão. A burocracia será instalada nas colônias a fim de cumprir a vontade do monarca e ao mesmo tempo conseguir ascensão através de mercês e privilégios. Desta forma o monarca traz para perto de si uma nobreza de toga que, a partir da lei e do conhecimento acadêmico, irá contribuir para o funcionamento da administração e a justificação do poder real. O Brasil no século XVIII é de grande importância para a compreensão do funcionamento da administração da justiça, pela complexidade que se instaura após a criação de dois tribunais, o do Bahia e o do Rio de Janeiro. Nesse contexto, Goiás, que aparentemente apartado de todas essas convulsões de acontecimentos, participa de uma rede de justiça, logicamente com suas peculiaridades.

Palavras-chave: Justiça, Goiás, codificação.

Análise do direito como problemática

O Direito apresenta-se como uma ciência da decisão, de limitação e garantias. A positivação do direito surge para garantir que todos devem ser cumpridores das regras, ao minimamente garantir que o arbítrio não seja maior que todos os indivíduos. O Código de Hamurábi, os Dez mandamentos e as doze tábuas podem ser vistos como tentativas de organização na antiguidade da convivência em sociedade. Ao mesmo tempo que impõe limites a determinadas relações como a morte, ou o roubo, garante o direito dos outros sobre a vida e propriedade. A transformação do direito, caminha juntamente com a complexidade da sociedade e os novos modos de governos. Se o Estado é o Leviatã, ao mesmo tempo é quem detém o poder temporal de impedir a barbárie a partir do déspota, ele também, o estado, é o juiz natural.

“- O Estado sou eu!” Já dizia Luiz XIV, na França, muito antes dos estados liberais, democráticos constitucionais, muito aquém do que hoje chamamos de Estado democrático de direito. Se hoje vivemos um momento de *mens legislatoris*, em que temos a lei, o costume, os princípios e a jurisprudência como fonte de direito, voltemos no momento em que o próprio déspota é a fonte que emana Direito. Não que estes outros institutos fossem inexistentes, entretanto a declaração de vontade do rei tem mais força normativa dentro do próprio sistema que vai insurgir.

¹⁹⁹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás. Orientadora Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes. Bolsista pelo CNPq. acevedojefferson@gmail.com

A partir de pesquisas sobre o Direito brasileiro, as contradições existentes entre o funcionamento da pirâmide Kelsiana²⁰⁰, a quantidade de emendas constitucionais em um país de democracia tão recente e frágil, percebemos que apesar do perfil socioeconômico elevado das pessoas que ocupam funções na justiça, mesmo que a partir de concurso público, sistema que apresenta ser o mais participativo, a rotatividade nos sobrenomes dos membros do judiciário é muito pequena, ou seja, existe praticamente uma “dinastia”²⁰¹ nos órgãos judicantes brasileiros. Os pais, por terem mais fácil acesso aos meios culturais e educacionais, praticamente preparam os filhos para assumir cadeiras, mesmo com concurso, em funções ligadas ao direito.

Se somente em 2002 trocamos o nosso Código Civil, o que vigeu até então era de 1916 e anteriormente uma parte das Ordenações Filipinas, sendo que o Código Penal é de 1943, além do país ter tido cinco constituições, isso de fato traz a reflexão se sempre foi assim ou, como diz alguns intelectuais da formação do pensamento social brasileiro, nós herdamos o modelo de Portugal, através da colonização e da estrutura do Estado²⁰².

A partir dessas indagações e em debate com a orientadora, definimos o recorte espacial, ou seja, a região do estudo, nesse caso Goiás e o recorte temporal o século XVIII. Por ser um curto ensaio, o recorte é super necessário uma vez que o tempo para construção do trabalho é relativamente diminuto. Pode-se pensar inicialmente, por desconhecimento da História regional, que nada havemos de encontrar. Entretanto durante esse período estava em vigência as Ordenações Filipinas, e o funcionamento dos dois Tribunais de Relação que irão trazer a administração da justiça para o além Mar. O Tribunal de Relação da Bahia e posteriormente o do Rio de Janeiro, que funcionará como segunda instância para resolução de litígios, mas ambos subordinados à Casa de Suplicação em Portugal.

Uma região extremamente movimentada, inclusive quebrando a tese do isolamento, tendo em vista que a comunicação era tamanha a ponto de instaurar-se uma devassa contra um governador, a mando de Marquês de Pombal, em sua fúria contra os Távoras²⁰³. A rotatividade de Governadores, que inclusive depois se tornam vice-rei, como é o caso do Conde dos Arcos, a vinda de desembargadores de outras regiões e até mesmo a infinidade de cartas que estão no

²⁰⁰ O padrão de hierarquia entre o direito constitucional que deve estar no topo da pirâmide como fonte principal e regulamentador das demais leis, como: ordinária, complementar, decretos, contratos e etc. Ver, KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 4^o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

²⁰¹ Ver, ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A Nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

²⁰² Ver, CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. In: Dados: revista de ciências sociais, v. 43, n. 1, 2003. pp. 153-193. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

²⁰³ Ver, PALACIN, Luis. **Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás**. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1983.

Arquivo Histórico Ultramarino contribuem para essa tese.

Na perspectiva da História social o presente estudo propõem-se a discutir os sujeitos sociais que correspondem a estrutura burocrática da administração da justiça em Goiás. Entendemos que não somente as ordenações e funcionamento dos tribunais garantem o funcionamento da justiça portuguesa, mas que nesse emaranhado de leis, decretos e indivíduos, há sujeitos históricos.

“Os homens antes sofriam a história do que a faziam.” É neste contexto que, sob a égide de Ernest Labrousse (até então o historiador do econômico, por excelência), se reivindica a história social como uma especialidade, com problemáticas e metodologias próprias.

Formulavam-se, como problema central, os modos de constituição dos atores históricos coletivos, “as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais”, e de suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais. As relações entre estrutura (com ênfase na análise das posições e hierarquias sociais), conjuntura e comportamento social definiriam, assim, o campo específico a ser recortado. (CASTRO, 1997, p. 80)

Assim sendo a história pode ser escrita e analisa por três crivos: estrutural (a estrutura jurídica que permeia as posses do *ELRey*, o Brasil e, mais específico, Goiás), conjuntura (os fatos e acontecimentos da época que irão garantir um ambiente propício ou não para a administração da justiça) e, por último, mas não menos importante, os comportamentos sociais (tanto nas relações de poder macro e micro que irão garantir a diversidade e o concreto da realidade na época estudada, século XVIII).

Temos aqui o crivo metodológico do trabalho que é baseado na história social, ou seja, a partir da estrutura, conjuntura e os comportamentos estabelecer teias que possam refazer o passado, sem ficarmos presos a demandas meramente estruturais ou conjunturais, ou propriamente alegando uma História economicista.

Os indivíduos nesse ponto de vista não são somente objetos, ou seres levados pela estrutura. As vontades, ações e conjecturas do momento também contribuem para o desenvolvimento e a interferência prática no curso da história. A conformação não é uma opção dada a todos, e muito menos a aceitação da estrutura imposta. Mulheres que em situação de escravidão, abandono e/ou viuvez não aceitam novamente serem tuteladas por outros homens como determinava a lei²⁰⁴, ao mesmo tempo pessoas que para guardar as ordens reais e para ascender socialmente cumprem as funções que, algumas vezes, lhe custam a própria vida. Deste modo, não podemos apenas ignorar comportamentos sociais, como também não podemos apenas construir uma história voltada ao indivíduo, uma ideia pueril de que o sujeito naquele

²⁰⁴ Ve, PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens: Famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes - 1760 -1840**. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2013.

momento é o único fator de determinação. Na realidade, os indivíduos não são meramente empurrados pela história, mas também não a fazem como bem entendem.

Avaliação histórica da codificação

O direito e a história constroem uma infinidade de possibilidades de pesquisa, cada campo com seus devidos objetos de estudo, na grande maioria das vezes são até temáticas distintas, todavia podemos construir a história do direito ou o direito da história. O primeiro é que pretendemos abordar nesse trabalho, ou seja, construir uma história que discuta o direito em seus vários aspectos e processos, a consolidação do direito no século XVIII e a administração da justiça, que vira um dos motes de controle do império português para as colônia além-mar²⁰⁵; já o segundo seria propriamente a permissão de reconstrução do passado, um direito à memória, de se poder revirar o passado e a partir de fragmentos, relatos, documentos, cartas, arquivos iconográficos, decretos, leis, mandos reais e todos os vestígios documentais construir história.

No exercício do ofício de historiador não podemos cometer o equívoco de uma avaliação meramente contratual, como se a lei bastasse para o entendimento de dada sociedade, ou terminado período. Uma história do direito deve ultrapassar a visão e/ou análise das instituições para chegar ao resultado fático das ordenações.

Laura de Mello e Sousa, em *O sol e a sombra*, faz uma ponderação interessante, em tom de crítica ao historiador Hespanha. Segundo a autora, em um império complexo e transcontinental como o português, não podemos fixar a construção de uma história apenas das leis vigentes em todo o reino, uma vez que, as mesmas, não teriam idêntica eficácia, inclusive pelas tensões raciais fora da península Ibérica²⁰⁶. Ainda no debate em relação às leis, Nuno J. Gomes Silva faz uma ressalva sobre lei e costume, conceitos caros para o Direito pois são fontes de direito e para a História, uma vez que são fontes de estudo em várias linhas historiográficas, para ele: “Pode dizer-se que enquanto a lei é um processo volitivo e consciente de criação do Direito, é acto, o mesmo não acontece relativamente ao costume, que é facto, assente na tradição.”(SILVA, 2000: p. 19)

Assim enquanto o costume surge da ação diária, um hábito que torna-se tradição e da

²⁰⁵ Não pretendemos aqui adentrar em um debate somente do direito, não identificando “a história do direito com a história do desenvolvimento interno dos seus conceitos e dos seus métodos, apreende o direito como um sistema fechado e autónomo, cujo desenvolvimento só pode ser compreendido segundo a sua dinâmica interna.”(BORDIEU, 1989, p. 209)

²⁰⁶ “Administrar uma sociedade composta predominantemente por brancos não era a mesma coisa que fazê-lo quando o contingente de escravos podia chegar – como em algumas regiões- a 50% da população. Mesmo que a lei vigente na primeira – a europeia, a metropolitana ou ambas – fosse igual à que se tinha na segunda.”(SOUZA, 2006, p. 57)

tradição a longo do espaço temporal temos o costume, a lei é a positivação de uma vontade, no sistema português, algo escrito para ter validade, sistematizado e pode ser a favor ou contra esse costume. O costume por ser ação prática não precisa de lei para existir e ter eficácia, inclusive por isso encontramos inúmeros costumes sem lei que os possa regular, ou seja, não são contra e nem conforme a lei.

Diante do exposto, Silva continua fazendo outras ressalvas sobre a generalização da análise histórica, inclusive quando se cria um padrão de indivíduo para descrever determinado período. “Não se pode esquecer que -consista-se a expressão- nem todos os homens da Idade média são *medievais*, do mesmo modo que nem todos os homens da *Idade Moderna* são *modernos*.” (SILVA, 2000: p. 33) Não que venhamos a negar a existência de categorias ou tipos sociais definidos pelos historiadores até aqui, todavia deve-se observar a generalização e que no decurso da história há o diferente, o que não está no campo de concentração do padrão dominante.

É fulcral notar que o Direito carrega consigo uma postura equânime, imparcial, apartidário e isento o que lhe garante um discurso neutro, não que o seja, mas o distanciamento ou mesmo o isolamento das questões sociais para obter um critério de decidibilidade, se impondo como ciência afastada da realidade social concreta. É dentro desse discurso que o direito tenta se legitimar, como um espectro fora e isento de qualquer questão ideológica e depurado das ciências que discutem ou minimamente problematizam o social. Entretanto, Pierre Bourdieu afirma que os esquemas percebidos são de fatores culturalmente e historicamente construídos e, ligados a uma realidade preexiste, que geram uma visão oficial de mundo.

De facto, os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico colectivo, mas a partir das próprias estruturas deste mundo: estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento *contribuem* para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes. [...] Por outras palavras, o efeito próprio, quer dizer, propriamente simbólico, das representações geradas segundo esquemas adequados às estruturas do mundo de que são produto, é o de consagrar a ordem estabelecida: a representação justa sanciona e santifica a visão dóxica das divisões, manifestando-a na objectividade de uma ortodoxia por um verdadeiro acto de criação que, proclamando-a à vista de todos e em nome de todos, lhe confere a universalidade prática do oficial. (BOURDIEU, 1989: p. 238)

Se as estruturas de pensamento estão a serviço de consagrar a ordem já estabelecida, e são da mesma forma a consagração de práticas preexistentes, o jurista torna-se um justificador do poder. Se o direito carrega o discurso de neutralidade, será menos confrontado e mais aceito como justo, mesmo que as decisões, organizações, sentenças estejam a serviço do poder real instituído. Destarte, o direito consagra-se no processo de depuração um amálgama entre o guardião do justo e por isso apartado das questões sociais e, ao mesmo tempo, um justificador

do poder preestabelecido e consolidador de uma nobreza intelectual.

Depois de todo o exposto acima, apresenta-se aqui o problema central do corrente trabalho. As redes de justiça conectadas na capitania de Goiás defronte a tese do isolamento, o estado, mostra-se aquém do esperado, mantendo conexão direta com o Conselho Ultramarino e a casa de Suplicação nos processos que conseguiam chegar até o mais alto grau de jurisdição. Já o Brasil, das posses do império, torna-se a região mais complexa de administração da Justiça, tendo dois Tribunais o da Bahia e o do Rio de Janeiro.

Portugal traz consigo todo um processo de codificação que inicia com as Ordenações Afonsinas, que é também um compilado dos costumes e do direito que já era aplicado à época. Esse processo irá aprofundar-se nas Ordenações Manuelinas e terá como maior expoente temporal de vigência as Ordenações Filipinas.

Portugal passa por um processo interessante de criação e fundamentação do direito, a codificação vai trazer a positivação de costumes que são efetivos desde o direito visigótico, passando pelo contato pelo germânico e demonstrando quão grande foi a influência do direito romano na organização. Nuno Gomes da Silva, levanta um debate sobre a independência dos reis em relação ao Império Romano e a utilização do direito romano, uma vez que o direito do império se consolida na Idade Média, mesmo sem a obrigatoriedade. Segundo o autor os reis utilizam o direito do império pela sua racionalidade, ao menos é isso que vem na justificativa das Ordenações Manuelinas, ou seja, a razão de justiça do código justiniano é amplamente evocado para fundamentar a utilização da *lex*.

O autor supracitado afirma também que o direito romano começa a ser usado de comum acordo entre os povos pela introdução do direito canônico. Com a queda do império do Ocidente, o que garante a permanência e o conhecimento amplo do direito romano é a codificação contida no direito canônico. Assim sendo, a igreja leva ao conhecimento dos comuns às regras justianas. Tal fato se confirma, quando analisamos as Ordenações e no conflito de norma ou não existência de regra, deve-se seguir o costume, o direito canônico e depois o direito Romano, se tratando de matéria temporal e não havendo pecado.

O entendimento do que seria a administração da justiça em Goiás, uma província distante do poder central e mesmo do vice rei, passa por inúmeras ressalvas e exceções. Como ordenações construídas do outro lado do Atlântico poderiam servir para o império que se estendia da América a Ásia? Temos leis que não eram eficazes no além mar? As informações das mudanças demandavam tanto esforço real que era melhor os viventes nas colônias continuarem nas atividades já pré-determinadas? A confusão de competências era algo proposital da coroa para não gerar unidade e competição interna?

Conclusões intermediárias

Tendo em vista a complexidade da codificação do direito Português, demandaria um ensaio mais completo somente sobre as ordenações. O pretendido aqui foi demonstrar um pouco das problemáticas impostas a um sistema de justiça ainda inconcluso, que transmutava conforme o intérprete da lei. Outro fator que chama a atenção é perceber que mesmo no início do sistema jurídico, já construía-se um grupo de formação acadêmica e as formações em direito letrado ou canônico eram obrigatória para as carreiras de magistratura.

A partir de um estudo mais aprofundado podemos perceber que os meios e as formas do direito em Goiás tem uma relação intrínseca com tudo que foi construído em Portugal. Todavia é necessário um recorte sobre a aplicabilidade das formas além-mar. A distância e a reprodução da cortes, uma vez que muitos governadores eram membros da nobreza europeia, tende a continuar o modo de vida no Brasil, inclusive dentro da estrutura do estado fornecem cargos ao seus vassallos.

“A burocracia não existe sem burocratas” (SCHWARTZ, 2011, p. 82). De fato é impossível analisar a administração da justiça sem estudar o comportamento social dos integrantes dos cargos que compõem a estrutura. Por se tratar de uma análise com metodologia da história social, não somente a observação da estrutura é importante assim também como os magistrados que a compõem, assim porque “a magistratura, dispunha de opções: podia perseguir os objetivos do rei e atuar como agente real, ou buscar seus próprios objetivos.” (SCHWARTZ, 2011, p. 82). E como o autor afirma, a maioria dos magistrados seguiam projetos pessoais, ou mesmo se envolviam em conflitos locais garantindo alianças temporárias. As rede e relações da magistraturas entre os locais e os governadores, ou mesmo, servidores da coroa torna de fato complexa a relação.

Em um país com um nível de desigualdade e perpetuação de privilégios tão grande, com um padrão muito bem definido dos ingressantes nas universidades, e depois nas carreiras de magistratura, não pode dar uma resposta simples a demandas jurídicas. Como a aplicação de leis poderiam se efetivas na junção de uma nobreza acostumado ao modo de vida de Portugal, a submissão dos povo autóctones, pela religião, ou mesmo a força da escravidão e o rapto que foi o tráfico de escravos, poderia garantir uma efetividade, ou mesmo eficiência de um sistema pensado por analistas judiciário de um povo quase homogêneo.

Referências

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A Nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

CASTRO, Hebe. **História social**. in: Domínios da História. 5º ed. Rio de Janeiro: Editora

Campus, 1997. p. 76-96.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira.** *In:* Dados: revista de ciências sociais, v. 43, n. 1, 2003. pp. 153-193.

BOURDIEU, Pierre. **A força do direito.** *In:* O poder simbólico. trad. Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** 4° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo: Irmandades e confrarias na capitania de Goiás (1736-1808).** Goiânia: FUNAPE, 2012.

PALACIN, Luis. **Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás.** Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1983.

PALACIN, Luis. **O século do ouro em Goiás : 1722-1822 : estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.** Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens: Famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes - 1760 -1840.** Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HISTÓRIA CRÍTICA DO NEOLIBERALISMO DA EUROPA PARA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XX

*José Eustáquio de Almeida*²⁰⁷

Essa pesquisa deteve como objetivo estabelecer uma análise histórica e crítica do sistema neoliberal de economia política capitalista. Parte-se portanto de uma reflexão materialista histórica da realidade , em sua totalidade de explicação geográfica e específica de

²⁰⁷ Mestrando em História Social da Economia Política, na área de Poder, Sertão e Identidade, sob- orientação do professor Doutor David Maciel, departamento do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás.

cada experiência aqui apontada. Nesse sentido ao se fazer uma história do neoliberalismo, do seu surgimento enquanto ideia na Alemanha Ocidental pós- 1945, passando pelo desdobramento imperialista da Guerra Fria, a sua fase colonizadora tanto da América Latina como também do Brasil do século XX. Esse processo, portanto assume uma condição global de dominação do neoliberalismo, o que confirma uma situação de subdesenvolvimento e super-exploração do trabalho aos países periféricos. É importante frisar também que a pesquisa detém seus limites documentais no que tange ao número de empresas envolvidas em negociais fraudulentas, privatizações e enriquecimentos ilegais de famílias na ordem hegemônica capitalista no poder, entretanto assume um consenso em que o sistema neoliberal de produção e controle do lucro enriquecem uma minoria capitalista, enquanto que seu resultado é uma forma de filosofia sistêmica da miséria, sintoma na ordem do capital. Nesse sentido esse trabalho é portanto o resumo do capítulo 1.

No **Capítulo 1** buscou-se explicitar a origem da expressão e seu significado. Portanto o conceito de neoliberalismo²⁰⁸ não assume aqui apenas uma condição abstrata, essa ideia surge

²⁰⁸ Publicado em 2011 por Gérard Duménil e Dominique Lévy, *The Crisis of Neoliberalism* finalmente recebeu uma versão brasileira em 2014. Apesar da lacuna de três anos desde a sua publicação, o livro ainda se mostra essencial para aqueles que almejam compreender os determinantes que levaram à maior crise financeira desde a Grande Depressão. Com riqueza de dados quantitativos, mas sem deixar de lado a já tradicional influência marxista, os autores constroem a macrotrajetória dos EUA ao longo das décadas neoliberais até a derradeira crise atual, descortinando, por fim, a frágil estrutura financeira e a trajetória econômica insustentável norte-americana, pilares da crise. Os autores dão sequência aos argumentos de obras passadas como os artigos: *Neoliberal Income Trends: Wealth, Class and Ownership in the USA* (2004) e *Neoliberalismo - Neo-imperialismo* (2007) que já apresentavam o neoliberalismo como um projeto de restauração do poder das classes de alta renda, mas avançam ao demonstrarem que o neoliberalismo e suas características estão diretamente relacionadas com a hegemonia dos Estados Unidos. A abordagem dos autores começa com a origem e desenvolvimento do neoliberalismo para podermos compreender os imperativos que levaram à crise, passando por uma análise minuciosa da crise financeira, para finalmente, tratarem acerca de possíveis cenários para o pós-crise. O foco do livro é os Estados Unidos, berço da crise e hegemonia da ordem neoliberal. O livro contém 25 capítulos, organizados em nove partes. Na primeira, os autores lançam as bases do modelo de interpretação histórica sobre o neoliberalismo (capítulo 1), e explanam um argumento que explica a crise (capítulo 2). Esse modelo define o neoliberalismo em uma proposição: é o terceiro estágio do moderno capitalismo que emergiu seguindo-se à crise estrutural dos anos 1970 (o primeiro estágio corresponde à primeira hegemonia financeira, que sucumbiu à Grande Depressão dando lugar ao compromisso social democrata no Pós-Guerra, o segundo estágio). O neoliberalismo expressa a estratégia das classes capitalistas em aliança com os altos gerentes, especificamente os gerentes financeiros, com vistas a fortalecer sua hegemonia e expandi-la globalmente. Nessa proposição já está contido o núcleo do argumento que explica a crise – ela resulta da contradição entre a demanda por altas remunerações, a financeirização e a globalização, por um lado, e, por outro, a lenta acumulação capitalista nos EUA, o déficit comercial e o endividamento. As duas famílias de determinantes são necessárias ao neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana, e o seu encontro conduz à crise. A mesma proposição apresenta o leitmotiv da obra: é preciso conhecer a formação, o clímax e a crise do neoliberalismo à luz das configurações das classes sociais que lhe é subjacente. São documentados especialmente o aumento do consumo das famílias, a queda das suas poupanças, e o aumento do endividamento com hipotecas no total da dívida das famílias. A dívida das famílias e a dívida do governo. Todas essas curvas indicam valores em percentuais do PIB, entre 1952 e 2009. Duménil e Lévy especulam quanto a um capitalismo gerencial no médio prazo: um compromisso sem precedentes históricos entre gerentes e capitalistas, capitaneado pelos primeiros contra as classes populares. *PARREIRAS, Pedro. A crise do Neoliberalismo. The Crisis of neoliberalismo. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas. Conjuntura Internacional • Belo Horizonte v. 12, n. 2, p. 144 - 147, 20 sem. 2015.* *SOUZA, Lucas Massimo T. A. de. Resenha de: DUMÉNIL, Gerard, LÉVY, Dominique. The Crisis of*

na Alemanha Ocidental pós 1945, desenvolvida por uma *intelligentsia* ligada a Universidade de Freiburg, tais como: Alexander Rüstow, Walter Eucken, Leonhard Miksch, Franz Bohm e Wilhelm Ropke. Essa nova postura da economia política liberal, deu origem a uma expressão em alemão *ordoliberalismo*²⁰⁹, sendo uma manifestação de um novo tipo de liberalismo, que assume uma formação histórica depois da 2 Guerra Mundial, já avaliado como novo sistema de pensamento, portanto neoliberal também no seu conteúdo. Na Alemanha Ocidental essa postura foi uma alternativa capitalista, um afastamento da economia política tanto nazista como soviética de produção. Entretanto do ponto de vista global o neoliberalismo assume também um caráter imperialista, próprio do seu conteúdo de exploração e dominação capitalista(DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

Capítulo 1 deteve por objetivo pensar qual a dimensão global que o neoliberalismo foi se manifestando enquanto interesse de uma certa hegemonia de classe burguesa no poder. No caso da Europa o sistema neoliberal de pensamento da Alemanha Ocidental teve seu desdobramento, tanto na Áustria como também nos E.U. A no século XX. Vale ressaltar que essa hegemonia da nova ordem liberal burguesa da economia política teve a participação direta dos neoliberais alemães. Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste mesmo período, F. Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre esses participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. (SANDRONI,pg591.2008).

Fundada a Sociedade do Mont Pèlerin; na Suíça, como um conjunto de políticas, práticas e instituições inspiradas e/ou validadas por essas ideias; como uma ofensiva de classe liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo

Neoliberalism. Massachusetts: Harvard University Press, 2011, 391p. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Unesp, n.34, 2012, p.195-197.

²⁰⁹ Recomendamos o artigo de Rieter Heinz e Schmolz Mattias: “The ideas of German Ordoliberalism 1938-45: pointing the way to a new economic order”, in *The European Journal of the History of Economic Thought*, 1:1 Autum, 1993; e é muito completo o livro de Nicholls, Anthony James, *Freedom with Responsibility: the Social Market Economy in Germany, 1918-1963*, Oxford: Oxford University Press, 1994. Disponível: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10427719300000064>.

contemporâneo ou um sistema de acumulação e exploração dependente. O neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não-intervenção, exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gerencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território, em cada espaço específico, acarretando a subalternização diante do grande capital imperialista (BATISTA, 1994).

O *neoliberalismo* estruturou-se no final da década de 1940 na Europa enquanto sistema de pensamento, por meio também dos intelectuais norte americanos: Walter Lippman, dos franceses: Jacques Rueff, Maurice Allais, L. Baudian. Tendo como referência a Escola Liberal Clássica de economia, os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja a mola –mestra é o mecanismo dos preços, detém consenso em relação a forma monetarista que o neoliberalismo assume. Portanto enquanto sistema de pensamento o neoliberalismo detém suas experiências específicas e geográficas. O governo de Margaret Thatcher em 1979 na Inglaterra é considerado como marco também da experiência europeia da nova ordem mundial. Em 1980 chega ao poder, R. Reagan nos E.U.A, Helmut Kohl na Alemanha, e no mesmo ano Poul Schluter na Dinamarca, 1982. A nova ordem mundial vai se globalizando, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser direcionados para as empresas multinacionais, ou seja, a era do capitalismo internacional. Podemos falar então em neoliberalismo na Alemanha por volta de 1948 há 1982 depois do processo de reunificação, neoliberalismo latino americano em 1973 e suas variantes, neoliberalismo austríaco na década de 1950, o neoliberalismo inglês de 1979, neoliberalismo norte americano dos anos 1980, o neoliberalismo dinamarquês de 1982, neoliberalismo brasileiro da década de 1990 até 2002.(ANDERSON, 1998, p. 09 e 10).

Do ponto de vista da dimensão filosófica que o neoliberalismo assume no século XX, se desenvolve o neopositivismo²¹⁰ como epistemologia, como forma de pensamento ideológico, uma possibilidade de explicação de neutralização do Estado diante da sua relação econômica e política com a sociedade civil. Trata-se de um longo debate que se opunha uma *intelligentsia* marxistas, neoliberais neopositivistas, e vertes analíticas da filosofia ocidental. Ora o neoliberalismo é um tipo de *neopositivismo* de Estado, porque busca no plano teórico eliminar o caráter de classe hegemônica, do jogo de interesses antagônicos, é uma filosofia da miséria

²¹⁰ Positivismo lógico, um dos movimentos mais importantes do pensamento filosófico analítico, conhecido também por «neopositivismo» e por «empirismo lógico». Tendo surgido nos anos vinte com o Círculo de Viena, o positivismo lógico manteve uma vasta influência durante cerca de trinta anos da década de 1930. Os elementos deste movimento, unidos por uma postura radicalmente empirista e anti-metafísica (apresentada como a «concepção científica do mundo»), procuraram revolucionar a filosofia através do uso dos recursos da lógica simbólica na análise da linguagem científica. (*Enciclopédia de termos lógicos e filosóficos*, USP). Disponível: <http://stoa.usp.br/daros/files/2856/16612/PositivismoLogico-CirculoViena.pdf>

no âmbito do capitalismo dependente e global, por que não acredita no fim da lei do valor capitalista . O neoliberalismo se configura como uma crítica da ciência, uma filosofia da ciência em oposição a ciências sociais e a história enquanto ciência. A *intelligentsia* detém consenso no que tange essa postura diante da realidade. Liderado por Moritz Schlick, o Círculo de Viena funcionou inicialmente como um simples grupo de discussão animado pela presença de diversos filósofos e cientistas. Rudolf Carnap e Otto Neurath foram, a par de Schlick, os filósofos do Círculo que mais se destacaram. A partir de 1929, o Círculo estruturou-se com o objetivo de tornar o positivismo lógico um movimento filosófico verdadeiramente internacional. O Círculo de Viena, enquanto movimento cultural deixou marcas profundas e indelévels no pensamento ocidental. Tanto Popper, quanto Kuhn, Lakatos e Feyerabend foram, dentre os principais pensadores do século XX, de uma maneira ou de outra, fortemente influenciados pelos temas ali tratados. Até meados dos anos 30, a filosofia do Círculo de Viena exerceu uma profunda influência na cena cultural europeia. Mas, com a ascensão do nazismo e a consequente mudança para os Estados Unidos, de Carnap e outros membros, aliada às mortes de Hahn, Schlick e Neurath, bem como uma série de contradições internas, o movimento começou a se dispersar, mas suas teses, até hoje, são discutidas. Esta concepção da filosofia da ciência, uma combinação de um formalismo extremado com um empirismo radical, não demoraria a ser contestada e seu projeto colocado em questão por diversos pensadores, entre eles Karl Popper.

O terceiro estágio constitui os desenvolvimentos posteriores da filosofia analítica, que vai desde os anos 1950 há nossos dias. A tendência mais importante dela é dos neo-analistas da chamada escola de Oxford, que conectam com Moore e o segundo Wittgenstein e, rejeitando a análise reducionista da linguagem do positivismo lógico, retornam a dar validade a linguagem comum com seus diferentes usos para denotar valores da realidade. É uma tendência menos dogmática e mais aberta a problemas filosóficos e inclusive metafísicos. Esta corrente floresce também na América junto com os positivistas lógicos((MARTINS; VALENCIA, [s.d.]) CARDOSO, p58,2015). Levando em conta a falta de unidade entre os comentadores, pode-se dizer que Ernst Mach, Moritz Schlick, Ludwig Wittgeinstein, Rudolf Carnap, Hans Reichenbach e Karl Popper são filósofos neo-positivistas. O Neoliberalismo é, portanto um neopositivismo de Estado, o que racionaliza alguns pressupostos sobre a miséria e manipula abstratamente esse conceito, sem colocar uma alternativa diante da realidade, isso não é uma preocupação da “ escola do pensamento liberal “, oriunda de um contexto da ascensão do nazismo dos anos 1930 , ao colapso soviético da década de 1980 . Na América os *chicago boys* foram expressão dessa *intelligentsia*, que acreditou no livre mercado e no sistema capitalista de

produção, confundido com o conceito de liberdade. Ora o neopositivismo foi uma oposição radical o marxismo durante a guerra fria.

Do ponto de vista da passagem histórica da formação do neoliberalismo da Europa para a América Latina, detém como primeira experiência a vertente fascista desse modelo. A ditadura de August Pinochet no Chile, implementada mediante um golpe de Estado em 1973, é considerada o berço do neoliberalismo latino americano. Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "*Consenso de Washington*". As equivocadas políticas nacionalistas que adotavam os países latino americanos e às formas autoritárias de governo que praticavam, residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras. Contribuiria para a pronta aceitação do diagnóstico e da proposta neoliberal - dessa visão economicista dos problemas latino-americanos - a existência de um grande número de economistas e cientistas políticos formados em universidades norte-americanas, de Chicago e Harvard, onde passara a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos. Alguns desses economistas seriam chamados a ocupar posições de comando em seus países de origem, do que são exemplos Salinas de Gortari no México e Domingo Cavallo na Argentina. Fato notório de que dois dos mais celebrados exemplos de reforma neoliberal na área, Chile e México, se realizaram mediante regimes fortes. A autodenominada "modernização pelo mercado". Caberia, assim, aos investidores americanos e europeus, e não aos empresários nacionais, assumir a defesa da indústria instalada no país através da política, eis a onda neoliberal, "mínimo de governo e máximo de iniciativa". (PETRY; ALEGRE, 2006).

A privatização se presta diretamente ao propósito de enfraquecimento do Estado, quando se aplica aos monopólios em áreas estratégicas da economia, através dos quais o governo não apenas assegura o suprimento de insumos básicos como energia e telecomunicações mas também faz política industrial, por intermédio das compras governamentais. A crítica à pouca eficiência dos monopólios estatais não leva em consideração que a gestão dessas empresas foi sacrificada, em grande parte, pela contenção dos preços públicos em função de um equivocado combate à inflação que se acabou refletindo no

desequilíbrio do próprio orçamento do governo. É bem possível que na luta contra as grandes empresas estatais que atuam na área de monopólio possa também estarem jogo, na múltipla motivação neoliberal um propósito de desarticulação da máquina estatal na área da administração indireta, ainda preservada da desmontagem que já se operou na administração pública direta. É demasiado importante apontar que a formação do Consenso de Washington 1989 , é central para entender América Latina e o Brasil no contexto do capitalismo dependente global.(UNIDOS et al., 1990)(SANTOS , pg 127,1991).

O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatizações de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. O anticomunismo fez parte do cenário da guerra fria na América Latina, devido também a influência política internacional da Revolução Cubana de 1959. É importante frisar que logo após o golpe militar, se inicia o processo de perseguição a oposição de esquerda. A Unidade Popular, da qual faziam parte o Partido Socialista (PS), Comunista (PC), Radical (PR), a Social Democrata (PSD) , a Ação Popular Independente (API), o Movimento da Ação Popular Unificado (MAPU), e o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) . O mais interessante é que mesmo após o fim do fascismo chileno em 1990, os crimes e violações dos direitos humanos foram arquivados, além do desaparecidos inocentes e crimes políticos cometidos, a família de Pinochet não pagou pelos crimes . A alta ala da hierarquia burguesa chilena, a qual manteve a hegemonia na década de 1970-80, não sofreu condenação. Vale ressaltar que Pinochet foi uma das lideranças na América Latina do Plano Condor, uma terrível aliança com outros governos autoritários na América Latina na caça aos inimigos comuns (comunistas). (ALMEIDA , 2017).

A abertura da econômica chilena ao capital internacional , aderindo ao país ao neoliberalismo com privatizações , afastando do Estado a responsabilidade em áreas como educação , saúde e previdência social , na Ditadura de Pinochet , foram feitas políticas que favoreceram o capital monopólico em detrimento aos empresários locais , acentuando uma recessão econômica , com drástica redução tanto de consumo como de produção industrial , causando ainda quebra de empresas de capital nacional e um aumento no índice de desemprego (MACHADO,2014) ‘. A DINA possuía um forte vínculo com a CIA- responsável pelo treinamento de muitos de seus membros e por uma grande suporte financeiro -, com a Coréia do Sul , Irã , Alemanha e Israel. Nesse sentido o processo de privatizações no Chile durante os 17 anos de ditadura militar foi recebido com resistência pelo povo nas ruas. Mais de 750 empresas foram à bancarrota entre 1981 e 1983. O desemprego atingiu índices inéditos na

história do país. Em 1983 31% da população chilena não possuía trabalho. O índice de produção física fabril decresceu em mais de 23%. A formação bruta de capital fixo, por sua vez, caiu pela metade. O “ modelo” fez a desindustrialização doméstica atingir seu pico. Mesmo com toda essa depressão econômica, técnicos e burocratas do governo ainda afirmavam que a crise vigente não poderia ser creditada ao modelo de liberalização implementado no país. A persistência na manutenção do modelo neoliberal aprofundou ainda mais a recessão interna. Falência fabris não paravam de suceder, inúmeros bancos fecharam nesses mesmo período, fizeram aumentar o número de desempregados. Em 1982 surgiram nos bairros populares urbanos diversas jornadas de protestos. Barricadas foram levantadas. Os choques com as forças repressivas do regime tornaram-se todos os dias mais frequentes. É necessário frisar que os preceitos da Escola de Chicago foram ali sendo aplicados pelo fascismo da direita chilena. A experiência histórica dos anos de 1981 foi à radicalização do neoliberalismo. Foi o momento que as privatizações ganharam destaque no país.

Conforme detalhado pela jornalista chilena María Olivia Mönckeberg, Prêmio Nacional de Jornalismo e diretora do Instituto de Comunicação e Imagem da Universidade do Chile, em seu livro : *O saque de grupos econômicos para o Estado do Chile*, entre 1985 e 1990 foram privatizadas incluindo o empresa Nacional de Electricidad (Endesa), a empresa Aço do Pacífico (CAP), da Indústria Açucareira Nacional (IANSA), empresa Nacional de Telecomunicaciones (Entel), o (Lan Chile) linha aérea nacional, Laboratorios Chile e Chemical Society y Minera de Chile (Soquimich), que foi realizada por Julio Ponce Lerou, bilionário burguês , apoiador da ditadura no Chile . O governo Pinochet foi marcado, portanto pela primeira experiência neoliberal na América Latina, principalmente vinculada aos tecnocratas ou *intelligentsia* burguesa da Universidade de Chicago, a Administração para a Cooperação Internacional e Pontifícia Universidade Católica do Chile, ligados ao economista norte americano Milton Fridman. (LOUREIRO, 2006).

A implementação do ajuste estrutural neoliberal iniciou-se na Bolívia em 1985, sob o governo Victor Paz Estenssoro, primeiro governo democrático depois de pouco mais de 20 anos de ditadura, transição dual, ou seja, transformação econômica no sentido da liberalização, com transformação política no sentido da abertura política. Durante o governo de Victor Paz houve o lançamento do pacote de ajuste estrutural denominada de Nova Política Econômica (NPE), instituída através do Decreto Supremo número 21.060 da Presidência da República, pacote econômico ligado ao FMI e E.UA. No início, a NPE enfrentou uma encarniçada resistência do movimento sindical, que organizou greves e manifestações. Estenssoro reagiu com uma repressão implacável. O Estado de sítio foi decretado e forças militares foram enviadas para

dissolver uma marcha de mineiros a caminho de La Paz. Mais de cem sindicalistas foram punidos com o “exílio interno” em uma remota região amazônica. Mas o golpe mais devastador contra o movimento popular foi o fechamento das minas de estanho onde se concentrava o sindicalismo mineiro, a espinha dorsal da COB. A aplicação das políticas neoliberais se radicalizou no primeiro mandato do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), um empresário que ingressou na política em 1985 como ministro da Fazenda de seu antecessor, Estenssoro. Conhecido pelo apelido de Goni, Sánchez de Lozada passou a infância e a adolescência nos Estados Unidos, o que o leva a falar espanhol com um típico sotaque gringo. Partidário fervoroso das privatizações, defendeu durante a campanha presidencial a venda das seis maiores empresas estatais, entre as quais a YPFB (dona das reservas de petróleo e gás), a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (Entel), as geradoras de eletricidade, as estradas de ferro e o Lloyd Aéreo Boliviano. Essas empresas – que Goni efetivamente privatizou – representavam, na ocasião, 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e respondiam por 60% da arrecadação fiscal.

No novo ciclo de lutas populares, dois atores coletivos foram fundamentais: os *cocaleros* do Vale do Chapare, no departamento de Cochabamba, e os *aimarás* do Altiplano, nos Andes. A coca é uma planta de uso milenar entre os indígenas bolivianos, que mascam as suas folhas como um meio de enfrentar a fome e o frio. Dentre as políticas contidas no plano de ajuste neoliberal vale a pena destacar dois aspectos que foram de grande impacto para as classes populares na Bolívia. O primeiro deles foi o processo de privatização da mais importante empresa estatal de mineração, a COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia), antecipado por uma política de saneamento da empresa que levou ao fechamento de boa parte de suas minas e à demissão de mais de 27 mil mineiros. O segundo aspecto da NPE de grande impacto para os movimentos sociais é o fato de esta política ter possibilitado a flexibilização das relações de trabalho no país, permitindo a consecução de contratos de trabalho temporários e a terceirização de serviços. Em 2000, a tentativa por parte do governo de Hugo Banzer (1997-2001) de privatizar os serviços de fornecimento de água impulsionou a emergência de uma série de protestos, que levaram à crise do sistema partidário e do consenso neoliberal no país. Articulação de diferentes movimentos sociais foi feita a partir de uma “recomposição identitária”, com base no questionamento do projeto “modernizador” das classes dominantes – que tinha como porta-voz o então ex-futuro presidente Gonzalo Sánchez de Lozada – e na recuperação da “capacidade de autocompreensão e autogoverno que fazem parte da reserva simbólica do movimento popular boliviano”. A privatização do setor possibilitou a entrada massiva de investimentos estrangeiros (saltando de 17% em 1982 para 70% em 2000),

transformando a Bolívia em uma das economias mais internacionalizadas da América Latina (BATISTA, pg220,2016).

No caso do México o projeto neoliberal se inicia no ano de 1988 até 1994 com o governo de Carlos Salinas de Gortari (PRI) . O processo de internacionalização da economia, de caráter também dependente, trouxe o discurso de modernização , privatizando as industriais consideradas atrasadas tecnologicamente no campo da competição de livre mercado , o que acarretou um processo de desindustrialização da economia mexicana . Além do mais o peso (moeda) perdia seu valor monetário frente ao imperialismo do dólar norte americano . Vale ressaltar que Gortari (PRI) , também esteve envolvido com narcotráfico , portanto em relação com o crime organizado da década de 1990. O novo presidente Ernersto Zedillo , que tomou posse em 01 de dezembro de 1994 continuou com a agenda neoliberal . A economia mexicana fez inúmeros empréstimos aos E.U.A , como forma de controlar o fluxo de sai de capitais e descompasso da moeda . Esse caráter de ‘ ajuda financeira’ foi mais uma estratégia dos tecnocratas de manter a ordem de superexploração trabalho no México. Em 1982 existiam no México 1058 empresas para estatais, em 1990 restavam 549, em 1996 apenas 239, mediante liquidação, fusão ou venda . Além de US\$ 1,6 bilhão recebido das primeiras e pequenas reprivatizações ao longo da década de 1990, o governo tinha em meados de 1991 , acumulado US\$ 8,4 bilhões, dos quais as maiores contribuições resultaram da venda da TELMEX . E do Banco Nacional do México (BANAMEX). “Todos os bancos comerciais e outras entidades menores foram posteriormente reprivatizados por US\$ 8 bilhões, incluindo o complexo siderúrgico, SICARTSA, e a companhia de fertilizantes” . O ano de 1994 traria muitas surpresas para o México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLA), levanta-se em armas contra o governo de Salinas de Gortari em 01 de Janeiro de 1994, o que obriga o governo a deslocar o exército mexicano para uma guerra contra os miseráveis de Chiapas. (BOITO JR., 2007).

A miséria e a repressão agravaram-se na região, o que influenciou na aproximação dos indígenas com os zapatistas. As "*fanulias*": *tzeltal, tzotzil, chol e tojolabal*- etnias de origem maia que aderiram à ideia da guerrilha - convencidas pelo grupo de mediações indígena, começaram a enviar" seus filhos jovens para a montanha com o intuito de fazer deles guerrilheiros. Neste momento os indígenas começaram a constituir a maioria de contingentes no interior do EZLN. De tal forma que os indivíduos do grupo político-militar de origem urbana foram obrigados a aprender a língua e a simbologia das comunidades. De fato, ficou registrado como características do movimento o projeto ele declarar guerra à NAFTA. Porém, o movimento zapatista não é simplesmente um levante armado contra o Acordo de Livre

Comércio e a ideologia neoliberal. Mas grosso modo é desta forma que o movimento ficou conhecido e, ainda em nossos dias, esta é a principal característica apontada pela imprensa e por alguns intelectuais ao se referirem ao movimento.((ROJAS, 2010).

Na Argentina a agenda neoliberal se inicia em 1989. Menem (Partido Justicialista) , programou reformas baseadas no neoliberalismo e obteve suporte técnico e financeiro das instituições financeiras internacionais e dos Estados Unidos. O Banco Mundial e o FMI incentivaram essas iniciativas contestando a intervenção estatal na economia e os subsídios dados a setores específicos. As medidas de Menem deixaram a economia argentina suscetível às oscilações internacionais e desequilibraram a estrutura social e econômica do país, que entrou em recessão. Ora é interessante ressaltar que o neoliberalismo do governo de Carlos Menem foi acusado de várias irregularidades, inclusive vinculando o ex presidente ao contrabando de armas da década de 1990 . Segundo a BBC “ Menem e seu então ministro da Economia, Domingo Cavallo, representavam o "neoliberalismo puro”, que incluiu privatizações de diferentes setores da economia argentina.” A indústria nacional se comportou de maneira heterogênea. Enquanto as grandes indústrias dos setores automobilísticos, farmacêuticos e agroindustrial se beneficiaram com a ampla absorção de seus produtos no mercado externo, as indústrias dos setores têxtil, de bens de capital e metal-mecânicas foram prejudicadas devido ao preço mais baixo dos produtos importados. As pequenas e médias empresas faliram ao não receber incentivos e financiamentos do governo, causando a desestruturação da malha industrial argentina.

Neste cenário, assumiu Fernando De la Rúa, da aliança entre a União Cívica Radical com a Frente País Solidário, em 1999. De la Rúa manteve as principais medidas liberalizantes de Menem e a crise foi se agravando. A crise econômica e social do país causou uma crise política sem precedentes na história recente da Argentina. Fernando De la Rúa renuncia (1999-2001), e, por fim, a assembléia escolhe Eduardo Duhalde(2002-2003), do Partido Justicialista, como presidente, até a realização de novas eleições. Durante este processo, é decretada a moratória da dívida argentina e o fim da paridade entre o dólar e o peso. Na Argentina, cabe ao poder executiva uma extensa gama de atribuições, que foram ampliadas durante o governo Menem, quando, além de possuir uma grande maioria parlamentar, somado à desarticulação da oposição, o poder executivo avançou sobre o poder legislativo, através dos mecanismos de decretos e vetos, e sobre o poder judiciário, através do aumento do número de juízes favoráveis às decisões de Menem.

Posto em prática por Menem foi a privatização das empresas estatais. A primeira a sofrer com este processo foi a Entel, responsável pelo sistema de telecomunicações, uma das atividades de ponta na revolução tecnológica contemporânea. Na mesma época ainda foram vendidas as Aerolíneas Argentinas, várias empresas petroquímicas, além de diversos canais de televisão. “Em pouco mais de um ano, sob condições parecidas, a rede viária, os canais de televisão, boa parte das ferrovias e as áreas petrolíferas tinham sido privatizados. Entre 1990 e 1992 o Estado argentino vendeu 22 empresas, deu concessão a 19 serviços e fez 86 contrato petroleiros em regime pactual, o governo se desvinculou de atividades como telecomunicação, estradas de ferro, serviços de gás e água.

A venda das empresas estatais continuou, sendo que nas privatizações das empresas de eletricidade, água e gás, foram garantidos mecanismos de controle, concorrência e venda de ações a particulares. Responsável pelo petróleo argentino, a YPF, foi privatizada, mas com o Estado controlando parte das ações. Muito embora as privatizações de empresas e bancos estatais e governamentais causassem desemprego. Em 1996, uma nova série de privatizações, que fosse declarada emergência provisória, o que afetava diretamente as remessas de dinheiro da união para as províncias, continuava a privatizar as centrais nucleares e os correios. A crise de 1998 foi mais profunda que a de 1995. O aumento dos juros da dívida, o encolhimento das fontes de crédito, a baixa nos preços das *commodities* e a recessão compunham o cenário enfrentado pelo governo Menem, que passou a receber uma oposição cada vez mais organizada. A estatal YPF teve parte de suas ações vendidas para a espanhola REPSOL. A indústria automotiva, controlada pelas empresas Autolatina, Ciadea e Sevel, passaram a contar com investimentos provenientes das transnacionais e dos conglomerados estrangeiros (Peugeot, Citroen, Volkswagen, Fiat, Ford e Renault). Outras firmas, contudo, cederam sua propriedade para grupos estrangeiros, como a Astra, Bagley, Canale e Indupa. Os grandes problemas destas medidas neoliberais na economia foram os fechamentos de diversas indústrias que não conseguiram concorrer com os produtos importados e o aumento do desemprego. Toda a malha industrial argentina foi afetada pela abertura. Da qualificação de funcionários à oferta de empregos, do fornecimento de matérias básicas ao produto final, todas as operações mais básicas da indústria tiveram que se adaptar a este novo contexto, marcado pela concorrência com os bens importados.

O governo De La Rúa, mantivera a abertura econômica, a dolarização e o neoliberalismo como suas principais diretrizes. Para que fosse aprovada a Lei de Flexibilização Trabalhista levou à renúncia do vice-presidente em outubro de 2000, causando uma crise política momentânea. Os dois primeiros anos do governo De La Rúa foram marcados pelas

inúmeras tentativas mal sucedidas de tentar contornar a crise econômica que se instalou desde o governo Menem. Em dezembro de 2001, ocorreu uma greve geral. O presidente declarou Estado de Sítio, na tentativa de controlar a situação, mas provocou uma espontânea manifestação popular na Praça de Maio . Os famosos painéis ocorrendo em frente à Casa Rosada . Entre 1999 e 2002, durante os governos De La Rúa e Duhalde destacam-se três pontos fundamentais sobre a indústria argentina. O primeiro deles é a declinação da atividade fabril, que se inicia em 1998 e permanece até 2002. O segundo elemento se vincula com a sistemática e contínua redução do emprego no setor industrial. A trajetória da indústria argentina entre 1999 e 2002 se manteve a mesma da década de 1990. Desde o regime militar da década de 1970, o modelo de substituição de importação foi trocado por um processo de desindustrialização e de desmantelamento da rede industrial. (VIANINI,p91, 2012).

Na Venezuela, com Andrés Pérez e Rafael Caldera o neoliberalismo é implementado de forma violenta , de 1989 até 1998 , esse processo continuou de forma autoritária , sendo Caracas , palco da luta de classes . Vale ressaltar que a Venezuela também obedeceu ao programa capitalista global dependente do Consenso de Washington. E abertura econômica do país resultou na crise do petróleo desse período, o que acirrou os conflitos de classes . Em 2 de fevereiro de 1989 após assumir a presidência da República , o “ pacote econômico ” foi recebido por resistências e manifestações contra o partido hegemônico burguês . O “ Caracaço ” foi uma revolta popular ocorrida entre os dias de 27 e 28 de fevereiro de 1989, apenas três semanas ao assumir o governo , os protestos contra o aumento do preço do transporte público, após um aumento do preço da gasolina, durante o levante cerca de 300 pessoas foram assassinadas pela repressão das forças militares, usadas para controlar a ordem pública “. O povo pobre de Caracas, que não entendia porque um país que era grande produtor de petróleo aumentava o preço dos combustíveis, desceu os morros saqueando e destruindo tudo o que se encontrava. Pérez deu início a privatização nos anos de 1991 , da companhia nacional de telefone (Cantv), e o sistema de linhas aérea (Viasa) . No período 1989/99, as privatizações e concessões somaram o total de US\$ 6,2 bilhões (cerca de 6% do PIB de 1999), parte dele amortizando a dívida pública externa. Em 1996 é criada uma nova lei de privatizações, estas são realizadas por vários órgãos do setor petróleo, pela própria estatal PDVSA; as financeiras e de seguros, pelo Fundo de Garantia de Depósito , pertencentes a governos estaduais, as vinculadas ao FIV (Fondo de Inversiones de Venezuela), por esta instituição, abrangendo principalmente os setores de indústria pesada. interessante ressaltar que o neoliberalismo implementado em 1989 na Venezuela , foi se radicalizando até o ano de 1998 , quando houve a eleição de Hugo Chávez , a maior oposição da esquerda armada no país aos acordos do capitalismo internacional. (MOURA , pg74,2013).

O Peru detém o início da sua agenda neoliberal extremada e autoritária com o presidente nipo-peruano Alberto Fujimori de 1990-2000 . O neoliberalismo como projeto hegemônico de classe teve sua continuidade com os governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e de Alan García Pérez (que, entre 2006 e 2011, governaria novamente o Peru), cobrindo um período de mais de duas décadas, é que se erigiu, em bases concretas, o neoliberalismo no país. A taxa de desemprego encontrava-se em níveis recordes, bem como a dívida externa do país que, em setembro de 1989, era de quase US\$ 18 bilhões. Além disso, “aos problemas econômicos se somavam os problemas sociais, a corrupção, o desprestígio dos partidos políticos, além da ação do grupo Sendero Luminoso. No primeiro governo (1990-1995), foram vendidas, entre outras, as seguintes empresas estatais: Empresa Minera de Hierro Perú; Petromar; Compañía Peruana de Teléfonos ENTEL (vendida em 1994 pela Telefonica Espanha por US\$ 1,39 bilhões); Cements Lima; Empresa de Distribución Eléctrica del Norte (Edelnor); Empresa de Distribución del Sur (Edelsur); Empresa Minera Especial Tintaya; Refinería de Zinc Cajamarquilla e o Banco Continental (vendido em 1995 para o BBVA - Grupo Brescia); e a Edegal. No total, durante o regime fujimorista, foram vendidas parcial ou totalmente 187 empresas públicas por um total de aproximadamente US\$ 7,54 bilhões (BRANDÃO, 2017).

Em 1991, a dívida externa peruana era de US\$ 24 bilhões e, apesar do pagamento de serviços anuais de US\$ 1,3 bilhões, em 1996, a dívida havia ascendido para US\$ 33 bilhões. Em 1997, depois de uma transferência considerável de parte dos recursos oriundos das vendas das empresas estatais para o pagamento da dívida, esta diferença “diminuiu” para US\$ 28,5 bilhões . O segundo período do regime fujimorista tem o seu início com o golpe de Estado dado pelo próprio Fujimori, em cinco de abril de 1992 e pelo aumento das prerrogativas militares por parte do presidente. O chamado “auto-golpe” – movimento apoiado pelas Forças Armadas peruanas que ocuparam edifícios públicos – redundou no fechamento do Congresso Nacional e a suspensão dos direitos constitucionais, instaurando um governo provisório. Durante seu segundo mandato (1995-2000), Alberto Fujimori deu prosseguimento ao processo de privatizações e de desmonte do aparelho produtivo do Estado, vendendo novas empresas públicas dos setores de eletricidade, telefonia, metalurgia e mineração, entre elas: Sider Perú S.A.; Petro-Perú Refinería La Pampilla (comprada, em 1996, pelo consórcio formado pelas multinacionais Repsol, YPF e Mobil); Acciones Telefónica del Perú SAT Minorista Local; Acciones Telefónica del Perú SAT Internacional; Empresa Metalúrgica de la Oroya e a Empresa Minera Mahr Túnel. É interessante ressaltar que o neoliberalismo no Peru foi implementado de forma autoritária , a historiografia chama essa experiência de 1992 de autogolpe , com o presidente da república tendo apoio das forças armadas , o que se consolidou

como uma ditadura civil militar neoliberal , uma forma de fascismo peruano , pois os direitos humanos foram violados , com o abuso do poder executivo fechou o Congresso e a Suprema Corte, e como exemplo decretou o massacre nas regiões de Barrios Altos e la Cantua , a resistência foi massacrada .

A terceira fase do regime fujimorista teve início em agosto de 1996, com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica, que regulamentou o artigo 122 da Constituição de 1993, permitindo a reeleição de Fujimori. Nesse período ocorreu a invasão da embaixada japonesa pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru, fazendo mais de 500 pessoas reféns. . No país que governou por uma década, Fujimori foi levado a julgamento por corrupção, enriquecimento ilícito, evasão de divisas, abuso dos direitos humanos, sequestro e genocídio.

Nas eleições nacionais de 1989 no Uruguai , o projeto neoliberal , a qual o Partido Nacional (branco) de Luis Alberto Lacalle tornou-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto depois do fim da ditadura civil militar no país .O governo que implementou as reformas neoliberais no país , também esteve vinculado ao projeto internacional do Consenso de Washington. O governo de Lacalle promoveu um modelo econômico neoliberal que tentou privatizar algumas agências estatais. Também aumentou impostos, reduziu despesas, paralisou obras públicas e transferiu alguns bancos nacionais para mãos privadas. Em 1992, uma intensa campanha social terminou em um plebiscito; a maior parte da sociedade era contra as privatizações de entidades estatais. Apesar do resultado, Pluna (banco) e vários outros bancos estaduais foram associados ao capital privado , além de algumas manobras políticas do governo serem denunciadas como fraudulentas. A ANTEL continuou sendo o Estado, mas depois - por razões de tecnologia ou graças a brechas legais - abriu o campo para a concorrência em telefones celulares, longa distância e outros. Pluna poderia ser privatizada, Industrias Loberas e Pesqueras del Estado(ILPE) foi liquidada, os serviços de energia foram abertos a empresas privadas, a empresa de gás foi vendida e, em seguida, o porto foi aberto, entre outros. Essa lei, de certa forma, abriu um caminho que outros governos continuaram. A nível nacional, este foi o primeiro referendo de sucesso na história do país. Além disto, reformas tributárias e a intensificação da ausência do Estado a partir de cortes e de investimentos público foram observados. O governo de Luis Alberto Lacalle começou com um ajuste fiscal brutal, ou seja, com um choque econômico que reduziu o poder de compra da população, com o qual ele respondeu à situação fiscal desastrosa que herdou de Julio María Sanguinetti. A democracia no Uruguai , se iniciava com um projeto econômico e político nada nacionalista e dependente do imperialismo norte americano . O que é interessante dessa experiência , é que o referendo da

população contra a hegemonia burguesa neoliberal surgiu também efeito no país , como anti-projeto , na luta de classes , porém a agenda não havia sido totalmente transformada .

Em 10 anos foram vendidos 6,2 milhões de hectares (ha), sendo 96% da terra vendida por uruguaio para empresas transnacionais, enquanto apenas 10 mil ha foram vendidos com objetivo de fixação da agricultura e pecuária familiar. O governo do Dr. Luis Alberto Lacalle Herrera foi fiel às suas convicções ideológicas, autoritárias, oligárquicas, neoliberais, antiestatistas, agrárias, desindustrializantes e muito coerentes com a total ausência de interesse das classes média e baixa, dos estudantes, dos empregados, dos médios e pequenos comerciantes e empreendedores, e por trabalhadores e aposentados, e muito focado na abertura indiscriminada ao capital estrangeiro. O que freio o neoliberalismo no país foi a implementação do plebiscito pelo povo como anti-projeto. Vale ressaltar que no caso da experiência neoliberal do Uruguai foi registrada uma versão menos avassaladora se comparada com as experiências argentina, chilena e brasileira, devido ao fato de que a reforma do Estado uruguaio, impulsionada pelos partidos tradicionais, no início dos anos 1990 (sob o governo de Luis Alberto Lacalle, Partido Nacional), conseguiu ser parcialmente detida pelo *Plebiscito de 1992*, contra a chamada Lei de Empresas Públicas (que buscava impor o processo de privatização). Os resultados socialmente catastróficos do neoliberalismo na Europa e nos Estados Unidos, no entanto, não impediram que, no início da década de noventa, a América Latina experimentasse o nascimento de toda uma geração de governos neoliberais: Carlos Menem, Fujimori, Fernando Collor de Melo, Luís Alberto Lacalle, Gonzalo Sanchez de Losada e Carlos Salinas de Gortari (COMBLIN, 1999). O inimigo neoliberal na América Latina, no entanto, era o modelo industrializante do Conselho Econômico de Políticas para a América Latina e Caribe (CEPAL), iniciado pela redução do comércio internacional em virtude da Segunda Guerra Mundial e adotada de forma definitiva em meados da década de 1950.(WAGNER; PEREIRA DA SILVA, 2013) .

CONCLUSÃO

Os sujeitos e instituições envolvidos nesse trabalho são analisados dentro de uma perspectiva histórica e totalizante , envolvendo interesses antagônicos de classe , portanto em contradição . Do ponto de vista documental ao longo do trabalho, foram utilizados fontes diversas , incluindo : *Relatórios : Atividades do BNDS. Jornais: Folha de São Paulo , Estadão , El Clarin , El País , Uol online, Inverta , Carta Capital , Causa Operária , Le Monde Diplomatique , Folha de Londrina, do País, Opera Mundi, O Globo, Ciper Chile, A Nova*

Democracia, El financiero, Todos os Brasís, El Observador , Caras e Caretas, Herzlichen-Glueckwunsch-Neoliberalismus. Revistas: Gazeta Mercantil, Veja , Exame, Economia Ig. IBOP online. Radio Gauchaz. CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil 2009): Fundação Getúlio Vargas. A partir desse conjunto documental e dos outros citados ao longo do trabalho pode-se concluir que o neoliberalismo não se trata apenas de uma ideias abstrata que surge na Europa , em específico na Alemanha Ocidental pós 1945.

Por se tratar de ser uma alternativa capitalista , o neoliberalismo assumiu uma condição global de dominação e super-exprolação do trabalho ao longo do século XX , mediante sujeitos , classes sociais e instituições , em contradição . Seu caráter imperialista, tanto na forma como no seu conteúdo sofreu mudanças segundo as peculiaridades dos espaços geográficos apontados, mas deteve um consenso comum quanto ao processo de subalternização e desenvolvimento do subdesenvolvimento latino americano . Nesse processo o grande Capital seja no âmbito monopolista , financeiro , especulativo , assume uma condição global de dominação e hegemonia de classe burguesa . Essa pesquisa buscou enfatizar que o Consenso Washington , realizado nos E.U.A no ano de 1989 , foi uma medida imperativa na ordem dos mercados mundiais , o que assume uma condição interdependente , de países subdesenvolvidos vendedores de matérias primas e em condições desvantagem para as competições do sistema mundo capitalista, principalmente no âmbito tecnológico . Nesse caso o processo de privatização de várias empresas estatais , assume um caráter de dependência , de monopólio das grades multinacionais capitalistas , na qual o dólar , moeda de troca com grande valor agregado sai em benefício em economias com dívida interna e externa , aumento do desemprego , acirramento da luta de classes . Assim no caso Europeu , podemos apontar aparecimento do neoliberalismo alemão como um nova formação histórica e ideológica , e sua disseminação , na Áustria , E.U.A , França , Dinamarca .

Na sua passagem para a América Latina podemos refletir sobre as experiências do neoliberalismo assumindo sua condição imperialista , como também resultado do agravamento e desenvolvimento da Guerra Fria . Nesse período seu berço latino é iniciado em 1973 com a Ditadura de August Pinochet . Sua passagem na década de 1980 para Bolívia , Argentina , México , Venezuela , Peru , Uruguai , e por fim na década de 1990 no Brasil de Fernando Collor de Mello , Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso .

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995,
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, v. 6, p. 1–36, 1994.
- BOITO JR., A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 57–73, 2007.
- BRANDÃO, R. V. DA M. Crise do estado e reformas neoliberais na América Latina: as privatizações na Argentina e no Brasil. **XII Congresso de História Econômica**, p. 1–32, 2017.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1–19, 2007.
- MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento : reflexões para os 30 anos da teoria. **Economia**, [s.d.].
- PETRY, M. S.; ALEGRE, P. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Instituto De Filosofia E Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais a P O L Í T I C a D E C O M É R C I O E X T E R I O R B R a S I L E I R a D E 1 9 9 5 a 1 9 9 8 : a P O L Í T I C a C . 2006.
- ROJAS, P. R. Venezuela: del neoliberalismo al socialismo del siglo XXI. **Política y Cultura**, n. 34, p. 187–211, 2010.
- UNIDOS, E. et al. A América latina na encruzilhada 1 theotonio dos santos 2. v. 6, n. 2, p. 15–62, 1990.
- WAGNER, A.; PEREIRA DA SILVA, N. C. Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: duas visões sobre o capitalismo dependente. **Grupo de Estudos de Política da América Latina, Anais do V Simposio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, p. 185–200, 2013.

COMPREENSÃO DA DINÂMICA DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL: CONCEITO DE AUTONOMIA

*José Fernando Duarte*²¹¹

RESUMO: Este artigo apresenta um recorte de algumas considerações sobre a pesquisa de mestrado em História da PUC-Goiás que está em desenvolvimento, baseada no estudo

²¹¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e bolsista FAPEG-GO. Orientadora: Profa. Dra. Thaís Alves Marinho. E-mail: jfernando.psi@gmail.com

bibliográfico. Para a produção deste artigo, realizamos um breve histórico da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB), assim como as suas diretrizes, desenvolvimento e suas maneiras de atuação junto ao seu público alvo, além de verificar como o conceito de autonomia nos permite compreender a dinâmica desta Pastoral. Para tanto contaremos com estudos de autores como: Émile Durkheim (2002); Ferrater Mora (1965); Immanuel Kant (1989); Jerome Schneewind (2013); Paulo Freire (2000); Spear e Kulbok (2004); Nicola Abbagnano (1962); César Maia (2015), além de documentos elaborados pela Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e Marcos Referenciais da Pastoral da Juventude do Brasil. Buscou-se compreender como a PJB se articula em relação ao trabalho com seu público alvo, atuando com uma formação integral na busca de formá-los enquanto protagonistas de suas próprias histórias, estimulando-os a buscar autonomia, para, atuar de forma mais cidadã, tudo pautado na palavra de Deus, nas regras e normas da Igreja Católica, na qual é a responsável pela organização dos trabalhos realizados por esta pastoral em todo território brasileiro.

Palavras-chave: Igreja Católica; Pastoral da Juventude; Juventude; Autonomia.

Introdução

Este artigo tem como foco, verificar como o conceito de autonomia nos permite compreender a dinâmica da Pastoral da Juventude no Brasil, como este conceito é trabalho junto ao seu público alvo, como os jovens pertencentes à este movimento são estimulados a se tornarem protagonistas de suas próprias histórias, levando em consideração que estudos e bibliografias referentes a esta Pastoral, a revelam como possuinte deste discurso.

O presente trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado em história que está em fase de desenvolvimento. Os dados explicitados a seguir, são considerações preliminares e pertencentes ao terceiro capítulo, que aborda a formação, atuação e o protagonismo juvenil dentro da Pastoral da Juventude no Brasil, mais especificamente na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, onde foi palco de momentos relevantes, que fortaleceram as atuações das diversas pastorais pertencentes desta.

Podemos perceber que a Pastoral da Juventude do Brasil em seu discurso, sempre evidencia o papel importante que a juventude tem em nossa sociedade, que estes podem ser levados a terem voz ativa, que podem influenciar o meio no qual estão inseridos, que através da formação integral, podem surgir novas formas de lidar com o mundo, além de ser um influenciador, levando em consideração a realidade que cada jovem evidencia.

Por fim, na busca de compreender como a Pastoral da Juventude do Brasil se articula em relação a autonomia e como é discutida em seu ambiente, faremos um breve levantamento bibliográfico à despeito desta temática e sua repercussão neste movimento.

Breve histórico da Pastoral da Juventude do Brasil

A Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) é fruto de um período de amplas alterações na Igreja Católica, datada a partir dos anos de 1950. Para Michael Löwy (2000), a partir deste ano,

a Esquerda Católica se articula e passa a ganhar força no continente americano. A escolha do Papa João XXIII (Angelo Giuseppe Roncalli) no ano de 1958, titulado como o Papa bom ou Papa dos pobres, que teve uma grande influência sobre a Igreja, especialmente no Brasil, onde aconteceu a criação de várias Dioceses, oportunizando uma postura mais progressista para o cerne do poder Católico, fator este, que proporcionou a criação do Concílio Vaticano II (1962-1965), legitimando e sistematizando o “Cristianismo da Libertação” configuração como é chamada por Michael, em relação aos setores mais progressistas da Igreja.

As origens históricas da Pastoral da Juventude do Brasil são derivadas de atuações na Ação Católica e pelo plano evangelizador reativo da Igreja Católica frente às estimas da modernidade, especialmente porque, este modelo se particulariza com os movimentos dos grupos da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude, Juventude Independente Católica (JIC), Operária Católica (JOC) e Juventude Católica Universitária (JUC), na década de 1950, por meio de uma atuação mais presente.

Anteriormente à existência da Pastora da Juventude, já se tinha um movimento desta categoria na Igreja Católica, a chamada Ação Católica Geral, na qual originou a Ação Católica do Brasil, tendo o primeiro grupo fundado em 1932 e chamado de Juventude Feminina Católica (JFC). Após alguns anos, surgiu a Ação Católica Especializada (ACE), sob a direção do Papa Pio XII (Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli), baseada pela colaboração e cooperação dos leigos. Este movimento teve influência das ideias tidas por Cardijn, que atuava de forma direta com os jovens da periferia de sua cidade (Bruxelas-Bélgica).

Na América Latina e no Brasil não foi diferente, a opção de trabalho realizado com e pelos jovens foi reafirmada na Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada na cidade de Puebla (México), em 1979. De acordo com as reflexões de Puebla:

A Igreja confia nos jovens. Estes são para ela sua esperança. A Igreja Católica vê na juventude da latino-americana um verdadeiro potencial para o presente e o futuro de sua evangelização. Por ser verdadeira dinamizadora do corpo social e especialmente do corpo eclesial, a Igreja faz uma opção preferencial pelos jovens em vista de sua missão evangelizadora no Continente (Puebla, 1186, 2018).

Após essa conferência outro olhar foi direcionado à juventude, e este ganha força dentro da Igreja Católica latino-americana, reconhecendo a necessidade de investir na evangelização da juventude, além da atuação direta em sua realidade e por meio do jovem. E o interessante é que este fato ocorre em um momento em que os jovens são vítimas de represália política. E esta realidade era também vivida principalmente na Europa, e no Brasil este período foi marcado pela ditadura militar (1964-1985). Devido a este cenário, as juventudes se mostravam mais interessadas por organizações que os estimassem diante destes acontecimentos. A necessidade de um referencial organizado era preciso e estes se organizaram, porém, essa organização aconteceu, mas não dentro da Igreja, e sim nas escolas, fábricas, universidades ou outros

espaços, onde havia condições de se organizarem, sem que acontecessem ações de repressão por parte da ditadura militar (SANTOS, 2010).

As diretrizes originais da construção dessa atuação evangelizadora no Brasil podem ser localizadas no Documento 44, divulgado em 1986, cujo atributo fundamental é deliberar as direções a serem seguidas pela juventude, naquela década, para que esses, possam se instituir como sujeito com uma identificação religiosa dentro dos preceitos cristãos. Com esse propósito, o no documento se encontra uma metodologia de evangelização que busca garantir as direções básicas que, uma vez adotadas, conduzirão as juventudes a se reconhecerem como “protagonistas de sua própria história”. Para tanto, o Documento 44 (CNBB, 1986, p. 08-09) enxerga na juventude, uma parte “marginalizada” que, de acordo com essa doutrina, carece em receber uma formação que transforme essa condição “marginalizada”.

A Pastoral da Juventude no Brasil é um movimento da Igreja Católica, possuinte de uma metodologia própria, acolhendo as aspirações das juventudes, trabalhando com grupos de base, reunia os jovens com uma finalidade religiosa de espalhar a mensagem Cristã, partindo da cultura local, em particular para a juventude, porque é a partir desses, que a mesma é originada, com o intuito de garantir o protagonismo juvenil. Os componentes dos grupos de base também atuam no meio social, sendo inseridos nos movimentos sociais, com ênfase para a participação política partidária, movimentos populares e outras disposições que pelem em justificação da vida e da compostura do homem (SANTOS, 2010).

Partindo de uma análise documental a respeito da Pastoral da Juventude do Brasil, foi possível identificar que seus primeiros movimentos, são datados do início do ano de 1970, assim que teve o fim a Ação Católica, principiou a fomentação da estrutura institucional da juventude no interior da Igreja Católica, segundo Jorge Boran (1983) sinaliza de Pastoral de Juventude “Orgânica” esta, com variados níveis de organização, sendo vinculada à Igreja em parceria com outras pastorais.

De acordo com Suely Aparecida Martins (2000), a Pastoral da Juventude do Brasil tem seus primeiros registros na década de 1970, entretanto, foi somente na década conseqüente que esta se sedimentou em sua organização em nível nacional, abrangendo em torno de 40.000 (quarenta mil) grupos de jovens. Para (BORGES, 2013), pastoral é a ação de pastor cunhada pela Igreja para um público específico, no caso da Pastoral da Juventude, tal público são os jovens. Portanto, para a Igreja Católica Pastoral é o ato do serviço, da ação, do trabalho, de quem confessa Jesus Cristo, ou seja, o servir precisa ser acompanhado da realização concreta da obra. É ação organizada, que acolhe uma realidade da maneira que se constitui.

O que tudo indica é que a Pastoral da Juventude em seu processo formativo possui características que expõem a uma assembleia de jovens da Arquidiocese da cidade de São

Paulo, realizada no ano de 1974, momento este que, foi elaborado o documento Princípios e Diretrizes para a Pastoral de Juventude, que depois foi deliberado e aprovado em uma assembleia composta de bispos. Momento que marca um ponto de ruptura com os movimentos espiritualistas que prevaleciam naquele momento (CASTRO, 2002).

Movidos pela Teologia da Libertação, uma nova tendência naquele período em nosso país e também pelas mudanças ocorridas na própria Igreja Católica, derivadas das experiências adquiridas nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), essa pastoral incidiu a congregar o perfil dos movimentos da Ação Católica, o que então permitiu uma fé mais aliada ao engajamento, ou seja, uma fé não apenas em seus costumes tradicionais, mais sim numa busca desses em suas realidades (XAVIER, 2011).

De acordo com (BORAN, 1983), alguns posicionamentos da assembleia de 1974, foram extremamente relevantes, e com certeza foram cruciais para a formação, organização e realização das propostas desta, sendo estas a formação integral do jovem na fé, consciência de julgamento, compromisso social, inserção dos movimentos autônomos na Pastoral Orgânica, dinamização dos grupos de base, preparo de coordenações diocesanas, teologia da libertação, formação da ação por meio da metodologia *ver-julgar-agir*.

Podemos citar que estes formaram os pontos primordiais no que diz respeito ao delineamento da Pastoral da Juventude do Brasil, além de ressaltar que as alternativas como a teologia da libertação, compromisso social e consciência crítica, demonstravam abertura a certo tipo de empenho, que foram favoráveis pela Igreja, fato este, ligado ao novo cenário que surgia, onde os bispos e padres começavam a expor abertamente suas críticas e também a se opor ao regime da Ditadura Militar. Desta forma, é perceptível que a Pastoral da Juventude surgiu como uma retomada do catolicismo progressista, com uma nova ótica, suas ações repercutiriam ousadamente conforme o meio (repressão militar) perdendo força e se enfraquecendo (XAVIER, 2011).

Após diversos encontros, tanto nacionais quanto regionais, a Pastoral da Juventude foi conquistando espaço e admiradores por todo território nacional, com isso, foram implantando bases e princípios de um movimento composto por vários níveis de organização, além da convergência a politização. Em outra assembleia realizada também em São Paulo no ano de 1978, ficou estabelecido como prioridade o trabalho em grupos de bases, sendo contrária à visão dos movimentos espiritualista, que atuavam com o interesse em grandes números de pessoas, sendo visível nesta a tentativa de se estruturar em grupos com poucos participantes, porém, com objetivo propiciar uma maior coesão, buscando assim melhores resultados a partir de reflexões e de ações desenvolvidas.

Acompanhando a mesma metodologia da Ação Católica, a Pastoral da Juventude atua em todo o território nacional, acolhendo às juventudes levando em consideração suas características, e diante disso, têm as pastorais específicas que trabalham em cada realidade juvenil. A Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), atuante no meio estudantil, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), que representa as juventudes das comunidades carentes, a Pastoral da Juventude Rural (PJR), que atua junto aos jovens que residem no meio rural e a Pastoral da Juventude (PJ), cuja atuação é com as comunidades paroquiais. Todas estas compõem a Pastoral da Juventude do Brasil (PJB), que está ligada inteiramente ao Setor Juventude da CNBB.

Conceito de Autonomia

O ser humano ao nascer é desprovido de toda e qualquer autonomia, isso porque não sabe se governar, é totalmente vinculado às forças biológicas, tais como a fome, sede, calor, frio e outros, além de reflexos inatos como o choro ao demonstrar que está com fome, soluçar, mexer os membros superiores e inferiores involuntariamente, espirrar e bocejar. Dessa maneira, o ser humano vai se tornando autônomo. E neste caminho de desenvolvimento, este vai conquistando sua autonomia, o sujeito é influenciado por diferentes variáveis, que irão justamente determinar o grau de autonomia que ele terá ou virá a alcançar (OLIVEIRA, 2007).

Originalmente, o termo autonomia (autós) revela por si próprio ou de si mesmo. É a capacidade que alguém tem de governar a si mesmo, direito ou faculdade de se guiar (uma ação) por leis próprias, liberdade ou independência moral ou intelectual, propriedade pela qual os indivíduos pretendem poder escolher as leis que regem sua conduta (PITANO, 2009).

De origem grega o termo autonomia denota a ideia de autogoverno. Foi criado no seio da democracia grega para demonstrar as formas de governo (a polis), ou seja, a noção de autonomia era vinculada à maneira de governar. Governar a sociedade remetia a ter autonomia, era o poder governar a sociedade (que era composta apenas dos cidadãos, conforme concebidos à época, excluídos, por exemplo, escravos e mulheres) de acordo com as leis de regência (BATISTA, 2018).

Já na Era Medieval, período em que a religião exercia forte influência e desencadeou papel preponderante no pensamento filosófico, tem-se que a moral cristã concebia a autonomia como subordinação a Deus, vale ressaltar que, pressupunha a livre aceitação, por parte do sujeito, de sua condição de origem divina, ou seja, que este era concebido por Deus, assim como a aceitação dos propósitos de Deus para a sua vida. Seja qual fosse a vontade do homem, esta estava atrelada à vontade de Deus. Vontade essa que, na realidade, representava a vontade das

autoridades monárquicas, dos chefes de família ou das próprias forças da natureza (SILVA, 1998).

De acordo com Reinaldo Oliveira (2007), após a era da Modernidade, isto é, do movimento cultural e social nascido no período da Renascença, que a ideia de sujeito teve entrada no cenário da discussão e reflexão filosófica e política. A Modernidade se constitui pela primazia da razão e isto é visto nas teorias éticas, a autonomia então, passa a ser compreendida como autonomia da razão.

A partir deste momento, o conceito de autonomia começa então, a ser aplicado ao sujeito, enquanto ser dotado de razão, se caracterizando como autônomo o indivíduo que atua livre, conforme um plano estabelecido por ele mesmo, da mesmo modo que um governo autônomo governa seu território e determina as suas políticas (BEAUCHAMP, 2002). Esta noção se incorpora com o conceito ético do termo, segundo o qual a autonomia denota uma condição pela qual o homem pretende escolher as leis que regem sua conduta, ou seja, conforme as suas preferências. “Autonomia é capacidade para deliberar, isto é, calcular os meios necessários para atingir um fim, e para escolher”. Em outros termos, é autônomo um sujeito “capaz de agir livremente” (AGNOL, 2005).

O conceito de autonomia perpassa por várias áreas do conhecimento e vem sendo construído desde os primórdios, assim como discorrido anteriormente neste artigo, alguns conceitos à respeito da autonomia são oriundos da área da Ciências Sociais, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Educação e demais áreas, que vislumbram este conceito. Existem vários autores que tratam deste tema tais como: Émile Durkheim (2002); Ferrater Mora (1965); Immanuel Kant (1989); Jerome Schneewind (2013); Paulo Freire (2000) e Spear e Kulbok (2004).

Durkheim (2002), demonstra a possibilidade de autonomia por parte do sujeito da seguinte forma: A autonomia que este pode desfrutar, não consiste então em se rebelar contra a natureza, uma tal rebelião é absurda, estéril, quer a tentemos contra as forças do mundo material ou contra as do mundo social. Então ser autônomo é, para o sujeito, entender as necessidades das quais se deve seguir e que ele precisa aceitar com conhecimento de causa. Ainda o autor relata que autonomia é a interiorização das normas.

É interessante observar que a autonomia é algo que deliberadamente é bastante falada, estimulada e até mesmo imposta em nossa sociedade, porém, vivemos em uma sociedade dita como democrática, onde se tem o direito de ir e vir, mais que existem normas e regras que devem ser seguidas, por exemplo o dever de votar, não seríamos nós sujeitos em uma sociedade democrática ter o direito de não ter que votar, lembrando que a autonomia nos levaria a nos

comportar dta forma? Penso que não, pois a verdadeira autonomia nos daria o direito de não ser penalizado por tal.

Ferrater Mora (1965), define a autonomia como uma realidade que é comandada por uma lei própria. Sugere ainda dois fundamentos para o termo autonomia, o primeiro o fundamento ontológico, se refere a certas esferas da realidade que são autônomas em relação às outras, por exemplo, a realidade orgânica é distinta da inorgânica, o sentido ético se refere a uma lei moral que tem em si seu fundamento e a razão da própria lei, o último fundamento de autonomia foi desenvolvido por Kant e que de acordo com Abbagnano (1962, p. 93), é bem utilizada a expressão “princípio autônomo” na direção de que o princípio tenha em si, ou coloque por si mesmo, a sua validade ou a regra de sua ação.

De acordo com o Dicionário de filosofia, autonomia é um:

Termo introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão. Kant contrapõe a autonomia à *heteronomia*, que a vontade é determinada pelos objetos da faculdade de desejar. Os ideais morais de felicidade ou perfeição supõem a heteronomia da vontade porque supõem que ela seja determinada pelo desejo de alcançá-los e não por uma lei sua. A independência da vontade em relação a qualquer objeto desejado é a liberdade no sentido negativo, ao passo que a sua legislação própria (como a “razão prática”) é a liberdade no sentido positivo. (ABBAGNANO, 2007, p. 97, grifos do autor).

Kant definiu a autonomia como um componente promordial da vontade racional. Dentro desta perspectiva, ela passa a não ser mais vista como uma capacidade contingente da qual a expansão possa ser impedida pela opressão, por exemplo. O relevante é que isso, tem se repercutido nos movimentos sociais e políticos, onde existem grupos que aumejam ter maior controle sobre sua própria vida de forma a ergue-los. Na contemporaneidade, o termo autonomia tem aceite no senso comum, o que reflete a influência silenciosa, mas persistente de uma importante teoria filosófica. (CHISTINO, 1997).

Até os escritos de Kant o termo autonomia, era utilizado para designar determinar políticas que não eram impostas em obedecer a qualquer autoridade outra, do que a própria. Países são considerados autônomos quando possuem o direito de criar suas próprias leis. O autor fortaleceu o conceito para o campo individual. Um sujeito se torna autônomo quando obedece a uma lei que dá a si próprio. É a razão referente a ele que dá a lei. Mais diretamente, a razão prática se define para que o sujeito dê uma lei a si mesmo, isto é, o dominante categórico, que regulamente que ele reaja aos desejos e sentimentos de uma maneira distinta. Para Kant, a moralidade é o resultado dessa autonomia. (SCHNEEWIND, 2013).

Para Paulo Freire (1987), o princípio da autonomia é constituído no momento em que o sujeito tem empoderamento, e é capaz de ajudar outros sujeitos a se entenderem também como protagonistas em um mundo em organização, atribuindo-lhes certo poder. Empoderados e

conscientes de sua faculdade como coconstrutores dessa realidade, não mais intransponível, os atores chegarão a esta consciência, enquanto cidadãos e de serem autonomamente coparticipantes desse processo democrático e, paulatinamente, em alguma medida, governantes de si próprios.

O conceito de autonomia pautado na perspectiva do desenvolvimento, proposto por Spear e Kulbok (2004), revela que ela é um processo ativo, um fenômeno direcionado, que pode ser observado à luz de uma ordem, que vai desde a dependência e prosegue em direção à autonomia. O obstáculo encontrado nesse processo, compreende a vontade de ser independente e, ao mesmo tempo, o de preservar a ligação com a família e a sociedade. Seu desenvolvimento consiste na influência de variáveis internas, tais como percepção do ambiente, auto-estima, relações com autoridade e desejo para a independência, da mesma maneira como as influências de variáveis externas, tais como a estrutura familiar, comunicação familiar, presença ou ausência de controle e o ambiente emocional que envolve o indivíduo (Bronfenbrenner, 1996; Fuentes, 2001; Oliva e Parra, 2001).

Nesta mesma perspectiva, Noom (1999) descreve a autonomia como uma capacidade para orientar a própria vida, para elucidar metas, objetivos, sentimentos de competência e habilidade para regular as próprias ações. Anteriormente, a autonomia era vista como a conclusão de um desejo desenvolvimental que focava a separação e afastamento da família. Atualmente, a ênfase tem se deslocado em direção às metas para se manter vinculados, junto com a realização de algum nível de independência (Spear e Kulbok, 2004).

Um indivíduo autônomo age livremente de acordo com um plano próprio, de forma análoga que um governo independente administra seu território e estabelece suas políticas. Um sujeito com autonomia diminuída, de outra parte, é, ao menos em algum aspecto, controlado por outros ou é incapaz de deliberar ou agir com base em seus desejos e planos.

A autonomia até o momento, é compreendida como a capacidade do indivíduo decidir e agir por si mesmo, com o propósito de que o desenvolvimento e a obtenção desta habilidade sofrem a influência do contexto em que a juventude se desenvolve. Embora existam muitos estudos a respeito deste construto, o conceito de autonomia continua sendo difícil de compreender. Percebe-se que a autonomia é um conceito amplo e pode variar tanto no seu significado, quanto na sua aplicação.

A autonomia se realiza tradicionalmente, no saber-se reduzido, delineado ou incompleto, mas esperançoso que todo indivíduo possa assumir a sua própria história, assim como Paulo Freire (1997, p.126) relata “Nós somos seres indiscutivelmente programados mas, de modo nenhum, determinados. Somos programados sobretudo para aprender... É precisamente porque nos tornamos capazes de inventar nossa existência...”.

Desta forma, a autonomia depende de interações e mediações num processo de aprendizagem, esta vai se constituindo ao poucos, tendo seu começo no período em que o sujeito se decide pelo papel de protagonista, tomando para si seu processo formativo por meio da interação, do posicionamento crítico, da parceria com o outros sujeitos na troca de experiências e na construção de valores.

A Pastoral da Juventude do Brasil e a Autonomia Juvenil

A Pastoral da Juventude do Brasil (PJB), de acordo com o Conselho Episcopal Latino Americano (1987), se estabelece por meio da ação organizada pelos jovens, que são a Igreja juntamente com seus pastores e com toda comunidade, para se introduzir na vivência da fé e propagar os princípios da religião Católica a outros jovens, com opção preferencial e consciente pelas juventudes pertencentes à classes populares e por jovens marginalizados, tendo em vista a construção de um mundo mais fraterno e justo, sendo estes, agentes da construção da nova sociedade, norteados por critérios evangélicos (SCHREIBER, 2013).

De acordo com Daniela Schreiber (2013), a PJB se organiza com uma linha e um método próprio, que tem como proposta a de acolher as ansiedades das juventudes e os posiciona enquanto protagonista na transformação das realidades sociais. Esta propicia um lugar de participação dos jovens na Igreja e na sociedade, verificando recursos eficientes para um atuação cidadã e a estimular a militância. Toda articulação entre a Igreja Católica do Brasil e os jovens, se faz por meio do Setor de Juventude.

Na Pastoral da Juventude do Brasil, a participação dos jovens se dá por meio dos grupos de base, intitulados também como grupos de jovens, que são a experiência e o espaço central da proposição pedagógica e evangelizadora da PJB, a qual sugere uma formação de pequenos grupos, de idade homogênea, com nível de participação constante e com ritmo periódico de reuniões (CNBB, 1998).

Os grupos facultam um momento de interação, diálogo e participação, que possibilita aos seus participantes interajam uns com os outros, partilhe informações, conhecimentos e produza assim seu potencial crítico para analisar a realidade. Por meio da vivência em grupos, facilita-se então a criação de laços intensos de solidariedade, consentindo compartilhar princípios, critérios, visões e posicionamentos de vista. Dessa maneira, “o grupo ajuda a enfrentar os desafios da vida, educando para olhar a realidade e descobri-la junto com os outros, permite a adesão ao projeto de Jesus, impulsionando o jovem para uma renovação permanente do compromisso cristão dando solidez à sua missão”. (CELAM, 1997, p. 194).

O método utilizado pela Pastoral da Juventude do Brasil estimula as juventudes a protagonizar as transformações sociais por meio da teologia utilizada pela Igreja Católica.

Segundo Oliveira (2002), a PJB tem como fundamento a formação integral e o uso do método Ver, Julgar, Agir, Celebrar. Tal metodologia tem por finalidade a de “formar líderes que se engajem na transformação de seus meios (escola, trabalho, bairro, família), educar para liberdade, formar para o senso crítico, desenvolver a pedagogia da formação na ação, ligar fé e vida e poder avaliar a caminhada dos grupos.” (OLIVEIRA, 2002, p.118).

O local onde a PJB se faz presente e atuante e o espaço que busca levar os jovens por meio do debate, da participação, do diálogo e com isso, incentivar estes para a busca de seus objetivos, sejam eles pessoais ou sociais. Se faz como espaço de desenvolvimento e construção, utilizando uma perspectiva educativa. Neste sentido, pode-se pensar a educação neste espaço, assim como mostra Peruzzo (2002), denotando educar para sociedade. Sendo assim, seria a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, a construção de um saber sobre os meios de obter o conhecimento e as maneiras de convívio social. Contudo, seria como "educar para a convivência social e a cidadania", para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão (SCHREIBER, 2013).

O sistema educativo na Pastoral da Juventude do Brasil, se delimita com o pensamento do autor Paulo Freire (2005). A “educação é caracterizada pelo diálogo, ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Por meio do diálogo se torna possível estimular a educação emancipatória, ou seja, a que prepara o indivíduo para desenvolver sua consciência crítica, pensando, colocando em prática seu senso crítico, impulsionando-o a se colocar e não aceitar sem analisar o que lhe é proposto.

A Pastoral da Juventude do Brasil proporciona as juventudes uma atuação, acompanhada de uma formação integral, orientando-os e auxiliando-os em seu processo de educação, tanto na fé e em seu amadurecimento, seja no âmbito pessoal, eclesial e social. A atuação da PJB desperta a participação do juvenil, estimulando-os a serem protagonistas em todas as esferas da sociedade e com isso possibilidade transformações desta e da Igreja de forma significativa. Com a falta de estímulo quanto ao protagonismo, o jovem não é impulsionado para alcançar responsabilidades e desencadear habilidades de liderança.

Para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

O protagonismo juvenil, longe do sentido de uma autonomia incosequente, não significa a deserção, a invalidação das instituições ou de educadores e mestres. É um reconhecimento do potencial do jovem, que tantas vezes precisa ser orientado e discernido, com paciência e com responsabilidade, a fim de direcioná-lo em favor de sua formação integral, do bem comum, da cidadania e da dignidade da vida humana. (CNBB, 2007, n. 274).

A Pastoral da Juventude do Brasil orienta sua atuação utilizando a metodologia *Ver-Julgar-Agir-Celebrar*, porque busca compreender as realidades sociais, e com isso pretende preparar os jovens integrantes da mesma, para atuar de acordo com as necessidades do contexto onde está inserido. A PJB prepara os jovens para analisar a sociedade e exercer seu papel de forma autônoma, por mais que a autonomia está relacionada e condicionada com as regras e rotinas que nos cercam, mais o intuito maior desta Pastoral é que seus participantes vejam como protagonistas, façam a diferença e sejam sim cidadãos ativos.

Ainda Daniela Schreiber (2013), a PJB propicia a participação de grupos de jovens e os instiga à vivenciar momentos de discussão dos deveres de cada cidadão ante a sociedade, colaborando assim na intervenção destes para o desenvolvimento social, além de se posicionar um espaço de reivindicação e concretização dos direitos sociais. Unindo sua realidade as propostas de atuação e formação, esta se aproxima de seu público alvo com maior afinidade e sentido.

Dentro da metodologia de atuação da PJB, em seu Marco referencial (CNBB, 1998), tem-se descrito que, nos grupos de jovens existem etapas de crescimento e amadurecimento, que em sua essência representam o aumento da autonomia de seus integrantes perante as estruturas, sejam as sociais ou eclesiais. E isso é perceptível quando este possuem a capacidade de tomar decisões, assumir compromissos e posições como grupo, tendo consciência das reivindicações e conclusões das decisões tomadas.

A partir do momento em que o grupo perpassa por essas etapas, nesse instante pode ser considerado um grupo de “protagonistas” (CNBB, 1998). Desta forma, a postura pondera autônoma, que somente pode ser alcançada a partir de um processo reflexivo de tomada de “consciência”, momento em que não apenas o indivíduo deve reconhecer, mais quando é entendido pelo próprio grupo. O grupo sempre caminharia para a independência e a autonomia, intitulada idade adulta, assim como o leigo anda para o protagonismo, que tem a independência, a autonomia e a reflexividade como características centrais (MAIA, 2015).

Ainda César Maia (2015), esta última etapa que ocorre na maioria das vezes, é intitulada como a “morte do grupo”, essa morte, está atrelada ao fim do grupo, ou seja, esse fim também é considerado um estágio fecundo, no qual, os jovens já formados devem partir para outros trabalhos, na própria PJB, em sua organização diocesana ou regional para assessorar novos grupos. Por estar relacionado com grande contraste com a atuação e comprometimento social, é a partir desta que, muitas vezes, os jovens passam a se engajar com os demais setores da sociedade, ONGs, sindicatos e partidos políticos (CNBB, 1998). Momento este, em que outros elementos do protagonismo seriam acionados, como a inserção em setores da sociedade civil, para além de movimentos religiosos.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo a contextualização referente à atuação da Pastoral da Juventude no Brasil, com viés na verificação de como o conceito de autonomia nos permite compreender a dinâmica desta, observando que esta Pastoral tem em suas diretrizes e metodologia, proposta de uma formação integral de seus integrantes, orientando-os e auxiliando-os em seu processo de educação, tanto na fé e em seu amadurecimento, seja no âmbito pessoal, eclesial e social.

Nesta proposta de formação e construção do sujeito no modelo da PJB, ficou evidente que é preciso que o jovem em sua individualidade realize um processo de formação e amadurecimento que deve se dar a partir de uma vivência grupal e não pode ser realizado de forma deslocada do coletivo, é algo participativo, que depende da contribuição dos outros jovens. Dessa maneira, a PJB sugere um caminho construtivo a ser percorrido por seus integrantes, que, esta deve tem como proposta prepará-los para assumir uma postura crítica perante as estruturas da sociedade, dando-lhes condições de agir para transformá-las.

A atuação da Pastoral da Juventude do Brasil desperta a participação do juvenil, estimulando-os a serem protagonistas em todas as esferas da sociedade e com isso possibilidade transformações desta e da Igreja de forma significativa. Com a falta de estímulo quanto ao protagonismo, o jovem não é impulsionado para alcançar responsabilidades e desencadear habilidades de liderança.

A partir do que foi visto ao longo desse artigo, é possível identificar de forma sutil, que a Pastoral da Juventude do Brasil se fundamenta enquanto um grupo da Igreja Católica, que se propõe na formação integral das juventudes, possibilitando-os a terem um senso crítico e autônomo. A concepção do jovem enquanto sujeito, alguém que, para além de ser produto, é ator e produtor dos processos vivenciados, é o que para a Pastoral da Juventude do Brasil se configura o protagonismo do jovem.

Assim como relata Paulo Freire (1987), que o indivíduo se faz autônomo, quando este é empoderado e com isso este é capaz de ajudar outros sujeitos a se comportarem como protagonistas em uma mundo organizado, e com isso, atribuindo-lhes certo poder. Ao ser empoderado e consciente, cada sujeito será coconstrutor dessa realidade. O protagonismo juvenil se solidifica, assim, em uma categoria que agrupa os elementos essenciais reconhecidos pela PJB, que devem ser parte integrante de seus membros. A autonomia, o ser sujeito e o vínculo com o grupo, se apresenta como as características primordiais incentivadas nos jovens, para que eles se sintam enquanto indivíduos, com independência e capacidade de contribuir com o grupo, estando sempre nele inseridos, para além daquele lugar, até as camadas de nossa sociedade.

Espera-se que este trabalho, possa de alguma forma, contribuir para os pesquisadores da área, que tenham a curiosidade de conhecer um pouco da história da Pastoral da Juventude no Brasil, assim como sua trajetória e diretrizes e que esta acredita que as juventudes ao serem empoderadas, podem ser tornar autônomos e se tornarem protagonistas de seus histórias e sendo atores, possam buscar um mundo mais fraterno e com direitos sociais respeitados.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1210 p.

AGNOL DD. **Bioética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2005. p.9.

BATISTA Rodrigo Siqueira, SCHRAMM Firmin Roland. **A filosofia de Platão e o debate bioético sobre o fim da vida: interseções no campo da saúde pública** [acesso em 06 julho 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>.

BEAUCHAMP Tom. L., CHILDRESS James. F. **Princípios de Ética Biomédica**. 4a ed. São Paulo: Edições Loyola; 2002. p.138.

BORAN, Pe Jorge. **Juventude, o grande desafio**. 4ª ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

BORGES, Camila et AL, **Diretrizes Operacionais da Pastoral da Juventude do Recôncavo**, Cruz das Almas-BA: Acervo particular da PJ Recôncavo, 2013.

CASTRO, Clomar Júlio Dias de. **O Engajamento Político dos Militantes da Pastoral da Juventude da Diocese de Novo Hamburgo**. 2002. Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo-SC.

CHISTINO, Raquel Rosan. Piaget e Kant: uma comparação no conceito de autonomia. **Nuances**, São Paulo, v. 3, set. 1997. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/60/61>>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 – 2010**. 2007.

CNBB. **Marco referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**. Coleção Estudos Num. 44. São Paulo: Paulus, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2002ª.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 43ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

MAIA, César Portantiolo. **Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil: entre a autonomia e a tradição**. (2015). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos. São Paulo.

OLIVEIRA, Reinaldo Ayer de. e SÁ, Luiza Vieira. **Autonomia: uma abordagem interdisciplinar**. Saúde, Ética & Justiça. 2007;12(1/2):5-14.

PITANO, Sandro de Castro e GHIGGI Gomercindo. **Autoridade e Liberdade na Práxis Educativa Paulo Freire e o Conceito de Autonomia**. Revista Saberes, Natal – RN, v. 2, n.3, dez 2009.

REICHERT, Claudete Bonatto e WAGNER, Adriana. **Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais**. Revista Psico. v. 38, n. 3, pp. 292-299, set./dez. 2007.

SANTOS, Edilair José dos. **A Construção do Discurso do Jovem na Pastoral da Juventude (PJ) da Igreja Católica**. Trabalho de Conclusão de Curso (2010). Universidade Federal de Goiás. Campus Catalão.

SCHNEEWIND, Jerome B. **A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos E MAIS Nº 417 - Ano XIII - 06/05/2013 - ISSN 1981-8769.

SCHREIBER, Daniela Busato. **A Pastoral da Juventude como espaço Educomunicativo e de Formação Cidadã**. Trabalho de Conclusão de Curso (2013). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Da ética Filosófica à ética em Saúde**. In: Costa SIF, Garrafa V, Oselka G, organizadores. Iniciação à bioética. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina; 1998.

SPEAR, H. J.; Kulbok, P. (2004). **Autonomy and adolescence: A concept analysis**. Public Health Nursing, 60, 2, 144-152.

XAVIER, Fábio Chilles. **“Herdeiros de uma Esquerda”**: Estudo do Engajamento Político dos Militantes da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Londrina-Pr. 1979-1989. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade Estadual de Londrina. Londrina – Paraná.

A ORALIDADE DAS CRIANÇAS QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO KALUNGA EM GOIÁS

*Kalya Ynanhiá Silva de Faria*²¹²

RESUMO: A comunicação tem o objetivo apresentar as crianças do Território Quilombola Kalunga, da comunidade de Engenho II localizado no município de Cavalcante no Estado de Goiás. A pesquisa é resultante da construção da tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. A pesquisa de doutorado iniciada em 2016 analisa a percepção das crianças quilombolas do Território Kalunga enquanto pertencentes a uma comunidade percebida como tradicional. A fala das crianças é resultado da sua relação com a comunidade e

²¹² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás/UFG. Email: kalynaysfaria@gmail.com . Pesquisa realizada com a orientação do Prof. Dr. Alexandre Martins docente na Universidade Federal de Goiás - Faculdade de História.

seus pertencentes, com as outras crianças e com as próprias percepções. A partir da implementação nas escolas do que chamamos de “Roda de Causos”, aprendemos que a oralidade das crianças é um misto da fala de seus pais, professores e grupos escolares. Entendemos então que a criança quilombola é o agente que permeia todas as identidades de sua comunidade.

Palavras-chave: Kalunga. Crianças. Oralidade. Roda de causos.

A comunicação tem o objetivo apresentar as crianças do Território Quilombola Kalunga, da comunidade de Engenho II localizado no município de Cavalcante no Estado de Goiás, abordando as representações das culturas quilombolas pela perspectiva das crianças. Tal análise se fez relevante pela invisibilidade das crianças nos trabalhos que abordam tais temáticas. A historiografia construída ao longo dos anos nos apresenta as crianças apenas como expectadora da história, elas aparecem nas rodas de expostos, nos colégios internos, porém não como protagonistas de sua história. Isto posto, entendemos que a percepção das crianças integrantes nesses povos e comunidades tradicionais é fator essencial para a construção das identidades dessas comunidades.

No Estado de Goiás o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (LAGENTE/IESA/UFG) é referência no estudo das comunidades tradicionais negras, representadas pelos quilombolas, congadeiros(as), domésticas, ativistas, intelectuais, religiosos, entre outros. (BARBOSA, 2013). As dissertações de Mestrado e Doutorado produzidas pelos programas de Pós Graduação do Programa de Sociologia e Geografia da Universidade Federal de Goiás, destacando Almeida (2010), Ratts (2013), Marinho (2008) e Paula (2003), realizados acerca das comunidades quilombolas destacam sua estrutura organizacional, suas relações como remanescentes escravistas, sua territorialidade e espacialidade e seus aspectos culturais. Em geral, as pesquisas têm como principal objeto de pesquisa as comunidades, são trabalhos marcados pela história oral, principalmente das lideranças das comunidades.

Segundo a Fundação Palmares, no Brasil existem hoje cerca de 2474 comunidade remanescentes quilombolas. Os Estados de Maranhão, Pará, Bahia e Minas Gerais são onde mais se encontram essas comunidades, cerca de 64% do total de comunidades remanescentes quilombolas. Em Goiás esse número cai para 30 comunidades, representando cerca de 1,3% do total de comunidades. Em Goiás, existem cerca de 33 comunidades quilombolas. A maior comunidade é a Kalunga que se localiza nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Terezina de Goiás. O território Kalunga se divide por quatro núcleos principais: Contenda e Vão do Calunga, Vão de Almas, Vão do Moleque e Ribeirão dos Bois.

Munanga (1996), afirma que é necessário compreender a estrutura do quilombo africano como referência para a construção dos quilombos brasileiros. Estruturas que permeavam o âmbito político e social em um modelo democrático de refugio para escravizados em busca de sua liberdade:

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar.

As definições acerca do que se entende por quilombos²¹³ são controversas, explorando o sentido de abrigaram negros refugiados até de serem considerados uma comunidade de camponeses livres. Em definição adotada pelo Instituto SocioAmbiental (ISA), os remanescentes de quilombo são definidos:

[...]como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela [Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais](#). [...] é uma categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar ao meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos... (ISA, 2010)

Essa definição remetem as políticas de reconhecimentos das comunidades remanescentes quilombolas. Políticas essas efetivadas a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira. O artigo 68 o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias diz que

²¹³ Haveria sete tipos de quilombos: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, de serviço e predadores. O crescimento populacional dos quilombos se dava também com a reprodução interna, ou seja, os nascidos no próprio quilombo e, ao contrário do que pode se supor, o mais importante em qualquer período ou local foi o não isolamento, já que no Brasil, sua proliferação se deu exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. Importante ressaltar a importância das trocas comerciais feitas por escravos e quilombolas, pois, para além das conexões econômicas, circulavam também informações e culturas entre escravos de áreas urbanas e rurais de diferentes cidades.

“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Essa medida constitucional foi interpretada como uma reparação histórica de injustiça herdada da sociedade escravocrata brasileira e o reconhecimento dos direitos aos remanescentes quilombolas no Brasil. Os artigos 215 e 216²¹⁴ da Constituição Brasileira garantem a preservação da cultura material e imaterial dessas comunidades.

O parágrafo I do Artigo 3 do decreto 6.040/2007, compreende que

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Isto posto, se percebe que os direitos as comunidades remanescentes quilombolas estão

²¹⁴ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV democratização do acesso aos bens de cultura;

V valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Fonte: <http://www.planalto.gov.br>

associados aos direitos de terra e da sua preservação cultural, tendo o Poder Público responsabilidades legais para as comunidades que conseguem a titulação²¹⁵. Os aportes legais garantidos pela Constituição Brasileira só se efetivam após a titulação dos territórios quilombolas. No entanto menos de 1% das comunidades remanescentes quilombolas do Brasil é titulada, das quais segundo atualização de fevereiro de 2015 realizada pela Fundação Palmares, 326 comunidades estão com processos abertos para a titulação das terras e aguardam a emissão da certidão.

Com a obrigatoriedade da lei 10639/2003 acerca do ensino nas escolas da História e Cultura Africana e Afrodescendente, assuntos como as comunidades quilombolas, suas definições, singularidades e particularidades iniciam um processo de reconhecimento na formação cultural do país, levantando suas questões econômicas, sociais, culturais, entre outras.

[...] as comunidades quilombolas despertaram uma série de questões socioeconômicas, espaciais, jurídicas e culturais que passaram a fazer parte da discussão sobre o que representam os quilombos contemporâneos na atualidade e sobre a sua efetiva inserção cidadã. Entretanto, para que essa inserção se realize, não basta que a sociedade obtenha o conhecimento sobre estes grupos, mas também que a população quilombola se veja dentro da sociedade atual, que o conhecimento ocidentalizado, eurocêntrico, presente nas escolas formais abra um espaço significativo para a vivência e educação destas comunidades. (PARÉ, 2007)

O conhecimento dessas comunidades tradicionais é importante para além da obrigatoriedade das leis, saber e entender aspectos desses grupos étnicos é conhecer parte da história do Brasil e de Goiás.

Analisando a história de Goiás no século XX, pouco encontramos dados que nos forneçam informações acerca das crianças e de suas percepções. Quando ampliamos a análise para o Brasil, percebemos que as crianças e adolescentes ocupam papéis ligados a sua presença nas famílias ou para organizações internacionais de amparo e assistência. Segundo Morelli (2011), analisando dados de historiadores Ariès (1981) e Perrot (1991)

A família, nos séculos XVIII e XIX, na Europa, passa por profundas transformações, e os filhos recebem atenção cada vez maior, em virtude da preocupação de prepará-los para a nova sociedade. É o período de consolidação da sociedade capitalista, quando os debates e a implantação de medidas relacionadas com a formação do cidadão e com a formação de mão-

²¹⁵ O Decreto 4.887, de 2003, atribuiu ao Incra a responsabilidade de identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos Kalungas. Assim, o órgão passou a ser o responsável por retirar ocupantes não-quilombolas da área. Diante das contradições sobre esta construção legalmente impossível da PCH na área que é de interesse coletivo e inalienável, ele pediu, após o conflito anunciado, a suspensão do processo de licenciamento da hidrelétrica, alegando a existência do processo de regularização do Território Quilombola Kalunga. (ALMEIDA, 2010)

de-obra promovem algumas dessas mudanças. Este processo envolveu algumas áreas diretamente relacionadas com a infância, tais como: o combate à mortalidade infantil, através de ações da assistência social e da saúde em conjunto com a pediatria e a puericultura; a formação moral, trabalhada intensamente nas escolas; e o controle direto de crianças e adolescentes em conflito com a lei, os direitos da chamada menoridade. (MORELLI, 2011)

A representação das crianças se alia as preocupações acerca da importância da infância, de melhores condições de saúde, educação e trabalho. O aumento das produções e dos estudos tendo como as crianças como objetos de pesquisa, não refletem na relação dos adultos com as crianças, são estudos que ainda carregam a herança escravocrata. Segundo Morelli (1996) mesmo com a expansão urbana, as ações direcionadas as crianças são voltadas para os discursos à sua proteção e desenvolvimento. (MORELLI, 1996).

Para maior compreensão e contextualização da pesquisa faz-se necessário definir o que se entende por infância e conseqüentemente por criança. Segundo Postman (1999), o conceito de infância foi se transformando ao longo do tempo, para o autor o conceito de infância está em crise, na sociedade contemporânea, as alterações do conceito de infância, alterou o modo das crianças se vestirem, de se alimentarem, de se comunicarem, de se relacionarem e de brincarem. (POSTMAN, 1999).

A infância e a criança são sempre formuladas pelos adultos, segundo Silveira (2000) a definição de infância está sempre ligada a ótica do adulto. Dessa forma, para o autor, a infância se relaciona com a importância da criança na sua relação com a família e com seu papel na comunidade em que está inserida, concluindo que as condições sociais e biológicas imprimem significado a conceituação de infância. (SILVEIRA, 2000).

O decreto de lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, define no artigo 2º que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Tendo a lei 8.069 como parte do aporte teórico deste trabalho, a análise dos dados contemplará o material produzido pelas crianças até 14 (doze) anos, pertencentes nas comunidades quilombolas de Engenho II e Vão de Almas pertencentes ao Território Kalunga.

Entendendo as tradições das comunidades de remanescentes quilombolas como também cultura imaterial se faz necessário pensar na construção das identidades dessas comunidades. As crianças pertencentes a esses grupos étnicos são para pesquisa, as personagens e/ou indivíduos primordiais para a construção e preservação da cultura imaterial.

Nesse sentido qual a importância de perceber as crianças como indivíduos como sujeitos centrais de suas comunidades? Qual a relevância de entender como as crianças se percebem imersas em suas comunidades? Qual a relevância em entender como as crianças percebem suas heranças e tradições culturais? As crianças, suas percepções e suas narrativas, são a ponte de compreensão, entendimento e preservação da cultura material e imaterial de seus grupos étnicos.

Os principais conceitos a serem trabalhados para a realização da pesquisa são conceitos de comunidades tradicionais, identidades e cultural imaterial. Para analisar os conceitos de comunidades tradicionais e de cultural imaterial, a pesquisa se propõe a dialogar com a Sociologia e com a Antropologia. Para a construção do estudo verifica-se a necessidade de dialogar com as áreas afins da História buscando definições de conceitos interdisciplinares.

O conceito de identidades terá como base o apresentado Stuart Hall em “*A identidade cultural na pós-modernidade*” (2005), em que o autor afirma que a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade, entre o “interior” e o “exterior”, e que o processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se provisório, variável e problemático.

Os relatos orais são para a pesquisa considerados fontes e base conceitual. “A história oral é a história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”. (PORTELLI, 2016:18)

A história oral nos oferece acesso à historicidade das vidas privadas – mas, mais importante ainda, ela nos força a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado, e do relacionamento entre eles. [...] O trabalho do historiador oral inclui uma checagem dos fatos que sejam tão cuidadosa possível, a fim de que possamos distinguir entre narrativas factualmente confiáveis que não a maioria, e os casos significativos de mito e erro criativo [...] Nesse ponto, até mesmo o erro, a invenção e o mal-entendido – e mesmo as mentiras – especialmente quando são socialmente difundidos, tornam-se sintomas preciosos de processos históricos importantes como a memória e o desejo. (PORTELLI, 2016: 18-19)

E o processo de trabalhar com crianças, oferece a pesquisa o árduo trabalho do historiador, em absorver as memórias e os eventos passados e vivenciados. A memória, por sua característica seletiva, carrega os sentimentos de seus atores e,

[...] assim, situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao qual pertence, pois só se faz parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente”. (D’ALÉSSIO, 1992)

Nos trabalhos de campo já realizados na área de pesquisa conseguimos observar o cotidiano da comunidade. A relação da comunidade com seus membros, a relação das crianças com a comunidade e das lideranças com as crianças. A relação da construção das identidades culturais na comunidade do Engenho II e Vão de Almas se passa por três momentos. O primeiro é o da relação das crianças com seu socializador, que entendemos como os adultos que interagem com essa criança, seja em casa, na escola ou no convívio cotidiano da comunidade. Outro momento é o da criança com outras crianças, tanto na escola quanto fora dela e o terceiro momento é o da criança e sua relação consigo, seus sonhos, perspectivas e seu entendimento.

Para conseguir entendermos e participarmos da percepção dessas crianças, estamos construindo metodologias que consigam dialogar com crianças que foram alfabetizadas e as que ainda estão em processo de alfabetização e letramento, por isso o papel da escola se faz extremamente necessário. As “rodas de causo”, as produções cartográficas e as oficinas de desenho e fotografia protagonizadas pelas crianças são parte da metodologia da pesquisa.

Em nossas observações iniciais, percebemos que as crianças nas comunidades são percebidas como “quase-grupo os quais apresentam um certo grau de organização, mas, apesar disso, não são grupos”.

as ações de qualquer membro tornam-se relevantes apenas na medida em que são interações com o próprio ego ou seu intermédio. O critério de associatividade não inclui a interação com outros membros do quase-grupo em geral. As interações nessa categoria de quase-grupos ocorrem em um conjunto-de-ação, ou, de preferência, em uma série de conjuntos-de-ação. (MAYER, 1987, p. 127)

As crianças estão em todos os ambientes da comunidade, dentro das casas, nas reuniões de comunidade, reuniões da associação, nos centros de turismo, na escola, entre outros. No entanto a sua presença é em alguns casos ignorada ou não percebida, decisões são tomada sem a consulta de suas opiniões. O seu ambiente ainda é o escolar, fora dele a voz não é percebida²¹⁶.

A compreensão desse novo espaço de pesquisa, tendo como atores principais as crianças, sua voz e seus olhares é relevante pois possibilita maior interpretação do tema na fonte e no contexto em que está inserido. No Brasil temos um longo caminho a percorrer, no que se refere às pesquisas sobre as crianças, suas experiências e culturas. O campo da sociologia da infância tem nos ensinado que as crianças são atores sociais que interagem com as pessoas, com as instituições, reagem frente aos adultos e desenvolvem estratégias de luta para participar no mundo social. Mesmo assim, ainda necessitamos construir referenciais de análise que nos

²¹⁶ Os relatos que já foram captados para a pesquisa de doutorado estão em fase de processamento e necessitam de aprovação da comunidade para serem publicados.

permitam conhecer estes atores sociais que nos colocam inúmeros desafios, seja na vida privada ou na vida pública.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Geralda de. CHAVEIRO, Eguimar Felício. ***Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado***. Ateliê Geográfico–EDIÇÃO ESPECIAL Goiânia-GO v. 4 n. 1 fev/2010 p.36-63.

ARIÉS, Philippe. ***História Social da Criança e da Família***. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BRASIL. ***Estatuto da Criança e do Adolescente***. Lei nº 8.069, de 13/7/90.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Plano de Trabalho: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. Brasília, 2004.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1988. Artigo 216. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>>.

Acesso em: 22/09/ 2015.

D'ALÉSSIO. Marcia Mansor. ***Mémoria: leituras de M. Halbwachs e P. Nora***. Revista Brasileira de História. Vol 13 nº 25-26. São Paulo, 1992.

DEL PRIORE, Mary (org.). ***História das crianças no Brasil***. São Paulo: Contexto, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). ***História Social da infância no Brasil***. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. ***Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*** -1 ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HALL, S. ***A identidade cultural na pós-modernidade***. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ISA- ***Instituto Socioambiental***. Disponível em : <http://www.socioambiental.org/pt-br>.

JOUTARD, Philippe. ***História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos***. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Madeta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43-62.

MARINHO, T. A. ***Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque***. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFG. 2008.

MAYER, Adrián C. ***A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas***. In.: A Antropologia das sociedades contemporâneas. Org. BIANCO, Bela Feldaman. São Paulo: Global, 1987.

MORELLI, Ailton J. **A criança, o menor e a lei**. Assis, UNESP, 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.

MUNANGA, GOMES. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP. n. 28 (1996) POVO NEGRO - 300 ANOS. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 30/06/2018.

PARE, Marilene Leal; OLIVEIRA, Luana Paré de and VELLOSO, Alessandra D'Aqui. **A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO)**. *Cad. CEDES* [online]. 2007, vol.27, n.72, pp. 215-232. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30/06/2018.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

VELHO, G.. **“Memória, identidade e projeto”**. Tempo Brasileiro. 1989

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11ª Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7-72.

“A QUEDA DO CÉU”: O POTENCIAL DECOLONIAL DA OBRA DE DAVI KOPENAWA YANOMAMI (1990-2015).

*Karla Alessandra Alves de Souza*²¹⁷

RESUMO: O artigo apresenta a pesquisa em andamento sobre o processo de escrita do livro “*A Queda do Céu*”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (1990-2015), destacando o diálogo entre o indígena e o etnógrafo. Objetiva-se problematizar a passagem do conhecimento oral do povo yanomami para a escrita colaborativa e dialógica com Albert, destacando a ruptura da relação

217-Mestranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista. Capes. E-mail: angoladekiaia@gmail.com, sob a orientação do Prof. Dr. Elias Nazareno. Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Goiás no Programa de Pós-graduação em História e no Curso de Educação Intercultural para a formação de Professores Indígenas da UFG, Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em História da UFG, Coordenador Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid/Diversidade/Capes da UFG e Coordenador do Grupo de Pesquisa, História indígena e História ambiental: interculturalidade crítica e decolonialidade, vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

de subordinação do indígena na comunicação intercultural. Essa análise propõe discutir a apropriação da narrativa escrita feita por Kopenawa para transmitir a localização geo-corporal (MIGNOLO,2003, 2010) de outras formas de pensar, conhecer e significar o mundo. Busca-se assim apontar, como o livro “A Queda do Céu” se apresenta como uma importante ferramenta de desobediência epistêmica (MIGNOLO,2008^a) que apresenta respostas epistemológicas do subalterno (MIGNOLO,2000) à colonialidade do saber (QUIJANO,1989; TIRADO,2000; MIGNOLO,2010). Nesta direção, esse estudo fundamentou-se nas perspectivas teóricas decoloniais latino-americanas.

Palavras-chave: epistemologias indígenas; Interculturalidades; decolonialidade; povo Yanomami.

Apresentação

Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás sob a orientação do Prof. Dr. Elias Nazareno, está inserida na linha de pesquisa “Fronteiras, Interculturalidades e ensino de História”. Trata-se de analisar o processo de escrita do livro, “*A queda do céu*”: *o potencial decolonial da obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015)*. Busca-se apresentar o livro de Kopenawa e Albert como uma desobediência epistêmica que exterioriza o pensamento crítico de fronteira rumo a uma postura decolonial. Esse trabalho pretende, assim, contribuir com as discussões sobre as consequências da construção da modernidade/colonialidade que apresentam perspectivas de rupturas com a visão moderna de mundo na América Latina. É intuito também dessa análise crítica da obra *A queda do céu*, cooperar com a linha de pesquisa Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História na medida em que busca estudar e destacar a importância do reconhecimento científico da obra de Kopenawa.

O estudo sugerido se pauta em investigação de cunho decolonial, ancorada nos recentes debates empreendidos pelo coletivo de pesquisadores da Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade (M/D/C), um grupo de intelectuais de diversas áreas do conhecimento que norteiam suas perspectivas teóricas em função da crítica à modernidade desde categorias como transdisciplinaridade, colonialidade do poder, do ser e do saber e interculturalidade crítica, pensamento fronteiro, dentre outras.

As reflexões propostas buscam investigar o processo de apropriação da ‘escrita’ pelos povos indígenas, suas atualizações e transformações. Examinar questões relacionadas com oralidade/escrita, memória indígena registrada, intraduzibilidade e letramento intercultural. A interpretação do livro “*A Queda do Céu*” se pauta no elemento do texto “Postscriptum”: *Quando eu é um outro (e vice-versa)*, nesse trecho o antropólogo Albert descreve sobre a experiência e os desafios enfrentados durante os vinte anos de elaboração até a publicação do livro. São abordados temas como pacto etnográfico, as aventuras do manuscrito, os bastidores da primeira pessoa, fabricação do texto, tradução, transcrição, montagem e composição da obra. A investigação desse processo se faz pertinente para compreendermos como se constituiu esse

experimento narrativo entre dois universos culturais. Busca-se compreender se esse trabalho mediado²¹⁸ por Albert reverberou de forma positiva, representando conquistas referentes as lutas travadas pelos indígenas no meio social, político e cultural, derrubando os silêncios epistêmicos construídos e mantidos pela Colonialidade do Saber²¹⁹.

Tipologia das Fontes

A principal fonte dessa pesquisa é o livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert, *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, lançado no Brasil em 2015. O livro a ser analisado apresenta a trajetória do pensamento de Kopenawa Yanomami, líder indígena contemporâneo e como as ideias apresentadas por ele em seu livro, pode representar uma ruptura com uma visão moderna de mundo, ou seja, em que seu posicionamento enunciativo, sua visão de mundo, sua cosmologia rompe com os preceitos do mundo moderno e apresenta alternativa a essa visão.

As fontes propostas para o estudo consistem em:

Registros textuais:

- O livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (2015).
- Artigos relacionados ao lançamento do livro no Brasil.

Registros iconográficos:

- Vídeos divulgados pela Hutukara Associação Yanomami.
- Vídeos de divulgação do lançamento do livro no Brasil.
- Vídeos de Kopenawa Yanomami.

218-O intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (GOMES e HANSEN,2016: 18).

219-A colonialidade do saber está inserida no conceito Colonialidade do poder, cunhado pelo peruano Aníbal Quijano, em 1989. O conceito decolonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder. Assim, Mignolo (2010: 12) sugere que a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”, como: o controle da economia, da autoridade, natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. Segundo Tirado (2009: 5) a teoria de Quijano sobre a colonialidade propõe uma concepção da diferenciação colonial e epistêmica, onde a colonialidade se transfere do âmbito do poder para o campo do saber, construindo a colonialidade do saber que age de forma a manter a hegemonia eurocêntrica como perspectiva superior do conhecimento. As ciências sociais se constroem neste espaço de dominação e são atravessadas por essas relações de poder. O conhecimento se desenvolve dentro do espaço que lhe é “disponibilizado”, e a partir da episteme “oferecida”. Essa episteme está sustentada numa estrutura de poder que garante a hegemonia dos dominantes, ao mesmo tempo que deslegitima as manifestações contra-hegemônicas. Desta forma, o conhecimento está organizado segundo os centros de poder e subordina as regiões periféricas.

O método de análise que conduzirá esse trabalho será o da etno-história²²⁰ conceito utilizado para designar pesquisas que, em sua maioria envolvem questões indígenas com abordagens históricas. O conceito de “etno-história” apresenta diversas definições, como disciplina acadêmica independente, como uma etnociência, como método interdisciplinar, mas a perspectiva utilizada por esse trabalho referente a “etno-história” será como compreensão e/ou representação própria dos povos indígenas acerca de sua história e do tempo. Esta perspectiva da etno-história enfoca de maneira privilegiada a abordagem “êmica”, ou seja, a representação que, indígenas fazem de si mesmo, Cavalcante (2011), interpretado pela perspectiva da Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade.

A metodologia utilizada neste estudo parte da abordagem qualitativa, que para (MAANEN, 1979:520), a expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Assim, a abordagem qualitativa será direcionada para a pesquisa documental por meio de análise de conteúdo. Para Godoy (1995), o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e / ou interpretações complementares, constitui o que denominamos pesquisa documental. E conforme Bardin (1977: 23) o termo análise de conteúdo designa “um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Posicionamento teórico

Embora tenham sua própria história, a imagem dos povos indígenas foi sendo construída desde o período colonial por olhares ocidentais. “Esse outro, escrito à margem da história, dela participa apenas como coadjuvante: pode estar presente, mas não é visto; pode falar, mas não é ouvido e, mesmo que seja ouvido, pode não ser compreendido” (THÍEL, 2012:16-17). Esses discursos difundidos pelos cronistas europeus sobre os indígenas das Américas no século XVI, criaram uma imagem equivocada sobre esses povos, que tiveram seus costumes ignorados e foram percebidos como bárbaros. Tal enunciação gerou um exercício de

²²⁰É um método interdisciplinar de pesquisa (ROJAS: 2008).

violência secular contra os povos indígenas, que são incompreendidos, estereotipados, por não atenderem a imagem inventada sobre eles.

A história do povo Yanomami²²¹ há muito tempo já vem sendo escrita por antropólogos europeus e norte-americanos. Um livro recente, “Yanomami: The Fierce People” (Yanomamö: O Povo Feroz), de Napoleon Chagnon, causou um grande impacto entre os Yanomami e a ciência ocidental, uma vez que o antropólogo construiu uma imagem sensacionalista do povo, descrevendo-o como “manhoso, agressivo, e intimidador”, “feroz”, “guerreando continuamente entre si”, e vivendo em um “estado de guerra crônica” (TIERNEY,2002: 416). Chagnon afirmou, no artigo “Life histories, blood revenge, and warfare in a tribal population”, publicado pela revista Science, em 1988, que dentro da sociedade Yanomami, aqueles membros que praticaram algum tipo de assassinato têm maior facilidade para conseguir parceiras sexuais. Segundo ele, “em muitas sociedades, atingir o sucesso cultural parece levar ao sucesso biológico (genético)”. “Yanomamö: the fierce people” vendeu desde seu primeiro lançamento, em 1970, mais de um milhão de cópias. Um dos aspectos a serem destacados na análise foi o fato de que os Yanomami reais não participaram dos debates acerca de seu próprio povo. A repercussão se deu muito mais por conta da briga entre os antropólogos Napoleon Chagnon, Jared Diamond e Steven Pinker que sustentam em suas teses o mito do “selvagem brutal”²²² contra Kenneth Good, Marshall Sahlins e Philippe Decola, que condenam as caracterizações de Chagnon sobre os Yanomami. O documentário “Segredos da Tribo”, de José Padilha, produzido para a BBC inglesa e a HBO americana, em janeiro de 2010, expõe de forma inédita as entranhas deste universo, tanto os resultados desastrosos que provocaram estas pesquisas realizadas em território venezuelano quanto a brutal troca de ofensas e acusações entre diferentes antropólogos formados pelas melhores universidades do mundo (STYCER, 2010). Há, também, um relato autobiográfico importante, o de Helena Valero, cativa dos Yanomami durante 24 anos. O livro “Yanoama” descreve as experiências de uma menina brasileira capturada pelos índios aos treze anos, em 1932, numa época em que os guerreiros Yanomami lutavam para expulsar os coletores de produtos da floresta que estavam invadindo suas terras. A história foi editada pelo biólogo italiano Ettore Biocca em 1965.

Conforme visto anteriormente, várias versões sobre a história do povo yanomami vem sendo escritas e contadas por não indígenas. Esse exercício de representação do outro, muitas vezes reforça o silenciamento epistêmico e impede a visibilidade dos indígenas como sujeitos históricos plenos. Faz-se necessário descolonizar o discurso histórico sobre os povos

221 -“Yanomami” é uma simplificação do etnônimo Yanomami, termo que, seguido do plural tēpē, significa “seres humanos” em Yanomami ocidental. Albert (2015: 609).

222-Descreve o povo Yanomami como agressivo, intimidador, “feroz”, guerreando continuamente entre si, e vivendo em um “estado de guerra crônica”. Chagnon (1968).

indígenas para que as epistemologias de fronteira tenham seu lugar de fala no discurso da historiografia nacional.

O estudo proposto se funda, basicamente, na compreensão de que a colonização ibérica possibilitou uma reorganização sem precedentes de praticamente todo o planeta em uma nova ordem de poder político e econômico mundial, fundada na exploração de recursos naturais dos territórios colonizados e na classificação hierárquica de suas populações através de mecanismos performáticos nos quais “os sujeitos submetidos à descrição e à classificação do enunciado não participam na classificação da qual são objetos” (MIGNOLO, 2010: 72).

A condição política e social que são tratados os povos indígenas no Brasil evidencia as colocações acima relatadas, visto que se ignora os seus direitos de demarcações de terras, adaptação do sistema de ensino respeitando seus costumes e tradições e programas de saúde efetivos nas comunidades. Esses mecanismos ao qual os povos indígenas são submetidos silenciam suas epistemologias, e assim vai se estruturando a colonialidade do poder no projeto civilizatório moderno.

Segundo Mignolo, (2011: 143),

Estabelece-se nesta nova configuração de poder mundial também do conhecimento no espaço geopolítico dominado pela Europa ocidental, apagando-se a possibilidade sequer de se pensar sobre conhecimentos válidos que se emanassem de outras histórias locais não europeias. Diferenças epistemológicas são, assim, hierarquizadas com base nas novas identidades raciais e justificadas pela retórica segundo a qual “certos corpos eram inferiores a outros e que os corpos inferiores carregavam inteligência e línguas inferiores”.

Negando e apagando conhecimentos de outras realidades, a Europa então se torna detentora única do poder de enunciação desta metanarrativa, através da qual passa a ser o centro do mundo. Os territórios e povos que hoje constituem a América Latina entraram na chamada modernidade, já no século XVI, como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta (DUSSEL, 2000: 46). É precisamente neste momento que identidades como índios, negros e mestiços se emergem em condições de subalternidade em relação ao europeu (QUIJANO, 2000: 194). Como foi mencionado acima, essa metanarrativa se cristaliza por meio de correntes de pensamento difundidas pela história eurocêntrica, que vão sendo reproduzidas em toda sociedade por meio de vários dispositivos de silenciamento, como o não cumprimento dos direitos indígenas assegurados pela Constituição de 1988 e a omissão da história contada pelos próprios indígenas nos processos históricos que diferem temporalmente da história colonial.

Pensar sobre outros conhecimentos, que se originam de outras ‘histórias locais não europeias’, apresentando diferenças epistemológicas é, segundo Viveiro de Castro, a reflexão transmitida por, (2015: 15) “Davi Kopenawa que nos ajuda a pôr no devido lugar as famosas

ideias fora do lugar, porque o seu é um discurso sobre o lugar, e porque seu enunciador sabe qual é, onde é, o que é o seu lugar”. Verifica-se um movimento de negação do xamã yanomami em relação a inferiorização da epistemologia yanomami, Kopenawa se apropria do lugar de fala para esclarecer e mostrar a história de seu povo.

Dentre os vários critérios de hierarquização, o domínio das práticas escritas serviu para classificar povos e sociedades não-europeias. Muitas, por não utilizar escrita alfabética para sua organização social e cosmológica, foram subjugadas e suas cosmologias de mundo, negadas. Esta estratégia para hierarquização racial coloca os povos indígenas sempre no passado, sujeitos a terem sua história escrita pelo outro dominador.

A valorização ocidental do pensamento científico como modelo se fundamenta, conforme relata Nascimento (2014: 274-275):

[...] como estratégia importante da modernidade/colonialidade, quando há a instituição da oposição entre oralidade e escrita, sendo esta, naturalmente, vinculada à modernidade e aquela ao passado pré-moderno, à tradição, ao folclore, ao não-civilizado, ao iletrado/analfabeto, ao atraso enfim.

Aníbal Quijano (1989), explicitamente vincula a colonialidade do poder nas esferas política e econômica com a colonialidade do saber e conclui seu argumento de que o conhecimento é um instrumento imperial de colonização. Neste caso, uma das tarefas urgentes que temos por diante é descolonizar o conhecimento. A descolonização do discurso histórico torna-se algo vital para os povos indígenas, que estão se deslocando rumo a apropriação da escrita para poderem assegurar seus direitos fundamentais.

Para Quijano (2005: 108-109), a colonialidade do poder se instaura por meio de quatro processos básicos. Inicialmente, através de ideia de raça como padrão universal que classifica, hierarquiza, privilegia e exclui socialmente; do capitalismo, como mecanismo de exploração e como sistema mundo; do Estado, como central de controle social e o moderno Estado-Nação como uma variante hegemônica; do eurocentrismo, como lógica única de ordenamentos da subjetividade/intersubjetividade, em particular na produção de conhecimento. Ao retratar o movimento que a colonialidade do poder se desenvolve, percebe-se que as outras formas de viver e perceber o mundo vão sendo diminuídas e conseqüentemente apagadas.

Para os propósitos deste estudo, se faz ainda relevante observar a dependência da escrita na cultura ocidental. De acordo com Nascimento (2014: 272),

Desde esta perspectiva, torna-se fundamental reconhecer previamente que as linhas definidoras de uma visão autônoma ou universalista das práticas de letramento (cf. STREET, 2006), que implicam necessariamente a separação hierárquica entre escrita e oralidade, quando interseccionadas com ideologias de mérito e privilégio, instituem e naturalizam hierarquias de poder dentro das quais povos que dominam a escrita alfabética se instituem como superiores

àqueles que originalmente dela não faziam e/ou fazem uso (MCCARTY, 2005:xvii).

Segundo Quijano (1989),

Colonialidade do poder remete a completa matriz o padrão de poder sustentado em dois pilares: o conhecer (epistemologia), entender, o compreender (hermenêutica) e o sentir (aesthesis). O controle da economia e da autoridade (a teoria política e econômica) dependem das bases sobre em que se contenta o conhecer, o compreender e o sentir. A matriz colonial de poder é em última instância uma rede de crenças sobre a qual se atua e se racionaliza a ação [...]

Por isso Quijano dirá: é necessário, mais que necessário, urgente, realçar o mecanismo e dismantelar a matriz colonial de poder. Um dos pontos centrais da crítica que Quijano pontua é a complexidade entre modernidade\racionalidade e a excludente e totalitária noção de totalidade. Pois, trata-se de uma totalidade que nega, exclui, opaca a diferença e as possibilidades de outras totalidades. A racionalidade moderna absorve outras racionalidades e é, ao mesmo tempo, defensiva, estabelecendo uma egopolítica do conhecimento emanada desde o espaço geopolítico europeu. A necessidade de desprendimento epistêmico, evidencia a movimentação de instâncias contra – hegemônicas. Conclui-se que é necessário, então, desprender-se dessas regras de pensamento coloniais.

Assim, um pressuposto básico é o de que a construção da modernidade teve sua contraparte ocultada, ou seja, a colonialidade. Como afirma Mignolo (2000: 37-38),

O imaginário do mundo moderno\colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera.

Essa configuração de poder que se reflete na normatização da escrita eurocêntrica, justifica o interesse em analisar o processo de escrita do livro “*A Queda do Céu*” de Kopenawa e Albert. Problematizar a apropriação da escrita por uma liderança indígena, que sempre teve na oralidade sua forma de expressão mais forte e que inverte o uso da escrita que, até então, é utilizada como mecanismo excludente da história de seu povo para poder relatar seu pensamento crítico de fronteira é algo realmente imprescindível, pois esse movimento de apropriação da escrita realizado por Kopenawa e Albert evidencia o desejo desprendimento, de ruptura com essa história eurocêntrica.

O xamã yanomami e o etnólogo marroquino trabalham com o conhecimento oral do povo yanomami transformando-o em uma escrita colaborativa e dialógica que tem como objetivo a descolonização ontológica e epistemológica de seu povo. Como relata Mignolo (2008^b: 253),

Em primeiro lugar, é necessária a descolonização epistemológica, para em seguida, passar para uma nova comunicação inter-cultural, a um intercâmbio de experiências e de significações, com a base de outra racionalidade que possa afirmar com legitimidade, universalidade alguma [...].

Conforme Suresh Canagarajah (2002:47), empoderar conhecimentos subalternizados requer necessariamente “intervir na escrita acadêmica e nos processos de publicação”. Assim, o processo de escrita do livro de Kopenawa e Albert se apresenta como uma alternativa de decolonialidade. Promover o pensamento decolonial, é um meio de pensar em outras formas de conhecimento, de visibilizar epistemologias que estão a margem neste contexto eurocentrado de mundo.

Os povos indígenas e a escrita

Desde o primeiro contato com o colonizador, os povos indígenas vêm sendo representados e silenciados por narrativas eurocêntricas. Mesmo os indígenas produzindo suas práticas textuais por meio da oralidade e dos desenhos, foram e ainda são hostilizados e desmerecidos como produtores de uma forma de escrita, isso porque trazem em sua base de conhecimento padrões que não são europeus. A imposição de um outro modelo de mundo, por meio de um violento sistema político, religioso e cultural aos povos indígenas é algo que vem sendo desenvolvido desde o século XVI. A base desse projeto colonial foi expandido principalmente por meio da escola indígena administrada por missionários religiosos. “Assim, em todo aquele período, compreendido entre os séculos XVI e XVIII, é praticamente impossível separar a atividade escolar do projeto de catequese missionária” (BANIWA,2006: 151).

A relação dos povos indígenas com a escrita foi construída por meio de projeto um colonizador. A imposição da escrita nas escolas indígenas atendia às necessidades desenvolvidas pela colonização europeia de impor superioridade perante os indígenas e seus territórios, não trazendo nenhum benefício. A escrita foi utilizada como instrumento disciplinar de controle social e o resultado dessa relação entre a escola colonizadora e os povos indígenas, arrasta consigo uma longa história de violência epistêmica e um sistemático processo de silenciamento de outras racionalidades. Os povos indígenas com suas línguas e seus saberes foram sendo violentamente incorporados à comunidade nacional, alimentando a ideia de que os indígenas estavam desaparecendo. O sistema de controle do estado invisibilizava os indígenas na construção da identidade do povo brasileiro e negava seus direitos como cidadãos.

O contexto histórico de apropriação da escola pelos povos indígenas é um movimento que tomou formato no final dos anos 80, com intensa mobilização indígena no processo de elaboração da Constituição em busca de seus direitos. Após a promulgação da Constituição de

1988, os povos indígenas tiveram legalmente reconhecido o direito à diferença cultural, ou seja, direito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; direito ao uso de suas línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem. Com esses resultados os povos indígenas começaram a caminhar para o processo de apropriação da escola e de reflexão sobre qual tipo de escola eles queriam e precisavam em suas comunidades.

Diante do exposto, algumas iniciativas foram conquistadas a partir de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20/12/96), em seus artigos 78 e 79, estabeleceu ao Estado oferecer aos indígenas uma educação simultaneamente em português e nas suas línguas indígenas; e o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº3, de 10/11/99, definiu à União fixar as diretrizes da política de educação indígena, cabendo aos estados ofertá-las. Essas iniciativas trazem mudanças significativas na relação dos indígenas com a escola, mas devemos nos atentar que estamos diante de um contexto de pressões e reivindicações indígenas por autonomias negadas a séculos e fundamentadas em leis de exclusão. “A atual legislação deixou de contemplar duas premissas fundamentais para a superação do modelo escolar integracionista, quais sejam, a da iniciativa e a do controle das sociedades indígenas sobre o processo de conceber, planejar, executar e gerir os seus programas educacionais (SECCHI,2002: 139).

O processo de apropriação das escolas indígenas está relacionado à resistência e a negociação (NAZARENO,2013). Os povos indígenas vêm lutando pelo controle do processo de autonomia de ensino em suas escolas, uma escola que faça sentido para eles, pois o trabalho desenvolvido pelas Secretárias de Educação na maioria dos casos, promove um controle disciplinar em prol de uma grade curricular eurocêntrica, inviabilizando ações desenvolvidas por professores indígenas que desentendam dessa proposta. A escola indígena busca por meio da formação de seus professores indígenas em cursos de licenciatura intercultural, romper com esses problemas, tentam criar dispositivos para que a interculturalidade funcional seja substituída por interculturalidade crítica, “a perspectiva intercultural no âmbito educativo não pode ser reduzida a uma mera incorporação de alguns temas no currículo e no calendário escolar” (CANDAUI e RUSSO,2010: 167). A escola indígena tem um papel importantíssimo na vida das comunidades, por ser um campo de luta e entendimento. É um espaço que pode promover e efetivar mudanças estruturais sobre as desigualdades enfrentadas por eles e um lugar que promove a oportunidade de manutenção de suas línguas, costumes e tradições.

Diante das passagens acima citadas, percebemos que o ato de apropriar-se da escrita é algo doloroso, mas necessário para emancipação epistemológica dos povos indígenas. A relação com a fala e escrita na língua portuguesa carrega muitos conflitos e desafios. Essa relação dos povos indígenas com a língua portuguesa “evoca múltiplas vozes do passado do Brasil; vozes

abafadas dos silenciados, depois de serem linguística e socioculturalmente violentados, em nome da imposição legal da língua portuguesa”. (REZENDE,2010: 123). Essa postura de redefinir o uso do português faz parte de um movimento de resistência que vem acontecendo de forma notória na educação escolar indígena.

‘Falar direito’ para sociedade dominante, ainda significa reproduzir um padrão, que alguém, em um determinado momento, por algumas razões, decidiu que seria o padrão considerado culto, o que se encontra documentado nas gramáticas, que servem de instrumentos de fiscalização da língua. Por outro lado, mesmo que continuar seguindo o padrão ‘culto’ signifique continuar aceitando a sujeição, não seguir, ainda que minimamente, este padrão é permanecer excluído de muitos espaços e esferas sociais, culturais e políticas necessárias à sobrevivência das atuais e futuras gerações. (REZENDE,2010: 124-125).

De acordo com Mignolo (2003: 2), “o discurso hegemônico [...] criou a ilusão de que o conhecimento é des-incorporado e des-localizado e que é necessário, em todas as regiões do planeta, subir à epistemologia da Modernidade”. Além disso, “a história universal é universal no enunciado, mas é local na enunciação [...], que está sempre localizada. ” (:4). O corpo indígena pensa, sente e produz conhecimento desde outros lócus de enunciação. É necessário desprender do conhecimento geopoliticamente situado Mignolo (2010), é necessário mover para corpo-política do conhecimento que denuncia a pretendida universalidade de uma etnicidade particular (biopolítica) localizada em uma região específica do planeta (geopolítica).

Minha carne não vem do esperma de um branco. Sou filho dos habitantes das terras altas da floresta e cai no solo da vagina de uma mulher yanomami. [...]. Por isso meus dizeres são de um verdadeiro yanomami. São palavras que me ficaram na solidão, depois da morte de meus antigos. [...]. São essas as palavras que eu gostaria de fazer ouvir, agora, com a ajuda de um branco que pode fazer com que sejam escutadas por aqueles que não conhecem nossa língua. (KOPENAWA,2015: 73-74).

Resistir as formas de colonização imposta por uma lógica de pensamento alimentada pela modernidade/colonialidade é o caminho proposto pela decolonialidade²²³, que busca por meio da emancipação, um diálogo entre a economia, a política e a cultura (MIGNOLO,2010). A decolonialidade é uma resposta ao projeto de colonização. É uma postura crítica, que tem como objetivo combater a colonialidade do poder

O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. [...]. Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua (COLAÇO, 2012: 08).

223-O vocábulo “decolonial” é utilizado no lugar de “descolonial” em virtude da indicação de Walter Mignolo “para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade e da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos” (ROSEVICS, 2017: 191).

Há análise em duas direções simultâneas ecoando e interpretando a proposta de decolonialidade como categoria de análise de situações pós-coloniais interculturais latino-americanas em diferentes e complexas dimensões apresentada por Quijano, Mignolo (2010: 13-14), uma analítica e outra programática. Em sua dimensão analítica, o conceito de decolonialidade se abre para a reconstrução e para a restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade, definida sob o nome de modernidade e racionalidade. Em sua dimensão programática, assume o caráter de desprendimento ('delinking') epistêmico no âmbito social. Para Mignolo, é neste cruzamento, entre o analítico e o programático que a proposta de decolonialidade se distancia e ao mesmo tempo, em que subsume à crítica pós-colonial e pós-moderna originada nos limites internos do pensamento hegemônico (ainda que crítico) europeu.

Assim, para Mignolo (2010), o *projeto de libertação* que enseja a *decolonialidade*,

São projetos conceptuais (portanto, epistêmicos) de desprendimento da matriz colonial do poder. Dado o alcance global da modernidade europeia, este desprendimento não pode ser entendido como a chegada de um novo sistema conceptual, literalmente, isento de referências. Em minha proposta, o desprendimento pressupõe um pensamento fronteiriço ou uma epistemologia fronteiriça no sentido preciso de que a fundação ocidental da modernidade e do pensamento é por um lado inevitável e, por outro, limitada e perigosa (MIGNOLO, 2010: 23).

Conforme Mignolo (2000), a compreensão do que seja pensamento fronteiriço ou epistemologia fronteiriça "é impensável sem a compreensão da diferença colonial. Além disso, é o reconhecimento da diferença colonial desde perspectivas subalternas que demanda o pensamento fronteiriço" (MIGNOLO, 2000: 6). A diferença colonial, por sua vez, se por um lado se refere à "classificação do planeta no imaginário moderno/colonial, implementada pela colonialidade do poder, uma energia e uma maquinaria que transforma diferenças e valores", por outro lado se emerge como a possibilidade de uma,

Gnoseologia poderosa e emergente, que absorve e desloca as formas hegemônicas de conhecimento para a perspectiva do subalterno. Não se trata de uma nova forma de sincretismo ou hibridização, mas de um intenso campo de batalha na longa história de subalternização colonial do conhecimento e da legitimação da diferença colonial (MIGNOLO, 2000: 12).

A diferença colonial torna-se, assim, conforme o autor,

O espaço onde a colonialidade do poder é desempenhada, é também o espaço onde a restituição do conhecimento está ocorrendo e onde o pensamento fronteiriço está emergindo. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que inventam e implementam projetos globais se encontram com as histórias locais, o espaço em que os projetos globais têm de ser adaptados, rejeitados, integrados ou ignorados. A diferença colonial é, por fim, a localização tanto física como imaginária em que a colonialidade do poder opera na confrontação entre dois tipos de histórias locais desenvolvidas em diferentes espaços e tempos ao redor do planeta. Se a cosmologia ocidental é

o ponto de referência historicamente inevitável, os múltiplos confrontos entre dois tipos de histórias locais desafiam as dicotomias. As cosmologias cristã e nativo-americana, as cosmologias cristã e ameríndia, as cosmologias cristã e islâmica e as cosmologias cristã e confucionista, entre outras, somente representam dicotomias quando são consideradas separadamente e não quando são comparadas nos limites do sistema mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2000: ix).

O pensamento fronteiriço, assim, é

Uma consequência lógica da diferença colonial que remonta ao momento inicial do colonialismo na América. Pode ser remontado ao momento inicial do colonialismo espanhol nos Andes e na Mesoamérica. [...]. [O] lócus fraturado de enunciação desde a perspectiva subalterna define o pensamento fronteiriço como uma resposta à diferença colonial. [...]. A diferença colonial cria as condições para situações dialógicas nas quais a enunciação fraturada é desempenhada desde perspectivas subalternas como uma resposta ao discurso e à perspectiva hegemônica. Assim, o pensamento fronteiriço é mais do que uma enunciação híbrida. É uma enunciação fraturada em situações dialógicas com a cosmologia territorial e hegemônica (i.e. ideologia, perspectiva) (MIGNOLO, 2000: x).

Conforme Mignolo, o projeto de decolonialidade desde o pensamento fronteiriço não busca, contudo, “reivindicar um privilégio epistêmico das ‘minorias’, mas seu direito epistêmico que exercido como direito epistêmico tem o potencial decolonial que se contrapõe à assimilação” (MIGNOLO, 2010: 32-33). Além disto, conforme sintetiza Mignolo (2010: 35), o projeto de decolonialidade epistêmica envolve, necessariamente, “o incontrolável terreno da desnaturalização terminológica. Isto implica que uma estratégia de desprendimento consiste em desnaturalizar os conceitos e os campos conceptuais que totalizam uma realidade”. Esta estratégia de desprendimento não significa, contudo, “negar e ignorar o que não se pode negar, mas de saber como utilizar técnicas ou estratégias imperiais com propósitos decoloniais” (MIGNOLO, 2010: 38-39).

Nesta direção, se faz relevante destacar que Kopenawa utiliza a ‘escrita’ como estratégia de desprendimento da visão totalizante sobre os povos indígenas, por meio da escrita promovendo uma ruptura da relação de subordinação do indígena. O xamã yanomami recorre à narrativa escrita, inverte o uso da ferramenta até então utilizada pelo não indígena como mecanismo de silenciamento de seu povo, para que sua voz seja codificada pelos brancos, para que a história de seu povo seja escutada, reconhecida e respeitada. Kopenawa se utiliza do grafocentrismo para demonstrar a dependência da história escrita para a cultura ocidental.

Considerações finais

Ao promover análise crítica sobre o processo de escrita do livro, “*A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*”, busca-se apresentar o potencial decolonial desse experimento literário intercultural. Para tal, estão sendo desenvolvidos estudos sobre: autoria indígena no Brasil; apropriação da escrita pelos povos indígenas no Brasil; processo de transcrição da oralidade/escrita; tradução cultural, entre outros. Neste sentido, é importante destacar que a presente pesquisa objetiva apresentar o livro de Kopenawa e Albert como uma desobediência epistêmica que exterioriza o pensamento crítico de fronteira rumo a uma postura decolonial. Além disso, o presente estudo intenta atuar no campo da escola pública problematizando a necessidade de inserção da história indígena no currículo escolar, destacando a apropriação da escrita pelos povos indígenas na atualidade.

O conhecimento registrado contribui para permanência da memória indígena, mas é um caminho complexo cheio de demandas. Caminho este que está sendo trilhado por meio da apropriação dos povos indígenas e dos instrumentos que historicamente os subalternizaram, como a língua portuguesa, a escola e os conhecimentos ocidentais. Esse processo de se adaptar ao que não é próprio de suas culturas é uma experiência complicada e desafiadora, mas também é uma possibilidade de atualização e transformação da memória indígena (NAZARENO e ARAÚJO,2017). Os riscos são imensos, mas a possibilidade de assegurar protagonismo, autonomia e memória, faz com que os povos indígenas do Brasil se mobilizem, se apropriem desses instrumentos. Desse modo, este projeto visa por meio de suas análises ecoar essas rupturas epistemológicas que estão em movimento nas margens do mundo moderno.

Referências

BANIWA, Gerssem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Edições MEC/UNESCO. Brasília, novembro de 2006.

BARDIN, L. **Análises de conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1977.

BIOCCA, Etorre. **Yanoama, dal racconto di una dona rapita degli Indi**. Bari: Leonardo da Vinci, 1965.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. RUSSO, Kelly. **A Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa**. Rev. Diálogos Educ, Curitiba, v, 10, n. 29, jan/abr,2010. p. 151-169.

CANAGARAJAH, A. S. **A geopolitics of academic writing**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press. 2002. 332 p.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. **Prefácio**. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. 1ªed.São Paulo: Companhia das Letras,2015.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa.** História (São Paulo) v.30, n.1, p.349-371, jan/jun 2011 ISSN 1980-4369.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

CHAGNON, Napoleon. **Yanomamö: The Fierce People.** 1. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.1968. 224 p.

_____. **Life histories, blood revenge, and warfare in a tribal population.**1988. *Science*, 26 de fevereiro, 239: p. 985-992.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo, em Lander, Edgardo (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.** Perspectivas latino americanas (Buenos Aires: CLACSO/UNESCO),2000. p.39-51.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução á pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.p.57-63, 1995.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (org). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política.** 1 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami.** 1ºed.São Paulo: Companhia das Letras,2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – **LDB** (Lei 9.394, de 20/12/96). Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> > Acesso em 13 junho de 2018.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface: In Administrative Science Quarterly**, vol.24, no.4, December 1979, pp 520-526.

MACCARTY, T. L. Introtuction: The continuing power of the “Great Divide”. In: MACCARTY, T.L. **Language, literacy and power in schooling.** New Jersey/London: Lawrence Erlbaum, p.xv-xxvii.2005.

MIGNOLO, W. D. **Local histories/Global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica; A opção Descolonial e o significado de identidade em política.** Duke University, Universidad Andina Simón Bolívar. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. Publicado em Caderno de Letras da UFF-Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº34, p. 287-324, 2008^a.

MIGNOLO, D. Walter. **La opción De-colonial: Desprendimiento y Apertura. Um Manifiesto y Un Caso.** Duke University, Durham, p,245-281, USA.2008^b.

MIGNOLO, D. Walter. **Desobediência Epistêmica: Retórica de La Modernidad, Lógica de La Colonialidad y Gramática de La Descolonialidad**. Ediciones del Signo. Buenos Aires-Argentina.2010.

MIGNOLO, W. D. **The darker side of Western Modernity: global futures decolonial options**. Durham/London: Duke University Press.2011.

NASCIMENTO, André Marques do. **Geopolíticas de escrita acadêmica em zonas de contato: problematizando representações e práticas de estudantes indígenas**. Trab. linguist. apl., Campinas, v.53, n.2,dez, 2014. p.267-297. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v53n2/v53n2a02.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

NAZARENO, Elias. FREITAS, Marco Túlio de Urzêda. Interculturalidade e práticas pedagógicas contextualizadas: uma perspectiva de-colonial para a formação de professores/as indígenas. (Org): PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; BORGES, Mônica Veloso. In: **Educação Intercultural. Experiências e desafios pedagógicos**. Goiânia: PROLIND/SECAD-MEC/FUNAPE,2013. p.113-131.

NAZARENO, Elias. ARAÚJO, Ordália Cristina G. Reflexões em torno do tema contextual “Etnicidade e diversidade cultural”. In: **Revista Articulando e Construindo Saberes**. UFG – Vol 2, nº1– Goiânia:/CEGRAF,2017. p.115-131.

QUIJANO, Aníbal. **Paradoxes of Modernity in Latin America** Author(s): **International Journal of Politics, Culture, and Society**, Vol. 3, No. 2 (Winter, 1989),pp. 147-177.Published by: Springer Stable URL:< <http://www.jstor.org/stable/20006945>>. Acesso em: maio de 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade del poder y classificacion social**. Journal of World-Systems Research, vol.2, summer/fall. 2000. p.342-386.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. pp.227-278.

REZENDE, Tânia, F.S. Experiência de escrita e reescrita de textos em português por alunos indígenas da licenciatura intercultural da UFG. In: **Cidadania, Interculturalidade e formação de docentes indígenas**. (Orgs). ROCHA, Leandro. M.; PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; BORGES, Mônica, V.- Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2010.ps119-132.

ROJAS. J. L. **La Etnohistoria de América. Los indígenas, protagonistas de su historia**. Buenos Aires: SB,2008.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SEGREDO da tribo. Direção: José Padilha. Produção: Zazen produções/Stampede.2010. 1h.50m.

SECCHI, Darci. Apontamentos acerca da regularização das escolas indígenas. In: **Congresso de Qualidade na Educação: formação de professores: educação indígena**. Marilda Almeida Marfan (Org). Brasília: MEC, SEF, 2002. v4. 204p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2018.

STYCER, Mauricio. **Padilha expõe guerra entre antropólogos por causa dos Yanomami**. Disponível em: < <http://cinema.uol.com.br/ultnot/2010/04/08/padilha-expoe-guerra-entre-antropologos-por-causa-dos-ianomami.jhtm> > Acesso em: 22 jun. 2016.

STREET, B. **Perspectiva interculturais sobre o letramento**. Tradução Marcos Bagno. Linguística e Filologia Portuguesa, n8, p.465-488. 2006.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Coleção Práticas Docentes, 3). 2012.

TIERNEY, Patrick. **Yanomami: um povo ameaçado**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz10.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

TIERNEY, Patrick. **Trevas no eldorado: como os cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p.526.

TIRADO, Genara Pulido. **Violencia Epistémica y Descolonización del Conocimiento**. Sociocriticism, vol. 24, nº. 1-2, pp. 173-201, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/revista/19997/V/24>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

TRABALHO DE MEMÓRIA E RESENTIMENTOS: BREVES CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE UMA ENTREVISTA EM HISTÓRIA ORAL

*Katiusse Florentino da Mota Domingos*²²⁴

RESUMO: O presente trabalho se propõe a apresentar alguns resultados da pesquisa em andamento, a partir da análise da entrevista realizada com Caboclinha, 63 anos, advogada, atingida e deslocada pelas obras de implantação da Usina Hidrelétrica de São Simão. A representatividade de seu relato sobre a implantação da barragem nos fornece inúmeros elementos para pensar o trabalho de constituição e de formalização de memórias compartilhadas. De que forma um grupo social concilia suas lembranças mais dolorosas a respeito do deslocamento compulsório promovido pelo empreendimento, num contexto em que não existe abertura no espaço público para que o acontecimento seja digerido? É nesse sentido que se segue as breves considerações sobre o trabalho de memória protagonizado pelos nativos de Paranaiguara e os ressentimentos que se expressam no plano individual e coletivo.

Palavras-chave: Memória Compartilhada; História oral; Ressentimentos

²²⁴ Mestranda pelo PPGH-UFG na linha de pesquisa História, Memória e Imaginários Sociais, sob orientação do professor Dr. Yussef Daimbert Salomão de Campos e financiada pela CAPES.

Em 2011 integrei equipe responsável pelo levantamento histórico-cultural dos municípios afetados diretamente pelas obras de implantação da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul²²⁵ e foi nesse contexto que me aproximei das reflexões que pretendo discorrer. Antes de partirmos para os trabalhos de campo, constatamos que haviam pouquíssimas informações disponíveis sobre o município de Paranaiguara, além de dados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apenas dois históricos, um no site da câmara dos vereadores do município e outro numa plataforma de pesquisa online. Não havia absolutamente uma pesquisa acadêmica ou publicação disponível em banco de dados nas bibliotecas do estado.

Em campo coletamos um histórico disponibilizado pela prefeitura municipal, composto pela evolução cronológica do povoado: ocupação, formação do distrito, emancipação administrativa, a mudança promovida pela barragem e o progresso da região. Em seguida a equipe foi direcionada para um historiador local, José Sebastião de Carvalho, que nos apresentou um histórico de sua autoria. Apesar da inexistência de preocupações teórico-metodológicas, o histórico do município – em forma de perguntas e respostas – foi escrito a partir da coleta de narrativas orais coletadas pelo autor entre os moradores mais antigos da cidade. O referido histórico foi encomendado pela câmara dos vereadores em 2003, para ser destinado ao ensino público do município, sendo que a pesquisa e levantamento de fotos e documentos, permitiram a publicação de um livro em 2008, “História de Paranaiguara” (CARVALHO, 2008). Historiador, escritor, poeta, José Sebastião de Carvalho atuou por muitas décadas no ensino público, guardião da história local, também é autor do hino do município, o qual segue um trecho:

Seus filhos são afoitos bandeirantes,
Que trilham as pegadas do Anhanguera.
Pelas águas de um lago inundada,
Transferiu-se a um lugar muito mais alto,
Tornou-se conhecida em toda parte
Como a flor e a princesa do Planalto.
Celeiro do Brasil, torrão gigante,
De poesia, rincão encantador,
Jamais, Paranaiguara, a olvidaremos,
Teu nome cantaremos com ardor.²²⁶

Apesar do poder público municipal apresentar a construção da Usina de São Simão como início de uma nova fase para o desenvolvimento de Paranaiguara, o contato com os moradores durante a realização dos trabalhos de campo revelaram inúmeras problemáticas referentes ao empreendimento e as incomensuráveis perdas decorrentes dele. E foi dessa experiência que surgiu o problema que ora desejamos discorrer no desenvolvimento da presente

²²⁵ Seguindo as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de acordo com o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000

²²⁶Hino municipal, autoria de José Sebastião de Carvalho disponível em <<<http://www3.paranaiguara.go.gov.br/sobre-a-cidade/>>>

pesquisa. Num primeiro aspecto, é notável que existe uma memória enquadrada onde a barragem aparece como promotora do progresso na região e que tenha melhorado consideravelmente a qualidade de vida das pessoas que foram deslocadas. Nessa narrativa, quando se fala de perda, refere-se ao sepultamento do Canal de São Simão, contudo é uma perda que teria sido recompensada pela construção de uma cidade moderna, asfaltada, com ótima infraestrutura: redes sanitárias e hidráulicas, eletricidade, ruas largas entre outros. É o discurso predominante, que aparece no histórico disponível na prefeitura, no livro publicado sobre a cidade, no site da câmara e em notícias de jornais.

Vejamos algumas fotos coletadas no acervo da prefeitura municipal de Paranaiguara que documentam o período de andamento das obras de implantação da UHE de São Simão. A primeira foto foi tirada durante comemoração do aniversário da cidade, no dia 23 de junho de 1974, ano anterior ao lançamento da pedra fundamental no local onde seria construída a nova cidade. Durante o evento cívico, alunos do colégio municipal desfilam aos olhos dos moradores e mais ao fundo alguns estudantes levantam uma faixa onde é possível ler “Queremos uma nova Paranaiguara”. A segunda foto foi tirada durante a inauguração da nova Paranaiguara (outubro de 1976), onde é possível visualizar edificações ainda em construção. As estudantes carregam uma faixa com os escritos “As escolas municipais de Paranaiguara agradecem ao excelentíssimo prefeito Enio Tiburcio por esta bela cidade”. As fotografias documentam representações de que a barragem foi desejada pela população:



Figura 3: Em paralelo uma fotografia de 1974 durante o desfile cívico de aniversário de Paranaiguara. Destaque para os estudantes ao fundo segurando uma faixa onde pode-se ler "Queremos uma nova Paranaiguara". A segunda foto foi retirada durante o ato de inauguração da cidade em 30 de outubro de 1976. (acervo da prefeitura)

Memória social é um conhecimento do passado que é capitaneado pelo presente. Um conhecimento que bebe das lembranças individuais dos sujeitos, mas também de jogos de poder e interesses. Ela glorifica ou demoniza o passado, ou parte do passado, aquilo que ela quer

lembrar e inclusive vai mudando ao longo do tempo, de acordo com interesses e disputas atuais (POLLAK, 1992). Convenientemente a memória esconde elementos do passado que não servem à narrativa que se quer defender. Sendo assim, podemos nos perguntarmos quais são as narrativas que estão em jogo no presente? Como aqueles sujeitos que vivenciaram as obras de implantação da barragem e ainda residem na cidade de Paranaiguara ressignificam o passado e a repercussão desse acontecimento histórico em suas vidas?

Para lançar uma análise sobre essas questões, o texto se divide em 3 partes. Na primeira parte apresentaremos o arcabouço teórico que orienta a aproximação entre história e memória e o tratamento das entrevistas coletadas. No segundo tópico apresentamos a narrativa de Caboclinha e problematizamos o discurso oficial sobre a chegada da barragem. No terceiro tópico trazemos alguns dos ressentimentos expressos nas narrativas dos sujeitos que foram deslocados da antiga cidade de Paranaiguara e que aparecem na fala de Caboclinha. Meu objetivo nesse trabalho é apresentar os sentidos que emergem da entrevista e que são representativos no desenvolvimento da pesquisa em andamento.

1. Pressupostos teórico-metodológicos

Uma pesquisa em história oral precisa em primeiro lugar considerar o contexto da produção da fonte. Isto porque estamos lidando com uma especificidade em que a pesquisadora analisa uma fonte que ela mesma participa da produção, ou seja, uma fonte provocada. É mais sensato considerarmos o que Portelli denomina “cocriação de fontes”, uma vez que o emprego de vozes dos sujeitos na nativa histórica conta com a participação ativa tanto da pesquisadora quanto dos sujeitos que dão seu contributo para a realização do trabalho.

Numa entrevista de história oral, não se trata apenas de fazer perguntas que são prontamente respondidas pelos sujeitos, mas uma relação construída em função da interação entre os interlocutores. E esta relação é sobretudo negociada, uma vez que

(...) A narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador. Este assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. A diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias dentro de seu círculo imediato. (Portelli, 2010: p. 19,20).

Quando Alessandro Portelli diz que a relação entre fonte e historiador é negociada, diz respeito ao fato de que uma “entre/vista” de história oral, por mais que o pesquisador e pesquisadora tente criar um ambiente “confortável” para seus interlocutores, não deve ser

encarada como algo “natural”. Do mesmo modo que o universo cultural da pesquisadora delimita suas perguntas, reações e intenções, para o narrador falar da sua vida a outrem, como o próprio Pollak pontua, apenas alcançará os resultados esperados se este estiver “numa situação social de justificação ou de construção de [si] próprio” (Pollak, 1992, p.213). Dito de outro modo, para que a interlocução aconteça, o entrevistado deve estar sobretudo convencido a respeito “da própria utilidade de falar e transmitir seu passado” (Pollak, 1989, p.13) e constrói sua narrativa de acordo com suas percepções no ato da entrevista:

(...) em vez de uma “roda” de ouvintes, a situação de entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos, face a face, mediados pelo emprego estratégico de um microfone. Em torno desse objeto os dois se olham. A ideia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender que é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A “entre/vista”, afinal, é uma troca de olhares (Portelli, 2010, p.20).

Mas se existe uma relação entre o sujeito que pesquisa e sujeito histórico que é objeto de pesquisa, não quer dizer que essa relação seja simétrica. No ato da entrevista o narrador ou narradora pode omitir informações, seja pela própria desconfiança em relação aos resultados do trabalho, seja pelas relações estabelecidas em seu meio social no presente. O narrador pode titubear em seu discurso, de igual modo pode não responder aos questionamentos e ter controle de todo conteúdo pelo qual é indagado. De tal modo que na relação dialógica durante a entrevista, mesmo que as barreiras entre pesquisador e sujeito que narra sejam tangíveis, elas são fluidas, negociadas, renegociadas e modificadas ao longo da interação. Segundo Portelli, a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto a consonância” (idem, p.35). E essa diferença se torna mais evidente quando concluído o trabalho de campo, a historiadora inicia a preparação de seus resultados:

(...) quando este “contar a história” oral e dialógico é transferido para a textualidade monológica e estável da escrita histórica e literária, essa fluida barreira “oral” se converte em uma separação exata. Minha escritura tem precisamente a função de distanciar as palavras daqueles que as pronunciaram e, assim, de tirá-las de seu controle. (Portelli, 2010, p.35).

Muitos historiadores orais, sobretudo da primeira geração, acreditavam poder “dar voz” aos sujeitos marginalizados pela historiografia tradicional, mas se lançarmos um olhar mais amplo concluímos que esses sujeitos têm voz e nos apropriamos dela para compor uma narrativa. Como não podemos tomar os relatos como a história em si mesma, cabe a nós historiadores contextualizarmos a produção da fonte, compreendermos a complexidade com que a memória social se estabelece no interior de um grupo social e entre os grupos e a partir daí buscar uma escrita da história que mais se aproxime da experiência desses sujeitos. E nesse sentido é pertinente a pergunta: o que documenta a fonte oral?

Ao trabalhar com uma história da memória, o historiador lida com construção e reconstrução coletiva das experiências humanas (acontecimentos) no decorrer do tempo, a partir das múltiplas vozes dos sujeitos, identificando os distintos atores que fazem parte de uma certa memória, incluindo os marginalizados e excluídos. Portanto, mais importante que coletar dados da memória é analisar os processos de constituição da memória social, compreender as disputas e negociações a respeito dos sentidos do passado em cenários diferentes e para grupos diferentes, justamente porque as tensões no campo da memória revelam relações de poder. Nesse sentido, uma fonte oral documenta o presente:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p.09).

Assim, para Pollak (1989; 1992) não somente os elementos comuns ressaltados na memória de um grupo são elementos de análise, mas também as discrepâncias, os pontos de vistas divergentes e mesmo os ocultamentos e o que é apresentado na forma de uma imagem majoritária que dá sentido ao grupo num determinado momento. Podemos assim nos perguntar sobre os sujeitos que foram deslocados, ao reconstruírem o seu passado, o que dizem de si e trazem como memória coletiva? O que esta memória revela e oculta?

Nesse sentido, fica estabelecido o lugar das fontes orais em uma história da memória. Não se trata de recuperar o acontecimento passado, tal como aconteceu. Tomar as narrativas orais como uma das versões do fato se configura como um erro metodológico sem precedentes. As fontes orais dizem pedaços do acontecimento, não porque são diferentes versões, mas pela própria condição de vestígio:

“Um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou ator da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade” (ROUSSO, 1996 p.98).

Sendo assim, tomadas como visões retrospectivas sobre o passado, as fontes orais nos autorizam indagar sobre como um acontecimento é sobreposto, trabalhado através de interações sociais múltiplas que definem o que deve ser lembrado e ao mesmo tempo, o que deve ser ocultado. A constituição da memória é um fenômeno histórico. O pesquisador deve identificar os princípios dessa seleção e observar como eles variam, dependendo do lugar ou do grupo envolvido, e como essas memórias mudam com o tempo. Ecléa Bosi (2006) complementa:

[...] Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é um trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 2006, p. 55).

Diante do exposto, retomemos os pressupostos colocados até aqui. 1 memória é elemento constitutivo da identidade de um grupo, ou seja, as representações do passado compartilhadas garantem a unidade de um grupo social. 2 O passado é matéria de instrumentalização pelos poderes constituídos, sendo assim, existem tensões no interior de um grupo e disputas pelos marcos que farão parte e aqueles que serão excluídos na constituição da identidade. 3 sendo um fenômeno coletivo, a memória social também é histórica e cada indivíduo é ativo no papel de rememorar um passado e transformá-lo em uma narrativa, uma vez que participa de diversos grupos e organiza suas representações do passado de forma idiossincrática.

Reconhecer o papel ativo do indivíduo no trabalho de constituição da memória é imprescindível para não considerarmos a memória compartilhada como mero produto de imposições por parte dos poderes constituídos. Ao analisar a irrupção de narrativas sobre as vítimas do stalinismo num momento de crise política, Pollack (1992) fala da sobrevivência “durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes e ressentimentos, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas” (p.11). É nesse sentido que o autor lança mão da noção de *memórias subterrâneas*:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente que se opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989: p.11).

A noção de memórias subterrâneas atesta a função social do silêncio, pois nem todo esquecimento, nem todo silêncio, é uma tentativa deliberada de se ocultar a verdade sobre o passado. O silêncio também pode ser um desejo sincero do narrador não se aproximar de aspectos desagradáveis de seu passado. Numa pesquisa sobre memória operária durante o regime militar, Marco Aurélio Santana encontrou muita resistência e silenciamentos durante a realização das entrevistas (2000), diante do insucesso, decidiu investigar os sujeitos a que

reportava, descobriu que um dos entrevistados integrou a junta de intervenção do sindicato, outro delatou companheiros, um dos entrevistados estava envolvido em fraudes e outro tornou-se evangélico. O pesquisador identificou um pacto consciente ou inconscientemente selado entre os sujeitos envolvidos para “esquecer” o passado. É nesse sentido que as relações constituídas no presente também influenciam os resultados de uma pesquisa com a metodologia da história oral.

2. “E assim foi a nossa mudança”

O meu contato com Caboclinha²²⁷ aconteceu pela primeira vez em 2011 e foi ela mesma quem teve a iniciativa de procurar a equipe, uma vez que ouvira rumores de que haviam historiadoras levantando o patrimônio cultural da região. Além de uma folha de papel dobrado, Caboclinha foi ao encontro de nossa equipe munida com um xibiu – pequeno pedaço de diamante – que guardava com muito carinho, presente de seu falecido pai. A folha de papel, se tratava de um documento aprovado na câmara municipal para a mudança do nome da rua em que morava: a frieza da rua “2” para Rua José Alves Lima, nome de seu falecido pai. Ela foi-nos informante, direcionando algumas pessoas que poderiam contribuir para a nossa pesquisa e locais que poderíamos visitar.

Agora no contexto da realização da minha pesquisa de mestrado pude entregar pessoalmente o resultado do levantamento que contou com sua participação e de fato entrevistá-la, o que foi prontamente aceito. No conforto do seu escritório faço a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual além das questões éticas e legais que envolvem a entrevista, constam as justificativas e objetivos gerais da pesquisa. A intenção é que a entrevista não se inicie com uma pergunta direcionada, mas com a fala da narradora, que potencialmente expresse o recorte mais marcante no seu exercício de rememoração. Eis na íntegra a fala inicial da narradora:

Katiusse – Comece falando o nome da senhora e idade.

Caboclinha – Eu me chamo E. B. A. Tenho 63 anos. Sou filha da antiga Paranaiguara, denominada Mateira. Que, por sua vez, mudou-se para esse local onde a gente vive hoje, em circunstância da Usina da Cemig que foi construída naquele local. Foram desativadas as terras ali em prol da Usina. Porquê naquela época tinha muito espaço, tinha que ter muito espaço para pôr a água, não é como hoje que gasta menos água, né? Então o que acontecia... aí... [interrupção de ruído externo – um carro de som passando na rua]. Desapropriaram as terras ali. Desapropriaram aquelas fazendas todas. Desapropriaram os habitantes né? Da área rural e urbana. A área rural ficou bem poucas terras produtivas... muitas sedes foram desativadas e Paranaiguara surgiu assim... construiu uma cidade planejada né? Com todos os prédios públicos. Com... me refiro às escolas, fórum e depois os bancos também e as residências. Mas a cidade

²²⁷Nome fictício com o intuito de proteger a identidade da entrevistada. Entrevista cedida no dia 23-02-2018.

é planejada. Traçada e planejada. Até o esgoto de Paranaiguara é esgoto tratado. Onde são poucas né? No estado e até mesmo no país. Então o nosso esgoto é tratado. Então foi tudo feito. Paranaiguara foi construída assim: pegou a cidade velha, desmancharam as casas lá. Teve gente que teve interesse de trazer material e trouxe, mas chegou aqui e tudo era zeradinho, os prédios, era tudo novinho. E assim foi a nossa mudança. E a gente tem muita saudade da nossa cidade velha. E nós conseguimos... é... nós fazemos até uma festa do reencontro da nossa turma, da turma de Paranaiguara. Já realizamos duas vezes. O ano retrasado, e o ano passado. Então parece-me que todo ano vai ter esse reencontro. Porque o pessoal que foi embora... o pessoal não esquece da nossa cidade. Era Mateira. Mateira também era uma cidade muito acolhedora. Assim... não tinha asfalto, tinha algumas ruas calçadas, tinha o córrego da Mateira que passava mesmo no meio da cidade... mas era assim, uma família. Por isso que a gente se apegou tanto e onde a gente tá, e onde a gente vai, e as pessoas perguntam pela gente... ficou aquela família assim, antiga. Muitos já se foram né? Faleceram, mas tem as raízes dessas famílias aqui em Paranaiguara. Então o que a gente faz pra não deixar morrer essa história? Né? Então Paranaiguara, que é a Mateira né? Onde que era Mateira, lá também quando é época de seca, diz-se que ficam descobertos muitos prédios na Mateira, que sempre que para de chover, fica seco né? Eles aparecem. Tem o prédio do colégio Belmiro Soares também né? Que era uma construção boa. As melhores construções lá que não foram arrancadas, quando pára de chover elas vêm à tona. Aí o pessoal vai lá, fotografa. Você pegou fotos de lá? (Entrevista cedida no dia 23-02-2018)

Para Bordieu, “cada entrevista tem seu tempo particular que não é o da leitura” sendo que o processo de transcrição acaba por destituir grande parte do potencial para se compor a análise de uma entrevista, tais como o tom de voz, a linguagem corporal, a ênfase que o narrador emprega em sua enunciação, o ritmo da fala, o silêncio (BORDIEU, 1997, p.701). Não é por acaso que muitos historiadores orais têm se capacitado para a análise de narrativas audiovisuais, pois grande parte da narrativa inevitavelmente se perde na passagem da oralidade para o texto escrito. Nesse primeiro fragmento da entrevista por exemplo, a narradora escolhe bem as palavras que profere, o ritmo de sua fala é mais pausado, o que denota maior exercício de seletividade no seu ato de enunciação. Ao narrar o deslocamento da cidade é a advogada falando, não uma pessoa com entes queridos envolvidos em todo o processo, o que denota um certo distanciamento: “foram desativadas as terras ali em prol da Usina”, “desapropriaram as terras ali”, “muitas sedes foram desativadas”. A narradora se insere na história apenas quando menciona a antiga cidade: “sou filha da antiga Paranaiguara”, “E a gente tem muita saudade da nossa cidade velha”, “por isso a gente se apegou tanto”, “Então o que a gente faz pra não deixar morrer essa história?”.

O fato da narradora reiterar várias vezes que a cidade é planejada nos faz pensar na estratégica propaganda lançada pela empresa CEMIG como fator decisivo na divulgação do empreendimento como algo positivo para a população atingida. Esse é um componente crucial para compreendermos as narrativas constituídas em torno do processo de deslocamento compulsório em Paranaiguara. De acordo com as outras entrevistas realizadas, junto com a notícia de construção da barragem que se destinava a atender uma demanda crescente de energia

elétrica no Triângulo Mineiro e sudeste do país, vinha também o discurso de que a obra permitiria a dinamização da economia local, desenvolvimento do potencial turístico, incremento da piscicultura e a possibilidade de fomentar a implantação de um futuro palco industrial naquela região que ainda se encontrava às margens da economia capitalista.

Entre as décadas de 1970 e 1980 muitas barragens foram construídas simultaneamente no Brasil como resultado da política desenvolvimentista adotada na época. Dentre elas, podemos destacar as obras monumentais de Itaipu binacional, cujo período de implantação foi entre os anos de 1975 e 1982; Tucuruí no Pará, implantada entre 1974 e 1984; Itumbiara (GO) 1974-1980; Itaparica no Pernambuco, concluída em 1975; Sobradinho na Bahia, entre 1973 e 1979; Balbina na Amazônia concluída em 1977; além da UHE de Foz do Areia (PR) 1975-1979, Marimbondo (MG) 1971-1977, Salto Santiago (PR) 1980, Água Vermelha (SP e MG) 1973-1979, Salto Osório (PR) concluída em 1975 entre outras²²⁸. A produção de energia hidrelétrica concentrou as ações do governo através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II), uma vez que energia é essencial para fomentar a industrialização, assumida como caminho para superar o atraso brasileiro. Empreendimento que apenas foi alcançado por meio de financiamentos internacionais e apoio de empresas estatais, aumentando a dívida externa consideravelmente.

A formulação do projeto para a construção da Usina Hidrelétrica de São Simão remonta aos estudos levantados pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), um organismo de planejamento regional formado por representantes dos estados componentes da bacia do rio Paraná (Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina) e Rio Grande do Sul, formando o que se convencionou chamar de Bacia Paraná-Uruguai. Os planos elaborados pela CIBPU, de acordo com a análise de Cleonice Gardin, estavam em consonância com uma política nacional preocupada em resolver o problema das disparidades internas do território brasileiro. A proposta da comissão se voltou para promover o desenvolvimento regional a partir do aproveitamento múltiplo e integral dos cursos fluviais (GARDIN, 2009).

A crença amplamente difundida era de que o desenvolvimento do país passava pela industrialização e que o Estado brasileiro deveria participar ativamente deste processo criando a infraestrutura necessária, garantindo a oferta de energia, insumos, escoamento da produção, incentivos fiscais, créditos e tudo aquilo que fosse preciso para tirar a economia do país de sua posição periférica (BECKER, 1998, p.36).

²²⁸Na listagem das Usinas apresentada no texto, levei em consideração o ranking de capacidade produtiva, dentro do recorte temporal especificado (1970-1980). A maioria das informações foram retiradas no sítio eletrônico *Observa Barragem*. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>> Acesso em 12/08/2017.

Em 1958 foram realizados os primeiros estudos do potencial hidrelétrico do Canal de São Simão pela CIBPU e dois anos mais tarde foram demarcados os terrenos que forneceriam areia, argila, pedregulho e demais materiais para a construção da Usina. Em parceria com a CELG (Centrais Elétricas de Goiás) foram também realizadas medições de descarga do rio, observação do nível de água, entre outros (GARDIN, 2009). A concessão para a construção da UHE de São Simão foi outorgada à CEMIG (Centrais Energéticas de Minas Gerais) pelo decreto federal nº55.512, em janeiro de 1965. Em 1973 se deu o início das obras de implantação da Usina, e o início da operação em 1978. Nesse período de cinco anos foi construída a barragem de 3.440m de comprimento e altura de 127m, quatro cidades foram construídas e uma ponte sobre o Paranaíba. Outro relato fala sobre a chegada da barragem e o discurso do progresso:

Katusse – E... me fale um pouco mais sobre como foi receber a notícia de que a Usina seria construída, como foi recebida na cidade, se o senhor lembra, pra poder falar?

P. F. – Não! Foi recebida com muito respeito, principalmente, e acima de tudo pelo fato de que era a evolução chegando. Quer dizer... ia render divisas pro país não é? Apesar de que se nós soubéssemos o prejuízo ecológico que ia ter, nós não teríamos... nós teríamos feito um abaixo assinado, e esse abaixo assinado seria pra não deixar construir a barragem naquele local. Procurasse outro local! Mas naquele... era... Moça! [pausa/emoção] Era a oitava maravilha! Aquele lugar era a oitava maravilha! E eu digo com todas as letras, porque era lindo, lindo, lindo... maravilhoso! [choro] Não existe um lugar como aquele era... (P. F. Entrevista cedida no dia 21-02-2018)

No decorrer de seu relato, Caboclinha tece inúmeras falas que nos servem como instrumento de análise para compreender que suas reminiscências ora aderem à versão oficial, ora expressam uma ruptura e o seu papel ativo na constituição de uma memória da cidade de Paranaiguara frente ao impactos promovidos pela barragem. Retomemos à entrevista:

Katusse – Quando eu estive aqui a primeira vez a senhora mostrou um levantamento que a família da senhora fez pra mudar o nome da rua da cidade...

Caboclinha – Foi. Porque meu pai, *meu pai é um dos fundadores daqui*. Ele... meu pai, ele veio pra cá mais ou menos nessa data aí mesmo... 1930, por aí. Porquê *ele chegou aqui, não tinha nada*. Tinha simplesmente uma loja, que era uma casa, uma loja dessa família Ottoni, que aquele dia a gente falou né? E tinha os garimpeiros. Porque o povo veio para cá, pra garimpar. Meu pai mesmo saiu lá de Carolina no Maranhão. Ele desceu, ele veio pelo norte de Goiás que hoje é o Tocantins e veio pra cá, e aqui ficou assim... as pessoas daqui, não são totalmente goiano, tudo é filho de baiano, filho de pernambucano, de cearense, desse pessoal do norte e nordeste que vinha procurando um jeito de trabalhar e caçando, aventurando né? Então porque a Mateira chamava Mateira? Você lembra que eu te falei porquê?

Katusse – Por causa do córrego?

Caboclinha – Por causa do córrego e que os caçadores esqueceram... é... eles estavam vindo de Quirinópolis pra cá pro garimpo e aí chegaram nesse córrego, eles mataram uma mulher [fêmea] dum veado que eles chamam de mateira né? Aí então... esqueceram a espingarda lá no córrego e vieram embora. O córrego fica pra frente aqui né? Ele sempre ficou pra frente. Aí quando o cara “-cadê a espingarda? Nossa, esquecemos lá no córrego da mateira”. Da mateira, porque eles tinham matado uma mateira lá no córrego né? *Meu pai contava direto essa história, eu cresci ouvindo essa história*. Aí eles falaram “o córrego da Mateira” e ficou batizado o córrego da Mateira.

Aí surgiu o povoado, puseram o nome de Mateira. E assim ficou até quando mudou pra Paranaiguara. Um deputado... um político que teve aqui que era deputado e *chegou aqui de paraquedas, e ele ficou por aqui, residiu aqui por uns tempos*. Aí ele cismou de mudar o nome da cidade. Porquê muita gente não gostava né? Achava que por causa de ser nome Mateira né? Aí eles puseram os nomes em votação. Eles puseram Savanas, eles puseram... um outro nome lá. E pôs Paranaiguara, e Paranaiguara ganhou né? Que eles falam que é por causa do rio Paranaíba, né? Que é esse nome de Paranaiguara. No início ninguém não gostava não. Mas aí foi acostumando né? (Entrevista cedida no dia 23-02-2018)

Ao trabalhar com as categorias de identidade e memória a partir de narrativas orais coletadas em Centocelle, um bairro do município de Roma historicamente ocupado pela classe trabalhadora, Portelli observou que “não tinha nada” é uma fórmula narrativa muito recorrente, quando proferida o narratório quer dizer “tanto que a história estava ocorrendo em outro lugar, como que é ainda possível lembrar do começo da história neste lugar” (PORTELLI, 2010, p.117). Levando em consideração que Caboclinha se apropria da fala de seu pai, uma hipótese possível é que a narradora utiliza a fórmula narrativa para afirmar sua *autoridade* em contar a história da cidade, demarcando o seu lugar de fala como descendente de um dos fundadores da cidade, “meu pai contava direto essa história, eu cresci ouvindo essa história”. Caboclinha também guarda como tesouro o mito fundador que deu origem ao nome do antigo povoado que antecederia Paranaiguara, que aliás segundo ela, foi alterado por decorrência de uma figura política que “caiu de paraquedas” na cidade, nem nativo era, “apenas residiu aqui por uns tempos”.

Este trecho da fala de Caboclinha é o momento em que fica evidente o contexto de produção da fonte, ou seja, suas intenções na construção do relato para compôr a pesquisa. O contexto em que uma história individual é relatada interessa pois nos fornece elementos para compreender o fio condutor utilizado para dar coerência à história, ao mesmo tempo em que a narradora faz um trabalho de construção de si mesma, definindo o seu lugar social e suas relações com os outros e mais precisamente com a pesquisadora. Ressaltemos que a entrevista de história oral é produzida num contexto específico em que um sujeito pesquisa e outro sujeito se coloca no papel de falar e transmitir seu passado (ALBERTI, 2004). Situar o contexto de produção da fonte é exercício fundamental para uma análise crítica da fonte e esse esforço reside em não aderir aos juízos de valores próprios da narrativa e ao mesmo tempo, nos fornece elementos para compreender os silenciamentos e os “não-ditos”, ou seja, aquilo que não cabe em sua narrativa.

De um modo geral, a fala de Caboclinha, entre avanços e recuos no tempo, possui um fio condutor que se constitui em torno da necessidade de afirmar seu lugar como nativa, e portanto como agente autorizada a falar da história da cidade. É nesse sentido que narra a existência de uma identidade nativa protagonizada por seus conterrâneos, mesmo aqueles que

não residem na cidade, mas que em maior ou menor frequência fazem o retorno à cidade natal: “acontece muito reencontro em época de eleição, tem muita gente que não transfere o título daqui de jeito nenhum, vem toda eleição pra votar” e também durante os encontros que vem se realizando anualmente dos “mateiguaros”. A narradora também fala das dificuldades que os moradores da cidade vêm enfrentando com a pouca oferta de oportunidades para os mais jovens se inserirem no mercado de trabalho.

3. Os ressentimentos

Retornemos à entrevista. Após Caboclinha narrar a migração de seu pai para Mateira no período em que “não havia nada” e “tudo começou”, demarcando a sua posição de poder para contar a história de Paranaiguara enquanto descendente de um dos pioneiros fundadores da cidade, retoma o período das obras de implantação da barragem. A narração da história oral nunca é feita no tempo linear, o narrador faz digressões no tempo, combina estruturas cíclicas, faz associações acrônicas, compara passado e presente (PORTELLI, 2010). Mas dessa vez, o tom de sua voz e a enxurrada de palavras revelam enorme carga de envolvimento pessoal no acontecimento:

Caboclinha – Deixe eu te falar, tem inclusive um livro, não sei se você conseguiu. Tem um livro, só que aquele livro, igual eu te falei desde o primeiro dia. Falta muita coisa ali. Parece que eles entrevistaram muitas pessoas depois, que chegaram depois. Porque essa rua aqui da minha casa é o nome do meu pai, José Alves Lima. Então muitas ruas aqui tem o nome dos fundadores da Paranaiguara velha. E... oq eu ia te falar? A primeira loja que eu sei foi essa loja lá também do pessoal do Ottoni, Jair Ottoni Soriano que ele chamava. *As ruas lá eram tudo de calçamento as ruas, mas era muito bom. A terra boa demais, terra vermelha, tudo que plantava dava, sabe? Aqui é muita areia, areia demais na cidade. Foi feita em cima de areia e pouca água. Nós temos aqui é poço artesiano. Nossa água não vem de rio nem de córrego.* Então a de Paranaiguara não... até porque lá furava cisterna né?

Katiusse – Eu fico imaginando que é um impacto muito grande essa questão de morar perto do rio e [interrupção]

Caboclinha – *mudar pra croa. Foi uma das revoltas. Porque que aconteceu isso? Primeiro a vontade de uma grande maioria era unir com São Simão. Que seria o ideal, uma cidade só, uma cidade maior, mas... por causa de politicagem, interesse político, teve muita gente contra, e votou contra... e ficou essa cidadezinha aqui e a outra lá. Uma não deixa a outra crescer.* A comarca toda vida foi aqui e agora criaram outra comarca lá que está atrapalhando a nossa. Nê? Então toda a vida foi assim Paranaiguara foi o centro... *essas outras cidades: Itaguaçu, São Simão, tudo dependia de Paranaiguara.* Cachoeira não, mas São Simão e Itaguaçu, o eleitorado era aqui, que nós perdemos recentemente o eleitoral pra Cachoeira Alta. Corremos o risco de extinguir a comarca. Sabia? Porque pelo jeito eles estão extinguindo muitas né? E parece-me que que Paranaiguara tá... execução penal também já foi pra São Simão... *Então é uma cidade morta hoje né?* Mas o pessoal ama! O pessoal vem nas festas, férias, quando alguém é daqui volta aqui nas férias, compra casa aqui, aposenta, volta pra cá.

Katiusse – Passando esses dias aqui eu percebi que tem muitos aposentados aqui né?

Caboclinha – *Aqui é a cidade dos aposentados.* O pessoal fala “não, quando eu aposentar eu volto pra cá”. Às vezes fica trabalhando lá fora e comprando casa aqui, compra terreno aqui, compra chácara aqui na região... pra poder voltar.

Katiusse – É uma cidade muito tranquila né?

Esta parte da entrevista suscita elementos importantes para análise. Num primeiro aspecto, ao comparar a velha cidade, localizada no vale do Paranaíba com a nova Paranaiguara, relocada para um terreno arenoso e sem abastecimento de água corrente, Caboclinha narra a realidade com a qual a comunidade deslocada teve que lidar. Num segundo aspecto, ao comparar Paranaiguara X São Simão, sua fala revela ressentimentos quanto ao fato da cidade de São Simão ter se desenvolvido após a implantação da UHE e Paranaiguara não. E ainda num terceiro aspecto, a narradora ressalta que “apesar de tudo”, os moradores que se debandaram para outras cidades, ao longo dos anos vêm fazendo o movimento contrário, o de retorno para a cidade natal.

Ao trabalhar com as memórias dos nativos de Paranaiguara que foram deslocados pelas obras de implantação da UHE de São Simão e que ainda residem na cidade, podemos fazer dos ressentimentos objeto de reflexão específica. Se as memórias individuais trazem afetos, sentimentos de pesar, impotência, frustração, vergonha e, sobretudo, se esses sentimentos são amplamente compartilhados pelo grupo, nos autoriza a aproximar memória, história e ressentimento.

Um elemento recorrente nas narrativas dos sujeitos é a comparação entre o tempo em que a cidade era ribeirinha, terra de massapé *versus* a cidade que fica na croa, foi construída em cima da areia. É fato que tal mudança representa para essas pessoas uma violência sem tamanho, sair da proximidade do rio representou a fragmentação de sua própria existência, uma vez que o trabalho no garimpo e o alimento vinham de uma única fonte e não havia separação entre trabalho e lazer. Não é por acaso que grande parte das pessoas que vivam na antiga Paranaiguara partiram para outras cidades logo que se instalaram em suas novas casas. Desse fato, também surgem representações, que vão se constituindo e sendo comunicadas no âmbito familiar sobre os tempos antes do deslocamento. Edinho, na presença de seu amigo, Nello Lambari narra uma vivência da época em que moravam na antiga cidade:

Edinho - Na época do Paranaíba a gente pescava demais. Menina, olha, eu mais o Nello, um dia nós tava.. Nello tava fazendo um carroto e eu tava com ele andando na carroça. Aí teve um amigo nosso que falou “-ou Nello, você já foi pescar esses dias?” nós “-não, nós não foi não”, “-Não rapaz vai lá porque tá pegando peixe demais da conta!” aí Nello falou “-Edinho, vamos lá?” “-amanhã cedo nós então vai!” E aí o Nello ainda falou assim “-ah se a gente pegar umas vinte curimba pra nós já está bom demais né?” e eu “-vixe!” aí eu falei “-tá bom demais da conta!”. (...) Aí a primeira tarrafada que o Nello jogou, nós pegou vinte e três (23). assim, escolhidas né? As pequenas a gente tirava da rede e jogava fora sabe? Jogava n’água né? Então só com uma tarrafada nós podia vir embora, porque nós com o pensamento de pegar vinte [risadas]. Nós pegou vinte e três. Aí de vez em quando eu contava, que era as mais cheias né? eu contava. Das tarrafadas que nós jogou, a que deu mais peixe tinha

quarenta e três (43) curimba grande, de quatro, cinco, seis quilos. As pequenas nós soltava na água também. Aí naquela hora eu pensei... muita gente tinha falta né? O povo tinha necessidade, sabe? Não tinha com o quê, não tinha como trabalhar... Aí as pessoas, vizinhos meus né? família, tinha necessidade das coisa em casa. Igual o Divino mesmo, naquela hora eles num trabalhava na prefeitura não. Era um tempo que não tinha serviço, era parадão, não tinha nada. Pra eles mesmo, eu dei cinquenta (50) curimba pra eles, e dei cinquenta (50) pra Maria, minha irmã... eu sei que eu fiquei com umas cinquenta (50) só. Eu mais o Nello você sabe quantos peixes que nós pegou? Tu lembra? Eu lembro que nós contou deu quatrocentos e noventa e seis (496) curimba só numa pescada! E nós foi pensando em pegar vinte. E aí estava bom, então eu falei, vamos continuar a pegar e nós leva para as pessoas que precisam. E assim nós fez, o Nello dividiu os peixes dele com os amigos, nós não vendeu nenhum peixe daqueles, distribuía para as pessoas que precisava. Agora hoje não pega assim não. Edinho, entrevista cedida no dia 22-02-2018.

Esta narração da história tem várias correspondências com o mito bíblico: o da pesca milagrosa contida no evangelho de João. A riqueza de detalhes com que é narrada nos pressupõe que foi contada e recontada inúmeras vezes e se configura como uma história curta, plena de significados capaz de representar tanto a fartura de alimento propiciada pelo rio, quanto a riqueza das relações sociais estabelecidas pela comunidade. A escassez de renda em decorrência do trabalho numa vila de garimpeiros era compensada pelo rio que fornecia alimento e pelas relações de amizade e familiares. Não é por acaso que nas narrativas, a palavra *vida* sempre aparece sempre relacionada com a antiga cidade, e a palavra *morte* representa a experiência depois do deslocamento. Na nova cidade de Paranaiguara, não existe rio, não existem formas de suprir o alimento pois o solo é extremamente arenoso, não existe trabalho e em decorrência disso, as relações sociais são rompidas, as famílias separadas.

Outro aspecto interessante é notar que grande parte dos ressentimentos coletados durante a realização das entrevistas estão direcionados para uma suposta tentativa fracassada de fundir as sedes municipais de Paranaiguara e São Simão em apenas uma cidade, como podemos observar na fala de Caboclinha. Quando esse tema aparece nas entrevistas, ele é mencionado como o único momento em que a população atingida pôde de certo modo negociar o processo de implantação da barragem e, mesmo assim, não foi ouvida. Resguardadas as diferentes versões sobre o ocorrido, o que se repete é de um lado, o desejo da população em unir as cidades e de outro, a interferência de um poder que está acima de todos, concentrado na figura de um político ou rico fazendeiro. Vejamos em outra fala “Nós fizemos até um abaixo-assinado. Pra acontecer isso. E as duas cidades, São Simão e Paranaiguara, virar uma só. Porém... não sei o que virou esse abaixo-assinado... Não entendi muito bem aquela história... no fim da história ficou uma pra lá e outra pra cá. Sei que não foi lucro não” (P. F. Entrevista cedida em 21/02/2018).

Quando todas as famílias finalmente foram deslocadas para a nova Paranaiguara, tiveram que lidar com as dificuldades que se apresentavam, seja em relação ao abastecimento

de água, seja pelas tentativas fracassadas de cultivarem em seus quintais o básico para suprir a alimentação, seja pelo fato de que as promessas de uma cidade melhor não se cumpriram. A mudança, sem dúvida nenhuma significou a perda de todo um modo de vida, que anteriormente se concentrava no garimpo, pesca e agricultura de subsistência. A fala de Caboclinha e grande parte dos relatos coletados dizem muito pouco sobre o período em que essas famílias chegaram na cidade anfitriã, pelo contrário, são marcadas pelo silenciamento, merecendo apenas uma breve passagem. Mais ao final da entrevista, Caboclinha afirma “eu estou revivendo a história de um tempo atrás, que em Paranaiguara as pessoas davam as casas pra outras morarem, pra poder conservar a casa”. É recorrente a menção de que logo que as famílias foram transferidas, edificaram suas casas e se deram conta do projeto fracassado da nova cidade, abandonaram suas propriedades e debandaram para outras cidades, em sua grande maioria, São Simão (GO), Ituiutaba (MG) e Uberlândia (MG).

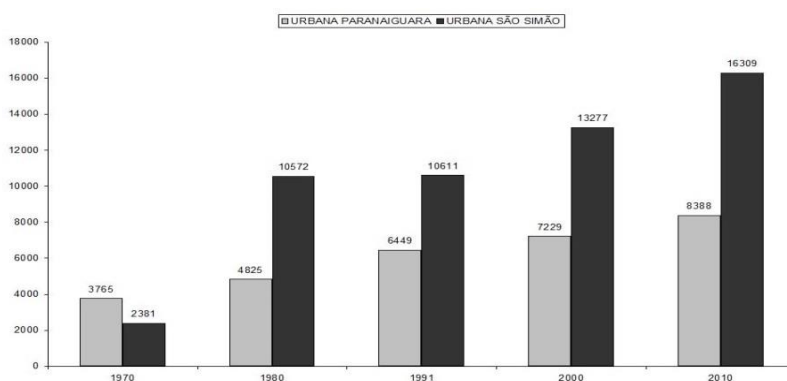
Ao discorrer sobre a função social do “não-dito”, Pollak (1989) analisa três exemplos em que o silenciamento aparece como mecanismo individual e coletivo para lidar com os excessos da memória oficial enquadrada: o silêncio sobre as vítimas do terror stalinista, o silêncio dos sobreviventes dos campos de concentração e dos alsacianos recrutados compulsoriamente pelo exército alemão na II Guerra Mundial. O autor chama atenção para os limites da memória enquadrada e para o fato de que, longe de levar ao esquecimento, o silenciamento opera como forma de resistência e de luta da sociedade civil nas disputas pelas representações do passado, e podem vir à tona num momento de crise ou de mudança política. A metodologia da história oral também aparece como alternativa para que estas lembranças possam vir à tona, mas também é um recurso limitado. Partindo do mesmo argumento, Bosi (2006) também coloca que em se tratando de conteúdos dolorosos, difíceis de serem contados, muitas vezes é preferível “deixar pra lá” o que já passou, pois o sujeito que fala tem que estar disposto a reviver dimensões mórbidas do seu passado.

Mencionar o trabalho supracitado nos ajuda a formular hipóteses sobre as narrativas tecidas em torno do processo de deslocamento vivenciado pelos moradores de Paranaiguara. Os silenciamentos sobre o período em que as famílias foram deslocadas poderiam ser explicados pelo desconforto em confrontar a versão oficial? Pela desconfiança em relação à pesquisa e aos desdobramentos que trazer esses ressentimentos à tona poderiam provocar?

A minha hipótese é que ao narrar lembranças dolorosas que remetem à mudança para a cidade construída pela CEMIG, haveria necessidade de lidar com a memória envergonhada de ter acreditado nas benfeitorias que viriam com o empreendimento, e que de forma alguma se concretizaram. O comprometimento dos moradores da antiga Paranaiguara com os grupos

dirigentes que estiveram à frente da implantação da barragem deveria ser colocado em xeque, bem como o sentimento de culpa pela atitude complacente durante o processo. Vale ressaltar que os ressentimentos em nenhum momento são direcionados para o governo militar, nem mesmo para a empresa CEMIG que se encarregou do empreendimento.

Na narrativa de Caboclinha existe um pano de fundo comum às outras narrativas que foram coletadas ao longo da pesquisa: o “sonho” não se concretizou em virtude da incompetência dos dirigentes locais. O crescimento e aparente sucesso que foi a implantação da Usina para a cidade de São Simão dão conta de dar coerência a essa narrativa. Nesse sentido, para aquelas pessoas que foram deslocadas, continuaram residindo em Paranaiguara e vivem hoje numa cidade-dormitório, narrar o deslocamento compulsório consiste em aderir à memória oficial. No mapa abaixo, a título de ilustração é possível visualizar a evolução da taxa da população urbana de ambas as cidades entre as décadas de 1970 e 2010.



Os índices demonstram que antes do deslocamento promovido pela implantação da Usina, a cidade de Paranaiguara era mais populosa que a de São Simão, quadro que se inverteu a partir da década de 1980, e em 2010 a população urbana de São Simão supera em dobro a de Paranaiguara. Vale mencionar que São Simão emancipou-se enquanto município apenas em 1958, data que até então figurava como distrito do município de Paranaiguara. Hoje São Simão além de possuir um porto, se destaca pelo seu potencial turístico, com a sede urbana reconstruída às margens do lago formado pela barragem da Usina. Por outro lado, a população economicamente ativa de Paranaiguara que não encontra emprego no comércio local da cidade, depende da demanda por mão de obra nas cidades vizinhas, sendo que grande parte opta por morar em outras cidades. É nesse sentido que encerra a fala de Caboclinha:

Katusse – Dentro de tudo isso o que a senhora falou, qual é o futuro que a senhora imagina para Paranaiguara?

Caboclinha – Não tenho muita esperança pro futuro de Paranaiguara não... [pausa] Não tenho. Sabe porque? Paranaiguara já teve os apogeus né? Já teve da barragem, já teve das usinas. Mas agora a usina [sucroalcooleira], só tem a época de plantio e de corta. E quando é a época da... essa usina aqui só planta e colhe, e vende pras usinas maiores. Então ficou usina grande lá pra Caçu né? Cachoeira Alta e Caçu, Usina grande em Quirinópolis e usina grande em Santa Vitória. Então aqui só ficou essa

pequena de Itaguaçu, que é aquela ali que só planta e vende e não produz etanol. Parou! Parece que só em 2020 vai voltar a produzir etanol. Ela está parada. Então tem muita gente desempregada, muitas casas deixadas. Eu estou revivendo a história de um tempo atrás, que em Paranaiguara as pessoas davam as casas pra outras morarem, pra poder conservar a casa. Aqui está desse jeito de novo. Muito parado. Fechando lojas, fechando bares. Tudo certo que está acontecendo no Brasil né? Mas a expectativa aqui... porque falam em duplicar essa estrada né? Até... Mineiros. Se duplicarem essa estrada aqui, dá muito serviço aqui. Eles falam de abrir um frigorífico aqui mas impossível porque abriram um imenso em Cachoeira Alta. Então o pessoal aqui fica dependente de emprego na Cachoeira, emprego em Quirinópolis, emprego em Santa Vitória. Muita gente aqui trabalha desse jeito.

Katiusse – Eu vi que muitos ônibus das empresas vêm deixando trabalhadores na cidade...

Caboclinha – Aqui menina, já teve época que todas essas casas vazias tinham muitos homens morando. E era assim, quinze homens, trinta homens em cada casa. Trabalhando na construção da Usina aqui, quando abriu. Plantava, colhia e produzia etanol. Agora o que nós temos expectativa é isso aí. Parece que tem uma previsão também pra fazer uma reforma na Usina de São Simão. Inclusive “se” acontece isso, vão reduzir o volume d’água e muitas terras vão ser devolutas, terras que vão ser devolvidas para o Estado. Aí as pessoas vão reivindicar, os que eram donos né? Porque vai reduzir o volume d’água porque hoje em dia não faz usina com esse volume d’água igual o que fez em São Simão né? Como tem aquela de Carajás, Belo Monte, onde a Usina é eficiente, mas gasta menos água, não agride tanto o meio ambiente. Eu tenho esperança mesmo é que Deus olhe por nós. (Entrevista cedida no dia 23-02-2018).

Considerações Finais

Apesar do presente ensaio não fazer parte da dissertação, busquei uma forma de tornar o inteligível o procedimento de análise realizado em cada entrevista oral, buscando sentidos diversos que dela emergem e que possibilitem a produção de conhecimento histórico, seguida da análise comparada com outras entrevistas e fontes secundárias. De um modo geral, busco identificar o fio condutor de cada entrevista para a partir dele delimitar o lugar de fala do narrador. E como a metodologia da história oral estabelece uma relação original entre a historiadora e os sujeitos da história, que participam mutuamente da criação de representações sobre o passado, o lugar de fala da pesquisadora também vai se revelando ao longo da pesquisa. Nesse encontro com o outro, que significa o ato da entrevista, quando acontece o afeto, temos a oportunidade de construir e reconstruir a nossa identidade enquanto pesquisadores, algo que não poderia deixar de mencionar nesse trabalho.

Durante a entrevista com Caboclinha, mostrei algumas fotos que revelei para servirem de ferramentas durante os trabalhos de campo. As fotos podem servir como gatilhos para trazerem lembranças à tona ou mesmo prolongar a interação que está em curso. Contudo, foi a primeira vez que experimentei a emoção que pode desencadear o reconhecimento de um ente querido numa foto antiga desgastada pelo tempo. Sem dúvida nenhuma, o afeto de Caboclinha me afetou e a emoção desse encontro ficará registrado na memória. Para essas pessoas que

perderam as suas raízes e hoje se dedicam em recolher fragmentos de suas histórias familiares e constituir assim uma memória, me senti como parte desse processo.

Katusse – Eu tenho fotos aqui. A senhora tem fotos antigas?

Caboclinha – Doeí tudo pra Juvenília.

Katusse – Algumas peguei na prefeitura.

Caboclinha – Isso aqui você revelou?

Katusse – Essa aí não está com a qualidade muito boa não...

Caboclinha – Tô pra te falar que esse aqui é meu pai.

Katusse – Será?

Caboclinha – Eu acho que é!

Katusse – A senhora já tinha visto essa foto?

Caboclinha – Não mas parece demais com ele. Essa foto aqui parece que é meu pai (emocionada). Tenho quase certeza.

Katusse – pode ficar com ela pra senhora.

Caboclinha – Nossa... é ele sim (emocionada). Nossa! Muito obrigada. É ele. É ele sim. Aqui meu tio aqui. Tio Cinésio olha! Olha! É meu pai mesmo! Aqui meu tio aqui ó. É o meu pai. Nossa! Vou passar ela depois pros meninos. Tenho um primo meu que passa muita foto dele pra mim. Nessa foto, meu tio Cinésio, esse aqui já faleceu, meu pai já faleceu. Meu tio Cinésio era bem galego, diferente do meu pai. Nossa vou mostrar essa foto lá em casa, no dia que eu for pras minhas irmãs [emocionada]. Vou até passar pelo Whatsapp. Passar pro Horácio. O Horácio me passou uma esses dias.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BECKER, Bertha K. *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, Peter. História como Memória Social. In: *Variiedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender In: *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ, 1997.
- CARVALHO, José Sebastião de. *História de Paranaiguara*. Goiânia: Kelps, 2008.
- GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História. Vol.27, no.53, São Paulo. 2007
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SAGIM JUNIOR, Odir. *Quirinópolis Histórico*. Goiânia: O Popular, 2000.

ÁFRICA: CONTRIBUIÇÕES NA ARTE E CULTURA BRASILEIRA

*Keli Evangelista da Silva*²²⁹

RESUMO: Sabemos que o continente africano engloba uma rica cultura mista, identificada por um idioma particular com suas tradições e formas próprias. Esse artigo vem apresentar a grande colaboração da arte africana presente no trabalho dos artistas brasileiros. A abordagem será feita através de pesquisa bibliográfica em livros, trabalhos acadêmicos e vários textos da internet sobre arte e cultura africana, assim iremos mostrar como a África, influenciou bastante nossa arte e cultura tornando-a mais bela e ímpar. A arte e cultura africana é a imagem fiel das ricas histórias, mitos, crenças dos habitantes deste vasto continente. A herança desta arte tem abastecido tanto em material, quanto em inspiração vários outros países e movimentos artísticos contemporâneos do restante do mundo e especificamente aqui no Brasil. Artistas desde o século passado veneram a importância conceitual do naturalismo presente na arte africana. Iremos mostrar, como os elementos da cultura africana trazidos para cá pelos escravos no período colonial se juntaram com nossa arte e gerou novos ingredientes que contribuíram para enriquecer a arte e cultura brasileira.

Palavras Chave: África; Cultura; Arte africana.

Introdução

Grande parte dos povos africanos que saíram ou foram retirados da África, estão no Brasil, por esse motivo, a cultura africana é muito acentuada em algumas regiões brasileiras, como no Nordeste. A nossa cultura se apoia, sobretudo, nesta mistura de raças que vai dos afrodescendentes, passando pelos europeus e indígenas que aqui habitavam estas terras. A cultura afrodescendente no Brasil só foi liberada a partir de meados do século XIX, pois anteriormente eram proibidas todas as formas de manifestações, rituais e costumes dos africanos que moravam aqui.

²²⁹ Aluna do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão.
Orientador/a: Luzia Marcia Resende da Silva
E-mail: keli.evangelista@terra.com.br

Iremos ver nesse trabalho como a cultura africana está presente em diferentes segmentos da nossa cultura, como: música, capoeira, escultura e pintura. No começo, foi como forma de proteção, de defesa e era ensinada aos negros brasileiros pelos escravos africanos. Isso acontecia porque o senhor não aprovava os treinos de luta, assim eles simulavam uma dança, o que se tornou a capoeira com novos movimentos adaptados. Não podemos deixar de integrar a esse trabalho um pouco de conhecimento sobre as máscaras africanas com seu rico significado que influenciou até mesmo Pablo Picasso em seus trabalhos. Vamos descobrir que as máscaras, para seu povo não é apenas um objeto excêntrico, ela carrega consigo um valor maior ligado ao espiritual e religioso.

O objetivo desse artigo é levar ao conhecimento das pessoas parte da cultura e arte dos povos africanos, como também mostrar como fomos fortemente influenciados por eles em nossa cultura, e o quanto fomos incorporando e adaptando seu conhecimento artístico/cultural ao nosso.

A metodologia utilizada para compor esse texto foi inicialmente, uma pesquisa bibliográfica fazendo uma abordagem sobre as características da arte e cultura africana presente nos livros, textos e trabalhos científicos. Para tanto, foi feita análise e leitura de várias obras, buscando com isso, ampliar o conhecimento e ter embasamento para redigir esse artigo tornando-o relevante. Tudo isso para fazer uma relação da arte e cultura africana com a nossa, e mostrar sua influência no Brasil, como também o hibridismo existente entre a cultura africana e a nossa.

Sabe-se que no início, a arte dos negros africanos foi até mesmo desprezada e muitas vezes teve que ser praticada às escondidas, até que aos poucos foi tendo reconhecimento, o que ocorreu por volta do século XX, no modernismo.

Não menos importante que as outras manifestações culturais, a culinária africana nos presenteou com pratos e temperos saborosos. Na arte falaremos sobre os elementos da cultura africana, mostrando o abstracionismo, o geometrismo, as danças, a música, escultura, máscaras e a pintura, relacionando as produções africanas com as criações surgidas no Brasil.

Cultura Afro-Brasileira

O surgimento da arte/cultura africana no Brasil foi inspirada nas bases da cultura africana e só após um longo tempo é que ela foi aceita, ganhou respeito e aos poucos foi adquirindo características próprias e singulares.

Com a chegada dos escravos vindo da África para o Brasil, teve início essa absorção cultural, inicialmente os escravos que possuíam algum talento artístico faziam releituras das

obras vindas da África, mas com o tempo, o que deu para perceber é que na verdade, o principal legado proporcionado por eles foram os valores emocionais que deixaram às comunidades de seus descendentes, que já possuíam um estilo cultural previamente constituído.

Para Macedo (2008: 91), “cultura não é só arte, cultura são valores, posturas, hábitos, lugares, conhecimentos, técnicas, identidades comuns e diversas, conceitos, saberes e fazeres múltiplos”.

Dessa forma, foi através da junção da cultura dos portugueses e indígenas presente no dia a dia em sua convivência com os escravos é que foram produzidos de forma artesanal a Arte negra no Brasil.

Na música, que foi muito veiculada nas mostras culturais, nos cultos religiosos e até mesmo na capoeira, e que ainda hoje é repassada às novas gerações, absorvemos características marcantes através dos mais diferenciados instrumentos musicais como: tambores, berimbaus, atabaques e agogôs.

A cultura brasileira e, logicamente, a rica música que se faz e consome no país estruturam-se a partir de duas básicas matrizes africanas, provenientes das civilizações conguesa e iorubana. A primeira sustenta as espinhas dorsais dessa música, que tem no samba sua face mais exposta. A segunda molda, principalmente, a música religiosa afro-brasileira e os estilos dela decorrentes. http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_afro-brasileira. Disponível em 29/03/09.

Na África, segundo a tradição, a arte está vinculada a vida social dos habitantes e se faz presente em todos os segmentos sociais. Os estilos artísticos também estão conectados e se complementam: a música, a pintura, a dança e escultura, todos estão vinculados e tem função ritualística dando aos objetos usados no processo artístico, um poder maior. Novos materiais são usados para fazer arte, novas ferramentas, suportes e técnicas são introduzidos nos ateliês que a cada dia passam a dialogar com estilos e matizes vindos da África enriquecendo a arte brasileira nos mais variados aspectos.

Em síntese, o que chamamos hoje de arte africana resulta da dialética entre permanência e transformação, entre unidade e diversidade, entre a criação dos artistas africanos e os parâmetros do mercado de arte europeu e americano.

As formas presentes na arte Africana

Não podemos afirmar que exista uma uniformidade de estilo presente nas formas da arte africana. Isso ocorre porque a cultura africana é resultado de estilos diversos presentes nas diferentes correntes artísticas vindas das mais longínquas regiões que compõe o

vasto território africano. Na verdade, o que encontramos sobre a arte africana, é uma vasta união e combinação de estilos e formatos que nos deixa impossibilitados de defini-la.

É claro que muitas vezes pode haver mal-entendidos entre os membros de uma mesma cultura, assim como é possível entender coisas de culturas às quais não pertencemos. Mas no geral, para entendermos bem outra cultura, temos de passar por um aprendizado dos seus códigos básicos, senão estaremos apenas projetando sobre os significados que aprendemos na nossa própria formação, ao longo do nosso processo de socialização, de nos tornarmos parte de um corpo social. A cultura é algo que nos permite fazer parte de um grupo e nos dificulta sermos um membro integral de um grupo que não o nosso, a não ser que nos transformemos radicalmente. (SOUZA, 2008: 87).

Podemos sim afirmar, que a arte africana poderá ser definida através de uma pesquisa, visitando região por região de origem de cada trabalho e através de um levantamento de estilos, faça a sua catalogação adequando-a aos movimentos artísticos existentes.

As esculturas africanas no formato de máscaras não foram feitas para serem admiradas como objeto artístico e sim para serem usadas em cerimoniais religiosos, ritualísticos ou sociais. Na maioria das vezes, a beleza da máscara está no formato, geralmente cubista, mas tanto a forma quanto o conteúdo, por ser de ordem religiosa, não devem ser desligados. Portanto, é necessário encará-los em função dos laços que os unem, quando se pretende analisar as suas características poéticas.

Em suma, pode se dizer que as formas da arte africana possuem certas características comuns, mas não poderemos falar da arte africana como de um modo de expressão único e homogêneo. De um ponto de vista formal, pode considerar-se que a arte africana engloba um certo número de estilos diferentes que, tomados em conjunto ou examinados separadamente, são característicos da África negra.

Máscaras

No que se refere as máscaras africanas, usadas no decurso deste gênero de representações não podem ser objeto de um juízo crítico à margem de um conjunto algo complexo que compreende outros elementos, como os ritos e a dança. As máscaras esculpidas, utilizadas nos ritos em que o seu uso é necessário, devem ser igualmente consideradas enquanto elementos de um conjunto que inclui a dança, a escultura, a música e os ritos. Nas cerimônias com máscaras, o fundamental é o caráter ritual da simbologia como nos mostra Luz:

As esculturas africanas em geral se caracterizam basicamente por expressarem esteticamente um conceito, uma ideia, uma essência, para além da aparência 'realista', referem-se um repertório de signos que muitas vezes se expressam em formas abstratas geométricas e exploram um espaço multidimensional. As

esculturas representam e invocam uma visão do mundo, materializam forças invisíveis, representando-as. (LUZ, 1983: 76).

Devemos entender, portanto que as máscaras não são um ícone, nem sequer representa um Deus, ou figura divina, mas para os africanos ela tem um simbolismo importante em sua representação como objeto ritualístico de representação.

No Brasil não encontramos rituais onde se utilizam máscaras iguais aos da África, mas pode-se perceber que há algumas manifestações parecidas com esses rituais, particularmente na Bahia com o Folgado Zambiapunga e o Candomblé dos Egunguns na Ilha de Itaparica.

O emprego das máscaras em rituais geralmente tem como finalidade evocar os deuses ou estabelecer um diálogo com o grupo e o sagrado. Também é uma forma de estreitar as relações, de lembrar do passado e dos seus familiares que estão distantes.

É uma forma de incorporação que requer a participação dos homens devido a necessidade de alguém com capacidade de liderança, que direcione os demais durante o ato de compartilhamento das crenças. Esse líder se diferencia dos demais por estar usando uma máscara e, nesse momento ele deixa de ser simplesmente um ser humano para tornar-se uma divindade sagrada ou mesmo um antepassado por eles incorporado

Música e Dança

Não precisamos recorrer aos compositores brasileiros para saber que tanto a música quanto nossa dança foram fortemente influenciados pela cultura africana. Mesmo com todo sofrimento em que viviam os escravos, eles buscavam minimizar seu tormento através da dança e música. Uma dessas danças era o Lundu que veio a se tornar um gênero musical bastante famoso no Brasil.

O lundu é a primeira forma musical afro-negra que se dissemina por todas as classes brasileiras e se torna música “nacional”. É a porta aberta da sincopação característica. É a porta enfrestada do texto cantado sexualmente, os amores desonestos [entre senhores e escravos], as mésalliances, e se especializa na louvação, sobretudo da mulata (SANDRONI, 2001: 31).

Apesar da forte influência que a herança musical afro-brasileira exerceu em nosso país, pouco sabemos da sua extensa contribuição para a cultura brasileira.

Segundo entendedores da música, o Lundu foi o estilo musical dançante que antecedeu o samba e tinha como características rítmicas um andamento languido e obsessivo. Certamente, o samba é o estilo e a tendência musical mais popular de todos os tempos produzido para o carnaval brasileiro.

A palavra *samba* provem da palavra *semba* ou *umbigo*. Povos africanos residentes na África sempre se reúnem em grupos fazendo círculos para dançar e cantar. Numa ocasião propícia para que todos pudessem se reunir para demonstrar suas habilidades e sabedoria a respeito de sua herança africana.

De acordo com Lemos (2013: 57), “A africanidade na música brasileira se deu, sempre a partir da presença de africanos no Brasil, e não de uma ligação direta com África”. Palavras como *batuque* e *samba* foram relacionadas inicialmente com qualquer tipo de celebração popular. Alguns acreditam que o *lundu*, é o verdadeiro progenitor musical do samba. Outros teorizam que as raízes do *samba* estariam associadas aos *ranchos*, palavra portuguesa que designa um grupo de pessoas. A primeira associação de um rancho, que posteriormente foi substituída pela palavra “escola”, surgiu no século passado e foi também a primeira definição de associação de bairro.

Não devemos deixar de citar a importante participação de Chiquinha Gonzaga (1847-1935) com sua criação: *Ó abre alas* feita em 1899 composta para ser cantada nos ranchos. Esse novo estilo musical, que mais tarde foi denominado de “marcha rancho”, caracterizava-se por utilizar muita percussão e não usava instrumentos de sopro.

Surge assim o samba, que é um evento social visto e praticado por quase todos brasileiros. Um vibrante estilo musical, que se diferencia dos demais pelo crescente canto coletivo, com ênfase no ritmo sincopado e na relação percussiva.

No ritual dançante africano, o corpo se movimenta de forma que, cada parte segue um ritmo diferente como em uma orquestra.

Essas atividades iniciam o corpo em aprendizados longos como a música, a dança, o gestual, o canto e a recitação. Elas não são produtivas no sentido habitual do termo, ou seja, elas não produzem bens materiais produtivos de um valor de uso ou de troca. Mas são atividades essencialmente produtivas de uma outra maneira: elas produzem os sujeitos e a socialização. Elas constroem a sociedade, produzindo cultura que[...] dá a cada um sua identidade, sua bússola, bem como o conjunto das relações que o articulam a todos os outros e ao cosmos. (WARNIER, 2003: 130).

A dança africana mexe com todos os sentidos do dançarino. No momento da dança, as pessoas se sentem conectadas com sua memória, com sua tradição e muitas vezes sentem que seu corpo se libertou, separou do espírito indo em direção aos deuses.

[...] Os ritmos acelerados que os tocadores tiram deles acompanham o transe dos médiuns, por meio dos quais as entidades do além se manifestam, frequentemente assumindo posturas corporais e vozes diferentes. Cada ritmo permite a incorporação de uma entidade sobrenatural, que tem toque, cores,

adereços, roupas, comida e gestos próprios. Cada terreiro tem seus orixás e espíritos, cada médium recebe determinadas entidades, em número limitado. (SOUZA. 2008: 133).

O efeito de transe acontece devido à repetição infinita ritualística dos movimentos que libera energia levando o dançarino ao encontro ao sagrado. O contato com a terra é muito importante, por isso nas danças africanas o ideal é que ao dançar a pessoa esteja descalça, visando absorver as energias presentes na terra.

Dentre as danças africanas, não podemos deixar de citar a capoeira, criada pelos escravos para se defender, a capoeira é uma luta disfarçada de dança. Praticada unindo movimentos rápidos dos pés e mãos, gingados e ao som do berimbau, a capoeira é disputada no meio de uma roda formada por capoeiristas. Existem várias outras danças de origem africana. Entre elas sobressai: batuque, Ijexá, coco, congadas, maracatu e jongo.

Pintura

No que se refere a pintura, ela é uma representação verdadeira da cultura dos africanos. Ela conta a história das crenças, mitos e da filosofia desse povo. O valor dessa arte tem propiciado material e criatividade para vários movimentos artísticos atuais da Europa e América.

Observa-se na pintura em telas principalmente o emprego de tonalidades amarelas, vermelhas e verdes, já as pinturas corporais feitas pelos africanos foram produzidas com materiais retirados das plantas, pedras, de frutos e do barro. Por outro lado, os murais, são marcadamente detalhados com formas geométricas e por possuírem cores fortes

A pintura parece ser uma atividade bastante apreciada por algumas tribos africanas, elas eram realizadas em superfícies como pedras. O melhor exemplo desse tipo de prática pode ser dado pelas pedras decoradas do Sahara, pintadas durante interrompidos períodos de tempo. Essas pinturas eram realizadas por nômades pastores que por ali passavam e, muito provavelmente, faziam parte de seus ritos de iniciação para a vida adulta, tema frequente da arte primitiva.

Também a pintura era usada para decorar as paredes das residências reais, dos celeiros e das choupanas sagradas. Nesse caso, os motivos são cenas de guerra ou caçada e ainda formatos geométricos. Costumam fazer a finalização das máscaras e adereços com pinturas geometrizadas.

A pluralidade existente na arte africana serviu de estímulo para outros movimentos e artistas modernos dos mais variados países. Por diversos períodos, outros artistas admiraram tanto o naturalismo como o abstracionismo pintado por esses povos. Um exemplo disso é o

artista Pablo Picasso (1881- 1973) que mesmo nunca tendo ido a África, fez toda uma sequência de obras motivado pelas formas cubistas presentes na arte africana.

Como nos mostra Munanga e Gomes (2006: 139), “muitos movimentos políticos, artísticos, musicais e culturais brasileiros tiveram e têm o negro como protagonista, como propulsor da mudança, como ator ou como fonte de inspiração”.

No entanto, apesar de poucos, devemos lembrar os brasileiros negros que se dedicaram à pintura, devido ao importante valor artístico de sua produção pictórica. Na verdade, pouco se sabia sobre esses pintores e pouco se conhecia de sua produção artística. São eles: Arthur Timótheo (1882-1922), estudou na Casa da Moeda do Rio de Janeiro e, posteriormente, na Escola Nacional de Belas Artes. Foi pintor de paisagens e figuras, destacando-se entre essas nus e retratos. Algumas de suas paisagens impressionam pela textura, pela luminosidade e pela intensidade do colorido. Esteve na Europa onde manteve contatos artísticos que o influenciaram.

Wilson Tibério (1923-2005), nasceu no Rio Grande do Sul e viveu durante longo período em Paris. O distanciamento do país, o teria levado a pintar repetidamente motivos afro-brasileiros. O artista esteve no Senegal, de onde foi expulso por se envolver num movimento revolucionário. Faleceu na França.

Emmanuel Zamor (1840-1917), estudou música e desenho na Europa. Foi pintor e cenógrafo. Frequentou a Academie Julian, em Paris, anos antes de Tarsila do Amaral. Voltou ao Brasil entre 1860 e 1862, quando parte de suas obras foi destruída em um incêndio no Brasil.

Estevão Silva (1845-1891), foi o primeiro pintor negro a se formar na Academia Imperial de Belas Artes e pode ser considerado um dos melhores pintores de natureza morta do século 19. Realizou igualmente pinturas históricas, religiosas, retratos e alegorias.

Firmino Monteiro (1855 – 1888), cursou a Academia Imperial de Belas Artes, onde foi aluno de Victor Meireles. Sua reputação se deve à pintura histórica e de gênero, mas executou pintura religiosa e principalmente paisagens.

João Timótheo (1879-1932), pintor, decorador e gravador, realizou paisagens, retratos, marinhas, pintura histórica e de costumes.

Horácio Hora (1853-1890), que morou em Paris e tornou-se frequentador habitual do Louvre. Ganhou vários prêmios. Especializou-se em retratos, mas o trabalho considerado sua obra prima é a tela “Pery e Cecy”, inspirada na literatura de José de Alencar.

Portanto, esses artistas negros foram destaque nas artes plásticas do Brasil. Assim como em outras áreas, merecem destaque, por ter grande importância na formação da identidade do nosso povo e na nossa história.

Culinária

Os africanos deram uma enorme contribuição para a culinária brasileira. Eles introduziram ingredientes diferentes como leite de coco-da-baía, o azeite de dendê, a pimenta malagueta. Com eles descobrimos o feijão preto, aprendemos a fazer acarajé, vatapá, caruru, mungunzá, angu, pamonha e muito mais! Essas contribuições eles mantinham na memória e transmitiam nos gestos, nos usos e nos gostos de sua terra para seus familiares.

Por não disporem de uma alimentação farta, comiam os restos que seus senhores lhes destinavam. A preparação dos ingredientes nobres e as refeições requintadas, eram preparadas e servidas na casa grande onde morava o senhor com sua família. Enquanto isso, a cozinha negra estava a se desenvolver nas senzalas.

Hoje em dia, os pratos e os temperos da cozinha negra fazem parte da nossa alimentação. São saboreados no nosso dia a dia e também nas festas populares, sendo no Nordeste a presença mais profunda em pratos como: caruru, acarajé, efó e bobó com largo uso de azeite de dendê, leite de coco e pimenta.

Não podemos esquecer que foram os negros que iniciaram a formação da culinária brasileira, por isso, tudo que o brasileiro típico come hoje, desde o simples feijão com arroz até a mais elaborada Paella tem resquício das mentes criativas da senzala.

Os escravos se alimentavam das sobras dos senhores, por isso usavam da criatividade para fazer comidas saborosas. Enquanto as melhores carnes iam para a mesa dos patrões, os escravos ficavam com as sobras. Pés, orelhas, carne seca, rabo de porco, costelinhas e outras partes miúdas eram misturadas ao feijão preto, dando origem assim, à nossa tradicional feijoada.

sabiam como trabalhar os solos dos trópicos e introduziram no Brasil um bom número de vegetais, como, por exemplo, o dendê, a malagueta, o quiabo, o maxixe, o jiló, os inhames, várias espécies de bananas, diversos tipos de abóboras e de feijões, o tamarindo e a melancia. Difundiram, ademais, nas terras brasileiras, o cultivo do arroz e o seu uso como prato diário. A eles se deve também o uso do leite de coco nas comidas. A sua contribuição para a culinária brasileira foi importantíssima, a tal ponto que muitos dos pratos que temos como caracteristicamente nossos são de origem africana: o vatapá, o caruru, o mungunzá, o abará, o acarajé, o efó e muito mais (COSTA e SILVA: 2008: 155).

Conduzidos pelo modo de preparar as comidas africanas, o Brasil foi um dos países pioneiros a dedicar-se a criação de pratos usuais na África. Exemplos de degustação e aprovação por maior parte da população brasileira é o feijão preto, o cuscuz, a canjica, todos esses trazidos pelos escravos africanos em plena época de colonização.

A caça também na época por peixes como faziam os índios foi substituída por animais que apresentam maior qualidade e gordura, como o boi, porco e galinha, carnes essas utilizadas

ainda nas aldeias africanas como símbolo de força e incentivo a trabalhos pesados, como o do africano que lidava no campo.

Escultura e Arquitetura

De fato, a terracota foi uma das matérias primas que os escultores da África mais rapidamente usaram em seus trabalhos de escultura. Era também o material mais básico. Já a madeira, por melhor que fosse, não conservava as obras em bom estado, com o tempo elas iam deteriorando.

Assim, é no norte da Nigéria que as mais antigas esculturas africanas foram descobertas, em uma mina nos arredores de Jos. Ali viveu a Cultura Nok, cuja arte retratava cabeças humanas de quase dois metros de altura em formato arredondado, com adereços nas orelhas, lábios e pupilas feitas em terracota. Também a população sudanesa e de parte do Congo preserva uma arte sóbria e com precisão no estilo através de esculturas com formatos abstratos e geométricos.

A escultura, seja em madeira ou em materiais mais sólidos como a pedra, o marfim ou o osso, é um dos suportes da arte africana, ao mesmo tempo que estabelece o espaço que mais amplamente auxiliou para a sua compreensão no estrangeiro. Ainda que inúmeras esculturas sejam realizadas com fins unicamente ornamentais - encostos de cabeça, cabaças ou potes. As esculturas em madeira mais admiráveis são as máscaras empregadas no processo das cerimônias mascaradas.

As esculturas africanas geralmente retratam animais e seres humanos. Esta arte é fabricada pelo próprio povo e utiliza madeira preta, o ébano, usualmente chamado de mpingo; a rigidez, a durabilidade e a tonalidade fazem com que esta madeira seja ideal para a escultura. Os temas escolhidos para as obras mostram, além de figuras divinas, seres mitológicos e imagens do cotidiano.

Aqui no Brasil, a arte africana veio com os escravos, trazidos para cá pelos portugueses no decorrer do período colonial e imperial. Elementos como a treliça nas janelas, taipa de pilão, cúpulas em forma de gota, arcos em forma de ferradura e até os azulejos na parede são muito comuns, tanto em construções brasileiras quanto naquelas encontradas em Portugal e no Norte da África. Destaque para a presença de jardins internos em prédios brasileiros.

Ainda é possível observar, em diversas construções brasileiras, traços característicos da arquitetura africana. Um exemplo é o chamado telhado "duas águas". O famoso telhado em forma de "V" invertido era comum nas casas mais simples no noroeste de Angola.

A arquitetura africana caracteriza-se por ter um caráter utilitário e muitas vezes representam poder. Sobre os materiais utilizados, geralmente usava-se materiais específicos da própria região, como fibras secas tecidas e barro.

De acordo com leituras feitas, os povos Bantos vindos ao Brasil, foram os que mais impôs sua influência na arquitetura brasileira. Isso ocorreu porque seu grupo de participantes eram mais numerosos. Suas construções feitas de cone por cima de um cilindro recebeu a denominação de *cubatas*.

A arquitetura africana é maravilhosa e muito do seu processo construtivo foi transmitido ao nosso país. No Egito por exemplo, os arquitetos faziam obras monumentais procurando agradar aos faraós e buscavam realizar seus sonhos por mais incrível que pudesse ser. Lá, os templos era o que havia de mais comum na arquitetura e sua decoração geralmente era motivada pela paisagem existente a sua volta. Logo na entrada dos templos, as esfinges se faziam presente, com cabeça de animais, elas eram construídas de pedra calcária.

Certamente o que mais atrai nas construções do Egito são as pirâmides, túmulos construídos em pedra para abrigar os corpos dos reis do Antigo Egito, os faraós. As dimensões representam a importância e o poder do faraó na sociedade. Elas se constituem por enormes edificações em pedra, tendo uma sustentação retangular com quatro lados triangulares.

Considerações Finais

Em linhas gerais, tentamos mostrar nesse artigo que a Arte/cultura africana está cada vez mais presente em nosso cotidiano e em constante evolução. Vimos que a disseminação da cultura afrodescendente avança nas mais diversas áreas, desde a arte, música, arquitetura, escultura, na dança até chegar na culinária, na religião, dentre outras.

Apesar de que a África tenha entrado com êxito na modernidade, isso não se fez em larga medida obedecendo aos seus próprios termos, nem de acordo com suas exigências sociais. Foi sobretudo obrigada a isso pelo sistema global que agora estabelece e comanda tudo aquilo que a África almeja, incluindo a sua produção e avaliação artísticas.

Em suma, é importante mencionar que o negro que chegou ao Brasil trouxe consigo uma bagagem cultural ampla e esse intercâmbio cultural só contribuiu para tornar a nossa cultura única, considerada uma das mais ricas. Esperamos ainda ter colocado em evidência o quanto foi e é importante a presença dos negros no contexto histórico, social e cultural brasileiro.

Referências Bibliográficas

COSTA e SILVA, Alberto da. A África explicada aos meus filhos. RJ: Agir, 2008.

LE MOS, Renato De Lyra. Antes De Ser Brasileiro Eu Sou Preto: representações de África no imaginário da música popular brasileira. Monografia. UFP: 2013.

LUZ, Marco Aurélio. Estética Negra e Artes Plásticas. In: Cultura Negra e Ideologia de recalque. Edições Achiamé Ltda. Rio de Janeiro. 1983. (p. 76).

MACEDO, C. A. Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. In: BARROS, J. M. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008. pp. 76-87.

MUNANGA, K; GOMES, N.L. Para entender o negro no Brasil de hoje: História, realidades, problemas e caminhos. São Paulo, 2006.

SANDRONI, Carlos. Feitiço decente: Transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917/1933. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed UFRJ, 2001.

SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil Africano. Ática: São Paulo: 2008^a, 2008b.

WARNIER, Jean-Pierre. A mundialização da cultura. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Educ, 2003.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_afro-brasileira. Disponível em 29/03/09.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM INTELLECTUAL EM LUTA PELA REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

*Krisley Aparecida de Oliveira*²³⁰

RESUMO: É impossível pensar em historiografia brasileira sem nos remetermos à figura de José Honório Rodrigues como um importante estudioso do campo, e, para muitos pesquisadores, tido como o precursor das reflexões que envolvem o ofício do historiador e o modo como é pesquisada e escrita a História do Brasil. Rodrigues ocupa espaço de destaque na historiografia brasileira não apenas por pensar em aspectos muito importantes que dizem respeito à pesquisa e escrita da história, bem como o ofício do historiador, mas também pela vasta produção bibliográfica, escreveu dezenas de artigos em jornais e revistas, bem como ensaios e livros. A investigação a seguir é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento que visa pensar a trajetória intelectual de José Honório Rodrigues e suas relações com a historiografia brasileira, bem como suas contribuições. Para tanto, faremos também alguns apontamentos acerca de como é a recepção da obra de Rodrigues na academia, em busca de tentar compreender melhor o trabalho do intelectual.

Palavras-chave: José Honório Rodrigues; Historiografia brasileira; História intelectual

O presente trabalho em exposição tem como objetivo traçar um percurso do que foi a história intelectual de José Honório Rodrigues (1913 – 1987) na historiografia brasileira. Partimos da análise da história intelectual para tentar reconstruir as condições em que Rodrigues pesquisou e apresentou seus textos.

²³⁰ Mestranda em História pelo PPGH-UFG; sob orientação do Prof.º Dr.º Marlon Jeison Salomon; bolsista CAPES; e-mail: krisley6@hotmail.com

Evidentemente, levando em conta o fôlego que Rodrigues demonstrou ao longo de sua trajetória, em um artigo não seria possível dar conta de sua obra em sua totalidade, ainda mais levando em conta que ele atravessou momentos muito diferentes e consideráveis no processo histórico de nosso país, mudando suas perspectivas de pesquisa e escrita diversas vezes, dito por ele nas diferentes edições de seus principais livros, nos acréscimos que fez de prefácios e posfácios.

Na apresentação do livro “Século XIX e a história: o caso de Fustel de Coulanges”, de François Hartog (2003), Manoel Luiz Salgado Guimarães diz que:

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse mesmo movimento, repensam as regras de seu ofício, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica nem cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente. (2003: 09)

Nesse livro, Hartog, professor francês da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* se propõem a refazer o percurso de Fustel de Coulanges, outro historiador francês, permitindo-o realizar a investigação da história de um campo de produção do conhecimento histórico, retornando aos momentos em que os textos foram escritos, as questões que eram colocadas no momento dessa escrita, dessa forma, refazendo o que dava condição para o entendimento de sua obra enquanto produção intelectual.

É nesse ponto que nossa investigação acerca da trajetória de Rodrigues encontra-se com o trabalho desenvolvido por Hartog, nosso intuito não é traçar tão e somente a biografia de Rodrigues, mas sim localizá-lo em seu tempo e tentar compreender a historiografia como campo de investigação específico.

Conforme explicitado em nosso resumo faremos também um apanhado acerca de como vem ocorrendo ao longo dos anos a recepção da obra de Rodrigues na academia, pois consideramos esse um elemento importante para nossa análise, já adiantando nossa surpresa com a quantidade irrisória de produções dedicadas ao estudo dele e, pontuando a importância das poucas pesquisas disponíveis. Portanto, dividiremos nosso texto em três partes, no primeiro momento tomaremos nota da recepção da obra, no segundo momento trataremos da questão biográfica que, não está separada de nossa última parte, que se centra em sua trajetória enquanto pesquisador, crítico, profissional, professor, enfim, o intelectual José Honório Rodrigues.

A recepção da obra de Rodrigues na academia

A importância que vemos nos estudos do que já foi produzido acerca de Rodrigues, está diretamente ligada à nossa surpresa de, quando feitas pesquisas iniciais, nos depararmos com um intelectual que produziu e publicou inúmeros livros, artigos, textos, ensaios, que refletiam acerca do processo historiográfico brasileiro e a função do historiador e professor de história, e, os estudos realizados sobre o mesmo, da década de 70 até atualmente serem tão poucos.

Mediante nossa catalogação a maior quantidade de materiais produzidos foram acerca da grandiosidade da obra do autor, ou, o fato dele ser considerado por muitos pesquisadores o precursor dos estudos da historiografia brasileira, e, o que nos chamou a atenção mais uma vez, é que, mesmo sendo já conhecida a importância dele para a reflexão acerca da Teoria da História no Brasil, existem poucos trabalhos que vão atrás de pesquisar a história intelectual e conceitual construída por Rodrigues.

Apesar de tímidas as investidas nos estudos sobre sua obra, ela é estudada desde a época em que ainda estava vivo, sendo nesse período, conforme já apontamos, as primeiras pesquisas foram voltadas para a catalogação de suas obras. Chamamos atenção para o trabalho de grande fôlego, que foi feito por Raquel Glezer em sua tese de doutoramento na Faculdade de Filosofia da USP, em 1976, com uma catalogação e classificação bibliográfica da obra de José Honório, e um artigo recorrentemente citado entre os comentadores e estudiosos do autor, escrito pelo também historiador Francisco Iglésias, em 1989, onde faz uma classificação apontando uma divisão em cinco grupos distintos de foco de pesquisa da obra de José Honório.

Temos também de José Octávio de Arruda Mello, amigo e discípulo de Rodrigues, juntamente com Leda Boechat Rodrigues, esposa de Rodrigues, o livro de 1994, “José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira.”

Há alguns artigos de relevância, como os produzidos pelo professor André de Lemos Freixo, que traz tanto uma análise acerca do projeto pensado, no entanto não terminado de Rodrigues, de um instituto de pesquisa, em seu texto *Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues*, de 2013, como um estudo acerca da historiografia brasileira por meio das perspectivas de Rodrigues, no texto com o nome de *Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues*, de 2011, onde endossa também, nossa opinião acerca de estudos em muito maior quantidade biográficos e classificatórios, do que teóricos.

Outro artigo de suma importância que visa mais que a catalogação do autor, também do professor Freixo, é *José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953) – (re)considerando as relações entre memória e história*, de 2015, onde o autor estabelece uma relação entre memória, instituição pública e história, com o intuito de identificar o enraizamento

no tempo histórico e demonstrar sua dimensão ético-política. Um ponto muito interessante e fecundo para as análises de como Rodrigues pensa a reestruturação da historiografia no país.

Freixo é sem dúvidas o pesquisador que mais produz e dedica-se ao tema, cabe destaque a sua tese de doutoramento, defendida pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2012, intitulada *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*, genuíno trabalho onde faz uma análise de como Rodrigues articulou a renovação dos estudos históricos no Brasil, demonstrando como o autor articula seu programa que visava estabelecer bases científicas para a escrita da História.

Conforme aponta a professora Maria da Glória (2012), os investimentos em publicações de edições críticas e comentadas de textos historiográficos, ou de Teoria da História, no Brasil, sempre foram tímidos, principalmente no que tange alunos de graduação e pós-graduação na área de humanidades, e que, somente recentemente que esse nicho editorial começou a ser preenchido e, portanto, mais estudado.

Como podemos notar, com as mudanças de perspectivas e foco de leitura no país, muda-se também a perspectiva de interpretação e novas abordagens são feitas, pontuando aspectos que, outrora, não que fossem desprezados, no entanto, não chamavam tanto atenção como foco de pesquisa. Talvez pelo fato de que, na época da confecção dos trabalhos das décadas de 70 a 90, o entusiasmo com as colocações de José Honório acerca da arquivística, organização, e catalogação de documentação, aliadas ao trabalho prático que ele desempenhou em diversas instituições (que apontaremos adiante) tenham interessado bem mais no momento, e as leituras críticas da Teoria da História e a historiografia, bem como ele pensou a construção disso ainda não eram tão comuns.

Para seguir em nossa análise da recepção da obra do autor, avançaremos um pouco nos demais trabalhos que foram produzidos acerca do mesmo nos últimos anos, deixando claro que, nossa intenção não é em aspecto algum dar a entender que as produções de ordem teórica dos pensamentos de José Honório são mais importantes que os trabalhos biográficos e/ou de catalogação da obra, nossa intenção é apenas pontuar, que no que se refere ao que vem sendo produzido acerca do mesmo, em nossa perspectiva, criou-se essas duas vertentes de pesquisa e produção.

Um trabalho que visa fazer uma análise mais profunda da obra de José Honório é a Dissertação de Ana Luiza Marques, defendida pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 2010, que tem como título, *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil*, nessa pesquisa, Marques analisou a sistemática teórico-metodológica que José Honório Rodrigues

apresentou em seu projeto: Teoria da História do Brasil, A Pesquisa Histórica no Brasil e História da História do Brasil. Onde demonstra que, para essa sistemática, existem dois campos de pesquisa, o da pesquisa que utiliza-se de métodos críticos para descoberta de fatos em documentações e o da historiografia enquanto interpretação de sentidos dos fatos de acordo a "concepção de mundo" do historiador.

A dissertação de mestrado, defendida por Érika Uhiara, intitulada *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*, defendida pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em 2014, teve como intuito acompanhar um movimento mais amplo de renovação do interesse pela história da historiografia brasileira e teve também como intuito analisar os ensaios publicados por Rodrigues, entre as décadas de 50 e 80, para avançar no conhecimento de suas reflexões a respeito da natureza e do que considerou, em sua época, como novas perspectivas do trabalho do historiador.

Cesar Leonardo Van Kan Saad, defendeu a dissertação, com o título *Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 –1949)*, em 2016, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A dissertação tem como objetivo investigar o conceito de “teoria da história” que José Honório Rodrigues sustenta, na escrita de seu livro Teoria da História do Brasil, publicado em 1949. O que abre horizontes para compreender por meio da escrita de Rodrigues a compreensão que o mesmo tem acerca da historicidade e da constituição da história como disciplina no Brasil. O trabalho de Van Kan Saad faz ainda uma reflexão acerca do percurso que levou o livro a ser publicado.

Há ainda o trabalho de Paulo Alves Junior, que defendeu a Tese intitulada *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil*, no ano de 2016, no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Nesse trabalho, o autor analisou a figura de José Honório enquanto intérprete da sociedade brasileira, tomando como análise o núcleo interpretativo que oferece uma compreensão do país, focado na conciliação como base de explicação da sociedade, pois a partir dessa reflexão, segundo Junior, o autor apontaria para os momentos em que a liderança política, assumindo a “conciliação” com o povo, proporciona a melhoria nas condições de vida do povo. Essa é uma análise de cunho sociológico, que toma como base uma análise também política, no entanto, é evidente, não deixa de ser uma enorme contribuição para traçar a importância do autor para o cenário acadêmico.

Esses trabalhos aqui mencionados, em nossa percepção são de extrema importância para os estudos acerca da história intelectual e conceitual de Rodrigues, por isso a necessidade

de mencioná-los e, conforme já foi pontuado, consideramos também de extrema importância as pesquisas que nos situam sobre a produção do autor.

Por isso, cabe ressaltar que há um interessante artigo do professor Luciano Aronne de Abreu, professor da PUC-RS, intitulado *Histórias da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues*, de 2011, nesse artigo o professor faz um apanhado acerca do acervo de José Honório Rodrigues, que está sob a guarda do Espaço de Documentação e Memória Cultural Delfos, da PUC-RS, bem como faz breves indicações sobre o seu conteúdo e potencialidades de pesquisa, onde informa também que parte do acervo encontra-se sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP). Um importante excerto que nos dá noção acerca do estado da arte do recorrente tema.

Sendo assim, nosso esforço de demonstrar a mudança (mas também a continuidade) na perspectiva de análise da obra do referido autor perpassa por aspectos importantes da Estética da Recepção, que nos ajuda a compreender que, conforme aponta Zilberman: “[...] a recepção de um texto encontra-se no interior de um sistema literário” (1989: 34). Portanto, não interroga-se pessoas, pois elas poderiam fornecer poucas ou questionáveis respostas, mas sim a obra, porque na medida em que participam de um processo de comunicação, e precisam ser compreendidas, elas se apropriam de um código vigente, por mais inovadora que seja determinada obra, ela não se apresenta como uma novidade absoluta.

Portanto, de acordo com o que percebemos até aqui, pontuando da década de 70 até Freixo, sendo um pesquisador da obra do autor, temos o seguinte: Glezer (1976) e Iglésias (1989), junto aos trabalhos de Leda Boechat, como pesquisas fundamentais, que norteiam biograficamente a história de Rodrigues. E, por ordem cronológica, somente de Freixo, publicações em 2011 (artigo), 2012 (tese), 2013 (artigo) e 2015 (artigo), e outros, que norteiam um pensamento mais profundo da historiografia do autor.

O intelectual José Honório Rodrigues

Como é comum entre escritores, a biografia de Rodrigues é eminentemente intelectual. Teve uma vida dedicada a uma causa, a qual demonstrou muito amor e dedicação (o cultivo da história), consumindo-se nela, portanto, não há que se procurar em sua vida momentos de aventura, cargos cheios de pompas, ou atitudes estrondosas. Em nosso breve texto, daremos ênfase apenas em sua formação e nos cargos que ocupou, o que em nossa percepção evidencia uma coerência exemplar de comportamento, e, pensamos que, está aí a chave para o entendimento de quanto escreveu.

Nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, saiu de sua cidade algumas vezes para viagens, quase sempre de trabalho. Mesmo quando viajava a passeio, não deixava de visitar, arquivos, bibliotecas e museus. Passou temporadas mais longas no exterior, com bolsas de estudo e pesquisas, ou enquanto professor, em encargo de grande significado no cultivo da especialidade escolhida. Passou quase toda a sua existência morando no Rio de Janeiro, o que lhe agradava bastante, pois amava a cidade com exaltação, fosse no Centro antigo, rico de passado, ou em Ipanema, em seu apartamento próximo da praia. No exterior, ficava quase sempre deslocado, renegando os hábitos ou comidas, nostálgico da paisagem habitual. Entusiasmado referia-se à condição de carioca, de raízes materna e paterna.

Tinha orgulho de ser contemporâneo de dom Pedro II e Machado de Assis e outros brasileiros eminentes, todavia amava sobretudo o seu povo, com a forma de ser alegre e descontraído. Escreveu sobre o tema algumas vezes, principalmente em 1965 e 1966, na ocasião do IV Centenário da cidade, em dois longos artigos, sendo eles: "*Características históricas do povo carioca*" e "*O destino nacional da cidade do Rio de Janeiro*", incorporados ao livro *Vida e História*.

Via nas origens do negro banto e minhota, a principal razão das características notadas no povo de sua cidade. No entanto, a caráter de curiosidade, orgulhoso da terra e do povo, não tinha muito de carioca.

Nesse sentido, a afirmativa refere-se ao estereótipo: o carioca estereotipado, seria alegre, solto, despreocupado, chegando, nas formas extremadas e distorcidas conhecidas comumente, à malandragem e certa irresponsabilidade. Na linha desse estereótipo, era pouco carioca: nenhum pouco lírico, não tinha senso de humor, quase obcecado pelo trabalho e por quanto julgava ser verdadeiro. Não possuía a disponibilidade atribuída aos conterrâneos. De acordo com Francisco Iglésias (1988), outro respeitado historiador e intelectual, Rodrigues cultivava certo gosto pela vida, mas de forma desajeitada, não se adaptava às situações, amava o mar, a praia e as caminhadas, no entanto, implicava com coisas e pessoas, chegando a detestá-las.

Prova disso, ainda segundo Iglésias (1988), é seu gosto pelo futebol: ia aos estádios como fervoroso torcedor do Flamengo, vendo os outros clubes como inimigos. Não considerava o jogo uma disputa esportiva, mas sim uma guerra. O futebol dava-lhe mais dissabor que prazer, pois se comemorava as vitórias de seu time, amargava as derrotas e principalmente as glórias dos outros. Gostava de frequentar congressos, reuniões, academias, todavia, indispunha-se facilmente com os outros, causando atritos geralmente desnecessários, que lhe perturbavam muito a existência. Apreciava ser convocado para debates e conferências, e principalmente, do convívio com os jovens.

Só se saía bem, no entanto, quando não tinha que dividir o público com outras pessoas, por exagerado senso de competição. Esse traço, criou-lhe inúmeras dificuldades e contribuiu para uma vida de amarguras e queixas, completamente destituídas de razão, evidente, pois era muito bem realizado na vida pública e particular, enfim, peculiaridades secundárias de uma personalidade que afirma-se pelo conjunto de sua obra, não por esta ou aquela virtude ou insuficiência.

Rodrigues cursou como centenas de brasileiros naquela época, a Faculdade de Direito, no Rio de Janeiro, bacharelou-se em 1937. Foi parte de uma turma brilhante e teve professores notáveis, dos quais guardaria boas recordações. No entanto, não se dedicou à advocacia. O direito lhe tocava pouco à sensibilidade, assim, o universo jurídico, preso mais ao ideal do que ao real, não era provocante para a sua inteligência. Foi então trabalhar no Instituto Nacional do Livro, com Sérgio Buarque de Holanda, permanecendo de 1939 a 1944.²³¹

Nesse mesmo período, teve a interessante oportunidade de uma bolsa da Fundação Rockefeller, para um curso na Universidade de Colúmbia e pesquisas que lhe mostraram a riqueza dos arquivos estadunidenses, e a importância dos estudos acerca da metodologia, quase ignorados entre nós, o que foi fato decisivo em sua carreira e mesmo na história da documentação no Brasil. Passou um ano nos Estados Unidos, entre os anos de 1943 e 1944.²³² Em 1945 foi bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), escrevendo, portanto, desde 1942, inúmeros artigos sobre a trajetória da economia açucareira na revista do IAA.

De 1946 a 1958 foi diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, outro aspecto notável em sua biografia e obra. No exercício da função, teve conhecimento do mais importante na bibliografia brasileira. Como habitual, leu o quanto pôde, preparando-se para então, se tornar um erudito, futuro autor de livros fundamentais para domínio da historiografia, da qual veio a ser o mais completo conhecedor. Entendemos que sem a passagem por esse cargo não teria condições de escrever muito do que melhor escreveu.

Ao mesmo tempo que estudou em abundância nesse período, trabalhou igualmente, onde dinamizou a divisão incumbida de duas coleções das mais importantes do órgão, a de Documentos Históricos e a de Anais da Biblioteca Nacional, editando em uma 40 e em outra 9

²³¹ Antes desse período, Rodrigues já vinha escrevendo artigos acerca da situação de descaso do Estado em relação a manuseio de matérias de arquivos. No livro “A pesquisa histórica no Brasil” publicado pela primeira vez em 1969, ele aponta que a pesquisa depende muito do Estado e do cuidado que o mesmo irá dedicar a preservação documental, da mesma maneira que, de forma moderna em países capitalistas, necessita da assistência da iniciativa privada, seja diretamente ou por meio de instituições, e aponta que, no Brasil, não se pode contar com a ajuda da iniciativa privada e que, o Estado conserva mal o patrimônio histórico documental e não presta auxílio quanto a investigações privadas ou particulares

²³² Quando Rodrigues retorna de sua viagem, ele está convencido de que os problemas nas bibliotecas e arquivos no Brasil são sérios, alegando que no que se referia a estudos históricos o Brasil estava muito atrasado em relação aos Estados Unidos (RODRIGUES, 1945)

volumes, entre 1946 e 1955, número jamais atingido por nenhum outro dos diretores da importante divisão da Biblioteca.

Analogamente a este trabalho, começou também sua carreira de professor. De 1946 a 1956 deu aula no Instituto Rio Branco, para formação de pessoal do Itamarati, onde permaneceu na seção de pesquisas do mesmo instituto, entre 1949 e 1950, trabalhando no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, um dos mais ricos do país. No preparo de suas aulas escreveu uma história diplomática do Brasil, que não chegou a publicar. A história diplomática foi uma dentre tantas as preocupações mais constantes, o que o levou a dedicar mais de um livro às relações exteriores.

Durante esse período, desenvolveu outras atividades. Em 1950 obteve bolsa do Conselho Britânico, realizando proveitosa viagem à Inglaterra, onde conheceu pessoalmente Arnold Toynbee, tendo inclusive, dedicado parte importante acerca da relação entre Toynbee e a Filosofia da História, no livro História e Historiografia (1970). Visitou também outros centros, como Portugal, Espanha, França, Itália e Países Baixos, portanto, teve oportunidade de conhecer arquivos e mais instituições interessadas em história.

Em 1965 fez o curso na Escola Superior de Guerra, nesse momento, passou a interessar-se mais pelo período ao qual vivia do que pelo período colonial. Foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e também na Universidade Federal de Rio de Janeiro, mas sem continuidade ou por períodos longos. Deu aulas por certo tempo na Universidade de Brasília, mesmo permanecendo no Rio de Janeiro. Foi também professor-visitante na Universidade do Texas, em Austin, em 1963, 1964 e 1966, bem como na de Colúmbia, em Nova York, em 1970. Recebeu ofertas para ficar nos Estados Unidos na década de sessenta, mas recusou-as, como já mencionado, e tendo como base pesquisas anteriores, ele não sentia-se bem fora do Brasil, talvez por isso seu interesse e desejo por realizar todas as pesquisas que fez acerca de nosso país.

Ainda no período de 1958 a 1964, ocupou o cargo mais importante de sua trajetória como funcionário público, nesse período foi diretor do Arquivo Nacional, e realizou reformas substanciais quanto a organização do mesmo, até o momento, e mesmo depois, ninguém nunca fez tanto pelo arquivo quanto ele. Trouxe inúmeras pessoas de fora, de renome, como Theodore R. Schellenberg, que além de analisarem a situação arquivista, davam sugestões e ministravam cursos aos funcionários. Providenciou também a tradução de obras básicas desses e de outros autores, importantes para o estudo e entendimento das ciências humanas, em sua maioria, obras traduzidas pela historiadora Leda Boechat Rodrigues, profunda conhecedora da matéria, bem como erudita em inúmeros idiomas.

Rodrigues encabeçou um projeto que não teve oportunidade de terminar, o Instituto de Pesquisa Histórica²³³, nele é demonstrado a preocupação de Rodrigues com a formação de pesquisadores, apontando que somente o contato contínuo com os problemas dos arquivos e bibliotecas poderiam mostrar a extrema necessidade de uma categoria de servidores que possuísem outros conhecimentos que os que eram na época exigidos na seleção dos arquivistas e bibliotecários:

Há deficiências notórias, tanto no curso de biblioteconomia, como no de arquivística. A formação de pesquisadores não visa atender apenas as exigências das tarefas do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, mas também as de outras instituições brasileiras. Para isso seria necessário criar a carreira de historiadores e pesquisadores²³⁴ para os serviços das bibliotecas e arquivos. Na verdade, não seria possível resolver o problema com a simples licenciatura em História. (...) A melhor solução é o estágio obrigatório de estudantes de história nas bibliotecas e arquivos. (RODRIGUES, 1978b: 242)

Após o período como diretor do Arquivo Nacional, José Honório permaneceu de forma mais enfática no magistério, período ao qual escreveu muitos de seus principais livros. Lembrando-nos ainda de sua participação no Programa de História da América, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e colaborando também com a *Historical Abstracts*, dos Estados Unidos. Foi ainda, membro da Comissão de Textos de História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Academia Brasileira de Letras, além do já citado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de algumas outras instituições nacionais e estrangeiras.

Portanto, podemos perceber nessa simples exposição acerca de sua vida, que, primeiramente não seria possível falar da vida de Rodrigues desvinculando-a de sua trajetória enquanto intelectual, até pelo fato de que, acreditamos que sua personalidade e amor ao seu povo e casa, são substanciais para o entendimento de seus interesses e escolhas por estudar a história e historiografia produzida pelo Brasil e por brasileiros, bem como a luta que acreditamos que travou com o Estado e a academia para a representação “correta” da história, na História do Brasil.

²³³ Não discorreremos de forma mais profunda acerca desse projeto, mas de maneira sucinta e direta, e com as palavras do próprio Rodrigues, o definiremos como: “O Instituto de Pesquisa Histórica teria por finalidade essencial promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e produzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história.” (1978b: 239)

²³⁴ Nota de Rodrigues: “A profissionalização da carreira de historiador e pesquisador nos serviços públicos e privados não é uma inovação, mas o reconhecimento legal da classificação profissional do Bureau Internacional do Trabalho, sem considerar sua existência tradicional na Colônia e no Império, e na República, em São Paulo, no Museu Paulista. É profissão reconhecida na Europa e nos Estados Unidos, sendo que neste com amplo mercado de trabalho”. (1978: 242)

Rodrigues passou por diversos e diferentes momentos da história do Brasil, portanto, há uma mudança em suas perspectivas em relação ao que escreve, ele mesmo afirma que as teorias passam e os fatos ficam (1978b), sendo assim, não é tarefa fácil contextualizar sua obra.

De acordo com nossas leituras, as obras as quais Rodrigues mais se dedica a pensar questões referente ao fazer historiográfico²³⁵ são, em ordem cronológica “Teoria da História do Brasil” (1949;1957; 1969; 1978), “A Pesquisa Histórica no Brasil” (1952; 1969; 1978; 1982) e “História da história do Brasil” (1978; 1988), contando como visto, com várias edições, Rodrigues fez alterações, adicionou prefácios e posfácios.

Pensaremos esses três livros como um único trabalho arquitetado por Rodrigues, que podemos chamar de Obra Tríplica, que apesar de títulos diferentes, encabeça, sobre a nossa perspectiva, um único projeto, que pensamos como um projeto que visa pensar como os historiadores e pesquisadores poderiam reestruturar a historiografia brasileira, considerada por ele, conforme já mencionamos, atrasada, em uma “historiografia moderna”, e que pudesse fornecer ao povo meios para que conseguissem pensar conscientemente em sua história.

Trabalhando com a perspectiva sobre a qual a professora Pallares-Burke (2005) chama atenção, no que se refere ao termo influência poder dar a noção de um receptor passivo de ideias alheias, pensaremos em José Honório Rodrigues sempre como um historiador que manteve diálogo com outros intelectuais, estrangeiros e nacionais, sendo sempre sujeito crítico, criador e inovador.

Em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, descreve procedimentalmente como deve ocorrer uma pesquisa, mantendo diálogo com diversos autores como Hegel, Rickert, Meyer, Croce, Collingwood, Marx, Toynbee, Dilthey, Capistrano, Taunay, Varnhagen, Rodolfo Garcia, dentre outros. Tentando sempre endossar sua perspectiva de que o historiador só poderá chegar a crítica de uma fonte, se de antemão, souber como operá-la:

A pesquisa histórica depende muito do Estado e do cuidado que dedica à preservação documental. (...) No Brasil não se conta com a ajuda privada. (...) E o Estado que conserva mal o patrimônio histórico documental não auxilia a investigação oficial ou privada. A Universidade, especialmente a federal, desconhece a pesquisa histórica. (RODRIGUES, 1978a: 22)

É enfático ao apontar que a pesquisa histórica nasceu com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, antes disso existia apenas pesquisas individuais, de poucos como Varnhagen e Capistrano, que tentaram sistematizar os levantamentos bibliográficos,

²³⁵ Ponto para o qual chamamos atenção e damos maior ênfase na pesquisa, tendo em vista que acreditamos que é esse embate de Rodrigues acerca das questões inerentes ao fazer historiográfico e a profissão do historiador que o moldam enquanto intelectual, em busca do que entende por meio de investigações profundas, estudos e diálogos com os mais diversos intelectuais de diferentes lugares e tempos.

tentando deixar de lado a velha compilação que era então tão utilizada, e sobre a concepção dele, tradicionalista, atrasada e conservadora.

Conforme aponta Raquel Campos (2016), utilizando-se de Rancière para estabelecer uma concepção de história, a História possui vários sentidos, no que refere-se a tradicional, enquanto prática de memória, os objetos foram outrora grandes homens e seus exemplares fatos, que hoje são os pequenos fatos representativos de um determinado tempo ou modo de vida. E a há o sentido moderno de História: como potência do destino comum, e essa ideia de história, comporta por sua vez, duas outras.

De um lado a ideia de um tempo orientado para uma realização, um fim específico; um tempo que é portador de promessas para aqueles que souberem o interpretar e compreender as condições de sua sucessão e as tarefas que elas impõem, e, de outro lado a ideia de uma potência reversível, segundo a qual a história é feita pelos homens, construída em conjunto em total responsabilidade. Mas ela é também o que os faz, o que lhes imprime uma marca específica. Sendo assim, a história, sob essa concepção moderna, está presente quando se considera que os homens fazem a história ao mesmo tempo que são feitos por ela.

Logo, a percepção de modernidade, seja na arquivologia desempenhada no Brasil, ou nas noções teórico-metodológicas de Rodrigues, perpassam de forma muito presente, a questão do IHGB e a forma como Capistrano de Abreu produziu história e se ele representou uma renovação na historiografia brasileira.

Para seus estudiosos, certamente sim. Rodrigues, aponta em Capistrano que a preocupação com temas como as bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado indicaria que ele atribuíra um outro enredo à história do Brasil: não mais o da formação do Estado imperial, mas o da formação do território e do sentimento nacional, onde ele teria abandonado a história político administrativa por uma história econômica e social.

Em seu livro *O velho vaqueano, Capistrano de Abreu (1853 – 1927): memória, historiografia e escrita de si* (2013), Rebeca Gontijo se debruça a estudar a vida e obra de Capistrano de Abreu, figura de destaque para todos os estudiosos da historiografia brasileira. Gontijo traça um trajeto onde aponta desde o início como ocorre a constituição do que é, como ela chama de “homens de letras”, constituindo-se pelo ato de homenagear os célebres mortos, em eventos organizados pelas instituições artísticas e culturais do Império, seguindo a lógica das academias europeias do século XVIII, com isso, Gontijo aponta que o IHGB se destacava nessa área para a elaboração desses “homens de letras”, cujas ideias de cultura e nação eram sempre associadas, materializando dessa maneira, uma ideia de “Brasil culto”.

A obra de Capistrano de Abreu pode ser colocada ao lado de outras que estavam em meio ao movimento de (re)descoberta do Brasil iniciado ainda no século XIX, que prolongou-

se pelo menos até 1950, despertando nos pesquisadores o interesse pelo interior do país, até então com populações desconhecidas e vastas regiões. São os escritos desse interior do Brasil que sustentaram a criação de uma noção de consciência nacional, a partir de uma definição, que outrora era inexistente, do que era o Brasil e os brasileiros.

No início da República predominava a ideia de que uma verdadeira conquista do território só poderia de fato ocorrer, diante de um conhecimento real e científico, para Rodrigues (1953) o papel do sertão e dos caminhos modificaram profundamente o escrito e a metodologia histórica no Brasil. Portanto, nessa conjuntura, o estudo e o ensino da história e da geografia se afirmaram enquanto necessidade estratégica. Juntamente a demanda por patriotismo e o esforço pela demarcação de campos de conhecimento, o problema da escrita da história se impunha:

O historiador, embora pudesse desenvolver estudos dos mais diversos, deveria ser capaz de produzir um tipo particular de escrita, capaz de distingui-los de outros “homens de letras”. Método e narrativa que, associados, favoreceriam a distinção entre história e literatura. Aproximando-se da sociologia, a história deveria tornar-se mais científica. (GONTIJO, 2013: 77)

Podemos ver que a noção de Rodrigues, ao apontar Capistrano e o IHGB como marcos fundamentais para a historiografia brasileira, é corroborada por outros inúmeros estudiosos, e, acrescentamos que, a figura de Capistrano, tal qual a de Rodrigues, é uma figura complexa, tido como de uma personalidade ímpar, portanto, alvo de diferentes análises, todavia, tido para a maioria, como um intelectual com traços modernos.

Percebemos que a preocupação de Rodrigues em discutir desde a *Teoria da História do Brasil*, a fundamentação de uma ciência histórica, por meio da pesquisa, em *Pesquisa Histórica no Brasil* reside tanto na preocupação dos estudos acerca da História do país, quanto com uma preocupação com a nação e o presente, que é mais sinalizado em *História da História do Brasil* e para resolver isso, era necessário a criação de uma consciência história, que deveria ter início com o trabalho de quem estuda para isso, conforme pontuamos anteriormente, na questão do Instituto de Pesquisa Histórica.

Desde às críticas à como a historiografia era feita no Brasil, dando ênfase a História Colonial (1978b) e ao compilamento simples de fontes, Rodrigues já deixava claro sua percepção de como é formada a consciência histórica, onde aponta que toda realidade, da forma como existe, produz uma diferente consciência de realidade, e que, portanto, deve-se voltar ao passado com novos problemas impostos pelo presente. Sendo assim, compreendia a historiografia brasileira, sendo um espelho da própria História:

Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade. O nexos é econômico e ideológico. A atividade erudita não é um luxo; depende do apoio com que a sociedade a nutre. (RODRIGUES, 1978b: 32)

A demonstração ao longo da escrita de Rodrigues acerca do atraso do Brasil em relação a outros países, e os incessantes incentivos e pesquisas que caminham na direção de demonstrar qual é o caminho necessário fazer por meio da pesquisa histórica apontam para toda uma revisão da historiografia brasileira, com o intuito formar uma consciência histórica nacional, que seja a partir daquele momento, moderna.

Em algumas reflexões acerca dos rumos da história (1975)²³⁶ pensando acerca da evolução e os efeitos da metodologia histórica, Rodrigues afirma que o esforço fora bem recompensado:

Depois de frequentar em 1943-1944 o curso “Nature. Methods and Types of History” da Universidade de Colúmbia, dirigido pelo Professor Charles Cole, com a colaboração de Henry Steele Commager, Jacques Barzun, Allan Nevins, grandes nomes da historiografia americana, vim para o Brasil entusiasmado com a ideia de renovar os métodos da História, criar novos campos de estudo, rever o que se fazia e tentar reformar o ensino superior da História. (RODRIGUES, 1975: 15-16)

Rodrigues não queria apenas interpretar novamente a História do Brasil, seu desejo era transformá-la, para que ela assim o fosse, um instrumento de formação da consciência nacional, de integração e identificação nacional e social, que considerava um fator decisivo de desenvolvimento e progresso.

Crítica a forma a qual o curso superior era gerido, dividido apenas entre História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea, História da América e do Brasil, apontando que a universidade era uma “cidadela inexpugnável de conservadorismo” (1975: 16), apontando que de uma nova formação de professorado exigia-se que fosse em torno da História do Brasil, e que o representante de tal cadeira possuísse grande conhecimento das fontes, da pesquisa, dos problemas da História do Brasil, e estes é que seriam os elementos instrutivos e preparatórios para a ampliação do conhecimento.

Ainda na conferência ao qual nos referimos anteriormente, Rodrigues fala acerca de uma estudante com qual conversou, da Universidade de São Paulo, que lhe disse que somente no curso de Teoria da História que ela havia conhecido alguns dos intelectuais e historiadores brasileiros.

Portanto, suas reflexões apontam que o ensino da história do Brasil, fez-se e, nos arriscamos a dizer, levando em conta, por exemplo a quantidade de estudos limitadas hoje, sobre o próprio Rodrigues, faz-se, sem historiografia brasileira. Conforme afirma Rodrigues,

²³⁶ Trata-se de uma conferência ministrada em 8 de dezembro de 1970 em Juiz de Fora, no II Encontro Brasileiro sobre Introdução aos Estudos Históricos. Datamos como 1975 devido ao fato da conferência estar publicada no livro *História, corpo do tempo*, do ano mencionado.

entre 1939 e 1958 a metodologia e as demais especializações metodológicas foram simplesmente desconhecidas.

Acrescenta ainda que o Estado não fornece o devido cuidado e atenção necessários para a constituição da pesquisa histórica, não estimulando a pesquisa nacional e no estrangeiro, não defendendo a documentação acumulada, pouco cuidando dos documentos que produz e não valorizando os Arquivos, Bibliotecas, Museus e os Institutos Históricos.

Sendo assim, até o estágio atual de nossa tentativa de traçar a trajetória intelectual de Rodrigues, apesar da dificuldade de conseguir situar cada obra de acordo com cada experiência dele, percebemos que, inevitavelmente, obra e vida desse intelectual não podem ser tratadas de formas separadas e isoladas, Rodrigues refletiu em sua obra a luta que travou ao longo de sua vida, tanto no sentido prático, em suas experiências profissionais, quanto nas aspirações teóricas, em seus estudos e pesquisas, a luta pela representação da concepção de história ao longo do tempo em que fez história no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALVES JUNIOR, Paulo. **Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil**. 2010. 228 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2010.

ARAÚJO, Amanda Araújo de; ABREU, Luciano Aronne de. História da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues. **Estudos Ibero-Americanos**, PUC-RS, v. 37, n. 2, p. 319-332, jul./dez. 2011

CAMPOS, Raquel. **Entre ilustres e anônimos: a concepção de história em Machado de Assis**. Chapecó – RS: Argos, 2016.

FREIXO, Andre de Lemos. **A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. 2012. 417 f. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2012.

_____, André. José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953) - (re)considerando as relações entre memória e história. **Revista Escrita da História**, n. 2, p. 49-81, 2015.

_____, André de Lemos. Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. **História da Historiografia**, p. 140-161, 2013.

_____, Andre. Um 'arquiteto' da historiografia Brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, 2011.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si** – 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora: revista de história e geografia**, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Editora UFRJ, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 55-78, 1988.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Coordenação: Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83 – 132.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Coordenação: Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 67 – 103.

MARQUES, Ana Luiza. **José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000.

OLIVEIRA, M. Gloria de. A história da historiografia brasileira e suas evidências. **História da Historiografia**, n. 10, p. 274-278, 2012.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. Companhia Editora Nacional, 1978a.

_____, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica** – 5.ed. lógica. 4. ed. atualizada. São Paulo, Editora Nacional, 1978b.

_____, José Honório. Uma viagem de pesquisas históricas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 134-135: 14-29, jul.-set, 1945

_____, José Honório. Historiografia Brasileira em 1945. In: **Notícia de Varias Histórias**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

_____, José Honório. Historiografia Brasileira em 1946. In: **Notícia de Varias Histórias**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

_____, José Honório. Uma viagem de pesquisas históricas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 134-135: 14-29, jul.-set, 1945.

RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). **Nova correspondência de José Honório Rodrigues**. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

SAAD, César Leonardo Van Kan. **Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da história do Brasil de José Honório Rodrigues (1939-1949)**. 2016. 233 f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

UHIARA, Érika. **Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista, 2014.

ZILBERMAN, Regina. A estética de recepção e o acolhimento brasileiro. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, v. 2, n. 12, p. 07-17, 1999.

_____, Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: 1989.

GOIÂNIA NA DÉCADA DE 1950, ENTRE DOCUMENTOS OFICIAIS E NOVAS PERSPECTIVAS

*Leandro Davi Guimarães*²³⁷

RESUMO: Este trabalho busca contextualizar o processo de urbanização da cidade de Goiânia, na década de 1950. Diante deste cenário, podemos vislumbrar novas abordagens e perspectivas, ao observar os documentos oficiais em conjunto com uma coleção de documentos ainda pouco

²³⁷ mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás; Endereço eletrônico: ldguima@hotmail.com; Orientadora: Professora Dra. Libertad Borges Bittencourt.

pesquisados. Trata-se do arquivo pessoal de Ewald Janssen, topógrafo alemão atuante na composição dos loteamentos dos bairros da cidade neste período, e conseqüentemente um personagem importante neste processo. O acervo conta com diários de campo, memoriais descritivos, observações pessoais, mapas, recortes de jornal do período, entre outros tipos de documentos, que proporcionam uma detalhada investigação sobre os rumos que a cidade tomava após duas décadas de crescimento desordenado. Um ponto de vista do trabalho e do cotidiano de atividades desempenhadas nas engrenagens do processo de urbanização da nova capital de Goiás.

Palavras-chave: Goiânia, crescimento urbano, documentos.

Introdução

A cidade de Goiânia é um excelente campo de investigação quando se trata de questões urbanísticas, planejamento e construção de cidades. Com o lançamento da pedra fundamental da cidade, em 24 de outubro de 1933 (SABINO JUNIOR, 1960, p. 89), iniciaram-se os projetos e as obras que viriam compor a nova capital do Estado de Goiás, atendendo anseios e demandas locais de inserir o estado na conjuntura política e econômica do país. Além do caráter local, a cidade também representava o sucesso da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas no âmbito nacional, visando preencher os “vazios demográficos” do projeto varguista.

Para bem compreender este contexto, partimos de uma conjectura maior, em que o Brasil republicano se estabeleceu diante de uma concentração política e econômica na região sudeste, que provocava interesses conflituosos com outras regiões do país, não favorecia a exploração econômica de suas dimensões continentais e nem o desenvolvimento de áreas isoladas com características agrícolas e pastoris (VIANNA, 1938, p. 147). Getúlio se dispôs a alterar esse panorama, apostando em uma expansão civilizadora que viesse a preencher o mapa brasileiro até os seus limites territoriais, e em primeira instância, o centro-oeste do Brasil figurava-se no cerne das pretensões.

Oliveira Vianna, que inspirava as percepções ideológicas de Vargas, afirmava que a amplitude territorial do nosso país e a exigência de grandes terrenos para sua produção agrícola tornou os latifúndios os centros de suas regiões, entendendo que “dispersos e isolados na sua desmedida enormidade territorial, os domínios fazendeiros são forçados a viver por si mesmos, de si mesmos e para si mesmos” (VIANNA, 1938, p. 150).

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas nomeou Pedro Ludovico Teixeira seu interventor no estado de Goiás, logo que assumiu o poder. Pedro Ludovico figurava-se entre os opositores da família Caiado, que dominou a política no estado por longo período. Inicialmente, Pedro Ludovico governava o estado a partir da Cidade de Goiás, em região dominada pelos seus opositores políticos. Desta forma, a concepção de uma nova capital arejava o governo do interventor, possibilitava novas estruturas econômicas e sociais para a região e ainda representava as pretensões engajadas de Vargas para o centro do país. Lira Neto trata na relação

ideológica entre Vargas e Vianna, afirmando que “poucos anos mais tarde, Getúlio recorrerá ao centralismo sugerido em *Populações meridionais* para justificar a força avassaladora do Estado Novo, quando Oliveira Viana será alçado ao posto de principal ideólogo do futuro regime.” (NETO, 2012, p. 211).

A proposta de construir a nova capital de Goiás se consolidava e parecia inevitável diante de tantos elementos favoráveis. Assim, a cidade já prometia progresso, desenvolvimento econômico e oportunidades de enriquecimento muito antes de sua inauguração oficial. Projetava-se uma cidade cheia de pretensões que deveria seduzir novos residentes, e com isso, o maior atrativo concentrava-se na valorização dos imóveis e loteamentos.

Se as narrativas e ideologias políticas são importantes para compreendermos como a ideia de cidade planejada no centro do país podem iluminar o próprio ideário do período, não menos importante, tratando-se de uma cidade planejada, os documentos técnicos e oficiais permitem esmiuçar o planejamento em si. Dessa forma que observamos os documentos oficiais, se eles não possuem uma narrativa em si, pelo menos da maneira mais usual, eles são fontes essenciais em um momento em que a própria ideia de progresso se confunde com a narrativa pretendida. Assim, ao contrário de tratarmos esses documentos como “neutros” do ponto de vista político, social e cultural, veremos que estão embutidos neles muitos pressupostos destas estruturas. Afinal, aqueles que procuravam ordenar como a população se organizaria em um determinado espaço, já tinham em vista o que era essa população.

Os documentos oficiais

A obra organizada por Oscar Sabino Júnior, no final da década de 1950, composta principalmente de documentos oficiais do estado, nos permite visualizar alguns aspectos importantes da constituição da nova capital. Desde os relatórios iniciais de resolução da mudança, encaminhados ao Governo Provisório da República, em 1933 (SABINO JUNIOR, 1960, p. 89), até as afirmações de batismo cultural da cidade com a criação de institutos e eventos nacionais dez anos mais tarde.

É possível perceber nestes documentos que o propósito da exploração, em primeira ordem, da via imobiliária não se configurou de forma camuflada ou dissimulada, considerando o Decreto nº 4.941, de 1º de setembro de 1934 (SABINO JUNIOR, 1960, p. 129). Este decreto cria o Departamento de Propaganda e Vendas de terras e suas extensões, bem como as finalidades e competências dos envolvidos. No artigo 12º do documento define-se, em uma tabela, os preços dos lotes de acordo com as zonas e larguras das ruas ou avenidas:

ZONA COMERCIAL
Lote situado em Avenida c.60m de 1g 7\$200 o m²

“	“	“	“	“	30	“	“	“	5\$400 o m ²
“	“	“	“	“	25	“	“	“	5\$000 o m ²
“	“	“		Rua	17	“	“	“	3\$600 o m ²

ZONA RESIDENCIAL

Lote situado em Avenida c.25m de 1g	2\$000 o m ²							
“	“	“	Rua	17	“	“	“	1\$200 o m ²
“	“	“	Rua	12	“	“	“	1\$000 o m ²

ZONA INDUSTRIAL

Lote situado em Avenida c.60 ou 50m de 1g	5\$000 o m ²								
“	“	“	“	25	“	“	“	“	3\$500 o m ²
“	“	“	Rua	25	“	“	“	“	2\$500 o m ²

OBSERVAÇÕES: - Se o terreno fôr em esquina, terá um acréscimo de dez por cento (10%); se fôr em praça, acrescentará quinze por cento (15%); se fôr em esquina e em praça, acrescentará vinte por cento (20%), quando o terreno for em esquina prevalece o preço dado para a rua de maior largura. (SABINO JUNIOR, 1960, p. 132)

Apesar de o decreto citar plantas anexas, a apresentação da tabela acima se faz em razão da necessidade de iniciar, em caráter de urgência, a venda de lotes, antes mesmo da entrega do Plano Diretor da cidade, que havia sido encomendada por Pedro Ludovico através do Decreto nº 3.547, de 6 de julho de 1933 (SABINO JUNIOR, 1960, p. 81), e encarregava o urbanista Atilio Corrêa Lima do projeto e suas disposições necessárias. O urbanista cumpriria as demandas que lhe foram atribuídas somente em janeiro de 1935 (SABINO JUNIOR, 1960, p. 111), meses após o decreto que normatizava a venda de lotes. Entretanto, Corrêa Lima, se demite do cargo em abril do mesmo ano por discordar das alterações do projeto e demandas que prevaleciam na pretensa especulação imobiliária, deixando de acompanhar a execução de seu projeto. (MOTA, 1999, p.2)

A urgência na venda de lotes pode ser respondida, inicialmente, pela aquisição de fundos para o financiamento das obras, a consideras o Decreto nº 2.851, de 13 de janeiro de 1933 (SABINO JUNIOR, 1960, p. 69). No documento, o interventor autoriza o Governo do Estado a contrair empréstimo dentro do país, definindo em seu artigo primeiro, os valores, juros e condições. No artigo segundo, justifica a destinação da importância autorizada, sendo a construção da nova Capital do Estado, e inclui outros compromissos que facilitariam a liquidação de débito com um único credor. O artigo terceiro autoriza o Governo a estabelecer outras cláusulas contratuais, a fim de aumentar a segurança do estado.

Com a vacância do cargo de engenheiro urbanista na construção da cidade, um velho conhecido do interventor no estado assume a empreitada. Armando Augusto de Godói havia contribuído, anteriormente, com os estudos para a escolha da localização da nova capital, sempre alinhado ao discurso de progresso de Vargas e Ludovico. (SABINO JUNIOR, 1960, p. 52). Das contribuições de Godói ao plano diretor, o caso mais emblemático refere-se ao Setor Sul, que previamente designado para fins residenciais seguiu tal finalidade, porém a

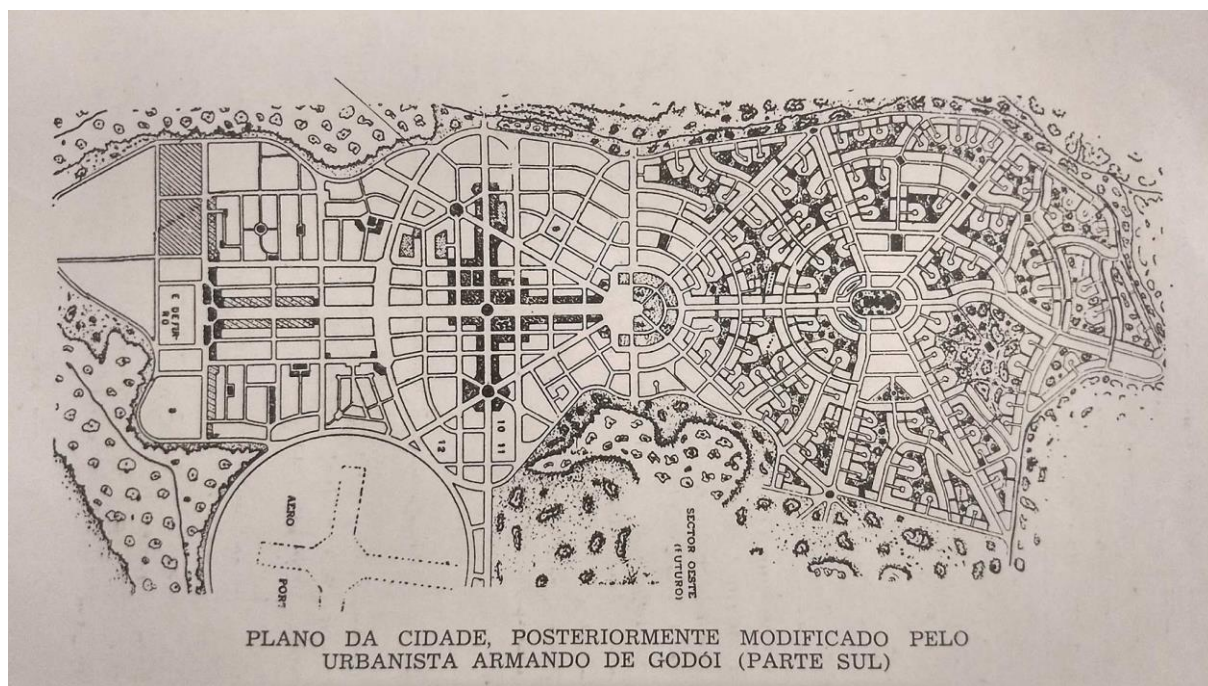
documentação pertinente ao bairro revela novamente as forças particulares da especulação imobiliária.

No Setor Sul, outra vez os lotes começavam a ser vendidos antes da aprovação do projeto do bairro, nos anos de 1937 e 1938, no entanto, a situação se agravou, pois, a implementação e construção da infraestrutura do bairro, bem como a sua ocupação, só seriam efetuadas em 1962, com a prerrogativa da valorização da região e aumento do valor de mercado dos lotes. A experiência acabou ocasionando uma grande área vazia e bem localizado em relação ao centro da cidade, suscetível à criminalidade, invasões e apropriações indevidas do espaço público. Com a pressão de proprietários, a liberação para ocupação do Setor Sul acabou sendo antecipada em 1950. (MOTA, 1999, p.7).

O projeto do Setor Sul reforçava o conceito urbanístico em que o Plano Diretor se apoiava. Corrêa Lima já havia definido um zoneamento que remetia ao Movimento Cidade-jardim, obedecendo determinadas funções específicas – habitar, trabalhar, recrear e circular – Goiânia segue, em tese, a essa percepção moderna, como podemos perceber nos escritos do autor do projeto original:

O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas de localizar as diversas atividades da cidade em zonas demarcadas, a fim de não só obter a organização dos serviços públicos, como também para facilitar certos problemas técnicos, econômicos e sanitários, não falando aqui na questão estética. Se em todas as aglomerações existentes, o zoneamento constitui um problema de difícil solução, para uma cidade que se forma é relativamente fácil, apesar de exigir que seja observada a mais rigorosa vigilância em torno do regulamento das zonas. Evitamos levar o zoneamento aos rigores extremos, como querem alguns profissionais, porque os excessos têm sempre efeito negativo, como, por exemplo, as inúmeras subdivisões da zona residencial (LIMA, 1937, p. 142)

Além do zoneamento, Corrêa Lima também se inspirou no movimento para projetar o centro administrativo na forma de “rádio concêntrico”, tipicamente utilizada nas cidades desse modelo; mas Godói viria a se dedicar a outras características conceituais no anexo do Setor Sul. Aproveitando os bosques primitivos e reservas naturais, o bairro deveria atender outras expectativas relativas ao conceito inspirador. Porém, a longo prazo, o que se percebe é uma visível apropriação de um conceito mal implementado como ferramenta de publicidade a favor da venda e da valorização de imóveis. Na imagem abaixo, podemos perceber diferença de traçado entre Corrêa Lima (meio para a esquerda – Setor Central) e Godói (meio para a direita – Setor Sul).



(SABINO JUNIOR, 1960, p. 103)

Não apenas a falta de entrosamento entre os projetos interferiu no planejamento de Goiânia, deve-se considerar a relevância dos responsáveis pela execução das obras na construção da capital, que ficaria a cargo da empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda. A firma era composta pelos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, que iniciaram suas atividades em Goiânia em 1935 e se encontravam alinhados ao poder executivo vigente no estado, chegando a receber honrarias oficiais do interventor Pedro Ludovico, pelo Decreto nº. 580, de abril de 1938: “Art. 1º. - Fica concedido aos engenheiros civis Coimbra Bueno, ou razão social que o represente, o título oficial de CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIÂNIA.” (SABINO JUNIOR, 1960, p. 149)

Os irmãos Coimbra Bueno desmereceram os projetos de Atilio Corrêa Lima e pretendiam uma revisão externa de seu projeto. Um trabalho publicado sobre o assunto remente

a tal revisão, entendendo que o projeto original “certamente contrariava muitos e poderosos interesses, a começar pelos interesses dos irmãos Coimbra Bueno, donos de grandes glebas e da empresa encarregada da construção da cidade” (VIEIRA, 2012, p. 61). Se tomarmos um alerta de Atílio Corrêa Lima para o governo do período, podemos perceber como seu projeto contrariava os interesses imobiliários do período:

[...] será inevitável, dentre em breve, a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. Logo que a cidade comece a demonstrar foros de progressos, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas conseqüências; muito contribuirão para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem bem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde possa a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos (FERREIRA JÚNIOR, 2007, p. 20)

O interesse e papel dos irmãos Coimbra Bueno fica ainda mais evidente quando Godói rompe com a empresa de Coimbra Bueno, já que, “mais tarde, eles assinaram contrato com o governo ficando responsáveis pela administração das obras do Estado. Ironicamente, acumularam o duplo papel de contratantes e contratados”. (GONÇALVES, 2002, p. 34-35).

A ascensão dos interesses privados na conformação da cidade de Goiânia a partir desse período não pode ser melhor representada do que com a eleição de Jerônimo Coimbra Bueno para governador do Estado de Goiás, governando entre 1947 e 1950. Como bem resume Júnior, “mais do que nunca, os interesses dos proprietários de glebas de terras estavam representados e assegurados diante da maior instância do Poder Executivo em Goiás. Era o que faltava para a situação fundiária descontrolar-se de vez em Goiânia” (FERREIRA JÚNIOR, 2007, p. 22).

Os documentos oficiais do estado neste período, corroboram com uma bibliografia amplamente atenta às questões urbanísticas de Goiânia, permitindo perceber o domínio dos interesses privados, através da especulação imobiliária, nas bases fundamentais de construção da cidade. Dessa forma, percebemos a cidade na década de 1950, permeada de projetos mal implementados, conceitos fragilizados, um crescimento urbano acelerado em pouco mais de duas décadas e o vislumbre da continuidade de uma volumosa expansão demográfica. Mais loteamentos viriam a eclodir na capital nas décadas seguintes, essa seria uma constante irreparável, porém, se um crescimento planejado passaria a ser levado em consideração que é a questão a ser avaliada neste momento, uma vez que as falácias do desordenamento urbano já apontavam no horizonte da cidade.

O arquivo de Ewald Janssen

No início da década de 1950, chega à cidade o engenheiro topógrafo alemão Ewald Janssen, com disposição para oferecer seus serviços e solucionar problemas. Através de uma

Carta ao Portador²³⁸, datada de 13 de agosto de 1950, Janssen é apresentado a Abel Teles, por Ignacy Goldfeld, afirmando que o topógrafo já prestava serviços de agrimensura em São João, que era novo no Brasil e carecia de proteção e bastante trabalho. Na carta, o remetente ainda reforça qualidade profissional do portador e pede indicação de serviço em sua zona, caso o destinatário tenha conhecimento.

Pouco tempo depois carta citada, como se pode perceber por outros documentos, Janssen já atuava na demarcação de loteamentos nos novos bairros da capital, e demonstrava percepção dos prejuízos causados pela dinâmica imobiliária que movimentava a cidade desde a fundação²³⁹. As críticas, por parte de Janssen, à falta de planejamento; à vendagem inapropriada de lotes e áreas; ou mesmo aos meros ‘erros de cálculo’²⁴⁰ são evidentes e constantes, apesar de encontrar-se executando trabalhos consideravelmente importantes na composição deste cenário em diversos bairros da cidade, atuando justamente em função daqueles que promoveram e seguiriam promovendo tal desordem.

Não é possível dizer que Janssen assumiria na prática um papel antes desempenhado por Corrêa Lima ou por Godói, o desempenho de suas funções representa uma parcela bem menor em termos de importância. Porém, o mesmo retoma as observações críticas ao Plano Diretor e suas derivações políticas, bem como à execução dos projetos até então concluídos, o que pretensiosamente o faz nas vias de urbanista, apesar de assinar seus documentos somente como engenheiro topógrafo.

O arquivo pessoal de Janssen encontra-se no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, doado por sua família no final da década de 1990, e compõe um grande volume documental. São mapas, diários de campo, registros de compra e venda de lotes e glebas, relatórios, correspondências, declarações, registros de pagamentos por prestações de serviços, memoriais descritivos, publicações, entre outros diversos tipos de documentos. A documentação ainda carece de acondicionamento e disponibilização para pesquisa, que ainda é parcial. Da parte consultada, podemos encontrar apontamentos importantes sobre o desenrolar do crescimento urbano de Goiânia na década de 1950.

A bibliografia referente à Goiânia neste período apresenta uma cidade absolutamente focada na expansão demográfica e no crescimento vertiginoso da área urbana, mergulhada na

²³⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Coleção Ewald Janssen**. Goiânia: Carta ao portador, consultado a 6 de maio de 2016.

²³⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Coleção Ewald Janssen**. Goiânia: Plano Funcional das Áreas, consultado a 6 de maio de 2016.

²⁴⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Coleção Ewald Janssen**. Goiânia: Retificação do Setor Leste, consultado a 6 de maio de 2016.

especulação imobiliária controlada por uma minoria cada vez mais poderosa. A atuação de Janssen neste período tanto pode servir para alavancar as forças poderosas de controle e exploração do espaço urbano, como promover algum tipo de resistência e previsão de problemas, bem como a tentativa de solucioná-los. Tal afirmação parte da percepção de uma atuação que favorece o crescimento desordenado da cidade por promover novos loteamentos, mas remete, através de suas observações encaminhadas ao poder público, aos cuidados a serem tomados e problemas a serem solucionados a médio e longo prazo na conjuntura da cidade.

No documento denominado “RETIFICAÇÃO DO SETOR LESTE”²⁴¹, Janssen enumera itens que considera “pontos fracos” a respeito deste setor. No primeiro item, o autor do relatório acusa que “por motivos de êrros de cálculo ou de demarcação” não há ligação entre a parte sul e a parte norte do setor através da Quinta Avenida, ocorrendo um desencontro de precisos 94,15 metros entre esta avenida e a Avenida Anhanguera. Assim, o topógrafo já inicia suas ponderações apontando falhas dos profissionais que atuaram no setor anteriormente.

No segundo item, as críticas remetem ao excesso de entradas, saídas e cruzamento no sentido norte-sul da Avenida Anhanguera, além da largura insuficiente desta avenida, considerada uma das principais vias de circulação da cidade, e pondera ainda os riscos futuros, que seriam acidentes e desastres inevitáveis. Logo, a solução que abarca os dois primeiros itens, prevê “avenidas contornos” interligando outros setores ao norte e ao sul, mas tal medida somente seria exequível recorrendo a desapropriações, uma vez que os lotes do local já haviam sido vendidos.

Janssen assinala um terceiro “ponto fraco”, afirmando que o projeto do setor não considera os bosques primitivos, que ainda existiam e devem ser protegidos, em função da ausência de parques e praças de recreios no plano geral da cidade. Neste ponto percebe-se que a desconexa aplicação do conceito de cidade-jardim entre o Plano Diretor de Atílio Corrêa Lima e as subsequentes intervenções de Armando de Godoi se efetivavam como mera tentativa frustrada e, posteriormente, como discurso publicitário para vender lotes. Essencialmente em relação ao Setor Sul, o projeto até favorecia a conservação destas áreas ausentes no plano geral da cidade, porém, tais áreas não caracterizavam em nada a cidade nos outros bairros.

Até o momento em que Janssen emite este parecer, o Setor Sul não havia sido implementado, e ainda sofreria dificuldades ao agregar esses bosques primitivos ao contexto urbano sem sofrer processos de marginalização. Jane Jacobs, em renomada obra sobre a decadência das grandes cidades, questiona: “Mais Áreas Livres pra quê? Para facilitar assaltos?”

²⁴¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Coleção Ewald Janssen**. Goiânia: Retificação do Setor Leste, consultado a 6 de maio de 2016.

Para haver mais vazios entre os prédios? Ou para as pessoas comuns usarem e usufruírem?”. Em seguida a autora afirma que “as pessoas não utilizam as áreas livres porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem”. (JACOBS, 2000, p.98)

Ainda no documento referente do Setor Leste, Janssen ressalta suas preocupações referentes ao tráfego no âmbito geral da capital, comparando com experiências já decorrentes nas grandes metrópoles do país e reivindicando “máximo critério” para este tema. O topógrafo alerta que na ocasião, início da década de 1950, ainda havia tempo hábil para corrigir defeitos e “projetar o plano geral de tráfego” com todos os detalhes necessários ao bom desenvolvimento, o que constituiria uma enorme vantagem para a cidade.

Em outro documento, denominado “Plano Funcional das Áreas”²⁴², datado de dezembro de 1952, Janssen apresenta ao poder público um relatório técnico sobre orientações do Plano Diretor da cidade. Uma nova configuração no “Plano Funcional das Áreas” é apresentada, em que a ‘zona urbanizável’ possui novas subdivisões, a considerar: 1) Zona Residencial, que abrange o comércio e a Administração; 2) Zona Industrial; e finalmente 3) Áreas Verdes. Essa nova disposição é importante para o topógrafo fundamentar suas proposições, principalmente em relação ao que ele chama de “Combinação harmoniosa, estética, econômica e técnica de cada uma das áreas” e “Ligação racional das vias de transporte”. Logo, é no item “Importância e valor do Plano Funcional das áreas no traçado” que percebemos a forma de diálogo entre as partes.

O Plano Funcional das Áreas é a base técnica de qualquer traçado, porém não JURÍDICA, pois, apoiado nêle, legalmente nenhuma desapropriação é possível se fazer.

A finalidade principal que o “PLANO” encerra é a de coordenar todos os loteamentos particulares.

Há necessidade, portanto, de uma estreita colaboração entre o D.V.O.P e os profissionais habilitados que trabalham no ramo de urbanismo, afim de ser possibilitada a realização de um Plano tão grande monta e de tão relevante importância.

O presente Plano Diretor tem o valor de um esquema, pois em virtude da falta do levantamento topográfico de certas áreas, ainda não foi possível estabelecer, definitivamente, os limites de cada uma delas e, as funções de algumas outras.

Finalmente, soa de opinião, que o D.V.O.P deve explorar e proceder a locação, no terreno, das vias públicas principais, relacionados com Plano Diretor, construindo desta forma, a Estrutura Básica do TRAÇADO GERAL e a dos Parciais, que dela partirão.

(JANSSEN, 1952)

O trecho do documento acima resume, de forma discreta, a relação entre o engenheiro topógrafo e seus contratantes, ou mesmo, em outra instância, reflete a relação dele com a cidade propriamente dita. Reconhecendo os limites de sua atuação, ao considerar que seu trabalho é de

²⁴² UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Coleção Ewald Janssen**. Goiânia: Plano Funcional das Áreas, consultado a 6 de maio de 2016.

natureza técnica e não jurídica, e na medida em que se repete a conformação acerca das desapropriações, o cenário ideal se esvai, restando lançar os olhares para o futuro. Mais que o próprio discurso da importância e necessidade de planejamento, o apelo é por colaboração entre as partes, de um lado os profissionais do urbanismo, e do outro, o poder público através do Departamento de Vias e Obras Públicas.

A remissão do trabalho apresentado por Janssen a um mero esquema, nada mais afirma que há muito trabalho a ser feito, e que estudos superficiais não correspondem ao que a cidade necessita nas suas zonas estabelecidas. Com ares de bom conselheiro, Janssen recomenda o Poder Público a tomar parte do Traçado Geral da cidade, bem como a infraestrutura básica. Assim, os documentos do arquivo pessoal deste engenheiro topógrafo, pouco a pouco constituem uma percepção pouco conhecida na narrativa de Goiânia na década de 1950, daqueles que já percebiam a iminência de um caos urbano e vislumbravam o crescimento da cidade acima das previsões mais otimistas.

Considerações Finais

Este trabalho é apenas o princípio de uma busca por novas perspectivas sobre o crescimento de Goiânia, atento à carência de orientação urbanística na cidade de Goiânia que se abateu após as ausências de Atilio Corrêa Lima e Armando e Armando Augusto de Godói neste cenário. A narrativa sobre a construção de Goiânia e seu consecutivo processo de urbanização segue como um campo de investigação bastante promissor, e a Coleção Ewald Janssen pode contribuir significativamente a estes estudos. Além dos documentos inicialmente observados neste trabalho, diversos outros de mesma natureza ainda serão proveitosos para compor este contexto. O volume da coleção é considerável, composto principalmente por mapas ainda não disponibilizados para a pesquisa, em razão do seu acondicionamento e das condições de conservação. Quando resolvida esta questão, estas fontes podem atrair mais pesquisadores, inclusive de outras áreas, como arquitetos e urbanistas, afim de contribuir com o entendimento deste processo.

Desta forma, assim como Janssen pontuava no seu “Plano Funcional de Áreas”, entendemos que ainda há muito a ser feito sobre essa documentação, cuja colaboração dos profissionais do ramo do urbanismo poderá ser corroborada e analisada paralelamente à bibliografia disponível sobre a cidade de Goiânia e seus processos de urbanização. Se a lacuna deixada por Corrêa Lima e Godói foi, em menor proporção, o campo de atuação de Janssen; se o traçado da cidade sofreu interferências pela atuação do topógrafo na composição de seus bairros; se este manteve-se dedicado ao planejamento urbano e a solução dos problemas que vislumbrava; se os esforços em melhorar a cidade foram suficientes diante dos interesses

particulares que dominavam o processo; são diversos questionamentos possíveis de serem respondidos, ou ao menos investigados.

Aristóteles afirmava na obra *Política*, que “uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir” (SENNETT, 2008, p.13). Logo, podemos afirmar que uma cidade não será construída somente por políticos, interventores e chefes de estado; nem somente por engenheiros topógrafos, arquitetos e urbanistas produtores de projetos e conceitos que tentam moldar o crescimento urbano; ou mesmo por aqueles que compõem a força motora de trabalho e executam os projetos e conceitos pretendidos, independentemente dos planos e pretensões frustradas; tão pouco somente pelos que ocupam, habitam e transitam pelo espaço de forma desejada ou não. Podemos afirmar que a cidade também se estabelece pela atuação daqueles que recorrem aos documentos e à bibliografia buscando construí-la e reconstruí-la através da História.

Fontes Documentais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Coleção Ewald Janssen**. Goiânia: Carta ao portador; Retificação do Setor Leste; e Plano Funcional das Áreas. Consultado a 6 de maio de 2016.

Bibliografia

COELHO, George Leonardo Seabra. "Marcha pra o Oeste: entre a teoria e a prática: UFG, 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

DAHER, Tania. O Projeto Original de Goiânia. In: DOSSIÊ Cidades Planejadas na Hinterlândia. Revista UFG, Goiânia, Ano XI, nº 6, 2009. p. 77-90.

DINIZ, Anamaria. Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935). Ideal estético e realidade política: UNB, 2007. Dissertação de Mestrado - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília.

DUARTE, Aldimar Jacinto. Goiânia, cidade planejada: território de segregação socioespacial de jovens nas periferias. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRICA, CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 2014, Jataí-GO. Anais do IV congresso internacional de história, cultura, sociedade e poder. Jataí: UFG, 2014. p. 01-14.

FONTANA, Felipe. O diagnóstico sobre o Brasil: Oliveira Vianna e a sua primeira grande contribuição À Ciência Política Brasileira. Florestan, n. 1, p. 116, 2014.

FERREIRA JÚNIOR, Licídio de Carvalho Bueno. Reflexos do processo de ocupação, apropriação e uso do espaço intra-urbano em Goiânia: um caso do setor bueno: UNB, 2007. Dissertação de Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília.

IRAZÁBAL, Clara. Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo. Qual seu significado para a América Latina? *Arquitextos.*, ano 02, dez. 2001.

MOTA, Juliana Costa. O Setor Sul em Goiânia: o espaço público abandonado. In: III Seminário Docomomo Brasil – A permanência do Moderno. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://goo.gl/nxo9qq>, acessado em 08/09/2017.

MOYSES, Aristides. Goiânia, metrópole não planejada. Goiânia: Editora da UCG. 2004.

NETO, Lira: Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930) / Lira Neto. – 1ª. ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Adão Francisco. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: Uma Cidade para o Capital. In MOYSES, Aristides. Cidade, segregação urbana e planejamento. Goiânia: Ed. da UCG. 2005.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. Uma nova (des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado - Goiânia, Brasília e Palmas: UFG, 2014. Tese de Doutorado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

RODOVALHO, M. O. Análise do Planejamento Urbano e Efetividade dos Planos Diretores de Goiânia. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

SABINO JUNIOR, Oscar. (Org.). Goiânia documentada. São Paulo: Edigraf, 1960

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: Emergência e Transformação da “Problemática Dos Lugares”. *Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, Jan.- Abr. 2015.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra. Tradução: Marcos Aarão Reis. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2008.

VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938. In: *A Nova Política do Brasil*. RJ: Livraria José Olympio Ed, 1938, volume V

VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

VIEIRA, Patrick di Almeida. Attilio Corrêa Lima e o Planejamento de Goiânia – Um Marco Moderno na Conquista do Sertão Brasileiro. *URBANA*, [S.l.], v. 4, n. 4, dez. 2012.

CESSAMOS O FOGO E PUXAMOS A PALAVRA: LITERATURA ZAPATISTA NO CONTEXTO DE LUTA DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

*Leidiana Marinho Souza Oliveira*²⁴³

RESUMO: O período que abrange essa pesquisa (de 1994 até 2005) compreende desde a data do primeiro levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional até a Sexta Declaração da Selva Lacandona, também denominada pelos zapatistas como “*La otra campaña*”. Após um breve levante armado empreendido no dia 1º de janeiro de 1994 os zapatistas modificam as suas estratégias políticas para que as suas vozes sejam alcançadas para além de um conflito armado. As hipóteses partem do pressuposto que na literatura do Subcomandante Marcos encontramos elementos que despertam a comunidade em geral para os problemas referentes aos indígenas no México, em uma espécie de militância no campo político do diálogo. Utilizando a palavra como arma, os escritos do Subcomandante Marcos nos aponta para a construção de uma Identidade Zapatista como forma de resistência ao governo mexicano.

Palavras chaves: Zapatismo, Identidade, Literatura, Subcomandante Marcos

1. Considerações Iniciais

Ao escolher o Zapatismo como recorte de pesquisa se deve primeiro ao fato de toda a aura misteriosa envolta nas figuras²⁴⁴ integrantes do movimento. Em suas aparições públicas se apresentam homens e mulheres de maioria indígena com os rostos cobertos por *passamontañas* e *paliacates*²⁴⁵ deixando no ar o questionamento: O que há debaixo dessas peças? Quinhentos anos de marginalização e exploração reivindicando por sua dignidade? Partindo desses questionamentos a pesquisa parte da proposta de estudar o Movimento Zapatista sob o viés da Literatura do seu porta-voz mais conhecido: o Subcomandante Marcos²⁴⁶.

Na América Latina, após vários países terem passado pela experiência de uma Ditadura Militar²⁴⁷, iniciou-se o processo de abertura de suas economias, tendo como finalidade de inserirem-se no mundo globalizado e reintegrar-se ao cenário econômico mundial, sobretudo, a partir da década de 1990. Era o avanço do modelo econômico do Neoliberalismo²⁴⁸

²⁴³ Orientador: Dr. Alberto Baena Zapatero; Programa de Pós Graduação em História-UFG, Mestranda bolsista da CAPES de 2017 a 2019. E-mail: leidi.marinho@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7753064689107911>

²⁴⁴ Existem vários materiais audiovisuais disponíveis a respeito dos zapatistas. Dentre esses recursos está o documentário: *Um lugar chamado Chiapas*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jaP9hbBZBdQ>. Acesso em: 02.07.2018.

²⁴⁵ *Passamontañas*, também conhecidos por “gorro ninja”. *Paliacates*, também conhecidas por “bandanas”.

²⁴⁶ Segundo Assis (2010) Marcos em várias entrevistas diz que utiliza o termo Subcomandante deixando explícita sua posição de subordinação diante os demais membros porque ele é um representante não indígena dentro do movimento.

²⁴⁷ O livro *Ditadura Militares na América Latina* da historiadora Claudia Wasserman aprofunda sobre esse tema.

²⁴⁸ Neo (novo) e Liberalismo (teoria política começa a surgir no século XVI e ganha grande força no século XIX, na qual o mercado era o principal centro.

que se expandia por toda a América Latina. Essa prática política/econômica ganha fôlego a partir da década de 1980 com políticas econômicas introduzidas, sobretudo por Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro” no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Segundo Moraes (2001) uma das principais ideias neoliberal está em que:

Elas acentuam duas grandes exigências gerais e complementares: privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, "desregulamentar", ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. (MORAES, 2001: p.18)

Grosso modo o Neoliberalismo propõe que haja uma intervenção mínima do Estado na economia e vendem essa ideia como modelo para o mundo.

O Subcomandante Marcos²⁴⁹ elabora algumas teorias a respeito do que seria o Neoliberalismo, em um dos seus textos encontramos um diálogo com um dos seus personagens chamado Durito²⁵⁰, onde ele expressa o seguinte:

[...] resulta que o “neoliberalismo” não é uma teoria para enfrentar a crise. É a própria crise transformada em teoria e doutrina econômica! Quer dizer que o “neoliberalismo” não tem a menor coerência, não tem planos nem perspectiva histórica. Enfim, é pura merda teórica. (FELICE; MUÑOZ, 1998: p. 72)

A situação do avanço neoliberal não era diferente no México. Em finais da década de 80 sob o governo do então presidente Carlos Salinas de Gortari²⁵¹ o neoliberalismo avançava. Como consequência aprofundava-se as crises sociais e econômicas para os camponeses pobres e indígenas. As políticas empreendidas pelo governo aumentaram ainda mais a desigualdade social e maior dependência do mercado externo. O EZLN²⁵² aparece nesse contexto.

Em finais do século XX as lutas revolucionárias pareciam ilusões perdidas com as experiências do Leste Europeu e esfacelamento da URSS em 1991. Novas teorias nesse período ganhavam força falando sobre o “triunfo do capitalismo” ou mesmo o “fim da história²⁵³”. Onde:

²⁴⁹ Nome fictício. No item 4 será abordado sobre a figura do Subcomandante Marcos e quem seria esse homem segundo o governo mexicano.

²⁵⁰ Don Durito de Lancandona é um escaravelho falante que tece críticas à política neoliberal. Esse personagem é encontrado em vários textos do Subcomandante Marcos.

²⁵¹ Gortari exerceu seu mandato de 1988 a 1994.

²⁵² Sigla para Exército Zapatista de Libertação Nacional.

²⁵³ Teoria que ganhou maior expressividade com o intelectual estadunidense Francis Fukuyama e sua obra *O Fim da História*. É importante destacar que Fukuyama foi um intelectual a serviço do governo de Ronald Reagan.

O século XX termina com a hegemonia mundial do capitalismo. A crise dos países socialistas, e o fim de muito deles, colocou a utopia socialista em crise. Muitos gritaram e escreveram que o sonho tinha acabado, que a história tinha acabado. O capital passava a reinar soberano em uma economia mundializada. (ARELLANO; OLIVEIRA, 2002: p. 51)

Os zapatistas parecem tecer uma rede de recusa a essas teorias que iam de encontro com o fim da história numa espécie de resgate da utopia e esperança. O Zapatismo surge como uma nova esperança, um grito de resistência que surge de um lugar remoto do país, um “México profundo”²⁵⁴ e até então desconhecido do restante do mundo. Os zapatistas aparecem ao mundo na madrugada do dia 01º de janeiro de 1994²⁵⁵ anunciando a *Primeira Declaração da Selva Lacandona*:

Porém nós hoje dizemos: BASTA!, somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, os despossuídos somos milhões e chamamos a todos nossos irmãos para que se somem a este chamado como o único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias. (FELICE; MUÑOZ, 1998: p. 39)

Dentre as demandas da causa zapatista estão: alimentação, justiça, democracia, paz e terra.

O EZLN tem algumas peculiaridades em comparação com outros grupos guerrilheiros latino-americanos pelo seu modo de atuação. Os zapatistas criam pontes de diálogos com a sociedade civil²⁵⁶ nacional e internacional através de suas cartas e comunicados. Nos escritos zapatistas são recorrentes os temas sobre dignidade, autonomia, a condição das comunidades indígenas de Chiapas²⁵⁷, os mitos ancestrais, etc. A respeito dos escritos o Subcomandante Marcos diz que:

[...] não queríamos construir um discurso sentimentalista, apolítico ou contrário à teoria, procurávamos apenas recolocar a teoria ao nível do ser humano, da vida, de partilhar experiências vivenciadas sobre as quais refletir. [...] (MARCOS, 2004 *apud* FILHO, 2013: p. 84-85).

²⁵⁴ Esse termo se encontra no livro *México profundo: una civilización negada*, publicado em 1987 do antropólogo mexicano Guillermo Bonfil Batalla, o autor se atém a civilização mesoamericana (e sua negação) e sua relação com a civilização ocidental, onde os povos profundos do México têm sido dominados por um México imaginário ocidental que nega a realidade cultural mexicana.

²⁵⁵ Nessa mesma data também entra em vigor o NAFTA (North American Free Trade Agreement) que era um tratado de livre comércio envolvendo o Canadá, EUA e México.

²⁵⁶ Nos referimos aqui como sociedade civil aqueles que não estão diretamente ligados ao movimento zapatista, mas que de variadas formas dão suporte a causa criando toda uma rede de apoio pelo mundo.

²⁵⁷ Chiapas é um estado mexicano localizado ao sul do país e tem como fronteira a Guatemala e base do Movimento Zapatista.

Entendendo que essas narrativas são produzidas dentro de um contexto político e social elencamos as fontes primárias²⁵⁸ a serem trabalhadas.

A relevância da pesquisa consiste em analisar o Movimento Zapatista como fruto dos conflitos entre o poder vigente e as sociedades indígenas camponesas. Conflitos esses que se estabelecem desde os tempos da colonização e que ainda encontra seus reflexos nos dias atuais em todo o México. No caso específico do Zapatismo será problematizado como esses conflitos geram uma nova identidade, uma identidade zapatista como forma resistência ao governo mexicano.

2. Referencial Teórico-Metodológico

O projeto consiste em uma pesquisa que se dá na interlocução entre a História e Literatura. Segundo Chartier (1990):

O texto, literário ou documental, não pode nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real (que pode talvez definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, construindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita. O que leva, ante de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas a atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como elaboração formal, têm em vista produzir mais do que mera descrição. (CHARTIER, 1990: p. 63)

No caso dessa pesquisa nos propomos à analisar os escritos do Subcomandante Marcos e o que eles refletem do contexto do Movimento Zapatista, as ações do EZLN e como isso se solidifica na construção de uma identidade zapatista.

Uma das funções da Literatura consiste na arte de manifestação através de escritos, seja ela de caráter narrativo ou poético, ficcional ou real. Segundo Borges (2010):

Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo. Ela é uma reflexão sobre o que existe e projeção do que poderá vir a existir; registra e interpreta o presente, reconstrói o passado e inventa o futuro por meio de uma narrativa pautada no critério de

²⁵⁸ Essas fontes serão especificadas no item Referencial Teórico-Metodológico.

ser verossímil, da estética clássica, ou nas notações da realidade para produzir uma ilusão de real. (BORGES, 2010: p. 98-99).

Partindo do pressuposto que toda narrativa seja literária ou histórica parte de uma intenção, a primeira ação consiste no levantamento das fontes a serem analisadas. As fontes primárias elencadas para este trabalho são os livros: *Muertos Incómodos: falta lo que falta* (2005) e *Relatos de el Viejo Antonio* (1998).

Muertos Incómodos (2005), a princípio foi publicado em doze fascículos no jornal *La Jornada*²⁵⁹ entre 2004 e 2005 e posteriormente publicado no formato de livro²⁶⁰. Foi escrito pelo Subcomandante Marcos em coautoria com Paco Ignacio Taibo II²⁶¹. Segundo consta nas informações do livro, os capítulos ímpares foram escritos pelo Subcomandante Marcos e os capítulos pares foram escritos por Taibo II. Consta também que os valores de direitos autorais da obra são revertidos para uma ONG que realiza um trabalho social em Chiapas.

Muertos Incómodos (2005) é um romance policial com personagens diversas, estrangeiros, homossexuais, mulheres, indígenas, investigadores e o próprio Subcomandante Marcos. A história gira em torno da perseguição a um “tal de Morales²⁶²” que supostamente teria assassinado um militante chamado Jesús Maria Alvarado, dado como morto em 1971. O suposto morto Alvarado volta a “aparecer” fazendo telefonemas ao seu amigo Héctor Monteverde, seu colega de trabalho quando eram professores de Literatura em um curso preparatório. Aos investigadores Héctor Belascoarán Shayne e Elias Contreras é dado encontrar Morales o qual não se tem nenhuma notícia em muitos anos e decifrar o enigma das ligações do suposto morto. A história se desenrola tanto em Chiapas como na Cidade do México.

Em *Muertos Incómodos* (2005) fica claro as problemáticas sociais mexicanas imbricadas no enredo policial. Essa obra rompe com o romance policial clássico nesse sentido. Segundo o qual para Arcuri e Lemus (2015):

O romance policial clássico apresenta um enigma a partir de um crime para justificar a presença de um investigador, embora a cena do crime já tenha sido visitada pela polícia. O (s) enigma (s) se resolve (m) através de um detetive que utilizará um método racional de busca que o converte em uma espécie de herói, restituidor da ordem. (ARCURI; LEMUS, 2015: p. 132)

A narrativa do livro rompe com essa estética, pois o principal aqui não é o crime em si, mas o contexto social e político no qual ele se insere: uma realidade violenta e

²⁵⁹ Jornal de grande expressão no México. Pode ser acessado em: < <http://www.jornada.com.mx/ultimas/>>

²⁶⁰ No Brasil foi publicado com o título *Mortos Incômodos: falta o que falta*, pela Editora Planeta em 2006 com tradução feita por Magda Lopes.

²⁶¹ Historiador e ativista social hispano-mexicano.

²⁶² O personagem é referido dessa forma na obra.

politicamente corrupta. A obra traz a luz personagens muitas vezes invisibilizadas dentro do contexto mexicano. A luta zapatista se encontra presente no enredo do livro.

Em um trecho logo no início vemos uma crítica ao machismo²⁶³ dentro do próprio movimento zapatista quando uma moça foge porque era agredida pelo marido.

Porque resulta que a la María, que sea a la Abril, el marido, que sea el Genaro, mucho la maltrataba, y no la dejaba participar, y mucho la celaba. Que cuando el Genaro, que sea el marido, supo que la iban a nombrar autoridad en el colectivo de mujeres pues hasta le pegó. (MARCOS, Subcomandante; TAIBO II, Paco Ignacio, 2005: p. 20)

E quando a encontram sem de fato saber o que aconteceu, em outro trecho diz o seguinte: “Que ella era zapatista y que se estaba portando como zapatista.” (MARCOS; TAIBO II, 2006: p. 21).

Relatos de el Viejo Antonio (1998) é uma série de contos escritos pelo Subcomandante Marcos. A personagem principal é o indígena que ele chama de *Viejo Antonio*. Nessa obra o indígena tem voz e o Subcomandante escuta e aprende com ele. *Viejo Antonio* dentro desse contexto seria o fundador simbólico do EZLN e a consciência rebelde da comunidade.

No prólogo do livro, o filósofo mexicano Antonio Bartra escreve que “quinientos años después Marcos trasvasa al lenguaje digital de “la red” los ritmos de la oralidad campesina y la estructura simbólica de los mitos asociados a la caza y la agricultura, poniéndolos al servicio de un mensaje político liberador.” (MARCOS, 1998: p. 13) e segue “Por la boca del Viejo Antonio – o de su médium, el subcomandante Marcos – habla la conciencia memoriosa y trascendente de la comunidad, la voz del pueblo profundo encarnada em los ancianos.” (MARCOS, 1998: p. 14). O Subcomandante Marcos de uma maneira lírica rememora através de *Viejo Antonio* a origem mítica do mundo, as conversas dos deuses primeiros e suas criações, a sabedoria dos sonhos, etc.

Segundo Vitali (2014: p. 193): “o subcomandante Marcos é o tradutor das palavras indígenas ao mundo exterior, ao mundo ocidental.” Sua tradução não se restringe a língua espanhola, já que grande parte dos integrantes indígenas não tem o espanhol como língua materna. Além de traduzir as ideias do zapatismo o Subcomandante Marcos traduz elementos e símbolos de um mundo poucas vezes compreendido pela sociedade externa ao movimento, as

²⁶³ O movimento zapatista cria dentro as suas leis a Lei Revolucionária das Mulheres. Onde elas teriam direitos de participação em igualdade com os homens e onde assumem as suas próprias reivindicações. Para mais informações a respeito da participação das mulheres ver: *Participación de las Mujeres en el Gobierno Autónomo*. Disponível em: <https://chiapasbg.files.wordpress.com/2013/09/mujeres-es.pdf>. Acesso em: 02.07.2018.

sociedades não indígenas. Em *Relatos de el Viejo Antonio* (1998) percebemos essa ponte de diálogo entre dois mundos.

O Subcomandante Marcos com seus textos nos mostra outros aspectos do EZLN, que está além de um movimento apenas de aparato militar. Evidencia o cotidiano das comunidades chiapanecas, seus mitos, dificuldades, situação precária de vida.

Sobre a literatura pelo Subcomandante Marcos os autores Felice e Muñoz (1998) afirmam que:

A ponte que uniu os dois universos, aquele indígena, mítico e ao mesmo tempo contemporâneo, e o metropolitano da sociedade de consumo e de massa, foi a linguagem sincrética dos escritos do Subcomandante Marcos. Nestes se juntam diferentes estilos literários, mas sobretudo linguagens heterogêneas, que unem a simbologia mítica dos descendentes dos maias aos estilos literários latino-americanos e europeus. (FELICE; MUÑOZ, 1998: p. 22)

Para o desenvolvimento da pesquisa foram feitas primeiro as leituras das obras que são as fontes primárias desse projeto. Dentro os nossos referências teóricas estão autores como Carlos Telloz Díaz, Alejandro Buenrostro y Arellano, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Antonio Aguirre Rojas e Guilherme Gitahy de Figueiredo que servem como aporte historiográfico para explanar sobre o desenvolvimento e origens do Movimento Zapatista. Para a discussão sobre o conceito de Identidade o autor Manuel Castells é uma das principais referências a serem utilizadas nessa pesquisa. O holandês Frank Ankersmit e o brasileiro Durval Muniz de Albuquerque para trabalhar a relação da escrita com a História e Literatura.

Sobre o Movimento Zapatista buscamos desde os clássicos até as publicações mais recentes, desde dissertações, teses, documentários e artigos publicados em Revistas Acadêmicas e Anais de Congresso. Sendo esse um tema recente na História Contemporânea ainda é um campo vasto e fértil para publicações que essa temática permite.

3. Acerca do Conceito de Identidade e a Construção de uma Identidade Zapatista

A presente pesquisa parte do pressuposto que a construção de uma Identidade Zapatista pode ser identificada na narrativa literária do Subcomandante Marcos. Essas narrativas são carregados de simbolismo e marcado por um retorno ao passado e ao mesmo tempo conectado com o mundo contemporâneo.

Em uma carta simbólica tendo como destinatário Emiliano Zapata²⁶⁴ o Subcomandante Marcos evoca a figura de Zapata como legitimação para as reivindicações dos

²⁶⁴ Um dos líderes mais importantes da Revolução Mexicana de 1910.

zapatistas. Como se o movimento fosse uma extensão das demandas propostas pelo revolucionário. Em um trecho da carta ele diz:

Aquí estamos mi General, aquí seguimos. Aquí estamos porque estos gobiernos siguen sin memoria para los indígenas y porque los ricos hacendados, con otros nombres, siguen despojando de su tierra a los campesinos. Como cuando usted llamó a luchar por la tierra y la libertad, hoy las tierras mexicanas se entregan a los ricos extranjeros. Como entonces pasó, ahora los gobiernos hacen leyes para legitimar el robo de tierras. Como entonces, los que se niegan a aceptar las injusticias son perseguidos, encarcelados, muertos. Pero como entonces, mi General, hay hombres y mujeres cabales que no se están callados y se luchan para no dejarse, se organizan para exigir tierra y libertad. Por eso le escribo a usted Don Emiliano, para que sepa usted que aquí estamos, aquí seguimos. (MARCOS, 1997: não paginado)

O Subcomandante Marcos evoca ao passado, a uma memória, como uma forma de legitimação do presente.

Nesse primeiro momento nos deteremos sobre o conceito de Identidade e seu percurso dentro da Historiografia. O princípio da Identidade parte do questionamento de “Quem eu sou?” e “Quem é o outro?”. Encontramos esse conceito sendo utilizado pela Sociologia, Psicologia, Antropologia e demais áreas das Ciências Humanas. Partiremos da perspectiva da Identidade como o modo que o sujeito ou determinado grupo se apresenta ante os demais. O modo pelo qual os indivíduos se identificam.

A Identidade se estabelece nas relações do indivíduo com a sociedade com a qual ele interage em um processo de reconhecimento e diferenciação do outro. A Identidade de um povo está no reconhecimento de um modo de vida, línguas, costumes, hábitos, símbolos e suas mais diversas especificidades. Para Anderson (2008) a respeito das construções dos nacionalismos nos aponta que a nação é uma “comunidade imaginada” construída através da enunciação de vários discursos, nas mais variadas formas de difusão (rádio, literatura, jornais, cinema, televisão, etc.) A ideia de nação é palco de disputas simbólicas entre a narrativa oficial e narrativas contra-hegemônicas que competem para outra forma de organização da “comunidade”. Segundo o qual:

“Ela é imaginada porque mesmo que os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.” (ANDERSON, 2008: p.32)

E esse sentimento de pertencimento a uma determinada grupo social, pode significar desde um grupo social de revolucionários até uma Nação.

Castells (1996) a respeito das identidades afirma que toda identidade é construída e, que a “principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece” (CASTELLS, 1996: p. 23). Se valendo de matérias-primas fornecidas por diversas ciências, pelas instituições, memórias coletivas etc., essas matérias-primas são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam o seu significado para a construção de uma identidade. Em grande parte essa construção é determinada pelo seu conteúdo simbólico estabelecidos nas relações de poder.

O autor nos apresenta três categorias de Identidade, conforme ele pontua:

1) *Identidade legitimadora*: Introduzidas por instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, [...] 2) *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência [...] 3) *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. [...] (CASTELLS, 1996: p. 24)

E ainda segundo a linha de raciocínio de Castells (1996) uma Identidade de Resistência pode vir a se tornar um projeto ou mesmo tornarem-se dominantes.

Diante do exposto a hipótese parte de que Identidade Zapatista se constrói no intercâmbio das culturas indígenas de Chiapas com os integrantes remanescentes de grupos urbanos que se instalaram em Chiapas. O EZLN tem origens nas Forças de Libertação Nacional²⁶⁵. Segundo Díaz (1995: p. 110): “Hacia fines de 1983, en efecto, los dirigentes más importantes del movimiento llegaron a la Selva para fundar el Ejército Zapatista de Liberación Nacional”. O autor segue dizendo:

Los cuadros que fundaron el EZLN entrenaban bajo las órdenes del comandante Germán, el jefe supremo de las FLN. Germán les daba cursos de guerra de guerrillas: les enseñaba a caminar en la montaña, a cazar, a manejar las armas que serían después fundamentales en la guerra de liberación. (DÍAZ, 1995: p. 111)

Díaz (1995) ainda nos aponta que nos idos de 1984 um dos membros do grupo começou a se destacar, esse homem seria o Subcomandante Marcos.

Após alguns anos de isolamento na selva, segundo Gennari (2002) o EZLN passou a estabelecer um maior contato com as comunidades indígenas, numa espécie de troca de favores. Enquanto os indígenas ajudavam o grupo militante com as provisões de alimentos e

²⁶⁵ FLN, organização política-militar fundada em 1969.

demais produtos que necessitassem, esses em troca ofereciam treinamento militar. Desse intercâmbio ocorreram mudanças no EZLN, onde o contato com o elemento indígena levaram os zapatistas a repensarem suas estratégias de luta. Anteriormente os zapatistas se pautavam na tradição revolucionária marxista-leninista²⁶⁶.

Em conversa com Manuel Vázquez Montalbán o Subcomandante Marcos declara:

Nós chegamos à selva como uma clássica elite revolucionária em busca desse sujeito, o proletariado, no caso da revolução marxista-leninista. Mas essa proposta inicial entrou em choque com as propostas das comunidades indígenas, que têm outro substrato, uma completa pré-história de emergências e insubmissões. Nós modificamos nossas propostas interativamente.

O EZLN não nasce de propostas urbanas, mas tampouco de propostas vindas exclusivamente das comunidades indígenas. Nasce dessa mescla, desse coquetel *molotov*, desse choque que produz um novo discurso. O que dissemos é que a transformação histórica não deve ser feita à custa da exclusão de setores da sociedade. (ARELLANO; OLIVEIRA, 2002: p. 42)

Com a simbiose do EZLN com as comunidades indígenas o exército conseguiu se fortalecer, passando a se pautarem em atender as demandas indígenas. Gennari (2002) reproduz uma entrevista do Subcomandante Marcos a Yvon Le Bot²⁶⁷ onde ele discorre sobre as transformações ocorridas no grupo e a relação com os grupos indígenas:

É o início de um longo processo de transformação do EZLN, de exército de uma vanguarda revolucionária em exército das comunidades indígenas, ou seja, numa das muitas formas de luta de um movimento indígena de resistência mais amplo. Na época, não víamos as coisas desse jeito. Para nós a luta armada era a coluna vertebral, o nível mais alto, enfim, todos os chavões que você pode imaginar. Ao contrário, no momento em que o EZLN se adequa às comunidades, ele se torna uma das várias formas de resistência, é contagiado pelos indígenas e se submete às comunidades... (GENNARI, 2002: p. 38)

Os zapatistas apresentam-se como diferentes dos demais cidadãos mexicanos devido a uma exclusão étnico-social que remonta ao período da conquista espanhola. Segundo Bisco Junior (2007) em sua dissertação:

Sem dúvida, os elementos do passado que se incorporam a sua poesia são os que vão construindo o que há por vir. Os zapatistas apóiam-se nos símbolos e nas imagens de heróis nacionais isso acaba por lhe constituir uma forma de interação direta com a população mexicana e mundial. Além disso, a criação de personagens ajuda a constituir uma visão bastante simplificada e direta para

²⁶⁶ Marxismo-leninismo é o termo utilizado para definir o método da revolução desenvolvido por Lênin em O Estado e a Revolução a partir de sua interpretação do aspecto político presente na obra de Marx e Engels, fundamentalmente centrado na tomada do aparelho do Estado dirigida pelo partido de vanguarda revolucionária. (SPINELLI, 2009, p. 182)

²⁶⁷ Sociólogo francês, especialista em América Latina e autor de *Le Revê Zapatiste*, publicado em 1997.

a grande massa, podendo ser compreendida inclusive pelas crianças. A aceitação pelo grupo, torna-se presente pela união destes fatores. O grupo, não deixa de olhar para o passado, ainda luta por direitos reivindicados desde o antigo regime, entretanto não deixa de se tornar contemporâneo principalmente no modo de interação com a comunidade mexicana e mundial. (BISCO JUNIOR, 2007: p. 88)

Na construção dessa identidade os zapatistas utilizam-se dos elementos indígenas, do passado de séculos de marginalização, resistência e exploração para reivindicarem seus direitos e autonomia de suas comunidades. Segundo Figueiredo (2006) a literatura zapatista faz parte de uma “guerra de papel” onde são criados mecanismos para criação de espaços e participação política. Através de cartas, comunicados, contos, artigos de jornais buscam atingir a sociedade civil de forma geral. Nossa premissa é de que a Identidade Zapatista se constrói na resistência ante ao poder dominante e que em grande parte disso se deve a literatura zapatista.

4. Subcomandante Marcos: o intelectual.

O Subcomandante²⁶⁸ Marcos é o mais conhecido porta-voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional, sendo peça chave para os zapatistas tanto no campo intelectual como político. Sua identidade permaneceu mantida em segredo, porém segundo Assis (2013) em 1995 quando o México já estava sobre o governo de Ernesto Zedillo²⁶⁹, sua identidade foi revelada pelo governo mexicano. O Subcomandante Marcos seria na verdade Rafael Sebastián Guillén Vicente, nascido em 1957 em Tampico, México. Filósofo e ex-professor da Universidade Autônoma Metropolitana da Cidade do México, essa identidade mantém sendo negada pelo Subcomandante Marcos, apesar de que não existam dúvidas que se trata da mesma pessoa.

A figura do Subcomandante Marcos é carregada de simbolismo, criando-se uma espécie de ícone. O rosto sempre coberto com o *passamontañas*, roupas e coturnos que remetem a guerrilha, aparece por vezes portando um rádio comunicador e munido de armas e cartucheiras e na grande maioria das vezes fumando um cachimbo. Assis (2013) aponta uma espécie de messianismo em torno de sua figura. Tornando-se assim um símbolos referência do movimento.

Além de membro do EZLN ele também é escritor, publicou livros, comunicados, cartas e contos²⁷⁰, tendo uma produção literária bastante ativa. Segundo Assis (2013) em casa

²⁶⁸ Utiliza-se o termo Subcomandante para Marcos porque trata-se de um representante não indígena dentro do movimento Zapatista, deixando explícita sua posição de subordinação diante os demais membros.

²⁶⁹ Ernesto Zedillo exerceu seu mandato de 1994 a 2000.

²⁷⁰ Um ponto importante a se destacar é que tanto o Subcomandante Marcos como o EZLN se utilizam da internet para fazerem seus comunicados. Uma espécie de ciberativismo, onde os comunicados chegavam em tempo real

o ainda então menino Rafael²⁷¹, sempre teve uma influência paterna para o desenvolvimento intelectual, estimulando os filhos à leitura que posteriormente poderemos perceber na forma de escrita do Subcomandante Marcos. A respeito da forma de escrita do Subcomandante Marcos uma característica interessante é que ele utiliza uma linguagem mais simples, poética, muitas vezes recorrendo ao lúdico. Hilsenbeck Filho (2013) nos aponta que:

Os escritos de Marcos alcançam, assim, forte efeito político, talvez exatamente por não terem a forma de um panfleto político ou tratado sociológico; nessa medida, constituem uma via privilegiada para a transmissão do conhecimento [...] (FILHO, 2013: p. 85)

É importante destacar que intelectuais contemporâneos tiveram uma relação estreita com o EZLN, demonstrando assim a sua aceitação em círculos literários. Alguns desses intelectuais são: Eduardo Galeano, Noam Chomsky e José Saramago. Eduardo Galeano esteve presente no *Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo* em julho de 1996 a convite dos zapatistas e participou da obra *Los Otros Cuentos* (2007), Noam Chomsky fez o prefácio de *¡Ya Basta!*²⁷² (2004) e José Saramago fez o prefácio da obra *Nuestra Arma es Nuestra Palabra* (2001). A respeito da ligação do Subcomandante Marcos com outros intelectuais Hilsenbeck Filho (2013) citando o intelectual brasileiro Antonio Candido²⁷³ afirma que:

Por colocar em sintonia sua produção literária-política e o plano estético, o subcomandante zapatista é considerado um grande literato por escritores e críticos renomados. Conforme Antonio Candido, “Marcos sabe dar o melhor realce ao contorno das ideias, revigoradas pela justeza e a eloquência da expressão”; [...] (FILHO, 2013: p. 91).

Demonstrando assim a importância de sua atuação no campo intelectual, e o alcance que os seus escritos atingem, ultrapassando fronteiras e levantando debates no mundo todo, atraindo pessoas para a causa e fazendo serem ouvidas as vozes das minorias²⁷⁴. A atuação do Subcomandante Marcos desperta a comunidade internacional para os problemas referentes aos indígenas no México, passando para uma militância no campo político do diálogo. Utilizando

a qualquer lugar do mundo. Os comunicados e textos diversos no EZLN podem ser acessados através da página: <://enlacezapatista.ezln.org.mx>

²⁷¹ Segundo Díaz (1995) o nome Marcos foi adotado em homenagem a Alberto Híjar que fora seu mentor na FLN que também usava o nome “Marcos”. Alberto Híjar faleceu junto com sua mulher em um tiroteio com a polícia na cidade de Puebla.

²⁷² Coleção de ensaios publicados em 2004 que comemora os dez anos do levante zapatista.

²⁷³ Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP que veio a falecer em 2017.

²⁷⁴ Encontramos em seus escritos questões a respeito da pobreza, propriedade privada, gênero, política, etc

a palavra como arma os escritos do Subcomandante Marcos são de grande importância nessa atuação. Para Araujo (2011):

Na trama do discurso zapatista, pode-se encontrar os esperados fios analíticos, que procuram esmiuçar e interpretar o campo sociopolítico e econômico. Também se descobrem outras fibras que, ao entrelaçar alegorias, paródias, contos, crônicas, poemas e romances, compõem um discurso que diversifica suas formas estéticas e seus recursos estilísticos. Um dos aspectos singulares é que esse discurso se desenvolve sobre dois níveis que mesclam referências da história factual da guerrilha com elementos míticos, ou mágico-alegóricos, em narrativas que escancaram o discurso político para o universo literário. De fato, o ponto mais surpreendente desse discurso é a sua intensa literarização e o uso inédito da ficção literária. (ARAUJO, 2011: p. 07)

Assis (2013) também nos aponta sobre o contato de Rafael com autores de perspectivas revolucionárias:

É fundamental destacar que foi nesse período do fim dos anos 70 que Rafael encontrou a perspectiva revolucionária por meio da ação em guerrilhas. A partir da recomendação de um professor (várias fontes apontam que seja Alberto Híjar), ele passou a lecionar, por quatro anos, na Universidade Autônoma Metropolitana, a UAM, fundada em 1974 e famosa pela reputação de abrigar radicais de esquerda, local onde se viveu uma atmosfera de “efervescência permanente”. Os grupos guerrilheiros das Forças de Libertação Nacional, as FNL, tinham muitos membros na UNAM e sobretudo na UAM, de modo que a historiografia não consegue afirmar peremptoriamente qual das duas universidades teria sido o canal definitivo para Rafael ingressar na corrente sulista das FNL, em Chiapas. (ASSIS, 2013, p: 34)

Sendo assim a produção e função intelectual sempre estiveram presentes na vida do Subcomandante Marcos. Em um dos seus textos intitulado *Sobre o avanço do Exército Mexicano*, ele faz alusão a Gramsci²⁷⁵ onde ele utiliza o conceito de “intelectual orgânico” para se referir a seus questionamentos sobre a vida de guerrilheiro.

“[...] E eu continuava repetindo que, agora sim, o próximo passo seria o último, maldizendo a hora em que tinha passado na minha cabeça ser guerrilheiro. Tão boa era a minha vida de intelectual orgânico. A revolução tem muitas tarefas e todas são importantes. E por que fui me meter nisso? (FELICE; MUÑOZ, 1998: p. 68)

²⁷⁵ Antonio Gramsci, autor marxista italiano. Foi membro do Partido Comunista da Itália.

Apesar de sempre se apresentar como subalterno²⁷⁶ ante os demais representantes indígenas é possível perceber certo protagonismo intelectual por parte do Subcomandante Marcos.

Segundo Santos (2009) em artigo onde analisa o pensamento gramsciano a partir das concepções de intelectual orgânico e tradicional²⁷⁷, ela nos diz que:

Ao tratar do tema dos intelectuais é preciso tratar da concepção de cultura para este autor. A cultura predominante na sociedade é a cultura burguesa. As escolas tradicionais transmitem um conhecimento que deriva da classe dominante, caracterizando-se assim, como elitista. Este tipo de escola foi criado como meio de propagar a cultura burguesa e enquadrar todos os indivíduos nos moldes desta cultura. Por isso, os filhos da classe operária que freqüentam estas escolas não se identificam com sua ideologia uma vez que possuem histórias de vida diferentes. (SANTOS, 2009: p. 150)

Entendendo assim que os filhos das classes médias e ricas tem um maior acesso a cultura e educação enquanto os filhos das classes rurais e pobres tem um menor acesso e desenvolvimento intelectual por suas condições de vida, não se inserindo nessa lógica da cultura burguesa.

No Caderno 12 (1932) de *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci em os *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, diz que: “[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2001: p. 18). Sendo assim que historicamente surgem categorias especializadas em exercer funções intelectuais. Para Gramsci o intelectual não é somente o homem de saber, mas é o organizador. O intelectual precisa estar inserido na práxis²⁷⁸, politicamente compromissados com o exército da transformação concreta da realidade.

Para Gramsci (2001) os intelectuais orgânicos são aqueles inseridos relações sociais de uma classe. Estão ligados ao mundo do trabalho, organizações políticas, atividades culturais. Esses intelectuais seriam os responsáveis por desenvolver o projeto de classe. Segundo Gramsci (2001):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente,

²⁷⁶ Todos os comunicados firmados pelo EZLN são aprovados por membros do Comitê, às vezes pela totalidade deles, às vezes por representantes. A redação dos textos é um dos meus trabalhos, porém o comunicado em si provém de dois caminhos. (FELICE; MUÑOZ, 1998, p. 33)

²⁷⁷ Intelectuais tradicionais segundo Gramsci seriam os padres, advogados, professores e etc. Ligados mais a massa social do campo e pequena burguesa.

²⁷⁸ Filosofia da práxis: unidade entre teoria e prática. Filosofia inaugurada por Karl Marx. Para melhor compreensão vide *Cadernos do Cárcere 10 - A filosofia de Benedetto Croce* de Antonio Gramsci.

uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2001, p: 15)

Os intelectuais estão ligados a hegemonia de uma classe, sua organização, modo de atuação e aglutinação de pessoas das classes. Partindo desse pressuposto podemos identificar essas características no Subcomandante Marcos. Uma vez que ele está inserido nas comunidades indígenas, participando de suas vidas, convivendo com eles e lutando e organizando estratégias de reivindicação de melhores condições num contexto de desigualdade social e econômica que impera há séculos. Fazendo parte de um movimento vivo, elaborando concepções e articulando pontes de diálogos com os demais grupos externos a realidade de Chiapas.

5. Considerações Finais

Buscou-se nesse presente artigo apresentado ao Seminário de Pesquisas informar sobre o andamento da pesquisa proposta ao processo de seleção da Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás na modalidade de Mestrado. Apresentamos os conceitos a serem trabalhados e os aportes teóricos e metodológicos sendo esses aprofundados em nossa dissertação. Apresentamos de forma sucinta o primeiro aparecimento do EZLN, suas bases ideológicas, modificações nas estratégias políticas e sobretudo a atuação intelectual do Subcomandante Marcos e a literatura produzida pelo mesmo e como a partir desse elemento levantamos a hipótese de que se dá a construção de uma Identidade Zapatista como forma de enfrentamento ao governo mexicano.

Referências Bibliográficas

ARCURI, Sylvia Helena de Carvalho; LEMUS, Victor Manuel Ramos. **2666 – “A Parte dos Crimes”**: Canône, o romance criminal como parte da construção em um território imaginário na fronteira mexicana. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Revista Colineares. Número 2 - Volume 1 - Jan/Jun 2015. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/colineares/article/viewFile/1418/810>. Acesso em: 25.07.2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

ARAUJO, Mélanie Létocart. **As práticas culturais Zapatistas e o protagonismo Literário do Subcomandante Marcos**. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Mesas/mesa3-M%C3%A9lanie.pdf>. Acesso em 03/10/2016.

ARELLANO, Alejandro Buenrosto; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ASSIS, Frederico Souza de Queiroz. **Para Além do Cachimbo de Magritte: Messianismo e Utopia na Construção da Figura do Subcomandante Marcos**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012014-103003/pt-br.php>>. Acesso em: 20.02.2018.

BISCO JUNIOR, José Gaspar. **Guerrilha em foco: a presença na mídia do discurso Zapatista, de seu surgimento até a Quinta Declaração da Selva Lacandona**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3853>. Acesso em 14.05.2017.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Universidade Federal de Goiás. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho de 2010. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf>. Acesso em 14/08/2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade, v. II**. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Editora DIFEL. 2ª Edição. Algés, 1988.

DÍAZ, Carlos Tello. **La rebelión de las Cañadas: origen y Ascenso del EZLN**. México DF: Cal y Arena, 1995.

FELICE, Massimo di; MUÑOZ, Cristobal (Org.). **A revolução invencível – cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy. **A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. São Carlos: RiMa, FAPESP, 2006.

FILHO, Alexander Hilsenbeck. **Literatura e resistência: a palavra armada zapatista**. Revista *Communicare*, Volume 13 – Nº 2 – 2º, p. 81-96, Semestre de 2013. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Literatura-e-resit%C3%A4ncia.pdf>>. Acesso em 14.02.2018.

GENARI, Emilio. **Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem a história**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais**. (Caderno 12). Cadernos do Cárcere, volume 2. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 13-55.

MARCOS, Subcomandante; TAIBO II, Paco Ignacio. **Muertos Incómodos: (falta lo que falta)**. Planeta, Buenos Aires, 2005.

_____. **Relatos de el Viejo Antonio**. Centro de Información y Análisis de Chipas, San Cristobál de Las Casas, 1998.

_____. **Al: General Emiliano Zapata**. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1997/1997_04_10.htm>. Acesso em: 24.01.2018.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

ORTIZ, Pedro; BRIGE, Marco; FERRARI, Rogério. **Zapatistas: a velocidade do sonho**. Brasília: Entrelivros – Thesaurus, 2006.

SANTOS, Jordana Souza. **Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais**. Revista Espaço Acadêmico. Nº 102, v. 09, Novembro, 2009, p. 147-153. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7128/4819>. Acesso em: 25.05.2018.

VITALI, Marcela Araújo. **A identidade étnica indígena no discurso político do movimento zapatista: a voz do “Viejo Antonio”**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em:

A ESCRITA DA HISTÓRIA SEGUNDO LORD ACTON: COMO O HISTORIADOR PODE (OU DEVE) JULGAR O PASSADO

*Leonardo de Jesus Silva*²⁷⁹

RESUMO: Esse texto trata de dois âmbitos da pesquisa que desenvolvemos sobre a trajetória intelectual e concepção de história de Lord Acton (1834-1902). É apresentada a problematização da principal questão defendida pelo historiador inglês em relação à prática da história, que seria a função de julgar o passado e também identificamos como a questão da moral na história persiste no século XX, inclusive com uma recepção positiva de Lord Acton. Ele desenvolveu sua concepção a partir do envolvimento no debate intelectual sobre o lugar da Igreja na sociedade moderna. O fracasso de sua campanha contra o Concílio Vaticano, e mais especificamente o dogma da infalibilidade papal, determinou sua reflexão histórica e é uma das chaves para entender sua contribuição peculiar para o desenvolvimento da história científica. Reconhecido pela erudição e pela presença no círculo político inglês do século XIX, Lord Acton sempre é lembrado pela concepção e plano da *Cambridge Modern History* e pela fundação da *English Historical Review*. Ao nos aproximarmos de seus textos, percebemos algo mais, que seria a discussão sobre a ética na história defendendo o julgamento do passado pelo historiador.

Palavras-chave: História, Igreja, moral, ciência.

Advice to persons about write History: Don't.
Lord Acton

A partir do interesse de estudar teoria da história, a reflexão de Lord Acton me chamou atenção por ter desenvolvido uma concepção própria da história. Em meio aos debates de cientificação e profissionalização da disciplina, Acton adotou uma postura idiossincrática. Participando de projetos e estudos relacionados a uma reavaliação da história da historiografia a curiosidade diante de um autor pouco lido, debatido e traduzido, foi o primeiro motivador da pesquisa. Esse historiador parecia se destacar em um cenário desconhecido, marcado por uma ênfase na pesquisa documental, em detrimento de reflexões mais abstratas.

Lord Acton pensou na função do conhecimento histórico. Como homem de seu tempo esteve embevecido pelo Império da rainha Vitória, e o exaltou. Mas, foi também um defensor de valores e ideias que compartilhamos atualmente (liberdade de expressão, tolerância religiosa,

²⁷⁹ Doutorando em História pelo PPGH-UFG, sob a orientação de Cristiano Alencar Arrais.

rigor científico). Portanto, ele teria desenvolvido um trabalho que foi além da pesquisa, do “*minute research*” comum à época – contrariando generalizações como aquela de que só se produziu história “acontecimental” nesse período.

Porém, nossos estudos sempre nos causou certo desconforto, com algumas das máximas de Lord Acton, em particular a parte do seu julgamento da história. Como ele afirma numa passagem conhecida de sua *Leitura inaugural*, de 1895: “eu os aconselho a nunca degradar a ordem moral corrente ou rebaixar o padrão de retidão, mas a julgar os outros pela máxima que governa suas próprias vidas”. Talvez por estarmos a mais de cem anos após a era vitoriana, e as certezas que compunham o contexto de Acton tenham sido abaladas e até suplantadas pelos extremos do século XX. E todas, ou boa parte, das nossas leituras se contraria com o “pensamento religioso” de Acton.

Em outro momento porém, podemos nos surpreender a procura de uma unidade, ou ideal, a partir de onde possamos humanizar nossa experiência. Talvez resida aqui um ponto de ligação com a obra de Acton: o humanismo, a preservação da vida, como uma espécie de limite ao relativismo. Como considerou Perez Zagorin, inspirado em John Rawls (1921-2002) a noção de consenso sobreposto (*overlapping consensus*), onde conviver com as diferenças de crenças porque partilham valores razoáveis de como pluralismo e tolerância. É o que nos leva a concepção de direitos humanos, a melhor expressão de um novo humanismo (ZAGORIN, 2003: 91).

No geral é a característica de reflexão, de teorização, que fez atribuir a R. G. Collingwood, por exemplo, um lugar ou papel importante na história da história. Inclusive, Collingwood já é referência nas bibliografias de cursos de História no Brasil. Também poderíamos mencionar Edward H. Carr e seu “Que é História?”.

Já Lord Acton não. Figura desconhecida, embora de fácil localização nas notas de rodapé ou parágrafos introdutórios de textos que compõem glosas e manuais de introdução ao estudo da história. Durante sua vida era mais conhecido, porém poucos concordavam com suas ideias de modo integral. É justamente uma pequena parte desse ambiente de debate que queremos destacar nesse texto. A discordância de Acton com a Igreja e os intelectuais ligados a ela. Com isso poderá ser entendido aquilo que Terence Murphy (1984: 249) afirma: o fato de Acton ter reforçado sua visão de história, seu código moral, a partir do embate com a Igreja Católica.

Antes é importante esclarecer a concepção de história de Acton. O próprio escreve assim:

Se existe uma hipótese, ela é exatamente contrária aos detentores do poder, e cresce à medida que o poder aumenta. [...] O senhor enforcaria um homem sem posição, como Ravaillac; porém, se é verdade o que se ouve, então Elizabeth solicitou ao carcereiro

que assassinasse Maria, e Guilherme III ordenou a seus ministros escoceses que extirpassem um clã – aí estão grandes nomes associados a grandes crimes. E o senhor pouparia esses criminosos por alguma razão misteriosa. Eu os enforcaria, mais alto que Haman, por motivos bastante óbvios de justiça; ainda mais, ainda mais alto, pelo bem da ciência histórica (ACTON, 2014: 682-683).

Esse excerto faz parte da carta de Acton à Creighton, um texto já mais conhecido. É próximo a esse trecho que Acton elaborou sua famosa máxima: o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente.

Em outro dos poucos textos já traduzidos no Brasil Acton também afirma sua concepção:

Mas o peso da opinião é contra mim quando eu os aconselho a nunca degradar a ordem moral corrente ou rebaixar o padrão de retidão, mas a julgar os outros pela máxima final que governa suas próprias vidas, e não deixar nenhum homem e nenhuma causa escaparem à penalidade eterna que a história tem o poder de infligir à iniquidade (ACTON, 2010: 283).

Esse último trecho faz parte da Leitura Inaugural de 1895, quando Acton assume a cátedra de História Moderna de Cambridge. Sua fala trata justamente da trajetória do que Acton concebe como a história moderna e confirma sua visão dura, áspera do historiador como um juiz, capaz de avaliar o passado em nome da defesa da liberdade.

Como foi dito acima é nesse ambiente, ou ainda, é no episódio de enfrentamento intelectual com a Igreja que Acton enrijece sua concepção de escrita da história. Vamos ao episódio.

Em meados do século XIX era desafio para Igreja Católica conciliar os avanços da modernidade com a sua tradição institucional. Aquele era um contexto de grande efervescência das ideias e na sociedade. É bom lembrar a publicação do “Manifesto Comunista” em 1848, a “Origem das Espécies” em 1858 e em 1859 a “Origem do homem”. Assim como os movimentos nacionais e sociais no âmbito da Primavera dos Povos. Talvez poderíamos pensar o pós 1848 como herdeiro daquele período que Eric Hobsbawm chamou de “o mais revolucionário de todos os tempos”. Portanto, para a Igreja havia uma demanda e uma ameaça muito grandes.

Na trajetória intelectual de Lord Acton os anos entre 1860 e 1870 são de estudos sob a tutela de Ignaz von Dollinger, em Munique. A cidade alemã era então centro de discussão do pensamento católico liberal. Devido a essa formação, ao retornar de Munique, Acton inicia uma tentativa de afirmação do catolicismo liberal na Inglaterra. Esse engajamento se deu através da contribuição e constituição de dois periódicos: o *Rambler* e o *Home and Foreign Review*. Nesses periódicos Acton e seus aliados, como Richard Simpson, refletiam e até denunciavam abusos históricos da Igreja Católica.

Retomando seu período com o mestre de Munique, Acton teria entrado com contato com a obra de Ranke. E daí ele passa a admirar seu trabalho e incorpora suas ideias defendendo

um ideal de historiador, apesar das ressalvas. Sobre sua admiração para com Ranke, ele afirmou em 1895:

Ranke é representante da época que instituiu o moderno estudo da história. Ele o ensinou a ser crítico, incolor e novo. Nós o encontramos em cada etapa, e ele fez mais por nós do que qualquer outro homem. Há livros mais fortes do que qualquer um dos dele, e alguns podem tê-lo superado no critério político, religioso, filosófico, na vivacidade da imaginação criativa, na originalidade, na elevação e na profundidade do pensamento; mas, pela extensão do importante trabalho executado, por sua influência em homens capazes e pela quantidade de conhecimento que a humanidade recebe e emprega com o selo de sua mente nela estampado, ele permanece incomparável (ACTON, 2010: 278).

Exemplo interessante desse período ser pensado na crítica que Acton faz sobre Thomas Hamilton Buckle, num texto publicado em 1868, no *Rambler*. Uma das principais críticas é que Buckle não consultou as fontes, e tendo como única o pensamento de Augusto Comte. Talvez possamos inferir que é a leitura crítica das fontes de Ranke que Acton usava para fazer a crítica de Buckle.

Esse é o ambiente que, portanto, Lord Acton desenvolveu sua crítica contra a Igreja. Dos textos apreende-se que outra preocupação do historiador, além da questão das fontes, é a ideia de liberdade. A liberdade para Acton era “a garantia de que cada homem seja protegido para fazer o que acredita ser seu dever contra a influência da autoridade e maiorias, costume e opinião²⁸⁰” (ACTON, 1985: 7). Portanto ela estava associada a consciência. Como leitor de John Stuart Mill, Acton caminhou naquilo que ele defendeu como o princípio da autoproteção, como a única justificativa para a intervenção na liberdade de qualquer indivíduo.

Nesse sentido o dogma da infalibilidade papal defendido pela Igreja Católica era tão condenável na sua visão. Ele ia de encontro a sua ideia de liberdade. Para Acton o papa pode errar. Como já havia errado no passado. E os fiéis ao seguirem seu líder teriam assassinado, teriam massacrado em nome de Deus. Para ele, nada era mais deplorável. A vida é um valor para ele inalienável. Por isso não podia admitir o Concílio Vaticano, que determinaria a infalibilidade.

Como assinalou Rufus Fears, o período de engajamento de Lord Acton com a questão envolvendo religião e política, entre 1858 e 1874, é justamente o momento em que a Igreja Católica decidia seu papel na sociedade moderna. Num momento que inclusive ela perde estados papais para a unificação da Itália. Segundo Rufus Fears:

A Igreja deve unir-se à vanguarda da civilização e da ciência modernas para moldar as forças da nova era. Ao fazê-lo, isso se mostraria fiel à sua missão, erguendo um baluarte moral contra as exigências de um estado absolutista e amoral, criando uma segurança para a liberdade individual e uma fortaleza irredutível na qual os homens poderiam ser livres para seguir as exigências da consciência. Unir a Igreja ao espírito

²⁸⁰ “By liberty I mean the assurance that every man shall be protected in doing what he believes his duty against the influence of authority and majorities, custom and opinions” (ACTON, 1985: 7).

de tudo que havia de melhor na civilização moderna, aos princípios da liberdade de consciência, da dignidade pessoal e da liberdade de investigação e pesquisa, foi a resposta dos católicos liberais à crise política e intelectual da Igreja no século dezenove (1988: XV-XVI).

Assim, esse era um dos desafios da Igreja diante da modernidade, talvez Acton assume tal posição por ser um “moderno”, um “humanista”, por defender as conquistas e realização humanas, condenando seus erros. Nesse debate com a Igreja Acton enfrenta nomes que defendem a posição da instituição, como é o caso do Cardeal Newman, que possuía uma visão mais conservadora. O Cardeal John Henry Newman e outros nomes da história eclesiásticas inglesa do período representavam os adversários dos argumentos de Acton.

O então Cardeal Joseph Ratzinger, em 1990, no centenário da morte de Newman um em uma exaltação a sua figura. No pronunciamento encontramos por exemplo, reflexões sobre a consciência e obediência. “A consciência, no seu significado autêntico, é o verdadeiro fundamento da autoridade do Papa. De fato, a sua força vem da Revelação que completa a consciência natural iluminada de maneira apenas incompleta”. A liberdade seria alcançada não com a negação do juiz, nem com o ser independente mas com o desenvolvimento da obediência, no processo de conversão. Era a substituição de um “subjetivismo evangélico” pelo “Cristianismo da objetividade, do dogma²⁸¹”. É notório a posição mais conservadora, ou pelo menos mais institucional e de manutenção de práticas da ordem nesse discurso.

A aproximação desse debate nos possibilitou compreender um pouco mais o projeto de Acton para com a historiografia, ou melhor, para com a história. Porque esse projeto iria além da academia, além da profissionalização da história. Sua ideia de história, portanto, consideraria de fato o historicismo como algo deprimente. Destaca-se assim a figura de um intelectual humanista. O seu humanismo é o que defende a vida, a liberdade, a consciência humana livre. Nesse aspecto também que surge seu padrão moral, sua concepção de julgamento na história. As experiências humanas são diversas, porém deve haver um horizonte comum.

Se Acton perdeu a briga para o Concílio Vaticano e se seu projeto de catolicismo liberal falhou, todo esse ambiente e outros proporcionaram a Acton a liderança do movimento de historiadores modernos. A profissionalização da história na Inglaterra foi efetivada a partir do seu aval. Por isso a *EHR*, a nomeação como *Regius Professor of Modern History* e a coletânea *Cambridge Modern History*. Além de uma série de referências a sua obra nas décadas seguintes a sua morte.

Que o historiador tem como missão julgar o passado isso é bem claro para Acton. Ao defender sua tese do julgamento moral parte da ideia de que mesmo aqueles sujeitos que

²⁸¹ Texto retirado do site [Discurso do Cardeal Joseph Ratzinger no centenário da morte do Cardeal John Henry Newman](#) (1990).

dispunham de um local privilegiado, devem receber o mesmo tipo de julgamento. Haveria um código moral (*a moral law*) e toda experiência histórica deveria ser a ele submetida.

Essa controvérsia com Creighton foi lembrada por George Macaulay Trevelyan (1876-1962), ao se perguntar se o historiador deveria sentir um viés em favor da moralidade²⁸². Viés para Trevelyan é a opinião, as pressuposições que temos e que, inevitavelmente, uma hora ou outra irá aparecer nas nossas falas e escritas. Ele concorda com Acton, a reprovação moral deveria ser parte do viés do historiador, mas algo feito com “arte e juízo”. Evitando principalmente aquela história que só condena um lado.

No caso do debate entre Creighton e Acton, enquanto o primeiro defendia que não se deveria fazer qualquer juízo moral, algo menos problemático do que defender apenas um lado, o segundo combateu até isso. Essa pretensão de imparcialidade não era o forte de Acton. Assim, Trevelyan concorda com Acton, mas com ressalvas.

Tenho mais inclinação do que ele [Acton] em fazer certas concessões a partir dos padrões de uma época e de um país ao julgar a culpabilidade de indivíduos que, em sua grande parte, fazem o que eles veem os outros fazendo. Por outro lado, se os padrões morais de uma época estavam errados, tanto na teoria quanto na prática, cumpre ao historiador indicá-lo (TREVELYAN, 2010: 153).

Esse excerto é originalmente de um texto de 1947. Trevelyan teria visto coisas relativas à consequência das ações dos homens na primeira metade do século XX, que Acton não viu. Talvez isso se relacione a sua concordância parcial para com o historiador vitoriano.

Assim, com sua concepção própria de história científica Acton se opunha às escolas e historiadores anteriores, como Froude, Macaulay ou Carlyle. Concebendo essa prática científica associada à religião. Para Acton era a maior heresia considerar que o cargo santificava quem o exercesse (ACTON, 2014: 683). Para ele os fins não justificam os meios, pois isso afronta sua lei moral. Como afirma, ainda na *Leitura Inaugural de 1895*:

A integridade inflexível do código moral é, para mim o segredo da autoridade, da dignidade e da utilidade da história. Se aviltarmos seu uso corrente em benefício da genialidade, ou sucesso, ou cargo, ou reputação, o estaremos aviltando em benefício da influência de um homem, de sua religião, de seu partido, de sua boa causa que prospera com seu crédito e sofre com sua desgraça. Então a história deixa de ser ciência, árbitro da controvérsia, guia para os que vagueiam, mantenedora do padrão moral que os poderes terrestres e a própria religião tendem constantemente a rebaixar. Estaria, pois, prestando serviço onde deveria reinar; ajudando mais os piores que os mais puros (ACTON, 2014: 684).

Isso é indicativo do debate que se desenvolveu no fim da era vitoriana a respeito da história enquanto ciência. Debate que Acton teve um papel significativo, tendo em vista sua posição de referência para os novos historiadores de então. Vale lembrar que Mandell Creighton, interlocutor de Acton na referida passagem, foi fundador e o primeiro editor da

²⁸² Gordon Wright também faz referência a essa controvérsia entre Creighton e Acton, chamando-a inclusive de *locus classicus* na Inglaterra.

English Historical Review, periódico que reuniu os primeiros nomes da prática da história profissional daquele país.

Essa discussão chama atenção por destoar da consideração que se tem da historiografia inglesa de fins do século XIX como positivista. Segundo Christopher Parker, para Lord Acton, a história era uma ciência porque ela adquire objetividade científica através de julgamento baseado sobre a inflexibilidade íntegra de um código moral, não porque estaria formulada em leis da ação humana (1983: 126). Leis que seriam elaboradas dentro de uma perspectiva positivista, por exemplo.

Nesse sentido, podemos problematizar o fato de que a tradição historiográfica que se hegemonizou no século XX tratou da questão da moral, mas de modo superficial, e quase sempre refutando seus apontamentos para a prática histórica. Para tanto, deve-se demonstrar os momentos em que essa referência aparece, ou em que ela está implícita. Para então analisar a herança de Lord Acton para essa discussão.

Apesar da fama de erudição e da contribuição pelo desenvolvimento da história na Inglaterra, Lord Acton não é unanimidade nos debates historiográficos que se desenvolvem ao longo do século XX. Parte da discussão desenvolvida nessa parte do texto advém da leitura do artigo de Richard Vann, publicado na *History and Theory* (2004), a respeito das avaliações morais feitas pelos historiadores. Considera-se que os julgamentos morais aparecem nos textos dos historiadores, na fase final de seu trabalho. E muitos tem até ojeriza a julgar, uma vez que isso não faria parte de seu trabalho – que seria “apenas encontrar os fatos”. Para Richard Vann é impossível evitar, e as vezes necessário, fazer avaliações.

Apesar disso, na história da historiografia existe uma oposição muito forte contra as avaliações morais. No caso de Acton, a crítica de Herbert Butterfield determinou boa parte da percepção que se fez do autor. Para Butterfield, conceber a história desse modo era permanecer num estágio inicial de seu desenvolvimento como disciplina. Nesse sentido, os historiadores “devem adentrar a estrutura mental de todos os participantes, e ao fazerem isso, uma simples dicotomia do bem e do mal é bem grosseira” (2004: 6).

Mas a pecha deixada sobre Acton, a partir de Butterfield, é a de que ele teria sido um historiador *whig*. O texto *The whig interpretation of history*, de 1931, teria sido uma das principais referências à obra de Lord Acton. Rotulando sua obra, ou até facilitando uma leitura apressada de nomes do século XIX. Possuir uma interpretação *whig* segundo ele seria escrever uma história do tipo presentista, que ratifica e glorifica o presente, a partir de uma evolução linear dos eventos passados (BUTTERFIELD: 1931). A questão é que, entre outras coisas, Lord Acton teria sido o único que Butterfield identifica nesse texto como tal. E nesse sentido, Acton seria anacrônico. Um dos “pecados mor” da historiografia.

Butterfield preferiria o que chama de “história técnica”, o que William Dray entendeu como “o estudo das interconexões observáveis entre os acontecimentos”, uma investigação onde os juízos morais são irrelevantes, alheios ao âmbito intelectual, na concepção de Butterfield (DRAY: p. 41).

Lord Acton pode ser taxado de anacrônico também. Sobre esse debate, na mesma época de Butterfield, Lucien Febvre fez uma análise a partir do caso de Rabelais. Anacronismo seria, por exemplo, conceber um indivíduo, como Rabelais, descrente em pleno século XVI. A partir de sua leitura não podemos conceber a incredulidade no século XVI. Assim, Rabelais não foi descrente, ou então, sequer existiu.

O anacronismo seria situar um evento antes da hora, “cedo demais”. Determinar algo a uma época que não lhe cabe, que não é dela. No caso de Acton, o anacronismo se dá quando ele julga uma época por um código eterno – o moral, da Igreja católica.

Essa posição vai contra toda nossa formação moderna como historiadores. O que caracteriza a história é a diferença, a individualidade, e, por isso, deve-se cotejar as ações de cada época aos seus respectivos valores e crenças. A simpatia pela alteridade, pelas ações encontradas nas fontes – marca fundamental do Historicismo – é vista com grande cuidado por Lord Acton.

Isso já foi identificado por Lionel Kochan, que explicou em meados do século XX por que historicismo era um termo detestável para o historiador vitoriano. O movimento historicista era visto com reservas por Acton, em virtude de sua tarefa primordial de “exposição completa da verdade” (KOCHAN, 1954: 40). Principalmente a ideia implícita deste tipo de historicismo, a ausência de qualquer pressuposição por parte do historiador, o que teria levado Acton a possuir uma impopularidade com seus contemporâneos.

Um ponto importante de resistência a dimensão moral da historiografia é dado por March Bloch. Em uma passagem do seu famoso livro sobre o *metier* do historiador ele afirma:

Esqueçamos que um juízo de valor tem sua única razão como preparação de um ato e com sentido apenas em relação a um sistema de referências morais, deliberadamente aceito. Na vida cotidiana, as exigências do comportamento nos impõem essa rotulagem, geralmente bastante sumária. Ali onde nada mais podemos, ali onde os ideais comumente recebidos diferem profundamente dos nossos, ela é apenas um estorvo. Então estaríamos tão seguros sobre nós mesmos e sobre nossa época para separar, na trupe de nossos pais, os justos dos malditos? Elevando ao absoluto os critérios, todos relativos, de um indivíduo, de um partido ou de uma geração, que brincadeira infligir suas normas à maneira como Sila governou Roma ou Richelieu os Estados do rei Cristianíssimo! Como aliás nada é mais variável, por natureza, que semelhantes decretos, submetidos a todas as flutuações da consciência coletiva ou do capricho pessoal, a história, ao permitir muito frequentemente que o quadro de honra prevaleça sobre a caderneta de experiências, gratuitamente deu-se ares da mais incerta das disciplinas: às ocas acusações sucedem as incontáveis vãs reabilitações. Robespieristas, anti-robepieristas, nós vos imploramos: por piedade, dizei-nos simplesmente quem foi Robespierre (BLOCH, 1997: 121).

A preferência pelo “quadro de honra” em relação à “cardeneta de experiências” pode ser bem aquilo que Acton defendia, inclusive através de outra passagem sua citada muitas vezes ao longo do século XX, sobre o dever do historiador: “não deixar nenhum homem e nenhuma causa escaparem à penalidade eterna que a história tem o poder de infligir à iniquidade²⁸³”.

Como ressaltou Gordon Wright, presidente da *American Historical Association*, a ideia de reintroduzir conscientemente a dimensão moral na história é contrária a formação básica dos historiadores, ao seu “instinto profissional”.

Cada um de nós tem algumas visões fortes sobre a questão da moralidade; cada um de nós conhece os perigos envolvidos ao fazer julgamentos morais em nosso trabalho, ou mesmo sugerir a necessidade deles. Pior ainda, uma sentença como “ciência moral” tem um elo paradoxal e anacrônico; isso evoca a era Vitoriana, os tempos de Mill, Emerson e Acton, quando a vida era real e séria, e quando a junção das palavras “moral” e “ciência” não parecia ser um caso de miscigenação ilegal (WRIGHT, 1975: 1).

Nesse texto, Gordon Wright faz referência à crítica de Henry C. Lea direcionada a Acton.

Acton tinha execrado aqueles historiadores que criticam crimes de épocas passadas: “O homem forte com a adaga”, declarou ele, “é seguido pelo homem fraco com a esponja” [...] O público de Lea era receptivo, afinal, ele estava apenas dizendo quais manuais de padrão para método histórico já haviam começado a se firmar como a ortodoxia de uma era científica. Seu sucessor, Goldwin Smith (um actoniano) entrou em uma objeção leve, sugerindo que a posição de Lea seria, como Smith afirmou “destruidora da identidade da lei moral”; mas este foi apenas um ataque brilhante e ineficaz, e a questão virtualmente desapareceu dos discursos presidenciais posteriores - como o fez também a partir de manuais de método histórico a posteriores (WRIGHT, 1975: 2).

Ao se referir a “justa indignação proibida” por Charles Lea, o autor defende um ponto de vista liberal. E segundo ele, ao menos no campo da educação, é necessário que haja uma retomada de valores.

Se um propósito do estudo histórico é ampliar e enriquecer as mentes de estudantes para que eles possam moldar seus próprios valores e chegar aos seus próprios julgamentos (como penso que eles devem), é provável que esse objetivo seja melhor servido se forem oferecidos não apenas dados brutos e fatos quantificados, mas também ampla exposição a várias interpretações maduras do passado. A interpretação liberal pertence a esse espectro: de fato, talvez mais hoje do que nunca. Em uma época de complexidade sem precedentes, quando fanatismo ideológico, explosões esporádicas de fúria tribal e a defesa do “realismo” em ambos os seus crus e suas formas sofisticadas colocam a estabilidade do mundo e até mesmo a existência humana em risco, o temperamento liberal pode oferecer a coisa mais próxima de um conjunto de guias através desse campo minado. A rejeição de um mundo preto e branco em que os batalhões do bem e do mal se alinham em fileiras cerradas; é a consciência da ambiguidade como uma presença generalizada nos assuntos humanos; o respeito por qualidades como o ceticismo, a tolerância, a justiça, e o que George Orwell chamou (por falta de um termo mais preciso) “decência”. Esses traços se combinam para fazer uma visão de mundo que, de certa forma, sobrepõe a do radical ou do conservador, mas que possui a sua própria integridade, seu núcleo central de

²⁸³ [...] *no suffer no man and no cause to escape the undying penalty history has the power to inflict upon wrong* (ACTON, 1985: 546).

valores para julgar o passado e relacionar esse passado com o presente (WRIGHT, 1975: 4).

Apesar de ponderar, Wright enxerga o julgamento, ou avaliação, como uma possibilidade. Um passo que professores e pesquisadores ainda hesitam em dar. Podemos julgar o passado, portanto. Se já o fazemos, e se devemos fazê-lo, sobre qual ética filosófica deve se basear? Retomando Richard Vann, poderíamos encontrar na filosofia três escolas que pensaram a ética, independente das variações culturais humanas. Seriam elas: a Ética da virtude, tendo como nome principal, Aristóteles; a deontológica, exemplificada no “imperativo categórico” de Immanuel Kant (1724-1804) e a consequencialista, cuja referência o autor aponta Jeremy Bentham (1748-1832).

Assim como o próprio Richard Vann não classifica Acton em uma dessas escolas, também não seria aqui ainda possível. Apesar de que talvez ele possa ser enquadrado como consequencialista. Uma vez que essa escola entende que as “decisões éticas são tomadas tendo uma orientação futura”, e Acton tinha como projeto a interpretação da experiência humana para o progresso da liberdade. Embora Acton também não se importasse com as consequências de seus julgamentos, desde que pautados no seu código moral.

Richard Vann assim conclui a discussão sobre a fundamentação ética das avaliações, ou julgamentos, dentro daquilo que ele chama de “a pretensão forte” (*the stronger claim*) das avaliações morais do historiador:

Eles (os historiadores) se sentem livres da inquietação que, como nós vimos, muitas vezes cercaram seu papel. Não precisam se importar por não estar estudando a história “por sua própria causa” ou se abstendo de julgamentos sobre os mortos e suas “causas”. Apenas uma pessoa pode ter uma “causa”, e as “causas” dos mortos foram enterradas junto com eles. Quando avaliamos o que os mortos fizeram, nós estamos apenas comunicando nossas opiniões morais aos leitores, e implicitamente convidando-os para entrar no diálogo conosco a respeito (VANN, 2004: 29).

Nesse diálogo o historiador iria além da descrição. Herbert Butterfield havia dito que a descrição era suficiente para tratar de massacres e perseguições, uma vez que os leitores já as condenariam. Para Vann essa é uma avaliação desnecessária. “Há uma maior variedade de comportamentos que estão abaixo de um assassinato em massa, e ainda exige comentários morais” (2004: 29). Como as fraudes e corrupções que inundam a vida pública atualmente, ele exemplifica. E constata:

Igualmente importante é abrir o discurso da avaliação moral para englobar elogios, com o objetivo final de injetar emulação. Existem poucas pessoas que podem realmente transcender o clima moral de seus tempos (o que geralmente se resume apenas a “decência popular”) que valeria a pena saber o quanto pudesse sobre elas (VANN, 2004: 29).

Defendendo a ética na historiografia, e se inspirando no debate de Acton – apesar de questioná-lo, já que não defende que o historiador julga, mas *avalia* o passado, já que não

estabelece “éditos” – Richard Vann também defende que a moral não está separada da prática historiadora. E isso não faz decair seu empenho de pesquisador. Diante de um ataque a “inteligência moral”, o historiador deve sim ajudar na defesa²⁸⁴.

Retomando Lord Acton, poderíamos perguntar: ele julga o passado por entender a história como *magistra vitae*? Se tomarmos a referência de um contemporâneo seu, para balizar a comparação, Johan Gustav Droysen (1808-1886). O que o historiador alemão defendia era que a historiografia melhoraria as habilidades mentais, a partir do que seria pensar historicamente - *historical thinking* na análise de Arthur Assis (2014). Ele foge da história de modelo exemplar. Está preocupado com a orientação para o presente mas o sentido de sua história é genético. Rejeitando o pragmatismo meta-histórico. Ao contrário de Acton.

Leopold von Ranke, que é introduzido na Inglaterra por Acton, também foi um crítico da teoria exemplar. Sua famosa passagem é feita justamente após negar os julgamentos por parte do historiador. Na análise que Antoine Prost fez, por exemplo, ele considera que é preferível falarmos de imparcialidade ao invés de objetividade. Uma atitude moral e intelectual.

Se pretende ser imparcial, o historiador deve resistir à tentação pela qual a história deixaria de estar a serviço de si mesma. Em vez de ditar a conduta ou censurar, ele procura compreender. Quando se critica a história por pretender ser uma ciência, esquece-se muitas vezes que essa reivindicação serviu, historicamente, para romper o vínculo que a transformava em uma mestra da vida, uma coletânea de bons exemplos. É costume ridicularizar as ilusões do historiador alemão, Leopoldo Ranke (1795-1886) que pretendia descrever “como as coisas haviam acontecido realmente”; no entanto, a afirmação mantém-se atual se for considerada em seu contexto (PROST, 2008: 258).

O próprio Acton também analisa essa questão relacionada a Ranke. Em Cambridge, em 1895, ele teria elogiado o historiador alemão, mas lamentava sua falta de julgamento, de compromisso com o “código moral”. Assim como ele afirma ser o historicismo um termo deprimente, por estabelecer um relativismo ético, inconcebível na sua visão da história. Porém, em 1902, na carta da *Cambridge Modern History*, Acton já presava mais pela objetividade, ao afirmar uma história que contenta a todos, sem partes, sem julgamentos.

Sérgio Buarque de Holanda considerava que a aparente contradição não ocorreu no pensamento de Acton, entre esses dois momentos. Pois para o historiador inglês a moral não é algo do subjetivo, ela representa um bem comum de toda a humanidade, por isso “abraça aquilo mesmo que censurou no historiador alemão” (HOLANDA, 1994: 19).

Nesse sentido nossa tese poderá se encaminhar a partir desse cenário, novo talvez. O historicismo trata de um sentido genético da história - que surge contra o antigo *tópos* da história

²⁸⁴ O autor cita uma frase de William Butler Yeats, do poema “O segundo advento”, 1919: “Os melhores carecem de toda convicção, e os piores estão cheios de paixão intensa”. O poema retratava o ambiente de angústia e decadência do pós Primeira Guerra.

como mestra da vida. E Lord Acton, embora seja o grande nome para o processo de cientificação da história na Inglaterra, o faz por outro caminho.

Para Edward H. Carr, no famoso “Que é história?”, embora a moral seja um objeto importante para a história, não cabe ao historiador emitir julgamentos. Ele “tem outras coisas a fazer”! Para Carr, a concepção de Acton está baseada numa crença quase mística da objetividade e supremacia dos fatos históricos. Essa atitude teria sido vista mais tarde em textos de Arnold Toynbee e Isaiah Berlin, porém não teria sido suficiente para convencer Carr, que cita uma passagem de Benedetto Croce, considerada por ele admirável. Reproduzo trecho da mesma a seguir:

A acusação esquece a grande diferença de que nossos tribunais (sejam jurídicos ou morais) são tribunais de hoje, destinados a homens vivos, ativos e perigosos, enquanto que aqueles outros homens já compareceram ao tribunal de seu tempo e não podem ser condenados ou absolvidos duas vezes. [...] Aqueles que, sob a alegação de narrarem história, agitam-se como juízes, condenando aqui e absolvendo lá, porque pensam que está é a função da história... são geralmente reconhecidos como desprovidos de sentido histórico (CROCE, *apud*, CARR, 1989: 67).

Em seguida Carr parece fazer menção indireta a Lord Acton: “rejeitamos [...] a ideia que se tem do historiador como um juiz que enforca”, e aponta uma solução para a questão da moral da história: que se julgue acontecimentos, instituições ou políticas do passado, e não indivíduos. Para ele:

O historiador não se arroga o direito de julgar um déspota oriental isolado. Mas não se requer dele que permaneça indiferente e imparcial, digamos, entre o despotismo oriental e as instituições de Atenas na época de Péricles. Ele não emitirá julgamento sobre o dono de escravos isolado. Mas isto não o impede de condenar a sociedade escravista. Os fatos históricos, como vimos, pressupõem em certa dose de interpretação e as interpretações históricas sempre envolvem julgamentos morais – ou, caso prefiram uma expressão que soe mais neutra, julgamentos de valores (CARR, 1989: 68).

Pronunciando tudo isso entre janeiro e março de 1961, em Cambridge, pode-se considerar que em seu horizonte de ataque estaria Lord Acton, já que Edward Carr ainda destaca que sua maior discordância é com um padrão abstrato e supra-histórico pelo qual as ações históricas possam ser julgadas. Isso porque a tentativa de estabelecer esse padrão é anti-histórica e contradiz a essência da história (CARR, 1989: 71).

Diante de tais críticas fica de fato difícil qualquer reabilitação do pensamento histórico de Acton. Mas não é esse o propósito. Antes procurou-se destacar nesse texto como suas ideias foram elaboradas a partir de um engajamento intelectual e estiveram sim presentes no desenvolvimento das discussões sobre a crítica histórica ao longo do século XX.

Essa discussão em meados do século XX deu margem também para o debate sobre a objetividade da história. Um circuito de historiadores e filósofos empreendeu argumentos objetivistas e relativistas com o objetivo de pensar o trabalho científico. Esses grupos de

historiadores com maior ou menor destaque fazem referência ao nome de Acton e suas ideias de meio século antes.

Vale ressaltar que esse tema não foi de todo esquecido. Nos anos 1950-1980 há discussões em locais e com nomes importantes. Uma hipótese pode ser uma omissão causada pelos filtros, tendo em vista outros debates. No mundo francófono, as *ciências sociais e a história*, no mundo anglófono, *a questão da linguagem*. Contradizendo algo já dito por alguns autores, como Jurandir Malerba (2010), que Acton teria tido uma projeção no pós Segunda Guerra dentro da ciência política. Não somente nesse campo, mas nos debates sobre a filosofia crítica da história também.

Lord Acton possui, assim, um passado significativo para a discussão da filosofia crítica da história. Já que sua definição do historiador como juiz (ou avaliador) não poderia estar tão enganada, ou desprovida de problemáticas para o trabalho historiográfico.

Podemos encerrar indicando uma característica da presença fundamental da história para a atualidade. Jörn Rüsen afirmou algo que podemos encontrar nesse debate aqui, brevemente esboçado. A história como guia moral.

Didaticamente falando, seria mais razoável problematizar juízos históricos com suas referências de valor e usar de modo argumentativo as experiências e interpretações, para que as alunas e alunos possam aprender a emití-los alegando suas razões. O importante é que estes juízos de valor não apareçam independentes dos fatos históricos e que os processos de sua interpretação metodológica não figurem como um assunto meramente subjetivo, dos alunos e alunas, mas ao contrário: que ao emití-los se recorra sistematicamente ao conceito que tinham de si mesmos os afetados pelos acontecimentos do passado (RÜSEN, 2011: 126).

Assim como pontuou Dexter Perkins, em 1956, em outro contexto, e com outra abordagem também. Mas com a concepção de que não devemos temer falar de valores morais.

Acredito que o maior desafio que confronta os historiadores hoje é a sala de aula. Para cumprir, teremos que dar ao ensino um lugar mais elevado em nossa escala de valores do que fazemos hoje. [...] E o que ensinamos será mais que conhecimento. O conhecimento que devemos ter, e em medida crescente - o fruto de uma mente que sempre se explora, o produto de um espírito inquietamente inquietante. Mas, além disso, teremos influência na medida em que pensemos nos valores que desejamos comunicar, bem como nos fatos que desejamos comunicar. Devemos tornar o passado mais vívido e a qualidade da aventura do homem mais profundamente compreendida; devemos interpretar o passado amplamente, no espírito de um homem a quem nada que seja humano lhe é estrangeiro (PERKINS, 1956: 10).

Com essa pesquisa, percebo que a trajetória e reflexões de Lord Acton tem possibilitado pensar questões como: até que ponto temos domínio sobre nossa consciência e como deve ser a obediência; a relação entre ciência e religião; como conciliar, se é que está determinado essa busca por conciliação; o papel da religião no debate político; como a opinião pública lida com a política e a religião; nossa sociedade não se secularizou como esperavam.

A falta de sistematização da obra de Acton, que já indicava, Oliver Richardson (1917: 141), dificultou a interpretação de suas ideias. Bem como o fato de Acton não ter escrito um único livro, nos restando os textos dispersos e herméticos, cheios de possíveis reflexões atuais para a prática historiadora.

Fontes pesquisadas

ACTON, Lord. *Selected writings of Lord Acton*. “Essays in the history of liberty”. Edited by John Rufus Fears. Vol I. 1985.

ACTON, Lord. *Selected writings of Lord Acton*. “Essays in the study and writing of history”. Edited by John Rufus Fears. Vol II. 1986.

ACTON, Lord. *Selected writings of Lord Acton*. “Essays in religion, politics, and morality”. Edited by John Rufus Fears. Vol III. 1988.

ACTON, Lord. *Ensaíos*. Uma antologia. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro, Topbooks, 2014.

PERKINS, Dexter. “We Shall Gladly Teach”, 1956, Presidential addresses of *American Historical Association*, <https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/presidential-addresses/dexter-perkins>.

WRIGHT, Gordon. “History as a Moral Science”, 1975, Presidential addresses of *American Historical Association*, <https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/presidential-addresses/gordon-wright>.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUTTERFIELD, H. “The whig interpretation of history”. Disponível em: [http://www.jbstart.nl/EBooks/Engelstali3/Downloads3/B/B/Butterfield,%20Herbert/Butterfield%20\(Herbert\)%20The%20Whig%20Interpretation%20of%20History.pdf](http://www.jbstart.nl/EBooks/Engelstali3/Downloads3/B/B/Butterfield,%20Herbert/Butterfield%20(Herbert)%20The%20Whig%20Interpretation%20of%20History.pdf). Acesso em 08 jun. 2013.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

DRAY, W. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História*. “O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke”. Editora da USP, 1994.

KOCHAN, Lionel. *Acton on History*. Londres: Andre Deutsch, 1954.

MALERBA, Jurandir. Lord Acton. In: _____. *Lições de História: O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MURPHY, Terrence. “Lord Acton and the question of moral judgments in history: the development of his position”. In: *The Catholic Historical Review*, vol. 70, n. 20 (Apr 1984), pp. 225-250.

PARKER, Christopher. “English historians and the opposition to positivism”. In: *History and Theory* (May, 1983), pp. 120-145.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

VANN, Richard. “Historians and moral evaluations”. In: *History and Theory* (Dec, 2004), pp. 3-30.

RÜSEN, Jörn. “O livro didático ideal”, em SCHMIDT, BARCA e MARTINS. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. pp. 109-127.

TREVELYAN, G. M. “Viés na História” (1947). Em: MARTINS, Estevão (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

ZAGORIN, Perez. *On humanism: past and present*. Daedalus Fall, the American Academy of Arts and Sciences, 2003. p. 87-92.

REPRODUÇÃO E SAÚDE DAS MULHERES NA MEDICINA MEDIEVAL (SÉC. XIV)

*Lidiane Alves de Souza*²⁸⁵

RESUMO: No pensamento médico medieval o corpo feminino foi pensado a partir de um eixo central: o útero. Nesta visão, denominada pelos historiadores de úterocentrismo, as condições médicas que acometiam as mulheres decorriam direta e indiretamente de sua função/capacidade reprodutiva. Por conseguinte, as reflexões teóricas e intervenções de caráter prático-terapêutico realizadas pelos físicos medievais restringiam-se às questões ligadas à menstruação, aborto, aleitamento, afecções das mamas e do útero, problemas de fertilidade e dificuldades no parto. Para compreender os paradigmas que nortearam a concepção de corpo e os cuidados com a saúde feminina na medicina medieval, analisaremos a obra *Lilio de Medicina* do físico e mestre Bernardo de Gordonio (?-1318). Com um conjunto de capítulos dedicados exclusivamente aos *assuntos médicos femininos*, este tratado – alvo de inúmeras compilações e traduções – serviu de referência teórica e prática para os estudiosos e praticantes de medicina do período e, conseqüentemente, para pensar e tratar as mulheres e seu corpo.

Palavras-chave: medicina medieval, mulheres, reprodução, saúde.

No século XIV a produção de conhecimento médico fundamentava-se na leitura e comentário de um *corpus* textual médico-filosófico de origem antiga e árabe constituído pelos

²⁸⁵ Doutoranda em História na Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Prof.^a Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos.

libri naturales aristotélicos²⁸⁶ e pela *Articella* salernitana (*Aforismos, Prognósticos e Regime das doenças agudas* de Hipócrates (séc. V a. C.), o *Tegni* de Galeno (séc. II d. C.)²⁸⁷, o *Isagoge* de Johannitius (810-877), *Das urinas* de Teófilo Protospatario (séc. VI ou VII d. C.) e *Do pulso* de Filareto (?), e *Cânnon de Medicina* de Avicena (980-1037). Apesar de não fornecerem um conjunto sistematizado de saberes acerca dos cuidados com o corpo e a saúde das mulheres, esses textos compreendiam o corpo feminino a partir de um eixo central: o útero. Nesta visão, denominada pelos historiadores de úterocentrismo, as condições médicas que acometiam as mulheres decorriam direta e indiretamente de sua função/capacidade reprodutiva. Por conseguinte, as reflexões teóricas e intervenções de caráter prático-terapêutico realizadas pelos físicos medievais restringiam-se às questões ligadas à menstruação, aborto, aleitamento, afecções das mamas e do útero, problemas de fertilidade e dificuldades no parto. (JACQUART, 1990: 107-108; 1995: 187; RODRIGUES, 2006, 33-34)

Mestre no *studium* de medicina de Montpellier entre 1283-1308, o físico francês Bernardo de Gordonio (? – 1308)²⁸⁸ produziu um importante manual de prática médica denominado *Lilio de Medicina* (1303-1305) no qual dedicou um conjunto significativo de capítulos aos *assuntos médicos femininos*. Sendo uma obra de prática médica destinada a facilitar a arte do diagnóstico e a aplicação de tratamentos por parte dos estudantes de medicina e dos práticos sem formação, o *Lilio* serviu de referência teórica e prática para os estudiosos e praticantes de medicina do período, sendo alvo de inúmeras compilações e traduções. A exemplo das pétalas do lírio, seu conteúdo apresenta-se dividido em 7 livros com um número variável de capítulos (entre 13 e 31)²⁸⁹ ordenados segundo os princípios *a capite ad calcem*, ou seja, começando pelas enfermidades da cabeça e terminando com as dos pés. Em geral, cada

²⁸⁶ *Física, Sobre a geração e a corrupção, História dos animais, Sobre as partes dos animais, Sobre a geração dos animais, Sobre a Alma, Sobre o céu e o mundo, Meteorologia*, e a coleção *Parva naturalia*, composta pelos tratados: *Sobre os sentidos e dos objetos sensíveis, Sobre a memória e a lembrança; Sobre a longitude e a brevidade da vida, Sobre a vida e a morte, Sobre a juventude e a velhice, Sobre a respiração, Sobre o sono e a vigília, Sobre a insônia; Sobre a adivinhação dos sonhos*.

²⁸⁷ Este tratado de Galeno foi conhecido sob outras denominações, a saber: *Ars medica, Ars parva, Microtechne*.

²⁸⁸ A vida e a obra de Bernardo de Gordonio permanecem pouco documentadas. Sabe-se mais sobre o período que ministrou aulas no *studium* de Montpellier. Mais de 80 obras são atribuídas à Bernardo de Gordonio. No entanto, apenas 7 constam como autênticas, a saber: o *De regime acutorum morborum* (1294); o *Liber prognosticorum* (1295); *Tractatus de reductione geomancie ad orbem* (1295); *De decem ingeniis curandorum morborum* (1295); *Tractatus de gradibus* (1303); o *Lilium medicine* (1305); e o *Liber de conservacione vite humane* (1308).

²⁸⁹ *Livro I* com 31 capítulos que tratam sobre diversos tipos de febre, mordidas de insetos, verrugas, apostemas e lepra, etc.; *Livro II* também com 31 capítulos que versam sobre problemas relativos ao cabelo, memória, sono, melancolia, epilepsia, etc.; *Livro III* com 27 capítulos que abarcam as doenças dos olhos, nariz, boca dentes, etc.; *Livro IV* com 13 capítulos focados nos problemas do aparelho respiratório (tosse, asma, sincopes, etc.); *Livro V e VI* com 21 e 16 capítulos dedicados as enfermidades dos órgãos da região do ventre (baço, bexiga, rins, fígado, etc.); e o *Livro VII* com 20 capítulos que dispõem sobre as paixões e enfermidades dos membros da geração masculino e feminino (coito, gonorreia, poluções noturnas, doenças nos testículos, menstruação, problemas do útero, esterilidade e parto). Ao último livro soma-se um conjunto de 4 capítulos que constituem uma espécie antídoto; e ainda um breve compêndio de preparações cosméticas para as mulheres (Cap. 25 – *Dos adornos das mulheres*).

capítulo conta com seis seções: definição e descrição da enfermidade, causas, sintomas, prognóstico e cura. Alguns ainda trazem um sétimo tópico denominado esclarecimento, na realidade, uma conclusão que intenta elucidar possíveis dúvidas e conciliar teorias e explicações contraditórias. (DEMAITRE, 1980: 15-45)

Do conjunto do *Lilio* – como ressaltado anteriormente – destacam-se 11 capítulos do *Livro VII* que tratam especificamente dos problemas e afecções femininas, a saber:

- Cap. 8 – *Das enfermidades das mulheres e em primeiro lugar da retenção da menstruação;*
- Cap. 9 – *O fluxo excessivo na menstruação;*
- Cap. 10 – *Da sufocação da matriz;*
- Cap. 11 – *Dos apostemas da matriz;*
- Cap. 12 – *Das chagas, coceira e dor da vulva;*
- Cap. 13 – *Da descida da matriz;*
- Cap. 14 – *Da esterilidade das mulheres;*
- Cap. 15 – *Do regime das grávidas e do aborto;*
- Cap. 16 – *Da dificuldade do parto;*
- Cap. 17 – *Da retenção das secundinas;*
- Cap. 18 – *Da mola ou da toronja da matriz.*

A esta seleção convém adicionar o capítulo 13 do *Livro IV* intitulado *Das enfermidades da mama*. Em detrimento de seu conteúdo integrar o conjunto anteriormente descrito, o mesmo foi alocado na referida seção provavelmente devido ao modo de organização do tratado.

Seguindo a ordem estabelecida no *Lilio*, o primeiro campo de atenção dos físicos nos cuidados com o corpo e a saúde das mulheres diz respeito os problemas ligados à menstruação. É interessante notar que essa preeminência não foi uma exclusividade do *Lilio*. Na realidade, a maior parte dos tratados que apresentam conhecimentos sobre os *assuntos médicos femininos* também começam suas explanações por esse tema, caso do *Liber de Sinthomtibus mulierum* (*Livro sobre as condições das mulheres*) e o do *De curis mulierum* (*Tratamentos para as mulheres*), dois importantes tratados ginecológicos e obstetrícios que circularam no período atribuídos a Trótula, a *sapiens* matrona de Salerno. Tal característica explica-se porque o galenismo árabe-latino havia estabelecido uma intrínseca relação entre o fluido menstrual e a natureza fisiológica do corpo feminino. Para o galenismo, o corpo feminino possuía compleição fria e úmida devido a menor quantidade de calor vital. Por tais características, este não realizava plenamente o processo de cocção e transformação dos

nutrientes ingeridos (alimentos e bebidas); então, as substâncias não transformadas ou não incorporadas, as chamadas superfluidades, se acumulavam em seu interior e eram periodicamente eliminadas sob a forma de menstruação. Nesta concepção, o ciclo menstrual figurava como um mecanismo de expurgação natural do organismo feminino, uma espécie de compensação da natureza a condição fria e úmida das mulheres. Devido ao seu caráter regulador e purgativo, este fenômeno biológico ocupou lugar proeminente nos tratados e obras médicas produzidas no baixo medievo (JACQUART&THOMASSET, 1989: 67-69; PRATT&MARX, 1992: 41-42; THOMASSET, 1993: 99-102)

Sendo um consenso no pensamento médico do período, essa explicação ligava-se também à concepção de saúde e de doença vigente na época. Com base nos pressupostos teóricos hipocrático-galênicos, compreendia-se que a saúde resultava do bom funcionamento dos órgãos, virtudes e espíritos, e da combinação e equilíbrio dos demais componentes corporais, ou seja, qualidades (quente, seco, frio e úmido), humores (sangue, fleuma, bile amarela e negra) e compleições (sanguínea, fleumática, colérica e melancólica). A doença, então, era fruto do mau funcionamento e/ou do desequilíbrio do corpo. Portanto, o funcionamento inadequado desse sistema, identificado principalmente pelo excesso ou escassez desse fluido, culminava no aparecimento de diversos problemas e enfermidades. (GARCÍA BALLESTER, 2004: 533-537).

Esta forma de compreender a origem e a função da menstruação é compartilhada por Gordonio. No *Lilio* ele define esse fluido como um fenômeno natural diretamente associado ao equilíbrio do corpo e a saúde feminina:

“[...] vem naturalmente uma vez a cada período da lua ou de acordo com a idade da mulher e demais particularidades. Dura de três a sete dias. Segundo a diversidade da compleição. Quando sua qualidade e quantidade são convenientes e adequadas as mulheres são sãs, castas e férteis; mas quando se alteram são enfermas, incontinentes ou estéreis e, se geram filhos, geram filhos enfermos. Às vezes vem contra a natureza e é causa de muitas enfermidades.” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 7).

Como apresentado no trecho acima, a escassez ou excesso de fluido menstrual eram condições patológicas que deveriam ser corrigidas, e ambas as condições poderiam decorrer de causas externas ou internas. Dentre as causas externas da falta de fluido destacam-se a prática excessiva de atividades físicas, pois consumia as superfluidades, e a má alimentação, porque impossibilitava sua formação. Para as internas elencou situações que limitavam e impossibilitavam a liberação de fluido como: a debilidade da virtude expulsiva, o estreitamento, obstrução ou fechamento da matriz e/ou das veias. Para estes casos, propunha, sem muita especificidade, o recurso a sangrias, diuréticos, pessários, emplastos, unguentos, beberagens, eletuários aplicados na matriz, ventosas, além da moderação da dieta e a ingestão de alimentos

com base na terapêutica dos contrários, como neste exemplo: “as mulheres delgadas curem-se com descanso e alimentos úmidos, e as gordas ao contrário” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 8). Nesta prescrição, é possível perceber a relação entre matéria nutriente, calor e menstruação. Já as causas da abundância, segundo ele, podiam ser reduzidas a apenas duas: “[...] a grande frialdade aquosa, sutil e indigesta e a grande quentura sutil aguda” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 9), ou seja, o excesso de frio que impedia a cocção da matéria e gerava muita superfluidade.

Apesar de ser uma condição patológica que refletia o desequilíbrio e o mau funcionamento do corpo, Gordonio defendia o caráter regulador e purgativo da menstruação²⁹⁰. Assim, na frase que abre o tópico dedicado à cura recomendava que em alguns casos a contenção não fosse realizada, pois “enquanto a mulher está com boa cor e pode suportar não se deve amenizar nenhum fluxo, mas se enfraquecer-se muito, amenize-o” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 9). Para as situações em que a função depurativa era extrapolada propunha exercícios, sangrias, ventosas, composições medicamentosas, banhos, unguentos, eletuários e a administração de alimentos com base nos contrários.

Outro importante aspecto da saúde feminina abordado por Gordonio no *Lilio da medicina* diz respeito aos problemas do útero. De acordo com ele, as afecções do útero “[...] são três: sufocação, a que temos falado (apostemas), queda e descida [...]” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina* VII: 13). Mas por questão de espaço e tempo, analisaremos apenas a primeira. Segundo Gordonio, a *sufocação da madre* ocorre quando o sêmen, a menstruação ou humores corruptos são retidos e acumulados no útero. A presença destas matérias provoca a liberação de vapores venenosos que incitam a matriz para cima e comprimem os membros respiratórios provocando síncope, perda de sentido e do movimento do corpo. Para Gordonio, destas três matérias, o sêmen assumia a condição mais nociva. Portanto, considerava que essa enfermidade acometia principalmente as viúvas, porque estavam acostumadas ao coito, e as mulheres adultas que não realizam o intercuro sexual. Ao compreender a sufocação dentro dessas premissas, Gordonio negou a visão hipocrática segundo a qual a *sufocação da madre* ocorria devido ao deslocamento do útero pelo interior do corpo feminino e sua fixação na cabeça ou em órgãos como o diafragma e o coração. O próprio autor afirma na seção de esclarecimento que o útero não se desloca porque não é um animal²⁹¹.

Mesmo tendo negado ao útero qualquer capacidade autônoma de locomoção, na parte dos procedimentos de cura constam algumas prescrições que aludem a essa concepção, tais

²⁹⁰ O caráter regulador e purgativo do fluxo menstrual é reforçado em várias passagens do *Lilio da medicina*.

²⁹¹ “[...] se move com movimento local, nem por isso é animal, [...] não se move por si senão por virtude do cérebro; em consequência não será animal” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 10)

como o uso substâncias fétidas ou esturnativas no nariz, com o objetivo de provocar para a descida do útero, ou aromáticas nas partes pudendas, visando atraí-lo para baixo²⁹². A estes, somam-se prescrições de caráter explicitamente masturbatório que objetivavam liberar as matérias nocivas retidas e assim, retomar o equilíbrio corporal: “[...] a parteira deve untar seu dedo em óleo [...], e se a mulher for corrompida meta o dedo e mova-o fortemente de modo que a matéria venenosa saia fora” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 10). Para os casos de retenção espermática em que as circunstâncias eram adequadas, ou seja, quando as mulheres fossem adultas e aptas ao intercurso, Gordonio recomendou que estas se casassem em Cristo²⁹³. Disto posto, a prática sexual regular e, conseqüentemente, a liberação do fluido seminal, figurava como a principal forma de prevenir essa enfermidade. Por sua vez, a coexistência de diferentes princípios terapêuticos demonstra que na medicina do período ainda havia um debate em torno desta afecção. (JACQUART&THOMASSET, 1989: 182-186; RODRIGUES, 2006: 34-40) Passemos agora aos cuidados com as mamas.

Na parte do *Lilio* dedicada as enfermidades das mamas não há qualquer preocupação estética ou com o papel erótico dos seios. Aqui, as reflexões empreendidas giram em torno da função/capacidade nutritiva dessa parte de corpo feminino. De forma geral, os médicos medievais compreendiam as mamas como órgãos destinados exclusivamente à amamentação. Seguindo esta linha de pensamento, Gordonio descreve as mamas como um “[...] membro glanduloso, branco, de veias e artérias entrelaçadas, que foi ordenada para a geração de leite para que a criança recém-nascida se alimente [...]” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina* IV: 13). As mamas são afligidas por muitas enfermidades que afetam a qualidade e a quantidade do leite produzido, e também por apostemas, nódulos, glândulas, corrosão, úlceras, fístulas e pelo crescimento exagerado.

Como na abordagem dispensada ao fluxo menstrual a grande e a pouca quantidade de leite eram compreendidas como enfermidades decorrentes do desequilíbrio dos líquidos corporais e, mais particularmente, do humor sanguíneo. Neste sentido, “O leite se multiplica pela abundância e a boa qualidade do sangue. Diminui por escassez ou porque é ruim” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, IV: 13). Tal explicação assentava-se no pressuposto – comumente aceito pelos mestres e físicos do período – de que a menstruação se converteria em alimento para o feto durante e após a gestação. Portanto, dentre as causas apresentadas no *Lilio* sobressaem aquelas ligadas à produção de sangue, ou seja, a ingestão

²⁹² “[...] ponham coisas hediondas nas narinas como assafétida, [...], e por las partes baixas linóleo, almíscar, âmbar, cravos de espécie e alipta moscada.” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 10)

²⁹³ “[...] se é por retenção de esperma e as circunstâncias são adequadas, case-se em cristo” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 10)

insuficiente ou abundante de alimentos e líquidos, e a transformação da matéria, ou seja, a realização de atividades físicas pouco ou muito exaustivas. A cura fundamenta-se na busca do equilíbrio e na aplicação dos contrários:

“Se é de grande fluxo restringindo-o e atraindo-o a parte contrária. Se por comer pouco, pela má qualidade do alimento, por trabalho e semelhantes, aplique-se o contrário, convém saber, alimento, reparar a má qualidade, descanso, ociosidade e semelhantes. Se de aquosidade dê-lhe coisas quentes e secas e faça exercício” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina* IV: 13).

“Todas as causas que diminuem o esperma diminuem o leite. Diminuindo o alimento, secando o sangue, dissolvendo, esfriando, umedecendo e assim necessariamente diminuirá porque sua multiplicação não se faz sem sangue bom e saudável” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, IV: 13).

Para os apostemas, nódulos, glândulas, corrosão, úlceras e fístulas não há explicações aprofundadas acerca da natureza, causas e sintomas das mesmas. Seu conteúdo compõe-se basicamente de um conjunto de procedimentos de caráter terapêutico. Somente no tópico de esclarecimento consta uma explanação breve, porém, generalizada, que relaciona indiretamente o aparecimento destes problemas e demais enfermidades das mamas às características da constituição corporal feminina:

“Quinto, nas mamas das mulheres se produzem com maior frequência apostemas e enfermidades porque são maiores, são mais ralas, **têm mais superfluidades** (grifo nosso) e a força é menor; nos homens tudo se consome, por isso não há tantas” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, IV: 13)

Em outras palavras, a frialdade e umidade decorrentes da menor quantidade de calor vital impossibilita o organismo feminino de eliminar toda matéria ingerida então, esta pode se acumular em determinadas partes do corpo desencadeando o surgimento de enfermidades, como no caso das mamas.

Ainda constam no *Lilio da medicina* cinco capítulos que abarcam temas relacionados ao processo reprodutivo, a saber: Cap. 14 – *Da esterilidade das mulheres*; Cap. 15 – *Do regime das grávidas e do aborto*; Cap. 16 – *Da dificuldade do parto*; Cap. 17 – *Da retenção das secundinas*; Cap. 18 – *Da mola ou da toronja da matriz*. Mas analisaremos apenas a seção que trata a esterilidade feminina.

De acordo com Gordonio, a esterilidade “[...] procede da mulher, do homem ou de ambos” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 14). São listados como causas da esterilidade feminina fatores externos como o consumo de alimentos frios, ácidos ou de má qualidade, acidentes da alma (tristeza, ira, temor, etc.), movimentos bruscos, malícia feminina e ingestão de substâncias esterilizantes; e internos que afetam os membros da geração ou o corpo todo, a saber, retenção ou excesso de menstruação, má compleição da matriz ou da semente, verrugas internas, gordura na boca da matriz, dentre outras. Cabe ressaltar que os

mesmos pressupostos utilizados para as mulheres se aplicam aos homens. A esterilidade pode decorrer ainda da combinação da má compleição, como quando ambos são quentes ou frios, desta forma um não pode corrigir e/ou compensar o outro. Em outros casos, os órgãos da geração não têm boa proporção, ou seja, a matriz é muito larga, plana e côncava ou o pênis é curto e fino. De acordo com Gordonio, os casos de esterilidade originados de fatores externos e, principalmente, da má compleição eram passíveis de cura, o mesmo não ocorrendo com os casos decorrentes da má formação dos órgãos reprodutivos. Disto posto, segue-se uma lista expressiva de prescrições e composições medicamentosas que visam corrigir os referidos casos, como por exemplo:

“Se a mulher é estéril pela má compleição quente, ao princípio, se nada se opõe, façam sangria da hepática e das safenas. [...] Ordene-se as seis coisas não naturais em grau oposto até que o calor predominante volte a moderar-se. Se a esterilidade se deve a causa fria e úmida digira-se primeiramente a matéria dessa maneira: receita [...]” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina* VII: 14).

Havia ainda os casos em que as sementes masculina e feminina eram liberadas em momentos diferentes: “Pode haver esterilidade quando no coito um se antecipa a expulsar sua semente antes do outro, elas devem ser expulsas ao mesmo tempo” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII, 14). Ao listar a emissão espermática não simultânea como causa da esterilidade, Gordonio suscitava umas das principais controvérsias do pensamento médico do período. Na medicina medieval havia um amplo debate acerca da existência do sêmen feminino e do papel desempenhado por este fluido na concepção. Neste sentido, os físicos medievais contaram com duas matrizes teóricas distintas: uma de origem filosófico-aristotélica e outra médico hipocrático-galênica. A primeira defendia, com base nos conceitos de *matéria* e de *forma*, que a mulher forneceria a *matéria*, o sangue menstrual, na qual se formava o embrião, e o homem, a *forma*, o sêmen, a vida, o movimento. Nesta vertente, o corpo feminino não produzia fluido seminal e o esperma masculino não entrava na composição do feto. Na concepção médica, as mulheres estavam aptas a produzir o esperma e o feto era resultado da junção dos sêmens masculino e feminino. A menstruação, por sua vez, constituía a matéria na qual se formava o embrião. (CADDEN, 1993: 119-130)

No *Lilio* Bernardo do Gordonio mostrou-se ciente da existência dessa divergência, e como muitos contemporâneos, empreendeu uma nova interpretação dessas duas concepções. Desta forma, atribuiu ao corpo feminino a capacidade de produção espermática, porém considerou seu sêmen inferior ao masculino. Em suas palavras:

“[...] as mulheres têm esperma porque têm a terceira digestão e dídimos, testículos e outros membros principais. Se Aristóteles diz que não tem esperma é em comparação com os homens, porque o esperma das mulheres é

indigesto e aquoso e o do homem é branco como granizo, e como o esperma das mulheres está desprovido desta natureza, por isso diz que as mulheres não têm esperma.” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 8)

Independentemente da corrente de pensamento adotada – filosófico-aristotélica ou médico hipocrático-galênica – os físicos medievais assentiam para a necessidade de uma emissão conjunta das respectivas contribuições masculina e feminina, fosse dos sêmens (masculino e feminino) ou do sêmen (masculino) e da menstruação (feminino).

O pressuposto de que existia uma emissão feminina – de sêmen e/ou de menstruação – suscitava uma questão de caráter médico-erótico acerca do prazer sexual das mulheres. Seria o deleite uma condição imprescindível à liberação do fluido seminal e/ou menstrual e, conseqüentemente, a concretização da concepção? Gordonio tratou o tema ao descrever a maneira como o homem deveria se aproximar da mulher a fim realizar o coito:

“[...] deve despertar a mulher falando-lhe, beijando-lhe, abraçando-lhe e tocando-lhe os seios, os pelos pubianos e o peritônio; tudo isto deve fazer para avivar o desejo na mulher e para que as duas sementes concorram juntamente [...]”. (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 14).

Neste trecho, o homem busca excitar a mulher e promover seu prazer não pela simples sensação de deleite, mas como forma de favorecer a emissão conjunta e assim obter êxito na concepção. Aqui, prazer e concepção apresentam-se diretamente ligados. (HERRERO INGELMO, M. C&MONTERO CARTELLE, E, 2012: 298-302; JACQUART&THOMASSET, 1989: 70-74)

Ainda no que diz respeito à esterilidade feminina, chama atenção uma assertiva na qual Gordonio estabelece um vínculo entre reprodução, fertilidade e saúde corporal feminina. Segundo ele, “A mulher capaz de engravidar vive mais sã, no entanto envelhece mais rápido. A estéril conserva mais sua juventude, no entanto adocece mais” (GORDONIO, Bernardo. *Lilio da medicina*, VII: 14). Então, um corpo feminino que exerce a capacidade reprodutiva é um corpo no qual os órgãos e as funções (útero, mamas, menstruação) encontram-se funcionando corretamente é, portanto, um corpo são. Em contrapartida, um corpo feminino incapaz de reproduzir, é um corpo com órgãos malformados e indispostos, com funções desreguladas, é um corpo em estado de desequilíbrio. Conseqüentemente, é um corpo enfermo. Neste sentido, como qualquer outra enfermidade, também era preciso tratar e curar a esterilidade.

A análise do *Lilio de medicina* do físico francês Bernardo de Gordonio permitiu perceber que havia por parte dos físicos medievais uma grande preocupação com a saúde das mulheres e, principalmente, com os aspectos da saúde feminina relacionados à reprodução humana. Como ocorria com as demais enfermidades e afecções que acometiam o corpo humano, as doenças e os problemas exclusivamente femininos foram pensados a partir dos

pressupostos médico-filosóficos fornecidos pelos textos que fundamentara a medicina da época, em outras palavras, os *libri naturales* e o galenismo. Neste sentido, Gordonio refutou alguns preceitos e teorias que não apresentavam culminância com o pensamento médico da época, tais como a ideia de um útero vacante. Como consequência, as intervenções, os tratamentos e as prescrições medicamentosas objetivavam promover a cura principalmente pelo restabelecimento do equilíbrio e do bom funcionamento do corpo feminino.

Fontes impressas

BERNARDO DE GORDONIO. *Lilio de medicina*. Estudio y edicion de Brian Dutton y M^a Nieves Sánchez, Madrid: Arco/Libro, 1993.

Referências

CADDEN, Joan. *The Meanings of Sex Difference in the Middle Ages: Medicine, Science, and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

DEMAITRE, Luke E. *Doctor Bernard de Gordon: professor and practitioner*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1980.

GARCÍA BALLESTER, Luis. Un reto para el galenismo: mejorar la salud. In: *Artifex factivus sanitatis*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004. p.533-553.

HERRERO INGELMO, M. C&MONTERO CARTELLE, E. Concepción y erotismo en la literatura médica medieval. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latino*. 2012, 32. pp. 299-314.

JACQUART, Danielle & THOMASSET, Claude. *Sexualidade y saber médico en la Edad Media* Trad.: José Luis Gil Arístu. Barcelona: Labor, 1989.

JACQUART, Danielle. L'enseignement de la médecine: quelques termes fondamentaux. In: Weijers, Olga (ed.). *Méthodes et instruments du travail intellectuel au Moyen Age*. Turnhout (Belgique): Brepols, 1990. p. 104-120.

_____, Danielle. La scolastique médicale. In: Mirko Grmek (Dir.) & Bernardino Fantini (Col.), *Histoire de la pensée médicale em Occident*. Paris: Seuil, 1995. p. 175-210.

PRATT, Karen & MARX, C.W. Physiology and etymology. In: *Woman Defamed and Woman Defended: an anthology of medieval texts*. New York: Oxford University Press, 1992. p. 38-42.

RODRIGUES, Ana Maria S. Entre a sufocação da madre e o prurido do pênis: gênero e disfunções sexuais no Thesaurus pauperum de Pedro Hispano. In: *Rumos e escrita da História: Estudos em homenagem a A. A. Marques de Almeida*. Lisboa: Colibri, 2006, p. 33-44;

THOMASSET, Claude. Le corps féminin ou le regard empêché: In: *Micrologus*. I Discorsi dei corpi. Brepols, 1993, v. 1. p. 99-114.

MEMÓRIA E TRAUMA: OS TESTEMUNHOS NOS DOCUMENTOS *BRASIL:NUNCA MAIS E NUNCA MÁS*

*Loudinéia dos Santos Silva*²⁹⁴

RESUMO: O presente trabalho em exposição surge a partir de uma pesquisa de mestrado em andamento, que elencou uma compreensão da noção de trauma por meio dos relatos memorialísticos contidos nos projetos *Nunca Más* e *Brasil: Nunca Mais*, através de um balanço comparativo. Essa reflexão é fundamentada em orientações teórica-metodológicas que auxiliam na abordagem de conceitos como memória e testemunho e na sua importância no campo da História. Nesta conjuntura, a memória torna-se peça chave para a efetivação e consolidação da política social brasileira e argentina, daí a importância da análise e reflexão sobre as memórias referentes aos anos de repressão, sendo está um “bem público”. Temos então, a memória da ditadura como um direito necessário para a formação e consolidação desses países, de sua cultura e sociedade pós-militarismo. A pesquisa concentra-se principalmente em dois aspectos: em primeiro lugar, com uma breve abordagem sobre os processos de transições políticas do regime militar no Brasil e na Argentina, como forma de análise do contexto e do local de produção desses documentos e, em um segundo momento, no papel que esses documentos tiveram no processo de constituição da memória e trauma sobre a repressão nesses países.

Palavra-chave: Ditadura; Memória; Tortura, Testemunho.

Introdução

O presente trabalho em exposição faz referência a uma pesquisa de mestrado em andamento e terá como objetivo analisar a concepção de trauma por meio dos relatos memorialísticos, contidos nos documentos *Brasil: Nunca Mais* e *Nunca Más*, através de uma perspectiva comparativa²⁹⁵, uma vez que essa experiência da violência tornou-se pública, recorte que aqui procedo, no interior das inúmeras possibilidades de reflexão que o tema oferece, se considerarmos o espectro mais amplo das ditaduras no cone sul.

Tanto no contexto internacional quanto nacional, o século XX destacou-se por experiências de violência jamais imagináveis na história. Regimes políticos autoritários e totalitários criaram aparelhos repressivos que atingiram, direta ou indiretamente, a maioria das pessoas, grupos ou classes sociais que viveram aqueles períodos marcados por graus extremos de violência. Acreditamos ser necessário ressaltar que as ditaduras no cone sul, e suas implicações constituem-se em eventos mais investigados, interpretados e debatidos pela História, o que não diminui as dificuldades de tais abordagens, visto que elas são feitas

²⁹⁴ Mestranda em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em História e Narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Orientador Prof. Dr. Roberto Abdala Junior. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES). E-mail: loudineia.ss@gmail.com.

²⁹⁵ A escolha da comparação da Argentina com o Brasil, se deu porque, também pela posterioridade de seu regime, a Argentina viveu o que consideramos o ápice desse triste momento político latino-americano. A pesquisa busca fazer alguns apontamentos sobre o funcionamento desses regimes autoritários e como o trauma tem sido tratado nesses países.

justamente por se tratar de algo complexo e importante para nossa contemporaneidade, pois o mesmo é um tema possível e importante a ser pesquisado porque muitas testemunhas estão vivas e muitos arquivos sobre a repressão não foram abertos ainda. Sendo assim, a relevância dessa pesquisa é evidente e bastante significativa, porque é através desses testemunhos que incomodaram a ditadura, que conseguimos pensar o quanto foi acidentado o caminho que nos levou à democracia.

A princípio, meu interesse por esse tema vem da produção de pesquisas em relação à noção de trauma causado por regimes autoritário, que tem ocorrido de forma diversa; de como está sendo discutido na América Latina e como esses países lidaram ou lidam. Estudos como esses têm sido importantes, tanto no que se refere ao contexto histórico, como para a sociedade, para que haja uma reparação moral para as vítimas da repressão. Sendo assim, meu interesse por essa temática partiu dessas questões, para que este assunto não seja deixado de lado e que seja lembrado na academia para suscitar novos debates e perspectivas. O trauma pode ser considerado como uma ferida reforçada pela memória, tanto dos militantes como de seus familiares, que também passaram por momentos traumáticos.

Essa pesquisa será realizada por meio da análise dos documentos *Nunca Más* e *Brasil Nunca Mais*. No Brasil projeto idealizado por Dom Paulo Evaristo Arns²⁹⁶, e que reúne cópias de mais de 700 processos de presos políticos brasileiros do período da ditadura, reproduzidos nos Arquivos do Superior Tribunal Militar (STM) e Supremo Tribunal Federal (STF). Estes processos têm informações sobre partidos e organizações perseguidos pela repressão e estudos sobre como se deu a construção do sentido de tortura no Brasil e no mundo. Do projeto resultou o livro *Brasil: Nunca Mais*, onde são abordadas informações sobre os partidos políticos perseguidos durante a época e inúmeros relatos de tortura por parte das vítimas, a tortura aparece como ponto central dos depoimentos.

Na Argentina, o projeto foi formado pelo governo democrático argentino para investigar os “desaparecimentos” durante a ditadura militar, que governou a Argentina nos anos de 1976 a 1983. A Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) dirigida por Ernesto Sábato²⁹⁷, comprovou em 50 mil páginas de investigações e depoimentos a existência

²⁹⁶ Dom Paulo Evaristo Arns, foi bispo e arcebispo de São Paulo entre os anos de 1960 e 1970. Iniciou o sacerdote em 1945, estudou na Sorbonne, em Paris. Formou-se em estudos brasileiros, latinos gregos e literatura antiga. Destacou-se por lutar na política contra as torturas praticadas pelo regime militar, lutou para que documentos não fossem eliminados, e a favor do voto, no movimento Diretas Já. Sua atuação contra a repressão ganhou destaque em 1969.

²⁹⁷ **Ernesto Sábato**, foi romancista, ensaísta e artista plástico argentino. O escritor venceu o Prêmio Cervantes de Literatura e é, hoje, considerado pela crítica um dos maiores autores argentinos do século XX. Escreveu três obras fundamentais para literatura da Argentina. Por pedido do presidente Raúl Alfonsín, presidiu, entre 1983 e 1984, a CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas), cuja investigação, publicada no livro *Nunca Más*, abriu as portas para o julgamento dos militares da ditadura argentina.

de 9 mil casos de pessoas “desaparecidas” e a estimativa de 30 mil mortos de acordo com a fonte. Os depoimentos recolhidos pela a CONADEP nos permite ver um cenário marcado pela impunidade e desrespeito pela sociedade. Cabe destacar que este documento tem duas versões no original em espanhol e traduzido em português por Roberto Mara que visou preservar os mínimos detalhes.

Essas fontes emblemáticas são exemplos de pesquisa que se tornaram obras referências pelo esforço e abrangência, ampliando as possibilidades de releitura da memória a partir de relatos de presos políticos que sofreram torturas e por meio dos relatos de familiares que tiveram entes desaparecidos. Nesta pesquisa, o testemunho e a memória tornam-se então um objeto essencial para a denúncia dos atos violentos no regime militar, esse período de exceção em nosso país, para também possibilitar algum tipo de reparação às vítimas.

Realizamos o cotejamento ainda de demais referências bibliográficas que tratam do tema. Os documentos nos permitem as abordagens e informações sobre os partidos políticos perseguidos nessa época e inúmeros relatos de tortura sofrida pelos presos políticos. A tortura aparece como o tema central dos depoimentos. Cabe ressaltar as reflexões teóricas importantíssimas com relação ao conceito de memória e testemunho trabalhados aqui, em autores referenciais na temática, como Paul Ricoeur (2007), Seligmann (2012), Primo Levi (1988/2010), dentre outros.

Os objetivos dessa pesquisa se fundamentam em demonstrar como se dá a constituição do sentido de trauma na Argentina e no Brasil através de uma perspectiva comparativa, pensar essa relação trauma e sociedade, compreender a memória como reconstrução e representação da história, através dos testemunhos das vítimas da repressão e, por fim, pensar a relação entre trauma individual e trauma coletivo. A partir desse estudo se sobressaem algumas problemáticas em torno dessa temática: como definir a questão do que seria testemunho? a relação História e memória é também vista como relação memória coletiva e memória individual, sempre entrelaçadas e quase sempre dotadas de poder: poder de lembrar, de omitir, de silenciar e de esquecer. Partindo desses pressupostos, é possível delimitar limites entre verdade e ficção? Partindo dessa diferenciação entre a realidade do acontecimento relatado e a autenticação da declaração pela experiência de seu autor. A questão do testemunho aqui tem seu peso, ou seja, é preciso reiterar que o testemunho está sempre sendo objeto de suspeitas, pois o narrador se limita a uma informação. Sendo assim, até onde o testemunho é confiável?

Inquietações como essas serão respondidos, em alguma medida, no decorrer dessa pesquisa.

Uma das perspectivas desse trabalho é pensarmos a pesquisa de forma a buscarmos a resolução das inquietações que envolvem tal tema; a memória hoje tem um papel de destaque

nas pesquisas historiográficas e o testemunho é uma das modalidades que a memória toma para perscrutar e empreender a escrita do passado. Desse modo, empreendemos aqui nosso objetivo principal que é analisar a questão que o trauma sugere nos testemunhos contidos em documentos como o que aqui tomamos como fontes principais: *Nunca Más* e *Brasil: Nunca Mais* e como, a partir deles, pode-se reconstruir e compreender parte da história que, em grande parte, tentou ser apagada pelos sujeitos que tiveram a iniciativa de romper com os liames democráticos.

Pensamos através da memória a noção de trauma como um fator que nunca foram superados pelas vítimas da repressão. Sendo o trauma fruto de acontecimentos drásticos, como no caso das ditaduras argentina e brasileira, podemos identificar dois tipos de traumas sendo eles: trauma individual, pode-se associar a tortura que é exemplo desta categoria, ocorre quando uma pessoa sofre algum tipo de dor, seja de natureza física ou psicológica deixando sequelas, ocasionando um efeito traumático, e o trauma coletivo que é resultado, da opressão, da humilhação e do extermínio de várias pessoas, deixando na memória dos sobreviventes as lembranças de um passado sombrio. Apresento a relação entre testemunho do trauma e a necessidade de narrar.

De acordo com Ricoeur, os testemunhos nos ajudam a alcançar nossas lembranças; cabe ressaltar uma questão importante: aquilo que um indivíduo testemunha é significado como narrativa, literatura ou fonte documental, que tenta se equilibrar na difícil relação entre veracidade da história e fidelidade da memória, reflexões importantes realizadas pelo autor. Cada pessoa vivenciou e registrou o acontecimento da sua maneira; por isso para um o que ficou marcado foi um determinado fato, que talvez o outro não se recorde mais.

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado” (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. (2007: 170).

Sendo assim, tal estudo torna-se importante no meio historiográfico; para que as lembranças não se percam no tempo é importante que contribuam para estimular a transição e a comunicação entre o passado e o presente. O testemunho como portador na memória traz à tona as emoções que o acontecimento narrado trouxe consigo. A memória serve como retenção do acontecido, protegendo-o da perda em sua temporalidade, fazendo com que o acontecido seja preservado.

Relacionando aos testemunhos contidos nos documentos *Nunca Más* e *Brasil: Nunca Más* podemos observar que o propósito dessa iniciativa é que as injustiças e violências

cometidas contra os presos políticos não sejam esquecidas, sendo importante para que tenhamos ciência do que houve. Como esses países lidaram e lidam, com o trauma e como está sendo discutido na América Latina. Tal estudo torna-se importante no meio historiográfico; para que as lembranças não se percam no tempo é importante que contribuam para que essas atrocidades não se repitam num presente recente.

Os projetos Brasil: Nunca Mais e Nunca Más

Refletir sobre ditaduras militares em tempos atuais é lembrar um passado ainda não esquecido e com muitas pendências. Nesta pesquisa buscamos investigar a noção de trauma a partir de relatos de pessoas que foram torturadas, no contexto da ditadura civil-militar argentina e brasileira. Apesar das diferenças existentes entre a transição dos processos das ditaduras argentina e brasileira, ambas, durante seus respectivos processos, elaboraram documentos, que ficaram conhecidos como *Nunca Más* e *Brasil: Nunca Más* significativos para construção de um passado recente marcado pela repressão.

Foram anos com os militares no governo, o que causou indescritíveis e indelévels marcas nesses países, quando não houve limites nas práticas de violência contra os opositores. Um cenário marcado pelo autoritarismo velado de “ordem”, onde “direito” foi a palavra mais negada. Ninguém deixou de ser atingido direto ou indiretamente pela pressão; foram anos em que as lutas ideológicas e os conflitos sociais foram abafados pela violência. Como justificativa ao golpe, os militares alegaram que havia uma ameaça comunista, principalmente através dos ideais marxistas.

O regime militar criou mecanismos de controle e repressão, a ditadura atingiu em cheio a população, o golpe foi sendo construído paulatinamente. Um cenário marcado por autoritarismo, violações dos direitos humanos, censuras, perseguições, desaparecimentos, torturas e mortes. Assim sendo, assumimos que trabalhos como esses são importantes para que eventos como esses possam ser evitados e, conseqüentemente, não se repitam.

Na Argentina, o projeto foi formado pelo governo democrático argentino para investigar os “desaparecimentos” durante a ditadura militar, que governou a Argentina nos anos de 1976 a 1983. A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) foi implantada em de 19 de dezembro de 1983, pelo presidente Raúl Alfonsín, eleito democraticamente em 1982 após oito anos de um regime autoritário instaurado na Argentina com o golpe de 1976. A criação da CONADEP inseria-se na série de medidas tomadas por Alfonsín para concluir o processo de transição política e, assim, atender às demandas da população por justiça e verdade.

A primeira edição do informe da CONADEP, intitulado *Nunca Más*, chegou ao público em novembro de 84. Em menos de um mês, 40 mil exemplares foram esgotados, o que levou a Editorial Universitaria de Buenos Aires (EUDEBA) a realizar quatro reimpressões somente no mês de dezembro do mesmo ano, totalizando mais de 110 mil informes. No ano seguinte, a obra foi traduzida para o Português e publicada pela Editora L&PM, intitulado *Nunca Mais*.

O projeto foi dirigido por Ernesto Sábato, comprovou em 50 mil páginas de investigações e depoimentos a existência de 9 mil casos de pessoas “desaparecidas” e a estimativa de 30 mil mortos de acordo com a fonte. Os depoimentos recolhidos pela a CONADEP nos permite ver um cenário marcado pela impunidade e violência. Cabe destacar que este documento tem duas versões no original em espanhol e traduzido em português por Roberto Mara que visou preservar os mínimos detalhes.

Logo no *Prologo*, Sábato ressalta a importância do projeto para uma análise da memória que pretendeu estabelecer no momento da sua produção.

Vejamos:

Nuestra Comisión no fue instituida para juzgar, pues para eso están los jueces constitucionales, sino para indagar la suerte de los desaparecidos en el curso de estos años aciagos de la vida nacional. Pero, después de haber recibido varios miles de declaraciones y testimonios, de haber verificado o determinado la existencia de cientos de lugares clandestinos de detención y de acumular más de cincuenta mil páginas; documentales, tenemos la certidumbre de que la dictadura militar produjo la más grande tragedia de nuestra historia, y la más salvaje. Y, si bien debemos esperar de la justicia la palabra definitiva, no podemos callar ante lo que hemos oído, leído y registrado; todo lo, cual va mucho más allá de lo que pueda considerarse como delictivo para alcanzar la tenebrosa categoría de los crímenes de lesa humanidad. Con la técnica de la desaparición y sus consecuencias, 'todos los principios éticos; que las grandes religiones y las más elevadas filosofías erigieron años de sufrimientos y calamidades fueron pisoteados y bárbaramente desconocidos (1995: 1).

O *Nunca Más*, se tornou obra referência na expressão de repúdio e condenação as violências cometidas pelos aparelhos repressivos das décadas de 60 e 70 na América Latina.

No Brasil, o projeto *Brasil: Nunca Mais*²⁹⁸ foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas²⁹⁹ e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos 80, sob a coordenação do Rev. Jaime

²⁹⁸ A partir de agora todas as referências feitas ao projeto *Brasil: Nunca Mais*, serão feitas a partir da sigla BNM. Cabe ressaltar que este documento se trata de uma pesquisa completa sobre o período de ditadura militar no Brasil, apresenta dados significativos para essa pesquisa.

²⁹⁹ A constituição do BNM foi realizada através de uma atuação silenciosa, podendo até ser considerada clandestina de pessoas ligadas à Igreja Católica que se dedicaram à denúncia da infração dos Direitos Humanos. Para se entender melhor a situação da igreja perante esses anos de repressão, partimos de algumas questões que envolvem os **conflitos internos dentro** da própria igreja; um deles seria um ambiente ambíguo, pois de um lado estavam os que defendiam algumas mudanças e principalmente apoiavam os movimentos pela democracia no país e de outro os mais tradicionais, fiéis à antiga concepção da tradicional família brasileira, temendo a desintegração e a

Wright³⁰⁰ e de Dom Paulo Evaristo Arns. A iniciativa contava com três objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira.³⁰¹

Foram seis anos de trabalhos sigilosos, totalizando 710 processos judiciais, o documento reuniu cópias de cerca de 850 mil processos dos presos políticos brasileiros em papel e 543 rolos de microfimes do período da ditadura militar, reproduzidos nos Arquivos do Superior Tribunal Militar (STM) e Supremo Tribunal Federal (STF). Estes processos têm informações sobre partidos e organizações perseguidos pela repressão e estudos sobre como deu-se a construção do sentido de tortura no Brasil e no mundo. As principais informações foram obtidas das vítimas que estiveram nos tribunais de justiça. Uma das principais ideias do projeto foi utilizar os documentos oficiais, que comprova o uso de torturas como ferramenta de investigação e repressão durante a ditadura.

Foi produzido um documento oficial intitulado “Projeto A”, com a análise e a catalogação das informações constantes dos autos dos processos judiciais em 6.891 páginas divididas em 12 volumes. Os registros foram feitos em folhas, logo no início destacam o nome da vítima, profissão, idade, local e o ano da tortura e em muitos dos casos o local da morte. Há um vasto número de processo no arquivo BNM de onde se extrai, várias cartas escritas pelas próprias vítimas ou de seus familiares, atestado de óbito, depoimentos judiciais, laudos e etc.

Cabe ressaltar que as 1.843 denúncias de torturados compilados pelo projeto BNM, não correspondem a totalidade de presos políticos atingidos pela ditadura. Afirma que:

Com absoluta certeza o número de pessoas torturadas reveladas pela pesquisa BNM (1843), não corresponde ao número total de pessoas torturadas no período estudado. Através dessa fonte é impossível precisar quantas foram as vítimas. No entanto, com absoluta segurança pode-se afirmar que estas denúncias firmadas em juízo, nos tribunais militares e em alguns casos na presença dos próprios algozes, são uma prova inequívoca que elas foram tragicamente reais. Está a grande força deste trabalho (ARNS, 1985: 15).

Considerando a dificuldade de manuseio dos documentos, Dom Paulo teve a iniciativa que resultou no “Projeto B”, trata-se de um livro que resume o “Projeto A”, intitulado “*Brasil:*

desordem social. Contudo, o apoio da igreja começou a enfraquecer, no momento em que o governo começou a mostrar o seu lado repressivo autoritário e violento. Perante esta situação, uma parte da igreja começou a se envolver com militantes contrários à repressão e começaram a proteger torturados e perseguidos políticos.

³⁰⁰ Rev. Jaime Wright, era pastor presbiteriano, filho de missionários norte-americanos. Adotou o Brasil como sua casa para viver e trabalhar. Desde o início dos anos sessenta notabilizou-se pela denúncia de violações aos direitos humanos, especialmente da população pobre e trabalhadora. Juntamente com Dom Paulo Evaristo, assumiu a coordenação e o riscos do projeto.

³⁰¹ Informações extraídas do *BNM Digit@l*, disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

Nunca Mais” onde são abordadas informações sobre os partidos políticos perseguidos durante a época e inúmeros relatos de tortura por parte das vítimas, a tortura aparece como o tema central dos depoimentos. Assim em 15 de julho de 1985, pela Editora Vozes, o livro foi lançado, merecendo destaque na imprensa nacional e internacional.

Sob uma possível censura ao conteúdo da obra, houve a iniciativa de publicar uma versão do livro no exterior. Um ano depois de seu lançamento no mercado nacional, chegou às livrarias dos Estados Unidos a publicação “Torture in Brazil”, editado pela Randon Houser. Dom Paulo teve a iniciativa de doar toda a documentação do projeto a fim de torna-la pública. O Projeto encontra-se depositado no Arquivo Edgar Leuenroth, na Universidade de Campinas, em São Paulo, desde 1987, quando foi doado pela Cúria Metropolitana de São Paulo, na época dirigida pelo cardeal Dom Paulo. Três cópias em microfilme foram encaminhadas para o exterior uma para os Estados Unidos e duas para a Europa, como medida de segurança. (ALVES FILHO, 2002: 8).

O objetivo desse projeto desde 1979 até sua conclusão em março de 1985 é de materializar o conhecimento da sua investigação, através dos testemunhos e da memória para que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente. De acordo com Arns:

Não é intenção do Projeto organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. Na busca da Justiça, o povo brasileiro nunca foi movido por sentimento de vingança. O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredos nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. É a observância do preceito evangélico que nos aconselha o conhecimento da verdade como pressuposto para a libertação (1985: 26).

Nos depoimentos retirados dos documentos a tortura aparece como tema central, eram aplicadas aos acusados considerados “subversivos”; contudo, nos processos judiciais as ocorrências retratadas contra essas pessoas se tornaram bem menor que sua real extensão e gravidade. Havia um grande acobertamento desse tipo de crime, muitos dos interrogados e seus familiares silenciavam-se por medo de retornarem a outras sessões. Nos anos de 1964 a 1979 no Brasil o uso da tortura nos interrogatórios, passa a ser vista como regra e não exceção, sendo institucionalidade, banalizando-se e revelando-se como um método eficaz, de acordo com Arns, esse fundamento ideológico se sustenta na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Na Argentina os atos de torturas foram tão brutais que ficou conhecida como a mais sanguinária Ditadura Militar da América do Sul. Após sofrerem inúmeras torturas as vítimas eram encaminhadas aos aviões da Força Aérea Argentina e arremessadas, ainda com vida, em

alto mar. As modalidades de tortura abrangeram um amplo leque. Algumas foram criadas na Argentina, outras, importadas das forças de segurança da França que haviam atuado na Guerra da Argélia.

Nos anos de repressão a tortura torna-se essencial, não partiu somente dos torturadores, mas de todo um Estado repressivo no qual o principal objetivo seria sufocar os direitos e a liberdade da sociedade. Muitas vezes o grau de crueldade era tão abusivo que muitas das vítimas eram assassinadas e os repressores acobertavam esses crimes. Afirma que:

Até 1973, os agentes da repressão procuravam encobrir o assassinato de presos político entregando os cadáveres as suas famílias e dizendo que eles haviam morrido em “tiroteios”, “atropelamentos”, “tentativas de fuga” ou “suicídio”. (PINHEIRO, 2008: 25).

No Brasil cerca de 382 mulheres e 1.461 homens, foram torturados. Cabe ressaltar a forma como se aplicava a tortura era distinta por serem de sexos diferentes; os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras; as mulheres sofriam além de torturas, abuso sexual. Muito mais do que apenas aplicar a dor ao indivíduo, a concepção era desmoralizar a pessoa, rompendo seus limites emocionais em relação ao afeto de grau de parentesco, como mostra o depoimento de Antônio Neto Barbosa, estudante, no ano de 1974, preso em São Paulo:

[...] tem finalmente declarar e protestar que foi vítima de torturas físicas e morais durante todo o tempo em que esteve preso no DOI; que esteve incomunicável um mês e isolado pelo período de dois meses, sem direito a se avistar com advogados e , no primeiro mês, sem direito sequer a ver a família; que exhibe para o Conselho as marcas que constam de seu tórax, as quais foram produzidas por, ou melhor sobretudo por chibatadas, com arame, a qual continha um arame curvo amarrado em sua ponta, que, também, possui marcas mais precisamente, em seus órgãos inferiores, quais sejam: em suas nádegas e coxas. Que, também, possui roupas que contém manchas de seu sangue, as quais comprovam, também as suas afirmações no que tange a sevícias que sofreu, sic. [...] (ARNS, 1985: 385).

Houve abortos forçados e tortura de esposo ou esposa para incriminar seu parceiro. Enfim, as relações sentimentais entre os suspeitos foram usadas a favor dos militares em chantagens, pressão psicológica e afetiva. A situação com mulheres grávidas agravava-se ainda mais, como afirma o seguinte depoimento de Bernadeti Zanetti de Sá Brito, estudante:

[...] Não há fato, não há prova em relação a defendida Bernadette, somente seus depoimentos policiais, desmentido em juízo, tomados sobre tortura, de ordem física e psicológica, pois, durante o tempo do Inquérito, a defendida

estava em estado de gestação, vindo a dar à luz ao final do período de investigação policial. Imaginem os senhores julgadores a facilidade com que tronculentos policiais, poderiam arrancar “declarações” de uma gestante de apenas 19 anos, recém-casada, em sua primeira gravidez, a qualquer ameaça velada que fosse, de prejudicar o filho em gestação, seria suficiente para que declarasse qualquer coisa, admitisse qualquer crime. [...] (ARNS, 1985: 507).

Na Argentina foram registrados muitos casos de torturas que começaram no próprio domicílio, sem esperar ser levadas as vítimas aos centros clandestinos de detenção, na presença de familiares, como afirma o depoimento de Carlos Alberto Campero (Pasta N° 1806) que registra está inapagável lembrança:

[...] "Mi madre fue Llevada al negocio y bajo amenazas de muerte la golpearon utilizando métodos que ni a tos animales salvajes se les puede aplicar. En el negocio teníamos un turbo ventilador al cual le cortaron el cable y enchufándolo lo utilizaban como picana, pero para que esto tuviera más eficacia destapaban botellas de agua mineral para mojar a mi madre, la cual había sido atada con anterioridad a una silla; mientras realizaban este acto de salvajismo, otro le pegaba con un cinto hasta ensangrentarle el cuerpo y desfigurarle la cara. Después de haber transcurrido un rato bastante prolongado optaron por Llevarnos a todos, menos a Viviana, de seis meses de edad, que junto con Griselda, mi hermana de 13 años, quedaron en el domicilio" [...] (COMISIÓN, 1995: 14).

A tortura servia também de intimidação, ao serem exibidas pessoas torturadas como forma de pressão para que a outra que estivesse vendo confessasse aquilo que as autoridades pretendiam. Os corpos dos torturados eram expostos, com a perspectiva de uma nova tortura a quem os visse. O terror era uma das estratégias de tortura mais utilizados durante as ditaduras militares do cone sul. Muitas vezes, ao comparecer perante o Conselho de Justiça, muitos réus denunciaram como foram obrigados a assinarem depoimentos forjados. Nesse passo a tortura funcionou como instrumento para a manutenção dos estados ditatoriais que se utilizaram da violência como técnica para a sobrevivência da soberania, sendo assim a ditadura seria um retorno do poder de soberania.

Foucault nos apresenta o conceito de poder como fenômeno complexo ligado a manutenção de um governo segundo a defesa dos seus próprios interesses políticos. Para compreendermos a utilização da violência pelas ditaduras, em especial a tortura como dispositivo fundamental destes governos, é preciso compreender o poder de soberania, biopoder disciplinar e o biopoder biopolítico, de acordo com o autor, como poderes que não sucedem historicamente, mas se somam.

Sendo assim percebemos que poder e violência, ao mesmo tempo em que se distinguem, se relacionam, o Estado sempre em busca de poder e de oprimir uma sociedade, se utilizando

de formas ilegais para exterminar o direito de um povo. A violência tem caráter instrumental: apresenta-se como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra os contestadores. Tratamos a violência como pré-requisito do poder.

Se o castigo “passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (Foucault, 1987: 16), a punição dos corpos mediante a tortura torna-se ilegal e ser submetido à ilegalidade pelo Estado é racionalmente inadmissível. É um contra-senso a punição nas guerras ser oposta à nova moral estabelecida própria do ato de punir desde os séculos XVIII e XIX (COELHO, 2014: 154).

Adentramos em outra discussão de grande importância, pois muitas dessas vítimas tiveram suas vidas tragicamente marcadas em função desse acontecimento, ou seja, causando traumas irreparáveis. A memória passou a ocupar um lugar de destaque, sendo utilizada sempre na historiografia no que tange à escritura de nosso passado. Sendo assim, a memória é por onde o trauma encontra um meio para a sua narração.

A ditadura deixou traumas irreparáveis na memória das vítimas, deixando parte significativa da população marcada com relação a esse passado traumático, muitos com medo de falar e até de escutar; isso nos causa um grande problema na recuperação da memória e um grande perigo como se o passado não tivesse mais nada a nos ensinar sobre esse período; sendo assim, a sociedade a partir do momento que não pode ou não quer confrontar-se com seu passado histórico está condenado a repeti-lo. (ARNS, 1985)

Mais especificamente, o trauma pode ser considerado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal (SELIGMANN, 2008). Nesse passo, o historiador deve tomar certos cuidados ao entrar nesse campo da narrativa, um exemplo Levi no seu ensaio sobre os testemunhos do Holocausto, diz que neste hoje da sua escritura ele não está certo se os fatos do *Lager* de fato aconteceram, ou seja, podemos pensar essas cenas traumáticas sempre permanecendo incorporadas, como um corpo estranho, dentro das vítimas.

Na cena projetada pelo trauma nunca podemos contar com uma absorção por completo; estas cenas nos ensinam a sermos menos ambiciosos em nossos objetivos. Para as vítimas desses eventos traumáticos, sempre restará este estranhamento do mundo advindo desses fatos. Este estranhamento está intimamente vinculado ao tema da irrealidade dos fatos vividos, ou seja, da falta de teor por completo da verdade. O trauma é visto como uma ferida na memória, de acordo com Fico:

Não se trata de abrir mão das explicações plurais, mas de se perceber que os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos (2012: 48).

Todavia, a memória dos torturados através dos relatos, mesmo sendo transcritas, é indescritível, devido à dimensão do trauma causado. Ao estudar a questão do testemunho e a memória traumática, o historiador depara-se com o dilema de estudar o indescritível, pois quem nunca passou por uma experiência desse tipo jamais conseguirá sentir o que os torturados sentiram. As consequências que as torturas trouxeram às vítimas e as sequelas que ficam são tanto físicas como psicológicas e moral. Depoimento de Aloar Souza Figueiredo:

Dói muito, íntima e profundamente, ter de falar, de nos lembrar, das prisões e torturas, da desumana tentativa ditatorial de nos humilhar, nos aquebrantar, nos acovardar e nos eliminar, por fim. Dói muito quando pensamos na miséria humana de que se revestem seus agentes executadores e os mandantes deles. São pessoas adestradas na prática da violência: de qualquer tipo, em qualquer parte do mundo. Não queremos pensar nisso, queremos nos livrar disso...Mas é preciso enfrentar a questão, denunciá-la! (PINHEIRO, 2008:45).

Sendo assim, podemos afirmar que os depoimentos foram narrados como muito esforço para que esses testemunhos fossem interpretáveis. As narrativas que resultam desses testemunhos devem ser tratadas criticamente pela história, considerando-se que se trata de um ponto de vista ligado aos militantes e à resistência ao regime militar. Contudo, o conflito ideológico não é o ponto fulcral dos depoimentos; como já sinalizamos, o intuito de estudos como esse é a denúncia que as vítimas torturadas e as famílias dos desaparecidos fazem perante a conjuntura em que as prisões ocorreram, muitas vezes em forma de sequestro e sumiço do corpo, bem como a infração de seus direitos de cidadão durante os interrogatórios e sessões de tortura e do trauma ocasionado.

A memória torna-se então um objeto essencial para a denúncia desse fato histórico para uma reparação moral. Apesar de ser um processo longo e desgastante, a construção desse testemunhos faz com que o indivíduo saia da posição de sobrevivente para retornar à vida, a memória é por onde o trauma encontra um meio para a sua narração Cabe ressaltar os cuidados que se deve tomar com relação a noção de trauma, cada pessoa vivenciou e registrou o acontecimento da sua forma, por isso para um o que ficou marcado, talvez o outro não se recorde mais. Com o trauma perdemos a capacidade de discernimento entre o real e o irreal (SELIGMANN, 2007).

Quando se trata da memória e do testemunho, trata-se de dar voz às vítimas do impacto causado pelo trauma, e apresentar uma posição no campo de conflitos históricos. A memória torna-se necessária, nesse sentido, em contextos políticos e sociais em que a violência histórica foi muito marcante, exercendo papel decisivo na constituição das instituições. Nesses contextos, as diferenças de perspectiva entre os setores em conflito implicam em diferenças formais e temáticas nas concepções de escrita e em seus recursos institucionais de legitimação. (GINZBURG JAIME, p. 5). Ao momento em que o historiador passar a estudar a memória e o testemunho, significa assumir que essas vítimas possam falar e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo.

Considerações Finais

O caminho percorrido ao longo desse trabalho revela uma tentativa, que procurou refletir sobre a noção do estudo acerca do trauma causado por regimes militares através da memória das vítimas. As inquietações se tornam mais latentes na medida em que a memória desse evento explícita não apenas dificuldades em sua abordagem, mas problemas recorrentes em todo contexto histórico. Falar da noção de trauma torna-se uma tarefa difícil, pois se trata de narrar o indescritível. Estudos como esse nos permite, através desses testemunhos, ver o quanto foi abusivo o poder desses militares e o trauma causado por esses anos de repressão. De acordo com Arns “a tortura nos impõe a alienação total de nosso corpo, na tortura o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos. Da mais íntima espessura de nossa própria carne. O problema da alienação alcança aqui, o seu ponto crucial” (1985: 2).

Concluimos, chamando a atenção, que trauma e memória são estudos que envolvem certa dificuldade. A ditadura militar e a constituição de sua memória são um desafio para os historiadores porque a compreensão desse evento ainda é complexa para a humanidade e, principalmente, para quem foi vítima desses eventos traumáticos, tanto individual como coletivamente. Não deixando de ressaltar, como já foi sinalizado que este trabalho surge a partir de uma pesquisa de mestrado em andamento, sendo assim, de pretensões modestas, significa apenas o início de um estudo. Por isso, não são apontadas soluções tão contundentes quanto imaginávamos encontrar ao projetar esse trabalho, acerca de algumas inquietações, isso se dá porque notamos que a discussão é mais ampla do que era proposto em um primeiro momento, posto que os problemas são mais amplos do que supúnhamos. Sendo assim, o presente trabalho é mais uma reflexão acerca dos problemas envolvendo o estudo do trauma fazendo-se uso da memória e testemunho.

Ressaltando que esses problemas existem e devem ser levados em consideração por todos que forem abordar o tema.

Referências bibliográficas

ARNS, Dom Paulo Evaristo. (Coord.) **Projeto Brasil: Nunca Mais**. São Paulo, Editora Vozes, vol. I, 1985.

COELHO, Myrna. **Tortura e suplício, ditadura e violência**. Disponível em:
< <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25698>>. Acesso em 07 julho de 2018.

ERNESTO, Sábato. **NUNCA MAIS: informe da Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina**. Tradução de Roberto Mara. Porto Alegre: L&PM, 1985.

FICO, Carlos. **História do tempo presente, eventos traumáticos, documentos sensíveis: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro, In: Revista Varia História, vol. 28 n. 47. jan/jun 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELLES, Vladimir Safatle (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010. p. 133-150.

_____ **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Universidade de São Paulo.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas -SP, Editora da UNICAMP, 2007.

SALLES, Antônio Pinheiro. (Coord.) **A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história**. Goiânia, Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes. **Memórias de um sobrevivente**. Estudos de literatura brasileira contemporânea. Brasília, 2007. n.27.

HISTÓRIA URBANA DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL DO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA (1979-1982): A ESPOLIAÇÃO URBANA VISTA PELA MÍDIA COMUNITÁRIA E CORPORATIVA

*Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes*³⁰²

RESUMO: Neste artigo apresentaremos de forma breve algumas fontes de imprensa corporativa e de imprensa comunitária que possuem notícias sobre a origem da ocupação habitacional do Jardim Nova em Goiânia. Trataremos de alguns eventos ocorridos durante o recorte de 1979 a 1982, que não necessariamente estão em ordem cronológica. Ao mesmo tempo, apresentarei alguns exemplos de historiografias já desenvolvidas sobre este objeto de pesquisa. Por fim, trabalharemos conceitualmente com a referência de Lúcio Kowarick, no que o articula com os estudos sobre a cidade, sobretudo seu conceito de espoliação urbana. O objetivo geral do artigo é tencionar as narrativas produzidas por esses dois grupos de jornais distintos, com o esforço de identificar os pressupostos discursivos que geraram, por parte dos jornais e jornalistas, suas motivações e intenções na escolha de suas opiniões.

Palavras-chave: História urbana, ocupação habitacional, imprensa, espoliação urbana

O MÉTODO E A TEORIA: HISTÓRIA URBANA

Existe uma preocupação deste artigo em estabelecer minimamente um caminho teórico-metodológico dentre as diversas noções do campo da história urbana, que sabidamente, é em nossos tempos, uma área em construção. Nesse percurso, interessa-nos compreender um tipo específico de fenômeno urbano na cidade; a ocupação habitacional. Neste estudo, precisaremos o caso da ocupação habitacional do Jardim Nova Esperança na cidade de Goiânia. Há algumas tendências debatidas no campo da história urbana que serão articuladas em nosso objeto. Sobre as posições analíticas que serão tomadas, principalmente ao que se refere a correntes da chamada história urbana nos é importante evidenciar uma corrente teórico-metodológica que fará parte dos procedimentos dessa pesquisa em torno da articulação básica do trabalho da ciência histórica: articular teoria da história, historiografia e vestígios do passado (fontes). Trata-se de uma corrente de pesquisa desenvolvida no departamento de arquitetura e urbanismo

³⁰² Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás-Campus Samambaia, Goiânia- Goiás- Brasil. Linha de pesquisa Poder, Sertão e Identidades, desde fevereiro de 2017. Bolsista da coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Orientador: Luiz Sérgio Duarte da Silva. E-mail: luciusjacobgomes@gmail.com.

da USP na década de 1980. Porém, referenciada por um sociólogo chamado Lúcio Kowarick³⁰³ que publica em 1980 uma coletânea chamada *As lutas sociais e a cidade*. Neste momento existe um contexto específico para o olhar em torno desse tema, sendo assim:

Importa lembrar sobre o momento político da publicação desta coletânea, marcado pelos movimentos sociais desses anos 80, em especial o movimento dos trabalhadores em São Bernardo do Campo, em São Paulo, com destaque para a criação e atuação do partido dos trabalhadores (CARPINTÉRRO, CERASOLI, 2009: 71)

Curioso identificar que esse momento cronológico é justamente o mesmo do objeto escolhido para essa pesquisa, com contextos parecidos, todavia ao mesmo tempo, em espaço, e em inúmeros outros contextos distintos. Voltando as preocupações científicas da corrente que Kowarick liderou, é suma importância para seus estudos naquele momento um estudo sobre:

à formação das diversas experiências de luta e plataformas de reivindicação dos grupos populares que se organizavam, sociólogos e arquitetos dedicaram seus estudos às lutas sociais urbanas, problematizando o presente a partir de uma interpretação histórica menos comprometida com os esquemas ou categorias econômicas dominantes (CARPINTÉRRO, CERASOLI, 2009: 71).

Este também é nosso interesse, pois as fontes escolhidas para essa pesquisa, que se sintetizam em três jornais comunitários, dois jornais corporativos e narrativas orais de alguns ocupantes da época, evidenciam de forma diversa inúmeras manifestações históricas que tem a movimentação social de luta por habitação como importante evento dentro dos acontecimentos

³⁰³ Esse autor é lembrado no livro *guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (2015) por Raquel Rolnik ao lado de Francisco de Oliveira por produzir uma literatura marxista da década de 1970 que, dentre outras coisas, serviu como crítica a uma teoria da marginalidade, que basicamente via os fenômenos da existência de “um outro sobrando na sociedade nas cidades: as hordas de pobres desempregados ou trabalhando em regimes de informalidade, que subsistem em situações de precariedade habitacional. De acordo com essa visão, as cidades crescem mais rápido do que deveriam e não conseguem absorver todos os que para ela migram, gerando “inchamento” em vez de crescimento.” Para os dois autores, na formação de suas críticas “não se trata de um sistema dual que opõe arcaísmos a modernidades, mas de um modelo periférico de acumulação capitalista. Tal modelo necessita e reproduz uma parcela “sobrando” de mão de obra ao não torná-la proletária e não garantir suas condições de reprodução integralmente, reproduzindo formas de trabalho e produção ligadas à sobrevivência. A presença desse contingente populacional, assim como de suas atividades “informais”, responderia então a uma dupla necessidade da acumulação no capitalismo periférico: manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e garantir um “exército industrial de reserva” permanente. A existência de um grande contingente populacional de pobres e destituídos dos meios de produção nas cidades permitiria, assim, a manutenção de baixos níveis salariais. Essa é a condição sine qua non para a competitividade das empresas que operam na periferia do capital, que não contam com as economias de escala e de aglomeração e com a tecnologia de que gozam seus competidores nos países centrais. Por outro lado, produtos de consumo essenciais a sobrevivência- incluindo a casa-, ofertados de forma não monetária ou a um preço bastante baixo, permitem que esses salários sejam mantidos a valores até mesmo inferiores ao mínimo vital. A autoconstrução da moradia representa assim, a superexploração da força de trabalho, através do sobretrabalho e da espoliação urbana. (p.156 e 157).

da história urbana da ocupação habitacional do Jardim Nova Esperança. Nesta direção, com motivações próximas dessa pesquisa e também com formação análoga aos já citados aparece a figura do pesquisador Nabil Bonduki, que dentre outras questões, pesquisou

as trilhas e os vestígios deixados pelos jornais e revistas, ao lado da consulta aos Anais da Câmara dos deputados na década de 1940, foram trabalhados por ele no sentido de desterrar o significado e o espaço de reivindicações da população de baixa renda frente ao problema habitacional (CARPINTÉRRO, CERASOLI, 2009: 71)

E mais ainda, a lembrança do artigo sobre a crise da habitação em São Paulo de Bonduki por Carpintéro e Cerasoli buscam evidenciar a preocupação desse autor, da qual também é nossa:

a reconstituição histórica dos movimentos sociais expõe o conflito e a luta entre diferentes setores da sociedade. Além disso, introduz a questão da moradia e do direito a melhores condições de vida no amplo debate das implicações decorrentes da forma da ocupação e gestão da cidade (CARPINTÉRRO, CERASOLI, 2009: 71)

Essa perspectiva nos é cara, pois interessa-nos visibilizar grupos sociais que fazem parte da construção social e física de uma ocupação habitacional na cidade. É sabido que na historiografia sobre a história de Goiânia e sobretudo em sua história urbana os olhares para as classes sociais com características vulneráveis e que urbanisticamente estiveram integradas perversamente aos planos diretores planejados tiveram desde 1933 e ainda tem um papel de invisibilidade histórica. Oliveira e Peixoto (2009:1) dizem que a história das cidades planejadas quase sempre se resume ao plano inicial, porque ele traduz, ainda que momentaneamente, o significado de circunstâncias que determinaram uma ação programada sobre o espaço. Outra referência importante para este texto e que dialoga com os autores já citados baseia-se na figura de Raquel Rolnik, principalmente nos seus recortes sobre conjuntura do “período da industrialização” em São Paulo:

Em sua dissertação de mestrado, a arquiteta faz uma leitura inovadora do espaço urbano a partir dos conflitos entre diferentes setores da sociedade, entendendo que somente a história “minúscula” seria capaz de focalizar o palco das tensões e dos conflitos. (CARPINTÉRRO, CERASOLI, 2009: 71)

Seus trabalhos são referências nessa pesquisa e sua percepção para a construção de uma espécie de “história minúscula” também, pois construir uma narrativa sobre os “saberes urbanos”, que que tenha interesses nessas miudezas de cada dia faz parte de nossas intenções. Oliveira e Peixoto (2009:3) também insistem que falta a cidade um estudo que revele um outro lado de sua história e privilegie o que é miúdo e cotidiano. Nesse âmbito, a história de seus bairros oferece uma oportunidade promissora. E mais que evidente, essa história urbana possui, “portanto, o duplo desafio de defrontar-se com as questões colocadas pelo espaço e, mais ainda, pelo tempo, articulando-as em uma rede de significações em que o espaço problematiza o tempo e o tempo problematiza o espaço” Oliveira e Peixoto (2009:3)

O JARDIM NOVA ESPERANÇA E SUA ORIGEM

Na apresentação da 2ª edição do livro *Retalhos de Lembranças* de Maria de Jesus Rodrigues ³⁰⁴, de 2013, é possível identificar a corriqueira mudança de nomes que o território da Fazenda Caveiras, região noroeste da cidade de Goiânia, obtinha por parte da opinião pública em 1979. A imprensa da época dava nomes diversos à ocupação habitacional em suas publicações. Na primeira página da apresentação de seu livro, Rodrigues explica o embaraço:

Num pequeno espaço de tempo recebeu vários nomes como: invasão caveirinha, porque ficava situada às margens do córrego que leva esse nome. Invasão da Vila João Vaz, porque ficava próximo a um bairro chamado Vila João Vaz e que a imprensa tomava como referência. Nicarágua e Malvinas, porque a luta dos moradores para conquistar a terra se assemelhava à luta dos povos da Nicarágua e das Malvinas para libertar seu País da tirania de um regime ditatorial. Até que finalmente e por escolha dos próprios moradores, foi batizado por Jardim Nova Esperança que, até hoje, se renova no coração de seus orgulhosos pioneiros (RODRIGUES, 2013:7-8).

Em alguns escritos já realizados sobre as origens do processo de ocupação territorial da região noroeste, é possível identificar pistas de suas origens históricas. No artigo de Moysés (2001) o autor separa em três etapas ³⁰⁵este processo de origem. A primeira ocorre com o processo de invasão da Fazenda Caveiras, desenvolvida a partir de julho de 1979, o que geraria

³⁰⁴ Maria de Jesus Rodrigues foi uma das ocupantes pioneiras do território, que corresponde em 1979 a chamada Fazenda Caveiras em Goiânia, e/ou simplesmente “Fazenda Caveirinha”.

³⁰⁵ As três etapas discutidas pelo autor Aristides Moysés estão disponíveis em seu artigo *A produção de territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política* (2001). Ver também o livro *Goiânia: Metrópole Não Planejada*, Goiânia, GO, 2004, PUC. Também dissertação de mestrado de título *Estado e Urbanização: Conflitos Sociais na Região Noroeste de Goiânia (década de 1980)*, 1996, PUC SP. E Tese de doutorado de Título: *Contradições de uma cidade planejada no Planalto Central Brasileiro: Segregação sócio territorial em Goiânia*, 2001, PUCSP.

nos anos seguintes o bairro Jardim Nova Esperança. Na segunda etapa os que não conseguiram instalar-se no Jardim Nova Esperança reorganizaram-se e ocuparam outra área que recebeu o nome de Jardim Boa Sorte, também espaço contido na Fazenda Caveiras. “Essa invasão ocorreu em abril de 1981, mas não se efetivou. A prefeitura agiu rápida e violentamente, conseguindo abortar o movimento e impedir que uma nova invasão se consolidasse” (MOYSES, 2001:1). A terceira etapa seria no ano de 1982, chegando a um número de mais de quatro mil famílias. O espaço da ocupação também pertencia à Fazenda Caveiras e foi chamada pelos ocupantes de Jardim Boa Vista. O mesmo autor pontua que essa última etapa de tentativa para ocupação não se concretizou e faz ponderação grave no final de sua conclusão:

Mais uma vez a polícia agiu com violência contra os invasores, provocando inclusive, uma morte. Mais de três mil famílias, entretanto, foram assentadas pelo governo estadual em outra área próxima, iniciando-se, assim, o processo efetivo de ocupação da Região Noroeste de Goiânia (MOYSES, 2001:1).

Na introdução do livro³⁰⁶ de Rodrigues outras pistas estão postas sobre a origem do território, que é campo da ocupação habitacional investigada. No primeiro trecho de sua introdução, chega a retroceder à década de 1950 para explicar que a ocupação da região tem suas origens numa doação feita ao município de Goiânia por um coronel. Diz que “as margens do Córrego Caveirinha, onde constava, desde a GO 070, continuação da AV. Anhanguera, na saída para a cidade de Inhumas, até as proximidades da Vila Maria Dirce, Região Norte de Goiânia” RODRIGUES (2013:11) fazia parte do território. E por fim especifica: “foi num trecho deste terreno, que faz divisa com o Bairro Capuava, Setor Cândido de Moraes e Vila João Vaz, que se deu a posse do Jardim Nova Esperança” RODRIGUES (2013:11). Lúcia Maria Moraes³⁰⁷, em sua densa pesquisa que interpreta a cidade de Goiânia pelo viés de suas segregações na área de arquitetura e urbanismo, também construiu uma narrativa sobre o processo de origem: “a história das ocupações organizadas em Goiânia surge quando um grupo de inquilinos se organiza para ocupar um terreno baldio de propriedade privada, situado na região Noroeste” MORAES (2003: 202).³⁰⁸Sobre a data dos primeiros moradores, a mesma autora identifica o mês de julho de 1979, como marco inicial.

No que diz respeito à primeira ação da ocupação ressalta: “rapidamente fizeram a limpeza do terreno baldio e montaram as barracas de lona de plástico, para servi-lhes de abrigo até o assentamento definitivo de famílias e a construção de seus barracos”. Cruz, em sua

³⁰⁶ *Retalhos de Lembranças*, 2ª edição. 2013, Editora Kelps.

³⁰⁷ Livro *A segregação Planejada Goiânia, Brasília e Palmas*, editora UCG, Lúcia Maria Moraes.

³⁰⁸ Página 202, Livro *A segregação Planejada Goiânia, Brasília e Palmas*, editora UCG, Goiânia, 2003, Lúcia Maria Moraes.

dissertação de mestrado na área de Geografia, também possui uma versão das origens do território, no que denomina de “*Esperança: a fase embrionária, de 1979 a 1981*”, diz ser “a fase originada pela ocupação sistematizada por um pequeno grupo de pessoas que se fixou numa área entre a Vila João Vaz, Setor Cândida de Moraes e Bairro Jardim Balneário Meia Ponte” (CRUZ, 2015:59). Há outra interpretação sobre o objeto desse artigo que é desenvolvida no campo da sociologia. Sua separação cronológica é feita por algumas fases conceituais “O bairro ³⁰⁹político (1979 a 1987), o bairro residencial (1987- 1992) e uma cidade dentro da cidade (1992-2000)”, mas para esse artigo concentrar-me-ei no que se estende ao recorde temporal de 1979 a 1982.

O autor sobre esse período enfatiza que o bairro político “consiste numa realidade baseada na capacidade de intervenção sócio-política de seus moradores e, a partir desta, na reconstrução de sua identidade sócio ideológica” OLIVEIRA (2002:105). E mais “essa identidade temporal germinou do encontro político entre intelectuais e favelados, o que permitiu a formação de lideranças populares e a formulação de projetos políticos alternativos para o meio popular e para a sociedade em geral” OLIVEIRA (2002:105). A partir dessa narrativa do autor nota-se que sua interpretação sobre os eventos iniciais da ocupação dá-se sobre uma concepção de que a identidade política é produzida na ocupação de forma intervencionista e de que essas atitudes ocorreram graças às ações dos “intelectuais” frente aos “favelados”. Ou seja, no fundo quem os esclarece, e os engaja para uma espécie de eficiente consciência política são os intelectuais. Fica evidente que nessa visão não houve uma construção de identidade política criada pelos próprios moradores. Em outra parte de seu texto isso aparece ainda mais claro quando cita que o espaço da Fazenda Caveirinha é o lugar ideal para um projeto em que transforma, “o homem comum, pobre, alienado, na maioria das vezes favelado, confinado ao espaço privado, num homem político, portador de uma consciência social transformadora. dono do seu próprio destino” OLIVEIRA (2002:105).

Para voltar às características da origem do espaço urbano ocupado é evidenciado por RODRIGUES outros dados que fazem parte da estrutura urbana do local de origem “na área de 26 alqueires e 144 m², não havia cerca delimitando-a. Seus limites se davam através do Córrego Caveirinhas e pela Av. Contorno, hoje Av. Perimetral Norte, via acesso às saídas para as cidades de Inhumas e Trindade RODRIGUES (2013:12). Outro ponto importante são as informações acerca de algumas indústrias que ficavam perto do local, e que serão personagens importantes para essa pesquisa em construção, uma vez que aparecem constantemente nas fontes. Sobre a definição de seu local, há essa passagem que descreve o espaço:

³⁰⁹ Dissertação de mestrado em sociologia-UFG, Goiânia, março, 2002. Do Pântano ao Jardim: uma Nova Esperança a produção social do espaço, Adão Francisco de Oliveira.

atravessando essa área havia um trieiro que cortava caminho para se chegar ao Frigorífico Ânglo (hoje Friboi), firma de abatedouro industrial localizada na outra margem do córrego onde os funcionários utilizam de uma pinguela para atravessá-lo, e assim, chegarem até o trabalho (RODRIGUES, 2013:12).

No livro de Maria há relato de cunho memorialístico sobre às primeiras pessoas que habitaram a ocupação: “naquelas proximidades, viviam Ari e João Paulo, dois amigos desempregados que, sem muito o que fazer, costumavam se encontrar naquele terreno baldio para caçar passarinhos e jogar conversa fora” RODRIGUES (2013:12). Nota-se, como recorrência, o fator desemprego como motivação para se ocupar um lugar com intuito de criar moradia, assim como chama atenção esta passagem:

os dois moravam de aluguel e um deles era carroceiro. Quando se encontravam, depois de armarem as arapucas, sentavam-se na sombra de uma árvore qualquer para trocarem confidências a respeito das dificuldades que estavam enfrentando (RODRIGUES, 2013:12).

Além do desemprego, a informação sobre a dependência do aluguel é importante como característica do perfil dos ocupantes habitacionais. Os dois, reitera a autora, estavam “sem trabalho e correndo o risco de serem despejados por não conseguirem pagar o aluguel” RODRIGUES (2013:12).

Sobre essa condição vivida pelos dois rapazes Kowarick em sua obra *A Espoliação Urbana de 1979* pensa de forma generalizante e teórica sobre o problema da habitação no sistema produtivo: “O “problema” habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos socioeconômicos e políticos mais amplos, não obstante nele se condensar um conjunto de contradições específicas” KOWARICK (1979:55). Cabe aqui ressaltar o desemprego, e ausência de políticas habitacionais que não atingem esses trabalhadores, que aparecem de forma desajustada ao contexto urbano (produtivo) imposto. Diz mais o mesmo autor: “Assim numa primeira instância é preciso verificar as modalidades produtivas a partir das quais a moradia é confeccionada” (KOWARICK, 1979:55). No caso deles “neste particular, convém mencionar que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos.” KOWARICK (1979:55). E mais ainda “passa a produzir o que antes os trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência, criando mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho” KOWARICK (1979:55). O que no caso, de Ari e João Paulo nem é possível, uma vez que estavam nesse momento desempregados.

Foi a partir desses primeiros acontecimentos que de acordo com a autora surge as primeiras movimentações no território da Fazenda Caveiras. Ainda sobre Ari e João a mesma diz que foi a partir de conversa entre os dois, que lembraram da vida de criança e de quando brincavam no lugar. Durante a lembrança não se recordavam de terem visto cerca por aquelas regiões. É daí que surge a ideia de construírem um barracão, ali mesmo, onde a lembrança se fazia, no terreno abandonado, no intuito de fugirem do aluguel. Rodrigues conta que os dois, na época, ficaram temerosos de ocupar a região, pois sabiam do clima social de ilegalidade que tal ação tornaria. Por conta disso, tomaram algumas precauções. A atitude foi construir seus barracos bem no meio do cerrado, pois assim seriam menos percebidos. Após essa atitude, pouco tempo depois, milhares de pessoas começaram a se estabelecer no espaço. Sobre os detalhes dessa movimentação:

Tão certo se faz esta dedução, que Ari e João Paulo se mudaram no mês de julho de 1979 e, em setembro do mesmo ano, portanto, dois meses depois, a área já estava totalmente ocupada por pessoas de todas as origens, credos e raças: urbana, suburbana e rural, católicos e protestantes, pretos, brancos e índios, enfim, uma verdadeira miscigenação de pessoas” (RODRIGUES, 2013:13).

Vê-se que a movimentação de ocupação foi intensa e rápida, e que seus perfis sociais foram diversos. O objetivo geral desse artigo, dentre outras questões, visa apresentar uma espécie de apresentação de historiografias que já narraram os anos iniciais (origens) da experiência da ocupação habitacional do Jardim Nova Esperança em Goiânia. A segunda parte desse texto tem como objetivo básico historiar como cheguei à documentação de periódicos sobre meu objeto de pesquisa, quais são eles, quais perguntas faço a eles, e apresentar alguns eventos ocorridos no recorte de 1979 a 1982 durante a ocupação. Ao mesmo tempo articularei o autor Lúcio Kowarick, principalmente com sua obra *A espoliação urbana (1979)* nos pressupostos teóricos desse texto, principalmente em torno da preocupação em dar sentido ao fenômeno da ocupação habitacional.

AS FONTES: A MÍDIA CORPORATIVA EM TENSÃO COM A MÍDIA COMUNITÁRIA

As fontes de imprensa que trabalharei se dividem em dois grupos, as corporativas, também chamadas grande imprensa, e a comunitária. A intenção é tratar a fonte jornalística como objeto de estudo, para extrair os pressupostos discursivos que estão presentes nas

narrativas do jornal. Sobretudo, extrair a narrativa que versa sobre a história urbana da ocupação habitacional do Jardim Nova Esperança. A motivação de análise dos jornais vem na mesma intenção do que De Luca realizou em suas análises de periódicos. Como a autora diz

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere (LUCA, Tânia Regina. *apud* CAPELATO, 2005:118).

Ou seja, interessam-me as intenções discursivas, as tentativas de construção de manipulações, versões sobre um fato narrado, no esforço de compreender as invisibilidades que estão contidas nas narrativas de quem escreve. De forma geral, as imprensas corporativas sobre o objeto dessa pesquisa em andamento são formadas por alguns jornais circulantes à época como: *Diário da Manhã*, *O Popular*, *Cinco de Março*, *Folha de Goiás*, *Jornal Opção e Top News*. Esses jornais estão disponíveis em formato de dossiês no arquivo da Seplan (Secretaria de Planejamento e Urbanismo) criada a partir do ano de 1975 nas dependências da Prefeitura de Goiânia. A partir do acesso aos dossiês foi possível descobrir recortes de periódicos sobre a experiência da ocupação habitacional em Goiânia vivida em vários espaços da cidade e em vários momentos históricos. Para esse texto foram escolhidas algumas notícias de jornais exclusivamente sobre a criação da autoconstrução habitacional do Jardim Nova Esperança. Os dossiês foram criados pela Arquidiocese de Goiânia – Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz na década de 1980. A motivação de realização do dossiê ³¹⁰ pode ser identificada já em sua introdução:

Espera-se com isso, registrar parte da história do posseiro na luta do seu dia a dia, seu processo de organização; as falsas promessas oficiais de solução para seus problemas; e, sobretudo, a invasão como expressão de resistência em face a um direito maior e inalienável da pessoa humana: o direito à moradia³¹¹.

Percebe-se nessa narrativa o engajamento da Arquidiocese de Goiânia em publicizar a história dos acontecimentos vividos pelos posseiros em situação de autoconstrução de moradia na cidade. É crítica às “falsas” promessas “oficiais”, que supostamente estão associadas ao poder público, e setores da opinião pública. Por fim, chama atenção para necessidade “inalienável” da pessoa humana do direito à moradia. Outra pontuação corresponde à preocupação com o tema da violência:

³¹⁰ Dossiê Invasões em Goiânia. Noticiário da Imprensa. Número 01. Anos: 1976, 77, 78, 79, 80, 81. Goiânia. Dezembro de 1983. Arquidiocese de Goiânia. Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz.

³¹¹ Página 1. Sexto Parágrafo. Dossiê Invasões em Goiânia. Noticiário da Imprensa. Número 01. Anos: 1976, 77, 78, 79, 80, 81. Goiânia.

Mudaram se os governos, mas a violência contra os posseiros continua, em alguns momentos com a mesma força dos cassetetes policiais de ontem, noutros momentos ela aparece mais velada, como é o caso das transferências para lugares distantes dos recursos e dos locais de trabalho dessa população, dificultando ainda mais uma vida que já é tão precária.³¹²

Nesse fragmento a Arquidiocese expressa notável descontentamento às representações políticas dos governos, não assumindo diferenças relevantes nos mesmos sobre a gestão do problema da violência. Ressalta que a violência com os posseiros era mais intensa em outros tempos, e que agora (final dos anos 70) ela é mais velada, sobretudo em relação aos deslocamentos territoriais coercitivos submetidos a essa população. O que resulta nas más possibilidades de trabalho enfrentadas cotidianamente pelos trabalhadores(a) posseiros. Com esses exemplos da introdução do Dossiê é possível identificar a importância dada ao problema das ocupações em Goiânia por parte da Comunidade religiosa da Arquidiocese de Goiânia³¹³, na conjuntura temporal das décadas de setenta e oitenta.

Um exemplo de reportagem da grande imprensa é a edição de 07 de outubro de 1979 do *Jornal Opção*, que tem como eixo temático “o problema das invasões” e título “Para uns, a necessidade de morar. Para outros, apenas um bom negócio”. A reportagem é de três meses após as primeiras movimentações das ocupações e diz respeito a evidenciar a visão de Délio Moreira Araújo, professor da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Goiás sobre as ocupações de forma geral em Goiânia e especificamente a ocupação da “Vila João Vaz”. Délio pontua que “A invasão da Vila João Vaz é do tipo especulativa, foi feita rapidamente e acredito que conduzida, porque a maioria delas se forma lentamente”³¹⁴. Esta afirmação faz parte de uma interpretação tríade classificatória que o professor tem sobre as ocupações habitacionais em Goiânia. São elas as “de luxo, as precipitadas (especulativas) e as lentas”.

Sobre a interpretação que nos interessa para esse artigo, encaixa-se a do tipo “precipitadas (especulativas)”, que de acordo com o mesmo “são conduzidas pelos invasores profissionais que escolhem principalmente áreas melhores e que apresentem perspectiva de lucro. Espalham um boato e se aproveitam vendendo os direitos”.³¹⁵ Aqui há uma percepção por parte de Délio de que uma ocupação habitacional que se forma de maneira rápida tem

³¹² Página 1. Quarto Parágrafo. Dossiê Invasões em Goiânia. Noticiário da Imprensa. Número 01. Anos: 1976, 77, 78, 79, 80, 81. Goiânia.

³¹³ Sobre a Atuação da Arquidiocese de Goiânia e sua relação com o contexto da ditadura civil militar (1964-1985), luta por direitos humanos e inserção nos movimentos populares, ver, Teresinha Maria Duarte, *Se as paredes da Catedral falassem: A Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/1985)* (Goiânia: FH- UFG, 1996. Dissertação [Mestrado em História]).

³¹⁴ Página 01 da edição de 07 de outubro de 1979 do *Jornal Opção*.

³¹⁵ Página 01 da edição de 07 de outubro de 1979 do *Jornal Opção*.

interesses especulativos, pois segundo ele a maioria das ocupações se dão de forma lenta, e mais, elas são conduzidas por invasores profissionais (uma espécie de oportunista especialista em ocupar terras ociosas) e atento a terras que prefigurem margem considerável de rentabilidade. Interessante perceber que sua narrativa sobre o que na verdade irá ser já no ano de 1979 a ocupação chamada de Jardim Nova Esperança se difere radicalmente do perfil das origens da ocupação retratada por RODRIGUES, ou CRUZ, MOYSES, MORAES, usados como historiografia para articulação desse texto. Em RODRIGUES, como já vimos, o perfil dos ocupantes iniciais era de trabalhadores pouco especializados, e desempregados. Em exemplos da imprensa comunitária a seguir também será possível comparações nesse sentido, mostrando as nuances das diferenças interpretativas contidas nas narrativas sobre as origens dessa ocupação e de alguns de seus eventos. Mas, ainda sobre a narrativa de origem, por parte dos ocupantes Ari de João Paulo é importante identificar duas questões estruturais referentes ao fenômeno da ocupação habitacional, a exploração do trabalho e espoliação urbana:

Assim, o chamado “problema” habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo o processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979:59).

Apesar dos dois trabalhadores nessa época estarem desempregados, a exploração do trabalho irá aparecer nos perfis dos ocupantes em geral com recorrência e são contribuintes para a dificuldade do acesso a moradia própria. O segundo fator, e latente é a espoliação urbana, ou seja, a supressão do acesso a moradia, ou no seu acesso precário. Sobre a fonte comunitária, representada pelo *Jornal 04 de outubro*, que será trabalhada nesse artigo é importante ressaltar que seu acesso para pesquisa foi possível via apropriação particular com a ex-pioneira do processo de ocupação Maria Rodrigues de Jesus em agosto de 2015 em sua residência. De

acordo com Benfica³¹⁶ o jornal 04 de outubro nasce no contexto de criação de um outro jornal, o chamado Alto da Poeira, composto por moradores da região leste e noroeste de Goiânia (Vila Concórdia, Parque das Amendoeiras, Jardim Guanabara, Jardim Nova Esperança e Finsocial). Em fragmento de seu livro intitulado *A imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás, décadas 70/80: da Resistência à Cidadania* é possível identificar as nuances da criação desses periódicos:

O 4 de Outubro abrangia todos os posseiros de Goiânia, na época estimada em 30% da população. Alto da Poeira era uma região que não tinha asfalto, saneamento. Era uma poeira mesmo. Eles mesmos autodenominavam do alto da poeira. Lá havia posseiros, alguns tinham títulos, uns assentados e os que compraram o direito. O 4 de outubro era dos posseiros em geral, de qualquer região de Goiânia. O Alto da Poeira saiu de duas edições e depois passou para o 04 de outubro, que era mais amplo. Um substituiu o outro. E eram as mesmas pessoas que coordenavam os posseiros. Ampliou-se o leque para toda Goiânia. Eles mesmos da UPG (União dos Posseiros Urbanos), hoje federação, faziam a distribuição, se dividiam por região e circulava entre eles mesmos. O projeto 04 de outubro foi morrendo à medida que o projeto TV Ambulante foi ganhando força. Era em vídeo (VHS). A PROJORNAL, no início de 85 comprou, em conjunto com a União dos posseiros, um equipamento (filmadora de vídeo cassete) e fazia reportagens filmando o dia-a-dia, manifestações, depoimento, atos, gestões junto ao governo para a legalização de lotes, cenas de violência. Esse projeto substituiu o jornal. (BENFICA, 2009:39-40).

As razões da escolha do nome do jornal por 04 de outubro pode ser identificada no livro da pioneira Maria de Jesus Rodrigues relato que explica suas razões. Na primeira parte de seu livro, no tópico chamado *Terceira Tentativa- O ataque do dia 04 de outubro* ela narra um dos ataques mais intensos e violentos que a experiência dos posseiros moradores urbanos viveram em seus anos iniciais. Quatro de outubro de 1979 é a data do acontecimento que de forma geral e de acordo com depoimento de Maria ocorreu a tentativa de despejo dos moradores e derrubada das casas que já haviam sido construídas desde a origem da ocupação. Esse acontecimento, como o próprio título do tópico do livro evidencia não foi exclusividade dessa data. Faz parte de atuações que remontam a origem do processo de ocupação, ou seja, mês de julho de 1979.

³¹⁶ No livro de Marcelo Benfica Marinho existe uma importante pesquisa acerca de vários jornais comunitários surgidos na década de setenta e oitenta em Goiânia. Versa também sobre as concepções de imprensa alternativa e comunitária no Brasil.

A articulação que moveu a ação das forças policiais do estado está presente nessa passagem de Maria:

Os moradores foram surpreendidos por uma ação policial comandada pelo secretário de obras da prefeitura, numa atitude inesperada e desrespeitosa, sem a decisão do poder judiciário. Havia uma ação de despejo solicitada pelas firmas Carfepe e Tocantins empreendimento, que reivindicavam a propriedade da área, mas que ainda não havia sido julgada, o que tornou aquela ação totalmente arbitrária. O secretário de Obras do município solicitou apoio da PM (Polícia Militar) que enviou para a invasão patrulhas e tropa de choque armada com fuzis e baionetas para garantir a demolição dos barracos e a remoção dos invasores (RODRIGUES, 2013:28).

Esse foi um dia tumultuado e cheio de acontecimentos desfavoráveis aos interesses dos moradores. De acordo com o mesmo tópico do livro já citado houve intensa destruição de barracões que já estavam construídos, cercas foram arrancadas, entupimento de cisternas, dentre outras perdas. “Alguns ainda tentaram impedir aquele desmando deitando em cima das cisternas ou ficando dentro dos barracos, mas eram imediatamente rendidos pelos policiais que os colocavam algemados dentro dos camburões até que a ação fosse concluída.” RODRIGUES (2013:29). Essa data também tem embutida em seu simbolismo um evento denunciado pelos moradores a época e que foi publicada em sua mídia comunitária. Trata-se da possível morte de uma criança que no processo de derrubada dos barracões por parte de membros da secretária de obras e policiais militares ocasionou-se. O evento é lembrado em texto *do jornal 04 de outubro* de edição mensal número 05, outubro de 1980:

Cerca de 5.000 mil pessoas encheram as ruas da nossa invasão, numa passeata muito animada. Para nós esse dia foi de muita importância, porque significou duas coisas: A primeira foi a tristeza por causa da agressão policial, que nós sofremos dia 04 de outubro do ano passado. Nesse dia muita gente saiu ferida e desapareceu uma criança. Por isso resolvemos celebrar juntos, o 04 de outubro, como o dia do invasor. A segunda coisa foi a alegria de nós ter conseguido ficar e construído o Jardim Nova Esperança, que hoje tem todas as ruas abertas e os lotes demarcados pelos moradores. A festa foi também a comemoração do traçado das ruas, simbolizando outras vitórias. (Jornal 04 de outubro, 1980 n°5).

Pode-se notar que as versões de Rodrigues sobre o *Jornal 04 de outubro* possui narrativas que abarcam sobre o mesmo evento. De forma análoga critica a agressão policial e a possível morte de uma criança. Vê-se também que a data representa uma conquista de construção de uma marca na ocupação, referente ao traçado das ruas. Pelo conteúdo das

narrativas sobre esse dia supõe-se que houve uma autoconstrução urbana por parte dos moradores, não havendo intervenção de políticas públicas estatais.

CONCLUSÃO E HIPÓTESES:

Como conclusão, é possível levantar algumas hipóteses prévias, baseada nas fontes, historiografias e teoria analisadas. Sobre as versões narrativas de origem da ocupação habitacional do Jardim Nova Esperança, vê-se que cada autor(a) citado possui um modo de narrar os acontecimentos, mas não há uma diferença considerável sobre o passado estudado. As diferenças parecem ocorrer muito em razão das diferentes áreas dos pesquisadores, que se espalham em várias especialidades das ciências humanas. Sobre isso, vale lembrar que esse objeto de pesquisa tem caráter interdisciplinar, o que é característico da ênfase científica da área de história urbana. Sociologia urbana, antropologia urbana, arquitetura e urbanismo, e geografia urbana são áreas que não só auxiliam, mas enriquecem o interesse pela historicidade da temática da ocupação habitacional.

A fonte que parece destoar radicalmente da narrativa oficial da origem da ocupação aparece na reportagem do Professor Délio, do *Jornal Opção* de 1979, onde o mesmo não alcança as fontes comunitárias evidenciadas e muito menos a obra memorialística da pioneira Maria Rodrigues. Sobre esse detalhe há uma hipótese prévia de que em certas matérias da imprensa corporativa não é possível identificar as materialidades vividas pelos ocupantes em seu passado. Nesse sentido a opinião parece soar hermética e descompromissada com o mínimo de atenção com os vestígios disponíveis para análise.

Outra hipótese prévia é de que a instituição da Arquidiocese de Goiânia teve papel fundamental na publicização das ocupações habitacionais e de maneira geral na historiografia sobre a história de Goiânia. Essa afirmação é possível diante dos vários engajamentos narrativos disponíveis em seus dossiês temáticos sobre as ocupações urbanas. Por último, é hipótese prévia que no final dos anos setenta em Goiânia, com a ocupação do Jardim Nova Esperança se intensifica o processo de espoliação urbana na cidade, o que já ocorre desde suas construções iniciais no ano de 1933.

Referências

CARPINTÉRO, M.V.T.; CERASOLI, J. F. *A cidade como história*. 61. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

CRUZ, Renatha Cândida da. *A região noroeste de Goiânia: de grande bolsão de miséria a classe trabalhadora*, Dissertação de mestrado em Geografia, UFG, Goiânia, 2015.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meios dos periódicos*. Editora Contexto, São Paulo, 2005.

MARINHO, Marcelo Benfica. *A imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás Décadas 70/80: da Resistência à Cidadania*. Editora Kelps e Editora UCG, Goiânia, 2009.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: Metrópole não Planejada*. Editora da UCG, Goiânia, 2004.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada Goiânia, Brasília e Palmas*. Editora da UCG, Goiânia, 2003.

OLIVEIRA, Adão Francisco. *Do pântano ao Jardim: uma nova Esperança, a produção social do espaço em Goiânia*, dissertação de mestrado em Sociologia, UFG, Goiânia, março, 2002.

[PEIXOTO, E. R.](#); [OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de](#) . *Estudo de Bairros: Entre a Arquitetura e a História*. Mosaico (Goiânia), v. 01, p. 59-67, 2009.

RODRIGUES, Maria de Jesus. *Retalhos de lembranças*. Editora Kelps, 2ª edição, Goiânia, 2013.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares - colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Editora Bomtempo, 2015.

ANALISE FÍLMICA: UM ENSAIO SOBRE O FILME AVATAR (2009)

*Ludmila Carneiro da Silveira*³¹⁷

“Nosso país, nosso lugar de fala”³¹⁸.

³¹⁷ Formada em História- Licenciatura pela Universidade Federal de Goiás. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador: Alexandre Martins de Araújo. E-mail: ludmila_carneiro@hotmail.com

³¹⁸ Trecho da música “O que se cala” da cantora Elza Soares. Álbum: Deus é Mulher, 2018, [Deckdisc](#).

RESUMO: A pesquisa histórica com a *Escola dos Annales* vem procurando expandir seus objetos de análise, incorporando o cinema como uma fonte de estudos para a historiografia. A história ambiental que tem como objetivo analisar a relação entre seres humanos e natureza e o enfoque decolonial vem para pensar as dominações de colonialidade dos países de primeiro mundo em relação aos países de terceiro mundo, a partir da metodologia de pesquisa qualitativa, o artigo busca analisar o filme *Avatar* (2009) do diretor James Cameron dentro da historiografia ambiental e enfoque decolonial como um projeto de dissimulação do ecocapitalismo, que segundo Cajigas-Rotundo a partir do conceito de biocolonialidade de poder afirma a existência de um padrão de poder colonial ainda vigente sobre a natureza, esta colonialidade da natureza atualiza as assimetrias de poder reconfigurando a colonialidade no capitalismo contemporâneo. O trabalho busca compreender como o filme reproduz discursos de manutenção de poder por trás de sua suposta preocupação ambiental.

Palavras-chave: História ambiental, cinema, biocolonialidade de poder.

Tratando sobre a disciplina História, o professor Donald Worster (1991)³¹⁹ afirma que o único assunto importante era a política e que o único campo digno de interesse da área era o Estado nacional. Essa história, segundo o professor surgiu juntamente com o poder e a influência do Estado nacional e alcançou um máximo de aceitação no século XIX e início do século XX, “seus praticantes eram homens com fortes sentimentos nacionalistas, levados por motivações patrióticas a reconstruir a ascensão dos seus respectivos países” (WORSTER, pp.198, 1991).

O conceito de história como “política do passado” começou a perder terreno na medida em que o mundo evoluía para um ponto de vista mais global e democrático, segundo Worster (1991) historiadoras e historiadores começaram a perder um pouco da sua certeza de que o passado tivesse sido tão integralmente controlado ou representado por poucas pessoas ocupantes de cargos de poder nacional. Assim, a história passou a ser reconceituada, “precisamos descer, ir mais fundo, até atingirmos as camadas ocultas da classe, do gênero, da raça e da casta” (idem, pp.198).

A história ambiental vem para reformular a história, um reforço revisionista para tornar a disciplina em questão muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido, segundo Worster (1991) a nova historiografia rejeita a premissa convencional de que a experiência humana desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e super natural, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas:

A história ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou

³¹⁹ Donald Worster é professor emérito do Departamento de História da Universidade do Kansas nos Estados Unidos. Worster é uma das principais figuras dos estudos da história ambiental.

única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (WORSTER, pp.199-200).

Donald Worster (1991) afirma que a história ambiental funciona de acordo com três questões, três níveis ou grupo de perguntas que procura responder. O primeiro nível da história ambiental segundo o autor trata-se do entendimento da natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado, levando em conta aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano. O segundo nível se trata do domínio socioeconômico na medida em que interage com o meio ambiente, tratando das ferramentas de trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho e os diversos modos que os povos criaram para produzir bens a partir de recursos naturais. O último e terceiro nível trata-se de um tipo de interação mais intangível e exclusivamente humana, puramente intelectual e mental, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.

Para o autor, a palavra “natureza” carrega muitas ideias, diversos significados, pensamentos e sentimentos, usamos a palavra, mas frequentemente queremos indicar várias coisas ao mesmo tempo. A natureza também pode se referir a algo radicalmente distinto dos seres humanos, “que ela está em algum lugar lá fora, parada, sólida, concreta e sem ambiguidades” (idem, pp.210), podendo ser uma ordem e um processo que nós seres humanos não criamos, e ela continuará a existir na nossa ausência.

Ainda sim, segundo o autor, a natureza é também uma criação das nossas mentes e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nas nossas redes de significado, “os historiadores ambientais tem feito alguns dos seus melhores trabalhos nesse nível de análise cultural, estudando as percepções e os valores com que as pessoas refletem sobre o mundo não humano” (idem, pp.210).

Por boas razões, afirma o autor, a história ambiental deve incluir no seu programa o estudo de aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião. Deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza.

A questão decisiva da historiografia, segundo Jorn Rüsen³²⁰ (2015) consiste em corresponder adequadamente a elementos, e um deles é a forma estética e ao efeito retórico

³²⁰ Jorn Rusen é historiador e professor universitário, com ênfase em metodologia do ensino de história, teoria e metodologia da história e história da historiografia. Estudou também filosofia, pedagogia e literatura.

com os quais o pensamento histórico torna presente o passado, “entram aqui, por conseguinte, as *práticas do narrar histórias* e os modos determinantes de sua formatação” (RÜSEN, pp.191, 2015) ³²¹. O ato de narrar para o autor integra os acontecimentos do cotidiano em seu contexto de sentido, podendo ocorrer alterações no caráter dos acontecimentos que se põem a serviço do interesse em lidar com a própria vida, onde nenhum acontecimento pode ser representado e mediado pela narrativa de modo puro, porque está conectado interpretativamente com outros acontecimentos.

Rüsen (2015) nos explica que a interpretação narrativa dos acontecimentos recorre à presentificação imaginativa, onde a narrativa e sua representação dos acontecimentos não se reproduzem pura e simplesmente, ganhando a qualidade de significado, “o significado [que não é] meramente atribuído (...) ele decorre de um contexto complexo e dinâmico que se forma entre significado prévio e significado atribuído” (idem, pp.193). Para o autor, o narrar faz de quem narra um portadora(o) ou de sentido no contexto dos acontecimentos da vida prática como um todo, a partir do qual se narra a para o qual se narra:

No processo de transcendência produzido pelo narrar, o sentido do acontecimento se torna cheio, inteligível, comunicável. Naturalmente, a imaginação não só agrega algo ao narrado, mas também deixa algo de fora – tudo o que foi experimentado como insignificante, assim como exclui o que impede, destrói, distorce possíveis atribuições de significado (idem, pp.194).

Assim explica o autor, o acontecimento ganha, com a imaginação do narrar uma significância que ainda não possui em seu puro acontecer, onde para se distinguir artificialmente da facticidade do acontecimento esse ganho de significado do narrado, é preciso recorrer ao conceito de ficção. As propriedades das narrativas para Rüsen (2015) são fictícias, “esse ganho insere a narrativa no horizonte de significado no qual se processa o narrar: no horizonte que se efetiva por força do próprio narrar” (idem, pp.195). E a imaginação não é reprodução e sim uma transposição na qual o acontecido é elaborado interpretativamente, perdendo a qualidade de experiência e ganhando em qualidade de significado.

A narrativa histórica para o autor lida com ocorrências que trazem em si marcas peculiares de um passado significativo. A narrativa se vale da força significativa da imaginação humana, se caracterizando por dar ao passado um segundo presente, entrando em diálogo com o autor Robert A. Rosenstone (2015) ³²² que afirma que a história escrita refere-se a

³²¹ Grifo do autor.

³²² O historiador Robert A. Rosenstone trabalha com mídias audiovisuais e teoria da história. Professor emérito no Instituto de Tecnologia da Califórnia.

acontecimentos, momentos e movimentos reais do passado e se tratam de narrativas do irreal e ficcional, fatos que segundo o autor, tem em comum com as narrativas cinematográficas.

É possível, para Rosenstone (2015) encarar a contribuição de obras cinematográficas não apenas nos detalhes específicos por elas apresentados, mas também no sentido abrangente do passado que os filmes transmitem e suas ricas imagens e metáforas visuais que a arte cinematográfica nos oferece para que pensemos historicamente. Também é possível encarar o filme histórico como parte de um campo separado de representação e discurso cujo objetivo não é fornecer verdades literais acerca do passado, como a própria área da história também não consegue fazê-lo, “mas verdades metafóricas que funcionam, em grande medida, com uma espécie de comentário, e desafio, em relação ao discurso tradicional” (ROSENSTONE, pp.24, 2015).

Tratando do desejo de expressar nossa relação com o passado usando formas contemporâneas da expressão, Rosenstone (2015) diz de um desejo de agradar a uma sensibilidade contemporânea que mais cedo ou mais tarde iriam nos direcionar para as mídias visuais, onde o cinema (junto com a televisão) se tornou no século XX principal meio para transmitir as histórias que nossa cultura conta para si mesma. A representação da história na tela requer convenções diferentes das que tradicionalmente usamos explica o autor, “a história em filme está ligada à emoção, é uma tentativa de nos fazer sentir que estamos aprendendo algo do passado vivenciando indiretamente os seus momentos” (idem, pp.174).

Assim afirma o autor, por meio de enredos, os filmes visualizam, contestam e revisam a história. O cinema dramatiza acontecimentos, nos apresenta pessoas com as quais podemos nos identificar nos fazendo sentir como se estivéssemos vivido momentos e questões há tempos extintos. Fornece interpretações que contradizem o conhecimento tradicional, desafiando visões geralmente aceitas de pessoas, acontecimentos, questões ou temas específicos. Os filmes também nos mostram um passado de uma maneira nova e inesperada, utilizando de uma estética que viola os modos realistas e tradicionais de contar o passado, com a finalidade de transformar o usual em inusual e fazer com que a plateia repense o que acha que já conhece.

Conhecido por escrever a relação do cinema como objeto da pesquisa histórica, Marc Ferro (1976) ³²³ propõe as seguintes questões: qual utilidade o folclore tem para a História? Que utilidade para a produção historiográfica o pequeno fragmento de filme do filme dos irmãos Lumière *A chegada de um trem na estação* de 1895? Sabendo que o filme representa como

³²³ Um dos principais nomes da 3ª geração dos Annales, trabalhando a relação cinema e história.

pretensa realidade, com imagens modificadas, transformadas e montadas de modo não controlável, Ferro afirma que o historiador não poderia apoiar-se em fontes desse tipo, “todos sabem que ele [historiador] trabalha numa caixa de vidro (...) não viria ao pensamento de ninguém que a escolha de seus documentos, sua reunião, a ordenação de seus argumentos tem igualmente uma montagem, um truque” (FERRO, pp.202, 1976).

Para Ferro (1976) resta ao historiador estudar o filme, associa-lo ao mundo que o produz, sendo sua hipótese que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, é História. O filme como objeto da pesquisa histórica não é considerado do ponto de vista semiológico, não se tratando da história do cinema, nem em uma abordagem como obra de arte. O filme deverá ser tratado como um produto, uma imagem-objeto com significado não somente cinematográficos.

As condições para se empreender as análises dos filmes e seus fragmentos, planos e temas, levando em conta abordagens das ciências humanas não bastam. Segundo Ferro é necessário aplicar os métodos de análise a cada substância do filme, compreender as relações entre os componentes das mesmas substâncias, “analisar no filme a própria narrativa, o cenário, o texto, as relações o filme com o que não é do filme: o autor, o público, a crítica, o regime” (idem, pp.203).

Para Ferro, espera-se que na pesquisa historiográfica o filme seja compreendido não somente como obra, mas também como realidade (realidade esta que não se comunica diretamente) que representa. Para o autor, o filme pode demonstrar, mesmo involuntariamente, muitos aspectos da realidade. Os pontos de ajustamento, de concordâncias e discordâncias das obras cinematográficas com a ideologia de uma sociedade dentro de um filme ajudam a descobrir o não visível através do visível de seu conteúdo (para Ferro, o filme sempre excede seu conteúdo).

Caso específico: o filme Avatar (2009)

O filme dirigido pelo diretor James Cameron conta a história do ex- fuzileiro naval dos Estados Unidos Jack Sully e sua ida para o planeta Pandora com o objetivo de negociar a saída dos nativos omaticayas de sua Casa da Árvore para a o país norte-americano minerar de um metal precioso. Se envolvendo com os nativos, principalmente com Neytiri para aprender sobre os costumes e visões dos nativos, Jack Sully acaba decidindo lutar contra os estrangeiros norte-americanos ao lado do povo Omaticaya para proteger seu lar e costumes.

Entender o jogo das cores dos filmes é parte essencial da análise cinematográfica, Francis Vanoye³²⁴ e Anne Goliot-Lété³²⁵ (2012) afirmam que a análise fílmica transpõe e transcodifica o que pertence ao visual, como a descrição de objetos filmados, cores, movimentos e luz. Assim, para analisar o filme *Avatar* (2009) a atenção às cores. Podemos perceber desde o pôster o uso de cores frias, do a verde, roxo e especialmente o azul chama atenção no desenvolvimento do filme.

Segundo *O dicionário dos símbolos*³²⁶ a cor azul é a cor mais imaterial e profunda das cores. O azul suaviza as formas, abrindo-as, desfazendo-as, desmaterializando-as tudo aquilo que dele se impregna. A cor azul é o caminho infinito, onde o real se transforma em imaginário, caminho da divagação, do caminhar sem rumo, é passar para o outro mundo, já que o azul não pertence a este, “impávido, indiferente, não estando em nenhum outro lugar a não ser em si mesmo” (CHEVALIER, GHEERBRANTE, pp.107, 2012).

A cor azul traz um clima de irrealidade e super-realidade, resolvendo em si mesmo as contradições e as alternâncias, sugerindo também uma ideia de eternidade tranquila e altaneira, que é sobre humana. Para os autores o ambiente com a cor azul acalma e tranquiliza, porém não tem a mesma capacidade de tonificação como a cor verde, o ambiente com a cor azul fornece apenas uma evasão sem sustentação do real, apenas uma fuga que em longo prazo se torna deprimente:

(...) a profundidade do verde da *uma impressão de repouso terreno e de contentamento consigo mesmo*, ao passo que a profundidade do azul tem *uma gravidade solene, supraterrana*. Essa gravidade evoca a ideia da morte (idem, pp.107)³²⁷.

No início do filme vemos o personagem principal parado em uma calçada, esperando o sinal abrir para atravessar a rua. Grunt Sully³²⁸ nos apresenta o futuro no ano de 2154, de extremos avanços tecnológicos, a rua está cheia de pessoas usando máscaras para respirar em ambientes abertos, possivelmente devido ao nível de poluição do ar. Tão necessária que parece ter virado um acessório banal, como um brinco ou uma pulseira. Há propagandas por todos os lados, suas luzes (de cor azul em sua maioria) são vistas nas fachadas dos prédios, nas placas

³²⁴ Francis Vanoye é professor emérito em estudos cinematográficos, na Universidade Paris X – Nanterre.

³²⁵ Anne Goliot-Lété é professora universitária. Sua área tem ênfase em Espaços cinematográficos, figuras de lugares no cinema, Narrativa de filme e Teoria da imagem fílmica.

³²⁶ Dicionário escrito pelos franceses Jean Chevalier e Alain Gheerbrant.

³²⁷ Grifos feitos pelos autores.

³²⁸ Nome escrito na cadeira de rodas do personagem principal.

de comércio e até mesmo no céu, impossibilitando ver as nuvens, o sol, as estrelas. A cor azul impregnada nos objetos dos ambientes cria uma sensação de um futuro deprimente e sufocador.

Nosso personagem é só mais um no meio da multidão e ele sabe que seu corpo assim é visto, apenas como mais um, parecendo carregar a sensação que sua vida pouca vale. Tais sentimentos fazem todo o sentido devido à deficiência que “ganhou” na guerra. Em tempos de uma economia em baixa afirma que com sua pensão de ex-militar somados a “12 paus você compra um café”. Verbaliza de forma explícita o sentimento de injustiça, onde o forte usará de sua força contra o fraco, “se quer um negócio justo, está no planeta errado”. Grunt Sully parece estar perdido.

Assistindo a um programa narrando como a partir de clones em Hong Kong os tigres de bengala estavam de volta após já extintos há mais de um século, essa parece ser sua rotina (assistir um dos 358.732 canais disponíveis). Grunt Sully vive em uma casa com poucos confortos, senão nenhum. A parede que segura sua cama é mal rebocada, os ambientes da casa mal são separados, a cozinha é junta do banheiro, que é junto com o quarto. Um varal para estender roupa é passado de forma aparentemente improvisada dentro da casa. Não tendo o movimento das pernas, o personagem afirma não querer nossa pena, buscando algum motivo que valesse a pena lutar.

Arrumando briga em defesa de uma mulher que foi agredida por um homem dentro de um bar, transparecendo uma tendência suicida e ao mesmo tempo uma vontade de depositar sentido em sua vida e ações, Grunt Sully é expulso do local sendo lançado para fora pela porta dos fundos, caindo em poças de água acumuladas, logo em seguida em suas costas é arremessada pelos mesmos seguranças sua cadeira de rodas (possivelmente de novo aquela sensação que seu corpo pouco vale), olhando para chuva que ainda está caindo, no chão grita que “se não chove, não treinamos”, rememorando com um sorriso assustador possivelmente uma lembrança de seu tempo na marinha e seus treinamentos. Grunt Sully demonstra ser maltratado pela realidade que vive, parece ser uma mistura de tristeza, frustração e desapontamento, um desiludido.

Ainda caído no chão, o personagem é surpreendido por dois agentes que trabalham para o governo dos Estados Unidos, os homens contam a Grunt Sully que seu irmão gêmeo Tommy Sully foi assassinado por um assaltante, recebendo a proposta para trabalhar em seu lugar no programa avatar. Os irmãos segundo Grunt têm personalidades e objetivos distintos, onde podemos perceber suas diferenças através da contraposição das cores azul, representando Grunt, e vermelha representando o Tommy. Ao propor para Grunt Sully retomar o projeto em

lugar do seu irmão, já que seus genomas³²⁹ são idênticos, um dos homens afirma que o Tommy representa um considerável investimento e, além disso, pagam bem. Grunt Sully vê sua participação no projeto como uma forma de conseguir se livrar de sua cadeira de rodas, ou talvez algo novo, um sentido novo, uma nova motivação para viver.

Aceitando a proposta o personagem viaja para o planeta Pandora (já conhecida por pessoas do planeta Terra, como o próprio Grunt), uma viagem dispendiosa que durou aproximadamente cinco anos, nove meses e vinte e dois dias. Localizado no sistema estelar Alpha Centauri, o planeta fictício é fonte mineral de Unobtainium, que vale 20 milhões de dolares o quilo, extraídos pela Companhia RDA com suas máquinas grandiosas munida de tecnológicas. As primeiras impressões e comentários sobre o planeta Pandora são vistas através das flechas presas em pneus de enormes máquinas usadas para minerar o solo, são narradas dentro de refeitórios em reuniões por comandantes de segurança alertando sobre os perigos de estar em Pandora, “tudo que se arrasta, voa ou pousa na lama quer matar vocês e comer seus olhos como aperitivo”.

Inicialmente a presença de Grunt Sully não é bem vista pela coordenadora do projeto Dra. Grace Augustine devido a sua visível inexperiência para as tarefas e missões que ele precisaria executar fazendo parte do grupo, o achando apenas mais um idiota armado. Mas para Grunt Sully fazer parte desse projeto é muito mais que fazer parte de uma pesquisa. Ao se conectar através da ligação de seus genomas com os do avatar, o personagem demonstra grande satisfação em poder sentir suas pernas movimentando, as pontas dos dedos de seus pés e o contato com terra.

A primeira missão na floresta de Pandora a natureza nos chama atenção com a diversidade de suas plantas com suas cores e fluorescências, a grandeza das árvores, montanhas flutuantes, espécies de bichos com seus corpos e sons desconhecidos que produzem. Uma planta em particular chama atenção de Grunt Sully. Ao tocar em suas folhas automaticamente a planta entra para debaixo da terra, o personagem achando divertido faz o mesmo com as plantas que estão ao redor, possibilitando Grunt Sully ver a sua frente um animal parecido com um rinoceronte, ocasionando em uma briga e consequentemente a fuga do personagem, o separando da Dra. Grace, de outro pesquisador, Norm Spellman e acaba passando a noite na floresta.

Observando Grunt Sully tentando sobreviver na floresta, a nativa do planeta e princesa do clã Omatiyaya Neytiri arma uma flecha para atirar no personagem, mas é impedida por uma

³²⁹ Genoma é o conjunto de todos os genes do ser vivo, responsáveis por suas características hereditárias.

mente da árvore sagrada pousando em sua lança, compreendendo como um sinal. Neytiri leva o estrangeiro, o “povo do céu” como chamam os nativos para Etytukan o líder do clã (seu pai) e a líder espiritual Mo’at (sua mãe) decidirem a sorte do estrangeiro invasor. Decisão tomada, Etytukan afirma que é preciso aprender com o recém-chegado e Neytiri é encarregada de ensinar os costumes e cultura do povo Omaticaya para o caminhante guerreiro Jacksully³³⁰.

Ao ser aceito pelo clã Omaticaya, Jacksully é visto de outra forma pela Dra. Augustine e seus colegas de trabalho, o personagem não é mais subestimado. À medida que Jacksully aprende com Neytiri sobre os modos de vida dos na’vi, o envolvimento com os costumes e com a floresta faz o ex-fuzileiro (após uma resistência inicial explícita na narrativa) tentar compreender a profunda ligação que os nativos de Pandora têm com a natureza. Conhecendo uma Pandora acolhedora, revigorante [ler mais sobre floresta](#)

De envolvimento à confusão, Jacksully perde peso, afirma que em sua cabeça tudo está ao contrário, a vida como um dos omaticayas se tornou mais real do que a realidade humana, assim complicando a execução de seus objetivos quando foi para Pandora, que era negociar uma saída “diplomática” do povo Omaticaya da árvore onde residem para a extração do mineral Unobtainium.

Preso em uma crise existencial, Jacksully diz que mal se lembra da vida que tinha antes, não sabendo mais quem ele é, tornando as dúvidas com proporções ainda maiores quando se apaixona por Neytiri e decide lutar ao lado do povo Omaticaya contra a permanência dos estrangeiros extrativistas do planeta Pandora. A guerra que explode traz a Jacksully o que tanto buscava, um motivo para lutar, uma causa nobre para defender, sentir que seu corpo não causa incômodos as pessoas ao seu redor e proporcionou uma grande conquista (tanto na guerra quanto a pessoal). Conquistando seu espaço como um dos Omaticaya, Jacksully encontra um sentido mais profundo de sua própria existência, renascendo como Toruk Macto, grande líder de todos os povos do planeta Pandora, conduzindo a batalha contra os homens brancos e os expulsando, acabando com a época de grande tristeza.

O cinema hollywoodiano incorpora de maneira fácil os debates do planeta para criar sua versão, sendo um equívoco para o professor Alfredo Manevy³³¹ interpretar a denúncia do filme como um sintoma de fraqueza do sistema cinematográfico norte-americano, “é melhor ver nele

³³⁰ O trabalho buscou adotar diferentes nomes para o mesmo personagem com o intuito de demonstrar as transformações que o mesmo vive dentro da narrativa do filme.

³³¹ Manevy fez graduação em Cinema e vídeo pela USP, é doutor em Ciências da Comunicação também pela USP. Desenvolve pesquisa nos seguintes temas: cinema, cinema de autor, Nouvelle Vague, Holywood, Jean-Luc Godard, Cinema Clássico e Cinema Moderno.

a manifestação de sua força ainda vigente, capaz de incorporar, também, o drama de seu destino social como espetáculo” (MANEVY, pp.267, 2008). O professor explica o caráter constitutivo de Hollywood dos séculos XX e XXI como produtor de mitos, sua relação com a política e com a guerra e sua repercussão em formas de filmar e narrar que se relacionam com realizadores e espectadores em todo mundo.

A indústria cinematográfica norte-americana detém um implacável domínio econômico no mercado internacional, uma forma estigmatizada de representar os outros países e no âmbito nacional um espetáculo regulador da sociedade norte-americana segundo Manevy (2008), e especialmente os não alinhados a política norte americana, “em suma, uma imparcialidade do olhar, um sistema de crença e de produção de justiça digno de sociedades liberais” (idem, pp.257).

Operando dentro da política e dos costumes e da moralidade, Mannevy (2008) afirma que o cinema norte-americano sempre negociou sua legitimidade social por meio de novos espaços econômicos, trazendo a tona novas formas narrativas, de subjetivação do relato, novas personagens sociais em cena, uso autorais da tecnologia e design, renovando a capacidade de Hollywood de relacionar-se com o cinema moderno e se manter atenta aos movimentos sociais anticonservadores da sociedade norte-americana incorporando uma pauta de seus contemporâneos, segundo o autor.

O filme Avatar (2009) dentro da cultura cinematográfica dos Estados Unidos se encaixa dentro de um contexto descrito por Manevy (2008) de ploriferação de novas modalidades de construção de imagens e sons baseados em avanço tecnológico. Se encaixando também em uma obra cinematográfica que gera influências em outros bens culturais e suas narrativas com elementos de seu universo ficcional. Fazendo uma rápida busca na internet encontramos diversos produtos relacionados ao filme, como bonecos colecionáveis, perucas simulando cabelo de personagens, maquiagem azul, canecas, roupas, diversos edições do filme em DVD’S, entre outros produtos.

A estética do filme Avatar (2009) atende as solicitações mercadológicas correntes, disponibilizando material para a venda multimidiática do filme e de seus produtos conexos, que segundo Fernando Mascarello³³² (2016) se trata de obras premeditadamente criada para a máxima exploração das possibilidades oferecia pelo mercado, se encaixando com o modelo

³³² Fernando Soares Mascarello é pesquisador e professor, com atuação nas áreas de Teoria do Cinema, História do Cinema, Análise Fílmica, Crítica Cinematográfica, Estudos Culturais e Cinema, Gênero e Sexualidade.

pós-clássico ou *hight-concept*, “o que distingue o filme *hight-concept* é a sua perfeita adequação estética ao cenário econômico-mercadológico atual” (MASCARELLO, pp.349, 2016).

Segundo Manevy (2008) os filmes de Hollywood serviram como amortecedores dos desafios do diálogo com a diversidade de públicos, a liberação de costumes, a necessidade de redução de custos, e o filme Avatar não faz diferente. É nítido o apelo ambiental levantado do início ao final do filme. No início do filme, ao ser expulso do bar após uma briga, nosso herói Grunt Sully olha para cima, a câmera filma o que o personagem vê: um céu repleto de propagandas, não sendo possível visualizar nenhuma nuvem ou raio solar, criando uma atmosfera sufocante. O transitar em ambientes abertos não é possível respirar sem o uso de máscaras devido a grande poluição, realidade denunciada pelo próprio personagem ao pedir ajuda a Eywa, “Veja o mundo de onde viemos. Não existe mais verde lá. Mataram a Mãe deles. E farão a mesma coisa aqui”.

O debate ambiental dentro da narrativa é notável, buscando comentários e impressões sobre o filme, o jornalista e especialista em meio ambiente Ricardo Carvalho, em uma entrevista ao Jornal da Gazeta em 2009, afirma sua percepção clara sobre a mensagem ambientalista do filme, apontando a conexão intensa do povo Na’vi com a árvore Eywa e seus elos, suas redes neurais que os conectam. Ao narrar o filme Avatar, o especialista chama atenção para a reação da natureza diante dos conflitos desencadeados pela chegada dos seres humanos no planeta Pandora, destacando o forte ideal, uma causa nobre: a defesa do seu planeta, concluindo, descrevendo a moral do filme:

(...) nós seres humanos estamos acabando com o que a natureza nos dá, nos oferece (...) estamos falando da necessidade de consumir de forma consciente, estamos falando de uma reeducação, que mais cedo ou mais tarde, todos nós vamos ter que fazer (...) tem um momento do filme que consideramos genial e irônico: os humanos são obrigados a andar de máscara de oxigênio em Pandora (...) porque o ar em Pandora é composto por três gases, dois deles são o dióxido de carbono e o metano, que são gases que estão provocando o aquecimento global aqui do planeta Terra, da nossa Terra.

Outro ponto importante do filme, segundo Ricardo Carvalho, é a possibilidade de assistir o filme na tecnologia da terceira dimensão, tecnologia essa, “nos faz entrar a participar da história”, sugerindo que “gostaria de ver todos os políticos do mundo, que estiverem em Copenhague Dezembro assistissem Avatar”, buscando assim “(...) se conscientizar de fazer algo concreto pelo planeta Terra”.

O Teólogo Afonso Murad afirma ter gostado muito do filme devido a sua beleza, capacidade de transmitir emoção. Por utilizar o recurso 3D, o comentarista afirma que a

tecnologia em questão faz com que o telespectador se sinta dentro do filme, conectado com a belíssima natureza. Mesmo o roteiro não tendo nenhuma novidade, Murad afirma que esse clichê nos leva a uma realidade muito comum. Citando a colonização dos países da América Latina, seja a questão atual da luta dos povos indígenas na Amazônia contra as petroleiras, mineradoras:

(...) esta é uma temática comum (...) abordada de uma maneira extraordinária. De uma forma mística, moderna, contemporânea. Numa sociedade da imagem, de comunicação, do visual (...) experiência belíssima de sintonia com o cosmos (...) a luta do bem e do mal (...) ao terminar o filme é uma sensação de indignação que nos toma. Porque o ser humano prefere destruir os ecossistemas e não respeitar as diferentes culturas?

O apelo ambiental dentro da narrativa cinematográfica de James Cameron fica mais evidente ao final do filme. Ao vencer a guerra contra os invasores, Jacksully afirma que “os forasteiros voltaram para seu mundo moribundo. Só alguns puderam ficar”. Poder permanecer em Pandora se trata de uma recompensa para aqueles que decidiram lutar para protegê-la contra aqueles que buscavam explorá-la em troca de dinheiro (no filme a partir das perspectivas de Grunt Sully percebemos uma notável crítica ao domínio que o dinheiro exerce na escolha de pequenas e grandes decisões).

A partir da análise do filme podemos interpretar que o planeta Pandora e seus nativos significam a própria natureza e sua diversidade de populações, a pluralidade de sua fauna e flora, o núcleo que gera e transforma os seres vivos e o planeta Terra. Os estrangeiros significam seus objetivos dentro da narrativa, a exploração desenfreada a todo custo, sem se importar com as consequências de curto e longo prazo buscando a acumulação de financeira. A partir disso podemos interpretar que a moral do filme tem como objetivo ensinar a seu público a respeitar a natureza, a conserva-la e protege-la, pois no futuro se posturas necessárias não forem executadas perderemos nosso bem maior: o planeta Terra.

Mensagem do filme está associada na ideia de consumo consciente. É interessante e questionável pensar como um filme com recorde de bilheteiras, arrecadando nos Estados Unidos US\$ 760,5 milhões e nos demais países: US\$ 2,02 bilhões (segundo o site AdoroCinema), encontra-se em marcha para a luta ambientalista. Como uma mídia geradora de grandes fortunas de dinheiro e consumo está preocupada com o futuro do planeta Terra?

Fazendo uma retrospectiva das transformações do capitalismo para entender a produção em torno da noção de natureza, Juan Camilo Cajigas Rotundo³³³ (2007) afirma que no século

³³³ [Juan Camilo Cajigas Rotundo](#) é formado em Filosofia e mestre em Estudos Culturais. Tem especialização em biocolonialidade de poder

XX, excluindo movimentos anarquistas e românticos, a natureza foi construída como um objeto a ser usado e explorado pelo ser humano, uma instancia exterior que pode ser transformada, visão articulada com o próprio projeto do capitalismo industrial constituído através do processo de matematização da perspectiva de uma natureza uniforme e regida por leis fixas e homogêneas. Com a chegada da década de 1950 com a emergência da consciência ambiental, advinda das advertências de mudanças drásticas no funcionamento dos sistemas biofísicos, esta natureza é transformada em “ambiente”, “a natureza ao ser ambientalizada passa a formar parte de uma engrenagem que aqui denomino ecocapitalismo” (CAJIGAS-ROTUNDO, pág.61, 2007).

Na linha de Caijas-Rotundo (2007), o ecocapitalismo em sua fase moderna pretende a captura e inclusão da natureza através dos discursos de desenvolvimento sustentável. O discurso do novo desenvolvimento se apresenta na forma de tratados internacionais, procurando uma nova direção para o desenvolvimento, buscando o bem-estar das futuras gerações a partir de um ambiente saudável. O contexto onde se gera esse discurso é da sociedade da opulência, dos centros do sistema mundo, através da perspectiva da heterogeneidade estrutural, uma característica do sistema mundial moderno/colonial, onde a riqueza acumulada pela sociedade em questão é produto de do saque físico, cultural e epistêmico das periferias na América.

Através do discurso do consumo sustentável e do crescimento econômico, a sociedade de opulência buscando manter seus níveis de consumo, uma busca insaciável de novas fontes de exploração, cria um relato e uma visão de mundo focando a escassez e o esgotamento de recursos naturais, associando o desastre ecológico dos chamados terceiro mundo com sua ignorância e a pobreza, sendo necessário levar desenvolvimento para esses lugares, onde o autor entende esse discurso salvacionista do desenvolvimento sustentável das sociedades de opulência como uma forma de observação pós-colonial.

Cajigas-Rotundo (2007) busca entender através do conceito de Aníbal Quijano³³⁴ de colonialidade de poder, a biocolonialidade da natureza, “quer dizer, a existência de um padrão de poder colonial ainda vigente sobre a natureza (...) esta colonialidade da natureza atualiza as assimetrias de poder (...) reconfigurando a colonialidade no capitalismo contemporâneo” (CAJIGAS-ROTUNDO, pág.60, 2007). Com termo biocolonialidade de poder dentro do enfoque decolonial, o autor pretende propor uma ligação entre a ecologia política e o programa de estudos de modernidade/colonialidade, onde “biocolonialidade de poder” faz ênfase à

³³⁴ O peruano Aníbal Quijano foi um sociólogo conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder". Seu corpo de trabalho tem sido influente nos campos dos estudos descoloniais e da teoria crítica.

produção de naturezas no contexto de uma das manifestações do capitalismo contemporâneo, o ecocapitalismo:

(...) essa produção de natureza se exerce de maneira conflitual em diversas partes do planeta (...) assim, então me referi ao choque entre as epistemes, das formações de saber/poder que produzem uma particular natureza (CAJIGAS-ROTUNDO, pág.60, 2007).

A partir do conceito de Cajigas-Rotundo, o trabalho compreende como a arte cinematográfica com sua capacidade de propagação de ideias pode ser usada como instrumento do ecocapitalismo, sendo o filme Avatar (2009) com seu discurso maniqueísta e sua propaganda relativa ao consumo consciente um dos resultados desta instrumentalização. Se o filme em questão busca tentar conscientizar as massas para consumirem de forma consciente para resguardar o meio ambiente para os próximos anos, a partir da perspectiva ecocapitalista é fácil enxergar para que e em serviço de quem esta natureza está sendo preservada. A conservação da natureza no contexto capitalista repousa em seu uso para multiplicação do capital e produção de bens de consumo para aquelas e aqueles que têm a oportunidade (nesse caso, dinheiro) para acessá-los.

Precisamos compreender a nível mais profundo e estarmos em constante alerta sobre os discursos dos produtos (neste caso as narrativas cinematográficas) desenvolvidos pelos países de primeiro mundo. Compreender estes discursos produzidos é entender as novas formas de dominação e colonialidade que os centros capitalistas ainda exercem e procuram manter sobre os países mais pobres. Estudar as novas formas de dominação é umas das tarefas necessárias para nos prepararmos para busca da libertação da exploração e subordinação exercida dos países ricos para os países menos favorecidos. Aqui o trabalho expõe seu valor de construção, denunciar uma das formas que os mais fortes negam a humanidade dos mais fracos e dar validade e visibilidade a vozes que foram silenciadas pela dominação imperialista capitalista.

BIBLIOGRAFIA

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. Anotaciones sobre la biocolonialidad del poder. **Pensam Jurid**, Número 18, 2007, pp. 59-72.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. "Azul" In: **O dicionários dos símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Tradução Vera da Costa e Silva. 26ª Ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, pp.106-110

FERRO, Marc. "O filme: uma contra-análise da sociedade?" In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Org). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979: 199-213.

MANEVY, Alfredo. “Hollywood: a versatilidade do gênio do sistema”. In: **A história do cinema contemporâneo**. Fernando Mascarello (Orgs.) – Campinas: São Paulo. Editora Papirus, 2008, pp. 253-268.

MASCARELLO, Fernando. “Cinema hollywoodiano contemporâneo”. In: **A história do cinema mundial**. Fernando Mascarello (Orgs.) – Campinas: São Paulo. Editora Papirus, 2016, pp. 333-360.

ROSENSTONE, Robert A. “Cineasta/Historiador”. In: **A história nos filmes, os filmes na história**. Tradução Marcello Lino. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, pp. 165-195.

_____. “A História nos filmes”. In: **A história nos filmes, os filmes na história**. Tradução Marcello Lino. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, pp. 13-25.

RUSEN, Jorn. Tópica – formas e processos da historiografia. In: **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**, pp.189-214. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins – Curitiba: Editora UFPR, 2015.

VANOYE, Frances; LÉTÉ, Anne Goliot. “Introdução”. In: **Ensaio sobre a análise fílmica**. Tradução: Marina Appenzeller; Revisão técnica Nuno Cesar P. de Abreu. – 7ª edição. – Campinas, SP: Papirus, 2012, pp. 9-20.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, pp. 198-215. 1991.

A ASCENSÃO DE OTÁVIO: DA INEXPERIÊNCIA POLÍTICA DE 44 A.C. À VITÓRIA DE 31 A.C.

*Macsselber de Cássio Barros da Cunha*³³⁵

RESUMO: Com o assassinato de Júlio César, em 44 a.C., a República estava lançada a incertezas. O jovem Otávio, filho adotivo de César, tomaria para si a missão de vingar a morte do pai. Em sua aliança com Marco Antônio e Lépido, no Triunvirato, ele foi conquistando maior destaque e visibilidade política, de forma tal que os antigos colegas de Triunvirato se tornaram rivais. E esta rivalidade teve término com o enfrentamento final dos dois, nas batalhas de Ácio e Alexandria, das quais Otávio saiu vitorioso, derrotando Antônio e sua aliada oriental, Cleópatra. Neste trabalho tratamos sobre esse processo de ascensão de Otávio, da inexperiência política de 44 a.C. à vitória de 31 a.C. Além disso, demonstramos que a vitória naval em Ácio foi decisiva para a construção de uma imagem positiva para Otaviano, colocando-o como o restaurador da paz e da estabilidade, o que foi amplamente utilizado por ele e por aqueles que o apoiavam com o intuito de perpetuar o nome e os feitos do vitorioso.

Palavras-chave: Otávio Augusto; Ascensão Política; Imagem Positiva.

³³⁵ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves. Bolsista Capes. E-mail: macsselber@hotmail.com

Otávio Augusto entrou para a história como um dos governantes mais importantes de Roma, sendo considerado pela historiografia como o primeiro Imperador romano e aquele que deu início a uma nova forma de governo, o Principado. Tal ascensão de Otávio não se deu da noite para o dia. Podemos dizer que foi um processo longo que teve início em 44 a.C. e culminou em 31 a.C. Para compreender este processo, voltemos nossa atenção para o ano de 44 a.C. Este foi o ano do assassinato de Júlio César, que quatro anos antes tinha sido escolhido Ditador e cujas ações para a melhoria e engrandecimento arquitetônico de Roma foram consideráveis. César que, desde sua vitória contra Pompeu, conseguira cada vez mais poderes, tinha empreendido diversas reformas e muitas de suas atitudes desagradaram os Senadores, como, por exemplo, seu relacionamento com Cleópatra e o poder cada vez mais centralizado em suas mãos. Em 44 a.C., ano em que César tinha aceito o título de *Dictator Perpetuo*,

sua adoção de poderes quase monárquicos e o boato de aceitar uma coroa real, já que ele já havia aceito o estabelecimento de um sacerdócio para o seu culto, provou muito para alguns colegas Senadores, que viram frustradas as expectativas de suas próprias ascensões ao topo da política romana. Nos Idos de março (15 de março), um grande grupo de Senadores liderados por *Marcus Brutus* e *Gaius Cassius Longinus*, dois dos apoiadores de Pompeu, que tinham recebido *clementia* de César, apunhalou-o até a morte ao pé da estátua de Pompeu no lugar de encontro do Senado no teatro de Pompeu (GOODMAN, 2003: 30).

Com a morte de César, a República estava lançada a incertezas. Neste momento decisivo para Roma, o jovem Caio Otávio, então com dezoito anos, se encontrava em Apolônia, na Macedônia. Ele havia sido mandado para lá por César, seu tio avô, para completar sua educação³³⁶, bem como para preparar a expedição que Júlio César lançaria contra os partos, visando vingar a morte de Crasso³³⁷ e recuperar os estandartes romanos que estavam em poder dos mesmos.

Quando a notícia da morte de César chegou a Apolônia, alguns dos companheiros de Otávio o instigaram a aproveitar a oportunidade e assumir o comando das tropas; se os relatos forem verdadeiros, o jovem deve ter rejeitado a ideia, dada a sua posição incerta no momento (ECK, 2007: 9). Mas sabendo do ocorrido, ele resolveu voltar a Roma, onde Marco Antônio, colega de consulado de César, agia com cautela, de modo que se por um lado se opôs a conceder honras aos assassinos de César, por outro não exigiu sua condenação.

³³⁶ De acordo com Adrian Goldsworthy (2014:83), "era comum que os jovens aristocratas servissem de "companheiros de tenda" para um familiar ou amigo da família com o comando de uma Província. Eles moravam com o Governador e seus funcionários, observando o que ele fazia exatamente como eles acompanhavam parentes em torno do Fórum para casa".

³³⁷ Crasso perdeu a Batalha de Carras, em 53 a.C., para os partos. O marco dessa derrota foi a tomada dos estandartes das legiões pelos partos, o que fez com que os romanos buscassem recuperar esses estandartes e vingar a morte de Crasso.

O testamento que César havia feito em 45 a.C. e entregue às Virgens Vestais foi lido por Marco Antônio no Fórum. Nele, César mandava dar 300 sestércios para cada cidadão romano e legava ao povo romano seus extensos jardins, o que acirrou a hostilidade do povo contra os assassinos de César, que terminaram por fugir de Roma, partindo rumo às regiões provinciais de Creta e Cirene, no que Pierre Grimal (1997: 22) denomina de um “exílio dissimulado”.

Além disso, em seu testamento, César nomeava Otávio como um de seus principais herdeiros, além de adotá-lo como filho³³⁸, passando-lhe seu nome e sua clientela. A partir daí Otávio adotou o nome de Caio Júlio César Otaviano³³⁹. “Otávio assumiu o nome de César, pois percebeu o quão legitimador isso seria para sua ascensão política” (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2016: 268).

Cresceu entre Marco Antônio e Otaviano certa rivalidade. Porém, em termos políticos, Marco Antônio saía ganhando, visto que ele era um dos Cônsules daquele ano, enquanto que Otaviano não ostentava nenhum cargo público.

Marco Antônio ficou na história como um soldado simples e leal lugar-tenente de Júlio César, tornando difícil perfurar a caricatura e entender o homem real. Ele certamente se apresentou como uma figura muito marcial, vangloriando-se de sua descendência do semideus Hércules, assim como Júlio César reivindicou a descendência da deusa Vênus (GOLDSWORTHY, 2014: 91).

No entanto, Antônio perdeu o apoio da plebe e dos veteranos, e também de alguns partidários de César, pois, em primeiro lugar, ele se opôs à elevação de César ao *status* de deus, uma honra que grande parte do povo romano esperava. Marco Antônio também foi muito longe ao tentar fortalecer sua própria posição, providenciando a aprovação da lei que lhe transferia a administração das províncias da *Gallia Cisalpina* no norte da Itália e *Gallia Comata*, a Gália que César tinha conquistado. Ao passo que em Roma, Otaviano rapidamente ganhou mais apoiadores. Primeiro, ele anunciou que pretendia se vingar do assassinato de seu pai adotivo, um objetivo que todos reconheceram como legítimo, já que a *pietas* exigia isso. Ele demonstrou *pietas* também ao pagar a soma de 300 sestércios, conforme estipulado no testamento de César, depois de Antônio não ter realizado esta instrução. Além disso, Otaviano também comemorou

³³⁸ “A adoção foi tomada muito a sério pelos romanos, e um filho adotivo tornou-se, para todos os efeitos, o mesmo que um filho verdadeiro, mantendo, além disso, quaisquer conexões anteriores úteis de sua família real” (GOLDSWORTHY, 2014: 87).

³³⁹ De acordo com Werner Eck (2007: 10), “a denominação adicional “*Octavianus*”, que teria sido habitual em um caso de adoção como a sua, nunca foi usada pelo próprio Otávio, pois teria apontado com clareza para suas modestas origens. No entanto, ao discutir o período de sua vida antes de adquirir o nome de Augusto, os historiadores tradicionalmente se referiram a ele como “Otaviano” para distingui-lo de seu tio-avô Júlio César”. Opção que também fazemos ao longo de nosso trabalho.

os jogos programados para o final de julho para homenagear as vitórias de César³⁴⁰ (ECK, 2007: 11).

Durante a celebração dos jogos apareceu no céu um cometa (*sidus Iulium*), que foi prontamente interpretado como um sinal da divindade de César e como presságio de que bons tempos estavam por vir, que uma nova era se anunciava. A crença de que César havia ascendido aos céus se tornando um *diuus* se espalhou, mas não foi então oficializada.

A rivalidade de ambos se acirrou cada vez mais. Antônio passou a ser hostilizado pelo Senado, tendo em Cícero seu principal oponente³⁴¹. De acordo com David Shotter (2005: 23), Cícero estaria envaidecido com o pensamento de que Otaviano o adotaria como um mentor político, de modo que Cícero formulou seu plano para utilizar Otaviano para destruir Marco Antônio e seus associados; para Otaviano essa atenção não poderia ter sido melhor, pois com 18 anos normalmente teria que esperar outros vinte anos antes de ser qualificado nos termos do *cursus honorum* para competir pelo consulado.

Com o apoio de Cícero, Otaviano conseguiu ser proclamado Pró-Pretor, o que conferia a ele a legitimidade de possuir um cargo constitucional. No início de 43 a.C., Otaviano e os Cônsules Hircio e Pansa se lançaram em campanha contra Antônio que se encontrava em Mutina, no norte da Itália, num cerco contra *Brutus*, de modo que se viu obrigado a abandonar o cerco e buscar o auxílio de Lépido, um velho aliado. Com a derrota de Antônio e a morte dos dois Cônsules, Otaviano passou a controlar os exércitos dos Cônsules mortos.

À cabeça das suas tropas, decidiu marchar sobre Roma e reivindicar o consulado. Legalmente não tinha qualquer direito a ele. Era demasiado jovem para ascender à suprema magistratura. Mas as três legiões que o Senado tentou opor-lhe passaram para o seu lado, sem combate. O povo de Roma, tão fiel quanto os soldados à memória de César, conduziu unanimemente o seu herdeiro ao consulado, [...] (GRIMAL, 1997:24).

Após conseguir a condenação para os assassinos de César, Otaviano partiu rumo ao norte para um encontro com Antônio e Lépido. Com a aprovação da *Lex Titia*, teve início o Segundo Triunvirato, que ao contrário do triunvirato de Pompeu, César e Crasso, foi formalmente acordado e dado o *status* legal para agir como o governo de Roma e do Império. Os triúmviros dividiram os domínios romanos em três porções: Antônio se encarregaria da Gália; Lépido ficaria responsável pela Gália Transalpina e as duas Hispânicas; e Otaviano governaria a África, a Sicília e a Sardenha. A parte oriental do Império, a leste do Adriático, neste momento estava sob o poder de Bruto e Cássio.

³⁴⁰ Os *Ludi Victoriae Caesaris* eram jogos anuais que haviam sido instituídos dois anos antes pelo próprio César em honra da deusa *Venus Genetrix*, protetora e antepassada de sua família, a *gens Iulia*.

³⁴¹ É neste período que Cícero, em apoio a Otaviano, se posicionou contra Antônio escrevendo uma série de acalorados discursos contra ele que ficaram conhecidos como *Filípicas*.

A próxima parte do plano era de Antônio e Otaviano assumir a luta contra os assassinos de César juntos. Para realizar isso, sua principal necessidade era o dinheiro para manter as tropas motivadas. Eles também precisavam se certificar de que seus oponentes na Itália e em Roma não podiam se apoderar do poder enquanto eles estavam lutando no Oriente (ECK, 2007: 17).

Assim, os triúmviros organizaram um programa de proscricção para eliminar inimigos e adquirir os fundos necessários para manter a população e o exército felizes, assegurando o poder dos três e acabando com qualquer ameaça futura. De acordo com Anthony Everitt (2008: 98), “a proscricção era um mecanismo oficial para liquidar os oponentes políticos e acumular grandes somas de dinheiro provenientes de seus bens confiscados”. Com as proscricções, Senadores, dentre os quais estava o nome de Cícero, e Equestres tiveram seus nomes colocados na lista dos proscritos.

No ano de 42 a.C., a divinização de César foi oficializada a partir de um decreto senatorial. Apesar de no Oriente ser comum conceder honras divinas a grandes homens, em Roma isso não acontecia.³⁴² De acordo com Michael Koortbojian (2013: 21), nenhuma das três figuras míticas (Hércules, Eneias e Rômulo) que havia ganhado *status* divino em Roma poderia fornecer um verdadeiro precedente para a divinização de César, de modo que o decreto do Senado era algo novo e seus efeitos de grande alcance.

Deste modo, em 42 a.C. foi celebrada uma cerimônia religiosa de grande importância política, na qual Júlio César se tornou um *Diuus*, além disso, foi decidida a construção de um pequeno templo, no Fórum Romano, dedicado a ele, no mesmo lugar onde seu corpo havia sido cremado.

Pode-se dizer que a *consecratio* de César foi um acontecimento importantíssimo para elevar o prestígio de Otaviano, ao passo que o tornava um *diui filius*, uma categoria que nenhum outro romano poderia ostentar. Além disso, foi uma estratégia notável, pois transformou Júlio César, assassinado em uma conspiração, em um *diuus*. Dentre seus assassinos, quem pensaria que pondo fim na vida de César, visto como uma ameaça ao bom funcionamento das instituições republicanas, este se tornaria, apenas dois anos depois, um *diuus*?

³⁴² Os debates historiográficos acerca da divinização de Imperadores são enormes, de modo que não nos debruçamos de modo mais detalhado sobre esse assunto. Ressaltamos apenas que o costume de associar deuses e homens era comum no mundo Clássico e que a fronteira entre homens e deuses nunca foi rigidamente definida no mundo romano, sem falar das influências dos territórios helenísticos do Oriente, nos quais muitos líderes eram considerados verdadeiras divindades. Além do mais, desde o princípio, magistrados e deuses trabalhavam em cooperação para garantir o bem estar de Roma, e na qualidade de garantidores do bem estar eles eram como deuses para as pessoas do Império, uma vez que a habilidade de conceder benefícios era uma característica definidora dos deuses.

A divinização de César contribuiu, portanto, para elevar a imagem³⁴³ do jovem Otaviano, aumentando sua *auctoritas*³⁴⁴ (GALINSKY, 1998: 17). Sua filiação com César foi muito propagada por Otaviano, de modo que as representações imagéticas com esta temática se multiplicaram. De acordo com Paul Zanker (2005: 57-58), a maioria das imagens difundidas nestes anos fazia direta ou indireta referência a César e a utilização de imagens que faziam alusão a uma origem divina da *gens Iulia*, que já haviam sido bastante exploradas por César, passou a ser praticada também por Otaviano.

Como *diui filius*, Otaviano tinha o dever de vingar o assassinato de seu pai, de modo a demonstrar sua *pietas*. Por esta razão, ainda em 42 a.C. as legiões dos triúnviros, lideradas por Antônio e Otaviano, se lançaram em campanha contra Bruto e Cássio, que conseguiram, então, levantar acampamento em Filipos, na Macedônia. Nesta acirrada batalha, entre derrotas e vitórias parciais de ambos os lados, Antônio demonstrou toda a experiência e capacidade militar que havia desenvolvido ao lado de César durante as Guerras Gálicas, enquanto que Otaviano, que tinha ficado enfermo antes mesmo de chegar a Filipos, não demonstrou a mesma desenvoltura e destreza. Cássio, que por uma conclusão equivocada, pensou que tudo estava perdido, se suicidou. No dia 23 de outubro ocorreu a batalha final e depois de muitas baixas e sem ter mais esperanças de vitória, Bruto decidiu suicidar-se.

Segundo Christopher Pelling (2006: 08):

Otaviano deu pouco a esta vitória; ele realmente estava ausente da primeira batalha - escondido no pântano, e nem mesmo seus amigos poderiam negar isso. Antes das batalhas, as forças pareciam igualmente correspondentes: foram as operações de Antônio que forçaram as batalhas, seu valor que ganhou o dia. Ele levou a glória e o prestígio. Agora e para os próximos anos, o mundo viu Antônio como o vencedor de Filipos (PELLING, 2006: 08).

É interessante notar, no entanto, como Otaviano se utilizou dos acontecimentos de modo a moldar uma memória positiva acerca de sua imagem e de seus feitos, pois mesmo não tendo uma participação tão expressiva na derrota dos assassinos de César, Otaviano fez questão de se colocar como o vingador de seu pai, de forma que prometeu a construção de um templo em honra a Marte Vingador (*Mars Vltor*), o que só ocorreria décadas depois. A promessa de templos em campos de batalha por generais vitoriosos era comum, como forma de agradecer

³⁴³ De acordo com François Laplantine e Liane Trindade (1997: 10-36, apud: GONÇALVES; OLIVEIRA, 2016: 255), “a imagem de uma pessoa nunca corresponde efetivamente ao que ela é em si. Isto porque atribuem-se a esta pessoa qualidades físicas ou morais que, embora ela possa em parte possuir, são aumentadas ou denegridas, mutáveis, transformadas e plenas de significados que lhe são fornecidos no percurso das lembranças estabelecidas”.

³⁴⁴ “*Auctoritas* tinha múltiplos significados, conotações e associações. [...] *Auctoritas*, que como Dion observou (*História Romana*, LV. 3. 5) é um termo essencialmente romano e portanto intraduzível, vai além dos aspectos materiais. Ele é moral no sentido mais amplo da palavra e conota o poder das ideias. Ele expressa “superioridade material, intelectual e moral”. [...] *Auctoritas* é ou denota uma qualidade que é inerente em ou emana de um indivíduo” (GALINSKY, 1998: 12-13).

aos deuses pela vitória conquistada. Além disso, tempos depois, ao escrever as *Res Gestae*, Otaviano diria que: “Por demandas legais expulsei para o exílio, tendo punido seu crime, os que haviam matado meu pai e, em seguida, venci-os duas vezes em combate ao declararem guerra à República” (*Feitos do Divino Augusto*, II). Nesta passagem, vemos claramente a forma como Otaviano se utilizou desta vitória para se autopromover.

Definitivamente César havia sido vingado. Com o fim da batalha, Antônio e Otaviano adquiriram ainda mais poder, em detrimento de Lépido que havia permanecido na Itália. O Império Romano praticamente foi dividido entre os dois, sendo que Otaviano se manteve na Itália e administrando muitas das províncias ocidentais e Marco Antônio partiu rumo às províncias orientais.

Junto a essa divisão de poder vinham as diferentes responsabilidades que competiam a cada um, de modo que Antônio deveria reorganizar o leste do Império, preparar e lançar campanha contra as forças partas, o que o próprio César teria feito se não houvesse sido assassinado. Já Otaviano se incumbiria da distribuição de terras aos veteranos, tarefa árdua visto que não havia terras disponíveis suficientes para acomodar a todos.

Eram dezenas de milhares de soldados aos quais os triúnviros haviam prometido terras assim que a batalha em Filipos fosse conquistada. Se isso não bastasse, eles também tiveram que acomodar os soldados que haviam lutado no lado oposto. Naquela época, a Itália ainda parecia ser o único lugar onde os assentamentos dos veteranos poderiam ser fundados. Mais terras estariam disponíveis nas províncias, mas o estabelecimento de veteranos nas províncias ainda não era uma opção amplamente aceita, embora César já tivesse começado a fazer isso. O problema era que não existiam mais terras públicas na Itália, de modo que se Otaviano quisesse espaço para os veteranos, a terra teria que ser confiscada. O confisco, por sua vez, tinha um alto custo politicamente, pois, em sua raiva, os cidadãos expulsos de suas propriedades poderiam se reunir praticamente com qualquer adversário político dos homens que os expulsaram (ECK, 2007: 19-20).

Para piorar ainda mais a situação, Sexto Pompeu, filho de Pompeu, o Grande, que na época detinha grande poder naval e controlava a Sicília³⁴⁵, resolveu cortar o abastecimento da Península Itálica, causando ainda mais distúrbios e desagrado entre os habitantes famintos e espoliados.

Enquanto isso, Marco Antônio continuava seu progresso no Oriente, embora fontes hostis caracterizem todo esse período como de indulgência, perda de controle que permitiu que seguidores sem escrúpulos abusassem de sua posição, com decisões arbitrárias e espremendo

³⁴⁵ A Sicília, assim como o Egito, era considerada um celeiro do mundo Antigo, devido à fertilidade de seu solo vulcânico, que conseqüentemente acarretava alta produtividade agrícola.

os provinciais por dinheiro. No entanto, onde suas decisões são conhecidas em qualquer detalhe, elas parecem razoáveis e certamente bem dentro do caráter da administração provincial romana neste período. Os triúnviros precisavam desesperadamente de receita, mas essa necessidade não desapareceria e era importante para eles restaurar a estabilidade a longo prazo para o Império. Antônio e seus companheiros tiveram que criar uma situação em que as províncias e aliados lhes fornecessem uma renda substancial e estável ano após ano (GOLDSWORTHY, 2010: 540-541).

Junto a isso, pode-se ver a associação de Otaviano e Antônio com as divindades que lhes eram caras. Tal prática era comum na Antiguidade, de forma que as importantes famílias da aristocracia se orgulhavam de possuir ancestrais divinos ou heroicos, fazendo questão de propagar tais ascendências divinas, como, por exemplo, o próprio César, que propagava sua ligação com Vênus, não apenas por meio de moedas, como também por meio do esplêndido templo dedicado a *Venus Genetrix*, construído em lugar central no seu Fórum, consagrado em 46 a.C.

Deste modo, Otaviano ligava sua imagem cada vez mais à do deus Apolo, colocando-se como seu protegido, de modo que mesmo na Batalha de Filipos a vitória só teria vindo graças à proteção de Apolo, que representava a moral, a disciplina e a moderação. Em relatos posteriores (SUETÔNIO. *A Vida dos Doze Césares*, Augusto. XCIV; DION CÁSSIO. *História Romana*, XLV, I, 2-3) pode-se ver as histórias relacionadas a esta ligação entre Apolo e Otaviano, de tal forma que Otaviano seria filho do deus solar. De acordo com Marie-Laure Freyburger-Galland (2009: 19-20), essa propalada ascendência divina pode ser percebida já em 43 a.C., por meio de um poema anônimo, escrito no ano da morte da mãe de Otaviano, Atia, o qual fala da mulher afortunada, acima de todas as outras mulheres, por ter dado à luz a um homem ou a um deus (*Epigrammata Bobiensa* 39). A propaganda³⁴⁶ relacionada com Apolo foi amplamente desenvolvida pelo grupo de apoio de Otaviano.

Em contrapartida, Marco Antônio se associou com Dioniso. A conexão do governante com Dioniso significava a identificação com o deus típico da conquista mundial, o deus que havia varrido as nações conquistadoras do Leste, as cidades fundadoras e trazendo em seu séquito as bênçãos da civilização. A associação de Antônio com este deus foi, sem dúvida, propaganda destinada a impressionar as pessoas do Oriente com a divindade do triúnviro, que era ambicioso de conquistas no Leste. Nos territórios orientais, portanto, era natural e vantajoso para ele aparecer como um novo Dioniso (SCOTT, 1929: 133-134).

³⁴⁶ De acordo com Ana Teresa Marques Gonçalves (2013: 42), “o termo propaganda vem do verbo latino *propagare*, do substantivo *propagatio*, que significava ampliar, alargar, estender espaços, difundir, implantar ou prolongar, prorrogar tempos. Assim, *propagator* era o título de um magistrado, bem como um dos epítetos de Júpiter, aquele que amplia, que engrandece, que conquista o Império (BUSINO, 1980: 275-276)”.

A associação ao deus Dioniso por si só não seria mal vista pela população romana se junto a isso não tivesse ocorrido uma associação de forças com Cleópatra, rainha do Egito, que por sua vez se apresentava como a própria deusa Afrodite, de tal modo que a partir de então se falava em uma parêntese divina: Dioniso-Osíris/Afrodite-Isis. A relação entre ambos, para além de uma relação amorosa, era principalmente uma relação política, pois Antônio via em Cleópatra a aliada junto a qual poderia, com auxílio de sua riqueza, lançar campanha contra os partos; e Cleópatra, por sua vez, via em Marco Antônio o aliado que a ajudaria a se livrar de algumas personagens incômodas. Seja como for, a relação entre eles aos poucos foi cada vez mais sendo utilizada por Otaviano e seus aliados como propaganda contra Antônio.

A oposição entre os dois deuses corresponde a duas ideologias operacionais e aos diferentes modos de vida incorporados por cada um dos dois chefes: ordem e desordem, Ocidente e Oriente, tradição e inovação, austeridade e prazer. Na verdade, é ao jogar nessas distinções que a propaganda e a contrapropaganda se desenrolam, e deve ser apreciado que este tema dionisíaco possibilitou publicar panfletos e invenções que de fato não tinham nada a ver com teologia ou filosofia (FREYBURGER-GALLAND, 2009: 25).

Marco Antônio e Cleópatra passaram o inverno de 41 a 40 a.C. juntos em Alexandria, de onde zarparam para o sul do Egito. No início de 40 a.C. receberam a notícia de que os partos haviam iniciado uma invasão na Síria, o que obrigou Antônio a rumar para a Ásia Menor. Neste mesmo ano, Cleópatra deu à luz os gêmeos Alexandre Hélio e Cleópatra Selene, filhos de Antônio. Ademais, Antônio buscou unir forças com Sexto Pompeu. Otaviano fez sua própria tentativa de criar laços com Sexto Pompeu casando-se, no ano de 40 a.C., com Escríbonia, filha de *Scribonius Libo*, um seguidor de Sexto Pompeu. Este casamento, que durou pouco mais de um ano, produziu a única filha de Otaviano, Júlia.

Antônio resolveu marchar até a Itália, em Bríndisi, com suas tropas para enfrentar Otaviano, que havia tomado o controle das legiões do então Governador da Gália que havia morrido. Porém, nesta ocasião, os confrontos foram evitados e foram feitas negociações entre os dois triúmviros, com a intermediação de negociadores, dentre eles Mecenas.

Dentre as disposições do acordo firmado em Bríndisi estavam a renovação do triunvirato por mais cinco anos; a divisão do Império de modo que Otaviano ficou responsável pelo oeste, incluindo a Gália, Antônio ficou responsável pelo leste, e Lépido pela África; Antônio teria a permissão de recrutar tropas em solo italiano; e como forma de selar o acordo, foi negociada a união das duas famílias com o casamento entre Antônio e Otávia, a irmã de Otaviano, que havia ficado viúva recentemente.

Com o acordo de Bríndisi, pareceu à época que a paz se estabelecia depois de tantos e tão turbulentos momentos de incertezas e guerras. Estabelecia-se a concórdia entre os dois triúmviros, o que foi propagado por diversos meios. Neste período, Virgílio, em suas *Éclogas*,

escreve sobre o tempo no qual a paz vicejaria, uma Idade de Ouro, após os percalços da Idade de Ferro. “O poema é, sem dúvida, uma expressão evocativa do anseio pela paz e tranquilidade depois de décadas de guerra civil [...]” (GALINSKY, 1998: 91).

Já a nova progênie descende do céu.
Tu, oh casta Lucina, protege o menino que está por nascer,
Com ele terminará a geração do ferro em todo mundo e surgirá a do ouro: tu
já reinas Apolo (VIRGÍLIO. *Ecloga*, IV, 7-10).

Segundo Karl Galinsky (1998: 92), a miraculosa criança não é mais que um símbolo ou personificação da nova idade. É interessante notar também a menção que Virgílio faz, já nestes anos, ao fato de que Apolo reina, visto que este deus, como vimos, tinha sua imagem diretamente ligada a Otaviano, de forma que dizer que Apolo reina pode ser encarado como uma forma de exaltar as decisões de Otaviano à frente da República.

No entanto, o bloqueio de Sexto Pompeu mantinha-se inalterado, mantendo a Itália faminta e descontente. Na tentativa de resolver o problema, Antônio e Otaviano buscaram estabelecer um acordo com Sexto em 39 a.C., no qual ele foi nomeado Governador da Sardenha, Córsega, Sicília e Peloponeso, além de ser nomeado para o Consulado do ano seguinte. Além disso, seriam restituídos os direitos civis daqueles, em seu exército, que haviam sido exilados da Itália. Para selar o acordo, a pequena filha de Sexto foi prometida a Marcelo, enteado de Antônio e sobrinho de Otaviano.

Pouco tempo depois Otaviano deu início a novo conflito com Sexto. Nos diversos enfrentamentos que ocorreram, Otaviano esteve muito próximo da derrota, porém mais uma vez o gênio militar de Agripa foi ao seu socorro e ajudou-o a preparar uma grande campanha contra Sexto. Em 37 a.C., ainda em meio aos preparativos da campanha, Antônio chegou a Roma e decidiu-se por auxiliar Otaviano, quando estabeleceram que o triunvirato, que havia terminado em 38 a.C., seria renovado por mais cinco anos. Em troca de 20.000 soldados que posteriormente Otaviano deveria enviar para Antônio, este entregou a Otaviano 120 barcos e regressou ao Oriente, onde terminava os preparativos da expedição contra os partos. Além disso, Lépido chegou com doze legiões em auxílio de Otaviano. Na batalha de Nauloco, em 36 a.C., Sexto fugiu e refugiou-se no Oriente, onde morreu pouco depois.

Otaviano era, enfim, senhor dos mares³⁴⁷. Ao retornar a Roma ele foi homenageado com uma *ovatio*³⁴⁸. Isso foi possível porque, na versão oficial dos eventos, ele havia derrotado piratas. Além disso, Otaviano foi presenteado com uma coluna no *Forum Romanum* com

³⁴⁷ Devido a esta vitória, Otaviano passou a ser associado também ao deus Netuno.

³⁴⁸ Uma espécie de triunfo menor, no qual o general ao invés de realizar a procissão na quadriga, andava a pé ou montado num cavalo e ao invés de usar uma coroa de louros, usava uma feita de murta.

esporões, uma estátua dourada de si e uma inscrição na qual se lia que ele havia restaurado a paz na terra e no mar.

A coluna demonstrou a realização da tarefa de Otaviano como triúmviro. Em tudo isso, Otaviano estava deixando claro que ele havia realizado sua parte do negócio e estava pronto para cumprir a promessa de retornar o poder quando o restante da tarefa estivesse completa: essa era a tarefa de Antônio, que ele ainda não tinha realizado com sucesso (LANGE, 2009: 365).

Otaviano aproveitou a vitória para se desfazer de Lépido, conseguindo destituí-lo do poder triunviral e mandando-o para longe de Roma³⁴⁹. Neste mesmo ano, Antônio finalmente lançou a campanha, durante tanto tempo preparada, contra os partos, tentando vingar a morte de Crasso em 53 a.C. Para tal empreitada, mais uma vez, Antônio buscou o apoio de Cleópatra, de modo que “chegaram rapidamente a um acordo, e a rainha voltou a ficar grávida igualmente rápido. Os recursos do Egito estariam à disposição do triúmviro e, em troca, Cleópatra receberia consideráveis territórios” (EVERITT, 2008: 177).

A campanha, no entanto, foi um fracasso, de modo que a morte de Crasso não foi vingada, e seus estandartes continuaram em mãos partas. Apesar disso, Antônio agiu como se tivesse conseguido vitórias sobre o inimigo, de modo que se organizaram celebrações e sacrifícios pela vitória. Otaviano, por sua vez, lançou com a ajuda de Agripa diversas campanhas em 35 a.C., conseguindo importantes vitórias, dentre as quais estava a Dalmácia.

Antônio precisava dos 20.000 soldados prometidos por Otaviano, mas este lhe enviou apenas 2.000 soldados, juntamente com Otávia, uma verdadeira provocação a Marco Antônio. Este “ordenou a Otávia que voltasse a Roma, dando assim a seu cunhado os melhores motivos possíveis para uma campanha de propaganda contra ele: Antônio havia rejeitado Otávia, sua esposa legítima e uma romana, por uma ‘amante oriental’” (ECK, 2007: 34).

Em 34 a.C. a relação entre os triúmviros se tornou ainda mais complicada. Neste ano, Antônio conseguiu conquistar a Armênia, e ao regressar vitorioso ao Egito, preparou uma grande festividade para comemorar a sua vitória, oportunidade na qual adentrou a cidade, vestido à semelhança de Dioniso, na companhia dos prisioneiros de guerra indo ao encontro de Cleópatra, que o esperava na praça central. Esse episódio repercutiu desfavoravelmente contra Antônio, pois aos olhos romanos estava sendo celebrado um triunfo fora de Roma.

Para piorar, dias depois ocorreu o que ficou conhecido como as *Doações de Alexandria*, uma grandiosa cerimônia na qual Antônio cumulou Cleópatra e os filhos de honras e territórios. Tais atos foram utilizados pelos partidários de Otaviano de modo a desmoralizar a

³⁴⁹ Lépido continuou a ser o *Pontifex Maximus*, título que possuiu a partir da morte de César, seu antecessor neste cargo, até sua própria morte em 13 a.C., visto que era um cargo vitalício. O *Pontifex Maximus* era a figura mais importante do colégio dos *pontifices* e era eleito publicamente dentre os outros *pontifices* existentes.

imagem de Antônio, propagando a crença de que Antônio queria estabelecer uma monarquia, na qual governaria Roma a partir do Egito, junto a Cleópatra. Não há como sabermos as intenções de Antônio com estas doações, “o mais provável é que as Doações fossem um gesto simbólico, uma forma de acalmar a opinião pública no Oriente e reuni-la sob Antônio como Dioniso/Osíris e Cleópatra como Isis/Afrodite” (EVERITT, 2008: 193).

Otaviano e seu grupo souberam se utilizar das “Doações de Alexandria” para difamar ainda mais a imagem de Antônio, propagando a visão de que ele havia se rendido aos prazeres e extravagâncias orientais e que em seus atos ele demonstrava o pouco interesse em respeitar as tradições romanas.

Por sua vez, Otaviano agiu de modo a ressaltar o valor que conferia a estas mesmas tradições que seu opositor relegava a segundo plano. Ele claramente queria ser visto como um grande general romano no molde tradicional, assim como seu pai assassinado. Otaviano retornou a Roma no verão de 33 a.C., trazendo despojos capturados dos inimigos derrotados e suplicantes e, o melhor de tudo, estandartes romanos perdidos em derrotas anteriores. Estes foram exibidos no recém-reconstruído Pórtico de Otávia. O Senado lhe concedeu um triunfo, embora ele tenha decidido adiar isso para celebração em uma data posterior (GOLDSWORTHY, 2010: 177-178).

Além disso, Otaviano juntamente com Agripa iniciou uma política de melhoramento arquitetônico da *Vrbs*, uma série de reformas e construções que prenunciavam, já neste período, uma grandeza arquitetônica que mudaria radicalmente a paisagem urbana de Roma nos anos que se seguiriam. Otaviano convocou seus generais para que os mesmos, como forma de ressaltar seus êxitos em campo de batalha, restaurassem, a suas expensas, algum edifício público de Roma.

Os homens de Otaviano poderiam superar Antônio em número de triunfos: em 36 a.C. *Domitius Calvinus* sobre a Espanha, em 34 a.C. *Statilius Taurus* sobre África e *Norbanus Flaccus* sobre a Espanha, em 33 *Marcus Philippus* e *Claudius Pulcher* sobre a Espanha e *L. Cornificius* sobre a África. E na maneira romana, o triunfo deixou edifícios *ex manubiis*, dos despojos da conquista. No final dos anos trinta *Domitius Calvinus* estava reconstruindo a Régia, enquanto no Campo de Marte *Statilius Taurus* estava construindo um anfiteatro de pedra e *Marcus Philippus* restaurando um templo de Hércules *Musarum*; no Aventine *Cornificius* estava reconstruindo o templo de Diana. E não foram apenas os triunfadores: *Paullus Aemilius*, aparentemente o partidário de Otaviano, completou e dedicou sua Basílica em 34 a.C. (PELLING, 2006: 47).

Além disso, Agripa aceitou se tornar Edil,³⁵⁰ fato extraordinário e de grande importância simbólica, já que era algo incomum, visto que caracterizava retroceder no *cursus*

³⁵⁰ *Aediles* eram responsáveis pela *cura urbis*, pelo cuidado da cidade. Ao contrário dos anteriores Edis que ignoraram os deveres pragmáticos da função, Agripa assumiu o cargo seriamente (FAVRO, 2008: 101).

honorum, pelo fato de que ele já havia ocupado anteriormente o mais alto posto da carreira das honras, ou seja, o cargo de Cônsul³⁵¹. Este fato, por si só, demonstrava o nível de comprometimento de Agripa para com Otaviano e de ambos no cuidado e manutenção da cidade.

Agripa foi responsável também pela reorganização nos sistemas dos antigos aquedutos; mandou construir um novo aqueduto, o *Aqua Iulia*; diversas fontes públicas; esplêndidos banhos públicos, que ficavam abertos, gratuitamente, durante todo o ano; distribuiu sal e azeite para a população; e durante os diversos espetáculos que ele ofereceu à cidade eram atirados vales de dinheiro e roupas para a multidão. Concomitantemente, Otaviano empreendeu importantes restaurações, tais como a da Via Pública, no Campo de Marte, do teatro de Pompeu e da Basílica Emília.

[O trabalho] de Agripa sinalizou da maneira mais atrativa e prática que haviam voltado os bons tempos. A qualidade de vida na superpovoada megalópole melhorou notavelmente e os investimentos de Agripa nas infraestruturas de Roma (sem olvidar os edifícios públicos comissionados ou restaurados por outros membros destacados do regime) realçaram muito a imagem da cidade. [...] Enquanto o triúmviro largamente ausente estava perdendo tempo no Oriente, todo mundo podia ver as vantagens concretas que o regime de Otaviano proporcionava ao cidadão comum (EVERITT, 2008: 201).

Vemos assim, que neste ano de 33 a.C, Otaviano e Agripa se empenharam no melhoramento e engrandecimento arquitetônico de Roma, propagando uma imagem de comprometimento e preocupação com a *Vrbs* e seus habitantes. A propaganda utilizada então pode ser definida como:

a construção e a difusão sistemática de mensagens, através de vários suportes disponíveis, destinadas a um público difuso [...], e visando criar uma imagem positiva de determinados fenômenos, articular uma imagem do governante e estimular determinados comportamentos ligados à adesão dos súditos a este governante (GONÇALVES, 2013: 46).

Afirmamos que tais construções serviram de ferramenta política de propaganda, pois elas ressaltavam os nomes e os feitos de Otaviano, colocando seu nome na história, já que tais construções serviam como um *monumentum*³⁵² que perpetuava a memória, o nome e os feitos

³⁵¹ Dion Cássio (*História Romana*, XLIX, 43, 1) informa que Agripa concordou em ser Edil e que reparou todos os edifícios públicos e todas as ruas, limpou os esgotos, e navegou através deles até o Tibre. Tudo isso sem tomar nada do tesouro público.

³⁵² Segundo Jacques Le Goff, “o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [...]. Mas desde a antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O *monumentum* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1996: 535).

de seus idealizadores. Ciente disso, Otaviano se utiliza deste aspecto para propagar uma imagem positiva de si, como fiel seguidor das tradições romanas, como a de construir edifícios públicos para o *populus romanus*. Além disso, ele se utilizava deste e de outros meios para propagar uma imagem negativa de Antônio, denunciando seu envolvimento com Cleópatra e suas atividades no Oriente, o abandono de Otávia, as Doações de Alexandria, etc.

O conflito entre ambas as forças era iminente. Em outubro, quando Antônio se preparava para outra campanha contra os partos, resolveu adiar esta batalha e voltar até Éfeso para, juntamente com Cleópatra e algumas legiões, preparar o enfrentamento com Otaviano. Este por sua vez, no fim de dezembro, se retirou de Roma e esperou pelos acontecimentos.

No início de 32 a.C., quando assumiram o Consulado dois partidários de Antônio, um deles, Sósio, passou a atacar Otaviano diretamente, colocando-o como uma ameaça para a paz e propondo no Senado uma moção de censura contra ele, que foi vetada por um Tribuno amigo de Otaviano. Este, então, voltou a Roma e adentrou a sala de reuniões do Senado com uma escolta armada, formada de soldados e amigos, e falou em sua própria defesa, além de levantar acusações contra Sósio e Antônio. Os Cônsules abandonaram Roma, acompanhados de algumas centenas de Senadores, e foram para junto de Antônio.

Neste mesmo ano, Otaviano conseguiu difamar ainda mais a imagem de Antônio ao tornar público o testamento deste que ele adquiriu ilegalmente e leu em voz alta perante o Senado.

Ao ouvir o conteúdo, as pessoas logo esqueceram sua indignação com a aquisição do documento. O testamento novamente confirmou Cesarião como herdeiro de César e concedeu mais presentes a Cleópatra. Mais chocante de tudo, Antônio pediu que, na sua morte, seu corpo fosse levado através do Fórum em Roma, mas depois fosse enterrado em Alexandria, ao lado de Cleópatra. Esses legados, juntamente com a lembrança do triunfo realizado em Alexandria dois anos antes, alimentaram rumores de que Antônio planejava dar Roma à rainha egípcia e transferir a sede do poder romano para Alexandria (FAVRO, 2008: 99).

A divulgação e a manipulação do conteúdo do testamento foi uma importante ferramenta política nas mãos de Otaviano. Além disso, o divórcio de Antônio e Otávia neste ano contribuiu ainda mais desfavoravelmente contra ele, que com isso deixava clara sua preferência pela rainha estrangeira em detrimento da matrona romana. Tudo isso, de certo modo, justificava uma guerra contra Cleópatra e o perigo que esta representava para Roma.

Cleópatra era o inimigo. Esse era o tema constante da campanha de propaganda, porque era mais fácil para as pessoas fingir que eles lutavam contra uma ameaça estrangeira a Roma do que aquela outra guerra civil entre os rivais líderes romanos que estava prestes a acontecer. Ostensivelmente não era uma escolha entre Otaviano e Antônio, mas um grito de guerra para proteger Roma (GOLDSWORTHY, 2014: 188).

Deste modo, a guerra estava declarada. E os atos de Otaviano eram embasados na vontade do povo, pelo menos foi como ele buscou retratar anos depois ao escrever as *Res Gestae*:

A Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-me comandante da guerra que venci em Ácio. Juraram de modo idêntico as províncias das Gálias, as Hispânicas, a África, a Sicília e a Sardenha (*Feitos do Divino Augusto*, XXV).

Após a cerimônia religiosa realizada no templo de Belona, a deusa da guerra, no Campo de Marte, Roma estava oficialmente em guerra com o Egito. É importante ressaltar que, como pontua Camilla F. P. Silva (2014: 44), ao contrário do que possa parecer, a hegemonia nesses anos que precederam o confronto dos dois rivais pertencia a Antônio, algo que uma leitura baseada em fontes como as *Res Gestae* jamais poderia sugerir, de modo que Otaviano teve que se esforçar para reverter sua posição de figurante para protagonista e o que marcou a mudança foi de fato a Batalha de Ácio, decisiva na consolidação da imagem de Otaviano.

Tal batalha decisiva ocorreu em 31 a.C., próxima ao promontório de Ácio, na Grécia, quando Otaviano era Cônsul pela terceira vez. Nesta batalha, mais uma vez se destacou a figura de Agripa ao lado de Otaviano e acompanhando Antônio e Sósio estava Cleópatra. Após enfrentamentos estratégicos, Otaviano e Agripa conseguem vencer, sem conseguir, contudo, impedir a fuga de Marco Antônio e Cleópatra. Com a vitória, Otaviano fez negociações com as legiões vencidas, nas quais prometeu conceder a elas o mesmo tratamento que as legiões que haviam lutado ao seu lado receberiam. Depois de ir a Roma apaziguar os ânimos dos veteranos, partiu rumo a Samos de onde planejou a invasão ao Egito.

Em 30 a.C. Otaviano invadiu o Egito. Em 1º de agosto deu-se o último confronto com Antônio, em Alexandria, onde após a derrota Antônio se suicidou. Cleópatra foi capturada e iria figurar no cortejo triunfal de Otaviano se não tivesse se deixado picar por uma áspide. Enfim, Otaviano vencera e passaria a se utilizar amplamente desta vitória na construção de uma imagem de si na qual ele figurava como o restaurador da paz e da prosperidade, de modo que Otaviano tomou medidas para inscrever tal vitória na memória de seus contemporâneos, na memória de Roma. Devemos lembrar que

Instituições e grupos não possuem memória como os indivíduos; não há, naturalmente, um equivalente ao sistema neurológico. As instituições e os grupos sociais maiores, como as nações, os governos, a igreja ou uma empresa, não "têm" uma memória - eles "fazem" uma para si com a ajuda de sinais memoriais, como símbolos, textos, imagens, ritos, cerimônias, lugares e monumentos. Juntamente com essa memória, esses grupos e instituições "constroem" uma identidade. Essa memória baseia-se na seleção e exclusão, separando-se ordenadamente memórias úteis de inúteis e relevantes de irrelevantes. Portanto, uma memória coletiva é necessariamente uma memória mediada. Ela está apoiada por meios materiais, símbolos e práticas que devem ser enxertados nos corações e mentes dos indivíduos (ASSMANN, 2008: 55).

Deste modo, as medidas tomadas por Otaviano após sua vitória demonstram claramente este processo de construção de uma memória. Os sinais memoriais dos quais Aleida Assmann (2008: 55) trata, ou seja, “símbolos, textos, imagens, ritos, cerimônias, lugares e monumentos”, foram amplamente utilizados por Otaviano e seu grupo de apoio com a intenção de criar e estabelecer uma memória compartilhada, na qual o nome e os feitos de Otaviano tinham lugar de destaque. Para exemplificar este aspecto, tratamos rapidamente a seguir sobre a construção de monumentos em comemoração a vitórias navais, como a de Nauloco e a de Ácio. Trata-se de colunas *rostratae*, ou seja, colunas decoradas com os esporões (os *rostra*) dos navios derrotados nas batalhas.

Deste modo, as vitórias de Otaviano, em especial a vitória naval em Ácio, foram decisivas para a construção de uma imagem positiva para Otaviano, colocando-o como o restaurador da paz e da estabilidade, o que foi amplamente utilizado por ele e por aqueles que o apoiavam. Mas antes de qualquer coisa, devemos ressaltar a importância que as vitórias em batalhas navais possuíam. De acordo com a tradição romana, o primeiro triunfo naval foi celebrado por *Gaius Duilius*, Cônsul em 260 a.C., que no início da Primeira Guerra Púnica, derrotou os Cartagineses em uma batalha naval contra Milas, uma cidade costeira no nordeste da Sicília. A história diz que esta não foi apenas a primeira vitória naval dos romanos, mas também sua primeira batalha naval, em que os romanos empregaram sua primeira frota de navios de guerra.

Segundo Matthew Roller (2013: 120-121), para comemorar esta primeira vitória naval, *Duilius* celebrou um chamado "triunfo naval", o primeiro de seu tipo; depois ele erigiu o templo de *Janus* no *Forum Holitorium*, mostrando sua preocupação com a *pax deorum* e proporcionando um pano de fundo para os triunfos futuros, já que ficava na rota triunfal, de modo a lembrar aos próximos vencedores e espectadores esta vitória; em terceiro lugar, *Duilius* concebeu um monumento de vitória cuja forma era nova na época: em cima de um pódio com uma inscrição estava uma coluna, à qual foram fixados os *rostra* de navios inimigos capturados e no topo desta coluna estava uma estátua do vencedor; este monumento foi erguido no canto noroeste do Fórum Romano.

O triunfo naval de *Duilius* é o primeiro deste tipo a figurar nos *Fasti Triumphales*, mas de acordo com Christopher Dart e Frederik Vervae (2011: 276), apesar de não aparecer nos *Fasti* como triunfos navais, as comemorações que se seguiram às vitórias de Otaviano em 36 a.C. em Nauloco e em 31 a.C. em Ácio, também são exemplos de proeminentes celebrações que comemoravam importantes vitórias navais, de modo que estes autores chegam a sugerir

que o triunfo de Otaviano realizado em 29 a.C. foi o último triunfo naval oficial da história romana.

Tais vitórias navais de Otaviano tiveram grande importância e, assim como a vitória de *Duilius*, foram comemoradas com monumentos que buscavam inscrever tais acontecimentos na memória da população e materializavam tais feitos na paisagem urbana de Roma. Um fato que podemos citar e que ligava ambas as vitórias de Otaviano com a primeira vitória naval de Roma é a construção de colunas *rostratae*, pois de acordo com Apiano (*Guerras Civis*, V. 130), Otaviano foi presenteado com uma coluna *rostrata* no Fórum Romano, decorada com esporões dos barcos capturados; no alto da coluna encontrava-se uma estátua dourada dele; na coluna também havia uma inscrição exaltando a paz estabelecida por ele “na terra e no mar”.

Sabemos também que após a vitória em Ácio e Alexandria, Otaviano teve mais colunas *rostratae*, provavelmente localizadas próximas do templo de Apolo Palatino (RICHARDSON, 1992: 97). Em denários cunhados provavelmente em Roma, por volta de 30/29 a.C. (RIC I 271. Fig.1), podemos ver a representação de uma destas colunas *rostratae*, provavelmente a coluna que comemora a vitória de 36 a.C. No anverso vemos a cabeça laureada de Otaviano, em clara alusão à sua vitória militar. No reverso encontra-se a representação centralizada de uma coluna *rostrata* sobre um pódio, decorada com seis *rostra* e duas âncoras; no alto da coluna vemos a imagem da estátua de Otaviano, com um manto no ombro esquerdo, segurando uma lança na mão direita e um *parazonium* (espécie de adaga) na mão esquerda. Junto à coluna, encontra-se a inscrição IMP CAESAR.



Figura 1: Moeda de Prata. Denário. RIC I 271.

De acordo com Matthew Roller:

Claramente, esta coluna replicou a forma da coluna de *Duilius*, embora a ultrapassando em pelo menos um aspecto (a saber, o fato de ser dourada); e, sendo erigida pelo menos na mesma área geral, deve ter convidado à comparação. [...] Na forma e colocação de seu monumento, Otaviano afirmava que sua própria vitória naval apresentou uma comparação significativa com a anterior no mesmo campo de batalha - que sua vitória se igualou, na verdade superou, seu antecessor em termos de valor exibido pelo vencedor e pelo serviço prestado à *Res Publica* (ROLLER, 2013:122).

Com isso podemos perceber a importância que a vitória na batalha naval de Ácio representou para Otaviano, pois pode ser vista como o ponto auge de sua ascensão política, já

que a partir deste momento ele passou a governar sozinho, dando origem a uma nova forma de governo que ficou conhecida como Principado. Além disso, percebemos em suas ações durante o triunvirato e principalmente após a sua vitória o uso político da propaganda para construir e propagar uma imagem positiva de si, de modo que seu nome e seus feitos fossem perpetuados na memória das futuras gerações.

Referências Bibliográficas:

A) DOCUMENTOS TEXTUAIS

APPIAN. *Roman History*. Trad. Horace White. Harvard: University Press, 2013.

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Trad. Earnest Cary. Harvard: University Press, 1924. (The Loeb Classical Library)

Res Gestae Divi Augusti. Trad. Frederick W. Shipley. London: Harvard University Press, 1961. (The Loeb Classical Library)

SUETONIUS. 'Life of Augustus' In: SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Trad. J. C. Rolfe. London: William Heinemann, 1914. (The Loeb Classical Library)

VIRGIL. *Eclogues, Georgics, Aeneid: Books 1-6*. Trad. Rushton Fairclough. Rev. G. P. Goold. Cambridge: Harvard University Press, 1999. (The Loeb Classical Library)

B) OBRAS GERAIS

ASSMANN, Aleida. Transformations between History and Memory. *Social Research*, v. 75, n. 1, p. 49-72, 2008.

DART, Christopher J.; VERVAET, Frederik J. The Significance of the Naval Triumph in Roman History (260-29 BCE). *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd. 176, p. 267-280, 2011.

ECK, Werner. *The Age of Augustus*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

EVERITT, Anthony. *Augusto: El primer emperador*. Trad. Alexander Lobo. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

FAVRO, Diane. *The Urban Image of Augustan Rome*. Los Angeles: Cambridge University Press, 2008.

FREYBURGER-GALLAND, Marie-Laure. Political and Religious Propaganda Between 44 and 27 BC. *Vergilius*, v. 55, p. 17-30, 2009.

GALINSKY, Karl. *Augustan Culture: An interpretive introduction*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

GOLDSWORTHY, Adrian. *Antony and Cleopatra*. New Haven & London: Yale University, 2010.

- GOLDSWORTHY, Adrian. *Augustus: First Emperor of Rome*. New Haven & London: Yale University Press, 2014.
- GONÇALVES, Ana Teresa M. *A Noção de Propaganda e sua Aplicação nos Estudos Clássicos: O Caso dos Imperadores Romanos Septímio Severo e Caracala*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- GONÇALVES, Ana Teresa. M.; OLIVEIRA, R. S. M. Censura e Recriação de Imagens: Marco Antônio e a Manutenção de sua Representação como Inimigo da *Res Publica*. *Revista Mundo Antigo*, v. 5, n. 10, 2016, p. 253-278.
- GOODMAN, Martin. *The Roman World 44 BC–AD 180*. London: Routledge, 2003.
- GRIMAL, Pierre. *O Século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- KOORTBOJIAN, Michael. *The Divinization of Caesar and Augustus. Precedents, Consequences, Implications*. Princeton: University Press, 2013.
- LANGE, C. H. *Res Publica Constituta: Actium, Apollo and the Accomplishment of the Triumviral Assignment*. Leiden: Brill, 2009.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- PELLING, Christopher. The triumviral period. In: BOWMAN, Alan K.; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew (Ed.). *The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69*. Cambridge: Cambridge University, 2008. p. 1-69.
- RICHARDSON, L. *A New Topographical Dictionary of Ancient Rome*. London: Johns Hopkins University Press, 1992.
- ROLLER, Matthew. On the Intersignification of Monuments in Augustan Rome. *American Journal of Philology*, v. 134, n. 1, p. 119-131, 2013.
- SCOTT, Kenneth. Octavian's Propaganda and Antony's De Sua Ebrietate. *Classical Philology*, v. 24, n. 2, p. 133-141, 1929.
- SHOTTER, David. *Augustus Caesar*. London: Routledge, 2005.
- SILVA, Camilla Ferreira P. *A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 A 27 A.C.)*. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo. 2014.
- ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imagines*. Madrid: Alianza Forma, 2005.

DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DA TEMÁTICA LGBT NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA HEGEMONIA EDUCACIONAL HETERONORMATIVA

*Marcos Tadeu Pereira de Queiroz*³⁵³

RESUMO: A LGBTFOBIA é entendida como o preconceito sofrido por todas as pessoas que vivem sua sexualidade de forma diferente do modelo heteronormativo vigente na sociedade. Muitos estudantes sofrem tanto dentro como fora da escola atos de bullying motivados por essa ojeriza ao grupo LGBT. Neste contexto de preconceitos e violências é urgente a construção de um discurso de tolerância frente às pessoas que não vivem a sexualidade nos moldes da heteronormatividade. O presente artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica tendo como fio condutor e propósito elencar as razões que justifiquem a necessidade de trabalhar dentro da escola o respeito a diversidade sexual. A abordagem deste assunto irá permitir demonstrar que respeitar a sexualidade de cada um é um dever de todos e que a escola tem papel importante na construção desta consciência respeitosa.

Palavra-chave: Educação, Homofobia, LGBTs, Debate

INTRODUÇÃO:

Nos últimos anos presenciamos uma maior abertura dos meios de comunicação para a discussão de temas ligados ao universo LGBT. Em alguns episódios esse assunto ganha lugar nos noticiários quando ocorrem atos criminosos de violência e até mesmo de morte contra essa parcela da sociedade. Entretanto, felizmente essa abordagem não fica restrita às colunas dos noticiários através de manchetes desagradáveis seja através da internet, da imprensa escrita e falada: hoje ela está presente também de uma forma positiva nas obras de ficção.

No momento presente, os LGBTs vem sendo retratados de forma respeitosa em horário nobre na Rede Globo de Televisão. Através da personagem transexual Ivana/Ivan, na novela *A força do Querer*, a sociedade tem sido motivada a refletir sobre as dificuldades enfrentadas por esse grupo que é alvo constante de atos de desrespeito. Por meio dessa novela, a autora Glória Perez consegue mostrar ao público que ser um Lgbt não é nenhuma aberração e nem uma opção que o indivíduo escolhe ser como faz crer os preconceituosos de plantão. A novelista apresenta para a grande massa que ser diferente do modelo heteronormativo, predominante na sociedade, não é algo condenável, mas sim algo que deve ser compreendido e respeitado.

Percebe-se, através da boa recepção do público com a personagem trans da história, um pequeno avanço da sociedade na forma de encarar os LGBTs. Em momentos passados, o público não aceitava a presença de personagens não heterossexuais nas obras de ficção: esse

353 Mestrando na Linha de pesquisa História, Sociedade e Práticas Educativas do Programa do Mestrado Profissional em História/ Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão / mtpqueir@gmail.com.

era um dos muitos reflexos do preconceito existente na sociedade. Os autores dessas obras eram obrigados a eliminarem os personagens ou até mesmo os transformarem em heterossexuais³⁵⁴.

Esse panorama que aparentemente se mostra mais saudável e favorável a discussão da temática LGBT esconde atrás de si um enorme caminho a percorrer na desconstrução de preconceitos e discriminações. É nítida a presença de duas forças antagônicas no cenário nacional: de um lado os que aceitam os LGBTs e de outro os que condenam os indivíduos que não comungam da sexualidade heteronormativa.

Neste contexto, no Brasil, em pleno século XXI, ganha força entre a parcela preconceituosa da sociedade a ideia da cura gay. Tal concepção considera que ser um LGBT é ser doente e enquanto doença essa ‘condição mórbida’ precisa ser tratada. É assustador o florescimento dessa visão arcaica e ultrapassada tendo em vista que essa posição ganhou o aval da justiça brasileira. Em outra ponta, é também preocupante a força política que vem ganhando, no cenário nacional, os defensores de discursos homofobicos.

Analisando os acontecimentos no âmbito nacional, quando enfoca-se a temática LGBT, percebe-se claramente que a discussão relativa ao assunto vem crescendo seja de forma positiva ou até mesmo negativa nos espaços públicos. Entretanto, esse tipo de debate não acontece na mesma intensidade dentro das instituições escolares como ocorrem nas outras instâncias sociais. Imbuídos do ideal de construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais tolerante acreditamos ser necessário que se abra um maior espaço nas escolas para a abordagem da questão LGBT e da diversidade sexual e de gênero.

Neste contexto, a partir do exposto acima e embasados nas ideias de Thompson acerca de Hegemonia e Contra-Hegomonia, de István Mészáros que enxerga na educação uma perspectiva de mudança estrutural e de Raymond Williams que aponta que o ser social determina a sua consciência, buscaremos apresentar a necessidade da escola inserir em seu projeto de educação a temática LGBT e como essa tentativa de inserção sofre resistências em uma sociedade hegemonicamente heteronormativa.

A HEGEMONIA HETERONORMATIVA NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Na atualidade, os debates acerca dos LGBTs em alguns ambientes são vistos como tabu. Muitas pessoas têm receio de discutir sobre o tema seja por motivos de convicção religiosa, pela educação que receberam ou até mesmo pela falta de preparo. Um destes espaços onde a discussão ainda é vista com receio é na escola.

³⁵⁴ O fato mais recente aconteceu em 2015 na novela global Babilônia em que houve uma grande rejeição ao casal lésbico interpretado pelas veteranas atrizes Fernanda Montenegro e Nathalia Timberg.

Thompson, no livro *Os Românticos*, faz uma reflexão sobre o papel da educação e da cultura na época vitoriana e que transportando para a nossa temática serve de reflexão sobre o olhar que a educação heteronormativa tem em relação as outras formas de viver a sexualidade. Pela fala do autor, conseguimos entender o porquê da resistência da educação em inserir o debate LGBT em seu espaço. Segundo Thompson, “o desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo ainda hoje” (THOMPSON, 2002, p. 31).

Concordamos com a análise feita pelo autor acerca do papel da educação na formação da mentalidade das pessoas e como essa prática de controle é utilizada para moldar comportamentos. Nessa perspectiva, o ato de ensinar vem carregado de interesses por vezes ocultos ou subtendidos. Quando verificamos a ausência de discussões na escola, relacionadas à diversidade sexual, percebemos na prática o que expõe Thompson: o desejo de dominar e moldar. Miskolci acredita que “no ambiente escolar, passa-se por um aprendizado que coloca cada um em seu lugar, naquele que lhe cabe segundo a sociedade em que está inserido. Aí aprende-se não apenas sua posição na escala social, sua ‘raça’, mas, sobretudo, seu gênero”(MISKOLCI, 2010, p. 14).

Na concepção de Raymond Williams, a função prioritária da escola é perpetuar o *status quo* da cultura dominante. Nesse sentido, podemos entender as atuais práticas educacionais da cultura predominante como uma cultura excludente e heteronormativa. Williams enfatiza “as instituições educacionais são geralmente as principais agências de transmissão de uma cultura dominante e eficaz” (WILLIAMS, 2011, p.54).

As análises empreendidas por Thompson e também por Williams são visualizadas de forma cristalina quando se percebe a presença quase natural da heteronormatividade nas ações educativas. Miskolci ressalta que “a escola ensina aqueles que marca como estranhos a silenciar sobre si mesmos a ponto de deverem manter seus sentimentos escondidos de todos” (MISKOLCI,2010, p.19). Complementando a linha de raciocínio Miskolci *apud* Elian desataca

O modelo heteronormativo é encontrado dentro da escola e serve para pautar muitas de suas condutas tanto com alunos quanto com o corpo docente. Fazer com que alunos sigam padrões sociais é um dos papéis que se instalam no ambiente escolar. A imposição heteronormativa normalmente não é percebida, já que ela foi se naturalizando na sociedade pela repetição ao longo dos séculos.³⁵⁵

³⁵⁵ MISKOLCI *apud* Elian, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política. In: SOUZA, L. A. F. de; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. de (Org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 47-68.

A ausência de discussões sobre esse assunto acaba por direta ou indiretamente alimentar a desinformação e por consequência o preconceito na sociedade. As ações de repressão a população gay no Brasil são um produto dessa apatia que impera em alguns setores seja de forma intencional ou não.

Neste contexto de preconceitos, não é difícil encontrar pessoas também dentro das escolas que enxergam a condição homossexual como “crime abominável, amor pecaminoso, tendência perversa, prática infame, paixão abjeta, pecado contra a natureza, vício de Sodoma” (BORRILO, 2009, p. 16)”. Para tais indivíduos o gay “assim como o negro, o judeu ou o estrangeiro, é sempre o outro, o diferente, aquele com o qual qualquer identificação é impensável” (BORRILO, 2009, p. 16).

Nesta perspectiva, a Lgbtfobia “tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um *status* superior e natural” (BORRILO, 2009, p. 17). Corroborando essa linha de raciocínio, as observações feitas na cartilha do Kit Gay *Escola sem Homofobia* a definem da seguinte maneira “é uma decorrência inevitável da heteronormatividade, pois funciona como um modo de identificar e tentar punir todo e qualquer afastamento ou desvio em relação ao padrão heterossexual institucionalizado, uma vez que este é socialmente imposto a todos (as)”³⁵⁶

No cenário escolar a discussão sobre a Lgbtfobia, assim como em outras instâncias da sociedade, deve e precisa acontecer. É necessário trabalhar desde cedo com os alunos a questão da tolerância e o respeito com aqueles cuja sociedade considera diferente.

A falta de consciência crítica dos educadores em tentar debater a diversidade de gênero e sexual na escola assemelha-se ao que acontecia com a relação entre educação e cultura no período pós Revolução Francesa. Na perspectiva de Thompson faltava aos educadores daquele período enxergar a educação como forma de controle social (THOMPSON, 2002). Esse tipo de ação acontece cotidianamente nas escolas brasileiras atuais onde os profissionais da educação se omitem em discutir a diversidade. Essa postura em “silenciar sobre aqueles que se interessam, por colegas do mesmo sexo, é uma forma de trata-los como não sujeitos, desmerecê-los porque não correspondem aos atributos desejados socialmente” (MISKOLCI, 2010, p.19). Apesar disso, mesmo que encontrem resistências, Ferrari chama a atenção para o fato de que “a escola está sendo chamada a olhar o campo da disputa em que está organizando as

³⁵⁶ Caderno Escola sem Homofobia. Disponível em <<http://acervo.novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>.> Acesso em: 18/10/2016.

homossexualidades, sobretudo no que se refere ao combate à homofobia” (FERRARI, 2011, p.81).

Uma das funções da escola, aqui entendida como todos os indivíduos que orbitam dentro dela, é discutir questões que estão em foco na sociedade sendo o respeito e a compressão aos Lgbts uma das muitas atribuições deste espaço. Dar um basta nas atitudes preconceituosas e combater-las através de debates com os alunos para que eles atuem no meio social como proliferadores da ideia de que os Lgbts merecem apreço e de que os modelos de comportamento que hoje conhecemos como padrão heteronormativo foram disseminados a partir de interesses de outras épocas precisam estar na pauta pedagógica das instituições de ensino.

Durante a atuação do professor em sala de aula ou mesmo fora dela ele irá se deparar com a dificuldade em trabalhar a questão da sexualidade em seu currículo. Muitas vezes essa dificuldade não se deve apenas a abstenção de recursos pedagógicos para contextualizar o assunto com a temática trabalhada naquele momento em sala de aula. A dificuldade, que por vezes pode vir a acontecer, tem como uma das várias causas a falta de capacitação junto ao assunto. Não estando devidamente instruídos para tal empreitada os professores podem não ter nenhum interesse em debater um assunto tão delicado e espinhoso com seus alunos.

Não é nenhuma novidade que no ambiente escolar, assim como acontece no meio social além dos muros dos educandários, a presença do preconceito contra os homossexuais também este presente seja através de sua forma velada ou explícita.

Neste cenário, os estudantes devem receber uma educação condizente com uma sociedade que não aceite a discriminação, a ojeriza e a repulsa ao que se considera diverso daquilo que até hoje se sacralizou como o certo e o correto. Todavia tal posição é o que se almeja mas em boa parte dos espaços escolares não é o que de fato ocorre. Percebemos na conduta de algumas escolas uma falta de tato da instituição para trabalhar a questão da diversidade sexual com os alunos.

O distanciamento e até mesmo o não engajamento dos docentes com o tratamento da homofobia dentro das escolas acaba por impedir que eventuais episódios de discriminações que ocorram nos educandários sejam trabalhados de forma positiva e que os discentes que sofram esse tipo de preconceito tenham o necessário apoio para discutir sua condição dentro deste espaço.

Na linha de pensamento de Lionço e Diniz a postura da escola em trabalhar apenas um modelo de sexualidade sem focar as diferenças é de certa maneira um tipo de censura.

Segundo a abordagem de ambas “essas exigências tem como efeito a desqualificação de outros modos de viver a sexualidade gerando a prática discriminatória homofóbica” (LIONÇO, 2009, p.11). Miskolci enfatiza que essa atitude é uma forma de “cumplicidade com a forma de sexualidade hegemônica” (MISKOLCI, 2010, p.19). Em uma passagem em onde discute a questão da complexidade da hegemonia no processo educacional Raymond Williams destaca que a função prioritária da escola é ser transmissora eficaz da cultura dominante (WILLIAMS,2011).

Bourdieu reforça essa ideia da escola enquanto reprodutora de uma visão já consolidada pois esclarece que a educação inserida em uma sociedade heterossexual tende a convalidar as ideias heteronormativas, sexistas e machistas, o que faz com que a escola não se constitua em um espaço de diversidade sexual, de respeito pelo outro. A escola é um ambiente de difusão de violência de gênero, só que faz isso de forma singela, quase que imperceptível (BOURDIEU, 2011).

Trabalhar então a questão da diversidade em especial da diversidade sexual na escola não é uma tarefa fácil, mas necessária. Esse empreendimento requer como elenca Silva de Oliveira um estudo mais detalhado tendo em vista que em, relação a essa temática “pouco se discute, pouco se fala, pouco se reflete, gerando não poucas vezes, comportamentos abertamente agressivos de professores, funcionários e dos próprios colegas com relação aos alunos(as) LGBT”³⁵⁷.

Por vezes, o aluno homossexual ao chegar ao ambiente escolar em muitas situações já chega inseguro, fragilizado, pois raras exceções encontra em seu próprio lar um ambiente inóspito para manifestar sua sexualidade. Em sua fragilidade esse aluno acaba por se isolar buscando dessa forma se defender de ataques e humilhações dos demais estudantes como bem destaca Lionço e Diniz. Segundo as autoras

a solidão é um efeito marcante da homofobia. O recolhimento, a impossibilidade de partilhar experiências ou a exclusão do grupo escolar compromete a meta educacional de promoção da convivência democrática (LIONÇO, 2009, p.11-12).

Nesse ponto, o processo educacional deve romper com este estigma que paira sobre os alunos homossexuais. Mesmo que na ausência dessa discussão no material oficial de ensino o professor e o corpo dirigente da escola precisam encontrar meios de discutir essa problemática. Klayton Marcelino de Paula e Ana Gizelle da Silva apontam o seguinte caminho

³⁵⁷ SILVA, Ana Franciele de Oliveira. *Binarismo Sexual na Escola e o Controle dos Corpos*. Disponível em < <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/view/3194>>. Acesso em :18/10/2016.

A educação deve-se dedicar na sua atuação diária, independente do que traz o livro didático ou aproveitando o conteúdo do mesmo, a identificar a origem de erros, ilusões e cegueiras. Não se discute a quem se deve a responsabilidade desta tarefa, a família dificilmente quebrará o tabu da discussão sobre gênero e sexualidade, pois possui doutrinas absolutamente convencidas de sua verdade, são invulneráveis a qualquer crítica que denuncie seus enganos, está respaldada por tradições seculares, conceitos religiosos e justificativas sociais.³⁵⁸

Nessa perspectiva, Jorn Rusen nos mostra que trabalhar o respeito com os indivíduos Lgbts dentro da escola e também fora dela é perfeitamente possível, pois “aprender é um processo dinâmico em que a pessoa que aprende também é transformada. Algo é ganho, algo é adquirido (...) eles começam a desempenhar um papel na construção mental do sujeito” (Russen, 2011, p.82). Idêntica posição é defendida por Guasch quando afirma que “todas as características que definem a heterossexualidade estão em crise” (Guasch, 2007, p. 121) favorecendo desta forma a introdução dos assuntos da pauta Lgbt nos educandários. Essa inserção pode ser facilitada a partir do momento que os educadores perceberem que “as sexualidades não são atos naturais, mas construções sociais ancoradas na história e na cultura” (FERRARI, 2011, p.88).

Através de estratégias de ensino que demonstrem aos alunos como se deu à construção e quase naturalização do modelo da sexualidade heteronormativa poderemos conseguir construir uma sociedade menos intolerante. Segundo Russen “através da memória o passado se torna presente de modo que o presente é entendido e perspectivas sobre o futuro podem ser formadas” (Russen, 2011, p.79). Complementando esse pensamento Lionço e Diniz sugerem que além de discutir essa situação “a escola porém deve trabalhar possibilidades de pertencimento, isto é, a inclusão de todos num mesmo espaço de sociabilidade” (LIONÇO, 2009, p.12).

Todavia, essa mudança na forma de encarar a diversidade sexual não deve partir apenas das instituições escolares isoladamente. Acreditamos que tais transformações devem encontrar suporte também nas instâncias fora dos educandários, como na família, nas rodas de amigos, no trabalho entre outros. Não é admissível lançar responsabilidades apenas para a escola nesse processo de desconstrução de preconceitos, oriundos da cultura heteronormativa que até o momento vem se mantendo hegemônica em nossa sociedade. Na opinião de Williams, a cultura

³⁵⁸ PAULA, Kleiton Marcelino de; SILVA, Ana Gizelle da. Percepção da abordagem de gênero nas disciplinas do Ensino Médio em escola pública estadual na cidade de Catalão – Goiás. Disponível em < <http://www.partes.com.br/educacao/abordagemdegenero.asp>>. Acesso em 18/10/2016.

dominante encontra subterfúgios para se manter hegemônica e de difícil desconstrução. Para o autor

os processos de educação; os processos de uma formação social muito mais ampla no seio das instituições como a família; as definições práticas e a organização do trabalho (...) todas essas forças estão envolvidas no contínuo fazer e refazer de uma cultura dominante (...) se o que então aprendemos fosse apenas uma ideologia imposta, ou se (...) ocupando apenas o topo de nossas mentes, isso seria – e muitos ficariam felizes – algo muito mais fácil de ser derrubado (WILLIAMS, p. 54)

Ao entendermos o pensamento de Williams é perceptível o porquê de a ideologia heteronormativa ser tão forte em nossa sociedade. Através de um processo de burilamento das mentes e de um fortalecimento contínuo da pedagogia do insulto o discurso heteronormativo alcança a sociedade em todas as instâncias possíveis. É preciso um trabalho conjunto das instâncias de ensino, aqui entendida não apenas como o ensino escolar mas sim como toda forma de aprender que vai além do espaço formal da escola, em conjunto com a comunidade de uma forma total pois só assim será possível aos poucos iniciar um processo de questionamentos dessas verdades absolutas que imperam no corpo social. Para Mészáros, através destas várias formas de aprender, será possível fazer uma mudança gradativa na estrutura social: entre as mudanças esperadas encontra-se a construção de uma sociedade menos preconceituosa. Segundo o autor, os processos educacionais e os processos sociais estão intimamente interligados e desta maneira para promover uma sociedade mais tolerante é preciso envolver a todos (MÉSZÁROS, 2008).

Entendemos ser urgente envolver toda a comunidade além da escola na discussão acerca da diversidade sexual pois segundo Mészáros para construir um novo projeto de educação, no contexto presente uma discussão que enfoque a diversidade sexual, é necessário que se mexa também nas estruturas sociais e para mexer nessas estruturas é preciso envolver todo o corpo social (MÉSZÁROS, 2008).

Manter uma educação que exclui as pessoas pela diferença seja sexual, de gênero, cor ou raça é se manter no erro indo contra um dos muitos objetivos da escola que é ser um ambiente que inclui e agrega os seus membros. É preciso tomar consciência do grave erro que é a discriminação. Essa posição é trabalhada em Morin, segundo o qual “o maior erro seria subestimar o problema do erro” (MORIN, 2002, p. 19).

Temos consciência que em uma sociedade que ao longo dos séculos foi construída em bases machista e heteronormativa uma mudança na forma dessas bases leva tempo e

comprometimento. Na concepção de Mészáros mesmo na melhor das intenções existe os limites objetivos intransponíveis que devem ser respeitados (MÉSZÁROS,2008).

Desta forma, acreditamos que é preciso dar início a um processo de construção e conscientização dos estudantes de que vivemos em uma sociedade plural e diversa e que essa diversidade deve ser respeitada e entendida como parte da condição humana.

Por esse motivo, decidimos pesquisar em nosso mestrado compreender as concepções de tolerância, diversidade, homossexualidade e bullying contra LGBTs a partir do olhar dos alunos dos cursos do ensino médio integrado do IFTM campus Paracatu. Objetivamos a partir destes olhares perceber como a educação pode auxiliar na construção de um discurso de respeito e compreensão as pessoas que não possuem uma orientação heterossexual. Projetamos ainda perceber se há neste espaço educativo a construção de uma cultura da tolerância. Aplicaremos uma intervenção pedagógica em três etapas em sala de aula a um grupo de alunos pré selecionados a partir da qual procederemos a análise das discussões ocorridas nestas três oficinas. Podemos concluir até o momento que a educação tem papel importante na desconstrução de preconceitos que acometem a sociedade e que a escola tem lugar de destaque neste processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011

BORRILO, Daniel. **A homofobia**. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília, DF:UNB, 2009

CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. **Relações de gênero no currículo da educação infantil**: a produção das identidades de princesas, heróis e sapos. 2009.170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009

CARRARA, Sérgio. **Sexualidade e Orientação Sexual**. In: CARRARA, Sérgio. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*, Brasília: SPM, 2009.

FERRARI, Anderson. **Reflexões sobre a Homofobia na Escola**. In: CASAGRANDE, Lindamir; Da LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes de. *Igualdade na Diversidade: enfrentando o Sexismo e a Homofobia*. Curitiba: UTFPR, 2011, p.69-88.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. RJ: Graal, 1988.

GONÇALVES, Francisco Claudio. **Homofobia na escola**: desvelando olhares revelando vozes.2014.131f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: DF: 2009.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?** In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (orgs). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: UNB, 2009

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

MELLO NETO, José Baptista de; AGNOLETI, Michelle Barbosa. **Educação e Diversidade Sexual: em busca de uma escola não homofóbica**. In: Ribeiro, Mara Rejane; Ribeiro; Getúlio. *Educação em Direitos Humanos e Diversidade: diálogos interdisciplinares*. Macéio, AL: UFAL, 2012

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008 (Mundo do Trabalho).

MISKOLCI, Richard. **Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política**. In: SOUZA, L. A. F. de; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. de (Org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011

_____. **Um corpo estranho na sala de aula**. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. SP: Papyrus, 2005, p. 13-26.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação ambiental**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

PAULA, Kleiton Marcelino de; SILVA, Ana Gizelle da. *Percepção da abordagem de gênero nas disciplinas do Ensino Médio em escola pública estadual na cidade de Catalão – Goiás*. Disponível em < <http://www.partes.com.br/educacao/abordagemdegenero.asp>>. Acesso em 18/10/2016.

RUSSEN, Jorn. **Experiência e Interpretação, Orientação: As três dimensões da aprendizagem histórica**. In: SCHIMDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jorn Russen e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2011, p. 79-91.

RODRIGUES, Alexsandro; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa (org.). **Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas**, Vitória, ES: Edufes, 2013

SILVA, Fabiane Ferreira da; MELLO, Elena Maria Billings. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana, RS: Unipama, 2011.

THOMPSON, E. P. **Educação e Experiência**. In: _____. *Os Românticos*. RJ: Civilização Brasileira, 2002, p. 7-47.

WILLIAMS, Raymond. **Base e Superestrutura na teoria da cultura marxista**. In: _____. *Cultura e Materialismo*. SP: Unesp, 2011, p.43-68.

OCUPAR ESPAÇOS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA DO ATIVISMO FEMINISTA NO *FACEBOOK* (2013-2016)

*Maria Elisa de Magalhães Santos*³⁵⁹

RESUMO: A pesquisa que se segue, ainda em desenvolvimento, refere-se à um esboço do que será feito em minha dissertação. O propósito geral deste estudo, se concentra em postular como os usos políticos da *internet* e conseqüentemente do *Facebook* tem gerado ações positivas para mulheres e movimento feminista tencionarem suas articulações a luz de se tornar mais abrangente e catalisador dos problemas vigentes (socialmente) no que compete as questões quanto cultura, gênero, poder, lugar de fala, machismo, racismo, etc. Bem como, para estas observações, peguemos como critério metodológico na ótica da análise do discurso, no objetivo de fazermos uma contraposição a base discursiva entre *fanpages* feministas e *fanpages* antifeministas, buscando respaldos teóricos frente a História Cultural, para entendermos a formação estrutural histórica daquilo que amarra o subjugar de um sexo sobre o outro, sendo este visto pelas postagens de cada página.

Palavras-chaves: *Facebook*. Movimento Feminista. Antifeminismo.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, um esboço, referente ao desenvolvimento de minha dissertação (ainda em andamento), tem por propósito, evidenciar, como as novas redes de comunicações *online*, em específico a rede social *facebook*, tem ajudado e permitido, o avanço do ativismo feminista a se interagir nestes novos espaços que se configura a *internet*. Este propósito, a se desenvolver de forma descritiva, tende a postular quais e como os usos políticos desse meio virtual tem angariado forças e desempenho quando se tem em mente lugar de discurso/lugar de fala, além é claro, de se tornar um movimento mais articulado, mais acessível, de uma maneira que designe positivamente um enfrentamento social e a permanência das vozes femininas em contingentes antes negados.

Tenciono minhas análises, sob as transformações quais, com o advento da globalização/tecnologia, trouxe para a emancipação feminina, quando o assunto é a interação entre mulher/máquina *versus* público/privado.

Pode-se compreender, que, com o alargamento de fronteiras designados pelo uso das redes de *internet*, o movimento feminista se mostrou mais envolvido e mais presente ao público num geral, pelos meios virtuais nada passa despercebido, a ferramenta compartilhar, mostrou um poderoso manuseio ao colocar em cheque as pessoas mais presentes sobre o que acontece no mundo. E, não é diferente quanto a um movimento que se apresenta *online*, com essa capacidade, ele pôde estabelecer uma relação mais familiarizada com problemas ocasionados

³⁵⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). E-mail: mariaelisamagalhaes01@gmail.com. Orientadora Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

por uma estrutura que se formou patriarcal, onde o estado e a cultura se faz revelador quando o assunto é o subjugar o sujeito feminino.

Nesse caso, tenho por interesse, caminhar pelo seio virtual, a partir das ferramentas e funções oferecidas pela rede social *Facebook*, que categoricamente são as *fanpages*/páginas criadas em seu interior e designadas segundo o site *Facebook* Brasil, como “perfis públicos que artistas, figuras públicas, empresas, marcas, organizações e ONGs usam para criar uma presença nesta rede e de certa forma falar mais próxima do público”, ou melhor, como se fosse uma comunidade na discussão de temas específicos. Assim sendo, propus para a pesquisa uma chamada interpretativa das práticas discursivas entre *fanpages* feministas e *fanpages* antifeministas.

Nesse sentido, dentre as tantas *fanpages* feministas presente na rede social (*facebook*) me atentei para duas, dentro do recorte temporal de 2013 a 2016, quais são: *Think Olga* (2013) e *Vamos Juntas?* (2015), o critério de escolha para estas duas se configura, além de uma identificação pessoal, pelo modo como se trata às problemáticas vivenciadas pelas mulheres, a maneira de articulação e relação com o público, bem como, pelo fato que estas buscam nas postagens um maior empoderamento na capacidade de ajuda mutua e sororidade perante às mulheres. Pois, quando se passa uma mensagem que não somos rivais e sim um coletivo, isso reconfigura o modo operante daquilo que fomos ensinadas - a odiarem umas às outras. Além disso, meu critério de escolha é também analítico, uma vez que, tenho visto um movimento muito presente na construção de sujeitos que pensam de si, sobre si, sobre seus corpos, um movimento que acredita em suas potencialidades e visualiza na luta um ato de coragem para a reconstrução de uma estrutura opressora.

Para tanto, sendo estes meus objetivos maiores, me atentei, sabendo sobretudo, que os meios digitais é um expresso discursivo sem fim, onde todos caminham e buscam o que mais lhes apetece, vou trazer para a discussão de uma maneira mais específica uma contraposição dos argumentos daqueles de propagam um empoderamento feminino (as *fanpages* feministas), com àqueles que utilizam dessas mesmas ferramentas o disseminar do ódio, da misoginia, da violência simbólica, etc. perante às mulheres. Neste caso, assim como irei analisar duas das páginas feministas, busquei duas que tem por critério o antifeminismo, sendo estas *Anti-feminista* (2013) e *Orgulho de ser hetero* (2016).

O intuito por fazer uma análise à estas duas páginas, na contraposição dos discursos, se resumem basicamente pelo fato que quero me ater das postagens feitas por elas em comparação à construção cultural histórica onde estas tiveram por critério o subjugar de um sexo sob o outro, trazendo para o íntimo e para a construção social da mulher um descaminho na forma de agir, de ser e de se portar como sujeito político. Esta construção será analisada sob a ótica da história

cultural, pois esta tem como propósito atentar as representações do passado para explicar como isto afeta no redirecionamento dos comportamentos sociais no tempo presente.

Será feito nestas, um exercício crítico, de como ainda está tão arraigado na sociedade, argumentos que tende de alguma forma representar a imagem da mulher de maneira pejorativa, usando do cômico para disseminar e permanecer nas esferas sociais a sua não visibilidade. No entanto, esta parte, representa um dos pontos de minha problemática. Caracterizar de que forma estes discursos estão sendo propagados nos meios virtuais e como isso afeta a formação daquelas/es que visualizam estes conteúdos. Deste modo, este método, fez-se necessário, tendo em vista que tais discursos, são facultados de forma aberta e sem interrupção dentre os canais de comunicação virtual.

O *facebook* caracterizado como *lócus* para as interações sociais, tem nos seus conteúdos compartilhados um alcance muito rápido e fácil em dimensões mundiais, esta capacidade visual que esta rede nos proporciona, faz com que ficamos à mercê de publicações as mais diversas, e mesmo este tendo em seu complexo operacional políticas públicas para nossa segurança, sempre nos acarreta em vermos comentários e/ou conteúdo que nos agride formal e psicologicamente. É por isso, que minha intenção é fazer uma contraposição dos discursos, trazendo como recorte as publicações feministas e antifeministas.

Além do mais, vejo na base teórica da história cultural, uma forma de entendermos o socialmente construído, pelos compartilhamentos de certos tipos conteúdo de um lado, para o reflexo na formação dos sujeitos de outro. As interpretações das páginas, sendo estas minhas fontes de pesquisas, terá por critério, dentre o recorte temporal delimitado, as publicações que se apresentam com maior número de visualizações (curtidas, comentários, compartilhamentos) válidos para ambas as *fanpages*, tendo como aspecto predominantes temas que abarque, abuso/assédio sexual, sororidade, violência/agressão física, direitos reprodutivos da mulher, legalização do aborto, machismo, homofobia, misoginia, patriarcalismo, racismo, etc.

No entanto, a estrutura que rege minha escrita está embasada por estas vias. Um trabalho que atua nestas perspectivas, representa tanto para a academia quanto fora dela, em específico para o movimento feminista, um momento para se reconhecerem ainda mais como sujeitos sociais e que tem no processo histórico seu legado mais concreto, de lutas e emancipação para a formação de uma sociedade mais equânime e justa para com as mulheres. Além do mais, permanecendo dentro de uma análise intercultural histórica, observando suas temporalidades, este estudo abarca conceitos que são favoráveis para uma construção teórica a base das relações de poder, gênero, cultura, mídia.

Assim sendo, a pesquisa que desenvolvo está presente pelos meios da interdisciplinaridade. Se constitui na fronteira na intersecção com a História, Comunicação,

Antropologia, Sociologia, etc., pois temas como, relações de poder, história cultural/social, história das mulheres, gênero, mídia, redes sociais, são constantes na construção do pensamento epistêmico da escrita.

FACEBOOK E SEUS USOS POLÍTICOS COMO ESPAÇO NA ATUAÇÃO, CONSTRUÇÃO E EMANCIPAÇÃO DA MULHER E MOVIMENTO FEMINISTA

Como “metáforas estruturais, as redes sociais na internet, são construídas através de laços sociais estabelecidos pelos atores que se conectam” (RECUERO, 2009, p. 56), sejam por “escolhas, orientações, comportamentos ou opiniões de indivíduos” (MARTELETO, 2001, p. 72).

“Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais)” (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). [...] Uma rede, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões” (RECUERO, 2009, p. 24).

Para que uma rede social na *internet*, se constitua como tal, é preciso que dentro dela tenha-se simbolicamente pontos de encontros onde *atores* possam conectarem uns com os outros. No caso, esses pontos de encontros são entendidos na rede social, como *sites*, denominados de “site de rede social (SRS)”, a exemplo, temos o *facebook* (Recuero, 2009, p. 102).

[Estes] sites são aqueles que compreendem a categoria dos sistemas focados em expor e publicar as redes sociais dos atores, ou seja, sua finalidade está relacionada à publicização dessas redes. São sistemas onde há perfis e há espaços específicos para a publicização das conexões com os indivíduos (RECUERO, 2009, p. 104).

Desta forma, o processo organizacional do site de rede social *facebook*, é constituído por perfis, onde o sujeito cria sua própria conta. Dentro desse perfil, é possível escolher entre uma conta individual, ou uma conta pública, a exemplo desta, são as várias *fanpages*, ou melhor, perfis que tem por característica uma relação de “comunidade”. Essas páginas *online*, na maioria das vezes são temáticas. Abordando conteúdos diversos, elas têm a capacidade de interagir um grande número de pessoas na discussão de um dado problema e/ou assunto, que ocorre tanto social, quanto politicamente, etc.

Expressas como um novo fenômeno de atuação, seja pelas “formas de organização, identidade, conversação e mobilidade social” (RECUERO 2009, p. 16-24). Levando em consideração estes, como sendo categorias de seus usos políticos, os sujeitos (usuários) das

redes sociais na *internet*, tem disseminado esses usos, “na tradução de termos, ideias e lutas, apostando na eficácia de atrair [pessoas] ou ainda deixar mais claro o uso de determinados conceitos, temas e/ou ‘palavras de ordem’” (FERREIRA, 2015, p. 211).

As redes sociais tornaram um espaço de encontros, desencontros, enunciações, negociações e ativismo. Nesse sentido, práticas culturais anteriormente legitimadas estão sendo dinamicamente reconfiguradas pela sociedade conectada em rede (SANTOS; ROSSINI, 2014, p. 85).

Uma vez que, com as possibilidades alcançadas a partir das conexões em rede, não mais são preocupações as categorias entre tempo e espaço, as coisas estão tão dinamizadas que em minutos pessoas do mundo inteiro já tem acesso às notícias e acontecimentos de outras partes geográficas. O temporal se tornou mais rápido, e o espacial mais comprimido.

Assim sendo, a *internet* se apresentou nas áreas sociais como um campo plural, onde, no seu vasto campo de navegação encontra-se por parte de seus usuários a liberdade de manifestarem contrários ou não a certos posicionamentos, comportamentos, desconstruções que ao longo das conexões presentes nesses ciberespaços possam surgir. Tenho tencionado minha proposta de pesquisa para um contraponto entre *páginas* de cunho feministas e *páginas* de cunho antifeministas. Pois, além de conceder uma análise sobre como páginas inseridas dentro do *facebook* tem utilizado seus usos políticos para possibilitar um ativismo, bem como disseminar discursos afirmativos no que insere o feminismo e suas práticas sociais, quero também mostrar criticamente a relação entre o processo cultural ideológico histórico e a construção de sujeitos que propagam um discurso de ódio à política feminista.

Perante isto, tenho por interesse levar a análise da dualidade entre *feminismo* e *antifeminismo*, pelos fluxos historiográficos da História Cultural, pois, segundo Pesavento (2012), é por ela que vamos “ao encontro das representações antigas, recuperando os registros do passado na sua irreduzível especificidade, quando os homens falavam, agiam e construíam representações do mundo estranhas aos nossos códigos e valores” (p. 59). De acordo com isto, são válidas as considerações de Reinhart Koselleck (2006) quando este nos fala sobre o tempo, dizendo que só é possível verificar transformações no futuro (horizonte de expectativa), se nos ater a reconstruir as representações do passado (espaço de experiência) (p. 309).

Escrever a História, [...] é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado (PESAVENTO, 2012, p. 59).

Há que nos perceber, no entanto, que muitos dos comportamentos que persistem em nossa sociedade, foram culturalmente, pelo tempo, amarrados às pessoas através das representações ou valores. Alguns, dentre estes comportamentos, teve por critério estigmatizar e estabelecer formas pejorativas à imagem do outro, ou seja, foram construídos segundo Geertz

(2008) “como teias de significados, onde, o homem figura o próprio animal que ás tecem, e estes mesmos ficam amarrados a ela” (p. 4).

Assim como Geertz metaforicamente colocou essas teias como representando a cultura, peguemos como exemplo, a questão de subvalorizar gêneros, no que compete mulher e homem. Os comportamentos impostos a nós mulheres atualmente, representa seguindo esta análise, como sendo o processo que ao longo do tempo a sociedade os teceu, construindo socialmente, categorias que delimitassem o ser mulher, ou seja, uma “educação que não visa a autonomia, nem a liberdade de decidir o seu destino”, mas uma introjecção de instrumentos que, segundo o processo cultural “nos possibilitem exercer as funções que são reconhecidas próprias a nós – a de esposa e mãe” (SOIHET, 1997, p. 19).

Segundo Butler,

Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como uma linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2003, p. 28).

Nesse caso, considerando que o trabalho de desconstruir estes pensamentos em crianças, jovens e adultos não se dá na transição do dia para a noite, é preciso estruturar novas atitudes, novos exemplos, novos comportamentos, é preciso descentrar sujeitos, retirar do centro a binaridade homem/mulher, igual ao que Mariano (2005) citando Joan Scott (1999) diz, que “é preciso formular novas teorias permitindo pensar em termos plurais e diversidades, em lugar de unidades e universais, pois esse constrói hierarquias” (*apud*, p. 486-487). Para assim, chegarmos ao cerne da escrita de Geertz, entendendo que, se foram nós próprios (sociedade) os arquitetos de nossas representações, cabe somente a nós mesmos moldurar novas teias de significados, pois se temos a audácia de construir, temos que ter também para desconstruir.

Assim sendo, em desenvolvimento ainda iniciais, pude perceber que o que atualmente é representado nas *páginas antifeministas*, são costumes que foram costurados por uma gama de saberes machistas ao longo do tempo. Ao percorrer a *timeline* de cada página (*antifeminista*), percebemos, assim como Soihet (2005) evidenciou em seu trabalho, tendo como análise o jornal *O Pasquim*³⁶⁰, o critério da utilização do riso, de postagens com recursos cômicos mostra uma forma “para a destruição do adversário” (p. 692), e ridicularizar militantes feministas.

A autora mostra, que em 1960, quando emerge a luta das mulheres em meio a Rebelião Contracultural³⁶¹, estas tendo como fio condutor a mística entre “público e privado, pessoal e

³⁶⁰ *O Pasquim* foi um jornal alternativo da época a ditadura militar no Brasil. Publicado semanalmente, seu primeiro número de publicação foi datado em 26 de junho de 1969 (SOIHET, 2005, p. 594).

³⁶¹ “1960: emerge a célebre rebelião contracultural, propondo toda uma série de mudanças no plano da criação literária, artística, do comportamento individual e da atuação política” (SOIHET, 2005, p.594).

político, insistindo sobre o caráter estrutural da dominação, em que, esta deixava-as obscurecidas, como se fossem produtos de situações pessoais, nas relações da vida cotidiana” (SOIHET, 2005, p. 591). Instaurou por parte de jornais, principalmente pelo *O Pasquim* a arma da ridicularização, tomando como forma um caráter cômico para estabelecer perante às feministas o constrangimento e por parte dos articuladores do jornal, o *antifeminismo*. Com uma “postura misógina, volta-se sua mordacidade para as mulheres, àquelas que lutavam com vistas a atingir direitos e/ou que no seu cotidiano assumiam atitudes inadequadas à feminilidade” (SOIHET, 2005, p. 594).

Nesse sentido, é perceptível que o que está em discussão entre as duas páginas (*antifeminista*), são conteúdos que levam a diminuir em aspectos sociais e morais a mulher. Com caráter pejorativo, tanto ao estético quanto ao intelectual, tem permanecido, assim como no Jornal *O Pasquim*, depois de passados quase meia década entre as duas mídias, publicações que evidenciam “estereótipos como feiura, menor inteligência e/ou tendo como vista identificar negativamente àquelas mulheres que ousavam [ou/ousam] postular papéis considerados privativos do homem” (SOIEHT, 2005, p. 595). As páginas, falam da não higiene das feministas, exemplo, não se depilam; dizem que estas utilizam discurso de vitimização; mulheres só são felizes e realizadas se estas estiverem na sombra de um homem; elas sempre fazem barracos, são arruaceiras; só conseguem “combater” o machismo postando textão no facebook; estas são gordas, não se preocupam com o corpo [este que o homem quer como objeto de desejo]; dizem que as feministas propagam um discurso que só elas tem a verdade; que o feminismo fala de liberdade das mulheres, mas desde que concorde a ser feminista.

A maioria destas postagens são realizadas no sentido de perguntas, interrogações, levando a entender se o que as feministas militam, elas mesmas estão cumprindo; e/ou estas sempre estão com ilustrações cômicas, piadinhas, ou mostrando duplo sentido.

Nesse sentido, este é o significado das operações culturais discursivas patriarcalista. O ódio e a misoginia são armas fundantes quando estes percebem que seu lugar de poder está sendo invadido pelo sexo oposto. Vemos, que dentro do processo histórico, o corpo da mulher fora designado como um instrumento de uso cultural, ele não podia falar, nem pensar. A neutralidade era um dos aspectos fundantes na característica de se tornar, dentro dos contingentes da obscuridade, uma boa esposa, mãe e do lar.

Falar, representa se estabelecer em lugar de poder, e quando mulheres discursão, exprimem representação, atuação, enfrentamento social, e concomitantemente uma quebra do silenciamento que pela construção cultural era o lugar privilegiado para as femininas.

Perante isso, um estudo que se enquadra na relação entre feminismo e redes sociais se posiciona na perspectiva de um discurso de enfrentamento, em que mulheres agora conseguem,

ou melhor, tem a liberdade de propagar suas falas, seus discursos para o mundo, mostrando sua autonomia, seu poder e sua luta.

[...] a atuação de coletivos feministas por meio das redes digitais tem ampliado as semânticas e as gramáticas políticas referentes as noções de violência, complexificando seus processos de reconhecimento e denúncia, [...] abriram espaços para debates sobre corpo e corporalidades. Além de lutas pela descriminalização do aborto e debates sobre corpos trans e a radicalidade nas discussões sobre padrões de beleza (FERREIRA, 2015, p. 222).

Deste modo, tendo em vista que estamos em análises iniciais. Vou enfatizar neste momento as outras duas páginas. Estas politicamente feministas. Que são: *Think Olga* e *Vamos Juntas?*

Os conteúdos que estão sendo compartilhados por estas *fanpages* atualmente, buscam, segundo os objetivos de cada grupo, promover uma reflexão sobre às complexidades das mulheres e seu tratamento com seriedade; luta pelo empoderamento feminino por meio de informações tanto social, no trabalho, sexual e na maternidade; incentivo ao empreendedorismo pessoal; “igualdade” [equidade] entre sexos; valorização da mulher; melhoria na saúde materna; erradicação a violência; respeito aos direitos humanos; repúdios à discriminação e preconceitos; implantação do discurso a sororidade entre as mulheres e luta contra o machismo institucionalizado (*Think Olga* (2013) e *Vamos Juntas?* (2015)).

Pensando nisso, sempre com postagens que transmitem uma linguagem de enfrentamento, questionando posicionamentos estruturados pelo machismo institucionalizado. As *fanpages*, tem se apresentado numa posição de luta, pela redefinição daqueles sempre papéis nos impostos e na busca pela equidade política e social, pelo respeito, autonomia, poder de fala, liberdade com seu corpo, etc.

No entanto, a internet de um modo particular e/ou podemos dizer geral, acendeu para as mulheres e movimentos feministas como um grande *locus* no campo da emancipação e favorecimento para exprimir seu lugar de fala socialmente, onde antes, este era renegado à sua presença. Esse novo ciclo tecnológico tem reelaborado o pensar sobre o espaço privado enquanto feminino. Pois, a partir das intersecções, mulheres de todo o mundo, podem criar um espaço só delas, espaço pluralizado, com o propósito de articular conhecimento, criatividade na produção de ações, reflexões como seres capazes de fazerem desses espaços, um lugar de atuação, produção e fortalecimento da política que compreende o feminismo.

Sendo as redes sociais expressas como categorias úteis nas transformações relacionais dentro da sociedade, num esquema onde tudo se vê, tudo se encontra, os que faz uso dela como um mecanismo para novas tessituras e rearticulações de padrões estabelecidos culturalmente, a exemplo, as várias *fanpages* feministas, estão possibilitando o disseminar de ações em prol do pensamento crítico em relação aos problemas político/sociais vigentes em nossa sociedade, bem

como, fazendo jus do seu objetivo, que compreende a ampliação de um campo de saber que está ali singularizado e a partir dessas redes de conexões interseccionadas pelo computador, transformam em categorias plurais, transferindo ideias, posicionamentos políticos, reelaboração de pensamentos ou comportamentos impregnados ao longo do processo histórico, etc.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Perante isso, sendo este um pequeno esboço do que trarei em meu trabalho de dissertação, em argumentos que se concentra no desenvolver da construção histórica do que consiste mídia, redes sociais *online*, *Facebook* e sua contextualização do que estas estão favorecendo para o pertencimento atual do movimento feminista e mulheres em esferas antes denegados, como por exemplo, o lugar público de sua fala. Tenho percebido, que através dessas possibilidades trazidas por esta rede social, tem aberto, um espaço de propagação e disseminação de conteúdos que engrandecem nossa capacidade cognitiva e para o movimento feminista um novo florescer em ações e lutas que viabilize em todas as escalas sociais conhecimentos que tange temas como gênero, relações de poder, machismo, sexismo, cultura, etc.

Este novo arsenal, é visto dentro das práticas teóricas como uma porta para uma nova fase feminista, mais conectada, virtual, abrangente, participativo e perto do público. Um prisma para a chamada “quarta” onda³⁶², que terá debate significativo a partir dos anos 1990, uma vez, propriamente, foi o momento da chegada dos usos da *internet* nas áreas sociais. Nesse sentido, tenho crido muito nesta capacidade atuante das mulheres neste ceio virtual, a proliferação idealizante do significado mulher e a construção do nosso eu político, é preciso ser posto, para que possamos rever como culturalmente fomos delineadas a espaços, formas e conteúdo.

Porquanto, para além disso, na condição de mulher, pesquisadora, é preciso visualizar para além dessas benfeitorias e não cair em um mundo utópico. Tenhamos em mente que a *internet* é uma rede, com atores e conexões, ali se compartilha, se exhibe, se esconde. É justamente por isso, que trago a contraposição de duas formas de organizações políticas *on-line* (*feminismo* e *antifeminismo*), pois tenho deparado que cada uma elabora sua atuação sob a estrutura construída culturalmente. Se uma tende a desconstruir os padrões, a outra permanece estática diante às mudanças.

REFERÊNCIAS

³⁶² Este tema será melhor destrinchado no trabalho dissertativo.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Judith Butler: tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FACEBOOK. *Facebook Newsroom*. Setembro de 2006. Disponível em: <<https://br.newsroom.fb.com/company-info/>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

FACEBOOK. *Fanpage anti-feminismo*. 2013 [online] <<https://www.facebook.com/antifeminismo01/?fref=ts>>.

FACEBOOK. *Fanpage orgulho de ser hetero*. 2016 [online] <<https://www.facebook.com/OrgulhoHetero.Blog/?fref=ts%20>>

FACEBOOK. *Fanpage think olga*. 2013 [online] <<https://www.facebook.com/thinkolga/?fref=ts>>.

FACEBOOK. *Fanpage vamos juntas?* 2015 [online] <<https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/?fref=ts>>.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismo web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu** (44), janeiro-junho de 2015. P. 199-228.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Clifford Geertz. – 1. ed., 13. reimpr. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. – tradução: Wilma Patrícia Maos, Carlos Almeida Pereira; revisão: César Benjamin. Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. Universidade Estadual de Londrina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, MCT/IBICT – UFRJ/ECO. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Sandra Jatahy Pesavento – 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. – Porto Alegre: Sulina, 2009 (Coleção Cibercultura), 191 p.

SANTOS, Edméa. ROSSINI, Tatiane Stofella Sodré. Comunidade REA-Brasil no Facebook: um espaço de ativismo, autorias, compartilhamentos e inquieta es. In: **Facebook e Educa o: publicar, curtir, compartilhar** (Orgs: Cristiane Porto e Edméa Santos). – Campinas Grande: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1. (Encontrar em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>).

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representa es femininas. **Revista Estudos Feministas**, v. 5, n.1, p. 7-29, 1997.

SOIHET, Rachel. Zombaria como aram antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (2008-2012): DEBATES E REPERCUSSÕES.

*Maria Imaculada Correia de Miranda*³⁶³

RESUMO: Esse estudo subsidiará a pesquisa “Expansão Universitária e Democratização: Recepção e Impactos do Programa Reuni na UFG (2008-2012).” O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi criado no ano de 2007 pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o intuito de ampliar as condições do acesso e permanência a Educação Superior Pública no Brasil. Em face da amplitude da proposta, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que aderiram ao programa tiveram seus perfis institucionais redesenhados. No âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG), criada em 1960, não foi diferente. Recentemente, no biênio 2006/2007, a instituição passou por uma expressiva fase de expansão, inicialmente voltada para os câmpus do interior e continuada pela implantação do Reuni na UFG (2008-2012). Logo, o presente estudo reflete sobre mudanças ocorridas na Educação Superior no Brasil iniciadas nos anos de 1990 e continuadas pelo governo Lula no período 2003-2010, bem como voltará o olhar para as repercussões ocorridas na UFG a partir do debate sobre a adesão dessa instituição ao Reuni (2008-2012).

Palavras-chaves: Reuni, Expansão, Debates, UFG.

Considerações iniciais

O presente texto tem a finalidade de subsidiar a pesquisa “Expansão Universitária e Democratização: Recepção e Impactos do Programa Reuni na UFG (2008-2012)”, a qual, dentre outros, busca refletir sobre a adesão da UFG ao Reuni, de modo a permitir uma melhor visualização e análise desse processo, com foco nas mudanças ocorridas a partir disso. O Reuni foi instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e suas proposições são voltadas especificamente para as IFES. Esse programa de governo foi precedido pela interiorização do Ensino Superior que resultou na expansão de vagas no Ensino Superior Público, e por um momento de debates os quais buscavam respostas que resultassem no aumento do crescimento desse nível de ensino, criando condições para que as IFES promovessem uma expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de Educação Superior. Desse modo, as ações do Reuni contemplaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, dentre outras metas, com o propósito ampliar o acesso ao Ensino Superior Público e, conseqüentemente, diminuir as desigualdades sociais no país.

De modo geral, a implantação do Reuni teve início em 2008 e foi concluída em 2012. Cada IFES que aderisse deveria elaborar seu plano de ação e se esforçar para o cumprimento

363 Mestranda do PPGH/UFG, e-mail: imaculamiranda@gmail.com, orientada pela Prof^a Heloísa Selma Fernandes Capel, pesquisa: “Expansão Universitária e Democratização: Recepção e Impactos do Programa Reuni na UFG (2008-2012).”

das metas estabelecidas no decreto. Em contrapartida, viria a receber recursos adicionais condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa, limitado a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial de adesão e no prazo de cinco anos, financiamento esse condicionado a capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (MEC).

As metas do Reuni, embora diversificadas, estão condicionadas as duas metas globais definidas no § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.096, a saber: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 por um ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano, cabendo ao MEC a definição dos parâmetros de cálculo desses indicadores. Nas concepções de Tonegutti e Martinez (2007), as duas metas que condicionam todos os projetos apresentados dentro do Reuni são incompatíveis com padrões de qualidade de ensino aceitáveis, aprofundam a precarização do trabalho docente e ferem a autonomia universitária ao impor padrões que são da competência acadêmica das IFES.

A despeito das controvérsias e preocupações a respeito do Reuni, todas as IFES existentes naquele momento aderiram ao programa, a UFG dentre elas, o que permitiu a duplicação do número de vagas ofertadas em seus diversos *câmpus* e o aumento da infraestrutura física da instituição (90% a mais de área construída), e veio a resultar em um momento de crescimento expressivo da UFG.

Assim, em razão da adesão ao Reuni, a UFG iniciou uma fase de transformações, não só físicas, como também do capital humano e simbólico. Tais mudanças foram ressaltadas em matéria publicada em novembro/2013 pela Assessoria de Comunicação da UFG, que discorre sobre o crescimento institucional e afirma que:

a UFG trabalhou na reestruturação de seus projetos acadêmicos, na aquisição de equipamentos, na realização de concursos públicos para contratação de servidores docentes e técnico-administrativos, no planejamento estratégico e na execução de obras necessárias para que ocorresse a completa implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A elaboração dos projetos das 233 edificações ficou a cargo do Centro de Gestão do Espaço Físico (Cegef). Estas obras, que representaram um aumento de 90% na área construída da UFG, foram financiadas com recursos do Programa Reuni, do orçamento da UFG, de emendas apresentadas pelos parlamentares goianos no Congresso Nacional e do Programa CT-Infra/Finep.³⁶⁴

³⁶⁴ Disponível em: <http://www.jornalufgonline.ufg.br/n/65871-ufg-expande-infraestrutura>. Acesso em: 18 dez. 2017.

Desta forma, o presente texto resulta de estudos relativos a pesquisa de mestrado em desenvolvimento, de modo que discorre sobre mudanças ocorridas na Educação Superior no Brasil gestadas pelo governo Lula (2003-2010), com foco no Reuni, assim como pretende refletir sobre a adesão da UFG a esse programa, bem como sobre as repercussões ocorridas na instituição em razão disso.

Quanto a caracterização teórico-metodológica, em um primeiro momento esse estudo está ancorado em levantamento bibliográfico feito por meio de livros, artigos, revistas, teses, dissertações e periódicos publicados sobre o assunto, relativos à política educacional, democratização de acesso, ações afirmativas no ensino superior, reforma universitária, desenvolvimento, desigualdades socioeconômicas e papel do Estado, em conjunto com dados estatísticos contidos na publicação feita pela UFG nomeada “Livro da UFG 2006-2013”, além de outros registros a respeito do debate sobre o tema, dentre eles, artigos veiculados em periódicos locais, atas oriundas dos Conselhos Diretores das Unidades Acadêmicas da UFG e similares.

A década de 1990 e as mudanças na Educação Superior.

Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, a Educação Superior no Brasil passou por mudanças que resultaram na expansão do Ensino Superior, tanto no âmbito público quanto no privado, inicialmente com ênfase no Ensino Superior privado. Nesse período ocorreram diversas alterações jurídicas e institucionais na área da Educação Superior que ocasionaram transformações variadas. Em Dourado (2002), temos a argumentação de que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995-2002, as reformas do Estado interferiram nas políticas públicas e engendraram alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais.

Por sua vez, Deus (2008), defende o argumento de que especialmente na segunda metade da década de 1990, durante a primeira gestão de FHC, o MEC adotou uma política progressiva de asfixia das IFES, para, em seguida, apresentar como alternativa a concessão de maior autonomia administrativa às instituições para compensar a escassez financeira por meio de uma gestão menos controlada burocraticamente. Por outro lado, dados do MEC contidos no Censo da Educação Superior de 2004 revelam que nesse referido ano houve registros de abertura de seis novos cursos de nível superior por dia no Brasil, enquanto o número de instituições privadas cresceu 267% no período de 2001-2004.

Desse modo, embora os dados mostrem aumento do acesso ao Ensino Superior na gestão FHC, eles sinalizam principalmente para uma expansão privada desse nível de ensino. O crescimento desordenado do Ensino Superior privado gerou muitos questionamentos, uma vez que nem sempre tais instituições se mostraram capazes de ofertar ao seu público um corpo docente de fato qualificado ou infraestrutura mínima para o seu funcionamento, dado que o foco da maioria das instituições privadas está no ensino, ficando a pesquisa e extensão relegadas a um segundo plano.

É no contexto de um cenário de crescimento em sentido inverso (e por isso pouco democrático) que surge o projeto “Uma Escola do tamanho do Brasil”, nome dado ao programa do então presidente Lula em seu primeiro mandato (2003-2006), que trazia a proposta de elevar os níveis da educação do país, ressaltando a necessidade de ampliação do acesso à Educação Superior para todos e priorizando um ensino público comprometido com a inclusão social.

Resulta dessa fase o surgimento do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, que em seu artigo 1º afirma que o ProUni será destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos. Assim sendo, o ensino privado termina por figurar como o principal beneficiário do ProUni, pois é em volta dele (pelo menos naquele primeiro momento) que foram construídas as medidas de democratização do acesso ao Ensino Superior, dado que, além da concessão de bolsas de estudos em instituições de Ensino Superior privadas, o governo, em contrapartida, oferecia isenção de tributos àquelas instituições que aderissem ao programa.

Data desse período também mudanças nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), originalmente criado em 1999 durante a gestão de FHC em substituição ao Programa de Crédito Educativo, e reformulado em 2010 pelo governo Lula. A partir dessa reformulação o FIES passou a funcionar em um novo formato: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação passou a ser o operador do programa. Embora o FIES tenha colaborado para expansão do acesso ao Ensino Superior, percebe-se novamente uma ação que favoreceu o setor privado de educação, assim como ao governo, que por meio do FIES se desvincula do compromisso de investir na construção de uma Educação Superior gratuita para todos. Assim, tanto no FIES, como no ProUni, o governo Lula, assim como seu antecessor FHC, optou, de acordo com (Oliveira, 2014, p. 10), “pela solução mais barata, que é comprar vaga ou bancar o mecanismo de empréstimos estudantis, canalizando recursos para o setor privado”.

No que se refere ao aumento das vagas nas IFES sob a gestão Lula, outros programas e normativas compuseram a estratégia governamental da expansão do Ensino Superior, desta vez

com enfoque na rede pública, dentre eles o programa de Interiorização denominado pelo governo como fase de Expansão I (2003 a 2007), que teve como principal meta interiorizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal, seguido do Reuni (2008-2012), assunto do qual trataremos a seguir.

O Reuni e as Universidades Federais

O governo Lula lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no início de 2007, com uma série de ações para estimular o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) nasce como parte das ações do PAC e trata de um conjunto de medidas consideradas prioritárias para o Governo Federal no âmbito geral da educação brasileira. Desse modo, o PDE aparece conjugado ao PAC e comporta um conjunto de decretos, projetos de lei e regulações ‘menores’. Dentre essas normativas estava o Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Reuni em conjunto com o documento “Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais”, de agosto de 2007, elaborado por um grupo assessor.

Essa gama de legislações e programas retrata o desenvolvimento fatiado da última reforma da Educação Superior ocorrida no Brasil a partir da década de 1990 e revela um cenário sequencial de medidas implementadas na Educação Superior que comportam tanto o governo de FHC quanto o de Lula, sendo que esse último implantou políticas para educação inicialmente concebidas no governo de FHC e outras oriundas do seu próprio governo. Nesse sentido, conforme Léda e Mancebo (2009), em se tratando de continuidade, podemos afirmar que em linhas gerais permanece a limitação orçamentária, a subserviência diante das pressões dos organismos internacionais, a vinculação das instituições públicas de ensino superior às decisões do Ministério do Planejamento, no caso das IFES.

Por conseguinte, o Reuni foi uma das últimas estratégias do governo Lula para implementar uma reforma da Educação Superior que se materializou por diferentes fases, sendo o Reuni a mais evidentes delas, como parte das ações que integraram o PDE. Dessa maneira, as proposições do Reuni são voltadas especificamente para IFES e, apesar de ter sido criado em abril de 2007, teve como antecedentes debates iniciados no segundo semestre de 2006, momento em que se discutia a evasão no Ensino Superior e surgia um conjunto de propostas que pensavam outras possibilidades para as IFES. Naquele contexto, conforme Léda e Mancebo (2009: 52),

inicia-se uma campanha contra o atual formato do ensino ministrado na maioria das universidades, com diagnósticos e análises variados, baseados em dados estatísticos sobre vagas nas universidades públicas e as altas taxas evasão no ensino superior. A proposta apresentada para se contrapor a esse quadro teve, na ocasião, como principal interlocutor o reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, que em inúmeras visitas, aulas inaugurais e palestras divulgou a “Universidade Nova”³⁶⁵ adjetivada como solução contra a obsolescência das universidades de modelo tradicional.

Por conseguinte, para pensar o Reuni, há que se pontuar que esse programa inicialmente reflete as propostas de autoria do professor Naomar Monteiro de Almeida Filho da Universidade Federal da Bahia (UFBA), expressas por meio de um projeto que não se materializou e foi chamado “Universidade Nova”. No entanto, de acordo, com Lima (2009:4), “o programa Reuni é o UniNova com (pouco) financiamento público condicionado ao estabelecimento de metas expressas em um contrato de gestão”.

Nesse sentido, em Léda e Mancebo (2009) temos relatos de que entre o final de 2006 e início de 2007, circulava em ambiente restrito, o documento não-oficial do MEC com o nome de “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”. Ocorreram discussões do MEC com outras entidades, em especial com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), até se chegar à versão final do Decreto Presidencial no 6.096, em abril de 2007, que, no essencial, “manteve os mesmos mandamentos dos documentos que lhe precederam, aqueles do Universidade Nova” (Léda; Mancebo, 2009, p.52).

Na percepção de Deus (2008), o Reuni já nasceu autoritário por se tratar de um decreto e por impor um cronograma já definido, o que contribuiu para que essa discussão não tivesse a amplitude merecida naquele momento, uma vez que a maioria das IFES fizeram tal debate de modo acelerado, tendo em vista os prazos estabelecidos pelo cronograma prévio. Assim sendo, embora seja um decreto, o Reuni é de adesão voluntária de cada IFES, por decisão dos respectivos Conselhos Universitários. Há um contrassenso claro entre a forma de criação do Reuni (instituído via decreto - o que denota autoritarismo por parte do governo) e a alternativa de adesão voluntária por parte das IFES, tendo em vista que as instituições que não aderissem ao programa não receberiam recursos para se expandir em tempos que, na verdade, mal conseguiam se manter funcionando em razão de restrições orçamentárias.

³⁶⁵ A proposta da “Universidade Nova” foi lançada em meados de 2006, tendo o Prof. Naomar realizado palestras em várias universidades. Em dezembro de 2006 foi realizado o I Seminário Universidade Nova na UFBA em Salvador - BA e no final de março de 2007, o II Seminário Universidade Nova na UnB em Brasília – DF.

A principal crítica de Lima (2009) em relação ao Reuni encontra-se na precarização da formação profissional e do trabalho docente. Essa autora defende ainda que a elevação do número de alunos por turma e a possibilidade de criação de cursos de menor duração são uma forma de acelerar a formação e desvinculá-la da pesquisa, transformando as universidades públicas em meras “universidades de ensino”. Por sua vez, Leher e Barreto (2008) defendem a ideia de que o financiamento indicado pelo Governo Federal para reestruturação e expansão das IFES está condicionado ao cumprimento de metas expressas nos contratos de gestão, efetivando a conversão destas instituições em organizações de ensino, nos termos das políticas neoliberais ditadas por organismos multilaterais, descaracterizando, assim, o conceito de universidade pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, as tensões e controvérsias oriundas do Reuni evidenciam a dubiedade existente nas entrelinhas do programa desde a sua concepção. Ou seja, se por um lado o Reuni efetivamente trouxe benefícios para as IFES e a sociedade como um todo, por outro lado, atualmente, em razão do modo como foi concebido (regido por contratos de gestão, metas ambiciosas, indicadores e instrumentos de avaliação) o Reuni pode significar também um grande problema para a gestão interna das IFES, uma vez que desde a concepção dele não havia garantia da continuidade do programa quanto ao governo posterior, e, outro agravante, estava claro que para que houvesse a continuidade da expansão, as IFES estavam condicionadas ao cumprimento de metas para liberação de recursos orçamentários relacionados ao Reuni.

Assim, desde a implementação do programa existiam debates que apontavam para a clara impossibilidade de cumprimento das metas previstas (o que em tese garantiria a continuidade do orçamento), isso porque havia indícios de que o total do custeio liberado para implementação do Reuni poderia não ser suficiente para cobrir todas as demandas que seriam geradas a partir da expansão de vagas propostas por ele, como efetivamente não foi.

O Reuni no âmbito da UFG

A reportagem de capa do Jornal da UFG, edição de outubro de 2007³⁶⁶, apresentou como destaque o resultado da votação do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFG quanto a adesão da instituição ao Reuni, informando que por 46 votos a favor e apenas 3 votos contrários,

³⁶⁶ Disponível em: <https://www.jornalufgonline.ufg.br/up/243/o/jornal-ufg-14.pdf>. Acesso em: 20 dez 2017.

o CONSUNI/UFG havia aprovado a adesão da UFG ao Reuni aos 25 de outubro de 2007, depois de *amplo processo de discussão* (grifo nosso).

São partes breves de relatos que constam nos registros institucionais sobre o momento impar vivido pelo UFG, da discussão sobre a adesão ou não da instituição ao Reuni, e que dão mostras do resultado de um debate institucional acirrado e veloz, iniciado no âmbito da UFG em meados de 2007 e encerrado em outubro do mesmo ano com a votação pela adesão da UFG ao Reuni, e que possibilitou que a instituição, após 47 anos de existência, desse início a um amplo período de expansão.

Logo, é essa instituição, criada por meio do Decreto-Lei nº 3.834-C de 14 de dezembro de 1960, que avançou a despeito das dificuldades dos seus anos iniciais e de tantas outras impostas pelos desafios dos tempos e dos governos, e que se viu, em meados de 2007, diante da proposta do Reuni que convocou as IFES a apresentarem planos de reestruturação e expansão de suas atividades de graduação presenciais, em que poderiam estar previstos recursos adicionais para contratação de professores, técnicos-administrativos, manutenção, construções e laboratórios.

Dentre as diversas críticas atribuídas ao Reuni, além do caráter quantitativo do programa, estava o fato que o mesmo demandava decisões de grande porte a serem tomadas em um curto prazo, sob o risco de que as já minguadas verbas disponibilizadas para as IFES se tornassem definitivamente escassas, além da ausência de planejamento de médio e longo prazo quanto ao futuro das IFES que aderissem à proposta.

Logo, o prazo apertado do cronograma para fins de apresentação das propostas de adesão das IFES ao governo federal, claramente estrangulado e impositivo, impediu que as IFES pudessem realizar um debate verdadeiramente amplo e aprofundado sobre as decisões em curso, de modo que a questão tempo e planejamento foi uma das problemáticas iniciais do Reuni. No entanto, na UFG, é parte do discurso tanto da gestão superior daquele período, como da comissão interna instituída para tratar tema, a repetição da fala de que a UFG, a despeito dos prazos curtos, promoveu uma discussão ampla e democrática sobre o assunto, tendo sido uma das IFES do país que mais abriu espaço para o debate da proposta do Reuni.

Nesse sentido, no âmbito da UFG, uma proposta do governo para expansão de vagas estava em andamento desde 2005, por meio do programa de interiorização das IFES que havia contemplado além de Goiânia, os Campus de Catalão e Jataí. A interiorização foi denominada pelo governo como fase de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o Ensino Superior Público Federal.

Além da interiorização, outros momentos e debates precederam a discussão do Reuni no âmbito da UFG, tais como o seminário Expansão das Instituições Federais de Ensino

Superior - propostas em discussão, promovido pela UFG com o apoio da Associação dos Docentes da UFG (Adufg), ocorrido nos dias 11 e 12 de abril de 2007, no auditório da Faculdade de Medicina (FM) da UFG. Esse evento integrava o Fórum Permanente de Graduação e teve como objetivo aprofundar o debate sobre os projetos de ampliação de vagas e cursos nas universidades, conforme meta do segundo mandato do Governo Lula.

Naquele evento, o Prof. Naomar Monteiro, Reitor da UFBA, apresentou o projeto Universidade Nova, que propunha alterações principalmente em relação aos moldes curriculares tradicionais. O novo modelo permitiria que o estudante entrasse na universidade antes de escolher o curso que desejaria fazer. Inicialmente o aluno passaria por uma formação geral, o bacharelado interdisciplinar na área de humanidades, artes, ciências ou tecnologias. Somente depois de concluir essa etapa, o estudante optaria por uma carreira específica, dando prosseguimento aos estudos. Posteriormente, uma proposta baseada nesse modelo foi apresentada a comunidade da UFG pela Comissão de Reestruturação e Expansão da UFG, quando na discussão da adesão ao Reuni, os chamados BGA's, (Bacharelados em Grandes Áreas do Conhecimento) que foram amplamente rejeitados pela maioria da instituição, o que obrigou a gestão a retirá-los da proposta em pauta.

Nesse mesmo seminário o Prof. Nelson Cardoso do Amaral, Assessor Especial da Reitoria da UFG, discorreu sobre proposta para uma expansão noturna nas IFES, de autoria dele e apresentada em nível nacional, que previa um aumento de 300 mil matriculados nas IFES de todo país. De acordo com a proposta do Prof. Nelson Amaral, na UFG haveria em torno de 6 mil novas matrículas, um aumento de 47% dos discentes em cursos presenciais de graduação, sendo que para tanto as IFES teriam um adicional no orçamento de 900 milhões, em cada ano, de 2008 a 2010. Na UFG estaria previsto um aumento de 6 mil matriculados no período noturno, com custo básico em média de R\$ 9.362,00 por cada matrícula (o Reuni chegou pouco tempo depois propondo R\$ 5.000,00 por matrícula). Essa proposta não tomou corpo junto ao Governo Federal, embora a Andifes preliminarmente tenha se mostrado favorável a ela.

De modo que o cenário da UFG que precedeu a discussão do Reuni já apresentava uma certa movimentação quanto ao tema, tendo em vista a participação da UFG na interiorização das IFES e nos debates que estavam ocorrendo em nível nacional sobre o tema expansão de vagas, reforma universitária e similares. Nesse sentido, com o intuito de compreender melhor o modo como se deu o debate interno sobre o Reuni, solicitamos as atas tanto do CONSUNI/UFG, quanto dos Conselhos Diretores (CD) de todas Unidades Acadêmicas da UFG, assim como buscamos registros de outras representações envolvidas no debate em pauta, tais como estudantes e sindicatos. Embora todas as atas do CONSUNI/UFG que tratam do assunto tenham sido solicitadas à UFG, por enquanto as atas disponibilizadas (05 no total)

cobrem apenas as discussões datadas a partir de 24/08/2007 até a última reunião em que efetivamente o assunto foi votado, aos 25/10/2007.

Dessa maneira, não foi possível, nesse momento, resgatar via atas do CONSUNI/UFG o histórico da introdução do assunto em pauta naquele Conselho, uma vez que a primeira ata disponibilizada (24/08/2007) já trata da apresentação do Relatório Preliminar da Comissão instituída pelo CONSUNI/UFG para realizar estudos sobre a Expansão e Reestruturação da UFG (Reuni), presidida pela Conselheira Sandramara Matias Chaves. No entanto, de acordo com relatos de outras atas consultadas, como a do CD do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) de 21/06/2007, por exemplo, há registro de um relato feito pela Presidente daquele Conselho, Prof.^a Maria José Oliveira de Faria Almeida, aos docentes do CEPAE sobre uma reunião ocorrida aos 19/06/2007, do Reitor com os diretores das Unidades Acadêmicas para discutir o Reuni e com a sugestão de que o tema fosse discutido nas respectivas áreas.

Desse modo, preliminarmente, nesse texto consideraremos meados de 2007 para fins de afirmação quanto ao início dos debates internos sobre o Reuni, o que se confirma por meio de memorando³⁶⁷, enviado pela Comissão de Expansão e Reestruturação da UFG à Faculdade de Letras, e que foi anexado na ata do CD daquela Unidade Acadêmica que tratou do assunto.

Tal documento, recebido por todas as Unidades Acadêmicas da UFG, oficializou a fase que a gestão chama de “amplo debate” sobre o assunto em pauta. Importante salientar que o documento em tela data de 14/06/2007 e pede um retorno das Unidades Acadêmicas até o final de junho (30/06), isso a despeito do tempo realmente necessário para construir um debate que resultasse em uma resposta sólida diante da magnitude do que foi solicitado. Se considerarmos a dinâmica do serviço de protocolo da UFG, é possível deduzir que nem todas as Unidades receberam esse documento na data em que o mesmo foi expedido, o que pode ter reduzido mais o prazo para resposta, e, conseqüentemente, para o debate.

Tendo em vista que a UFG intencionava começar a receber os recursos financeiros do programa no ano de 2008, e, como já foi dito, o Reuni trouxe em si, além das propostas de expansão das vagas, um tom impositivo no diálogo com seu público-alvo, vale lembrar que também a gestão superior da UFG estava sobre pressão para cumprir os prazos estabelecidos pelo Governo Federal que, por sua vez, operava ansioso por cumprir metas políticas oriundas de promessas de campanha sem, contudo deixar de responder aos ditames de organismos internacionais, que de certo modo vem norteando os rumos da educação de países como o Brasil.

³⁶⁷ Documento do arquivo da FL/UFG, disponibilizado para essa pesquisa via Sistema Federal e-SIC na versão digital, como anexo da Ata do Conselho Diretor daquela Unidade Acadêmica do dia 17/06/2007.

Controvérsias sobre os prazos do cronograma a parte, o fato é que a proposta estava posta, e demandava retorno dos envolvidos. Sobre as repercussões envolvendo o Reuni e os desdobramento do debate na UFG, além dos registros das atas do CONSUNI e dos Conselhos Diretores das unidades acadêmicas, buscamos informações também nos portais da instituição e afins, nos textos independentes sobre o tema publicados pela comunidade acadêmica em jornais locais, blogs e páginas internas, em trabalhos científicos escritos voltados para essa temática e similares. Quanto as atas do CD's das Unidades Acadêmicas, embora tais documentos ainda não estejam reunidos na totalidade (tendo em vista informações parciais enviadas por algumas áreas e a não disponibilização dos documentos por parte de outras), é possível afirmar, após leitura preliminar, que os registros ali contidos poderão vir a colaborar muito na formação de um quadro maior do mosaico que compôs o debate sobre a adesão da UFG ao Reuni.

De modo sumário, com base nos documentos obtidos até o momento, podemos sintetizar o debate instituído a partir do momento que o Conselho Universitário da UFG foi convocado para discutir a proposta preliminar de adesão da UFG ao Reuni, aos 24/08/2007. Essa proposta foi sistematizada por uma comissão especificamente designada pelo Consuni para desenvolver esta atividade, composta pela Profa. Sandramara Matias Chaves, Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD) e Presidente da Comissão; Prof. Orlando Afonso Valle do Amaral, Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD); Prof. Jeblin Antônio Abraão, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH); Prof. Nelson Cardoso Amaral, Assessor Especial da Reitoria; Prof. Joãomar Carvalho de Brito Neto, Diretor da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB); Prof. Eduardo Meirinhos, Diretor da Escola da Música e Artes Cênicas (EMAC); Prof. Cedric Luiz de Carvalho, Diretor do Instituto de Informática (INF); Prof. Eugênio Gonçalves de Araújo, Diretor da Escola de Veterinária (EV) e Profa. Clévia Ferreira Duarte Garrote, Diretora da Faculdade de Farmácia (FF).

É singular que uma comissão criada pela gestão superior da UFG para elaborar uma proposta com poder para mudar os rumos da instituição não tenha registrado a presença de nenhuma representação estudantil ou de servidores técnico-administrativo, embora a comunidade acadêmica seja sinteticamente composta por alunos e servidores, tantos docentes como técnico-administrativo.

Inicialmente a referida comissão propôs que os cursos já existentes continuassem como eram, inalterados, prevendo apenas a possibilidade de aumento de vagas somados a criação de BGA's que contemplariam uma formação em nível superior, abrangente, em quatro áreas: Ciências da Vida, Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes, e Ciências Exatas e da Terra. Havia uma leitura, por parte da gestão da UFG de que a criação de novas vagas em cursos já

existentes ou a criação de novas turmas em turno diferentes não seria suficiente para contemplar as diretrizes estabelecidas pelo Reuni, logo, buscaram uma alternativa que possibilitasse um aumento realmente substancial de novas vagas e, nesse contexto, tomou corpo a discussão sobre a criação dos chamados BGA's, que foram amplamente repudiados pela comunidade acadêmica, em especial pela maioria das Unidades Acadêmicas, conforme constam de relatos em atas.

No entanto outras representações também se mostraram contrárias aos BGA's, como a Adufg que se posicionou, por unanimidade, contra a criação dos BGA's em votação ocorrida em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13/09/2007, realizada para discutir a adesão da UFG ao Reuni. Constam registros³⁶⁸ que nessa mesma ocasião a plenária da Adufg se mostrou dividida quanto a adesão da UFG ao Reuni, sendo a exigência de aumento da relação aluno/professor (18/1) um dos pontos mais divergentes do debate, posto que entendiam que essa meta viria a onerar ainda mais a carga de trabalho dos docentes. Logo, nessa congregação, além de se posicionar contra os BGA's, a categoria optou também por se reunir posteriormente e realizar outra avaliação sobre a adesão ao Reuni, caso a gestão trouxesse uma proposta diferente para o debate.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFG, por sua vez, se posicionou frontalmente contra a adesão da UFG ao Reuni, de modo que também rejeitou a criação dos BGA's, embora defendesse a proposta do Prof. Nelson Amaral (da expansão dos cursos noturnos apresentada para Andifes anteriormente ao Reuni), tendo publicado um manifesto em que expressa as razões das suas discordâncias. Além do manifesto, o DCE congregou notícias e protestos a respeito do Reuni no Blog de gerência dessa representação, nomeado Mobiliza UFG³⁶⁹ espaço em que livremente se expressaram a respeito das insatisfações e temores que tinham diante do processo em debate.

Consta também do espaço digital citado um relato sobre a reação que os estudantes tiveram diante do fato da reunião decisiva do CONSUNI/UFG sobre o Reuni ter se realizado na sede da Justiça Federal, o que coibiu uma manifestação expressiva da categoria, que, apesar disso, se reuniu na frente daquele prédio representada pela congregação de estudantes da UFG

³⁶⁸ Adufg: Adesão ao Reuni provoca polêmica na UFG. Disponível em: <http://www.adufg.org.br/noticias/adesao-ao-reuni-provoca-polemica-na-universidade-1328/?periodo=2016-10>. Acesso em: 12 dezembro 2017.

³⁶⁹ Disponível em: <http://mobilizaufg.blogspot.com.br/2007/10>. Acesso em: 12 dezembro 2017.

por meio dos vários Centro Acadêmicos da instituição, do DCE e de alunos do Grêmio do Colégio de Aplicação (CEPAE). Consta que após protestaram na frente do prédio da sede da Justiça Federal, realizaram uma caminhada que passou pela Praça Cívica e Universitária e foi encerrada com uma assembleia realizada na sede do DCE-UFG, momento em que decidiram pela ocupação por tempo indeterminado do Centro de Seleção da UFG, segundo eles, em repúdio a medida arbitrária da gestão da UFG, que decidiu realizar um CONSUNI/UFG fora da UFG e com presença de repressão policial, além do quê, consideraram que seus direitos tinham sido feridos diante da negativa do Reitor em realizar uma tão reivindicada assembleia universitária, que não ocorreu.

Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Educação da UFG (SINT-UFG), se mostrou favorável a adesão da UFG ao Reuni, conforme expôs em argumentos registrados no Informativo Especial de Outubro de 2007³⁷⁰, elaborado pelo SINT e nomeado “Considerações Preliminares sobre o Reuni”, distribuído para toda a comunidade universitária.

Outrossim, constam também das atas do CONSUNI/UFG, registros de que, com o intuito de fomentar os debates e buscar contribuições para formular a proposta preliminar a ser apresentada ao CONSUNI/UFG, a Comissão de Reestruturação e Expansão/UFG/Reuni realizou quatro seminários por área de conhecimento, assim registrados: dia 15/08 (Ciências da Vida); 20/08 (Letras e Artes); 22/08 (Ciências Humanas e Sociais); e 23/08 (Ciências Exatas e da Terra). Com o intuito de melhor perceber a real amplitude em que se deu o debate em tela, a efetividade desses seminários também será melhor verificada no decorrer dessa pesquisa tendo em vista que a realização desses encontros, por si só, não revela necessariamente uma maior abrangência da discussão.

Diante dos acalorados debates e das reações adversas, especialmente quanto aos BGA's, a Comissão de Reestruturação e Expansão/UFG retirou esse ponto da proposta e os debates seguiram, porém não menos intensos. Nesse sentido, destaque para o movimento estudantil, por meio do DCE/UFG, que, conforme conta do relato da ata da Sessão Extraordinária de 28/09/2007, a reunião foi impedida de ser realizada por centenas de estudantes ocuparam o auditório, munidos de apitos, faixas e gritando palavras de ordem, impossibilitando, após a verificação do *quorum*, a instalação da sessão do Conselho. O mesmo se repetiu na reunião

³⁷⁰ SINT-UFG – Informativo Especial de Outubro de 2007. Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/Sintufg-boletim-out-Reuni.pdf>. Acesso em: 12 dezembro 2017.

seguinte, convocada também como Sessão Extraordinária, impedida de ser realizada por protestos estudantis, aos 04/10/2007.

As atas das Unidades Acadêmicas mostram diferentes níveis e posturas diante do debate sobre a adesão da UFG ao Reuni. Embora uma leitura preliminar desses documentos tenha permitido a elaboração de uma tabela com uma síntese das posturas das unidades acadêmicas, o presente texto, em razão de espaço, não comporta o documento, que será trabalhado *a posteriori*. No entanto a leitura das atas revelou uma diversidade interpretativa imensa a respeito do Reuni.

Sobre esse assunto constam registros tanto de votação de intenções de criação de novos cursos, quanto de propostas votadas com pedido de aumento salarial para os docentes e criação de Mestrados, embora o foco do Reuni fosse a graduação. Esses tipos de distorções e falta de entendimento presentes nos debates quanto ao que realmente significava a proposta do Reuni traz indícios de talvez a discussão sobre o tema na UFG não tenha sido tão ampla e esclarecedora como se deu a parecer. Nota-se ainda por essa leitura que vários CD's registraram a presença de membros da Comissão de Reestruturação e Expansão/UFG nas reuniões com o intuito de apresentar e explanar dos pormenores da proposta do Reuni, mas isso não ocorreu em todas as áreas.

Logo, tais registros apontam para várias nuances do debate, de modo que revelam tantas posições discordantes tomadas de modo consistente, com argumentos sólidos, expressos em documento escrito aberto a toda comunidade (a exemplo da Faculdade de Educação/UFG), como constam também decisões aparentemente sumárias, que ocuparam cerca de 05 linhas na ata do respectivo CD que tratou do tema e que dão, no próprio registro da situação, o tom do debate quando iniciam o registro do tópico com a sentença “após breve discussão para posicionamento da Faculdade de Enfermagem (FEN) da UFG ante a proposta [...]”.

Singular também foi o encaminhamento dado pela Faculdade de Medicina da UFG sobre o assunto, conforme registro da única ata enviada sobre o tema, que traz o relato de que o Diretor daquela Unidade Acadêmica, em resposta a solicitação da Comissão de Reestruturação e Expansão/UFG quanto ao envio de proposta daquela unidade sobre o Reuni. Consta que o mesmo informou a plenária que já havia respondido à Comissão por meio do Ofício nº 164/FM-UFG, no qual manifestou que a FM/UFG não tem possibilidade de aumentar o número de vagas no curso e nem de abrir novas turmas no curso de graduação. Em seguida consta que fez a ratificação do ofício em questão e colocou para apreciação dos conselheiros, que após várias manifestações de apoio à direção da FM, aprovaram por unanimidade tanto o teor, quanto o encaminhamento do documento em questão, encerrando assim o que era para ter sido um debate.

Das vozes dissonantes, fica notório que elas se fizeram ouvir especialmente por meio de documentos e publicações (alguns independentes das posições das suas unidades e ou áreas de origem) disponibilizados em blogs e páginas da internet, ou em jornais locais, tais como artigo⁹ escrito pelo Prof. Fernando Pereira dos Santos, CEPAE/UFG, publicado no Jornal o Popular, 19/08/200), intitulado “A UFG e o Reuni: novos cursos podem agravar velhos problemas”, bem como o artigo¹⁰ “A UFG e o Reuni. O papel da UFG no Estado de Goiás” do Prof. Genésio Lima dos Reis, Instituto de Matemática da UFG, lido no Conselho Diretor da Unidade de origem dele e disponibilizado em portal institucional, dentre outras. Nessa gama está também o documento emitido pelo Conselho Diretor da Faculdade de Educação da UFG, aos 02/08/2007, intitulado “A Faculdade de Educação e o Reuni” que traz uma reflexão madura e consistente sobre o tema, além do já citado manifesto emitido pelo DCE (esse com um tom mais passional), dentre outros.

Inicialmente o mosaico de dados disponíveis sobre essa discussão nos dá a parecer que talvez a discussão não tenha sido tão ampla, tampouco tão democrática como os documentos institucionais dão a entender. Dentre os indícios disso está a postura de diálogo encurtado da gestão superior com a representação estudantil, em especial quanto a negativa da realização uma Assembleia Universitária, com consulta aos três segmentos: professores, funcionários e estudantes para discussão a respeito da adesão ou não da UFG ao Reuni, momento amplamente pleiteado pelos estudantes e sistematicamente rejeitado pela gestão, apesar das mais de 5000 assinaturas colhidas entre todas as categorias da instituição que o DCE afirmava ter reunido.

A despeito do debate acelerado e dos silenciamentos impostos, o fato é que tanto os registros expressos quanto as entrelinhas das discussões feitas no âmbito do CONSUNI/UFG, dos CD's das Unidades Acadêmicas e das representações institucionais, apontam para uma instituição dividida entre o que parecia “certo” e que se mostrava promissor, mas também “duvidoso”. Sendo que o *certo*, naquele contexto, era a estagnação orçamentária e institucional que atingia todas as IFES, inclusive a UFG. O *duvidoso* por, sua vez, parecia ser decidir por aderir (ou não) a um programa que, embora acenasse para os tão sonhados recursos financeiros que permitiria uma necessária expansão de vagas e, certamente contribuiria para a democratização do Ensino Superior Público, a despeito disso, também suscitava muitas incertezas e inquietações quanto ao futuro de tal programa.

⁹ Disponível em: <http://www.adufg.org.br/noticias/a-ufg-e-o-reuni-novos-cursos-podem-agravar-velhos-problemas-1275/?periodo=2006-01>. Acesso em: 12 dezembro 2017.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/Reuni-artigo-Genesio-Reis.pdf>. Acesso em: 12 dezembro 2017.

Mariz (2007) se expressou de modo preciso quanto as incertezas trazidas pelas propostas do Reuni, uma vez que na percepção desse autor, é de se considerar que os propósitos do Reuni poderiam até ser viáveis, no entanto, caso não houvesse um redirecionamento no uso dos recursos públicos para bancar as atividades de expansão que ele assume, haveria o risco de se ver o Reuni cair na conta daqueles projetos que, ainda que bem pensados e intencionados, nada puderam alcançar porque, paralelo a eles, o Estado se fez indiferente aos direitos sociais.

Contestações e dúvidas a parte, a versão final da proposta da adesão da UFG ao Reuni foi finalmente submetida a votação, e por fim aprovada no CONSUNI/UFG de 25 de outubro de outubro de 2007, conforme já foi narrado no início desse tópico.

Considerações finais

Desse modo, apesar das dúvidas e controvérsias, como é sabido, tanto a UFG como todas as outras IFES existentes naquele período aderiram ao Reuni. Sobre essa adesão na UFG, uma leitura preliminar do Livro da UFG (2006-2013), que traz um registro de um período histórico da UFG feito sob um olhar fotográfico, memorial e descritivo afirma “que os números mostram o avanço da instituição” (UFG, 2013, p. 15-16). De fato, essa publicação institucional mostra sistematicamente ao longo das suas 202 páginas, que do ponto de vista especialmente numérico, houve sim crescimento e expansão na UFG a partir do Reuni, embora as vozes dissonantes desde o princípio alertaram que um dos problemas do Reuni era exatamente a natureza quantitativa do programa.

Considera-se, no entanto, que apesar das contradições expostas sobre a expansão universitária e suas consequências, não é possível deixar de pontuar que o Reuni foi benéfico por ter possibilitado a ampliação das vagas do Ensino Superior Público e por ter contribuído para democratização do acesso desse nível de ensino. Ademais, a expansão das vagas promovida pelo Governo Federal trouxe outros benefícios de porte para as IFES, dentre eles a interiorização das universidades federais com a abertura de novos *campi* em cidades do interior do país, fora das regiões metropolitanas, levando o Ensino Superior as pessoas até então distantes deste acesso.

Todavia, a despeito de tudo isso, os tempos atuais revelam um cenário preocupante por parte das IFES em face do muito que ainda precisa ser feito em razão das consequências da expansão em tela. Nesse sentido, na concepção de SEVERINO (2009), a universidade brasileira está acossada também por forças externas, forças do contexto que questionam sua autonomia, pressionando-a a se desviar de seus compromissos mais substantivos, de modo que vive uma dura orfandade, sitiada por todos os lados.

Dessa forma, o cenário atual aponta que a reforma da Educação Superior iniciada em 2004 pelo Governo Lula e suas políticas de reestruturação e expansão do Ensino Superior, se por um lado colaborou para democratizar o acesso, por outro, pode ter interferido na autonomia das universidades públicas, contribuindo também para o aumento da heteronomia e para o sucateamento do Ensino Superior Público do Brasil.

Logo, os registros estatísticos da UFG e de outras IFES sobre o período em debate, embora sejam utilizados para comprovar o sucesso do programa, atualmente pode também vir a ser um dos grandes algozes dessas instituições, posto que é notório que embora o Reuni tenha contribuído para expandir as vagas e minimizar o quadro de abandono em que se encontravam as IFES, dez anos após a implementação do programa essas mesmas IFES caminham novamente para um já conhecido cenário sombrio de precarização e sucateamento, com os recursos cada vez mais escassos, apesar de que agora, em razão da expansão ocorrida, tenham um aumento substancial de demandas para gerenciar, só que atualmente com cofres vazios.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: em 13 out 2017.

_____. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diretrizes Gerais.** Plano de Desenvolvimento da Educação. Ago. 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 13 out 2017

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 13 out 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Expansão do Sistema Público Federal De Educação Superior - 2004/2006.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/expifef.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

DEUS, Maria Alba Pereira de. **Reforma da educação superior e gestão das universidades federais.** Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em <http://www.uff.br/pos_educacao/Teses/vicosa.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90.** 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. Reuni: heteronomia, precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, p. 49-64, 2009. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/3172/317227053004.pdf>>. Acesso em 18 jul 2017.

LEHER, Roberto; BARRETO, Raquel Goulart. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de

Janeiro, v. 13 n. 39, p. 423-436, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/02.pdf>>. Acesso em: 27 dez 2017.

LIMA, Kátia. Contra-reforma da educação nas Universidades Federais: o Reuni na UFF. **Universidade e Sociedade, Brasília**, v. 44, p. 147-157, 2009. Disponível em <https://cassmariaclenilda.files.wordpress.com/2013/04/20090917_contra-reforma.pdf>. Acesso em 18 jul 2017.

MARIZ, Thompson Fernandes. **REUNI: para onde caminha a universidade**. 2007. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/artigo_thompson.pdf>. Acesso em 07 jul 2017.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Planos de educação são peças para crítica radical das traças. **Revista Adusp**. São Paulo, p 6-16, mar. 2014. Disponível em: <<https://adusp.org.br/files/revistas/56/mat01.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2018.

SEVERINO, A. J. **Expansão do Ensino Superior: contextos, desafios, possibilidades**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a02v14n2.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

TONEGUTTI, C.A.; MARTINEZ M. **A universidade nova, o Reuni e a queda da universidade pública**. 2007. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/2008-1/Educacao.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018

UFG. **UFG: 2006-2013 / Universidade Federal de Goiás**. Goiânia: UFG, 2013. Disponível em: http://issuu.com/ufgascom/docs/livro_ufg. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. **Ata do Conselho Diretor Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – CEPAE da Universidade Federal de Goiás**. 2007. UFG. Auditório do CEPAE - Câmpus Samambaia. Goiânia, Goiás.

_____. **Atas do Conselho Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás**. 2007. UFG. Sala 245 da FE-UFG- Câmpus Colemar Natal e Silva. Goiânia, Goiás.

_____. **Ata do Conselho Diretor da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás**. 2007. UFG. Sala de aula N°. 1 da FEN-UFG - Câmpus Colemar Natal e Silva. Goiânia, Goiás.

_____. **Ata do Conselho Diretor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás**. Junho 2007. UFG. Sala 33 da Faculdade de Letras - Câmpus Samambaia. Goiânia, Goiás.

_____. **Ata do Conselho Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás**. 2007. UFG. Sala de Reuniões da FM-UFG - Câmpus Colemar Natal e Silva. Goiânia, Goiás.

_____. **Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás**. Agosto-Outubro 2007. UFG. Auditório da Biblioteca Central - Câmpus Samambaia. Goiânia, Goiás.

ENTRE A *AMICITIA* E O PATRONATO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROPAGAÇÃO DAS OBRAS DE CATULO E DE OVÍDIO NA ROMA DOS SÉCULOS I A.C. E I D.C

*Mariana Carrijo Medeiros*³⁷²

RESUMO: Catulo e Ovídio, poetas considerados romanos que vivenciaram finais da República de Júlio César e o início do Principado de Augusto, explicitaram em seus escritos, em muitos momentos, a preocupação de que seus versos pudessem chegar a outros ouvidos, olhos e transpassar os mares. Ao pensarmos na forma como estas obras circulavam na *urbs* romana deste período, pensamos na intrínseca relação entre a palavra escrita e a forma como tais registros foram guardados – ou almejados a chegar e a se fixar em algum lugar. Tendo em vista tais aspectos, propomo-nos a realizar considerações acerca dos próprios processos de circulação e de propagação das obras a partir dos poemas de Catulo e Ovídio. A saber, a partir das relações de *amicitia* e de patronato que, possuindo semelhanças, também possuem suas singularidades, especificidades e marcações próprias do contexto em que cada poeta pautou suas experiências.

Palavras-Chave: Catulo; Ovídio; *Amicitia*; Patronato.

Ao entendermos esta forma de escrita e de arte poética³⁷³, sobretudo como uma ferramenta de expressão, seja de sentimentos, de guerras e conflitos, de alianças e desavenças, de súplicas e pedidos, de amizades e de inimizades, as entendemos também enquanto expressão da tradição³⁷⁴, da tentativa de legitimação, seja dos escritos ou de governos e, também, dos *mores maiorum*³⁷⁵. A importância delegada à poesia e à arte do bem escrever perpassou pelas palavras contidas nos diferentes autores e gêneros literários deste mundo antigo e, por esta ferramenta de expressão, percebemos a preocupação e o refinamento nos mínimos detalhes perante o processo de construção das obras: o enfoque nas letras, nas formas e nos sons das mesmas, nas sílabas e nas orações.

³⁷² Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, bolsista Capes. Está sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

³⁷³ Entendemos as Elegias de Catulo e de Ovídio por nós estudadas no Doutorado enquanto arte poética pelo fato dos próprios antigos assim definirem as poesias. Arte, em grego, *technè* e, em latim, *ars*, devido à intensa preocupação com a linguagem, com a disposição das palavras, com a estrutura em que os dizeres eram pautados e construídos, com o ritmo e a musicalidade das palavras, bem como com a forma pela qual as obras seriam apresentadas ao público. Ao serem escritas, lidas e recitadas, tais poesias deveriam seguir normas e regras do convencimento e da persuasão, ou melhor dizendo, da *peithós* (GONÇALVES, 2014, p. 2).

³⁷⁴ Ao falarmos de tradição, nos amparamos na Tese construída por John Marincola, em seu livro intitulado *Authority and Tradition in Ancient Historiography*, no qual o autor busca compreender a forma como cada historiador do mundo antigo reivindicou e buscou reafirmar a “veracidade” de suas obras por seus predecessores. Marincola, a partir da análise das obras construídas por historiadores, tanto gregos quanto romanos, objetivou mostrar como a tradição moldou a maneira pela qual os escritores reivindicaram a autoridade historiográfica, lembrando que autoridade e tradição estavam intrinsecamente relacionadas ao público ao qual cada autor se dirigiu (MARINCOLA, 1997, p. 1-3). Tal autor trabalhou com esta tradição presente no seio de textos de historiadores antigos, e nós nos (re)apropriamos de tal ideia ao lidarmos com as poesias por acreditarmos que nelas também esteja presente, haja vista que história e poesia, neste mundo antigo, estavam intimamente associadas, ainda que com suas diferenças.

³⁷⁵ Por *mos maiorum* compreendemos tudo aquilo que diz respeito ao conjunto de medidas adotadas e ressignificadas, seja por Júlio César ou por Augusto, com o objetivo ideal de rememoração dos costumes dos ancestrais romanos.

Pela linguagem³⁷⁶ a partir da qual se construiu a arte poética, entendida por nós enquanto uma estrutura – não a estrutura fixa e imutável, tentou-se comunicar, fazer-se ouvido, crível e legitimado e, bem como pontuou François Desbordes, deve-se lembrar que a escrita exercia um papel fundamental na sociedade romana e possui um lugar eminente, mas que só vem após a linguagem e só existe em função desta (DESBORDES, 1995, p. 69). E a poesia romana, sendo um destes recursos e instrumentos da expressão da linguagem, pôde vir a se canalizar na/pela tradição, e por esta mesma foi amplamente utilizada, já que naquela sociedade, como pontua Horácio, poeta romano que vivenciou parte do século I a.C.:

Ainda que sem vigor e sem coragem no trato com as armas, o poeta é útil à cidade, se tu concorda que as pequenas coisas podem ajudar as grandes. O poeta modela a boca tenra e gaguejante das crianças, ele afasta desde então suas orelhas de propósitos desonestos; mais tarde ele forma também o seu coração por preceitos amigos, o curando da indocilidade, da inveja e da cólera. Ele narra as belas canções, sempre de exemplos ilustres as gerações que chegam, consola a pobreza do pesar (Horácio. *Epistula ad Pisones*, Livro II, Epístola I, 125-131).

De acordo com o historiador Gilvan Ventura da Silva, devemos dar a devida atenção aos indivíduos que fizeram parte da formação da opinião pública, uma vez que na Antiguidade, os poetas cumpriam o papel moralizante e pedagógico justamente por reterem e propagarem os feitos grandiosos de governantes, de tradições e de costumes ancestrais. Tendo em vista tais aspectos, propomo-nos, no seguinte texto, a realizar considerações acerca dos aspectos de propagação de tais poesias na *urbs* romana de finais da República e início do Principado a partir dos poetas de nossos estudos: Catulo³⁷⁷ e Ovídio³⁷⁸ (I a.C./ I d.C.).

Propagare, verbo proveniente do latim cujo substantivo é *propagatio*, possui seu significado voltado para os atos de se ampliar, estender e prorrogar tempos e espaços, implantar e difundir (GONÇALVES, 2002, p. 73), ainda que não apareça nenhuma vez nos documentos de nossos poetas, muito pode nos ajudar na leitura, na análise e na tentativa de compreensão da forma como tais escritos foram difundidos, circulados e propagados nesta sociedade. Este termo, entendido hoje como os diversos meios utilizados para a divulgação e exposição de informações no objetivo de se construir um consenso³⁷⁹, esteve – e ainda está – atrelado à intenção de venda de produtos e à sociedade de consumo, Isto não nos impede de ressignificá-

³⁷⁶ Compreendida por nós enquanto uma estrutura – não a estrutura fixa e imutável -, foi também estruturada (no sentido de almejada a consolidação) e também estruturante de poder e dos próprios preceitos morais.

³⁷⁷ *Gaius Valerius Catullus*, nascido em Verona e considerado poeta latino que vivenciou os anos finais da República de Júlio César (84 a.C.- 54 a.C.).

³⁷⁸ *Publius Ovidius Naso*, nascido em Sulmona, também é considerado um poeta latino que vivenciou o início do Principado romano a partir do governo de Augusto (43 a.C. – 17/18 d.C.).

³⁷⁹ De acordo com o autor Clifford Ando, “documentos que invocam tal *consensus* raramente clamam por representar a visão de todo o mundo; ao invés disso, eles pretendiam representar a visão de grupos particulares. Ao fazer isso, estes documentos criavam clivagens dentro da população geral, dividia lealdades, e permitia a expressão de certa unidade somente quando expressavam (os Imperadores) o compromisso com o estabelecimento da ordem (ANDO, 2000, p. 135).

lo (GONÇALVES, 2002, p. 74) e utilizá-lo no contexto da *Res Publica* de Júlio César e do Principado de Augusto de acordo com as especificidades destes contextos, haja vista que, de acordo com o autor Huici Módenes, propaganda e poder estão intimamente interligados desde o momento em que as noções de hierarquização e organização social começaram a ser postas, ainda que com outros nomes, nas diferentes sociedades. Para que o poder tenha consentimento e aceitação por quem é governado, o mesmo é constantemente comunicado por intermédio da propaganda e dos aparatos e técnicas de retórica e de persuasão enquanto esforços de convencimento e de fixação das ideias pretendidas (MÓDENES, 1996, p. 37-45), técnicas estas que constituem imprescindivelmente a *ars poetica* com a qual lidamos nesta Tese.

No seio deste processo de propagação, de formação e de tentativas de fixação da tradição realizadas pela poesia no mundo antigo, as bibliotecas – sejam elas projetadas e construídas em um espaço mais visível e abrangente ou nas residências de indivíduos na *urbs* romana – foram construídas na finalidade de se reunir grandes coleções de livros e de torná-los disponíveis para o público leitor. Neste mesmo passo, elas também atuaram como pontos de referência para a realização de reuniões, recitações, debates, discussões e, ainda, como lembrete que pudesse com frequência recordar o poder, seja do governante em questão, seja de quem incentivou a feitura e a disponibilização de tais obras nestes lugares (NICHOLLS, 2013, p. 276). Neste contexto, os círculos de *amicitia* e de patronato se fazem ferramentas importantes para a compreensão da circulação e difusão dos escritos de Catulo e de Ovídio enquanto partes construtoras e difusoras desta tradição por nós anteriormente enfatizada.

Ao nos atermos ao léxico constitutivo das Elegias por nós trabalhadas, percebemos a recorrência de termos que, ao traduzirmos, referem-se aos amigos, aos clientes e aos patronos. Ao voltarmos a Catulo, ao longo dos seus cento e dezesseis poemas, encontramos somente duas vezes a aparição do termo *patronus* e de sua variante *patrona*. No poema que abre sua coleção, o poeta dedica o seu livro a Cornélio:

A quem hei de dar o livrinho novo e leve, polido há pouco pela áspera pedrapomes? A ti, Cornélio, pois sempre julgaste que valiam alguma coisa estas minhas ninharias, mesmo já quando te aventuraste, único entre os italianos, a descrever todos os tempos em três livros, doutos por Júpiter!, e cheios de trabalho; e, por isso, aceitaria este livrinho, de qualquer valor que seja, e oxalá, ó virgem protetora, ele dure por mais de um século, eternamente (Catulo. *Carmina*, I, 1-10).³⁸⁰

E, em seu poema XLIX, ao se destinar e tecer críticas a Cícero, Catulo versa:

A ti, Marco Túlio, que és o mais eloquente dos descendentes de Rômulo, dos que agora vivem, dos que viveram e dos que hão de viver nos anos futuros, a

³⁸⁰ Cui dono lepidum novum libellum arida modo pumice expolitum? Corneli, tibi: namque tu solebas meas esse aliquid putare nugas. Iam tum, cum ausus es unus Itolorum omne aevum tribus explicare cartis. Doctis, Iuppiter, et laboriosis! Quare habe tibi quidquid hoc libelli — quaecumque, quod, o patrona uirgo, plus uno maneat perenne saeclo!

ti apresenta os maiores agradecimentos Catulo, que é tanto o pior de todos os poetas quanto tu o melhor de todos os patronos (Catulo. *Carmina*, XLIX, 1-4).³⁸¹

No primeiro poema, o uso da expressão *patrona uirgo* possui o caráter e o significado vinculados à proteção – ainda que não direta - atribuídos a Cornélio, pessoa a quem tal poema e livro são destinados. Ao pedir que a virgem protetora faça sua obra durar e ressoar pelos tempos eternamente, Catulo também realiza este pedido a esta mesma pessoa que recebe tais escritos uma vez que, de acordo com o poeta, foi tal figura que acreditou e incentivou tais escritos. A nomeação de patrono ocorre diretamente neste segundo poema, no momento em que o poeta se dirige a Marco Túlio Cícero como *optimus omnium patronus* querendo, a nosso ver, dizer o contrário. A única aparição de *patronus* se referindo especificamente a uma pessoa aparece, na obra catuliana, somente no momento em que a estas pessoas são atribuídas características, do ponto de vista de quem escreveu, ruins. Com a mesma escassez de *patronus*, o vocábulo *clienti* aparece somente uma vez ao longo de todo este *corpus* que nos chegou. No poema XIV, ao se lamentar pela qualidade ruim dos livros recebidos de presente que foram enviados por seu amigo Caio Licínio Calvo, Catulo salienta que tal orador era um patrono, haja vista que recebia obras de seus clientes:

Meu querido Calvo, se te não tivesse em maior apreço do que os meus próprios olhos, odiar-te-ia por causa deste presente, com um ódio digno de Vatínio; em verdade que fiz ou disse eu para assim me matares com tantos poetas? Que os deuses encham de calamidades o cliente que te enviou tão grande número de ímpios (Catulo. *Carmina*, XIV, 1-7).³⁸²

Ao analisarmos as obras ovidianas, a recorrência aos termos *patronus*, *cliens* e de seus derivados se faz, da mesma forma, pouco presente tanto naquelas elegíacas e de cunho amoroso, quanto na totalidade de seu *corpus* que nos chegou. Em seu Livro I de *Ars Amatoria*, ao se remeter às inversões de lugares propiciadas pelos perigos do amor, o poeta enfatiza que “aquele que andou a precaver os outros acaba por se não precaver a si mesmo” (OVÍDIO. *Ars Amatoria*, Livro I, 83-84)³⁸³ e, por este motivo, no Foro romano os homens de leis poderiam se tornar cativos do amor, bem como os poetas eloquentes que, ao servir de exemplo e ensinamento para aqueles que os lessem, passariam a ter que defender suas próprias causas e, seguindo esta mesma lógica, “aquele que, ainda há pouco era patrono deseja, agora, ser cliente” (OVÍDIO. *Ars Amatoria*, Livro I, 88-89).³⁸⁴ Ainda nesta mesma obra, no Livro III, o poeta conclama que

³⁸¹ Disertissime Romuli nepotum, quot sunt quotque fuere, Marce Tulli, quotque post aliis erunt in annis, gratias tibi maximas Catullus agit pessimus omnium poeta, tanto pessimus omnium poeta quanto tu optimus omnium patronus.

³⁸² Ni te plus oculis meis amarem, iucundissime Calve, munere isto odissem te odio Vatiniiano: nam quid feci ego quidve sum locutus, cur me tot male perderes poetis? Isti di mala multa dent clienti, qui tantum tibi misit impiorum.

³⁸³ Quique aliis cavet, non cavet ipse sibi.

³⁸⁴ Qui modo patronus, nunc cupit esse cliens.

por trás de cada função operada haveria algum líder para escolher e orientar aquilo que poderia ser feito da melhor forma em cada atividade desempenhada:

Quem nos impede de colher de temas elevados exemplos para coisas banais e de não ter receio da palavra líder? Um bom líder confia a um cem soldados, para com o bastão de vide os comandar, a outro cavaleiros, a um terceiro entrega-lhe a guarda dos estandartes; também vós, observai para que função cada um de nós é mais conforme e pode cada um no posto adequado: o rico deve dar presentes; aquele que for versado em leis dê o seu apoio; o que tem o dom da palavra que defenda, muitas vezes, a causa da sua cliente; nós, que fazemos versos, devemos limitar-nos a enviar versos; somos nós, mais que todos os outros, o tal coro capaz para o amor (Ovídio. *Ars Amatoria*, Livro III, 525-535).³⁸⁵

Se, por um lado, termos como *patronus* e *cliens* são de pouca aparição explícita nas obras de Catulo e de Ovídio, vocábulos como *amicabiliter*, *amicalis*, *amice*, *amicitia*, *amiculus*, *amicus*, *amica*, *inimico*, *inimicus* e *inimice* possuem ampla repetição. Isto nos encaminha para a necessidade de definirmos – não deixando de lado a dificuldade de deliberar termos e dinâmicas sociais que expressavam, também, afetos e não somente estruturas de poder – as relações às quais tais termos se remetem, as quais atuaram em grande medida na circulação nesta sociedade.

Como vimos anteriormente, a construção das bibliotecas, as reuniões nas mesmas ou naquelas consideradas particulares para a recitação dos versos dos poetas ali presentes perante seu grupo, bem como o fornecimento de tais obras como presentes aos amigos e às pessoas consideradas influentes no meio social, puderam ter ampla atuação, sobretudo pelo fato destas pessoas possuírem um grande número de indivíduos que os circundavam e os reconheciam. E é justamente neste ponto que as relações de *amicitia* e de patronato ganham destaque, pois uma vez estabelecidas e afirmadas através de acordos, tais escritores passavam a possuir um maior número de leitores e ouvintes de seus textos. Ainda que não possamos delimitar precisamente um código romano de patronato literário (WHITE, 1978, p. 85), podemos, de acordo com Richard Saller, perceber alguns fatores preponderantes que giravam em torno e atuavam como construtores destes tipos de relações. Para o autor, tais laços eram pautados pelas trocas entre dois indivíduos, sejam elas de bens e serviços, sejam de afetos e, também, pela marcação da diferença e assimetria social, de status ou de poder entre estas pessoas, mínima que seja (SALLER, 1982, p. 8-10).

No excerto de *Ars Amatoria* supracitado, Ovídio, ao escrever sobre o melhor desempenho no exercício de cada atividade a partir da escolha do líder diz, também, sobre a

³⁸⁵ Quis vetat a magnis ad res exempla minores sumere, nec nomen pertimuisse ducis?

Dux bonus huic centum commisit vite regendos, huic equites, illi signa tuenda dedit: vos quoque, de nobis quem quisque erit aptus ad usum, inspicite, et certo ponite quemque loco. Munera det dives: ius qui profitebitur, adsit: facundus causam saepe clientis agat: carmina qui facimus, mittamus carmina tantum: hic chorus ante alios aptus amare sumus.

necessidade de se ter quem governa e quem é governado. Ao que nos parece, pode haver aqui uma associação com os próprios círculos de patronato e de *amicitia*, ainda que não haja a presença explícita e direta dos termos que nomeiam tais relações, a forma de funcionamento se remete, também, a tais círculos. Do mesmo modo que, de acordo com o poeta, aquele que tem o dom da palavra precisaria defender que os escritores careceriam de continuar construindo versos, e que todos aqueles que tal obra estivessem lendo e ouvindo deveriam observar qual função seria mais quista de acordo com o posto por eles assumido, aquelas pessoas inseridas nestes círculos também deveriam se atentar ao que seria útil e conveniente de ser produzido.

De forma bem geral e, afirmamos que tanto as relações de *amicitia* quanto as de patronato diziam respeito a um sistema de governo, como defende a autora Nathalie Queneau (2013), em seu artigo intitulado *L'amicus Principis: une figure politique du principat (I-III siècle après J.-C.)* e como formas que se ramificavam dos diversos métodos de geração e de distribuição do poder, como propõe Andrew Wallace-Hadrill (2008), em seu capítulo *The Imperial Court*. Entendermos que ambos os tipos de círculos e de relações funcionaram como suportes de financiamento e de patrocínio social para os esforços artísticos e literários (GOLD, 2012, p. XI) empreendidos em prol da manutenção da tradição, tendo sido utilizados ao longo da *Res Publica* de Júlio César e ressignificados no Principado de Augusto. Se faz de suma importância compreendermos um pouco do funcionamento destes arrolamentos construídos por terem intrínseca relação com as formas de circulação destes poemas nesta sociedade e, conseqüentemente, da circulação da própria tradição tão cara aos *mores maiorum* e amplamente utilizada, seja pelos poetas, seja pelos governantes.

Poetas como Catulo e Ovídio fizeram uso das relações sociais como metáforas para afirmar valores condizentes com esta tradição poética e, também, dos costumes (GOLD, 2012, p. XII), e assim o fizeram de diferentes modos, se encontrando em alguns aspectos e características. Cícero, contemporâneo de Catulo, também vivenciou os anos finais da República marcados pelos desgastes das guerras civis, escreveu um tratado intitulado *De Amicitia*, no qual se definem e se discutem os diferentes tipos de amizade as quais deveriam, para o orador, seguir e estabelecer valores morais que são regidos por regras, assim como pontua a personagem desta obra, Fânio, ao se dirigir a Lélio: “você me daria um grande prazer a Cévola também, creio eu, se falasse da amizade, como o faz, habitualmente, com outros assuntos, quando solicitado, e nos dissesse qual é a sua opinião a respeito, que valor lhe dá e que regras prescreve para ela (CÍCERO. *De Amicitia*, 16, 3-7).³⁸⁶

³⁸⁶ Pregratum mihi faceris, - spero item Scaevolae, - si, qual ad modum soles de ceteris rebus, qae ex te quaeruntur, sic de amicitia disputaris, quid sentias, qualem existumes, quase praecepta des.

Estas regras das relações de amizade giravam em torno, de acordo com Cícero, de três elementos principais, a saber, a virtude, a benevolência e a concórdia. Percebemos, através destas características atribuídas e à disposição das mesmas como as relações de *amicitia* estavam imbricadas no e pelo poder a partir do momento em que, da mesma forma que *uirtus*, *concordia* e *benevolentia* sustentavam a amizade, eram características que os governantes também utilizavam para se definirem. Nas palavras do autor:

[...] É exatamente a virtude que gera e conserva a amizade, e sem ela não pode existir, de maneira alguma, qualquer amizade. [...]. Se eliminarmos da natureza o vínculo da generosidade, nenhuma família, nenhuma cidade poderá sobreviver. Se isso não estiver suficientemente claro, podemos descobrir o poder da amizade e da concórdia, pensando nas dissensões e na discórdia. Com efeito, existirá uma família tão estável, uma cidade tão solidamente constituída que os ódios e as lutas intestinas não possam destruir? Pode-se ver por aí o bem que a amizade faz (Cícero. *De Amicitia*, 20, 23, 19-22, 14-23).³⁸⁷

Nas palavras de Cícero, a amizade que contivesse tais características acima citadas poderia estar pautada pelo equilíbrio e pela estabilidade, que também estariam presentes no seio das relações familiares e, sobretudo, na cidade. Os atributos de *uirtus*, *concordia* e *benevolentia* diziam respeito - e possuíam um bom funcionamento - ao atrelamento dos laços e acordos, como salienta Catulo em seu poema CIX: “[...] Ó grandes deuses, fazei que sua promessa seja verdadeira e que, o coração, sinceramente, tenha dito estas palavras – para que possamos fazer durar toda a nossa vida este pacto recíproco de amizade” (Catulo. *Carmina*, CIX)³⁸⁸. Nos atentamos ao que o poeta coloca como *aeternum hoc sanctae foedus amicitiae*, pois este é o ponto que nos interessa na tentativa de compreensão destas relações em nosso texto. Patronato e amizade por nós hoje compreendidos e vivenciados são muito diferentes daqueles experienciados pelo mundo antigo e muito tentou-se, e ainda se tenta, estabelecer comparações, diferenças e semelhanças entre ambos no seio dos documentos aos quais temos acesso. Fato é que as relações de patronato existem há muito tempo na literatura, na arte e em tantos outros suportes em suas diversas e diferenciadas formas (GOLD, 1982, p. XI), e devemos prezar pelo cuidado de não cairmos na desenfreada construção de modelos e fôrmas para se chegar a verdades fechadas e aglutinadoras.

Em seu livro, intitulado *A amizade no Mundo Clássico*, David Konstan salienta a existência das diferenças entre a amizade e o patronato a partir do momento em que, para ele, a primeira pode ser compatível com o segundo, mas não pode ser classificada e reduzida a ele

³⁸⁷ Sed haec ipsa virtus amicitiam et gignit et continet, nec sine virtute amicitia esse ullo pacto potest. [...]. Si exemeris ex rerum natura benevolentiae coniunctionem, nec domus ulla nec urbs stare poterit, ne agri quidem cultus permanebit. Id si minus intellegitur, quanta vis amicitiae concordiaeque sit, ex dissensionibus atque ex discordiis perspici potest. Quae enim domus tam stabilis, quae tam firma civitas est, quae non odiis et discidiis funditus possit everti? Ex quo, quantum boni sit in amicitia, iudicari potest.

³⁸⁸ Dei magni, facite ut uere promittere possit, atque id sincere dicat et ex animo, vt liceat nobis tota perducere uita aeternum hoc sanctae foedus amicitiae.

(KONSTAN, 2005, p. 30). Ao contrário de intentarmos reduzir as relações de *amicitia* às relações de patronato, almejamos enfatizar o quão estreitamente interligadas ambas estavam, o que dificulta o nosso completo afastamento e o olhar sobre as mesmas de forma isolada, já que os próprios antigos não o faziam. Muito se delimitou que as relações de *amicitia* se encontravam mais presentes ao longo do governo de Júlio César e que estas teriam mudado de configuração ao longo do Principado de seu sucessor e herdeiro, Augusto, quando as figuras de Mecenas e de Messala ganharam forças. Nesta distinção, acabaram por atribuir, por um lado, as relações de caráter pessoal e afetivo à amizade e as relações de poder entre desiguais no acordo entre as figuras do cliente e do patrono.

Porém, hoje, a figura de Mecenas e dos poetas são entendidas para muito além de meros instrumentos e suportes de programas políticos (GOLG, 2012, p. XIII), e ambos os tipos de relações não estavam isentos nem de afetos e nem de estruturas de poder. As discussões acerca destes tipos de vínculos e acordos estão presentes em muitas sociedades, ainda que os papéis acerca da figura do patrono, do amigo, do escritor e do artista assumam formas diferentes de uma situação para outra (GOLD, 2012, p. XIII), como no governo de Júlio César e no de Augusto e isso muito tem a ver com as formas propostas e assumidas de governo por cada estrutura de poder, que é o que aqui nos interessa.

Não nos debruçamos, ao longo deste trabalho, sobre as diferenças existentes no funcionamento desses acordos especificamente em finais da República e no início do Principado, mas ao que deles converge. Se nos propomos a discutir tal temática, isso parte do vínculo que as relações de *amicitia* e de patronato nas quais Catulo e Ovídio estiveram inseridos possuem com a construção das poesias e com a forma pelas quais as mesmas eram propagadas nas sociedades em questão. Mais que isto, estas instituições não propagavam apenas a poesia por si só enquanto texto, mas o intertexto daquilo que viemos discutindo sobre a tradição que visava ser difundida e na qual tais poetas estiveram inseridos.

Roberto Morales Harley (2012), em seu artigo intitulado *Amicitia en los Poemas de Catulo*, propõe que ao se voltar os olhares sobre este léxico específico tão recorrente nas poesias deste poeta, pode-se perceber mais detalhadamente a importância das diferentes formas de relações que o mesmo mantinha com os seus grupos de amigos. Sendo percebida como um tipo de amor, a *amicitia* dizia também sobre os laços e relações políticas estabelecidas e a forma como estas influenciavam, construíam e interferiam no texto dos autores a partir do momento em que começa a aparecer ao lado de conceitos que permeavam a política e a sociedade – e que

foram tão enfatizados pelos diversos aparatos de comunicação -, como o matrimônio, os laços familiares centrados na figura do *pater*, a *pietas*, *officium*, *foedus* e *fides*³⁸⁹.

Ainda que em Ovídio, assim como em Catulo, as recorrências aos termos relacionados à amizade sejam mais fortes do que àqueles associados a *cliens* e a *patronus*, encontramos evidências mais diretas sobre círculos que reuniam e incentivavam os poetas e os demais escritores na produção de suas obras, como quando afirma que “Propércio era ligado a mim por laços de amizade estava acostumado a recitar frequentemente suas poesias ardentes” (Ovídio. *Tristium*, Elegia IV, Livro X, 99-100), ou ainda no momento em que, ao endereçar uma carta a Messalino³⁹⁰ em sua obra *Epistulae ex Ponto*, ressalta:

Esta carta, na falta de minha voz, Messalino, traz-te do país dos cruéis gets a saudação do que lês [...]. Que os demais pertencentes à multidão dos teus amigos, entre os quais, no meio da turba, eu ocupava insignificante lugar, vivam são e salvos! Infeliz de mim, se tu te ofendesses com essas palavras e negasses que me incluístes na relação de teus amigos! Mesmo que isto fosse real, deverias perdoar a minha mentira. Minha pretensão nada tira a tua glória. Quem, pois, para ser conhecido dos Césares, não simula ser seu amigo? Perdoa-me a confissão: tu eras para mim um César! [...]. Teu pai, animador, fonte e inspirador de minha carreira literária, não negou minha amizade; a ele ofereci minhas lágrimas como supremo obséquio em sua morte e um poema para que fosse recitado no meio do Foro [...]. Assim, pois, visto que me é favorável a sentença do juiz, não há motivo para que tua casa negue que me conhece. Admito, por certo, tê-la honrado menos que merecia porém, a meu ver, isto também o quis o meu destino. Nada obstante, nenhuma outra família foi mais distinguida com os meus serviços (Ovídio. *Epistulae ex Ponto*, Livro I, a Messalino, 1-57)³⁹¹.

As pontuações realizadas por Ovídio ao endereçar os escritos acima a Messalino nos permitem perceber, de forma mais pontual, o círculo do qual o poeta participou quando o mesmo afirma que o pai de Messalino, Messala Corvino, foi um amigo e uma fonte inspiradora de sua carreira literária. Ovídio se ligou ao círculo literário de Messala Corvino, onde esteve presente Tibulo, e também se tornou amigo de outros poetas, sobretudo de Propércio e de Horácio que estiveram ligados a um outro círculo, aquele que girava em torno da figura de Mecenas (ROSATI, 2011, p. 47). Gostaríamos de ressaltar aqui outros três elementos que estão interligados, se convergem e tanto dizem sobre o funcionamento deste tipo de relação:

³⁸⁹ Recorrentes nos poemas 70, 72, 73, 75, 76, 77 e 109, respectivamente, de Catulo.

³⁹⁰ Marco Valério Messala Messalino foi o filho primogênito de Marco Messala Corvino, aquele responsável pelo círculo de incentivo literário ao qual Ovídio foi integrante.

³⁹¹ *Littera pro uerbis tibi, Messaline, salutem quam legis a saeuus attulit usque Getis [...]. Is me nec comitem nec dedignatus amicum est, si tamen haec illi non nocitura putas; si minus, hac quoque me mendacem parte fatebor: clausa mihi potius tota sit ista domus. Sed neque claudenda est et nulla potentia uires praestandi ne quid peccet amicus habet. Et tamen ut cuperem culpam quoque posse negari, sic facinus nemo nescit abesse mihi. Quod nisi delicti pars excusabilis esset, parua relegari poena futura fuit. Ipse sed hoc uidit, qui peruidet omnia, Caesar, stultitiam dici crimina posse mea. Quaque ego permisi quaque est res passa pepercit usus et est modice fulminis igne sui. Nec tuus est genitor nos infitatus amicos, hortator studii causaque faxque mei, cui nos et lacrimas, supremum in funere munus, et dedimus medio scripta canenda foro. Nec uitam nec opes nec ademit posse reuerti, si sua per uestras uicta sit ira preces. Nec tamen officium sensit domus altera nostrum: hic illic uestro sub lare semper eram.*

primeiramente quando o poeta relata que, no seio do grupo do qual participava, ocupava um lugar irrelevante e, em seguida, quando reforça que sua pretensão de poeta em nada alterava a glória nem de Messala Corvino e tampouco de seu filho, a quem destina esta carta. Posterior a isto, Ovídio empunha em tais versos a afirmação que nenhuma outra família recebeu os serviços deste poeta e que, para ele, aquele que o incentivava em seus escritos era como se fosse César.

A partir destas colocações, percebemos que o caráter de tais relações pressupunha, como pontua Konstan, uma ligação mútua estabelecida entre uma pessoa de maior influência e outra pertencente a um segmento considerado de menor importância em que o patrono precisava do *cliens* para apoio político, e o *cliens* necessitava do *patronus* para sua segurança e bem-estar (KONSTAN, 2005, p. 345). Dentro deste caráter mútuo, o que nos importa saber é que quando, ao final da República, as instituições começaram a ser manipuladas, também, por proeminentes indivíduos, outros tipos de vantagens e negociações políticas começaram a ser exploradas (WILLIAMS, 2012, p. 3), e o patronato literário constitui um dos muitos tipos de relações definidas pela *amicitia*, e que compreendia, em Roma, uma vasta rede social que unia uma pessoa a outra (ou a outras), de distintas e múltiplas formas, e que grande parcela da população da *urbe* romana estava, de alguma forma, envolvida nestas redes – sendo os poetas representantes apenas de uma destas variadas formas em que a *amicitia* operava em tal sociedade (GOLD, 2012, p. 303-307).

Nesta confusão conceitual estabelecida nas tentativas de diferenciação entre relações de patronato e de *amicitia*, nos guiamos pela perspectiva de que *amicitia*, enquanto uma estrutura maior, antecessora e globalizante, pôde ramificar aquela que, no Principado de Augusto, possuiu um caráter mais específico condizente com as figuras do patrono e do cliente e que não nos cabe, aqui, sistematizar e pontuar as diferenças e singularidades de cada uma, mas de entender que coexistiram em suas especificidades tanto no governo de Júlio César quanto no de seu sucessor Augusto. Como pontua Gordon Williams, em um contexto de guerras civis, César soube ter a proeminência e a capacidade de identificar e de atrair os homens certos para o seu lado, bem como conciliar e realizar negociações entre as intenções de eternidade e de glória que almejava com estas mesmas intenções que os poetas vislumbravam para os seus escritos (WILLIAMS, 2012, p. 11).

Não existem evidências concretas de que Catulo tenha feito parte de algum círculo de patronato, mas podemos, através de seus escritos, perceber indivíduos com as quais teve amplo contato e que, em momentos específicos, possuíam escritos que convergiam para um mesmo viés sobre o governo de César, como Q. Cornificius, C. Helvius Cinna e C. Licinius Calvus Macer (WILLIAMS, 2012, p. 12). T. P. Wiseman, em seu capítulo intitulado *Poets and Patrons*, pontua que, caso Catulo tivesse contado com o incentivo de um patrono, ele não teria o nomeado

explicitamente de tal forma, haja vista que “a palavra implica humildade e dependência que um homem, mesmo na posição de Marcial, não acharia necessário expressar”³⁹² (WISEMAN, 2012, p. 40). Por isso a necessidade de, para além de centralizar e esmiuçar o significado de cada termo empregado pelos poetas, nos atentarmos à historicização destes termos e às especificidades do contexto em que escreveram, como por exemplo o poema XXXIV, de Catulo, o qual foi escrito após a notícia do desastre de Partos, do massacre de Crasso e de seus filhos, da destruição das quatro legiões que chegaram em Roma em 53 a.C. Neste contexto, o poeta parece ter sido conclamado, de alguma forma, a tomar nota de temas políticos em seus versos (WILLIAMS, 2012, p. 12). O poeta ressalta: “ó deusa, pela tua carreira mensal medes o curso do ano e enches de belos frutos as rústicas moradias dos lavradores. Para nós sejas sagrada com qualquer dos teus nomes, e oxalá bem protejas como até aqui, o povo de Rômulo (Catulo. *Carmina*, XXXIV, 1-11)³⁹³.

Ao realizarmos os levantamentos sobre quem, para quem e em que momento foram possivelmente produzidas as obras que nos propomos a investigar ao longo desta Tese, percebemos o uso da *amicitia*, como pontua Queneau, como um vínculo social e político que pautou-se em uma prática republicana reutilizada e ressignificada, sob outros prismas, no Principado. Prática esta que contribuiu tanto para o estabelecimento do *nouus status*³⁹⁴, quanto para a garantia de participação contínua das elites aristocráticas no governo do Império (QUENEAU, 2013, p. 170). Ao historicizarmos tais relações de *amicitia* presentes nas obras de Catulo, nos deparamos com uma dificuldade que está ligada ao fato de Júlio César ter sido assassinado muito cedo, o que dificulta o nosso acesso à forma como este tipo de patronato funcionou ao longo de seu governo. O que nos fica claro, entretanto, é como ele reuniu deliberadamente os mais distintos escritores ao seu redor no intuito de fomentar um clima propício e benéfico ao seu governo. Sendo, então, a *amicitia* um sistema de governo cujas práticas foram utilizadas na República e reatualizadas no Principado, como vimos anteriormente, a diferença marcante de um período para o outro a qual temos acesso e alcance de percepção está pautada na concentração do poder em um único homem (WILLIAMS, 2012, p. 12).

Isto quer dizer que Augusto concentrou a atenção literária em si mesmo para, inclusive, ser associado ao estado e às melhores decisões tomadas para este. As guerras civis e o assassinato de Júlio César acarretaram em mudanças importantes: o *Princeps* deveria confiar

³⁹² Ainda de acordo com Wiseman, ao invés de demonstrar uma relação de subserviência ao governante, no período da Ditadura de César o que se percebe ser mais recorrente ao longo das narrativas dos poetas é uma subserviência às Musas e ao que as mesmas exigem estar presente nos versos (WISEMAN, 2012, p. 40).

³⁹³393

³⁹⁴ Este *nouus status* diz respeito à designação de *amicus principis*, quer dizer, àqueles membros da comitiva imperial, e tal termo constitui tanto um status quanto um título (QUENEAU, 2013, p. 169).

sua *auctoritas*, *dignitas*, poder político e influência para atrair escritores e oferecer ajuda em suas carreiras políticas como, por exemplo, promoções no exército. Caso os escritores não estivessem interessados na carreira política haveria, então, limites no empreendimento das relações de patronato. Na finalidade de operar o funcionamento desta política, Augusto encontrou homens centrados nas figuras de Mecenas e de Messala Corvino para administrarem o patronato e, como pontua Williams, após o incentivo às carreiras políticas a estes escritores, o *Princeps* passou a realizar uma política deliberada de confisco penal de bens e de propriedades em uma alta escala para punir aqueles que não se encontravam do seu lado. Desta forma, tal política propiciou e produziu uma série de poetas, como Ovídio, que precisavam do patronato para obter glória, imortalidade de seus escritos, renome político e poético e, também, para recuperar suas fortunas e seu status (WILLIAMS, 2012, p. 13-14). E sobre este assunto comentamos no próximo subtópico, especialmente ao falarmos sobre o exílio deste poeta para a cidade de Tomos.

O que percebemos, tanto em Catulo como em Ovídio, é que as aparições de termos como *cliens*, *patronus* e de seus derivados são pouco recorrentes. E, em contrapartida, termos provenientes de *amicus* e *amicitia* estão presentes em diferentes situações e contextos das narrativas destes poetas, o que nos leva para a necessidade de pensarmos nos limites (pré) estabelecidos e nas possibilidades do que se gostariam que fosse posto e, também, silenciado – ou de outras formas faladas – no seio das poesias. As relações de *amicitia* e de patronato, se remetendo às diversas esferas e relações de poder, diziam também sobre temas referentes ao afeto e à amizade³⁹⁵ enquanto um tipo de amor; por isso a maior recorrência às palavras derivadas de *amicus*, haja vista que, como pontua Richard Saller, havia uma tentativa de neutralizar as diferenças de status que estavam implicadas em usos de termos referentes ao *patronus* e ao *cliens*. Estas últimas, quando usadas nos documentos escritos, nomeavam as relações de patronato, dedicavam tais obras a um benfeitor, o exaltavam e, muitas vezes, degradavam aqueles considerados inimigos e inferiores (SALLER, 1982, p. 9-30), e a não utilização destes termos não significava equiparação social, ao contrário, as hierarquias continuavam preponderantes.

Ao termos nos debruçado sobre esta temática não nos propomos a definir, especificar e diferenciar tais relações de um governo para o outro, mas a perceber a existência das mesmas em ambos e que estiveram revestidas de poder. O que vale ressaltar, na realidade, é que, como

³⁹⁵ De acordo com David Konstan, a amizade era considerada uma relação entre iguais, o que não descarta a possibilidade de que as relações de *amicitia* pudessem ocorrer entre segmentos sociais diferentes, apenas eram mais incomuns. Para o autor: “amizade romana era, portanto, um conceito carregado: é designada uma ligação altruísta, amorosa, mas também pode conotar a recíproca expectativa de serviços, seja entre iguais ou desiguais [...] (Raccanelli 1998:19-40)” (KONSTAN, 2005, p. 347).

pontua Barbara Gold: “precisamos estar cientes de que, muitas vezes, o comportamento não reflete a ideologia do patrocínio ou do que um poeta afirma ser verdadeiro em um nível simbólico ou ideal” (GOLD, 2012, p. 304). Seja com Júlio César reunindo uma pluralidade de grupos de amigos ao seu redor, seja com o *Princeps* Augusto tendo concentrado o poder em suas mãos e tendo, por este motivo, que transformar as práticas políticas republicanas, bem como visitar e reformular modos de participação na vida política, a *amicitia* e o patronato funcionaram como instrumentos políticos de continuidade da *Res publica* e para se replicar na sociedade os ideais de confiança, de lealdade e de continuidade da tradição republicana (QUENEAU, 2013, p. 180-185).

Por fim, sendo o patronato e a *amicitia* instrumentos importantes utilizados pelos governantes, ainda assim o poder não era capaz de assegurar e de ser assegurado – em sua totalidade – por tais instrumentos. A poesia não se resumia tão somente à tradição, a sua forma, a sua métrica, a sua recitação, à leitura compartilhada ou silenciosa e, tampouco, a tais círculos de amizade e de incentivo. Todos estes elementos constituem e são constituídos por uma ampla rede de poder que dizem respeito a um lugar para se operar e construir diálogos entre o governante e os governados e, ao enfatizarmos os elementos constitutivos da poesia e que, a constituindo, também por ela são construídos, reforçados e enfatizados, compreendemos a forma como tais poemas de Catulo e de Ovídio por nós estudados estão atravessados pela tradição e, ao mesmo tempo, a reforçam e recapitulam com suas variadas ressignificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS TEXTUAIS

CATULO. *Poesias*. Trad. Agostinho da Silva. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

CATULLUS. *The Poems of Catullus: a Bilingual Edition*. Trad. Peter Green. Los Angeles: University of California Press, 2005.

CÍCERO. *Sobre a Amizade*. Trad. João Todoro D’Olim Marote. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

HORÁCIO. Epistula ad Pisones. In: *A Poética Clássica*. Trad: Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1995.

OVÍDIO. Arte de Amar. In: *Amores e Arte de Amar*. Trad. Carlos Ascenso André. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

OVÍDIO. *Cartas Pônticas*. Trad. Geraldo José Albino. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

OVÍDIO. *Tristium*. Trad. Augusto Velloso. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

OBRAS GERAIS

- ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. California: University of California Press, 2000.
- DESBORDES, François. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.
- GOLD, Barbara K. Introduction. In: GOLD, Barbara K. (ed.). *Literary and Artistic Patronage in Ancient Rome*. Austin: University of Texas Press, 2012, pp. IX-XX.
- _____. Patronage and the Elegists: Social Reality or Literary Construction?. In: GOLD, Barbara K. (ed.). *A Companion to Roman Love Elegy*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 303-320.
- _____. (ed.). *Literary and Artistic Patronage in Ancient Rome*. Texas: University of Texas Press, 2012.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A Construção da Imagem Imperial: Formas de Propaganda nos Governos de Septímio Severo e Caracala*. São Paulo: 2002. Tese.
- HARLEY, Roberto Morales. *Amicitia en los poemas de Catulo*. Pensamiento Actual: Universidade da Costa Rica. Volume 12, nº 18-19, 2012.
- HUICI MÓDENES, A . *Estrategias de la Persuasión: Mito y Propaganda Política*. Sevilla: Alfar, 1996.
- KONSTAN, David. *A Amizade no Mundo Clássico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.
- NICHOLLS, Matthew. Roman Libraries as Public Buildings in the cities of the Empire. In: KÖING, Jason; OIKONOMOPOULOU, Katerina; WOOLF, Greg (Eds.). *Ancient Libraries*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. pp. 261-276.
- ROSATI, Gianpiero. Premessa al testo. In: NASONE, Publio Ovidio. *Lettere di Eroine*. 6ª Ed. Milano: BUR Classici greci e latini, 2011. p. 47-51.
- SALLER, Richard. *Personal Patronage Under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SILVA, Gilvan Ventura da. *Política, Ideologia e Arte Poética em Roma: Horácio e a Criação do Principado*. Vitória da Conquista: Politéia, v. 1, n.1, p. 29-51, 2001.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. The imperial court. In: BOWMAN, Alan K.; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew (eds.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: University Press, 2008. p. 283-308.
- WHITE, Peter. *Amicitia and the Profession of Poetry in Early Imperial Rome*. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 68, 1978, pp. 74-92.
- WILLIAMS, Gordon. Phases in Political Patronage of Literature in Rome. In: GOLD, Barbara K. *Literary and Artistic Patronage in Ancient Rome*. Austin: University of Texas Press, 2012, pp. 3-27.

QUENEAU, Nathalie. L'Amicus Principis: Une Figure Politique Du Principat (I-III Siècle Après J.C.). In: MÉNARD Hélène; COURRIER, Cyril (ed.). *Mirror des Autres, Reflet de Soi (2): Stéréotypes, Politique et Société dans le Monde Occidental (de l'Antiquité Romaine à l'Époque Contemporaine)*. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2013. pp.169-194.

WISEMAN, T.P. Pete nobiles amicos: Poets and Patrons in Late Republican Roman. In: GOLD, Barbara K. *Literary and Artistic Patronage in Ancient Rome*. Austin: University of Texas Press, 2012, pp. 28-49.

O “RETORNO DE MARTIN GUERRE”: A CONSTITUIÇÃO DA NARRATIVA E OS USOS DA IMAGINAÇÃO HISTÓRICA.

*Mayke Rogerio F. Leite (UFG)*³⁹⁶

RESUMO: O presente trabalho em exposição terá como objetivo, promover uma análise da obra “O retorno de Martin Guerre”, tendo por ponto central a constituição da narrativa por parte do historiador, bem como dialogar sobre os pontos de tensão sobre os usos da imaginação histórica na história. Tanto a narrativa, quanto a “imaginação” possui algo em comum, são meios de constituição de sentidos tanto na História, como na Literatura. A reflexão acerca das possibilidades e limites que o historiador encontra entre a história e a literatura, passou por marcantes transformações no decorrer do século XX, tornando assim, centro de profundos debates no pós 1960. Em relação a imaginação histórica, a análise que se empreende é a do posicionamento acerca dos usos ou não desse recurso na composição da narrativa, sobretudo no preenchimento das lacunas executados por Davis. Afinal, os usos desse recurso linguístico poderia ter sido o motivador de uma recepção pouco calorosa no Brasil na década de 1980. Aventurar em empreender esse debate, atual e necessário, nos possibilita visualizar mais de um posicionamento e consequentemente, mais de um caminho apto a se trilhar. Afinal, as questões em torno da narrativa é apenas mais um elemento de discussão em direção a legitimidade da história enquanto produtora de sentido.

Palavras-chaves: Narrativa; Imaginação; História; Literatura.

Introdução

Historiadora norte-americana, Natalie Zemon Davis nasceu em 1929 em Detroit, no estado de Michigan e ainda é contemporânea de nossa época. Tendo iniciado seus estudos no Cranbrook Kingswood School, Davis deu prosseguimento passando pelo Smith College, Radcliffe College e subsequente, na Universidade de Michigan, onde em 1959 atingiu o ápice

³⁹⁶ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Orientando da professora Dr. Raquel Campos. Atualmente, Bolsista do CNPq. Email: mayke_phs2011@hotmail.com

da formação, obtendo seu PhD. Professora emérita de história na Universidade de Princeton e professora na Universidade de Toronto, suas atividades e posicionamentos tem levado a mesma a proporcionar atividades acadêmicas por várias Universidades no mundo, tais como: Universidade de Oxford, Universidade de Berkeley, Universidade de Yale, Universidade de York, dentre outras. Tendo por característica, ser uma historiadora bastante atuante em diversos campos da história, Davis atua desde a história cultural, História das Mulheres, História e Literatura, História e Biografia, Micro-história e história e Antropologia. Isso faz com que seja bastante conhecida devida a sua forma eclética de pesquisar.

Internacionalmente conhecida por estudos desenvolvidos acerca da história cultural e social da França do século XVI, mais especificadamente, sobre os estudos da violência das massas e a história das mulheres, análise cultural e comportamental das camadas populares, e o modo de vida dos camponeses no século XVI. A historiografia desta autora, alargou-se em proporções de ênfase a partir da década de 1960, quando publicou uma serie de artigos sobre Lyon, cidade Francesa. Tais trabalhos se intensificaram em analisar a formação da Cidade sobre uma ótica de bastante mobilidade, tais como, a constituição do espaço urbano, as relações comerciais, a imigração, o modo como se relacionavam os homens e as mulheres, e as implicações da religiosidade do período.

Ao que se refere a vida pessoal, Davis passou por momentos complicados no decorrer de sua formação acadêmica. Em entrevista a Pallares-Burke (2000: 84-85), a autora relata que o período da Guerra Fria e o encontro com o matemático Chandler Davis, promoveu mudanças providenciais que marcariam sua trajetória. Sendo Judia, Davis fugiu de casa e semanas depois de conhecer Chandler, e casou-se em 1948. Aos 19 anos de idade, em pleno aflorar das convicções políticas partidárias, ela participava ativamente de discussões e ações políticas contra o racismo e a favor da liberdade de expressão. O posicionamento do casal Davis incomodou as autoridades americanas, logo os levou a ter problemas com o FBI e o macarthismo. Tiveram os passaportes cassados, e subseqüente, a prisão de seu esposo por meses. A perseguição só viria a findar-se em 1962, quando ambos mudaram para o Canadá, onde prontamente foram recebidos com cadeiras de empregos na Universidade de Toronto.

Nota-se que os anos 50 foram de muita dificuldade para Davis, e justamente nesse período a autora teve seus três filhos. Surpreendentemente em meio a essa turbulência, Natalie fazia seu doutorado em Michigan. No balanço da década de 50, os momentos difíceis, de perseguição, confiscação de passaporte, dificuldades de emprego e prisão do marido, fez com que Natalie se colocasse involuntariamente em isolamento intelectual. Esse condicionamento conforme relata a autora em entrevista, foi positivo no sentido de que a direcionou para estudar objetos do seu desejo e assim se dedicar a pesquisas inovadoras. Visto não estar ligada

diretamente a nenhuma universidade e a nenhum grupo de estudos, isso favoreceu bastante os rumos de suas pesquisas sequenciais. Por outro lado, a autora sentia falta de “pares” para analisar o que escrevia e contribuir para com visões mais aguçadas.

Uma das marcas inegáveis das produções historiográficas da historiadora norte americana, é sem sombra de dúvidas a sua diversidade para com os campos da história, bem como com os objetos a serem pesquisados. Para Pallares-Burke (200: 86-90), a autora afirma que sempre se encantou pela história, mas também não negava o gosto particular pela literatura e pela imaginação criativa que lhe era perceptível. Quando do contato para com os personagens da chamada “história vista de baixo”, pouco a pouco os campos de interesses iam se multiplicando. Logo, os livros e os artigos também evidenciam essa versatilidade de abordagens. Conforme ela mesmo afirmou na entrevista; “Prefiro ser vista como uma intelectual que trabalha em múltiplas direções e, portanto, prefiro me ver como historiadora que trabalha de modo crítico, pois “crítico” é menos excludente e implica maior amplitude.” (DAVIS, 2000: 114).

Kirschner (2013: 101-105) apresenta uma série de autores aos quais promoveram por mínimas que sejam, influência em Natalie. O primeiro deles foi Marx, que acentuou seu posicionamento político. Embora não se considere marxista, demonstra que na juventude esteve bastante próxima do marxismo, o que levou-a respeitar a relevância dos estudos de Marx para a história, sobretudo no que se refere aos conflitos envolvendo as classes. Outro autor que também foi lido e relido por Davis, foi Marc Bloch. Com esse historiador Frances que a autora se apaixonou pelos personagens “marginalizados” pela história. “*Os reis taumaturgos*” foi uma leitura inesquecível para Davis, que não escondia sua admiração por Bloch, tanto nos artigos que produzia, quando em algumas entrevistas concedidas. C. Geertz dentre tantos, se apresentou como relevante para a autora, sobretudo no que se refere ao entendimento e aos usos da antropologia para os estudos e para as pesquisas efetuadas. Kirschner ainda cita outros, tais como: Albert Camus, Jean Paul Sartre, Febvre, Carlo Ginzburg, E. P. Thompson, Emmanuel Le Roy Ladurie, e demais.

Quanto as obras, por ordem cronológica as suas produções historiografias mais notáveis, se encontram compiladas em cinco livros que atingiram uma proporção considerável na relação inovação e polemicas no interior da história pós 1960. As obras são, *Society and culture in early modern France* (1975); *History of women in the weste* (1975); *The returno f Martin Guerre* (1982); *Women on the margins* (1985); *Fiction in the Archives: pardon tales and their tellers in Sixteenth-Century France* (1987). Vale salientar que essas produções historiográficas foram traduzidas para mais de dez idiomas, alcançando assim repercussão e notoriedade em outros países.

No que se refere ao Brasil, a tradução dessas obras chegou através da editora Paz e Terra e Companhia das Letras, tendo por período de publicação o pós 1980. A ordem de publicação das edições brasileiras seguem: “*O Retorno de Martin Guerre*” em 1987 pela editora Terra e Paz; em seguida veio “*Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*” em 1990, e também pela Terra e Paz; “*Nas Margens: três mulheres do século XVII*” chegou em 1997, agora pela editora Companhia das Letras; e por fim, “*História de perdão e seus narradores na França do século XVI*”, também pela Companhia das letras em 2001. Cabe menção, que esta última obra teve uma reformulação e mudança no título da obra na edição brasileira, visto que o original era *Fiction in the Archives*.

Uma característica marcante em Davis é sua produtividade, são mais de cinco livros e aproximadamente oitenta artigos. Sendo inovadora e corajosa frente aos desafios de pesquisas, a autora nutre especial atenção para com os Arquivos. Kirschner (2013:102) enfatiza que quando Davis ia até os arquivos, coletava tudo o que lhe apresentasse como interessante. Sua habilidade e criatividade para lidar e organizar os arquivos quando pesquisava no doutorado em Lyon, fez com que anos mais tarde ainda produzisse artigos que eram frutos de fontes coletadas e arquivadas. Devida a quantidade, boa parte dessas fontes nem mesmo chegou a ser utilizada devido a sua mudança de perspectivas de pesquisas. Foi justamente nesse trato especial para com os arquivos que Davis se deparou com o caso envolvendo Martin Guerre, que ano mais tarde viria a dar forma ao filme e posteriormente ao livro “*O Retorno de Martin Guerre*”.

Uma das preocupações de Davis é o leitor, ou seja, há uma especial atenção para com os receptores das obras as quais a autora escreve. Pallares-Burke explicita a valorização exercida por Davis para com o passado histórico, para com os acadêmicos e para com os leitores. “A eles e ao público leigo ela sempre lembra que o estudo do passado pode ser visto como uma ligação de esperança, pois mostra que, por mais impositiva que a sociedade possa ser, há sempre alternativas abertas para as pessoas fazerem sua própria história.” (DAVIS, 200:85). Deste modo, escrever pensando no receptor, faz com que o historiador rememore constantemente as suas responsabilidades para com a ciência a qual se pratica.

Kirschner (2013:106) pontua que as obras de Davis exerceram um papel relevante para se pensar a relação entre história e antropologia, história e literatura, diluindo e confundindo as fronteiras entre esses dois últimos campos do conhecimento. Outras problematizações são as noções de verdade e verossimilhança, ciência e ficção, narrativa histórica e narrativa ficcional. Davis ao lado de outros historiadores, trouxe à tona a atenção a narrativa, e a preocupação para com os elementos linguísticos do texto dos historiadores, bem como os usos dos recursos literários. Outro conceito que viria gerar polêmica acerca de Davis está no uso do termo “invenção” e os usos da imaginação histórica.

O peso crítico desses dois conceitos, de “invenção” e de “imaginação histórica” repousou enormemente em duas obras específicas, por um lado “*O Retorno de Martin Guerre*” e por outro “*Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVII*”. Se por um lado a carência das fontes e as lacunas deixadas pela falta de documentação ampla, levaram a historiadora a utilizar-se do recurso da invenção e da imaginação histórica durante a pesquisa e a escrita da obra. Por outro havia uma abundância de fontes - cartas de perdão-, porém as fontes carregavam em si como traço característico os elementos ficcionais, visto que eram cartas que visavam a obtenção de perdão por um crime cometido, logo, esses documentos apresentavam explícita intencionalidade por parte de quem os compunham.

No século XX, em grande parte devido aos feitos dos historiadores no século anterior, a história alargou seu campo de atuação, dialogando constantemente com outras disciplinas, formulando e reformulando suas bases teóricas e metodológicas. Cabe atenção redobrada a questões que irão surgir com relação à narrativa histórica e o estatuto da história enquanto produtora de conhecimento. Se antes o esforço era para firmar a história como disciplina, como uma ciência com sustentações sólidas, o que vem à tona no século XX, é uma série de problematizações internas na história, tais como: narrativa histórica ou ficcional, conhecimento verdadeiro ou “invenção”, objetividade ou subjetividade, representação ou não do passado.

Deste modo, levando em consideração, que o ofício do historiador é complexo, ele necessita estar bem recortado, visando segurança para articular minimamente sobre o material ou período escolhido. O objeto de destaque aqui brevemente analisado, consiste em trabalhar com as noções de imaginação no trabalho do historiador, visando compreender a construção da própria narrativa enquanto um gênero produtor de conhecimento histórico. Isso significa trabalhar a relação entre história e literatura.

Assim, em se tratando de conceito/noção amplo e polissêmico, aplicar-se-á uma breve análise acerca da imaginação histórica na obra “*O Retorno de Martin Guerre*” de Natalie Zemon Davis. Por tratar-se de uma obra com lacunas polêmicas, produzida por uma historiadora de renome, a proposta almejada soará como um ponto de partida para se levantar questões pertinentes sobre os limites e possibilidades da verdade, na composição narrativa de Natalie Zemon Davis. Sendo uma obra convidativa a tais análises, algumas indagações, tais como: Quais elementos a autora utilizou para cobrir as lacunas deixadas pelos documentos? O resultado da obra comprometeu o que se entende por produção pautada pela busca da verdade? Essas e outras indagações serão o pano de fundo para tecer as argumentações. Primeiro, fala-se das questões da narrativa.

Questões pertinentes a narrativa no pós 1960: notas introdutórias.

Soaria demasiadamente vago, tratar os impactos da imaginação histórica na obra de Natalie Zemon Davis, sem antes fazer o levantamento, brevemente, de alguns posicionamentos que ordenam a complexa relação envolvendo história e literatura. Essa relação afeta diretamente a noção de narrativa construída ultimamente. Conforme Malerba (2016: 18), historiadores, filósofos da história e teóricos da literatura têm se empenhado para formular as bases desse recurso utilizado pelo historiador. Narrar a história, dar vazante ao que se tem sobre o passado, não é um empreendimento fácil. Em momentos em que se buscava na França construir um modelo de história que se afastasse da narrativa, Ricouer segue na contramão. “A escrita propriamente histórica se constrói, com efeito, a partir das formulas que vão desembocar em intrigas” Chartier (1990: 81), e tudo isso por meio da configuração narrativa tecida pelo historiador.

Desta forma, se entendida a história como vinculada a uma construção narrativa, logo, considera-se que há uma proximidade da história com a literatura. Foi justamente essa proximidade que fez com que Hayden White enxergasse um campo fértil para tecer suas contribuições, assim surge os ensaios “*O fardo da História*” e “*O texto histórico como artefato literário*”, ambos contidos na obra *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (1994). E não menos importante, mas foco de muitas polêmicas, a obra *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX* (1992).

Com o intuito de demonstrar aos historiadores que a história tinha uma proximidade com a literatura, e que isso não era o apocalipse para a legitimidade da história, White visualiza na escrita da história uma série de possibilidades linguísticas. O que polemizou em White foi o tom firme com que tecia suas argumentações, e uma delas é o que o autor chama de “texto histórico como artefato literário”, cujas narrativas seriam “ficções verbais”.

Uma das marcas do bom historiador profissional é a firmeza com que ele lembra seus leitores a natureza puramente provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto. E tampouco que dizer que os teóricos da literatura *nunca* estudaram a estrutura das narrativas históricas. Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 2001: 98)

Argumenta Malerba (2016: 09) que devido a essas afirmações, muitos se detiveram a criticar White profundamente sem conhecer por inteiro suas colocações, esquecendo que ele tem formação em história. Malerba pontua que uma leitura atenta, dos textos de White, possibilita perceber que ele nunca argumentou contra as certezas em relação aos fatos

históricos, nem mesmo questionou veementemente as bases da capacidade de produzir conhecimento da disciplina em questão. O que White pretendeu foi demonstrar que os fatos não continham explicações em si mesmas, questionou o posicionamento de que para cada procedimento histórico haveria modelos narrativos verdadeiros que poderiam ser testados mediante adequação dos fatos. Existem sim possibilidades de outras interpretações e de estabelecimento de outras verdades. Se os fatos não se explicam por si só, cabe ao historiador fazer esse trabalho dando voz aos documentos.

A narrativa é vital para a escrita da história, como evidenciaram algumas das discussões recentes. Ela tem por características promover o conhecimento histórico tal como formula White (1992), ou como afirma Rüsen (2016), a narrativa produz elementos que formam a consciência dos indivíduos. A constituição de sentido serve também para a formação da identidade dos sujeitos históricos, demonstrando que ao longo das temporalidades históricas, as narrativas influenciavam a forma como os indivíduos estabeleciam-se social, coletiva e individualmente quanto à identidade, servindo assim, para proporcionar uma leitura do mundo que o cerca.

Observando a tensão que há entre literatura e história em relação ao estatuto da narrativa histórica, Durval postula que os historiadores temem a aproximação entre a história e a literatura. Logo, quando alguns se aventuram, posicionam de maneira defensiva. No entender de Albuquerque (2007: 12), tal posicionamento está ligado com questões que giram em torno da verdade na história, também está relacionado com a distinção que se faz entre o fato e a ficção, o que assegurou, por boa parte de tempo, a separação entre história e literatura. Para o autor, deve-se superar essa desconfiança em lançar a tais discussões, pois a narrativa histórica está pautada em construções sobre métodos, e sobre as fontes. E é justamente nessa relevância dos diálogos plausíveis entre história e literatura, que Davis repousa para se utilizar de elementos linguísticos que remetem a probabilidade e ampla margem interpretativa na construção narrativa de Martin Guerre. Ao se utilizar dos “talvez”, do “provavelmente”, “pode-se presumir” e etc., a autora indica o uso do recurso imaginativo da constituição de sua narrativa.

O posicionamento de Durval, é claro, discute tais questões e visa articular a fronteira entre ambas, verificando as contribuições que cada uma tem a oferecer. Não é porque a narrativa tenha ligação com princípios da literatura, que se devem negar suas pretensões de verdades ou uma falsificação no seu fazer. Conforme o autor, “o que separaria a história da literatura, seria que a primeira tem um compromisso com o real, enquanto a segunda, ao tratar do real, não precisa seguir regras concretas acerca dessa construção” (ALBUQUERQUE, 2007; 45). Ou seja, a literatura tem uma certa liberdade para compor a sua narrativa.

Pode-se pontuar que Rüsen (2016: 46-49) atua de forma a trabalhar a relação entre essas duas disciplinas, sobretudo, formulando o que seja a narrativa. Para o autor, a narrativa como um processo de atribuição de sentido para a história, possui em seu bojo ao menos três relevantes qualidades, sendo: a) a narrativa vinculada à memória, mobiliza a experiência do tempo passado, b) a narrativa é uma forma de organização temporal propiciando assim que as experiências do passado possam possuir relevância para o presente; c) a narrativa histórica estabelece a identidade dos autores e dos ouvintes. Deste modo, Rüsen propõe à narrativa a função de orientação para a vida prática.

Em linhas gerais, a narrativa pode ser conceituada como um campo de operações mentais. Segundo o autor,

[...] narração histórica é um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica. Um sistema poético, na medida em que compreende o desempenho da atividade criativa pela mente humana no processo do pensamento histórico. o objetivo da narração é dar sentido a experiência do tempo, de modo a orientar a vida prática em seu transcorrer. [...] uma narração histórica está ligada ao médium da memória; ela organiza as três dimensões de tempo (passado, presente, futuro) em um conceito de continuidade; ela estabelece a identidade de seus autores e ouvintes. A fim de estabelecer os conceitos de continuidade e estabilidade da identidade, uma narração histórica deve cumprir quatro funções: afirmação, regularidade, negação e transformação. Quatro tipos de narração histórica correspondem a essas quatro funções: tradicional, exemplar, crítica e genética. (RÜSEN, 2016: 45-47)

Assim, o modelo teórico metodológico de Rüsen legitima a cientificidade da narrativa histórica e não negligencia o papel da literatura no momento da escrita da história. Logo, entende-se que a fase escritural do historiador também pode ser pensada como científica, visto que a escrita deve obedecer a regras. Em sua “operação historiográfica”, Michel de Certeau também acena para a importância da escrita no processo de pesquisa. “Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação historiográfica se refere a combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*” (CERTEAU, 2008: 66). Desse modo, o lugar social e as práticas científicas prefiguram o espaço cientificista, já a escrita, faz parte do campo literário, logo, também segue as regras metodológicas.

Luiz Costa Lima (2016: 78-79), produz acerca da narrativa histórica posicionando-se no sentido de entender os tratos para com a ficção na narrativa histórica. Segundo o autor, por muito tempo se tem debatido acerca dos usos e não usos da narrativa ficcional ou do próprio termo ficcionalidade. O conceito que se extrai desse termo por parte dos conservadores da história é sempre no sentido de vincular ao inverídico, fabuloso e mentiroso. Algo que a própria Natalie Zemon Davis desconstrói mais à frente. Mas, por ora, cabe captar o posicionamento de Lima quando sinaliza que, ao invés dos historiadores traçarem oposição entre o real e o

ficcional, seria mais prudente e vantajoso se eles problematizassem a noção de realidade como uma superfície vazada. E é justamente nessa brecha que atuam as possibilidades de usos das ficções internas e externas. A ficção interna operaria no sentido de preencher as lacunas do não sabido da realidade, logo, ela não configuraria a realidade. Já a ficção externa promove uma capacidade de formular hipóteses e retroceder sobre os fatos.

Pode-se pontuar que a narrativa histórica é parte integrante do cotidiano do historiador. Assim a narrativa apresentou-se como um objeto centro de discussões que têm produzido avanço na historiografia, porém ainda longe de findar. Dito isso, é momento de analisar brevemente as questões que norteia os usos da imaginação histórica em Davis, sobretudo no momento em que as fontes apresentaram robustas lacunas, preenchidas pelo esforço da autora, que remete a uma outra questão. Quais as concepções formuladas acerca do recurso imaginativo na história? Os usos da imaginação teriam comprometido a recepção da obra “O Retorno de Martin Guerre”? E o compromisso com a validade do conhecimento histórico?

Imaginação e história: breve análise das discussões e o “usos” efetuados por Natalie Z. Davis em “O retorno de Martin Guerre”

O livro “O retorno de Martin Guerre” relata o caso de uma família que viveu algo inusitado para o século XVI na França. Trata-se de um drama vivido por uma família de camponeses em Languedoc, em que um homem, desaparecido há doze anos, reaparece e é aceito tanto pela família, quanto pelos viventes da pequena vila. Este homem dizia ser Martin Guerre. Durante aproximadamente quatro anos, ele vive bem, concebendo uma filha junto a Bertrande. Porém, o mesmo foi denunciado como impostor, iniciava assim na França um dos julgamentos fascinantes, que atinge o auge, com a chegada do verdadeiro Martin Guerre. Com o desenrolar do julgamento, o impostor foi condenado a morte por enforcamento em praça pública. O verdadeiro Martin Guerre, retornou a sua família. Logo, toda essa narrativa surpreendentemente apresenta inúmeras questões interessantes de ser pensadas, sobretudo em se tratando de representação do contexto social camponês na França em pleno século XVI.

A obra em questão, aguçou elogios por parte dos leitores críticos, porém alavancou uma onda enorme de críticas dirigidas às formas metodológicas pelas quais a autora se utilizou. Outras críticas foram direcionadas à forma como determinados personagens tem a sua narrativa delineada dentro da trama geral da obra, o que levou a Robert Finlay³⁹⁷ a afirmar em um artigo de áspers críticas, que Davis teria inventado a trajetória de determinados personagens, a saber;

³⁹⁷ Tais considerações efetuados por Robert Finlay se encontram no Artigo cuja referência é; FINLAY, Robert. The refashioning of Martin Guerre. *The American Historical Review*. [Washington: American Historical Association], v. 93, n. 3, p. 553-571, jun. 1988.

Bertrande de Rols. Na concepção de Finlay, isso se mostra devido a falta de documentação suficiente para dar folego a obra produzida.

Davis teve acesso a uma quantidade de fontes limitadas, basicamente dois livros, sendo um deles o de Jean de Coras. Os arquivos em peso do processo, já havia se perdido a anos. De todo modo, “ *O retorno de Martin Guerre*” possibilita ampla margem para discutir questões que estão em voga e que tem promovido grande alvoroço em meio a historiografia, questões como: problematização das fontes, suficiência das fontes e dos arquivos para com uma pesquisa, fidelidade aos arquivos e a história, capacidades de sanar problemas de falta de arquivos, recursos linguísticos para sanar as lacunas deixada pela documentação ou a falta dela, capacidade imaginativa e inventiva por parte do historiador, logo isso remete a implicações tais como a fidelidade ao estatuto científico da história bem como a validade e a busca da verdade na história, a questão dos gêneros narrativos e os usos da ficção por parte do historiador, e outros.

De início o que mais chama a atenção, está na introdução da obra “*O retorno de Martin Guerre*”, em que a autora, por conta própria, explicita o seu método de trabalho utilizado na composição da obra.

Na ausência de interrogatórios do processo (no tribunal de Tolouse, faltam todos os registros dos processos criminais anteriores a 1600), investiguei os registros das sentenças do Supremo Tribunal para encontrar as informações suplementares sobre o caso, a prática e as atitudes dos juízes. [...] ***Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendayne, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido. O que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado.*** (DAVIS, 1987: 21) (*Grifo nosso*)

Davis deixa claro que foi realizado um trabalho de muito esforço ao evidenciar que as fontes em que pesquisou, conduziram para a percepção de que havia algumas lacunas. Dessa forma, a autora teve que buscar outras possibilidades que lhe conferissem meios para compor a sua obra. Entrou em cena ao que a historiadora legitima como invenção, ou melhor, as possibilidades imaginativas do historiador. Por mais que se possa pensar que aqui há uma problemática quanto as lacunas deixadas pelos documentos, levando a uma noção de desconfiança acerca da produção de verdades sobre essa obra, Davis aponta que a tarefa de invenção/imaginação, é cabível ao historiador.

A pesquisa histórica envolve algum trabalho da imaginação e a escrita da história exige uma habilidade que é, em parte, imaginativa. Há, por assim dizer, no modo como se pensa e se escreve, uma região em que as fronteiras entre história e ficção se confundem. Mas, por outro lado, os historiadores, em

regra consultam textos – algo externo a eles mesmos – e não suas próprias mentes, quando precisam verificar algo. [...] na ficção, o autor pode muito bem decidir que não consultara nenhum texto e que vai simplesmente deixar a coisa fluir, o que nos historiadores não podemos fazer. Não nós é permitido escapar as regras da história, e muito me agrada, na verdade, ter que me submeter a algo exterior a mim mesma. (PALHARES-BURKE, 2000: 108-109).

Para a autora, as fronteiras que delimitam história e literatura é uma questão de gênero, e nesse sentido, o historiador não possui uma liberdade exacerbada para compor desregradamente a sua narrativa histórica, algo que é permissível na ficção. O trabalho do historiador deve estar fundamentado em documentos, e provas tal como afirma Carlo Ginzburg (1989: 334). Pesavento (2014: 50) em análise das proposições de Ricoeur, afirma que este, também problematiza a relação do historiador com a narrativa em relação à ficcionalidade. É o trabalho de imaginação na história que lhe confere o caráter de ficcional. O auge da percepção de Pesavento é a afirmação de que em Ricoeur, os elementos fictícios aproximam a construção histórica com a narrativa literária, e, por mais que se possa ser aceitável certa dose de imaginação, na história, ambos os autores corroboram com a ideia de que se trata de uma imaginação controlável, pelos traços e documentos.

Nesse sentido, interpretando Ricoeur, a autora afirma que o historiador tem compromisso com o leitor, que espera um relato verdadeiro que vise chegar ao mais próximo do real acontecido. Levando em consideração que a narrativa histórica é responsável por construir a identidade dos sujeitos, Pesavento também credita a participação das doses ficcionais nessa constituição, “As identidades são, no caso, ficções criativas que situam o indivíduo no espaço, no tempo, no social, mesmo no mundo” (PESAVENTO, 2014: 91).

Ainda no esclarecimento do que se entende por ficcionalidade e os seus usos na história, Davis, cansada dos ataques a sua produção, classificada como falsa, detentora de fragilidade documental e imaginação exacerbada, promovendo uma ficcionalidade desmedida, desenvolve uma crítica à noção equivocada de ficção.

Por ficção, Natalie Davis não entende nem a falsidade nem a fantasia, versões vulgares de compreensão do conceito, nem ainda a possibilidade de invenção absoluta dos dados do real. [...] O historiador é aquele que a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão. Ou seja, o historiador cria o passado e, para Natalie Davis, a História é uma forma de ficção, tal como a Literatura. (PESAVENTO, 2014: 53-54).

Subjaz ao exposto, por ficção Davis não considera nem a falsificação, muito menos a fantasia. Na história permite-se a utilização de meios de linguagens que expressem o possível, o plausível, as probabilidades. Daí pode-se notar que a autora não se importa em usar algumas expressões de cunho “impreciso” na obra de Martin Guerre. Constantemente depara-se com o

“Talvez”. Visualiza-se a autora trabalhando com algumas hipóteses interpretativas em que faltaram fontes. Mais uma vez volta-se para a possibilidade do uso da imaginação ao preencher as lacunas. Esse tapar lacunas, Croce vai pontuar como a imaginação combinatória.

A imaginação combinatória não se confunde tampouco com a imaginação que inventa conjeturas e hipóteses, as quais se formam para dar direção à pesquisa e se exaurem neste papel heurístico. A imaginação de que falamos intervém, ao contrário, diretamente no trabalho historiográfico para preencher os vazios que ficam nas series de imagens oferecidas pelas notícias atestadas e criticamente apuradas; isto é, com o mais ou menos, salvo que não se limite transcrever ou a resumir as fontes, intervém sempre para vencer o descontínuo daquelas notícias e tecer um relato coerente. (CROCE, 1962: 108)

Desta forma, esse tipo de imaginação, segundo o autor, não tem por finalidade inventar algo no sentido contrário à busca da verdade dos fatos. Ela apenas contribui com o historiador, na medida em que possibilita fazer os elos entre um determinado fato e outro, que devido a algum imprevisto possui uma lacuna. Desse modo, esse modelo de imaginação combinatória, preenche as lacunas e não remete a narrativa histórica ao status de falso. Topolski (2016: 66-73), compactua a ideia de que a imaginação histórica usada pelo historiador, não remete a nenhum tipo de invenção desmedida e desconfigurativa das fontes. Essa imaginação está amparada em documentos que o historiador deve respeitar. Outra característica dessa imaginação em Topolski, é ser entendida como uma forma de estética na composição histórica.

O ato de “inventar” não deve ser tomado no sentido negativo do termo. Durval Muniz (2007: 24) afirma que a invenção é um recurso artístico utilizado pelo historiador para a condução de sua narrativa. Esse recurso é amparado por uma documentação, por métodos e regras plausíveis e por ouvidos atentos a vozes que ecoam do passado. O historiador produz pautado em meios que lhe garantem comprovação. Algo imprescindível para o pesquisador. O autor é enfático ao afirmar que se posiciona de maneira a articular as vantajosas possibilidades de contribuição entre história e literatura. Para Durval (2007: 62-63) o historiador conta uma história por meio da narrativa, não apenas inventando, mas consultando os arquivos, compilando os textos. O pesquisador deve ler suas fontes, captando as vozes do passado. A invenção, assim como a imaginação histórica é limitada pela ação do historiador fundamentada em documentos.

Ainda em se tratando de imaginação histórica, uma referência certamente é a obra *A idéia de História* de Collingwood, em que trata da questão da imaginação histórica entre o romancista e o historiador. Apontando as semelhanças e divergências acerca do uso da imaginação histórica, Collingwood chega à conclusão de que o trabalho do historiador

apresenta muitas semelhanças com o trabalho do romancista, divergindo apenas em um aspecto. Conforme o Collingwood,

O homem que escreve um romance compõe uma narrativa, em que os papéis são desempenhados por várias personagens. As personagens e os incidentes são todos igualmente imaginários; contudo, o grande objetivo do romancista é mostrar as personagens em ação e os incidentes em desenvolvimento de maneira determinada por uma necessidade interna deles próprios.

[...] o romancista só tem uma tarefa: construir um quadro coerente, dotado de sentido. O historiador tem uma dupla tarefa: tem de fazer isto e tem de construir também um quadro das coisas, tal como elas eram realmente, e dos acontecimentos, tal como eles ocorreram realmente. Esta outra necessidade obriga-o a obedecer a três regras de método das quais está livre o romancista ou o artista, em geral. [...] em primeiro lugar, o seu quadro tem de estar situado no espaço e no tempo. [...] em segundo lugar, toda a história deve ser coerente em relação a si mesma. [...] em terceiro lugar, e é o mais importante, o quadro do historiador está relacionado especialmente com aquilo a que se chama provas. (COLLINGWOOD, 1994: 366-372)

O autor aponta que o historiador diverge do romancista na necessidade de tratar os acontecimentos tais como ocorreram, limitando assim o aspecto de imaginação histórica sem respeitar regras metodológicas. Assim, a narrativa histórica difere-se porque está vinculada ao tempo e ao espaço, tem o compromisso consigo mesma e deve estar amparada em provas. Ginzburg (2002; 58) pontua que o procedimento de preencher as lacunas deve ser encarado como normal e obvio. Se os documentos estão dispostos e há algumas lacunas, é o historiador quem deve contorná-las. Se há assim uma imaginação controlada, a verdade dos fatos não estaria comprometida. Findando as colocações, Chartier (1990: 239) afirma que a questão em voga na história, seria a passagem de uma validação do discurso histórico para um outro tipo de validação, permitindo considerar os possíveis, prováveis e verossímeis.

Considerações finais

No cenário de vastas produções, não seria novidade afirmar que os debates em torno da narrativa história, tem legitimado a mesma. Pensar em narrativa na história, é debruçar-se na possibilidade de representação do passado, é trabalhar as questões envolvendo a existência ou não de uma fronteira que separe História e Literatura. Do mesmo modo, e lançar olhares sobre a forma de constituição de sentido proposto pela história em relação aos indivíduos. Sendo assim, não poderia soar diferente, corroboramos com o pensamento de Ricouer, em que a narrativa é considerada fundamental para o ofício do historiador e para a sua disciplina.

Em relação á imaginação histórica, a questão soa demasiadamente complexa. Visto que há historiadores ancorados na perspectiva de que o uso desse recurso afetaria a busca primordial da verdade dos acontecimentos históricos. Do mesmo modo, também prejudicaria a

fidelidade do pesquisador para com a causa do real na história. Logo, o uso da imaginação na história de certa forma promoveria o desequilíbrio no enquadramento da história como ciência. De antemão, tais questões mencionadas careceriam de um aprofundamento maior. Por outro lado, há historiadores que não visualizam a imaginação histórica como algo destrutivo e aterrorizador para os avanços que se tem promovido ao longo do tempo. Existem aqueles que defendem o uso dessa ferramenta como uma forma de contribuir no trato com as fontes, ajudando e promovendo possibilidades interpretativas.

Quanto a Natalie Davis e a obra “O Retorno de Martin Guerre”, nota-se a presença de ambos os objetos aqui analisados: a narrativa e os usos da imaginação. De antemão cabe destacar que, Davis apresenta-se como uma historiadora de prestígio no meio da historiografia recente, atuando em diversificadas frentes e em múltiplas temáticas, sobretudo aquelas dos “marginalizados da história”. Suas contribuições são inegáveis. Ao que se refere a obra em questão, o que percebemos foi uma ousadia mesclada com coragem e inovação no trato com as poucas fontes de pesquisa que compôs a obra. Davis não se refutou a trabalhar tais fontes, mesmo que as lacunas fossem grandes e que isso lhe pudesse custar agressivas críticas.

O que notamos com tal obra é bastante peculiar, uma obra consideravelmente lida, porém, uma obra que não tem uma grande veiculação no Brasil como uma fonte de estudos. Ou seja, uma obra bastante lida e conhecida, porém pouco utilizadas em trabalhos acadêmicos. Quanto a narrativa utilizada por Davis, existe um certo consenso por parte dos críticos, que a obra se apresenta como uma espécie de romance, uma narrativa bastante envolvente e que aprisiona o leitor devido as características marcantes da escrita. Em relação a imaginação histórica, essa tem promovido olhares de desconfiança. Gerando uma dualidade de posicionamentos que, de um lado elogia o trabalho e por outro tece duras críticas como se dispensasse a relevância da obra.

O que se nota, é uma certa desconfiança em geral nos poucos trabalhos que discutem a produção em questão, sempre dando uma alerta acerca dos usos da “invenção” ou “imaginação histórica”. Deste modo, continua o objetivo de compreender as formas como a produção historiográfica de Davis foi recebida no cenário Brasileiro. Aqui o olhar se amplia para outras questões, tais como: Os usos dos elementos “ficcionais” teriam afetado a receptividade da obra? Teria a autora imprimido uma forma diversificada de pensar a história? E o sentido da obra?. Dentre as muitas duvidas e a busca por respostas, diria que os dias que se seguirão serão fundamentados pela busca por respostas satisfatórias ou por novas problematizações.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História.** 2007. Bauru, Edusc.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de História.** Lisboa: Editorial Presença, 1994.

CROCE, Benedetto. **A História, pensamento e ação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre.** Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Culturas do Povo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Nas Margens: três mulheres do século XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FINLAY, Robert. **The refashioning of Martin Guerre.** The American Historical Review [Washington: American Historical Association], v. 93, n. 3, p. 553-571, jun. 1988.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força.** São Paulo: companhia das letras, 2002.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé.** Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **Entre tradições e inovações, o percurso crítico de Natalie Zemon Davis.** Revista Cultura Histórica & Patrimônio, v.2, n°1, 2013. P. 100 - 114.

LIMA, Luiz Costa: **A ficção externa e a historiografia.** In: MALERBA, J. História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

MALERBA, J. **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia: **As muitas faces da história. Nove entrevistas.** – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Campinas SP. Papyrus, 1994.

RUSEN, Jorn. **Narração histórica; fundações, tipos, razão.** In. MALERBA, J. História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.
_____. **Retórica e estética da história: Leopold von Ranke.** In. MALERBA, J. História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1. p. 86

TOPOLSKI, Jerzy. **O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia.** In: In. MALERBA, J. História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1. p. 59 - 74

WHITE, Hayden. **Meta História: A imaginação histórica no século XIX.** São Paulo, Edusp, 1992.

_____. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura.** São Paulo, Edusp, 2001.

MEDICINA, PSIQUIATRIA E POLÍTICA EM GOIÁS

*Michel Barbosa Gomes*³⁹⁸

RESUMO: A História da medicina no Estado acompanhou, com alguma defasagem cronológica, as discussões produzidas nos grandes centros urbanos. Desde a construção do Hospital da Caridade em 1825 até a eleição de um governador médico em 1925 a medicina goiana não conheceu períodos de descrédito em sua importância e atuação. Seu avanço em solo goiano é verificado na importância da atuação do serviço sanitário criado no governo de Ramos Caiado ou das Diretorias de Higiene inauguradas pelo interventor Pedro Ludovico em 1931. Os anos 1940 e 1950 representaram a consolidação da medicina em solo goiano e a sua predileção por se aliar ao aparato político. Isso tinha como intuito controlar os indivíduos dissidentes e propor uma certa padronização dos comportamentos através de uma ideologia de cunho fascista, especialmente com a incorporação das teorias eugênicas, particularmente na psiquiatria.

Política e medicina em Goiás no século XIX

As primeiras descobertas de ouro em Goiás na primeira metade do século XVIII significou o início da ocupação do território goiano pelos bandeirantes vindos de São Paulo. O ouro rapidamente se esgotou e poucos anos depois das primeiras extrações a atividade mineradora decaí. Desse rápido esgotamento do ouro criou-se a ideia de decadência associado às terras goianas, difundidos por cronistas e viajantes que por aqui estiveram nesse período (CHAUL, 1997:34). Para justificar essa concepção de decadência os cronistas descreviam a capital goiana como um local de difícil acesso, com muitas montanhas que a circundavam além das condições precárias das estradas. Associado à isso havia a ideia de que poucas pessoas estavam aptas aos trabalhos que requeriam maior

³⁹⁸ Mestrando em História sob orientação do professor Eduardo Sugizaki do Programa de Pós Graduação em História da PUC Goiás. Bolsista CAPES.

conhecimento especializado em administração pública. Nesse contexto, ainda no período colonial, surgiram pessoas que se posicionaram a favor de um novo local para a capital.

Aliado da ideia de decadência a concepção de que a antiga capital vivia um atraso ganhou maior destaque a partir da Primeira República, período em que grande parte da historiografia goiana convencionou chamar, especialmente em sua dimensão política, de coronelismo³⁹⁹. Um crítica que o historiador Nasr Fayad Chaul (1997) estabelece para o sociólogo Itami Campos e outros que estudaram a Primeira República em Goiás diz respeito à perpetuação do conceito de coronelismo que segundo ele encobre as particularidades da sociedade goiana e reforçam o a ideia de decadência e atraso atribuídas ao Estado naquela época. Para o mesmo autor Goiás não presenciou um momento de decadência ou atraso porque paralelamente ao fim da extração aurífera a pecuária já estava se estabelecendo no Estado. Goiás apresentou desde do início de sua ocupação um crescimento constante que culminou na mudança da capital durante o governo Vargas.

A medicina em Goiás no século XIX era quase inexistente (VASCONCELO, 1999). A escassez de médicos não era exclusividade de Goiás, outros Estados também não contavam com número suficiente de profissionais nessa área. As primeiras faculdade de medicina no Brasil foram inauguradas em 1832, substituindo as antigas escolas exclusivas para o ensino de cirurgia em Salvador e Rio de Janeiro (MACHADO, 1978:170). Até então todos os médicos que atuavam no Brasil possuíam formação europeia e sua maioria não se dedicava ao tratamento dos doentes, mas na administração da saúde pública e controle da atuação de boticários e práticos em medicina.

Em 1825 é inaugurado na cidade de Goiás o Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara. Mesmo com o surgimento desse primeiro hospital público em Goiás o tratamento da grande maioria dos doentes que ali adentrassem era feito por práticos (KARASH, 1999). As práticas populares de cura e prevenção de doenças prevaleciam sobre a população. Isso se comprova pelo conhecimento dos poderes de curas das plantas e utilização de amuletos que poderiam prevenir doenças (KARASH, 1999: 48). Mesmo com esse predomínio do conhecimento popular sobre as doenças, começa a se delimitar no Estado um maior controle sobre a população a partir das ideias médicas, especialmente com a inauguração do Hospital da Caridade. Começa a se delimitar no Estado uma medicina social que busca interferir em diversos âmbitos da sociedade, incluindo o saneamento, urbanização, costumes, especialmente no modo de vida do trabalhador (MORAES, 1999). Outra face desse

³⁹⁹ Para o cientista político Francisco Itami Campos Goiás aparece como um Estado de menor relevância política se comparado com centros de maior poder político e econômico, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo. O que se verificava na política goiana no período foi um acordo de oligarquias que exerciam um poder centralizador na administração pública em Goiás. Dessa forma, era comum a utilização da violência, à perseguição de adversários políticos e a manipulação eleitoral para garantir a permanência de determinada família no poder. Sobre esse assunto ver: CAMPOS, 2003.

crescente prestígio da medicina foi sua incorporação no aparato Estatal, aliando-se à política para definir ações de controle de epidemias e as agitações urbanas. Foi na Alemanha que primeiro surgiu essa inserção da medicina no aparato estatal entre 1750 e 1780 (FOUCAULT, 2012). Dentre outras funções esse medicina pública registrava os nascimentos e óbitos, acompanhando e propondo medidas de controle da mortalidade, por exemplo.

Segundo Cristina de Cássia Moraes (1999), a partir do pleno funcionamento do Hospital da Caridade, os trabalhadores sofreram maior interferência em sua rotina. As ideias de limpeza urbana e as convicções de que alguns grupos de indivíduos poderiam, devido ao seu estilo de vida, “contaminar” outros deram o mote para a criação de algumas “estratégias sanitárias”. Especialmente os doentes, vagabundos e trabalhadores mereceram uma atenção especial da política médica em formação no Estado.

Para outra historiadora, Gilka Vasconcelos Salles (1999), desde a construção do Hospital da Caridade inicia-se no Estado uma política sanitária que pretende interferir na dinâmica urbana. Isso se verifica, por exemplo, com a delimitação de outro espaço para a construção de um cemitérios que deveria ficar longe do centro urbano e com isso evitar epidemias e a contaminação do solo e ar. Mesmo contando com poucos médicos, o Hospital da Caridade já possuía uma dinâmica médica, com separação de doentes de acordo com a gravidade da doença. Trabalharam em Goiás entre 1831 e 1920 quinze médicos e sua maioria no Hospital da Caridade (SALLES, 1999:87).

Modernidade e medicina em Goiás

A crescente importância política alcançada pela medicina em Goiás caminhará a passos largos e culminará com a eleição de Brasil Ramos Caiado em 1925. Totó Caiado como ficou conhecido era médico formado pela Faculdade de Medicina em São Paulo e membro da família de maior domínio político do Estado no período. Como uma de suas primeiras medidas Ramos Caiado inaugurou o serviço sanitário do Estado (CAMPOS, 1996: 178). Este serviço contava com cinco delegacias distribuídas em todo o Estado e tinha como função, entre outras coisas, fiscalizar a atuação médica em todo o Estado e propor ações sobre o meio urbano para prevenir doenças e higienizar os espaços públicos. Para Itami Campos (1996), a criação desse serviço representou o início das ações sanitárias em todo o Estado e a consolidação da política médica em Goiás que culminará na escolha de outro médico para ser interventor no início do governo Vargas.

Pedro Ludovico Teixeira substituiu o serviço sanitário criado no governo anterior pela Diretoria de Higiene pelo decreto nº 714 em 19/02/1931 (CAMPOS, 1996: 179). Através desse decreto a medicina ganha maior destaque nas ações públicas e seu poder de atuação nas ações políticas também. Cabia aos profissionais desse departamento fiscalizar as ações sanitárias em todo o Estado

e todas as prefeituras deveriam se subordinar às recomendações propostas por esses profissionais. De acordo com esse decreto:

Somente os médicos legalmente habilitados poderão exercer as atribuições de delegados e inspetores de higiene. Além disso, eles ficam isentos do imposto de indústria e profissão, “sendo-lhes permitindo o serviço de clínica particular remunerada” (Art. 19º, Dec. 714). No regulamento, o papel do médico é destacado, seja como executor das medidas necessárias à saúde pública, seja como elaborador de conhecimento. Neste sentido, cabe aos dirigentes, normalmente médicos, proceder a estudos que forneçam elementos à compreensão da realidade social e que contribuam para melhor conhecer as doenças e os problemas da saúde da comunidade. (CAMPOS, 1996:197).

Aos médicos cabia não apenas fiscalizar a atuação da medicina em todo o Estado, mas comandar o Estado em seus programas de intervenção urbana. Esses regulamentos sanitários se fundamentavam na concepção da superioridade do saber médico como promotor de conhecimento técnico para as ações do Estado nos municípios. Contando com um crescente prestígio que sua categoria ostentava e os inúmeros benefícios advindos daí, ser médico nos anos 1930 e 1940 era símbolo de superioridade e de privilégios (CHAUL, 1997: 184). Não foi por acaso a escolha de um médico como interventor do Estado e a ela coube a responsabilidade pela concretização da mudança da capital⁴⁰⁰. E seu discurso para justificar essa mudança foi de ordem médica.

Nesse contexto, a nova capital do Estado já surge medicalizada. A preocupação com a localização dos rios que circundam, a ventilação das casas, o saneamento e até mesmo a arquitetura dos edifícios demonstram essa preocupação com a higiene e o controle social da nova capital. Essa modernidade médica no Estado representou para seus governantes uma negação do modelo anterior de política e dos problemas urbanos enfrentados na antiga capital. A modernidade no período era indissociável da noção de progresso (CHAUL, 1996, MACHADO, 1990). Esse progresso se concretizava pela superação das formas políticas e sociais vividos na Primeira República. Evidentemente, essa superação não ocorreu de modo definitivo quando observado nas práticas políticas posteriores. Os novos políticos liderados por Pedro Ludovico não desejam retirar todo o poder dos antigos líderes locais, mas apenas levar a cabo suas ideias de progresso cujo maior feito seria a construção da nova capital. E com isso não se verificou uma mudança significativa nas antigas forças políticas, mas antes uma articulação desses políticos às ideias de seu interventor (MACHADO, 1990: 123,124).

Para a medicina goiana as décadas de 1930 e 1940 corresponderam a momentos de grandes conquistas. O maior deles culminou com a construção de Goiânia. A ideia defendida argumentava

⁴⁰⁰ De acordo com suas memórias, Pedro Ludovico Teixeira escolheu a psiquiatria como sua especialidade e defendeu sua tese em 1916 escolhendo como tema a histeria. (TEIXEIRA, 1973:20).

que a antiga capital era insalubre, com pouca obras voltada para o saneamento e de difícil acesso. O discurso higienista ganhava força e adeptos e cabia ao Estado moldar a sociedade de acordo com os valores moralmente aceitos e defendidos por sua sociedade cada vez mais higiênica e receosa diante dos inúmeros problemas enfrentados na cidade. A eugenia estava no centro dos debates políticos da Era Vargas e sua política de integração nacional levava em conta essa dimensão médica da sociedade. E a partir dessas ideias eugênicas ocorre uma maior intervenção da psiquiatria no meio social. Para essa especialidade médica a primeira metade do século XX significou um período de sucesso em constante crescimento.

Teorias eugênicas e a medicina mental

As teorias eugênicas ganharam terreno no Brasil com a expansão da psiquiatria a partir da difusão das ideias defendidas pelo inglês Francis Galton. Esse último defendeu em um livro publicado em 1889 suas ideias sobre hereditariedade e sua convicção na superioridade de alguns indivíduos se comparados a outros. (ENGEL, 2001: 176,167). Foram as Ligas Brasileiras de Higiene Mental, fundadas em 1923, quem mais difundiu as ideias eugênicas no Brasil. Essa ligas tinham como missão expandir o conhecimento e atuação da psiquiatria brasileira para além dos muros dos hospícios, levando tratamento para imensa maioria de loucos que não eram facilmente identificado pelos leigos (ENGEL,178). Trata-se de uma expansão da noção de loucura que não era atribuída apenas aos loucos delirantes e deficientes físicos que eram facilmente identificados pela sociedade. Com a teoria eugênica uma legião de indivíduos passaram a ter sua forma de vida questionadas pela medicina mental que passou a vê-los como um perigo à moral e bons costumes de uma sociedade burguesa e higiênica. Assim alguns temas ganharam maior destaque para a psiquiatria naquele período. O alcoolismo e o uso de diversas drogas, a vagabundagem, a homossexualidade, a mulher que se recuse se casar, os mendigos entre outros assuntos passaram a interessar a medicina mental. Com isso também ocorre uma expansão da atuação da medicina, particularmente a medicina mental, no meio social. O alcoolismo por exemplo mereceu destaque na abordagens da medicina mental no período.

A partir do fim dos anos 10 do século XX, a luta contra o alcoolismo transforma-se em uma das bandeiras mais importantes dos psiquiatras que buscavam consolidar o seu poder mediante a implantação de um projeto de prevenção da doença mental que, profundamente inspirado nas ideias eugênicas, objetivava normatizar os comportamentos da população urbana por meio da imposição de padrões higiênicos. Assim, várias sessões da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, bem como da Academia Nacional de Medicina, seriam ocupadas por discussões e pela apresentação de trabalhos em torno da questão. Em 1923, a LBHM passaria a liderar o movimento, promovendo verdadeiras cruzadas antialcoólicas através das Semanas Anti-Alcoólicas realizadas anualmente, de conferências públicas, de artigos publicados em jornais diários etc., procurando, assim, atingir o conjunto da sociedade. (ENGEL, 200:291).

As teorias eugênicas e o alargamento da noção daquilo que era entendido como doença e sanidade, particularmente para medicina mental, contribuiu para formulação de ações que objetivaram identificar e excluir pessoas que não se adequassem aos padrões higiênicos do período. Os alcoólicos foram um dos seres mais requisitados para a intervenção psiquiátrica, em parte devido aos transtornos que a sociedade identifica nesses indivíduos, incluindo a mendicância e a perturbação da “ordem” nos espaços públicos. Mas, como já dito, não foram os únicos indivíduos alcançados pela medicina do período.

Essas teorias foram amplamente difundidas pela medicina da época e representou a incorporação de ideias fascistas na política do período. Ações que previam a esterilização de mulheres negras e pobres, o embranquecimento da população e as inúmeras internações compulsórias em hospícios públicos demonstram essa união entre Estado, medicina e higienismo. É justamente nesse contexto amplo da divulgação e crescente prestígio de teorias fascistas que surge a nova capital. Idealizada, planejada e construída sob a liderança de um médico psiquiatria Goiânia correspondeu a um período de sucesso da política aliada da medicina.

A loucura em Goiânia nas décadas de 1940 e 1950

No período que corresponde a fundação da nova capital (1933) até a data de seu batismo cultural (1942) a população de Goiânia mais que triplicou (SABINO, 1960). Contando com aproximadamente 50 mil habitantes na década de 1940 Goiânia já havia superado e muito a antiga capital. Com essa expansão populacional crescente também cresceram as reivindicações para o controle dos indivíduos considerados anormais⁴⁰¹. Evidentemente a preocupação com os seres considerados dissidentes da norma não foi uma invenção da década de 1940. Isso se comprova com os inúmeros asilos e, também, sanatórios de cunho religioso presentes em quase todo o Estado. Aliás, foi uma constante na política estadual estabelecer parcerias com instituições religiosas para o enclausuramento, inclusive da loucura. A mudança que ocorre nesse período é justamente essa guinada para o controle do Estado sobre as ações que se direcionavam aos anormais. Inicialmente com a criação de uma legislação exclusiva para tratar a loucura e posteriormente com a construção do hospital psiquiátrico Adauto Botelho em 1954, ou simplesmente Adauto como era conhecido pelos goianos.

A primeira lei Estadual que trata especificamente sobre os anormais foi o decreto lei nº 847 criado em 12/02/1947 e criava o Serviço de Assistência aos Psicopatas (S.A.P). A lei propunha uma maior fiscalização e um número maior de oferta de atendimento especializado para tratar a loucura

⁴⁰¹ O termo anormal é o que mais se adequa a esse período eugênico da psiquiatria. Com ele é possível agregar diversos setores sociais que foram atingidos pelo saber/poder psiquiátrico do período. A esse respeito ver: FOUCAULT, 2012.

no Estado. De acordo com o documento o tratamento psiquiátrico no Estado seria dividido em dois setores entrelaçados: o hospital colônia e o seção de profilaxia e higiene mentais (DECRETO-LEI N° 842, 1947). No primeiro caso, o hospital colônia ainda seria construído, quanto ao setor de profilaxia previa o atendimento psiquiátrico fora dos hospícios, como um meio de levar informações do saber psiquiátricos para o público em geral. A psiquiatria reforçaria sua aliança com a sociedade, especialmente familiares dos anormais, que prontamente poderiam indicar os indivíduos que apresentassem algum comportamento que gerasse suspeita.

Ainda sobre o documento, de acordo com seu artigo 3°: “os doentes mentais curáveis a longo prazo, crônicos e incuráveis serão preferentemente submetidos a uma terapêutica ocupacional”. A atuação do serviço de profilaxia atuaria também no acompanhamento dos loucos que não estivessem dentro do hospício. Porém o que se verificou na prática foi uma constante predileção pela internação sem prazo de saída em muitos casos. Para os sujeitos capturados pela medicina mental do período, particularmente a partir do pleno funcionamento do Hospital Adauto Botelho a internação sem prazo de saída era uma constante⁴⁰². O serviço de Assistência aos Psicopatas estava sob a supervisão da recém criada Secretaria de Saúde que também foi inaugurada no ano de 1947 (VIEIRA, 2012).

A criação da lei n° 842 de 1947, bem como da Secretaria de Saúde demonstram essa mudança política de ação sobre a saúde no Estado, particularmente sobre os anormais. A preocupação com esses indivíduos ganhou maior destaque com o crescimento populacional estrondoso verificado em Goiânia e sua região metropolitana no período. Embora tenha ampliado os mecanismos estatais de identificação e exclusão dos anormais das ruas, os convênios entre a administração pública e entidades filantrópicas continuaram. Citando Goiânia e dois municípios próximos, foram construídos três sanatórios espíritas que mantinham vínculos financeiros com o Estado. O Sanatório Batuira fundado em 1949 em Goiânia, o Sanatório de Anápolis de 1950 e o Sanatório de Nerópolis inaugurado no município de mesmo nome em 1952.

Em 1953 Goiás já possuía alguns hospitais sob direção do Estado. Entre eles um hospital de alienados que antecedeu o antigo Adauto Botelho.

Entre as instituições mantidas pelo Estado neste período estão o Hospital Oswaldo Cruz, o Hospital de Alienados (manicômio), a Colônia Santa Marta (que havia passado a órgão integrante do Serviço de Profilaxia da Lepre), o Centro de Tratamento Rápido (exclusivo para portadores de doenças venéreas e que funcionava em prédio anexo ao Hospital Oswaldo Cruz), o Abrigo de Tuberculosos e o Hospital de Pênfigo, cuja construção se iniciou em maio de 1952. (VIEIRA, 2012: 94).

⁴⁰² Isso foi bem demonstrado no documentário: Passageiros de Segunda Classe (2001). Nesse documentário é possível percebermos a rotina no ambiente asilar no Hospital Adauto Botelho em 1986. O documentário apresenta relatos dos internos e acompanha a chegada de uma “moradora” trazida pela polícia da época.

A loucura sempre esteve presente nas preocupações da administração Estadual. Isso em parte se deve a própria trajetória da medicina em Goiás e as demandas urbanas advindas de uma rápida urbanização após a mudança da capital. Por outro lado ela também estava presente, inclusive, na formação do interventor e posteriormente governador eleito Pedro Ludovico, desde sua formação em 1916 no Rio de Janeiro. Aliado a esse Hospital de Alienados, única instituição pública para o atendimento dos loucos até 1954, o governo Estadual reforçou suas parcerias com instituições filantrópicas de assistência aos loucos. Diversos subsídios e verbas para construção, ampliação e manutenção dessas instituições continuaram, inclusive após a construção do Adauto.

Isso demonstra que a agitação urbana ganhou novos contornos no mesmo período. A ampliação da rede de encarceramento da loucura comprovam que ela ganhou maior relevância a partir da década de 1940, particularmente com a incorporação de ideias eugênicas nas ações de política pública. Não apenas a medicina mental vivenciou um período de vitórias, mas as outras áreas médicas também. Aliado a criação da Secretaria de Saúde, surge a Associação Médica Goiana em 1950 e posteriormente a Revista Goiana de Medicina em 1955 (VIEIRA, 2012: 94,95). Uma das principais reivindicações dessa classe profissional, agora representados por uma entidade jurídica foi a construção de uma Faculdade de Medicina em solo goiano. Não demorou muito para que seus anseios fossem concretizados. Em 1960 a Faculdade de Medicina da UFG é inaugurada e sua primeira turma forma-se em 1965.

Para os indivíduos localizados por esse saber isso representou um controle maior do Estado sobre suas vidas. Dentre todos os campos de atuação da medicina, a psiquiatria foi a área que mais ganhou espaço dentro dessa política médica estatal. Ela criou os argumentos sanitários aceitos como incontestáveis para agir sobre a sociedade e identificar aquilo que era aceito como normal ou patológico. Diferente das outras áreas do saber médico, a psiquiatria pouco evoluiu em termos científicos no período, sempre presa às concepções morais que sustentaram sua atuação no período, ela agia mais com sua dimensão de poder que havia conquistado no século anterior.

Bibliografia

CAMPOS, Francisco Itami Campos. Saúde pública: medicina e política. Goiânia; Revista de Pat. Trop. Jul./dez, 1996.

CASTEL, Robert. A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro; Graal, 1978.

CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção de decadência aos limites da modernidade. Goiânia; Editora da UFG, 1997.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo – Juquery a história de um asilo. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1986.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Cidades da ordem: a doença mental na República. São Paulo; Brasiliense, 1990.

ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospício (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro; Fiocruz, 2001).

FOUCAULT, Michel. História da loucura. São Paulo; Perspectiva, 2014.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo; Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. O poder psiquiátrico. São Paulo; Martins Fontes, 2006.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira (org.). Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível. Goiânia; Editora UFG, 1999.

MACHADO, Roberto. (et al.) Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro; Graal, 1978.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma História. Goiânia; Editora UFG, 1990.

SOUZA, Rildo Bento. Pobres, doentes e desvalidos: o asilo São Vicente de Paula na cidade de Goiás (1909-1935). Dissertação (mestrado em História); UFG, 2010.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Memórias. Goiânia; Cultura Goiana, 1973.

VIEIRA, Tamara Rangel. Médicos do sertão: pesquisa clínica, patologias regionais e Institucionalização da medicina em Goiás (1947-1960). Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fiocruz, 2012.

Fontes impressas:

ESTATUTOS do Sanatório Batuira.

ESTATUTOS do Sanatório São Vicente de Paula do Centro Espírita Luz e Caridade de Nerópolis.

ESTATUTOS do Sanatório Espírita de Anapólis.

GOIÁS. Decreto-Lei nº 847, de 12 de fevereiro de 1947. Cria o Serviço de Assistência a Psicopatas no Estado de Goiás. Diário Oficial de Goiás, Goiânia, 1947.

PASSAGEIROS DE SEGUNDA CLASSE (documentário). Direção: LEAL, Kin Ir-Sem Pire; JORGE, Luiz Eduardo; PINA, Waldir. Goiânia, 2001.

SABINO, Oscar Júnior. Goiânia Documentada. São Paulo; Edigraf, 1960.

A REVISTA CINQUENTENÁRIA COMO NARRATIVA DE UMA MODERNIDADE EM ANÁPOLIS NA DÉCADA DE 1950

*Murillo Oliveira Soares*⁴⁰³

RESUMO: Este presente trabalho tem como ideia analisar e buscar na revista cinquentenária caminhos para entender a história local, produzida no ano de 1957 teve como ponto a comemoração da emancipação da cidade de Anápolis após 50 anos, a ideia de como a população da cidade conseguiu compreender a sua arquitetura pensada e projetada como o nascimento de uma nova modernidade, onde a narrativa da arquitetura foi colocada aos moradores, a ideia deste artigo não é compreender a visão de um futuro moderno, mas como os discursos dos autores e agente sociais sobre a modernidade implementada pela reestruturação urbana pode se fazer presente anos depois, com a revista e como as fotografias da época da construção dessas obras arquitetônicas, foram possíveis de serem usadas para legitimar a cidade como moderna. A revista foi escrita como um manual de memórias, fatos e construções dentro de uma projeção de futuro utópico em detrimento de um passado memorável e de grandes construções.

Palavras-chave: História urbana, imagens, narrativas, Anápolis.

A revista cinquentenária e o resgate de uma memória local.

*Das industrias, na riqueza,
hoje ergue, a cidade, ufana,
Deslumbrando a redondeza,
A alta Matriz de Santana.
Quem se lembra do cargueiro,
Que se meteu pelo mato,
No tempo do cativoiro,
Pondo a carga em desbarato?
Os dois pretos labutavam
E a canastra não bulia.
Só os donos atinavam
Com o que dela havia.
Era a imagem de Sant`Ana,
Abençoando o lugar,
Onde, depois, soberana,
Haveria de reinar.*

Goiânia, 1957, autor Xavier Junior. (Cinquentenária, 1957, s/p.)

A cidade de Anápolis foi emancipada como município no ano de 1907, ao longo de sua história foi colocada como uma cidade de grande importância econômica, por apresentar

⁴⁰³ Mestrando do PPGH- UFG.

E-mail: murillosoares@outlook.com

Orientador: Jiani Fernando Langaro.

grandes empreendimentos nos ramos do café, algodão, comércio, etc. e por ter no seu meio social grandes influências dentro do cenário político do Estado de Goiás.

Para comemorar os 50 anos da emancipação da cidade, a prefeitura mandou elaborar a revista intitulada de *Cinquentenária*, edição única em comemoração do jubileu da cidade de Anápolis - 1957, a edição tinha como objetivo apresentar a população local o processo de modernidade e avanços econômicos e sociais do município.

A cidade assim, como outras cidades brasileiras no início do século XX, passou por uma reestruturação no seu tecido urbano, como a construção de prédios, a implementação de rede elétrica, mudanças em ruas e avenidas, sistema de esgoto, mudança do cemitério do centro para outra localidade, entre outras mudanças impostas pela modernidade.

A busca pelo novo e pelo progresso, acabou com inaugurando na historiografia o tema da modernidade, como um estudo do homem e as mudanças provocadas por esse ideal, à modernidade se instalou em todas as instâncias, na arte, na música, na sociedade, na política, na cidade, na mentalidade.

No século XIX, o crescimento das grandes cidades surpreendeu os homens pelas constantes transformações e consequentemente destruição dos marcos da tradição e do passado, apagando os rastros, alterando tanto as relações de trabalho, quanto a paisagem das ruas e até mesmo, a rotina doméstica. (SERNA, 2011 p.66)

As mudanças que ocorreram na cidade ao longo de algumas décadas foram destacadas com uma forte exaltação ao processo de organização que a cidade havia passado e continuava ocorrendo.

A revista foi escrita como um reforço da identidade local e por um sentimento de entusiasmo com a construção da nova capital federal, Brasília que seria inaugurada em 1960, marcando um avanço no centro do país destacando o papel que a cidade de Anápolis teria na construção da nova capital.

A revista foi escrita pelo autor Raul José dos Santos, na época um jovem repórter que veio do interior de Minas Gerais com a missão de mostrar a população os avanços da cidade, como o comércio, ruas, praças, prédios e diversos eventos públicos, além de nomes importantes da história política, cultural e social.

A intenção era de afirmar a identidade local dos seus habitantes e ser uma fonte de importante resgate e preservação da memória local, além de ser usada como instrumento pedagógico nas escolas, como uma referência da história local anapolina.

Mas o que podemos encontrar nessa revista, sendo escolhida e utilizada como fonte de história, é a sua visão da movimentação da cidade, a euforia que tomava conta dos seus

habitantes, que viam em seu meio urbano um lugar moderno, pronto para os desafios de um novo Brasil.

O projeto de um Brasil moderno, foi havia sido iniciado com a “republica nova” no governo de Getúlio Vargas, com a revolução de 1930, assim deu se início ao projeto de uma nova república, tal fato histórico alterou várias estruturas do poder nacional, incluindo cidades menores, como no caso de Anápolis.

Grande parte das fotografias e obras arquitetônicas descritas na edição, tiveram seu início já nos anos de 1930, marcada na história local de Anápolis, pela chegada da ferrovia em 1933, que impulsionou o meio urbano social e foi amplamente incentivada pelos governantes locais e pela grande vinda de imigrantes de outros locais do país e do mundo.

Sempre que retomamos a revista como fonte podemos perceber um forte sentimento e atração pelo “discurso do moderno”, todos os grandes eventos que aparecem são tomados por esse sentimento que é ampliado pela comemoração do aniversário da cidade, ao retomarmos estes eventos nos estruturamos e nos apoiamos na história social e cultural para dar suporte as investigações, sendo capaz de trazer um grande arcabouço de fontes e narrativas:

Não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas comuns. Percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz a luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência. (BURKE, 1992, p.42).

Ao utilizarmos a revista devemos nos atentar pelos agentes envolvidos nesses discursos e as intenções de seus agentes, que podem ser tanto públicos quanto privados, ambos refletem os seus interesses nas páginas da revista, e ao olharmos a revista como fonte temos que tomar certos cuidados para não nos deixarmos levar pela grande ideia e apelo do moderno, que sempre é enfatizado no campo das imagens e figuras da cidade, mas pensarmos a história social dentro da produção de uma imprensa:

Implica, sim, em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção propõe-se, no estudo da imprensa, um deslocamento que nos conduza da história dos meios de comunicação para o campo da história social. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p.257)

Ao escolhermos a revista como fonte, tentamos trazer o local social, no caso as perspectivas entorno dos acontecimentos que estavam ligados aos monumentos e a própria história da cidade, aqui não temos como intensão resgatar todos os fatos, mas destacar a própria

visão dos habitantes sobre os seus espaços, lembrando que a imprensa é uma linguagem constitutiva do social, e podem ampliar ou esconder fatos interessantes sobre o espaço urbano, ou as relações de forças desses espaços.

A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p.260)

Então ao pensarmos a revista como uma tentativa de tornar a cidade como “memória”, podemos pensar que os próprios eventos e narrativas da edição, se tornam segundo Pierre Nora, lugares de memória, com materialidade, símbolos e funcionalidade, para a nossa discussão tentaremos aprofundar nas imagens que retratam os prédios, casas e locais entrelaçados pelas narrativas dos agentes sociais que produziram e pensaram uma memória coletiva e usual para si e para os outros.

Imagem, história e a narrativa da imprensa.

Dentro dos campos de estudo da história os usos das fontes ao longo do século XX puderam ser ampliadas, como o uso das imagens, a história nova (mentalidades), segundo, Chartier (1988) vai pegar de empréstimo análises de outras disciplinas para aplicar a história social, as imagens passariam a ter em seu caráter de registro certo apressado e legitimidade, por trazer os locais uma forma imagética a memória e aos espaços.

As fotografias das construções urbanas representadas na revista puderam dar uma dimensão acerca da cidade e das suas construções, compreendendo uma longa discussão acerca dos monumentos arquitetônicos como fontes imóveis e produzidas com determinadas narrativas de seu tempo.

A revista como forma de registro produziu alguns efeitos em que ao utilizarmos o conceito de heterotopia, hetero = outro + topia = espaço, do historiador e filósofo Michel Foucault, os espaços foram construídos em vários aspectos dentro das sociedades, sendo assim poderíamos utilizar tal conceito no mundo da arte e no campo da investigação histórica, Foucault define tal conceito é uma conferência no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967, apresentado no texto Outros Espaços (1986[2005]), heterotopia como:

...espaços reais-espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e

invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares, serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles refletem e discutem, chamá-los-ei, por contraste as utopias, heterotopias. (2005, s/p.).

A fotografia e o próprio monumento arquitetônico, podem ser compreendidos como lugares heterotópicos, visto que ao mostrar a cidade em 1957 pelo olhar da imprensa e remeter tais imagens e monumentos construídos em outros espaços – tempo, trazem aos espaços um sentido cósmico e alegórico, os tornando espaços de memória.

Porém uma memória construída para dar sentido a identidade e a urbe daquela atualidade, assim uma outra cidade dentro de si, a cidade da imprensa e das imagens não é a mesma cidade dos seus habitantes e do seu espaço social, é, portanto, utópica nas páginas da revista Cinquentenária.

Portanto as páginas da cinquentenária são universais ao serem tomadas como fonte de investigação para os historiadores, emergindo uma memória escolhida e planejada, para dar sentido aos grupos que dela produzem as suas intencionalidades, segundo CRUZ e PEIXOTO, ... o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico social em um dado processo conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/futuro. (2007, p.265.)

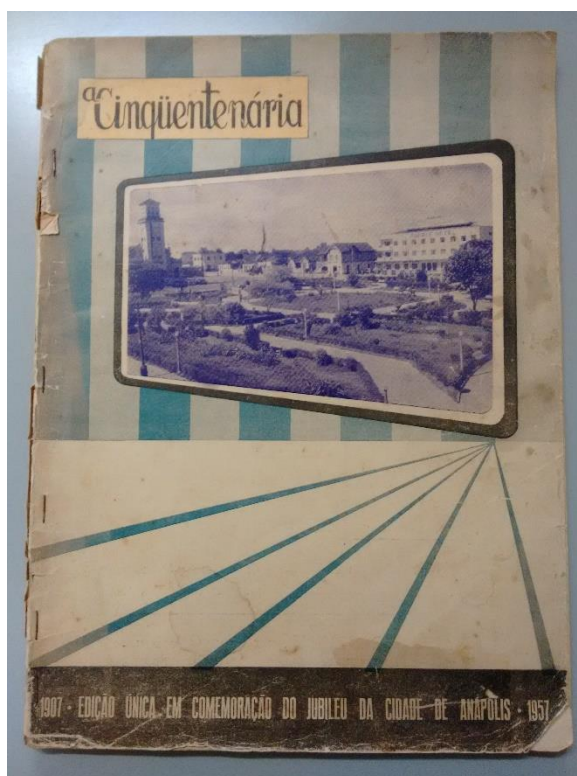
A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. (NORA, 1993, p. 9)

Quando se traz os monumentos arquitetônicos que, muitas vezes, estavam esquecidos ou utilizados com outras intenções em seu próprio cotidiano imóvel para o presente, no caso da cinquentenária, resgatam os espaços para o campo da hermenêutica⁴⁰⁴ histórica e para o cultural, deixando o espaço do outro (heterotopia) claros para a própria população. Sendo assim dar-se sentido ao monumento, deixam assim de serem meros locais e passam a ter sentido e história, por apresentarem significados reais.

⁴⁰⁴ Segundo Chartier (1988), a hermenêutica é uma forma de interpretação dos textos, sendo formas verbais e não verbais, coloca-se uma teoria de leitura ao mundo do sujeito propondo uma leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, assim a escrita se torna símbolo do vívido, que não existe, como as experiências e as memórias que interferem no escritor e criam na escrita uma representação do real. A definição da história cultural, é preciso pensá-la como análise do trabalho de representação, das classificações e das exclusões que constituem, nas diferentes configurações sociais e conceituais de seu próprio tempo ou espaço. Todas elas são historicamente, produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem a sua figura.

No caso das imagens produzidas ou reutilizadas na edição de 1957, podemos conceituar como heterotopia de ilusão. Segundo Foucault, por produzirem imagens associadas ao discurso de modernidade, como não reais, porque ao compreendermos que tais obras foram produzidas em outro espaço temporal em grande maioria nas décadas de 1930 e 1940, e ao reutilizarem como justificativa de uma cidade progressistas e moderna dos anos de 1950 e quase 1960, tal espaço não é real, e sim um produto de intencionalidade de memória local que se projeta em um futuro utópico.

Tal encurtamento dos espaços-tempo mostram como o passado foi reestruturado naquele período para dar sentido de um estado atual, ao analisarmos a *cinquentenária*, já em sua capa, temos uma visão de uma praça no centro da cidade, a praça Bom Jesus, assim como a maioria das cidades brasileiras com origens mais rurais e heranças coloniais, se encontra uma igreja e alguns estabelecimentos.



(Figura 1 – Capa da revista *Cinquentenária* – 1957, arquivo CEDOC – UEG)

Esse recurso sempre foi utilizado nos campos da fotografia como possibilidade as vistas panorâmicas dos centros urbanos. A imagem evidencia uma cidade com ares rurais, um passado que, ao longo da revista, teve a intenção de deixar no passado e voltar o seu olhar para as mudanças estruturais que a cidade passou nas últimas décadas, o processo cirúrgico urbano que ela passou, a higienização, a modernização e a sua reestruturação urbana.

Ao adentrarmos nas páginas seguintes podemos analisar, algumas propagandas em que se destacam um forte apelo pelas inovações de maquinários, obras e objetos, que na época se mostravam como ferramentas dignas de uma cidade urbanizada e moderna.



(Figura 2 – produtos, máquinas e utensílios – fonte revista *Cinquentenária* – CEDOC - UEG)

Este recurso se estabelece como um veículo propagador da modernidade, que se fez presente em várias revistas publicadas no país como as revistas *O Cruzeiro*, *Ahora*, *a revista do Globo* e *Manchete*, publicadas nas décadas de 1950, como forma de dar visibilidade as feições modernas das cidades e o seu processo de remodelamento, essas revistas utilizam os mesmos recursos fotográficos para legitimar as narrativas das cidades.

Várias imagens que foram utilizadas na *Cinquentenária* possuem discursos que reforçam o caráter de progresso que a cidade se impunha, mas os conflitos em volta destes espaços são esquecidos ou ignorados.

Assim, a heterotopia é compreendida como um outro espaço, como uma fotografia em que se mostra um estabelecimento chamado de Panificadora Central, localizada na rua 7 de setembro, no centro da cidade, com características do art déco⁴⁰⁵, movimento arquitetônico com grande uso no processo de reordenamento da cidade.

⁴⁰⁵ Apresentam-se como características recorrentes à arquitetura déco: combinação de planos sobrepostos no tratamento das fachadas; jogos volumétricos e geométricos; pesquisas de cor e de materiais; uso de tecnologias construtivas modernas, como o ferro e o concreto armado; tendência à abstração; exaltação da tecnologia como tema; maior despojamento ornamental; predomínio do cheio sobre o vazio; simetria reforçando a sensação de estabilidade; valorização dos acessos e portarias, geralmente marcados por marquises; serralheria trabalhada; utilização da carpintaria; e, em relação à cidade, respeito a alinhamentos e massas edificadas. (BORGES, 2006, p.05)



(Figura 3 – Panificadora Central, fonte revista Cinquentenária, CEDOC-UEG)

Na imagem se encontra um slogan de um estabelecimento com maquinário moderno e o primeiro no ramo a estabelecer uma filial em Brasília, o local em si, é apenas um espaço simples de comércio, porém ao ser mencionado e colocado na cinquentenária ganha outro aspecto, uma ilusão como afirma Foucault, uma heterotopia de ilusão⁴⁰⁶, por criar um espaço que em seu real não corresponde com o discurso, mas reforçado pela edição e o olhar do fotógrafo.

Esse recurso de manipulação da narrativa sempre foi utilizado na história da humanidade, como os relatos de viajantes europeus as terras ameríndias, em que as crônicas relatavam os lugares exóticos e exuberantes, animais fantásticos, povos com características que não correspondiam com o real, as sagas escritas sobre os viajantes além-mar, tais narrativas validavam o imaginário social da época, assim podemos pensar as narrativas, trazendo-as para o estudo da história social.

Os espaços públicos e as cidades possuem narrativas de quem as produzem, assim se entrelaçam com as obras arquitetônicas, objetos tridimensionais que ao serem fotografados para uma superfície bidimensional apresentam padrões de monumentalidade, perspectiva e memória, os edifícios passam a possuir em seu corpo a história do seu povo.

Um desses padrões é o da monumentalidade, caracterizado por tomadas restritivas de construções, muitas vezes descontextualizando espacialmente o objeto arquitetônico. Grande parte das imagens resultou de tomadas em perspectiva que valorizam a volumetria da edificação e destacam sua

⁴⁰⁶ O seu papel será ou o de criar um espaço ilusório que espelha todos os outros espaços reais, todos os sítios em que a vida é repartida, e expondo-os como ainda mais ilusórios (parece-me ter sido esse o papel desenvolvido pelos famosos bordéis dos quais fomos privados). Ou então o de criar um espaço outro, real, tão perfeito, meticuloso e organizado em desconformidade com os nossos espaços desarrumados e mal construídos. Este último tipo de heterotopia seria não de ilusão, mas de compensação. (FOUCAULT, 1967, p.7)

singularidade com base numa opção formal por imagens em repouso, destituídas de qualquer elemento móvel. (PASSAMAI, 2008, p.74)

Em Anápolis os prédios construídos tiveram forte apelo de reestruturação urbana com a chegada da ferrovia em 1933, até a produção da revista em 1957, grandes empreendimentos arquitetônicos e imobiliários foram feitos na cidade, a revista apresentou edifícios de alturas elevadas para as estruturas urbanas de Goiás.

Como o edifício do hospital evangélico erguido pouco antes da chegada dos trilhos da ferrovia, construído em 1927, sendo o segundo hospital do estado a ser construído e o primeiro hospital do estado com tal estrutura.

O edifício do hospital contava com 5 andares, a revista traz em suas imagens o efeito da fotografia um caráter monumental da obra, a fachada do prédio, a entrada do ambulatório de estilo art déco.

Nesse prédio, um verdadeiro assombro, um incalculável avanço, para a época, pois foi o primeiro prédio ‘de tantos andares’ construído no Estado de Goiás, passaram a funcionar o consultório, laboratório e quase todas as dependências médicas do hospital. (FERREIRA 1979 p.191)



(Figura 4 – fotografia Revista Cinquentenária – CEDOC-UEG)

Podemos observar como a narrativa das fotografias reforçam o caráter de comparação e regaste da memória local, em uma das páginas se encontra um artigo com o título “Anápolis, a aniversariante do ano – 50 anos de progresso intensivo”, no texto imagens da rua Manuel d’Abadia, comércios de estilos arquitetônicos coloniais, anteriormente, porém foram remodelados ao estilo neoclássico ou art déco.

A fachada do hotel Itamaraty, que foi construído tendo uma das estruturas mais altas, o que nos chama a atenção é a preocupação em destacar a imponência dos prédios, e o reforço que a narrativa do texto apresenta:

[...] Anápolis se apresenta hoje, aos olhos dos visitantes com agradável aspecto de cidade moderna, com prédios residenciais magníficos, palacetes, construções arrojadas para o comércio e a indústria. (CINQUENTENÁRIA, 1957, s/p.)

Logo adiante, no mesmo artigo, podemos perceber o entusiasmo acerca que as mudanças provocadas pela construção de Brasília provocaram em seus habitantes, na revista *O Centenário* publicado no ano de 2007, pela comemoração dos 100 anos da cidade, encontramos uma entrevista do autor da revista cinquentenária, Raul José dos Santos, onde o redator da cinquentenária afirma:

O movimento era pululante por causa da nova capital. Esperança renovada. Tinha gente que achava que fazia fortuna com Brasília. Era uma vida interessante, gente de todo lado, isso porque Anápolis estava entre duas capitais. Nessa época, começaram a chegar os caminhões grandes na cidade. As terras e as casas valorizavam e havia um crescimento do número de bairros. (CENTENÁRIA, 2007, p.07)

Tal depoimento se sustenta pelo mesmo artigo analisado acima, no qual revista cinquentenária enfatiza o discurso que estava no imaginário social da cidade, usado com bastante ênfase e colocado como forma utópica da cidade, por mostrar formas e projetos de esperança aos moradores e visitantes, uma cidade no meio do Estado de Goiás com tantos atributos, deveria manter assim o seu lugar de destaque.

A memorialização ou no caso da revista a intenção de transformar os espaços urbanos em monumentos, como afirma Françoise Choay, esse sentido foi perdendo importância nas sociedades ocidentais, vindo a significar na arquitetura aqueles edifícios erigidos para fazer lembrar coisas memoráveis e dispostos no espaço urbano de modo a embelezar as cidades.

O movimento mudancista, que vem descobrindo Goiás aos olhos do Brasil, começa a refletir-se benèficamente [sic] em nossa cidade onde importantes firmas que constroem Brasília vêm se abastecer. Diàriamente [sic] vemos pelas nossas ruas pesados [sic] caminhões da Novacap abarrotados de mercadorias diversas, especialmente material de construção adquiridos aqui. O progresso de Anápolis não para. Os negócios imobiliários se avolumam cada vez mais, com extraordinária valorização (CINQUENTENÁRIA, 1957, s/p.)

Ao utilizarmos o efeito de entusiasmo da população e transpor tão sentimento à revista, e projetar os anseios em uma memória local, a compreensão de um local utópico, como afirma a Zita Possamai:

A cidade pode ser carregada na bagagem dos forasteiros... a imagem que ele leva e que se constituiu, provavelmente, na sua memória mais marcante, esteve nas fotografias da cidade. Daí que os álbuns e suas imagens fotográficas podem ser vistos como criadores de uma visualidade particular para a cidade, veiculadores de um imaginário específico... (2008, p.76.)

O imaginário proposto na revista, está além das suas construções urbanas, outros monumentos construídos pelo setor privado, foram colocados na revista, como forma de mostrar o crescimento econômico que a cidade se propôs desde a década de 1930, com a construção de alguns estabelecimentos comerciais.

Na década de 1930, foi construído perto da estação ferroviária, o mercado municipal, um edifício em estilo art déco, muito similar ao mercado municipal construído em Goiânia, na mesma década, na revista a narrativa sobre o mercado é pautada em uma modernidade econômica, em que o Brasil se projetava.

O mercado municipal é uma grande conquista de seu povo. Instalado em prédio moderno, diariamente [sic] se apresenta como extraordinário movimento, onde o povo ali encontra todos os produtos para o seu consumo, havendo completa fartura de produtos das fazendas e chácaras locais. (Cinqüentenária, 1957, s/p)

O mercado como heterotopia de ilusão, se aplica por ser colocado como um local de grande movimentação, porém se pensarmos que tanto os produtos agrícolas como a renda média do local não fazem jus ao processo que se apresentava na edição, ao serem tomados pelo grande entusiasmo pelas linhas do editorial.

A revista não procurou colocar imagens do local, o prédio na época da edição estava em condições precárias, o que podemos perceber que a utopia do local é projetada e não representada pelo local real, o local é um simples espaço de comércio local no centro da cidade.

Os editoriais da década de 1950, eram utilizados como instrumentos pedagógicos da população, sempre colocados como dotados de “verdade”, portanto, é uma projeção das suas narrativas, das visões daqueles que o projetam, neste sentido, a narrativa do moderno é colocado a frente do real.

A Cinqüentenária, assim como outras revistas mencionadas da época de 1950, eram híbridas, nas suas páginas se falavam de vários assuntos, como arte, notícias, política, festas,

vida social, cotidiano, formação de opinião, etc., mas o que podemos destacar é a sua forma de escrita voltada para atingir o ideal de cidade.

A utopia representada na revista é uma tentativa de se chegar à tão sonhada cidade moderna, economicamente ativa e pronta para o novo, portanto a heterotopia de ilusão, segundo Foucault, é uma ficção, uma narrativa, os locais utópicos são imaterializados, inalcançáveis, porém as heterotopias existem.

Os locais representados na Cinquentenária, são espaços reais existentes, mas ao serem transportados de narrativas para a revista, são heterotópicas, pois cada cultura produz as suas heterotopias, os seus espaços e as suas narrativas, a revista seriam então esse espaço idealizado pela narrativa do discurso de moderno e utópico.

Porém para os seus habitantes que viveram e se localizavam nesse cotidiano, essa cidade só existia como descrito na revista, as relações esquecidas, as dinâmicas de poder, os agentes sociais não possuidores de poder, são relegados a ilusão.

Ou elas têm o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como ainda mais ilusório todo espaço real, todas as localizações no interior das quais a vida humana é compartimentada. (...). Ou, ao contrário, criam um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão metuculoso, tão bem organizado quanto o nosso é desordenado, mal agenciado e embaralhado (Foucault, 1967 p.6).

Os espaços representados na edição, foram resignificados pela modernização da cidade, o entusiasmo apresentado escondeu, outros fatores sociais, políticos e econômicos que ocorreram na cidade, como a falta de saneamento em outros bairros da cidade, a falta de hospitais além do centro urbano, a precariedade de alguns produtos, entre outros fatos que são encobridos pelas narrativas de modernidade.

As narrativas, foram colocadas para estabelecer um caráter pedagógico na população e uma memória de encantamento para os leitores que não conheciam a cidade, portanto os locais escolhidos foram elegidos como espaços de memórias.

Considerações Finais

O que podemos concluir que o uso das imagens em revista, periódicos, jornais aos serem vinculadas as narrativas produzem efeitos nos espectadores, assim a revista *Cinquentenária* de 1957, trouxe uma narrativa pautada numa modernidade tardia, em fase de desenvolvimento, porém enraizada na perspectiva de um futuro utópico, produziram espaços que não eram compatíveis com o real.

Como nos afirma Foucault, as heterotopias são espaços que unem o real com o imaginado (utopia), a Cinquentenária estabeleceu uma categoria de ilusão, ao apresentarem espaços da cidade, como locais de grande modernidade.

Devido ao discurso de modernidade criado pelos governos de 1930 e 1950, como um forte avanço econômico do Brasil, a cidade de Anápolis dentro dos seus agentes públicos e privados viram na comemoração de aniversário uma oportunidade de mostrarem os avanços que a cidade havia alcançado ao longo dos anos.

Concluimos que estes avanços não foram tão reais, quanto as narrativas colocadas nas páginas da edição, mas foram pensadas e planejadas para ficarem na memória do seu povo e no possível fetiche em atrair novas pessoas a cidade de Anápolis.

Referências:

BORGES, M. S. **Quarteirão sucesso da cidade: o Art Déco e as transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940.** 2006. Tese (Mestre em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. **Na oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. Projeto História. São Paulo: n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FERREIRA, Haydée Jayme, **Anápolis sua Vida, seu Povo,** Brasília, 1979, SENADO FEDERAL, centro gráfico.

FREITAS, Revalino. **Anápolis: Passado e Presente.** Anápolis: Voga, 1995

Michel Foucault, Dits et écrits 1984, *Des espaces autres (conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967), in Architecture, Mouvement, Continuité, n°5, octobre 1984,* pp. 46-49.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993

POLONIAL, Juscelino. **Anápolis nos tempos da ferrovia.** Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 1995.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos- Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. Vol.1 e vol.2. Tese em história do programa de pós-graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2005.

_____. Fotografia e Cidade. ArtCultura, Uberlândia, v.10, n. 16, 2008.

SENRA, Marcia. **A cidade moderna: História, memória e Literatura** – Paris, Belo-Horizonte. Revista Univap, São José dos Campos – SP, v. 17, nº29, ago. 2011.

SHARPE, Jim. A história vinda de baixo. In: BURKE, Meter. **A escrita da História**. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992.

SILVA, Ana Lúcia da Silva. **A Revolução de 1930 em Goiás**. Goiânia: Cãnone editorial, Agepel, 2001.

Fontes:

JORNAL O Centenário. Anápolis-GO, Nº 15, junho de 2007.

REVISTA *A Cinqüentenária* - Edição única em comemoração ao jubileu da cidade de Anápolis, 1957.

O AMOR HEREOS SOB A ÓTICA DOS FÍSICOS MEDIEVAIS BERNARDO DE GORDONIO E PEDRO HISPANO (SÉCULO XIII)

*Natan Magalhães Silva*⁴⁰⁷

RESUMO: Este artigo tem por objeto principal o *Amor Hereos* (Mal de Amor), doença presente no arcabouço médico da tradição greco-árabe que fora legada ao Ocidente latino do baixo medievo, por meio do movimento de traduções. O conhecimento sobre este mal, dos séculos XII ao XIV, fora ensinado nas universidades medievais. Desta forma, a intenção desse artigo é investigar a chegada deste mal no Ocidente e sua assimilação por parte dos físicos escolásticos do século XIII, Pedro Hispano e Bernardo de Gordonio.

A DOENÇA CHEGA AO OCIDENTE

Durante a Baixa Idade Média, a vida intelectual do ocidente medieval fora dominada pelos paradigmas científicos legados pela Antiguidade e pelo mundo árabe, a introdução desse mundo científico, até então esquecido e algumas vezes desconhecido, imprimiu nos homens uma nova forma de apreender e explicar o mundo que os envolvia. A renovação na cultura intelectual foi inevitável. Essa mudança paradigmática teve início com os movimentos de tradução do corpus greco-árabe, que atingiram as várias esferas do conhecimento. Diante dessa conjuntura, a medicina sofreu também mudanças estruturais, acarretando até mesmo uma

⁴⁰⁷ - Mestrando bolsista Cnpq do Programa de Pós-graduação em História da UFG, sob a orientação da Prof.^a Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos.
E-mail: natanms1993@gmail.com

transformação no próprio ofício médico. A literatura médica, legada ao Ocidente, trouxe novos sistemas explicativos e novas concepções de doenças, e é exatamente uma dessas doenças que tomei como objeto desse estudo. A doença em questão é o Amor Hereos, que fora introduzido na cultura médica latina a partir da obra *Viaticum*, que por muito tempo fora atribuída a Constantino, o Africano (século XI). Constantino nasceu em Cartago, no norte da África. E por volta do ano de 1050 entrou para a abadia de Monte Cassino. A data de sua morte é convencionalmente aceita como 1087.

Segundo Pedro, O Diácono, em *De viris illustris cassinensis* (1144), Constantino viajou à Babilônia, onde aprendeu as artes e ciência, bem como a medicina de Caldeia, dos árabes, persas e sarracenos. Deixou a Babilônia para ir à Índia, e depois de aprender as artes indianas, seguiu para a Etiópia e Egito. Após cerca de trinta e nove anos de estudos, voltou para África, mas logo após sofrer um atentado contra sua vida fugiu para Salerno, cidade situada no sul da península itálica. Constantino fora recebido com bastante honra. Logo em seguida dirigiu-se para a abadia de Monte Cassino, onde, após converter-se ao cristianismo, deu início ao seu projeto de tradução dos textos árabes para o latim. Na legenda sarlenticiana, Constantino, mesmo não sendo um físico, é representado como um herói da cultura, responsável por transferir o avanço da medicina islâmica para o ocidente latino cristão. O *Viaticum*, atribuída a Constantino, deu aos físicos medievais do Ocidente latino, um quadro teórico e um vocabulário técnico que possibilitou uma discussão acerca do Amor Hereos, é no bojo dessa obra que tal concepção de doença fora introduzida na Europa. Constantino no processo de tradução do *Viaticum* a tomou como obra de sua autoria, no entanto, tal obra era de autoria de Ibn Al-Gazzār (Ibne al-Jazar). A partir desse período, os estudos de Salerno ascenderam ao panteão da cultura médica do baixo medievo, e Constantino, o Africano foi uma personagem histórica fundamental para a construção de certa primazia intelectual dos estudos de Salerno, que perdurou até o século XIV (WACK, 1999: 31-4; PALMERO, et al, 2006: 123; REVEL, PETER, 1976: 149).

Amor Hereos, desde seu aparecimento na antiguidade, sempre fora categorizado pelos físicos como uma doença. Constantino, o Africano, no século XI, fora o primeiro intelectual do Ocidente latino a sistematizá-lo e categorizá-lo dentro do campo das patologias. Referindo-se a doença, o autor salentino descreve: “O Amor que é chamado de eros é uma doença que toca o cérebro. Por esse motivo [essa doença é] uma grande saudade com intenso desejo sexual e pensamentos aflitos. (CONSTANTINO O AFRICANO, 1087: 186)⁴⁰⁸. Após a definição da doença segue, em seu texto, elencando as principais causas dessa doença: “Algumas vezes, a

⁴⁰⁸ - “Amor qui et eros dicitur morbus est cérebro contiguus. Est autem magnum desiderium cum nimia concupiscentia et afflictione cogitationum”

causa desse amor é uma necessidade natural e intensa de expelir o excesso de humores [...] Algumas vezes, a causa desse amor pode ser também a contemplação da beleza.” (CONSTANTINO O AFRICANO, 1087: 188)⁴⁰⁹. Dando continuidade ao detalhamento da doença, são apresentados uma série de sintomas que atingem tanto o corpus quanto a anima do enfermo⁴¹⁰. Constantino acaba por estabelecer uma tênue relação entre o sofrimento da alma e do corpo:

Uma vez que esta doença tem consequências mais graves para a alma [...] Se o paciente afunda em pensamentos, a ação da alma e do corpo é danificada, uma vez que o corpo segue a alma na sua ação, e a alma acompanha o corpo em sua paixão. (CONSTANTINOS O AFRICANO, 1087:188)⁴¹¹

Primeiro definiu que a alma era a responsável por trazer ao corpo este mal, pois é ela que absorve a forma da pessoa amada. E é o corpo o responsável por aprisionar a alma em um estado inebriado pela paixão. Caso esse mal não fosse devidamente tratado, inevitavelmente o mal evoluiria para uma doença melancólica, que acabaria corrompendo por completo a alma do enfermo. Além do diagnóstico, Constantino nos apresenta o processo de cura do enfermo.

Pensando na construção da obra de Constantino e relacionando-a com sua formação intelectual cosmopolita, podemos perceber que há um apagamento proposital das fontes árabes em seu texto. Constantino fez menção apenas às autoridades como Galeno, Orpheus, Rufus de Éfeso e Zeno, que foram grandes nomes da medicina grega da Antiguidade Ocidental. Embora seu texto seja uma tradução de uma obra da medicina árabe, não há referências de seus verdadeiros autores (WACK, 1999: 34).

O PERCURSO INTELECTUAL DE PEDRO HISPANO E BERNARDO DE GORDONIO

Pedro Hispano (Petrus Juliani) nasceu em Lisboa entre os anos 1210 e 1220, provavelmente pertencia à família dos Rebolos, membros da pequena nobreza urbana. As cidades de Paris, Lisboa, Siena e Viterbo fizeram parte do itinerário deste físico. Ao longo de sua vida intelectual produziu obras sobre medicina, lógica, filosofia, alquimia. Teve uma participação ativa no cenário político eclesiástico português, (foi conselheiro do rei D. Afonso III). Além de uma carreira bem sucedida de físico, destacou-se na carreira eclesiástica. Seu

⁴⁰⁹ - “Aliquando huius amoris necessitas nimia est nature necessitas in multa humorum superfluitate expellenda [...] Aliquando etiam eros causa pulchra est formositas considerata.”

⁴¹⁰ - Optei por usar o adjetivo substantivo masculino ‘enfermo’ pois nas fontes aqui investigadas os físicos estabelecem diferença fundamental entre a fisiologia masculina e feminina. Os seus comentários são voltados para ocorrências da doença nos corpos masculinos, onde em tese esses homens sofreriam de forma mais intensa e duradoura do que as mulheres. Esse ponto em questão será abordado adiante.

⁴¹¹ - “Cum hec infirmitas forciora anime subsequencia habeat [...] Si in cogitationibus profundatur, scitio anime et corporis corrumpitur, quia corpus aniam in sua acione sequitur, anima corpus in sua passione comitatour.”

prestígio eclesiástico veio por meio de reconhecimento médico, enquanto físico-arquiatra, chefe do corpo de médicos da cúria pontifícia. No final de sua vida foi eleito papa João XXI (SERAPHIN, 2011: 23-24).

Bernardo de Gordonio nasceu na segunda metade do século XIII, na cidade francesa de Gourdon. É provável que tenha estudado com os cistercienses em sua juventude, já na vida adulta exerceu a profissão de físico e catedrático de medicina em Montpellier ao longo de quase toda sua vida. Essa estadia em Montpellier correspondeu ao período de maior produção de tratados teóricos e práticos sobre de medicina desse autor e também o período mais bem documentado de sua vida. No Studium de Montpellier ensinou as doutrinas médicas de Salerno. A sua morte é datada entre os anos de 1318 e 1330. (DUTTON, SANCHEZ, 1993: 7)

PEDRO HISPANO E BERNARDO DE GORDONIO E OS SEUS COMENTÁRIOS MÉDICOS

Segundo Pedro Hispano em seu comentário médico *Questiones super Viaticum*, classificou o Amor Hereos como uma doença do cérebro, especificamente uma doença que atinge a virtutis estimative⁴¹². Este mal é um sofrimento do cérebro, pois se assemelha à melancolia, mas há uma diferença fundamental entre ambas, pois esse mal é uma preocupação melancólica com pensamentos deprimidos e intensos. Assim como Pedro Hispano, Bernardo de Gordonio, no capítulo XX do *Lilio de Medicina* intitulado *Del Amor Que llaman Hereos*, classificou também este mal como uma doença da faculdade estimativa, definiu-o também como uma preocupação melancólica causada pelo amor às mulheres. Esse mal pode ser posto na categoria das doenças psicossomáticas, uma vez que atinge o corpo e a mente do enfermo.

Em relação aos sintomas, Bernardo de Gordonio os definiu como: o enfermo não sente sono, perde-se a vontade de comer e beber, o corpo do doente emagrece (menos os olhos), o doente tem profundos e obscuros pensamentos com dolorosos suspiros, se ouvir que será separado de sua amada entristece e começa a chorar, mas se dizer que a encontrará, começa a rir e a cantar, a pulsação é instável e não ordenada, além de ser acelerada, a pulsação torna-se frequente e rápida se a amada estiver próximo ao paciente. (GORDONIO, 1993: 522). Pedro Hispano define como um dos principais sintomas a fixação da imagem da amada no cérebro, produzindo uma preocupação melancólica e pensamentos intensos, como já havia sido citado.

⁴¹² - O conhecimento das faculdades mentais e motoras fora sistematizado na obra de Avicena, o *Cânone de Medicina*. É com base nessa perspectiva que os físicos do século XIII estabeleceram uma hierarquia entre as faculdades. A Faculdade estimativa (*virtutis estimative*) é a responsável pela razão, pelo juízo e pelo discernimento, é a principal faculdade do corpo humano. Caso essa faculdade seja corrompida se iniciaria um processo de falha de todas as outras faculdades, ou seja, o dano a faculdade estimativa poderia causar danos a mente e ao corpo do(a) enfermo(a).

A falta de concentração é comum àqueles que sofrem deste mal, pois o enfermo não consegue desviar seus pensamentos da pessoa amada. Uma vez que a doença não seja curada pode levar o paciente à morte. É importante ressaltar que este mal não foi considerado uma paixão da alma. Tanto para Bernardo de Gordonio quanto para Pedro Hispano, este mal se deriva do cérebro e era associado diretamente à melancolia. Diferente das paixões da alma a melancolia era sofrimento que atinge o cérebro e não o coração.

[...] *Amor Hereos* pode ser mencionado de duas formas: no primeiro momento enquanto amor, e assim este é um sofrimento do coração, mas desta forma não é uma doença. A segunda forma é falar do *Amor Hereos* enquanto este é acompanhado destas circunstancias que são a preocupação melancólica com pensamentos deprimidos e o dano a [faculdade] estimativa [...] Mas a falha ou dano da [faculdade] estimativa, que julga uma coisa superior a todas as outras, é a razão pela qual o *Amor Hereos* é uma doença e um sofrimento do próprio cérebro. (PEDRO HISPANO. 1260: 218)⁴¹³

A doença, desde Constantino, o Africano até os séculos posteriores, não perdeu a sua principal característica, a aflição da mente. A mente é a primeira a sofrer os desígnios desse mal, é ela a responsável por induzir o corpo ao sofrimento. Por mais que os trechos destes textos médicos busquem na mente ou no cérebro seu objeto de análise, não podemos deixar de restituir ao corpo o seu devido valor para a história das doenças. Desde Salerno os intelectuais que estudaram esta enfermidade compreenderam que esse mal não atingia apenas a mente humana, é por meio do corpo doente que se descobre a enfermidade, é ali que a doença prenuncia sua chegada. Como apontaram Jacques Revel e Jean-Pierre Peter “É o corpo, o ausente da linguagem, o local do desejo e da infelicidade” (1976: 141).

Como já foi elucidado acima, há uma hierarquização entre a mente e o corpo. No entanto, mente e corpo são categorias complexas que devem ser analisadas separadamente. A mente é constituída por um conjunto de *virtutis*, que desenvolve funções distintas. Para Constantino, a mente é a grande responsável no desenvolvimento do *Amor Hereos*: “O poder da alma ‘Galeno diz’, segue a compleição do corpo. Assim, se o amante não for ajudado o pensamento é elevado e o espírito reduzido, eles inevitavelmente cairão em uma doença melancólica” (CONSTANTINOS O AFRICANO, 1087: 188).

No fragmento acima podemos identificar a concepção de alma que sofre com as mudanças constitutivas do corpo e, mais do que isso, uma alma que faz com que o apaixonado caia em pensamentos profundos, reduzindo assim seu espírito. Nesse sentido há um

⁴¹³ - “Amore hereos est loqui duoliciter, uno modo in quantum est amor est sic est passio cordis, sed hoc modo non est morbus. Alio modo est loqui de amore hereos in quantum est circumstantionata istis circumstanciis que sunt sollicitudo melancolica cum profundatione cogitationis et corrupcione estimative [...] sed defectus vel corruptio estimative iudicantis unum prevalere omnibus aliis ratione cuius amor hereos est morbus et passio ipsius cerebri.”

desequilíbrio tanto externo quanto interno. No entanto, Constantino não estruturou em seu argumento a complexidade das faculdades, nem sequer as citou. Bernardo de Gordonio fez um esboço das hierarquias das faculdades sensíveis chegando às faculdades motoras:

[...] a virtude estimativa, que é a mais alta entre todas as faculdades sensíveis, manda na imaginativa, e a imaginativa manda na cobiçável, e a cobiçável manda na colérica, e a colérica manda na que move os músculos. Então se move todo o corpo desobedecendo à ordem da razão [...] (BERNARDO GORDONIO, 1303: 521)⁴¹⁴.

Estas faculdades estavam distribuídas entre sensíveis e motoras, que eram responsáveis pelo funcionamento do corpo, tendo cada uma a sua função específica. Caso uma delas fosse corrompida causaria um desequilíbrio podendo trazer danos tanto ao corpo quanto à mente, como a perda da razão que prejudicaria o julgamento, levando o enfermo até mesmo deleitar-se com a dor.

Para além das faculdades, os físicos preocupavam-se em descobrir também a origem de um mal específico, os físicos medievais sistematizaram as características do mal, e sua relação com os mais distintos órgãos. Pedro Hispano buscou investigar (não no sentido empírico, mas sim na tradição médica) de qual órgão o Amor Hereos era proveniente:

Mas isso se parece com o sofrimento do cérebro, desde que o *Amor Hereos* é um sofrimento similar à melancolia [...] Mas melancolia é um sofrimento do cérebro. Desta forma, assim é o *Amor Hereos*. Também, *Amor Hereos* é uma preocupação melancólica com pensamentos deprimidos. Mas tudo isto são do cérebro e não do coração ou dos testículos. Desta forma, *Amor Hereos* é um sofrimento do cérebro e não do coração ou dos testículos. Avicena e este autor⁴¹⁵ concordam, discutindo o *Amor Hereos* entre os sofrimentos do cérebro. (PEDRO HISPANO. 1260: 218)⁴¹⁶

Como dito, para estes dois autores a doença não era uma paixão da alma, visto que o seu sofrimento é proveniente do cérebro e não do coração. Mas mais do que isso, esse sofrimento é proveniente da compleição melancólica, é por tais circunstâncias que o enfermo é atormentado por pensamentos preocupados e pela tristeza profunda.

Amor Hereos é uma doença melancólica, de acordo com o autor no texto. Portanto, esta deve ser gerada onde aquela compleição [humoral] em que a melancolia é mais abundante, que é a compleição melancólica. Desta forma, *Amor Hereos* ocorre frequentemente na compleição melancólica [...] deve ser dito que o *Amor Hereos* são pensamentos deprimidos com forte imaginação e

⁴¹⁴ - “[...] la virtude estimativa, que es la más alta entre todas las virtudes sensibles, manda a la imaginativa, y la imaginativa manda a la condiciable, y la codiciable manda a la airada, y la airada manda a la que mueve los músculos. Entonces se mueve todo el cuerpo desobedeciendo la orden de la razón”

⁴¹⁵ - Pedro Hispano fez referência a si mesmo nesse trecho de seu comentário.

⁴¹⁶ - “Sed videtur quod sit passio cerebri, quoniam amor hereos amor hereos est passio similis melancolie [...] Sed melancolia est passio cerebri. Ergo et amor hereos. Item amor hereos est sollicitudo melancolica cum profundatione cogitationis. Sed omnia ista sunt cerebri et non cordis vel testiculorum Ergo amor hereos est passio cerebri et non cordis vel testiculorum. Ad idem sun Avicenna et iste auctour determinates de amore hereos inter passiones cerebri.”

danos da faculdade estimativa, como na doença melancolia. (PEDRO HISPANO. 1260: 220 e 221)⁴¹⁷

No entanto, como foi explicitado acima, o Amor Hereos é uma doença melancólica, mas não é a melancolia em si. Pensando no modelo das compleições de Galeno, devemos estabelecer a melancolia como o excesso de bílis negra no corpo humano.

Inseridos dentro do sistema das compleições e qualidades, os comentários médicos são voltados, em sua maior parte, aos homens, e existem duas explicações plausíveis: a primeira ligada à própria constituição do corpo masculino e feminino; já a segunda ao déficit de conhecimento sobre a fisiologia do corpo feminino por parte dos físicos. Como apontou Lidiane Alves de Souza em sua dissertação, a literatura de segredo, que surgiu a partir do século XIII, em que os físicos e clérigos se debruçaram sobre alguns aspectos do corpo feminino, tais como menstruação e concepção (SOUZA, 2012: 90-9). Na concepção médica escolástica, a distinta fisiologia do corpo entre os sexos possibilitou uma experiência distinta entre homens e mulheres. Pedro Hispano delimitou as seguintes diferenças entre os corpos: a doença é mais forte no homem pela qualidade seca do seu cérebro, isso faz com que a imagem da amada aprendida seja mais difícil de apagar. Já no caso feminino o cérebro apresenta a qualidade úmida, nesse sentido, é mais fácil uma mulher recuperar desse mal devido à sua constituição fisiológica. Em seguida postula em qual sexo é mais recorrente:

Deve ser dito que o *Amor Hereos* é mais rápido e frequente nas mulheres por causa da fraca esperança e porque elas são mais frequentemente estimuladas para a relação sexual. Embora não seja tão forte. Mas nos homens, é mais difícil curar, porque a impressão de qualquer desejo no cérebro do homem é mais forte e difícil de apagar do que a impressão do cérebro de uma mulher. Porque o homem tem o cérebro mais seco do que a mulher, e a impressão feita no cérebro seco é mais difícil de apagar do que a feita no úmido (PEDRO HISPANO. 1260: 222)⁴¹⁸

As mulheres, segundo o autor, por serem mais estimuladas à relação sexual, e serem por natureza desesperançosa são mais suscetíveis ao *Amor Heros*, seu sofrimento é menos intenso, sendo a cura mais fácil nesse caso. Diante dessas circunstâncias, podemos inferir que os comentários focam principalmente no mal que assolava os homens, porque a experiência do corpo masculino nesse mal é mais duradoura e marcante.

⁴¹⁷ - “Amor Hereos est passio melancolica secundum actorem in littera. Ergo máxime gneratur in illacomplexione in qua máxime habundat melancolia, cuiusmodi est complexio melancolica. [...] dicendum quad amo hereos est profundacio cogitationis cum forti ymagine et corrupcione estimative ut in passione melancolica”

⁴¹⁸ - “Dicendum quod amor hereos cicius et frequencius generatur in mulieribus propter debilitatem spei in eis et quia frequencius stimulantur ad coitum, licet non ita fortiter. Sed in viris est difficilioris cure, eo quod inpressio alicuius forme dilecte in cérebro viri est fortior et difficilioris irradiacionis quam inpressio forme in cérebro mulieris, eo quod vir habet cerebrum siccus quam mulier et inpressio facta in sicco est difficilioris eradiacionis quam facta in humido.”

Outro elemento levantado pelo autor é a faixa etária em que esse mal é mais recorrente. “[...] *Amor Heros* é, por vezes, gerado por humores ardentes. Mas o humor ardente é maior na juventude, porque os humores são quentes e secos mais do que nas outras. Desta forma, o *Amor Hereos* ocorre com maior frequência nos jovens.” (PEDRO HISPANO. 1260: 223)⁴¹⁹. Ele debate outra questão importante, as diferentes compleições e qualidades que se transformam ao longo da vida

Seguindo as questões elencadas nos documentos de Pedro Hispano e Bernardo de Gordonio, o *Amor Heros* aparece como doença fatal, ou seja, o não tratamento dessa doença culminaria na morte do enfermo. Diante do destino mórbido, a única saída é a cura. A principal preocupação no processo de cura é desviar a atenção do doente do objeto amado. Bernardo de Gordonio propõe que mulheres mais velhas, que não gozem de boa aparência, difamem a pessoa amada, para que o apaixonado desencante-se pela pessoa enamorada. Caso a difamação não surta efeito, é recomendado que uma mulher idosa traga consigo um pão velho sujo de sangue menstrual, para que possa mostra ao enfermo e dizer “olhe para esse pão, é assim que sua amada se parece” (BERNARDO DE GORDONIO, 1303: 524-7). O objetivo desse método é criar no apaixonado uma total aversão à pessoa amada. O principal objetivo da cura é restabelecer o equilíbrio do corpo doente.

CONHECIMENTO E TRADIÇÃO MÉDICA

Ao investigar esses comentários médicos nos deparamos com um diálogo contínuo entre as obras médicas da Antiguidade grega, da ciência do mundo árabe e com os autores do baixo medievo. As concepções de tais autoridades ora são creditadas a eles, já em outros momentos, suas ideias aparecem de forma implícita no corpo do texto. Sempre que essas autoridades são evocadas elas cumprem um papel específico, o papel de dar sustentação às principais teses levantadas pelos físicos medievais. Desta forma, podemos inferir que essa cultura médica é sustentada pela tradição hipocrática- galênica.

Por volta do século V a.C. Hipócrates de Cós representou a ruptura entre a medicina mística e a racional. Tais princípios médicos procuravam na própria natureza do indivíduo as causas das doenças. É nesse momento histórico em que a teoria humoral foi sistematizada. Acreditava-se que o corpo era constituído por quatro líquidos (humores) fundamentais: fleuma, bÍlis negra, bÍlis amarela e sangue. A saúde e a doença estavam diretamente ligadas ao equilíbrio ou desequilíbrio dos quatro humores. No bojo dessa teoria, a concepção de corpo humano

⁴¹⁹ - “Amor hereos aliquando generatur ex humoribus adustis. Sed adustio humorum magis est in iuvenibus cum sint calidiores et sicciore quam in allis. Ergo amor hereos máxime habet esse in iuvenibus”

baseado nos grupos de oposições encontrou forte ressonância no pensamento médico (MOSSÉ, 1991,45-47). Como pudemos perceber, a teoria humoral esteve presente no pensamento médico medieval. No entanto, nos comentários médicos aparecem sistemas mais complexos de explicação como compleição e qualidades, frutos do galenismo medieval. O Galenismo medieval fora a recepção das obras de Galeno traduzidas pelos árabes no período. Nestas, aparecem às teorias das *coisas naturais* específicas do corpo (os quatro elementos que constituem o universo, as compleições, os humores, as partes sólidas do corpo, as operações e as faculdades) e *não naturais* (ar e meio ambiente, os alimentos e as bebidas, a retenção e a expulsão, o exercício e o repouso, o sono e a insônia e as paixões da alma). Dessa forma, as coisas naturais eram internas ao corpo, e as coisas não naturais externas, mas indispensáveis ao bom funcionamento do corpo. A saúde, dentro da perspectiva hipocrática-galênica, era percebida como o equilíbrio entre os humores e as qualidades (quente, frio, seco e úmido) (FAGUNDES, 201: 01-5). A relação entre os humores, os elementos que constituem o universo e as qualidades, constituíam a compleição. Desta forma o homem poderia apresentar as seguintes compleições: colérica, fleumática, sanguínea e melancólica, sendo essa passível de transformação ao longo da vida do indivíduo: criança – quente e úmida; juventude – quente e seca; maturidade – fria e úmida; velhice – fria e seca. (SANTOS, FAGUNDES, 2010: 337-38).

A permanência desse pensamento galênico na tradição médica ocidental só foi possível pelo movimento de tradução das obras greco-árabes. A escola de Salerno teve papel fundamental na organização e divulgação das obras clássicas de medicina, foi Salerno que ofereceu ao Ocidente a *Articella* salernitana compilada e traduzida por Constantino. Nos comentários médicos aqui analisados, podemos perceber o grande número de autores da Antiguidade e do mundo Árabe que foram citados pelos físicos. Isso nos serve com indício da grande circulação e importância desse *corpus* na vida intelectual do Ocidente medieval. Foi a partir do século XI que o Ocidente deu início ao movimento de tradução desse *corpus*. Esse processo perdurou por quase três séculos, no entanto apenas uma parte das obras árabes fora assimilada.

O século XIII ficou marcado por sua fecundidade intelectual. Nesse sentido, a introdução desse novo mundo científico possibilitou que os físicos medievais apreendessem de forma natural o mundo que os circundava (PALMERO, et al, 2006: 123; BALLESTET, 204: 53-54). Esse florescimento intelectual esteve diretamente ligado ao ressurgimento dos centros urbanos, como apontou Jacques Le Goff, o surgimento da figura do intelectual, um profissional que tinha por ofício ler, escrever e ensinar só surgiu no século XII, com o reaparecimento das cidades. Esse surgimento se deu pela grande circulação de informações nos centros urbanos. “[...] A cidade são placas giratórias de circulação dos homens, responsáveis tanto pelas ideias

com pelas mercadorias, são os pontos de troca, os mercados e as encruzilhadas do comércio intelectual” (LE GOFF, 2010: 29,30 e37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medicina medieval não foi apenas fruto da experiência empírica, uma vez que os intelectuais recorreram às autoridades para compreender os mais diversos aspectos do corpo humano. Os físicos da Idade Média tentaram compreender a saúde e a doença a partir das particularidades do corpo humano. O Amor Hereos abre uma janela para o mundo intelectual medieval, sendo que, através das explicações na tentativa de se compreender o mal, os físicos recorreram a uma longa tradição médica, a das auctoritas do mundo Greco-árabe.

Como podemos perceber na documentação analisada, há divergências e convergências nas definições do mal, como é o caso de Constantino que considerou o mal como uma paixão da alma, dentro da perspectiva galênica das seis coisas não naturais. Entretanto, Pedro Hispano discordou categoricamente dessa afirmação, embasando sua afirmação nas obras de Avicena. Diferente do intelectual de Salerno, Pedro Hispano e grande parte dos escolásticos reconheceram e mantiveram abertamente debates diretos com as fontes árabes. Tais divergências ocorreram dentro do processo de assimilação das obras greco-árabes, que perduraram por séculos.

REFERÊNCIAS:

FONTES IMPRESSAS

BERNARDO DE GORDONIO, Del Amor Que llaman Hereos. In: BERNARDO DE GORDONIO. *Lilio de Medicina* I. Madrid: Arco/Livros S.L., 1993. p.520-528.

CONSTANTINO O AFRICANO, *Viaticum*. In: WACK, M. F. *Lovesickness in the Middle Ages: the Viaticum and its commentaries*. Philadelphia: UniversityofPennsylvania Press, 1990. p.187-193.

PEDRO HISPANO. *Questiones super Viaticum*. In: WACK, M. F. *Lovesickness in the Middle Ages: the Viaticum and its commentaries*. Philadelphia: UniversityofPennsylvania Press, 1990. p.214-229.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTER, L. G. *Artifex Factivus Sanitatis: Saberes y ejercicio profissional de La medicina enla Europa Pluricultural de la Baja Edad Media*. Granada: Universidade de Granada, 2004.

FAGUNDES, M. D. da C. . O galenismo nos regimentos de saúde dos físicos Pedro Hispano e Arnaldo de Vilanova (Séculos XIII e XIV). Aedos: *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (Online), v. 3, p. 157-166, 2011.

LE GOFF, J. *Os intelectuais da Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. In: LE GOFF, J. (org.) *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1991.

PALMERO, Juan et al. As fontes árabes da medicina escolástica medieval. *Iacobus*, Revista de Estudios Jacobeos y Medievales. Sahagún (León), 21-22, 2006. P. 115-156.

REVEL, J.; PETER, J-P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SANTOS, D. O. A. A Escolástica médica medieval: o mestre Pedro Hispano (séc. XIII). In: Terezinha Oliveira; Angelita Marques Visalli. (Org.). *Pesquisas em Antigüidade e Idade Média*. 1ed.São Luís: Ed. UEMA, 2008, v. 1, p. 225-235.

SANTOS, D. O. A. Paixões da alma, melancolia e medicina (sécs. XIII-XV). In: José Rivair Macedo. (Org.). *A Idade Média portuguesa e o Brasil*. 1ed.PortoAlegre: Vidrágua, 2011, v. 1, p. 107-119.

SANTOS, D. O. A. Velhas e novas relações entre os medievalistas e suas fontes. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 43, p. 17-28, 2010.

SANTOS, D. O. A.; FAGUNDES, M. D. da C. . Saúde e dietética na medicina preventiva medieval: o regimento de saúde de Pedro Hispano (século XIII). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 17, p. 333-342, 2010.

SERAPHIN, C. S. *Sexualidade e Enfermidade nas obras médicas de Pedro Hispano (séc. XIII)*, 2011. 120 p. (Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás)

WACK, M. F. Introdução. In: *Lovesickness in the Middle Ages: the Viaticum and its commentaries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.p.11-16.

UMA QUESTÃO DE GÊNERO: O FEMINISMO NA ZONA DO GRAFITE

*Nathália de Freitas*⁴²⁰

Querer ser livre é também querer livres os outros.

Simone de Beauvoir

O feminismo⁴²¹, que tem sua semente plantada no século passado, ganhou notoriedade entre as massas no Brasil. Um novo patamar de reconhecimento das questões feministas foi atingindo desde o início dos anos 2000. Acompanhamos um significativo crescimento de pessoas falando sobre o feminismo e sobre a posição das mulheres na sociedade. “As mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas.” (MALUF; MOTT, 1998, p.368). O tema entrou em meio à polêmicas nas salas de aula, tanto na educação básica⁴²² quanto na superior, redes sociais, mídia, relações pessoais, nas artes e na política. Ainda assim, muitos acreditam que o feminismo é o oposto do machismo ou que as feministas são todas mulheres machos “outrora associada às figuras negativas da feiura e da velhice, ou taxadas de sapatão e mal amadas” (RAGO, 2004, p.32) uma visão estereotipada das mulheres que lutam pela causa já que não podemos estabelecer um padrão único das mulheres feministas, nesse sentido, falamos de um movimento plural.

Assim, o feminismo é um componente importante da história das mulheres. Esta, não deve ser marcada por discursos isolados ou por um binarismo conceitual como coloca a autora Ella Shohat (2004) uma vez que não há um sujeito único no feminismo. O olhar binário – preto *versus* branco; ocidente *versus* oriente; norte *versus* sul – acaba por excluir grupos que não pertencem nem a um nem a outro lado. É importante estabelecer – mesmo que com dificuldades - uma forte relação de diálogo da história das mulheres com as várias culturas, etnias e nacionalidades para tentar destruir lacunas e romper silêncios ainda existentes. Assim, “as feministas são capazes de inventar novos mundos, organizar de modo não-elitista, dar repostas

⁴²⁰ Doutoranda UFG. E-mail: nathaliafreitasprofa@gmail.com

⁴²¹ De acordo com os pontos de partida teóricos e a prática política de alguns grupos, tem se classificado o feminismo em inúmeras vertentes. Heleieth Saffioti, no artigo *Feminismos e seus frutos no Brasil* (1987, p. 106-114) apresenta algumas “versões feministas” presentes nos EUA no início dos anos 80: o feminismo conservadorista; o liberal; o dogmático-marxista; o radical e o socialista. Outras autoras acrescentam ainda, (Nye, 1995) o feminismo anarquista (ou anarco-feminismo), o ecofeminismo, o feminismo existencialista, (Irigaray, 2003) o feminismo da diferença e, mais recentemente, o cyberfeminismo. (ZIRBEL, 2007, p.16)

⁴²² Questões relacionadas ao feminismo chegaram a ser abordadas em provas nacionais. Em 2015 a questão número 01 da prova de Ciências Humanas e suas tecnologias do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) trouxe em seu enunciado o pensamento Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.” (BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980).

diferentes das já reconhecidas e que não satisfazem, apenas, a alguns setores sociais e sexuais.”. (RAGO, 2004, p.39).

We Should All Be Feminists (Todos nós deveríamos ser feministas) disse a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie⁴²³ em 2013 numa palestra⁴²⁴ realizada pela TEDx⁴²⁵ que viralizou a partir das redes sociais, Chimamanda fala sobre o feminismo e desconstrói estereótipos ligados ao termo, é incisiva em sua fala que deveríamos ser todos iguais sem distinção de gêneros. Africana (Nigéria), mãe, cresceu em uma sociedade onde o casamento é uma obrigação e o machismo uma normalidade.

Lançando um olhar para definir o feminismo em termos ampliados podemos dizer que é “um movimento que milita por uma igualdade real entre os sexos, pela autonomia das mulheres e pelo direito de controlar seu próprio corpo.” (THÉBAUD, 2004, p. 74). Dessa forma, o movimento abrange e leva em discussão as mulheres em várias esferas – na família, no público, no político, no mundo do trabalho e outros. Há por parte do movimento uma reflexão acerca do posicionamento das mulheres em várias culturas e um questionamento acerca da ordem social que ainda coloca os homens como dominadores. Segundo Bourdieu:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tenta a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, ou o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2016, p.22-24).

O Brasil foi e continua sendo um país violentamente desigual, essas desigualdades persistem no cotidiano e estão ligadas principalmente ao gênero e as questões étnicas. Segundo a ex-diretora da ONU Mulheres, Rebecca Reichmann Tavares, os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implantação de leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres tornou-se um desafio crítico no país. Assim, no final

⁴²³ Principais publicações: *Sejam Todos Feministas* (Cia. das Letras, 2014) e *Educar Crianças Feministas* (Cia. das Letras, 2017).

⁴²⁴ Link para assistir a palestra: <https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc>. Acesso em: 23 maio de 2017.

⁴²⁵ O TEDx é um programa de eventos locais organizados de forma independente, que reúne diferentes pessoas para compartilharem experiências no formato de uma conferência. Em um evento do TEDx, há uma combinação de TEDTalks e palestrantes para gerar discussões profundas e conexões entre os participantes. Esses eventos são independentes, com público restrito e, em geral, local. (Disponível em: <<http://www.tedxantealighierischool.com.br/o-que-e-tedx/>>. Acesso em: 23 maio de 2017.

do século XIX e durante o século XX a imagem que predominou de mulher ideal no Brasil e que foi repercutida nos manuais femininos⁴²⁶ foi àquela ligada ao lar e ao materno,

Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã. Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro de casa, já que a eles pertenceria a rua e o mundo do trabalho. (MALUF; MOTT, 1998, p. 373-374).

A própria ciência deu credibilidade para tal visão conservadora uma vez que “a medicina social assegurava como características femininas a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal.” (SOIBET, 2004, p. 363). A imagem ideal de mulher é a da identidade doméstica “mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser.” (MALUF; MOTT, 1998, p. 374). Hoje, já no século XXI, ainda podemos perceber esse ideal feminino ligado ao lar e ao materno em muitas regiões do país – principalmente em cidades menores interioranas. Ainda não pode ser esquecida a questão da preservação virgindade feminina que foi desde o período da colonização até meados do século XX quase que uma obrigação.

Há três décadas - 1980/1990/2000 - muitos progressos legislativos em relação às mulheres estão acontecendo, a própria Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988 traz em suas determinações alguns avanços, por exemplo, o artigo 5º, parágrafo I; artigo 226, parágrafo III e o artigo 226, parágrafo V, que estabelecem respectivamente que primeiro homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Segundo, para efeito da proteção do Estado é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento e em terceiro lugar, os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. Contudo, deve-se ter muita cautela já que dentro das diretrizes legislativas há muitas brechas a serem preenchidas. Segundo as autoras Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares Barsted:

[...] a Constituição Federal Brasileira de 1988 é o marco político institucional e jurídico que reordenou todo o sistema brasileiro e impôs a adequação de todas as normas legais aos parâmetros dos direitos humanos. Em paralelo, o ciclo das conferências internacionais das Nações Unidas fortaleceu a luta dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de mulheres. Nessa década, a ação das organizações não-governamentais feministas manteve a articulação e a mobilização internacional e nacional para a efetivação de políticas públicas de enfrentamento das profundas desigualdades de gênero, sociais, regionais e étnico-raciais que têm afetado

⁴²⁶ Manuais que serviam para explicar como as mulheres deveriam se comportar, vestir, cuidar do lar e de suas filhas.

profundamente as possibilidades do exercício da cidadania pelas mulheres. (BARSTED; PITANGUY, 2011, p.17-18).

Nesse sentido, para além dos marcos legislativos que ampliaram os direitos das mulheres em relação à família, ao trabalho e a sociedade, há uma série de atividades ligadas à luta das mulheres no Brasil sejam elas reconhecidas formalmente ou não. Além de ONGs e institutos, mulheres grafiteiras independentes, em várias partes do globo, correram para os muros do protesto e do reclame e com suas tintas e sprays lançaram os rabiscos da luta feminina. Além de serem mulheres no mundo do grafite, elas usam o grafite para falarem com o mundo já que essa arte tem alta visibilidade, ou como dizia o escritor Paulo Leminski, “o grafite é um berro”. Essas grafiteiras falam da pluralidade cultural, do machismo, das múltiplas violências contra as mulheres, das futuras gerações, da história das mulheres e vários outros temas de importância histórico-social.

Podemos citar várias grafiteiras atuantes no Brasil e em outras partes do mundo. Um trabalho específico de mulheres atuantes no grafite e referência para tal vem do pesquisador Nicholas Ganz intitulado *Graffiti Woman* (2006), um livro que trata de mulheres que fazem grafite em vários países desde a década de 1970 até início dos anos 2000 inclusive artistas brasileiras como Nina Pandolfo, que começou a grafitar na década de 1980 ainda muito jovem. A artista nasceu em São Paulo e teve seu grafite reconhecido internacionalmente, um de seus trabalhos de maior visibilidade foi a grafiteagem do castelo medieval Kelburn na cidade de Glasgow na Escócia em 2007 (figura 1) juntamente com o artista Nunca⁴²⁷ e a dupla brasileira OsGemeos⁴²⁸, Nina foi casada com grafiteiro Otávio Pandolfo, um dos Gemeos. As três grandes marcas dos grafites de Nina Pandolfo são as representações de mulheres, gatos e os olhos vivos, grandes e marcantes de suas mulheres (figura 2). A partir dos olhos Nina consegue representar o que suas mulheres estão sentindo: alegria, medo, tristeza, amor, esperança e outros sentimentos.

⁴²⁷ Francisco Rodrigues da Silva (Nunca) é um grafiteiro brasileiro, que usa uma técnica de grafite para criar imagens que confrontam o Brasil urbano moderno com seu passado e raízes. Iniciou sua carreira aos 12 anos de idade, como um membro de um grupo de pichadores – em Itaquera, bairro pobre no leste de São Paulo, onde a família morava. Três anos mais tarde, depois que a família mudou-se para Aclimação, na parte centro-sul da cidade, ele fez novos amigos e desenvolveu um interesse em grafite, uma forma artística mais consciente. Ele descreveu isso como uma progressão natural – sempre gostou de desenhar. Começou a produzir figuras marcantes, intensamente coloridos inspirados na cultura indígena brasileira, que atraiu a atenção primeiro local e depois estrangeira. O artista Nunca, tem seu trabalho exibido no Brasil, na Grécia e no Reino Unido. Disponível em: < <http://www.democrart.com.br/aboutart/artista/nunca/>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

⁴²⁸ OSGEMEOS (1974, São Paulo, Brasil), Gustavo e Otávio Pandolfo, sempre trabalharam juntos. Quando crianças, nas ruas do tradicional bairro do Cambuci (SP), desenvolveram um modo distinto de brincar e se comunicar através da arte. Com o apoio da família, e a chegada da cultura Hip Hop no Brasil nos anos 80, OSGEMEOS encontraram uma conexão direta com seu universo mágico e dinâmico e um modo de se comunicar com o público. Exploravam com dedicação e cuidado as diversas técnicas de pintura, desenho e escultura, e tinham as ruas como seu lugar de estudo. Realizaram inúmeras mostras individuais e coletivas em museus e galerias de diversos países, como Cuba, Chile, Estados Unidos, Itália, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Lituânia e Japão. Disponível em: < <http://www.osgemeos.com.br/pt/biografia/>>. Acesso em: 14 dez. 2016.



Figura 1: Castelo medieval Kelburn em Glasgow na Escócia.

Fonte: <<http://arquitetando-blog.blogspot.com.br/2011/09/castelo-kelburn.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.



Figura 2: Grafite de Nina Pandolfo. São Paulo, SP.

Fonte: GANZ, 2008, p. 96-97.

Ainda sobre o trabalho de Nina e sobre os olhos expressivos de suas criações temos o grafite abaixo (figura 3) que foi feito na cidade de Munique em 2005 representando e denunciado a situação de mulheres e crianças na Guerra do Iraque que se iniciou em 2003. A

guerra foi liderada pelos Estados Unidos no governo do presidente George W. Bush em uma investida contra o ditador Saddam Hussein acusado na época de manter um enorme arsenal e financiar atividades terroristas. O grafite revela o lado dos civis vítimas do conflito – uma situação muito parecida acontece na Síria desde 2011 – são crianças e jovens em um ambiente desolador, marcado pelo cenário da guerra (tanques ao fundo). Na frente da cerca de arame farpado temos cinco pessoas com traços característicos do Oriente Médio, braço amputado, perna amputada, olho roxo e tristeza são esses traços que marcam a guerra. Olhando no reflexo de seus olhos há máscaras do personagem da Disney, Mickey Mouse, como se fossem terroristas armados. Não há como não indagar: quem é o terrorista? Quem também comete ações terroristas?



Figura 3: Grafite de Nina Pandolfo. Munique, Alemanha, 2005.

Fonte: < <http://sala7design.com.br/2015/03/dia-mundial-do-graffiti-uma-selecao-com-os-melhores.html>>. Acesso: 06 jun 2017.

A obra de Ganz nos apresenta mais de mil fotografias de grafites e também uma breve história das grafiteiras escolhidas por ele. Outra referência do grafite feminino e que rompe duras barreiras vem do Afeganistão: Shamsia Hassani e Malina Suliman, duas mulheres afegãs com estilos artísticos diferentes, mas com temas comuns. Marcadas pelos graves problemas que há muitos anos afetam seu país, ambas encontraram no grafite uma forma de contestar o extremismo religioso, o posicionamento conservador e os frequentes atentados contras as mulheres.

A burca vestuário que caracteriza as mulheres islâmicas é um elemento comum nos grafites das afegãs. No caso da figura 4, a mulher é representada por trás da burca como uma

caveira⁴²⁹ como se ela estivesse morta e junto a ela uma corrente que a prende as guerras em seu país e ao extremismo religioso, atrás dela uma representação arquitetônica em cores, a cidade está destruída pelas guerras? Já na figura 5 também o elemento burca que começa com a cor branca representando a paz que elas tanto sonham em suas vidas e depois desce em cores degradadas em azul. As mulheres parecem estar em movimento de um lado para o outro, aspecto similar a um monumento, a forma em espiral nos pés suaviza o corpo todo coberto. Grafitam até mesmo em obras monumentais como no Palácio *Darul Aman* em Cabul no Afeganistão (figura 6), onde há mulheres representadas com suas burcas azuis, e há também uma guitarra elétrica, elemento musical do ocidente, elas querem ser livres, querem conhecer outras culturas. Porque as burcas são azuis em todos os casos? Em países do oriente médio é uma cor sagrada, ligada à imortalidade e a espiritualidade, deveria ser vida, fator que essas meninas não têm.



Figura 4: Grafite de Malina Suliman no Afeganistão.

Fonte: <<http://www.thedailybeast.com/articles/2013/03/09/malina-suliman-afghanistan-s-graffiti-queen.html>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

⁴²⁹ Na cultura ocidental a representação anatômica do esqueleto sempre teve uma aura, vinculada à ideia da Morte como personagem. O esqueleto (ou sua redução na forma de um crânio) transcende sua manifestação física, e carrega em si algo muito mais surpreendente. O esqueleto, esse elemento de constituição calcária que estrutura o corpo humano; resto que só fica evidente depois que se finda a vida que o ocultou; liberto dela carrega consigo, toda a carga de humanidade que um dia ali existiu, indicando a permanente dualidade vida e morte, sendo contraditório que o esqueleto, que é forma associada à morte, dure mais do que a vida que o sustentou. A caveira como personificação da Morte (doce para algumas culturas e aterradora para outras), imagem que se perpetua através das artes no mundo, agrega à sua genealogia histórica uma forte carga reflexiva e moral. (LEITE, 2012, p. 15-16).



Figura 5: Grafite de Shamsia Hassani no Afeganistão.

Fonte: <<http://www.hypeness.com.br/2013/09/primeiras-grafiteiras-afegas-usam-arte-para-apagar-as-marcas-da-guerra/>>. Acesso em: 14 dez. 2016.



Figura 6: Grafite de Shamsia Hassani no Palácio Darul Aman. Cabul, Afeganistão.

Fonte: <<http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/grafite-nas-casas-bairros-de-cabul-1-11014201>>. Acesso em: 14 fev. 2017

Há um tema comum, central e importante nesses grafites feitos por mulheres e para falar sobre as mulheres: o empoderamento feminino⁴³⁰. Mas afinal, o que é empoderamento feminino? Como os grafites falam desse empoderamento? Segundo a ONU Mulheres:

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável. (Disponível em:

⁴³⁰ A palavra empoderamento tornou-se um conceito e vem sendo discutido em vários âmbitos tais como redes sociais, escolas, universidades e trabalhos acadêmicos.

Ainda segundo a ONU Mulheres⁴³¹, há sete princípios que fazem parte do empoderamento, são eles:

- Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação.
- Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
- Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
- Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e *marketing*.
- Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
- Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Em linhas mais amplas o empoderamento feminino é dar poder as mulheres com o objetivo de atingir a equidade de gênero, tem a ver com a não dependência de homens, e isso passa, obrigatoriamente, por aquisição de renda, atingindo mulheres vítimas de violência, mulheres de periferia, mães e outras. É a conquista da autonomia, emancipação e representa a libertação, ou melhor, é mostrar para as mulheres nesse caso, a partir da arte urbana o poder que elas têm assim, os grafites contestam o simulacro, eles falam da realidade.

Dessa forma, para a análise dos grafites adiante adotamos uma classificação a partir de temas comuns e centrais como corpo e poder, violência contra as mulheres e mulheres que são símbolos de luta. São grafites de mulheres que falam de seus próprios universos e usam o grafite para fazer um reclame político/social e justamente por isso foram escolhidos apenas mulheres para tal análise. Assim, a partir dos elementos imagéticos dos grafites dessas mulheres vamos buscar compreender como elas ganharam voz nas ruas a partir da arte urbana e como esse grafite foi usado para a cooperação e formação da identidade feminina.

⁴³¹ Informações disponíveis em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Afinal, o que é o corpo? Essa pergunta nos remete as séries iniciais da escola, a qual a resposta simples seria: cabeça, tronco e membros. Obviamente, sabemos que o corpo humano está além desse simplismo inicial. Assim, ele (o corpo) é biológico, material, físico, palpável composto por uma série de ossos, músculos, artérias, veias, órgãos, ou melhor, um universo demasiadamente complexo, isso é a realidade física corporal. Além da explicação biológica das partes que compõem o corpo ainda temos que nos atentar para as representações em torno desse universo complexo, existem códigos que são capazes de atribuir valores ao corpo. Há países no Oriente Médio, por exemplo, que o ato de mostrar o corpo é uma forte afronta, já em outros, fazer *topless* é ato legal.

Assim, não nos restam dúvidas de que o corpo é social também, “lugar da práxis social, como texto cultural, como construção social, como a tabuinha na qual se inscrevem novas visões, como sinal de união [...] entre o mundo humano e o mundo natural” (BORDO; JAGGAR, 1997, p. 10-11). O corpo é agente da cultura, ele a controla e a viola, é capaz de transformar, incomodar e perturbar vidas pode ser sagrado ou profano, é saudável ou doente, ele ri, ele chora e comunica-se. Mas aqui, queremos atentar para um ponto específico do corpo abordado nos grafites seguintes: esse corpo segue padrões de beleza impostos? Ou ele é um corpo livre? Um corpo que se aceita? Ou um corpo aprisionado?

As mulheres grafiteiras atuam no sentido da aceitação, na ideia de autenticidade, no seja você e no se liberte. Criticam os padrões de beleza que são impostos principalmente pela mídia e redes sociais e assim, buscam a partir dos grafites romperem com a ideia de perfeição imposta pela sociedade. Padrões de beleza femininos mudaram ao longo dos anos, já foi da mulher magra, já foi da mulher gorda, já foi da cintura fina a partir dos espartilhos e das canelas grossas. Hoje o padrão é ser magra sarada, na linguagem das academias “a mulher *fitness*”. Assim, os grafites para questionar padrões trazem frases como: “quem te ensinou a se odiar?”, “seja você”, “seu tamanho é lindo”, “não mudarei! Tenho o direito de ser feliz como sou”, “você pode usar o que quiser”, “guerreira por amar meu corpo” essas frases inscritas nos grafites corroboram com a ideia de poder absoluto sobre o corpo assim como a aceitação de si mesmo.

Na figura 7, temos um grafite feito dentro da casa de referência da mulher Tina Martins, fundada em 2006 e autofinanciada. Foi feita com o objetivo de reivindicar a efetivação dos serviços de atendimento a mulher em situação de violência na cidade de Belo Horizonte – MG. Gerida por mulheres através de uma rede de colaboradores – profissionais de diversas áreas, coletivos, instituições, universidades e outros. A missão da casa é receber mulheres violentadas e acompanha-las até sua recuperação física, psicológica e social. Além da violência outros temas são levantados na casa como autoestima, feminismo e maternidade.

Podemos perceber o tema autoestima no grafite abaixo (figura 7). Nele, duas mulheres nuas em perspectiva lateral com formatos corporais diferentes estão tirando a blusa, a primeira apresenta maior seio e peso, já a segunda apresenta uma menor proporção corporal. Entre elas a indagação: “quem te ensinou a odiar?”, ou seja, a frase tem efeito motivador de que todas são lindas das suas maneiras e que devem sim amar seu próprio corpo.

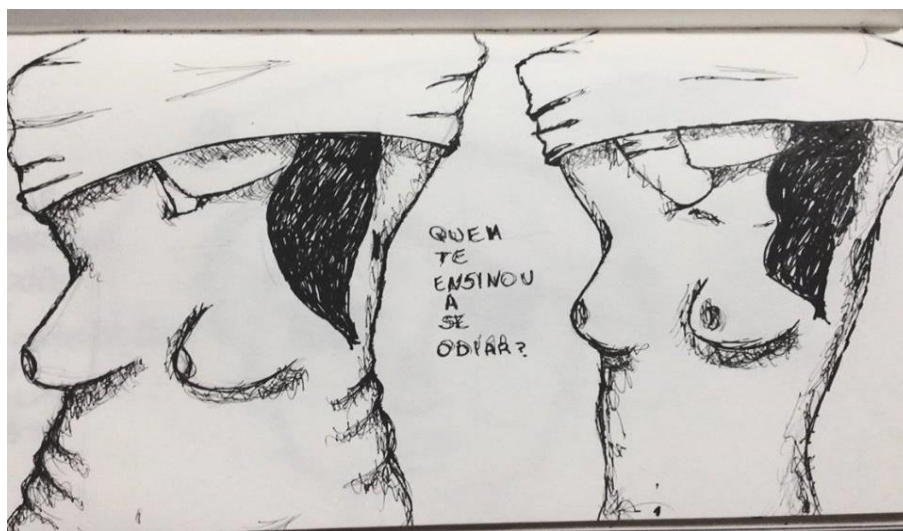


Figura 07: Grafite na casa de referência da mulher Tina Martins – Belo Horizonte, MG, 2016. Fonte: <<https://www.facebook.com/Ocupacaotinamartins/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

O painel grafitado abaixo foi feito pela artista Evelyn Queiróz⁴³² (figura 8) que realiza um trabalho de denuncia em relação à opressão vivida pelas mulheres, principalmente aquelas que não atendem padrões de beleza socialmente impostos. A artista é criadora da personagem *nega hambúrguer*, segundo site oficial da artista, “A personagem *nega hambúrguer* dá voz a milhares de mulheres por meio de ilustrações que retratam a violência de gênero e os preconceitos produzidos por uma sociedade permeada por padronizações estéticas.” (figuras 10 e 11).

Assim, a personagem *nega hambúrguer* é a representação da mulher livre, que ama a si própria com todas as suas curvas e cores e é desapegada dos padrões impostos. Ela é do tipo de mulher que come o que quer e veste o que quer. Com sua personagem, a artista conversa com milhares de mulheres tanto a partir da arte urbana como também pelas suas redes sociais. Em suas exposições não é difícil encontrar as frases: “aceite seu corpo”, “corpo insurgente”, “seu tamanho é lindo” dessa forma, as suas composições imagéticas são atreladas a autoestima das mulheres.

⁴³² Artista de São Paulo que grafita em todo o Brasil com seu projeto “Mochilão Negahamburger”. Site oficial: <<http://www.negahamburger.com/>>. Acesso em: 31 maio de 2017.

Outro trabalho de destaque da artista está ligado as publicidades que ela fez para a cerveja SKOL⁴³³ (figura 9), a empresa diante de questionamentos sobre as várias publicidades machistas feitas ao longo de sua história resolveu fazer uma releitura destas, para tal convidou artistas feministas para ajuda-los e um dos resultados foi esse: “redondo é sair do seu passado” (figura 9) fazendo um trocadilho com o slogan da própria cerveja: “Skol, a cerveja que desce redondo” em outras palavras isso significa que a SKOL libertou-se das propagandas machistas e reconheceu seu equívoco e essa atitude foi considerada muito legal.

Há várias quebras de estereótipos nesse cartaz (figura 9), primeiro são mulheres negras (personagem *nega hambúrguer*) e de cabelo afro, segundo não são magras como as mulheres que fazem propagandas de cerveja normalmente e terceiro, elas não estão servindo ninguém, pelo contrário, elas mesmas estão tomando a cerveja algo que antes não era representado uma vez que a bebida era ligada ao universo dos homens.



Figura 8: Grafite no SESC (Unidade Santana) – Artista: Evelyn Queiróz – São Paulo, SP, 2015.
Fonte: < <https://www.facebook.com/olanegahamburguer/?fref=ts>>. Acesso em: 18 out. 2016.

⁴³³ Segundo o Facebook oficial da SKOL: “Já faz alguns anos que algumas imagens do passado não nos representam mais. O mundo evoluiu e a Skol também. Convidamos ilustradoras e artistas plásticas para recriar pôsteres antigos de Skol.” (Disponível em: < <https://www.facebook.com/skol/videos/10155178125107958/>>). Acesso em: 31 de maio de 2017.



Figura 9: Pôster para cerveja SKOL feito por Evelyn Queiróz – São Paulo, SP, 2017.
 Fonte: <<https://www.facebook.com/olanegahamburger/?fref=ts>>. Acesso em: 18 out. 2016.

De volta ao painel da figura 8 temos então seis mulheres completamente diferentes fisicamente e espalhadas pelo muro, começando pelos cabelos: azul claro, azul escuro, vermelho, rosa, amarelo e roxo. Todas estão de biquíni, aparentemente felizes e se divertindo, umas mais magras e outras mais gordas, uma branca e as outras negras. Ao lado delas a inscrição “seu tamanho é lindo, seu peso é ideal”. Ainda sobre o grafite da artista Evelyn Queiróz temos as figuras 10 e 11, grafites figurativos estilizados frontais, respectivamente as inscrições: “seja o amor da sua vida” e “você pode usar biquíni sim”.



Figura 10: Grafite de Evelyn Queiróz – São Paulo, SP, 2016.
 Fonte: <<https://www.facebook.com/olanegahamburger/?fref=ts>>. Acesso em: 18 out. 2016.



Figura 11: Lambe Lambe – Artista: Evelyn Queiróz – São Paulo, SP, 2015.
 Fonte: <<https://www.facebook.com/olanegahamburger/?fref=ts>>. Acesso em: 18 out. 2016.

Em todos os trabalhos da artista a mensagem principal é a aceitação e o poder que a mulher tem. O amor a si próprio também é foco e pode ser representado pelo coração que elas carregam na testa. O Lambe-Lambe⁴³⁴ “Você pode usar biquíni sim” (figura 11) revela uma pele escura, o cabelo azul combinado com a roupa de banho e com a cor da água. A expressão é de vergonha (bochechas rosadas), postura de introspecção e cabeça baixa. Para o universo da beleza padronizada a mulher que deseja usar biquíni deve ser magra, sem celulite e sem excessos. A mensagem do pôster é a inversão: usa biquíni quem quer! Não aceite padrões. Mas existe um ponto importante que os grafites não apontam: o problema da obesidade que além de ser uma problemática contemporânea ainda traz graves questões para o sistema de saúde não só do Brasil como do mundo. A obesidade pode ocasionar doenças cardiovasculares, diabetes e até mesmo câncer. Como lidar com essa situação de risco? Por que isso não é referenciado nos grafites? Acreditamos assim que a questão está mais ligada a aparência de fato – do ser você – do que a questões relacionadas a saúde.

Abaixo um grafite feito na NUDEM⁴³⁵ - Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher - do Rio de Janeiro (figura 12). Uma mulher de cabelos coloridos tira uma máscara do seu próprio rosto e logo ao seu lado a frase “arranque suas máscaras seja você mesma”, mais uma vez o ponto principal é a questão da essência, do não ter vergonha de ser quem é.



Figura 12: Grafite da Rede Nami na (NUDEM: Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher) – Rio de Janeiro, RJ, 2016.

Fonte: <<https://www.facebook.com/redenami/?fref=ts>> Acesso em: 19 out. 2016.

Os grafites escancaradamente criticam a sociedade de consumo, a padronização da beleza e o dever de ser belo. A mulher não tem que ser o que a sociedade quer e sim o que ela quer ser da forma que ela se sente feliz, é essa mensagem que as meninas da Rede Nami (Rede

⁴³⁴ Lambe-Lambe se encaixa na categoria de pôsteres e tem como objetivo “fazer publicidade de produtos, anunciar eventos propagar ideologias políticas aos mais diversos públicos. A força de um pôster reside em sua capacidade de estabelecer comunicação direta com as pessoas em espaços públicos. (CARLSSON, Benk; LOUIE, Hop, 2015, p. 11).

⁴³⁵ O Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) é o órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro especializado na promoção e na defesa dos direitos das mulheres. Site da NUDEM: <<http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUDEM>>. Acesso em: 07 jun 2017.

Feminista de Arte Urbana⁴³⁶) também buscaram passar a partir de seus milhares de grafites. Criada em 2010 pela grafiteira Panmela Castro que “após ser vítima da violência doméstica em um casamento infeliz a carioca criou a Rede que usa a arte urbana para disseminar os direitos femininos.” (REVISTA PLANETA SUSTENTÁVEL, 2014: 1-2). Em busca dos ventos da liberdade das mulheres que há anos buscam paulatinamente conseguir seu espaço na sociedade Panmela começou a se envolver com o grafite ainda adolescente e hoje seu trabalho a partir da Rede Nami já é conhecido em grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo e também fora do país (EUA e Alemanha).

A Rede Nami que surgiu a partir de uma necessidade pessoal de Panmela hoje conta com mais de 500 participantes que usam o grafite para falar da mulher no Brasil e no mundo. A organização promove oficinas em comunidades e escolas públicas principalmente do Rio de Janeiro e contam com a participação de grafiteiras e grafiteiros formados pela Rede. Além das oficinas os grafites da Rede já estão nas galerias de arte, empresas privadas e eventos internacionais como as Olimpíadas Rio 2016.

Os principais temas discutidos pela Rede giram em torno da figura feminina e do multiculturalismo e trazem reflexões importantes sobre a cultura machista ainda predominante no Brasil. Durante as aulas teóricas acontece um momento bate-papo que aborda a percepção de gênero (E aí: Vocês acham que o caráter da mulher de define pela roupa?), tipos de violência contra a mulher e ferramentas da Lei Maria da Penha. Além do conceito de feminismo outro de suma importância no debate da Rede Nami é o empoderamento das mulheres na sociedade contemporânea. Segundo Panmela Castro é dar poder a essas mulheres. Não que elas não tenham, mas fazerem-nas descobrirem esse poder que elas têm.

Assim, o grafite abaixo (figura 13) representa a união desses ideias feministas: “Mulher tem poder, ela é o que quer ser! Feminismo não é egoísmo”, fala da luta das mulheres por igualdade e seu lugar na sociedade. Temos uma mulher negra com um macacão nas cores vermelho, amarelo e preto semelhantes aos das heroínas das histórias em quadrinhos, de cabelos longos, brilhosos e coloridos no céu, voando sobre a cidade durante a noite, rodeada de estrelas e corações, é uma poderosa mulher.

⁴³⁶ Sobre a origem do nome Nami: Nami é “mina” de trás para frente – segundo Panmela Castro é a língua do TTK uma linguagem do bairro do Catete (década de 1980) para pichar e ninguém saber.



Figura 13: Grafite realizado em oficina da Rede Nami por alunas do oitavo ano do Ginásio Experimental Olímpico Juan Antônio Samaranch – Rio de Janeiro, RJ, 2017.

Fonte: <<https://www.facebook.com/redenami/app/267091300008193/>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

E por falar em mulheres poderosas, temos abaixo (figura 14) uma releitura da personagem mulher maravilha, famosa heroína criada pelo escritor William Moulton Marston e pelo ilustrador Harry G. Peter na década de 1940 – contexto da II Guerra Mundial – e apresentada pela revista bimestral estadunidense *All-star Comics* de número 8. Ao longo de sua existência a personagem já apareceu com vários estilos de roupas, mas todas elas nas cores azul escuro, vermelho, dourado e estrelas brancas (cores da bandeira estadunidense), em se tratando do aspecto físico a personagem sempre foi apresentada com corpo magro, cabelos lisos, seios fartos e usando roupas sensuais ora com capa ora sem capa, afirmando um padrão de beleza aceito. Além dos quadrinhos, a mulher maravilha foi parar nas milionárias produções cinematográficas e representou em muitos momentos o poder da mulher, a compaixão, a confiança e a autoestima.

No grafite abaixo (figura 14) a nossa mulher maravilha foge dos padrões estéticos da original, ela é gorda, negra e tem cabelo enrolado, usa maio azul com estrelas vermelhas, brincos grandes e faixa de cabelo. Carrega uma placa com a inscrição “Quem cria sozinha é heroína” fazendo referências as mulheres que criam seus filhos sem nenhuma ajuda dos pais. Sua filha, de aparecia muito semelhante está logo atrás, em cima de sua capa vermelha. Na contemporaneidade quem são as verdadeiras heroínas? O que elas fazem e representam? Porque heroínas devem ser “perfeitas” fisicamente se na vida real elas são de várias cores e formas? São mães que dão duro para criar filhos sozinhas. Essas mulheres são aceitas pela sociedade? Porque são chamadas de mães solteiras?



Figura 14: Grafite de Evelyn Queiróz – São Paulo, SP, 2016.

Fonte: <<https://www.facebook.com/olanegahamburger/?fref=ts>>. Acesso em: 07 jun 2017.

Os grafites acima analisados trazem total questionamento sobre padrões de beleza estabelecidos socialmente (o magro, o loiro e o liso). Salientam que a realidade corporal revela a existência humana, ou seja, não há vida sem o corpo físico, ele é a materialização do ser. Por isso, o mesmo torna-se tão determinante nas nossas relações sociais funcionando quase sempre como um objeto que deve ser belo ou no mínimo de uma estética apresentável para os olhos dos outros. Assim, o corpo é alvo da indústria, da comunicação, da boca alheia e dos padrões estabelecidos e é justamente isso que as grafiteiras contrapõem em sua arte. A mulher apresentada nos grafites anteriores é um ser livre, linda a sua maneira e muito feliz com todas as suas curvas e cores. E para além do físico é uma mulher que luta pelo seu reconhecimento, pelo seu espaço na sociedade seja no mercado de trabalho ou nos laços familiares e afetivos.

Referências:

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)*. Rio de Janeiro: CEPIA/ONU Mulheres, 2011.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEDOIAN, Graziela; MENEZES, Kátia (orgs.). *Por trás dos muros: horizontes sociais do graffiti*. São Paulo: Peirópolis, 2008.

BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alisson M (orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução: Maria Helena Kuhner – 3ª ed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: EDUSC, 2004.

CARLSSON, Benk; LOUIE, Hop. *Street Art: técnicas e materiais para arte urbana*. São Paulo: Editora G. Gili, Ltda, 2015.

CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica). Em Cadernos Pagu. Fazendo história das mulheres. Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. São Paulo: Campinas, n. 4, 1995.

COSTA, C. e SCHMIDT, S. (orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

COSTA, Cristina. *A imagem da mulher – Um estudo de arte brasileira*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2002.

GANZ, Nicholas. *Graffiti Woman – Graffiti and street art from five continents*. Londres: Thames & Hudson editora, 2006.

GANZ, Nicholas. *O mundo do grafite - Arte urbana dos cinco continentes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2010.

LYRA, Bernadette; GARCIA, Wilton (orgs.). *Corpo e cultura*. São Paulo: Xamã: ECA-USP, 2001.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: NOVAIS, Fernando A.(dir.); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3: república da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

MANCO, Tristan et al. *Graffiti Brasil*. Londres: Thames and Hudson, 2005.

NICHOLSON, L. *Interpretando o Gênero*. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOVAIS, Fernando A.(dir.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando A.(dir.); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3: república da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando A.(dir.); SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

PISCITELLI, Adriana. *Reflexões em torno do gênero e feminismo*. In: COSTA, C. e SCHMIDT, S. (orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

PISCHEL, Gina. *História Universal da Arte 3*. Tradução: Raul de Polillo. 1966. Arnoldo Mondadori Editore – CEAM – Milão e Éditions des Deux Cocqs d’Or – Paris.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2004.

RAGO, Margareth. *Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos*. In: COSTA, C. e SCHMIDT, S. (orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

SHOHAT, Ella. *Estudos de área, estudos de gênero e as cartografias do conhecimento*. In: COSTA, C. e SCHMIDT, S. (orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, Nicolau (org.). O dinheiro das ONGs. 2014. Disponível em: <<https://observatoriosc.files.wordpress.com/2014/02/livro-ongs-100-dpis.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016

SOIBET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2004.

SPINELLI, João J. *Alex Vallauri – Graffiti: fundamentos estéticos do pioneiro do grafite no Brasil*. São Paulo: BEI Comunicação, 2010.

SWAIN, Tânia Navarro. *Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação*. In: A construção dos corpos – Perspectivas Feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

THÉBAUD, Françoise. *História das mulheres, história do gênero e feminismo: o exemplo da França*. In: COSTA, C. e SCHMIDT, S. (orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

A ARTE DE REINVINTAR-SE POR MEIO DA ESCRITA: AS MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS DE HERCULINE/ABEL BARBIN (1838-1868)

*Patrícia Simone de Araujo*⁴³⁷

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de analisar o manuscrito autobiográfico redigido por Herculine/Abel Barbin (1838- 1868), a fim de perceber como essa personagem atribui sentido a sua existência por intermédio da sua escrita. Redigidas no final de sua vida, suas lembranças demonstram uma pessoa marcada pelo sofrimento por viver uma “identidade dupla”: a do hermafroditismo do século XIX. Convencido(a) de que as concepções sociais e morais de seu tempo, não eram capazes de compreender a complexidade de sua situação, pois a estranheza ocasionada pela própria condição sexual que nascera, legara-lhe somente a visão social da abjeção, a referida personalidade teceu uma narrativa como uma forma de autodefesa cuja originalidade encontra-se em reinterpretar-se por meio das suas memórias em forma de desafio aos padrões e normas sociais vigentes em sua época.

⁴³⁷ Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Câmpus Luziânia) e doutoranda do Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob orientação da Dra. Sônia Maria de Magalhães. E-mail: patricia.simone13@hotmail.com

Palavras-chave: escrita autobiográfica. Herculine/Abel Barbin. Hermafroditismo. Abjeção.

Este estudo visa analisar os manuscritos autobiográficos redigidos por Herculine/Abel⁴³⁸ Barbin, a fim de perceber como a personagem atribui sentido a sua vida por intermédio da sua escrita autobiográfica. Redigidas no final de sua vida, suas lembranças demonstram uma pessoa marcada pelo sofrimento por viver uma “identidade dupla”: a do hermafroditismo do século XIX.

A história dessa personagem galgou notoriedade, após a publicação de sua narrativa autorreferencial em 1874 e pela revelação de sua condição sexual pelo professor de medicina legal Ambroise Tardieu. Declarada no seu registro de nascimento em 1838, na França, como menina e criada como tal, sua vida mudara significativamente após um exame médico que diagnosticou um caso “verdadeiro de hermafroditismo” determinando o gênero masculino como a sua nova identidade sexual. Corroborando o parecer médico, o “tribunal civil de Saint-Jean d'Angely ordenou em 1860 a retificação do sexo e de seu nome para Abel na certidão de nascimento. Incapaz de se adaptar a seu novo sexo social, seus sofrimentos o conduziram ao suicídio em 1868”. (HOUBRE, 2009: 22).

O estudo das memórias autobiográficas de Barbin é feito baseada na publicação de seus manuscritos realizada por Michel Foucault, em 1982, com o título de *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Diante do interesse por um “leque” de temas – psiquiatria, medicina, prisões, sexualidades e outros – não valorizados pela história tradicional, não é de se estranhar a vontade de Foucault em conhecer a narrativa de um hermafrodita do século XIX. Como o próprio filósofo francês ressalta, é importante refletir sobre as pessoas que nascem com ambiguidade sexual, porque os seus próprios corpos, “naturalmente”, desvirtuam qualquer lógica criada socialmente de que o indivíduo necessita ter somente um único “verdadeiro sexo”. (BARBIN [1874] apud FOUCAULT, 1982). É justamente nesse ponto que a narrativa autobiográfica de Barbin torna-se tão sedutora.

Ao deparar-se com uma publicação do relato autorreferencial de Barbin, realizada pelo médico oitocentista Tardieu, em 1874, em um livro sobre *A questão médico-legal da identidade*, Foucault tentou sem êxito encontrar os manuscritos de Barbin, ao que parece ficou sob os cuidados restritos desse profissional da saúde. Dessa forma, a análise empreendida aqui neste

⁴³⁸ Adota-se a nomenclatura Herculine/Abel para referir-se a personagem analisada, tanto no feminino (Herculine) quanto no masculino (Abel) em uma atitude consciente que leva em conta a problematização de sua condição sexual que não se enquadra a nenhuma categoria rígida (feminino/masculino) concebida pela sociedade como “normal”. Constitui-se também uma atitude de respeito a personagem, que (re)constrói a sua identidade por intermédio da sua escrita autobiográfica sem definir-se como homem ou mulher. Ademais, é justamente a experiência da vivência dessa “dupla identidade” que torna a leitura e apreciação dos escritos uma atividade tão complexamente fascinante.

estudo é realizada sobre o texto que Foucault publicou, já que o acesso ao original não foi possível galgar nem mesmo pelo filósofo francês.

Foucault não se contentou apenas com essa narrativa de si. Então, em 1982, reuniu esse escrito autobiográfico com mais um conjunto de outros documentos que retratavam o caso de Barbin, em um livro, intitulado de *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. A referida obra foi organizada na seguinte sequência: a) apresentação crítica de Foucault sobre os escritos autorreferenciais, que foi denominada de *O verdadeiro sexo*; b) a narrativa de si da(o) autobiografada(o), intitulada de *Minhas Memórias*; c) O “Dossiê”, que constitui-se como uma espécie de memorial biográfico cronológico de Herculine/Abel, d) “Os nomes, datas e lugares” mencionados por ela(e) ao longo do texto autorreferencial; e) Os relatórios médicos que atestavam o masculino como seu sexo verdadeiro; f) o relato da imprensa da época; g) o processo jurídico que mudou sua identidade civil do feminino para o masculino; h) o texto literário *Um escândalo no convento* de autoria do psiquiatra e poeta alemão Oskar Panizza, que no liame entre a ficção e a “realidade” re(constrói) a trajetória romântica de Barbin com sua amada na casa religiosa onde ela(e) lecionava.

A intrépida iniciativa de Foucault ao publicar a narrativa de si de Barbin possibilita a abertura de um manancial de novos estudos para as reinterpretações de fenômenos dinâmicos e complexos, como a questão das sexualidades e as relações de gênero. Ao prefaciá-lo, com um tom marcadamente provocativo, esse filósofo faz um convite para não somente para conhecer a vida alheia, como também, para nos reconstruirmos constantemente com ela. Nessa dinâmica, continuamente refazemos “verdades”, visões de mundo, modos de sentir e comportar, buscando sempre na palavra “multiplicidade”, o imperativo para sensibilizar, compreender e respeitar a vivência do outro.

É no referido sentido que Foucault apresenta as memórias de Barbin. Herculine/Abel (re)constrói-se sua vida por meio de atos de rememoração. As dimensões temporais – passado, presente e futuro – interligam-se para a sua (re)criação existencial. Com um estilo pomposo e poético sua narrativa é tecida como uma tentativa de resignificar o seu presente em uma ação de entendimento de si por meio da escrita de momentos passados. O não desvanecer de suas impressões no transcorrer do tempo parece ser o que mais lhe incentivou a fixar a sua vida no papel, na esperança de compreensão futura, em que a visão do “outro” em relação ao seu caso estivesse desvencilhada da carga pejorativa que impregnava a mentalidade oitocentista em relação ao hermafrodita:

Pois bem, submeto-me aqui ao julgamento da posterioridade que me lerá! Submeto-me ao sentimento que existe o coração de todos os filhos de Adão. Terei eu sido culpado criminoso porque um erro grosseiro me deu um

lugar o mundo que não deveria ser meu? (BARBIN [1874] apud FOUCAULT, 1982: 56).

Convencida de que as concepções sociais e morais de sua época, não eram capazes de compreender a complexidade de sua situação em decorrência, no seu parecer, do parco conhecimento - sobretudo da medicina - em relação a sua condição física, Herculine escreve como um ato de “corrupção” aos valores de sua época. Dessa forma, pode-se inferir que:

Narrar-se é primordialmente um ato. Imagina-se a melhor “face” que se constrói no papel, examinando-a e defendendo-a de todos os modos. Portanto, pode-se entender a escrita autobiográfica como uma ação de remontar-se no tempo, proporcionada pela capacidade de imaginação, que possibilita com que novos mundos refaçam a compreensão e a imagem que o indivíduo tem de si. (ARAUJO, 2013: 18).

O ato de narra-se para Herculine/Abel é, sobretudo, uma tentativa de lançar um novo olhar sobre sua sexualidade e suas atitudes passadas. Criada grande parte da infância e juventude em casas religiosas, galgou ao cobiçado cargo na época, o de professora, em um convento feminino na França. Neste estabelecimento, envolveu-se intimamente com uma das internas, que era chamada em seus escritos de Sara⁴³⁹, a qual refere-se sempre com palavras ternas e amorosas: “Amei com ardor e sinceridade uma criança que me amava com todo ímpeto do meu coração!” (BARBIN [1874] apud FOUCAULT, 1982: 46).

A esperança de viver essa relação parece ter sido um dos motivos primordiais que lhe motivou a revelar o seu segredo. Contudo, depois de ter confessado primeiramente a um bispo e posteriormente ao mundo - por intermédio de um parecer que atestava através de um minucioso relatório - a sua nova identidade sexual a personagem autobiografada não conseguiu viver tal relacionamento.

Frustrado/a com os rumos que sua vida trilhara, não conseguindo adaptar-se a sua nova identidade e nem ao papel social esperado do sexo masculino, Herculine/Abel é dominado/a por um profundo sentimento solidão:

Sofri muito, e sofro só. Abandonado por todos! Não havia lugar para mim nesse mundo que me evitava e considerava maldito. Não havia um só ser humano que compartilhasse dessa imensa dor que se apoderou de mim no final da infância, idade em que tudo é belo toda perspectiva é nova e brilhante. (BARBIN [1874] apud FOUCAULT, 1982: 13).

⁴³⁹ Em seus escritos autobiográficos, Herculine/Abel, por vezes, usou nomes fictícios para referir-se as pessoas e/ou lugares a fim de preservar aos entes e amigos próximos das repercussões derivadas de sua história, concebida como um escândalo pelos médicos e os jornais da época. Então, não é possível acreditar na veracidade dos nomes próprios que a personagem utiliza em seu relato, ainda mais de Sara, com quem envolveu-se de forma tão íntima.

Esse sentimento de não pertencimento a um lugar é compreensível a situação de Herculine/Abel, visto que não conseguiu adaptar-se às categorias de gênero (feminino/masculino) concebidas como “normais”. De fato, é no rememorar da vivência da “dupla identidade” ou da “não identidade” que vislumbra-se tons de regozijo em sua narrativa, como atesta Foucault:

E o que ela evoca do seu passado é o limbo feliz de uma não identidade, que protegia paradoxalmente a vida dentro daquelas sociedades fechadas, estreitas e calorosas, onde se tem a estranha felicidade, ao mesmo tempo obrigatória e interdita, de conhecer apenas um único sexo. (HERCULINE/ABEL [1874] *apud* FOUCAULT, 1982: 06).

Além disso, mesmo que a justiça – baseada na perícia médica tenha considerado(a) um indivíduo masculino, a sociedade também, ainda concebia-lhe como uma figura ambígua, o que lhe levava a um lugar de marginalização, que fez sentir, por exemplo, na questão econômica. Atribuído o seu novo sexo, o masculino, Herculine/Abel não conseguira emprego. Alegava-se que possuía aspectos físicos femininos, para angariar algum trabalho considerado próprio de um homem. Socialmente excluído(a), sozinho(a) e sem condições financeiras para se manter a personagem autobiografada via no suicídio o seu único caminho.

A figura do hermafrodita, como é o caso Herculine/Abel, desestabilizava o arquétipo da sociedade ocidental alicerçada em padrões sexuais de normalidade baseada no binarismo homem/mulher. O hermafrodita por não se enquadrar nessa padronização socialmente aceita, aparece como monstro na literatura médica e jurídica do século XIX, como destaca Foucault (2001), moralmente corrompido, logo uma imperfeição da natureza.

Foucault (1982), esclarece que a partir da Modernidade, urge-se corrigir a anomalia ambígua do sujeito hermafrodita e, por sua vez, a “desestabilização” da ordem social provocada por ele, estabelecendo aos indivíduos que vivem nessa “dupla identidade” um sexo verdadeiro:

As teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados Modernos, acarretaram pouco a pouco a recusa da ideia de mistura dos dois sexos em só corpo e consequentemente à restrição da livre escolha dos indivíduos incertos. A partir de então, um só sexo para cada um. A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou simplesmente ilusórios. Do ponto de vista médico, isto quer dizer que não se trata mais de reconhecer no hermafrodita a presença de dois sexos justapostos ou misturados, nem de saber qual dos dois prevalece, trata-se, antes, de decifrar qual o verdadeiro sexo que se esconde sob aparências confusas; o médico terá que de certo modo despir suas anatomias enganadoras, e reencontrar por detrás dos órgãos que podem ter encoberto as formas do sexo oposto, o único verdadeiro sexo (HERCULINE/ABEL [1874] *apud* FOUCAULT, 1982: 02).

A medicina tornou-se importante via de produção de tecnologias que desenvolvia discursos normativos sobre a sexualidade. No caso dos hermafroditas, cabia ao médico restabelecer a ordem da sociedade ao enquadrá-los em categorias (feminino/masculino) socialmente aceitas:

O meio médico que adquire então toda sua potência social, impõe uma economia normativa estrita para tudo o que diz respeito ao corpo, ao sexo e à sexualidade. Esta bela elaboração normativa rui, contudo, apenas pela existência do indivíduo hermafrodita: ele representa na realidade para os médicos, um sexo impossível, um corpo dissidente, singularizado por um emaranhado do masculino e do feminino que eles tentavam desembaraçar, designando qual prevalece sobre qual. Quanto mais progredimos no século XIX, mais sentimos os médicos desejosos de conter a carga subversiva de uma identidade sexual composta e iconoclasta que desafia e ameaça o edifício social. Descobrimo, com uma mistura de fascinação e repulsão, os indivíduos vivendo como mulheres quando biologicamente são homens e vice versa, eles denunciam estes “erros do sexo” cometidos mais frequentemente no nascimento, mas que também podem se revelar mais tardiamente. (HOUBRE, 2009, p. 20).

Respalhada pela medicina, a sociedade criava padrões de conduta baseados na produção e uso de tecnologias desenvolvidas para controlar e disciplinar os corpos e os indivíduos. (FOUCAULT, 1988). Nesse processo, “educar os corpos” é um fator essencial para os indivíduos representem de forma convincente aos papéis que foram lhe foram impostos socialmente: feminino e masculino.

Foucault (1988), em sua crítica à “hipótese repressiva” sobre o sexo, defende que este não teria sido enquadrado, ao longo do século XIX, num rigoroso processo de restrição e de interdição. Na verdade, estimulava-se a falar cada vez mais sobre o sexo, colocando-o em discurso, recheando-se prateleiras de lojas com livros e artigos que o tinham como assunto principal.

Entretanto, de acordo com a teoria foucaultina, tratar sobre o sexo na sociedade ocidental, ao longo do referido século, era quase sempre em termos biológicos, no intuito de dominar as pulsões e as atividades sexuais para classificar o que se configurava em “práticas de normalidade”. Então nessa sua época, começou-se a “falar” e a conhecer cada vez mais sobre o sexo no intuito de melhor controlá-lo (FOUCAULT, 1988). Com os hermafroditas não foi diferente, buscava-se conhece cada vez mais sobre eles, a fim de categorizá-los para enquadrá-los nos padrões sexuais que eram tidos como normais (feminino/masculino).

A referência aos indivíduos com um duplo sexo (feminino/masculino) são encontrados em vários momentos da História. No século XIX foi disseminada a nomenclatura de

hermafroditas⁴⁴⁰ para referir-se a eles. Contudo, atualmente utiliza-se o termo intersexual em uma atitude de positivar a visão pejorativa criada ao redor dessas pessoas, sobretudo pelo discurso da ciência médica do oitocentos. Flávia Péret esclarece que,

[h]istoricamente, eram chamados de hermafroditas os indivíduos que nasciam com a genitália e/ou as características sexuais secundárias de ambos sexos. O nome é uma referência ao deus grego Hermafrodito, filho de Hermes e Afrodite, que apresentava simultaneamente marcas do masculino e do feminino. Na contemporaneidade, com as lutas dos movimentos sexuais e a ampliação dos gêneros decorridos a partir desse processo, o termo “hermafrodita” foi abolido e considerado politicamente incorreto, sendo substituído pelo conceito de intersexualidade. Os indivíduos que nascem com caracteres de ambos gêneros são agora chamados de intersex (PÉRET, 2008: 862).

O estudo do hermafroditismo constitui-se como uma análise profícua para o desvelar das “verdades” construídas sobre o sexo. Problematizar a concepção de anormalidade emanada dos discursos da medicina, da política e do judiciário no século XIX, usada para referir-se a aqueles que eram concebidos como “desviantes sexuais” (homossexuais, intersexuais e travestis) é de significativa importância para compreender como foram tecidos os “edifícios” sociais que produzem práticas e técnicas discriminatórias que perpetuam-se até hoje.

O hermafrodita insere-se no que Butler (2003) denomina de sujeitos abjetos, que são àqueles que não se enquadram nas categorias de pensamento socialmente conhecidas:

O “abjeto” designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito. (BUTLER, 2003: 190).

O abjeto é assim, “o ininteligível, aquilo que, na constituição do sujeito (individual ou social), é expulso como não categorizável”. (BUTLER, apud JÚNIOR, 2012: 560). Em termos mais simples, os abjetos não se inserem nos gêneros concebidos por Butler como “inteligíveis” que “organizam-se segundo a lógica do ‘tem pênis, logo é homem, masculino e deve sentir atração afetivo-sexual por mulheres (é heterossexual)’, e ‘tem vagina, logo é mulher, feminina e deve sentir atração afetivo-sexual por homens’”. (BUTLER apud JÚNIOR, 2012: 561).

No século XIX, o abjeto é o que a nascente ciência sexual denominava como monstro. Os indivíduos considerados “desviantes sexuais” foram patologizados, classificados como

⁴⁴⁰ Este trabalho ao usar o termo hermafrodita, constitui-se como uma tentativa de evitar o anacronismo, já que não tem-se conhecimento do uso da expressão intersexual no século XIX para referir-se ao indivíduo com ambos os sexos. Na verdade a utilização da palavra intersexualidade é bem recente, datada no final do século XX. Todavia, de forma alguma compartilha-se da visão pejorativa disseminada no oitocentos sobre tais sujeitos.

perversos, pervertidos, parafilicos ou anormais por meio do discurso científico racionalizado e pretensamente universal.

Se o hermafrodita era considerado um monstro, sobretudo, a partir dos oitocentos, acreditava-se que podia corrigi-lo ao enquadrá-lo somente em categoria sexual considerada normal. Feminino e Masculino em uma mesma matéria corpórea já não era mais permitido. (JÚNIOR, 2012).

A medicina foi a ciência imputada a atribuir um único sexo verdadeiro as pessoas que nasciam com a genitália ambíguo. (FOUCAULT, 2011). Depois da correção cabia ao jurídico corroborar o parecer médico, atribuindo muitas vezes, um “novo” lugar ao hermafrodita na sociedade, por exemplo se crescera e vivera a vida toda como uma mulher, não pensavam duas vezes, baseado nos estudos da anatomia humana, a mudar sua identidade civil e sua trajetória toda, para que vivesse como um homem e vice-versa. Contudo, para esses indivíduos, uma simples mudança no seu registro de nascimento, a pretensa corrigibilidade, que a medicina e o jurídico consideravam angariar pela racionalidade científica, ainda assim não era possível retirar a visão abjeta que a sociedade impunha sobre os hermafroditas. Esse foi o caso de Barbin.

O/A hermafrodita corrompe a lógica dos “gêneros inteligíveis”. Nesse sentido, o próprio fato de Herculine/Abel ter nascido com ambos os sexos, já era considerado uma monstruosidade. Contudo, o olhar autointerpretativo da personagem é o que mais chama atenção em seus escritos. Destituído(a) das concepções pejorativas da sua época, ele(a) (re)cria uma autoimagem de uma pessoa não compreendida nos padrões sexuais e ainda conhecidos socialmente, mas de forma alguma, concebe-se monstro ou pervertido.

A sua atitude de revelar o seu segredo para a sociedade foi deveras corajosa. Contudo, ao não ter concretizado o seu anseio de viver como um homem considerado “normal”, no deleite dos braços ternos da mulher amada e ainda aguentar os olhares sociais que o concebiam como um estranho e aberração da natureza, perfazem o seu ato em demasiado ousado.

Dessa forma, o estudo da narrativa de Herculine/Abel é de extrema importância por que constitui-se como uma oportunidade de vislumbrar como um sujeito (re)constrói sua identidade como um ato de subversão aos padrões sexuais generalizantes de uma sociedade incapaz de interpretação sobre o seu corpo e sua sexualidade se não pelo olhar da abjeção.

Herculine/Abel respondeu a petição saber/poder sobre seu corpo e sexualidade com certa originalidade. Destituída de sentimento de culpa ou condenação diante dos valores morais e sociais de sua época, a personagem autobiografada procurou interpretar sua condição sexual e seu envolvimento com Sara de maneira singular.

Mesmo criada no seio da Igreja Católica compartilhando dos seus ensinamentos e concepções, Herculine/ Abel narra os seus momentos íntimos com Sara despossuída(o) de um

olhar autorrepressor. É sempre em tons repletos de carinho que transformam o ato de lembrar o vivido com sua amada, os únicos momentos de prazer e felicidade expressos na sua narrativa: “Com uma felicidade indescritível, eu a abraçava e acariciava os cachos de seus cabelos naturalmente ondulados, apoiando meus lábios ora em seu pescoço, ora em seu belo peito nu” (HERCULINE/ABEL [1874] apud FOUCAULT, 1982: 52-53).

A sua visão condenatória parece ter sido desferida, maiormente contra aos posicionamentos cristãos e, sobretudo, dos médicos em relação à sua situação, de qualquer outro sentimento de autocondenação que acaso tenha lhe sobrevivido:

Oh príncipes da ciência, sábios químicos, cujos nomes ecoam no mundo, analisem então, se for possível, todas as dores que queimaram e devoravam esse coração até suas últimas fibras; todas as lágrimas ardentes que o inundaram, dessecaram em suas selvagens opressões HERCULINE/ABEL [1874] apud FOUCAULT, 1982: 96).

É possível vislumbrar, que seus escritos afluam uma intolerância em relação à construção social identitária construída sob os pilares da biologia (como a medicina) que deriva em um *ethos* feminino e masculino, que revela-se no corpo e no uso que se faz dele.

No correr da pena criou um “mundo”, em que a anormalidade de forma alguma caracterizava os desejos eróticos e sua ambiguidade sexual. Sua escrita revela, portanto, uma originalidade, por ser um processo de autoconhecimento desvinculado dos padrões morais do século XIX.

Referências

ARAÚJO, Patrícia Simone de. **Vasculhando a vida alheia**: o Diário Íntimo de José Vieira Couto de Magalhães (1880-1887). Goiânia, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História – Universidade Federal de Goiás.

BARBIN, Herculine. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Org. Michel Foucault. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Os anormais**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HOUBRE, Gabrielle. **Um sexo impensável**: a identificação dos hermafroditas na França do século XIX. Espaço Plural, 2009, ano X (21), pp.20-33. Tradução: Tradução: Débora El-Jaick de Andrade. Disponível em:< <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00560410/document>> Acesso em: 30 de julho de 2015.

JÚNIOR, Jorge Leite. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **In: Revista Feminismos. Florianópolis**, v. 20, n. 2, mai./jun. p. 559-568. 2012.

PERET, Flávia. **Intersexualidade versus intertextualidade**: uma leitura crítica do filme XXY. In: V Congresso Brasileiro de Hispanistas, 2008, Belo Horizonte.

OS FUNERAIS DE JÚLIO CÉSAR E AUGUSTO NA OBRA DE SUETÔNIO

*Paulo Yoke Oliveira Arima*⁴⁴¹

RESUMO: O estudo dos ritos funerários do mundo romano antigo tem sido objeto de investigação de pesquisadores contemporâneos. No âmbito desses estudos, a historiadora inglesa Janet Huskinson (2011, p. 113) afirmou, em seu capítulo do livro *Memória e Luto*, que nos memoriais romanos, os mortos são lembrados como indivíduos e também como pessoas que exibiram qualidades sociais importantes em suas vidas. A morte em Roma não representava apenas o fim último da vida, mas a construção da memória do falecido. Essa memória se expressa por meio de representações que materializam e reproduzem a vida do indivíduo morto: ritos, orações fúnebres, monumentos mortuários, lápides e a própria celebração do funeral como um instrumento de construção da identidade romana. Nessa perspectiva, a presente comunicação é parte dos estudos desenvolvidos para a dissertação de mestrado, relacionados ao estudo das representações da morte no mundo romano, bem como dos funerais de Júlio César e Augusto, explorados ao longo da pesquisa.

Palavras-chave: ritos funerários; Júlio César; Augusto.

A ascensão de Júlio César ao poder, entre 60 a.C. e 44 a.C., se inseriu no contexto de transformações da República tardia. A atuação política dos militares, desde Mário e Sila, marcou o acirramento de um confronto entre as instituições republicanas tradicionais e o novo grupo social dos *equites*, representado pelos generais. A solução encontrada por César para a amenização desse confronto foi a centralização do poder por intermédio do título de ditador perpétuo (*dictator in perpetuum*) com o qual ele foi nomeado (TITO LÍVIO, *Periochae*, CXVI). No auge de seu poder, César emitiu decretos e ordens, consultando raramente o Senado. Em

⁴⁴¹ Mestrando em História UFG.

Roma, era impossível a César manter-se no poder por muito tempo sem satisfazer seus aliados, o que significava conceder-lhes magistraturas e cargos que lhes garantissem, como membros da *nobilitas* romana. Tal abordagem, no entanto, só poderia ser levada adiante se a ordem política estabelecida fosse considerada, haja vista, que o Senado romano possuía grande prestígio social e político.

Com isso, a presença de César no poder deixava o Senado dividido em duas facções: de um lado, estavam os aliados do ditador que pertenciam ao partido dos *populares*; de outro, os chamados *optimates* que defendiam os princípios republicanos e o chamavam de tirano, uma vez que, segundo as acusações, almejava se fazer rei. Entretanto, a política de César era mantida pelo apoio popular e sua ditadura já durava cinco anos. A solução encontrada pelos *liberatores*⁴⁴², grupo composto por sessenta senadores do partido conservador, seria o assassinato de César. Plano executado no dia 15 de março do ano 44 a.C. que, segundo Suetônio,

Assidentem conspirati specie officii circumsteterunt, ilicoque Cimber Tillius, qui primas partes susceperat, quasi aliquid rogaturus propius accessit reventique et gestu in aliud tempus differenti ab utroque umero togam adprehendit: deinde clamantem: 'ista quidem vis est!' alter e Cascis aversum vulnerat paulum infra iugulum. Caesar Cascae brachium arreptum graphio traiecit conatusque prosilire alio vulnere tardatus est; utque animadvertit undique se strictis pugionibus peti, toga caput obvoluit, simul sinistra manu sinum ad ima crura deduxit, quo honestius caderet etiam inferiore corporis parte velata. Atque ita tribus et viginti plagis confossus est uno modo ad primum ictum gemitu sine voce edito, etsi tradiderunt quidam Marco Bruto irruenti dixisse: καὶ σὸ τέκνον; Exanimis diffugientibus cunctis aliquamdiu iacuit, donec lecticae impositum, dependente brachio, tres servoli domum rettulerunt. Nec in tot vulneribus, ut Antistius medicus existimabat, letale ullum repertum est, nisi quod secundo loco in pectore acceperat. (SUETÔNIO, *Divus Iulius*, LXXXII).

Quando ele se sentou em seu lugar, os conspiradores o rodearam, com o pretexto de lhe prestar uma homenagem e imediatamente Túlio Cimber, que se encarregou da primeira parte, se aproximou como que para lhe pedir alguma coisa; mas César acenou que não, remetendo o assunto para outro caso, Túlio então agarrou-lhe a toga pelos ombros: “isso é uma violência”, disse César; então um dos Cássios feriu-o por detrás, um pouco acima do pescoço. César, tendo-lhe agarrado o braço, trespassou-o com o seu buril e tentou precipitar-se para frente, mas foi detido por outro golpe. Dando-se conta de que o atacavam de todos os lados, com os punhais erguidos para ele, enrolou a toga em volta da cabeça, enquanto, com a mão esquerda puxou as pregas até ao fundo das pernas para cair com mais decência e com a parte de baixo de seu corpo coberta. Foi então que se viu trespassado por vinte e três punhaladas, sem uma palavra, não tendo soltado nenhum gemido senão quando lhe deram a primeira punhalada. Segundo alguns, ele teria dito a Marco Bruto: “Tu

⁴⁴² Segundo Goodman (1997, p. 30), Cícero aplaudiu os assassinos de César e os chamou de *liberatores*. Eram, portanto, os libertadores da *Res Publica* e defensores da dignas de seus ancestrais contra a tirania figurada na pessoa do ditador Júlio César.

também, meu filho!” Quando César expirou, toda a gente fugiu, e ali ficou por muito tempo estendido no chão; por fim três escravos o colocaram sobre uma padiola e o levaram para casa. Entre tantas feridas, segundo o médico Antíscio, nenhuma era mortal, senão aquela que lhe acertou o peito, a segunda punhalada. (SUETÔNIO, *Divus Iulius*, LXXXII).

O cenário do assassinato de César, descrito por Suetônio, é a representação do confronto entre as duas forças políticas, que mencionamos anteriormente. A descrição do autor apresenta César como alvo da conspiração e ao mesmo tempo como o general imponente. Mesmo ferido com o primeiro golpe de Túlio Címber, César consegue atingir o seu oponente com um buril. Andrew Lintott (2009) afirma que a maioria dos relatos sobre o assassinato de César foram escritos 150 anos depois do acontecimento. Portanto, todos esses relatos são da época do Principado quando a imagem de César como “herói fundador do melhor governo era inevitável aos imperadores” (LINTOTT, In GRIFFIN, 2009, p. 72). Suetônio reforça essa imagem positiva do ditador romano que mesmo durante a morte conservava uma postura nobre. Recordemos alguns trechos supracitados para corroborar com essa afirmação: “*Atque ita tribus et viginti plagis confossus est uno modo ad primum ictum gemitu sine voce edito*. Foi então que se viu trespassado por vinte e três punhaladas, sem pronunciar uma palavra e não tendo soltado nenhum gemido senão quando lhe deram a primeira punhalada” (SUETÔNIO, *op cit*).

Por outro lado, a historiografia apresenta diferentes perspectivas acerca deste cenário político dos “Idos de Março”⁴⁴³, sobretudo com relação aos senadores que assassinaram César. Alguns autores modernos apontam que a causa da conspiração contra César foi oriunda de uma crise que emergiu durante a República tardia. Seguindo essa perspectiva, Grimal afirma que os assassinos de César “não tinham em mente que as instituições republicanas estavam condenadas por meio século de anarquia e pelo renovar quase incessante das guerras civis” (GRIMAL, 2008, p. 21). A ascensão dos militares e a expansão territorial teriam provocado o enfraquecimento do Senado e das instituições do poder republicano. O resultado desse enfraquecimento, segundo Norma Musco Mendes seria a consolidação do Principado, a partir da “concentração de poderes nas mãos dos imperadores em detrimento das instâncias que compunham o sistema republicano tradicional: magistraturas, Senado e assembleias populares” (MENDES, 2001, p. 31).

⁴⁴³ Expressão comumente utilizada pela historiografia como referência ao dia do assassinato de Júlio César – 15 de março de 44 a.C. Optamos em utiliza-la nos parágrafos subsequentes em concordância com os autores citados.

Entretanto, é preciso considerar que as instituições republicanas, na época do assassinato de César, ainda que ameaçadas pelo poder do *dictator*, representavam a força política da *nobilitas*. Segundo Nathan Rosenstein (2006) a palavra latina *nobilitas*, geralmente traduzida como "nobreza", pode ser identificada também como "notabilidade" ou "celebridade". A palavra tinha adquirido, pelo menos no início do segundo século, o significado secundário da aristocracia. A *nobilitas* em Roma se definia conscientemente como uma elite interna e ainda acreditavam que seus ancestrais instituíram os cargos públicos e o consulado em particular (Cf. ROSENSTEIN, 2006, p. 399).

Partindo dessas premissas, destacaremos considerações acerca desse grupo social que ainda nutria uma força política considerável, sobretudo, para manter e defender o poder das instituições republicanas. Isso nos leva a dialogar com Martin Goodman, por exemplo, que confronta essa visão de anarquia durante o período da República tardia. Este autor afirma que longe de ser um mergulho no caos, os libertadores argumentaram que sua ação poderia trazer um retorno à normalidade e, de fato, nos dias após os "Idos de Março", se manteve a paz em Roma, até que a ameaça de violência supostamente espontânea pela multidão urbana os expulsou, primeiro de Roma e depois da Itália (GOODMAN, 1997, p. 30).

A tradição romana da República despertava um sentimento que era próprio da *nobilitas* senatorial: a defesa dos valores ancestrais e o repúdio à tirania. Esse sentimento era reforçado pelo pensamento grego recorrente a Platão, segundo o qual, os tiranos deveriam ser tratados como indignos. Marco Bruto foi um aderente à Academia de Platão, na Grécia, e isso deve ter influenciado sua conduta uma vez que ele estava convencido de que César se tornara um tirano (SEDLEY, 1997). Michael Parenti corrobora com tal afirmação ao alegar que o assassinato de César, aos olhos dos conspiradores, seria considerado um tiranicídio. Historicamente, um ato justo tanto para romanos, defensores da *Res Publica*. O esforço dos assassinos, portanto, não seria visto como um ato de traição, mas como um feito fundamentado no interesse do bem comum (PARENTI, 2003 p. 169-170).

Essa mesma tradição remonta ao período dos reis, que mesmo sendo os pais fundadores da cidade, demonstraram que a instituição da monarquia se tornou intolerável, principalmente com as ações do rei etrusco Tarquínio, o soberbo. Por isso quando o comando dos reis, que inicialmente tinha sido para a promoção do interesse comum, a *Res Publica*, transformou-se em arrogância e dominação, Lúcio Bruto e outros membros da *nobilitas*, por meio do Senado, mudaram a prática e criaram para si mesmos comandos anuais e dois comandantes, os cônsules (Cf. LINTOTT, 2009, p. 73-74).

A instituição da República, portanto, representava o fim da tirania para a garantia da liberdade e dos valores ancestrais. Cássio e Bruto revogaram o direito de defender esse mesmo sentimento, sobretudo Bruto, que tinha em sua linhagem o ancestral de mesmo sobrenome, como um dos fundadores da República. Parenti reforça que a historiografia, embora sob diferentes perspectivas, concorda com a opinião predominante entre historiadores antigos e modernos, segundo a qual, os assassinos de César estavam empenhados em restaurar as liberdades republicanas ao acabar com um usurpador despótico. Esta foi a justificativa oferecida pelos próprios assassinos (PARENTI, 2003 p. 1 e 2).

É importante ressaltar que o plano encabeçado por Cássio e Bruto foi fracassado pela estratégica ação do Cônsul Marco Antônio, lugar-tenente do exército de César, e a subsequente revolta popular nos dias do funeral. Michael Lovano (2015) apresenta informações consideráveis sobre os dias que se seguiram após o assassinato de César. Segundo o autor, em uma sessão do Senado, após a morte do ditador, Antônio procurou uma aparente aliança com os assassinos concedendo-lhes uma anistia, sob o pretexto de que o crime de assassinato fosse apagado. Nessa ocasião, os próprios conspiradores presentes concordaram com os associados de César, para permitir que as ações políticas do ditador fossem validadas e que seu corpo deveria receber um funeral público (Cf. LOVANO, 2015, p. 39).

A tentativa de Marco Antônio foi bem sucedida, pois precisava do apoio do Senado para a execução dos ritos funerários. É válido ressaltar a importância desses mesmos ritos como garantia da legitimidade do poder de um membro da *nobilitas*. César, mesmo acusado de tirania e usurpação da *Res Publica* pelos *liberatores*, merecia o reconhecimento público de seus atos e o recebimento dos elogios fúnebres. Para isso, por meio do Senado, a legislação garantia a execução do funeral. As leis romanas tentavam regularizar os funerais e existiam para evitar que as pessoas jogassem os cadáveres nas ruas e, igualmente, para proteger áreas suburbanas a serem usadas para esse fim (OMENA; FUNARI, 2016, p. 12). Todavia, o funeral de César, celebrado em 17 de março de 44 a.C., não seguiu os preceitos e ritos próprios da celebração de um funeral, pois alcançou um caráter de revolta popular. Suetônio apresentou o relato daquele evento, com detalhes dignos de consideração:

Funere indicto rogi extractus est in Martio campo iuxta Iuliae tumulum et pro rostris aurata aedes ad simulacrum templi Veneris Genetricis collocata; intraque lectus eburneus auro ac purpura stratus et ad caput tropaeum cum veste, in qua fuerat occisus. Praeferentibus munera, quia suffecturus dies non videbatur, praeceptum, ut omisso ordine, quibus quisque vellet itineribus urbis, portaret in Campum. Inter liidos cantata sunt quaedam ad miserationem et invidiam caedis eius accommodata, ex Pacivi Armorum iudicio: "Men servasse, ut essent qui me perderent?" et ex Electra Atili ad similem

sententiam. Laudationis loco consul Antonius per praeconem pronuntiavit Senatus consultum, quo omnia simul ei divina atque humana decreverat, item ius iurandum, quo secuncti pro salute unius astrinxerant; quibus perpauca a se verba addidit. (SUETONIUS, *Diuus Iulius*, LXXXIV).

Quando o funeral foi anunciado, uma pira foi erguida no Campo de Marte perto do túmulo de Júlia, e na rostra foi colocado um santuário dourado, feito ao modelo do templo de *Venus Genetrix*; Dentro havia um sofá de marfim com cobertores de púrpura e ouro, e na sua cabeça um pilar pendia com a túnica em que ele estava morto. Uma vez que ficou claro que o dia não duraria o tempo suficiente para aqueles que ofereceram presentes, eles foram direcionados para trazê-lo ao Campo por todas as ruas da cidade que desejassem, independentemente de qualquer ordem de precedência. Nos jogos funerários, para despertar lágrimas e indignações por sua morte, as palavras do concurso foram extraídas do *Julgamento das Armas* de Pacúvio foram cantadas: “Me salvaram esses homens para que pudessem me assassinar?” E as palavras com uma expressão similar da Electra de Atílio. Em vez de um elogio, o cônsul Antônio fez com que um arauto recitasse o decreto do Senado no qual tinha votado a César todas as honras divinas e humanas de uma só vez e, igualmente, o juramento com que todos se comprometeram a vigiar a sua segurança pessoal, para o qual ele acrescentou algumas poucas palavras. (SUETONIUS, *Diuus Iulius*, LXXXIV).

A organização do funeral teve caráter popular em todos os aspectos. Há uma intencionalidade no texto de Suetônio, quando ele descreve as lágrimas de indignação do povo, despertadas durante a execução dos jogos funerários. No funeral de César, a cerimônia foi além das práticas funerárias comuns. O canto fúnebre que evoca a obra de Pacúvio recorda ao povo que César foi, de fato, assassinado. O lamento do cântico e a música própria da cerimônia são elementos constitutivos do ritual (Cf. ARCE, 1990, p. 46). Coube a Marco Antônio, por fim, pronunciar o discurso fúnebre para recordar os feitos do ditador. De acordo com Plutarco, Antônio pronunciou esse discurso elogioso e ao final: “*Κλόνισε την αιματηρή ρούχα και χτύπησε το θανάοντα, καλώντας τους υπεύθυνους για τη βομβιστική επίθεση των δολοφόνων* – sacudiu as vestes ensanguentadas e perfuradas do defunto, chamando aos responsáveis pelo atentado de assassinos” (PLUTARCO, *Antônio*, 14).

O povo foi instigado à revolta e à medida que acompanharam os funerais do ditador, fugindo às práticas funerárias, cremaram o cadáver no Fórum. Ação que ameaçava a integridade dos assassinos. Antônio aproveitou esta ocasião para sua vantagem. Ele criou um tumulto, não por um discurso colorido, embora ele tenha criticado os assassinos, mas pela exibição orquestrada do cadáver de César e a leitura da sua vontade, que legou dinheiro a todos os cidadãos (LOVANO, 2015, p. 40). Nota-se, no entanto, que de acordo com Suetônio, essa oração foi um pretexto para a recitação do decreto senatorial, feita por um arauto. Decreto este em que os senadores haviam votado a César todas as honras divinas e humanas. Em face da

fúria popular, causada pelo discurso de Antônio, Cássio e Marco Bruto, embora fossem os pretores responsáveis pela jurisdição civil, acharam impossível permanecer na cidade para desempenhar os seus deveres (LINTOTT, 2009, p. 80).

Os conspiradores, além de ameaçados pela revolta popular, foram contidos em suas propostas de restauração republicana pela força do povo e do Cônsul Marco Antônio. Entretanto, o poder de fato, não estava sob Antônio, pois o testamento do ditador designava como seu herdeiro, o seu jovem sobrinho-neto, Caio Otávio Turino que, ao saber do assassinato do tio nos “Idos de Março”, revogava para si o direito de suceder a Júlio César que, a essa altura, era aclamado pelo povo como um deus, o *Divus Iulius*. Com a divinização de César, Otávio passa a ser conhecido como o *Filius Divi*. Corroboraremos as reflexões de Wallace-Hadrill (2009, p. 1), uma vez que

o assassinato de César em 44 a.C. tinha deixado Roma no caos. Dois contendores principais surgiram rapidamente para o controle da causa cesariana: o segundo comandante de César, um dos cônsules daquele ano, Marco Antônio, e o sobrinho-neto e herdeiro de César, Caio Otávio, que prontamente renomeou-se César, acrescentando por boa medida, quando seu 'pai' foi declarado um deus, o título *Divi Filius*, filho do deus. Os historiadores modernos, para evitar a confusão, preferem chamá-lo de Otávio, lembrando-se de chamá-lo de Augusto após a mudança final de seu nome em 27 a.C. Durante 14 anos, Otávio e Antônio oscilaram entre inimizade e aliança; juntando forças para conquistar o controle do império em um golpe oficializado como o triunvirato (um trio com Lépido), mas desde o início competindo um com o outro ferozmente, e apenas remendando sua frente aliada por pactos repetidos e compromissos, incluindo o casamento da irmã de Otávio, Otávia com Antônio. Ácio poderia vir como nenhuma surpresa, como o confronto final entre dois dinastas que, por muito tempo, tinham cercado o domínio do mundo romano (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 1).

O culto nascente ao divino Júlio refletia ao mesmo tempo o prestígio político de Otávio que se legitimava como seu herdeiro. A República, no entanto, se dividia novamente entre os cesaristas e os assassinos de César que foram afastados do poder por Marco Antônio. O prestígio de Otávio, passou depois de certo tempo, a incomodar Antônio, que temendo perder o consulado, reivindicou para si um comando militar com o qual lutaria contra Décimo Bruto, um dos assassinos de César que era governador da Gália Cisalpina (Cf. GRIMAL, 2008, p. 25.). A intenção de Antônio obviamente era assumir o comando desta província que abrangia terras da Itália Setentrional. Contudo, a atitude de Antônio não foi bem aceita pelo Senado e Otávio aproveitou a situação para neutralizar o então Cônsul.

Alguns eventos sucessivos ocorreram neste período que ora distanciam, ora aproximam Otávio e Marco Antônio. Diante de tal conjuntura, verificar-se-ia o apoio de Cícero que, ao liderar uma coalização senatorial contra Antônio, cria condições para que Otávio adquirisse poder legal sob seus exércitos e, com isso, fosse autorizado a combater Marco Antônio que foi derrotado em Módena na Gália Cilsapina. Em 19 de Agosto de 43 a.C, numa atitude pretenciosa, Otávio adquire o título de Cônsul da República com o apoio militar de suas legiões e do povo de Roma que permanecia fiel ao herdeiro do divino Júlio. No primeiro capítulo das *Res Gestae*, Augusto descreve resumidamente os primeiros poderes que adquiria com a legalização do seu exército e sua ascensão ao consulado:

Annos undeviginti natus exercitum privato consilio et privata impensa comparavi, per quem rem publicam dominatione factionis oppressam in libertatem vindicavi. Eo nomine senatus decretis honorificis in ordinem suum me adlegit C. Pansa A. Hirtio consulibus consularem locum sententiae dicendae simul dans, et imperium mihi dedit. Res publica ne quid detrimenti caperet, me pro praetore simul cum consulibus providere iussit. Populus autem eodem anno me consulem, cum consul uterque bello cecidisset, et trium virum rei publicae constituendae creavit. (AUGUSTO, *Res Gestae*, I).

Aos dezenove anos, por minha própria iniciativa e à minha custa, reuni um exército, com o qual afastei do Estado uma facção que o oprimia. Por esta razão, durante o consulado de Gáio Pansa e Aulo Hírcio, o Senado com decretos honrosos associou-me à sua ordem consular com direito ao voto, e conferiu-me o comando militar. Mandou que como pro-pretor, eu providenciasse com os cônsules, a fim de que a República nada tivesse a sofrer. No mesmo ano, o povo nomeou-me cônsul, sendo mortos em batalha ambos os cônsules; e nomeou-me também triúmviro com o encargo de reorganizar a *Res Publica* (AUGUSTO, *Res Gestae*, I).

Embora tivesse lutado contra Marco Antônio, Otávio agora precisava do apoio de seu rival, pois os assassinos de César armavam uma conspiração contra os cesaristas por meio de forças conquistadas nas províncias orientais do Império. Por isso como cônsul, sua primeira atitude foi procurar uma forma de punir com legalidade penal, os conjuradores que assassinaram seu tio entre os quais se destacam como líderes as figuras de Cássio e Bruto. Para tanto, sua principal tarefa como Cônsul foi firmar um acordo institucional com Marco Antônio e seu aliado de guerra Lépido.

Referências Bibliográficas

ARCE, Javier. *Funus Imperatorum. Los funerales de los emperadores romanos*. Alianza Forma, 1990.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

ZEVEDO, Danlei de Freitas; TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Escrita da história e representação: sobre o papel da imaginação do sujeito na operação historiográfica*. Topoi, 2008, p. 68-90.

BALMACEDA, Catalina. *Virtus Romana bajo la dinastía Julio-Claudia: la visión de Tácito en sus Annales*. Pontificia Universidade Católica do Chile, 2011.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Tácito e a (des)ordem imperial*. DIALOGUS, Ribeirão Preto v.10 n.1 e n.2 2014.

BOESCHE, R. *The Politics of Pretence. Tacitus and the Political Theory of Despotism*. History of Political Thought, 1987.

BRANDÃO, José Luís Lopes. *Suetônio e os Césares*. Coimbra – Faculdade de Letras, 2003.

CINTRA, Renata. *César e Augusto: representações do ideal de Princeps nos governos de Trajano e Adriano (98 a 138 d.C.)*. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais – ISSN 2177-6687

CLASSEN, C. J. *Tacitus – Historian between Republic and Principate*. Mnemosyne, 1988.

COLLARES, Marco Antônio Correa. *A legitimidade do poder político de Otávio Augusto ao início do Principado*. Alétheia, 2010.

COWAN, Eleanor. *Tacitus, Tiberius and Augustus*. Classical Antiquity, 2009, p. 179-210.

DEROUSSE, Peter. *A Textual Problem at Tacitus "Annals"*. Mnemosyne, Fourth Series, 2007, p. 651-661.

DIAS, Mamede Queiroz. *Entre senadores e principes: formas historiográficas e atuação política no Principado*. Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 7, p. 104-125, 2016.

DIXON, Suzanne. *The Roman Family*. The Johns Hopkins University Press, 1992.

ECK, Werner. *The Age of Augustus*. Blackwell, 2007.

ECK, Werner. *The Age of Augustus*. Blackwell, 2007.

ERKER, Darja Sterbenc. Gender and roman funeral ritual. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, pp. 40\60.

FONTANA, B. *Tacitus on Empire and Republic*. History of Political Thought, 1993.

FRANK, Richard I. *Augustus' Legislation on Marriage and Children*. University of California Press. California Studies in Classical Antiquity, v. 8, 1975, p. 41-52.

GEORGE, Michele. *The Roman Family in the Empire*. Oxford University Press, 2005.

GRIMAL, Pierre. *O Século de Augusto*. Lugar da História, 2008.

GUVEN, Suna. *Displaying the Res Gestae of Augustus: A Monument of Imperial Image for All*. Journal of the Society of Architectural Historians, Vol. 57, No. 1, 1998, p. 30-45

GUVEN, Suna. *Displaying the Res Gestae of Augustus: A Monument of Imperial Image for All*. Journal of the Society of Architectural Historians, Vol. 57, No. 1, 1998, p. 30-45

JOHANSON, Christopher. A Walk with the Dead: A Funerary Cityscape of Ancient Rome. In: RAWSON, Beryl. *A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds*. Oxford: Library of Congress, 2011, p. 408-430.

JOLY, Fábio Duarte. *Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da vida de Nero*. São Paulo, História, 2015, p. 111-127.

JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e o Império Romano*. Revista de História - edição especial, 2010, p. 69-78.

KAPUST, Daniel J. *Republicanism, Rhetoric, and Roman Political Thought. Sallust, Livy, and Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

LEME, André Luiz. *Suetônio e o diálogo com o poder no século II d.C.: reflexões a respeito de seu afastamento da vida pública romana*. Anais do XV Encontro Regional de História – UFPR, 2016.

LEVICK, Barbara. *Reconsidering the Auctoritas of Augustus*. Journal of Roman Studies. V. 103, 2013.

LINDSAY, Hugh. *Adoption in the Roman World*. Cambridge University Press, 2009.

- LOWRIE, Michele. *Writing, Performance, and Authority in Augustan Rome*. Oxford University Press, 2009.
- MAIA, Eduardo Silva. *Ficção e História em De Vita Caesarum de Caius Suetonius Tranquillus*. UFMG, 2007.
- MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge University Press, 1997.
- MARQUES, Juliana Bastos. *Estruturas narrativas nos Anais de Tácito*. UNIRIO, 2010.
- MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder – Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto*. Edusp, 2011.
- MCGINN, Thomas A.J; FRIER, Bruce W. *A Casebook on Roman Family Law*. Oxford University Press, 2004.
- MILLAR, Fergus. *The Roman Republic and Augustan Revolution*. The University of North Carolina Press, 2002.
- MOMMSEN, Theodor. *A History of Rome under the Emperors*. Routledge, 1999.
- NIPPEL, Wilfried. *Public Order in Ancient Rome*. Cambridge University Press, 1995.
- OMENA, Luciane M.; FUNARI, Pedro P. A. O ridículo de um funeral: a simbologia da morte na sátira Apocolocyntosis de Sêneca. In. _____. *Experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*. Jundiaí, SP: Paco, 2017, pp. 33-51.
- OMENA, Luciane Munhoz de. *Tecendo o fio entre memória e morte à luz do tumulus de Otávio Augusto*. In. OMENA Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). *Práticas Funerárias no Mediterrâneo Romano*. Paco Editorial, 2016.
- PARKIN, Tim G; POMEROY, Arthur J. *Roman Social History*. Routledge, 2007.
- PERCIVAL, John. *Tacitus and the Principate*. Greece & Rome, 1980.
- PIMENTEL, Maria Cristina. *Espaços da morte na historiografia de Tácito*. Universidade de Coimbra, 2016.
- POWER, Tristan. *Suetonius' Tacitus*. *Journal of Roman Studies*, 2014.

RICH, Jonh. *Deception, lies, and economy with the truth: Augustus and the establishment of the Principate*.

ROLFE, John C. *Suetonius and His Biographies*. Proceedings of the American Philosophical Societ, 1913, p. 206-225.

SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008.

SALLER, Richard P. "*Familia, Domus*", and the Roman Conception of the Family. Phoenix, Vol. 38, N. 4, 1984, p. 336-355.

SHOTTER, David. *Tiberius Caesar*. Routledge, 2004.

SILVA, Filipe N. *Memória, Principado e Adriano na Vita Divi Augusti de Suetônio*. Revista E. F.e H. da Antiguidade, 2009.

SILVA, Semíramis Corsi. *O Principado Romano sob o governo de Otávio Augusto e a política de conservação dos costumes*. Revista de História, Cinema e Educação. Crítica e debates v. 1, 2010.

STRUNK, Thomas E. *Tacitus and History after Liberty*. Robert J. Murray Lecture Series, 2016.

SYME, Ronald. *The Travels of Suetonius Tranquillus*. Hermes, 1981, p. 105-117.

TOWNEND, Gavin. *The Date of Composition of Suetonius' Caesares*. The Classical Quarterly, 1959, p. 285-293.

TOWNEND, Gavin. *The Hippo Inscription and the Career of Suetonius*. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, 1961, p. 99-109.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Augustan Rome*. Blooms Burry, 2009.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Augustan Rome*. Blooms Burry, 2009.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Emperors and houses in Rome*. In DIXON, Suzanne. *Childhood, Class and Kin in the Roman World*. Routledge, 2005.

ZANKER, Paul. *The power of the imagens in the age of Augustus*. The University of Michigan, 1988.

A PROFECIA DA TERRA PROMETIDA QUE MANA LEITE E MEL: DOM BOSCO E O MISTICISMO EM BRASÍLIA⁴⁴⁴

*Pepita de Souza Afiune*⁴⁴⁵

RESUMO: Em 1883 o sacerdote italiano João Belchior Bosco narrou em sua obra *Memórias Biográficas* a respeito de um sonho no qual ele teria percorrido a América Latina guiado por um anjo que lhe mostrou um local escolhido por Deus. Muitos intérpretes acreditam que ele se localiza no coração do Brasil. Seria a nova Canaã, a terra prometida que mana leite e mel, a progenitora de uma nova civilização. Em 1960 nasce Brasília, abrilhantada por muitos discursos que se basearam neste sonho de Dom Bosco, na verdade, empregando-o como uma estratégia política para efetivação de seu projeto mudancista. Este fato foi claramente forjado pelos estadistas goianos, interessados na construção da nova capital em seu território. Mesmo antes de a capital ser inaugurada, ainda nos anos de sua construção, muitos grupos esotéricos começaram a se deslocar para a região acreditando nas profecias de Dom Bosco e na predestinação de Brasília como a capital do terceiro milênio.

Palavras-chave: Brasília; Dom Bosco; Misticismo.

INTRODUÇÃO

Tiradentes, Hipólito da Costa, José Bonifácio e Adolfo Varnhagen fizeram parte da história da mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Fizeram parte dos primeiros mudancistas que expressaram o desejo de transferir a capital para uma região interiorana, expressando a sua crença em um incógnito sertão. O que antes era visto como uma região insalubre, perigosa, atrasada, distante (como podemos perceber nos relatos dos viajantes Pohl e Saint-Hillaire), antagonizará os ideais utópicos que irão surgir dentro das aspirações mudancistas que estavam a todo vigor a partir do século XIX. Inclusive, podemos dizer que em parte, esse estereótipo do sertão atrasado contribuiu para as motivações em prol da transferência da capital para o interior, já que essa região necessitava receber as ‘luzes’, a civilização, e ser integrada ao litoral do país. Por ser pauta das agitações republicanas, a nova capital recebia grandes incumbências mesmo antes de ser concretizada, como a integração e o progresso do país, seguindo o exemplo da república norte-americana.

Em 1889 com a Proclamação da República, o assunto da transferência da capital se tornou pauta no âmbito do Estado. O 3º artigo da nova Constituição Federal de 1891 definiu que a capital seria transferida para o Planalto Central. Empreendimentos no sentido de se concretizar a ideia foram realizados, começando pela formação da Missão Cruls que realizou

⁴⁴⁴ O presente artigo é um recorte temático da Tese de Doutorado que está no momento em processo de construção, intitulada *Da Terra Prometida à Nova Akhetaton: Representações Místicas de Brasília* (1956 – 1989).

⁴⁴⁵ Doutoranda em História (UFG). Orientador: Alexandre Martins de Araújo. Bolsista CAPES/FAPEG. Mestra em Ciências Sociais e Humanidades (UEG). Especialista em Tecnologias em EAD (UNICID). Graduada em História (UEG). e-mail: pepita_af@hotmail.com

uma série de estudos no Planalto Central, definindo o quadrilátero no qual a nova capital seria construída. A sua concretização só começou a ocorrer a partir da década de 20, quando foi inaugurada a pedra fundamental de Brasília pelo projeto do presidente Epiácio Pessoa. Mas somente em 1956 o Congresso sanciona a lei n. 2.874 que propõe a construção da nova capital, com a iniciativa do presidente Juscelino Kubitscheck.

Juscelino Kubitschek pretendia criar uma capital para o Brasil para transformá-lo. Brasília seria a causa e não a consequência do desenvolvimento econômico do Brasil. A sua estratégica localização também promoveria a interligação entre as demais regiões do país. E para isso, seria necessário que Brasília constituísse uma inovação em relação a todas as outras cidades no país, assim ela emerge como a cidade modernista, por trazer inovações no campo urbanístico, tecnológico, educacional, político, e muitos outros. A sua modernidade não a apartou do discurso místico.

Adirson Vasconcelos (1989), entusiasta de Brasília, acredita que são muitos os fatos que nos levam a identificar estágios de evolução espiritual da cidade. Muitos espiritualistas, místicos, esotéricos, e como diz o autor, falsos profetas, tem revelado profecias que propagaram essa aura mística. Dentre estas profecias se destacou o sonho premonitório do padre italiano São João Bosco, o qual merece o escopo deste artigo.

Nos propomos a debater a respeito das origens da aura mística de Brasília, e entender o embrionamento dos diversos discursos pautados no sonho de Dom Bosco, que levaram a atribuição de tal imagem para a cidade, compreendendo todos a nível de representação como forma de um imaginário coletivo. Pretendemos mostrar que a visão profética do sacerdote italiano João Dom Bosco se tornou a pedra angular da fundação da nova capital, sendo o mais utilizado pelos empreendedores de Brasília em seus discursos, como uma estratégia política. Estratégia esta, apoiada pelos estadistas goianos, os mais interessados em ter uma capital federal em seu território.

O PADRE MÉDIUM DOM BOSCO

O sonho de Dom Bosco⁴⁴⁶ ficou impregnado até os dias de hoje na mídia, nas religiosidades, nas festividades, solenidades, nos monumentos, no turismo, dentre outros. Foi o que incutiu nas mentes excitadas em prol da mudança da capital ideais utópicos.

⁴⁴⁶ “São João Bosco, o fundador da Congregação dos Salesianos, nasceu em 16 de agosto de 1815 em Becchi, município de Castelnuovo d’ Asti, hoje Castelnuevo D. Bosco, Itália, e faleceu em 31 de janeiro de 1888, em Turim. Foi canonizado por Pio XI em 1º. de abril de 1934. São muito conhecidas as faculdades sobrenaturais de vidência do grande educador” (NOVACAP, 1957, p. 16).

Dom Bosco (canonizado em 1934) influenciou muitas mentes em prol da transferência da capital com o objetivo de fundar uma nova civilização. No ano de 1883, na cidade de Turin, na Itália, Dom Bosco teve um sonho a partir do qual relatou⁴⁴⁷ sobre um jovem que o contatou e o levou por uma viagem à América do Sul:

[...] Em nome de Deus, gostaria de dar-lhe algum trabalho.

- Vamos ver o que é. Qual é esse trabalho?

- Coloque-se aqui nesta mesa e depois puxe essa corda para baixo.

No meio daquele grande salão havia uma mesa, na qual estava uma corda, e essa corda percebi que estava marcada como um medidor, com linhas e números⁴⁴⁸. Mais tarde, percebi como esse salão estava localizado na América do Sul, bem na linha e como os números impressos na corda correspondiam aos graus geográficos de latitude. Então peguei o fim daquela corda, olhei e vi que, no início, marcara o número zero. [...] - São milhares e milhões de habitantes esperando sua ajuda, esperando a fé.

Estas montanhas eram a Cordilheira da América do Sul e o mar Oceano Atlântico.

- Como fazê-lo? Eu retomei; Como conseguiremos liderar tantos povos para a volta de Jesus Cristo? - Como fazer? [...]

- Este evento será obtido antes da segunda geração ser completada.

- E qual será a segunda geração?

- Esta presente não conta. Será outra, e depois outra.

Eu falei confuso, enganado e quase balbuciando ao ouvir os magníficos destinos que estão preparados para a nossa Congregação, e perguntei:

- Mas, cada uma dessas gerações, quanto tempo você determina?

- Sessenta anos!

- E então?

- Você quer ver o que será? Vem!

E sem saber como, encontrei-me numa estação ferroviária. Muitas pessoas estavam reunidas lá. Entramos no trem. Perguntei onde estávamos. O jovem respondeu:

- Observe bem! Olhe! Nós viajamos pelas Cordilheiras.

[...] Eu vi nas entranhas das montanhas e nas planícies profundas das planícies as incomparáveis riquezas sob seu solo que um dia serão descobertas. Eu enxergava inúmeras minas de metais preciosos, pedreiras inesgotáveis de carvão, depósitos de petróleo tão abundantes como nunca se encontraram em outros locais. Mas isso não era tudo. Entre os graus 15 e 20 havia uma enseada muito grande e muito longa que partia de um ponto onde um lago se formou. Então uma voz dizia repetidamente: “Quando as minas escondidas nessas montanhas forem escavadas, a terra prometida que flui leite e mel aparecerá aqui. Será uma riqueza inconcebível.

Mas isso não era tudo. O trem continuou, sempre em frente. [...] O jovem então trouxe um mapa topográfico de estupenda beleza e me disse:

- Você quer ver a jornada que você fez? As regiões onde viajamos?

- Felizmente! Eu respondi.

Em seguida, explicou o papel em que toda a América do Sul foi desenhada com uma precisão maravilhosa. Além disso, havia representado tudo o que era, tudo o que é, tudo o que haveria nessas regiões, mas sem confusão, mesmo

⁴⁴⁷ Efetuamos recortes dos trechos mais importantes, devido ao fato de o relato ser muito extenso e Dom Bosco tê-lo construído de forma muito detalhada. Assim, buscamos demonstrar a precisão da localização da região do planalto central brasileiro. Efetuamos também a tradução do documento, que no original está em italiano.

⁴⁴⁸ Como se fosse uma fita métrica (Couto, 2009, p. 17).

com um brilho, de modo que, com um olhar, pudesse ver tudo [...] (BOM BOSCO. *In*: LEMOYNE, 1935, p. 387 - 396).

Segundo Adirson Vasconcelos (1978, p. 71 e 72) o padre relatou sobre o sonho em uma reunião ocorrida em setembro de 1883 na Congregação Salesiana, o qual foi transcrito pelo Padre Lemoyne durante a narração. Dom Bosco teria examinado a transcrição posteriormente e realizado algumas intervenções de próprio punho. Esse arquivo ficou restrito à Congregação Salesiana durante muitos anos. Somente no ano de 1935 esse relato foi aberto a público, em uma única edição das *Memórias Biográficas* de Dom Bosco, em seu Volume XVI, cujos exemplares não foram disponibilizados à venda, permanecendo no espaço institucional religioso. Hoje está disponível na íntegra no site dos Salesianos de Dom Bosco, de Roma.

Este relato foi considerado um sonho profético a partir de sua popularização no Brasil. Muitos idealizadores de Brasília, como o próprio Juscelino Kubitschek, começaram a pesquisar e suscitar polêmicas de que o sacerdote estaria se referindo a Brasília. Muitas biografias do santo se inspiraram na obra e procuraram interpretar seus relatos.

Ernesto Silva demonstra a sua crença pessoal na profecia de Dom Bosco, interpretando-a da mesma forma que seus companheiros, parceiros de trabalho, integrando o grupo dos entusiastas de Brasília. Relatou em sua obra *História de Brasília* (1971) a respeito dos sonhos proféticos de Dom Bosco, que eram fatos frequentes na vida do sacerdote. Essa visão a respeito do Planalto Central, na sua opinião, seria um “fato maravilhoso”. Ernesto Silva (1971, p. 33) esmiúça detalhes do sonho, quando Dom Bosco se refere a selvas amazônicas e a um sacrifício que ele teria visualizado de dois missionários salesianos, os padres Pedro Sacillotti e João Fuchs, quando morreram nas mãos dos Xavantes.

Dom Bosco relatou que teve uma visão possibilitada por um jovem que o guiava, lhe apresentando um mapa da América do Sul, marcando os graus em uma corda, que correspondiam às latitudes. O jovem teria lhe mostrado a Cordilheira dos Andes, e outras maravilhas da natureza, como as montanhas, planícies, rios, florestas virgens, minas preciosas e depósitos de petróleo, elementos da natureza os quais Vasconcelos (1978) alcunha de “visão telúrica”⁴⁴⁹.

João Gilberto P. Couto (2009, p. 34 – 35) procurou reconstruir a ferrovia imaginária (Figura 1) percorrida por Dom Bosco a partir das minúcias de seus relatos. Ela teria cerca de 10.777 km de percurso, tendo seu início na cidade de Cartagena (Colômbia), seguiria em

⁴⁴⁹ A crença de que o planeta Terra é um organismo vivo e que emite uma série de energias a partir do seu centro, incorporando os solos, os aquíferos e os minerais da superfície do planeta. Desta forma, as forças telúricas influenciam os seres vivos que habitam o planeta, podendo incidir com energias positivas ou negativas. Esse conhecimento já era praticado por alguns povos da antiguidade que construíram seus templos e pirâmides sobre locais considerados repletos de energias telúricas favoráveis, com o empreendimento de uma arquitetura sagrada.

direção a Caracas (Venezuela), adentrando ao Brasil, onde passaria por Roraima, Manaus, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A partir deste último ponto, partiria para Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina) e seguiria até Punta Arenas (Chile). Em outro momento, o jovem que guia Dom Bosco lhe aponta um caminho para percorrer este território rumo ao leste. Couto acredita que o ponto de partida seria Porto Velho (RO) que seguiria até Pernambuco (RE). Couto também afirma que essa ferrovia transcontinental supera a Transiberiana (de 9.000 km) que interliga Moscou a Vladivostok, só podendo ser um plano divino com o objetivo de interligar as nações, para que elas possam se proteger de ameaças externas.

Figura 1 – A Ferrovia de Dom Bosco



Fonte: Couto (2009, p. 34).

Para Couto (2009), Dom Bosco afirmou que o fato profetizado aconteceria a uma geração que estaria por vir em sessenta anos após o seu sonho, o que seria por volta de 1943, e se estenderia até o ano de 2003. Vasconcelos (1978, p. 76) corrobora com a hipótese de Couto (2009), afirmando que o ano de 1883 seja o início da primeira geração, e 1943 o início da segunda, que por sua vez, culmina em 2003.

Colemar Elias Campos (2002, p. 23 - 32) afirma que o término da geração mencionada por Dom Bosco seria no ano de 2010. O autor acredita que a mudança no país partirá do Planalto Central, pois o local recebe povos de diversas culturas e que seu povo contribuiu para a construção de duas grandes metrópoles em menos de meio século.

Podemos perceber a partir de nossa própria leitura, que Dom Bosco se refere a uma região situada entre os paralelos 15 e 20, e que também estaria localizada entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Atlântico. A região apresentava rios caudalosos, florestas, minas de ouro,

pedras preciosas e petróleo. Sobre a localização entre os paralelos 15 e 20, em nenhum outro ponto localizado nesta abrangência aconteceu um fato tão importante como a construção de uma cidade planejada e a transferência da capital do país. Não há registros de que Dom Bosco esteve na América, e os mapas da época, eram muito imprecisos (Couto, 2009, p. 20 - 21). Acredita-se desta forma, que apenas uma revelação divina poderia trazer informações tão certas.

Oscar Niemeyer foi responsável, dentre outros edifícios da arquitetura monumental de Brasília, pela idealização da Ermida Dom Bosco (Figura 2), uma capela inaugurada no ano de 1957 na região do Lago Sul. A capela apresenta o formato de uma pirâmide com base triangular e seu interior abriga uma estátua de Dom Bosco e uma placa que recorda um trecho do seu sonho. Sobre a Ermida, a Novacap publicou em seu boletim:

A Ermida é uma construção singela e pequena, pintada de branco, despida de qualquer ornamento e em forma de pirâmide com o vértice para cima. No seu interior encontra-se apenas uma pequena ara de pedra e, sobre ela, a imagem do orago do Templo. Está construída sobre uma reduzida plataforma de Lages, em uma elevação pedregosa da margem externa do lago, com sua abertura triangular voltada para o grandioso monumento arquitetônico que é o Palácio da Alvorada, que lhe fica à frente, na margem oposta. Fica colocada em ponto tal que tem e terá sempre uma dilatada visão panorâmica do Palácio, da Praça dos Três Poderes, da Esplanada dos Ministérios, do Eixo Monumental e de quase toda a Capital. A antítese das duas construções, - uma, de linhas puras, de simplicidade helênica mas de exíguas proporções, semelhante, na distância, uma ponta de lança branca perdida no verde da amplidão e apontando para o céu, - outra, manifestação da audácia e do engenho humano em cimento e ferro, - abisma o pensamento e convida à meditação. Parece querer nos lembrar a verdade eterna que o santo Salesiano de olhar humilde e sorriso manso murmurou no seu pobre nicho: as obras dos homens jamais prevalecerão sobre as coisas divinas (NOVACAP, 1957, p. 16).

Figura 2 – Ermida Dom Bosco



Fonte: A autoria própria (2016).

O engenheiro Israel Pinheiro foi o responsável pelo canteiro de obras da construção da Ermida Dom Bosco. Era um católico fervoroso e devoto de Dom Bosco, por isso, desejava muito construir um monumento ao seu santo, e acreditava que o mesmo teria profetizado sobre a sua sonhada cidade. Ele propôs que a capela fosse construída sobre um morro, de forma que a estátua de Dom Bosco ficasse de frente para a cidade (Vasconcelos, 1989, p. 71 e 75).

Treze anos depois da inauguração da Ermida Dom Bosco, em 1970, outro templo, por sua vez de caráter majestoso, foi construído em homenagem ao padre, o Santuário Dom Bosco (Figura 3). O Santuário foi iniciativa da Congregação Salesiana, e criado pelo arquiteto Carlos Alberto Naves. Foi eleito uma das sete maravilhas de Brasília⁴⁵⁰ no ano de 2008, pelo Bureau Internacional de Capitais Culturais.

O Santuário tem 80 colunas de 16 metros e é decorado por vitrais em 12 tonalidades de azul. No interior, um lustre de 3,5 m de altura, formado por 7.400 peças de vidro murano, simboliza Jesus, a luz do mundo. Portas produzidas em ferro e bronze, com baixos-relevos, lembram a vida de Dom Bosco (SANTUÁRIO DOM BOSCO, 2018, s/d.).

Figura 3 – Santuário Dom Bosco

⁴⁵⁰ Em 2008 o IBOCC (Instituto Internacional de Capitais Culturais) realizou um concurso popular com o apoio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para eleger as sete maravilhas de Brasília, obtendo mais de 64.000 votos. A colocação se deu da seguinte forma: 1ª Catedral de Brasília; 2ª Palácio do Congresso Nacional; 3ª Palácio da Alvorada; 4ª Palácio do Planalto; 5ª Templo da Boa Vontade; 6ª Santuário Dom Bosco; 7ª Ponte JK. Ranking de outros participantes: 8ª Palácio do Itamaraty; 9ª Supremo Tribunal Federal; 10ª Fazenda Velha; 11ª Memorial JK; 12ª Museu da República; 13ª Teatro Nacional; 14ª Capela Nossa Senhora de Fátima; 15ª Catetinho; 16ª Biblioteca Nacional; 17ª Praça dos Três Poderes; 18ª Torre de TV; 19ª Palácio da Justiça, 20ª Palácio do Jaburu.



Fonte: Brasília na Trilha (2016).

Disponível em: <http://www.brasilianatrilha.com.br/2016/02/santuاريو-dom-bosco.html>

Em virtude das comemorações dos 200 anos do nascimento de Dom Bosco, a Congregação Salesiana realizou uma peregrinação por vários países portando as urnas que guardam os restos mortais do santo. Em 2016 uma dessas urnas foi cedida para o Santuário Dom Bosco (Santuário Dom Bosco, 2018).

Na mesma edição do boletim que citamos da Novacap (1957, p. 16), percebemos que a empresa procura corroborar com as crenças no sonho de Dom Bosco. Primeiro, afirma que a profecia data de 1883, seis anos antes de promulgada a primeira Constituição republicana que determinou a transferência da capital, que então trata-se de uma profecia. A Novacap também acredita que é muito clara a alusão ao lago artificial de mais de 40 quilômetros de extensão e a referência às minas escondidas, que são vários sistemas orográficos do Planalto Central que ainda não foram explorados.

Outro artigo publicado na revista que corrobora com os mesmos ideais utópicos frente a Dom Bosco é de autoria do filólogo Antenor Nascentes:

Na segunda metade do século XIX, o salesiano Padre João Bosco, levado hoje à glória dos altares, sonhou que pelo meado do século XX havia de criar-se um grande foco de civilização entre os paralelos de 15 e 20° do hemisfério austral. O fato consta do volume XVI das Memórias do Santo. Pois bem, na época marcada e no lugar marcado, o atual Presidente da República fundou a cidade de Brasília, para onde se vai transferir em 1960 a capital do nosso país. O Dr. Juscelino transformou em realidade o sonho de S. João Bosco. Fala -se muito em Brasília, principalmente mal. Pessoas que nunca puseram lá os pés dizem coisas incríveis em que a credulidade humana, quase sempre voltada para o mal, acredita piamente. Tive vontade de conhecer Brasília neste período embrionário, como fiz com Goiânia, para depois comparar com a cidade quando construída. Fui lá e voltei maravilhado com o que pude ver! (NASCENTES, 1958, p. 13).

Segundo Lourenço Tamanini (1994), a vinculação de um trecho da profecia de Dom Bosco à construção de Brasília foi projeto dos mudancistas goianos, angustiados com a possibilidade de a capital ser construída em solo mineiro. Desse modo, Segismundo Melo, Germano Roriz e José Ludovico de Almeida foram os responsáveis pelo chamado Operação Dom Bosco (Marques, 2006). A ideia era impressionar Israel Pinheiro, que ainda duvidava sobre a possibilidade de construir a cidade em solo goiano. Uma vez que

Era do conhecimento de todos a devoção de Israel a Dom Bosco, o que se confirmaria mais tarde, quando determinou que a primeira edificação de Brasília fosse uma capelinha (a Ermida) dedicada àquele Santo. Tinha-se, por isso, a certeza de que Israel viesse a saber que Dom Bosco antevira o surgimento de Brasília no Planalto Goiano e não em Minas, deixaria de lado a teimosia e passaria a apoiar a solução goiana (TAMANINI, 1994, p. 102).

Couto (2009, p. 21) relata que Segismundo Melo e Bernardo Sayão arrumaram logo um pretexto para uma missa e que os salesianos do Ateneu celebraram a Primeira Missa de Brasília. Juscelino Kubitschek, necessitando de mais apoio em seu projeto, tratou logo de expor na sala principal do Catetinho o trecho do sonho emoldurado.

Jarbas Silva Marques (2006, p. 04) também acredita que toda essa mística no entorno de Dom Bosco teria sido artifício dos mudancistas goianos receosos com as intervenções mineiras. Na sua opinião, o padre jamais teria mencionado uma nova capital no Planalto Central brasileiro.

Em 1962 Dom Bosco foi proclamado o copadroeiro de Brasília. O próprio presidente JK relata sobre o sonho do sacerdote, demonstrando sua crença na profecia, demonstrando também o seu conhecimento da obra *Memórias Biográficas*:

O santo Becchi, na Itália, era dado a visões, que constituíam verdadeiras antecipações do que iria ocorrer em futuro, às vezes, remoto. A 30 de agosto de 1883, passou ele por outra experiência desse gênero. Tratava-se de um sonho-visão - e desta vez referente ao Brasil - relatado numa reunião do Capítulo Geral de sua congregação alguns dias depois, ou seja, a 4 de setembro. Dom Bosco revelou que "fora arrebatado pelos anjos" e, durante a viagem, um dos guias celestiais disse-lhe de repente: "Olhai. Viajamos em direção das cordilheiras." O santo relatou, então, que viu "as selvas amazônicas, com seus rios intrincados e enormes". [...] Mas não era tudo. E o santo prosseguiu na sua narrativa: "Entre os paralelos 15° e 20°, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago." Então, uma voz lhe disse repetidamente: "Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. E essas coisas acontecerão na terceira geração." Quando li essas palavras nas suas *Memórias Biográficas*, não deixei de me emocionar. Meditei sobre a Grande Civilização que iria surgir entre os paralelos 15° e 20° - justamente a área em que estava construindo, naquele momento, Brasília. O lago, da visão

do santo, já figurava no Plano Piloto do urbanista Lúcio Costa. E a Terra Prometida, anunciada repetidamente, pela misteriosa voz, ainda não existia de fato, mas já se configurava através de um anseio coletivo, que passara a constituir uma aspiração nacional. Ali, "correria leite e mel". A visão de Dom Bosco fora, de fato, uma antecipação, uma advertência profética sobre o que iria ocorrer no Planalto Central a partir de 1956 (KUBITSCHKE, 2000, p. 17-18).

Desse modo, uma estratégia política para reforçar a mudança da capital, forjada pelos principais políticos goianos, tornou-se uma representação fortemente vinculada à mudança da capital federal. Seja como for, até hoje não é consenso entre os intérpretes de que o trecho da profecia de Dom Bosco refira-se especificamente à construção da nova capital federal no Planalto Central. Contudo, Marcelo Reis (2008, p. 82) conclui que o fato notório é que essa profecia convenceu e se tornou uma representação clássica, que atribuiu sentidos e passou a ser reconhecida coletivamente.

Ao pesquisar a fundo o Vale do Amanhecer, Deis Siqueira e Marcelo Reis (2010, p. 36) analisam o imaginário coletivo a partir de três categorias definidas por Laplantine: a espera messiânica ou milenarista, a possessão e a utopia. A primeira das três categorias representa, na opinião dos autores, o momento histórico em que Brasília nasceu e todas as projeções que foram a ela associadas, como a imagem de Terra Prometida. A espera messiânica ou milenarista é uma resposta sociológica de uma sociedade questionadora dos valores universais e ideologias hegemônicas ocidentais próprias da Modernidade, que não conseguiu suprir as suas aspirações transcendentais.

A supremacia da modernidade, a era áurea da Ilustração, do racional hegemônico, da univocidade secularizadora: todos esses protocolos ocidentais pareceram não se apresentar capazes de sujeitar a aspiração humana de habitar mundos imaginados, estes que se fazem constituidores e difusores de sentidos (SIQUEIRA E REIS, 2010, p. 37).

A frente desse momento de reflexividade, a transcendência irá preencher estas lacunas, afirmando a força do sagrado nas sociedades ocidentais. Estas, irão desenvolver um imaginário coletivo a respeito de Brasília. Inclusive, o Brasil da década de 50 e 60 assistiu a uma crise das ideologias que estabeleciam o controle social pela igreja católica e protestante, crescendo paralelamente a esse quadro, novas religiosidades e filosofias. A década de 50 foi marcada por uma aceleração dos processos de urbanização e industrialização acompanhadas de mudanças sociais efetivas (Siqueira e Reis, 2010).

A imagem de Dom Bosco não se restringiu à simbologia católica. No 20º aniversário de Brasília, o psicógrafo Ariston Santana Teles publicou a obra *O médium Dom Bosco* (1982), na qual, divulga a visão espírita sobre Dom Bosco. Na sua versão, Dom Bosco seria portador

de uma forte mediunidade que através de sua intimidade com o mundo espiritual, e a Engenharia Sideral⁴⁵¹ anunciou a predestinação de Brasília como um projeto sobre-humano. O escritor espírita Clóvis Tavares (2014) acredita que Dom Bosco conversava com o espírito de Luís Comollo, um seminarista da Arquidiocese de Turim, seu amigo. Dom Bosco teria contatos com muitos espíritos, apresentava uma mediunidade onírica, e possuía o dom de curas e premonições. Então podemos perceber que Dom Bosco saiu do domínio do catolicismo, passando a receber significações não apenas do espiritismo, mas de várias outras correntes religiosas e filosóficas que se deslocaram para Brasília acreditando que o local era predestinado, e a verdadeira terra que mana leite e mel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das bases modernistas de Brasília, podemos perceber que seu projeto desde o início contou com um apelo ao místico. Desde que o sonho considerado profético do padre italiano Dom Bosco a respeito da terra prometida que mana leite e mel tornou-se conhecido entre os estadistas brasileiros, passou a ser atribuído à construção da nova capital. Assim, ocorreu uma mitificação da interiorização e da construção da nova capital que foi utilizada como artifício para corroborar os interesses de seus empreendedores. Uma cidade alcançada pela benção divina acarretaria uma maior aceitação da sociedade e demais classes dirigentes, já que o Brasil sempre apresentou uma identidade extremamente religiosa.

Sem a pretensão de nos posicionar quanto à veracidade do sonho como uma profecia, a questão aqui debatida é que o projeto da nova capital brasileira foi criado dentro desses debates e criou um imaginário místico a partir das profecias de Dom Bosco, que por sua vez tornou-se copadroeiro da cidade ao lado de Nossa Senhora Aparecida. Brasília foi assim inaugurada a partir da benção divina, teve a sua Primeira Missa realizada no solo planaltino, da mesma forma que Henrique de Coimbra celebrou a Primeira Missa no Brasil na praia da Coroa Vermelha, sul da Bahia. Da mesma forma em que se demarcou a colonização do território brasileiro, assim Brasília foi projetada por Lúcio Costa, como uma cruz, símbolo da cristandade,

⁴⁵¹ De acordo o espiritismo, os engenheiros siderais são entidades que perfazem uma hierarquia no plano cósmico. Conhecidos também como arcanjos siderais ou espíritos construtores de mundos, estas entidades na verdade existem em todas as religiões sob diversas denominações: no Hinduísmo são os Devas, no Judaísmo são os Anjos do Senhor, do Zoroastrismo são os Senhores do Céu e da Terra, e de algumas escolas ocultistas são os Senhores Soberanos dos Quatro Elementos. Para a Teosofia são os Senhores da Chama que vieram de Vênus e participaram no processo de evolução da humanidade no Planeta Terra. “[...] seres de consciência altamente desenvolvida provindos de outras localidades do cosmo e que auxiliaram no processo de disseminação e desenvolvimento da vida em nosso planeta” (Bessa, 2012, p. 76).

e símbolo de posse. A posse sobre o território do interior de Goiás. Mais uma vez o território desconhecido foi conquistado e recebeu novas significações.

O fenômeno místico-esotérico elegeu Brasília como a capital do terceiro milênio e a capital da Nova Era. Muitos grupos religiosos começaram a afirmar que possuíam visões a respeito do lugar, e se instalaram com o objetivo de contribuir para a fundação de uma nova civilização. Todos eles, também inspirados pelo sonho de Dom Bosco. Interessante perceber que o sonho de um padre se desmembrou em diversas representações místicas sobre Brasília, já que saiu do âmbito do catolicismo, perpassou pelo espiritismo, e alcançou novas religiosidades.

REFERÊNCIAS

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: Eco-história do Distrito Federal. Edição revista e atualizada. Brasília: Editora Verano, 2000.

BESSA, Jorge da Silva. **O mistério dos Senhores de Vênus** – Deuses, Venusianos e Capelinos. Brasília: Tagore, 2012.

CAMPOS, Colemar Elias. **Mistérios da Chapada dos Veadeiros e alguns problemas brasileiros**. Goiânia: Kelps, 2002.

COUTO, João Gilberto Parenti. **A realização das profecias de Dom Bosco**. 2003/2063: os anos decisivos. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

KUBITSCHER, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. [Coleção Brasil 500 anos].

LEMOYNE, Giovanni Battista. **Memorie biografiche di Don Giovanni Bosco**. Vol XVI. Roma: Salesianos de Dom Bosco, 1935. 724 p. Disponível em: <http://www.sdb.org/pt/don-bosco/26-memorias-biograficas/98-memorie-biografiche-riservato>. Acesso em 18 de março de 2018.

MARQUES, Jarbas Silva. A operação Dom Bosco. In: **Revista UFG**. Ano VIII. N 2. Universidade Federal de Goiás, dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/issue/view/1857>. Acesso em 02 de abril de 2018.

NASCENTES, Antenor. Brasília, sonho de S. João Bosco, realização de Juscelino Kubitschek. In: **NOVACAP**, Ano 2. N. 15. Março de 1958. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/506972/brasil_1958_Ano_2_n15.pdf?sequence=1. Acesso em 11 de abril de 2018.

NOVACAP. **Brasília**. Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ano 1. N. 12. Dezembro de 1957. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/506961/brasil_1957_Ano_1_n12.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 de março de 2018.

REIS, Marcelo & SIQUEIRA, Deis. Brasília Mística. In: LEITE, Jairo Zelaya; RAMASSOTE, Rodrigo R; REIS, Marcelo e SIQUEIRA, Deis (orgs.). **Vale do Amanhecer: Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2010. p – 33 – 84.

REIS, Marcelo Rodrigues. **Tia Neiva: A trajetória de uma líder religiosa e sua obra, o Vale do Amanhecer (1925 – 2008)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2008.

SANTUÁRIO DOM BOSCO. **Histórico e Relíquia de Dom Bosco**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://santuariodombosco.org.br>. Acesso em 03 de abril de 2018.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. Rev. Pedro Rabelo Mendes. Brasília: Editora de Brasília, Ltda., 1971.

TAMANINI, Lourenço Fernando. **Brasília: Memória da Construção**. Brasília: Royal Court Editora, 1994.

TAVARES, Clóvis. **Mediunidade dos Santos**. 11ªed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2014. p. 65 – 68.

VASCONCELOS, Adirson. **A epopeia da construção de Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

AS PRÁTICAS ASCÉTICAS E O IDEAL DE SANTIDADE NA VIDA DE SÃO GODRIC NO NORTE DA INGLATERRA NO SÉCULO XII.

Raimundo Carvalho Moura Filho⁴⁵²

RESUMO: As práticas ascéticas evidenciadas na Inglaterra entre os séculos XI e XII integravam o estilo de vida de eremitas que buscavam uma vida reclusa em uma floresta, bosque ou em uma cela. Constituía parte, assim, de um ideal de religiosidade que buscava uma maior aproximação com o Divino através das austeras práticas, protagonizadas por agentes sociais de origens sociais diversas, leigos e clérigos. Através da análise da *Vida de São Godric*, hagiografia escrita no século XII pelo monge beneditino Reginald de Durham, discutiremos as funções das práticas ascéticas dos eremitas no norte da Inglaterra. Estabelecemos ainda uma discussão sobre o meio sociocultural em que o referido documento foi produzido, o mosteiro de Durham e os interesses evidenciados na confecção dessa hagiografia.

Palavras-chave: Ascetas. Eremitas. Hagiografia

Introdução

Neste artigo é discutido as funções das práticas ascéticas dos chamados eremitas na Inglaterra no século XII. Partimos da compreensão que as austeras práticas desenvolvidas pelos eremitas no século XII constituía parte de um ideal de perfeição almejado. Em consonância com os movimentos religiosos contemporâneos, como a difusão da ordem de Cister no nordeste da Inglaterra, o fenômeno eremítico desse período foi constituído por clérigos e leigos que buscava uma maior aproximação com o divino através da ascese e da renúncia ao mundo.

Os eremitas medievais, conhecedores das tentações que o Diabo poderia realizar, buscavam armar-se para evitar cair nas ciladas do inimigo. Assumindo formas diversas, personificando às vezes anjos ou animais, os demônios tentavam àqueles que buscavam, pela austeridade da vida eremítica, alcançar a perfeição. A austeridade, elemento comum à vida eremítica, era assim um caminho para alcançar a aproximação com Deus e a chave para vencer o combate contra os demônios.

Assim, este artigo está dividido em duas sessões. A primeira trata do renascimento monástico no norte da Inglaterra e as influências oriundas do sul da Inglaterra e também do

⁴⁵² Mestrando, Bolsista/CAPES/PPGH,/UFG, Campus Samambaia-Goiânia.

Email: raimundo.hist.cesi@gmail.com

Orientadora: Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos

Email: doas52@hotmail.com

continente. Essas influências, protagonizadas por leigos e clérigos, contribuíram para o desenvolvimento de comunidades monásticas no norte da Inglaterra e também nos permitiu discutir em que medida os aspectos eremíticos integrava o fenômeno do renascimento monástico. Na segunda sessão, discutimos as práticas ascéticas propriamente ditas. O processo epistemológico consistiu na análise da *Vida de São Godric*, hagiografia escrita no século XII pelo monge beneditino Reginald de Durham.

O monasticismo reformado no nordeste da Inglaterra: a comunidade monástica de Durham

As transformações religiosas ocorridas na Europa ocidental entre os séculos XI e XII, impulsionadas pelo renascimento comercial e urbano, foram manifestadas nos diversos segmentos da vida social por um ideal de *vita apostólica*. Essa “nova” espiritualidade estava relacionada ao renascimento monástico, que culminou na fundação de ordens religiosas diversas. Assim, a *vita apostólica*, a ideia de simplicidade enquanto base para alcançar a salvação, fora expressada de diversas maneiras.

A busca por um retorno aos fundamentos da Igreja, em suma, o desejo de resgatar a originalidade da religião cristã primitiva, uma das características centrais do “novo monarquismo”, foram expressados por práticas ascéticas e eremíticas. Os beneditinos foram criticados pelas novas ordens religiosas, como os cistercienses, de terem se afastados do “monaquismo primitivo”. Segundo o historiador da religião André Vauchez (1995:89) “com efeito, a humildade e a penitência, que eram as palavras de ordem espirituais dos movimentos apostólicos, reintegravam-se, pelos Monges Brancos, no seio do cenobitismo beneditino”.

Na Inglaterra e, especificamente, no norte dessa região, a “nova” espiritualidade que foi impulsionada pelos movimentos de reforma passou a expressar o anseio de monges em seguir uma religiosidade mais rígida, através da prática de ascese e eremítica. A comunidade monástica de Durham, ao qual Reginald de Durham, autor da *Vida de São Godric*, era membro na qualidade de monge, passou por mudanças no plano espiritual e também administrativo entre fins do século XI e meados do século XII, no período contemporâneo, portanto, à época dos movimentos de reforma religiosa. Assim, acreditamos que as práticas ascéticas evidenciadas na *Vida de São Godric*, objeto de reflexão deste artigo, estava atrelado a um meio “sociocultural e mental”, enquanto parte de um fenômeno mais geral que era o desejo por uma nova religiosidade. (ALEXANDER, 2000: 13).

Destacamos, nesse sentido, que a *VSG* veiculava um ideal de santidade e que era fruto, portanto, do imaginário social porque manifestava as aspirações, os desejos e estereótipos do hagiógrafo, Reginald de Durham e os seus “congêneres”, os monges beneditinos de Durham.

Nesse sentido, foi de salutar importância estabelecermos uma discussão sobre as transformações que a comunidade monástica de Durham foi alvo entre os séculos XI e XII, em grande medida em decorrência dos movimentos religiosos contemporâneos. Essa discussão historiográfica⁴⁵³ foi efetuada com o objetivo de compreendermos o meio sociocultural em que a VSG foi confeccionada e que, assim, possamos refletir sobre as práticas ascéticas na medida em que concorriam para ressaltar um ideal de santidade projetado pelo autor da hagiografia aqui estudada.

Desde a transferência da Comunidade de São Cuthbert para Durham, em finais do século X, essa localidade passou a ocupar um importante centro religioso no nordeste da Inglaterra. As relíquias do santo anglo-saxão foram transladadas para Durham pelos monges da Comunidade de São Cuthbert, em 995. Antes disso, a comunidade de monges que se erigiu em torno das relíquias de São Cuthberthavia se estabelecido em Lindisfarne. Em 1083, quase um século, portanto, após se estabelecerem em Durham, a Comunidade de São Cuthbert “foi reconfigurada como uma *comunidade monástica formal* com laços estreitos com as fundações contemporâneas de Whitby, St. Mary, York e com ligações constitucionais com toda a ordem beneditina”. (LUFF, 2001:21, destaque nosso).

A mudança que levou a Comunidade de São Cuthbert, ligada essencialmente ao culto local das relíquias do santo anglo-saxão, ao *status* de uma comunidade monástica formal, estava relacionada ao impulso monástico do norte que teve como um de seus empreendedores os monges Aldwin, Aelfwig e Reinfrid, que partiram da abadia de Evasham, localizada no vale de Severn, ao sul da Inglaterra. Inspirados pelos escritos de Beda, o Veneravel⁴⁵⁴, esses monges pretendiam “reviver” o monasticismo anglo-saxão. A fundação do Priorado de Durham, em 1083, esteve atrelado, assim, a uma religiosidade marcada por um desejo de retorno às fontes, de refazer o itinerário dos santos ingleses. (ALEXANDER, 2000: 13).

Assim o renascimento monástico, no qual a fundação do mosteiro beneditino de Durham esteve associado, foi marcado também por um ideal de vida ascética e eremítica. O ideal eremítico, nesse sentido, esteve imbricado na fundação das primeiras comunidades monásticas. Segundo a historiadora Alexandra Luff, “essa tendência destaca duas questões cruciais. Em

⁴⁵³ A discussão sobre o renascimento monástico e sua relação com os movimentos de reforma ocorridos entre os séculos XI e XII na Europa Ocidental podem ser verificados nas seguintes obras: *Hermits, Hagiography, and Popular Culture: A Comparative Study of Durham Cathedral Priory's Hermits in the Twelfth Century*, (2000), do historiador Dominic Alexander; *The place of Durham Cathedral Priory in the post-conquest spiritual life of the north-east* (2001), da historiadora britânica Alexandra Luff; *The benedictines, the cirtercians and the acquisition of a hermitage in twelfth-century Durham*, (2003) do pesquisador Tom Licence e também o clássico, *A espiritualidade na Idade Média Ocidental* (1995) do historiador André Vauchez.

⁴⁵⁴ *Bede's Ecclesiastical History of the English People*. Reproduzimos aqui o título do documento que aparece no estudo *The place of Durham Cathedral Priory in the post-conquest spiritual life of the north-east* (2001, da historiadora britânica Alexandra Luff. (LUFF, 2001: 24).

primeiro lugar, o renascimento monástico dos anos 1070 foi uma expressão típica do *movimento de reforma* que estava afetando a vida espiritual contemporânea em toda a Europa.” (LUFF, 2001: 56, destaque nosso).

As novas ordens religiosas, como os cistercienses, passaram a criticar, explícita ou implicitamente, a vida monástica tradicional, tidas como excessivamente litúrgica e adversa ao verdadeiro propósito da Igreja, que era seguir uma vida de simplicidade evangélica e pobreza voluntária. (VAUCHEZ, 1995: 85). A fundação do Priorado de Durham esteve correlacionado aos movimentos de reforma, no que tange ao propósito de seguir uma vida simples e comunitária expressado pelos seus fundadores, os monges Aldwin, Aelfwig e Reinfrid, como foi discutido acima. No entanto, a comunidade monástica de Durham no século XII, passou a coexistir com as novas ordens religiosas, sobretudo com a expansão da ordem de Cister, o que sugere a existência de tensões entre os monges negros e os monges brancos.

Em 1104, a comunidade monástica de Durham fundou a sua catedral, atraindo, assim, cada vez mais devotos ao culto de São Cuthbert. A construção da Catedral de Durham⁴⁵⁵ exprimiu, assim, as intenções dos monges beneditinos em alargar o raio de atração do culto às relíquias de São Cuthbert, na medida em que se firmavam enquanto legítimos herdeiros do cristianismo antigo pela posse da memória sagrada relacionada ao santo anglo-saxão. Nesse sentido, do ponto de vista religioso, mas também político, porque estreitou o seu contato com as comunidades beneditinas de Whitby, St. Mary e York, a comunidade beneditina de Durham passou a desempenhar uma preponderância enquanto centro de peregrinação no nordeste da Inglaterra. (FINUCANE, 1995: 142-3).

Para a historiadora britânica Alexandra Luff, “o priorado originou-se da vida religiosa simples vivida por Aldwin e seus companheiros, mas rapidamente adquiriu o peso de uma história antiga e a responsabilidade por uma vasta herança⁴⁵⁶”. Quando Reginald de Durham escreveu a *Vida de São Godric* no século XII, o contexto sociocultural da comunidade monástica de Durham estava marcado pelo processo de intensificação da presença beneditina no nordeste da Inglaterra enquanto resposta, em parte, à expansão das novas ordens religiosas que se expandiam. (LUFF, 2001: 56).

⁴⁵⁵ Ao longo deste artigo, ora nos serviremos da expressão “monges beneditinos de Durham”, ora simplesmente “Priorado de Durham”. Evitamos a expressão “Priorado da Catedral de Durham”, porque entendemos que tal alusão à Catedral em si necessitaria uma discussão mais aprofundada sobre as implicações econômicas e políticas, por exemplo, a respeito da construção desse edifício no terreno pertencente à comunidade monástica.

⁴⁵⁶ A legitimação dos monges beneditinos, enquanto herdeiros e continuadores da tradição de São Cuthberto, foi evidenciada pela edificação, ao longo do século XII, de células na Ilha de Lindisfarne e em Farne. A memória oficial do santo anglo-saxão estava tutelada, portanto, pelo priorado de Durham na medida em que estabeleciam contatos com os lugares relacionados ao itinerário do santo.

Com a posse das relíquias de São Cuthbert, os monges da ordem religiosa de São Bento se preocuparam, portanto, em perpetuar o culto e o legado do santo anglo-saxão através do desenvolvimento de células⁴⁵⁷, como em Lindisfarne e em Farne. A confecção da *Vida de São Godric* atendia a intentos semelhantes, ou seja, o de afirmar a legitimidade enquanto herdeiros do legado de santo eremita. A escrita hagiográfica empreendida por Reginald de Durham, buscou, assim difundir o culto de um santo eremítico que, sob a tutela do Priorado, fosse digno de culto no *post mortem*. (TUDOR, 1979: 68-72).

As tentativas dos monges beneditinos de Durham em cristalizar o controle sobre o culto de São Cuthbert entre os séculos XI e XI refletia as tensões com os cistercienses que também se expandiam no nordeste da Inglaterra. Uma das “armas” desenvolvidas pelos monges negros foi, portanto, a difusão do culto de São Cuthbert sobre a tutela de Durham. O estabelecimento desses locais de culto atraía, assim, peregrinos de diversas localidades, embora Durham continuasse a ser, no nordeste da Inglaterra, o principal foco de peregrinação ao longo do século XII.

Embora Finchal, onde São Godric estabeleceu seu eremitério na segunda metade do século XII, não estivesse diretamente ligado aos locais sagrados que São Cuthbert havia estabelecido contato em vida, essa ilha atraiu os monges de Durham pela presença crescente de eremitas nessa localidade. A partir do século XII, a ilha de Finchal recebeu intervenção dos monges beneditinos de Durham, “enviados para o eremitério para viver com Godric e começar o processo de reivindicar a posse do local e do legado”. (LUFF, 2001: 66). A necessidade de difusão do culto a São Godric, assim como a devoção a São Cuthbert em Lindisfarne e Farne, foi uma preocupação premente dos monges negros de Durham. A *Vida de São Godric*, enquanto produto do meio sociocultural tinha, além da finalidade de tornar conhecida a vida do santo, divulgar um modelo de santidade que atendia às “aspirações” do seu autor “e de seus congêneres, adequada a seu modelo e estereótipo do homem santo, sobretudo, aquele revestido por uma santidade que pesou lícita e salutar dar a conhecer.”⁴⁵⁸. (AMARAL, 2013: 34-5).

Práticas ascéticas e a busca pela perfeição

⁴⁵⁷ As células desenvolvidas pela comunidade beneditina de Durham eram localizadas em locais que remetesse a uma ligação com o itinerário de São Cuthbert. Uma espécie de culto secundário que poderia ser executado não necessariamente em Durham, essas células não deixavam de ser a expressão do controle beneditino em volta das relíquias de São Cuthbert a medida que pretendiam estabelecer os locais de peregrinação. “As células de Lindisfarne e Farne foram, portanto, vistas pelos monges de Durham como bens espirituais extremamente valiosos na promoção do culto de St Cuthbert”. (LUFF, 2001: 65).

⁴⁵⁸ O procedimento teórico-metodológico aqui adotado foi fundamentado nos estudos do professor historiador Ronaldo Amaral sobre a função do imaginário na edificação da narrativa hagiográfica na Idade Média. Ver, por exemplo: *A função do imaginário na construção de uma santidade: a Vita Sancti Fructuosi* (2013); *A Idade Média e suas controversas mensurações: tempo histórico, tempo historiográfico, tempo arquétipo* (2012), bem como a sua tese de doutorado intitulada *Hagiografia e Vida Monástica: O eremitismo como ideal monástico na Vita Sancti Fructuosi* (2006).

Na *Vida de São Godric* é possível identificar os tormentos empreendidos pelos demônios sob a vida do hagiografado. Quando se estabeleceu em Finchal, próximo à Durham, onde estava estabelecido a comunidade monástica beneditina à qual Reginald de Durham era membro, São Godric “foi *acamado e assediado* por demônios em forma *visível*”. Nessa descrição de Reginald sobre os últimos dias de vida Godric, é possível inferir o interesse contemporâneo em registrar os tormentos sofridos pelos ascetas em decorrência da interferência das forças demoníacas.

A quais práticas os eremitas, em particular os eremitas do norte da Inglaterra, no transcurso do século XII, recorriam para vencer o combate travado com as forças do mal? Em primeiro lugar, a experiência eremítica evidenciada na Inglaterra não constituiu uma novidade no Ocidente medieval. A tradição do padres orientais, os monges que buscam a reclusão no deserto como regra de vida, era conhecida pelos cristãos desde a Antiguidade Tardia⁴⁵⁹.

Destacamos também que o eremitismo na Inglaterra já havia sido registrado por Bede o Venerável quando escreveu sua *Vida de São Cuthbert* (VSC) em 721. Segundo Bede, São Cuthbert (634-687) escolheu como eremitério a ilha de Farne, na costa da Nortumbria. Nos relata Bede que o santo anglo-saxão escolheu a referida ilha pela sua afastada localização e pelo o isolamento do mundo exterior. A ilha de Farne era de difícil acesso, “vários milhas à leste, e, conseqüentemente, cercado por todos os lados pelo oceano profundo e sem limites”. Ao chegar em seu eremitério, São Cutbert teve que expulsar os “espíritos malignos” que ali habitavam. Assim, quando o santo tocou a ilha

Armado com o capacete da salvação, o escudo da fé e a espada do Espírito, que é a palavra de Deus, todos os dardos inflamados dos ímpios se extinguiram e aquele inimigo perverso, com todos os seus seguidores, foi posto em fuga. (CAPITULO XVII)⁴⁶⁰.

Em 995, as relíquias do santo que até então estavam sob a autoridade da Comunidade de São Cuthbert, em Lindisfarne, foram transladadas para Durham⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ Segundo Ronaldo Amaral, o influxo do monacato Oriental para o Ocidente se deu de variadas formas. As peregrinações na Antiguidade Tardia e durante a Alta Idade Média, empreendida pelos cristãos ocidentais, contribuiu para o influxo da experiência monástica Oriental para o Ocidente. A tradição de escrita e compilação de hagiografias dos monges orientais, traduzido para o latim por autores como Severo e João Cassinão, foi outro elemento igualmente importante para o desenvolvimento da tradição monástica Ocidental. As *Vitas* sobre os santos, como a *Vida de Santo Antônio*, bem como as peregrinações aos santos sepulcros, como os praticados por Helena, mãe de Constantino e também por Egéria, cuja peregrinação foi realizada por volta de 383, (FRANÇA, 2017: 12) foram, portanto, aspectos do influxo das ideias monásticas praticadas nos “santos lugares” do Oriente Próximo.

⁴⁶⁰ *A vida e os milagres de São Cuthbert, bispo de Lindesfarne* (721).

⁴⁶¹ A popularidade do santo anglo-saxão não se restringia, por outro lado, à região setentrional da Inglaterra. Os monges Aldwin, Aelfwig e Reinfrid, o primeiro de da abadia de Winchcombe e os dois últimos de Evasham, que localizada no sul da Inglaterra, partiram para o norte em busca de “reviver os passos de São Cuthbert”. Ao discutir os impulsos que levaram esses monges sulistas a buscarem imitar os passos do santo anglo-saxão, a historiadora Alexandra Luff aponta que o contato com o legado escrito de Bede o Venerável, constituiu um elemento central no empreendimento. (LUFF, 2001: 21).

O priorado de Durham foi fundada em 1083 através das atividades desses eremitas e manteve o culto de São Cuthbert enquanto um elemento central para o processo de legitimação da comunidade beneditina. A VSG aqui analisadas foi composta, por tanto, em um mosteiro beneditino que teve desde sua origem uma forte tradição eremítica. Além do mais, nas circunstâncias da confecção da VSG, em meados do século XII, Farne continuava como alvo de eremitas, embora a comunidade monástica se voltou com maior atenção para Finchal, onde São Godric e São Bartolomew estabeleceram-se como eremitas.

A preparação para alcançar o estado de perfeição, digno portanto, de uma vida solitária capaz de confrontar os demônios, requereria práticas ascéticas que podia ser percebida como excessivas, inclusive pelo hagiógrafo. (ALEXANDER, 2000: 76). No entanto, as mortificações, os jejuns e outras práticas, como dormir a noite dentro das águas de um rio gelado, por exemplo, e portar roupas feitas de peles de animais, representavam o anseio dos eremitas em alcançar o estado de perfeição.

As práticas ascéticas de São Godric, segundo o que transparece na VSG, podem ser indicadas como uma alimentação baseada em pães, leite e raízes. Em uma descrição dos últimos dias de vida Godric no ano de 1170 registrada por William of Newburgh, monge agostiniano que testemunhou a experiência do santo, São Godric aparece acamado e, mesmo nessas circunstâncias, “o seu corpo era mantido através de pequenos esboços de leite”. (CLAY, 1914: 26).

Em seu eremitério, São Godric desenvolveu práticas austeras que o seu hagiógrafo apresenta como sendo “excessivamente ascéticas⁴⁶²”. Nas proximidades do rio Wear, onde ficava o eremitério de Finchale, São Godric amiúde permanecia sob uma rocha que estava submersa no rio e permanecia ali para meditar, muitas vezes durante a noite. As práticas ascéticas de São Godric registradas por Reginald de Durham foram consideradas pelo historiador Alexandre Dominic como parte do processo de associação do santo eremita à comunidade monástica beneditina de Durham. O hagiógrafo estaria preocupado, assim, em registrar a importância da obediência aos princípios de moderação beneditina, daí os adjetivos negativos, como “bestial”, “incivilizado”, atribuídos a santo constituírem parte da estratégia de assimilação do legado do santo eremita ao priorado de Durham. (ALEXANDER, 2000: 76).

Considerações finais

As práticas ascéticas de São Godric buscava alcançar um ideal de perfeição. O campo de batalha, a floresta, a caverna ou a cela, e este teria sido, segundo Reginald de Durham, o

⁴⁶² Ver Dominic Alexander; *The place of Durham Cathedral Priory in the post-conquest spiritual life of the north-east* (2001)

ambiente que o santo teria permanecido, ambos remetiam à metáfora do deserto, lugar por excelência no desenvolvimento de práticas austeras. Destacamos, assim, que o “deserto” era o campo de conflito entre o bem e o mal. Esse *locus* era alcançado por poucos e assumia a função de um espaço de treinamento espiritual.

REFERÊNCIAS

1-Documentação

DURHAN, Reginald de. “Vida de São Godric” In: COULTON, George Gordon. **Social life in Britain from the Conquest to the Reformation**. London: Cambridge University Press, 1918, p. 415-420.

The Life and Miracles of St. Cuthbert. Suetees Society: London, 1834.

2-Bibliografia

AMARAL, R. **Hagiografia e vida monástica: o eremitismo como ideal monástico na Vita Sancti Frutuosi**. Tese (Doutorado em História e Sociedade)– Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

_____. **Santos imaginários, santos reais: A literatura hagiográfica como fonte histórica**. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. **A Santidade habita o deserto: A hagiografia á luz do imaginário Social**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

_____. **Da renúncia ao mundo à abolição da História: O paraíso no imaginário dos Pais do Deserto**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011.

_____. **A ilusão autobiográfica em Valério de Bierzo: uma reflexão sobre a natureza do autor e do indivíduo na literatura hagiográfica medieval**. Revista História e Cultura, Franca-SP, v.2, n.3 (Especial), p.349-363, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/JAY/Downloads/1110-3911-2-PB.pdf> Acesso em: 27 de Mai de 2018.

ALEXANDER, Dominic David. **Hermits, Hagiography, and Popular Culture: A Comparative Study of Durham Cathedral Priory's Hermits in the Twelfth Century**. (Tese de Doutorado), University of London, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Aiges: Difusão Editorial, 2002.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Tradução: Maria Helena Costa Dias. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Eva barbada: ensaios de mitologia medieval**. EDUSP: São Paulo, 2010.

FRANÇA, Susani Lemos. Peregrinos e centros de peregrinação. In.: FRANÇA, Susani; NASCIMENTO, Renata; LIMA, Marcelo. **Peregrinos e peregrinação na Idade Média**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

GINZBURG, Carlo. **A micro-historia e outros ensaios**. Tradução de Antoni Narino. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

LICENCE, Tom. The benedictines, the cistercians and the acquisition of a hermitage in twelfth-century Durham. **Journal of Medieval History**, 2003, p.315-329. Disponível em: <file:///C:/Users/JAY/Downloads/docslide.com.br_the-benedictines-the-cistercians-and-the-acquisition-of-a-hermitage-in-twelfth-century.pdf> Acesso em: 28 Abr. 2018.

LUFF, Alexandra N. Mary. **The place of Durham Cathedral Priory in the post-conquest spiritual life of the north-east**. (Durham theses). Durham University, 2001. Disponível em: <http://etheses.dur.ac.uk/1718/ Us> Acesso em: 03 Mai. 2018.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental**: séculos VIII a XIII. Trad.: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

O LUGAR DA VIDA NA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA EM JULES MICHELET E A ESCRITA DA HISTÓRIA NA FRANÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

*Renato Fagundes Pereira*⁴⁶³

*Sim, sem dúvidas,
a vida é muito mais complexa
que uma fórmula algébrica*
Alexandre Koyré

RESUMO: Esse artigo tem o objetivo de discutir a relação entre a vida e a produção historiográfica na escrita da história de Jules Michelet. Partimos do pressuposto de que o historiador francês Jules Michelet se enquadra numa perspectiva histórica extremamente singular. Ele definitivamente rompe com a ideia de apreciar o passado por ele mesmo. A história deve estimular os homens a agir, tornarem-se Prometeus. Concepção de história que emerge no século XIX num contexto político pós-revolucionário. Nesse sentido, vamos discutir no interior da história da historiografia, história das ideias e dos conceitos, elementos que contribuíram para a emergência dessa concepção de história que deve ser compreendida fundamentalmente como história poética em oposição às tentativas de adequação do conhecimento histórico a metafísica cartesiana. Isso significa repensar o lugar da vida na produção da narrativa histórica e a fundação de uma nova verdade.

Palavras-chave: Michelet. Vida. História.

Apresentação

Jules Michelet é um daqueles historiadores incontornáveis na História da Historiografia. Os membros dos *Annales*, por mais de uma vez, atribuíram a ele um dos papéis centrais na formação de elementos fundamentais para a fundação da História científica. Dentre suas contribuições, os historiadores contemporâneos destacam a participação na consolidação do

⁴⁶³ Discente em doutoramento pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH -UFG). renatofagundes@gmail.com.

conceito de Renascimento, tarefa do qual Lucien Febvre se dedicou a elucidar em cursos ministrados no *Collège de France* entre 1942 e 1944 (1995). Jacques Le Goff (1999) e Jacques Rancière (2015B) enfatizaram a importância de Michelet como aquele que instaurou *l'histoire-récit* e rompeu com a história exclusivamente dos nomes próprios, dos grandes homens. Michelle Perrot (2005) coloca Jules Michelet entre os pioneiros que se dedicaram a História das mulheres. As pesquisas exaustivas de Michelet sobre a História da França e sobre a Revolução Francesa foram obras de extrema importância para o espírito dos historiadores franceses do século XIX.

É importante situar a historiografia francesa do século XIX em dois movimentos. Se de um lado os historiadores românticos romperam, em determinados aspectos, com a historiografia iluminista, predominante até o século XVIII, de outro, eles devem ser colocados em um espaço diferente daqueles nomeados como metódicos ou positivistas, que também coexistiam enquanto corrente de pensamento no século XIX – de clara influência cartesiana. Essas etiquetas didáticas não podem esconder as complexidades, as trocas e as compatibilidades que esses pensamentos historiográficos possuíam em comum, afinal, vale à história da historiografia a máxima que Marc Bloch immortalizou: Os homens são mais filhos de seu tempo que de seus pais.

Nesse sentido, vamos discutir a singularidade da escrita da história de Jules Michelet, nos concentrando na relação que ele estabelece entre o papel do historiador e a vida na produção do conhecimento histórico. Para isso, partiremos de uma breve análise da história no interior da poética aristotélica e avaliaremos as consequências e os impactos da crise da cultura antiga, como denominada por Hannah Arendt (2007). Além disso, discutiremos os esforços do século XIX em construir um método para a produção do conhecimento histórico. Posteriormente, avaliaremos como a Revolução Francesa desbloqueou os programas de produção de conhecimento histórico. Após esse breve panorama, analisaremos o projeto de escrita da história de Jules Michelet e sua relação com a categoria vida, como no traço de sua escrita da história podemos notar o intento de encontrar um novo estatuto para a história diante da ressignificação da poética inspirada em Vico (MICHELET, 1831) num momento em que os paradigmas científicos do campo disciplinar historiográfico ainda não estavam consolidados.

Esse artigo está inserido num conjunto de reflexões que comportarão *nossa* tese de doutorado desenvolvida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás sob orientação do professor Doutor Marlon Salomon. Portanto, são elementos parciais de uma pesquisa bibliográfica apoiada nos instrumentos desenvolvidos pela história do pensamento, das ideias e dos conceitos. Esperamos contribuir com a História da historiografia e com a teoria da História.

1. Sobre a verdade na história e dois modelos de escrita da história no final do século XVIII

Antes de analisarmos a escrita da história de Michelet efetivamente, reconstruiremos o contexto do seu aparecimento. Para isso, partiremos da definição aristotélica de história e suas redefinições no interior da crise da cultura antiga.

A história na Antiguidade Clássica era compreendida como uma arte poética. As artes poéticas, como define Aristóteles, se baseiam na *mímese* e se diferenciam quanto as diferentes formas e lugares de fazê-la. É no interior da poética, um verdadeiro manual das artes, que Aristóteles diferencia o poeta do historiador:

A função do poeta não é dizer aquilo que aconteceu, mas aquilo que poderia acontecer, aquilo que é possível segundo o provável ou o necessário. Pois não diferem o historiador e o poeta por fazer uso, ou não da metrificacão, mas diferem por isto, por dizer um o que aconteceu e o outro pelo que poderia acontecer. Por isso a poesia é mais filosófica e também mais virtuosa que a história. Pois a poesia diz antes o que é geral, enquanto a história, o que é particular (ARISTÓTELES, 2013, p. 67-68).

Para o autor, a distância entre o poeta e o historiador estaria: primeiro, na distinção entre aquilo que aconteceu e daquilo que é possível de acontecer. Segundo, a história lida com o específico e a poesia com o geral. Diferenças que coloca a poesia num estrato superior: ela é mais virtuosa.

Para compreender a distância de virtude entre a História e a poesia temos que nos adentrar mais no interior da poética. A poética lida com artes que se baseiam na *mímese*, mesmo as artes lidando com o mesmo princípio, isso não as coloca no mesmo estrato da virtude, pois elas se diferenciam quanto à maneira e o lugar de realizar a *mímese*.

Temos que insistir nessa diferença entre *o que aconteceu* e *o que é possível de acontecer*, a história é menos virtuosa que a poesia, pois a última é potencialmente mais mimética, pode experimentar mais as várias formas de *mímese*, seus fazeres são ilimitado, enquanto a história deve se manter fiel ao que aconteceu. Essa limitação na produção mimética que torna a poesia superior a história em sua atividade virtuosa, que a define enquanto superior ou inferior na arte poética: Esse é o limite da história diante da poesia.

Nessa perspectiva, a história é inferior à poesia porque lida com o singular, com o particular. Enquanto a poesia é um balão de ensaios no qual as várias ações podem ser revividas pela *mímese*, desde que possível e de acordo com seu gênero – tragédia, comédia, epopeia - a história deve permanecer fiel ao acontecimento. Existe um limite de composição, que foi exemplificado por Aristóteles: o particular é aquilo que Alcibíades fez ou sofreu (2013, p. 68). Ao historiador não cabe colocar uma ação que Alcibíades não fez, ao poeta cabe criar seu personagem, logo ele pode definir suas ações desde que siga as regras de composição de seu

gênero. A história é inferior à poesia pelas limitações na composição das ações na produção mimética.

Cada arte é produzida requerendo uma relação diferente entre o fazer e o realizar da *mímese*, e cada produção mimética convoca uma atividade virtuosa distinta, uma vez que a arte pode ser hierarquizada de acordo com sua capacidade ou não de estimular uma atividade virtuosa. Assim, podemos concluir que a virtude⁴⁶⁴ é um imperativo categórico fundamental na *mímese*.

Pensar a história na *Poética* é mais que afirmá-la como arte produzida pela *mímese*, é também coloca-la ao lado da poesia, seus arranjos e seus gêneros. Retomando a visão de Aristóteles entre o poeta e o historiador, esta na distinção *entre aquilo que aconteceu e aquilo que é possível de acontecer*. Em outras palavras, o historiador lida com a verdade, com aquilo que aconteceu, *res gestae*. É importante destacar o *ethos* do historiador em relação ao do poeta. O poeta tem mais liberdade que o historiador, não por acaso, o filósofo grego a define como ofício mais filosófico. O historiador está preso às verdades dos fatos.

É justamente no século XVIII que o regime clássico de produção do conhecimento histórico chega a seu esgotamento. Hannah Arendt (2007) interpretou esse esgotamento no interior da crise da cultura clássica e da formação do mundo moderno, provocando a diluição do conceito antigo e a criação do conceito moderno de História. Para a autora alemã, no cerne da produção do conceito moderno de História se encontra “a perda da confiança na capacidade reveladora da verdade dos sentidos”, expressa na filosofia de Descartes pela sua *suspensão do juízo* [époche], que pode ser representada por suas palavras:

Fecharei meus olhos, tamparei meus ouvidos, afastar-me-ei de todos os sentidos, apagarei de meus pensamentos todas as imagens corporais, ou, ao menos, já que é muito difícil fazê-lo, considerá-las-ei insignificantes e enganosas (DESCARTES, 1999, p. 269).

Para Hannah Arendt, a síntese cartesiana provocou a formação de uma nova cultura, de um novo mundo: O mundo moderno. A autora defende que:

A experiência fundamental subjacente à dúvida cartesiana foi a descoberta de que a terra, contrariamente a toda a experiência sensível direta, gira em torno do sol. A época moderna começou quando o homem com auxílio do telescópio, voltou seus olhos corpóreos rumo ao universo, acerca da qual especulara durante longo tempo – vendo com os olhos do espírito, ouvindo com os ouvidos do coração e guiado pela luz interior da razão – e aprendeu que seus sentidos não eram adequados para o universo, que sua experiência cotidiana, longe de ser capaz de construir o modelo para a recepção da verdade e a aquisição de conhecimento, era uma constante fonte de erro e ilusão (ARENDRT, 2007, p. 85).

⁴⁶⁴ Na *Ética*, Aristóteles (1991, 57-59) define o objetivo das atividades virtuosas, ou seja, ação-virtude - uma vez que para o filósofo grego a virtude é, antes de tudo, uma ação, “uma ação nobre”. “A virtude é uma atividade virtuosa”, “apesar de a ação virtuosa ser apazível em si mesma”, a virtude almeja a felicidade, “a mais nobre e mais apazível coisa do mundo”.

Como compreender os efeitos da dúvida cartesiana na produção da história? Questionou-se o nível de objetividade, a imparcialidade do historiador e de suas testemunhas na construção da história. A luz das ciências da natureza, como se pensava no início da modernidade, a história não tinha a *neutralidade* necessária para chegar ao estatuto de ciência.

Nesse sentido, podemos destacar dois projetos para a história. Os historiadores, encantados pelo sucesso das ciências da natureza, buscavam métodos que pudessem garantir a confiabilidade da história, outros, reclamando a sua identidade desde Aristóteles, tentaram redefinir seu conceito no interior das artes, são os esforços obstinados da historiografia filosófica e literária iluminista.

Para Cassirer, o sistema historiográfico que melhor define a relação entre o pensamento iluminista e a História foi o forjado por Voltaire, no seu *Ensaio sobre os costumes*, que “fixou nessa concepção de História o programa teórico adotado depois por todos os historiadores setecentistas” (1994, p. 295). Para o historiador da filosofia, o programa voltaireano buscava aplicar na história operações análogas a física newtoniana, reduzindo os fatos às leis. Para isso, era preciso encontrar o *polo imóvel* por trás do fluxo aparente dos fenômenos. Em outras palavras, encontrar a constante que regula o comportamento humano, como a gravidade no mundo físico. É com esse objetivo, que Voltaire desloca o interesse dos efeitos aparentes dos fatos históricos para o elemento imanente: o espírito. Com o filósofo francês, diz Cassirer, que se formou o grande paradigma da história iluminista:

Que se deixe, portanto, de prestar unicamente atenção na história aos eventos políticos, ao surgimento e queda dos grandes impérios, aos tronos que desabam. Em vez de prestar atenção ao gênero humano, de adotar por máximo ao *homo sum*, a maioria dos historiadores não tem feito outra coisa senão descrever batalhas. O verdadeiro objeto da história é a história do espírito, não o detalhe de fatos quase sempre controvertidos (CASSIRER, 1994, p. 290).

Citando Voltaire, Cassirer completa:

Em vez dessa enorme acumulação de fatos, em que um jamais deixa de contradizer o outro, deve-se-ia reter somente os mais importantes e os mais seguros a fim de colocar fio condutor na mão do leitor e para que ele fique em situação de forma juízo acerca da ruína, renascença e progressos do espírito humano, e desse modo aprenda a conhecer o caráter e os costumes dos diversos povos [citação de Voltaire]. Voltaire considera, em suma, que os verdadeiros defeitos da história, tal como foi escrita até o presente, são, por parte, uma concepção mítica do passado; por outra parte, o culto dos heróis, ao qual ele não é propenso, em absoluto. Esse dois defeitos estão em correspondência; constituem a dupla expressão de único defeito mais profundo. A interpretação mitológica da história produziu o culto dos heróis, dos líderes e dos príncipes, e não para de alimentá-lo (CASSIRER, 1994, p. 291).

Ernest Cassirer define a constituição da *história do espírito* como imperativo para a história filosófica iluminista. Dois elementos podem ser identificados na citação anterior do filósofo alemão. De um lado ele descreve a formação de uma história do espírito, de outro, ele narra contra que tipo de história ela se levanta, uma história dos fatos, das batalhas e dos cultos aos

heróis. Se Cassirer não se concentrou no último elemento, ele fundamentou de forma a tornar mais evidente os aspectos que constituem essa história do espírito:

A história mostra como a razão sobrepuja pouco a pouco as resistências, como se torna o que é por natureza. Portanto, o verdadeiro progresso não diz respeito a razão nem, por conseguinte, à humanidade como tal, mas somente a exteriorização, à sua revelação (*Sichbarkeit*) empírico-objetiva. E é justamente essa revelação, essa visibilidade progressiva, essa marcha da razão para a completa transparência o que constitui o verdadeiro sentido do processo histórico. Não compete à história suscitar a questão metafísica da origem da razão, que ela, de resto, não dispõe de nenhum meio para resolver. A razão como tal é algo supratemporal, de necessário eterno, não obstante, manifesta-se temporalmente, tem lugar no transcurso do tempo e revela, pouco a pouco, de modo cada vez mais puro e mais perfeito, sua configuração original e primeira (CASSIRER, 1994, p. 295).

A história do espírito seria a narração das manifestações, das vitórias, do movimento da razão para que o homem assuma sua verdadeira natureza e para que os homens ocupem e se organizem de forma a ocupar o seu lugar na natureza.

No entanto, fazer uma história do espírito não garante o estatuto de cientificidade histórico, Cassirer não menciona isso, mas o próprio Voltaire compreendia as limitações da história e sua relação com a verdade. Podemos compreender os elementos destacados por Voltaire no seu verbete História, publicado na Enciclopédia.

Para Voltaire, “toda certeza que não for demonstração matemática é apenas uma probabilidade. Não há outra certeza histórica a não ser esta”. O autor estabelece um desvio em relação à definição Aristotélica, a História para Voltaire é “o relato dos fatos considerados verdadeiros”. É preciso destacar um termo: *considerados*. O filósofo francês assume que o historiador lida com a verdade no nível do provável e do possível. Não por acaso, seu esforço não é o de demonstrar a certeza da história ao lado das ciências da natureza, mas o de diferenciá-la da fábula no interior das artes, “relato dos fatos considerados falsos”. Ele encerra seu verbete reafirmando a identidade artística da história,

Mas a arte de bem escrever a História será sempre muito rara; sabe-se bem que é necessário um estilo grave, puro, variado, agradável. Acontece com as leis da História o mesmo que aconteceu com as de todas as artes do espírito: muitos preceitos, poucos grandes artistas (VOLTAIRE, 2015, p. 260).

A história no pensamento voltaireano não é compreendida como saber científico, mas como *Res Literaria*. Seu nível de certeza não permite. Nesse sentido, deve-se compreender a sua diferença da fábula e da sátira, “suponho ainda que tereis sido testemunha de uma fraqueza que não influenciou de modo algum os negócios públicos. Deveis revelar essa fraqueza? Nesse caso, a história seria uma sátira” (VOLTAIRE, 2015, p. 258). A história do espírito é interpretada mais como opção de estilo, do que como um método propriamente.

Se Voltaire (2015) não pretendeu transformar a história numa ciência, muitos de seus contemporâneos não resistiram ao sucesso da física newtoniana. Usou-se uma lógica

semelhante a das ciências da natureza: o mundo moral e político funcionavam por forças imanentes, a razão. Cabia à história mostrar seu progresso no decorrer do tempo, pouco à pouco, a razão revelava a natureza humana. A história como marcha do espírito humano é a marca indelével de uma parte significativa dos pensadores que invocavam a história no século XVIII. De fato, a ideia de progresso é uma das características mais evidentes e destacadas no mundo histórico desse período, como descrito por Ernest Cassirer (1994). Nas palavras de Condorcet encontramos uma mostra da posição central dessa ideia,

nós encontramos na experiência do passado, na observação dos progressos que as ciências, que a civilização fizeram até aqui, na análise da marcha do espírito humano e do desenvolvimento de suas faculdades, os motivos os mais forte para acreditar que a natureza não pôs nenhum termo às nossas esperanças (CONDORCET, 2013, p. 191).

A história para ele revelava o caminho contínuo da razão, assim, a ideia de *progresso* tornou-se insígnia dessa concepção de história. Em 1793, Condorcet escreveu o *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, em que propôs um projeto para o conhecimento histórico,

Se o homem pode predizer com uma segurança quase integral os fenômenos dos quais conhece as leis; se, mesmo quando estas lhe são desconhecidas, ele pode, a partir da experiência do passado, prever com uma grande probabilidade os acontecimentos do futuro; por que se veria como empreendimento quimérico aquele de traçar, com alguma verossimilhança, o quadro dos destinos futuros da espécie humana, a partir dos resultados da história? O único fundamento de crenças nas ciências naturais é a ideia segundo a qual as leis gerais, conhecidas ou ignoradas, que regem os fenômenos do universo são necessárias e constantes; e por quais razões esse princípio seria menos verdadeiro para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem do que para as outras operações da natureza? Enfim, já que as opiniões formadas a partir da experiência do passado, sobre objetos da mesma ordem, são a única regra da conduta dos homens mais sábios, por que se proibiria ao filósofo apoiar suas conjeturas nessa mesma base, desde que ele não lhes atribua uma certeza superior àquelas que pode nascer de números, da constância, da exatidão das observações? (CONDORCET, 2013, p.189)

O filósofo francês defende o uso das *experiências do passado* como meio de prever acontecimentos futuros. A história, para ele, teria o mesmo *modus operandi* das ciências da natureza: como o mundo natural, há leis que regem a política e a moral. As leis do comportamento humano ocupariam para o homem o mesmo lugar que as leis da natureza ocupam para os fenômenos físicos. Estuda-se o passado para extrair as constantes.

Diante da dúvida *suspensão do juízo* cartesiana, a história abandonou ser o relato do que aconteceu, no sentido aristotélico. Não é possível garantir a verdade do que aconteceu, daí a opção voltairiana (2015) de se manter no interior da arte, mas com o compromisso ético de ficar no possível ou provável. Condorcet (2014), por outro lado, demonstrou o esforço de garantir o estatuto científico à história pela filosofia da história. Acima de tudo, a história é sempre uma

prova da demonstração do motor da história, interpretação herdeira da tradição cristã. Arendt (2007) e Löwith (1948) explicam a emergência dessa categoria como secularização da ideia de providência divina.

Com a crise da cultura antiga e a metafísica cartesiana a história como relato do que aconteceu foi questionada. Voltaire (2015) e Condorcet (2014) são exemplos emblemáticos do esforço de redefinir o conhecimento histórico no mundo moderno. Ambos os modelos abandonaram a pretensão de encontrar algo verdadeiro no passado. O próprio estatuto da história enquanto conhecimento foi questionado. Seria necessária uma grande mudança de conjuntura, uma revolução nunca antes vista e que definitivamente traria novos sujeitos para o prosaetrio da história para que seu lugar – o lugar da história – fosse redefinido e sua relação com a verdade fosse revista.

2. Escrever a História depois da Revolução!?

Reinhart Koselleck (2013) destacou a importância da Revolução Francesa para a consolidação do conceito moderno de História. Diferente da Hannah Arendt (2007) que concentrou sua análise na mudança da noção de natureza e na relação com as ciências da natureza, o historiador alemão se dedicou a compreender as transformações conceituais e filosóficas da história no interior do discurso historiográfico. Contraditório ou não, em sua interpretação a Revolução Francesa tem uma importância maior na emergência do conceito moderno de História do que na da filósofa alemã, que concentrou suas pesquisas na filosofia política.

Para Koselleck (2011), o tratamento histórico-filosófico da Revolução Francesa proporcionou um novo alinhamento entre experiência e expectativa. Esse novo alinhamento diluiu a noção clássica de *historia magistral vitae*, segundo,

As histórias eram fonte de exemplos para a vida. O uso é, portanto, formal; como mais tarde irá afirmar a máxima “tudo pode ser comprovado a partir da história”. Qualquer que seja o ensinamento que subjaz à nossa fórmula, há algo que sua utilização indica de modo inegável. Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um continuum histórico de validade geral. A história pode conduzir ao aperfeiçoamento moral e intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem os mesmos. Até o século XVIII, o emprego da expressão permanece o indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas e políticas (KOSELLECK, 2011, p. 43).

A Revolução Francesa rompeu com a ideia de história como coleção de exemplos ao se revelar como experiência única e incomparável. Houve um afastamento da relação entre experiência e expectativa, “não se pode esperar conselhos vindos do passado” (KOSELLECK, 2011, p.58). O mesmo aconteceu com a ideia de filosofia da história, uma vez que a história do

futuro foi temporizada, ou seja, o futuro é construído com ações dos homens no presente, consequência da experiência interpretada na sua unicidade, o tempo passou a ser formado por elementos históricos e dinâmicos.

Além da mudança na relação entre experiência e expectativa, a emergência da história no cenário francês se deu num contexto social e institucional muito específico, sem sobra de dúvidas, as mudanças conceituais e filosóficas são fundamentais, mas para além delas, a Revolução Francesa promoveu um desbloqueio e permitiu a emergência de novos atores e de questões que antes não eram reivindicadas na escrita da história.

A escrita da história na França foi costurada no intento político e filosófico de compreender a Revolução Francesa e de construir um legado sobre ela. De outra forma, podemos dizer que a memória sobre a Revolução Francesa se transformou numa arena de disputa dos agentes políticos pós-revolucionários. É nesse contexto, que vários projetos de escrita da História emergiram. Não se trata apenas da forma de contar a História, ou seja, de um empreendimento intelectual, mas uma das heranças iluminista e revolucionárias era a educação pública, na qual a história aparecia como uma das áreas necessárias para a formação do povo e da própria demanda para um público cada vez mais leitor, efeito da Lei Guizot que estimulou a educação primária (AGUILHON, 1991).

O debate sobre a história no início do século XIX na França é um importante ponto gravitacional onde se encontra a disputa pela memória, o interesse científico, mas também o intento educacional, para um agente que havia demonstrado sua força, o povo. Sem dúvidas, os movimentos conceituais e filosóficos são importantes para compreender o moderno conceito de História, mas para compreender sua relação o contexto específico da escrita da História na França da primeira metade do século XIX.

Em 25 de julho de 1852, o *Journal du Haut- Rhin* publicou uma nota intitulada *Étude Historique: Histoire des Revolutions*, que diz:

Todas as revoluções, independente das causas, pretextos, origens e singularidades têm os mesmos efeitos. Elas são geralmente o resultado de uma insurreição popular e constituem o triunfo do tumulto, da força brutal sobre a ordem moral e legal de um país.

O escritor da nota passa por vários acontecimentos históricos, a Reforma luterana, a Revolução Francesa e as Revoltas na França de 1848.

Em 1834, houve o lançamento do *Boletim da Sociedade da História da França*, que se propunha a publicar documentos sobre a *nossa história*. Em 1837, A *Sociedade dos Estudos Históricos* fundou o jornal do instituto histórico. Alguns anos depois, 1848, o ministério da educação pública e dos cultos criou o *Comitê Histórico* para a publicação dos monumentos escritos da História da França, os boletins produzidos pelo comitê seriam distribuídos

gratuitamente nas bibliotecas da França. Entre os membros desse comitê, vale destacar, estava Michelet.

Esse interesse desenfreado pela História, público e privado, aumentava simultaneamente com as transformações políticas que ocorreram na França na primeira metade do século XIX, fim do Império, a Restauração, a Monarquia de Julho, a Segunda República, o Segundo Império, a Terceira República e a Comuna de Paris. A instabilidade e a reorganização dos interesses políticos junto com o esforço de compreender o lugar dos sujeitos motivavam a interrogação historiográfica e os elementos que deveriam aparecer na escrita do historiador.

Não nos surpreende a publicação do *jornal do Instituto Histórico*, instituição fundada em 1834, que publicou em 13 de Setembro de 1837, um exame crítico das principais histórias da França. Três questões são formuladas por Chevalier Alex Lenoir: é necessário um povo ter uma História? Como foi escrita a história da França? E a última questão, como se tem escrito hoje a história da França? Essas interrogações de Lenoir demonstram uma preocupação. Não se trata apenas do interesse histórico, mas também dá forma como essa história é escrita. Essa preocupação é dividida com outros pensadores como Bernad Jullien em sua análise denominada de *Teses de história e novas histórias* (1865), Ernest Charrière no seu texto *Política da história* (1842) e Guizot na sua *História da Civilização* (1828) demonstram esforços em encontrar categorias, estilos e métodos para melhor escrever a história. Todos eles entendiam que tão importante quanto os fatos históricos era fornecer uma leitura da história.

Nesse contexto que devemos destacar a proposta do Thierry, que usou do argumento da objetividade como forma de alcançar o estatuto de cientificidade para a história. Ele nos diz,

Em 1817, preocupado em contribuir com minha parte no triunfo constitucional, busquei nos livros de história provas e argumentos para minhas crenças políticas. Me livreí desse trabalho e de todo ardor da juventude, e meu apreço pela história mesma como quadro do tempo passado, e independente das induções tiradas para o presente (THIERRY, 1827, p. VI).

O ataque de Thierry tem direção precisa: uso da história para discussões do presente, “a paixão política”, o historiador deveria evita-las, e em seu lugar buscar “A vida e da cor local” . Podemos perceber em Thierry o efeito temporizador da Revolução Francesa, descrita por Koselleck (2011) , uma vez que as experiências históricas são únicas, a história deveria compreendê-las por elas mesmas. Cada tempo histórico tem sua própria textura e cabe ao historiador recriá-la. Para poder atingir esse êxito, o historiador deveria abandonar o presente. A reconstrução do passado de Thierry se concentrava em suspender a história dos debates do presente, evitando seu mau uso científico, esse era o meio de realizar “um estudo sério da história” (THIERRY, 1827). Acima de tudo, Thierry almejava chegar numa história única, não se trata de uma história universal, mas de uma história inquestionável, aquela que não precisaria

mais ser reelaborada, bastava substituir “o raciocínio sobre as coisas pela visão própria das coisas” (THIERRY, 1827, p. V) É justamente contra esse tipo de historicismo⁴⁶⁵ que Jules Michelet vai escrever.

Enquanto para Thierry o historiador deve escrever uma “história como quadro do passado e independente das induções tiradas do presente”, no qual “cada século haveria de narrar-se” (1827, p.VI). Já para Michelet, o historiador é aquele que decifra o que é vivo do que é artificial.

A Revolução Francesa promoveu um verdadeiro desbloqueio filosófico e político. Vista como uma experiência sem precedente no passado, ela promove a redefinição do lugar da experiência no interior da produção do conhecimento história. Politicamente, o uso do passado na arena política estimulou o exercício historiográfico. Foi nesse contexto que Thierry (1827) e Michelet (1869) propuseram projetos para o conhecimento histórico distintos.

François Hartog (2013, p. 149) compreendeu a distância entre empreendimento thierryano e micheletiano como uma diferença do olhar: “Michelet veio desestabilizar a divisão nítida entre o visível e o invisível, na qual Thierry teria apreciado interromper seu trabalho”. O historiador francês destaca o novo pressuposto *epistemológico* similar ao da medicina empregado por Michelet, em que o visível pode aparecer como ilusão ou sintoma, um novo regime de visibilidade. Para *nós* esse regime de visibilidade deve ser percebido como uma transformação mais profunda. Compreendemos que a noção de vida em Michelet está no cerne de uma verdade não cartesiana e poética: uma nova verdade do historiador.

3. História-alma, História-pedra em Jules Michelet

Nas páginas da *Histoire de France*, Jules Michelet (1992, p.17) teceu sua proposta para a escrita da História, “A história nada tem a ver com esse amontoado de pedras. A história é a da alma e do pensamento original, da iniciativa fecunda, do heroísmo, heroísmo de ação, heroísmo de criação”. O objeto da história, para o historiador francês, seria a alma e não as pedras. Afirmação duplamente provocativa. Primeiro, porque contraria seus contemporâneos historiadores, como Augustin Thierry (1827), para quem a metáfora e as alegorias não deveriam ter espaço no interior da escrita da História. Segundo, porque define um estatuto da visibilidade, o que é digno ou não da história, o que deve ser visto ou não pelo historiador. É justamente sobre esse segundo aspecto que nos concentraremos.

⁴⁶⁵ Essa amplitude de nosso horizonte estético é consequência de nossa perspectiva histórica e se apoia no historicismo, isto é, na convicção de que cada civilização e cada período têm suas próprias possibilidades de perfeição estética; de que obras de arte dos diferentes povos e períodos, assim como suas formas gerais de vida. AUERBACH, Erich. “Vico e o historicismo estético”. In: *Ensaio de Literatura Ocidental*. São Paulo: Editora 34, 2012.

Para Michelet, o historiador deve se dedicar a escrever a história da alma. Foi na introdução da *Histoire de France au XVI siècle*, escrita em 1855 e denominada pelo autor como *L'Agonie du Moyen Age*[*A Agonia da Idade Média*], que ele escreveu sobre a alegoria da alma e das pedras. Acima de tudo, ela é usada para definir o objeto da história como alma em oposição à pedra. Dicotomia emblemática para compreender a França pós-revolucionária e sua relação íntima com a emergência de um novo regime de produção do conhecimento histórico.

A diferença entra a história-alma e a história-pedra está no objeto, mas qual objeto? Quando falamos da compreensão de objeto de Michelet, não estamos falando de objetos históricos, fontes, documentos e sua crítica. Ao questionarmos sobre as diferenças no objeto da história-pedra e da história-alma para o historiador francês, fundamentalmente, trata-se de discutir o objeto da narrativa produzida pelo historiador como resultado do seu esforço em compreender o mundo histórico.

Silenciosamente, Michelet propõe uma distinção importante: existe o objeto do historiador e o seu produto, a narrativa histórica. Entre a história e a narrativa histórica existe um fazer historiográfico, uma operação historiográfica que produz a narrativa histórica. Em outras palavras, a narrativa histórica é uma produção do historiador, um entendimento, uma decifração, uma compreensão do mundo histórico.

Portanto, quando Michelet fala sobre a história-pedra e a história-alma, ele está discutindo sobre formas diferentes de compreender o mundo histórico, e conseqüentemente, de como essa compreensão do mundo histórico produz narrativas históricas míopes.

A distância entre a história-alma e a história-pedra é fundamentalmente de operação. A operação executada pelo historiador para transformar aquilo que ele interpreta do mundo histórico em narrativa histórica, podemos dizer, é produzida no *milieu* entre a percepção e a produção: o historiador. A operação historiográfica para Michelet não é exclusivamente a escrita, produto final da operação, mas ela começa na percepção, naquilo que o historiador vê.

Contudo, quais as diferenças na produção dessas duas histórias? A história-pedra é escrita na “crença [on croyait] que pode-se isolar por bisturi as partes do sistema, mas não pode, porque tudo afeta tudo”, haja visto que o objeto da narrativa histórica deve seguir a “identidade harmônica da alma”, “a verdadeira vida está completa, seus organismos são interdependente e eles só agem no geral”, assevera Michelet (1869, p. IV).

A história-alma é produzida pelo historiador e a história-pedra produzida, quem a produz? O escrivão, crítica ácida, explícita aos historiadores que se dedicaram à produção da história-pedra, mas que revela a natureza distinta na operação historiográfica e na produção dessas duas histórias. “O escrivão, como diz Michelet, data a morte do dia em que o serviço

funerário enterra o corpo. Já o historiador data-a do dia em que o velho perde a atividade produtiva” (MICHELET, 1992, p. 21).

Michelet foi enfático nas críticas destinadas a produção dessa história-pedra, no prefácio da *Histoire de France* de 1869, ao descrever as preocupações de *certos historiadores*, ele diz:

Estavam preocupados com elementos da raça, das instituições, etc... Talvez não visse como esses elementos são difíceis de isolar, como cada um reage sobre o outro. A raça, por exemplo, ela permanece a mesma sem influência dos costumes? Pode as instituições ser suficientemente estudadas sem a história das ideias e do contexto social em que elas surgem? Essas especialidades tem sempre algo artificial, que precisam ser esclarecidos, e que fornece falsos perfis (MICHELET, 1869, p.II).

A artificialidade no fazer historiográfico ocorre quando o historiador ignora as “condições exigentes da vida” (MICHELET, 1869, III). As histórias das instituições, as histórias das raças carregam essa artificialidade quando o historiador retira a vida que há nelas, as transformando num ser petrificado. Já em Michelet, a história deve sempre buscar a exigência da harmonia e da totalidade da vida, “meu problema histórico passa como ressurreição da vida integral, não de sua superfície, mas de seus organismos interiores e profundos” (MICHELET, 1869, IV).

Retomando seu livro de 1855, Michelet também denuncia o caráter artificial da Idade Média:

O Estado estranho e monstruoso, prodigiosamente artificial, que foi o da Idade Média, tem como único argumento a seu favor sua extrema duração, sua resistência obstinada ao retorno da natureza. Mas não é natural, indagar-se-á uma coisa que, abalada, extirpada, retorna sempre? O feudalismo, vejam como ele se prende à terra. Ele parece morrer no século XIII, para então reflorescer no século XIV. Ainda no século XVI, a Liga nos refaz uma sombra dele, a que a nobreza dará continuidade até a Revolução. E o clero é bem pior. Nenhum golpe adianta, nenhum ataque é capaz de dobrá-lo. Surpreendido pelo tempo, pela crítica e pelo progresso das ideias, sempre renasce de baixo por força da educação e dos hábitos. Assim perdura a Idade Média, ainda mais difícil de matar por já esta morta há muito tempo. Para ser morto, é preciso estar vivo (MICHELET, 1992, p. 20).

O esforço de decifrar o que é ou não artificial num livro dedicado ao século XVI não pode ser minimizada. Não é novidade no interior do pensamento historiográfico a contribuição de Jules Michelet na criação da categoria Renascença, foi à emergência do seu novo regime de visibilidade que permitiu criá-la? Afinal, qual o estatuto da Idade Média numa história da Renascença? Para ver a Renascença seria preciso diferenciar o que era artificial do que era vivo. O escritor esperaria o atestado de óbito da Idade Média, não para Michelet, ele diz, está morto, o serviço funerário ainda não fez seu trabalho, mas ela não tem mais força produtiva, ela não é mais o objeto da história do século XVI, pelo menos não de uma história-alma.

A História do século XVI pode ser a história da duração da Idade Média ou a História da sua agonia. A escolha da agonia, presente também no título da introdução, não é apenas uma opção semântica, mas também a definição do que ele escolheu ver, da história que escolheu

contar: Agonia, termo de origem grega, significa luta contra a morte. Na história do século XVI, o historiador francês, buscou reconstruir as forças heroicas que provocaram a agonia da Idade Média, que incitaram sua morte, a história das forças vivas que definitivamente sepultaram as forças artificiais e petrificantes:

Com que direito? Com o direito de Lutero, que, com um não dito ao Papa, à Igreja, ao Império, arrebatou a metade da Europa. Com o direito de Cristóvão Colombo, que desmente Roma e os séculos, os concílios, a tradição. Com o direito de Copérnico, que, contra os doutos e os povos, desprezando ao mesmo tempo o instinto e a ciência, os próprios sentidos e o testemunho dos olhos, subornou a observação à Razão, e sozinho venceu a humanidade (MICHELET, 1992, p. 18).

A história-alma micheletiana “ensina que uma alma pesa infinitamente mais que um reino, um império, um sistema de Estado, às vezes mais do que a espécie humana” (MICHELET, 1992, p. 18), que a história é uma construção, que exigiu esforço, que exigiu vontade. O mundo dos homens é construído e ele é potencialmente histórico. A história-pedra, portanto, não é somente aquela que ignora a vida ao tentar separar seu objeto com bisturi, mas aquela que nega o potencial criador dos homens guiados por sua vontade. É essa vontade que cria o mundo histórico, que define a própria vida, sem ela existe apenas pedras. A história-pedra fracassa porque não dá conta de compreender que existe um mundo histórico que é vivo, movido pela alma.

A vida aparece na perspectiva micheletiana como elemento fundamental no regime de produção do conhecimento histórico,

A vida tem sobre ela mesma uma ação pessoal de nascimento, que sobre material pré-existente criamos coisas absolutamente novas. Do pão, das frutas que comi, faço sangue vermelho e salgado que não tem nesses alimentos de onde os tirei. E assim vai a vida histórica, assim cada povo se faz, gera-se, moagem, amalgama de elementos (MICHELET, 1869, V).

A vida é a extensão que permite o historiador ver, que lhe permite decifrar no mundo histórico as pedras da alma, o morto do produtivo. Justamente porque o historiador não separa do traço de sua escrita sua percepção do mundo que ele consegue enxergar o invisível: Ao penetrar mais objeto, o amamos, e olhamos com interesse crescente. O coração muda à *seconde vue*, vê mil coisas invisíveis as pessoas indiferentes. A história, o historiador, se misturam nesse olhar. (MICHELET, 1869, IX).

Ao inserir a vida como um dos instrumentos fundamentais na produção do conhecimento histórico, Jules Michelet inverte a interpretação clássica sobre o ofício do historiador, ou em outros termos, trata-se da invenção do historiador. Escrever sobre a invenção do historiador é flertar com a ambiguidade. Por um lado, o termo, “a invenção do historiador”, pode fazer referência àquilo que ele faz ao a narrativa histórica, seu produto. Por outro lado, a “invenção do historiador” pode se referir ao aparecimento desse dispositivo, do sujeito que se

propõe a criar a narrativa histórica. Essa ambiguidade não existe para Michelet, “É a história, no progresso do tempo, que faz o historiador mais do que ela é feita por ele. Meu livro me criou. Fui eu que era seu trabalho. O filho fez o pai” (MICHELET, 1869, IX).

Michelet compreendeu que o mundo histórico é construído pelas ações do homem e o historiador, enquanto objeto do mundo histórico, não é uma exceção, ele também é um objeto forjado nesse mundo em construção, portanto, suas atitudes e ações devem ser compreendidas nesse processo. Como os homens constroem a história, a história também é construída pelo historiador, enquanto homem, mas ele é um dos construtores, por isso o historiador é mais feito pela história do que a história feita por ele.

Daí a catarse micheletiana pela reconciliação: a narrativa histórica permite o sujeito compreender seu lugar no mundo histórico. *Eu sou o meu livro. O filho fez o pai*. Michelet compreendeu a relação, que é um caminho de mão dupla, simbiose, entre o historiador e a história.

É nesse contexto, que o regime de visibilidade [pedras e almas] proposto por Jules Michelet não deve ser entendido apenas como uma nova forma de enxergar o passado, mas trata-se de uma propositura no nível da produção do conhecimento histórico no qual a vida é inseparável.

4. Anticartesianismo, Vico e a categoria Vida: A história como saber poético em Jules Michelet

A inseparabilidade entre o traço da escrita do historiador e a vida em Jules Michelet deve ser pensada como resultado da sua leitura de Vico, que o afastava da ideia cartesiana de verdade e da concepção de história como quadro do passado. Nesse sentido, devemos pensar como a noção de vida em Jules Michelet significa uma crítica a concepção cartesiana. Posteriormente, discutiremos como Vico contribuiu com a leitura de Michelet sobre a história.

Em *Sobre o Método*, René Descartes expôs quatro preceitos para chegar a verdade:

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal ; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele. O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possível e necessárias a fim de melhor solucioná-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir (DESCARTES, p.49).

Os pressupostos cartesianos para atingir a verdade representam um fim de um processo que se iniciou em Copernico, passando por Galileu e consolidando em Descartes a crise da cultura antiga e o surgimento do mundo moderno (ARENDR, 2007), (KOYRÉ, 1992), (HUSSERL, 2012). Ao fundar um novo mundo, essa concepção cartesiana estabeleceu novos critérios para o discernimento do verdadeiro do falso, e conseqüentemente, um novo conceito de vida.

No artigo 6, no seu texto intitulado *As paixões da alma*, Descartes diferencia o corpo vivo de um corpo morto,

Devemos considerar que a morte nunca ocorre por culpa da alma, mas apenas porque algumas das principais partes do corpo se deterioram; e julgemos que o corpo de um homem vivo difere daquele de um morto como um relógio, ou outro autômato (máquina que se mova por si mesma), quando está montado e tem em si o princípio corporal dos movimentos para os quais foi contruído, com tudo o que se exige para a sua ação, distingui-se do mesmo relógio, ou de outra máquina, quando está quebrado e o princípio de seu movimento pára de atuar (DESCARTES, p.108).

A vida para Descartes é resultado de um processo mecânico. Não é novidade no interior do pensamento filosófico e da história das ideias a tese do homem-máquina cartesiano. Cada parte do corpo, cada mecanismo tem uma função, é o bom funcionamento desses elementos que constituem a vida, que assim como o relógio o corpo funciona como molas e rodas. Assim como seu método, a vida foi dividida em parcelas, basta que cada uma realize a sua função para a vida se manter.

A ciência cartesiana abdicou de oferecer uma representação do mundo que fosse completa, como definiu Merleau-ponty (2013), "a ciência manipula as coisas e renuncia habitá-las", é o que ele chama de sentimento de opacidade do mundo.

Michelet (1992) foi um crítico severo da artificialidade no ofício do historiador, resultante do uso do bisturi e um efeito da incompreensão da vida na escrita da história.

Tomaremos aqui de empréstimo a interpretação de Merleau-ponty sobre o pintor, para compreender a relação entre o historiador e a vida em Jules Michelet. Entendemos que o historiador francês, assim como o filósofo, realiza uma crítica enfática a interpretação cartesiana do mundo.

A artificialidade e opacidade. Podemos encontrar na intersecção dessas palavras o *démarche* filosófico de Merleau-ponty e Michelet: a crítica cartesiana e a construção de um novo saber.

De acordo com Merleau-Ponty, a pintura desenvolveu um conhecimento sobre o mundo não-cartesiano. O pintor realiza um olhar de dentro, com a fundação de um terceiro olho, e lhe permite « da existência visível ao que a visão profana crê invisível » (2013, p.23). O pintor

interroga com o olhar. « A interrogação da pintura visa, em todo caso, essa gênese secreta e febril das coisas em nosso corpo » (2013, p.25). « A visão do pintor é um nascimento continuado » (2013, p.26). « Essência e existência, imaginário e real, visível e invisível, a pintura confunde todas as nossas categorias ao desdobrar seu universo onírico de essências carnis, de semelhanças eficazes, de significações mudas » (2013, p.28).

O pintor se revoltou contra a lógica dos automos e da criação dos órgãos artificiais. « Não se trata mais de espaço e de luz, mas de fazer falarem o espaço e a luz que estão aí » (2013, p.40). « O mundo não está mais diante dele por representação: é antes o pintor que nasce nas coisas como por concentração e vinda a si do visível » (2013, p.44).

E, uma vez aí, ele desperta na visão ordinária das forças adormecidas um segredo de preexistência » (2013, p.45). O pintor não imita o visível, ele torna visível.

O pintor através da visão, toca portanto as duas extremidades. No fundo imemorial do visível algo se mexeu, se ascendeu, algo que invade seu corpo, e tudo o que ele pinta é uma resposta a essa suscitação, sua mão não é senão o instrumento de uma longínqua vontade. A visão é o encontro, como numa encruzilhada, de todos os aspectos do ser. Um certo fogo quer viver, ele desperta ; guiando-se ao longo da mão condutora, atinge o suporte e o invade, depois fecha, faísca saltadora, o círculo que devia traçar : retorna ao olho e mais além (MERLEAU-PONTY, 2013, p.53).

« A visão não é a metamorfose das coisas mesmas em sua visão, a dupla pertença das coisas ao grande mundo e a um pequeno mundo privado. É um pensamento que decifra estritamente os signos dados no corpo » (2013, p.31). « A visão é um pensamento condicionado, nasce por ocasião do que acontece no corpo, é excitada a pensar por ele » (2013, p.37).

Esses pretensos pensamentos são os emblemas os emblemas do *uso da vida*, as armas eloquentes da união, legítimas com a condição de não serem tomadas por pensamentos. São os indícios de uma ordem da existência – do homem existente, do mundo existente – que não nos compete pensar. Essa ordem não marca em nosso mapa do ser nenhuma terra incognita, não restringe o alcance de nossos pensamentos, porque está sustentada, como este, por uma *Verdade*⁴⁶⁶ que funda tanto sua obscuridade quanto nossas luzes (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 38).

O pintor, na perspectiva merleau-pontyana, funda uma outra verdade, uma verdade que transpassa o corpo e na qual o uso da vida é primordial. Essa verdade fundada no olhar, mas que vê o invisível é resultado de uma filosofia da percepção:

A pintura nos reonduza à visão das próprias coisas. Inversamente, como que por uma troca de favores, uma filosofia da percepção que queira reaprender a ver o mundo restituirá à pintura e às artes em geral seu lugar verdadeiro, sua verdadeira dignidade e nos predisporá a aceitá-las em sua pureza. O que aprendemos de fato ao considerar o mundo da percepção? Aprendemos que nesse mundo é impossível separar as coisas de sua maneira de aparecer (MERLEAU-PONTY, 2009, p.56).

⁴⁶⁶ Grifo nosso.

O pintor de Merleau-pony não é o historiador de Michelet? Não é o historiador micheletiano aquele que vê o invisível? Não é a história da alma aquela na qual a vida é inseparável? Não foi em Géricault que Michelet encontrou o melhor dos historiadores?

De fato, Michelet deve ser pensado no interior da Revolução Romântica de Jacques Rancière (2015), num contexto de embaralhamento entre o visível e invisível, que se dá na França principalmente depois de 1820. Sua leitura de Vico, *seu mestre*, foi fundamental para isso: Vico, o descobridor do verdadeiro Homero (AUERBACH, 2012). Foi a leitura de Vico, que coloborou para que Michelet compreendesse a diferença entre *il mondo della natura* e o *mondo delle nazioni*, « foram os próprios homens que fizeram este mundo de nações » (VICO, 1979)(MICHELET, 1831). Mais principalmente, foi de Vico sua inspiração para uma história como saber poético.

A sabedoria poética poderia promover algo maior que a ciência, ela promove o aperfeiçoamento do homem, a busca pelo bem do gênero humano (VICO, 1979, p. 68) A sabedoria poética, diz Vico, não era racional, não era abstrata, mas sentida e imaginada graças a natureza simpatética das mentes humanas com o objetivo de atuarem virtuosamente (VICO, 1979, p. 75). É evidente o esforço de Vico de propor um modelo diferente do cartesiano.

A conceito de vida na ideia de História micheletiano não é um conceito biológico, apesar de sua predileção ao transformismo nas obras naturalista, denominar sua escrita da história como vitalista⁴⁶⁷ é ignorar que Michelet « não naturaliza a moral, mais moraliza a natureza » (BARTHES, 1991, p.29). Nesse sentido, o vitalismo na sua obra relacionado a história não pode interpretado como ligação ao conceito renascentista e consolidado na Escola de medicina de Montpellier ligado a ideia de força vital.

Não faz muito tempo, a relação entre vida e História proposta por Michelet também foi evocada pelos historiadores dos *Annales* como *modus vivendis*, convocando os historiadores para descerem de suas torres de marfim (FEBVRE, 1989, p. 30). No entanto, o conceito de vida de Michelet está « no homem em si próprio, como intelecto e vontade », acima de tudo, a vida é onde a sabedoria poética se realiza, onde se cria a poesia, onde se compreende a história.

Considerações finais

A escrita da História de Michelet, como toda a historiografia francesa do século XIX, surgiu das cinzas da Revolução Francesa, da briga pelo seu espólio e da negação de alguns elementos da sua herança. Não podemos situá-la como um historicista, *tout court*, sua leitura de

⁴⁶⁷ Bourdè e Martin definem Michelet como “vitalista evolucionista”. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas Históricas*. Portugal: publicações Europa-América, 1983.

Vico lhe afastou de uma ideia segundo a qual o passado deve ser apreciado por ele mesmo. A história deve promover o encontro do homem com ele mesmo, o reconhecimento do seu lugar na história, mas que esse reconhecimento estimule a ação. Daí a insistência em Prometeu o homem é seu Prometeu moderno.

Prometeu é o criador, mas também aquele que se sacrificou pelos homens. Michelet busca na compreensão da história um meio de levar o homem a virtude, trata-se de recuperar a essência aristotélica da história, não como mestre da vida, mas como elemento para estímulo da virtude. Teria a história uma finalidade pedagógica para Michelet? Não no sentido moderno, deveríamos buscar sua função, talvez, na *paideia* grega ou na Idade dos heróis como descrita por Vico, a história como um saber poético.

Afirmar a história como um saber poético, acima de tudo, é propor uma história à margem da metafísica cartesiana. Não se trata de pensar a história a dividindo com a vida, retirando a vida que nela é inerente. O mundo histórico é fundamentalmente a vida histórica. A história só pode ser compreendida se for lida com a vida. Somente a leitura realizada com a vida permite o historiador e o pintor ver o invisível.

O traço da escrita da história de Jules Michelet consagra a união da vida com o conhecimento histórico. Se apropriando das palavras de Alexandre Koyré, tanto a *história* quanto a vida é muito mais complexa que uma fórmula algébrica.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Tradução de Alvares Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. *Combate pela História*. Lisboa : Editora Presença, 1989.

KOYRÉ, Alexandre. *Considerações sobre Descartes*. Lisboa : Editora Presença, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2011.

_____. "A configuração do moderno conceito de História". In: *O conceito de História*. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. “Les « retours » dans l'historiographie française actuelle”. In: *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, N. 22, 1999, pp.2-9.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*. Tradução de Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Cosacnaify, 2013.

_____. *Conversas – 1948*. Tradução de Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MICHELET, Jules. *Histoire de France: Moyen Age*. Paris: Ernest Flammarion, 1869.

_____. Introduction a L’Histoire Universelle. Paris: Librairie Classique de L. Hachette, 1831.

_____. Renaissance et Réforme: Histoire de France au XVI Siécle. Paris: Editora Robert Laffort, 1982.

_____. *A Agonia da Idade Média*. Tradução de Artemis Albuquerque Cêlho e Plínio Augusto Cêlho. São Paulo: Editora da PUCSP, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do Sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. *Os nomes da História: Ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUNESP, 2015B.

THIERRY, Augustin. *Lettres sur L’Histoire de France*. Paris: Just Tessier, 1827.

A CRÍTICA ROUSSEAUNIANA DA CULTURA PRESENTE NOS DOIS DISCURSOS: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE “CADEIA DE FERRO”

Ricardo Lenard Alves⁴⁶⁸

RESUMO: Esta comunicação analisa a crítica da cultura produzida por Rousseau em seus dois discursos, o “Discurso Sobre as Ciências e as Artes” e o “Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens”. O método aplicado é o do contextualismo linguístico da Escola de Cambridge que avalia as motivações e a racionalidade própria das obras clássicas da política e da moral com auxílio de escritos do próprio autor que as anunciem e com análise de contextos históricos. A crítica da cultura rousseauniana é feita pelo escrutínio das origens das ferramentas e habilidades humanas e por comparações com o homem em Estado de Natureza, sua conclusão é que a cultura civilizacional é ambivalente e pode ser representada por uma figura que o filósofo utiliza, a da “cadeia de ferro”, que seria uma angústia compartilhada por todos os homens que vivem em sociedade.

“Mau grado o que dizem os moralistas, o entendimento humano deve muito às paixões, que, de comum acordo, também lhe devem muito: é pela sua atividade que a nossa razão se aperfeiçoa; só procuramos conhecer porque desejamos gozar” ROUSSEAU

⁴⁶⁸ Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás. Orientador: L. S. D. Silva. Email: ricardolenard@hotmail.com.

Este artigo analisará o conceito de “cadeia de ferro” utilizado por Rousseau. O conceito remete à ordem da razão moderno e permite a compreensão de parte da crítica da cultura apresentada pelo filósofo suíço. Para tanto, utilizaremos o contextualismo linguístico para nos auxiliar na análise, ou seja, traremos elementos exteriores ao texto que possam corroborar com a interpretação do conceito. Enfim, apresentaremos parte da biografia de Rousseau, com elementos que possam contribuir para nossa interpretação, e o contexto político e filosófico que os textos se inseriam, posteriormente apresentaremos como o conceito em análise aparece nos textos e como outros que podem auxiliar em nossa interpretação e, por fim, falaremos da relevância do conceito na sua interpretação da cultura.

A “cadeia de ferro” é o conceito-chave para a compreensão da crítica da cultura de Rousseau. Inicialmente é preciso ter claro um certo jogo de remissões que é permitido fazer aqui, pois Civilização remete ao conceito de Cultura que, por sua vez, remete ao conceito de Razão. E ao colocar no mesmo horizonte esses três conceitos podemos compreender melhor o projeto de Rousseau. Portanto, a crítica da cultura passa também por uma crítica a razão. A “cadeia de ferro” consegue nos indicar uma noção da ordem da razão moderna e seus conflitos internos como Rousseau pensou.

Embora os textos de Rousseau sejam diretos e didáticos, escolhemos dar uma perspectiva contextualista de seus textos. Nas obras do filósofo se encontram muitas referências aos antigos, por exemplo, e que são típicas de seu contexto. Seu contexto de efervescência política e filosófica e que também são relevantes para compreendermos melhor suas obras. Aqui não pretendemos discutir se o texto consegue se explicar sozinho ou se os contextos interferem nos textos, assumiremos o método do contextualismo linguístico de Quentin Skinner por entendermos que isso auxiliará na compreensão do texto. Tal empreendimento se faz por uma hermenêutica com procedimentos específicos que busca analisar a singularidade do contexto que o discurso político foi emitido.

O contextualismo linguístico pode ser entendido como “a reconstituição do sentido histórico das ideias. Tratava-se, portanto, de continuar descobrindo o que os pensadores políticos pretenderam dizer em seus textos” (LOPES, 2011: p. 189). Trata-se de um procedimento hermenêutico voltado especificamente para compreensão de textos políticos que impede a perpetuidade das grandes teorias políticas passadas, mas, ao mesmo tempo, permite refinar a análise destas.

Para tal reconstituição é realizada, basicamente, por alguns procedimentos fundamentais. Sendo o primeiro “a partir da análise do contexto histórico de produção de suas obras, levando-se também em consideração os eventos e os debates travados frente às questões

políticas formuladas em seu próprio tempo por outros agentes” (LOPES, 2011: p. 189). Já o segundo é:

o domínio do vocabulário normativo que tanto descreve quanto legitima ações de personagens históricos permitiria ao intérprete compreender a linguagem na qual se expressou o autor do passado. Isso porque tal domínio possibilitaria estabelecer contato com a mensagem que um dado escritor político tentou transmitir para aqueles interlocutores que considerou como a sua audiência. (LOPES, 2011: p. 189)

Gostaria de chamar a atenção para o primeiro procedimento, pois nele evidencia melhor nossa pretensão. Com ele colocaremos em evidencia os debates que Rousseau se propôs, por quais interesses ele produzia suas obras, com quais destinatários o autor se destinava e, por fim, a receptividade que o mesmo teve. Pois é nessa reconstrução de um sentido ligado a um contexto histórico a compreensão do conceito que analisaremos se qualificará. Quando consideramos um conceito que efetivamente faz uma crítica de algo é ainda mais produtivo utilizarmos de estratégias que meditem sobre um contexto ao qual se insere.

Evitando se estender muito, descreveremos os aspectos mais da biografia do autor que diz respeito à sua formação intelectual, suas produções, enfatizaremos, em especial, duas obras importantes que são os dois discursos – “Discurso Sobre as Ciências e as Artes” e “Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens” –, e posteriormente descreveremos sobre o contexto dos debates em que ele se inseriu.

Jean-Jacques Rousseau ou somente Rousseau nasceu em 28 de junho de 1712, em Genebra na Suíça. Foi filho de um relojoeiro calvinista e não chegou a conhecer a mãe Estudou em uma escola de rigor religioso acentuado. Logo cedo encontra uma senhora abastada economicamente que o incentiva nos estudos de filosofia e música. Produziu algumas óperas que rendeu seu contato com Diderot. Escreveu romances. Em 1762, Rousseau começou a ser perseguido na França, pois suas obras foram consideradas uma afronta aos costumes morais e religiosos. Em 1765, foi morar na Inglaterra a convite do filósofo David Hume. Falece aos 66 anos, em 2 de julho de 1778 na França.

Rousseau participou do movimento enciclopedista. Juntamente com Denis Diderot, Jean le Rond d’Alembert, Voltaire – embora este tenha tido uma relação conflituosa com Rousseau, Montesquieu, Buffon e do barão D’Holdbach. Buscaram catalogar o conhecimento humano. As atitudes críticas do movimento enciclopedista contribuíram para fomentar a revolução francesa e revitalizar a filosofia à época.

Não podemos deixar de citar as inspirações filosóficas do autor. Como demonstra com diversas citações, Rousseau indubitavelmente se inspirou na filosofia antiga, com bastante

ênfase em Epicuro e na escola estóica. Isso pode ser percebido em uma busca pelos termos que o autor coloca, as oposições que são feitas e, principalmente, os critérios que utiliza para estabelecer suas escolhas.

Como um último elemento que é importante ressaltarmos da história do filósofo suíço é a relevância do universal para a filosofia de Rousseau. Adotar a utilização do universal é o que permitiria ao mesmo elaborar uma crítica da cultura destinada ao sentido amplo, sem estar determinada à um espaço ou à algum tempo. Já que a dignidade humana seria um atributo presente em todos os seres humanos depositada pela própria natureza, o que poderia motivar as hierarquias seriam as convenções sociais. Tal noção é tão rica politicamente, que este pensamento desestabilizaria as noções de absolutismo.⁴⁶⁹

Fazer crítica da cultura foi um esforço que ocupou um espaço fundamental para os objetivos que Rousseau se propôs. Como objetivo maior os dois discursos parecem se encontrar, embora são análises de objetos diferentes que levam à objetivos secundários diferentes. Analisemos melhor o que o próprio autor diz.

No primeiro parágrafo do primeiro discurso, o “Discurso Sobre as Ciências e as Artes”, o autor evidencia as perguntas que se propõe a responder:

O restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para purificar ou corromper os costumes? Eis o que se trata de examinar. E que partido devo tomar nessa questão? Aquele, senhores, que convém a homem de bem⁴⁷⁰ que nada sabe e que como tal não se estima menos (ROUSSEAU, pag. 14)

Ou seja, o que o autor pretende discutir é a utilidade das artes e das ciências para a formação humana. Aqui também parece ser adequado remetermos para a herança estóica do autor. Quando se fala em purificar ou corromper, aproximando dos estóicos, os costumes seria justamente se a arte e a ciência estimulam os vícios ou as virtudes, no parágrafo ele não coloca nesses termos, mas durante o resto do discurso e no seu segundo podemos notar a preocupação em torno dessas noções. Mas podemos jogar em outros conceitos para compreender melhor o projeto de Rousseau e a pergunta seria: como a ciência e arte agem no processo de subjetivação e disciplinarização do Eu? Um pouco mais a frente falaremos do motivo de remeter a perguntar à outras perguntas, basta explicar o caminho percorrido no segundo discurso.

⁴⁶⁹ Para mais informações: DANNER, Leno Francisco. Universalismo e Crítica da Cultura: Um Argumento em Defesa do Universalismo. Revista Estudos Filosóficos. nº 6. 2011

⁴⁷⁰ Não conseguimos compreender bem o que o autor pretende dizer nessa frase, pois no segundo discurso ele nos apresenta um conceito de homem de bem que é: “O homem de bem é um atleta que tem prazer em combater nu; despreza todos esses vis ornamentos que dificultam o uso das suas forças e cuja maior parte só foi inventada para ocultar alguma deformidade”. Um conceito alegórico como este torna a compreensão algo mais complexo. O que inferimos é que ele tenta partir de um homem virtuoso ou aquele que combate pela virtude sem interesses depravados

Não podemos deixar de citar o compromisso que o autor faz com a felicidade em seu primeiro discurso. Rousseau no final do seu primeiro discurso diz:

que os sábios encontrem honrosos asilos nas suas cortes; que obtenham a única recompensa digna deles, que é a de contribuir por seu crédito para a felicidade dos povos aos quais tiverem ensinando a sabedoria; só então se verificará o que podem a virtude, a ciência e a autoridade, animadas de nobre emulação e trabalhando harmoniosamente para a felicidade do gênero humano (ROUSSEAU, pag. 50)

Ou seja, a purificação dos costumes pode ser pensada como a felicidade do gênero humano. Isto implica que Rousseau dá em uma certa medida uma abertura para uma disciplinarização que desenvolva a felicidade na humanidade. Ou seja, a sociedade policiada ou a civilização não parece aqui necessariamente corromper os costumes. Muito mais um tipo de arte e ciência, aparentemente as que não instigam a felicidade, ou melhor, as que se separam da sabedoria.

Mas é no segundo discurso que Rousseau evidencia seu projeto. Na introdução do prefácio do segundo discurso o autor já nos apresenta seu propósito.

O mais útil e o menos avançado de todos os conhecimentos humanos me parece ser o do homem; e ousar dizer que só a inscrição do templo de Delfos continha um preceito mais importante e mais difícil do que todos os grossos livros moralistas (ROUSSEAU, pag. 28)

Portanto, a proposta de Rousseau é conhecer a si mesmo. Basta analisarmos o que diz a inscrição do templo de Delfos: “conhece-te a ti mesmo”. Quando Rousseau busca, em seu segundo discurso, ele busca muito mais conhecer a si mesmo. Não nos esqueçamos da escrita sempre política de Rousseau e, portanto, se trata de dar um sentido político ao conhecer a si mesmo e, assim, exigir certos direitos ou por busca de equidade. Conhecer a si mesmo é uma questão política que o autor encontra e a forma como ele fará isso será por meio de um discurso sobre a origem da desigualdade.

E aqui podemos perceber como os dois discursos se alinham. Enquanto no primeiro há a pergunta de como duas invenções humanas, a ciência e as artes, servem para formar o Eu e se isso pode ou não ser positivo; na segunda a preocupação pretende ser mais direta, busca conhecer a si mesmo. Sintomaticamente, a pretensão dos dois discursos, embora por caminhos diferentes, remete ao mesmo lugar, o do conhecimento si mesmo.

Portanto, a crítica da cultura de Rousseau se passa pelo conhecimento de si mesmo. Este é o grande objetivo almejado pelo filósofo. Agora podemos entrar em aspectos da sua crítica da cultura. Mas, por uma questão de recorte, nos limitaremos somente em como o autor pensa o homem natural e o homem policiado ou civilizado. Pois, com estes dois termos,

conseguiremos compreender bem o que o conceito que nos propomos a analisar neste artigo, o de “cadeia de ferro”.

Seguiremos uma ordem que parece agradar mais Rousseau, primeiro falaremos do homem em estado de natureza, suas características físicas e morais, seu estilo de vida e suas operações da alma, posteriormente falaremos é considerado o homem civilizado em seu pleno desenvolvimento e, por fim, apresentaremos o conceito de “cadeia de ferro”.

Há um objetivo político em descrever o homem em seu estado de natureza. Somente conhecendo bem o que é esse homem em estado de natureza e suas características fundamentais é que podemos garantir com justiça os direitos naturais inerentes a cada ser humano. Portanto, Rousseau se coloca em meio à uma discussão política totalmente voltada ao contexto em que ele vivia, pois fazer menção ao direito natural era, também, se opor ao estado absolutista e todas as suas premissas de desigualdade do direito em relação aos membros da sociedade civil, já que todos seriam naturalmente iguais, não haveria possibilidade para falta de isonomia.

Enfim, podemos entrar nas discussões sobre o homem em seu estado de natureza. Por homem em estado de natureza ele considera aquele que já tem todas as potencialidades para o desenvolvimento da civilização, ou melhor, da sociabilidade. Ou seja, será considerado o humano despido de qualquer faculdade artificial que advém de um determinado momento da história humana. Outro ponto interessante da análise de Rousseau é a forma singular de valorização do estado de natureza em relação à outros autores, como Leopoldi nos mostra:

Para Rousseau o estado de natureza não caracteriza um período da história humana marcado por inconveniências a serem superadas pela constituição da sociedade civil. Aqueles para os quais o estado de natureza constituía uma etapa que precisava ser necessariamente ultrapassada para que a humanidade pudesse estabelecer formas de convivência mais adequadas ao conjunto dos indivíduos, como é, por exemplo, o caso de Locke e Hobbes, essa passagem implicava perdas em termos da limitação da liberdade e do julgamento e execução pelos próprios indivíduos da “lei da natureza”. Mas o estabelecimento da sociedade civil através de um pacto acordado por toda a comunidade trazia ganho suficiente - em termos de preservação da vida, da liberdade, da propriedade, da igualdade, dos bens e da segurança e do respeito às leis que deveriam submeter igualmente a todos - para ser amplamente adotado. (LEOPOLDI, pag. 159)

Após deixar claro a noção singular de Rousseau em relação aos outros filósofos contemporâneos e com análises sobre o homem em estado de natureza, é bom ressaltar que, muitas vezes, Rousseau o considera com vantagens em relação ao civilizado. O autor descreve o homem em estado de natureza por alguns critérios e os seguiremos. O primeiro é o físico, depois metafísico e o moral. A ordem será a mesma.

No aspecto físico, devido à ausência de ferramentas, o homem em estado de natureza desenvolveria sua capacidade física consideravelmente. Este é um elemento que Rousseau enfatiza muito no homem selvagem, aquele da sua robustez e agilidade, do desenvolvimentos de faculdades ligadas à constante atividade física, enfim, ele diz sobre o homem selvagem:

Constituindo a própria conservação quase, o seu único cuidado as suas faculdades mais exercitadas devem ser as que têm por objeto principal o ataque e a defesa, seja para subjugar a presa, seja para se preservarem de ser a de outro animal; ao contrário, os órgãos que não se aperfeiçoam senão pela moleza e a sensualidade devem ficar em um estado de grosseria que exclui em si toda espécie de delicadeza; e como os sentidos participam disso, terá o tato e o gosto extremamente rudes, a vista, o ouvido e o olfato mais sensíveis. Tal é o estado animal em geral, e é também, segundo as narrativas dos viajantes, o estado da maior parte dos selvagens. (ROUSSEAU, pág. 53 e 54)

Como podemos notar o Físico aqui parece estar relacionado com o homem ainda com poucas ferramentas ou ferramentas rudes. Em comparação com o homem em estado de sociedade, o selvagem é mais robusto e forte, mais ágil e perspicaz em relação a coisas das naturezas. A moleza e a sensualidade típica do homem em estado social entra em contraposição com o em estado de natureza pois seu próprio corpo se altera de acordo com esses progressos, transformando em um corpo mais sensível as ações da natureza. O ser em estado de natureza gozaria de vantagens em relação ao ser em estado social, e o ser em estado social possuiria outras vantagens. O que ele mostra é que biologicamente o processo civilizatório gera problemas que o mesmo tem de resolver, causando muitas vezes uma noção de avanço. O progresso parece não ser negado, mas não pode ser superestimado.

Em Rousseau o homem em estado de natureza vive de modo isolado. Não havendo necessidade de contato e, muito menos, o desejo, encontra-se com outro humano teria como o único fim a reprodução:

a menor necessidade um do outro; (...) não tendo nem casa, nem cabanas, nem propriedade de nenhuma espécie, cada qual se abrigava a esmo e em geral por uma única noite; os machos e as fêmeas uniam-se fortuitamente conforme o caso, a ocasião e o desejo (...). Logo que tinham forças para procurar seu alimento, [os filhos] não tardavam em deixar a própria mãe e, como quase não havia outro meio de encontrar-se senão o de não se perder de vista, logo chegavam ao ponto de nem sequer se reconhecerem uns aos outros. (ROUSSEAU)

A possibilidade de comunicação, o amor-próprio, a vaidade as preocupações com reputação, vinganças e todos esses sentimentos ou desejos que são típicos da vida em sociedade ou dependem, minimamente, de uma preocupação com a imagem que o outro tem sobre si não seriam possíveis para o homem selvagem já que este estaria em completo isolamento.

A linguagem ocupa um papel fundamental para o desenvolvimento do pensamento em Rousseau. Portanto, no estado de natureza o homem não poderia minimamente experimentar

determinadas sensações que advém com o desenvolvimento da razão ou que só são apreciadas com o estímulo da sensibilidade a partir de situações que só a vida em sociedade permite. Ou seja:

O homem selvagem, entregue pela natureza exclusivamente ao seu instinto, ou antes, indenizado do que talvez lhe falte por faculdades capazes, primeiro, de o suprir, e, em seguida, de o elevar muito acima dela, começará, pois, pelas funções puramente animais. Perceber e sentir será seu primeiro estado, que lhe será comum com todos os animais; querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase únicas operações de sua alma, até que novas circunstâncias lhe causem novos desenvolvimentos. (ROUSSEAU, Pág 57)

O fundamental da obra de Rousseau é que estes dons da natureza são bens inalienáveis ou, no mínimo, deve-se duvidar da capacidade de se despojar desses bens. O exemplo da liberdade e da vida são extremamente interessantes, mas não podemos esquecer da piedade e capacidade de aperfeiçoar, por exemplo. Mas nos restringiremos ao exemplo que o próprio autor dá sobre a vida e a liberdade:

Dons essenciais da natureza, tais como a vida e a liberdade, que é permitido a cada um gozar e que pelo menos é duvidoso que se tenha o direito de se despojar: perdendo-se uma, degrada-se o ser; perdendo-se a outra, aniquila-se tanto quanto existe em si: e, como nenhum bem temporário pode compensar uma e outra, seria ofender ao mesmo tempo a natureza e a razão renunciar a isso, por qualquer preço que fosse. (ROUSSEAU, p. 124 e 125)

Ou seja, a renunciar do que o autor chama de dons essenciais da natureza seria uma ofensa tanto a razão quanto à natureza. E esse é um dos motivos que Rousseau se interessa por estudar o estado de natureza, pois, assim, ele poderia aprofundar nos fundamentos dos direitos naturais e sobre a sua constituição. Esses direitos, que são inerentes e universais, não poderiam ser renunciados facilmente, somente gerando, minimamente, um grande mal-estar ao homem.

Encerraremos aqui sobre o homem em estado de natureza e começaremos a discorrer sobre o homem em civilização.

Para não nos estendermos muito, e por acreditar que no próprio esboço do homem em estado de natureza seja possível compreender bem o que é o homem em estado de civilização, só descreveremos fatores fundamentais da noção de homem civilizado de Rousseau.

Evidentemente, o ser em civilização é aquele quase oposto do em estado de natureza aqui descrito. Com uma linguagem definida e que possa gozar de certa abstração, com virilidade do corpo já prejudicada devido ao uso de ferramentas, o desenvolvimento do que o autor chama de amor-próprio, sua entrega à alguns vícios que a própria sociedade constitui. Se os seres em estado de natureza não têm os sentimentos apurados, ou se restringem a sensações rústicas e da vida cotidiana em constante repetição que a natureza oferta, na vida em sociedade o tempo e o luxo promovidos pela metalurgia e a agricultura permitem que a sensibilidade se aguçe em

determinados níveis. A linguagem já desenvolvida só estimula mais o progresso de ferramentas e, portanto, a indústria e o comércio.

O acúmulo de objetos e paixões formadas pelo progresso civilizacional resulta num contrato de privação de certos bens com o objetivo de manter outros. Nisso Rousseau diz:

As distinções políticas conduzem necessariamente às distinções civis. A desigualdade crescente entre o povo e seus chefes fez-se logo sentir entre os particulares, entre eles se modificando de mil maneiras, segundo as paixões, os talentos e as ocorrências. O magistrado não poderia usurpar um poder ilegítimo sem o auxílio de criaturas às quais é forçado a ceder alguma parte. Aliás, os cidadãos só se deixam oprimir na medida em que são arrastados por uma cega ambição, e olhando mais abaixo do que acima deles, a dominação torna-se-lhes mais cara do que a independência, e em que consentem em carregar cadeias para poder distribuí-las por sua vez. (ROUSSEAU, pag. 132)

Como veem o progresso para Rousseau, embora traga alguns benefícios, causa um conflito interno nos próprios cidadãos. Já que o avanço da civilização deveria contribuir muito mais para progredir a sabedoria e a boa manutenção do estado, ocorre o contrário, o homem se escraviza em seus vícios e, portanto, necessita desenvolver dispositivos que o impeçam de se autodestruir ou de destruir aquilo que foi construído pelas orientações de seus vícios.

E é nesse paradoxo que a “cadeia de ferro” deve ser entendida. É o paradoxo que o homem civilizado sente ao viver os progressos da civilização, ao mesmo tempo que pode experimentar a volúpia da razão, ele tem de reprimir determinados dons essenciais da natureza. Num trecho do discurso sobre a ciências e as artes podemos ver como esse conceito se comporta:

O espírito tem suas necessidades, assim como o corpo. São esses os fundamentos da sociedade, constituindo os outros o seu atrativo. Enquanto o governo e as leis promovem a segurança e o bem-estar dos homens na coletividade, as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e mais poderosas talvez, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro que eles carregam, sufocam neles o sentimento dessa liberdade original para a qual pareciam ter nascido, fazem-nos amar sua escravidão e formam assim os chamados povos policiados. (ROUSSEAU, pag. 17)

E é com esse paradoxo que podemos compreender os conflitos internos do homem civilizado. Ao mesmo tempo que sentem todo o fervor de certos dons essenciais de sua própria natureza, o seu próprio uso da razão constrói uma cadeia de ferro que reprime em grande parte ou, minimamente, maltrata esse fervor.

Rousseau, aparentemente, não parece se opor ao sentimento racional, pelo contrário, em certos momentos parece o admirar. Ele parece muitas vezes acreditar numa convivência harmoniosa entre os bens essenciais da natureza e a razão. A chave questão é que a cultura das ciências e das artes, ou de outra forma, civilizacional falhou quando escolheu determinados

elementos para manter a segurança da espécie. Sua proposta parece encaminhar para uma reestruturação da sociedade pelo viés democrático

Referências Bibliográficas

CUNHA, João Geraldo Martins da. Fichte leitor de Rousseau: crítica da civilização ou crítica da cultura?. *Cadernos de Filosofia Alemã*. v. 22; n. 3. pp.13-23.

DALBOSCO, Claudio Almir. Crítica à Cultura, Sociabilidade Moral e Amour de L'ordre em Rousseau. Editora Jundiaí. 2009

DANNER, Leno Francisco. Universalismo e Crítica da Cultura: Um Argumento em Defesa do Universalismo. *Revista Estudos Filosóficos*. nº 6. 2011

LEOPOLDI, José Sávio. Rousseau - estado de natureza, o “bom selvagem” e as sociedades indígenas. *ALCEU* - v.2 - n.4 - p. 158 a 172 - jan./jun. 2002

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre as ciências e as artes [1750].

_____. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens [1755]. Visto em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>

A INTERAÇÃO ENTRE O HUMANISMO MÉDICO, TRADIÇÃO MÉDICA E EXPERIÊNCIA NA OBRA DE GARCIA ORTA (GOA, 1563)

*Ronaldo Crispim Ribeiro Filho*⁴⁷¹

RESUMO: Este trabalho pretende compreender a complexa relação do mundo natural perspectivado e instrumentalizado pelo humanismo português do quinhentos. Dentro da complexa interação de forças como a tradição legada pelo corpus teórico e prático da medicina medieval e a crítica filológica humanista que moviam as discussões sobre a *materia medica* nas universidades e jardins europeus, havia ainda elementos específicos que individualizavam a farmácia portuguesa do período. Pretendo compreender sob quais condições a farmácia portuguesa vai assegurar seu importante contributo nos estudos dos simples e compostos, tendo em vista a análise da obra “Colóquio dos Simples”, publicado em Goa, 1563⁴⁷², de autoria do humanista e botânico português Garcia Orta, que pode evidenciar essas interações.

Palavras-chave: Humanismo; Medicina; Portugal.

⁴⁷¹ Mestrando bolsista Capes do Programa de Pós- Graduação em História UFG, sob orientação da Prof^ª. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos.
E-mail: ronaldocrispim56@gmail.com

⁴⁷² Versões do documento usadas: Garcia Orta. *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgu[m]as frutas achadas nella onde se tratam algu[m]as cousas tocantes a medicina, pratica e outras cousas boas, pera saber*. Impresso em Goa: por Ioannes de Eaden, 1563. Documento disponível em: <<http://purl.pt/22937>> acessado em: 02/11/2017 às 14:57. ; Garcia Orta. *Colóquios do Simples e drogas da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1^ª reimpressão, 1895.

Segundo o historiador português José Pedro Sousa Dias⁴⁷³, o objeto central da História da Farmácia é o medicamento (2005: 09). Objetificar o medicamento é, sobretudo, explorar as formas como os homens no tempo se relacionam com a natureza e o corpo a partir do esforço em manter a vida e amenizar o sofrimento. Portanto, o medicamento não pode ser dissociado da valoração dada pelas comunidades humanas, sendo visualizado somente a partir de seus elementos físico-químicos e de suas alterações no corpo. Sua natureza simbólica, assim como as funções que desempenha na vida dos homens – ou seja, o processo histórico pelo qual ela passa de meio natural dado e passa a ser visto como medicamento – é o que permite ser explorado pela ciência histórica.

Pretendo aqui, seguindo as tendências contemporâneas da História da Farmácia, perspectivar o medicamento a partir da síntese das duas abordagens possíveis sobre o medicamento: no tocante as transformações técnico-científicas e das concepções de saúde pela História das ciências e das relações entre o profissional, medicamento e sociedade pela História econômica- social.

Os intelectuais portugueses: descobrimentos e humanismo

Para compreender como o mundo natural é instrumentalizado pelos portugueses do século XVI é necessário que os situe dentro das condições intelectuais e sócio- econômicas de seu tempo. São condições específicas que levaram a historiografia a afirmar que o povo lusitano possuiu durante o quinhentos a proeminência na catalogação, estudo e experimentação dos produtos naturais à medida que se aprofundava as relações dos povos ibéricos com outras culturas ao nível global.

Segundo Luís Felipe Barreto, nasce uma estrutura de vida à escala mundial engendrada pelas experiências e expansões ultramarinas. Tendo em vista a universalidade de Portugal no quinhentos, o historiador caracteriza esses homens lusos como “mensageiros do mundo” e “intermediários do planeta” (1997: 368). O diálogo com essa mundialidade, conseqüentemente, produz uma ampliação abrupta do mundo natural conhecido pelos europeus, do qual, deve-se uma parcela de responsabilidade aos estudos e contribuições dos intelectuais portugueses que mantém relação com a *materia medica* (repertório de saberes sobre os minerais, a fauna e a botânica empenhados no esforço terapêutico do corpo doente).

⁴⁷³ Obra digital sobre a metodologia e pressupostos da História da Farmácia disponibilizada online. Ver: DIAS, José Pedro Sousa. *Homens e medicamentos. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica*. 2005. Disponível em: <<http://www.ff.ul.pt/~jpsdias/docs/Homens-e-medicamentos-parteI.pdf>> acesso em: 30/11/2017 às 23:03.

A partir das apostas feitas por D. João II, os descobrimentos no final do século XV chegam às rotas marítimas para as Índias (1494) e do Novo Continente (1500). Sob o centralismo intensificado na formação do Império Marítimo Português, com o reinado D. Manuel I, e continuado por seu sucessor D. João III, há uma continuidade da “vocação” dos reis portugueses em lançar-se ao mar.

O rei, que incorporara parte dos domínios ocidentais espanhóis pelo Tratado das Tordesilhas, estruturou seu império principalmente sobre a rota das especiarias nas naus de carreira da Índia. Uma economia mercantil formava-se em torno do ouro de Guiné, do açúcar e madeira dos Açores e do controle do comércio de especiarias, em especial a pimenta da Índia e Malaca.

Além do comércio da pimenta que favoreceu o enriquecimento da coroa (principal *commodity* do Império Marítimo português no quinhentos), os portugueses se integravam às significativas redes comerciais entre mulçumanos e hindus. Estas, basicamente envolvendo o algodão e esmeraldas do Guzerate (interior da Índia), a canela e pedras preciosas do Ceilão e o cravo, a pimenta e a noz moscada das ilhas Molucas.

Assim, toneladas de *commodities* desembarcavam nos portos lusitanos e de lá para os outros centros urbanos da Europa, como Flandres e Paris. Consequentemente, esse comércio ultramarino, com Lisboa no centro das relações entre Guiné e Goa, alteraria profundamente a vida social e econômica dos centros urbanos portugueses ao longo do XVI.

Lisboa, com o principal porto do reino, era o pólo financeiro e comercial do império, com estruturas burocráticas de taxaço de impostos, Alfandegas, além da Casa da Índia, que recebia as *commodities* e negociava as licenças de venda das especiarias para os comerciantes da Europa.

Nessa empreitada colonial lusa no Oriente, importantes obras como a do boticário mor de D. Manuel I o português Tomé Pires em sua *Suma Oriental* (1515), Duarte Barbosa no *Livro que dá a relação do que se viu e ouviu no Oriente* (1512) e do naturalista Cristóvão da Costa em sua obra *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias orientales* (1578) faziam uma descrição geral das plantas e localidades entre a Costa da Índia e ilhas Molucas. Essas obras foram, basicamente, as primeiras descrições sobre a botânica oriental pelos portugueses na fase de conquista e estabelecimento das fortificações e vilas.

Mas segundo o historiador A. J. Andrade Gouveia, Amato Lusitano⁴⁷⁴ e Garcia Orta ocupariam uma distinta importância no estudo das drogas medicinais do além-mar (1985: 7).

⁴⁷⁴ Sobre a vida do humanista português sefardita Amato Lusitano, ver a biografia: LEMOS, M. *Amato Lusitano – a sua vida e sua obra*. Porto: BiblioLife, 1907.

Ambos possuindo trajetórias pessoais semelhantes, cursaram medicina na Universidade de Salamanca (Garcia se forma em 1523 e Amato em 1529), exercem a medicina em Portugal e estudam a fauna, flora e minerais provenientes do Oriente.

É, porém, a ascendência judaica comum que marcou profundamente a vida itinerante de ambos. Portugal, alinhado às tendências dos reis Católicos da Espanha desde o final do século XV, promoveram uma perseguição às comunidades judaicas. Antecipando-se antes que as perseguições aumentassem em consequência do estabelecimento da Inquisição em Portugal entre 1536-7, os dois curiosamente fugiram de Portugal no ano de 1534: Garcia Orta sob a proteção do capitão-mor Martins Afonso se exilará para o resto da vida na Índia Oriental; Amato Lusitano percorrerá os grandes centros urbanos da Europa culta quase sempre fugindo das perseguições aos judeus.

No exílio que Garcia Orta publicará após mais de 30 anos de experiência prática, publicara na imprensa de Ionnes de Eaden a obra chamada “*Coloquios dos simples, he drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgumas frutas achadas nessa onde se tratam algumas cousas tocantes a medicina pratica, e outras coisas boas, para saber*” na cidade de Goa em 1563. Por meio de 58 colóquios ou diálogos hipotéticos com uma espécie de alter-ego chamado Ruano, Orta relata suas experiências terapêuticas adquiridas para o interessado interlocutor. Os colóquios tratam de substâncias naturais e seus usos medicamentosos, cuja maioria fala sobre plantas medicinais (sendo quarenta e cinco ao todo) e outras que falam dos usos terapêuticos do Marfim (Colóquio 21), das pedras preciosas (Colóquio 44), da pedra Bezoar (Colóquio 45) entre outros.

Basicamente, em cada Colóquio Orta objetiva a catalogação correta dos simples, descrevendo a matéria e suas propriedades terapêuticas e usos na Índia dos velhos materiais, tal como testemunhado no Colóquio I:

“[...] porque tenho grande desejo de saber das drogas medicinais (as que chamam lá em Portugal de botica) e destas outras mezinhas simples que aqui há [...]” (ORTA, vol. I, 1895.)

Para isso, baseia suas afirmações em observações de casos clínicos exemplificados na obra, na observação e, em último caso, recorrendo a pessoas ‘dignas de fé’, que provavelmente seriam médicos mulçumanos com as quais mantinha contato nas expedições. No colóquio 47, por exemplo, ele relata o diagnóstico e o restabelecimento da saúde de um famoso físico que procurou curar-se com o humanista:

“[...] veio aqui curar comigo, e pousou em minha casa; eu o vi, e lhe senti alguma opilaçam no fígado, e lhe senti excrecencias e princípios na febre manifestos; e vendolhe as orinas o convenci que aquilo era latica, com alguma

mestura de melancolia por adustam [...] u curei este homem alguns dias, e ficou sem febre com huma inflaçam e dor no estomago, e com humas ventosidades grossas nelle, pera o qual lhe dava conserva de gengivre, com que se achava melhor; e nunca pôde este fisico sarar, até que lhe dei o *páo da China*, retificando a aguoá com huma pouca de aguoá estilada de canela, e asi foy perfeitamente sam.” (*Ibid.* vol. XLIV, 1895.)

A utilização exaustiva de termos como ‘opilativos’, ‘purgativos’, ‘suadouros’, ‘vomitivos’ durante a descrição das propriedades dos simples ao longo dos colóquios faz referência a uma concepção de intervenção medicamentosa ligada à de corpo e doença própria da tradição médica do medievo.

Sobre uma tradição na medicina medieval, me refiro ao *corpus* teórico e ao repertório de saberes baseado nas grandes autoridades médicas da Antiguidade Clássica e do medievo (cristão, mulçumano e judeu). São leituras fundamentais para o saber prático e teórico sobre o mundo natural, o corpo humano, a saúde, a dietética e a terapêutica. Assentando-se sobre a teoria humoral Hipocrática e a compleição de Galeno, baseava-se ainda na separação *tékne* e *episteme* da atuação médica e a separação da manipulação *pharmaka* (elemento do processo de cura junto à cirurgia e dietética) da atuação *fysica*⁴⁷⁵.

Ao longo do medievo, haverá um esforço coletivo de diferentes concepções teóricas e práticas, onde há a mobilização vários autores, compiladores e diferentes edições; sendo endossada, interpretada e comentada. No ocidente cristão, uma reflexão teórica da medicina só será possível a partir da sua elevação epistêmica enquanto saber pelos intelectuais medievais, como o faz Isidoro de Sevilha (Séc. VII)⁴⁷⁶. Ainda, possui seu enorme contributo pelos comentários, lições e compilações, por autores judeus e mulçumanos.

Durante o medievo, a medicina encontrará pontos de flexão, como com as influências do Renascimento Árabe do século X a XII, quando as influências dos textos árabes e comentários das obras médicas e das ciências naturais reaparecem no Ocidente, principalmente, a partir de Avicena e seu *Canon*. No século XII, Através das Escolas de Salerno na Itália, a Escola de Medicina de Montpellier na França e do Centro de tradutores de Toledo na Espanha, essas traduções comentadas do Árabe enriqueceram o movimento Escolástico das nascentes Universidade Europeias.

Garcia Orta, tendo em vista as características fria ou quente e seca ou úmida, partindo do princípio da terapêutica galênica da utilização das qualidades opostas para combater o

⁴⁷⁵ TOWAIDE, A., *Stratégies thérapeutiques: les médicaments*, In: ___M.D.Grnek (org.), *Histoire de la pensée médicale em Occident, Antiquité et Moyen Âge*. Paris: Éditions du seuil, 1995.

⁴⁷⁶ Principais momentos da medicina ocidental: a Antiguidade Clássica, a elevação da medicina à filosofia no mundo cristão e o galenismo árabe. SANTOS, Dulce O.A. Os saberes da Medicina Medieval. In: ___ *Historia Revista, FH/ UFG*, v.18, n.1, 2013.

desequilíbrio humoral (as matérias do corpo humano sangue, fleuma, bílis negra e bílis amarela) e, em conjunto com seu espírito observador e prático, orientava a utilização das mezinhas e modo de preparo. Ao mesmo tempo, além de sua inegável conhecimento da medicina clássica e no conhecimento da medicina galênica arabizada, onde as obras clássicas de Galeno, Hipócrates, Dioscórides e Plínio, assim como de Avicena, Mesué, Averrois, Razis e Serapio são frequentemente citadas em notas do autor, Orta demonstra possuir uma notória ciência sobre os autores contemporâneos.

Apesar das distâncias gigantescas em relação às universidades e centros intelectuais do Ocidente, ao longo dos Colóquios, o médico judeu demonstrará que conhecia os principais autores de seu tempo, assim como as principais discussões sobre a *materia medica*. No colóquio 46 “da pimenta preta, e branca e longa, e canarim: e dos pexegos” (*ibid*, vol. XLVI, 1895.), Orta buscará corrigir os erros, que segundo ele, os autores antigos cometeram ao descrever a pimenta, que por sua vez, teria sido reproduzido por autores modernos como Antônio Musa, os ‘frades Italianos’ (Fr. Bartolomeu e Fr. Ângelo Palla), assim como Isidoro de Sevilha, Avicena e os ‘Arábios’ em geral. São erros relacionados ao reconhecimento dos produtos naturais, de suas variáveis e do seu local de origem, modo de preparo e de sua utilização terapêutica. Para a definição que julga mais correta desses materiais, Orta recorre constantemente à etimologia, como quanto ao apontar o equívoco na palavra “tamarindo” no Colóquio 53 proveniente da junção árabe de tâmara e indo, já que a planta não possuía frutas tais como a tâmara do Oriente Médio. No século XVI, estudiosos da *materia medica* afirmavam que, baseando-se na sugestão etimológica da palavra tamarindo, esse fruto seria proveniente de uma palmeira brava da Índia.

Além do comentarista de Dioscórides Valerio Codro e os “fades italianos” que baseavam-se na proveniência da fruta por uma palmeira brava da Índia análoga a tamareira (uma espécie de coqueiro-palmeira). Conhecedor, da obra do distinto humanista espanhol Andreas Laguna⁴⁷⁷ (1511-1559) – autor de uma importante tradução comentada da obra *De Materia Medica* de Dioscórides publicada na Antuérpia em 1555 – se opondo ao equívoco de Laguna baseado nas errôneas características da planta cuja equivocada palavra tamarindo poderia sugerir:

“**Ruano** - Dioscorides porque nam falou nos *tamarindos*, diz o Laguna (tradutor no vulgar castelhano), que, se damos fé ao vocábulo arabigo, diremos que sam huma especia de *datiles* que vem da índia oriental: e así afirma que por esta rezam lhe parece que os *tamarindos* não differem dos *datiles* tebaicos, visto que os trazem de levante, e tem a mesma força e virtude:

⁴⁷⁷ Garcia Orta teria estudado na Universidade espanhola de Alcalá de Henares, onde teve contato com obra do distinto humanista e tradutor moderno de Dioscórides pelo Centro de tradutores de Toledo, Antônio de Nebrija (1441- 1522), importante intelectual cujos escritos influenciaram profundamente Andreas Laguna na publicação da tradução comentada e ilustrada de Dioscórides.

e diz mais que, segundo alguns dizem, o arvore do *tamarindo* he huma especie de *palmas silvestres*, que tem as folhas longas e agudas nas pontas, semelhantes ás do salgueiro, e que ás vezes acham dentro huns caroços amarelos, de diversas formas; e temse por perfectos aquelles que roxeam, sendo tenros, e frescos e grossos.

Orta - Não he espécie de *datiles*, nem tem a feiçam de *datiles*, senam em ter caroços e nam ha nesta terra palmeiras que dêem fruto de *datiles*; e comtudo em o Guzarate ha palmeiras bravas, que não dam fruto algum ou *tamaras*, e os *datiles*, como vos disse, sam mercadoria pera esta terra. E no que diz, que parecem aos *datiles* tebaicos, nam me parece que tem rezam; e pareceme que, se forem os veros *tamarindos*, que sam levados d'esta terra pera lá: e quem os compra tem pera si serem da terra donde os compra, asi como acontece nas outras drogas; que chamamos á canela boa, de Alepo, sendo levada da índia. E os arábios, que nesta terra trataram, porque lhe viram caroços, chamaram os *tamaras da índia*; e nam porque pareçam *tamaras*, nem o arvore que os dá produz as folhas como elle diz, senão como vos ja disse; nem os caroços sam amarellos, mas sam lúcidos e cor de terra; nem sam de formas diversas, mas sam como huma forma tamanha como tremoço, redonda, amassada por cima; nem amde ser frescos e tenros e grossos, senam como diguo; e nam porque façam ao caso pera física pois se não usa delles, senam porque os *tamarindos* vem amasados, trazem poucos caroços, e sam mal conhecidos” (*Ibid.* vol LVIII, 1563.)

Sempre de forma dialogada, com Ruano direcionando as questões, Orta fazia um diálogo hipotético entre a medicina medieval e os estudiosos da *materia medica* dos grandes centros intelectuais da Europa culta. Este formato dialogado, segundo Palmira da Costa, possuía a intenção retórica de tornar mais aceitável e convencível as afirmações propostas por Orta, conferindo maior autoridade ao proposto pelo médico lusitano (2012: 75)

Garcia de Orta, sobretudo, bebia da cultura intelectual dos humanistas do Renascimento intelectual e cultural dos centros urbanos europeus. Apesar da distância, o vasto repertório intelectual do humanista exilado em Goa fez parte ativa da ciência farmacológica do XVI e XVII. O uso de vernáculo português nos *Colóquios*, predominante nas obras, principalmente literárias, do século XVI, tem por finalidade tornar mais acessível a obra aos portugueses no oriente com limitada experiência no latim. Pressupõe-se que havia um mercado para esse livro no Oriente.

De qualquer forma, a sua chegada e recebimento na Europa se deu a partir da importância atribuída aos *Colóquios* pelo naturalista Charles de l'Écluse (1525 – 1609) ou mais conhecido como Carolus Clusius, enquanto viajava por Portugal em 1564. A obra foi bastante difundida a partir da publicação da edição no latim, em forma de tratado e com gravuras em

1567, sendo publicada a partir do latim para o vernáculo espanhol, italiano, inglês e francês⁴⁷⁸ durante os séculos XVI e XVII.

A partir do século XV obras clássicas de autoridades Greco-romanas foram reeditadas em consequência dos estudos da gramática grega e latina. Nicolo Leoniceno, distinto filólogo e botânico do quatrocentos herda para a Universidade de Ferrara publicações de textos inéditos de Galeno, assim como reedições de Aristóteles e Hipócrates. Nestas, constavam a reavaliação das antigas traduções árabes que teriam corrompido o sentido integral dos textos clássicos. Leoniceno assim como outros humanistas, fomentaram uma tendência do humanismo médico de se combater o galenismo arabizado.

Segundo José P. Sousa Dias, o chamado humanismo médico, corrente final do galenismo e tendo por base a Teoria Humoral, com o interesse direto nos originais greco-romanos, buscou recuperar as fontes clássicas e seu sentido original que fora corrompido pela traduções e comentários. Para isso, se valeram da investigação filológica dos textos clássicos baseada na raiz etimológica greco-latina, que origina a fixação da terminologia científica. Isso, porque, como salientou o historiador da farmácia portuguesa, as obras de Galeno, Dioscórides e Plínio estavam disponíveis, porém, eram estudadas a partir das sínteses do *Canon* de Avicena e do *Aggregator de simplicibus* de Serapião (DIAS, 2005: 39)

O manuscrito das obras de Teofrasto (IVa.C) *Historia plantarum* e *De causis plantarum*, discípulo de Aristóteles que se interessou pela descrição da botânica do mundo helênico, chegam finalmente ao mundo ocidental por Theodoro de Gaza, sendo impressas em latim e grego no final do século XV. Será durante o século XVI que o grande inventário sobre os fármacos do mundo mediterrânico do grego Dioscórides (séc. I d.C) *De Materia Medica* serão amplamente traduzidos e comentados por humanistas de toda a Europa. Os mais notáveis foram, sobretudo, as obras dos italianos Pietro Andrea Gregorio Mattioli ou Matthiolus (1501-1577) e Antônio Musa Brasavola (1500-1550), do espanhol Andreas Laguna (1499-1559) e do humanista português Amato Lusitano (1511-1568).

Transmissão dos saberes: imprensa

Há de se considerar o papel preponderante do desenvolvimento tipográfico entre os XV e XVI na distribuição material dessas obras e publicação massiva de livros impressos que substituíam os dispendiosos fólhos manuscritos. A circulação dos saberes se alteraria a partir daí: não se manteria reservado somente ao seleto grupo de amigos e patronos dos autores, mas alcançaria público maior à medida que a publicação de obras se tornava mais acessível. Além

⁴⁷⁸ Sobre as traduções da obra de Garcia Orta, ver: GOUVEIA, A. J. Andrade de. *Garcia de Orta e Amato Lusitano na Ciência de seu tempo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, p. 21- 22.

disso, dentro do espaço urbano, a prática da leitura das obras em público para os leigos dava maior dimensão e alcance à cultura letrada dos cidadãos.

É a partir da vulgarização desses trabalhos intelectuais que se incorpora saberes eruditos nas práticas cotidianas e na cultura popular. A popularização dessa cultura letrada se dará, segundo Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, pelo seu reemprego à realidade popular, tomando “formas úteis na medida em que a deformação trazida às noções sábias as torna pensáveis e eficazes para outros fins.” (1976: 149)⁴⁷⁹

Sob essas condições materiais que os Humanistas italianos ampliaram sua influência sobre os centros urbanos a partir do século XV. Eles, que, segundo Jacob Burchardt “atuaram como mediadores entre sua época e venerada Antiguidade [...]” (BURCHARDT, 2013: 197), trazendo o gosto pela estética e gramática clássica. A gramática para os humanistas era a chave da reforma moral e cultural do homem, deixando de exercer meramente função acessória e ornamental, tornando-se a essência de todos os saberes (MENDES, 1993: 377). Dessa maneira, a crítica filológica humanistas tornava-se imprescindível para a avaliação das traduções e estudos clássicos.

Conclusão

Os intelectuais médicos portugalenses representados principalmente pela notoriedade intelectual de Garcia Orta e Amato Lusitano, mas também sobre as contribuições de Duarte Barbosa, Cristóvão da Costa e Tomé Pires, notavelmente inseriam-se nesse interesse pela *materia medica* duplamente vinculado a experiência dos descobrimentos e ao humanismo italiano.

Enquanto o primeiro trazia um repertório novo de experiências proporcionado pela mundialidade das expansões e do comércio Ultramarino, o humanismo italiano que chegava tardiamente na Corte régia Manuelina e nas universidades lusitanas fornecia aos intelectuais o interesse pela crítica filológica, assim como a utensilagem mental e material das obras clássicas. Essa dupla condição, as expansões e o classicismo, são, portanto, cerne do chamado humanismo português ou humanismo global. (*ibidem.* p. 375)

Mediante essas condições que se deve compreender a célebre frase de Orta: “Digo que se sabe mais em um dia agora pelos portugueses, do que se sabia em 100 anos pelos romanos.” (ORTA, 1895: vol. I). Que a experimentação e observação proporcionada pelos descobrimentos proporcionou o conhecimento da natureza.

⁴⁷⁹ REVEL, J.; PETER, J-P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Bibliografia:

- BARRETO, Luís Felipe. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV – XVII). *Administração*, n.º 36, vol. X, 1997-2.º, pp.367-381.
- BURCKHARDT, Jacob. *Cultura popular no Renascimento*. Companhia das Letras, 2009.
- CARVALHO, Maria T. N. *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente. Contribuições dos textos ibéricos quinhentistas para a construção de uma nova ciência europeia sobre a Ásia*. Tese de Doutoramento, Lisboa, 2012.
- COSTA, Palmira Fontes da. Geographical expansion and the reconfiguration of medical authority: Garcia de Orta's Colloquies on the Simples and Drugs of India (1563). *Studies in History and Philosophy of Science*, vol. 43, 2012, pp. 74-81.
- DIAS, José Pedro Sousa. *Homens e medicamentos. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica*. 2005. Disponível em: <<http://www.ff.ul.pt/~jpsdias/docs/Homens-e-medicamentos-parteI.pdf>> acesso em: 30/11/2017 às 23:03.
- GOUVEIA, A. J. Andrade de. *Garcia de Orta e Amato Lusitano na Ciência de seu tempo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- LE MOS, M. *Amato Lusitano – a sua vida e sua obra*. Porto: BiblioLife, 1907
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- M. D. Grmek (org.), *Histoire de la pensée médicale en Occident, Antiquité et Moyen Âge*. Paris: Éditions du seuil, 1995.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. *Humanismo e Ciência – Antiguidade e Renascimento*. Coimbra: UA Editora, 2015
- SANTOS, Dulce O.A. Os saberes da Medicina Medieval. *Historia Revista*, FH/ UFG, v.18, n.1, 2013.

Fonte:

- Garcia Orta. *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgu[m]as frutas achadas nella onde se tratam algu[m]as cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber*. Impresso em Goa: por Ioannes de Eaden, 1563. Documento disponível em: <<http://purl.pt/22937>> acessado em: 02/11/2017 às 14:57.
- Garcia Orta. *Colóquios do Simples e drogas da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1.º reimpressão, 1895.

A CELEBRAÇÃO DE DATAS COMEMORATIVAS NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO DA MANUTENÇÃO DO PENSAMENTO HEGEMONICO

*Rúbia Cristina Duarte Garcia Dias*⁴⁸⁰

*Prof.^a Dra. Lilian Marta Grisolio Mendes*⁴⁸¹

RESUMO: O presente trabalho integra pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado Profissional da Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão, e tem como objetivo refletir sobre como as datas comemorativas, “Dia das Mães” e “Dia dos Pais”, realizadas no interior das escolas, neste caso, especialmente as escolas da rede municipal, reforçam representações de gênero no interior das escolas na sociedade capitalista. Utilizamos como referencial para dar embasamento teórico autores como Thompson (1988, 2002); Mészáros (2005); Rüsen (2011); Louro, Felipe e Goellner (2010), e outros. Metodologicamente realizamos percurso de uma pesquisa documental, analisando o PPP de uma unidade escolar, da rede de ensino. Conclui-se que é fundamental debater estas questões a fim de desnaturalizar os processos históricos de internalização e nos contrapormos ao modelo de educação liberal propiciando mudanças quanto às representações de gênero.

Palavras-chave: Datas Comemorativas. Identidade de Gênero. Educação Liberal.

Introdução

O presente trabalho integra uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, e tem como objetivo refletir sobre as datas comemorativas no interior das instituições formais de ensino na sociedade capitalista e como as questões de gênero vem sendo historicamente naturalizadas neste contexto, de modo específico numa escola⁴⁸² municipal do sudeste goiano.

Foram eleitas as datas comemorativas: “Dia das Mães” e “Dia dos Pais”, buscando pensar como a abordagem destas datas reforçam e perpetuam a internalização de papéis de gênero e o pensamento hegemônico em torno da construção da identidade.

Neste sentido, utilizamos como referencial teórico autores como: Thompson (1988); Thompson (2002); Mészáros (2005); Rüsen (2011); Fonseca (2004); Gramsci (2004); Loureiro (1988); Freire (2005); Sader (1988); Williams (2011); Louro (2004), Goellner (2010), entre outros.

⁴⁸⁰Universidade Federal de Goiás- UFG. Regional Catalão, Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História-Mestrado Profissional-Catalão. Sob orientação da Professora Dra. Lilian Marta Grisolio Mendes. Contato: ruh.garcia@gmail.com

⁴⁸¹ Professora na Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais.

⁴⁸² Optamos por não nomear/especificar a unidade escolar, buscando assim preservar o anonimato, haja vista os protocolos de pesquisa acertados. Assim, direcionamos nosso olhar especificamente para as proposições documentais, referentes às questões em estudo, dessa instituição formal de ensino.

O contato com esses estudos e leituras outras, com o/do mundo e com o outro, nos tornam cada vez mais cientes que somos seres sociais. Vivemos, estudamos e nos organizamos em sociedade. Tal característica possibilita, a princípio, que possamos expressar nossas ideias e saberes, bem como, nos apropriarmos de ideias e saberes existentes em nosso meio.

Historicamente, a expressão e apropriação dos saberes dos sujeitos e pelos sujeitos vem sendo naturalizadas como comportamentos próprios dos seres. Porém, se vivemos e nos organizamos em sociedade é importante que nos questionemos acerca das características desta organização social e de como aspectos advindos desta perpassam e constituem nossa forma de viver, bem como nos constitui como sujeitos.

Desde o início da era moderna vivemos sob o regime de organização social capitalista, e isto carrega características, ideologias, hierarquias sociais e relações de poder. Para manter esta lógica de organização da sociedade, sob o domínio do capital, existem muitos instrumentos de regulação para a reprodução da lógica do sistema, sendo que um deles é a internalização.

Para Mészáros (2005: 44), o “[...] domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente do sistema”, ou seja, a internalização de ideologias, conceitos e concepções são essenciais para a manutenção e reprodução da lógica do sistema. Ainda, de acordo com este autor, “As instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização”.

Tais reflexões fazem constatar que nas instituições formais de educação, prevalecem o discurso/tônica de “apresentação” do mundo e sociedade, para leigos que nada sabem, por meio da relação educador-educando. Assim, os “leigos” poderão internalizar, a partir do discurso hegemônico, a forma correta de ver/saber/estar no mundo.

Para Freire:

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadora. (FREIRE 2005: 65):

A significação/narração de determinados momentos e práticas, no ambiente escolar, contribui de forma relevante para a internalização de valores e concepções construídas e constituídas como únicas e corretas para serem vividas pelos sujeitos. Desse modo, torna-se imprescindível a reflexão e debate sobre datas comemorativas no âmbito das instituições escolares.

Destarte, buscamos realizar uma pesquisa de cunho documental, tendo como fontes o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e Projetos elaboradas e desenvolvidos, na mesma, acerca das duas datas comemorativas eleitas. O objetivo é visualizar como vem sendo desenvolvidas as questões anunciadas no interior desta instituição de ensino e suscitar a reflexão sobre identidade de gênero, objetivo desta pesquisa.

1 Desenvolvimento

Para dissertar sobre a celebração do “Dia das Mães” e do “Dia dos Pais” no interior da escola, na sociedade capitalista, torna-se importante conhecermos um pouco do percurso que deu início à inserção dessas datas no contexto escolar, já que inúmeras vezes essas datas são abordadas anualmente sem uma contextualização prévia.

Realizando leituras no texto de Fernandes (2017), constatamos que a primeira celebração do Dia das Mães aconteceu no estado de Virginia Ocidental, USA, no século XX. Esta celebração ocorreu devido à história de uma cidadã americana, chamada Anna Jarvis. Esta, sofrendo em demasia a perda da mãe, decidiu organizar uma celebração para homenagear todas as mães, buscando assim significar para as crianças a importância do laço materno.

Ligada à Igreja Metodista de sua cidade, Anna Jarvis e seu grupo de amigas realizaram uma celebração que ganhou repercussão, chamando atenção dos líderes de estado. Outros estados norte-americanos adotaram a ideia e a partir de então se estabeleceu essa data comemorativa no calendário nacional.

No Brasil, esta data foi comemorada pela primeira vez em Maio de 1918. Em diversos lugares do país ela esteve especialmente relacionada/associada a instituições de cunho religioso. Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, esta data passou a ser celebrada em todo segundo domingo do mês de Maio. São celebrações que acontecem anualmente na sociedade e no interior das escolas de todo o país.

No que se refere à comemoração do dia dos Pais, por meio de leituras acerca do tema, como Fernandes (2017), pudemos constatar que esta data é celebrada em datas distintas em diversos países. A data foi celebrada inicialmente nos USA, quando Sonora Louis Dodd se propôs a criar uma celebração para homenagear seu pai, veterano da Guerra Civil Americana, que provera a educação de seus filhos devido a perda da esposa.

Chamando a atenção de autoridades e comerciantes, essa data se alastrou para outros estados norte-americanos, sendo fixada anualmente no terceiro domingo de Junho, naquele país.

No Brasil, a data foi celebrada pela primeira vez em 1953, sendo elaborada com perspectivas sociais e comerciais, pelo publicitário Sylvio Bhering. Inicialmente, Bhering fez a

publicização da data buscando relacioná-la ao catolicismo, visto que o número de católicos era predominante no país. Posteriormente, a data foi fixada para o segundo domingo de agosto, data que prevalece até hoje.

A partir desta breve contextualização sobre a origem das datas comemorativas supracitadas, devemos refletir sobre como as datas comemorativas, do ponto de vista da História, podem ser agentes construtores da memória, muitas vezes, a caracterizar depósito de dados pré-estabelecidos, utilizando a memória como construtor de uma memória coletiva, naturalizando e delimitando papéis por meio da mesma.

No contexto de uma compreensão da História como sucessão de estruturas, o papel da memória coletiva adquire extrema relevância, exatamente porque pode cumprir uma função social de religar tradições e re-estabelecer continuidades que a historiografia não oferece e que a História-Efetiva pode contestar através de circunstâncias acidentais. (BARROS, 2011: 325)

Dessa forma, compreendemos que o lugar da celebração de datas comemorativas nas instituições formais de educação, podem cumprir o papel de construção da memória coletiva, perpetuando tradições e funções/papéis sociais.

2 Metodologia / procedimentos utilizados

Para tomar conhecimento acerca das práticas, referentes às datas comemorativas “Dia das Mães” e “Dia dos Pais”, no interior de uma escola do sudeste de Goiás, realizamos uma pesquisa de cunho documental, percorrendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Projetos desenvolvidos na escola acerca das duas datas comemorativas escolhidas.

O acesso e leitura desses documentos possibilitaram a compreensão conceitual e procedimental de sua abordagem nas práticas pedagógicas desenvolvidas no interior desta escola, contribuindo para que pudéssemos construir as reflexões propostas de acordo com o objetivo de nossa pesquisa.

Para significar nossa pesquisa documental, é importante reafirmarmos que de acordo com os procedimentos e métodos utilizados,

Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros, frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos. Cartas, diários pessoais, jornais, revistas, também podem ser muito úteis para a compreensão de um processo ainda em curso ou para a reconstituição de uma situação passada. No caso da educação, livros didáticos, registros escolares, programas de curso, planos de aula, trabalhos de alunos são bastantes utilizados. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999: 169)

Inspiradas nesta concepção, analisamos os documentos supracitados, buscando reconhecer os aspectos contidos no mesmo e estabelecermos uma reflexão sobre a relação entre tais aspectos e a construção do discurso hegemônico referentes as datas comemorativas no “Dia das Maes” e “Dia dos Pais”. Este procedimento, percorrer o PPP e os projetos de abordagens desenvolvidos no interior da escola, nos instigou e reforçou a pertinência de propostas e elaborações que busquem refletir sobre essas práticas, pois não existem elaborações no interior dos documentos (e muito menos nos discursos cotidianos) que se contraponham ao modelo hegemônico presente na educação liberal, como discorreremos no item subsequente.

3 Discussão e Resultados

Muito se tem discutido e abordado as práticas e conteúdos escolares, exceto as práticas que simbolizam um lugar “natural” na sociedade e na vida dos sujeitos, por exemplo, o que estamos abordando aqui, a celebração do Dia das Mães e do Dia dos Pais no contexto escolar.

É importante refletirmos sobre as abordagens ideológicas/conteudistas que fazem referência a um padrão único e inquestionável de comportamento para os sujeitos. No entanto, é importante também lembrarmos que as discussões sobre as abordagens/práticas escolares e internalização do discurso hegemônico via instituição formal de educação, não é um problema advindo da escola, pois a mesma não é um lugar à deriva e sim mais um espaço dentro da lógica do capital.

Destarte, pensando com Mészáros vemos que:

Nesta perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. (MÉSZÁROS, 2008: 45),

Desta forma, vemos que a educação institucionalizada possui um lugar dentro da lógica do capital, com isto, carrega concepções e características que moldam um modelo de educação, que visa a manutenção e reprodução da lógica do capital, a Educação Liberal.

Em Fonseca vemos que:

O pensamento liberal no século XIX definia o papel da educação no sentido da formação do cidadão produtivo e obediente às leis, mesmo quando impedido de exercer direitos políticos. A conformação do indivíduo à vida civil passaria, assim, pela estruturação de um sistema de educação nacional,

controlado pelo Estado e unificado em seus pressupostos pedagógicos, em seus programas e em seus currículos. (FONSECA, 2004: 44)

Tal afirmação deixa claro as perspectivas deste modelo de educação, e mais do que isso, a permanência dessa finalidade na contemporaneidade. Assim, tal constatação nos instiga convidativamente para uma oposição à este modelo opressor de educação. Nesse sentido, devemos pensar um modelo educacional que supere o modelo liberal de educação, possibilitando uma educação contra-hegemônica, que não se apoie na construção de um pensamento hegemônico, que não tenha apenas um único modelo moral, social e cultural enquanto modelo a ser apreendido, seguido e doutrinando.

O conhecimento histórico que é aprendido simplesmente pela recepção, impede, ao invés de promover, a habilidade de dar significado à história e orientar a si mesmo de acordo com a experiência histórica. Um significado que é simplesmente “dado” não pode ser observado como tal e a preocupação com sua função fundamental de organizar o conhecimento é negligenciada. (RÜSEN, 2011: 90)

Uma educação contra-hegemônica possibilita a potencialização do pensar, não apresentando os saberes como algo “dado” e sem significação/identificação para os sujeitos. Tal perspectiva dialoga com a valorização dos sujeitos e sua respectiva experiência, possibilitando a construção de uma outra ideologia, que leve os sujeitos à se reconhecerem enquanto seres sociais e autores de sua própria história.

Visualizar os sujeitos como autores de sua própria história e identidade, são características que se constituem como referências significativas na construção de um novo modelo de sociedade.

3.1 Educação Liberal e Práticas Hegemônicas: A naturalização dos Papéis de Gênero

Como podemos notar, desde as elaborações iniciais, as datas comemorativas: “Dia das Mães” e “Dia dos Pais”, são disseminadas inicialmente nos USA, posteriormente em outros países, e sua inserção em instituições formais de educação se deu devido a interesse dos governantes.

A celebração destas datas comemorativas, no interior das escolas, *a priori* buscavam enfatizar a importância das figuras homenageadas na vida dos sujeitos envolvidos. Porém, isto gerou a construção (de forma romantizada) de um papel social específico para estes sujeitos, pois como podemos ver em Louro (2013: 34), “[...] ao afirmar uma posição de sujeito, supõe,

necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições.”

Em contato com os documentos de nossa pesquisa, constatamos que as datas “Dia das Mães” e “Dia dos Pais” são sistematizadas em consenso com os discurso hegemônico/heteronormativo, de tal modo que reforçam a construção de papéis sociais do que é ser mãe e o que é ser pai na sociedade patriarcal capitalista, conseqüentemente, exerce um caráter estereotipado das questões de gênero.

Desse modo, as datas comemorativas sobre as quais chamamos a atenção, e que despertaram interesses dos governantes, são celebradas anualmente nas instituições formais de educação excluindo qualquer possibilidade de construção familiar que não seja a padrão: uma (1) Mãe e um (1) Pai, pois estes são as figuras em foco na celebração, constituindo, portanto, “naturalmente”, um modelo “insubstituível” nestes espaços.

Isto nos faz crer que:

Determinantes quase naturais, a situação de vida e a própria identidade são preenchidas com o poder de estabelecer empiricamente significados históricos. Pontos de vista são formulados, os quais ganham importância e podem ser transformados por meio da argumentação histórica. (RÜSEN, 2011: 89)

Assim, notamos que essas celebrações, consideradas como uma demonstração de afeto sutil, são na verdade instrumentos do capital e agem historicamente com caráter determinante na delimitação/regulação dos gêneros e papéis hegemônico, os quais as mesmas naturalmente preenchem.

Isto se dá devido a abordagem moral e heteronormativa que perpassa todo o percurso de construção das festividades, seja no PPP ou nos Projetos de elaboração festiva da celebração destas datas. Pois, ao abordar as figuras como únicas e insubstituíveis são atribuídos papéis (de gênero e sociais) fixos e bem delimitados a estes indivíduos.

Tais papéis constroem socialmente o “lugar da Mãe” e o “lugar do Pai” nas festividades e, conseqüentemente, socialmente. Assim, obviamente, são atribuídos os papéis de gênero para estes, sendo a mãe do gênero feminino e o pai do gênero masculino, não havendo uma abordagem mais ampla e que contemple as distintas formas de constituição familiar e de gênero.

Podemos afirmar que a abordagem romantizada insere estes papéis de forma clara e específica para os sujeitos envolvidos, pois marcam significativamente a identidade dos homenageados/as de acordo com um padrão, sendo este: hegemônico e heteronormativo de ser “Mãe” e “Pai”. Estes papéis atribuem uma função social a eles, e estas funções são internalizadas e atribuídas como naturais aos sujeitos, desde a primeira infância.

No decorrer da pesquisa documental constatamos que essas funções/papéis são sistematizadas de forma sutis e levadas como característica natural para as celebrações, como se fossem espelhadas apenas via comunidade escolar/sociedade externa, e não uma construção de duas vias.

Essas “características naturais” ao serem inseridas em um quadro social, são distribuídas de acordo com seu gênero, como por exemplo: a mulher deve ser doce, meiga, entregue ao lar e a família. Já o homem deve ser corajoso, viril, provedor da proteção, forte, etc. Estas atribuições “naturais”, ilustradas e reforçadas desde a educação infantil, oprimem a construção da identidade como algo livre e subjetivo, pois, a internalização destes papéis estabelecidos como padrão a ser naturalmente seguido na sociedade tornam limitados e mecânicos os processos de constituição do ser.

Dialogando com Thompson (2002: 34) vemos que “No momento em que a vontade da criança estivesse anulada [e] ela tivesse sido reduzida a um estado de servidão mental e moral, chegava a hora de o sistema de educação, através da obediência mecânica, ser-lhe aplicado com todo o rigor.”

Celebrar estas datas sem refletir sobre estas questões é, de algum modo, receber estas funções e papéis sociais estabelecidos hegemonicamente. Isto reduz à um estado de servidão mental e moral pois anula as possibilidades de constituir-se livremente enquanto sujeito, bem como, de construir sua forma subjetiva de concepção materna e paterna.

Ao refletirmos sobre estas questões damos um grande passo em confronto à lógica do capital, pois questionamos o sistema de internalização e avançamos em direção à novas e distintas referências que contribuem para que possamos nos constituir enquanto sujeitos, não apenas por um único padrão determinado.

Segundo Williams,

[...] se dissermos que a sociedade é composta por um grande número de práticas sociais que formam um todo social concreto, e se dermos a cada prática um certo reconhecimento específico, acrescentando apenas que elas interagem, se relacionam e se combinam de modo bastante complexo, estamos de modo muito mais óbvio falando, em um plano, sobre a realidade, mas estamos, em outro plano, nos afastando da alegação de que há um processo de determinação. (WILLIAMS, 2011: 49-50)

Desta forma, constatamos ser de suma importância que direcionemos um olhar específico sobre as práticas sociais diversas, refletindo sobre as mesmas e questionando a intencionalidade destas. Assim, poderemos compreendê-las em sua totalidade, não recebendo-as como algo determinado e/ou naturalizado.

Considerações finais

Por meio destas elaborações e reflexões buscamos, com nossa pesquisa, contribuir com a ampliação do olhar sobre as questões abordadas, construindo possibilidades rumo a uma educação contra hegemônica e que propicie reflexões emancipadoras e mais humanas. Consideramos pertinente, como apontamentos futuros, ser significativo a construção de materiais didáticos que sirvam como suporte para os docentes em campo e fonte de acesso ao saber para os discentes. Pois, percorrendo os documentos analisados, conclui-se que é fundamental debater estas questões a fim de desnaturalizar os processos de internalização e inspirarmo-nos em uma educação que se contraponha ao modelo de educação liberal e que nos leve a uma mudança qualitativamente produtiva na educação e construção da identidade.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativas**. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARROS, José D'Assunção. **Memória e História: uma discussão conceitual**. In: Tempos Históricos. Volume 15. 1 Semestre de 2011. P. 317-343

DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais contemporâneos e a questão da ação-direta & “A vez e a voz popular”. In: _____. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988. P 15 a 30 & 81 a 103.

FERNANDES, Cláudio. "Dia das Mães"; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-das-maes.htm>>. Acesso em 23 de setembro de 2017.

FERNANDES, Cláudio. "História do Dia dos Pais"; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-dos-pais-1.htm>>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

FREIRE, Paulo. A concepção “bancária” da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos e crítica & A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade. In: _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. P. 65 a 139.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932) Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: _____. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 79 a 91.

SADER, Eder. Ideias e questões. In: _____. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 25 a 60.

THOMPSON, E. P. Costume, lei e direito comum. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.86-149.

THOMPSON, E. P. **Os Românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WILLIAMS, Raymond, 1921-1988. Cultura e Materialismo. In: _____. **Base e Superestrutura na teoria da cultura marxista**. São Paulo: Editora Unesp, 2011

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES E DOS HOMENS REASSENTADOS

*Samara Letycia Moura Borges*⁴⁸³

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar as representações de gênero das mulheres e dos homens do reassentamento São Francisco de Assis, situado no município rural de Porto Nacional (TO). O reassentamento São Francisco de Assis foi criado em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. O presente trabalho está inserido nos estudos da História Cultural, nesse sentido, as representações sociais é uma categoria de muita relevância no desenvolvimento dessa pesquisa. Trata-se aqui de uma pesquisa ainda em andamento, sendo que a metodologia a ser utilizada é a história oral. Serão entrevistas doze pessoas do reassentamento São Francisco de Assis. As narrativas dos sujeitos que colaborarão com a pesquisa constituirão a fonte de análise da presente investigação em curso. Para tanto, o trabalho é embasado na perspectiva de teóricos como Denise Jodelet, Serge Moscovici, Joan Scott e Michael Pollak.

Palavras-chave: representações; memória; gênero; reassentamento.

Introdução

O presente trabalho, trata-se de uma pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo do trabalho é analisar as representações de gênero das mulheres e homens do reassentamento São Francisco de Assis, situado no município rural de Porto Nacional (TO). A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães está localizada entre os municípios de Lajeado e Miracema, no Tocantins. No entanto, popularmente, a Usina é chamada por Usina Hidrelétrica de Lajeado. Os

⁴⁸³ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) sob orientação da Profa. Dra. Eloísa Pereira Barroso. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: samaraletyciaborges@gmail.com

reassentamentos criados com a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães são Luzimangues, Flor da Serra, e Mariana entre eles está o São Francisco de Assis.

Muito se tem discutido acerca dos impactos culturais e socioeconômicos provocados com a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) em trabalhos acadêmicos que abordam tais temáticas, no entanto, trata-se de uma discussão que nem sempre pode-se identificar nos projetos chamados “desenvolvimentistas”. Entende-se aqui como projetos desenvolvimentistas, conforme elucida Parente (2007), projetos que se justificam por “levar progresso e desenvolvimento às localidades estagnadas”.

A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães começou a ser construída em 1998 foi inaugurada em 2002. Segundo Parente e Miranda (2014):

A construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães foi iniciada em 1º de julho de 1998, em uma área de 3,5 km² no município de Lajeado (TO), a 50 km de Palmas. O reservatório formado com a construção da usina tem uma extensão de 170 km e abrange uma área total de 630 km², atingindo os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. (PARENTE; MIRANDA, 2014, p. 561).

Temis Parente e Cynthia Miranda (2014) mostram a importância do rio Tocantins para as comunidades locais e como a construção da usina atingiu não só as antigas moradias, já que ela impactou as relações simbólicas das moradoras e dos moradores com o rio.

Alguns artigos da historiadora Temis Parente, trazem um outro viés que envolve Desenvolvimento Regional acerca dos benefícios gerados pela construção de usinas, caso do artigo acima citado. Para a autora, esses benefícios são gerados de forma desigual quando são analisadas as relações de gênero. Já no artigo “Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Guimarães – TO”, a autora verifica os impactos no reassentamento Flor da Serra por meio das narrativas dos reassentados sob uma perspectiva de gênero. Segundo a autora, tais projetos não levam em consideração tais questões e ao mudarem compulsoriamente, as mulheres passam a desenvolver mais atividades relacionadas à casa. Isso ocorre, segundo ela, porque as mulheres desenvolviam outras atividades como a comercialização de produtos produzidos em suas antigas moradias.

Acredita-se aqui que a ressignificação dos papéis de gênero das mulheres e homens reassentados podem ser apreendidas por meio das narrativas. As narrativas das mulheres e homens reassentados indicam representações. Representação aqui está inserida em uma perspectiva social. Serge Moscovici define a representação social como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26 *apud* CRUSOÉ, 2004, p. 109).

Para Denise Jodelet (1990), a representação social tem cinco características fundamentais: é sempre representação de um objeto; tem sempre um caráter imagético e a propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito; tem um caráter simbólico e signifiante; tem um caráter construtivo e tem um caráter autônomo e criativo.

Além de entender os significados de comportamento de gênero, buscar-se-á entender também a relação das mulheres e dos homens reassentados com o novo lugar. Os sujeitos que tiveram de mudar para os reassentamentos provavelmente tinham uma relação simbólica com o lugar em que viviam, buscamos a partir disso entender as novas ressignificações do lugar onde os sujeitos vivem atualmente. Assim, para Pollak (1992) a memória é importante para o sentimento de identidade, uma vez que memória é para o autor uma forma de dá coesão aos grupos. Memória é também para Pollok (1992) uma categoria que envolve negociação e disputa. Dessa forma, as narrativas das mulheres e homens reassentados tornam-se relevantes nessa pesquisa.

Segundo Menestrino (2010), os lugares para determinados grupos humanos constituem-se em territorialidades através das distintas relações estabelecidas entre os indivíduos e os elementos espaciais decorrentes de sua ocupação. As relações estabelecidas neste espaço vão se definir a partir de uma afetividade, onde o reconhecimento desse lugar, tão singular, gera uma identidade que está presente nas especificidades dos diferentes grupos. Menestrino (2010) dialoga com Augé (1994 *apud* MENESTRINO, 2010) ao dizer que “o não lugar é sem identidade, sem relação, sem história e as pessoas que vão para ele apresentam uma perda do vínculo social, podendo afirmar a perda da identidade territorial, mesmo que com o tempo os moradores dos não lugares, como forma de sobrevivência, assumam uma identidade com o não lugar”.

Referencial teórico

De acordo com Amorim (2009), Simone de Beauvoir que afirmou: “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, inaugurou os fundamentos dos conceitos de gênero, pois segundo Amorim (2009) “lutando contra o essencialismo biológico, onde a anatomia era o destino, ela mostrou que ser mulher consiste numa aprendizagem” (AMORIM, 2009, p. 79). Parte dos trabalhos que discutem gênero, frequentemente, citam a historiadora Joan Scott. O artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” teve importantes repercussões na academia.

Joan Scott (1998) afirma que há muito tempo a missão dos historiadores tem sido a de documentar as vidas das pessoas omitidas e negligenciadas em relatos do passado. No artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Scott (1990) diz que gênero seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 14).

Sobre história e gênero, Scott (1990) elucida que a disciplina História não era apenas uma forma de registro, já que esses registros exprimiam como os sexos se organizavam, dividiam tarefas e funções através do tempo. Nesse sentido, a historiografia reproduziria a diferença sexual. Sendo assim, a narrativa histórica nunca seria neutra, pois escolheria os fatos em que os homens eram apresentados como os principais envolvidos. Joan Scott (1990) nesse artigo pretendia propor uma análise sobre como “as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas”. Analisar as relações de gênero no cotidiano das mulheres pesquisadas nesse trabalho é importante para entendermos como essas relações implicarão em seus papéis enquanto mulheres nos reassentamentos antes e depois da existência destes.

Segundo a historiadora Joana Pedro, o uso da palavra “gênero tem uma história tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, tendo uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos que visavam igualdade e respeito” (PEDRO, 2005, p. 78). Para a autora a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do movimento, onde se buscava uma explicação para a subordinação das mulheres.

Todavia, no início do movimento feminista, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada era “mulher”, esta pensada em contraposição à palavra “homem”, considerada universal (PEDRO, 2005, p. 80). Contudo, “o que os movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal em nossa sociedade é masculino e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino” (PEDRO, 2005, p. 80).

É oportuno sublinhar que na nossa abordagem teórica utilizaremos o conceito de representações sociais elaborado por autores como Denise Jodelet e Serge Moscovici. Assim, Santos (2011) pontua alguns esclarecimentos quanto algumas das noções do conceito de representações sociais, segundo ele:

O pressuposto do qual partem os autores que trabalham com as representações sociais é de que os fenômenos humanos podem ser conhecidos e explicados a partir de uma perspectiva coletiva, mas sem ignorar o indivíduo. Trata-se de uma forma de conhecimento que tenta construir uma realidade comum a um conjunto social (SANTOS, 2011, p. 32).

Segundo Denise Jodelet, as pessoas constroem representações sociais como uma forma de dominar, compreender e explicar os fatos e as ideias que preenchem o universo da vida. Este tipo de conhecimento prático dá sentido à realidade cotidiana (JODELET 2001 *apud* AMORIM, 2009, p.81). Portanto, compreender de que forma as pessoas que foram reassentadas elaboram significados sobre o acontecimento que é a mudança compulsória para o reassentamento em decorrência da construção da usina hidrelétrica, pode permitir a pesquisadora ou pesquisador apreender as representações de gênero sobre as mulheres no novo lugar de morada, essas representações podem ou não serem distintas daquelas postas antes da construção da usina tanto na perspectiva dos homens, como das próprias mulheres.

Serge Moscovici (1978) considera o conhecimento de senso comum como um conhecimento verdadeiro. É por meio desse conhecimento que buscamos entender como são explicados determinados comportamentos de gênero no cotidiano das mulheres e homens reassentados, na medida em que identificamos como são representados o ser mulher e homem para elas e eles, compreender como são operados os comportamentos de gênero, pois de acordo com Moscovici, “a representação social é uma construção que o sujeito faz para entender o mundo e para se comunicar” (CRUSOÉ, 2004, p. 108).

Crusoé (2004) ao afirmar que Moscovici preocupou-se “fundamentalmente com a inter-relação entre sujeito e objeto e como se dá o processo de construção do conhecimento, ao mesmo tempo individual e coletivo na construção das representações sociais, um conhecimento de senso comum” (CRUSOÉ, 2004, p. 106), sintetiza a teoria de Moscovici da seguinte maneira:

A Teoria das Representações Sociais elaborada por Moscovici é uma teoria que pode ser abordada em termos de produto e em termos de processo, pois a representação é, ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real, confrontando e atribuindo uma significação específica (ABRIC, 1994, p. 188). Tal teoria, abordada em termos de produto, volta-se para o conteúdo das representações, para o conhecimento de senso comum, que permite aos sujeitos interpretarem o mundo e orientarem a comunicação entre eles, na medida em que, ao entrarem em contato com um determinado objeto, o representam e, em certo sentido, criam uma teoria que vai orientar suas ações e comportamentos (CRUSOÉ, 2004, p. 107).

De acordo com Pollak, “Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 2). No entanto, Pollak acredita que “se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente

invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 2). Para o autor isso parece ser mais explícito durante as entrevistas, onde a “ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante” (POLLAK, 1992, p. 2).

Metodologia

As narrativas serão as fontes para essa pesquisa, sendo que metodologia a ser utilizada para a proposta de investigação é a história oral. Segundo o historiador José Carlos Meihy (1994) a história oral tem sido ultimamente bastante discutida “ainda que seus termos não estejam suficientemente estabelecidos”. Meihy (1994) acredita que antes de quaisquer especificações quanto ao termo é preciso contemplar a história oral em seus conceitos. É comum as pesquisadoras e pesquisadores conceber sua gênese metodológica após a Segunda Guerra Mundial (1934-1945). Joutard (1986) entende a história oral como uma técnica nova, moderna, nascida depois da Segunda Guerra Mundial, “já quando os meios eletrônicos se impuseram tornando-se possível a crivagem metodológica e os arquivos”. De acordo com Constant (2007):

A história oral surgiu nos meados do século XX, tendo como marco a invenção do gravador a fita, em 1948. Opondo-se à história positivista do século XIX, onde o escrito predominava sobre o oral, foi inicialmente posicionada como a “contra história” ou a “história vinda de baixo” (CONSTANT, 2007, p. 19).

A história oral apresenta uma relação próxima com o tempo denominado nas ciências históricas como *tempo presente*. Pode-se entender como história do tempo presente, segundo Hobsbawm:

O tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (HOBBSAWM, 1998).

A história do tempo presente pode ser entendida ainda como um campo que refere-se a “um passado atual ou em permanente processo de atualização” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 25). Acerca da aproximação entre a história oral e a história do tempo presente, François (2006, p. 06-07) chega a dizer que essa “oralidade está para a história do tempo presente assim como a arqueologia está para a história antiga, dada sua importância nessa nova forma de se construir o conhecimento histórico” (FRANÇOIS, *apud* PEREIRA, 2007, p. 158).

A história do tempo presente foi segundo a historiadora Marieta Ferreira (2002) um dos campos da história oriundo das transformações recentes ocorridas no campo da história em geral do século XX:

[As transformações] Geraram uma nova discussão sobre o papel das fontes históricas, permitindo que a história oral ocupe um novo espaço nos debates historiográficos atuais. (...) a emergência da história do século XX com um novo estatuto, definido por alguns como a história do tempo presente, portanto portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamente em foco depoimentos orais. Além disso, as próprias transformações das sociedades modernas e as consequentes mudanças no conteúdo dos arquivos, que cada vez mais passam a dispor de registros sonoros, impulsionam a tendência a uma revisão do papel das fontes escritas e orais (FERREIRA, 2002, p. 324).

Para os fins propostos neste projeto, a pesquisa está delimitada no ramo da história oral temática. Serão entrevistadas seis mulheres e seis homens do reassentamento São Francisco de Assis, as entrevistas contarão com um roteiro contendo alguns questionamentos.

Na literatura sobre história oral uma distinção foi comum aos autores aproximados aqui: a diferença entre história oral e oralidade. Esses autores basicamente atentam que a história oral requer uma técnica, já a oralidade é o “mero registro de informações orais, livre de compromissos metodológicos, de aparelhos eletrônicos e responsabilidades documentais”. Segundo Meihy (1994), “parte-se do princípio que a história oral é prática nova, resulta da interação entre narradores e estudiosos atentos à responsabilidade de documentar”.

Quando falamos em história oral, estamos falando de pesquisa histórica que utiliza uma fonte de caráter memorial, produzida, normalmente, pelo pesquisador em diálogo e interação com os entrevistados; uma fonte que, como outras selecionadas na pesquisa, deve ser submetida a um tratamento analítico (HARRES, 2008, p. 103).

Sabe-se que em algumas gerações historiográficas, a noção de passado e presente tem sido recolocadas, apresentando incertezas quanto sua definição cronológica e o nosso papel enquanto historiadoras e historiadores. Afinal, como explicar um passado que não se encerrou? Apesar da existência de dez anos do reassentamento São Francisco de Assis, os sujeitos ainda podem trazer em suas falas os acontecimentos de uma forma demasiadamente *presentificada*, pois para o historiador Carlos Fico (2012) os eventos traumáticos tem um caráter interminável justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias (FICO, 2012, p. 48).

Para Fico (2012), talvez uma das únicas peculiaridades da história do tempo presente em relação as demais especialidades está no fato de que a história do tempo presente lida com os testemunhos diretos que podem contestar a explicação dada pelo historiador. Segundo ele:

(...) Após o predomínio quase fetichista do documento desse tipo (escrito) no final do século XIX e início do século XX, algumas correntes, como a Escola dos Annales, contribuíram para a ampliação do rol de fontes utilizadas pelo historiador (FICO, 2012, p. 47).

Nesse sentido, a história do tempo presente ao utilizar o depoimento direto das pessoas que viveram, propicia ao historiador uma nova redescoberta quanto ao uso das suas fontes:

(...) A reabilitação da História do Tempo Presente, em novos moldes, após as grandes guerras mundiais, introduziu o relato testemunhal como um dado essencial para a compreensão daqueles conflitos. A Primeira Guerra Mundial já havia despertado algum interesse nesse sentido, mas a segunda foi mais importante. No pós-guerra, vários institutos foram criados com o propósito de conservar documentos e depoimentos, mas os temas característicos da História do Tempo Presente – como a deportação de judeus ou a problemática da memória – só se tornariam marcantes a partir dos anos 1980 (FICO, 2012, p. 47).

Ainda de acordo com Ferreira (2002), apesar das transformações que ocorreram no campo da história, em um primeiro momento, não questionou a supervalorização das fontes escritas. Ela observa o contrário, já que segundo ela houve uma reafirmação devido à valorização “das estruturas, dos processos de longa duração, a nova história atribuía às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental” (FERREIRA, 2002, p. 319).

Ao reafirmar a valorização das fontes escritas, ocorreu segundo a historiadora, uma desqualificação do uso de depoimentos, histórias de vida e das autobiografias. Mas, conforme citação de Carlos Fico (2012) tal conjuntura no campo da história passa por uma nova configuração quanto as fontes, os objetos de pesquisa e de tempo, conforme ratifica Ferreira (2002):

(...) A partir da década de 1980, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares.

Paralelamente, ganhou um novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estatuto do político e incorporou-se à história o estudo do contemporâneo (FERREIRA, 2002, p. 319).

Portelli (1996) estabelece uma relação entre a fonte e o pesquisador. Uma das questões centrais colocadas pelo autor é justamente acerca de um papel onde o filósofo seria o responsável em tornar mais eruditos os fatos. A história do tempo presente mostra que a separação entre o pesquisador enquanto o sujeito que opera às lógicas das informações da fonte, emerge um problema que exige reflexões.

Assim, podemos entender a relação entre a especialidade da história denominada como história do tempo presente com a metodologia da história oral, além disso, como as narrativas constituem fontes de análise para as historiadoras e historiadores.

O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estatuto da história do século XX (FERREIRA, 2002, p. 320).

Novas formas de (re) interpretar o passado surgiram e conseqüentemente novos objetos também emergiram. Ferreira percebe, pelo menos três novos temas: “a cultura popular, os hábitos locais e a religiosidade” (FERREIRA, 2002, p. 320). É diante desse novo cenário que os estudos das representações de gênero emergem como um tema importante, sobretudo no campo da História Cultural.

Referências bibliográficas

AMORIM, Elisângela Santos. **Trajetória educacional de mulheres em assentamentos de reforma agrária na região Tocantina-MA**. Florianópolis: Mulheres; São Luís: EDUFMA, 2009.

CONSTANT, Flávia. **Tantinho, memória em verde e rosa. Estudo do Processo de Construção de uma Memória da Favela da Mangueira**. Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. **A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em Educação**. Aprender – caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista, ano II, n. 2, p. 105-114, 2004.

DELGADO, Lucília; FERREIRA; Marieta. **História do Tempo Presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v.2, n°.4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro, 2002.

- FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro.** VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.
- HARRES, Marluza Marques. **História Oral: algumas questões básicas.** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.
- HOBBSAWM, Eric. **O presente como História.** In: Sobre a história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JODELET, Denise. **Representações sociais: fenômenos, conceitos e teoria.** In: Psicologia Social: PARIS: PUF, 1990.
- JOUTARD, Phillippe. **Esas Voces que nos llegan del pasado.** México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- MENESTRINO, Eunice. **Povos tradicionais: do lugar ao não lugar.** Universidade Federal do Tocantins. Dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente, 2010.
- MEIHY, José Carlos. **Definindo história oral e memória.** Cadernos CERU, nº 5, série 2, 1994.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PARENTE, Temis; MIRANDA; Cynthia. **Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luís Eduardo Magalhães – TO.** Varia História, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 557-570, 2014.
- PARENTE, Temis. **Gênero e memória de mulheres desterritorializadas.** ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, 2007.
- PEDRO, Joana. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** Revista de História, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PEREIRA, Roberto. Os desafios da história (política) do tempo presente. OPSIS, v. 7, n. 9, 2007.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.
- SANTOS, Dominique Vieira Coelho. **Acerca do conceito de representação.** Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dez/2011.
- SCOTT, Joan. **A invisibilidade da experiência.** Projeto História, São Paulo, n. 16, 1998.
- _____. **Gênero: uma categoria de análise histórica.** In: Educação e Realidade, 1990.

VIRTUDE, TERROR E TRAUMA: DO PROJETO POLÍTICO NEOCLÁSSICO AO “ESTILO TARDIO” NAS OBRAS DE JACQUES-LOUIS DAVID

*Sofia Corso*⁴⁸⁴

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar obras do pintor neoclássico Jacques-Louis David de 1784 a 1824. Através de uma leitura interdisciplinar – relacionando arte, história e a psicanálise –, entender que diante de um momento de crise, do estabelecimento de uma nova concepção de Estado-Nação pela Revolução Francesa que utiliza da violência como veículo de instauração de uma nova ordem, abalos conceituais e linguísticos se fazem presente. Para alcançar tal objetivo, serão analisadas obras do artista Jacques-Louis David, pintor de destaque do período, porta voz do movimento conhecido como Neoclassicismo. David será uma figura emblemática nesse momento, pois passará de artista oficial da corte de Louis XVI a membro da ala mais radical da revolução e, posteriormente, pintor preferido de Napoleão Bonaparte. Após a morte do imperador, será exilado em Bruxelas até sua morte em 1825.

Palavras-chave: Neoclassicismo, Jacques-Louis David, Arte, Psicanálise.

A proposta inicial que deu origem a essa pesquisa, levantava questionamentos a respeito da resposta artística predominante na França no final da segunda metade do século XVIII e o diálogo existente entre a arte neoclássica e o contexto político francês pré-revolucionário até a consolidação do romantismo em 1831, com o reestabelecimento da República e as manifestações políticas europeias, nomeada Primavera dos Povos.

A mudança notável de um estilo para outro sugere questões das causas que sancionou essas transformações. A Revolução Francesa como marco de transição da Idade Moderna para a Contemporânea, além de mudanças socioeconômicas e políticas, altera a estrutura cultural da sociedade francesa e a visão de mundo do homem ocidental. A proposta desse trabalho é entender, a partir da arte, como esse abalo se deu.

Procurando analisar artistas que apreenderam esteticamente esse clima de rupturas, o tema de morte e violência, e as diferentes concepções construídas delas (e a partir delas), chamam a atenção do espectador. Mediante orientações, documentos e bibliografias consultadas, uma dissertação não seria capaz de contemplar essa discussão que se mostrou extensa para um curto período de pesquisa.

O foco desse trabalho se tornou o pintor Jacques-Louis David que se mostra emblemático pelo estilo artístico que aperfeiçoa e o forte papel que desempenha antes, durante e depois da Revolução Francesa. O gênero artístico que ele pratica dialoga intimamente com a visão de mundo e de política de seu amigo Robespierre e Saint-Just: a racionalidade que eles compartilham é de uma exigência tremenda, construída em torno de um ideal de virtude em nome do qual tudo se justifica inclusive o Terror. Mas David oferece uma oportunidade que

⁴⁸⁴ Bolsista pela CAPES. Mestranda pelo Programa de pós-graduação da Faculdade de História – UFG. Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Vilela. E-mail: sofiacorso_@hotmail.com.

nem Robespierre nem Saint-Just oferecem: como sobreviveu ao Terror, ele viverá o bastante para reavaliar tudo isso.

Jacques-Louis David se formou na Academia de Belas Artes da França que além de estabelecer métodos e cânones, possuía um viés moralizante cuja preocupação fundamental é o conteúdo ético e didático de uma obra de arte. A partir dessas tendências, David adapta e volta-se a exaltação da Antiguidade, porém não de forma incondicional. Segundo o historiador e crítico de arte Walter Friedlaender “(...) esse classicismo ético assumiu um caráter eminentemente político e, juntamente com a literatura e a filosofia moralizantes, preparou o caminho para Revolução” (FRIEDLAENDER, 2001). Os elementos racionais se fundem com os morais transformando a arte de David em uma arte engajada capaz de captar a pitoresca superfície da realidade, num sentido ao mesmo tempo objetivo e psicológico.

A pesquisa terá como objetivo procurar esclarecer que o movimento neoclássico não seria apenas um movimento artístico que atuou como uma natural reação à linguagem estética anterior, mas um movimento político com uma concepção de violência que proporcionou a legitimação de seus preceitos e pressupostos de uma sociedade ideal transfigurada no lema francês: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Mas a atuação dessa violência legitimada pelo governo revolucionário não causaria apenas uma crise moral na sociedade francesa, mas um trauma capaz de abalar a estrutura de pensamento da sociedade europeia.

Abundante são as análises das obras de David ao longo da historiografia da arte. Como artista canônico e principal representante do movimento neoclássico, seus quadros são exaustivamente citados e analisados. Essa pesquisa não tem como foco o revisionismo dessas análises, mas por meio da relação entre estética e psicanálise buscar uma nova abordagem para a análise dessas obras. Seria possível compreender por meio de categorias psicanalíticas a ruptura existente entre o projeto neoclássico pré-revolucionário (1784-1789) e o trauma estabelecido pelo Terror jacobino até o fim da Revolução em 1799? E como sobrevivente ao Terror e ao fim do império napoleônico, como David reelaborou em suas obras todo esse processo ao ser exilado em Bruxelas de 1815 a 1825?

Sobre o trauma, dois autores serão indispensáveis para auxiliar a análise dessas obras. Primeiramente Márcio Seligmann-Silva com o trabalho *A História como Trauma* e Dominick LaCapra que em seu livro *Representar el Holocausto* fará uma longa discussão sobre os limites existentes entre a história narrada, a memória, a representação do passado, teoria da história e os testemunhos. Esses autores auxiliam a encontrar os limites da linguagem perante eventos (violentos) que vão além da capacidade humana de compreensão discursiva e narrativa, e a pensar quais seriam então os recursos linguísticos e simbólicos que travariam essa dificuldade de acesso ao real.

Trauma, um dos conceitos-chave da psicanálise, é por definição uma *ferida* na memória. Seria a “incapacidade de recepção de um evento que vai além dos “limites” da nossa percepção e torna-se, para nós, algo *sem forma*” (SELIGMANN-SILVA, pág. 84, 2000). Diante de um evento extremo de violência, de guerra ou conflito que um indivíduo se depara, sem estar preparado para aquilo, abala a forma de processar esse evento transbordante, como diz Seligmann-Silva. Para o autor, não há uma vivência completa do fato, uma vez que não há capacidade perceptiva para digerí-lo. O conceito de trauma mostra-se então eficaz por problematizar a possibilidade de acesso ao real, revolucionando a concepção do mesmo.

A análise simbólica, mediante categorias estéticas, será um exercício utilizado em toda dissertação que será desenvolvida em três etapas.

PRIMEIRA ETAPA

A primeira consiste em analisar as obras pré-revolucionárias de David nomeadas *O Juramento dos Horácios* (1781-1784), *A Morte de Sócrates* (1787) e *Os Lictores Devolvendo a Brutus os Corpos de seus filhos* (1789). O estudo será voltado para desenvolver um conceito de virtude nas obras, a busca de um cidadão ideal (revolucionário), o sacrifício perante seus ideais e a família, articulando com a concepção de filósofos, teóricos e líderes da época como Saint-Just e Robespierre. Haverá nessa articulação um desnivelamento entre as concepções, posto que para tais filósofos não exista uma desvinculação entre Virtude e Terror. Sendo assim, investigarei sobre a concepção de terror para David, como ela é representada e se há necessariamente esse vínculo para o pintor.

Starobinski afirma que 1789 é o ano dos grandes juramentos. O teor simbólico contido no gesto demonstra “a tensão vivida por um corpo que funda o futuro na exaltação de um instante” (STAROBINSKI, pág. 70, 1989). O ato remete a um modelo contratual antigo, ao mesmo tempo instaura uma promessa voltada para o futuro. O peso da responsabilidade e os valores contidos na expressão são considerados eternos. Distingue-se, todavia, da cerimônia de sagração do monarca legitimada por um poder sobrenatural divino. O “juramento revolucionário” atua como um ato fundador, o gesto que instaura uma promessa, uma fidelidade. Esse ato individual proferido em conjunto inspira uma responsabilidade do indivíduo para com o coletivo.

(...) como os valores aos quais se presta o juramento são considerados eternos, o que começa no ato fundador não é senão o recomeço de uma soberania esquecida. Poucos homens, em 1789, falavam em tudo abolir tendo em vista “uma reconstrução total” a partir de planos inteiramente novos; as palavras mais

frequentes eram regeneração e restauração. Não se quer inovar, mas redescobrir a origem esquecida (STAROBINSKI, pág. 72, 1989).



Figura 1: *Juramento dos Horácios*, Jacques-Louis David, 1784, óleo sobre tela, 330 x 425cm, Museu do Louvre

Em 1784, David expõe pela primeira vez *O Juramento dos Horácios* (Figura 2) em seu ateliê na Piazza del Popolo. Com essa pintura, o artista “dá ao tema sua expressão mais forte, a mais reveladora do clima estético da época”.

O *Juramento dos Horácios* causou na França uma arrebatadora recepção. “Todos os olhares voltaram-se para David, e de súbito toda uma geração viu no Horácios um bom presságio. (...) David foi chamado de “o Atleta” e “o Messias”; o quadro foi considerado ‘a mais bela pintura do século’, uma “maravilha”; falava-se da *revolução de David*” (FRIEDLAENDER, pág. 33, 2001). Friedlaender questiona por que tal obra parece satisfazer todas as aspirações artísticas da época e a resposta encontra-se justamente no fato de David ter conseguido concentrar na pintura as exigências da arte clássica e as aspirações políticas da época.

Alexandre Péron comenta em 1839 sobre a importância dos Horácios na França. Segundo ele o quadro suscitaria uma revolução do gosto, usos e costumes. As casas passaram a ter móveis à antiga, as roupas passaram a ser inspiradas nas togas da antiguidade clássica e ocorreria a regeneração dos “princípios de uma nova ordem social”:

(...) uma nova ordem social, mudaria através da mais assombrosa das revoluções políticas, toda a face da sociedade francesa, baseada desde então nos imprescritíveis direitos à liberdade e à igualdade civis, e se irradiaria ao mundo todo. Diante de tudo isso, que não é senão a própria história, que outro artista além de David, revestido de um caráter de uma certa forma providencial, podia exercer maior influência sobre toda

a época?... Que destino maior haveria para a arte além de proclamar e recordar ao homem a sua própria dignidade, fazê-lo melhor em sociedade e maior para a pátria! (SABORIT, apud, PÉRON, 2009).

A luz dessa influência gerada pela obra nos permite pensar a relação dialética existente entre obra e espectador, principalmente por se tratar da arte neoclássica que tem como princípio estético o sentido ético-ideológico colocando em evidência a solução entre a liberdade e o dever. O juramento colocado por David está acima de qualquer questão pessoal. As mulheres em cores esmaecidas em contraste ao vigor masculino geram uma grande força moral capaz de inspirar quem os vê e associar à questão feminina, o fraco e o pessoal (FRIEDLAENDER, 2001). A questão aqui será entender o que é essa força moral, essa questão ética colocada por David, e como ela acarreta uma ponte entre as aspirações políticas da época e o projeto político revolucionário pós-1789.

Pensar o caráter violento da revolução leva-nos a questionar se não existiria na arte neoclássica uma questão estética que legitima a ação revolucionária. Marcelo Alves no trabalho *Da Virtude ao Terror: o itinerário de um pensador revolucionário* procura identificar na literatura de Saint-Just a relação pensamento (revolucionário) e ação (revolucionária) como forma de legitimação da violência. Segundo o filósofo, essa legitimação precisaria de meios racionais, de certezas capazes de mobilizar uma multidão para uma ação conjunta. Isso aconteceria primeiramente por meio dos sentimentos e crenças e posteriormente por apego a um ideal (por mais abstrato que fosse). A Revolução teria então um papel transitório entre “a recusa de um modelo social e político e a projeção de outra realidade social e política.⁴⁸⁵”. A violência exercida durante esse processo seria então reparadora, virtuosa, justificada como “ação vingadora” e “ação libertadora”.

O papel social que a arte exerce se configura através de sua autonomia. Assim como Marcelo Alves analisa a literatura produzida por Saint-Just em busca de uma compreensão para o modo como a violência foi incorporada como “arma ideológica”, as obras produzidas por David carregam/produzem um discurso ideológico moral trazendo consigo também uma concepção de virtude, violência e terror. O curioso será perceber que não há uma demonstração explícita de violência nos Horácios de David. O que há é justamente uma corroboração com os princípios de uma virtude moral. Mas que virtude é essa? Esse questionamento norteará a primeira fase desse trabalho

SEGUNDA ETAPA

⁴⁸⁵ ALVES, pág. 90, 2008.

O segundo momento será focado em duas obras: *A Morte de Marat* (1793) e *O Rapto das Sabinas* (1794-1799). Em Marat, a discussão em torno do luto e processo de enfrentamento do trauma pela morte do companheiro. E as *Sabinas* como trauma histórico. O quadro levou quatro anos para ser terminado quando finalmente fora exposto em dezembro de 1799, na antiga sala de Assembleia da Academia de Arquitetura de Paris.

O período do Terror, segundo Starobinski, será esse momento de sacrifício aliada à vontade revolucionária para defender um Estado racional, que entre outras questões irá garantir a liberdade civil e individual do cidadão. Porém, ainda compactuando com a análise de Starobinski, o ritmo tomado pela Revolução e sua “aceleração catastrófica” – tendo a violência como veículo de inserção desse projeto político – culminará no rompimento ideológico entre a vontade e os princípios idealizados por Rousseau (STAROBINSKI, 1989). Citando um discurso feito por Benjamin Constant em 1797 ao Diretório,

Em todas as lutas violentas, os interesses correm atrás das opiniões exaltadas (...). O patriotismo se torna a desculpa banal preparada para todos os delitos. Os grandes sacrifícios, os atos de devotamento, as vitórias alcançadas sobre as inclinações naturais pelo republicanismo austero da Antiguidade serviram de pretexto para a fúria desenfreada das paixões egoístas. (CONSTANT, apud STAROBINSKI, 1989).

Para o autor, a morte de Robespierre marca o esgotamento das alegorias, o empobrecimento do sentido das palavras. Essa vontade sem princípios se estabelece em tomada de decisões cabíveis diretamente à nova classe dirigente. David participou ativamente de todos esses processos, e é sob esse contexto da morte de mais um companheiro, que na prisão em 1795, ele começa a apresentar os primeiros esboços do quadro *As Sabinas que interrompem o combate entre Romanos e Sabinos*, que irá ser exposto em 1799.

Figura 2: *A Sabinas que interrompem o combate entre Romanos e Sabinos* (1794-99); Jacques-Louis David; Óleo sobre tela, 3,86 x 5,20 m. Paris, Louvre.



A inspiração de David vem da consulta de gravuras cedidas pela Biblioteca Nacional da França de diversos artistas italianos. Esses esboços demonstram a preocupação do pintor em relação à composição das personagens, do cenário, do figurino e dos traços e feições que estruturariam a pintura. Essa preocupação com o estilo, como afirma Gombrich, era adotado por ser a melhor forma de se obter os efeitos pretendidos (GOMBRICH, 2013).

Duas categorias serão necessárias para abarcar toda complexidade do quadro. A primeira seria a do historiador da arte Didi-Huberman chamada sintoma e a segunda, a perlaboração, visto que há elementos no quadro que levam a identificação do luto.

Em seu livro *Diante da Imagem*, Didi-hubermann elabora uma metodologia chamada neofreudismo que se utilizaria de cinco etapas dispostas a atingir não apenas o legível da obra de arte, mas também o invisível, o não-saber que obra dispõe.

O não-saber seria aquilo que não pode ser enunciado pela razão. Seria o que na psicanálise se chama *figurabilidade*, o momento que o pensamento se transforma em imagem e as evidências se fragmentam. O não-saber da obra de arte, aquilo que não aparece visualmente e o que está além da leitura que se faz dos símbolos, é elevado à categoria de potência, ou seja, “constelações inteiras de sentidos⁴⁸⁶”. Essa potência é o que Didi-Huberman chamará de sintoma.

O sintoma seria essa abundância de conflitos entre sentidos contidos em uma obra de arte. Ela se apresenta na estratégia pictórica do artista. Propõe ao espectador uma dialética entre aquilo que se vê, aquilo que se sente e aquilo que não se vê. O arrebatamento causado pela não

⁴⁸⁶ DIDI-HUBERMAN, 2013.

escrita que atribuirá à arte uma autonomia que não se limita apenas a contar uma história, ou ser complemento de uma narrativa, mas dela por si só, manifestar aquilo presente na memória virtual e seus “labirínticos trajetos de sentido⁴⁸⁷”.

Para desenvolver esse processo de sintomatização da obra de *O Rapto da Sabinas* será preciso analisar um conjunto de elementos simbólicos conflituosos presentes no quadro e a presença de um elemento figurativo que compôs a exposição em 1799: David mandou instalar um espelho na frente da tela. O espelho por si só já é um objeto perturbador que nos leva à proliferação de sentidos possíveis e conflituosos. Mas o que ele significou naquele contexto?

TERCEIRA ETAPA

A terceira parte será dedicada à análise da obra *Marte Desarmado por Vênus e as Graças*, último quadro feito por David já exilado em Bruxelas em 1824. Como a obra menos popular do pintor, poucas são as análises dedicadas à pintura. A mais significativa encontrada foi a do inglês Satish Padiyar em seu artigo *Last Words: David's Mars Disarmed by Venus and the Graces (1824): Subjectivity, Death and Postrevolutionary Late Style*.

Nesse artigo, Padiyar irá reinterpretar a tela relacionando o duplo problema “estilo tardio” e a condição do exílio. Para ele, essa pintura histórica invocará a metáfora do *non-sex* (não sexo) para a condição do exílio e a ideia do desarmamento de Marte como o final trágico da fase tardia da estética neoclássica.

⁴⁸⁷ DIDI-HUBERMAN, 2013.



Figura 3: *Marte Desarmado por Vênus e as Graças* (1824); Jacques-Louis David; Óleo sobre tela, 3,86 x 5,20 m. Bruxelas, Bélgica.

Padiyar trabalha a questão do exílio como um assunto “esquizofrênico”. Após a queda de Napoleão, vários foram os ex-revolucionários exilados e a questão das “últimas palavras” era urgente. O historiador Sergio Luzzato retrata no livro *Mémoire de la Terreur*⁴⁸⁸ um estudo das memórias desses exilados onde ocorreu duas sequências da fabricação da memória revolucionária: a primeira logo após o momento pós-termidoreano, cerca de 1795; e a segunda, mais crítica, em 1820. Foram produzidos mais de 500 diários e muitos deles publicados nesse ano de 1820, apesar da maioria ser publicado postumamente, já na Terceira República. A emergência aqui é perceber a preocupação desses homens com o que ficaria na posteridade.

As memórias oscilavam entre uma nostalgia do Ancien Régime, à sombra de Robespierre. David não escreve um diário, ele pinta *Marte Desarmado por Vênus e as Graças*. É pertinente questionar qual seriam então as últimas palavras de David uma vez que o quadro vai contra tudo que ele tentara estabelecer durante toda sua vida. A obra nos lembra do estilo dominante na primeira metade do século XVIII, o Rococó, tendência predominante de seu primeiro mentor, François Boucher. O último trabalho importante de David é assombrado por

⁴⁸⁸ *Mémoire de la Terreur: Vieux Montagnards et jeunes Republicains au XIXe siècle*, Lyon, 1991

um passado muito específico, antes da Restauração, do Império, da Revolução. Ele pinta agora para a morte, diretamente para os seus dezessete anos encontrando novamente seu mentor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

_____. **História da arte como história das cidades**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

ALVES, Marcelo. **Da Virtude ao Terror**: o itinerário de um pensador revolucionário. Principios, Natal, v. 15, n. 23, jan/dez. 2008, p. 89-116.

BRISSON, Luc. **A Prova pela Morte**: Um estudo sobre Fédon de Platão. Hypnos. Ano 7 / nº 9 – 2º sem. Pág. 9-38. São Paulo, 2002. Trad. do francês: Sonia Maria Maciel (PUC-RS) e Olimar Flôres Jr.

BRITO, Milton Genésio de. 2010. **Pinturas de Jacques-Louis David**: A Construção de Imagens sobre a Antiguidade e suas Leituras. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais issn 2177-6687. Pág. 1-10.

CAVALCANTI, Andressa Katherine Santos; SAMCZUK, Milena Lieto; BONFIM, Tânia Elena. **O conceito psicanalítico do luto**: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. Psicol inf. vol.17 no.17. São Paulo. dez. 2013.

CORNEILLE, Pierre. **Horace**. 1641. Publié par Gwénola, Ernest et Paul Fièvre, Octobre 2015.

DE CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise**: Entre ciência e ficção. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da Imagem**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34. 2015.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Le Livros. 2013.

FRIEDLAENDER, Walter. **De David à Delacroix**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cosac & Naify Edições. 2001.

GADELHA, Carmem. **A Morte de Sócrates**: Tragicidades e Entrelaçamentos. Disponível em: http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh6/SHVI/trabalhos%20orais%20completos/trabalho_014.pdf (Acesso em 28/06/2018)

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. Tradução: Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LACAPRA, Dominick. **Representar el Holocausto**: Historia, teoría, trauma. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

MICHEL, R.; SAHUT, M-C. **David: l'art et le politique**. Paris: Gallimard-RMN, 1988.

PADIYAR, Satish. **Last Words: David's Mars Disarmed by Venus and the Graces (1824)**. Subjectivity, Death, and Postrevolutionary Late Style, in: RIHA Journal 0023 (1 June 2011), URL: <http://www.riha-journal.org/articles/2011/2011-apr-jun/padiyar-last-words> (Acesso em 10/2017)

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1955.

PLATÃO. **Fédon**. São Paulo: Martin Claret.

ROSA, Johnny Roberto. **História como Luto**: notas sobre Dominick LaCapra e Jorn Rusen. II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO. Paraná, 2015.

ROBESPIERRE, Maximilien. **Discursos e relatórios na convenção**. São Paulo: Ed. Contraponto. 1999.

ROSENFELD, Kathrin H. **Estética**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SABORIT, Ignasi Terradas. **Religiosidade na Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A História como Luto**. Pulsional. Revista de Psicanálise. São Paulo. Escuta, dez/jan 1998/99. n. 116/117.

STAROBINSK, Jean. **1789 – Os emblemas da Razão**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Editora Schwarcz. 1988.

SCHAMA, Simon. **O Poder da Arte**. Tradução: Hildegard Feist, São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

VOLTAIRE, **Brutus**. Coléction Theatre Classique. 2105. Disponível em: http://www.theatre-classique.fr/pages/pdf/VOLTAIRE_BRUTUS.pdf (Acesso em 30/10/2017).

GERARTE: A (RE)INSERÇÃO SOCIAL DO PACIENTE MENTAL EM GOIÂNIA E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA, ATRAVÉS DO TRABALHO

*Sylnier Moraes Cardoso*⁴⁸⁹

O conceito de cidadania passa por constantes renovações e mudanças dependendo do espaço e tempo no qual está inserido, por este motivo podemos afirmar que cidadania é

⁴⁸⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG
Email: sylnier7@hotmail.com
Orientadora: Prof^ª Dr^ª: [Ana Carolina Eiras Coelho Soares](#)
Bolsista CAPES

dinâmica, não estando fixada apenas à uma ordem jurídico-política. Modifica-se, transforma-se, adicionam-se nuances às suas perspectivas e múltiplas definições ou entendimentos, dependendo do País e de sua Constituição.

Segundo o dicionário etimológico, a palavra “cidadania” provém do latim *civitas* que significa cidade ou conjunto de direitos atribuídos ao cidadão. Inicialmente o termo “cidadania” utilizado na Roma Antiga era usado para indicar a situação política do sujeito ou os direitos que este detinha ou que podia exercer.

Este termo, posteriormente, evoluiu e passou à abarcar todos os homens que moravam na cidade (*civis*). Não podemos deixar de lembrar que o conceito de “cidadania” utilizado na Roma Antiga era distinta da definição contemporânea deste termo.

Na atualidade qualquer pessoa pode ser considerado cidadão de seu país de origem, o que não ocorria em Roma, já que a cidadania era restrita e direcionada para determinados grupos, como por exemplo grandes proprietários de terra, homens livres e aqueles que viviam na cidade. Havia portanto, a exclusão de estrangeiros, plebeus, escravos libertos, filhos ilegítimos e mulheres.

E o que entendemos por cidadania? A cidadania encontra-se ainda em processo de construção e originou-se historicamente no decorrer do século XVIII, o chamado século das luzes, com o surgimento dos direitos civis. Direitos esses, que incluem a liberdade de ir e vir, de pensamentos, de crenças religiosas, entre outros.

Durante muitos anos, cidadania era apenas ter o direito de votar ou ser votado. Hoje observamos a sua amplitude e abarca vários aspectos, como a participação na esfera pública, superação de desigualdades e exclusões sociais, além de promover o reconhecimento da dignidade humana, entre outros.

Ser cidadão é ter direito à saúde, a uma educação de qualidade, lazer, informação, cultura, entre outros e também perpassa a capacidade de se fazer escolhas. Somos conhecedores que são variáveis os direitos e deveres de acordo com cada país.

Para entendermos a concepção mais atualizada de cidadania, utilizaremos inicialmente o conceito de Hannah Arendt:

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. (apud LAFER, 2006: 22).

Para T. H. Marshall (1967), a cidadania encontra-se interligada ao impacto da desigualdade social, trata-se também da igualdade humana associada com a participação

integral na sociedade. Ao conceituar cidadania, o autor aborda três pilares, a saber: civil, política e social. O pilar da cidadania civil contempla os direitos necessários à liberdade individual, entre eles, o direito de ir e vir, liberdade de expressão, de pensamento e de fé, direito à propriedade e à justiça. O aspecto político encontra-se no direito de participação do poder político. Em relação ao pilar social, há uma conexão ao bem estar econômico estendendo-se ao direito de participar do legado social e viver de forma civilizada, de acordo com as normas e padrões estabelecidos socialmente.

No contexto de Marshall a cidadania está interligado à algum tipo de comunidade organizada juridicamente, mas esse conceito tem suscitado questionamentos e vem sido reelaborado. Além de focar nos direitos legais, a cidadania pode ser definida como um processo social pelo qual os indivíduos ou segmentos sociais organizados requerem seus direitos.

Observamos nos dois autores acima citados, os princípios de igualdade, liberdade e dignidade, abrangendo a própria existência humana. Ampliando essa discussão acerca do conceito de cidadania, esta:

consiste na consciência de pertinência à sociedade estatal como titular dos direitos fundamentais, da dignidade como pessoa humana, de integração participativa no processo do poder, com a igual consciência de que essa situação subjetiva envolve também deveres de respeito à dignidade do outro e de contribuir para o aperfeiçoamento de todos. (SILVA, apud MAZZUOLLI, 2001: 2)

Não podemos, portanto, tratar a cidadania, a luta e a conquista dos direitos humanos separadamente, já que estas encontram-se interconectadas:

direitos de cidadania não são direitos universais, são direitos específicos dos membros de um determinado Estado, de uma determinada ordem jurídico-política. No entanto, em muitos casos, os direitos do cidadão coincidem com os direitos humanos, que são os mais amplos e abrangentes. Em sociedades democráticas é, geralmente, o que ocorre e, em nenhuma hipótese, direitos ou deveres do cidadão podem ser invocados para justificar violação de direitos humanos fundamentais. (SOARES, 1998:40).

Diferente da cidadania que, de forma distinta, atinge grupos específicos, necessitando de norteamento de leis e diretrizes, os Direitos Humanos têm a pretensão da universalidade e abrangem qualquer país do mundo, no mesmo nível de garantias, direitos, deveres e exigibilidade e ainda, segundo Soares:

[...] se referem à pessoa humana na sua universalidade. Por isso são chamados de direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais, também, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam

estar especificados numa lei, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos. (2013:41).

Historicamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que foi promulgada em 10 de dezembro de 1948, tornou-se emergencial após a Segunda Guerra Mundial, com a intenção de selar a paz, evitar guerras posteriores e ainda, fortalecer a democracia. É um documento feito com a pretensão de abarcar todos os povos e nações promovendo o respeito aos direitos e liberdades nele explicitados. Esta Declaração serviu de base para Constituições de diversos países, incluindo o Brasil. O principal responsável por sua elaboração foi o Canadense John Peters Humphrey.

Para uma melhor compreensão acerca dos Direitos Humanos, Panikkar nos dá sua contribuição ao compará-lo com uma janela:

Os Direitos humanos são uma janela através da qual uma cultura determinada concebe uma ordem humana justa para seus indivíduos, mas os que vivem naquela cultura não enxergam a janela; para isso, precisam da ajuda da outra cultura que, por sua vez, enxerga através de outra janela. Eu creio que a paisagem humana vista através de uma janela é, a um só tempo, semelhante e diferente da visão de outra. Se for o caso, deveríamos estilhaçar a janela e transformar os diversos portais em uma única abertura, com o conseqüente risco de colapso estrutural, ou deveríamos antes ampliar os pontos de vista tanto quanto possível e, acima de tudo, tornar as pessoas cientes de que existe, e deve existir, uma pluralidade de janelas? A última opção favoreceria um pluralismo saudável. (PANIKKAR, 2004: 210).

Esse pluralismo saudável citado acima, relaciona-se com o pensamento de Segato, quando nos fala acerca da alteridade, a qual não pode ser resumida e entendida apenas pela capacidade de se colocar no lugar do outro, numa relação que ocorre tão somente na interpessoalidade, através do diálogo, na compreensão e reciprocidade, mas também nas relações institucionais. Porém, deve abarcar a nossa própria transformação e sermos de fatos afetados pelo outro, sendo salutar também, a presença de um impulso ético.

Segato (2006, p: 222) nos fala que é a ética que possibilita notarmos e estranhar o mundo de maneira pessoal, além de rever a moral que nos norteia e a lei que nos impõe limites à serem observados. Para a autora, os direitos humanos tem a ética como gênese. Agir com ética então, é o acolhimento do diferente, daquele que nos interroga e que nos leva a desenvolvermos solidariedade ao nos reconhecermos a partir do outro.

No Brasil, a partir da promulgação da Constituição de 1988, podemos observar a consolidação da concepção contemporânea de cidadania, introduzida pela Declaração

Universal de 1948 e reiterada pela conferência de Viena de 1993, enfocando a dignidade humana, sendo proibida qualquer tipo de discriminação, a qual é descrita no Art. 1º, que diz:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I. a soberania;
- II. a cidadania;
- III. a dignidade da pessoa humana;
- IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V. o pluralismo político.

E ainda, no Título II dos Direitos e Garantias Fundamentais:

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes

Este artigo encontra-se em consonância com o artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), onde consta que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

No artigo VII, encontra-se também uma complementação, a qual trata da igualdade de todos seres humanos sem distinção e a negação da discriminação de qualquer forma, assegurados pela proteção da Lei.

E aqui cabe a pergunta: qual o lugar do paciente mental? Eles são assegurados pela lei na teoria, mas como se configura na prática sócio-cultural?

Na Constituição de 1988, entende-se por cidadão:

[...] aquele indivíduo a quem a mesma confere direitos e garantias individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais, e lhe dá o poder de seu efetivo exercício, além de meios processuais eficientes contra a violação de seu gozo ou fruição por parte do Poder Público. (cf. MAZZUOLLI, 2001:2).

Em muitos casos, o paciente mental não é considerado, muito menos tratado como cidadão pleno e tem seu acesso à cidadania de forma parcial, já que o mesmo em muitos casos não se responsabiliza por seus atos, sendo curatelado. Ainda assim, este se encontra respaldado pelos Direitos Humanos.

Outro caso que poderemos citar é o dos indígenas onde:

Em todos os contextos, quando qualquer dos domínios do sistema hierárquico de status arraigados na vida social de todos os povos, gênero, raça, etnicidade ou região periférica, entre outros é posto em questão, a lei encontra-se ou deveria encontrar-se em tensão com o costume. De fato, no Ocidente, a lei também se volta contra os hábitos e o costume porque o status a estratificação fixa de grupos sociais com marcas indeléveis que determinam sua exclusão deveria ser estranho ao idioma legal moderno e igualitário, para ser tratado como uma infiltração de um regime prévio, muito resistente, decerto, às tentativas de mudança e modernização. (SEGATTO, 2006: 211).

Segato (2006, p.222) ainda afirma que “o texto da lei é uma narrativa mestra da nação, e disso deriva a luta para inscrever uma posição na lei e obter legitimidade e audibilidade dentro dessa narrativa. Tratam-se de verdadeiras e importantes lutas simbólicas.” E cabe aqui citarmos os subalternos, as minorias, aqueles silenciados, os que não tem voz. E é nesse grupo que tomamos a liberdade de incluir os pacientes mentais, apesar das tentativas ainda tímidas para mudar esse cenário.

É necessário encontrar caminhos nessa luta para se fazer valer na prática, inúmeros direitos que já estão postos. Direitos estes que devem estar em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que deu diretrizes à outras leis em vários Estados.

A perspectiva de retirar os doentes mentais do convívio em sociedade perdurou no Brasil até 1980, deixando-os excluídos e marginalizados socialmente, apesar da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 determinar em seu artigo V que: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.” Neste caso, como ficavam os alienados que eram aprisionados e que ainda hoje são excluídos da sociedade ou sofrem discriminação pela sua condição?

Em seu texto “Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes”, Boa Ventura de Souza Santos (2009: p.73), fala acerca do campo do direito moderno que é determinado de um lado por aquilo que é negado como legal e ilegal em relação ao direito oficial do Estado ou o direito internacional, onde o legal e ilegal tornam-se as duas únicas formas de existência significativa perante a Lei. E o restante do território social dos marginalizados, subalternos e excluídos se encaixam onde? Acreditamos que torna-se necessário um olhar mais específico em relação à esses grupos, inclusive o de se estruturar políticas públicas e legislações específicas, pertinentes e de fato eficazes numa práxis social. Precisamos transpor essa dicotomia que muitas vezes suprime a realidade distinta daqueles que foram e são silenciados.

Souza Santos (2009, p.82) ainda nos fala acerca dos fundamentos que se encontram na modernidade ocidental, a qual se baseia, de um lado, pela regulação permeada pela ordem, pelo controle social e seu ordenamento e pela estabilidade política e, por outro, a emancipação na

qual estão inseridos a inclusão, o aumento de liberdade política, lutas por melhor distribuição das riquezas, organização da sociedade civil e a saída da colonização para a solidariedade. Para o autor a emancipação ocorre quando conhecemos o outro, quando temos a capacidade de escutá-los.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, encontram-se cinco valores essenciais que nos auxiliam na tentativa de minimizar essas diferenças, a saber:

- O da pessoa, explicitada como um ser humano que se distingue do outro e tem suas particularidades, sendo considerado como único. Historicamente esse valor não abrangeu à todos, como por exemplo na época da escravatura, os escravos eram considerados apenas um meio de trabalho, os indígenas na época do Brasil colônia eram considerados seres sem alma e ainda podemos citar as mulheres as quais durante séculos foram (e em menor escala ainda continuam) discriminadas e inferiorizadas na sociedade patriarcal. Esse direito essencial ainda se encontra em processo de construção. Podemos afirmar que houve transformações, melhorias, mas ainda não se conseguiu atingir o ideal de igualdade. Este valor encontra-se explicitado de forma clara no artigo VI da DUDH que nos diz que: “Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei;

- Da dignidade humana, compreende o respeito à integridade física e moral do ser humano. Este valor encontra-se explicitado, especialmente nos artigos:

V- Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

VII – Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

- Da liberdade individual e pessoal, política e civil, amplia-se a este o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião e ainda o direito à liberdade de opinião e expressão: “IV- Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.”

- Da igualdade que garante à todos sem qualquer distinção, direitos de ordem sócio-culturais e econômicos. Dentre eles: direito à uma educação de qualidade, ao trabalho, assistência médica, etc.

Por último, o valor da solidariedade, da dependência recíproca, e que abarca todo conteúdo da Declaração, já que está intrínseca a harmonia e o respeito de um para com o outro.

Assim, observa-se a tentativa, através da legislação de igualdade, direitos e dignidade que abarque à todos homens e mulheres, independente de seu pertencimento geográfico e sua condição em qualquer âmbito.

No texto intitulado *O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*, Segato (2006) nos traz o conceito de *foraclusão*, ao tratar acerca da mãe preta. Este conceito, cunhado por Jacques Lacan designa um mecanismo da psicose o qual é produzida a rejeição, negação de um significante imprescindível para fora do universo simbólico. É o renegar, é o recusar. E é com esse olhar que observaremos o paciente mental e as tentativas de retirá-los da condição de *foraclusões*, através de instrumentos repensados que oportunizem a sua inserção social em Goiânia.

A Organização Mundial da Saúde, no ano de 2014 fez um alerta de que 10% da população global sofria de algum distúrbio de saúde mental, representando cerca de 700 milhões de pessoas. Esses distúrbios alteram o funcionamento da mente e conseqüentemente levam os portadores à prejuízos de várias ordens, como por exemplo: pessoal, social, intelectual, profissional e familiar. Além disso, muitas vezes causam sofrimentos mais intensos em função do estigma que o doente e a própria doença ainda carregam.

A loucura só existe em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que alimenta. [...] o apego a si próprio é o primeiro sinal da loucura, mas é porque o homem se apega a si próprio que ele aceita o erro como verdade, a mentira como sendo a realidade, a violência e a feiura como sendo a beleza e a justiça. (FOUCAULT, 2012: 24).

Em Goiânia, a implantação do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Novo Mundo, inaugurado no dia 16 de novembro de 2000) direcionado ao tratamento de usuários que possuem sofrimento mental grave, teve como objetivo além da medicalização, a defesa da liberdade a qual foi defendida pela proposta da Reforma Psiquiátrica.

O CAPS é constituído por uma equipe multiprofissional, que ainda hoje é composta por psiquiatra, psicólogo, enfermeiro, assistente social, arteterapeuta, terapeuta ocupacional, educador físico e musicoterapeuta. Além do atendimento médico, os CAPS tem como objetivo a reabilitação psicossocial dos usuários que são atendidos nessas unidades. Para tal observou-se a necessidade de outras estruturas na rede de atendimento que auxiliasse e garantisse a liberdade, segurança e autonomia dos atendidos.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) foi criado como forma substitutiva ao modelo anterior que era o hospitalocêntrico, possuindo uma “estrutura intermediária entre o regime ambulatorial e o hospitalar, cujo modelo de assistência consiste em supervisões por períodos diários de quatro ou oito horas, retornando a suas residências à noite” (MONTANARI, 2005).

A partir do ano de 2005, após o resultado de uma pesquisa de especialização intitulada: “A importância do trabalho para os usuários de saúde mental da rede de Goiânia” houve uma

ação conjunta para a implementação da Associação de Trabalho e Produção Solidária da Saúde Mental (Gerarte) com objetivo de incluir socialmente o paciente mental, com práticas da economia solidária.

Junto a elaboração deste projeto, o Ministério da Saúde também havia lançado a política de inclusão social pelo trabalho (nível nacional), proporcionando incentivo financeiro para políticas públicas relacionadas à temática.

Durante três anos consecutivos, houve discussão e ações para sensibilizar as pessoas envolvidas na saúde mental da necessidade de se implantar equipamentos de apoio extra CAPS. Neste prazo, foi criado um grupo composto por profissionais da saúde, usuários e familiares para além da discussão, iniciar o trabalho junto às unidades de atendimento em Goiânia. Inicialmente, houve a criação de oficinas, a participação em eventos, inclusive no Fórum Goiano de Economia Solidária. Somente em abril de 2008 foi inaugurada a Gerarte, gerando trabalho e renda na rede de saúde mental da capital.

Considerada uma unidade de saúde, com autonomia de uma associação, este projeto só foi possível em virtude da parceria existente entre o Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e da Prefeitura de Goiânia. O projeto da Gerarte possibilita a partir do trabalho, o sentido da Existência Social e Identidade, e ainda torna-se um meio de sociabilidade para os associados⁴⁹⁰.

A Prefeitura de Goiânia é responsável pelos gastos com a unidade, bem como se responsabiliza pelo pagamento do aluguel. O dinheiro obtido com a venda dos artesanatos é dividido igualmente para cada associado.

A proposta da Gerarte está em consonância com princípios da economia solidária, onde há autogestão coletiva, o cooperativismo social, a solidariedade e tem como princípios a produção e comercialização sem exploração ou exclusão, além de estar vinculada à sustentabilidade. Segundo o Projeto de Lei 4685/2012, que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária, nos esclarece que seus princípios básicos estão alicerçados em implantações de políticas públicas que visam assegurar o direito ao trabalho, promovendo atividades econômicas autogestacionárias e ainda incorpora a cooperação, a solidariedade, valorização do ser humano e as relações igualitárias, independente do gênero, etnia, opção sexual, de credo e da condição sócio-cultural. O regimento interno da Gerarte deixa claro em toda sua elaboração a preocupação de se inserir dentro das diretrizes da Economia Solidária e propõe de uma forma mais ampla promover a inserção social, na cultura, no lazer e direitos de cidadania dos seus associados, contribuindo para uma vida digna.

⁴⁹⁰ Nomenclatura utilizada para determinar o paciente mental na Gerarte, com intuito de que este assuma uma nova identidade desvinculada da doença que o sujeito carrega

O marco referencial da Economia Solidária de certa forma propicia um caminho mais promissor para os embates práticos e teóricos desse novo campo no mundo da reforma psiquiátrica. Dessa articulação das duas políticas públicas espera-se [...] a expansão das ações de “inclusão social pelo trabalho” no campo da saúde mental. (DELGADO, 2005:9).

A equipe da associação é formada por: Assistente Social, Assistente Administrativo, Auxiliar de Higiene e Limpeza, Costureira Instrutora, Artesã - Responsável pela Tecelagem, Artesã - Responsável pela Oficina de Papel e profissionais de arte. Dentre esses profissionais, encontram-se tanto funcionários municipais efetivos quanto contratados pela prefeitura.

O acesso à cidadania dos associados e que a Gerarte propõe, tem como elemento fundamental o trabalho, já que este dignifica o homem, promovendo o desenvolvimento biopsicossocial que é indispensável ao ser humano, desenvolvendo habilidades, promovendo e reestabelecendo o bem-estar. Tem a ver com realização pessoal, com sentir-se útil. Sendo assim, ao observarmos a relação do paciente mental e o trabalho, veremos o quanto este é um instrumento para o desenvolvimento da autonomia, elevação de sua autoestima, auxiliando na realização pessoal, contribuindo sobremaneira na motivação do associado para que tenha uma vida mais ativa, dando-lhe visibilidade social.

O trabalho também possibilita o homem à ter confiança, independência, liberdade e reconhecimento, criando uma outra identidade, no caso do paciente mental. É trabalhando que há ampliação da rede de relacionamentos.

Segundo Marx o trabalho não só transforma a natureza, mas o próprio homem:

como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985: 50).

Os associados que participam da Gerarte além de produzirem artesanatos, participam ativamente de todo processo de comercialização de seus produtos. Eles aprendem a montar as bancas para exposição, fazer cálculos, atender ao público. São muitas habilidades desenvolvidas durante todo o processo.

As exposições dos produtos confeccionado na Gerarte são feitas em diversos locais de Goiânia, como por exemplo em Shopping Centers, Centro de Convenções, Hotéis, entre outros. Com este trabalho, os associados tem a oportunidade de conhecer novos lugares e desenvolvem a capacidade de ir e vir (independência).

A arrecadação que é feita da venda dos produtos é dividida de forma igualitária pelos associados e oportunizam para estes momentos de lazer, aquisição de roupas, calçados, etc. Além disso, muitos passam a ajudar nas despesas de suas residências.

Em relação à participação política, os associados aprendem a reivindicar seus direitos, participando das assembleias gerais, elaborando e levando suas pautas para serem apresentadas e submetidas à votação. Os associados falam por si. Tudo isso é uma forma de reinserção social que o trabalho e essa associação (Gerarte) proporcionam e que permite o desenvolvimento da cidadania.

Engels em seu artigo intitulado “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, nos fala da importância do trabalho para o ser humano ao afirmar que: “O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (1952 :4). Para o autor, é o trabalho que distingue o ser humano de outros animais e o humaniza, já que é um meio de se desenvolver a socialização e cria meios para a subsistência.

Em complementação, Antunes nos diz que o ser social ao produzir concretiza e reproduz a existência humana, sendo que a ação social é efetivada através da prática do trabalho, o qual gera e é gerido através da cooperação social que está presentificada no processo de produção material. (1997: 121)

O trabalho traz à tona significações primordiais para o homem e possibilita-o à desenvolver suas potencialidades, sendo um mecanismo que norteia a identidade humana. O homem que produz sente-se capaz e se insere no corpo social, contribuindo para o desenvolvimento de um bem maior, que é a sociedade em que vivemos. Para o paciente mental o trabalho se relaciona com a saúde e é o marco definidor que ele toma como base para dividir sua vida: antes era saudável porque trabalhava e depois da doença não se produz mais.

O trabalho para o paciente mental implica em uma dupla função (estrutura e desestrutura) por um lado é o reforço positivo, já que ao estar produzindo a saúde é protegida, diminui-se as crises através da ocupação do tempo e da mente, afastando os pensamentos negativos ou relacionados à própria doença. É um instrumento para a conquista da independência e autonomia. Por outro lado, ocorre o reforço negativo e potencializa o adoecimento mental, ao serem submetidos a processos seletivos extenuantes e nas avaliações que são feitas, quando ocorre o estresse no trabalho, exclusão, rompimento e a incapacitação dos pacientes mentais no mercado de trabalho.

À medida que a globalização desenvolve sua dinâmica seletiva reproduzindo ou criando poderosas elites e que o capitalismo transnacional mais e mais dita regras para os Estados nacionais, cresce a necessidade dos cidadãos em todo

o mundo de se localizarem em novos cenários e de encontrarem maneiras de contrabalançar novas tendências hegemônicas. Discutir a condição da transnacionalidade é levantar a possibilidade de modificar nossas concepções sobre cidadania para encompassar uma clara sensibilidade e responsabilidade com relação aos efeitos de ações políticas e econômicas em um mundo globalizado. É o reconhecimento de que qualquer novo movimento que se alça sobre o horizonte necessita ser regulado por um contrário. Esta é a única garantia que temos de que uma só tendência não colonizará, de maneira totalizante, todo o espaço que possa encontrar. (RIBEIRO, 1997:2).

Sabemos que o ser humano no decorrer de sua existência, possui necessidades à serem sanadas e estas foram classificadas pelo filósofo americano Abraham Maslow (1970, p.27) que propôs uma teoria da motivação. A teoria em questão foi disposta em forma piramidal, onde em sua base, encontra-se as necessidades fisiológicas que, seriam as mais básicas e vitais para o homem, como por exemplo: saciar sede, a fome, entre outras. Acima desta se encontra a necessidade de segurança, a qual relaciona-se com o desejo de proteção. Quando essas duas necessidades são sanadas, o homem passa a almejar as necessidades sociais, que dizem respeito aos sentimentos de pertença à grupos de relações afetivas (família, amigos, colegas de trabalho, comunidade)

A de status ou de estima, é definida pela maneira como nos vemos e somos vistos pelos outros e aqui se encaixam a autonomia do sujeito, a auto confiança, o reconhecimento social. Com essa necessidade sanada os seres humanos sentem-se seguros e valorizados socialmente. No topo da pirâmide o autor colocou a necessidade de autorrealização na qual insere-se a autoestima, a busca pela realização pessoal através do alcance de objetivos de vida. Esta última, nunca chegará ao fim, já que ao atingir um objetivo ou conquistar um sonho, aparecem outros à serem almejados.

Os três últimos níveis de necessidades: sociais, de estima e de autorrealização são de certa forma impulsionadas através também do trabalho. E é por tudo o que discutimos nesse artigo, que a Gerarte é um instrumental imprescindível para a (re)inserção do paciente mental e deve servir de exemplo para que outros projetos e políticas públicas sejam implementados para dar conta da demanda.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

Declaração Universal Direitos Humanos . UNIC/ Rio/ 005 – Agosto 2009. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acessado em 2 de novembro de 2017.

DELGADO, Pedro Gabriel. Introdução. In: BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. Secretaria nacional de economia solidária. Atlas da economia solidária no Brasil. Brasília/DF, 2005. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C3712CFF10CD7/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf Acessado em 18 de novembro de 2017.

Dicionário etimológico: origem das palavras. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/cidadania/> Acessado em 25 de outubro de 2017.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 1952. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acessado em: 07 de novembro de 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na idade clássica**. 9.ed., São Paulo: Perspectiva, 2012.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEVY-LEBOYER, C. **A crise das motivações**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MASLOW, Abraham. **Introdução à Psicologia do Ser**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1970.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos humanos, cidadania e educação. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 51, 1 de out. 2001. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/2074>. Acessado em : 6 de setembro de 2017.

MONTANARI, Atílio José. Avaliação da implantação do Centro de Atenção Psico-Social em Cataguases - MG. The implantation's evaluation of the Social Psico Attention's Center (CAPS) in Cataguases - MG. Mental, Barbacena, v. 3, n. 4, jun. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272005000100007&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 2 de novembro de 2017.

PANNIKAR, Raimond. **Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental?** In: BALDI, César Augusto. Direitos humanos na Sociedade Cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Projeto de Lei 4685/2012 que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/legislacao-e-normas/>. Acessado em 15 de novembro de 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A Condição da Transnacionalidade. In: RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura e política no mundo contemporâneo. Brasília: Editora UNB, 2000. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpt.scribd.com%2Fdoc%2F36332469%2Faondicaodatransnacionalidade&ei=nD_tU5OsCc3IsAT5gIFA&usg=AFQjCvcxsGxEB1AS7SqYGpJnHKy51d6w. Acessado em 28 de novembro de 2017.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes:** IN: SOUZA SANTOS, B; MENEZES, M. P. (orgs). Epistemologias do Sul. Coimbra: Ed. Almedina. 2009.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. In: MANA, 12 (1): 207-236, 2006 Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008.

Acessado em 24 de outubro de 2017.

_____. O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. Brasília: UNB, 2006. Série Antropologia. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/20772976/792360247/name/Edipo+Brasileiro,+a+Dupla+Nega%C3%A7%C3%A3o+de+G%C3%AAnero+e+Ra%C3%A7a+no+Brasil.pdf>. Acessado em 24 de outubro de 2017.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. "Cidadania e direitos humanos." Cadernos de pesquisa 104 (2013): 39-46. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/715/731>. Acessado em: 10 de novembro de 2017.

AUTOGESTÃO E CONTROLE OPERÁRIO EM PORTUGAL

*Tales dos Santos Pinto*⁴⁹¹

RESUMO: O presente texto tem por objetivo apresentar uma análise parcial e comparativa entre duas formas de organização desenvolvidas pelos trabalhadores durante a Revolução Portuguesa de 1974-1975: a autogestão e o controle operário. Ocorrida principalmente em pequenas e médias empresas, a realização da autogestão apresentou profundas mudanças nas relações sociais de produção das vigentes no capitalismo, com a tomada dos meios de produção pelos trabalhadores e uma participação direta, ativa e exclusiva dos trabalhadores na gestão das empresas. O controle operário ocorreu principalmente nas grandes empresas e se caracterizou por uma ação operária limitada à vigilância e fiscalização da gestão das empresas que ainda permaneciam nas mãos dos antigos proprietários. A comparação entre as duas formas de organização apresenta as potencialidades delas para as lutas dos trabalhadores e suas limitações no interesse do desenvolvimento de uma sociedade socialista, como pretendiam os trabalhadores portugueses neste processo revolucionário.

Palavras-chave: autogestão; controle operário; Revolução Portuguesa.

A autogestão

A primeira grande vaga de lutas da Revolução Portuguesa se deu imediatamente após a tomada do poder pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974, pondo fim aos 48 anos da ditadura fascista de Salazar. No número 1 do jornal *Combate*⁴⁹², publicado em 21

⁴⁹¹ Mestre e doutorando em História pela UFG, bolsista Capes e orientando do Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto. E-mail: talessantospinto@gmail.com.

⁴⁹² O jornal *Combate* foi publicado entre 1974 e 1978 e tinha por objetivo principal divulgar as lutas e as formas organizativas das mesmas a partir da própria expressão dos trabalhadores. Um exame mais detalhado do mesmo pode ser encontrado em PINTO, 2016.

de junho de 1974 há uma entrevista com as trabalhadoras da Sogantal, empresa de fabricação de agasalhos esportivos cujos investidores eram franceses. No final de maio, “elegeram uma comissão [de trabalhadoras] e uma delegada sindical que apresentaram ao director francês e ao gerente português” o caderno de reivindicações, que incidiam principalmente sobre aumentos salariais e pagamento de mais alguns subsídios, como 13º salário e férias. O pedido foi negado pela direção da empresa, que estava sediada na França. Frente à recusa aos pedidos das operárias, em número de 48, elas resolveram entrar “em baixa de produção, fazendo mais ou menos duas horas de trabalho distribuídas pelo dia todo” (COMBATE, 1974, n.1: 1), mostrando já haver um controle do processo de produção ao diluir uma pequena quantidade de trabalho ao longo de toda a jornada.

Sabendo que a empresa iria fechar, a Comissão de Trabalhadores (CT) foi ao Sindicato e ao Ministério em busca de uma intermediação no acordo entre trabalhadoras e a empresa. As trabalhadoras não aceitaram as condições impostas pela administração da empresa, mantendo o pedido de aceitação integral do Caderno de Reivindicação. A ordem que saiu da França foi o fechamento da fábrica, a partir do dia 31 de julho. Porém, já em meados de junho a direção se recusou a pagar a quinzena em decorrência da baixa de produção.

Com a recusa do pagamento, as operárias passaram a vender o estoque dos “fatos de treino” (agasalhos esportivos), que eram destinados à França, em vários locais próximos à Sogantal. Depois disso o diretor francês da fábrica e o gerente português abandonaram a empresa. Elas ocuparam a fábrica e passaram a “trabalhar com mais força o material que havia em armazém” com o objetivo de vendê-los até pagarem os salários das operárias, pensando posteriormente em continuar a produção, mas com outros tipos de produtos, já que “os fatos de treino em Portugal não [tinham] muita saída”.

É interessante notar na luta ocorrida na Sogantal alguns aspectos de divisão interna do corpo de assalariados apontado pelas operárias. Ao se referir ao apoio da população que compravam mesmo sem necessidade de uso da mercadoria, diziam que a mesma solidariedade não provinha da encarregada da produção. “Ali como em todas as fábricas há dois partidos o das encarregadas e o das operárias”. Esta divisão criava obstáculos à luta, de forma que as operárias encontraram uma solução. “Decidimos que as encarregadas devem trabalhar à máquina como todas nós”. Outra mudança de funções internas ocorreu nas tarefas administrativas que passaram a ser realizadas por algumas das operárias que tinham “o curso comercial completo ou quase” e também por outras pessoas dispostas a auxiliar (COMBATE, 1974, n. 1: 2).

Entretanto, em 24 de agosto, as operárias sofreram um ataque na fábrica ocupada. Os patrões franceses tentaram executar um plano de “invadir a Sogantal e de lá tirarem as máquinas

e os 31 000 fatos de treino e levarem tudo para França”. A informação foi veiculada pelo jornal do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis e Vestuários do Sul, cuja primeira página foi reproduzida no número 6 do *Combate*. O grupo era composto por “catorze mercenários, a maioria franceses, e dois cães trazidos da França”, sendo que “entraram na Sogantal e sequestraram o guarda da noite”, armados de “pistolas, petardos, foguetes, gases lacrimogêneos, grandes cacetes e rádios transmissores”. Percebendo a anormalidade da situação as operárias conseguiram reunir-se com “a população e dirigiram-se para a Sogantal”. Ao chegarem à fábrica, arrombaram o portão e iniciou-se um conflito que só foi encerrado com a chegada das Forças Armadas, que rendeu os mercenários, o gerente português e o patrão, e os transportaram “sob custódia militar, em camiões do Exército para o Lumiar”, registrando duas pessoas feridas (COMBATE, 1974, n. 6: 11).

Mesmo frente a toda esta situação os membros do I Governo Provisório nada fizeram para resolver a situação das operárias da Sogantal. Mas a luta na empresa serve para percebermos algumas características comuns das ações dos trabalhadores portugueses no âmbito das pequenas e médias empresas (PMEs). A primeira foi o abandono dos patrões e administradores das empresas frente às reivindicações salariais, principalmente o pagamento do Salário Mínimo Nacional⁴⁹³. Nesta situação os trabalhadores passaram a tomar conta da produção, sendo que a coordenação das lutas radicava nas CTs que haviam sido formadas para apresentar as reivindicações, sendo que os sindicatos apoiavam na divulgação das lutas. A ocupação das fábricas resultava na apropriação do maquinário e das matérias-primas, dando continuidade à produção com estes meios de produção. As mercadorias produzidas passaram a ser vendidas às pessoas solidárias à luta, não com o objetivo do lucro, mas com o intuito de garantirem seu salário e sua sobrevivência. A própria venda fizeram-nas rever o tipo de mercadoria produzida, no sentido de direcionar a produção, para os novos consumidores, buscando manter a atividade da Sogantal e a garantia de seus empregos. A venda direta da mercadoria compreenderia ainda dois aspectos: o de auxiliar no pagamento dos salários; e outro, com as consequências na consciência de classe decorrente do contato com a luta na empresa e do debate possibilitado com este mesmo contato. Além disso, apontam uma situação constante em várias empresas que avançam com a luta, apresentando um caráter autônomo em relação ao sindicato e partidos políticos, nas lutas com ocupação das instalações e com a venda das mercadorias.

⁴⁹³ O Salário Mínimo Nacional foi adotado para os trabalhadores da indústria e dos serviços em 27 de maio de 1974, pelo I Governo Provisório e representou no primeiro momento da revolução a principal reivindicação dos trabalhadores junto a seus patrões

Seguindo a metodologia proposta por João Bernardo em seu livro *Dialética da prática e da ideologia* é possível a dinâmica da luta destas operárias ser interpretada como a manifestação das duas existências totais da classe social explorada – no caso do capitalismo, a classe trabalhadora. Por uma das existências, “mantendo-se como explorada mantém e reproduz o sistema de exploração, a(s) classe(s) exploradora(s), a totalidade da sociedade” (1991: 30), que neste caso específico pode ser entendido como a manutenção do processo de produção dentro dos limites impostos pela disciplina e hierarquia capitalista, seguindo as rotinas de trabalho e não colocando qualquer alternativa a este modelo de produção. Porém, segundo o historiador português há uma segunda existência da classe explorada, que ocorre simultaneamente à outra, mesmo nos momentos de menor tensão dos conflitos sociais, mas que em situações revolucionárias leva esta tensão dos confrontos sociais ao extremo, na qual a classe trabalhadora “recusando a exploração tende a eliminar a sociedade e, por isso, fundamenta um novo modo de existência total”, sendo que a “consequência última de uma ruptura máxima da sociedade será a reformulação da totalidade das práticas, pela completa reestruturação da esfera das instituições” (1991:30).

Com o processo inicial de ruptura com a sociedade no extremo dos confrontos sociais a classe trabalhadora realiza a tomada dos meios de produção a partir do próprio local de trabalho, estabelecendo relações sociais de produção novas, que será a prática primária de reorganização da sociedade e que presidirá o desenvolvimento de novas práticas institucionais. Um exemplo de expansão das novas práticas institucionais para além dos locais de trabalho é a formação, ainda que incipiente, de uma nova forma mercantil nos chamados mercados de solidariedade, cujo interesse primeiro não é a obtenção de lucros e realização do valor de troca, mas sim a prestação de solidariedade às trabalhadoras com o objetivo inicial de manutenção de seus empregos em um momento de aguda crise social em Portugal (PINTO, 2016).

No aspecto de organização interna procederam a uma redistribuição de atividades, colocando todas as trabalhadoras a operar as máquinas, seguindo aqui também a uma reorganização pautada nesta nova prática institucional, não baseada numa relação de exploração, mas sim na realização de uma igualdade prática no processo produtivo e com igual poder de decisão por parte das trabalhadoras, já que era a assembleia geral o espaço de participação e de deliberação. Ao utilizar os conhecimentos técnicos de administração detidos por algumas das trabalhadoras para exercer funções anteriormente específicas dos pequenos gestores da empresa, as trabalhadoras da Sogantal se valeram também de um outro tipo de reorganização da produção, usando os conhecimentos possuídos por algumas das trabalhadoras em função das necessidades do coletivo da empresa. Vê-se como possível aqui utilizar a perspectiva de Alexander Bogdanov sobre a reorganização coletiva dos elementos da

experiência do processo de trabalho. Para o pensador russo “um elemento da experiência é o produto do trabalho social que tenha totalmente entrado na cognição” dos trabalhadores (2016: 209, tradução nossa). É possível ainda perceber que com esta reorganização dos elementos da experiência coletiva uma nova ideologia embrionária é formada, já que para Bogdanov:

- 1) as formas ideológicas são os modos de adaptação organizacionais da vida social, e ao final de contas (diretamente e indiretamente) precisamente do processo técnico;
- 2) isto porque o desenvolvimento da ideologia se define pela exigência de modos de adaptação organizacionais do processo social e pela existência de um material disponível para elas; e
- 3) em consequência sua viabilidade depende do grau de harmonia com o qual elas organizam na realidade um conteúdo social de trabalho. (1977: 69, grifo do autor, tradução nossa).

Seguindo aqui a perspectiva de Bogdanov, se a ideologia tem a função de organizar os elementos da experiência coletiva então a reorganização das trabalhadoras no processo de produção das mercadorias, a utilização do conhecimento de outras para os trabalhos administrativos e a realização de outra forma de atividade mercantil, pode ser entendida como uma nova forma ideológica decorrente de uma nova prática de trabalho, baseada na camaradagem e no coletivismo. Com esta descrição pretende-se aqui apontar a existência de uma luta radical, coletivista e igualitária ocorrida durante a Revolução Portuguesa desde seu início.

Ainda nesse linha interpretativa, para Simone Weil esta prática está ligada à reação desenvolvida frente às tentativas patronais de encerrar as fábricas colocando na rua algumas centenas de trabalhadores.

A sociedade burguesa está atacada de uma mania única: a monomania da contabilidade. Para ela nada pode ter valor se não poder ser registrado em francos e centavos. Nunca hesita em sacrificar vidas humanas a cifras que impressionam no papel, cifras do orçamento nacional ou de balanços industriais (WEIL, 1979: 113).

Com a ameaça de fechamento os trabalhadores ocuparam as instalações e passaram a manter a produção. A solidariedade desenvolvida entre os operários neste processo é contrastante com o lucro. Weil aponta esta solidariedade como a *alegria* surgida durante as greves com ocupação das fábricas em 1936 na França. Esta situação pode ser usada para refletir sobre o caso português. Para além da reivindicação econômica o ambiente desenvolvido se torna distinto, a dignidade volta aos trabalhadores. “Assim que se sentiu a pressão enfraquecer, imediatamente os sofrimentos, as humilhações, as revoltas, as amarguras silenciosamente acumuladas anos a fio foram o suficiente para se tornarem uma força capaz de afrouxar o nó” (1979: 104-105). Weil aponta dois aspectos que mantinham o nó: a ausência do medo da bronca pelos erros na produção, mesmo os decorrentes de falhas nos meios de produção; e o fim das

ordens dadas pelos superiores hierárquicos, quando “a gente é uma coisa entregue à vontade de outro” (1979: 103-104). A alegria de não se submeter às ordens, de deixar de ser “uma coisa entregue à vontade de outro”, rompe com a disciplina imposta pela organização capitalista do trabalho que sujeita o operário a se dobrar sobre si frente a impossibilidade de se tornar uma coisa, um fator de produção.

É este processo que o coletivo do Porto do *Combate* também expressa em editorial do número 23 do jornal. A ocupação das empresas e sua produção em autogestão pelos trabalhadores são consideradas como um fator de extrema importância para o processo revolucionário. Por ser uma ação radical e avançada de luta.

Esta ação autônoma dos trabalhadores os poderá levar a superar a simples questão de manter o emprego e o salário. Será nesta superação que começará a aparecer o verdadeiro significado da autogestão: será aí que uma consciência e uma prática nova se forjarão (COMBATE, 1975, n. 23: 8).

O caráter de solidariedade expresso pelos trabalhadores portugueses é visto como ruptura com o modo de produção capitalista. A ruptura com a necessidade de se manter sempre o lucro. A imposição da ordem do superior é superada pela necessidade de manter o emprego e a sobrevivência. As formas que encontram na luta, de caráter coletivo e ativo contra o inimigo comum continuam na forma que passam a organizar a produção,

Outra consequência deste tipo de luta é possível perceber através do *Manifesto dos Grevistas da Mabor*, empresa de pneus do grupo monopolista Quina, em que os trabalhadores expressam a consciência adquirida na participação direta e ativa na luta. Após 30 dias em greve e sem verem suas reivindicações atendidas os trabalhadores da Mabor escreviam:

Hoje temos condições mais favoráveis para impôr os nossos direitos, cada vez mais camaradas sabem que é pela luta que os direitos se conquistam, que é sobretudo na luta que descobrimos que são os nossos verdadeiros e os falsos amigos, cada vez entendemos melhor como nos exploram, porque o fazem e como devemos lutar contra isso (COMBATE, 1974, n. 5: 7).

A participação na luta abriu aos operários novas perspectivas frente aos inimigos que enfrentavam e fortaleceram a convicção de que não havia outra saída que a luta pelos direitos. Segundo o manifesto, perceberam ainda melhor a exploração a que estavam sujeitos, pois conheceram os modos pelos quais os capitalistas organizavam a exploração. Aprenderam ainda a lutar contra a exploração. Mas há outros elementos neste aprendizado.

Hoje sabemos que a nossa luta faz parte da luta que todos os operários travam contra todos os patrões onde quer que a exploração destes se exerça sobre quem tudo produz e pouco recebe.

Hoje sabemos que só quando todos os explorados se unirem contra os exploradores conseguiremos vencer total e definitivamente!

Até lá lutaremos cada vez mais, cada vez melhor por uma vida digna de homens, certos dê que caminhamos para uma vitória que ninguém nos conseguirá arrancar das mãos! (COMBATE, 1974, n. 5: 7).

A consciência de pertencimento coletivo à classe explorada foi expressa claramente no Manifesto, podendo ser percebido que através da luta foram adquirindo uma consciência de igualdade de todos os operários como explorados frente à todos os patrões. E que era necessário ainda se unir para poder vencer em conjunto, indicando os caminhos iniciais de uma ação política, social e econômica comum contra seus inimigos.

A luta das trabalhadoras da Sogantal expressava de certa forma as lutas autogestionárias que ocorreram após o 25 de Abril. Suas características estavam presentes em várias lutas ocorridas em outras empresas, como a Ornitex, a Sousa Abreu, Charminha, Varanda do Chanceler etc. Elegeram uma CT para apresentar as reivindicações, com o abandono da empresa passaram a manter em funcionamento a produção, realizaram as vendas nos mercados de solidariedade para garantir os salários e criaram espaços de decisão coletiva sobre a gestão da luta e da produção. Nestas pequenas empresas foi possível realizar uma organização autogestionária da produção.

Uma segunda vaga de lutas, ocorrida no final de 1974 e início de 1975, teve características semelhantes às da luta na Sogantal. Frente à fuga dos patrões que se viram incapacitados de atender as reivindicações dos trabalhadores, estes passaram também a ocupar as instalações e manter a produção para garantirem os empregos. O que se pretende apontar aqui agora é como as escolhas de membros para as CTs tinham como critério os mais aptos para efetuar as tarefas de gestão. Na Firma Eduardo Pinto Pereira, EPP, para a primeira CT “se resolveu escolher as pessoas mais válidas, mas procurando sempre que todas as secções estivessem metidas” (COMBATE, 1975, n. 23: 6). Segundo Cornelius Castoriadis, este é o primeiro aspecto da socialização no interior das fábricas, que tem como resultado a formação dos grupos elementares, as unidades sociais fundamentais da empresa.

O conteúdo primeiro dessa socialização no grupo elementar é que os operários que o compõem tendem a organizar espontaneamente sua cooperação e a resolverem os problemas colocados pelo trabalho em comum e por suas relações com o resto da fábrica e com a direção (CASTORIADIS, 1985: 114-115).

As CTs que surgem no interior das empresas podem ser entendidas como processo de socialização decorrente da organização do trabalho capitalista, através da vivência coletiva no processo de produção. A organização de uma CT era a quebra da autoridade e da disciplina capitalista, criando uma nova disciplina fundada agora na socialização dos grupos elementares, que se projetam para a gestão da produção, enfrentando patrões e os gestores tecnocráticos no interior das empresas, desenvolvendo relações com os demais trabalhadores e alterando os vários aspectos sociais existentes na fábrica.

São os núcleos vivos da atividade produtiva, assim como grupos elementares de um outro tipo são os núcleos vivos de todas as atividades sociais nos

diferentes níveis. Em seu seio, manifesta-se já a atitude gestonária dos operários, sua tendência a se auto-organizarem para resolver os problemas que lhes são postos por seu trabalho e por suas relações com o resto da sociedade (CASTORIADIS, 1985: 114-115).

Porém novos problemas surgiram em decorrência da continuidade da produção. As dificuldades impostas pelo capitalismo aos trabalhadores portugueses em luta foram de várias ordens. Uma destas dificuldades estava relacionada à venda das mercadorias produzidas nas empresas geridas pelos operários. Na Ornitex enfrentaram o boicote aos seus produtos, pois a amizade (ou a prática comum de classe e sua consciência) entre os capitalistas levam a apoiar a luta deles e não a dos trabalhadores. O operário da empresa expôs durante uma mesa redonda sobre autogestão, realizada entre empresas têxteis do Norte de Portugal, sua experiência de venda de produtos:

(...) aconteceu comigo – estou-lhe a dizer isto por experiência – e acontece diariamente tipos que se apoderam da fraqueza do trabalhador em luta – “estes desgraçados não tem patrão esses desgraçados não têm dinheiro e eu agora vou comprar mais barato 50\$00” – só para prejudicar o trabalhador. Ora nós não devemos abdicar disso, nós não devemos abdicar dos nossos produtos os nossos produtos devem ser vendidos ao mesmo preço e com o mesmo valor (COMBATE, 1975, n. 24: 6).

O boicote dos capitalistas aos trabalhadores pretende, de acordo com o operário da Ornitex, asfixiar a luta, cortando as fontes de renda que poderia manter em funcionamento a fábrica, o pagamento dos salários e a continuidade do enfrentamento.

O membro do Grupo de Apoio, do Porto, que auxiliava os trabalhadores na venda das mercadorias produzidas, colocou da seguinte forma dois aspectos destas dificuldades.

Eu acho que há aqui duas coisas a ver: uma coisa é a sobrevivência das pessoas; outra coisa é a lição que se pode tirar de se ter entrado em luta. Portanto, uma coisa é vocês estarem preocupados – o que acho lógico – com a técnica de produção, etc., para poderem sobreviver, porque de outra maneira não lhes resolve nada e ainda ficam com mais problemas, mas é preciso que paralelamente a isso se tome consciência do motivo que nos levou a entrar em luta. Saber actuar e continuar a luta para que esse problema desapareça (COMBATE, 1975, n. 24: 6).

Segundo o membro do GA, a luta se desenrolava em duas vias: uma de garantir a sobrevivência; a outra de tomar consciência dos motivos que os levaram a lutar. A luta pela sobrevivência, desenvolvida de forma prática, proporcionava aprender com a luta e desenvolver também uma consciência política dos problemas que eles estavam enfrentando, como é possível o leitor perceber através do que foi exposto no Manifesto da Mabor.

Ainda seguindo a proposta de João Bernardo (1975), tais características da luta indicam o desenvolvimento do que no livro *Para uma teoria do modo de produção comunista* é denominado de lei do institucional. Para ele “a lei do modo de produção comunista é a

dominância do económico pelo colectivo dos produtores organizados directamente ao nível das unidades de produção em instituições que, articuladas reciprocamente, se constituem na organização geral dos produtores” (1975: 94-95). A organização pela qual tal dominância se efetiva são os conselhos de trabalhadores (no caso português, as comissões de trabalhadores) que articularão a estruturação da nova sociedade a partir dos locais de produção. Com isso inicialmente se tem a inversão da contradição das classes sociais, passando os trabalhadores a dominar o nível económico e a passar à eliminação do nível político, já que a existência de intermediários delegados pelos conselhos é controlada diretamente pelo coletivo dos produtores. E tal situação não se localiza em um futuro longínquo, já que tal prática dos produtores é permanente em sua existência social. A tomada do poder se dá no local da produção e a partir deste local que se estrutura uma nova prática de reorganização total da sociedade.

Entretanto, apesar da consciência surgida e do aprendizado da luta, a questão da sobrevivência, como foi apontado pelo membro do GA, colocaram outros problemas aos trabalhadores. Um deles era a dependência do mercado capitalista que impedia a continuidade da produção. No caso da EPP, fábrica de acessórios para a indústria têxtil, a situação foi apresentada da seguinte maneira:

Na nossa indústria a gente não compra materiais com 5 ou 10 contos. Sabe que temos uma indústria que, é um supor, os pentes, aquilo é belga ou suíço, agora estamos a importar da Suíça, a gente quer mandar vir material para pentes [...] evidentemente aqui são logo 200, 300, 400, 500 contos, e não é nenhuma quantidade. E por aí fora, o caso da fibra que é com o que este amigo trabalha, é importada também de fora, de forma que um bocadinho de fibra, um bocadinho de cada medida são pelo menos 500 contos, onde é que a gente tem dinheiro para trabalhar na autogestão? A nossa última salvação foi esta, apresentaram-nos o caso: “só assim é que vocês se salvam”. E agarramo-nos (COMBATE, 1975, n. 24, p. 6).

Os mercados de solidariedade não supriam as necessidades financeiras para se adquirir os produtos no mercado mundial capitalista. A autogestão e a falta de recursos financeiros impediam a continuidade da luta naquela forma. Este não desenvolvimento da luta impediu a expansão das relações sociais de produção novas e conseqüentemente uma nova tecnologia. O recurso foi adotar uma forma de conseguir acesso ao crédito, apresentada como a única via possível para eles se salvarem foi a adoção da forma de empresa cooperativa, com estatutos e reconhecimento legal pelo Estado. Não cabe neste texto o desenvolvimento deste processo, pois não é o objetivo aqui e o mesmo já foi feito em outro trabalho (PINTO, 2016).

Controle Operário

Uma experiência de controle operário da produção ocorreu na Sociedade Central de Cervejas (SCC), a maior empresa do setor cervejeiro de Portugal à época. Os trabalhadores ocuparam as instalações após a negativa da administração da empresa em atender algumas das reivindicações, elaboradas por algumas centenas de trabalhadores em plenário da empresa em 31 de janeiro de 1975. Algumas das reivindicações não atendidas eram as seguintes:

12 – Vencimentos da Administração e dos Funcionários não podem ultrapassar o de Ministro;

13 – Que não haja distribuição de lucros aos acionistas, nem de gratificações à Administração referente ao ano de 1974;

14 – O número de administradores não deve ultrapassar 5 (COMBATE, 1975, n. 17: 2).

A argumentação sobre essas três reivindicações demonstrava uma preocupação com a apropriação individual da mais-valia pelos administradores e acionistas da SCC (SILVA, 2012) e com a própria economia do país, como é possível verificar no comunicado número 2 emitido pelos trabalhadores da empresa:

os Trabalhadores pensam que a acumulação dos lucros provenientes do trabalho por eles produzido se deve destinar ao robustecimento não só da empresa como da economia do país, procurando portanto que a aplicação desses lucros se destine à criação de novos postos de trabalho.

Não se pode aceitar que num país em que um terço da população activa ainda não viu realizado o seu direito ao salário mínimo nacional, os capitalistas e administradores do capital continuem a auferir chorudas importâncias à custa do trabalho dos explorados, o que constitui uma verdadeira afronta às baixas condições de vida de grande parte da população (COMBATE, 1975, n. 17, p. 2).

O salário mínimo nacional, de 3.300\$00 fora uma conquista recente, estipulado logo após o 25 de Abril, e uma das principais reivindicações do trabalhadores, principalmente os das PME. Os salários dos trabalhadores da SCC eram acima do mínimo, o que explica não constar em suas reivindicações aumentos salariais. Além disso, o desemprego estava em ascensão, o que os motivou a pedir novos investimentos na SCC e assim proporcionar novos postos de trabalho.

Formaram-se comissões de trabalhadores na maioria dos estabelecimentos da empresa, constituída por fábricas e entrepostos de distribuição e comercialização. Elaboraram também uma coordenação entre as CTs dos vários estabelecimentos, buscando uma articulação entre os trabalhadores separados geograficamente pelo país. A proposta organizativa da CT pode ser verificada em outro comunicado, emitido em 02 de Fevereiro de 1975, para a sede, em Lisboa, pois em Vialonga e outros locais já se havia constituído:

Art. 1º – No sentido de orientar toda a luta dos trabalhadores da sede é criada, a título provisório, uma Comissão Coordenadora de Luta que assegurará também o contato, quer com outros estabelecimentos quer externos à empresa.

Art. 2º – A Comissão é eleita pela Assembleia dos Trabalhadores da sede, única entidade perante a qual responde.

Art. 3º – A Comissão é mandatária da Assembleia dos Trabalhadores da sede e só pode ser destituída por esta.

Art. 4º – A Comissão é composta pelos seguintes Grupos de Trabalho, através dos respectivos representantes: 1 – Contactos Inter-Estabelecimentos Vialonga (Fábrica); Entrepasto (Prior Velho); Porto (Entrepasto) e com Associados; 2 – Comercial; 3 – Financeiro; 4 – Pessoal; 5 – Comunicação Interna e Imprensa; 6 – Segurança e disciplina Interna; 7 – Informática; 8 – Contencioso; 9 – Refeitório; 10 – Serviços Médicos e Supermercados; 11 – Compras; 12 – Exportação; 13 – Secretariado.

Art. 5º – A Comissão reunirá diariamente às 9:30 horas da manhã.

Art. 6º – Todas as decisões da Comissão serão transmitidas imediatamente aos Trabalhadores da Empresa através de comunicados afixados junto ao serviço de ponto e noutros locais concorridos da Empresa.

Os Trabalhadores poderão contestar quaisquer decisões.

Art. 7º – As Assembleias Gerais de Trabalhadores rectificarão as decisões tomadas pela Comissão.

Art. 8º – Considerando-se indispensável a maior disciplina interna, os Trabalhadores velarão solidariamente pelo seu cumprimento. Qualquer infração deverá ser comunicada imediatamente à Comissão de Segurança e Disciplina Interna, com plenos poderes para resolver os problemas imediatos.

Art. 9º – Os trabalhadores asseguram que é indispensável melhorar a eficiência de todos os serviços, comprometendo-se a tomar medidas rigorosas para evitar qualquer tentativa de sabotagem.

Art. 10º – Os Grupos de Trabalho, logo após eleição dos responsáveis, elaborarão as respectivas normas de funcionamento que serão afixadas junto ao ponto e noutros locais da Empresa e, posteriormente ractificadas pela Assembleia Geral dos Trabalhadores.

Art. 11º – Estas normas entrarão em vigor logo após aprovação em Assembleia Geral dos Trabalhadores. (COMBATE, 1975, n. 17: 2)

As medidas acima expostas dá a medida do controle que os trabalhadores pretendiam exercer sobre a empresa, estendendo suas ações em todas suas atividades. Além disso, fizeram piquetes para controlar a entrada e saída dos administradores, aceitando a entrada de apenas 2 elementos da administração, mas também evitar a saída de documentação considerada importante. Porém, não se apropriaram da gestão, como ocorreu após a ocupação de diversas PMEs, se limitando ao controle operário, que consistia basicamente na fiscalização da gestão administrativa, como, por exemplo, a aplicação de capital, controle salarial e dividendos de acionistas. Segundo o Comunicado número 3, de três de fevereiro de 1975, os trabalhadores

não pretendiam “ocupar o local dos administradores”, eles continuariam “efectivamente a ser responsáveis pela empresa”. Essa situação, como expressa no comunicado era para ser temporária, “enquanto não for dada resposta às questões pendentes, os trabalhadores exercerão controle sobre todo o funcionamento dos serviços” (COMBATE, 1975, n. 17: 2).

A empresa não estava nacionalizada e nem o setor cervejeiro constava nos planos governamentais de estatização anteriores ao 11 de Março de 1975, mas era um pedido dos trabalhadores, para que com a nacionalização se realizasse a troca dos administradores, acusados de má-gestão. A nacionalização ocorreria apenas em agosto de 1975. O controle sobre a documentação surtiu efeito no contexto de uma “guerra de comunicados” entre trabalhadores e administração da SCC que ressoou pela imprensa. Os trabalhadores encontraram documentos que indicariam a existência de remessas ilegais ao exterior e gastos da administração que colocavam em risco a situação financeira da empresa. Com isso os trabalhadores conseguiram que fosse formada pelo governo uma Comissão de Inquérito Oficial, através da Junta de Salvação Nacional, que investigaria as denúncias apresentadas pelos trabalhadores, o que evidencia uma aproximação dos trabalhadores das instituições estatais e, especialmente, do MFA. O primeiro resultado dessa Comissão de Inquérito foi a proposta de nomeação de uma gestão temporária para a SCC, cuja administração seria composta por representante dos acionistas e elementos de confiança dos trabalhadores. As CTs de Vialonga, Sede, Trindade, Coimbra e Porto apresentam uma proposta alternativa em que a administração seria composta por dois representantes dos acionistas, e três representantes da JSN. O Conselho Fiscal contaria com a presença de três representantes eleitos pelos trabalhadores, “que funcionaria paralelamente com um órgão de controlo e fiscalização nomeado pela JSN”. A orientação de ação de todos os órgãos que viessem a ser criados seria o caderno reivindicativo (SILVA, 2012: 72-76).

Após essa exposição sucinta das características da luta dos trabalhadores da SCC pode-se levantar a seguinte questão: seria esse tipo de atuação dos trabalhadores uma forma de controle operário (ou controle dos trabalhadores) sobre a produção e serviços?

Seguindo uma interpretação da revolução elaborada por Leon Trotsky, a historiadora Raquel Varela em seu livro *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975* define o controle operário como um

processo de dualidade de poderes que consiste na organização política dos trabalhadores ao nível da produção – formalizada ou não – com vista a tomar o poder político. É uma *situação* no processo de luta no meio de um processo revolucionário e não uma estrutura ou instituição. Haver controle operário é

parte da definição do próprio conceito de um período como sendo revolucionário (2014, p. 274, grifos no original).

Com o caso da SCC é possível interpretar as ações dos trabalhadores como uma prática de duplo poder no interior das empresas, com as administrações mantendo ainda suas prerrogativas e os trabalhadores construindo suas práticas de contestação e fiscalização das decisões administrativas, através de órgãos criados por eles. É possível interpretar tais práticas como um controle operário nos locais de trabalho. Uma ação política dos trabalhadores em nível de produção, mas que até o que foi exposto não permite vislumbrar uma perspectiva de tomado do poder, e nem a forma de realização da tomada do poder. Seria a conquista do poder do Estado pelos trabalhadores e suas organizações? Ou seria a constituições de novas instituições que substituiria a instituição estatal?

A afirmação dos trabalhadores da SCC de não assumirem a gestão da empresa, mantendo essa gestão nas mãos da administração (e da administração provisória do Estado posteriormente) proporciona o entendimento de que há uma distinção em relação aos processos de autogestão. Para Raquel Varela, a distinção do controle operário com as duas outras formas se dá no sentido de que a autogestão se caracterizaria por ser uma “forma em que os trabalhadores passam a ser patrões de si próprios” (IDEM, Ibidem, p. 274). Quando da proposta de formação da Comissão Administrativa provisória feita pela JSN para administrar a SCC, os trabalhadores negaram a cogestão (em que dividiriam a administração com os administradores capitalistas) com o Estado, propondo apenas manter a fiscalização das ações dessa mesma comissão.

Entretanto, essa definição de controle operário, autogestão e cogestão pode ser comparada com outra, que dá dimensão distinta à proposta por Raquel Varela. Em seu livro *Os bolcheviques e o controle operário*, Maurice Brinton (1975) apresenta, dentro do contexto da luta operária na Inglaterra, e analisando a luta dos comitês de fábrica na Revolução Russa, a necessidade de distinguir entre controle operário e gestão operária, indicando que não era apenas uma questão de palavras, mas sim que essas palavras designavam práticas sociais distintas, referentes à participação total ou parcial dos produtores no processo de produção. “Numa, a classe operária (o conjunto dos produtores) toma **todas** as decisões fundamentais”, através de organismos escolhidos pelos próprios trabalhadores e com os quais se identificam, apresentando como exemplo os comitês de fábrica e os conselhos operários, cujo funcionamento radicaria na elegibilidade dos delegados e sua revogabilidade a qualquer momento, “federando-se provavelmente em base regional ou nacional”. De forma autônoma, os trabalhadores decidiriam “o que se deve produzir, de que modo, a que preço, e a custa de

quem”. A outra prática está relacionada à delegação de tomada de decisões fundamentais a instância diferente ou do exterior, ou seja, “pelo Estado, pelo Partido, ou qualquer organismo sem verdadeiros laços com o próprio processo de produção”. Dentro dessa perspectiva, “a 'separação entre os produtores e o processo de produção' (base de qualquer sociedade de classe) é mantida”. Com essa caracterização das práticas sociais, Brinton define gerir como “tomar por si mesmo as decisões, na qualidade de pessoa ou coletividade soberana, e com pleno conhecimento das informações necessárias”. Por outro lado, controlar “significa supervisionar, inspecionar ou verificar as decisões tomadas por outrem”. Dessa forma, o controle operário limitaria a soberania dos trabalhadores nas decisões, ou ao menos, criaria um “estado de duplo poder no qual algumas pessoas determinam os objetivos” restando aos demais “se esforçar para que sejam aplicados os meios apropriados para os realizar (1975: 14-15, grifos no original).

Na interpretação de Brinton pode-se até entender a autogestão como “tornar-se patrões de si mesmos”, mas acabando com os patrões, pois se a coletividade dos trabalhadores toma soberanamente todas as decisões, assumindo a prática dos patrões e superando a “separação entre os produtores e o processo de produção”, estes deixam de existir. Porém, os conceitos e as definições nos servem para analisar os processos históricos e sociais, e não para enquadrar tais processos nos conceitos e definições. No caso do controle exercido pelos trabalhadores da SCC percebe-se uma autonomia inicial na luta e na organização das CTs, bem como a soberania nas decisões do coletivo dos trabalhadores em trilhar o caminho da fiscalização dos atos das administrações. E percebe-se também uma entrega da gestão a instituições externas aos trabalhadores, como ao Estado.

Além disso, é interessante perceber que houve experiência de interligação entre empresas distintas a partir da ação dos trabalhadores da SCC, proporcionando troca de experiências entre as comissões de trabalhadores, que podem ser entendidas como embriões de práticas federativas entre CTs – em âmbito restrito, é verdade – no que toca à integração entre espaços de trabalho e produção distintos. Para um dos trabalhadores da SCC participante da mesa redonda organizada pelo jornal Combate as CTs não podem ficar ilhadas, devem “dar as mãos”, “conhecer as experiências das outras empresas, os seus problemas, e procurar solucioná-los”. E narra um caso concreto:

Ainda na semana passada, tivemos um caso extremamente curioso: uma unidade motora na nossa fábrica que falhou. Contactada a única empresa que podia tratar da reparação em Portugal, foi-nos respondido através dos serviços técnicos que isso levaria mais de um mês a reparar. Esse motor afectava 40% da nossa capacidade de produção – facto extremamente grave como vocês podem ver. Contactada a comissão de trabalhadores de tal empresa de

motores, pela nossa comissão o problema foi resolvido em uma semana (COMBATE, 1975, n. 27, p. 6).

Apesar da limitação apontada com o controle operário, a solidariedade da luta entre os trabalhadores levava, naquele momento em Portugal, à superação das decisões das administrações pelos próprios órgãos dos trabalhadores. Os trabalhadores passam ao largo do que decidem os patrões em alguns momentos, mostrando que o controle operário poderia alçar a luta a outros patamares. Para esse mesmo trabalhador, tal ação estava relacionada à necessidade da tomada do poder, e na situação portuguesa de 1975, esse debate passava pela nacionalização das empresas no país. Segundo ele, era “a troca de experiências entre as diversas comissões de trabalhadores das empresas e até acordos para ações comuns que envolvem muitas vezes, a solidariedade dos trabalhadores”, que são possíveis de desenvolver como “outros círculos de nacionalização” (COMBATE, 1975, n. 27, p. 6).

Nessa perspectiva, o controle operário da produção se articulava com o processo de nacionalização. O objetivo era retirar dos capitalistas privados a propriedade dos meios de produção, passando-a ao Estado e, em articulação com este, participar das decisões dos novos rumos a serem dados em direção à “transição para o socialismo” que a imensa maioria de grupos políticos e militares pretendiam (FERREIRA, 1997). Mas era também necessária a tomada do poder político, retirando a burguesia que ainda estava presente no Estado.

Apesar de perceberem como um passo importante, propriedade estatal não era solução do problema da luta contra a burguesia, pois tal mudança não conferia aos trabalhadores a gestão dos meios de produção, e limitava o nível de controle operário que o Estado estava disposto a conceder. Essa limitação pode ser percebida no *Projecto de Controlo da Indústria Metalomecânica Pesada Que Cria o Comissariado Para a Indústria Metalomecânica Pesada*. Este documento foi elaborado pela Secretaria de Estado da Indústria e Tecnologia chefiada por João Martins Pereira, durante o IV Governo Provisório, em junho de 1975. Ele foi aprovado pelas CTs das empresas do setor, que debateram-no em maio do mesmo ano. Foi apresentado ao Conselho de Ministros do VI Governo Provisório, em outubro de 1975, não conseguindo aprovação. As CTs exigiram sua aprovação, e em novembro do mesmo ano, o Ministro da Indústria assinou um despacho formando um grupo de trabalho para o lançamento do Comissariado. O documento foi publicado em dossiê sobre o *Controlo Operário em Portugal*, organizado por Fátima Patriarca.

A formação do Comissariado se inseria na proposta do Estado em exercer um “controle sobre o referido sector, tendo em vista a 'preparação da fase de transição para o socialismo’”,

devido à importância deste na economia industrial portuguesa. Ainda de acordo com o documento,

O modo de controlo que se considerou adequado ao caso presente, de acordo com as comissões de trabalhadores e sindicais das respectivas empresas, foi a da criação de um órgão de gestão sectorial que deverá prosseguir, como objetivos essenciais, os que constam no programa de acção a curto prazo do Ministério da Indústria [...] Ao órgão criado tendo em vista estes objetivos [...] são atribuídas amplas funções e poderes de intervenção, esperando-se que, da sua acção, complementada com a atenta vigilância por parte das comissões de controlo da produção em cada empresa, se obtenha uma disciplina e uma expansão controlada do sector com fortes repercussões em vários domínios de interesses vitais para o país, como sejam o emprego e o equilíbrio da balança de pagamentos (PATRIARCA, 1976b: 1066).

Os objetivos do Commissariado estavam presentes no artigo 4º do documento, atribuindo a este a coordenação dos programas de investimento e produção das empresas do setor, aquisição de equipamentos do setor público e das empresas públicas, promover a participação nacional nos investimentos privados tendo em vista uma política de substituição de importações e articular a produção das empresas em relação com a capacidades das demais do mesmo setor. Em linhas gerais, o objetivo principal era iniciar um planeamento económico do setor da metalomecânica pesada, envolvendo empresas nacionalizadas e privadas, buscando retomar um crescimento económico tendo o Estado como o principal órgão de gestão desse processo. O fim último do processo era o socialismo, apesar de nessa fase de transição constar a participação de empresas privadas que não foram nacionalizadas, como a Lisnave, principal empresa naval do país. A “transição para o socialismo” aqui se confunde com a nacionalização das empresas e com uma planificação económica centralizada no Estado. Sendo esse Commissariado a primeira tentativa de articulação nesse sentido. E essa proposta contava com a participação das CTs dos trabalhadores. Na estrutura do Commissariado, constava no artigo 12º, a composição da direcção com quatro elementos, dos quais “dois designados pelo Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia”, um deles presidindo, e “dois designados pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores das empresas abrangidas”. A Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores comporia integralmente a Comissão de Controlo, de acordo com o artigo 18º do documento, competindo a ela

- a) discutir e fiscalizar a gestão técnica, financeira e comercial do commissariado;
- b) Dar parecer sobre o orçamento anual e o relatório e contas;
- c) Pronunciar-se sobre os programas de actividades do Commissariado;
- d) Propor à direcção a admissão de pessoal técnico, ao nível da chefia de serviços, ou dar assentimento a essa admissão. (IDEM, Ibidem: 1071)

Além desses dois órgãos, havia ainda na proposta mais dois, o Conselho Geral e o Conselho Fiscal, em os representantes dos trabalhadores não tinham assento, garantido apenas aos gestores do Estado e das empresas. Tal proposta, demonstra uma posição subalternizada dos trabalhadores em relação aos gestores do Estado, pois ocupavam apenas dois dos quatro órgãos, sendo em que apenas um detinha uma maior presença. Por outro lado, no artigo 23º, há a definição de que os membros da direção e do conselho fiscal “perceberão as remunerações ou gratificações mensais que lhes foram fixados por despacho” dos ministérios das Finanças e da Indústria, deixando de lado, aos representantes dos trabalhadores e para os técnicos da gestão, um dos princípios da Comuna de Paris de 1871, de que ninguém receberia um salário maior que o de um operário qualificado (IDEM, Ibidem: 1071). Nessa fase de “transição para o socialismo” não seriam os trabalhadores os principais sujeitos desse processo. E mesmo assim, tal proposta foi aprovada pelas CTs das empresas do setor metalomecânico.

O processo de introdução do controle operário na produção articulada com a gestão centralizada do Estado dos setores econômicos pode ser entendida como uma ambiguidade da luta dos trabalhadores. Ainda segundo João Bernardo (1991), a manifestação desta ambiguidade ocorre em decorrência da existência de um mesmo campo de luta social compartilhado por duas classes antagônicas, as quais agem com um objetivo comum, que é a derrubada da burguesia proprietária privada do controle dos meios de produção. Essa interpretação se desenvolve desde a década de 1920 em setores do movimento operário, mas também entre grupos conservadores, a partir dos processos econômicos e sociais da Revolução Russa e nos países participantes da Primeira Guerra Mundial, onde a planificação econômica começa a se desenvolver. Será seguida aqui a interpretação de João Bernardo (1975, 2009) que trata dessa ambiguidade e apresenta uma interpretação da divisão social do capitalismo em três classes sociais, desde seu início: trabalhadores; burgueses e gestores.

Resumidamente, as duas últimas seriam antagônicas da primeira, e esse antagonismo se dá na cisão entre o controle e gestão dos meios de produção e do tempo de trabalho, detidos por burgueses e gestores, sendo que os trabalhadores estariam afastados desse controle. Seria este o modelo das relações sociais de produção no capitalismo, cuja centro é a exploração da mais-valia. Entretanto, entre burguesia e gestores, há uma oposição de classe, situando-se os burgueses mais próximos das Unidades Gerais de Produção, e da propriedade privada, e os gestores ligados mais às Condições Gerais de Produção, e de uma propriedade coletiva dos meios de produção.

No caso específico que vem sendo pesquisado, o do controle operário e das nacionalizações, é possível perceber uma ação comum contra a burguesia por gestores e trabalhadores na construção das instituições de gestão desse setor econômico. A ambiguidade residiria nesse campo comum, contra o mesmo inimigo, a burguesia, por duas classes antagônicas. A proposta de constituição do Comissariado inclui em uma mesma instituição duas classes com práticas institucionais distintas, pois em comum com os gestores os trabalhadores não conseguiriam romper com a cisão existente nas relações sociais de produção capitalista. Tal cisão se verificou no caso português nas lutas nos locais de trabalho, mas não nas estruturas de integração do controle operário que estavam sendo propostas. Os técnicos do Estado, os gestores garantiam a predominância nessas estruturas, impedindo que os trabalhadores rompessem com as relações sociais de produção capitalista, reproduzindo-as através de uma propriedade estatal, controlada coletivamente por esses gestores, e apenas fiscalizada pelos trabalhadores. Não se eliminaria aqui as práticas institucionais dos capitalistas, reproduzindo-as, e limitando o desenvolvimento das CTs, enquanto eixo central da constituição de uma nova organização social não-capitalista, a uma outra forma de reprodução da produção capitalista, aqui com uma maior participação dos trabalhadores, sem que houvesse a eliminação das demais classes sociais.

Considerações finais

Como um trabalho comparativo entre duas formas distintas de organização desenvolvidas pelos trabalhadores em Portugal durante o processo revolucionário foi possível perceber uma variedade de ações durante o período analisado, bem como algumas de suas limitações. Há a necessidade de um estudo pormenorizado destas diversas ações para se chegar a uma conclusão mais elucidativa da fértil ação operária durante a Revolução Portuguesa. Percebe-se, porém, que mesmo no início das lutas as formas organizacionais desenvolvidas pelos trabalhadores apresentam os percursos posteriores que podem ser percorridos. A autogestão apresentou uma possibilidade inversão das contradições de classe no capitalismo, colocando os trabalhadores organizados de forma autônoma no eixo central do desenvolvimento de uma nova sociedade. Por outro lado, o controle operário, mesmo sendo uma forma de organização defendida pelos trabalhadores em luta, apresenta alguns limites em se tornar eixo central de uma nova sociedade, pois delegada parte das ações de gestão do processo produtivos às classes exploradoras do capitalismo. Com a pretensão do autor em analisar novas fontes nos arquivos portugueses, espera-se que esta análise possa ser aprofundada e ampliada, buscando apresentar um quadro mais complexo e completo da prática dos trabalhadores durante a Revolução Portuguesa.

Fonte

COMBATE (1974-1975). Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/combate/index.htm> Acessado em 07/07/2018.

Referências bibliográficas

BERNARDO, João. *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. *Dialética da Prática e da Ideologia*. Porto: Afrontamento, 1991.

_____. *Economia dos Conflitos Sociais*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOGDANOV, Alexander. A. *La science, l'art et la classe ouvrière*. Paris: François Maspero, 1977.

_____. *The Philosophy of Living Experience*. Leiden/Boston: Brill, 2016.

BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário (1917-1921)*. Porto: Afrontamento, 1975.

FERREIRA, José Maria Carvalho. *Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo” (História de um equívoco)*. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

MAILER, Phil. *Portugal. A Revolução Impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado. revolução e democracia em Portugal*. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NORONHA, Ricardo Vieira de Campos de Abreu. *A Nacionalização da Banca no Contexto do Processo Revolucionário Português (1974-75)*. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011.

PATRIARCA, Maria de Fátima. *Controlo Operário em Portugal (I)*. *Análise Social*, Vol. XII (3º), n. 47, 1976a. <disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=9> Acessado em 30/06/2016.

_____. *Controlo Operário em Portugal (II)*. *Análise Social*, Vol. XII, n. 48 (4º), 1976b. <disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=9> Acessado em 30/06/2016.

PINTO, Tales dos Santos. *Gestão Operária na Revolução Portuguesa. Auto-organização e hetero-organização no jornal Combate*. Goiânia: Editora da UFG, 2016.

SILVA, Filipe Guimarães. “*A Nacionalização Que Se Deseja*” *Notas Para Uma Breve História Da Indústria Cervejeira Nacional: do estado novo às nacionalizações revolucionárias*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. *Contra a Exploração Capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

VARELA, Raquel. *História Do Povo Na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

SABERES E FAZERES JAVAÉ: ESTUDO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS ALIMENTARES INDÍGENAS, DA DÉCADA DE 1990 À ATUALIDADE

*Tamiris Maia Gonçalves Pereira*⁴⁹⁴

RESUMO: O presente texto busca expor o contexto, as principais problemáticas e resultados preliminares obtidos a partir do projeto “Saberes e fazeres Javaé: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 à atualidade”. A pesquisa corresponde a um estudo sobre as práticas tradicionais alimentares Javaé realizada nas atuais comunidades *Iny* - Javaé, localizadas na Ilha do Bananal, Tocantins. Para sua realização utilizamos dados bibliográficos documentados desde a década de 1990 até a atualidade, sobre os usos e significados das práticas e saberes tradicionais alimentares, além de entrevistas/conversas e participações ativas realizadas em etapas de campo. Parte-se da seguinte pergunta problema: o que significa alimentação tradicional para o povo Javaé? Buscando investigar esta questão, analisamos os processos de aquisição, preparação, distribuição, consumo e descarte do alimento no cotidiano Javaé; o funcionamento da cozinha e espaços de produção alimentar; modificações e dinâmicas das práticas alimentares; não ditos e não narrados pelos documentos e os ditos e narrados pelos indígenas. Até o momento, percebemos a concepção da alimentação ideal como aquela que possui por base os produtos de origem *Iny*, que fortalecem a identidade e as suas

⁴⁹⁴ Doutoranda na Universidade Federal de Goiás/ Faculdade de História - PPGH/ Linha de pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História
Endereço eletrônico: tamirismaia_19@hotmail.com
Orientador: Dr. Elias Nazareno
Agência Financiadora CAPES

tradições socioculturais. Porém, a base alimentar presente nas casas e escolas é de origem não indígena.

Palavras-chave: história da alimentação; saberes e fazeres indígenas; povo Javaé.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as práticas tradicionais alimentares Javaé está sendo realizado nas atuais comunidades *Iny* - Javaé, localizadas na Ilha do Bananal, Tocantins. Para sua realização utilizamos dados bibliográficos, documentados desde a década de 1990 até a atualidade, sobre os usos, práticas e saberes tradicionais relacionados à alimentação e seus significados, além de entrevistas/conversas e participações ativas⁴⁹⁵ realizadas em etapas de campo. As aldeias abordadas no projeto são: Canoanã, São João, Wariwari e Barreira Branca⁴⁹⁶.

A presente pesquisa foi impulsionada tendo em vista que, as políticas, doutrinas e pensamentos filosóficos religiosos implantados na América, desde o período colonial, impuseram sistemas de ordenação e classificação do mundo, separando-o em coisas e ideias, corpo e mente, natureza e cultura, etc. Estas separações permitiram séculos de instauração de políticas e organizações sociais institucionalizadas em que os saberes, pensamentos e formas de ver o mundo estivessem ordenados de acordo com as classificações reconhecidas como modelos de ordem social, em sua grande maioria colonial eurocentradas e tidas como “verdadeiras”. Como consequência, subalternizações e desvalorizações de muitas outras formas de pensamento aconteceram, durante séculos em todo o globo. Saberes e modos de vida de diversas populações foram tratados como incivilizados, seus conhecimentos como mitos, lendas e superstições.

E como forma de “inclusão” social nas políticas públicas de valorização social, houve a redução destas populações e formas de conhecimentos a “folclore” ou “de raiz”, patrimonializados de maneira que estes se tornassem, muitas vezes, traço longínquo de um passado “selvagem”. O que amplia cada vez mais a perspectiva de colonialidade no presente, escamoteada por novas políticas e concepções sociais.

⁴⁹⁵ As “participações ativas”, segundo Martín e Madroñal (2016), correspondem a uma prática etnográfica na qual o pesquisador assume uma posição ativa, o que significa que ele “[...] participa ativamente na proposição e implementação das transformações sociais que se estão a produzir, incluindo a avaliação e análise das suas consequências” (p. 265). Ao invés de tomar uma posição neutra opondo sujeito/objeto e investigador/conhecedor, coloca uma série de propostas de ação, interage com as pessoas de modo que poderão transformar juntos a realidade a sua volta, e para isso não basta apenas reconhecer o “outro”, mas “leva-lo a sério” em sua diferença, cedendo lugar a aprendizagem e solidariedade, privilégios epistêmicos que não têm lugar na racionalidade institucional.

⁴⁹⁶ Autorização para entrada e pesquisa em Terra Indígena pela FUNAI, número 65/AAEP/PRES/2016; trabalho aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/CEP – UFG, em março de 2017, parecer número 1.979.222.

A ideia de colonialidade que surge como uma teorização Latino-Americana vem sendo desenvolvida por pensadores como Enrique Dussel, Walter Dignolo e Aníbal Quijano, a fim de mostrar como o colonialismo moderno europeu nas Américas forjou através de elementos ideológicos, “o outro”, um “outro colonial” que era ao mesmo tempo objeto de seus estudos, e contraponto da imagem do seu lócus de enunciação. O projeto colonial europeu foi mais que um exercício econômico e militar, foi um projeto de construção de uma dimensão cognitiva imposto para as populações colonializadas, inviabilizando a multivocalidade histórica dos povos, expropriando territórios, e conhecimentos (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Aníbal Quijano, identifica e analisa esta trajetória, trazendo à tona a questão nascida na colonialidade do poder, como o confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento, permitindo apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo a partir de: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital - capital, não europeu - europeu, primitivo - civilizado, tradicional - moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna europeia; b) naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça; e c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

Perceber o mundo com estas separações não faz parte dos modos de vida de diversos grupos de pessoas que vivem no Brasil hoje. Dentre estes grupos, estão os indígenas. Seus modos de vida foram estudados e pesquisados desde o período colonial, mas as políticas públicas que regem seus direitos ainda não garantem sua inclusão social democraticamente.

Dar voz, viabilizar e visibilizar estes grupos pode significar trazer séculos de discussões abafadas e escamoteadas em políticas públicas, de lutas sociais pelo reconhecimento e respeito dos modos de vida destas populações. Conhecer suas formas de ver e relacionar-se com o mundo pode ser um grande passo. Desta maneira, conhecer seus saberes e fazeres, sua ordenação de mundo é parte importante deste processo.

Neste sentido, a alimentação vem como parte do conhecimento e dos saberes indígenas. Traz não apenas sua dimensão histórica, sua forma de organização, possíveis mudanças, transformações ou construções sociais, identidade ou memória, o estudo da alimentação permite observar através das práticas cotidianas, as formas de atuação dos saberes indígenas na atualidade e nas diversas dimensões da vida das comunidades, inclusive no que se refere à educação e saúde. Permite perceber os saberes e fazeres atuantes nas comunidades e suas

relações interculturais, principalmente nas políticas públicas que asseguram seus direitos sociais.

A alimentação vem como instrumento que abre a possibilidade de conhecer as práticas e os saberes Javaé. A partir de uma investigação que se proponha a realização desta busca, possibilita trazer voz a estes saberes e ainda, trazer a relação destas comunidades com o que consideram “saberes tradicionais”.

Para os Javaé, a palavra tradição, ou saberes tradicionais, significaria as categorias relacionadas ao tempo, memória e ancestralidade assim como para nós? Entender de que forma a tradição e os significados que ela traz para os próprios indígenas é parte importante da investigação, uma vez que estas “tradições” ou “práticas tradicionais” podem se relacionar aos saberes e epistemologias construídas, articuladas e modificadas pelo próprio grupo.

As práticas tradicionais relacionadas à alimentação, como parte integrante desta construção, abrem portas para questionamentos relacionados à sua presença no cotidiano ou somente em momentos específicos da vida social do grupo. E de que forma o grupo relaciona e (re) significa o conceito de “tradição” ou de “práticas alimentares tradicionais” com a vida diária.

Estas são questões que nos leva a investigar a relação entre a alimentação e as narrativas referentes a ela, principalmente no que tange a construção de identidade coletiva relacionada às práticas alimentares, como elementos de representação e de estabelecimento de relações internas ou na interação do grupo Javaé com outros grupos. Seria através destas narrativas que o grupo tece sobre ele mesmo, que informações ligadas à concepção de alimentação são observadas e analisadas. Uma vez que a alimentação é uma prática cotidiana, é possível mapear através das narrativas como ela se faz parte integrante e representante da identidade Javaé e ainda, como a alimentação “tradicional” desempenharia esse papel. Tais dados, nos leva pensar em que momento de construção das narrativas, a alimentação “tradicional” surge como símbolo de identidade ou em quais narrativas ela estaria presente.

Lévi-Strauss (1997) foi quem primeiramente afirmou que o alimento não serve somente para comer, serve para pensar, e também para comunicar, uma vez que os alimentos e a alimentação dizem respeito a questões e escolhas que atuam nas sensibilidades e nos significados dados às práticas alimentares. É um elemento que articula as práticas da alimentação e as relações sociais, percebidas inclusive nas narrativas mitológicas e em outros âmbitos da vida social.

Para a investigação e busca destas informações, se faz então importante e necessário primeiramente compreender quem são os Javaé. Este povo possui uma história de contato

interétnico com os não-índios desde início do século XVII. Por estarem na Ilha do Bananal, os contatos neste período eram realizados através dos vizinhos indígenas Karajá.

Os Javaé se autodenominam *Iny* (“gente”) ou *Itya mahãdu* (“o Povo do meio”). Habitam o Vale do rio Araguaia, na Ilha do Bananal (Tocantins) e arredores, são conhecidos com um dos subgrupos da família Karajá e pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Os Javaé que habitam a porção leste da ilha do Bananal comunicam-se com as cidades mais próximas através da rodovia BR 153 com a cidade de Barreira da Cruz – TO, que é a mais próxima das aldeias (LIMA FILHO, 1994). Mais ao sul existe outra aldeia Javaé que é conhecida como Barreira Branca e a norte Canoanã, Txuiri, Wariwari e Boto Velho para citar as maiores (RODRIGUES, 2004).

A formação da sociedade Javaé é uma espécie de fusão de influências Macro-Jê (Bororo), Aruak e Tupi e também de brancos. Suas aldeias não são circulares, são colocadas em geral de forma linear, praticam o sedentarismo e a agricultura intensiva de roças fixas, além do uso dos recursos aquáticos (RODRIGUES, 2004). A alimentação do grupo é retirada, em grande parte, da ictiofauna (em sua grande maioria peixes) e mamíferos (capivaras e cutias) presentes no rio Araguaia, Javaés e lagos. Têm como animais preferidos a arara e o jaburu para a retirada das penas para a confecção de ornamentos. Suas roças são feitas em áreas de mata de galeria, geralmente na vazante do Rio Javaés. Registros históricos citam o cultivo de milho, mandioca, batata, banana, melancia, cará, amendoim e feijão. Aproveitam também frutos do cerrado como o oiti, o pequi e o mel silvestre (LIMA FILHO, 2006).

A organização social Javaé demonstra a prática da endogamia entre aldeias e entre parentelas, condenando os casamentos interétnicos e priorizando os casamentos com troca restrita (casamento com primos cruzados bilaterais). Apesar da constituição da sociedade Javaé narrada na mitologia, ser também produto do casamento entre estrangeiros, o que indica implicitamente a mistura como constituinte de todos, os casamentos entre “estrangeiros” são estigmatizados. Possuem elaborados rituais e marcações internas, com metades cerimoniais, marcações sociais por idades, casa dos homens e o espaço feminino (RODRIGUES, 2004).

Características como estas demonstram parte da constituição da sociedade Javaé, entretanto, para compreendê-la um pouco melhor, é necessário conhecer a concepção social e existencial nativa, a forma como pensam a si próprios. A mitologia e suas narrativas trazem alguns destes aspectos, inclusive significando e relacionando estes com categorias espaciais, corporais e simbólicas, nas quais os alimentos e a alimentação também estão presentes.

E esta consciência social Javaé está relacionada com dimensões da vida não visíveis, pois percebem a si próprios dentro de um contexto de relação com povos que habitam a dimensão cósmica, que antes de qualquer coisa, é humana ou humanizada (animais, árvores,

astros, ancestrais mágicos ou monstros). Nestas dimensões, a descrição espacial do mundo corresponde a um “eixo corporal” humano, ou seja, o mundo é visto espacialmente como um grande corpo humano. A cabeça é equivalente ao leste, ao espaço celeste e rio acima, enquanto os pés são o oeste, o espaço subaquático e rio abaixo. O espaço que vivem os humanos terrestres é um espaço aberto e intermediário entre estas duas dimensões. Sendo as extremidades do mundo as dimensões celeste e subaquática, onde estão localizadas a entrada e saída, então o caminho que interliga as duas dimensões é por onde o Sol (astro e herói mítico) entra e sai.

Assim, o mundo celeste ou o mundo subaquático, associados analogamente ao corpo humano, correspondem ao próprio aparelho digestivo. O que é interessante notar é que o mundo celeste é visto como aquele aspirado por todos para a vida após a morte, é o lado onde vivem os heróis míticos e a perenidade, associado à cabeça, à boca por onde entra o alimento que será transformado; enquanto o mundo subaquático é um mundo em que há pouca luz, há sofrimento e é associado no corpo humano, às nádegas, pernas e ânus, onde saem as substâncias. Mas há ainda a ideia de que o fim e o começo coincidem, o fim de algo é sempre o começo de outro, não havendo opostos isolados, mas transformações para constituição de uma totalidade (RODRIGUES, 2004).

As ideias relacionadas às dimensões espaciais associadas ao corpo humano trazem através da narrativa, o conhecimento ancestral, chamado também de tradicional. Sendo o conhecimento ancestral associado a tudo que está abaixo, atrás ou ao fim, corresponde, neste sentido, a volta às origens, em que o fim é sempre um começo ou o princípio do começo. Tendo relevância conhecer as narrativas e práticas ancestrais para (re)iniciar relações no presente.

Neste sentido, o presente estudo pode revelar também, dentre outros aspectos culturais, visibilidade e vocalidade aos Javaé, trazendo elementos que muitas vezes não são acessíveis em outros registros documentais e que são fundamentais para conhecer este povo. Além disto, conhecer outras epistemologias que levam às práticas e percepções de formas de organização do mundo que não a maneira conformada pelo colonialismo, possibilitando plausível quebra de estigmatizações relacionadas à alimentação tradicional, comumente associada à selvageria ou a comida mal processada, pertencente a um “povo primitivo”. Assim, a presente pesquisa, relacionada à interculturalidade abre portas para diálogos e formas de interação entre grupos e sujeitos, contribuindo para convivência de formas de saberes diferentes com o outro e através do outro.

Auxilia também um diálogo mais amplo entre as áreas de conhecimento da História, da Antropologia e outras ciências humanas, tais como a Sociologia e a Arqueologia, pois a documentação das relações sociais e comportamentos ligados às práticas, saberes, fazeres e identidade do grupo, tornam acessíveis informações e interpretações para se pensar as formas

e mudanças de organizações sociais e a articulação política do grupo ao longo do tempo. Além disto, torna a valorização dos saberes relacionados à alimentação acessíveis ao grupo e a população, necessário muitas vezes, para a reprojeção de apoios governamentais ligados a valorização desta(s) comunidade(s) para a redução de preconceitos e segregação racial.

Desta maneira, um trabalho que se proponha estudar a alimentação Javaé, é ao mesmo tempo um compromisso científico, que vai além de analisar e apresentar os dados coletados; é um compromisso político com a luta dos povos indígenas pela valorização de sua cultura e legitimação de sua identidade frente as culturas nacionais.

Nesta pesquisa, portanto, pretendemos observar e analisar as práticas e saberes tradicionais presentes na alimentação cotidiana e seus possíveis significados para o povo indígena Javaé. De maneira mais específica, possui como principais objetivos: 1) compreender de que maneira ocorre a aquisição, preparação, distribuição, consumo e descarte do alimento no cotidiano Javaé; 2) observar e compreender as relações sociais ligadas à cozinha ou do espaço de produção alimentar; 3) compreender o papel do alimento e da alimentação na construção, manutenção e modificação da dinâmica das práticas, das relações e representações sociais no grupo.

Iniciamos a busca e análises tendo como hipótese inicial a substituição de elementos constituintes das práticas tradicionais de produção e consumo alimentar pelas práticas mais próximas às dos não-índios, estando hoje, estas práticas tradicionais relacionadas às significações específicas direcionadas à rituais, orientadas pela cosmologia Javaé. Apesar disto, é apresentada a possibilidade de os modos tradicionais de produção marcarem a vida social. Mesmo com substituições, o conhecimento imbuído no modo de preparação e as significações intrínsecas a alimentação podem ser percebidas quando observadas as práticas cotidianas ou ritualísticas.

Pressupõe-se que quando os modos de produção tradicionais eram praticados, algumas das doenças não existiam com a frequência que aparecem hoje, havendo, portanto, uma preocupação à “volta” desses modos. Além de indícios relacionados à saúde, as narrativas que estão presentes na história do povo Javaé e nas mitologias trazem significações relacionadas à ancestralidade, que apresentam as práticas tradicionais alimentares como aquelas que trazem bem-estar social.

DADOS OBTIDOS

A pesquisa de caráter bibliográfico tem sido realizada em documentos com informações dos primeiros contatos com os Javaé, sobre suas relações sociais e manifestações socioculturais,

do início do século XX, sendo priorizada a década de 1990 aos dias atuais. Também estão sendo utilizados artigos de livros e revistas, dissertações e teses que abrangem informações sobre o tema pesquisado, bem como a produção intelectual dos próprios Javaé, por meio de trabalhos de conclusão de curso, atividades de estágio e projetos societários desenvolvidos no âmbito do Curso de Educação Intercultural da UFG. A pesquisa de campo é de caráter participante, realizada por meio de conversas com membros do povo Javaé da Ilha do Bananal, através de trocas de informações, muitas vezes registradas por eles (fotografias e vídeos), voltadas para a investigação dos significados e formas de produção alimentar. À medida que nas conversas (gravadas) haja informações relevantes para a pesquisa é dado espaço para que o entrevistado possa expor o seu ponto de vista sem influenciá-lo no estabelecimento deste.

No desenvolvimento escrito, a pesquisa foi iniciada com a produção do estado da arte sobre a história da alimentação, tendo em vista a priorização da história da alimentação indígena no Brasil. Ela permitiu ampliar e reunir dados para a atual pesquisa e para pesquisas posteriores. Em ordem cronológica, descrevemos documentos (livros, manuais, enciclopédias, artigos, dissertações e teses) que tratam sobre a história da alimentação, com o intuito de compreender como chegam aos dias atuais os documentos que abordam a alimentação indígena.

Produzimos um panorama documental sobre o início dos estudos científicos sobre História da Alimentação na forma de um primeiro capítulo, e como ela se desenvolveu também na África, na América e no Brasil, em um segundo capítulo. Enfatizamos, no caso do Brasil, as décadas de 1930 a 1960, quando as obras consideradas “clássicas”⁴⁹⁷ são apresentadas pela academia. E ainda, apresentamos as obras mais recentes publicadas da década de 1990, 2000 à atualidade (2016), perfazendo livros, dissertações e teses nas diversas áreas do conhecimento (história, antropologia, nutrição e ciências ambientais), momento também que a alimentação indígena começa a despontar como tema central dos estudos.

Observou-se que houve um aumento significativo de publicações sobre a temática da alimentação indígena, nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente na década de 1990. Isto indica o quanto a temática de alimentação começa a se fazer importante nas últimas décadas. A necessidade de produção de análises que proporcionassem pensar as ações humanas

⁴⁹⁷Autores como Capistrano de Abreu, com a obra *Capítulos de História Colonial* (1907), Gilberto Freyre, com a obra *Casa Grande e Senzala* (1933), Sérgio Buarque de Holanda, com as obras *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1956), Caio Prado Junior, com *História Econômica do Brasil* (1945) e Luís da Câmara Cascudo, com as obras *História da alimentação no Brasil* (1968) e *Antologia da alimentação no Brasil* (1977) foram precursores dos escritos historiográficos sobre a História da alimentação no Brasil no século XX. Nestas obras, o indígena e a alimentação aparecem normalmente nos primeiros capítulos, demonstrados como povos que deram origens “primitivas” ou “primeiras” à alimentação brasileira. Ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, algumas análises são tecidas a respeito desta literatura.

no âmbito do comer, as suas relações com o meio, com a saúde e com o consumo na contemporaneidade, foram chaves para que se alavancassem mais discussões.

Contudo, mesmo com o aumento de publicações, observou-se que as produções dentro da temática da alimentação indígena ainda são baixas. Entre os trabalhos mais recentes na área de humanidades, observou-se a abertura das lentes de conhecimento e análises que abrangessem aspectos socioculturais, ecológicos, psíquicos e médicos de forma inter-relacional. O consumo torna-se tema central de muitas investigações sobre os alimentos e alimentação. Ao lado destes estão as investigações que priorizam o papel da comida na construção ou desconstrução de identidades, os discursos sobre o saudável nutricional, as transformações ocorridas a partir das novas relações entre campo e cidade, o corpo, a estética e o bem-estar (FERREIRA et. al., 2013).

Ademais, as abordagens que se detém em análises etnográficas mencionam pouco os dados contextuais históricos. A perspectiva trazida pelas análises étnicas pós-coloniais, interculturais e decoloniais também são poucas. Porém tendem a aumentar significativamente, uma vez que esta tem sido focada nas últimas décadas, principalmente nas discussões que apresentam as maneiras de pensar, agir e ser no contexto contemporâneo.

Informações obtidas em campo

Durante as três etapas de campo realizadas, foram obtidos dados imagéticos dos alimentos oriundo das roças e quintais Javaé; dos alimentos fornecidos nas escolas de duas aldeias Canoanã e São João; de alimentos destinados ao consumo familiar (almoço e janta) e destinados a rituais. Além destes, foram obtidos dados nas entrevistas a respeito da aquisição, produção e consumo dos alimentos tradicionais, regras, interdições e influência da escola na alimentação das crianças.

Ressaltamos a grande importância dos professores indígenas e anciões na pesquisa, participando de maneira ativa na busca de dados, buscando na memória elementos chave para a compreensão da alimentação. No momento de fala, não apenas “dados” eram fornecidos, mas a memória afetiva e laços familiares eram lembrados, estimulados por histórias emotivamente revividas.

RESULTADO PRELIMINARES E DISCUSÃO

Apesar do aumento significativo de publicações sobre a temática da alimentação⁴⁹⁸, nas diversas áreas do conhecimento, a partir de meados da década de 1990, constatamos que as produções dentro da temática da alimentação indígena ainda são baixas. Além disto, ela não se faz constante. Abaixo, demonstramos por meio de alguns gráficos esta situação da produção intelectual nacional.

Gráfico 1 - Livros nacionais sobre História da Alimentação quantificados dos anos de 1990 a 1999

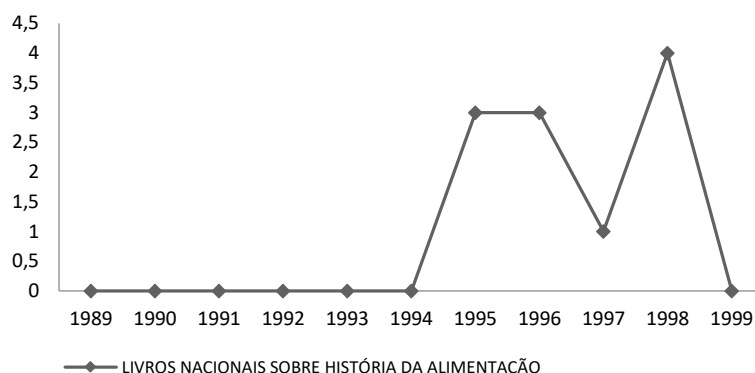


Gráfico 2 – Livros nacionais sobre História da Alimentação quantificados, no período de 2000 a 2009



Gráfico 3 - Livros nacionais sobre História da Alimentação, quantificados no período de 2010 e 2016

⁴⁹⁸ Os termos História da Alimentação e Alimentação indígena foram pesquisados nos catálogos de publicações de Universidades Federais do Brasil e plataformas do banco de dados dos periódicos Capes com publicações nacionais e internacionais, priorizando nas buscas os títulos, ano, local, área de produção, resumo, objetivos, metodologias e resultados das pesquisas.



Analisando também os dados bibliográficos produzidos pelos indígenas Javaé na “Revista Articulando e Construindo Saberes”, revista eletrônica da Escola de Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás, e os dados obtidos em etapas de campo, foi constatado que os professores indígenas incentivam o ensino das práticas alimentares tradicionais na escola, para as crianças e adolescentes, que tem sido uma preocupação recente.

Se no passado havia menos incidências de doenças, nos dias de hoje elas começaram a aparecer devido ao aumento da quantidade e da frequência do consumo de alimentos não indígenas nas aldeias. As principais doenças apontadas são o diabetes, a pressão alta e a obesidade. Esta questão têm sido alvo de preocupações pelos professores, anciões, lideranças e parte da comunidade, que vê no consumo de alimento industrializado um problema sério à saúde, mas ao mesmo tempo, uma fonte alimentar de fácil acesso pela proximidade das aldeias às cidades, com gosto atraente e uma forma de demonstração de status social, pois quem consome industrializado possui recursos financeiros para obtê-los. Neste sentido, há uma relação paradoxal com o alimento tradicional e industrializado.



Foto 1 - Professor Enivaldo Tahakana Javaé com alunos do 4º e 5º ano da escola Tainá, aldeia Canoanã, ensinando os alunos a plantar batata doce, amendoim, mandioca e cana-de-açúcar. Fonte: TAHAKANA JAVAÉ, 2015.

O alimento tradicional é aquele que traz bem-estar social a saúde juntamente com a construção de memória e identidade, porém ele é sinônimo de passado, de comida dos “mais

velhos”, enquanto o alimento industrializado permite viver e compartilhar a “atualidade”, o urbano e o poder financeiro. Apesar de paradoxal, observamos que para os professores indígenas, o ensino sobre a alimentação tradicional não é um “resgate” de práticas, mas sim, um processo de construção de “novas práticas” por meio da ressignificação dos alimentos tradicionais, identificados como alimentos dos anciões, e do presente, identificados como os alimentos industrializados. No cotidiano há um compartilhamento de espaços e consumos em que alimentos tradicionais e industrializados se misturam. Não há busca por purezas identitárias alimentares, mas pela presença e constância do alimento tradicional principalmente nos ritos destinados aos espíritos (*ijasò*).

Além da problematização da aquisição e consumo alimentar cotidianos, pretendemos ainda problematizar as relações sociais familiares que se estabelecem nos momentos ritualísticos presentes nos ritos de nomeação das crianças recém-nascida, na reclusão feminina durante a menstruação, no resguardo feminino e masculino pós-parto e no rito de passagem do menino para idade adulta (*hetohokÿ*) e durante a festa dos *ijasó*, também conhecidos como Aruanãs. Reforçamos que os dados são preliminares e que a pesquisa ainda está sendo realizada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. Capítulos de História Colonial. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.
- CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). Antologia da alimentação no Brasil. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.
- _____. História da alimentação no Brasil. 3.ed. São Paulo: Editora Global, 2004.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La hybris del punto cero: ciência, raza e ilustración em la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.
- FERREIRA, Francisco Romão; FREITAS, Ricardo Ferreira; PRADO, Shirley Donizete; CARVALHO, Maria Claudia da Veiga Soares. O sabor da primeira coletânea: consumo, alimentação e cultura. In: FERREIRA, Francisco Romão; FREITAS, Ricardo Ferreira; PRADO, Shirley Donizete; CARVALHO, Maria Claudia da Veiga Soares (Org.). Alimentação, consumo e cultura, v. 1, 1ª ed., Curitiba, CRV, 2013, p. 9-11.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 3.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- _____. Monções. 4ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Culinary Triangle. In: COUNIHAN, Carole & VAN ESTERIK, Penny (orgs.) Food and culture. New York: Routledge, 1997, p.28-35.

LIMA FILHO, Manoel Ferreira. Karajá de Aruanã. In: MOURA, Marlene Castro de (Coord.). *Índios de Goiás: uma perspectiva Histórico Cultural*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006, p.135-152.

MARTÍN, Juan Carlos Gimeno e MADROÑAL, Angeles Castaño. Antropologia comprometida, antropologia de orientação pública e descolonialidade: desafios etnográficos e descolonização das metodologias. *Revista OPSIS (On-line)*, Catalão - GO, v. 16, n.2, p. 262-279, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/37084#.WzU52tVKjIU>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Coleção Sur Sur, CLACSO, Cidade Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005, p. 227-278.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. O povo do meio: uma paradoxal mistura pura. *Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília*, v. 3, n.1/2, p. 11-63, jul. 2004.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.

TAHAKANA JAVAÉ, Enivaldo (Acervo pessoal). *Fotografia da aula sobre alimentos tradicionais Javaé*. 2015. Foto 1: imagem colorida, dimensões: 5,21cm x 7,84cm.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p. 12-42.

ESCRITOS E IMAGENS DE UM POVO: ANÁLISE DO LIVRO “OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA”

Vânia Cristina da Silva⁴⁹⁹

RESUMO: O texto em questão tem como objetivo apresentar alguns indícios sobre o Ensino de História em escolas indígenas do território Potiguara, no Litoral Norte da Paraíba, Nordeste do Brasil. O artigo se concentra, mais especificamente, na análise de um livro publicado no ano de 2005, intitulado: *Os Potiguara pelos Potiguara*, material didático com textos e ilustrações produzidos por professores, estudantes e comunidade potiguara e que serve como apoio e

⁴⁹⁹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, sob orientação da Professora Dra. Maria da Conceição Silva. Bolsista Capes. Endereço eletrônico: <vaniac_historia@hotmail.com>.

complementação nas disciplinas de História, Etno-história e Arte e Cultura nas escolas indígenas onde vem sendo realizada minha pesquisa de doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. A partir da análise do livro, foi possível constatar que este material, por ser produzido pelos próprios indígenas, traz uma abordagem diferenciada, capaz de enriquecer as aulas de História em complemento aos conteúdos curriculares dos livros enviados pelo *Programa Nacional do Livro Didático – PNL*, pois dá ênfase às questões da cultura e das formas de vida que embalam o cotidiano desta comunidade.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Potiguaras. Ensino de História. Material Didático.

Introdução

Corria o ano de 2005, quando em terras paraibanas, mais especificamente no município de Baía da Traição, era lançado o livro *Os Potiguara pelos Potiguara*, uma publicação que reúne uma coletânea de textos sobre a história, a cultura e o meio ambiente no contexto potiguara. Mas, antes de adentrar especificamente nos detalhes desta obra, faz-se necessário mencionar que o território indígena Potiguara ocupa uma circunscrição geográfica de 33.801ha, distribuídos em três áreas adjacentes, nos municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação, no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Para entender mais sobre essa etnia, que faz parte dos povos da família linguística Tupi, vale tomar de empréstimo as palavras de Moonen (2008: 3):

Potiguara era a denominação dos índios que no Século XVI habitavam o litoral do Nordeste do Brasil, aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Luís, no Maranhão. Seus últimos remanescentes vivem atualmente nos municípios de Baía da Traição e Rio Tinto, no litoral setentrional da Paraíba. Variantes do nome, nos documentos históricos, são: Potygoar, Potyuara, Pitiguara, Pitagoar, Petigoar, entre outros. Não há acordo sobre o significado do nome, que geralmente é traduzido como 'pescadores de camarão' ou 'comedores de camarão'.

Conforme é possível observar, o autor menciona que não há um acordo acerca da definição para o significado do nome potiguara, mas o que não se pode negar sobre eles, é que, trata-se de um povo que possui uma longa história de contato com a sociedade não indígena, mas que sempre se mostrou resistente às investidas dos muitos invasores que essas terras tentaram conquistar. E com a mesma intensidade que defendiam (e defendem!) seu território, os potiguara passaram a reivindicar uma série de direitos que, por longos anos, a eles foram totalmente negados, entre estes, a garantia de uma Educação Escolar Indígena que respeite as especificidades de sua cultura. Esta é uma luta que perpassa séculos de história, pois, apesar dos avanços já alcançados nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, o caminho a ser trilhado até a conquista de um ensino pleno e que atenda a todas as peculiaridades previstas nas leis, ainda é longo.

Diante do exposto, a proposta desta investigação é revelar indícios sobre o Ensino de História no contexto da Educação Escolar Indígena Potiguara. Para isso, faz-se necessário partir do início desse percurso, então, o presente texto se encontra dividido em três momentos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro deles, apresenta-se uma breve trajetória da escolarização indígena em terras brasileiras, quando se toma por base documentos como a *Constituição Federal da República* e a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Nº 9.394/96)*. Em seguida, são expostas as trilhas percorridas pelos Potiguara até a efetivação desta educação em suas terras, quando o diálogo passa a ser com as *Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Estaduais*, documento elaborado anualmente pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE/PB; e com a *Resolução nº 207/03 do Conselho Estadual de Educação/PB*, que fixou as normas para a organização, estrutura e funcionamento das escolas indígenas.

Por fim, cumpre-se com a proposta principal do artigo em questão, momento no qual são evidenciadas algumas possibilidades para as aulas a partir de um material didático específico produzido pela comunidade, professores e alunos no ano de 2005, intitulado: *Os Potiguara pelos Potiguara*, muito utilizado nas disciplinas de História, Etno-história e Arte e Cultura nas escolas indígenas do Litoral Norte da Paraíba, mais especificamente: Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Cacique Iniguaçu, localizada na aldeia Tramataia, município de Marcação/PB; Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró, pertencente à aldeia Akajutibiró, município de Baía da Traição/PB; e Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Pedro Poti, localizada na aldeia de São Francisco, município de Baía da Traição/PB.

Este material, embora publicado há 13 anos, tem seu uso recorrente em sala de aula, por isso, é tomado de empréstimo ao se apontar possíveis formas de utilização do mesmo nas aulas de História, isso em complemento aos livros didáticos enviados pelo *Programa Nacional do Livro Didático – PNLD*⁵⁰⁰. Vale ressaltar que, para a construção do texto que ora se apresenta, além dos documentos oficiais que regem essa modalidade de ensino, mantém-se, ainda, diálogo com autores que deram embasamento à discussão, tais como: Schmidt (2004); Silva e Rocha (2006); Gonçalves (2007); Grünwald et al. (2009); Cunha (1992/2012); Bergamaschi (2014); Schwarcz e Starling (2015); entre outros. Neste intento, são traçadas as próximas linhas, que nortearão os fios que conduzem esta pesquisa.

A ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA EM TERRAS BRASILEIRAS

⁵⁰⁰ Programa criado pelo Governo Federal, a partir do Decreto Nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas do país.

As experiências de escolarização indígena em terras brasileiras datam do início da colonização portuguesa. Neste momento, cabia aos jesuítas essa tarefa, que visavam catequizar as populações indígenas e impor a elas os modos de vida do europeu, realidade tão distante da que viviam antes do processo colonizador. “Catequese e civilização eram os princípios centrais de todo o projeto de colonização, justificando o aldeamento, a localização próxima das aldeias, o uso da mão de obra nativa e a obrigatória administração jesuítica” (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 42). Essa ação era resultado imediato da atuação da Companhia de Jesus.

Mas, “Também não há por que imaginar que a catequese tenha encontrado uma população passiva” (SCHWARCZ, 1993: 48). Argumentos do padre Antonio Vieira, filósofo, religioso e orador português, pertencente à Companhia de Jesus, demonstram que as reações por parte dos nativos nem sempre eram as esperadas, nem todos aceitavam essa tentativa de doutrinação. Não obstante, entre doutrinação e resistência, a educação foi sendo inserida no contexto indígena e hoje essas comunidades têm, em território nacional, assegurado por lei, o direito à Educação Escolar Indígena bilíngue e intercultural.

Ao longo dos três primeiros séculos em que o Brasil esteve sob o processo colonizador português, diversas ordens religiosas vieram a estas terras com a mesma finalidade, converter os indígenas em fiéis da Igreja, a fim de que expandissem a fé cristã. Durante o século XIX, o poder público seguiu relegando a população indígena e autorizando, quando não financiando, novas tentativas de colonização desses povos. A legislação indígena, explica Manuela Carneiro da Cunha (2012), era pontual e subsidiária de uma política de terras.

As constituições de 1824 e 1891 não expressaram nenhuma grande mudança na posição legal desses sujeitos. Foi somente a partir da década de 1970 que este cenário passou a ter significativas modificações. Ainda assim, conforme argumenta Cunha (2012), mesmo com a *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI)⁵⁰¹ no lugar do *Serviço de Proteção ao Índio* (SPI), essa realidade, que deveria ser melhorada, permaneceu sem muitos avanços, uma vez que a fundação que deveria proteger/apoiar os índios foi submetida, pelo governo militar vigente naquele período, ao comando do *Ministério do Interior*, cuja agenda era o desenvolvimento do país. Essa situação era demasiado contraditória, pois, “Os custos ambientais e sociais, para a população em geral e para os índios em particular, eram considerados secundários, quando não simplesmente ignorados”. Desta feita, se compreende que, “[...] nessa época, políticos e militares pudessem abertamente declarar que os índios eram ‘empecilhos para o desenvolvimento’” (CUNHA, 2012: 100).

⁵⁰¹ Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Com a publicação da Constituição Brasileira, em 1988, é que foi possível observar expressivos avanços no que se refere às questões indígenas. Reconhece-se, no Art. nº 231, a sua organização social própria, os seus costumes, “[...] línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

A Educação Escolar Indígena se mantinha sob monopólio da *Fundação Nacional do Índio - FUNAI*, somente em 1991, com o Decreto 26/91 é que essa realidade se modificou, passando ao *Ministério da Educação - MEC* essa responsabilidade. Criou-se, então, um aparato legal que passou a amparar esta modalidade, destaca-se, nesse ponto, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96*, que foi além do que previa a carta constitucional brasileira, assegurando, pela primeira vez na história, uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com projeto pedagógico, material didático, currículo e formação específica de professores. O objetivo foi propiciar aos estudantes indígenas e às suas comunidades a recuperação de suas memórias históricas. A referida lei foi sofrendo alterações e alguns adendos no decorrer dos anos, e atualmente ela prevê aos indígenas a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências. Após a publicação deste documento, vários outros⁵⁰² passaram a ser pensados, elaborados e publicados no intento de instituir, de fato, uma Educação Escolar Indígena.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA PARAÍBA

Os atuais Potiguara compõem-se de um povo que durante séculos resistiu à violência da sociedade não indígena, isso em busca da defesa de sua identidade étnica e cultural. Trata-se de uma etnia que entrou em contato com a cultura hegemônica desde o início da colonização portuguesa, fazendo com que tal população logo experimentasse o forçado processo de mistura empreendido pelos europeus. A esse respeito, Regina Célia Gonçalves ressalta que:

À época da primeira expedição enviada pela Coroa portuguesa para a conquista do Paraíba, em 1574, a região já estava ocupada pelos Potiguara, grupo Tupi que estendia seus domínios pela faixa litorânea do Nordeste, compreendida entre o Paraíba e o baixo Jaguaribe, no Ceará. Na verdade, a chegada dos portugueses, no início do século 16, surpreendeu os Tupi em

⁵⁰² Entre eles podem ser citados: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) – 1998; Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, 1999; Resolução CEB 03/99, que fixou as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas; Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, 2001; Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Estaduais (Documento elaborado anualmente pela SEE/PB); Decreto presidencial 5.051 de 19/04/2004; Plano Nacional de Educação, 2014-2024; Plano Estadual de Educação da Paraíba, 2015-2025.

pleno processo de ocupação dessa região, depois de muitas guerras, provavelmente seculares, contra os diferentes grupos que a habitavam originalmente (2007: 38).

A seguir, expõe-se um quadro (quadro 1), disponível no site oficial da FUNAI, que resume a situação atual das *Terras Indígenas* nesta região:

Quadro 1 - Situação das Terras Indígenas Potiguaras

Terra Indígena	Etnia	UF	Município	Superfície (ha)	Fase do procedimento	Modalidade
Jacaré de São Domingos	Potiguara	PB	Rio Tinto, Marcação	5.032,2431	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Potiguara	Potiguara	PB	Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição	21.238,4898	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Potiguara de Monte-Mór	Potiguara	PB	Rio Tinto, Marcação	7.530,5969	Declarada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: FUNAI. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 19 de fev. 2018.

Em se tratando da Educação Escolar Indígena na Paraíba, mais especificamente, coube à Igreja Católica a responsabilidade por administrá-la, desde os tempos da colonização. Nesse sentido, constata-se que:

Dessa forma, a escola para os Potiguara ficou sob a direção da Igreja Católica, regida pelos Carmelitas através de freiras e padres, na intenção de formar cidadãos cristãos. Por volta dos anos 70 a 90 do século XX, a congregação religiosa, vendo que os protestantes estavam ganhando força, resolveu construir escolas em território Potiguara nas Aldeias São Francisco, Galego e Tramataia, como também na Cidade de Baía da Traição. Nas aldeias as escolas atendiam do pré-escolar ao ensino médio. Na escola da cidade era promovida a formação de professores através dos interesses daquela Congregação, legitimadora das práticas de dominação católica. Retiros e internatos foram edificadas, onde índios e não-índios articulavam seus conhecimentos numa dinâmica de imposição e negação da (re)elaboração das identidades. Assim, a educação escolarizada foi se constituindo num tema de conflito ideológico, cercados por congregações, igrejas católica e protestante, FUNAI e secretarias municipais que não condiziam com a realidade dos Potiguara. (GRÜNEWALD et al., 2009: 22-23).

A partir dos anos 1990, o governo passou a articular encontros que objetivavam reflexões acerca da Educação Escolar Indígena no Estado. Nesses diálogos, foi de fundamental importância o envolvimento da *Organização dos Professores Indígenas Potiguara – OPIP*. No ano de 2003, publicou-se a *Resolução nº 207/03 do CEE/PB*, que fixou as normas para

organização, estrutura e funcionamento dessas escolas (GRÜNEWALD et al., 2009). Assim, pode-se observar que no:

Art. 1º. Fica instituída, no sistema de ensino do Estado da Paraíba, a categoria de Escola Indígena como o estabelecimento adequado à concretização da Educação Indígena, considerado como unidade própria, autônoma e específica no seu sistema educacional, bem como dotado de normas e ordenamento jurídico próprios, respeitada a legislação vigente.

Art. 2º. A Educação Escolar Indígena se configura como bilíngüe e intercultural e tem por escopo valorizar plenamente a cultura indígena, especialmente do Estado da Paraíba, reafirmando suas identidades étnicas, sua língua e seus conhecimentos, bem como assegurar às comunidades indígenas o acesso aos conhecimentos da sociedade nacional abrangente e das sociedades não-índias (PARAÍBA, 2003: 1).

Conhecido por ser um povo persistente, os Potiguara têm uma trajetória de lutas que reflete ao encontro de conquistas nesses últimos anos da história. A reivindicação por uma educação de qualidade e que respeite as especificidades da educação escolar indígena faz parte do trajeto destes. Acerca do calendário escolar, por exemplo, as *Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Estaduais* asseguram que:

§2º As Escolas Indígenas, respeitadas as suas especificidades, deverão apresentar calendário próprio à Gerência Regional de Educação-GRE à qual está vinculada e à Gerência Executiva da Diversidade e Inclusão – GEDI, até 10 dias após o recebimento do calendário oficial (PARAÍBA, 2018: 21).

Nesse sentido, torna-se importante trazer à luz das informações, que as instituições escolares desse espaço auferem, para além do currículo comum, três componentes de disciplinas diferenciadas. O Ensino Fundamental I e II compõe-se de: Etno-história, Arte Cultura e Língua Tupi; o Ensino Médio com Antropologia, Etno-história e Legislação, Arte Cultura e Língua Tupi; e na Educação de Jovens e Adultos – EJA: Etno-história, Arte Cultura e Língua Tupi. A recomendação é que essas áreas dialoguem entre si e promovam a valorização da cultura indígena potiguara entre todos os estudantes.

A proposta da disciplina etno-história é reunir conhecimentos sobre a história e a cultura desse povo, levando os estudantes a refletirem sobre o contato dos Potiguara com os colonizadores, sobre as lutas empreendidas para conquista e reconhecimento de sua terra, além de diálogos com aspectos peculiares de sua cultura e costumes. Nota-se que, no Ensino Médio, há uma ampliação que inclui estudos sobre antropologia e legislação, um acréscimo importante aos estudantes que estão na última etapa da Educação Básica. Já a “Disciplina Arte Indígena foi introduzida nas escolas para ensinar aos mais novos a pintura, a dança e o artesanato

potiguara, objetivando recuperar o conhecimento tradicional esquecido no decorrer do processo colonizador (SIMAS, 2013: 150). Acerca da disciplina Língua Tupi, esta

[...] foi introduzida depois que um grupo de professores potiguara terminou o curso de formação em língua tupi, ministrado pelo professor Eduardo Navarro – USP, em 2000. O objetivo era fazer as crianças aprenderem a língua tupi, formando-se uma geração de falantes de tupi, ao mesmo tempo, acreditava-se que os jovens, depois de aprendido a língua tupi, ensinariam seus familiares, vizinhos, amigos a falarem a citada língua e, assim, a comunidade voltaria a ser falante de uma língua indígena (SIMAS, 2013: 150).

Mas, ainda assim, é complicado afirmar que as escolas do território potiguara recebem um ensino bilíngue, pois “Os professores de tupi não são proficientes na língua, assim como ninguém na comunidade potiguara, os docentes detém os conhecimentos aprendidos durante o curso citado” (SIMAS, 2013: 150). Logo, pode-se dizer que, apesar de manterem o ensino da referida língua nas escolas, o que é de suma importância, já que as *Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Estaduais* orientam que: “No caso dos povos indígenas, [...] a língua materna terá 1 h/a semanal da carga horária designada para Língua Portuguesa” (PARAÍBA, 2018: 93), esses profissionais carecem de formação que complemente/aprimore esse conhecimento já adquirido.

Outro aspecto que deve ser mencionado é que o material didático utilizado nessas escolas não atende completamente às especificidades contidas na LDB e, também, na *Resolução nº 207/03 do CEE/PB* que, em seu Art. nº 4º, enfatiza a necessidade do “[...] uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural da comunidade indígena” (PARAÍBA, 2003: 2). Os livros utilizados nas escolas são os mesmos distribuídos nos demais colégios da rede estadual, enviados pelo PNLN, o que significa dizer que há certa carência de materiais específicos, embora, nos últimos anos, essa realidade venha sendo alterada.

Portanto, embora seja possível declarar que caminhou a passos lentos, a Educação Escolar Indígena na Paraíba vem, pouco a pouco, se consolidando e apresentando avanços no que se refere ao cumprimento das especificidades contidas tanto na *Constituição Federal* como na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. É certo que muito ainda está por ser feito, mas a militância Potiguara se mostra cada vez mais aguerrida na busca por melhorias e mais garantias que assegurem, de fato, uma Educação Escolar Indígena bilíngue e intercultural, com projeto pedagógico, material didático, currículo e formação específica para todos os professores.

O LIVRO: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA

A professora Iolanda Mendonça, ao se referir à história dos Potiguara no livro *Os Potiguara pelos Potiguara*, ressalta que “É impossível resumir em poucas páginas, o papel e o lugar dos Potiguara na história da Paraíba e do Brasil” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 9). Mas, ainda assim, deve-se reconhecer que o material que ora será apresentado é rico e permite passear pelo percurso que desenha a história, a cultura e o cotidiano desse povo, muito embora, seja necessário informar que se trata de uma tímida publicação, feita com modestos recursos, mas com informações valiosas, com o objetivo “[...] de apresentar e fazer refletir sobre diversas formas de registros históricos, através de sua elaboração e de sua leitura, experimentando um processo de definição de conteúdos para as escolas indígenas (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 9). Mas antes de navegar pelas páginas deste material, convém mencionar como se chegou até ele.

Em 2008, o *Ministério da Educação*, através da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*, publicou um guia que teve como objetivo listar materiais produzidos por comunidades indígenas em vários estados do Brasil. Entre os diversos livros, CDs e DVDs são citados dois materiais didáticos produzidos na Paraíba, sendo o primeiro *T’Á-NHEMBO’E POTIGUAR – YMÛANA NHE’ENGA RESÉ (VAMOS APRENDER A LÍNGUA DOS ANTIGOS POTIGUARAS)*. Este foi elaborado para atender às demandas do Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Potiguara: “Seu conteúdo apresenta um estudo do Tupi antigo, resultado da intenção dos Potiguara em recuperar o uso de uma língua indígena” (BRASIL, 2008: s/p.). O segundo material mencionado nesta listagem trata-se de: *Os Potiguara pelos Potiguara*, uma publicação do ano de 2005 que, segundo consta no guia do MEC:

Textos e ilustrações deste material didático foram produzidos, após várias oficinas e pesquisas, pelos próprios professores e alunos Potiguara. O processo de elaboração fundamentou-se numa metodologia de diálogo entre a equipe de assessores, professores indígenas, alunos e comunidade, partindo do entendimento e do conhecimento de cada um sobre os diversos temas (BRASIL, 2008, s/p.).

As escolas indígenas estaduais recebem, assim como as demais instituições da rede de ensino, os livros aprovados e enviados pelo *Programa Nacional do Livro Didático - PNLD*. Já quando a referência é o material diferenciado, mencionado pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB*, em respeito às especificidades da Educação Escolar Indígena, não existem muitas opções além dos dois já mencionados e alguns outros que foram elaborados posteriormente a 2005, a partir da iniciativa de universidades, ONG’s e do próprio povo potiguara, mas não propriamente pela rede estadual de ensino. Isso leva a comprovar que, embora o material didático comum à rede de ensino esteja atualizado, quando se trata do livro

específico para as escolas indígenas, ainda há grande carência. Embora valioso, seria importante que esta publicação aqui analisada, por exemplo, passasse por uma atualização e por nova edição, por se tratar de um material muito apropriado na complementação dos livros enviados pelo PNLD.

Sobre esse aspecto, Oliveira (2010: s/p.) ressalta que:

[...] as escolas indígenas têm recebido massivamente os materiais didáticos comuns distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pensados para um tipo de público muito diferente dos alunos de escolas indígenas (e de tantos brasileiros de outros contextos). Há somente dois lugares para a diferença no PNLD: os livros em braile, distribuídos desde 2001, e os livros para portadores de necessidades especiais. De resto, não são livros pensados para contemplar as diferenças culturais dos brasileiros, apesar de o país ser signatário da Declaração Universal dos Direitos Culturais: são livros em português apenas, e não se preocupam com as perspectivas indígenas.

É possível observar que essa é uma deficiência comum a nível nacional, não obstante, seja possível notar, nos últimos anos, certo empenho na busca pela produção de materiais específicos e diferenciados.

Na apresentação da coletânea⁵⁰³, *Os Potiguara pelos Potiguara*, feita pela professora Iolanda Mendonça, evidencia-se a necessidade de tomar o material como um avanço, mas ressalta-se, também, a necessidade de “[...] aprofundamento, críticas e sugestões”, enfim, trata-se de “[...] um instrumento a ser aprimorado com a participação de todos, visando a construção desse grande projeto que é mudar o jeito de trabalhar na escola” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 9).

Ao se investigar o material, um dos aspectos que mais desperta a curiosidade são os traços coloridos que ilustram a publicação e que chamam a atenção por reforçarem costumes e crenças do povo Potiguara. Os temas que aparecem são estes, seguindo ordem do sumário: Apresentação; História e cultura do povo Potiguara; O Toré; Aldeia Brasília; Aldeia Brejinho; Aldeia Camurupim; Aldeia Cumaru; Aldeia Forte; Aldeia Galego; Aldeia Jacaré de César; Contos da Aldeia Jacaré de César; Aldeia Jacaré de São Domingos; Aldeia Jaraguá; Aldeia Lagoa Grande; Aldeia São Francisco; Aldeia Tracoeira; Aldeia Tramataia; Contos da Aldeia Tramataia; Meio Ambiente.

Ao relatarem sua história e cultura, os autores procuram evidenciar que “Os Potiguara estão buscando meios de reafirmarem os valores sociais, retomando sua língua nativa, o Tupi Antigo, desde 2001, como também suas tradições” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA,

⁵⁰³ Na apresentação, ora se referem ao material como livro, ora como cartilha e até mesmo como coletânea.

2005: 11). Isso significa dizer que, apesar de inseridos numa sociedade com modos de vida distintos, os Potiguara permanecem resistentes na ideia da manutenção de sua cultura e dos seus próprios saberes.

Ainda neste tópico, chamou a atenção o trecho que enfatiza que:

O índio Potiguara começou a se dividir, depois que o “desenvolvimento” chegou até ele. Hoje, o Povo Potiguara se dividiu totalmente, até chegar a desconhecer seus próprios irmãos, em consequência da invasão dos não índios que acabaram com as nossas matas e tomaram as nossas terras, quase que pela metade (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 11).

A citação mostra que, a partir do relato indígena, o “desenvolvimento” levado pelo homem branco tem causado afastamento entre os Potiguara. Isso é algo que, de certa forma, pode ser notado quando se frequenta a comunidade para a atual pesquisa empreendida, uma vez que existem casos de lideranças que percebem com olhar diferenciado determinadas situações. Evidentemente, essas divergências, causam certo afastamento entre eles.

Outra questão que precisa ser mencionada trata-se da relação de respeito ao meio ambiente que eles buscam evidenciar no decorrer de todo o material. São textos e ilustrações que reforçam a importância da preservação ambiental, quando denunciam, de forma incisiva os “[...] desmandos dos usineiros, que têm em mãos o poder de destruição, por sua ganância pelo ouro verde (cana-de-açúcar), deixando tudo preto por onde passam” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 16).

O trecho citado remete às colocações da pesquisadora Manuela Carneiro da Cunha (1992), na introdução do livro *História dos Índios do Brasil*, quando, ao se referir à exploração europeia em terras americanas, também se apropria da palavra ganância para expor seu ponto de vista acerca dos absurdos pelos quais os indígenas foram expostos. Ela menciona o seguinte:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, “o encontro” de sociedades do Antigo e do Novo Mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e microorganismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil (CUNHA, 1992: 12).

As colocações da autora vão de encontro aos relatos presentes no material elaborado pelos próprios indígenas e que aqui estão sendo analisados. A eles também não restam dúvidas de que a sede de exploração do homem branco em suas terras sempre foi impulsionada pelo instigado desejo do lucro desenfreado, aspecto tão característico do capitalismo. Isso se evidencia, novamente, no próximo trecho retirado do livro:

Tudo começa no mês de agosto...

É quando os fornecedores usineiros começam a pulverizar as canas para que elas amadureçam e estejam prontas para o corte. A nossa aldeia é completamente tomada por cana-de-açúcar, ficando apenas uma pequena parte para o plantio de lavouras, de subsistência da comunidade. No final de agosto as grandes usinas, como Japungu, Monte Alegre e Mataraca começam a moagem e com ela, o desespero das comunidades. Inicia-se a queima do plantio para o futuro corte. Com isso, o ar fica poluído, trazendo doenças como cansaço, irritação nos olhos, secreções persistentes pelo nariz, atingindo principalmente crianças e idosos (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 14).

Na imagem a seguir (imagem 1), cujos traços coloridos foram engendrados por um estudante ainda no Ensino Fundamental, é possível observar o trabalho nos canaviais e a natureza sendo claramente destruída, fazendo com que, como eles próprios descrevem: “Os animais que habitam dentro do plantio [morram] queimados, o solo [fique] pobre, pois a cada cultivo, são aplicados grande quantidade de adubos químicos para poder desenvolver as plantações” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 16). Aqui, a ganância dos usineiros não se prende somente às palavras escritas no livro, ela se reforça e vem representada no formato de uma triste ilustração.

Imagem 1 – O trabalho nos canaviais



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 16.

A partir do exposto, pensando agora em como problematizar essas questões com os estudantes, vários aspectos podem ser trabalhados, como, por exemplo, o corte desenfreado das árvores dando lugar à monocultura da cana-de-açúcar, uma característica marcante do processo

colonizador e que ainda hoje está totalmente arraigada na região. Prosseguindo com a análise, observa-se que os trabalhadores, possíveis indígenas, são levados (ou forçados pelo sistema) a colaborarem com a destruição do seu próprio lugar de vivência: a floresta, esta que deveria ser mantida como meio de subsistência para a sobrevivência dos mesmos em respeito a uma cultura de séculos que brutalmente foi (e continua) sendo destruída. O próprio treminhão que corta a imagem e abre as ruas dá para as aldeias um caráter de vilas/cidades, com casas muito próximas umas das outras e que, de certa forma, seguem um modelo padrão comumente observado na zona urbana. Por fim, dentro desta análise, não se pode deixar de mencionar que na imagem, embora os aspectos que fogem da cultura indígena saltem aos olhos, o rio permanece lá, representando outra forma importante de sustento da vida deste povo que não somente a exploração nos canaviais: a água e o alimento. Eles vivem um processo de aculturação forçada, mas, sim, eles também resistem, e isso fica evidenciado no próprio desenho.

Seguindo essa mesma discussão, o trecho a seguir revela pontos que permitem rica discussão nas aulas de História:

Nosso povo vive doente por causa dos desmandos dos usineiros [...]. Nós só podemos plantar em grotas, regiões de pedra ou em lugares que se tornaram improdutivos, abandonados por eles. Vivemos como escravos desses usineiros, somos estranhos em nossa terra, impedidos de plantar, beber e retirar o nosso sustento. Não podemos mais ficar calados, vendo sugarem nossa terra e abandoná-la depois de tirar todo o ouro verde, e mais do que isso, o equilíbrio ecológico dos nossos ecossistemas. Queremos justiça, não podemos aceitar tanto desmando e escravidão. Temos que recuperar a nossa terra, para poder dar uma vida digna ao nosso povo, para que possam nascer, crescer, reproduzir, envelhecer e morrer em paz (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 16).

Como a coletânea não foi pensada para um ano específico, mas aberta à utilização em várias turmas, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio, há várias possibilidades de trabalho dentro dos conteúdos do Ensino de História a partir da publicação. O fragmento acima, por exemplo, propicia valiosa discussão dentro da disciplina, quando o professor poderá problematizar o processo de escravização dos indígenas desde a colonização trazendo para os dias atuais, levando os estudantes ao debate a partir das seguintes indagações: será que essa exploração ficou presa no passado ou ela ainda permanece irrefutável na comunidade indígena potiguara atual? Como esse mesmo conteúdo aparece descrito no livro didático enviado pelo PNLD, distribuído pelo governo estadual e usado nas escolas?

As possibilidades não cessam por aí. É viável, ainda, selecionar o relato acerca desse pedido de justiça que aparece no livro, conforme citação anterior já exposta, e propor aos estudantes um debate que supere os conteúdos exigidos no currículo formal, mas que viabilize

uma reflexão mais profunda acerca da função social da História, que vai muito além de aprender aspectos mais pontuais desta disciplina, mas que prevê a compreensão de que é necessário se entender enquanto indivíduo parte de um coletivo que pode e deve buscar a mudança daquilo que precisa ser transformado na sociedade, afinal:

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas em problemáticas (SCHMIDT, 2004: 57).

O alerta de Maria Auxiliadora Schmidt (2004) cabe tanto ao contexto da escola não indígena, mas, também, no âmbito da Educação Escolar Indígena, muito embora seja necessário enfatizar que o sentido do Ensino de História dentro de uma comunidade indígena possui características diferenciadas, pois

É no dia-a-dia, marcado pela cosmologia indígena, que uma escola diferenciada aparece nos pequenos, porém potentes indícios que apontam outro modo do fazer escolar. Nessa perspectiva, os sentidos da escola vão-se constituindo em atos, ao se apropriarem os indígenas de um aparelho educativo que não nasceu no interior de suas antigas tradições, mas que, ao ser trazido para dentro da aldeia, é conferido de significados próprios (BERGAMASCHI, 2007: 199).

Assim, respeitando esses significados, o Ensino de História no contexto da educação desenvolvida nas escolas indígenas deve assumir, também, a ênfase num trabalho que promova o pensamento crítico. Surge, então, outro exemplo abordando o conteúdo acerca da colonização portuguesa, posto que, durante anos, especialmente nos materiais didáticos utilizados nas aulas de História, ignorou-se a forte resistência empreendida pelas populações indígenas quando da chegada destes europeus em terras americanas. Mas, observando o material produzido pelos professores e estudantes potiguara, nota-se que eles apresentam esse mesmo conteúdo (início desta colonização), mas mostrando outro posicionamento dos nativos, o que é muito importante:

Quando chegaram os Portugueses aqui na Baía da Traição, através do oceano Atlântico, deram início a uma enorme batalha, entre uma grande área banhada pelo mar de um lado e pelo outro, água doce. [...] esses Portugueses começaram a chegar, para manter contato com índios que habitavam as margens do oceano, em uma terra denominada de “Acajutibiró”, atualmente chamada de Baía da Traição. Ao contactarem com os nativos, não se sentiram bem em tê-los por perto, travando então, constantes lutas para expulsá-los desta terra (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 20-21).

Diante disso, torna-se possível o planejamento de uma aula de História que exponha o conteúdo acerca da colonização, da forma como vem apresentado nos volumes escolhidos pela escola e enviados pelo PNLD, comparando-o à publicação específica sobre a cultura Potiguara aqui analisada, o que possibilitaria determinar diferenças e semelhanças em relação aos dois livros e como tratam um mesmo conteúdo. Ao fazer esse paralelo com os materiais não específicos, se tornaria ainda mais interessante pensar com os estudantes como a elaboração e a publicação de uma obra didática envolve mais que o contexto histórico, mas uma série de interesses e escolhas. Isso reforçaria, entre eles, a necessidade de receberem novos materiais que trabalhem o Ensino de História a partir da sua cultura e não apenas a partir do olhar do colonizador.

Ao continuar a investigação e análise do exemplar, outra questão recorrente que chamou a atenção foi a disposição de igrejas católicas na maioria dos desenhos que retratam o território Potiguara. Em cada aldeia simbolizada a partir das pinturas, a presença dessa instituição ocupa lugar de destaque em meio aos casarios. O trecho a seguir mostra como essas transformações foram ocorrendo. Esse é o caso da aldeia Camurupim:

Camurupim recebe este nome devido a uns pescadores, que vinham de Rio Tinto para pescar aqui no rio. O peixe mais pescado era o Camurupim. [...] Este lugar não tinha estrada nem casas; aqui era cheio de caminhos por dentro da mata. Havia muita madeira, cipós e caças [...] Camurupim foi se desenvolvendo cada vez mais, mas não tinha escola, igreja e nem cemitério. Então foi no ano de 1964 que foi construída a primeira escola. Neste mesmo ano foi construída a igreja (católica) e o cemitério que foi inaugurado com o término das obras no dia 24 de julho de 1965. As primeiras professoras a ensinarem nesta escola foram Maria Perene e Maria Monteiro, que já ensinavam na localidade e recebiam pela prefeitura de Rio Tinto (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 20).

Em outro relato, dessa vez sobre a Aldeia Brejinho, é possível se deparar com a seguinte afirmação: “Na aldeia tem um cruzeiro (símbolo da Igreja Católica), local onde o padre da Baía da Traição, com alguns missionários da aldeia, celebra a missa, tendo Jesus Misericordioso como padroeiro” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 18). Nota-se, no trecho, a importância dada à Igreja Católica. Corroborando com esta afirmação, ao relatarem a história da Aldeia Cumaru e retratarem isso em forma de desenho (imagem 2), observa-se, de maneira muito evidente, a presença desta instituição.

Imagem 2 – Aldeia Cumaru



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 22.

Já no caso da Aldeia Jaraguá, a igreja aparece ao centro, rodeada de casas, carros e árvores. A instituição que representa o catolicismo toma o centro da imagem (imagem 3), o lugar de destaque.

Imagem 3 – Aldeia Jaraguá



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 36.

Verifica-se, assim, que embora possuam e mantenham rituais que forneçam senso de identidade mais forte dentro da sua cultura, pois “Acreditam nos espíritos da natureza e dos seus ancestrais, que se manifestam nas matas e nos rios, bem como nos sonhos e através do Toré”, os Potiguara

Dividem-se em torno de várias denominações religiosas, entre elas a Igreja Católica e as evangélicas Betel, Batista, Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus. Celebram como datas especiais o dia do índio e as festas dos santos padroeiros das aldeias, com destaque para São Miguel, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora dos Prazeres (GRÜNEWALD et al., 2009: 20).

Ainda que se evidencie a força da Igreja Católica entre os Potiguara, como é possível constatar, eles não deixam de praticar seus rituais sagrados, um exemplo é o Toré. Um rito indígena dançado em forma de círculo e que se apresenta como expressão simbólica na maioria das coletividades que buscam a reafirmação de suas identidades e o fortalecimento cultural. O Toré representa um momento de espiritualidade, “[...] é uma dança sagrada, pode ser dançada em momentos especiais pelos índios. O Toré significa a própria cultura indígena, ele é o símbolo de nossa luta e resistência [...]”. Assim, “O toque dos tambores e o som da gaita, significam que os guerreiros ainda lutam e resistem, pois a cultura é uma das coisas mais importantes para nós, Potiguara” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 12).

As músicas que são entoadas durante o Toré, retratam os momentos de lutas e vitórias, relatam também nossas crenças e a beleza dos animais nativos. As músicas são entoadas de acordo com a cerimônia. A pintura corporal é feita com urucum para realçar ainda mais o ritual indígena. Para dançar o Toré nas aldeias Potiguara, os índios utilizam suas vestes, feitas de imbirá de jangada encontradas nas matas. [...] Os colares, brincos e pulseiras, usados na dança do Toré e no cotidiano potiguara são feitos com: sementes, penas, quenga de coco, cordões, ossos, conchas, dentes de animais, espinho de quando, agulha, que são usados na ornamentação indígena (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 12-13).

Na imagem quatro, verifica-se uma representação do ritual Toré, feita pelos estudantes e exposta no material:

Imagem 4 – O Toré



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 12.

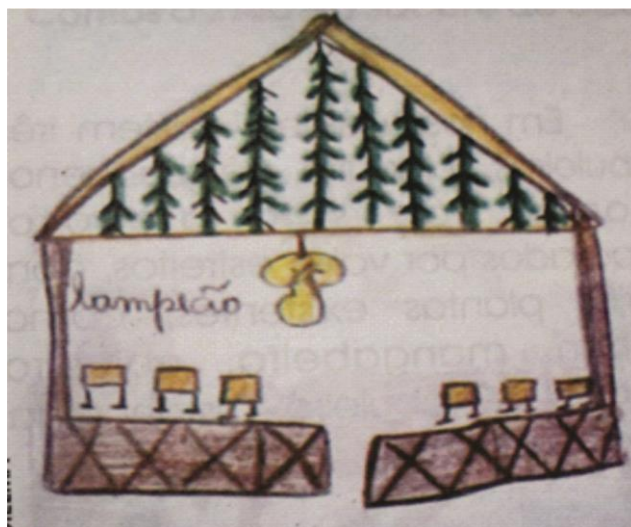
Discutir rituais como o Toré nas aulas de História também é uma excelente oportunidade, pois permite aos estudantes indígenas compreenderem o diálogo existente entre as muitas culturas, além de despertar o interesse dos mesmos por discussões que promovam o respeito à diversidade.

Após observar a relevância dada à igreja, é possível confirmar que não somente esta ocupa lugar significativo no contexto Potiguara, como, também, outra instituição que é referenciada tanto nos textos como nas imagens: a escola. Em vários momentos, são encontrados fragmentos que mencionam a chegada dessa instituição nas aldeias, quem foram os primeiros professores, inclusive os detalhes referentes aos honorários:

Com o passar do tempo foram chegando mais famílias e foi aumentando o número de pessoas na comunidade. Foi então que chegou o professor Merentino, ensinando particular, cobrando por semana dois réis de cada aluno, numa casinha de palha de seu Tidu, aonde é hoje a casa de Nego de Pedro. Depois veio a professora Maria Perene que começou cobrando o mesmo valor. Mais tarde, chegou Maria do Céu, mas já ensinava pela Colônia dos Pescadores (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 19).

Mais adiante, confirmando a importância dada à escola, depara-se com este trecho: “Havia apenas uma casa de farinha, algumas casas de taipa cobertas de palha e não tinha escola”. Fica evidente a forma como se referem à ausência dessa instituição, especialmente porque, no mesmo parágrafo, informam que hoje têm “[...] uma escola que foi inaugurada no ano de 1999 e a primeira professora foi Crizeuda Ferreira Padilha” (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 21).

Imagem 5 – A primeira escola – Aldeia Jacaré de César



Fonte: OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 29.

A história da primeira escola construída na Aldeia Jacaré de César é importante, há uma cronologia de como foi acontecendo essa implementação, quem foi a primeira professora e, inclusive, mencionam o material didático utilizado:

A primeira escola construída pelos próprios índios da aldeia era pequena, sua estrutura era redonda de pau a pique, coberta com palha. Bancos e mesas eram feitos de pau, uma só porta de vara que era entrada e saída. A luz de lampião à gás. A primeira professora a lecionar nesta aldeia, chamava-se Neuza, índia que morava na cidade com seus pais e quando voltaram para a aldeia, ela foi escolhida para ensinar, porque tinha cursado até a terceira série do primeiro grau. Ela criava os próprios conteúdos e mantinha a escola. O material didático era muito simples, sendo lápis, papel e livros. Era qualquer livro que estivesse ao alcance da professora. Nem todas as crianças tinham livros. A professora recebia qualquer contribuição que os pais podiam dar. Não existia merenda. (OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA, 2005: 29).

A referência à ausência ou ao aparecimento das primeiras escolas no decorrer do texto e nos desenhos mostra que, para os Potiguara, essa instituição tem muito significado, talvez porque a escola indígena trata-se de um lugar de encontro, de interação e comunicação entre os dois mundos, "[...] onde as diferenças interétnicas emergem e adquirem novos contornos e onde técnicas e conhecimentos provenientes de diferentes tradições podem ser trocados e, assim, reinventados" (TASSINARI, 2001: 50). É lugar de interculturalidade, pois abre uma passagem entre duas sociedades, dois modos de vida: a indígena e a não indígena, permitindo, assim, a circulação de duas culturas, o que a torna um espaço de interface entre duas concepções de mundo. “O entendimento da intercultura pode constituir-se numa forma de dissolução de relações colonialistas, (que se mantêm na escola e na sociedade dita majoritária), possibilitando a dissolução de subalternizações e exclusões” (SILVA e ROCHA, 2006: 5).

Logo, a interculturalidade supõe fazer-se no encontro de diferentes, com as necessárias trocas, refere-se ao processo contínuo de aprendizado. “É um processo que acompanha todos os povos, todas as culturas, mas, na história da América, após a chegada dos europeus no final do século XV, nem sempre prevaleceu essa compreensão” (BERGAMASCHI, 2014: 15), as questões étnicas acabavam sendo encobertas pela ideia de identidade nacional, relegando, dessa forma, o respeito à identidade cultural própria dos povos indígenas.

Considerações finais

Constata-se, então, a partir deste estudo, que o Ensino de História na Educação Escolar Indígena envolve uma diversidade situada entre dois modos distintos de fazer educação, sendo que, de um lado, está a cultura dominante, com sua concepção de história sedimentada, baseada

em currículos e conteúdos programados e, do outro lado, os indígenas, com seus registros, formas de aprendizagem e saberes próprios. Vale ressaltar, também, que nem todos os professores são da própria comunidade, muitos viajam de municípios vizinhos para cumprirem carga horária nas escolas indígenas.

Acerca do material didático analisado, percebe-se que este, por se tratar de uma produção dos próprios indígenas, sendo eles professores, estudantes e a própria comunidade, aborda as temáticas acerca da História, cultura e meio ambiente no contexto Potiguara de forma diferenciada, sendo um complemento essencial às aulas para que os estudantes não fiquem presos somente às verdades do livro didático disponibilizado pelo PNL D.

Portanto, o Ensino de História nas escolas indígenas não pode assumir as mesmas características do ensino nas escolas convencionais, sobretudo, porque o debate e o diálogo entre os professores, os alunos e a comunidade são essenciais para explicitar a sua importância e suas finalidades sociais, históricas e pedagógicas. É importante considerar, também, que cada sociedade organiza suas narrativas de forma diferente, compreende a História de modo diverso e constrói concepções de tempo que precisam ser respeitadas.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação Escolar Indígena: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias guarani. In: *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 197-213, maio/ago. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a06v2772.pdf> Acesso em: 10 de fev. 2018.

BERGAMASCHI, M. A. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. In: *Revista Tellus*. Campo Grande - MS, ano 14, n. 26, p. 11-29, jan./jul. 2014.

CANTERO, Angela López. O etnodesenvolvimento como alternativa do povo Potiguara da Paraíba. In: *Anais 39º Encontro Anual da ANPOCS*. Projetos de desenvolvimento e direitos territoriais das populações tradicionais: alternativas de desenvolvimento. 2015. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9731&Itemid=461> Acesso em: 21 de jan. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba/1585-1630*. Bauru/SP: Edusc, 2007.

GRÜNEWALD, Rodrigo et al. Estudo de viabilidade para oferta de um curso de licenciatura em educação indígena no Centro de Humanidades da Universidade Federal

de Campina Grande. *Cadernos do Leme*, Campina Grande, vol.1, n.2, p. 114-150 jul/dez. 2009.

MOONEN, Frans. *Os índios Potiguara da Paraíba*. 2ª ed. Recife, 2008.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Os materiais didáticos e a educação indígena*. GOOGLE: CEDEFES, 2010. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/afro_print.php?id=3133>. Acesso em: 19 de fev. 2018.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1ª - ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel; ROCHA, Leandro Mendes. Educação bilíngüe intercultural entre povos indígenas brasileiros. In: *Revista UFG*. Goiânia – GO, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2006.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawaii Leal (Orgs.). *Antropologia, história e educação*. São Paulo: Global, 2001, p.50.

Fontes

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 05 de fev. 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei nº. 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 07 de fev. 2018.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Materiais Didáticos e Paradidáticos em Línguas Indígenas*. (Orgs.). FIGUEIREDO, Nilza e GUIMARÃES, Susana Grillo. Brasília, julho de 2008.

_____. Congresso Nacional. Lei nº. 10.172. *Plano Nacional de Educação*, 2001. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 21 de fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>> Acesso em: 21 de dez. 2017.

OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA. Serviço Gráfico/SEGRAF/FUNAI: Baía da Traição, 2005. 56p.

PARAÍBA. *Resolução nº 207/2003*. Disponível em: < <http://www.cee.pb.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Re207-2003-Normativa-Escolas-Indigenas.pdf>> Acesso em: 21 de fev. 2018.

PARAÍBA. *Diretrizes Operacionais para o funcionamento das escolas estaduais*. 2018.

Disponível em:

<http://paraiba.pb.gov.br/downloads/DIRETRIZES_2018_PARA_DIVULGA%C3%87%C3%83O.pdf> Acesso em: 21 de fev. 2018.

EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM CAMPINAS (GO): ENTRE A IGREJA E O ESTADO

*Vinícius Felipe Leal Machado*⁵⁰⁴

RESUMO: Este artigo compreende um esforço de síntese da trajetória educacional de Campinas, com ênfase nas suas primeiras instituições escolares. Neste artigo, defendemos a tese de que a instalação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes – CEPPG - representou um marco para Campinas, pois foi somente com sua criação que a região pôde contar com sua primeira instituição de ensino pública estadual voltada para os estudos em níveis intermediários (ginásial e, posteriormente, ensino médio). Em toda a sua história, o maior marco no campo cultural pelo qual a região já havia passado até então, fora a criação do Colégio Santa Clara, em 1921. Apresentamos argumentos com base em pesquisa bibliográfica e documental que direcionam nossa reflexão à importância de uma instituição com o perfil e alcance do CEPPG para a região à época em que foi criada.

Palavras-chave: Educação; Instituições Escolares; Campinas.

*“O Sol acorda no Botafogo
E, tomando nos braços a cidade adolescente,
Morde-lhe a carne morena o dia todo;
Depois, reza as ave-marias em Campinas
E vai dormir como um santo
No Convento dos Redentoristas.”*

*Léo Lynce*⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ Professor da rede pública de ensino do Estado de Goiás, com vínculo efetivo à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, desde 2010, com experiência nos níveis fundamental e médio. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás – UEG (2009). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA-CE (2014). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC (2016). Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás – UFG, sob orientação do professor Dr. Leandro Mendes Rocha. Bolsista FAPEG. Correio eletrônico: viniciusmasterleal@hotmail.com.

⁵⁰⁵ O Poeta Cyllêneo Marques Araujo Valle nasceu em 1884, no município de Pouso Alto, atual Piracanjuba, no estado de Goiás. Filho de uma família tradicional em sua região, usava o pseudônimo Léo Lynce em suas publicações literárias e poesias. Também exerceu as profissões de jornalista e magistrado entre os anos de 1900 a

Introdução

Os versos acima, escritos entre os anos 1940 e 1950, remetem, romanticamente, à ideia de uma indissociável relação de simbiose constituída entre a “modernidade” preconizada pela ideia do “novo”, intrínseca à nova capital em franco crescimento simbolizado pelo seu adolescer e a “tradição” associada à “antiguidade dos costumes” da antiga cidade que agora figurava como bairro. Goiânia e Campinas compartilham uma rica história em comum, mas as reminiscências idiossincráticas do povoamento surgido no início do século XIX, reservaram a Campinas uma posição de peculiar destaque nos primeiros anos da capital. Comprova esta afirmação, o fato de terem sido reservados a Campinas certos investimentos de infraestrutura - como asfalto, energia e serviços públicos – além de ser-lhe dispensadas menções políticas e culturais que se diferenciavam substancialmente das atenções recebidas por qualquer outro bairro da jovem cidade.

Neste artigo, defendemos a tese de que a instalação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes – CEPPG - representou um marco para Campinas, pois foi somente com sua criação que a região pôde contar com sua primeira instituição de ensino pública estadual voltada para os estudos em níveis intermediários (ginasial e, posteriormente, ensino médio). Em toda a sua história, o maior marco no campo cultural pelo qual a região já havia passado até então, fora a criação do Colégio Santa Clara, em 1921. Este, como detalharemos a seguir, era uma instituição privada, que não dava conta das demandas educacionais da comunidade local – em parte por suas características iniciais, pensado apenas para prover educação ao público feminino. Mesmo com a ampliação de suas atribuições⁵⁰⁶ e o rápido reconhecimento do alto nível de seus serviços, a atuação do Santa Clara não era uma suficiente para atender às necessidades da maior parte da população local. Esta situação, de insuficiência escolar, se agravou quando as atenções se voltaram para Campinas a partir do momento em que a transferência da capital fora anunciada. A década de 1930 gerou grandes incertezas do que aconteceria com Campinas, mas sem dúvidas, também gerou grandes expectativas. A partir de 1942, com a celebração do batismo cultural da cidade selando sua instalação definitiva e irreversível, o crescimento populacional e

1954, ano de seu falecimento. No poema, extraído do texto do livro “Campininha das Flores e sua história”, segundo explica ROCHA (2010), o termo “Botafogo”, se referia ao antigo bairro, que atualmente, corresponde a parte do Setor Leste Universitário. Até a década de 1950, a região representava os limites de Goiânia na direção oeste. Para o Hélio Rocha, estes versos ilustram romanticamente a relação de complementaridade estabelecida entre Goiânia e Campinas, destacando que o Sol de cada dia nascia na nova cidade e se punha na velha.

⁵⁰⁶ Segundo afirma a Irmã Áurea Cordeiro de Menezes (1981: p. 105), o Santa Clara, ao longo de sua história, aceitou matrículas de alunos do sexo masculino em períodos intermitentes. Por muito tempo, as únicas vagas ofertadas a alunos eram no curso primário. Somente a partir de 1974 a instituição passou a aceitar a matrícula de meninos em todos os cursos. Não obstante, o Santa Clara nunca formou um normalista do sexo masculino.

as novas dinâmicas econômicas e sociais intensificaram ainda mais este quadro de expectativas para a população campineira.

Antes de Goiânia existir, não obstante a proximidade com a Cidade de Goiás, Campinas era carente, em praticamente todos os aspectos, de atenções dos poderes públicos estaduais. O anúncio da mudança da capital, representou, para alguns, uma esperança de melhorias para a “esquecida” localidade. Portanto, outro fato que está intrinsecamente ligado à criação do “Colégio Pedro Gomes” foi a criação de Goiânia, na medida em que o crescimento populacional pressionava ainda mais os dirigentes estaduais para que as necessidades dos antigos e novos moradores fossem atendidas. Um novo tempo, com novas demandas de mão de obra e serviços, implicava em novas diretrizes para o ensino e novas políticas educacionais, não somente no plano nacional, mas também nas instâncias locais. Os governos que se sucediam após a revolução de 1930 se esforçavam para constituir sua hegemonia dentro do contexto do populismo. Em Goiás, isso se expressava fortemente no discurso de modernidade e modernização. A criação do colégio, em 1947 está plenamente inserida neste contexto. Nosso intuito é compreender como a história de precários recursos e lento desenvolvimento de Campinas influenciou na vida cultural e educacional de sua população até o momento de criação do CEPPG.

A ação da Igreja Católica como marco cultural no Estado de Goiás e o advento da educação escolar em Campinas

Investigar o cenário da educação em Goiás e, especificamente, na região de Campinas, ao longo do século XX remete-nos, inevitavelmente, à ação da Igreja Católica, que subsidiou o ensino básico em Goiás por longa data, sendo sua presença no âmbito escolar, muito marcante em regiões nas quais a instrução pública era precária ou mesmo inexistente, como foi no povoado e depois, município e bairro em questão, até a década de 1950.

Neste aspecto, merece especial menção, dentro do período estudado, o trabalho de incentivo às atividades educacionais católicas que fora empreendido pelo bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás entre 1922 e 1955, que, segundo a historiadora Vanessa Carnielo Ramos Gomes,

construiu e/ ou articulou, ao longo de seu bispado, a fundação de cinquenta e sete escolas para o nível de ensino primário, sendo elas nas mais variadas cidades de Goyaz – Itumbiara, Jaraguá, Trindade, Cumari, Goiânia, Anápolis, Buriti Alegre, Catalão, Itauçu, Planaltina, Palmeiras, Pirenópolis, Anicuns, Abadiânia, Corumbá, Ipameri, Morrinhos, Silvânia, Petrolina, Brasília, Pires do Rio, Goiandira, Orizona e Itaberaí. Somente em Goiânia, foram dezenove escolas que carregaram a influência de D. Emanuel em sua fundação. (GOMES, 2015: p. 1495)

Gomes ainda informa que, além das escolas primárias, o arcebispo se envolveu diretamente com a instalação e funcionamento de

trinta e um Ginásios, cinco escolas de Ensino Médio, vinte e uma escolas de Ensino Normal, quatro de Ensino Técnico e seis Faculdades que, posteriormente, se unificaram como Universidade Católica de Goiás. Estas ações proporcionaram ao bispo a alcunha de “Arcebispo da Instrução” dada por autoridades goianas e por periódicos que circulavam em Goyaz, Minas Gerais e Espírito Santo. (Idem, ibidem: p. 1488-1489)

Para podermos mensurar o grau de influência da Igreja Católica na instrução em Goiás até a metade do século XX, consideremos um dado interessante destacado por Gomes, que revela que, até a morte e fim do bispado de D. Emanuel, em 1955,

apenas dez escolas primárias não estavam ligadas a nenhuma Congregação religiosa em todo o estado, sendo que todos os outros níveis se encontravam sob a responsabilidade de religiosos, muito embora o princípio da laicidade do Estado e da Educação ainda fossem presentes na Constituição brasileira. (2015: p. 1495)

O reconhecimento ao trabalho do religioso nesta seara pode ser creditado ao seu empenho em prol da instrução (de parcelas) da população em situações, muitas vezes, consideradas adversas à promoção da educação escolar, sobretudo pelos entes públicos, naquele momento – notadamente, escassez de recursos, ausência de políticas públicas específicas, além de interesses conflitantes e prioridades administrativas adversas à educação. Entretanto, constata-se que estas situações acabaram sendo favoráveis à atuação e expansão da rede de instituições de ensino ligadas à Igreja Católica na primeira metade do século XX, como aponta a historiadora

A educação em Goyaz se encontrava bastante deficitária, quando da chegada de Dom Emanuel chegou ao Estado, pois contava apenas com escolas isoladas, alguns projetos de abertura de Grupos Escolares e somente um Liceu (na capital). Logo após se instalar territorialmente no novo cargo Dom Emanuel deu início a seu projeto de construir escolas para difundir, principalmente, os princípios católicos ao povo goiano. O ambiente encontrado pelo bispo em Goyaz parecia propício às suas ações, já que era notória a precariedade do sistema educacional, o advento da Reforma educacional de 1918 (a qual determinava novas regras para o funcionamento das escolas) e, por último, o projeto político do grupo oligárquico predominante na época, os Caiado, que assumiam a educação como “carro chefe” da modernização e progresso de Goyaz.

(GOMES, in: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/memorias-do-arcebispo-da-instrucao-de-goyaz-dom-emanuel-gomes-de-oliveira/> acesso em: 08/05/2018)

Antes de Dom Emanuel, seu antecessor na função entre 1891 e 1907, D. Eduardo Duarte e Silva também desempenhou papel de relevância para a compreensão da narrativa que envolve o desenvolvimento da instrução escolar no Estado e, em particular, na região de Campinas, tendo em vista que seus esforços para trazer missionários europeus para a região renderia frutos, até então impensáveis, para a localidade, sendo o mais marcante deles a fundação do Colégio Santa Clara, em 1921.

A historiografia especializada – tanto a respeito da História da Educação em Goiás, quanto da própria História de Campinas - nos mostra que é impossível falar do desenvolvimento local sem abordar o papel desempenhado pelos missionários redentoristas alemães, responsáveis pela instituição de muitos avanços culturais na região. Assim, a história da educação, do ensino e das instituições escolares em Goiás, sem dúvidas, perpassa pela fundação e atividade do Colégio Santa Clara, como mostra a obra da Irmã Áurea Cordeiro de Menezes, intitulada “O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás” (1981), apresentada inicialmente como sua dissertação de conclusão do curso de mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás, em 1977, e posteriormente publicada como livro.

De tal modo, faz-se necessário, ao admitirmos “o Santa Clara” como como colégio pioneiro de Campinas, esmiuçarmos sua ligação com os missionários redentoristas de origem europeia que ali desembarcaram no final do século XIX. Interessa-nos compreender como o desenrolar de suas atividades em Campinas implicaria na vinda das irmãs franciscanas, da Congregação das Irmãs Franciscanas da Ação Pastoral, também da Alemanha, com a incumbência de organizar, fundar e manter uma escola, mudando, de maneira irreversível, o perfil educacional, cultural e escolar da região.

Na medida em que o fenômeno da educação escolar é entendido como uma das facetas de relações sociais mais amplas, a investigação de aspectos políticos, sociais, econômicos e da cultura popular do local é condição importante para que atinjamos nossos objetivos, tendo em vista a inserção do nosso objeto nestas esferas e seu conseqüente tangenciamento permanente às mais diversas questões inerentes a elas. Portanto, é à guisa de estabelecer um entendimento de como a história de Campinas, primeiro como povoamento, em seguida como parte de Goiânia se desenvolveu, principalmente, do ponto de vista cultural, com ênfase na cultura educacional-escolar que propomos a discussão a seguir.

Uma história de Campinas a partir da epopeia dos pioneiros educação escolar na região

Para melhor entender as circunstâncias sob as quais ocorreu a instalação e o funcionamento do Ginásio Estadual de Campinas (primeiro nome atribuído ao CEPPG), no ano de 1950, precisamos investigar a fundo a história da região, com objetivo de rastrear os antecedentes relativos ao desenvolvimento da vida cultural e da instrução escolar naquela localidade. Assim, abre-se a possibilidade de percebermos indícios da relevância do ato de instalação do colégio para o bairro e para a nascente capital goiana naquele momento. Este exercício requer um retorno temporal na trajetória da localidade, que nos remete à época em que Goiânia ainda nem sequer existia.

Pela nossa pesquisa, constatamos ser consenso historiográfico o fato de que Campinas surgiu no início do século XIX. O que é posto em discussão são os detalhes de sua gênese. A maioria das antigas cidades goianas desenvolveu-se, de modo geral, a partir de núcleos urbanos plantados nas regiões de interesse para atividades de mineração a partir da segunda metade do século XVI. Além dos núcleos que compartilham desta origem, houve, também, aqueles que se desenvolveram a partir de sedes de fazendas, onde se constituíam colônias de trabalhadores, e cuja a lenta e limitada expansão e contato com o mundo exterior se deviam à existência de estradas que as atravessavam em demanda à afluência de caminhos que tinha como destino final a Cidade de Goiás, a então capital. Normalmente, erguia-se, nestes núcleos, uma capela, ao redor da qual se estabelecia um pequeno comércio. Ali, viajantes buscavam pouso e abrigo, restaurando as energias para retomar o restante da viagem. Campinas foi um caso típico de povoação que teve este tipo de início. Na clássica historiografia sobre o lugar, entre muitas narrativas, encontramos três hipóteses principais para seu surgimento.

A primeira, relatada por José Assuero de Siqueira na obra “Pequena Corografia de Goiás”, assegura que o Arraial de

Campinas, a 470 metros de altitude, foi fundado em 1816, por José Gomes da Silva Gerais. Criada pela lei nº 6, de 2 de agosto de 1853, foi desmembrada de Bonfim e elevada a Vila pela lei de nº 287, de 15 de junho de 1907 (sendo instalada a 7 de setembro do mesmo ano) e, a cidade, pela lei nº 476, de 8 de julho de 1914. (1942: p. 48)

Em “Notícias Históricas do Bairro de Campinas”, Itaney Francisco Campos (1985: p. 15) afirma acreditar que J. Assuero possa ter se equivocado ao elaborar este histórico de Campinas. Campos reúne e apresenta informações divergentes relatadas por Francisco Ferreira dos Santos, posteriormente ratificadas por Zoroastro Artiaga, na obra “Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás”, de 1951, segundo as quais, “as origens de Campinas remontam ao ano de 1810, quando o alferes Joaquim Gomes da Silva Gerais, natural de Meia Ponte (hoje Pirenópolis), de passagem pela região. Rumo às ricas minas de Anicuns, resolveu ali fixar-se e formar uma fazenda, atraído pela magnificência de suas terras”. (ARTIAGA, 1951, p: 125 apud CAMPOS, 1985: p. 15)

Um artigo assinado por Henrique Silva, datado de 1887, e publicado na Revista “A Informação Goyana”, na edição de julho de 1926 (p. 81), reforça esta versão descrevendo com maiores detalhes a região do município de Bonfim, atual Silvânia, o qual, na época, subordinava administrativamente o povoado de Campinas:

O município possui três freguesias: Campinas, Bella Vista e Santa Cruz. Campinas, o local mais formoso de toda a província, está a 14 léguas de Bonfim e a 165 quilômetros da capital, próxima ao valle do rio Meia Ponte, numa vasta e pitoresca campina que lhe deu o nome e regada por um límpido ribeiro – o Cascavel. Foi

fundada em 1810 por Joaquim Gomes da Silva Gerais, natural de Meia Ponte, que ahí passou com direção a Anicuns, onde ia em busca de uma mina de ouro recentemente descoberta. Tão magnífico pareceu-lhe o lugar, que ahí mesmo estabeleceu-se com os seus companheiros; em breve muitas famílias de S. Paulo e Minas para lá transportaram seus lares. Possui ricas minas de ferro, que foram exploradas por uma fábrica que já não existe, e uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição. (SILVA, 1887 apud A Informação Goyana, 1926: p.81)

Os registros da Igreja Católica constituem uma importante fonte de informações no sentido de rastrear tais origens e os primórdios da cidade, como constatamos no trabalho de pesquisa do historiador Miguel Archângelo Nogueira dos Santos sobre as origens do Santuário de Trindade, no qual transcreve do Livro de Óbitos da Paróquia de Campinas a seguinte informação:

Aos 13 de abril de 1839 Faleceu da vida presente com todos os Santos Joaquim Gomes da Silva Gerais homem branco casado e foi sepultado no adro desta Capella de Nossa Senhora da Conceição de Campinas no dia 14 do mês e ano solenemente sendo este o fundador da mesma capella e para constar fiz este termo. O Cura Bazílio Antônio de Santa Bárbara”. (SANTOS, 1976: p. 71)

Em seguida, o autor registra a interessante constatação de que encontrou, no mesmo Livro de Óbitos, uma divergência, listada entre efemérides da paróquia, a respeito da data da morte do homem celebrado como fundador da capela que dera origem ao povoamento, mas que reafirma sua importância histórica: “Em 1839, dia 3 de novembro, morre Joaquim Gomes da Silva Gerais, fundador da Capela”. (idem, ibidem)

O Distrito de Trindade, a propósito, foi desmembrado de Campinas em 16 de julho de 1920, por força da lei nº 662, durante o governo de João Alves de Castro (1917-1921, com interrupções). Localidade originalmente conhecida como Barro Preto, Trindade possui um importante papel para a história de Campinas e, indiretamente, para a história do ensino e instrução na região e, em certa instância, no Estado de Goiás, quando consideramos que a vinda dos religiosos alemães da Congregação Redentorista fora determinante para fundação de importantes escolas que contribuíram para mudanças na realidade educacional do Estado na primeira metade do século XX.

Foi a romaria de Barro Preto, possivelmente iniciada em meados do século XIX e atualmente conhecida como Festa do Divino Pai Eterno de Trindade, que motivou a vinda dos primeiros padres da congregação a Goiás, em dezembro de 1894. Ao ser nomeado para dirigir a Diocese de Goiás, em 1891, D. Eduardo Duarte da Silva se deparou com uma já robusta manifestação de fé popular na região, entregue ao controle de uma comissão de leigos. Campos (1985: p. 17) aponta que a atividade teve início por volta da década de 1840, quando o fazendeiro Constantino Xavier Maria e sua família, provenientes de Minas Gerais, fixaram-se no local onde hoje se ergue Trindade e construíram uma capelinha (rancho) para realizar a

devoção à Santíssima Trindade. O costume foi se firmando com a participação dos vizinhos e ampliou-se depois, gradativamente, com a uma frequência cada vez maior de devotos de vários pontos do Estado.

O registro documental encontrado por Miguel Archângelo Nogueira dos Santos no periódico “Santuário de Trindade”, em “Efemérides”, corrobora esta hipótese sobre a origem da manifestação religiosa na região, trazendo a informação de que em 5 de setembro de 1850, D. Ana Rosa, esposa de Constantino Xavier Maria, assinou a escritura de doação das terras para o patrimônio, que era de “légua e meia de comprimento e légua de largura”, valorizada na época em 200\$000. No dia seguinte, foi feito o registro, mediante taxa de 1\$600 e que a escritura registrada fora entregue ao Pe. João Azevedo do Nascimento, então vigário de Campinas. (SANTOS, 1976: p. 56).

Ocorre que, segundo os registros encontrados por Santos, a romaria se desenvolveu sem nenhum controle da Igreja, o que, na visão de D. Eduardo Duarte da Silva, teria gerado “desvios e abusos preocupantes”. Em 1893, o bispo viajou para a Europa e um dos seus objetivos era obter anuência para trazer sacerdotes a quem pudesse confiar a missão de organizar, administrar e “cristianizar” a Romaria do Divino Pai Eterno de Barro Preto. O pároco de Campinas na época, Monsenhor Inácio de Souza já havia sofrido hostilidades por parte de membros da festa popular ao tentar participar mais ativamente de sua organização, portanto, considerava que somente uma Congregação poderia disciplinar a romaria, de proporções já consideráveis.

Assim, em Roma, D. Eduardo apresentou a representantes de diversas congregações e organizações a situação do cristianismo católico no interior do Brasil, em especial das romarias de devoção popular, a fim de solicitar-lhes a cessão de sacerdotes para trabalho missionário. Obteve, então, o consentimento do Pe. Matias Raus, Superior Geral da Congregação do Santíssimo Redentor, conhecida como Congregação dos Padres Redentoristas ou, simplesmente, Congregação Redentorista.

Um documento citado pelo historiador Robson Rodrigues Gomes Filho, estudioso da missão redentorista no Brasil, ilustra esta situação. Trata-se do comunicado emitido pelo Pe. Geral da Congregação ao Superior Provincial da Baviera, Pe. Anton Shöpf, informando-lhe da sua decisão de montar uma missão bávara no Brasil, atendendo ao pedido de D. Eduardo, bispo de Goiás. A carta, datada de 11 de junho de 1894, foi redigida pela Conselheiro Geral, Pe. Carlos Dilgskron:

Nestes dias visitou-nos um bispo do Brasil que tem uma enorme diocese, onde há quatro tribos de selvagens; poucos, porém, são os padres, e não são dos melhores. Pediu ajuda, com lágrimas nos olhos, ao Pe. Geral. O Pe. Geral viu nesse pedido, um sinal de Deus, crendo que ele vale em primeiro lugar para a província bávara. Certo

de que aí não faltam almas heroicas, que não receiam pobreza e não desprezam pobres índios e cristãos abandonados, o Pe. Geral aceitou o pedido do bispo. (COPRESP-A, 1º Volume – 1817-1896. Carta nº 13. Pe. Carlos Dilgkron ao Pe. Antônio Schöpf. Roma, 11 de junho de 1894, p. 18 apud GOMES FILHO, 2018: p.277).

Havia a preocupação de formar um grupo de missionários pioneiros que unissem a disposição requerida para o árduo trabalho em terras desconhecidas a uma certa experiência na lida pastoral e/ ou missionária. Deste modo, foram selecionados e enviados para o Brasil 14 religiosos bávaros, sendo 7 padres (5 deles com idade entre 47 e 65 anos e apenas 2 com menos de 30). O grupo fora dividido em dois, sendo um deles destinado a Goiás e o outro com destino a Aparecida, São Paulo, onde havia outra romaria de grande porte. O grupo que veio para Goiás era assim composto: Pe. Gebardo (Geraldo) Wiggerman, de 51 anos, como Superior e Visitador (vice provincial), Pe. João da Matta Späth, de 63 anos, como admonitor do visitador, o Pe. Miguel Siebler, de 29 anos, o Fr. Lourenço Hubbauer, de 22 anos, e os irmãos Norberto Wagenlehener (37 anos), Gebardo Konzet, Ulrico Karmermeir (27 anos) e Floriano Grilhisl (23 anos). A palavra “irmãos” designa uma categoria de religiosos que não recebiam instrução superior, ao contrário dos sacerdotes e estudantes em vias de serem ordenados, que possuíam formação em filosofia e teologia. Os irmãos se consagravam apenas ao trabalho doméstico, ou funcional, como sapateiros, pedreiros, cozinheiros e etc., com objetivo de suprir as necessidades práticas da congregação. (GOMES FILHO, 2018: p. 278). Registra-se que, entre 1894 e 1920, a Província Bávara enviou para o trabalho missionário no Brasil 72 confrades, entre padres e irmãos.

Quando chegaram a Campinas, no dia 12 de dezembro de 1894, após atravessarem, sobre os lombos de burros, a distância de 480 quilômetros que separava Uberaba - então ponto final da linha férrea - de Campinas, se depararam com “um arraial de 400 habitantes, sem comunicações, sem conforto, longe do mundo civilizado, com apenas dois arremedos de ruas: a de baixo e a de cima; alguns casebres de adobe, a igreja bem pequena” (CARVALHO, 1958), conforme registra o padre João Ribeiro Carvalho em “64 anos de apostolado em Goiás”, publicado em encarte na Revista da Arquidiocese (sem numeração de páginas).

Apesar da questão da romaria de Barro Preto ser prioridade, os missionários não se fixaram naquela localidade, estabelecendo-se em Campinas. O pároco, Monsenhor Inácio de Souza, cedeu-lhes suas propriedades, iniciou-os na aprendizagem da língua e serviu-lhes, inicialmente, como orientador. Muito recorrente é, nos relatos sobre Campinas, desta época, referência a características naturais positivas, como clima aprazível, boas terras, água abundante e belas paisagens. Nos relatos do padre João Ribeiro, encontra-se a afirmação de que

os redentoristas se fixaram em Campinas devido à excelência do clima e, possivelmente, obedecendo aos conselhos do Mons. Inácio de Souza, conhecedor dos

ânimos dos habitantes do Barro Preto e vítima de duras perseguições por parte de elementos sediciosos ali radicados. (Idem, ibidem)

Chama atenção neste excerto, também, a alusão à tensão existente entre os representantes oficiais da Igreja e o grupo leigo organizador da romaria. Isto ocorria, segundo os registros apresentados pelo mesmo autor, graças a disputas relativas à administração do cofre e do patrimônio do “Santuário” do Divino. Esta situação teria perdurado, não obstante ao afastamento do grupo mais arredo de suas funções administrativas, até o fim do bispado de D. Eduardo que, em 1907, assumiria a recém-criada diocese de Uberaba, deixando a diocese de Goiás a cargo do bispo D. Prudêncio Gomes da Silva (1907-1921).

Para ilustrar que a relevância dos religiosos alemães na região não se restringiu à mediação da questão de Barro Preto, nem a situações estritamente religiosas e eclesiais, Miguel Archângelo traz em sua obra sobre o Santuário de Trindade, mais um interessante relato do Pe. João Ribeiro Carvalho, no qual são enumeradas as contribuições e melhorias implementadas pelos redentoristas:

“a casa dos padres, que era parada obrigatória a todos aqueles que demandavam à capital ou ao sul do Estado; construíram a nova Matriz, uma das mais majestosas do Estado em 1900 e o 2º cemitério da cidade; instalaram a primeira usina elétrica em Campininhas, em 1921; editaram o primeiro jornal, também em 1921; [...] introduziram a primeira motocicleta em Campinas (1922) e possivelmente em Goiás; instalaram o primeiro telefone do Estado, entre Campinas e Trindade (1924) a 100 réis a telefonada; introduziram a segunda bicicleta em Campininhas; instalaram o primeiro relógio de torre de Igreja.” (SANTOS, 1976: p. 50).

Dentre todas as inovações promovidas no cotidiano de Campinas pelos padres redentoristas, a que mais nos interessa, foi a promoção da vinda de um grupo de religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas que, em 1922 dariam início às atividades do Colégio Santa Clara. Maria Bonifácia Vordemayer, professora de trabalhos manuais, Maria Benedita Tafelmayer, professora licenciada em pedagogia, Maria Ludimilla Schropp, costureira, foram as religiosas destacadas para a mudança para Goiás. Foram acompanhadas Maria Willibalda Mayer, responsável pelos trabalhos domésticos. As alemãs deixaram a Europa em agosto de 1921 rumo ao Brasil. Após dezessete dias de viagem marítima, algumas semanas em Aparecida do Norte e seis dias de viagem terrestre, chegaram a Campinas sob aclamações da população local, na manhã do dia 16 de outubro. (MENEZES, 1977: p. 6)

Após acomodação inicial improvisada e dois meses aprendendo a língua portuguesa sob a supervisão do padre Oscar Chagas, em 1º de janeiro de 1922 foi aberto o curso primário para meninas, no qual foi matriculada, em 6 de janeiro a primeira aluna. Formou-se, neste primeiro ano uma turma de setenta alunas externas e quatro internas. “As irmãs se responsabilizaram também por uma escola mista (para meninos e meninas), mantida pelo Estado, e com um número inicial de 134 alunos. Uma subvenção de 2.400\$000 foi conseguida pelo senador José

Rodrigues de Moraes para a escola das franciscanas.” (CAMPOS, 1985: p. 32), como forma de compensação. A Irmã Áurea Cordeiro de Menezes apresenta informações complementares sobre esta escola “estadual”:

Logo em 1922, uma Escola Primária, mista, existente em Campinas, foi entregue à direção das Irmãs do Colégio Santa Clara.

Em 1936, sendo inaugurado o Grupo Escolar Pedro Ludovico, esta (escola) se transferiu para lá, ficando o Colégio apenas com sua escola primária particular. (MENEZES, 1981: p. 193).

A autora enriquece nossa impressão sobre o restrito alcance do cenário escolar da região na época acrescentando outras constatações sobre a instituição pública conduzida sob os cuidados das religiosas:

De 1922 a 1936, a chamada “Escola Pública de Campinas” esteve sob a direção das irmãs do Colégio Santa Clara.

O Grupo Escolar “Dr. Pedro Ludovico”, criado em 1936, absorveu esta escola.

Nela, havia “classes” para as meninas, separadas das dos meninos.

No colégio, estudavam apenas meninas.

Por ser gratuita, a escola pública sempre registrou matrículas superiores às do Colégio. (MENEZES, 1981: p. 105).

A Irmã Áurea também relata que o Primeiro Curso Ginasial masculino, em Campinas, foi uma extensão do Colégio Santa Clara, sendo que já atendia alunas normalistas desde que a Lei nº 826, de 1927, reconhecia a Escola Normal ligada à instituição. Segundo a autora, o Arcebispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, o “Arcebispo da Instrução”, em 1949, fez um pedido para que a direção do colégio fizesse uma extensão de seu curso ginasial visando o atendimento de alunos do sexo masculino, em Campinas. A autora ilustra o ocorrido citando um recorte de jornal, sobre o qual, segundo ela, não fora possível indicar autoria do texto, nem informações sobre o jornal, justamente por se tratar de uma parte avulsa recortada que ela registra ter encontrado em suas pesquisas nos arquivos da Secretaria do Colégio Santa Clara. O recorte, em um texto de tom bastante apologético, exalta a implantação do curso, dizendo o seguinte:

Deveras auspicioso se apresenta para as famílias católicas de Campinas, é quase a totalidade delas, o exemplo de civismo que apreciamos, o curso ginasial masculino, de cuja falta tanto se ressentia naquele bairro, ora instalado em turno diferente do feminino, e que estará em funcionamento no próximo ano, vem, em hora feliz, satisfazer a uma grande aspiração da laboriosa gente campineira.

Isso se deve, e já não é novidade proclamá-lo, à clarividência e iniciativa de S. Excia. Revma. Dom Emanuel Gomes de Oliveira, ilustre Arcebispo Metropolitano que, num vivo empenho conjugado a patrióticos esforços do Revmo. Padre Superior dos Redentoristas e das Revdas. Irmãs Franciscanas, conseguiu dotar Campinas com estabelecimento de ensino que a sua culta população, com justiça, proclama. (CURSO GINASIAL EM CAMPINAS. 01/09/1949. Arquivo da Secretaria do Santa Clara Apud. MENEZES, 1981: p. 193)

Interessante notar a presença de uma outra instituição de ensino particular na região, citada por José Sêneca Lobo (O POPULAR, 02 de junho de 1994), como contemporânea à instalação do Santa Clara. Trata-se do Colégio Professor Antônio Euzébio de Abreu, que segundo ele, fora transferido de Bonfim pelo proprietário que lhe emprestava o nome. Este, a propósito, era pai de Antônio Americano do Brasil. Assim como o Santa Clara, este colégio também se situava no Largo da Igreja Matriz.

Caríssimas ao nosso esforço de compreensão do cenário do ensino escolar no bairro de Campinas, estas informações nos conduzem à seguinte reflexão: no final da década de 1940, a população de Campinas e região era carente de um colégio que oferecesse o curso ginásial para jovens do sexo masculino. Se a elite católica, que podia custear os estudos dos meninos sob sua responsabilidade em uma escola com o perfil do Santa Clara ansiava pela inauguração do curso, podemos concluir que a ampla população de perfil socioeconômico mais modesto também se encontrava sem opções de escolas que atendessem às necessidades de seus jovens. Há que se pensar também, que, neste momento, o ensino ginásial e secundário ainda era uma etapa escolar acessível e oportunizada somente a famílias mais abastadas e politicamente bem relacionadas, mesmo em instituições públicas, como era o caso do Liceu, que possuía um perfil eminentemente elitista até o início da década de 1970⁵⁰⁷.

Campinas no contexto dos anos iniciais de Goiânia

Em 1947, ano da lei de criação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, Goiânia tinha somente 14 anos - considerando a data oficialmente fixada como o marco de nascimento da cidade, celebrando a cerimônia de lançamento de sua “pedra fundamental”, em 24 de outubro de 1933 - e contava com uma população entre 48.166 (1940) e 53.389 (1950) habitantes, segundo o IBGE. Naquele momento ainda havia uma pequena distância física - aproximadamente cinco quilômetros - que separava os núcleos urbanos da parte central da nova capital e da antiga cidade que a recebeu. Este “isolamento”, do ponto de vista territorial, de Campinas em relação a Goiânia foi, por assim dizer, momentâneo, tendo em vista o acelerado ritmo com o qual novas construções eram erguidas ao longo das avenidas 24 de outubro e da Avenida Anhanguera, ainda em obras. As novas construções preenchiam o vazio existente entre as duas povoações e conectavam de maneira definitiva o destino das duas cidades. Sobre o rápido crescimento populacional da região, o escritor Hélio Rocha afirma:

Em 1933, quando iria se iniciar a construção de Goiânia, a soma dos habitantes de Campinas e Hidrolândia acusaria cerca de 15 mil habitantes. Quando se realizou o

⁵⁰⁷ Na dissertação denominada “Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas (1906-1937)”, Fernanda Barros apresenta muitos elementos que subsidiam esta tese.

chamado Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, Campinas estava com 51 mil moradores.

No curso dos anos 1940, trecho mais habitado de Campinas estendia-se da Avenida 24 de Outubro, a principal área comercial também, até a Avenida Amazonas [...]. No sentido norte, a expansão se deu no sentido das Vilas Santa Helena e Abajá. Na direção norte-nordeste, durante algum tempo, durante algum tempo, o limite ficou sendo o Estádio Antônio Aciolly, até que surgissem, ali, a Vila Operária e o Setor dos Funcionários. (ROCHA, 2010: p. 28)

O crescimento populacional alterou profundamente o ritmo de vida da população original de Campinas, que passou a conviver com muitos migrantes vindos de várias regiões do Estado e imigrantes das mais variadas outras origens, com destaque para famílias italianas e armênias. Novas tecnologias da época, inevitavelmente, também passaram a ser elementos integrantes do cotidiano campineiro. Em artigo publicado no Jornal O Popular, na edição do dia 02/06/1994, o escritor e homem público José Sêneca Lobo relata, a partir de seu ponto de vista de quem em estava entre os pioneiros destes anos iniciais de Goiânia, as dificuldades e precariedades da vida em Campinas, mesmo em meio a tantas mudanças oriundas das obras que, no imaginário da época, sinalizavam que o progresso havia, finalmente, chegado à região:

A avenida 24 de Outubro era, então, o centro nervoso da nova Campinas: movimento intenso de veículos, casas comerciais, bares, cinemas e hotéis. A “poeira vermelha do nosso sertão” era insuportável, principalmente às tardes, no tempo seco. A gente fechava portas e janelas, na hora do jantar, mas o danado do pó invadia a sala pelas frestas e pelo telhado e o jeito era comer feijão com poeira.

Outro grande desconforto era provocado pelos motores geradores de energia elétrica que, na falta do fornecimento público e regular, todas as oficinas e muitos particulares, proprietários de hotéis e bares, instalavam nas suas dependências, os quais funcionavam noite adentro, perturbando o sono dos vizinhos.

A Prefeitura de Goiânia instalou um gerador grandão, que diziam ser resíduo de um submarino, máquina velha e arcaica, que fazia muito barulho e produzia péssima luz. O bicho começava a funcionar, acendia as nossas lâmpadas de casa, para meia hora depois se apagarem e voltar tudo às trevas e novamente, se recorrer às velas e lampiões de querosene. (O POPULAR, 02 de junho de 1994)

O pioneiro testemunha também que, ainda na década de 1930, Campinas crescia não só em população, como também em problemas que, embora não estivessem entre as prioridades do governo do interventor Pedro Ludovico, naquele momento totalmente focado nas obras da construção de Goiânia, mais tarde se tornariam questões emergenciais a serem acudidas pelo poder público e, eventualmente, exploradas politicamente.

Mas, de qualquer forma, aos trancos e barrancos, a cidade de Campinas crescia disparadamente. Eram construções apressadas, barracos, casas regulares, algumas boas e definitivas, todas erigidas nos terrenos no seguimento de Campinas para Goiânia.

Não havia água encanada nem luz elétrica. Apenas as residências da antiga Campinas, dispunham da luz gerada no Convento dos Redentoristas. Cada novo morador construía ao lado do barraco ou da casa, uma cisterna, e logo ali perto uma privada de buraco no chão. Sem técnica nem planejamento, acontecia que as cisternas de uns ficavam a pequena distância das privadas de vizinhos, com riscos de infiltrações recíprocas e infestações de espécies parasitárias, como ocorreram, e muitas, como amebas, strongyloides, áscaris e outras. (IDEM, IBIDEM.)

Conclusão

Em face deste cenário marcado por precariedades estruturais, a questão que levantamos é: “por que surge, então, a ideia de instalar um Ginásio oficial do Estado, na localidade do agora bairro de Campinas, em plena década de 1940, sendo que o cenário social e financeiro era desfavorável e o ensino público era ainda tão insipiente não só na região, mas em todo o Estado? Em outras palavras, o que significava, simbólica e politicamente, a atitude de anunciar um colégio público para Campinas, ainda no início do primeiro mandato de oposição a Pedro Ludovico, após a saída do interventor, tendo em vista toda a polêmica em torno da ainda recente transferência do Liceu de Goiás para Goiânia e a posterior criação de uma sucursal do colégio na antiga capital? Em busca de respostas, faz-se necessário conhecer o interpretar as diversas faces do contexto que precede a criação da escola.

A respeito dos significados políticos que podem ser atribuídos à abertura de um novo colégio estadual em Goiás, na década de 1940, iniciemos nossa reflexão a partir do contexto geral em que se desenvolvia a educação pública até a época. O professor Genesco Ferreira Bretas, na importante obra “História da Instrução Pública em Goiás” elucida, com importantes informações, a situação cultural em Goiás, no que tange à escolarização da população e ao desenvolvimento do ensino escolar. Todo o contexto exposto em sua pesquisa revela que a educação escolar pública ou privada não foi acessível à maior parte da população do Estado até o fim da primeira metade do século XX, sendo que o panorama só foi se alterar – do ponto de vista quantitativo, a propósito de acréscimo na quantidade de escolas e matrículas - de maneira mais significativa, a partir da década de 1970.

Para se ter uma ideia do quão lento foi o processo de desenvolvimento do ensino escolar em Goiás, voltaremos um pouco mais no tempo. O padre Luiz Palacin e Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (2001: p. 73) revelam que havia em Goiás, apenas oito professores no fim do século XVIII e praticamente nenhuma escola, no sentido atual da palavra, sendo que a população de toda a província nesta época era estimada em 50.574 habitantes. Os autores atestam também que a instrução pública em Goiás só foi regulamentada em 1835, após a descentralização do ensino no Brasil, em pleno Período Regencial, com o Ato Adicional de 1834. Antes disso, havia apenas o ensino privado, mesmo assim, presente de maneira bastante escassa. Portanto, criado em 1846, o Liceu de Goyaz, situado na capital atendia apenas jovens pertencentes à elite e seus apadrinhados daquela região específica, não sendo, de modo algum, acessível a jovens de outras partes do estado.

Palacin e Sant’Anna registraram que o Liceu de Goyaz “não atendia os jovens do interior da província. Aqueles de maiores posses iam para Minas concluir seus estudos e os outros,

grande maioria, ficavam como tinham nascido: analfabetos; quando muito aprendiam as primeiras letras.” (PALACIN; MORAES, 2001: p.74)

A propósito, sobre os primórdios do ensino secundário público em Goiás, consolidado através do Liceu, única intuição pública de ensino em Goiás ao longo da segunda metade do século XIX, até 1929, a professora Miriam Bianca do Amaral Ribeiro também escreveu, em sua tese de doutorado:

A criação dos liceus no Brasil deu-se no contexto da aprovação do Ato Adicional de 1834, quando o governo imperial repassou a responsabilidade sobre a instrução pública primária e secundária às províncias, quase ao mesmo tempo em que criava o Colégio Pedro II que, como se viu, seria o referencial para o ensino secundário no País. O Liceu de Goiás foi o 17º a ser criado no Brasil, através da Lei n. 9, aprovada em 17 de junho de 1846, e o 12º a ser instalado, em 23 de fevereiro de 1847.” (RIBEIRO, 2011: p. 61 e 62).

Este panorama se refletiu no cenário completamente desfavorável à instrução da população ao longo das primeiras décadas do século XX. Promover a alfabetização e, mais ainda, o prosseguimento dos estudos em níveis mais avançados, mesmo que no escopo da educação básica, em Goiás, parecia ser uma barreira ainda intransponível, na virada do século, visto que em todo o Brasil, a realidade era difícil. Esta situação ainda se arrastaria por mais meio século, implicando na persistência de uma mentalidade de elitização do acesso ao ensino secundário, por exemplo. Os dados e considerações apresentados por Anísio Teixeira na célebre obra “Educação não é privilégio” nos ajuda a refletir sobre esta situação na qual a educação em Goiás se inseria nas primeiras décadas do século XX, ao informar que, no Brasil “tínhamos, em 1900, 9.750.000 habitantes de mais de 15 anos, dos quais 3.380.000 eram alfabetizados e 6.370.000 analfabetos. Em 1950, 14.900.000 eram alfabetizados e 15.350.000, analfabetos” (TEIXEIRA, 1957: p. 28-29). Conclui-se que, no transcorrer de cinco décadas houve a permanência de um sistema seletivo, que excluía grande parte da população já que, embora tenha diminuído o percentual de analfabetos, em face à totalidade da população, aumentou além do dobro o número absoluto de iletrados. Não obstante, o ano de 1950 marca o início do efetivo funcionamento do Ginásio Estadual de Campinas.

Considerando dados do IBGE, no início do século XX, de acordo com o Censo de 1900, 78,24% da população de Goiás era analfabeta. Em 1920, no entanto, registrou-se uma queda para 35,56% de analfabetos entre a população geral. Entretanto, se for considerada somente a parcela populacional composta por adultos e jovens a partir de 15 anos de idade, o percentual de analfabetos ainda continuava alto, atingindo 77%. Percebe-se, portanto, um princípio de mudança no perfil educacional no Estado, que atingiria sobretudo a população mais jovem, mas ainda excluía as possibilidades de acesso e, por conseguinte, avanço nos estudos para a maioria da população. Mas a que se deve este auspicioso indício do início de um novo momento da

educação do Estado, da qual o CEPPG, mais tarde se tornaria parte? Como este panorama do início do século que descrevemos afetaria a cidade/ bairro de Campinas?

Estudiosos da história da educação em Goiás concordam que este significativo princípio de mudança indicado pela redução dos índices de analfabetismo no Estado se deveu, em parte às ainda tímidas reformas promovida no orçamento destinado à educação pública estadual, com o surgimento de novas escolas e “grupos escolares” pelo território goiano e, sobretudo, pela ação educacional empreendida pela Igreja Católica, que, com certo ímpeto preenchia demandas e vazios não ocupados pelas instituições oficiais. Desta forma, constituiu especial papel neste contexto, a ação de congregações de missionários católicos de origem europeia que foram responsáveis pela fundação de escolas e o bispado de D. Emanuel Gomes de Oliveira, como já afirmamos. Portanto, todo este contexto teve forte implicação na vida cultural e na instrução formal proporcionada à população de Campinas na primeira metade do século XX, como detalharemos a seguir.

Embora, os números mostrassem certos avanços ao longo da primeira metade do século XX, mesmo que tímidos, a educação secundária continuava se mostrando intelectualista e acadêmica, distante da realidade da maioria das famílias, por possuir um caráter propedêutico ao nível superior, constituindo, portanto, uma etapa destinada às elites e excludente para o povo. Mesmo com as iniciativas de criação de cursos técnicos profissionalizantes, associados às etapas intermediárias da vida escolar, o nível médio, foi, por muito tempo, detentor de um caráter que pode ser considerado discriminatório, já que proliferavam as instituições privadas que detinham autorização oferecer este nível, incluindo aí as instituições religiosas, conforme mencionamos. Enquanto isso, as instituições públicas funcionavam com um secundário que não dava chances aos egressos de instituições primárias de qualidade inferior, primeiro pelos exames de seleção⁵⁰⁸ de alunos que eram praticados, segundo, pela grade curricular complexa e, para os padrões culturais da maioria da população, demasiada erudita, sobretudo após a

⁵⁰⁸ Em nível nacional, os exames de admissão foram introduzidos para o ingresso no Colégio Pedro II através do Decreto nº 4.468 de 1º de fevereiro de 1870 e regulamentados pelo Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Posteriormente, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, como parte da reestruturação, em nível nacional, do sistema educacional, conhecida como “Reforma Francisco Campos” estes exames tornaram-se obrigatórios nas escolas públicas de todo o Brasil. Esta determinação vigorou até o ano de 1971, quando houve uma nova “reforma”. Como constatamos, muitos estudiosos da educação brasileira concordam que os exames de seleção foram peça fundamental em um período histórico caracterizado pela restrição no acesso ao ginásio. A “Reforma Francisco Campos” estava inserida em um contexto de profundas mudanças pelas quais o país passaria a partir de 1930, principalmente em função do incentivo ao desenvolvimento industrial e urbano por parte das políticas do governo de Getúlio Vargas. Uma das implicações de tais políticas foi a intensificação da demanda por mão de obra minimamente qualificada, o que intensificou a procura por serviços educacionais. Os exames de admissão ao ginásio funcionaram, portanto, como uma barreira de acesso ao ensino secundário, visto naquele momento como preparatório para a formação superior.

Reforma Capanema, de 1942, que dividia o ensino secundário nas modalidades, clássica e científica.

Na década de 1970, as mudanças na legislação – ocorridas em 1971 e vigentes até 1982 - que instituíam a obrigatoriedade de os colégios públicos oferecerem cursos técnicos profissionalizantes associados à formação em nível médio, enfatizou ainda mais esta característica. Segundo entende o professor Nicanor Palhares Sá, o ensino público técnico profissionalizante “jamais logrou firmar-se dentro de uma linha de educação popular, senão como receptáculo daqueles que não deveriam continuar no nível superior.” (SÁ, 1982: p. 55).

Nesse mesmo sentido, Anísio Teixeira já havia constatado que,

enquanto se via uma “franca deterioração do ensino primário, com a deterioração do caráter seletivo da educação com a exacerbação do caráter seletivo da educação, no seu vezo de alguns privilegiados para o gozo das vantagens de classe e não o homem comum para sua emancipação pelo trabalho produtivo.” (TEIXEIRA, 1957: p. 33)

Portanto, na visão do grande educador e pesquisador, o ensino secundário foi, por muito tempo, mais procurado e desejado que o ensino primário, pois inspirava uma certa admiração proveniente do status a ele associado, já qualificava, ou em suas palavras “classifica” o aluno a o lança entre os “privilegiados e semiprivilegiados da nação”. A robusta pesquisa revelada por Teixeira nos anos 1950 nos leva à reflexão sobre como a sociedade brasileira lidava com a formação escolar na primeira na primeira metade do século XX. Apresentando dados da época em que escrevera o livro, ele primeiramente nos impressiona com os números que apontam uma considerável expansão da rede:

Existem 2.363 escolas de nível médio, sendo que 1.887 mantêm o curso secundário, 628, o comercial, 873, o normal, 86, os cursos industriais e 17, o curso agrícola. A matrícula geral é de 780.639, sendo 579.781 no secundário, 114.000 no comercial, 67.000 no normal, 19.000 no industrial e 1.200 no agrícola. Na primeira série encontram-se 180.000 no secundário, 24.000 no comercial, 24.000 no normal e 6.200 no industrial, ao todo 234.000, número equivalente aos dos que terminam o curso primário. (Idem, Ibidem: p. 33)

Mas são suas conclusões que nos apontam um valioso indício das razões para que a abertura de um novo Ginásio Estadual em Campinas na década de 1950 fosse celebrado como um grande feito político e usado como tal, já que um colégio era visto como uma oportunidade a mais para se obter o acesso ao admirado e socialmente valorizado nível médio, etapa obrigatória para as elites e vista como chance de ascensão social para as classes populares. Nas palavras do educador, “todas as cifras são reveladoras da preferência manifesta pelo tipo de educação verbal, decorativa, destinada a permitir a vida que não seja a comum do brasileiro e sobretudo em que não haja esforço manual. (Idem, Ibidem: p. 41-42)

Destarte, o ensino médio, assim como o superior, era naquele contexto, seletivo por natureza e isto revelava o grau de exacerbação a que chegava a busca por prestígio social em

detrimento da própria eficiência de um processo educacional prático, já que os cursos profissionalizantes industriais figuravam com menos de 3% da matrícula geral, o agrícola com 1,1% e o comercial com pouco mais de 14%. Conclui-se, portanto que, apesar da expansão da rede, o que a maioria ainda procurava era o curso secundário acadêmico, preparatório para o ensino superior.

Bibliografia:

- ARAUJO, Cyllenêo de (Leo Lynce). Poesias quase completas. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- ARTIAGA, Zoroastro. Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás. Tip. Triângulo, 1951.
- CAMPOS, Itaney Francisco. Notícias Históricas do Bairro de Campinas. Goiânia: Prefeitura de Goiânia – Assessoria Especial de Cultura, 1985.
- CARVALHO, João Ribeiro. 64 anos de apostolado em Goiás. Revista da Arquidiocese. Ano II, nº 14 – Abril-Maio, 1958.
- GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930). Orientadores Larissa Moreira Viana/ Thomas Fischer. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/ Universität Eichstätt-Ingolstadt, 2018.
- GOMES, Vanessa Carnielo Ramos. História e Memória Educacional em Goiás: “O Arcebispo da Instrução”, Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1922-1955). In: GOMES FILHO, Robson Rodrigues; SOUZA, Julierme Sebastião Morais (Orgs.). Anais do IV Simpósio Internacional (I Internacional) de História da UEG. Morrinhos (GO): Universidade Estadual de Goiás, 2015.
- MENEZES, Áurea Cordeiro. As Irmãs Franciscanas e a fundação do Colégio Santa Clara. Artigo in “O Popular”. Goiânia: 09/10/1977.
- MENEZES, Áurea Cordeiro de. O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás. Goiânia: edição da autora, 1981.
- PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. História de Goiás – 6ª Edição. Goiânia: Editora da UCG, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatay. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1999
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934). 2011. 350 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2011.
- ROCHA, Hélio. A gênese de Campinas. In: Campininha das Flores e sua História. Antônio Moreira da Silva e Ubirajara Galli (Org.). Scala Editora/ Instituto Cultural José Mendonça Teles, 2010
- SILVA, Henrique. Artigo in “Revista Brasil Ilustrado”. Rio de Janeiro, 1887.
- SÁ, Nicanor Palhares. Política Educacional e Populismo no Brasil. Cortez Editora/ Editora Autores Associados. São Paulo, 1982.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. Trindade de Goiás. Uma cidade Santuário – Conjunturas de um fenômeno religioso no Centro Oeste. 1976.

SIQUEIRA, J. Assuero. Pequena Corografia de Goiás. Imprensa Metodista, 1942.

SOUZA, Gabriel Elias Rodrigues de. Geografia, literatura e subjetividade – uma leitura sobre a cidade a partir do poema “Goiânia” de léo lynce. In: Estética, poética e narrativa: entre fluidez e permanência nas artes. Júlio César Suzuki e Adriana Carvalho Silva (Org.). Imprensa Livre. Porto Alegre, 2016.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1957.

A OFICIALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA: O LYCÊO DE GOYAZ

*Wellington Coelho Moreira*⁵⁰⁹

RESUMO: No período imperial consolidou-se no Brasil, a oficialização da instrução pública secundária através da inauguração dos liceus provinciais. Estes institutos absorveram as experiências educacionais anteriores a sua existência (aulas régias e aulas). Desde a reforma pombalina o estado brasileiro foi paulatinamente dando caráter plenamente público ao ensino secundário. O Lycêo de Goyaz foi instalado no ano de 1847 com a intenção absorver as aulas avulsas existentes e de promover novas aulas de caráter científico e humanístico. Para isso, ele foi instalado em um prédio público, pois anteriormente, as aulas secundárias eram dadas na casa de particulares (espaços privados). Os presidentes de províncias passaram a ser os responsáveis diretos por esta instituição. O ensino liceal passou por um processo de centralização e de organização nacional. No entanto, uma parte da historiografia tende a relatar a história do liceu como sinônimo de atraso e de ineficiência do poder público. Fato que não corrobora com a história do Lycêo de Goyaz.

Palavras-chave: Instrução pública, oficialização do ensino secundário, Lycêo de Goyaz, Historiografia.

O século XIX foi por excelência o século da instrução pública. Ao longo deste período, vários projetos educacionais foram propostos na Corte (RJ) e nas diversas províncias com o objetivo de dar uniformidade e centralidade ao ensino primário e secundário brasileiro. Dentre estas iniciativas destacam-se a criação dos liceus. Estes institutos foram engendrados para dar mais organicidade e eficiência à educação secundária. Os liceus herdaram e aprimoraram as

⁵⁰⁹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFG. (wellimoreira@hotmail.com). Orientando da Professora Doutora Maria da Conceição Silva. .

experiências educacionais anteriores a sua existência (aulas régias⁵¹⁰ e aulas avulsas⁵¹¹ ou aulas públicas). Destaca-se neste período, o modo como o estado assumiu plenamente a instrução pública secundária dando-lhe caráter de oficialidade. Neste sentido, os liceus tornaram-se sinônimos de grande desenvolvimento para o ensino secundário.

Ao contrário destas proposições, Fernando de Azevedo, discorreu sobre a organização do ensino no Brasil Império, intuindo que “a educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada” (1958, p. 76). Em sua visão, a expulsão dos jesuítas desorganizou por completo a educação, permanecendo esta situação por todo o período oitocentista. O resultado desta ação, segundo ele, foi à fragmentação do ensino primário e secundário (IDEM, 1958, p. 48-57). Deste modo, Azevedo construiu uma cisão histórica entre o período jesuítico e a experiência educacional promovida pelas aulas régias, pelas aulas avulsas e pelos liceus. Como consequência desta análise, parte do século XVIII, e todo o século XIX, foram lidos pelos enunciados da ineficiência e da desarticulação da educação. No entanto, tais modalidades de ensino foram criadas no Brasil com o intuito de se estabelecer um sistema educacional público e laico⁵¹².

Seguindo a linha de pensamento azevediana, Ricupero e Gall, descreveram que os períodos posteriores a expulsão dos jesuítas no Brasil, ocorrida no ano 1759, foram marcados por um completo abandono educacional. Segundo eles, este “pecado original”, desarticulou todo o processo de ensino existente no Brasil, mergulhando a instrução pública desta nação, ao longo dos séculos XVIII e XIX, em uma situação de descaso e atraso (2014, p. 9-11). Por sua vez, Marcílio, apesar de ter ressaltado que a reforma pombalina introduziu o ensino público em terras brasileiras, descreveu que esta mudança apenas construiu “um arremedo de sistema de ensino no Brasil” (2014, p. 21). Todas estas assertivas reproduzem o velho e conhecido *hiatus* azevediano (AZEVEDO, 1958, p. 61), pois destacam a existência de um “vácuo” histórico

⁵¹⁰ As aulas régias foram instituídas pelo Marquês de Pombal, a partir do ano de 1759, como uma tentativa de uniformização e de sistematização da instrução pública empreendida no reino de Portugal. O ensino foi retirado das mãos dos jesuítas, ficando a responsabilidade de sua promoção sob a tutela do estado. As aulas régias compreenderam basicamente as aulas de primeiras letras, também conhecidas como instrução elementar (ensino primário), e o curso de humanidades (ensino secundário).

⁵¹¹ As aulas avulsas, também denominadas por aulas públicas, foi o nome que sucedâneo às aulas régias após o advento da independência do Brasil (1822). A diferença entre estas modalidades de ensino público está relacionada aos responsáveis históricos pela educação em cada momento específico. No caso das aulas régias (1759-1822), a responsabilidade em gerir o ensino público competia ao rei de Portugal e a ao ministro nomeado por ele. Por sua vez, as aulas avulsas (1822-1889) o responsável era o imperador do Brasil e os presidentes de províncias nomeados por esta autoridade.

⁵¹² Laico no sentido de que o estado português e, posteriormente o imperador do Brasil, assumiu a responsabilidade promover a instrução pública, pois esta estava anteriormente sob a direção dos padres jesuítas, sendo, portanto, as diretrizes educacionais estabelecidas pelos representantes da Igreja Católica, e não dadas diretamente pelo rei de Portugal. Assim, deve-se compreender que esta nova propositura não promoveu a ruptura direta entre os poderes civis e eclesiásticos. Ambos eram aliados. A Igreja e o clero foram grandes difusores da educação nos períodos de colonização portuguesa e no período imperial.

relacionado ao ensino público primário e secundário, em parte do período setecentista e em todo o período oitocentista. O cerne deste “vazio” discursivo construiu a ideia do abandono completo da educação no século XIX.

Ao contrário destas visões historiográficas, que postulam o caos, a desordem e a anarquia educacional, durante o Período Imperial, é perceptível a presença de várias ações políticas e administrativas profícuas e duradouras construídas sob inúmeros debates, leis, projetos e reformas do ensino público, tanto a nível nacional quanto a nível regional. O tema da educação sempre esteve na pauta dos administradores públicos, sendo esta colocada como uma prioridade dos vários governos provinciais e, em particular, do governo imperial brasileiro.

Assim, em três de maio de 1823, Dom Pedro I, dirigiu-se à assembleia constituinte e legislativa daquele ano, com a finalidade de destacar as várias ações promovidas pelo estado brasileiro em favor da instrução pública, mesmo diante das limitações históricas e financeiras de seu tempo. Em seu pronunciamento, foi dada ênfase a necessidade de se criar uma legislação específica para a educação.

Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível, porém, necessita-se para isto de uma legislação particular. Fez-se o seguinte: comprou-se para o engrandecimento da biblioteca pública uma coleção de livros dos de melhor escolha; aumentou-se o número de escolas, e algum tanto o ordenado dos seus mestres, permitindo-se, além disso, haver um sem-número delas particulares: conhecendo a vantagem do ensino mútuo, também fiz abrir uma escola pelo método lancasteriano. (FALAS DO TRONO, 1977, p. 35)

Este documento destaca ainda outras ações empreendidas pelo imperador relacionadas ao Seminário de São Joaquim, à roda dos expostos e a criação de uma loteria com a finalidade de manter as obras educacionais e de misericórdia desta instituição religiosa. À assembleia legislativa foi solicitado o respaldo desta instituição sobre as atuações do imperador em relação ao ensino público, sendo ressaltado por Dom Pedro I, que o tema da instrução pública primária e secundária deveria merecer a plena consideração e atenção dos constituintes (IDEM, 1977, p. 35).

Não se pode negar que todas estas ações, ou parte delas, foram profícuas e que, estas ocorreram dentro dos limites e dos condicionamentos históricos da época. O que não se pode afirmar é que o governo imperial, e os presidentes de províncias, foram administradores totalmente omissos em relação ao desenvolvimento da instrução pública. As ações desenvolvidas pelos administradores públicos em relação à instrução visavam atender as demandas e as necessidades da sociedade em questão. Portanto, estes agentes públicos deram uma contribuição significativa para o desenvolvimento da educação tanto a nível nacional quanto a nível regional (CASTANHA, 2007, p. 368-370).

No entanto, toda crítica à historiografia consagrada deve ser contextualizada em sua especificidade. Do contrário, corre-se o risco de “demonizar” o passado histórico assim como aqueles que se dedicaram a escrevê-lo. A obra de Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, foi e continua sendo um escrito de fundamental importância para o conhecimento da história da educação brasileira. Embora nela existam possíveis “falhas”, como todo e qualquer escrito histórico, há indubitavelmente em seu corpo, um conhecimento positivo e válido sobre determinados assuntos referentes há um tempo históricos específico. Neste sentido, Castanha afirma que,

Não se pode esquecer de levar em conta o tempo e o espaço no qual Azevedo produz seu discurso histórico. Ele está localizado no auge do Estado Novo, e como um agente daquele Estado em construção releu a história da educação brasileira a partir da ótica de seu tempo, ou seja, pela perspectiva dos renovadores, da centralização posta em prática pelos escolanovistas. Ao ler as fontes do século XIX, Azevedo não levou em conta o contexto e simplesmente minimizou a importância da instrução elementar em virtude da descentralização estabelecida pelo Ato Adicional. Ao abordar o Império deu ênfase no ensino secundário e superior. Olhou para o passado imperial a partir da realidade de 1930-40, pois, seu objetivo era mostrar o progresso da cultura, enfatizando que as proposições defendidas pelo seu grupo eram as melhores para o País.” (2007, p. 97)

De acordo com Gondra, esta visão negativa da educação no século XIX, é resultado da forma como o período imperial foi descrito sob a ótica republicana. Na intenção de se afirmar um “novo” regime de historicidade cultural e educacional, optou-se por construir toda uma representação que desfigurou dos fatos relacionados à instrução pública primária e secundária.

Até recentemente, o século XIX se via representado pela historiografia como um tempo negativo, no qual pouco ou nada se fizera em termos de matéria educacional, pois os investimentos importantes estariam associados ao regime republicano, o tempo positivo. Via de regra, tal representação se encontrava associada ao próprio regime de historicidade em curso que, ao privilegiar determinados acontecimentos contemporâneos ou aproximados à perspectiva dos narradores, fazia dos mesmos uma espécie de *shifter* ou princípio organizador das narrativas, que possibilitava redigir uma história da educação no registro dos próprios eventos republicanos, de suas formas e de modo como a diferença nela comparecia e se via descrita em parte pelos sujeitos do enunciado. (2011, p. 13)

Assim, cabe ao historiador a tarefa de refutar e de apresentar outras possibilidades de leituras frente às assertivas educacionais que se apresentam como verdades prontas e acabadas, principalmente aquelas que configuram a educação imperial a partir do discurso da falta de recursos humanos, financeiros, materiais, espaciais, e até, organizativos (BARRA, 2011, p. 17-19; VALDEZ, 2011, p. 115-129). O acesso a determinadas fontes e documentos do século XIX, sob a guarda dos vários arquivos públicos presentes no Brasil e em Goiás, torna possível a elaboração de outras formas de leitura do passado histórico da educação nacional e regional.

Nesta perspectiva histórica, intui-se destacar o Lycêo de Goyaz⁵¹³ como uma instituição secundária sucedânea das experiências educacionais vivenciadas no Brasil desde os tempos de colonização portuguesa⁵¹⁴, em que o estado brasileiro foi paulatinamente demarcando os limites, as potencialidades e as estratégias do ensino secundário. No decorrer deste processo os representantes da coroa portuguesa e, posteriormente, do Brasil império, assumiram por completo as rédeas da instrução pública primária e secundária, dando a estes institutos caráter laico, público e estatal. Portanto, deve-se denominar como oficialização da instrução pública, a presença efetiva do estado como gestor, promotor e fiscalizador da educação ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Em termos gerais, a historiografia educacional propõe como marco inicial da instrução pública secundária a educação promovida pelos jesuítas desde a segunda metade do século XVI (AZEVEDO, 1958, p. 9-59; BRETAS, 1991, 16-30; MARCÍLIO, 2014, p. 3-16), desconsiderando deste modo, a presença de outras congregações religiosas no Brasil que contribuíram com este processo educacional, assim como a existência de outras formas educação dos povos pré-colombianos que aqui existiram (GEBARA, 2015, p. 139-156).

Fato é que os jesuítas detiveram durante um pouco mais de dois séculos, o controle sobre a educação em todo o território brasileiro (ensino primário, ensino secundário e catequese). Interessa aqui destacar que a Igreja Católica detinha em suas mãos a autoridade exclusiva sobre a instrução. A tutela exclusiva da educação era exercida pela autoridade da igreja e não pelos representantes do estado. Outro aspecto a ser ressaltado tange ao objetivo da formação. A prioridade para os padres jesuítas era a formação de sacerdotes (MARCÍLIO, 2014, p. 14) e, em segundo plano, ficava a formação do laicato ou dos homens públicos, que futuramente assumiriam as funções burocráticas do Estado brasileiro.

Em 1759, o Marquês de Pombal impôs uma ampla reforma educacional em Portugal e no Brasil, passando para o monarca português a responsabilidade de gerir o ensino primário e secundário. Contudo, não se trata de um processo profundo de laicização da instrução como

⁵¹³ Em respeito à grafia da época determinadas palavras e textos serão escritos *ipsis litteris*.

⁵¹⁴ Brasil de Colonização Portuguesa: “Os termos Brasil Colônia e Brasil Colonial são categorias de análise historiográfica e se baseiam no Estado do Brasil, referindo-se às colônias na América Portuguesa que formaram, em 1815, o Reino do Brasil. O processo de colonização durou da primeira metade do século XVI até a primeira metade do século XIX, tendo variações geográficas ao longo de seus quase três séculos de existência, como a existência do Estado do Maranhão, criado em 162, a partir da repartição norte da América Portuguesa, que foi incorporado ao Estado do Brasil em 1775. Portanto, o termo “Brasil Colônia” é anacrônico e meramente indicativo do período histórico colonial. Durante este período, nunca o atual território brasileiro teve o título ou designação oficial de “colônia”. Igualmente, nunca foram utilizadas outras designações hoje freqüentemente usadas como referência do “Brasil Colonial”, como “Principado do Brasil”, “Vice-Reino do Brasil” ou “Vice-Reinado do Brasil”. Durante o processo de colonização, o atual Brasil teve apenas duas designações oficiais: “Estado do Brasil” e “Reino do Brasil” (FOGUEL, 2016, p. 4-5). Deve-se também ser considerado que neste período de “descoberta” e exploração do Brasil, as populações que aqui existiam não tinham consciência (nem poderiam!) de serem membros efetivos de uma “colônia”, nem mesmo os portugueses usaram desta terminologia para deter minarem a exploração e o povoamento que aqui estabeleceram.

ocorreu na França a partir de 1789. A Congregação dos Padres Oratorianos ficou incumbida de promover o ensino público em nome do rei lusitano, em todos os domínios territoriais portugueses (ALVARÁ RÉGIO, 1830, p. 676). Porém, a partir da reforma pombalina, o Estado passou a ter a prerrogativa de autorizar a abertura de escolas, assim como a difusão, ampliação e fiscalização do ensino primário e secundário.

A reforma pombalina teve o mérito de estatizar a educação e de realizar mudanças profundas nos estudos de primeiras letras (ensino primário), nos estudos maiores (ensino superior) e nos estudos menores (ensino secundário). A educação passou a possuir um viés de *res publica*. A base da reforma dos estudos menores, implementada no ano de 1759, baseava-se, portanto, nas aulas de primeiras letras e de humanidades. Estas foram denominadas de maneira geral por aulas régias, sendo difundidas nas regiões mais populosas do extenso território brasileiro.

Criou-se também o cargo de diretor de estudos com a função de planejar, executar e controlar os professores na metrópole e nos demais territórios conquistados por Portugal. Sob a responsabilidade deste diretor estava a promoção de exames públicos para a seleção dos professores régios e o credenciamento dos mestres particulares (IDEM, 1830, p. 675). Todas estas modalidades de ensino estavam subordinadas diretamente ao poder estatal, órgão responsável pela organização e pela gerência da instrução pública e privada.

Com o advento da Independência, ocorrida no ano de 1822, várias mudanças foram desenvolvidas pelo governo central brasileiro na administração pública. As capitanias tornaram-se províncias subordinadas diretamente à figura do imperador, ficando a educação sob a responsabilidade direta dos presidentes das províncias. Estes, por sua vez, agiram em consonância com as diretrizes educacionais estabelecidas pelo poder imperial. Estabeleceu-se um sistema de ensino centralizado e controlado a nível nacional (CASTANHA, 2007; HAIDAR, 2008). As aulas régias adquiriram uma nova denominação e estruturação. Elas receberam a nomenclatura de aulas públicas ou de aulas avulsas, e a responsabilidade e desenvolvimento desta modalidade de ensino era de competência do imperador. Como herdeiras das aulas régias, as aulas avulsas mantiveram as mesmas características da modalidade de ensino antecedente.

Não havia nestes tempos prédios próprios para o exercício das atividades escolares. Estes só vieram a surgir no final da segunda metade do século XIX. As aulas públicas eram ministradas por um único professor, em geral, em uma casa alugada para tal finalidade. Parte da residência do professor era reservada para o espaço escolar.

Era uma instituição isolada, de um só mestre, recebendo diariamente na própria casa em que residia uma ou duas dezenas de discípulos. Desta casa, em geral, pequena e modesta, o mestre reservava a melhor e a maior sala, quase sempre a de visitas, para ali instalar sua mesa de mestre e alguns bancos toscos para os alunos. Era exigência das autoridades do ensino que o mestre residisse em sua própria “Aula”, isto é, que ministrasse o ensino em sua casa de morada. E como o mestre não tinha casa, por não poder comprá-la (a não ser que tivesse outro bom emprego, ou herança) quase sempre residia em casa alugada, pequena e de aluguel módico. Sucedia às vezes que uma casinha qualquer, disponível era cedida pelo proprietário abastado, para que nela o mestre “abrisse sua Aula” prestando generosamente um serviço à comunidade. (BRETAS, 1991, p. 71)

Esta descrição escolar fornecida por Genesco Bretas traz algumas informações peculiares sobre o espaço escolar da instrução pública secundária e primária. Embora as aulas fossem públicas, isto é, autorizadas e controladas pelo Estado elas aconteciam em um recinto privado, isto é, na casa do professor. Público (sala-escola) e privado (demais dependência da casa) se imbricavam neste tipo de casa-escola. Normalmente, os espaços privados da casa também eram usados pelos alunos como, por exemplo, a casinha-banheiro, ou a cozinha para tomar água no pote. O quintal também podia ser utilizado para a recreação ou mesmo para se comer uma fruta colhida diretamente de uma árvore frutífera durante o intervalo das aulas. Eram situações possíveis e corriqueiras que podiam acontecer quando a escola e a casa se confundiam como um único espaço.

Outro aspecto destacado por Bretas consiste no significado da palavra aula a partir do contexto histórico dos séculos XVIII e XIX. Na atualidade, aula é comumente conhecido como a exposição temática de uma determinada área de conhecimento, feita por um professor, sendo esta direcionada a um ou mais alunos. Todavia, aula nos períodos acima designados tinha o sentido de escola, em que um único professor lecionava vários conteúdos escolares de áreas diferentes, tanto no período matutino quanto vespertino.

Poder-se-ia ainda dizer que, este mestre⁵¹⁵ ou professor possuía outros ofícios que iam além da responsabilidade dar aula ou ensinar um determinado conteúdo. Ele era o responsável pela organização e estruturação da sua escola-residência em todos os seus aspectos físicos e móveis. Competia-lhe ainda o conhecimento e a aplicação de um método de ensino no desenvolvimento das aulas, a distribuição das disciplinas e das turmas de acordo com o adiantamento dos alunos, o estabelecimento dos horários das aulas, a conferência e o registro diário da frequência dos alunos, entre outros aspectos. Todas estas informações eram repassadas à autoridade pública, que lhe exigia zelo e dedicação no exercício de sua função de mestre-

⁵¹⁵ Mestre: esta terminologia em geral designava os professores de primeiras letras, que comumente aprenderam a arte de seu ofício pela prática rotineira de acompanhar outro mestre ou professor em uma determinada casa-escola em que este lecionava (cf. Shueler, 2005, p. 334).

professor. Embora o estado fosse o gestor da instrução pública era o mestre ou o professor quem determinava quais ações e medidas seriam tomadas em sua escola-casa.

Todo este conjunto de situações e características escolares sofreu uma profunda mudança a partir do Ato Adicional de 1834. As províncias brasileiras e, em particular, a Província de Goiás, instalaram em suas respectivas capitais institutos de Instrução Pública Secundária, conhecidos como liceus, colégios e ateneus. As diversas aulas avulsas foram alocadas em um único lugar com a finalidade dar mais organicidade e desenvolvimento à instrução pública secundária. O Estado imperial assumiu por completo as rédeas do ensino liceal alojando tais institutos em edifícios públicos ou, melhor dizendo, em espaços reservados dentro de departamentos do Estado, com a finalidade de oficializar (estatizar) as aulas secundárias.

Desse modo, quando foram criados os liceus, estes reuniram, organizaram e complementaram, com outras matérias, as Aulas Avulsas que deixaram de ser isoladas. Assim sendo, os liceus estavam mais aptos para responderem às demandas de escolarização, assentadas em novos estudos científicos e de línguas modernas, que passaram a serem requisitos para a preparação aos estudos superiores. (FERRONATO, 2012, p. 45)

Fato é que as aulas avulsas, também conhecidas como aulas públicas, foram absorvidas pelos liceus. As aulas secundárias que permaneceram fora do instituto liceal foram sendo extintas paulatinamente. Os liceus foram instalados em prédios da administração pública das províncias, diferentemente das aulas avulsas que eram ofertadas nas casas dos professores ou em determinados recintos alugados para esta finalidade. Pouco a pouco, o “governo da casa” foi cedendo lugar para o “governo do estado”. Esta ação governamental provocou uma modernização significativa para o ensino secundário. O recinto escolar, assim como, o professor, foram retirados do espaço privado e colocados em um lugar público de controle o estatal. Com isso ampliou-se o papel do estado no desenvolvimento da instrução pública secundária (IDEM, 2012, 54-56).

Nesta ótica de oficialização da instrução pública secundária, foi criado o Lycêo de Goyaz, pelo então presidente da província, Joaquim Ignácio de Ramalho, que em 17 de junho 1846, sancionou a lei nº 9, centralizando nas mãos do estado a responsabilidade de ser o único gestor do ensino liceal.

Art1º - Ficão creadas na Capital d'esta Provincia uma Cadeira da Lingua Francesa, outra de Rhetorica e Poetica, e outra de Geografia Historia, que serão reunidas as de Gramatica Latina, Geometria, e Filosofia Racional, e Moral, com a denominação de Lycêo da Provincia de Goyaz. (LEI, 1846)

Esta instituição de ensino não se resumiu em uma reunião de “um punhado de aulas avulsas” como é ressaltado por alguns historiadores (HAIDAR, 2008, p. 21). Ao contrário, novas aulas de fundamentação humanística e científica foram criadas e incorporadas a este instituto dando ao ensino secundário goiano um novo horizonte curricular. Como pode ser observado acima, foram criadas três novas cadeiras (Língua Francesa, Retórica e Poética e Geografia e História). Estas foram reunidas as outras três outras cadeiras existentes na capital da província (Gramática Latina, Geometria, Filosofia Racional e Moral). Logo, o que se denomina por liceu é o conjunto de aulas (escolas) agrupadas em um único local, sob o controle de um diretor geral de estudos, auxiliado por um secretário escolar.

A criação do cargo de diretor do liceu fundamentou-se pelo processo de institucionalização e de estruturação pelo qual passou esta instituição. Além de reunir as cadeiras secundárias já existentes e, as que foram criadas, em um único local, o instituto liceal goiano foi dirigido por um diretor de ensino, conforme o artigo nº 6, da lei de nº 9, de 17 de junho de 1846. “Haverá um Director com o vencimento de 400\$000 Reis anuais, da livre nomeação do Govêrno da Provincia que terá ao seo cargo, alem da direcção do ensino as incumbências, que o Governo julgar necessárias” (LEI, 1846). Este cargo era de livre nomeação do presidente da província. A ele competia a função de “fiscalizar diariamente o funcionamento das cadeiras, para verificar se ‘professores e alunos estavam cumprindo seus deveres’” (BRETAS, 1991, p. 211).

Além disso, o poder governamental detinha a prerrogativa de atribuir as obrigações e direitos a serem exercidos por todos os funcionários do liceu, determinado previamente por regulamento. Deste modo, o estado oficializava tudo o que correspondesse para o bom desenvolvimento do ensino secundário, sendo ele o seu gestor máximo.

Art. 9º - As attribuições do Director, as obrigações, e direitos dos Professôres e tudo o mais quanto convier, para o bom regime dos Lycêo, serão interinamente determinadas nos Regulamentos, que o Presidente da Provincia deve dár, os quaes ficam dependendo a approvação da Assembléa. (LEI, 1846)

Logo, o Lycêo de Goyaz se definiu pelo conjunto dos seguintes fatores: aulas centralizadas em um único prédio público, direção com responsabilidade de fiscalizar as aulas e subordinação direta do liceu e de seus funcionários ao presidente da província. Sob a tutela e a organização do Estado, foram estruturadas as aulas deste instituto, de acordo com os condicionamentos financeiros da época. Este processo de oficialização da instrução secundária teve por objetivo principal a fiscalização de docentes e discentes, o controle sobre os conteúdos ministrados nas salas de aula, a definição e a regularidade dos horários de aulas e a formação humanística e científica dos alunos.

Dada a urgência e a necessidade de abertura do liceu na cidade de Goiás, foi determinada a máxima urgência em sua inauguração, ficando a cargo do presidente da província a escolha apropriada deste local. “Art. 7º - O Presidente da Província escolherá o local, em que se hade estabelecer o Lycêo, e poderá despender pela quota das eventuais, a quantia que for necessaria afim de ser instalado com abrevindade possível” (LEI, 1846). Em 23 de fevereiro de 1847, o Lycêo de Goyaz foi inaugurado, sendo este instalado em três espaços do prédio da fazenda provincial.

Aos vinte e tres dias do mez de fevereiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e sette vigesimo sexto da Independencia, e do Imperio, nessa cidade de Goyaz, Caza da Thesouraria, onde presentes se achavão os Excelentissimos Sñrs. Prezidente da Província, e o de Mato-Grosso, que se dignou assistir á este Acto, e o Exmo e Reverendissimo Sñr. Bispo Diocezano, e clero, os Vice-Prezidentes, os Chefes das Repartições de Fazenda Geral, e Provincial, A Camara Municipal, as authoridades Judiciarias e Policiaes, o Director e Professores do Lycêo destas mesmas cidades, hum grande concurso de pessoas gradas, e notaveis na Capital: pelo Director do Lycêo foi dito, e declarado, que em virtude da Ley nº 9 de 20 de junho do ano passado, e em cumprimento ás ordens do Exmo. Snr. Prezidente da Província de doze do corrente mes ficava installado, e aberto o Lyceo de Goyaz P^a. dar principios aos seos trabalhos litterarios. E para constar, mandou lavrar o prezente termo, que vae assignado pelas authoridades assim mencionadas; e por mim Vicente Moretti Foggia Professor de Arithmetica, e Geometria, e Secretario do Lyceo, que o escrevi. (TERMO DE INSTALAÇÃO, 1847, p. 1-2)

Este documento apresenta uma informação de fundamental importância para o conhecimento da nova estruturação do ensino secundário. Talvez não tão perceptível na fonte acima, ou às vezes, pouco destacado pela historiografia, mas a figura do secretário do liceu é essencial para se conhecer como foi o desenvolvimento do processo de oficialização dos institutos liceais. Ele era a pessoa encarregada pela administração e organização plena dos serviços da secretaria. Relatórios, atas de reuniões, matrículas, ofícios dirigidos à administração pública, comunicados, registro de pagamentos efetuados pelos pais de alunos, registro de ponto de professores e alunos, entre outras funções estavam ao seu encargo. Criou-se toda uma burocracia necessária para o bom andamento das atividades escolares do Lycêo de Goyaz. Cada ação do secretário sintetizava a formalização e a estatização do ensino público secundário.

Sobre a instalação do Lycêo de Goyaz em três espaços da fazenda imperial, não se pode dizer que esta ação foi resultado de um imprevisto ou de uma ação equivocada do governo provincial. É muito comum na historiografia tradicional o registro e o destaque negativo aos muitos “problemas” passados pelo liceu em seus primeiros anos. Dentre estas produções, pode-

se citar o livro *História da Instrução Pública em Goiás*⁵¹⁶, escrito por Genesco Ferreira Bretas⁵¹⁷.

Segundo Bretas, o presidente Joaquim Ignácio de Ramalho defrontou-se com três grandes “problemas” iniciais para a instalação desse estabelecimento de ensino: a nomeação do diretor e dos professores, a organização dos estatutos e a escolha de uma casa apropriada para sediar o Liceu. Mas, seriam de fato estas situações problemas ou ações inerentes à criação desta instituição pública? O mesmo autor parece mostrar o oposto de sua proposição. Apesar de destacar negativamente os primeiros anos do Lycêo de Goyaz, Bretas afirmou que este instituto foi instalado com brevidade, sendo seu estatuto aprovado em pouco tempo. Salientou ainda a celeridade do governo no provimento das aulas do liceu, que foram dispostas em três salas da Casa da Tesouraria, na Praça do Palácio Provincial (1991, p. 211-215).

Embora houvesse dificuldades reais a serem sanadas, inclusive financeiras, foi possível prover todos os cargos para que aulas pudessem ser iniciadas. Foi disposto emergencialmente todo o mobiliário para as salas de aula e para os serviços de direção e secretaria. Tudo isto funcionando na tesouraria provincial, pois não havia prédios públicos disponíveis especificamente para o ensino secundário (1991, p. 2013). As aulas que antes eram ministradas em vários espaços diferentes, isto é, nas residências dos professores, agora se encontravam reunidas e providas em um local oficialmente público.

Em falta d’um edificio com capacidade sufficiente se acha este Estabelecimento provisoriamente trabalhando nos repartimentos inferiores da Caza da Thesouraria, que não têm destino especial. Tres salas foraõ preparadas com moveis indispensáveis ao serviço da Aula do Licêo, bem como uma Secretaria para o seo expediente. Tudo se fez com a possivel economia. Naõ podendo entrar em duvida a necessidade desta instituiçaõ, força he, que habeliteis ao Governo com as quantias precisas para compra d’hum Edificio para os trabalhos do Licêo, por naõ haverem proprios Provinciaes em que seja estabelecido. (RAMALHO, 1847, p. 17-18)

O presidente Joaquim Ramalho foi enfático em sua mensagem dirigida à assembleia provincial. O liceu foi instalado na tesouraria pela falta de um edifício com capacidade suficiente para abrigar as aulas deste instituto. Logo, este órgão oficial dispunha de certo espaço

⁵¹⁶ “Trata-se de um material eminentemente descritivo, que cumpre uma tarefa monumental e necessária, a partir da qual outros pesquisadores podem construir seus recortes e verticalizações. O estudo impressiona pela riqueza documental pelo detalhamento as informações e pelo rigor no tratamento dos dados. Muitos documentos estão localizados, tratados e registrados pelo pesquisador não se encontram mais nos arquivos citados como fonte.” (RIBEIRO, 2014, p. 21)

⁵¹⁷ Genesco Bretas foi professor da Faculdade de Educação da UFG e pioneiro na implantação dos cursos de educação na Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Católica de Goiás (UCG). Seu escrito sobre a história da instrução pública em Goiás é sem sombras de dúvidas uma referência, pois este representa uma síntese e um estudo muito bem elaborado da história da educação goiana desde o século XVIII. Todavia, a abordagem de seus recortes está fortemente associada “à escolarização patrocinada, mantida e subvencionada pelo estado” (GONDRA, 2011, p. 15). Portanto, este autor direciona um olhar negativo, sobre grande parte de sua temática, ao discorrer sobre a instrução pública primária e secundária goiana.

“suficiente” para que o instituto liceal ali funcionasse. Segundo o mesmo documento, não havia dúvidas sobre a necessidade do liceu, bem como em relação ao local escolhido para o seu funcionamento. As salas disponibilizadas atendiam as necessidades imediatas desta nova instituição de ensino.

Não foram os condicionamentos históricos existentes que definiram a instalação do liceu, mas a vontade dos administradores públicos em superar estas limitações em função de um bem maior. Diante das dificuldades, próprias do momento, as soluções encontradas foram para evitar o adiamento da instalação da primeira instituição de instrução secundária da província de Goiás.

Percebe-se assim que o liceu não foi obra de um acaso ou de uma improvisação político-pedagógica. Ele foi pensado e criado como uma instituição, portanto, instalado em uma repartição pública sinalizando deste modo a presença efetiva do Estado em todo o seu arcabouço educacional e estrutural. As salas dispostas pela tesouraria para as aulas do liceu atenderam plenamente as finalidades para quais elas foram destinadas.

Obtidos dois cômodos (uma varanda e uma saleta), Ramalho faz acrescentar um outro, também contíguo, onde funcionava a repartição dos Correios, que o presidente manda transferir para um outro local vizinho. Três salas eram o bastante: nelas funcionariam três cadeira no período da manhã, e as três restantes no período da tarde. Não se pensava em instalações especiais para a Diretoria e a Secretaria. Seu pequeno expediente seria feito em casa mesmo ou em umas das salas, em horário vago. (BRETAS, 1991, p. 213).

De acordo com Bretas, havia em uma das salas inferiores da tesouraria da fazenda, que foi repassada para o liceu, a repartição do correio provincial. O que fazia este órgão estatal em um prédio público “totalmente alheio” a sua função? Não parece ser apropriado denominar este fato histórico específico por “ato de improvisação” do governo. Poder-se-ia dizer, com base nos documentos acima apresentados, que era costume da época alocar determinados serviços em único lugar, aproveitando para isso salas vagas ou disponíveis, de acordo com a compatibilidade de órgãos diferentes que pudessem exercer suas funções um mesmo lugar.

Como afirmou Joaquim Ramalho, o liceu não tinha um lugar específico para exercer as suas atividades escolares. Inclusive, ele não se furtou em dizer que havia a necessidade desta instituição ter um lugar próprio (1847, p. 18). Mas a princípio as três salas da tesouraria foram suficientes. Seguindo a lógica de organização da instrução pública secundária, anterior aos liceus, as aulas avulsas, não seria ilógico dizer que, de início, o uso de salas e não de um prédio, atendeu as expectativas e as necessidades imediatas para o bom funcionamento do Lycêo de Goyaz. Afinal as aulas do ensino secundário eram lecionadas em “salas”, instaladas em residências particulares, sendo que, com a inauguração desta instituição, elas foram transferidas

para três “salas” de um prédio público. Mesmo com a inclusão de três novas modalidades de aulas, as salas da fazenda provincial foram suficientes para esta finalidade e utilizadas durante longo tempo da história do liceu (1847-1867).

O lugar de relevância do liceu goiano ou, a sua casa definitiva, foi somente confirmado no ano de 1867, ou seja, vinte anos após a fundação deste instituto. Embora tivesse um local para serem instaladas as suas dependências, na casa de Corumbá, houve um imbróglio que se arrastou durante longos anos. Falecido em 29 de maio de 1850, no Rio de Janeiro, João Gomes Machado Corumbá, deixou registrado em cartório na Cidade de Goiás, um testamento, no qual constituiu a nação brasileira a sua universal herdeira. Determinou o mesmo que o cabedal de sua herança fosse entregue ao ministro da instrução pública, o qual ficou o encargo de promover nesta capital ou na Vila de Santa Cruz⁵¹⁸, sua terra natal, uma aula de geometria, podendo ainda ser em ambas as cidades (MORAES, 1914, p. 3). O provimento desta cadeira constituir-se-ia ser em todos os seus aspectos, inclusive com a disponibilização do edifício que foi deixado por ele para esta finalidade.

O cabedal que houver será entregue ao Ministro do Imperador, e do Imperador macho ou fêmea somente, nunca do Regente, o qual Ministro for o da Instrução Publica e será constituído Capital em renda, e esta applicada para a propagação da Geometria na Provincia de Goyaz, ou nesta cidade, ou na Villa de Santa Cruz, onde nasci, e podendo ser em ambas as partes. – O ensino se fará sobre a immediata direcção do dito Ministro, salvo se uma Lei sancionada pelo Imperador mudar esta direcção. (CORUMBÁ, *apud* MORAES, 1914, p. 15)

João Gomes Machado Corumbá foi o grande responsável pelas instalações físicas do Lycêo de Goyaz, em maio de 1867. A doação deste imóvel, repassada posteriormente a sua morte, para abrigar esta instituição estava condicionada por destinação testamentária, para ser usada exclusivamente a serviço da instrução pública secundária. O empenho desse professor em prover a aula de geometria serviu para colocar esta modalidade de ensino, juntamente com outras cadeiras que compunham o liceu, em um lugar de destaque. Pode-se ainda especular que a cadeira de geometria, garantida pela herança de Corumbá, constitui-se como um avanço para a área de estudos científicos.

Apesar da conquista histórica de um espaço específico para o ensino secundário, Genesco Bretas teceu duras críticas a vida, a obra e aos serviços prestados por Corumbá (1991, p. 195-204). O posicionamento deste pesquisador em relação à figura de Gomes Machado foi duramente criticado por Santos, que salientou vários aspectos positivos da carreira desta figura significativa para a história do Lycêo de Goyaz (2016, p. 91-92). Contudo, deve-se

⁵¹⁸ Hoje, cidade de Santa Cruz de Goiás.

compreender que Bretas, assim como Fernando de Azevedo, é fruto de um tempo histórico específico e o modo como este discorreu sobre os fatos educacionais seguiram os padrões científicos de sua época. Não se trata de erro ou de má intenção, mas de uma forma de olhar para o passado de acordo com as ferramentas disponíveis. Isto não tira a validade do trabalho primoroso de Bretas.

Em 1867, finalmente o Lycêo de Goyaz oficializou definitivamente o seu prédio escolar. O então presidente da província, Augusto Ferreira França, confeccionou um projeto de expansão do edifício para melhor abrigar as aulas e os trabalhos da direção e da secretaria (1867, p. 58). Por sua vez, o vice-presidente, João Bonifácio Gomes de Siqueira, transferiu o liceu da tesouraria para a casa de Corumbá, mesmo com a casa em reparos (1867, p. 6).

O liceu sempre esteve na pauta dos administradores que destacaram a sua importância para o desenvolvimento da instrução pública. Ele foi apresentado nos diversos documentos oficiais como o lugar das “luzes propagadas”, freqüentado por “jovens talentosos”, dada a importância deste “estabelecimento literário” de ensino em relação ao objetivo para o qual ele foi criado: preparar alunos para o ensino superior, prioritariamente, para os cursos de direito e de medicina na Corte ou em outras capitais do império com faculdades regulares.

Para se ter acesso às faculdades era obrigatória a prestação de exames parcelados junto às academias imperiais. Para tanto, muitos alunos oriundos das diversas províncias brasileiras se deslocavam para os locais em que havia cursos preparatórios para os candidatos ao ensino superior, com a finalidade de adquirirem os conhecimentos necessários para a prestação de exames. Os liceus também forneciam estes conteúdos através de seus cursos regulares, porém, as aulas e os conteúdos nele ministrados não garantiam o acesso ao ensino superior. Ao longo de todo o século XIX, somente o Colégio de Pedro II possuía o reconhecimento das aulas de sua grade curricular e os alunos desta instituição tinham acesso direto às faculdades, caso concluíssem todas as disciplinas. Daí resultou o abandono das aulas dos liceus e/ou o diminuto número de alunos nos institutos de ensino secundário das províncias.

Apesar desta prerrogativa, o Colégio de Pedro II foi fortemente influenciado pelos conteúdos obrigatórios dos exames parcelados. Segundo, Haidar, inúmeros alunos deste colégio abandonaram o curso regular desta instituição para prestarem exames, tendo em vista o ingresso rápido nas faculdades do império (2008, p. 13, 137). Obviamente que os professores deste colégio adotaram os livros com os respectivos conteúdos exigidos nos exames. Tais manuais foram utilizados também pelos liceus provinciais. Daí resulta a afirmação da influência (in)direta do Colégio de Pedro II ou, como dizem vários historiadores, de seu posto de referência nacional, nos conteúdos do ensino secundário provincial.

Em Goiás, como em outras províncias brasileiras, os alunos secundaristas preferiram as aulas cujos conteúdos os possibilitariam prestar exames para o ingresso no ensino superior. Outros optaram em realizar estes exames nas províncias que tinham faculdades. É a partir deste contexto histórico que os relatórios provinciais devem ser lidos quando se referem ao baixo número de alunos em algumas aulas do liceu, ou ainda, quando destacam que as aulas de latim e francês tinham maior procura do que outras.

Como instituição secundária oficial do estado, o Lycêo de Goyaz franqueou o acesso ao ensino público secundário aos estudantes provindos de camadas sociais abastadas, quanto também de famílias menos privilegiadas desta província (GOMES, 1851, 32-33; MACHADO, 1855, 23-24; 1858, p. S¹ - 7). Os diversos liceus brasileiros foram escolas secundárias compostas por um corpo de alunos de camadas sociais diferentes, possuindo deste modo, classes de discentes totalmente heterogêneas (IDEM, 1858, p. S¹ - 8). Gondra e Schueler chamam a atenção do pesquisador para a variedade de instituições existentes no século XIX, incluindo os liceus, que foram pensadas como instituições heterogêneas voltadas para o atendimento de todo o corpo social (2008, 11-13).

O processo de institucionalização do liceu favoreceu de certo modo que estudantes de camadas sociais diferentes tivessem acesso ao ensino secundário. Ali estudavam tanto alunos que desejavam seguir os estudos e, portanto, utilizaram o liceu como meio de acesso ao ensino superior. Como também, outros tantos alunos freqüentavam este espaço na intenção de ascenderem socialmente, assumindo funções e cargos na administração pública, sem almejar as carreiras liberais. Deste modo, pode-se afirmar que os liceus não se constituíram necessariamente como a antessala do ensino superior.

Todo este conjunto de fatores educacionais relacionados à instrução pública, ocorridos na Província de Goiás, ao longo dos séculos XVIII e XIX, retrata a validade do processo de oficialização do ensino secundário por parte do estado brasileiro. As muitas iniciativas do poder público em gerir o ensino secundário contribuíram enormemente com o seu desenvolvimento. Embora tenham existido muitos limites, inclusive financeiros, o estado, através de seus representantes, não se omitiu em contribuir para o bom desenvolvimento das aulas secundárias. Neste sentido pode-se evidenciar que o Lycêo de Goyaz, assim como todos os demais liceus brasileiros, foi modelado a partir do pleno desenvolvimento da instrução pública secundária, desde os tempos das aulas régias, perpassando pelas aulas avulsas. A somatória destas experiências impulsionou, no século XIX, a oficialização do ensino liceal pelo estado.

Mas afinal, para que se oficializou o ensino secundário em Goiás? Para regulamentar a sua vida cotidiana, as suas ações e o seu significado como instituição pública mantida pelo estado. A sua proximidade com o poder local, ou, com as estruturas de poder demonstra a

importância que se pretendeu dar a esse instituto liceal (FERRONATO, 2012. p. 116). Por foi instalado na capital da província, ocupando um papel central e significativo na história do ensino secundário goiano.

Toda esta trajetória confirma que o liceu não foi resultado de um acaso ou de uma improvisação como requer parte da historiografia tradicional. Aliás, sua história, estruturação e estatização foram legitimadas por um processo dinâmico e paulatino do ensino secundário. Esse percurso merece ser investigado mais apuradamente. Sempre haverá trilhas e atalhos, pontos e nós a serem decifrados no emaranhado da história do Lycêo, cravado no centro e na história das terras de Goyaz.

FONTES:

ALVARÁ RÉGIO. 28/06/1759. 1830. In: *Collecção da Legislação Portuguesa: Legislação de 1750 a 1762*. p. 673-675. http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=105&id_normas=30698&acao=ver. Acessado em 18/04/2017.

CERQUEIRA, Francisco Januario da Gama. *Relatório à Assembleia Legislativa de Goyaz*. 20/03/1858. Typographia Provincial. p. S 1 – S 11. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>. Acessado em 18/09/2015.

FRANÇA, Augusto Ferreira. *Relatório à Assembleia Legislativa de Goyaz*. 29/04/1867. Typographia Provincial. p. 58. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>. Acessado em 18/09/2015.

GOMES, Antonio Joaquim da Silva. *Relatório à Assembleia Legislativa de Goyaz*. 01/05/1851. Typographia Provincial. p. 27-33. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>. Acessado em 18/09/2015.

FALAS DO TRONO: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Instituto Nacional do Livro. 1977.

LEI DE CRIAÇÃO DO LICEU. 17/06/1846. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Organizadora). *Documentos de História da Educação de Goiás*. Goiânia: REHEG. 2012. v. 1. (CD).

MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Relatório à Assembleia Legislativa de Goyaz*. ??/??/1855. Typographia Provincial. p. 22-25. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>. Acessado em 18/09/2015.

MORAES, Jeronymo Rodrigues de. *Herança do Dr. Corumbá*. Rio de Janeiro: ????. 1914.

RAMALHO, Joaquim Ignacio. *Relatório à Assembleia Legislativa de Goyaz*. 01/05/1847. Typographia Provincial. p. 15-19. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>. Acessado em 18/09/2015.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Cultura histórica e história ensinada*. Goiânia: Editora da UFG, 2014.

SIQUEIRA, João Bonifácio Gomes de. *Relatório à Assembleia Legislativa de Goyaz*. 01/09/1877. Typographia Provincial. p. 4-6. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>. Acessado em 18/09/2015.

TERMO DE INSTALAÇÃO. In: *Termo de Instrução do Lyceu*. 23/02/1847. (documento manuscrito – livro). p. 1-2. Cidade de Goiás: Museu das Bandeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. Tomo Terceiro. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. *Estudos de História da Educação de Goiás*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011, p. 17-19.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1991.

CASTANHA, André Paulo. *O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?* (Tese de Doutorado). 2007. Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2437?show=full>. Acessado em 22/09/2015.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. (Tese de Doutorado). 2012. Universidade Federal da Paraíba. <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4672/1/arquivototal.pdf>. Acessado em 02/02/2015.

FOGUEL, Israel. *Brasil: Colônia, Império e República*. São Paulo: Clube de Autores, 2016.

GEBARA, Ademir. Educação, Civilização e Fronteira. In: FURTADO, Alessandra Cristina; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Organizadoras). *História da Educação do Centro-Oeste: Instituições Educativas e Fronteiras*. Cuiabá: EDUFMT, 2015.

GONDRA, José Gonçalves. Gradientes da História. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Organizadora). *Estudos de História da Educação de Goiás*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011, p. 13-15.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota de. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. São Paulo: EDUSP, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Braudel / Imprensa Oficial do Governo de São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Cultura Histórica e História Ensinada*. Goiânia: Editora UFG, 2014.

RICUPERO, Rubens; GALL, Norman. Apresentação. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Braudel / Imprensa Oficial do Governo de São Paulo, 2014.

SANTOS, Alessandra de Oliveira. “Entre afirmações e caos: Lyceu de Goyaz e a instrução secundária oitocentista”. (Dissertação de Mestrado). 2016. Universidade Federal de Goiás. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6670>. Acessado em 10/08/2016.

SCHUELER, Alessandra Frota de. *De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial*. Revista Educação. n. 2. Porto Alegre, p. 333-351, Maio/Ago. 2005. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/421/318>. Acessado em 06/05/2016.

VALDEZ, Diane. Livros para o expediente das aulas primárias na Província de Goiás (1850-1890). In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Organizadora). *Estudos de História da Educação de Goiás*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011, p. 115-129.

A RESGATANDO A HISTÓRIA DO SANATÓRIO EURÍPEDES BARSANULFO DE PALMELO (GO) (1953 A 2008)

*Wesley Lima de Andrade*⁵¹⁹

RESUMO: A proposta do trabalho é pensar a História do Sanatório Eurípedes Barsanulfo da cidade Palmelo (GO) a partir da História da Loucura e também da História do Espiritismo no Brasil, afim de analisar a sua institucionalização na cidade. A discussão entorno da temática torna-se de maneira muito atual, uma vez que o tema do estudo da loucura no Brasil, mas sobretudo em Goiás, ainda é carente de pesquisas na área. A partir da Inauguração do Sanatório na cidade de Palmelo em 1953, este projeto procura analisar o processo de institucionalização da loucura na região de Palmelo através de uma instituição espírita e sua relação com as práticas institucionalizadas de saúde da época estudada. Desta forma, o trabalho busca abordar a História do Sanatório e sua representatividade social, política e religiosa para a população ao qual atinge com sua atuação, a partir do viés da História da Loucura no Brasil e da História do Espiritismo no Brasil, bem como os motivos que levaram o Centro Espírita Luz da Verdade a instalar uma instituição de tão grande complexidade no município de Palmelo

Palavras-Chave: História, Memória, Espiritismo, Loucura

Introdução

O estudo nos âmbitos da cultura, nas últimas décadas, tem alcançado grandes destaques entre os historiadores brasileiros. Desde o surgimento dos Annales, que desembocaria no surgimento de uma nova corrente historiografia denominada Nova História, o estudo para os aspectos locais, regionais e sobretudo específicos de cada região tornaram-se, evidentemente, o grande norte nos trabalhos científicos nas academias.

Nos últimos anos, principalmente na última década o termo História Social passou a dar lugar à História Social da Cultura e, enfim, História Cultural. Foi um caminho longo, mas digno de ter o seu lugar na historiografia não somente brasileira, mas mundial. Os estudos sobre a cultura hoje tomam espaço nas mais conceituadas universidades pelo mundo, que passaram a desenvolver programas específicos de estudos culturais.

Essa movimentação tida no âmbito da cultura em geral, assume sua especificidade na religiosidade, principalmente nas novas correntes religiosas e suas práticas que vão aos poucos,

⁵¹⁹ Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Urutá. Email: wesley.andrade@ifgoiano.edu.br

se tornando presentes no interior do Brasil. O Caso da cidade de Palmelo se enquadra justamente dentro de uma formação religiosa cultural, uma vez que a cidade surge a partir da criação do Centro Espírita Luz da Verdade e em torno dele sua economia e sua dinâmica de vida se rodeia desde os dias de sua fundação. Sendo uma das únicas cidade no mundo que surge em torno de um Centro Espírita, ao contrário da maioria das cidades do interior Brasileiro que surgem em torno da capela do local.

Em sua história o Espiritismo Kardecista se apresenta intimamente ligado à prática da caridade. Assim como em outros Centros Espíritas de inspiração a loucura foi sempre tratada como algo que pode estar ligada ao sobrenatural. Também é preciso frisar que a sociedade brasileira sempre trouxe o louco para dentro de um personagem popular em toda a cidade do interior, onde havia a criminalização da loucura. No entanto os Centro Espíritas apresentavam a loucura como algo tratável e fruto de perturbações espirituais.

E torno da discussão da História da Loucura no Brasil e a partir das particularidades da cidade de Palmelo, esta pesquisa torna-se de extrema importância para uma análise cultura, social, política e religiosa da região de Palmelo-GO, analisando o Sanatório Euripedes Barsanulfo como protagonista do processo sanitário do Estado de Goiás e suas políticas de Saúde, sempre em face a sua representação e apropriação social.

Material e Métodos

As fontes históricas podem estar em todos os lugares: desde uma peça móvel, até mesmo em relatos orais. No entanto a análise de documentos torna uma das principais tarefas do ofício de historiador. Mesmo que ao longo do século XX a historiografia tem ampliado as fontes para a escrita da história, abarcando diversos registros humanos sejam eles escritos, visuais, orais, como também monumentos, a análise documental não perdeu seu espaço, mas torna-se ponto preponderante para uma análise mais abrangente e legítima ou não outras fontes históricas.

Ao analisar a fonte documental existente é preciso ter em consideração analisar todo o contexto do documento, ler os pormenores existente nestes, assim como Le Goff, em “Documento/Monumento” nos reporta, pois para ele o documento é “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003 p. 536). Ler um documento histórico não passa somente por ler ele de maneira literal, mas é preciso analisa-lo, compreendê-lo, cruzar informações, levantar banco de dados para uma compreensão mais afeiçãoada do contexto histórico da época e os fatores que levaram à produção de tal documento.

Sabemos que os documentos arquivísticos estão intimamente ligados à História, tornou-se sinônimo da mesma, isso pela gama de informações e de espaços ali reconstruídos, resguardados e elencados. Assim a História passa a ser necessário uma compreensão mais afincada da atuação do historiador junto a estas fontes e como estes estão lendo estes documentos. Torna-se preponderante a compreensão histórica de um documento arquivístico, isso porque os arquivos são necessários pela sua dimensão e complexidade de análise da sociedade. Desta forma

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos. [...] O acúmulo de relações cada vez mais densas e amplas aumenta de forma exponencial as necessidades e usos de documentos precisos para agir, negociar e viver. Os arquivos aumentam proporcionalmente a isso. (DELMAS, 2010. p. 19-20).

Os arquivos assim permite um acompanhamento de como a sociedade se movimenta, seus altos e baixos, e como esta se dispõe dentro do discurso do tempo. Os documentos assumem uma característica de transmissão de raízes familiares e institucionais levando o passado a conviver como presente.

Um documento pode ser útil por vários motivos. O valor de um documento contém devido ao testemunho que oferece da organização e funcionamento da administração pode ocasionalmente ser o mesmo que o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos. (SCHELLENBERG, 2006. p. 182)

Quando passamos a compreender a história da cidade Palmelo e bem sua relação com a história do Espiritismo e a compreensão das atividades sanitárias (de saúde), bem como a criação e manutenção do sanatório, torna-se importante a compreensão dos arquivos, para tanto nos lançamos dos arquivos de alguns jornais, bem como arquivos que se encontram no arquivo do Centro Espírita Luz da Verdade, o mais antigo e mantenedor do Sanatório da cidade, documentos esses que nortearão a pesquisa. É importante frisar que tais documentos estão aguardando o processo de tratamento, no entanto já é possível reconstruir a história da cidade e sua contextualização a partir de diversos documentos.

Resultados e discussão

O estudo nos âmbitos da cultura, nas últimas décadas, tem alcançado grandes destaques entre os historiadores brasileiros. Desde o surgimento dos Annales, que desembocaria no surgimento de uma nova corrente historiografia denominada Nova História, o estudo para os aspectos locais, regionais e sobretudo específicos de cada região tornaram-se, evidentemente, o grande norte nos trabalhos científicos nas academias.

Nos últimos anos, principalmente na última década o termo História Social passou a dar lugar à História Social da Cultura e, enfim, História Cultural. Foi um caminho longo, mas digno de ter o seu lugar na historiografia não somente brasileira, mas mundial. Os estudos sobre a cultura hoje tomam espaço nas mais conceituadas universidades pelo mundo, que passaram a desenvolver programas específicos de estudos culturais.

O início oficial da Doutrina Espírita leva em conta duas interpretações, conforme esclarece o historiador espírita Fabio Alessio Romano Diomisi, em seu livro A História do Espiritismo -Da França de Kardec ao Brasil de Chico: a primeira é baseada na convicção dos espíritas de países latinos, que sustentam ser a publicação de O Livro dos Espíritos, compilado por Kardec, o marco inicial do Espiritismo. Dionisi explica que essa primeira interpretação é reforçada pelas palavras de José Herculano Pires:

(...) O Espiritismo como doutrina, só apareceu no mundo em 18 de abril de 1857 – numa data exata -, aquela em que surgiram nos livrarias de Paris os primeiros volumes do Livro dos Espíritos (DIONISI, 2013, p. 27).

De acordo com o historiador, a segunda interpretação resguardada pelos espíritas americanos e ingleses tem em conta que o marco inicial do movimento espírita ocorreu a partir do episódio mediúnico de Hydesville, em 3 de Março de 1848.

O fato é que o Espiritismo tomou fôlego a partir do movimento em que houve, segundo Kardec, a planificação do desenvolvimento de seu trabalho: aos espíritas caberia a construção doutrinária e ao codificador e seus seguidores a sua formatação temática, da expressão literária e das suas diversas manifestações sócias.

Nos Estados Unidos da América, por volta de 1850, a atenção pública foi atraída para diversos fenômenos que se produziam espontaneamente, com persistência e intensidade singulares; mas também se observou que ocorriam mais particularmente sob a influência de certas pessoas, que designadas pelo nome de médium e que, de algum modo, os podiam provocar à vontade, o que permitia a repetição das experiências.

O Espiritismo chega ao Brasil em uma época em que duas grandes questões mobilizavam os políticos e a intelectualidade brasileira: a campanha republicana e a campanha abolicionista. É nesse ambiente de mudanças e tensões que o Espiritismo se instala e se desenvolve.

No Brasil, jornais já tratavam o fato com bastante euforia. Os periódicos O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 14 de junho de 1853; O Diário de Pernambuco, de 2 de junho e O Cearense, em sua edição de 3 a 26 de julho, ambos do mesmo ano, noticiavam as adivinhanças do Dr. Cesário, jornalista eminente da época que havia admitido ter conseguido resposta inteligentes das mesas, divalga para se conseguir contato com os espíritos pelos mesas deveria se convocar um médium (DIONISI,2013, p. 131).

A Federação Espírita Brasileira considera que o Espiritismo chegou ao Brasil no ano de 1865. Contudo, na versão de estudiosos contemporâneos, a Doutrina Espírita já registava sua presença em solo nacional, no início de 1860 do século XIX.

Conquanto desde 1853 os jornais do país já registrassem reuniões familiares para a produção de fenômenos mediúnicos o Espiritismo codificado por Allan só desembarcou no Brasil por volta de 1860 com os primeiros exemplares de O Livro dos Espíritos. É no ano de 1860 que surge o primeiro livro espírita publicado no Brasil: Os tempos são chegados, do professor francês Casimir Lieutaud, obra pioneira que abriu caminho para tradução do Espiritismo no Brasil (Anuário Espírita 2006, p. 23).

É importante destacar as relações do Espiritismo com a homeopatia. Segundo a obra Espiritismo no Brasil Coração do mundo, Pátria do Brasil, denominado “As primeiras experiências espíritistas na Pátria do Evangelho”, começaram pelo problema das curas. Em 1818, já o Brasil possuía um grande círculo homeopático, sob a direção do mundo invisível. O próprio José Bonifácio se correspondia com Frederico Hahnemann “Se a França foi berço do espiritismo em geral, a Bahia foi o nosso.” (...) (PUGLIESE, 2010, pp.32 a 34).

Sobre esse processo de ligação do espiritismo com questões de saúde, podemos destacar a ligação com obras sociais, principalmente sobre instituições de saúde como asilos, orfanatos e, principalmente, sanatórios e hospitais psiquiátricos, foco de nossa pesquisa.

Contraopondo-se a maioria na época. Para Philippe Pinel (1745-1826), conhecido como o fundador da psiquiatria moderna, a terapia manicomial era essencial ao tratamento dos alienados, o isolamento era uma forma de segurança para a população e um alívio para os doentes mentais, nos quais ficariam longe de todo o mal mundano ou as paixões castigadoras. Apenas a obtenção de uma permanente submissão consentida do alienado com relação ao alienista, adverte Pinel, poderia dar a este último o poder de quebrar os encadeamentos viciosos das ideias do alienado (Pinel, 1797/1801), ou seja, somente por meio da terapia manicomial que se poderia voltar a ter a razão. Pela grande sabedoria e bondade de Pinel, seus ideais eram bem aceitos.

Os serviços, no entanto, continuaram sendo em tempo integral, não tendo o devido tratamento e sem nenhum contato com os familiares.

Dito como um discurso reformista, onde o sistema manicomial seria substituído por um eficaz e próprio tratamento a loucura, sendo mais sanitário, científico e humanitário. Pensando não apenas na cura, mas também na saúde mental.

Em meados do século XX, por decorrência do desenvolvimento tecnológico e científico, pôde se observar o surgimento de mais exames e remédios para portadores de doença mental.

De acordo com os autores Oda e Dalgarrondo (2004) os remédios eram

largamente utilizados pelos médicos da época, tais como as sangrias venosas, a aplicação de substâncias cáusticas na pele, a administração de substâncias eméticas, laxantes ou provocadoras de sudorese, pouco ou nada ajudam esses doentes, nem tampouco o fazem as demais drogas disponíveis seguindo sua linha de pensamento, sem o tratamento moral, a natureza e o tempo podem mais que o médico e seus imperfeitos tratamentos físicos, os quais, entretanto, ele não deixa de usar.

Mesmo sendo oferecidos tratamentos de hospitalização parcial, pelo governo, os manicômios de internação integral continuariam sendo os mais utilizados. Tendo como referência, surge o que o autor Vecchi (2005) chama de iatrogenia, na qual, ao ver daqueles que exercem o poder, a hospitalização parcial seria uma assistencialização incapaz. Em um país como o Brasil, onde a principal característica da saúde pública é a assistencialização, achou-se assim uma maneira rentável de tratamento, onde não se gastaria o dinheiro público, com investimentos nessa área.

Como consequência, não se obteve nenhuma evolução de caráter terapêutico adequado, mas apenas, de caráter sanitarista.” Para se ter uma ideia, o item hotelaria (abrigar e vestir bem o doente) era mais importante do que a qualidade terapêutica. “(VECHI, 2005) Os serviços no entanto, continuaram com as mesmas características manicomiais, exercendo funções de exclusão social.

Diferentemente do idealizado, os estabelecimentos não obrigatoriamente significavam uma assistencialização médica adequada, muito pelo contrário, ela ganhou um significado muito parecido aos alienados que sofriam nos velhos hospícios.

Ficaria conhecida como reforma psiquiátrica ou Movimento de Luta Antimanicomial onde é proposto, a reconstrução dos conceitos de doença mental e a de tratamento na qual deve-se desconstruir as bases de gerenciamento científico da loucura e de sua institucionalização. Vários fatores foram essenciais para o movimento. Como a indignação dos profissionais com a mercantilização da loucura, os movimentos antimanicomiais e a influência do médico italiano Franco Basaglia.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, começa a surgir os modelos manicomiais privados. A partir da década de 60, com o surgimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS),

o governo passa a utilizar esses modelos privados - posteriormente, em 1985, segundo dados do Ministério da Saúde, 80% dos leitos psiquiátricos seriam privados. Surgiria ali, uma mercantilização da loucura.

Impulsionados pelo fim da mesma guerra, houve o retorno do crescimento econômico e da reconstrução social. Porém, o preconceito com as diferenças e com as minorias levaram há frequentes manifestações no Brasil e no mundo, em busca de uma "sociedade mais livre, igualitária e mais solidária". (MESQUITA; NOVELLINO; CAVALCANTI, 2010)

Consequentemente houve em excesso, manifestações daqueles que trabalham com a saúde pública, reivindicando melhores condições.

Em 1961, o médico Franco Basaglia assume a direção do Hospital Psiquiátrico de Gorizia, na Itália. A sua ideologia contrariava a psiquiatria clássica. Ele defendia que o doente mental deveria voltar a viver com a sua família, ao contrário, do isolamento clássico. Os seus ideais fizeram ressurgir, também no Brasil, as discussões sobre o tratamento e a humanização do doente mental.

Nesse contexto, que na década de 1970, ocorre a reforma psiquiátrica no país. Surgindo o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) e o movimento dos trabalhadores da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), nos principais estados do Brasil. Os movimentos ficariam conhecidos pelos frequentes Congressos tendo em pauta o Movimento de Luta Antimanicomial.

A reforma teria de acontecer não apenas nas instituições, acrescentando-lhes equipamentos passíveis de tratamento. Mas também, nos próprios direitos de cidadão do doente mental. Mesmo tendo padrões diferentes, seria necessário olhá-lo como pessoa, não mais como uma doença.

É nesse sentido que, proveniente da reforma ocorrida, são criados vários serviços específicos de atendimento abertos: Núcleo de Atenção Psico-social (NAPS); Centro de Atendimento Psico-social (CAPs I, CAPs II, CAPs III, CAPsi, CAPsad); Centro de Atenção Diária (CADs); Hospitais Dias (HDs); Centros de Convivência e Cultura. Há quem diga que os mesmos, não entendem a humanização e o sofrimento do sujeito.

A reforma psiquiátrica brasileira teve como principal foco a inserção, a inclusão e o acolhimento do doente mental na sociedade. Os mesmos atendimentos extra hospitalares, apenas fortalecem essa ideia central, mas não garante essa execução. A mesma construção ideológica sobre a loucura, é feita e dependerá das famílias, das escolas, da cultura e da sociedade.

Essa movimentação tida no âmbito da cultura em geral, assume sua especificidade na religiosidade, principalmente nas novas correntes religiosas e suas práticas que vão aos poucos,

se tornando presentes no interior do Brasil. O Caso da cidade de Palmelo se enquadra justamente dentro de uma formação religiosa cultural, uma vez que a cidade surge a partir da criação do Centro Espírita Luz da Verdade e em torno dele sua economia e sua dinâmica de vida se rodeia desde os dias de sua fundação. Sendo uma das únicas cidade no mundo que surge em torno de um Centro Espírita, ao contrário da maioria das cidades do interior Brasileiro que surgem em torno da capela do local.

Em sua história o Espiritismo Kardecista se apresenta intimamente ligado à prática da caridade. Assim como em outros Centros Espíritas de inspiração a loucura foi sempre tratada como algo que pode estar ligada ao sobrenatural. Também é preciso frisar que a sociedade brasileira sempre trouxe o louco para dentro de um personagem popular em toda a cidade do interior, onde havia a criminalização da loucura. No entanto os Centro Espíritas apresentavam a loucura como algo tratável e fruto de perturbações espirituais.

Conclusão

E torno da discussão da História da Loucura no Brasil e a partir das particularidades da cidade de Palmelo, esta pesquisa torna-se de extrema importância para uma análise cultura, social, política e religiosa da região de Palmelo-GO, analisando o Sanatório Euripedes Barsanulfo como protagonista do processo sanitário do Estado de Goiás e suas políticas de Saúde, sempre em face a sua representação e apropriação social.

Como resultados alcançados nesta fase, foi feita pesquisa bibliográfica acerca da história da Loucura no Brasil, bem como pesquisa bibliográfica acerca da História do Espiritismo no Brasil. Desta forma propiciando atingir aos objetivos propostos nesta pesquisa que são Analisar o Sanatório Euripedes Barsanulfo de Palmelo (GO) dentro da perspectiva do tratamento de pessoas com doenças mentais em Goiás; Compreender a Relação do Espiritismo com o tratamento de pessoas com doenças mentais no Brasil, em Goiás e especificamente em Palmelo; Compreender a origem da relação de Palmelo com o Espiritismo; Compreender a origem da cidade de Palmelo (GO); Analisar a importância e o surgimento do “Sanatório de Palmelo” e suas práticas sanitárias.

Referências Bibliográficas

1. Cassol, A. E. (2014); **Agronomia - veja características da profissão**. Disponível em: . Acesso: 08/05/2017

2. Freire, P.(2006) **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 13ed..
3. Freire, P. (1996) **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessárias à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 9ed..
4. Gil, A. C.(2002) **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,177p.
5. Gil, A. C. (2008). **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas.
6. Instituto Federal Goiano. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Agronomia**. Urutaí: Ifgoiano, 2015. 145 p. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/URT/PDF/PPC_AGRONOMIA.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.
7. Luz, R.(2003) **Gestão do Clima Organizacional**. Qualitymark, Rio de Janeiro. 143 p.
8. Manacorda, M.(1989) **História da educação**. São Paulo: Cortez: autores associados.
9. Ramos, V. B. N; Campelo, P. L. G; Anjos silva, E. M. V. dos; Farias, C.V. (1999). Formação pedagógica e prática do professores universitário: desafios. **Educação Agrícola Superior**. Brasília: ABEAS, v.17 (01): 122-129, jan./jun.
10. Richardson, Roberto Jarry (1999). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.
11. Rodrigues, M. V. C. (1994). **Qualidade de vida no trabalho**: evolução e análise no nível gerencial. 9. Ed. Rio de Janeiro: Vozes. 207 p.
12. Saviani, D. (2007). **Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos**. Revista Brasileira de Educação – ANPED-v.12 –n34 – 2007.
13. Stropassolas, V. L (2006).; **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis-SC: Ed da UFSC. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_104.pdf>. Acesso em: 08/05/2017.
14. VECHI, Luis Gustavo. Iatrogenia e exclusão social: a loucura como objeto do discurso científico no Brasil. **SciELO Brasil**, São Paulo Sp, p.489-495, 21 nov. 2005.
15. - VIEIRA, Priscila Piazzentini. Reflexões sobre A História da Loucura de Michel Foucault. **Revista Aulas**, Campinas Sp, v. 1, n. 3, p.1-21, fev. 2007.
16. - SILVEIRA, Lia Carneiro; BRAGA, Violante Augusta Batista. ACERCA DO CONCEITO DE LOUCURA E SEUS REFLEXOS NA ASSISTÊNCIA DE SAÚDE MENTAL. **Latino-am Enfermagem**, São Paulo Sp, v. 4, n. 13, p.591-595, 23 maio 2005.

17. - ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo Sp, v. 1, p.128-1411, abr. 2004.
18. - MILLANI, Helena de Fátima Bernardes; VALENTE, Maria Luisa L. de Castro. O caminho da loucura e a transformação da assistência aos portadores de sofrimento mental. *Smad, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p.1-19, ago. 2008.
19. - MESQUITA, José Ferreira de; NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; CAVALCANTI, Maria Tavares. A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: UM NOVO OLHAR SOBRE O PARADIGMA DA SAÚDE MENTAL. *Academia.edu*, S, p.1-9, 2010.

Realização

Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás
Programa de Pós-Graduação em História da UFG
Programa de Pós-Graduação em História da UNB
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História (UFCatalão)
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História UFMT

Organização Geral

Dr^a Fabiana de Souza Fredrigo
Dr. Jiani Fernando Langaro
Dr^a Renata Cristina de S. Nascimento
Dr^a Thaís Alves Marinho



**PUC
GOIÁS**



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



UFMT



UnB